

UM ESPELHO DISTANTE

O terrível século XIV



2ª edição

BARBARA W. TUCHMAN

JOSÉ OLYMPIO
EDITORA

BARBARA W. TUCHMAN

UM
ESPELHO
DISTANTE

Tradução de
WALTENSIR DUTRA

2ª edição

JOSÉ OLYMPIO
E D I T O R A

Título do original norte-americano
A DISTANT MIRROR
THE CALAMITOUS 14th CENTURY

© Barbara W. Tuchman, 1978

Direitos adquiridos para a língua portuguesa, no Brasil, pela
LIVRARIA JOSÉ OLYMPIO EDITORA S.A.
Rua Marquês de Olinda, 12
Rio de Janeiro, RJ — República Federativa do Brasil
Printed in Brazil / Impresso no Brasil

ISBN 85-03-00343-0

(Edição original: ISBN 0-14-005407-3, Alfred A Knopf, Inc.,

Capa
MAURÍCIO DE OLIVEIRA

Editoração
FÁTIMA PIRES DOS SANTOS

Preparação de originais
ROSA AMANDA STRAUZ

Diagramação
ANTONIO HERRANZ

Arte-final
JOATAN SOUZA DA SILVA

Revisão
ADENILSON ALVES CORDEIRO
JOAQUIM DA COSTA
ANDÓCIDES BORGES DE LEMOS, FILHO
MARCÓ ANTONIO CORRÊA

CIP-Brasil. Catalogação-na-fonte
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ

T826e Tuchman, Barbara Wertheim, 1912-1989
Um espelho distante / Barbara W. Tuchman; tradução de Waltensir Dutra. — 2. ed. —
Rio de Janeiro, José Olympio, 1991.

Tradução de: A distant mirror — The calamitous 14th Century.

1. Europa — História — 476-1492. I. Título

CDD — 940.19
CDU — 940'0

*Pois a humanidade é sempre a mesma e nada se perde
na natureza, embora tudo se altere.*

JOHN DRYDEN

*Sobre os personagens dos Contos de Canterbury,
no prefácio a Fables, ancient and modern.*

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	ix
PREFÁCIO — O período, o protagonista, os riscos	xii
NOTA SOBRE A MOEDA	xviii
REFERÊNCIAS E FONTES	xix

UM ESPELHO DISTANTE

PRIMEIRA PARTE

CAP. 1 — “Eu sou o <i>sire</i> de Coucy”: a dinastia	5
CAP. 2 — Sob o signo do sofrimento: o século	24
CAP. 3 — Juventude e cavalaria	47
CAP. 4 — Guerra	66
CAP. 5 — “É o fim do mundo”: A Peste Negra	87
CAP. 6 — A batalha de Poitiers	118
CAP. 7 — A França decapitada: o levante burguês e a Jacquerie ..	144
CAP. 8 — Refém na Inglaterra	171
CAP. 9 — Enguerrand e Isabel	188
CAP. 10 — Filhos da iniquidade	205
CAP. 11 — O sudário dourado	214

CAP. 12 — Dupla fidelidade	227
CAP. 13 — A guerra de Coucy	248
CAP. 14 — Comoção na Inglaterra	261
CAP. 15 — O imperador em Paris	281
CAP. 16 — O cisma papal	294

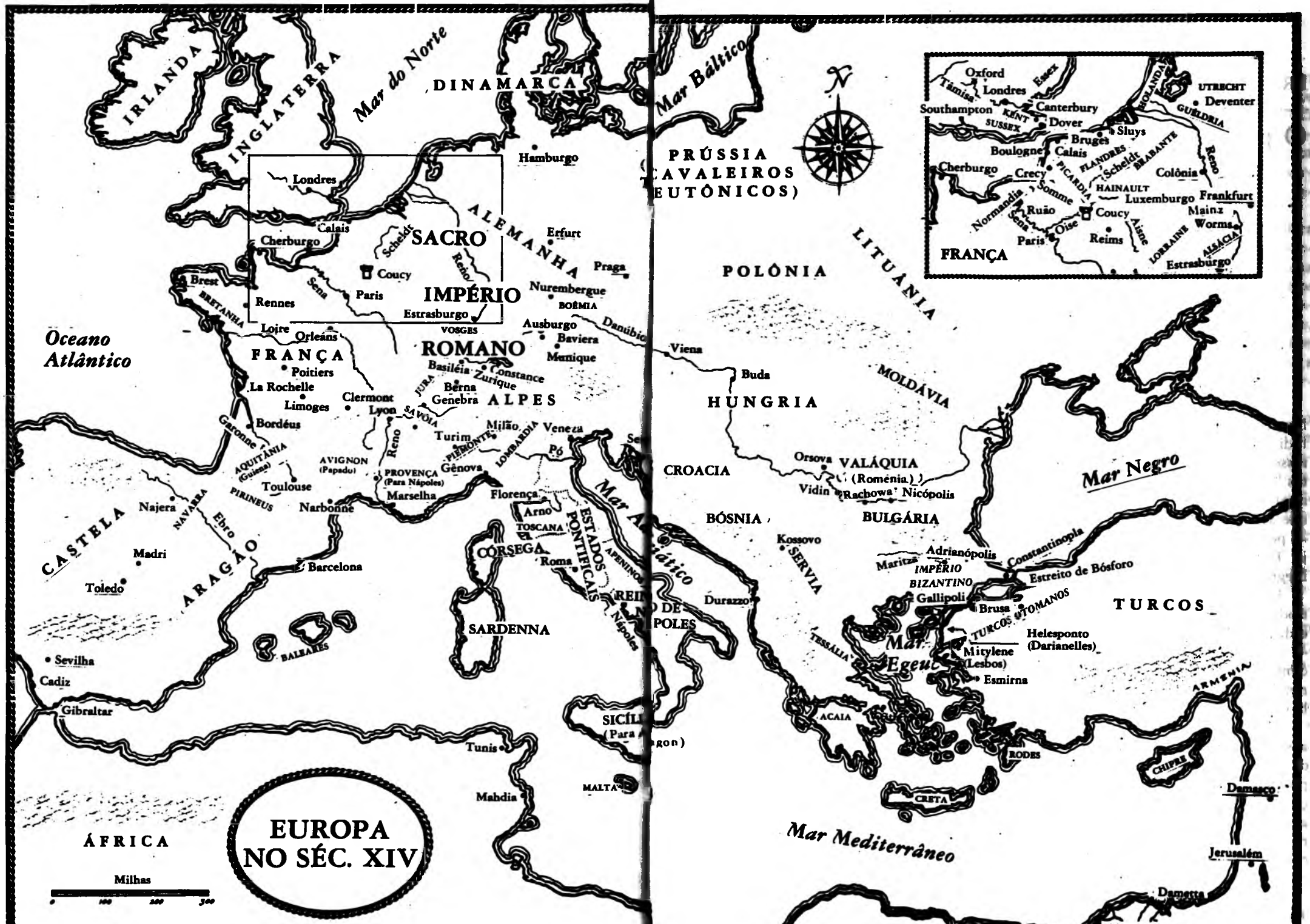
SEGUNDA PARTE

CAP. 17 — A ascensão de Coucy	315
CAP. 18 — Os vermes da terra contra os leões	335
CAP. 19 — A atração pela Itália	364
CAP. 20 — Uma segunda conquista normanda	380
CAP. 21 — Rompe-se a ficção	400
CAP. 22 — O sítio da Barbaria	418
CAP. 23 — Numa selva escura	436
CAP. 24 — <i>Danse Macabre</i>	450
CAP. 25 — A oportunidade perdida	471
CAP. 26 — Nicópolis	490
CAP. 27 — Cubram-se os céus de preto	513
EPÍLOGO	529
BIBLIOGRAFIA	543
NOTAS	560
ÍNDICE	595

Agradecimentos



OSTARIA de expressar meus agradecimentos a todos os que, de uma maneira ou de outra, me ajudaram a escrever este livro: ao maître Henri Crepin, vice-prefeito de Coucy-le-Château e presidente da Associação para Restauração do Castelo de Coucy e Arredores, por sua hospitalidade e orientação; a meu editor, Robert Gottlieb, pelo entusiasmo e pela fé no livro, bem como pelos criteriosos aperfeiçoamentos; a minha filha Alma Tuchman pela substancial pesquisa, a minha amiga Katrina Romney pelo interesse constante, e a ambas pela leitura crítica. Pelo pronto atendimento quanto às complexidades medievais, sou especialmente grata aos profs. Elizabeth A. R. Brown e John Henneman; também ao prof. Howard Garey pela elucidação de problemas do francês medieval, e ao sr. Richard Famiglietti pelo uso que fiz de seu conhecimento sobre as fontes desse período. Por vários conselhos, pela orientação, por traduções e respostas a dúvidas, sou grata aos profs. John Benton, Giles Constable, Eugene Cox, J. N. Hillgarth, Harry A. Miskimin, Lynn White, sra. Phyllis W. G. Gordan, John Plummer, da Biblioteca Morgan, e, na França, aos profs. Robert Fossier, da Sorbonne; Raymond Cazelles, de Chantilly; Philippe Wolff, de Toulouse; sra. Therese d'Alveney, da Biblioteca Nacional; sr. Yves Metman, dos Arquivos Nacionais, Ministério da Justiça; sr. Georges Dumas, dos Arquivos de Aisné; e ao sr. Depouilly, do Museu de Soissons; e também ao prof. Irwin Saunders por me haver apresentado ao Instituto de Estudos Balcânicos, em Sófia, e aos profs. Topkova-Zaimova e Elizabeth Todorova, daquele Instituto, pela assistência que me prestaram na visita a Nicópolis; também à Biblioteca Widener, em Harvard, e à Biblioteca Sterling, em Yale, pelo privilégio de me possibilitar tomar livros emprestados; e ao pessoal prestativo e culto da Biblioteca Pública de Nova York por várias formas de assistência. A muitos outros, não mencionados, que surgiram rapidamente para dar uma ajuda a minha jornada de sete anos, transmito também minha gratidão.



PREFACIO

O período, o protagonista, os riscos



STE LIVRO nasceu do desejo de descobrir que efeitos teve sobre a sociedade o mais mortífero desastre da história conhecida — ou seja, a Peste

Negra de 1348-50, que matou cerca de um terço da população existente entre a Índia e a Islândia. Em vista das possibilidades de nossa época, a razão do meu interesse é óbvia. A resposta foi difícil de encontrar, porque o século XIV sofreu tantos “estranhos e grandes perigos e adversidades” (nas palavras de um contemporâneo)¹ que seus problemas não podem ser atribuídos a uma causa apenas: eram mais que as pegadas dos quatro cavaleiros do Apocalipse, então transformados em sete — peste, guerra, impostos, banditismo, mau governo, insurreição e cisma na Igreja. Todos, menos o primeiro, eram provenientes de condições anteriores à Peste Negra, e continuaram depois dela.

Embora minha pergunta inicial tenha ficado sem resposta, o interesse do período em si mesmo — uma era violenta, atormentada, desorientada, de sofrimento e de desintegração, um tempo, como pensaram muitos, em que Satanás triunfava — foi irresistível e, ao que me pareceu, trazia um consolo numa época de desordem semelhante. Se nossas últimas décadas, marcadas pelo colapso das crenças, foram um período excepcionalmente incômodo, é tranquilizador saber que a espécie humana conheceu antes fases piores.

Curiosamente, os “paralelos fenomenais” foram aplicados por outro historiador aos primeiros anos deste século. Comparando as conseqüências da Peste Negra e da Primeira Guerra Mundial, James Westfall Thompson encontrou os mesmos problemas: caos econômico, inquietação social, preços altos, especulação, degradação moral, falta de produção, preguiça industrial, euforia frenética, descontrole nos gastos, luxo, libertinagem, histeria social e religiosa, ambição, avareza, má administração, decadência dos costumes. “A história nunca se repete”, disse Voltaire, “mas o homem, sempre.” Tucídides, é claro, fez desse princípio a justificativa de sua obra.

Sintetizado de maneira simples pelo historiador suíço J.C.L.S. de Sismondi, o século XIV foi um “mau período para a humanidade”.² Até pouco tempo atrás, os historiadores tinham a tendência de não gostar desse século e evitá-lo, porque não era possível enquadrá-lo num padrão de progresso humano. Depois das experiências do terrível século XX, temos um maior sentimento de aproximação para com uma era cujas normas entraram em colapso sob a pressão de acontecimentos adversos e violentos. Reconhecemos, com uma pontada dolorosa, as marcas de “um período de angústia em que não há o sentimento da certeza de um futuro”.³

O intervalo de seiscentos anos permite que os aspectos significativos do caráter humano se destaquem. O homem da Idade Média existiu em circunstâncias mentais, morais e físicas tão diferentes das nossas que quase chegam a constituir uma civilização estranha. Em consequência disso, as qualidades que reconhecemos como habituais em meio a esse ambiente estranho revelam-se permanentes na natureza humana. Se insistirmos em tirar uma lição da história, é aí que ela reside, como descobriu o medievalista francês Edouard Perroy, ao escrever um livro sobre a Guerra dos Cem Anos ao mesmo tempo em que driblava a Gestapo durante a Segunda Guerra Mundial. “Certas formas de comportamento”, escreveu ele, “certas reações contra o destino esclarecem-se mutuamente.”⁴

Os cinquenta anos que se seguiram à Peste Negra de 1348-50 formam o núcleo do que me parece um período histórico coeso, que se estende aproximadamente de 1300 até 1450, ou um pouco mais. Para limitar o enfoque a uma área mais acessível, escolhi a vida de uma determinada pessoa como veículo de minha narrativa. Além do interesse humano, isso tem a vantagem de impor a obediência à realidade, obrigando-me a seguir as circunstâncias e a seqüência de uma vida medieval autêntica, acompanhando-as até onde levarem — e levam, creio, a uma versão do período mais autêntica do que se eu tivesse imposto um plano meu.

A pessoa em questão não é um rei ou uma rainha, porque em relação a tais pessoas tudo é *ipso facto* excepcional e, além disso, elas já foram usadas com muita frequência; nem a vida de um plebeu, porque a vida dos plebeus, na maioria dos casos, não abarcava o grande segmento por mim desejado; nem um religioso ou um santo, porque estão fora dos limites de minha compreensão; nem uma mulher, porque qualquer mulher medieval cuja vida estivesse suficientemente documentada seria atípica.

A escolha fica assim limitada a um integrante masculino do Segundo Estado — ou seja, da nobreza — e recaiu sobre Enguerrand de Coucy VII, o último de uma grande dinastia e o “mais experiente e hábil de todos os cavaleiros de França”. Sua vida, de 1340 a 1397, coincidiu com o período que me interessava e, desde a morte de sua mãe na grande peste até sua própria morte, no momento perfeito do fiasco culminante do século, pareceu-me feita sob medida para meus objetivos.

Pelo casamento com a filha mais velha do rei da Inglaterra, ele adquiriu um duplo dever de fidelidade, servindo de ponte entre dois países em guerra, o que ampliou o âmbito e enriqueceu o interesse de sua carreira; desempenhou papéis, em geral importantes, em todos os dramas públicos de seu ambiente e de seu tempo, e

teve o bom-senso de se tornar protetor do maior cronista contemporâneo, Jean Froissart; por isso se conhece mais sobre sua vida, o que não teria acontecido sem esse apadrinhamento. Há uma deficiência séria: não existe nenhum retrato dele. Há, porém, uma vantagem compensadora, para mim: a de que, com exceção de um único e breve artigo publicado em 1939, nada se escreveu sobre ele em inglês, e não há nenhuma biografia formal, fidedigna, em francês, exceto uma tese de doutorado de 1890, que só existe em manuscrito. Gosto de abrir meu próprio caminho.

Devo pedir ao leitor que tenha paciência ao travar relações com Coucy, porque ele só pode ser conhecido dentro do panorama e dos acontecimentos de sua época, que ocupam os primeiros capítulos. Enguerrand deixou sua primeira marca na história aos 18 anos, em 1358, o que só será mencionado no cap. 7.

Chego agora aos riscos de minha empresa. Primeiro, são incertos e contraditórios os dados relativos a datas, números e fatos concretos. As datas podem parecer enfadonhas e pedantes a alguns, mas são fundamentais porque estabelecem a sequência — o que antecede e o que sucede — levando assim ao entendimento da causa e do efeito. Infelizmente, é muito difícil estabelecer a cronologia medieval. Considerava-se que o ano começava na Páscoa, e como esta podia cair em qualquer dia entre 22 de março e 22 de abril, preferia-se em geral a data fixa de 25 de março. A adoção do novo calendário gregoriano ocorreu no século XVI, mas só foi aceita em larga escala no século XVIII, o que faz do ano a que pertencem os acontecimentos de janeiro, fevereiro e março, no século XIV, um enigma permanente — complicado ainda mais pelo uso, em documentos oficiais ingleses desse século, da contagem do ano a partir do início do reinado do monarca; o mesmo acontecia, em outros casos, com a ascensão do papa. Além disso, os cronistas não datavam o acontecimento pelo dia do mês, mas pelo calendário religioso — falando, por exemplo, de dois dias antes da Natividade da Virgem, ou na segunda-feira depois da Epifania, ou o dia de São João Batista, ou o terceiro domingo da Quaresma. O resultado confunde não só o historiador, mas também as próprias pessoas que viveram no século XIV, que raramente concordam, se é que alguma vez o fazem, sobre a data de qualquer acontecimento.

Os números também são fundamentais, por indicarem a proporção do envolvimento do povo em geral em determinadas situações. O crônico exagero dos números medievais — de exércitos, por exemplo —, quando aceito como realidade, levou no passado a um entendimento errôneo da guerra medieval como análoga à guerra moderna, o que não acontecia, em termos de meios, método ou finalidade. Deve-se supor que os números medievais para forças militares, baixas em batalha, mortes pela peste, hordas revolucionárias, procissões ou quaisquer grupos numerosos geralmente são multiplicados diversas vezes. Isso ocorre porque os cronistas não usaram os números como dados, mas como um recurso da arte literária para causar espanto ou medo no leitor. O uso da numeração romana também contribuía para a falta de precisão e para a tendência à utilização de números redondos, aceitos sem crítica e repetidos por sucessivas gerações de historiadores. Só a partir do

fim do século passado os estudiosos começaram a reexaminar os documentos e a descobrir, por exemplo, as verdadeiras proporções de uma força expedicionária a partir dos registros do pagamento de soldos. Não obstante, eles ainda discordam entre si. J. C. Russell calcula a população da França antes da peste em 21 milhões de habitantes, Ferdinand Lot em 15 ou 16 milhões, e Edouard Perroy em bem menos, dez a 11 milhões. O tamanho da população afeta o estudo de tudo o mais — impostos, expectativa de vida, comércio e agricultura, períodos de fome ou de abundância — e trata-se, no caso, de números, estabelecidos por autoridades modernas, que diferem em 100%. Os números, apresentados por cronistas, que parecem claramente discrepantes, aparecem entre aspas em meu texto.

Muitas vezes as discrepâncias entre versões de um mesmo fato devem-se a erros de transmissão oral ou, mais tarde, a leituras equivocadas de um manuscrito, como ocorreu quando a *dame* de Courcy, personagem de um escândalo internacional, foi confundida por um historiador do século XIX, geralmente cauteloso, com a segunda esposa de Coucy, causando com isso, por algum tempo, uma confusão incrível para esta autora. O Conde D'Auxerre, na Batalha de Poitiers, foi mencionado pelos cronistas ingleses de diversas maneiras, como Aunser, Aussure, Soursiere, Usur, Waucerre, e pelas *Grandes chroniques* da França como Sancerre, pessoa totalmente diferente.⁵ Enguerrand era escrito Ingelram na Inglaterra. Não é de surpreender que eu tivesse considerado o nome de Canolles como uma variante do notório capitão de bandidos Arnaut de Cervole, para acabar descobrindo, quando as circunstâncias não se harmonizaram, que era uma variante de Knowles ou Knollys, um capitão inglês igualmente notório. Embora menores, tais dificuldades podem ser irritantes.

Isabeau da Baviera, rainha de França, é retratada por um historiador como alta, loura,⁶ e por outro como uma "mulher morena, animada, pequena".⁷ O sultão turco Bajazet, considerado por seus contemporâneos como ousado, empreendedor e ávido de guerras, e cognominado o Raio pela rapidez de seus ataques, é qualificado por um moderno historiador húngaro como "afeminado, sensual, hesitante e vacilante".⁸

Podemos considerar como um axioma o fato de que qualquer descrição de fatos da Idade Média pode ser (e provavelmente será) contrariada por uma outra versão, diferente ou mesmo oposta. As mulheres eram mais numerosas do que os homens porque estes morriam nas guerras; os homens eram mais numerosos do que as mulheres porque estas morriam de parto. Os plebeus estavam acostumados com a Bíblia; os plebeus não estavam acostumados com a Bíblia. Os nobres eram isentos de impostos; não, eles não eram isentos de impostos. Os camponeses franceses eram sujos, cheiravam mal e viviam de pão e cebolas; os camponeses franceses comiam porco, aves e animais de caça, e banhavam-se freqüentemente nas casas de banho das aldeias. A lista poderia estender-se interminavelmente.

As contradições, porém, são parte da vida, e não apenas uma questão de provas conflitantes. Eu pediria ao leitor que esperasse contradições, e não uniformidade. Nenhum aspecto da sociedade, nenhum hábito, costume, movimento ou de-

envolvimento deixam de ter sua contrapartida. Camponeses famintos vivem em choças, lado a lado com camponeses prósperos que dormem em leitos de plumas. Filhos são abandonados, e filhos são amados. Cavaleiros falam de honra e transformam-se em bandidos. Em meio ao despovoamento e ao desastre, as extravagâncias e o esplendor chegam a extremos sem precedentes. Nenhuma época é ordenada ou uniforme, e nenhuma é mais variada do que a Idade Média.

Devemos lembrar também que a Idade Média muda de acordo com quem a observa. Os preconceitos e os pontos de vista dos historiadores — e portanto sua seleção de material — modificaram-se consideravelmente num período de seiscentos anos. Durante os três séculos que se seguiram ao século XIV, a história era praticamente uma genealogia da nobreza, dedicada ao estabelecimento de linhas dinásticas e ligações de família, e impregnada pela idéia do nobre como pessoa superior. Essas obras de enorme pesquisa arqueológica estão repletas de informações de interesse mais do que dinástico, como a de Anselmo sobre o senhor gascão que deixou 100 libras para os dotes das moças pobres que tinha deflorado.

A Revolução Francesa marca a grande modificação, e a partir de então os historiadores viram o homem comum como herói, o pobre como *ipso facto* virtuoso, os nobres e os reis como monstros de iniquidade. Simeon Luce, em sua história da Jacquerie, é um desses historiadores, de texto tendencioso, mas excepcional por sua pesquisa e inestimável por seus documentos. Os gigantes do século XIX, e do início do século XX desenterraram e publicaram as fontes, anotaram e organizaram as crônicas, coletaram as obras literárias, leram e fizeram seleções de enorme quantidade de sermões, tratados, cartas e outros materiais básicos, estabelecendo as bases para seus seguidores. Hoje sua obra é complementada e equilibrada pelos medievalistas modernos da era posterior a Marc Bloch, que adotaram uma abordagem mais sociológica e revelaram em detalhe fatos concretos sobre a vida cotidiana — por exemplo, o número de hóstias de comunhão vendidas numa determinada diocese, como indicador da religiosidade.

Meu livro tem uma dívida para com todos esses grupos, a começar pelos cronistas originais. Compreendo que hoje não está em moda, entre os medievalistas, confiar neles, mas para obter uma noção do período e de suas atitudes, parecem-me indispensáveis. Além disso, a forma que usam é a narrativa, que é também a minha.

Apesar de toda essa riqueza, há espaços em branco onde o problema não são as informações contraditórias, mas a falta de informações. Para preencher a lacuna, é preciso usar o que parece ser a explicação provável e natural, o que justifica a proliferação dos “provavelmente” e “presumivelmente” em meu texto — por mais irritante que isso seja, mas inevitável à falta da certeza documentada.

Um risco maior, intrínseco à própria natureza da história escrita, é o excesso dos elementos negativos: a sobrevivência desproporcional do lado ruim — do mal, da miséria, da luta e da destruição. Na história acontece exatamente o mesmo que no jornal diário. O normal não constitui notícia. A história é feita pelos documentos que sobrevivem, e estes se referem principalmente a crises e calamidades, crimes e contravenções, porque tais coisas são a matéria do processo de documenta-

ção — julgamentos, tratados, denúncias de moralistas, sátira literária, bulas pontificais. Nenhum papa promulgou jamais uma bula para aprovar coisa alguma. A sobrecarga negativa pode ser vista no reformador religioso Nicolas de Clamanges, que, ao denunciar os prelados indignos e mundanos em 1401, disse que em sua preocupação com a reforma não falaria dos bons religiosos porque “eles não contam ao lado dos homens maus”.

Raramente o desastre é tão generalizado quanto parece no registro histórico. O fato de estar registrado dá-lhe a aparência de constância e onipresença, quando o mais provável é que tenha sido esporádico, tanto no tempo como no espaço. Além disso, a persistência da normalidade costuma ser maior do que o efeito da perturbação, como sabemos por nossa própria época. Depois de absorver as notícias de hoje, esperamos encontrar um mundo totalmente formado por greves, crimes, falta de energia, falta d'água, trens parados, escolas fechadas, assaltos, drogas, neonazistas e estupradores. O fato é que podemos voltar para casa à noite — num dia de sorte — sem ter encontrado mais que um ou dois desses fenômenos. Isso levou-me a formular a Lei de Tuchman: “O fato de ser noticiado multiplica em cinco a dez vezes (ou qualquer outro número que o leitor prefira) a extensão aparente de qualquer fato deplorável”.

A dificuldade de empatia, de verdadeira penetração nos valores mentais e emocionais da Idade Média, é o obstáculo final. A principal barreira, creio eu, é a religião cristã de então: matriz e lei da vida medieval, onipresente, de fato compulsória. Seu insistente princípio de que a vida do espírito e do além era superior ao aqui-e-agora, à vida material na terra, não é partilhado pelo mundo moderno, por mais devotos que sejam alguns cristãos de hoje. A ruptura desse princípio e sua substituição pela crença no valor do indivíduo e de uma vida ativa, não necessariamente centrada em Deus, foi na verdade o que criou o mundo moderno e encerrou a Idade Média.

O que complica o problema é que a sociedade medieval, embora professando a crença na renúncia à vida dos sentidos, a eles não renunciou na prática, e nenhum segmento da sociedade o fez menos do que a própria Igreja. Muitos tentaram, alguns conseguiram, mas a grande maioria da humanidade não é feita para a renúncia. Nunca houve uma época em que se dedicasse mais atenção ao dinheiro e aos bens materiais do que o século XIV, e sua preocupação com a carne foi a mesma de qualquer outra época. O homem econômico e o homem sensual não podem ser suprimidos.

A distância entre o princípio dominante do cristianismo medieval e a vida cotidiana é a grande armadilha da Idade Média. É o problema presente em toda a história de Gibbon, por ele tratado com uma leveza delicadamente maliciosa, alfinetando a cada momento o que lhe parecia ser a hipocrisia do ideal cristão, que se opunha à natureza humana. Não creio, por mais que aprecie o mestre em outros aspectos, que o método de Gibbon resolva o problema. Foi o próprio homem que formulou o impossível ideal cristão e tentou preservá-lo, embora sem observá-lo, por mais de um milênio. Portanto, ele deve representar uma necessidade, alguma

coisa mais fundamental do que o iluminismo do século XVIII de Gibbon permitia, ou que sua elegante ironia podia compreender. Embora eu reconheça sua presença, seria preciso uma inclinação mais religiosa do que a minha para uma identificação com ele.

A cavalaria, principal idéia política da classe dominante, deixou entre o ideal e a prática uma lacuna tão grande quanto a religião. O ideal era uma noção de ordem mantida pela classe guerreira e formulada à imagem da Távola Redonda, a forma perfeita da natureza. Os cavaleiros do rei Artur batiam-se em defesa do Bem contra dragões, feiticeiros e homens maus, impondo a ordem num mundo desordenado. Assim, na vida real os cavaleiros deveriam servir teoricamente como defensores da Fé, mantenedores da justiça, paladinos dos oprimidos. Na prática, foram eles os opressores, e no século XIV a violência e o despotismo dos homens da espada haviam-se transformado numa das principais causas de desordem. Quando a distância entre o ideal e o real se torna grande demais, o sistema desmorona. A lenda e a ficção sempre refletiram isso; nos romances arturianos a Távola Redonda é despedaçada a partir de seu próprio núcleo. A espada é devolvida ao lago; o esforço começa de novo. Por mais violento, destruidor e ambicioso que o homem seja, ele conserva sua visão da ordem, e retoma sua busca.



NOTA SOBRE A MOEDA

As moedas medievais tiveram origem na libra (*livre* ou *pound*) de prata pura, da qual eram cunhados 240 *pennies* de prata, mais tarde consolidados como 12 *pennies* para cada *shilling* ou *sous*, e 20 *shillings* ou *sous* para cada *pound* ou *livre*. O florim, o ducado, o franco, a *livre*, o escudo, o marco e a libra inglesa eram todos, teoricamente, mais ou menos equivalentes da libra original, embora com o tempo seu peso e seu conteúdo em ouro variassem. A mais próxima de um padrão era a moeda contendo 3,5g de ouro cunhada por Florença (o florim) e Veneza (o ducado) em meados do século XIII. A palavra “ouro” junto ao nome da moeda, como *franc d'or*, *écu d'or*, ou *mouton d'or*, significava uma moeda verdadeira. Quando expressa apenas por seu nome ou, na França, como uma *livre* numa de suas várias formas — *parisis*, *tournois*, *bordelaise*, todas de valor ligeiramente diferente —, a moeda em questão representava dinheiro de contas, que só existia no papel.

Tendo essa idéia geral das complicações do problema, o leitor não especialista faria bem em não se preocupar com ele, porque os nomes das moedas nada significam, exceto em termos de capacidade aquisitiva. De tempos em tempos, ao mencionar o soldo de guerreiros, o salário de trabalhadores, o preço de um cavalo ou de um arado, as despesas de uma família burguesa, os totais de impostos conhecidos como fegal, pago pelo uso das lareiras, ou casas, e o imposto sobre vendas, procurei relacionar os números monetários com os valores reais. Não tentei traduzir as várias moedas no equivalente de uma delas, como *livres* ou *francs*, porque as equivalências variavam de acordo com o conteúdo de ouro ou prata da cunhagem; além disso, as moedas reais e o dinheiro de contas do mesmo nome tinham valores

diferentes. Portanto, simplesmente adotei em cada caso a moeda mencionada pelo documento ou pelo cronista, e pediria ao leitor que pensasse nesses totais apenas como um número de moedas.

REFERÊNCIAS A FONTES

As fontes serão encontradas na bibliografia e, quanto a itens específicos, nas Notas ao final do volume.

**UM
ESPELHO
DISTANTE**

PRIMEIRA PARTE

“Eu sou o *sire* de Coucy”: a dinastia

 NORME e majestoso no alto de um morro na Picardia, o castelo de Coucy dominava, com suas cinco torres, a estrada para Paris, do lado norte, mas se o fazia como guardião ou desafiador da monarquia na capital era uma questão sem resposta. Elevando-se a partir do centro do castelo, um gigantesco cilindro subia a uma altura duas vezes superior à das quatro torres dos ângulos. Era o *donjon*,* ou cidadela central, a maior da Europa, a mais forte do gênero jamais construída na Idade Média ou depois dela. Com 27,5m de diâmetro, 55m de altura, capaz de abrigar mil homens durante um ataque, ela eclipsava e protegia o castelo que lhe ficava ao pé, os telhados amontoados da cidade, o campanário da igreja e as trinta torres menores da grossa muralha que cercava todo o complexo, no morro.¹ Os viajantes provenientes de qualquer direção podiam ver esse colosso do poder baronial a uma distância de quilômetros e, ao se aproximarem, sentiam o medo do estrangeiro que em terras infiéis avista as pirâmides pela primeira vez.²

Levados pela imponência, os construtores tinham elaborado a escala do *donjon* com medidas interiores muito maiores que as dos mortais: degraus com 40cm, poiais das janelas a mais de um metro do chão, como se fossem destinados a uma raça de titãs. Os lintéis de pedras medindo 1,5m³ não eram menos imponentes. Durante mais de quatrocentos anos a dinastia refletida por essas disposições tinha exibido o mesmo excesso. Ambiciosos, perigosos, muitas vezes ferozes, os Coucys haviam-se plantado numa elevação de terra naturalmente feita para dominar. Do alto do morro onde estavam controlavam a passagem pelo vale do Ailette para o vale maior do Oise. Dali tinham desafiado reis, saqueado a Igreja, partido para cruzadas e nelas morrido, tinham sido condenados e excomungados por crimes, ampliado progressivamente seus domínios, casado na família real e alimentado um orgulho

* *Donjon* é a torre de menagem ou torre principal do castelo (N. do T.).

que se revelava em seu grito de guerra "*Coucy à la merveille!*".³ Donos de uma das quatro grandes baronias francesas, eles desprezavam títulos territoriais e adotaram seu lema de simples arrogância:

*Roi ne suis
Ne prince ne duc ne comte aussi;
Je suis le sire de Coucy.⁴
(Não sou rei
Nem príncipe nem duque nem conde;
Eu sou o senhor de Coucy.)*

Começado em 1223, o castelo era produto da mesma explosão arquitetônica que ergueu as grandes catedrais, cujo impulso também vinha do Norte da França. Quatro das maiores catedrais estavam sendo construídas, ao mesmo tempo que o castelo — em Laon, Reims, Amiens e Beauvais, a 75km de Coucy. Embora fossem necessários entre cinquenta e 150 anos para terminar a construção de uma catedral, as vastas obras de Coucy, com o *donjon*, as torres menores, os taludes e uma rede subterrânea, foram concluídas, sob a imperiosa vontade unicamente de Enguerrand de Coucy III, no espantoso período de sete anos.⁵

O castelo cobria uma área de cerca de um hectare. Suas quatro torres de ângulos, cada qual com 27m de altura e vinte de diâmetro, e seus três lados exteriores eram construídos ao nível da borda do morro, formando os taludes. A única entrada do complexo era um portão fortificado, do lado interno, próximo ao *donjon*, protegido por torres de vigia, fosso e rastrilho. O portão abria para a *place d'armes*, um espaço murado com cerca de 2,5ha, que continha cavalaria e outros prédios de serviço, a liça e um pasto para os cavalos. Para além desse ponto, onde o morro se alargava como um rabo de peixe, ficavam a cidade, com umas cem casas talvez, e uma igreja de torre quadrada. Três portões fortificados na muralha externa, que cercava o alto do morro, dominavam o acesso ao mundo exterior. No lado sul, que dava para Soissons, o morro formava uma encosta muito íngreme, facilmente defensável; do lado norte, que dava para Laon, onde o morro se fundia com a chapada, um grande fosso constituía uma barreira extra.

Dentro de paredes com 5,5 a 9m de espessura, uma escada em espiral ligava os três andares do *donjon*. Um buraco ou "olho", no telhado, também presente no teto arqueado de cada pavimento, proporcionava um pouco mais de luz e ar ao sombrio interior, e permitia que armas e provisões fossem içadas de andar para andar sem a necessidade de subir escadas. Também por ali era possível dar ordens diretas a toda a guarnição simultaneamente. Nada menos de 1.200 a 1.500 homens podiam reunir-se para ouvir o que era dito do andar do meio. A torre tinha cozinhas, disse um contemporâneo admirado, "dignas de Nero",⁶ e no telhado havia um viveiro de peixes alimentado pela água da chuva. Tinha um poço, fornos para o pão, porões, armazéns, enormes lareiras com chaminés em todos os andares, e latrinas. Passagens subterrâneas em abóbada levavam a todas as partes do castelo, ao pátio aberto e às saídas secretas para fora dos taludes, pelas quais se podia abaste-

cer uma guarnição sitiada. Do alto do *donjon* o observador descortinava toda a região até a floresta de Compiègne, a quase 50km de distância, o que deixava Coucy livre de surpresas. Em termos de projeto e execução, a fortaleza era, na Europa medieval, a que mais se aproximava de uma estrutura militar perfeita, e suas dimensões eram as mais audaciosas.

A arquitetura dos castelos seguia uma norma dominante: não eram construções residenciais, mas centros de defesa. Como fortalezas, eram, para a vida medieval, um símbolo tão dominante quanto a cruz. No *Romance da Rosa*, vasto compêndio de tudo, exceto romance, o castelo em torno da Rosa é a estrutura central, que tem de ser sitiada e penetrada para que se alcance a meta do desejo sexual. Na vida real, toda a sua arquitetura testemunha a realidade da violência, a expectativa de ataque, que condicionou a história da Idade Média. A antecessora do castelo, a vila romana, não era fortificada e dependia do direito romano e das legiões romanas para sua proteção. Depois da queda do Império, a sociedade medieval que surgiu era uma série de peças que não se harmonizavam e se chocavam, sem nenhuma autoridade secular central ou efetiva. Apenas a Igreja oferecia um princípio de organização, e foi essa a razão de seu êxito, pois a sociedade não pode suportar a anarquia.

A partir da turbulência, a autoridade secular central começou a se consolidar lentamente na monarquia, mas tão logo o novo poder passou a existir efetivamente, entrou em conflito com a Igreja, de um lado, e com os barões, do outro. Ao mesmo tempo, a burguesia das cidades desenvolvia sua própria ordem e vendia seu apoio aos barões, aos bispos ou aos reis, em troca de forais que garantiam a suas terras o estatuto de "comunas" livres. Proporcionando liberdade para o desenvolvimento do comércio, essas cartas régias marcaram a ascensão do Terceiro Estado urbano. O equilíbrio político entre os grupos concorrentes era instável porque o rei não tinha uma força armada permanente à disposição. O rei dependia da obrigação feudal de seus vassallos, que consistia na prestação de serviço militar limitado, mais tarde complementado pelo serviço remunerado. O governo ainda era pessoal, proveniente do feudo de terras e do juramento de preito e homenagem. O elo que formava a estrutura política não se estabelecia entre o cidadão e o Estado, mas sim entre o vassalo e o senhor. O Estado ainda lutava para nascer.

Por sua localização no centro da Picardia, o domínio de Coucy, como reconhecia a coroa, era "uma das chaves do reino".⁷ Chegando quase a Flandres no Norte, e ao canal da Mancha e às fronteiras da Normandia no Oeste, a Picardia era o principal caminho do Norte da França. Seus rios levavam tanto para o Sul, ao Sena, como para o Oeste, ao canal. O solo fértil fazia dela a principal região agrícola da França, com pastagens e campos de cereais, maciços de florestas e numerosas aldeias. A derrubada das matas, primeiro ato de civilização, tinha começado com os romanos. No início do século XIV a Picardia tinha cerca de 250 mil famílias, ou

uma população de mais de um milhão de habitantes, o que faz dela a única província da França, além de Toulouse, no Sul, a ter sido mais populosa na era medieval do que na moderna. Seu temperamento era vigoroso e independente, e suas cidades foram as primeiras a conseguir o foral de comunas.

Na obscura região entre a lenda e a história, o domínio de Coucy era originalmente um feudo da Igreja, supostamente concedido a São Remígio, primeiro bispo de Reims, por Clóvis, primeiro rei cristão dos francos, mais ou menos no ano 500. Depois de sua conversão ao cristianismo por São Remígio, o rei Clóvis doou o território de Coucy ao novo bispado de Reims, apoiando a Igreja nas posses de César, como o imperador Constantino fizera tradicionalmente com a Igreja de Roma. Pelo dom de Constantino, o cristianismo foi, ao mesmo tempo, oficialmente reconhecido e fatalmente comprometido. Como escreveu William Langland,

Quando a bondade de Constantino fez à Santa Igreja o dom
De terras e arrendamentos, senhorias e servos,
Os romanos ouviram um anjo excluir no alto, acima deles,
“Neste dia *dos ecclesiae* bebeu veneno
E todos os que tiverem o poder de Pedro estão envenenados para sempre.”

Esse conflito entre a procura pelo divino e a atração das coisas terrenas seria o problema central da Idade Média. A Igreja pretendia a liderança espiritual e não conseguia ser inteiramente convincente para todos os seus adeptos quando se baseava na riqueza material. Quanto mais riquezas a Igreja acumulava, mais evidente e perturbadora se tornava essa falha, cuja solução foi impossível e que continuou a renovar a dúvida e a discordância a cada século.

Nos mais antigos documentos latinos, Coucy era chamado de *Codicium* ou *Codiacum*, nome supostamente derivado de *codex*, *codicis*, o que significava um tronco de árvore com ramos podados, como os troncos usados pelos gauleses para construir suas paliçadas. Na Idade das Trevas, durante quatro séculos o lugar permaneceu obscuro. Em 910-20, Hervé, arcebispo de Reims, construiu no morro o primeiro conjunto primitivo de castelo e capela, cercado por uma muralha que o defendia dos escandinavos que invadiam o vale do Oise. Colonos provenientes da aldeia lá embaixo, refugiando-se dentro das muralhas do bispo, fundaram a cidade alta, que se tornou conhecida como Coucy-le-Château, em contraste com Coucy-la-Ville, na parte baixa. Nesses tempos agitados o território foi motivo constante de luta entre barões, arcebispos e reis, todos igualmente belicosos. A defesa contra os invasores — mouros no Sul, escandinavos no Norte — forjou uma classe de guerreiros violentos que lutavam entre si com a mesma disposição e selvageria com que enfrentavam os estranhos. Em 975, Oderico, arcebispo de Reims, cedeu o feudo a um personagem chamado conde d'Eudes, que se tornou o primeiro *sire* de Coucy. Nada se conhece sobre ele, exceto o nome, mas uma vez instalado no alto do morro legou a seus descendentes uma herança de extraordinária força e fúria.

O primeiro ato importante que se conhece da dinastia, mais religioso do que bélico, foi a fundação da abadia beneditina de Nogent, no pé do morro, realizada

por Aubry de Coucy em 1059.⁸ Esse gesto, de maiores proporções do que os habituais donativos para orações perpétuas, pretendia tanto mostrar a importância do doador como granjear mérito para garantir sua salvação. Quer a doação inicial tenha sido ou não modesta, como se queixou no século seguinte o rancoroso abade Guibert, a abadia floresceu e, sustentada por um fluxo de recursos de sucessivos Coucys, sobreviveu a todos eles.

O sucessor de Aubry, Enguerrand I, foi um homem de muitos escândalos, obcecado pelo desejo de mulher, segundo o abade Guibert (outra vítima da sexualidade recalcada, como revelam as suas *Confissões*). Tomado de paixão por Sybil,⁹ mulher de um senhor da Lorena, Enguerrand conseguiu, com a ajuda de um conivente bispo de Laon, que era seu primo em primeiro grau, divorciar-se da primeira mulher, Adèle de Marle, sob a acusação de adultério. Casou-se depois com Sybil, sob a sanção da Igreja, enquanto o marido dela estava ausente, na guerra, e a dama estava grávida em consequência de uma terceira ligação. Consideravam-na devassa.

Dessa situação familiar imoral nasceu o “lobo raivoso” (nas palavras de outro abade famoso, Suger de St. Denis), o mais notório e selvagem dos Coucys, Thomas de Marle, filho da repudiada Adèle.¹⁰ Odiando violentamente o pai, que pusera em dúvida sua paternidade, Thomas cresceu e chegou a participar da interminável guerra lançada contra Enguerrand I pelo marido repudiado de Sybil. Essas guerras particulares eram travadas pelos cavaleiros com grande entusiasmo e uma única estratégia, que consistia em tentar arruinar o inimigo matando ou aleijando o maior número possível de camponeses a ele pertencentes e destruindo o maior número possível de plantações, vinhas, ferramentas, celeiros e outros bens, assim reduzindo suas fontes de renda. Em consequência disso, a principal vítima dos adversários eram seus respectivos camponeses. O abade Guibert declarou que, na “guerra insensata” de Enguerrand contra o lorenense, homens capturados tinham os olhos arrancados e os pés cortados, com resultados que ainda podiam ser vistos no distrito em sua época. As guerras particulares eram a maldição da Europa e já foi levantada a hipótese de que as cruzadas teriam sido criadas subconscientemente para funcionar como um escape para a agressividade.

Quando se realizou a grande convocação de 1095 para a tomada da cruz e salvação do Santo Sepulcro na Primeira Cruzada, tanto Enguerrand I como seu filho Thomas juntaram-se à marcha, levando sua discórdia para Jerusalém e dali voltando sem que o ódio mútuo diminuísse. Um feito durante a cruzada deu aos Coucys o seu brasão de armas, embora existam dúvidas sobre o protagonista, se foi Enguerrand ou Thomas. Um ou outro, com cinco companheiros, ao ser surpreendido sem as armaduras por um grupo de muçulmanos, tirou seu manto escarlate enfeitado de veiros (pele de esquilo), rasgou-o em seis pedaços para fazer galhardetes de reconhecimento, e assim equipado, diz a lenda, caiu sobre os muçulmanos e os aniquilou. Em comemoração, foi adotado um escudo com seis faixas horizontais, em ponta, de vermelho sobre branco, ou, em termos de heráldica, “barrado de seis, veiro e goles” (“goles” significa vermelho).¹¹

Como herdeiro materno dos territórios de Marle e La Fère, Thomas anexou-os

ao domínio de Coucy, ao qual sucedeu em 1116.¹² Selvagem, continuou uma carreira de inimizades e banditismo, dirigida em combinações variadas contra a Igreja, a cidade e o rei, “ajudado pelo Demônio”, segundo o abade Suger. Tomava terras dos conventos, torturava prisioneiros (ao que se dizia, pendurando-os pelos testículos até que, com o peso do corpo, fossem arrancados), cortou pessoalmente a garganta de trinta burgueses rebeldes, transformou seus castelos em “um ninho de dragões e uma caverna de ladrões” e foi excomungado pela Igreja, que o privou — *in absentia* — do cinturão de cavaleiro e ordenou a leitura do anátema contra ele, todos os domingos, em todas as paróquias da Picardia. O rei Luís VI reuniu uma força de guerra contra Thomas e conseguiu expulsá-lo das terras e dos castelos roubados. No fim, Thomas não se livrou da esperança de salvação e do medo do inferno, que proporcionaram à Igreja tantos legados valiosos ao longo dos séculos. Ele deixou uma rica doação à abadia de Nogent, fundou outra abadia em Prémontré, próximo a sua cidade, e morreu na cama em 1130. Casara-se três vezes. O abade Guibert considerava-o “o homem mais malvado de sua geração”.

Um homem como Thomas de Marle não era formado, necessariamente, por genes agressivos ou ódio ao pai, coisas que podem ocorrer em qualquer século, mas pelo hábito da violência que então florescia em virtude da falta de qualquer órgão eficiente de repressão.

Enquanto o poder político se centralizava nos séculos XII e XIII, as energias e os talentos da Europa se reuniam num dos grandes surtos evolutivos da civilização. Estimulado pelo comércio, ocorreu um grande movimento em termos de arte, tecnologia, construção, aprendizagem, exploração terrestre e marítima, universidades, cidades, sistemas de banco e de crédito, e em todas as esferas que enriqueciam a vida e ampliavam os horizontes. Esses duzentos anos constituíram a Alta Idade Média, período em que se começou a usar a bússola e o relógio mecânico, a roda de fiar e o tear, o moinho de vento e de água; um período no qual Marco Polo viajou para a China e Tomás de Aquino se propôs organizar o conhecimento, em que as universidades foram criadas em Paris, Bolonha, Pádua e Nápoles, Oxford e Cambridge, Salamanca e Valladolid, Montpellier e Toulouse; em que Giotto pintou o sentimento humano, Roger Bacon mergulhou na ciência experimental, Dante imaginou seu grande quadro do destino humano e o escreveu no vernáculo; um período em que a religião se expressava tanto no discurso suave de São Francisco como na crueldade da Inquisição, quando, em nome da fé, a Cruzada Albigense mergulhou o Sul da França em sangue e em massacres, enquanto as catedrais que se projetavam para os céus erguiam, arco após arco, triunfos de criatividade, tecnologia e fé.

Elas não foram construídas pelo trabalho escravo. Embora existisse a servidão limitada, os direitos e os deveres dos servos estavam determinados pelo costume e pela memória jurídica, e o trabalho da sociedade medieval, ao contrário do mundo antigo, era feito por seus próprios integrantes.

Depois da morte de Thomas, seguiu-se em Coucy um período de sessenta anos de maior respeitabilidade do senhor, sob seu filho e seu neto, Enguerrand II e Raul I, que cooperaram com a coroa em benefício de seu domínio. Cada um deles atendeu às renovadas cruzadas do século XII e ambos perderam a vida na Terra Santa. Sofrendo talvez das limitações financeiras impostas por essas expedições, a viúva de Raul vendeu a Coucy-le-Château, em 1197, o seu foral de comuna livre, por 140 libras.¹³

Essa democratização, ainda mínima, não era tanto um passo na marcha constante em direção à liberdade — como os historiadores do século XIX gostavam de ver a evolução humana — mas sim um subproduto ocasional da paixão dos nobres pela guerra. Tendo de equipar-se, e à sua comitiva, com armaduras, armas e bons cavalos, tudo isso muito caro, o cruzado — se sobrevivesse — em geral voltava para casa mais pobre do que ao partir, ou deixava sua propriedade mais pobre, especialmente porque nenhuma das cruzadas, depois da Primeira, foi vitoriosa ou lucrativa. O único recurso, já que era impensável vender terras, era alienar os privilégios comunais ou trocar mão-de-obra e títulos de servidão por dinheiro. Na economia em expansão dos séculos XII e XIII, os lucros do comércio e do excedente agrícola proporcionavam aos burgueses e camponeses o dinheiro para pagar pelos direitos e liberdades.

Sob Enguerrand III,¹⁴ chamado o Grande, que reconstruiu o castelo e o *donjon*, os excessos dos Coucys voltaram a aparecer. *Sire* de Coucy de 1191 a 1242, ele construiu ou reconstruiu castelos e taludes em seis de seus feudos, além de Coucy, inclusive um em St. Gobain quase tão grande quanto o de Coucy. Participou da chacina da Cruzada Albigense, lutou em todas as outras guerras existentes, inclusive, como seu bisavô Thomas, contra a diocese de Reims, motivado por uma disputa em torno de direitos feudais. Foi acusado de ter saqueado as terras da diocese, ocupado suas aldeias, forçado as portas da catedral, posto a ferros o *doyen*, e reduzido os cônegos à miséria.

Quando o arcebispo de Reims queixou-se ao papa em 1216, Enguerrand III também foi excomungado e todos os serviços religiosos na diocese receberam ordem de parar quando ele aparecesse. A pessoa excomungada ficava privada dos sacramentos e estava condenada ao inferno, até o momento em que reparasse a falta e fosse absolvida. Nos casos mais importantes só o bispo, ou mesmo o papa, podiam dar essa absolvição. Enquanto perdurasse a excomunhão, o sacerdote local devia pronunciar a maldição sobre o pecador perante a paróquia, duas ou três vezes por ano, em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo, da Virgem Maria e todos os Apóstolos e santos, enquanto os sinos dobravam finados, as velas eram apagadas e a cruz e os missais colocados no chão. O culpado era, supostamente, isolado de todas as relações sociais e profissionais, mas os incômodos que tal regra causava a todos eram tais que os vizinhos do pecador recorriam ao apedrejamento de sua casa, e a outras medidas para levá-lo ao arrependimento, ou desconheciam totalmente a proibição. No caso de Enguerrand III, a suspensão de todos os serviços religiosos era uma sentença temível para a comunidade, o que o levou a um

acordo e absolvição em 1219, depois de ter cumprido penitência. Mas isso em nada contribuiu para diminuir suas ambições de poder, pois ele passou a construir o grande castelo que lançava sua sombra sobre Paris.

A pressa na construção foi estimulada pela expectativa de uma batalha com o soberano, pois durante a menoridade de Luís IX, o futuro São Luís, Enguerrand III liderou uma liga de barões em oposição à coroa; e até mesmo, como dizem, aspirou ao trono.¹⁵ Tinha herdado sangue real pelo lado de sua mãe, Alix de Dreux, descendente de Filipe I. Seu *donjon*, planejado para sobrepujar a torre real do Louvre, foi considerado como um gesto de desafio e uma mostra de suas intenções. A regência da mãe do menino-rei resistiu à ameaça, mas o *sire* de Coucy continuou sendo uma força respeitada. Ele acumulava propriedades e posições internacionais pelos casamentos. Sua primeira e sua terceira esposas eram mulheres de famílias nobres vizinhas, que lhe proporcionaram novas propriedades na Picardia, e sua segunda mulher foi Mahaut de Saxe, filha de Henrique, o Leão, duque da Saxônia, neta de Henrique II da Inglaterra e Eleanor de Aquitânia, sobrinha de Ricardo Coração de Leão e irmã de Oto da Saxônia, posteriormente Sacro Imperador Romano. Sua filha com uma dessas mulheres casou-se com Alexandre II, rei da Escócia.

Nas construções em Coucy foram empregados (como se calculou pelas marcas dos pedreiros) cerca de oitocentos profissionais, incontável número de carros de boi para puxar as pedras da pedreira até o morro, e cerca de oitocentos outros artesãos, como carpinteiros, colocadores de telhado, trabalhadores em ferro e chumbo, pintores e entalhadores. Na entrada do *donjon* estava entalhada em baixo-relevo a imagem de um cavaleiro sem armadura em combate com um leão, simbolizando a coragem cavaleiresca. Os muros, tanto do castelo como da torre, eram decorados com desenhos e grinaldas de folhas fantásticas, todas numa escala correspondente à estrutura. Chaminés de verga, embutidas nas paredes, espalhavam-se por todas as partes do castelo. Diferentes do buraco no telhado, essas chaminés eram um progresso tecnológico do século XI que, por aquecer os aposentos individualmente, retirou os senhores e senhoras do salão comum onde todos comiam juntos e se reuniam em busca do calor, e separou os donos do castelo de seus dependentes. Nenhuma outra invenção proporcionou maior progresso no conforto e refinamento, embora ao preço do aumento da distância social.

Num ângulo interno do segundo pavimento havia um pequeno aposento com sua lareira própria, talvez um aposento privativo da *dame* de Coucy, de cuja janela ela podia ver todo o vale, tendo aqui e ali o campanário da igreja de uma aldeia, espetando o céu atrás de uma massa de árvores, e onde, como a senhora de Shalot, ela podia ver quem ia e vinha na serpenteante estrada que subia o morro. Com exceção dessa pequena sala, os aposentos residenciais do senhor e sua família ficavam na parte do castelo menos acessível para quem vinha de fora.

Em 1206 os cidadãos de Amiens, a orgulhosa e próspera capital da Picardia, que já era comuna há cem anos, adquiriram um pedaço da cabeça de João Batista. Como santuário digno da relíquia, resolveram construir a maior igreja da França, "mais alta do que todos os santos, mais alta do que todos os reis".¹⁶ Reunidos os

recursos, em 1220 a nobre abóboda da catedral estava sendo levantada. Na mesma década, Enguerrand III construiu, juntamente com seu *donjon*, uma capela grandiosa e magnífica, maior do que a Santa Capela que são Luís construiria em Paris, alguns anos depois. Abobadada, dourada e rica de entalhes e cores, brilhava com vitrais tão belos que o maior colecionador do século seguinte, João, duque de Berry, tentou comprá-los por 12 mil escudos de ouro.¹⁷

Enguerrand III era agora senhor de St. Gobain, de Assis, de Marle, de La Fère, de Folembray, de Montmirail, de Oisy, de Crèvecœur, de La Ferté-Aucoul e La Ferté-Gauche, visconde de Meaux, castelão de Cambrai. Muito antes, em 1095, a coroa tinha recuperado da Igreja a soberania sobre o feudo de Coucy, agora diretamente dependente do rei, a quem seu senhor devia obediência exclusiva. Durante os séculos XII e XIII o *sire* de Coucy, como o bispo de Laon, cunhava sua própria moeda.¹⁸ A julgar pelo número de cavaleiros que os vassalos reais eram obrigados a fornecer quando o rei pedia, Coucy era na época a principal baronia do reino, situando-se imediatamente depois dos grandes ducados e condados que, exceto pelo preito e homenagem que deviam ao rei francês, eram praticamente independentes. De acordo com um registro de 1216, o domínio de Coucy tinha trinta cavaleiros,¹⁹ em comparação com os 34 do duque d'Anjou, dos 36 do duque da Bretanha, e dos 47 do conde de Flandres.

Em 1242, Enguerrand III morreu, com cerca de sessenta anos, quando, numa violenta queda de seu cavalo, a ponta da espada atravessou-lhe o corpo. Seu filho mais velho e sucessor, Raul II, foi morto logo depois numa batalha no Egito, na infeliz cruzada de são Luís, de 1248-50. Sucedeu-lhe o irmão, Enguerrand IV, uma espécie de Calígula medieval, de quem um dos crimes tornou-se o catalisador de um grande avanço na justiça social.

Ao aprisionar em sua floresta três jovens senhores de Laon, equipados de arcos e flechas mas sem cães de caça para animais de porte, Enguerrand IV os fez executar por enforcamento, sem qualquer julgamento ou processo. A impunidade em atos desse tipo já não era assegurada, pois o rei era Luís IX, soberano cujo senso de administração era tão agudo quanto a sua religiosidade. Mandou prender Enguerrand IV, não por seus pares, mas pelos guardas da corte, como qualquer criminoso, e o colocou no Louvre, embora não em cadeias, em deferência à sua condição.

Levado a julgamento em 1256, Enguerrand IV foi acompanhado pelos maiores pares do reino — o rei de Navarra, o duque da Borgonha, os condes de Bar e Soissons, entre outros, que viam no julgamento uma ameaçadora prova para as suas prerrogativas.²⁰ Recusando uma investigação do caso, como ofensiva à sua pessoa, honra, posição e linhagem nobre, Enguerrand exigiu julgamento por seus pares e combate judiciário. Luís IX negou com firmeza, dizendo que para os pobres, o clero “e pessoas que merecem nossa piedade”, seria injusto permitir o combate judiciário. Normalmente, nesses casos, os plebeus podiam arranjar um defensor, que lutasse por eles, mas o rei Luís considerava o método obsoleto. Num demorado processo onde os debates foram calorosos, e contra a tenaz resistência dos pares,

ele mandou que o *sire* de Coucy fosse julgado. Enguerrand IV foi condenado e embora o rei desejasse uma sentença de morte, foi convencido pelos pares a mudar de idéia: Enguerrand teve de pagar uma multa de 12 mil libras, a ser usada em parte para missas perpétuas pelas almas dos homens que enforcara, sendo a outra parte mandada para Acra para ajudar na defesa da Terra Santa. Fez-se com isso história jurídica e o episódio foi mais tarde citado como um dos fatores da canonização do rei.

A riqueza de Coucy devolveu a simpatia real a Enguerrand IV quando ele emprestou ao rei Luís 15 mil libras, em 1265, para a compra do que se dizia ser a verdadeira Cruz. Ele, porém, continuou sua carreira de excessos até o século XIV e morreu com a propecta idade de 75 anos em 1311, sem descendência, embora não sem um legado. Deixou 20 *sous* (o mesmo que uma libra) por ano, em perpetuidade, para o leprosário de Coucy-la-Ville, para que seus internos "rezem por nós a cada ano na Capela pelos nossos pecados". Vinte *sous* naquela época equivaliam ao soldo de um dia de um cavaleiro ou quatro arqueiros, ou à contratação de uma carroça e dois cavalos por vinte dias, ou, teoricamente, ao salário de um camponês contratado, por dois anos.²¹ Portanto, é de supor que tenham feito jus a um número razoável de orações, embora talvez não o suficiente para a alma de Enguerrand IV.

Quando esse não pranteado senhor, embora casado duas vezes, morreu sem herdeiros, a dinastia passou aos descendentes de sua irmã Alix, casada com o conde de Guînes. Seu filho mais velho herdou as terras e o título, enquanto o segundo filho dela, Enguerrand V, tornou-se o senhor de Coucy. Criado na corte de Alexandre da Escócia, seu tio por afinidade, ele casou-se com Catherine Lindsay, de Baliol, sobrinha do rei, e teve a senhoria por apenas dez anos. Foi seguido, em rápida sucessão, pelo filho Guillaume e o neto Enguerrand VI, que herdou o domínio em 1335 e cinco anos mais tarde seria pai de Enguerrand VII, o último dos Coucys e assunto deste livro. Através de novos casamentos com poderosas famílias do Norte da França e Flandres, os Coucys tinham continuado a tecer alianças de força e influência e a adquirir terras, rendas e uma galáxia de brasões de armas. Podiam usar nada menos de 12 deles: Boisgency, Hainaut, Dreux, Saxônia, Montmirail, Roucy, Baliol, Ponthieu, Châtillon, St. Pol, Guéldria e Flandres.

Os Coucys viveram num estilo que não foi superado por ninguém, e se comportavam segundo o uso dos príncipes soberanos. Mantinham tribunais de justiça nos moldes reais e organizaram a vida familiar com o mesmo corpo de funcionários que tinha o rei: um responsável pela segurança, um mordomo, um mestre de falconaria e caça, um mestre das cavalaria, um mestre das florestas e águas, e mestres ou administradores das cozinhas, padaria, adega, frutas (que incluía especiarias, tochas e velas para iluminação), e mobiliário (inclusive tapeçaria e alojamento durante as viagens). Um grão-senhor de sua posição empregava geralmente também um ou mais médicos, barbeiros, pintores, músicos, menestréis, secretários e copistas, um astrólogo, um bufão e um anão, além de pajens e escudeiros, todos residentes no castelo. Um vassalo principal agia como *châtelain* ou *garde du château*,

administrando a propriedade. Em Coucy, cinquenta cavaleiros, juntamente com seus escudeiros, atendentes e criados, formavam uma guarnição permanente de quinhentas pessoas.

A suntuosidade exterior era importante como demonstração de posição, exigindo grandes séquitos vestidos com a libré do senhor, festas espetaculares, torneios, caçadas, entretenimentos e, acima de tudo, liberalidade em presentes e gastos que, como constituíam o meio de vida de seus agregados, eram louvados como o atributo mais admirado do nobre.

A condição de nobreza vinha do nascimento e da linhagem, mas tinha de ser confirmada pela “vida em estilo nobre” — isto é, pela espada. Era nobre quem nascia de pais e avós nobres, e assim retrospectivamente até o primeiro cavaleiro armado. Na prática, essa norma era falha e a condição, fluida e inexata. O único critério certo era a função — ou seja, a prática das armas. Era uma função atribuída ao segundo dos três Estados criados por Deus, cada qual com uma determinada tarefa para o bem de todos. O clero devia rezar para todos os homens, o cavaleiro lutar por eles, e o plebeu trabalhar para que todos pudessem comer.

Como o Estado mais próximo de Deus, o clero vinha em primeiro lugar. Dividia-se em duas hierarquias: a que vivia em clausura e a secular, que vivia entre os leigos. Presidiavam ambas as hierarquias os prelados — abades, bispos e arcebispos, que eram os equivalentes aos *grands-seigneurs* seculares. Entre o prelado e o padre pobre e semiletrado que vivia de migalhas, pouco havia em comum. O Terceiro Estado era ainda menos homogêneo, dividido entre patrões e empregados e cobrindo toda a gama de grandes magnatas urbanos, juristas e doutores, artesãos especializados, jornaleiros e camponeses. Apesar disso, a nobreza insistia em ajuntar todos os não-nobres como plebeus. “Dos burgueses, comerciantes e trabalhadores”, escreveu um nobre da corte do último duque da Borgonha, “não é necessário nenhuma descrição maior, pois entre outras coisas esse Estado não é capaz de grandes atributos devido ao seu grau servil”.²²

Teoricamente, o objetivo da função do nobre não era lutar apenas por lutar, mas na defesa dos dois outros Estados e pela manutenção da justiça e da ordem. Ele deveria proteger o povo da opressão, combater a tirania e cultivar a virtude — isto é, deveria defender as qualidades superiores da humanidade, das quais o camponês ignorante e sujo de lama era considerado incapaz pelos seus contemporâneos de cristandade, embora não pelo fundador desta.

Em sua condição de protetor, o nobre estava isento da tributação direta do imposto individual e do fegal, embora não do imposto sobre vendas e da contribuição para o resgate de um soberano preso. Esses tributos, porém, arrancavam proporcionalmente mais dos pobres do que dos ricos. O pressuposto era que o pagamento de imposto era ignóbil; o braço armado do cavaleiro prestava serviço ao Estado, como as orações eram o serviço do clero e os isentava também do pagamento do fegal. Os nobres se justificavam alegando o “risco de seus corpos e propriedades na guerra”,²³ mas na prática as regras eram tão instáveis e imprecisas quanto nuvens num céu de ventanias. Também o pagamento de tributos pelo clero,

quando se tratava de dinheiro para a defesa do reino, era motivo de controvérsia crônica e violenta.

A tributação, como a usura, baseava-se em princípios nada definidos e que se tornavam tão confusos com acréscimos, isenções e outras disposições, que era impossível contar com uma receita precisa. O princípio básico era que o rei devia “viver do que tinha”, em circunstâncias ordinárias, mas como suas receitas podiam não bastar para a defesa do reino, ou outras finalidades governamentais, seus súditos podiam ser tributados para que ele fosse capaz, como Tomás de Aquino disse muito bem, de “proporcionar o bem comum por meio dos bens comuns”.²⁴ Essa obrigação tinha sua origem no princípio mais profundo de que “os príncipes são criados por Deus não para buscar ganhos pessoais, mas para o bem comum do povo”.²⁵

O homem que nascia nobre apegava-se à espada como o emblema de sua identidade, não só para gozar a isenção dos impostos, mas também pela sua auto-imagem. “Nenhum de nós teve pai que morresse na cama”, dizia um cavaleiro numa *Chanson de geste* do século XIII; “todos morreram de um frio ferro em combate”.²⁶

O cavalo era o trono do nobre, a montaria que o elevava acima dos outros homens. Em todas as línguas, exceto o inglês, a palavra que indica o homem montado tem conotações de nobreza, com *chevalier* em francês. “Um homem corajoso montado num bom cavalo”, dizia-se, “pode fazer mais numa hora de luta do que dez ou talvez cem a pé”. O *destrier*, ou o cavalo de batalha, era criado para ser “forte, fogoso, rápido e fiel” e só era montado em combate. Nas viagens, o cavaleiro montava o seu palafrém, cavalo de raça, mas de disposição mais tranqüila, enquanto seu escudeiro levava o *destrier* à sua direita — daí seu nome, de *dexter*. Na prestação do serviço militar, cavaleiro e cavalo eram considerados inseparáveis: sem a montaria, o cavaleiro era apenas um homem.

A batalha era a sua exaltação. “Se eu já estivesse com um pé no Paraíso”, exclamou Garin li Loherains, o herói de uma canção de gesta, “eu o tiraria para ir lutar”.²⁷ O trovador Bertrand de Born, que era nobre, foi mais explícito:

Meu coração se enche de alegria ao ver
Fortes castelos sitiados, paliçadas rompidas e vencidas,
Muitos vassalos derrubados,
Cavalos dos mortos e feridos andando a esmo.
E quando se trava a batalha, que os homens de linhagem
Só pensem em quebrar cabeças e braços,
Pois é melhor morrer do que ser vencido e viver...
Digo-lhes que não conheço maior alegria do que ouvir
O grito de “avante” dos dois lados, e o relinchar
De cavalos sem cavaleiros, e os gritos
De “Socorro! Socorro!” e quando vejo homens
Grandes e pequenos por igual
Caírem nos fossos e na grama,
E vejo os mortos trespassados de lanças!
Senhores, empenhai vossos domínios, castelos, cidades,
Mas não deixeis nunca de guerrear!²⁸

Dante retratou Bertrand no Inferno levando a cabeça cortada à sua frente, como uma lanterna.²⁹

A propriedade da terra e as receitas davam ao nobre o direito de exercer autoridade sobre todos os não-nobres de seu território, exceto o clero e os comerciantes que fossem cidadãos de uma cidade livre. A autoridade dos grandes senhores estendia-se à “alta justiça”, ou seja, ao poder de vida ou morte, ao passo que a dos cavaleiros menores limitava-se à prisão, açoitamento e outros castigos da “baixa justiça”. Sua base e justificação continuava sendo o dever de proteger, parte do juramento do senhor aos seus vassalos, que era teoricamente tão válido quanto o juramento dos vassalos ao senhor — e este só valia “enquanto o senhor cumprir seus juramentos”. A estrutura política medieval era idealmente um contrato de troca de serviços e fidelidade, em troca de proteção, justiça e ordem. Assim como o camponês devia parte de sua produção e trabalho, o senhor por sua vez devia serviços ministeriais ao seu soberano, e assistência na paz, bem como serviço militar na guerra. A terra era, em todos os casos, o elemento preponderante, e o juramento de fidelidade, feito e aceito, era o selo que unia as duas partes, inclusive os reis.

Nem todos os nobres eram *grands-seigneurs* como os Coucys. Um cavaleiro solteiro, possuidor de uma casa e um cavalo esquelético, partilhava dos mesmos rituais que o senhor de um território, mas não de seus interesses. As fileiras da nobreza em França tinham cerca de duzentas mil pessoas, distribuídas em quarenta mil a cinquenta mil famílias, o que representava pouco mais de 1% da população. Iam desde os grandes ducados, com rendas de mais de dez mil libras, passando pelo senhor de um pequeno castelo com um ou dois cavaleiros como vassalos, e uma renda de menos de 500 libras, até o cavaleiro pobre, na base da escala, que não era senhor de ninguém, exceto daqueles de origem servil, e cujo único feudo era uma casa e uns poucos campos equivalentes à propriedade de um camponês. Podia ter uma renda de uns poucos arrendamentos, de cerca de 25 libras ou menos, com a qual devia manter a família e servos, e o equipamento de cavaleiro que era o seu meio de vida. Viviam do cavalo e das armas, dependendo, para sua manutenção, do seu senhor ou de quem precisasse dos seus serviços.

O escudeiro pertencia à nobreza pelo nascimento, quer obtivesse ou não a correia e esporas do cavaleiro, mas com frequência era necessária uma ação judicial para determinar que outras funções um cavaleiro podia desempenhar sem perder sua condição de nobre. Poderia vender vinhos de suas vinhas, por exemplo? Questão delicada, porque os reis vendiam regularmente o produto de suas vinhas. Num processo movido em 1393 para solucionar essa questão, uma ordenação real dizia, com bastante ambigüidade, que “não é adequado a um nobre ser estalajadeiro”.³⁰ De acordo com outro julgamento, o nobre podia conseguir licença para comerciar sem perder sua condição. Havia filhos de nobres, como se sabia, “que viviam e tinham vivido há muito como comerciantes, vendendo tecidos, cereais, vinho e todas as outras mercadorias, ou como comerciantes, peleiros, sapateiros ou alfaia-tes”,³¹ mas essas atividades, sem dúvida, lhes teriam custado os privilégios de nobre.

A justificativa racional do problema foi feita, de maneira clara, por Honoré

Bonet, clérigo do século XIV que fez, em *A árvore das batalhas*, a corajosa tentativa de expor os códigos de conduta militar existentes. A razão da proibição de atividade comercial, escreveu ele, era assegurar que o cavaleiro “não tivesse motivo para deixar a prática das armas devido ao desejo de adquirir riquezas mundanas.”³²

A definição da nobreza pelo nascimento diluiu-se com o enobrecimento de plebeus. A concessão de feudos aos plebeus, que pagavam muito bem pela honraria, tornou-se uma fonte de renda tão lucrativa para a coroa quanto a concessão de cartas às cidades. Os enobrecidos eram homens de fortuna que atendiam às necessidades do rei, ou juristas e notários que começaram ajudando o rei em vários níveis da administração da justiça e das finanças e, aos poucos, como o governo se tornava mais complexo, formaram um grupo de funcionários profissionais e ministros da coroa. Chamados *noblesse de la robe*, em distinção à nobreza da espada, eram desprezados e tidos como arrivistas pelos nobres ancestrais, que se ressentiam da usurpação do direito de assistir ao rei, em parte perdido por omissão.

Em consequência, o brasão de armas heráldico — símbolo exterior de linhagem, que significava o direito de portar armas e que uma vez concedido a uma família não podia ser usado por nenhuma outra — passou a ser objeto quase que de um culto. Nos torneios, sua exibição era exigida como prova de nobreza ancestral; para certos torneios, eram necessários quatro brasões. Com o aumento da infiltração de estranhos, o esnobismo chegou a tal ponto que, em meados do século XV, um cavaleiro entrou na liça acompanhado de uma parada de galhardetes com nada menos de 32 brasões.³³

O desaparecimento de famílias, devido à incapacidade de produzir um herdeiro masculino, o empobrecimento de outras e o influxo dos recém-enobrecidos faziam com que o corpo da nobreza fosse sempre instável, embora sua posição como uma ordem da sociedade fosse fixa. O índice de desaparecimento de famílias nobres foi calculado em 50%,³⁴ e a duração média de uma dinastia, em três a seis gerações num período de cem a duzentos anos.³⁵ Um exemplo do processo de redução ocorreu numa família chamada Clusel, que possuía um pequeno feudo no vale do Loire. Em 1276 era chefiada por um cavaleiro com recursos evidentemente insuficientes para mantê-lo em armas, e reduzido à necessidade plebéia de trabalhar suas terras e operar o seu moinho com as próprias mãos. Dos três netos registrados nos livros locais, um ainda era escudeiro, outro tornara-se pároco de aldeia e o terceiro, coletor de rendas do senhor do condado. Depois de transcorridos 85 anos, nenhum membro da família era mais mencionado como nobre. No caso de outro nobre chamado Guichard Vert, que morreu jovem em 1287, a família ficou à beira da desclassificação. Guichard deixou duas camas, três cobertores, quatro lençóis, dois tapetes pequenos, uma mesa, três bancos, cinco baús, dois presuntos e um quarto de toicinho na despensa, cinco barricas vazias na adega, um tabuleiro de xadrez, um capacete e lança, mas não a espada. Embora sem dinheiro, legou 200 libras à mulher a serem pagas em dez prestações com sua renda de cerca de 60 libras por ano, e outra renda para a celebração de missas por sua alma. Legou roupas a amigos e aos pobres, e perdoou dois anos de arrendamento aos seus camponeses, a maio-

ria dos quais já estava em atraso. Essa família, cujas condições materiais pouco se diferenciavam das de um plebeu, lutava para manter suas ligações com a nobreza, mandando os filhos servirem como escudeiros, para que tivessem acesso a presentes e pensões, ou entrassem para o clero na esperança de que seguissem um dos seus muitos caminhos para a riqueza.³⁶

Um cavaleiro decadente poderia cruzar, em sua trajetória, com um camponês empreendedor em ascensão. Tendo comprado ou herdado a liberdade, o camponês que pagava arrendamento e prosperava teria outros campos e arrendaria terras a terceiros, deixando aos poucos o trabalho braçal aos criados. Adquiriria um feudo do senhor ou da Igreja, aprenderia a usar armas, casaria com a filha de um nobre necessitado e subiria lentamente, até aparecer aos registros como *donnicellus*, ou proprietário. O intendente, a serviço do senhor, tinha maiores oportunidades de enriquecer e, se também fosse útil, era com frequência recompensado com um feudo com vassalos e rendas, e até mesmo uma residência fortificada. Começaria a vestir-se como nobre, usar uma espada, ter cães de caça e falcões e montar um cavalo de guerra, levando escudo e lança. Nada irritava tanto os nobres hereditários quanto a imitação de suas roupas e maneiras pelos arrivistas, que obscurecia as linhas de separação entre as ordens eternas da sociedade. A opulência do vestuário era considerada uma prerrogativa dos nobres, que deviam ser identificáveis por uma maneira de vestir proibida aos demais. Numa tentativa de transformar em lei esse princípio e impedir “trajes absurdos e excessivos de diversas pessoas, contrários ao seu estado e grau”, foram repetidamente anunciadas leis suntuárias, procurando determinar que tipos de roupas as pessoas podiam usar e quanto podiam gastar.³⁷

Proclamadas pelos pregoeiros nos tribunais de condado e nas assembleias públicas, gradações precisas de tecidos, cores, enfeites com peles, ornamentos e jóias eram estabelecidas para cada nível social e de rendas. Os burgueses podiam ser proibidos de ter uma carruagem ou usar arminho, e os camponeses de usar outra cor que não fosse preto ou marrom. Florença permitia que os médicos e magistrados partilhassem do privilégio nobre do arminho, mas proibía que as mulheres dos comerciantes usassem vestidos multicoloridos, listrados ou axadrezados, brocados, veludos e tecidos bordados de prata e ouro.³⁸ Na França, os senhores territoriais e suas mulheres com rendas de seis mil libras ou mais podiam encomendar quatro costumes por ano; cavaleiros e senhores de pendão, com rendas de três mil libras, podiam ter três por ano, um dos quais devia ser para o verão. Os rapazes só podiam ter um costume por ano, e nenhuma *demoiselle* que não fosse a *châtelaine* de um castelo, ou não tivesse uma renda de duas mil libras, podia encomendar mais de um costume por ano. Na Inglaterra, segundo uma lei de 1363, um comerciante com renda de mil libras podia usar a mesma roupa e comer as mesmas coisas que um cavaleiro com 500 libras de renda; um comerciante de 200 libras, o mesmo que um cavaleiro de cem. Um rendimento em dobro igualava, nesse caso, à nobreza. Também foram feitas tentativas para regular quantos pratos podiam ser servidos nas refeições, que tipos de costumes e roupas de cama e mesa podiam ser acumu-

laços para um enxoval, e quantos menestrelis podiam ser contratados para uma festa de casamento. No afã de fixar e estabilizar a identidade, as prostitutas eram obrigadas a usar listras ou roupas pelo avesso.

Os criados que imitavam os compridos sapatos pontudos e as mangas pendentes de seus amos eram severamente criticados, mais pelas suas pretensões do que pelo fato de as mangas mergulharem nos pratos quando serviam à mesa, e de as bainhas enfeitadas de peles se arrastarem pela sujeira. "Havia tanto orgulho entre os plebeus", escreveu o cronista inglês Henry Knighton, "em competirem entre si em vestuário e ornamentos, que era difícil distinguir os pobres dos ricos, os criados dos amos, ou um padre dos outros homens".³⁹

Os gastos dos plebeus irritavam ainda mais os nobres porque beneficiavam antes a classe dos comerciantes do que a eles. O clero achava que esse gasto desviava dinheiro da Igreja e por isso o condenava, sob a alegação moral de que a extravagância e o luxo eram um mal em si, e prejudiciais à virtude. Em geral, as leis suntuárias eram vistas como uma forma de conter a extravagância e promover a frugalidade, acreditando-se que se fosse possível fazer com que as pessoas poupassem, o rei poderia obter esse dinheiro, quando necessário. Os princípios econômicos não viam a idéia do consumo como um estímulo à economia.

Não foi possível impor a observância das leis suntuárias. A prerrogativa de enfeitar-se, como a de consumir bebidas alcoólicas num século posterior, desafiava a proibição. Quando funcionários da cidade de Florença perseguiam mulheres nas ruas para examinar suas roupas e entravam nas casas para vasculhar os armários, faziam com freqüência descobertas espetaculares: roupas de seda branca como mármore, bordadas de folhas de parreira e uvas vermelhas, um casaco com rosas brancas e vermelhas sobre um fundo amarelo claro, outro casaco de "pano azul com lírios brancos e estrelas brancas, vermelhas e bússolas e listras, forrado de tecido vermelho listrado" que parecia uma tentativa de seu proprietário de ver até onde poderia desafiar a lei.

Para os grandes senhores de múltiplos feudos a identidade não constituía problema. Com seus mantos bordados de ouro e veludo, forrados de arminho, suas túnicas abertas e variegadas bordadas com as armas de família, ou versos, ou as iniciais de uma amada, suas mangas pendentes e rendilhadas com forros coloridos, seus compridos sapatos pontudos de couro vermelho de Córdoba, seus anéis e luvas de camurça e cinturões com guizos e berloques, sua infinidade de chapéus — boinas entufadas, gorros, capuzes e abas forradas de pele, grinaldas de flores, turbantes enroscados, mantas de todos os tipos, entufados, forrados, rendados ou franzidos num longo bolsão em cauda, chamado *liripipe* — desafiavam qualquer imitação.

No início do século XIV, a França predominava. Sua superioridade em cavalaria, cultura e devoção cristã era aceita sem discussão, e como campeão tradicional

da Igreja, seu monarca recebeu o título formal de Cristianíssimo Rei. O povo de seu reino considerava-se objeto do favor divino através do qual Deus manifestava sua vontade na terra. O relato francês clássico sobre a Primeira Cruzada era denominado *Gesta Dei per Francos* (Feitos de Deus realizados pelos franceses). O favor divino foi confirmado em 1297, quando apenas um quarto de século depois de sua morte, o rei francês, Luís IX, participante de duas cruzadas, foi canonizado.

"A fama dos cavaleiros franceses", reconheceu Giraldus Cambrensis no século XII, "domina o mundo."⁴⁰ A França era a terra do "cavalheirismo bem conduzido". Ali, os grosseiros nobres alemães⁴¹ iam aprender boas maneiras e educar o gosto na corte de príncipes franceses, e cavaleiros e soberanos de toda a Europa reuniam-se na corte real para participar de justas, festivais e da galanteria amorosa. Segundo o rei cego João da Boêmia, que preferia a corte francesa à sua, ela oferecia "a vida mais cavalheiresca do mundo".⁴² Os franceses, descritos pelo renomado cavaleiro espanhol don Pero Niño, "são generosos e grandes presenteadores".⁴³ Sabem como tratar honrosamente os estrangeiros, louvam os atos justos, são cortesês e graciosos no falar e "muito alegres, entregando-se ao prazer e buscando-o. São muito amorosos, tanto as mulheres como os homens, e orgulham-se disso".

Em consequência das conquistas normandas e das cruzadas, o francês era falado como segunda língua materna pelos nobres na Inglaterra, Flandres e no reino de Nápoles e Sicília. Era usado como a língua de comércio pelos magnatas flamengos, pelos tribunais de justiça nos remanescentes do Reino de Jerusalém, por estudiosos e poetas de outras terras. Marco Polo ditou as suas *Viagens* em francês, São Francisco cantou canções francesas, os trovadores estrangeiros modelavam suas histórias de aventuras pelas *chansons de geste* francesas. Quando um erudito veneziano traduziu uma crônica latina de sua cidade para o francês, e não para o italiano, explicou sua escolha dizendo que "a língua francesa é corrente por todo o mundo e mais agradável de se ouvir e ler do que qualquer outra".⁴⁴

A arquitetura das catedrais góticas era chamada de "estilo francês"; um arquiteto francês foi convidado a projetar a ponte de Londres;⁴⁵ Veneza importava bonecas da França⁴⁶ vestidas pela última moda, para acompanhar a moda francesa; marfins franceses entalhados com requinte,⁴⁷ facilmente transportáveis, penetraram até os limites do mundo cristão. Acima de tudo, a Universidade de Paris elevava o nome da capital francesa, ultrapassando todas as outras pela fama de seus mestres e prestígio de seus estudos de teologia e filosofia, embora estes já se estivessem ossificando nas doutrinas rígidas do escolasticismo. Sua faculdade em princípios do século XIV tinha mais de quinhentos alunos, atraídos de todos os países, e numerosos demais para serem contados. Era um ímã para os grandes espíritos: Tomás de Aquino, da Itália, lecionou ali no século XIII, bem como o seu mestre Alberto Magno, da Alemanha, seu adversário filosófico Duns Scotus, da Escócia, e, no século seguinte, os dois grandes pensadores políticos, Marsílio de Pádua e o franciscano inglês Guilherme de Ockham. Graças à universidade, Paris era a Atenas da Europa: dizia-se que a deusa da Sabedoria, depois de ter deixado a Grécia e Roma, ali se instalara.

A carta de privilégios da universidade, que datava de 1200, era seu maior orgulho. Livre do controle civil, a universidade era igualmente altaneira no que se relacionava com a autoridade eclesiástica, e estava sempre em conflito com o bispo e o papa. “Vós, mestres de Paris em vossas escrivatinhas, pensais aparentemente que o mundo deva ser governado por vossos raciocínios”, criticou o legado papal Benedito Caetani, que logo seria o papa Bonifácio VIII.⁴⁸ “É a nós”, lembrava ele, “que o mundo está confiado, e não a vós.” Não convencida, a universidade considerava-se como a autoridade em teologia, tanto quanto o papa, embora admitindo que o Vigário de Cristo tinha a mesma posição que ela, como as “duas luzes do mundo”.⁴⁹

Nessa terra favorecida do mundo ocidental, o legado de Coucy, em 1335, era tão rico quanto antigo. Banhadas pelo Ailette, as terras de Coucy eram chamadas de *valée d'or* (vale de ouro) devido aos seus recursos de madeiras, vinhas, cereais e abundância de peixe nos rios. A magnífica floresta de St. Gobain cobria mais de 2.800ha de centenários carvalhos e faias, freixos e vidoeiros, salgueiros, amieiros e faias pretas, cerejas silvestres e pinheiros. Com viveiro de gamos, lobos, javalis selvagens, garças e muitas outras aves, era um paraíso para a caça. Com os tributos, arrendamentos e obrigações feudais de vários tipos cada vez mais transformados em dinheiro, com os pedágios em pontes e taxas pelo uso do moinho de farinha, da prensa de lagar, do vinho e dos fornos de pão do senhor, a receita anual de uma propriedade do tamanho de Coucy seria da faixa de cinco mil a seis mil libras.

Tudo o que tinha formado o feudo, desde os troncos das árvores em Codicium, era simbolizado pela grande plataforma de pedra em frente do portão do castelo onde os vassalos iam pagar os arrendamentos e prestar vassalagem. A plataforma repousava sobre três leões deitados, o primeiro devorando uma criança, o segundo um cachorro e, entre eles, um terceiro, quieto. No alto havia um quarto leão sentado com toda a majestade que o escultor pôde criar. Três vezes por ano — na Páscoa, no Pentecostes e no Natal — o abade de Nogent, ou seu representante, ia agradecer a terra originalmente doada aos monges por Aubry de Coucy. O ritual dessa cerimônia era tão complicado e estranho quanto qualquer outro da coroação real em Reims.

Montado num cavalo baio (ou segundo certos relatos, um palomino) com rabo e orelhas cortados, e um arreio de arado, o representante do abade levava um chicote, um saco de sementes de trigo, e um cesto cheio de 120 *rissoles*, ou pastéis recheados de carne de vitela moída, feitos de farinha de centeio e fritos. Era seguido por um cachorro, também de rabo e orelhas cortados, e com um *rissole* amarrado ao pescoço. O representante dava a volta a uma cruz de pedra na entrada do pátio três vezes, estalando o chicote a cada volta, desmontava e ajoelhava-se frente à plataforma dos leões e, se todos os detalhes de equipamento e representação da cerimônia estivessem rigorosamente certos até aquele momento, tinha permissão para

continuar. Subia então à plataforma, beijava o leão e depositava os pastéis, mais 12 pães e três porções de vinho, como sua vassalagem. O *sire* de Coucy tomava um terço das oferendas, distribuía o resto entre os intendentess e autoridades da cidade ali reunidos, e marcava o documento de vassalagem com um selo que representava um abade de mitra com pés de cabra.⁵⁰

Pagã, bárbara, feudal, cristã, feita de um passado nebuloso, eis a sociedade medieval — e as muitas camadas que formavam o homem ocidental.

CAPÍTULO 2

Sob o signo do sofrimento: o século



UANDO nasceu o último dos Coucys, seu país prosperava, mas o mundo passava por dificuldades. Logo de início, um frio intenso desceu sobre o século XIV. O mar Báltico¹ congelou duas vezes, em 1303 e 1306-07; seguiram-se anos de um frio excepcional, tempestades e chuvas fora de estação, e o nível do mar Cáspio subiu.² Os contemporâneos não podiam saber que era o início do que foi, mais tarde, identificado como a última Era Glacial, provocada por um avanço dos gelos polares e alpinos e que durou até cerca de 1700. Nem sabiam ainda que, devido às alterações climáticas, as comunicações com a Groenlândia estavam desaparecendo aos poucos, que os povoamentos escandinavos ali se estavam extinguindo, que o cultivo de cereais estava desaparecendo da Islândia e sofrendo séria redução na Escandinávia. Mas podiam sentir o clima mais frio e ver com medo o seu resultado: uma menor estação agrícola.

Isso significava desastre, pois o aumento populacional no último século já havia atingido um delicado equilíbrio com as técnicas de agricultura. Tendo em vista os instrumentos e métodos da época, a abertura de terras produtivas já tinha chegado aos seus limites. Sem irrigação adequada e sem fertilizantes, a produtividade das plantações não podia ser elevada, nem podiam os solos pobres tornar-se mais férteis. O comércio não estava preparado para transportar cereais em grande escala a partir das áreas com excedentes de produção, exceto por via fluvial. As cidades do interior viviam de seus recursos locais e, se estes escasseavam, os habitantes passavam fome.

Em 1315, depois de chuvas tão constantes que foram comparadas ao dilúvio bíblico, as colheitas fracassaram em toda a Europa, e a fome, o cavaleiro negro do Apocalipse, tornou-se familiar a todos. O aumento da população já tinha superado a produção agrícola, deixando o povo subalimentado e mais vulnerável a privações e doenças. Circularam notícias de que pessoas estavam comendo os próprios fi-

lhos,³ os pobres da Polônia alimentavam-se dos corpos dos enforcados retirados do cadafalso. Houve naquele mesmo ano uma epidemia de disenteria. Ocorreram surtos intermitentes de fome depois da grande fase de penúria de 1315-16.

Tanto quanto as mudanças de clima, atos humanos colocaram o século XIV sob o signo do sofrimento. Nos primeiros vinte anos, seguiram-se quatro acontecimentos pressagos: o ataque do rei da França ao papa, a retirada do papado para Avignon, a repressão aos Templários e o levante dos *Pastoureaux*. O mais terrível foi o ataque a Bonifácio VIII por agentes de Filipe IV, rei da França, cognominado de o Belo. A questão era a autoridade temporal contra a autoridade papal, provocada pela imposição de tributos à renda dos sacerdotes, determinada por Filipe sem consentimento do papa. Bonifácio respondeu com a desafiadora bula *Clericos laicos* de 1296, proibindo ao clero pagar qualquer imposto a qualquer governante leigo. Ele reconhecia a crescente tendência dos prelados de hesitar entre a fidelidade ao rei e a obediência ao pontífice, que constituía uma ameaça à pretensão do papa ao governo universal, como Vigário de Cristo. Apesar das formidáveis pressões de Filipe, o Belo, Bonifácio fez, numa segunda bula, *Unam sanctam*, de 1302, a mais absoluta afirmação da supremacia papal de que se tem conhecimento: "É necessária à salvação de toda criatura humana a sua sujeição ao pontífice romano."

Filipe convocou então um conselho para julgar o papa, sob acusação de heresia, blasfêmia, assassinato, sodomia, simonia e feitiçaria (inclusive ligação com um espírito familiar ou demônio de estimação) e a não-observância dos dias de jejum. Ao mesmo tempo, Bonifácio lançou uma bula para excomungar o rei, levando Filipe a recorrer à força. A 7 de setembro de 1303, agentes do rei, ajudados pelas forças armadas italianas, que eram antipapistas, prenderam o papa de 86 anos em seu retiro de verão, em Anagni, perto de Roma, com a intenção de impedir a excomunhão e levá-lo à força perante um conselho. Depois de três dias de agitação, Bonifácio foi libertado pelos moradores de Anagni, mas o choque do ultraje foi mortal, provocando seu falecimento dentro de um mês.

O ataque ao papa não suscitou um movimento de apoio à vítima, o que constitui, em si mesmo, uma indicação de mudanças. A universalidade da Igreja, sonho medieval, estava acabando. A pretensão ao poder absoluto de Bonifácio VIII já era obsoleta antes de ser formulada por ele. A consequência indireta do crime de Anagni foi a retirada do papado para Avignon, e naquele "exílio babilônio" começou a desmoralização.

A transferência ocorreu quando, sob a influência de Filipe, o Belo, um papa francês foi eleito sob o nome de Clemente V. Ele não foi para Roma assumir sua sé, principalmente por temer as represálias italianas pelo tratamento dado a Bonifácio pelos franceses, embora os italianos dissessem que a verdadeira razão era a amante francesa do papa, a bela condessa de Périgord, filha do conde de Foix. Em 1309 ele instalou-se em Avignon, na Provença, perto da foz do Ródano. Essa cidade ficava na área de influência francesa, embora tecnicamente não fosse parte da França, pois a Provença era um feudo do reino de Nápoles e Sicília.

A partir de então, e com seis papas franceses sucessivos, Avignon tornou-se pra-

ticamente um estado temporal de pompa suntuosa, de grandes atrativos culturais e de simonia ilimitada — isto é, da venda de cargos. Diminuído pelo seu afastamento da Santa Sé de Roma e pelo fato de ser considerado em geral como um instrumento da França, o papado procurou ganhar prestígio e poder em termos temporais. Concentrou-se nas finanças e na organização e centralização de todo o processo de governo papal que pudesse trazer rendas. Além de sua receita regular de dízimos e anatas sobre a renda eclesiástica, e das rendas dos feudos papais, cada cargo, cada nomeação, cada promoção, cada dispensa de obrigações, cada julgamento da Rota ou adjudicação de pretensão, cada perdão, cada indulgência e absolvição, tudo o que a Igreja tinha ou era, do barrete cardinalício à relíquia do peregrino, tudo estava à venda. Além disso, o papado ficava com uma parte de todas as doações, legados e oferendas feitas no altar. Recebia o óbolo de São Pedro — pagamento anual feito voluntariamente — da Inglaterra e de outros reinos. Vendia indulgências extras nos anos de jubileu e recolhia um tributo especial para as cruzadas, que continuavam a ser proclamadas, mas raramente partiam. O impulso, outrora grandioso, tinha diminuído, e o fervor pela guerra santa tornara-se principalmente verbal.

Os benefícios, dentre os quais setecentas sés de bispados e centenas de milhares de cargos menores, eram a mais lucrativa fonte de renda papal. Cada vez mais, os papas se reservavam a nomeação direta de cargos, destruindo o princípio eletivo. Como os nomeados eram, com freqüência, estranhos à diocese, ou favoritos de algum cardeal, esse hábito provocou descontentamento entre o clero. Quando uma eleição episcopal ainda era realizada, o papado cobrava uma taxa para a sua confirmação. Para conseguir um benefício que lhe fora conferido, o bispo ou abade tinha de “molhar a mão” da Cúria para ter sua nomeação, pagando por ela de um terço até a totalidade de suas rendas do primeiro ano, e sabia que, se morresse, suas propriedades pessoais reverteriam ao papa, e quaisquer débitos pendentes teriam de ser pagos pelo seu sucessor.

A excomunhão e o anátema, as medidas mais extremas a que a Igreja podia recorrer, supostamente reservadas para a heresia e os crimes horríveis — “pois com esses castigos o homem é separado dos fiéis e entregue a Satã” —, eram agora usadas para arrancar dinheiro de pagadores recalcitrantes. Num certo caso, foi negada a um bispo sepultura cristã até que seus herdeiros concordassem em responsabilizar-se pelas suas dívidas, para escândalo da diocese, que viu seu bispo permanecer insepulto e sem esperança de salvação.⁴ O abuso do poder espiritual com essas finalidades provocou a indiferença pela excomunhão e diminuiu o respeito pelos líderes religiosos.

O dinheiro podia comprar qualquer tipo de dispensa: para legitimar filhos que em sua maioria eram de padres,⁵ para dividir um cadáver, segundo o costume de

* Das 614 concessões de legitimidade no ano 1342-43, nada menos de 484 foram para membros do clero.

enterrá-lo em dois ou mais lugares; para permitir a monjas ter duas criadas; para autorizar um judeu convertido a visitar seus pais não convertidos; para casar dentro dos graus de parentesco proibidos (com uma escala variável de preços para segundo, terceiro e quarto graus); para comerciar com o muçulmano infiel (com uma taxa para cada navio, proporcional à carga); para receber mercadorias roubadas até um valor específico.⁶ A coleta e contabilização de todas essas somas, encaminhadas principalmente através de banqueiros italianos, tornavam a contagem material do dinheiro um espetáculo comum no palácio papal. Sempre que ali entrava, disse Alvar Pelayo, funcionário espanhol da Cúria, “encontrava corretores e padres empenhados na contagem de dinheiro que jazia em montes à frente deles”.⁷

A dispensa que teve resultados mais sérios foi a que permitia a nomeação para um cargo de candidato abaixo da idade canônica de 25 anos, ou que não era padre, ou nunca se tinha submetido ao necessário exame de alfabetização. A nomeação de um clero absenteísta ou incapaz tornou-se um abuso em si mesma.⁸ Na Boêmia, em princípios do século XIV, um menino de sete anos foi nomeado para uma paróquia que valia uma renda anual de 25 florins; um outro foi promovido sucessivamente a três cargos da hierarquia, pagando em cada fase uma dispensa por não residir no local necessário e pelo adiamento da consagração. Os filhos mais jovens de famílias nobres eram freqüentemente nomeados para arcebispados com 18, vinte ou 22 anos. Em geral, o mandato era curto, porque cada promoção representava outro pagamento.

Padres que não sabiam ler ou que, por ignorância, erravam estupidamente durante o ritual da Eucaristia, eram outro escândalo. Um bispo de Durham em 1318 era incapaz de compreender ou pronunciar o latim, e depois de lutar inutilmente com a palavra *Metropolitanus*, na sua própria consagração, resmungou no vernáculo: “Consideremos essa palavra como lida”.⁹ Mais tarde, ao ordenar candidatos às ordens sacras, encontrou a palavra *aenigmate* (através de um vidro escuro) e dessa vez praguejou sinceramente ofendido: “Por são Luís, não era nada cortês o homem que escreveu essa palavra!” O clero incapaz provocava desânimo, pois eram esses homens que deviam ter ao seu cargo as almas dos leigos e ser os intermediários entre o homem e Deus. Escrevendo sobre os “homens incapazes e ignorantes” que podiam comprar qualquer cargo que desejassem na Cúria, o cronista Henry de Hereford tocou a essência do escândalo: “Vede [...] a perigosa situação daqueles que estão a cargo deles, e tremei!”¹⁰

Quando as práticas da Igreja são calculadas por um valor monetário, seu conteúdo religioso desaparece. Teoricamente, o perdão dos pecados só podia ser conseguido pela penitência, mas a penitência de uma peregrinação a Roma ou Jerusalém tinha pouco significado, quando o pecador podia calcular o custo da viagem e comprar uma indulgência por uma soma equivalente.

Os papas — sucessores, como observou Petrarca, “do pobre pescador da Galiléia” — estavam agora “carregados de ouro e vestidos de púrpura”. João XXII, um papa com o toque de Midas, que reinou de 1316 a 1334, comprou para seu uso quarenta peças de tecido dourado de Damasco por 1.276 florins de ouro e gastou

ainda mais em peles, inclusive um travesseiro forrado de arminho.¹¹ O vestuário de sua comitiva custava de sete mil a oito mil florins por ano.

Seus sucessores, Benedito XII e Clemente VI, construíram em etapas o grande palácio papal em Avignon, sobre uma rocha que dominava o Ródano, uma imensa e pouco harmoniosa massa de telhados e torres, sem um plano coerente. Construído no estilo dos castelos, em torno de pátios internos, com parapeitos e muralhas de 3,5m de espessura para a defesa, tinha estranhas chaminés piramidais partindo das cozinhas, salões de banquetes e jardins, câmaras para dinheiro e escritórios, capelas com janelas em forma de rosáceas, uma sauna para o papa aquecida por uma caldeira, e um portão dando para a praça pública onde os fiéis se reuniam para ver o Santo Padre montar sua mula branca. Ali se movimentavam cardeais majestosos com seus amplos chapéus vermelhos, "ricos, insolentes e rapaces", nas palavras de Petrarca,¹² rivalizando-se na suntuosidade de seus séquitos. Um deles exigia dez cocheiras para seus cavalos e outro alugou partes de 51 casas para alojar todos os seus agregados.¹³

Os corredores do palácio viviam cheios de notários, funcionários da Cúria e delegados que partiam ou voltavam de suas missões. Peticionários e seus advogados esperavam ansiosamente nas ante-salas, peregrinos amontoavam-se nos pátios para receber a bênção pontifical, enquanto pelos corredores desfilavam os parentes do papa de ambos os sexos, em brocados e peles, com seus cavaleiros, escudeiros e agregados. As famílias dos guardas, introdutores, camareiros, capelães, mordomos e criados elevavam-se a quatrocentas pessoas, todas com direito a cama, mesa, roupas, alojamento e salário.

Os pisos de azulejos eram ornamentados com desenhos de flores, animais fantásticos e uma heráldica complicada. Clemente VI, amante do luxo e da beleza, que tinha 1.080 peles de arminho em seu guarda-roupa pessoal, importou Matteo Giovanetti e artistas da escola de Simone Martini para pintar as paredes com cenas da Bíblia. As quatro paredes de seu estúdio, porém, eram totalmente cobertas de cenas dos prazeres seculares de um nobre: caça ao veado, falconaria, pomares, jardins, viveiros de peixes e um grupo de ambíguos banhistas nus que podiam ser mulheres ou crianças, dependendo do olhar do observador. Não havia intrusão de temas religiosos.

Nos banquetes, os convidados do papa comiam em pratos de ouro e prata, e sentavam-se sob tapeçarias flamengas e colgaduras de seda. As recepções para os príncipes e os enviados visitantes rivalizavam com os esplendores de qualquer corte secular. Os entretenimentos, festas, e até mesmo torneios e bailes papais reproduziam os seculares.

"Estou vivendo na Babilônia do Ocidente", escreveu Petrarca¹⁴ na década de 1340, onde os prelados se divertem em "banquetes licenciosos" e montam cavalos brancos como a neve, "revestidos de ouro, alimentados de ouro, e que dentro em breve serão ferrados de ouro, se o Senhor não puser cobro a esse luxo abjeto". Embora fosse, ele também, um pouco um clérigo apóstata, Petrarca partilhava do hábito clerical de denunciar com vigor tudo o que era desaprovado. Avignon tor-

nou-se para ele a “cidade nojenta”, embora não se saiba ao certo se devido à corrupção mundana ou à sujeira material, e aos cheiros de suas ruas estreitas e cheias. A cidade, lotada de comerciantes, artesãos, embaixadores, aventureiros, astrólogos, ladrões, prostitutas e nada menos de 43 filiais de bancos italianos (em 1327), não era tão bem equipada quanto o palácio papal, no que se relacionava com esgotos. O palácio tinha uma torre cujos dois andares inferiores continham exclusivamente latrinas.¹⁵ Dispunha de assentos de pedra que davam para um poço abaixo do nível do chão, lavado pelas águas da cozinha e por um rio subterrâneo, desviado com essa finalidade. Na cidade, porém, o mau cheiro fez com que o embaixador de Aragão desmaiasse,¹⁶ e levou Petrarca a mudar-se para a vizinha Vaucluse “para prolongar minha vida”.

Mais acessível do que Roma, Avignon atraía visitantes de toda a Europa, e seu fluxo de dinheiro ajudava a manter artistas, escritores e eruditos, mestres do direito e da medicina, menestréis e poetas. Se era corrupta, era também Mecenas. Todos falavam mal dela e todos a procuravam. Santa Brígida, uma nobre viúva sueca que vivia em Roma e deplorava com eloquência os pecados da época, chamou a cidade papal de “um campo cheio de orgulho, avareza, auto-indulgência e corrupção”¹⁷ Mas a corrupção exige um parceiro, e se o papado pecava, não era sem acompanhantes. No mundo real de instáveis equilíbrios políticos e no qual todos os governantes viviam em constante necessidade de dinheiro, os papas e os reis precisavam uns dos outros e faziam os ajustes necessários. Negociavam territórios e soberanias, guerreiros, alianças e empréstimos. Um método regular era o imposto para uma cruzada, que permitia a tributação da receita eclesiástica dentro de um país pelo rei, que logo passou a considerar isso como um direito.

O clero também era conivente. Quando os prelados vestiam-se com exuberância, os que lhes eram inferiores não permaneceriam por muito tempo modestos. Muitas foram as queixas, como a do arcebispo de Canterbury em 1342,¹⁸ de que o clero estava se vestindo como os leigos, com roupas quadriculadas de vermelho e verde, casacos curtos, “notadamente pequenos”, com mangas excessivamente amplas para mostrar os forros de peles, capuzes e estolas de “maravilhoso comprimento”, sapatos pontudos e abertos, cintos de jóias dos quais pendiam bolsas douradas. E o que é pior, ignorando a tonsura, usavam barbas e cabelos compridos, contrariando as normas canônicas, para “escândalo abominável entre o povo”. Alguns tinham bufões, cães e falcões, outros iam para o exterior acompanhados de guardas de honra.

Nem podia a simonia ficar isolada na cúpula. Quando os bispos compravam benefícios ao preço de um ano de renda, repassavam o custo, de modo que a corrupção se disseminava por toda a hierarquia, desde os cônegos e priores aos padres e ao clero de clausura, e até aos frades mendicantes e sacerdotes autorizados a vender indulgências. Era nesse nível que o homem comum entrava em contato com o materialismo da Igreja e em nenhum outro de seus representantes era ele mais crasso do que entre os vendedores de perdões.

Supostamente comissionados pela Igreja, eles vendiam absolvição para qual-

quer pecado, desde a gula até o homicídio, cancelavam qualquer voto de castidade ou jejum, remiam qualquer penitência por dinheiro, do qual embolsavam a maior parte. Quando comissionados para levantar fundos para uma cruzada, segundo Matteo Villani, eles tomavam dos pobres, em lugar de dinheiro, “coisas de linho e lã, ou móveis, cereais e forragem... enganando o povo. Era esse o caminho que davam à Cruz”.¹⁹ O que negociavam era a salvação, aproveitando-se da necessidade e credulidade do povo para vender a sua falsificação. O único personagem realmente detestável no grupo dos peregrinos de Canterbury de Chaucer é o Vendedor de Indulgências, com seus cabelos pegajosos, sua pele glabra de eunuco, os olhos brilhantes como os de uma lebre, e sua descarada aceitação dos truques e engodos deste tipo de comércio.

O clero regular detestava o vendedor de indulgências porque ele desfazia o trabalho de penitência, colocava em perigo as almas, pois sua mercadoria era espúria, e porque invadia o território clerical, fazendo coletas em dias de festas ou fazendo enterros e outros serviços por uma taxa que caberia ao padre da paróquia. Mas o sistema deixava que ele operasse, porque participava dos lucros.

Os pecados dos monges e padres itinerantes eram mais perturbadores, porque suas pretensões como servos de Deus eram maiores. Eram notórios sedutores de mulheres. Vendendo peles e cintos para prostitutas e para mulheres casadas, e pequenos cães “para receber o amor delas”, o frade de um poema do século XIV “procurava a mulher quando o marido não estava em casa”

*He spares nauther for synne ne shame,
For may he tyl a woman synne
In privitye, he will not blynne
Er be a childe put hir withinne
And perchance two at ones.*

(Ele não se abstém por pecado ou vergonha,
Pois, se puder com uma mulher pecar
Em segredo, não se envergonhará
e logo com um filho a deixará
E talvez dois de uma só vez.)²⁰

Nos contos de Boccaccio, nos *fabliaux* da França,* em toda a literatura popular da época, o celibato dos clérigos é uma pilhéria. Os padres viviam com amantes ou andavam à cata de mulheres. “Um padre deitou-se com uma mulher casada com um cavaleiro”, começa uma história, muito naturalmente. Numa outra, “o padre e sua mulher foram para a cama”. No convento onde Piers Plowman trabalhou como cozinheiro, a irmã Pernell era uma “prostituta do padre” que “teve um filho quando passava por virgem”. Os patuscos frades de Boccaccio eram invariavelmente surpreendidos em situações embaraçosas, como vítimas de sua própria devassidão. Na vida real, sua trajetória pecaminosa não era engraçada, mas perigosa,

* *Fabliaux*: pequenos contos populares, em verso (França, sécs. XII e XIII) (N. do T.).

pois, se um padre pecava tanto, como poderia salvar almas? Esse senso de traição explica por que os frades eram, com tanta freqüência, objeto de uma hostilidade ativa, por vezes até mesmo de agressões físicas, porque, como disse simplesmente um cronista de 1327, "não se comportavam como frades".²¹

De acordo com o ideal de São Francisco, eles deveriam andar pelo mundo fazendo o bem, descalços entre os pobres e os párias, levando o amor cristão aos mais humildes; deveriam mendigar para satisfazer as suas necessidades mínimas e nunca receber dinheiro. Por um paradoxo supremo, a Ordem dos Franciscanos, fundada sobre a rejeição da propriedade, atraiu o apoio e os donativos dos ricos, porque sua pureza parecia oferecer uma garantia de santidade. Ao se aproximarem da morte, cavaleiros e damas nobres faziam-se vestir com o hábito franciscano, acreditando que se morressem com ele não iriam para o Inferno.

A Ordem adquiriu terras e bens, construiu igrejas e conventos, desenvolveu hierarquia própria — tudo ao contrário das intenções do fundador. Mas São Francisco tinha compreendido o processo. Respondendo a um noviço que desejava ter um saltério, ele disse: "Quando tiver um saltério, você desejará um breviário, e quando tiver um breviário, desejará uma cadeira para sentar-se como um grande prelado e dizer para seu irmão, 'Traga-me o breviário'".²²

Em algumas ordens monásticas, os monges tinham dinheiro regularmente para pequenas despesas e fundos particulares que podiam emprestar a juros.²³ Em outras, tinham direito a um galão de cerveja por dia, comiam carne, usavam jóias e roupas enfeitadas de peles, e empregavam criados que, nos conventos ricos, por vezes eram mais numerosos do que os religiosos. Tendo a simpatia dos ricos, os franciscanos pregavam para eles, jantavam com eles e aceitavam cargos em casas nobres, como conselheiros espirituais e capelães. Alguns ainda andavam descalços entre os pobres, fiéis ao seu papel, e eram reverenciados por isso, mas a maioria deles usava agora boas botas de couro e não era amada.

Como os vendedores de indulgências, eles logravam os aldeões, vendendo-lhes relíquias de inspirada imaginação. O frei Cipolla, de Boccaccio, vendeu uma das penas do anjo Gabriel, que, segundo ele, tinha caído no quarto da Virgem quando da Anunciação. Como sátira, não exagerava a realidade, como o padre verdadeiro que vendeu um pedaço da moita de onde o Senhor falou a Moisés. Alguns dos velhos saques contra o Tesouro do Mérito deveriam estar guardados no céu pela Ordem dos Franciscanos. Wyclif, quando lhe perguntaram para que serviam tais pergaminhos, respondeu: "Para tampar potes de mostarda."²⁴ Os frades eram um elemento da vida cotidiana, desprezados mas ao mesmo tempo venerados e temidos porque podiam, afinal de contas, ter a chave da salvação.

A sátira e as queixas sobrevivem porque estão escritas. Deixam a impressão de uma Igreja tão impregnada de venalidade e hipocrisia a ponto de parecer madura para a dissolução, mas uma instituição que tinha tal domínio da cultura e estava tão

arraigada na estrutura da sociedade não se dissolve com facilidade. O cristianismo era a matriz da vida medieval: até mesmo receitas de cozinha determinavam que um ovo fosse cozido “durante o tempo em que se pode dizer um *Miserere*”.²⁵ Ele governava o nascimento, casamento e morte, sexo, comida, estabelecia as regras do direito e da medicina, dava à filosofia e à erudição sua matéria. A participação da Igreja não era uma questão de escolha, mas compulsória e sem alternativa, o que lhe dava uma influência que não era fácil desalojar.

Como parte integral da vida, a religião era ao mesmo tempo pretexto do burlesco e estava imune a ele. Na Festa dos Tolos, que se celebrava anualmente pelo Natal, todos os ritos e artigos da Igreja, por mais sagrados que fossem, eram reproduzidos em zombaria.²⁶ Um *dominus festi*, ou senhor dos festejos, era eleito entre o clero inferior — os padres ou curas, os subdiáconos, vigários e membros do coro, em sua maioria sem instrução, mal pagos, mal disciplinados — que tinham de virar tudo de pernas para o ar. Instalavam seu senhor como papa ou bispo dos tolos, numa cerimônia de raspagem da cabeça, acompanhada de conversas obscenas e gestos sensuais; vestiam-no com roupas pelo avesso; jogavam dados no altar e comiam chouriço e salsichas enquanto a missa era celebrada numa linguagem sem sentido; sacudiam turíbulos feitos de sapatos velhos que lançavam uma “fumaça fedorenta”; oficiavam as várias funções do padre usando máscaras de animais e vestidos de mulher ou menestrel; cantavam canções obscenas no coro, urravam, apupavam e batiam sinos desordenadamente, enquanto o “papa” recitava uma bênção em versos burlescos. À sua ordem para que todos o seguissem sob pena de terem rompidos os calções, todos corriam violentamente para fora da igreja, para desfilar pela cidade, arrastando o *dominus* numa carroça de onde ele lançava indulgências zombeteiras enquanto seus seguidores apupavam, riam, brincavam e gesticulavam. Provocavam gargalhadas dos observadores com “comportamentos infames” e parodiavam os pregadores com sermões indecentes. Homens nus arrastavam carroças de esterco que lançavam sobre o povo. A procissão era acompanhada de bebidas e danças. Tudo isso era uma paródia dos rituais bem conhecidos, tediosos e com frequência destituídos de significado, uma liberação do “homem grosseiro que havia sob a batina”.

Na vida cotidiana, a Igreja era confortadora, protetora, médica. A Virgem e os santos padroeiros davam socorro ante o perigo e proteção contra os males e inimigos que pairavam no caminho de todos os homens. As guildas de artesãos, as cidades e as profissões tinham santos padroeiros, bem como as pessoas individualmente. Arqueiros e besteiros tinham são Sebastião, o mártir das flechas; os padeiros tinham santo Honório, cuja bandeira mostrava uma pá de forno prateada e três pães dourados; os marinheiros tinham são Nicolau com as três crianças que salvou do mar; os viajantes, são Cristóvão levando o Menino Jesus nos ombros; fraternidades filantrópicas geralmente escolhiam são Martinho, que deu metade do seu manto a um pobre; moças solteiras tinham santa Catarina, que se acreditava ter sido muito bonita. O padroeiro era mais um companheiro para toda a vida, que curava ferimentos, minorava sofrimentos e, em casos extremos, podia realizar milagres. Sua

imagem era levada em bandeiras e procissões, esculpida na entrada de municipalidades e capelas, e usada como medalhão em chapéus.

Acima de tudo, a Virgem era a fonte de conforto sempre misericordiosa, sempre pronta, cheia de compaixão pela fraqueza humana, sem importar-se com leis e juizes, pronta a atender a quem estivesse com problemas; entre todas as desigualdades, injustiças e males insensatos, era a figura infalível. Liberta o preso de seu cárcere, revive o faminto agonizante com o leite de seus próprios seios. Quando a mãe camponesa leva o filho, cegado por um espinho, à igreja de São Dinis, ajoelha-se ante Nossa Senhora, recita uma ave-maria e faz o sinal-da-cruz sobre a criança com uma relíquia sagrada — a unha do Salvador —, diz o cronista que “imediatamente o espinho cai, a inflamação desaparece e a mãe alegre volta para casa com o filho que já não está mais cego”.²⁷

Até mesmo o assassino endurecido tem acesso a ela. Não importa o crime cometido, todos podem estar contra o criminoso, e nem mesmo assim ele fica isolado da Virgem. Nos *Milagres de Nossa Senhora*, um ciclo de peças populares representado nas cidades, a Virgem redime todos os tipos de malfeitores que chegam até ela pelo ato de arrependimento. Uma mulher, acusada de incesto com o genro, promoveu seu assassinato por dois sicários contratados e vai ser queimada na fogueira; reza para Nossa Senhora que, imediatamente, aparece e ordena ao fogo que não queime. Convencidos de um milagre, os magistrados libertam a mulher condenada que, depois de distribuir seus bens e dinheiro aos pobres, entra para um convento.²⁸ O ato de fé pela oração é o que contava. Não era justiça o que se recebia da Igreja, mas perdão.

Mais do que conforto, a Igreja dava respostas. Durante quase mil anos ela vinha sendo a instituição central que dava sentido e finalidade à vida num mundo caprichoso. Afirmava que a vida do homem na Terra era apenas uma passagem, um exílio, no caminho para Deus e a Nova Jerusalém, “nosso segundo lar”. A vida era apenas, como escreveu Petrarca ao seu irmão, “uma viagem dura e cansativa para o lar eterno que buscamos; ou, se negligenciarmos nossa salvação, um caminho igualmente insípido para a morte eterna”.²⁹ A Igreja oferecia a salvação, que só podia ser alcançada por meio dos rituais da Igreja oficial, e com a permissão e ajuda de seus padres ordenados. “*Extra ecclesiam nulla salus*” (fora da Igreja não há salvação) era a lei.

Fora da salvação, a alternativa era o Inferno e a tortura eterna, muito realisticamente retratados na arte da época. No Inferno, o condenado era pendurado pela língua em árvores de fogo; o impenitente era queimado nas fornalhas; os ímpios, defumados em fumaça malcheirosa. Os maus caíam nas águas negras de um abismo e afundavam a uma profundidade proporcional aos seus pecados: os fornicadores até o nariz, os perseguidores dos seus semelhantes até as sobrancelhas. Alguns eram engolidos por um peixe monstruoso, outros roídos por demônios, atormentados por serpentes, pelo fogo, gelo ou frutos que pendiam sempre fora do alcance do faminto. No Inferno, os homens ficavam nus, não tinham nome e eram esquecidos. Não é de admirar que a salvação fosse importante e o Dia do Juízo estivesse

na lembrança de todos. Ele estava entalhado à porta das catedrais numa lembrança viva, mostrando os numerosos pecadores amarrados e puxados por demônios em direção a um caldeirão fumegante, enquanto os anjos levavam os poucos eleitos para a bem-aventurança, na direção oposta.

Na Idade Média, ninguém duvidava que a grande maioria seria destinada à danação eterna. *Salvandorum paucitas, damnandorum multitudo* (poucos os salvos, muitos os danados) era o rígido princípio mantido de Agostinho a Aquino. Noé e sua família eram tomados como índice da proporção dos que seriam salvos, calculado em geral como um em mil, ou mesmo um em dez mil. Não importa que poucos fossem os escolhidos, a Igreja oferecia esperança a todos. A salvação era impossível para sempre aos que não acreditavam no Cristo, mas não aos pecadores, pois o pecado era uma condição inerente à vida, que podia ser neutralizado quantas vezes necessário pela penitência e absolvição. “Volta novamente, volta novamente, ó pecador”, dizia um pregador lolardo, “pois Deus conhece teus descaminhos e não te abandonará. Volta para mim, disse o Senhor, e eu te receberei e te levarei para a graça”.³⁰

A Igreja dava solenidade e dignidade a vidas que pouco tinham de ambas. Era fonte de beleza e arte a que todos tinham algum acesso e que ajudava muitos a criar. Entalhar as dobras da túnica de um apóstolo, pregar com infinita paciência os brilhantes fragmentos de mosaico até formar um quadro de anjos alados num coro celestial, ficar no espaço imenso da nave de uma catedral entre pilastras que subiam e subiam para uma abóboda quase invisível, e saber que era obra do homem em honra a Deus era motivo de orgulho para o mais humilde e podia fazer do menor dos homens um artista.

A Igreja, não o governo, patrocinava a assistência aos miseráveis da sociedade — o indigente e o doente, o órfão e o aleijado, o leproso, o cego, o doido — pela doutrinação dos fiéis na crença de que as esmolas lhes compravam méritos e um lugar no Céu. Baseado nesse princípio, o motivo da caridade cristã era interessado, mas eficiente. Os nobres davam esmolas diariamente às portas do castelo a todos os que pediam, em moedas e em restos de comida. Donativos de todas as fontes acumulavam-se nos hospitais, objetos favoritos da caridade cristã. Os comerciantes compravam a paz de espírito compensando suas atividades lucrativas pouco cristãs, destinando uma porcentagem regular à caridade. Essa porcentagem era registrada nos livros em nome de Deus, como representante dos pobres. Um dever cristão particularmente meritório eram os dotes para que as moças pobres se casassem, como ocorreu com um senhor gascão do século XIV, que deixou cem libras para “aquelas que eu deflorei, se puderem ser encontradas”.³¹

As associações corporativas aceitavam a obrigação de ajudar os pobres como um dever religioso. Os estatutos das guildas destinavam um *penny*, à caridade, chamando-o de “*penny* de Deus”, em cada contrato de venda ou compra. Os conselhos paroquiais dos leigos supervisionavam a manutenção da Mesa dos Pobres e de um banco de esmolas. Em dias festivos, era comum convidar 12 pobres para a mesa do banquete e na Quinta-Feira Santa, em memória de Cristo, o prefeito da cidade,

ou outro notável, lavava os pés de um mendigo. Certa ocasião em que são Luís dirigia a cerimônia, seu companheiro e biógrafo, o *sire* de Joinville, recusou-se a participar dizendo que tinha nojo de tocar os pés daqueles vilões. Nem sempre era fácil amar os pobres.³²

O clero, no todo, provavelmente não era mais libertino, ou ambicioso, ou desonesto do que os outros homens, mas como se supunha que deveriam ser melhores, estar mais próximos de Deus do que os outros, suas fraquezas chamavam mais a atenção. Se Clemente VI gostava do luxo, também era generoso e compreensivo. O Pároco entre os peregrinos de Canterbury é tão bondoso e admirável quanto o Vendedor de Perdões é repulsivo, sempre pronto a visitar a pé a mais distante e pobre das casas de sua paróquia, sem se perturbar com a chuva e a trovoadas.

*To drawen folk to heaven with fairnesse
By good ensample was his businesse.*
(Levar as pessoas para o céu com justiça
pelo bom exemplo era a sua função.)

Não obstante, sopravam ventos de insatisfação. Coletores de tributos papais eram atacados e espancados, e nem mesmo os bispos estavam a salvo. Em 1326, numa onda de anticlericalismo, uma multidão em Londres decapitou o bispo e deixou seu corpo nu na rua. Em 1338, dois "reitores de igreja" juntaram-se a dois cavaleiros e uma "grande multidão de gente do campo" para atacar o bispo de Constância, ferindo seriamente membros de sua comitiva e aprisionando-o. Entre os próprios religiosos, o descontentamento revestiu-se de formas sérias. Na Itália surgiram os Fraticelli, uma facção da Ordem dos Franciscanos, num outro movimento em favor da pobreza que periodicamente atormentava a Igreja, querendo a secularização dos bens eclesiásticos. Os Fraticelli, ou Franciscanos Espirituais, insistiam que Cristo viveu sem posses, e pregavam um retorno a essa condição como a única e verdadeira "imitação de Cristo".

Os movimentos em favor da pobreza nasciam da essência da doutrina cristã: renúncia ao mundo material, idéia que provocou o grande rompimento com a era clássica. Segundo este ideal, Deus era positivo e a vida na Terra, negativa; o mundo era incuravelmente mau e a santidade só seria alcançada pela renúncia aos prazeres mundanos, aos bens e às honrarias. A vitória sobre a carne era o objetivo do jejum e do celibato, que negavam os prazeres deste mundo em favor da recompensa no outro. O dinheiro era um mal, a beleza era vã e ambos eram transitórios. A ambição era orgulho, o desejo de ganhos era avarizia, o desejo da carne era luxúria, o desejo de honrarias, e mesmo de conhecimento e beleza, era presunção. Na medida em que tais desejos afastavam o homem da busca da vida do espírito, eram pecaminosos. O ideal cristão era ascético: a negação do homem sensual. O resultado foi que, sob o peso da Igreja, a vida tornou-se uma luta ininterrupta contra os sentidos e um pecado constante, que determinava uma permanente necessidade de absolvição.

Surgiam com frequência seitas místicas na tentativa de varrer todos os detritos do

mundo material, de aproximar-se de Deus cortando as cadeias da propriedade, que atavam à terra. Presa às suas terras e bens, a Igreja só podia reagir denunciando as seitas como hereges. A teimosa insistência dos Fraticelli na pobreza absoluta de Cristo e seus 12 apóstolos era muito incômoda para o papado de Avignon, que condenou sua doutrina como uma heresia “falsa e perniciosa” em 1315 e, quando insistiram, excomungou-os e a outras seitas associadas, na década seguinte. Vinte e sete membros de um grupo particularmente obstinado de Franciscanos Espirituais da Provença foram julgados pela Inquisição e quatro deles foram queimados na fogueira, em Marselha, em 1318.

Os ventos do desafio temporal à supremacia papal também estavam soprando, convergindo sobre o direito do papa de coroar um imperador e contrapondo as pretensões do Estado às da Igreja. O papa tentou excomungar esse espírito temporal na pessoa de seu mais ousado expoente, Marsílio de Pádua, cujo *Defensor pacis*, de 1324, foi uma afirmação direta da supremacia do Estado. Dois anos depois, a lógica da luta levou João XXII a excomungar Guilherme de Ockham, o franciscano inglês, conhecido, pelo seu vigoroso raciocínio, como o “invencível doutor”. Ao expor uma filosofia chamada “nominalismo”, Ockham abriu uma perigosa porta ao conhecimento intuitivo do mundo material. Ele foi, de certa maneira, um porta-voz da liberdade intelectual e o papa reconheceu as implicações disso com a sua excomunhão. Em resposta, Ockham acusou imediatamente João XXII de setenta erros e sete heresias.

No homem econômico, o espírito leigo não questionou a Igreja, mas ainda assim funcionou em contradição essencial a ela. A empresa capitalista, embora já tivesse então um lugar preponderante, violava pela sua própria natureza a atitude cristã para com o comércio, que era de antagonismo ativo. A Igreja sustentava que o dinheiro era um mal, que segundo santo Agostinho “o comércio é em si mesmo um mal”,³³ que o lucro, além de um mínimo necessário à manutenção do negociante, era avareza, que ganhar dinheiro com o próprio dinheiro cobrando juros sobre um empréstimo era o pecado da usura, que comprar mercadorias por atacado e vendê-las, sem qualquer alteração, por um preço de varejo maior era imoral e condenado pelo direito canônico, que, em suma, a palavra de são Jerônimo era final: “O comerciante dificilmente pode, se é que pode, agradar a Deus” (*Homo mercator vix aut numquam potest Deo placere*).³⁴

Conseqüentemente, o banqueiro, o mercador e o negociante viviam em pecado e em contradição cotidiana com o código moral que se centrava no “justo preço”. Baseava-se no princípio de que o ofício devia proporcionar a todo homem um meio de vida e um rendimento justo a todos, e nada mais. Os preços deviam ser fixados a um nível “justo”, o que significava o valor do trabalho acrescido ao valor da matéria-prima. Para assegurar que ninguém teria uma vantagem sobre outrem, o direito comercial proibía a inovação em ferramentas ou técnicas, a venda

abaixo de um preço fixado, o trabalho à luz artificial, o emprego de aprendizes extras ou da mulher e crianças de pouca idade, e o anúncio de mercadorias ou seu elogio em detrimento de outras. Sendo uma limitação à iniciativa, isso contrariava diretamente a empresa capitalista. Era a negação do homem econômico e, em consequência, era uma ética violada ainda mais rotineiramente do que a negação do homem sensual.

Nenhuma atividade econômica era mais irreprimível do que o investimento e o empréstimo de dinheiro a juros: era a base de ascensão da economia capitalista ocidental e da formação de fortunas particulares — e incorria no pecado da usura. Nada preocupou tanto o pensamento medieval, nada foi tão desconcertante e difícil de resolver, nada gerou uma confusão de valores inconciliáveis tão grande quanto a teoria da usura. A sociedade precisava dos empréstimos de dinheiro e a doutrina cristã os proibia. Era essa a dicotomia básica, mas a doutrina era tão elástica que “até mesmo os sábios” estavam inseguros quanto às suas estipulações. Por motivos práticos, considerava-se como usura não a cobrança de juros em si, mas a cobrança de uma taxa superior à que seria decente. Isso cabia aos judeus, como o trabalho sujo, mas necessário, da sociedade, e se eles não existissem, teriam de ser inventados. Enquanto teólogos e canonistas discutiam interminavelmente e tentavam em vão decidir se 10, 12,5, 15 ou 20% eram decentes, os banqueiros continuavam emprestando e investindo pelas taxas que a situação comportasse.

Os comerciantes pagavam regularmente multas por desobedecer às leis relacionadas com seus negócios, e tudo continuava como antes. A fortuna de Veneza e Gênova foi feita no comércio com os infiéis da Síria e Egito, apesar da proibição papal. Antes do século XIV, como já se disse, os homens “difícilmente podiam imaginar a caixa-forte do comerciante sem imaginar também o diabo sentado em sua tampa”.³⁵ Se o comerciante também via o diabo ao contar as moedas, se vivia com um sentimento de culpa, é difícil dizer. Francisco Datini, comerciante de Prato, a julgar por suas cartas, era um homem profundamente perturbado, mas sua agonia era causada mais pelo medo de prejuízo do que de Deus.³⁶ Ele foi, evidentemente, capaz de conciliar o cristianismo e os negócios, pois sua divisa era “Em nome de Deus e do lucro”.

A separação entre ricos e pobres tornou-se cada vez mais acentuada. Com o controle das matérias-primas e dos instrumentos de produção, os patrões puderam reduzir os salários, na exploração clássica. Os pobres viam-nos agora como inimigos, não mais como protetores e sim como exploradores, como Dives, o rico destinado ao fogo do Inferno, ou como lobos, enquanto viam a si mesmos como cordeiros. Sofriam com um sentimento de injustiça que, não encontrando remédio, crescia e se transformava em revolta.

A teoria medieval pretendia que o senhor ou governante defendesse seus protegidos das arbitrariedades, investigando e ordenando a reforma necessária para assegurar a igualdade de incidência dos impostos, tanto sobre os ricos como sobre os pobres. Mas essa teoria correspondia tanto à realidade quanto os outros ideais medievais e, por isso, escreveu Filipe de Beaumanoir em 1280-83: “Tem havido atos

de violência porque o pobre não tolera isso, mas não sabe como obter seus direitos senão levantando-se e tomando-os pelas suas próprias mãos.”³⁷ Formaram associações, diz ele, para recusar-se a trabalhar “por um preço tão vil quanto antes, mas sim, aumentar o preço por seu próprio alvitre” e tomar “certas medidas e punições” contra os que não se juntassem a eles. Isso pareceu a Beaumanoir um ato terrível contra o bem comum, “pois o interesse comum não pode tolerar a paralisação do trabalho”. Ele defendia a prisão dessas pessoas, por longo tempo, seguida de uma multa de 60 *sous* para cada uma, a multa tradicional pela perturbação da “paz pública”.

A fermentação mais persistente ocorria entre os tecelões e trabalhadores em têxteis de Flandres, onde a expansão econômica tinha sido mais intensa. A indústria têxtil era a indústria automobilística da Idade Média, e Flandres era a estufa das tensões e antagonismos criados na sociedade urbana pelo desenvolvimento capitalista.

Unidas outrora por um ofício comum, a guilda dos mestres, jornaleiros e aprendizes se tinha dividido em patrões e empregados, separados pelo ódio de classe. A guilda era agora uma empresa dirigida pelos empregadores e na qual os trabalhadores não tinham voz. Os magnatas, que se casaram com a nobreza e compraram propriedades no campo, além de seus imóveis na cidade, transformaram-se numa classe patricia que controlava o governo das cidades em seu próprio interesse. Fundaram igrejas e hospitais, construíram os grandes mercados de roupas, pavimentaram ruas e criaram o sistema de canais. Custeavam, porém, a maior parte das despesas municipais com impostos sobre a venda de vinho, cerveja, turfa e cereais, que recaíam principalmente sobre os pobres. Favoreciam-se mutuamente como grupos governantes, a exemplo dos Trinta-e-Nove de Gand, nomeados em caráter vitalício e que cumpriam uma rotatividade anual de três grupos de 13, ou os 12 magistrados de Arras, que se revezavam a cada quatro meses, ou, ainda, a oligarquia do Cem Pares de Ruão, que nomeava o prefeito e os vereadores da cidade, todos os anos. Os burgueses de menor posição que faziam fortuna e subiam podiam, muitas vezes, penetrar nesse monopólio, mas os artesãos, desprezados como “tísicos” e vulneráveis ao desemprego, não tinham direitos políticos.

Sob o grito de protesto, grande parte da vida medieval era tolerável por ser vivida coletivamente num número infundável de grupos, ordens, associações e irmandades. O homem nunca estava só. Até mesmo nos quartos de dormir, os casais com frequência tinham a companhia de seus criados e filhos. Exceto entre ermitões e reclusos, a privacidade era desconhecida.

Assim como os nobres tinham suas ordens cavaleirescas, também o homem comum tinha a confraria ou irmandade de seu ofício ou aldeia, que o cercava em todos os momentos difíceis da vida.³⁸ Tendo geralmente entre vinte e cem membros, esses grupos eram associações filantrópicas e de serviços sociais, mas também

serviam para atividades recreativas e para a observação dos preceitos religiosos na vida leiga. Acompanhavam o associado até as portas da cidade quando partia em peregrinação e acompanhavam seu enterro quando morria. Se condenado à morte, seus companheiros o seguiam até a forca. Quando se afogava acidentalmente, como ocorreu em Bordéus, vasculharam o rio Garonne durante três dias em busca do corpo. Se morria insolvente, a associação fornecia sua mortalha e custeava o enterro, ajudando também na manutenção da viúva e filhos. Os peleiros de Paris pagavam aos associados doentes três *sous* por semana enquanto estivessem incapacitados para o trabalho, e três *sous* por uma semana de convalescença. O dinheiro das associações era proveniente de contribuições proporcionais à renda dos associados, pagáveis por semana, por mês ou por trimestre.

As fraternidades montavam peças religiosas, proporcionavam música e atuavam como atores e ajudantes. Realizavam competições, esportes e jogos, concediam prêmios e convidavam oradores ou pregadores para ocasiões especiais. Em dias festivos, depois de espalhar flores pelas ruas, as confrarias participavam de procissões, cada qual como uma entidade, usando roupas coloridas características, e tendo à frente sua bandeira e estátua ou retrato de seu santo padroeiro. Os associados assumiam compromissos com a entidade através de ritos e juramentos; em algumas irmandades, usavam máscaras para esconder a identidade, tornando todos iguais dentro do grupo.

Quando as confrarias doavam vitrais para igrejas, ou encomendavam murais, coros ou livros com iluminuras, seus membros podiam orgulhar-se de patrocinar as artes, tal como os nobres e os ricos. Através de sua associação, podiam comprar o mérito como benfeitores, adotando um hospital, distribuindo esmolas e comida aos pobres ou patrocinando certas categorias — como aconteceu quando os merceeiros de Paris adotaram os cegos, e os donos de armarinhos, os presos da cadeia local. As confrarias proporcionavam um contexto de vida intensamente sociável, com o consolo e por vezes o desgaste implícito à sociabilidade.

Em 1320, na esteira dos períodos de fome, a miséria dos pobres na zona rural explodiu num estranho e histérico movimento de massa, conhecido como os *Pastoureaux*, por ter sido iniciado pelos pastores. Embora menos isolado do que o pobre urbano, o camponês também se sentia oprimido pelos ricos e estava sempre em luta contra as tentativas do senhor de, por este ou aquele meio, ficar com uma parte maior de sua produção ou arrancar-lhe ainda mais trabalho. Processos nos tribunais das senhorias, remontando a 1250, mostram os camponeses unidos na recusa deliberada de arar as terras do senhor, debulhar seu cereal, revolver seu feno ou moer em seu moinho. Ano após ano, apesar das multas e castigos, eles negavam a servidão, dispunham da terra sem consentimento, juntavam-se em grupos para atacar o bailio ou libertar um companheiro camponês do tronco.

A opressão do camponês pelo dono da terra perturbava a consciência da época

e provocava advertências: “Vós, nobres, sois como lobos famintos”, escreveu Jacques de Vitry, um autor de sermões e contos morais do século XII.³⁹ “Portanto, haveis de urrar no Inferno... se pilhais vossos súditos e viveis do sangue e suor do pobre.” Tudo o que o camponês acumula num ano “o cavaleiro, o nobre, devora numa hora”. Ele impõe tributos ilícitos e pesadas obrigações. De Vitry advertiu os grandes para que não desprezassem os humildes nem lhes inspirassem ódio, pois “se eles nos podem ajudar, também nos podem fazer mal. Sabeis que muitos servos mataram seus senhores, ou lhes incendiaram as casas”.

Uma profecia corrente na época de fome previa que os pobres se levantariam contra os poderosos, derrubariam a Igreja e uma grande monarquia não especificada e, depois de muito derramamento de sangue, uma nova era de unidade surgiria. Combinando os vagos rumores de uma nova cruzada, pregada entre os pobres por um monge apóstata e um padre que perdera a batina, a profecia, “tão súbita e inesperadamente quanto uma tempestade”, empolgou os camponeses e os pobres do Norte da França, transformando-se numa marcha em massa para o sul, na direção de uma embarcação imaginária que os levaria à Terra Santa. Recolhendo seguidores e armas pelo caminho, a procissão atacava castelos e abadias, incendiava prefeituras e registros de impostos, abria prisões, e quando chegou ao sul lançou-se contra os judeus em assaltos concentrados.

As dívidas dos camponeses para com os judeus, conseqüentes de empréstimos para enfrentar períodos ruins ou permitir a compra de ferramentas ou um arado, existiam há muito tempo. Os camponeses acharam que as dívidas tinham sido anistiadas quando Filipe, o Belo, expulsou os judeus em 1306, mas seu filho Luís X os chamou de volta em condições que faziam dele um sócio com direito a dois terços do que recuperassem de seus empréstimos. Exacerbando um velho ressentimento, isso levou os *Pastoureaux*, ajudados com entusiasmo pelo povo, a matar quase todos os judeus, de Bordéus a Albi. Apesar da ordem real para que os judeus fossem protegidos, as autoridades locais não podiam conter os ataques e em alguns casos participaram deles.

A impiedade dos judeus era uma crença tão profundamente disseminada pela Igreja que as pessoas mais devotas eram as mais extremadas em sua antipatia, e entre elas ninguém mais do que são Luís. Se os judeus eram ímpios, matá-los e saqueá-los era uma obra santa. Também os leprosos foram alvo dos *Pastoureaux*, sob a alegação de que se tinham juntado aos judeus num pacto terrível para envenenar os poços, e a perseguição a eles tornou-se oficial com uma ordenação real de 1321.

Assustando Avignon, atacando padres, ameaçando tomar propriedades da Igreja, os *Pastoureaux* espalharam o medo da insurreição que gela o sangue dos privilegiados de qualquer tempo quando a multidão aparece. Excomungados pelo papa João XXII, foram finalmente eliminados quando ele proibiu, sob pena de morte, que lhes fossem fornecidos alimentos, e sancionou o uso da força contra eles. Foi o suficiente e os *Pastoureaux* acabaram como todas as outras manifestações dos pobres acabavam, mais cedo ou mais tarde, na Idade Média — com cadáveres pendurados nas árvores.

Neste século angustiado, nenhum fator provocou mais problemas do que a persistente lacuna entre o crescimento do Estado e os meios de que este dispunha para seu financiamento. Enquanto se desenvolvia o governo centralizado, a tributação continuava ainda encerrada no conceito de que os impostos representavam uma medida de emergência que precisava do consentimento dos tributados. Tendo esgotado todas as outras fontes de recursos, Filipe, o Belo, voltou-se, em 1307, para os Templários no mais sensacional episódio do seu reinado.⁴⁰ Isso trouxe uma maldição para o país, como acreditavam seus contemporâneos — e o que o povo acredita em relação à sua própria época torna-se um fator na sua história.

Nenhuma queda foi tão completa e espetacular quanto a dessa arrogante Ordem cavalleiresca monástica. Formada durante as cruzadas para ser o braço armado da Igreja na defesa da Terra Santa, os Templários se tinham afastado dos ideais de ascetismo e pobreza, acumulando recursos imensos e uma teia internacional de poder fora dos canais regulares de fidelidade. Isenta de impostos desde o início, a ordem acumulou riquezas como banqueiro da Santa Sé e como empréstador de dinheiro a juros mais baixos do que os lombardos e os judeus. Não eram notáveis pela caridade e, ao contrário dos Cavaleiros de São João, não mantinham hospitais. Possuíam dois mil membros na França e o maior tesouro do Norte da Europa, e sua sede ficava no Templo, uma formidável fortaleza em Paris.

Não só seu dinheiro, mas também sua existência como um enclave praticamente autônomo, eram um convite à destruição. Sua reputação sinistra, nascida do sigilo de seus rituais, proporcionou os meios para isso. Num golpe semelhante ao salto do tigre, Filipe tomou o Templo em Paris e prendeu todos os Templários da França na mesma noite. A principal acusação para justificar o confisco das propriedades da Ordem era de heresia e, para prová-la, o procurador do rei desenterrou todas as sombrias superstições e temíveis fantasias sobre feitiçaria e culto do Diabo existentes nas raízes do espírito medieval. Os Templários foram acusados, por testemunhas compradas, de bestialidade, adoração de ídolos, negação de sacramentos; de vender a alma ao Diabo e adorá-lo na forma de um enorme gato; de sodomia entre eles e relações com demônios e súcubos; de exigir dos iniciados que negassem Deus, Cristo e a Virgem; de cuspir três vezes, urinar e pisar na cruz, e dar o “beijo da vergonha” no prior da Ordem, na boca, no pênis e nas nádegas. Para fortalecer a disposição para tais práticas variadas, dizia-se que eles bebiam um pó feito com as cinzas de companheiros mortos e de seus próprios filhos ilegítimos.

Elementos de feitiçaria, magia e bruxaria eram aceitos naturalmente na vida medieval, mas o uso que Filipe fez delas para provar a heresia no melodrama de sete anos do julgamento dos Templários deu-lhes uma temível circulação. A partir de então, as acusações de magia negra tornaram-se um meio comum de derrubar um inimigo e o método favorito da Inquisição em sua caça aos hereges, em especial os que tinham propriedades que valia a pena confiscar. Em Toulouse e Carcassonne, nos 35 anos seguintes, a Inquisição processou mil pessoas sob tais acusações, e queimou seiscentas. A Justiça francesa era corrupta e estava lançando o modelo para os fanáticos processos de bruxaria dos séculos subseqüentes.

Filipe pressionou o primeiro papa de Avignon, Clemente V, para que autorizasse os julgamentos dos Templários e, com essa autorização, submeteu-os a torturas atrozes para arrancar confissões. A Justiça medieval era escrupulosa quanto à realização de processos e cuidadosa em não sentenciar sem prova de culpa, mas conseguia essa prova pela confissão e não pelas evidências, e a confissão era rotineiramente arrancada pela tortura. Os Templários, muitos deles já idosos, foram submetidos à roda, tiveram os polegares esmagados, passaram fome, foram pendurados com pesos até as juntas se deslocarem, tiveram os dentes e as unhas arrancados um a um, os ossos quebrados, os pés colocados no fogo, sempre com pausas entre as torturas, e a repetição da "pergunta" diariamente, até que as confissões eram arrancadas ou a vítima morria. Trinta e seis morreram sob esse tratamento; alguns se suicidaram. Vencido pela tortura, o grão-mestre, Jacques de Molay, e 122 outros confessaram ter cuspidos na cruz ou alguma outra forma de crime colocada em suas bocas pelos inquisidores. "E ele teria confessado ter matado o próprio Deus, se lhe tivessem perguntado isso", admitiu um cronista.⁴¹

O processo arrastou-se devido a prolongadas disputas sobre jurisdição do papa, do rei e da Inquisição, enquanto as vítimas, acorrentadas e mal alimentadas, eram arrastadas dos cárceres para novos julgamentos e humilhações, e a eles devolvidas. Sessenta e sete Templários que tiveram a coragem de negar suas confissões foram queimados vivos como hereges irrecuperáveis. Depois de protestos inúteis de Clemente V, a Ordem dos Templários na França e todas as suas representações na Inglaterra, Escócia, Aragão, Castela, Portugal, Alemanha e reino de Nápoles foram abolidas pelo Concílio de Viena em 1311-12. Oficialmente, suas propriedades foram transferidas para os Cavaleiros Hospitalários de São João, mas a presença de Filipe, o Belo, sentado à direita do papa em Viena indica que ele não foi esquecido nesse arranjo. Posteriormente, na verdade, os Cavaleiros de São João pagaram-lhe uma enorme soma como sendo uma dívida dos Templários.

Mas ainda não chegara o fim. Em março de 1314, o grão-mestre, amigo do rei e padrinho de sua filha, foi levado com o seu lugar-tenente para um cadafalso erguido na praça fronteira à catedral de Notre Dame, em Paris, para confirmarem suas confissões e serem condenados à prisão perpétua pelos legados papais. Em lugar disso, perante uma assembléia compacta de nobres, clero e plebeus, eles proclamaram sua inocência, e a inocência da Ordem. Privado de sua justificativa final, o rei mandou que ambos fossem queimados na fogueira. Quando as chamas subiram, no dia seguinte, Jacques de Molay voltou a proclamar sua inocência e gritou bem alto que Deus o vingaria. Segundo uma tradição que se formou depois, ele lançou uma maldição sobre o rei e seus descendentes até a 13.^a geração e, nas últimas palavras ditas antes de ser queimado, convocou Filipe e o papa Clemente para se encontrarem com ele perante Deus em seu trono do juízo dentro de um ano. Um mês depois Clemente realmente morria e sete meses depois, em novembro, era a vez de Filipe, que não estivera enfermo ou sofrera acidente e tinha apenas 46 anos.⁴² A lenda da maldição dos Templários cresceu, como acontece com a maioria das lendas, passando a explicar coincidências estranhas depois que se veri-

ficavam. Os sintomas da morte de Filipe parecem indicar um derrame, mas para os contemporâneos atemorizados a causa foi, indubitavelmente, a maldição dos Templários, que subira com a fumaça da pira, à luz vermelha do sol poente.

Numa aparente confirmação da maldição sobre a posteridade de Filipe, a dinastia Capeto feneceu subitamente com o estranho destino tríplice de seus filhos. Em sucessão, Luís X, Filipe V e Carlos IV reinaram menos de seis anos cada e morreram com 27, 28 e 33 anos respectivamente, sem deixar sucessor masculino, apesar de terem tido os três juntos um total de seis esposas. Joana, a filha de quatro anos do irmão mais velho, foi preterida pelo tio, que se fez coroar como Filipe V. Em seguida, convocou uma assembléia de notáveis dos três estados na Universidade de Paris, que aprovou seu direito baseado no princípio, formulado expressamente para a situação, de que "uma mulher não ascende ao trono de França". Nasceu assim a importante "lei" sálica, que criaria um impedimento permanente à sucessão de mulheres, quando nada disso existia antes.

A morte do último dos três irmãos, em 1328, deixou em aberto a sucessão à coroa, com resultados que levaram à mais prolongada guerra até então, na história ocidental. Havia três pretendentes: um neto e dois sobrinhos de Filipe, o Belo. O neto tinha 16 anos e era Eduardo III da Inglaterra, filho de Isabel, filha de Filipe, o Belo, que se casara com Eduardo II e que, segundo crença geral, era conivente com o amante no assassinato do rei, seu marido, e no exercício de uma influência maligna sobre o filho. A pretensão de descendência direta, apresentada com vigor por Eduardo, não teve boa recepção em França, não porque essa linhagem viesse de uma mulher, mas porque a mulher em questão era temida e odiada, e, de qualquer modo, ninguém queria o rei da Inglaterra no trono de França.

Os outros dois pretendentes, filhos respectivamente de um irmão e um meio-irmão de Filipe, o Belo, eram Filipe de Valois e Filipe de Evreux. O primeiro, de 35 anos, filho de pai ilustre, bem conhecido pela corte e pelos nobres de França, era o preferido, e foi confirmado como rei pelos príncipes e pares sem oposição declarada. Como Filipe VI ele deu início à dinastia Valois. Seus dois rivais aceitaram formalmente a escolha e Eduardo foi pessoalmente colocar suas mãos entre as de Filipe VI em homenagem ao ducado de Guiena. O outro Filipe foi recompensado com o reino de Navarra e o casamento com a preterida Jeanne.

Embora Filipe VI mantivesse uma corte suntuosa, não crescera na expectativa de ser rei e faltava-lhe alguma coisa do caráter real. Parecia perturbado por alguma preocupação quanto ao seu direito à coroa, que em nada era minorada pelo hábito de seus contemporâneos de se referirem a ele como *le roi trouvé* (o rei achado), como se tivesse sido encontrado entre os juncos. Ou talvez os direitos latentes de suas primas o ameçassem. Era dominado pela mulher, a "má rainha manca",⁴¹ Jeanne de Bourgogne, mulher maldosa que não era amada nem respeitada, embora protegesse as artes e todos os eruditos que chegavam à corte. Muito devoto, como

seu bisavô são Luís, embora sem a inteligência ou a força de vontade dele, Filipe sentia-se fascinado pela absorvente questão da visão beatífica:⁴⁴ se as almas dos bem-aventurados vêm a face de Deus imediatamente ao entrarem no Céu, ou se têm de esperar até o dia do Juízo Final.

A questão era de real interesse porque a intercessão dos santos em favor do homem só seria possível se eles tivessem sido admitidos à presença de Deus. Os santuários com relíquias dependiam, para suas receitas, da confiança popular de que um determinado santo estava em condições de fazer um apelo pessoal ao Todo-Poderoso. Filipe VI convocou duas vezes os teólogos para debaterem a questão na sua presença e foi tomado de "violenta cólera" quando o legado papal em Paris transmitiu as dúvidas do papa João XXII sobre a Visão Beatífica. "O rei o censurou bruscamente e ameaçou mandá-lo queimar como um albigense, a menos que se retratasse, e disse ainda que, se o papa realmente tinha essa opinião, ele o considerava como herege."⁴⁵ Preocupado, Filipe escreveu ao papa que negar a Visão Beatífica era destruir a crença na intercessão da Virgem e dos santos. Felizmente para a paz de espírito do rei, uma comissão papal decidiu, depois de detalhada investigação, que as almas dos bem-aventurados realmente ficavam frente a frente com a Divina Essência.

O reinado de Filipe começou bem e o reino prosperou. Os efeitos das ondas de fome e epidemias estavam passando, os diabólicos presságios foram esquecidos, a sempre belicosa Flandres foi recolocada sob controle francês, numa vitoriosa campanha, em seu primeiro ano de reinado. As relações da coroa com cinco dos seis grandes feudos — Flandres, Borgonha, Bretanha e, no sul, Armagnac e Foix — eram razoavelmente estáveis. Só a Guiena (ou Aquitânia), que os reis da Inglaterra tinham como um feudo dos reis de França, era uma constante fonte de conflitos. Ali, as tentativas inglesas de expansão chocavam-se continuamente com o esforço francês de reintegração do feudo.

Quando o conflito agravou-se, provocou em 1338 um casamento que ligou os Coucys com outra casa reinante, os Habsburgos da Áustria. Foi dessa união que nasceu Enguerrand VII. Ela foi promovida pelo próprio Filipe VI, que buscava aliados para a iminente luta com a Inglaterra. Em 1337, Filipe declarou confiscada a Guiena, com o que Eduardo III proclamou-se legítimo rei de França e preparou-se para a guerra. A renovada reivindicação de Eduardo não foi exatamente o motivo para a guerra, mas sim um pretexto para resolver através da guerra o interminável conflito sobre a soberania de Guiena. Enquanto as forças inglesas desembarcavam em Flandres, preparando-se para o ataque, os dois lados buscavam, febrilmente, aliados nos Países Baixos e do outro lado do Reno.

O rei Filipe empenhou-se não só em ganhar aliados como também em assegurar a fidelidade do baronato de Coucy, localizado estrategicamente. Como rica compensação, conseguiu para Enguerrand VI a mão de Catarina da Áustria, filha do duque Leopoldo I e neta, pelo lado materno, do igualmente ilustre Amadeu, conde de Savóia.⁴⁶ A Casa de Savóia era governante autônoma de uma região que ia da França à Itália, pelos Alpes, e constituía uma teia principesca de laços de ca-

samento, ligando coroas por toda a Europa — e além. Uma das cinco tias de Catarina era a mulher de Andrônico III Paleólogo, imperador de Bizâncio.

Os casamentos eram a essência das relações tanto internacionais como entre famílias nobres, a fonte principal de territórios, soberanias e alianças, e o principal objetivo da diplomacia medieval. As relações entre países e governantes dependiam não de fronteiras comuns ou interesses naturais, mas de ligações dinásticas e parentescos fantásticos que podiam tornar um príncipe húngaro herdeiro do trono de Nápoles e um príncipe inglês pretendente ao de Castela. Por toda parte, os teares dos soberanos moviam suas lançadeiras, levando o fio de um filho ou uma filha, e estes, movimentando-se de um lado para o outro, teciam o desenho artificial que criava tantas pretensões conflitantes e tantas hostilidades quanto ligações. Valois de França, Plantagenetas da Inglaterra, Luxemburgos da Boêmia, Wittelsbachs da Baviera, Habsburgos da Áustria, Viscontis de Milão, as casas de Navarra, Castela e Aragão, os duques da Bretanha, os condes de Flandres, Hainaut e Savóia, estavam todos misturados numa rede cruzada, em cuja elaboração duas coisas jamais foram pensadas: os sentimentos das partes envolvidas no casamento e o interesse das populações em causa.

Embora o livre consentimento dos noivos fosse teoricamente exigido pela Igreja e o “sim” considerado a essência do contrato de casamento celebrado ante um padre, a política prática deixava de lado essa exigência, por vezes com resultados infelizes. O imperador Luís, ao oferecer sua filha antes que ela tivesse aprendido a falar, prontificou-se a fazê-lo em nome dela e foi castigado por Deus, ao que se dizia quando a menina permaneceu muda por toda a vida.⁴⁷

Da mesma forma, os governantes não respeitavam — com resultados previsíveis — a proibição de consaguinidade no casamento, cujos riscos eram bem compreendidos, sendo proibido pela Igreja até o quarto grau. A proibição só era lembrada para romper um noivado que se tornara inconveniente ou para livrar-se de uma esposa incômoda. Por uma taxa, ou um favor político proporcional à posição do peticionário, a Igreja invariavelmente concordava em pôr de lado a consaguinidade para permitir o casamento ou alegá-la como razão para o divórcio.

A negociação dos termos finais do casamento Habsburgo-Coucy exigiu dois tratados, em 1337-38, entre o rei da França e o duque da Áustria. O duque Leopoldo deu à filha um dote de 40 mil libras, enquanto o rei Filipe destinava, a ela e sua prole, uma anuidade de duas mil libras do tesouro real. Para Enguerrand VI o rei fez um presente de dez mil libras, mais a promessa de outras dez mil para resgatar dívidas. Enguerrand, por sua vez, prometeu destinar seis mil libras para sua esposa e, o que era o verdadeiro interesse do rei, levar seus vassalos às hostes reais em defesa do reino contra Eduardo da Inglaterra.

A princípio, a guerra não parecia perigosa, já que a França era a potência dominante na Europa e sua glória militar — aos seus próprios olhos e aos olhos dos ou-

tros — obscurecia a da Inglaterra, ou de qualquer outro país, e cuja população de 21 milhões era cinco vezes a do inimigo, então pouco mais de quatro milhões. Não obstante, a posse da Aquitânia e a aliança com Flandres proporcionavam a Eduardo duas bases nas fronteiras francesas e davam um peso maior que o das simples palavras ao insolente desafio que dirigiu a “Filipe de Valois, que se intitula rei de França”. Nenhum dos dois podia saber que estavam iniciando uma guerra que duraria mais do que eles, que adquiriria vida própria, desafiando negociações, tréguas e tratados destinados a sustá-la, que arrastaria a vida de seus filhos e de seus netos, bisnetos e tetranetos até a quinta geração, que traria a destruição aos dois lados e que se tornaria, à medida que sua devastação se estendesse pela Europa, o tormento do fim da Idade Média.

Enguerrand VI mal teve o tempo de gerar um filho antes de ser convocado à guerra em 1339. No norte, os ingleses avançavam a partir de Flandres e um exército de 1.500 soldados sitiava o castelo de Oisy pertencente aos Coucys. Tão ardente foi a defesa dos vassallos de Enguerrand que os ingleses foram obrigados a se retirar, embora tivessem como comandante *sir* John Chandos, que seria a mais notável figura militar do lado inglês. Em vingança pela sua derrota, ele incendiou e saqueou três outras cidades e castelos menores no domínio de Coucy. Enquanto isso, Enguerrand VI juntava-se ao rei na defesa de Tournai, na fronteira flamenga, e em 1340, enquanto se desenvolvia uma indecisa campanha, seu filho, o sétimo e último Enguerrand, nascia.

Juventude e cavalaria

Embora indubitavelmente precioso para seus pais, como o primogênito e herdeiro de uma grande dinastia, o menino Enguerrand VII provavelmente não foi o adorado objeto de mimos e ternuras que os recém-nascidos devem, pela sua própria natureza, inspirar. De todas as características que distinguem a era medieval da moderna nenhuma é tão notável quanto a relativa ausência de interesse pelos filhos. Sentimentos por eles provocados raramente surgem na arte ou na literatura, ou nos documentos. O Menino Jesus é, naturalmente, pintado com freqüência, em geral nos braços da mãe, mas antes de meados do século XIV ele é mostrado afastado do corpo materno, rígido, seguro por uma mãe que parece distante, mesmo quando lhe dá de mamar. Ou então, a sagrada criança está sozinha no chão, envolta em faixas ou nua e descoberta, enquanto a mãe, séria, a contempla distraída. Sua distância do filho pretendia assinalar a divindade deste. Se a mãe comum sentia uma emoção mais cálida, mais íntima, esta pouco se expressava na arte medieval, porque as atitudes maternas haviam sido reservadas à Virgem Maria.

Na literatura, o principal papel das crianças era o de morrer, em geral afogadas, sufocadas ou abandonadas numa floresta, por ordem de algum rei receoso de uma profecia ou por um marido louco pondo à prova a resistência da esposa. As mulheres raramente são mostradas como mães. São namoradeiras, alcoviteiras e esposas infiéis nas histórias populares, santas e mártires nos dramas, objetos inatingíveis de amor apaixonado e ilícito nos romances. Ocasionalmente, o sentimento maternal pode-se revelar, como ocorre quando um pregador inglês, para mostrar a moral de um sermão, diz como certa mãe, "que teve um filho no inverno, quando as mãos da criança estavam frias, dava-lhe uma palha ou um juncos e mandava-lhe que a aquecesse, não por amor à palha ou para aquecê-la... mas para ter quentes as mãos da criança".¹ Uma ilustração ocasional ou um entalhe na pedra mostram pais ensinando filhos a andar, uma camponesa penteando ou catando piolhos na cabeça de um filho pousada em seu regaço, a mãe mais elegante do século XIV tecendo

uma roupa infantil com quatro agulhas, o reconhecimento, na vida de um santo, da “beleza da infância”, e no *Ancren Riwe* do século XII há uma descrição de uma camponesa brincando de esconder com o filho e que, quando a criança a chamou, “deu um pulo ligeiro com os braços estendidos e o abraçou e beijou, e enxugou-lhe os olhos”.³ São menções isoladas que dão ainda maior destaque aos espaços brancos intermediários.

As ilustrações medievais mostram as pessoas em todas as atividades humanas: fazendo amor e morrendo, dormindo e comendo, na cama e no banho, rezando, caçando, dançando, arando, em jogos e em combate, comerciando, viajando, lendo e escrevendo — mas tão raramente com crianças que suscita a pergunta: por quê?

O amor materno, como o sexo, é geralmente considerado inato demais para ser erradicável, mas talvez possa diminuir em certas condições desfavoráveis. Devido à alta mortalidade infantil da época, calculada em um ou dois em cada três nascimentos,⁴ o investimento de amor numa criança pequena pode ter sido tão frustrante que por algum artifício da natureza — como acontece quando roedores amontoados em cativeiros deixam de procriar — ele foi suprimido. Talvez também os partos freqüentes tenham diminuído o valor do produto. Uma criança nascia e morria, outra tomava o seu lugar.

As famílias nobres e burguesas ricas tinham mais filhos do que os pobres porque casavam-se cedo e porque, em consequência do uso de amas-de-leite, o período de infertilidade era curto. Também era maior o número dos filhos que sobreviviam: em cada dez, seis chegavam à idade adulta. Guilherme de Coucy, avô de Enguerrand VII, educou cinco filhos e cinco filhas; seu filho Raul, quatro de cada. Nove dos doze filhos de Eduardo III com a rainha Filipa da Inglaterra chegaram à maturidade. Pelos cálculos, uma mulher de vinte anos podia ter uma expectativa de 12 anos de fertilidade, com os nascimentos de crianças vivas bem espaçados — devido aos natimortos, abortos e amamentação — em longos intervalos de cerca de trinta meses. Com essa média, o número de nascimentos por família era de cerca de cinco, dos quais metade sobrevivia.

Como tudo mais, a infância escapa a uma generalização excessiva. Havia amor, cantigas de ninar e embalo de berço. Deus em sua graça, escreveu Filipe de Novara no século XIII,⁵ deu às crianças três dons: amar e reconhecer a pessoa que as alimenta no seio; mostrar “alegria e amor” para os que brincam com ela; inspirar amor e ternura àqueles que dela cuidam, sendo a última o mais importante, pois “sem isto, elas serão tão sujas e aborrecidas na infância, e tão travessas e caprichosas que quase não valeria a pena cuidar delas durante a meninice”. Filipe defendia, porém, uma educação rigorosa, pois “poucas crianças perecem de excesso de severidade, mas muitas por lhes ser permitido demais”.

Livros de conselhos sobre criação dos filhos eram raros. Havia livros — isto é, manuscritos encadernados — sobre etiqueta,⁶ maneiras, remédios caseiros, até mesmo com frases de vocabulários estrangeiros. O leitor podia encontrar orientação para lavar as mãos e limpar as unhas antes de um banquete, para comer funcho e anis em caso de mau hálito, para não cuspir nem limpar os dentes com uma faca,

não limpar as mãos nas mangas, nem o nariz ou os olhos na toalha de mesa. As mulheres podiam aprender a fazer tinta, venenos para ratos, areia para ampulhetas; a fazer hipocraz, ou vinho temperado com especiarias, a bebida medieval favorita; a cuidar de pássaros de estimação em gaiolas e fazê-los procriar; a obter referências sobre o caráter dos criados e fazer com que apagassem as velas de cabeceira com os dedos ou com um sopro e “não com suas camisas”; a plantar ervilhas e enxertar rosas; a acabar com as moscas da casa; a tirar manchas de graxa com penas de galinha mergulhadas em água quente; a fazer feliz o marido proporcionando-lhe uma lareira sem fumaça no inverno e uma cama livre das pulgas no verão. Uma jovem mulher casada era aconselhada a jejuar e dar esmolas, a dizer orações ao som das matinas “antes de adormecer novamente”, e a caminhar com dignidade e modéstia em público, e não “de maneira irreverente, com olhares inquisidores e o pescoço estendido para a frente como um gamo em fuga, olhando para um lado e para o outro como se procurasse um cavalo fugido”. Ela poderia encontrar livros sobre administração de propriedades para as ocasiões em que o marido estivesse fora, na guerra, com conselhos sobre o preparo de orçamentos e a resistência aos sítios, sobre arrendamentos e o direito feudal, de modo que os direitos de seu marido não fossem prejudicados.

Encontraria, porém, poucos livros para mães com conselhos sobre amamentação, vestimentas, banhos, desmame, alimentos sólidos e outras complexidades do cuidado infantil, embora isso fosse mais importante para a sobrevivência da raça do que criar pássaros em gaiola ou até mesmo o conforto dos maridos. Quando se falava da amamentação, era geralmente para recomendá-la — como diz um enciclopedista do século XIII, Bartolomeu da Inglaterra, em seu *Book on the nature of things*⁷ — pelo seu valor emocional. Nesse processo, a mãe “ama seu filho muito ternamente, abraça-o e beija-o, cuida dele com a maior solicitude”. Um médico do mesmo período, Aldobrandino de Siena, que clinicou em França, aconselhava limpeza e mudança freqüente de fraldas, bem como dois banhos diários, alimentação com mingau feito de pão com leite e mel, muito tempo para brincar e ensino sem pressão na escola, com lazer, para dormir e para diversão. Mas até onde esse ensinamento tão humano era conhecido, ou seguido, é impossível dizer.

No conjunto, aparentemente as crianças pequenas, bem como as já crescidas, podiam viver ou morrer nos primeiros cinco ou seis anos, sem causar maiores preocupações. Que efeitos psicológicos isso terá exercido sobre o caráter, e possivelmente sobre a história, só podemos conjecturar. É possível que a relativa carência emocional de uma infância medieval explique a atitude de indiferença para com a vida e o sofrimento, evidente no homem medieval.

As crianças, porém, tinham brinquedos: bonecas e carros de bonecas atrelados a camundongos, cavaleiros e armas de madeira, pequenos animais de barro cozido, moinhos de vento, bolas, raquetas e petecas, pernas de pau, balanços e carrosséis. Os meninos eram como os meninos de qualquer época, “vivendo despreocupados”, segundo Bartolomeu da Inglaterra, “gostando apenas de brincar, sem temer outro perigo que o de serem surrados com uma vara, sempre famintos e portanto

sujeitos a enfermidades provocadas por comer demais, querendo tudo o que vêem, de riso fácil e lágrimas igualmente fáceis, resistentes aos esforços das mães para lavá-los e penteá-los, e, tão logo banhados, voltando a sujar-se". Segundo Bartolomeu, as meninas comportavam-se melhor e eram mais apegadas às mães. Se os filhos chegavam aos sete anos, começavam então a adquirir identidade, mais ou menos como se fossem adultos em miniatura. A infância terminava então. A infantilidade observável no comportamento medieval, sua acentuada incapacidade de conter qualquer impulso, pode ser simplesmente consequência da elevada proporção de jovens na sociedade. Cerca de metade da população, como se calculou, tinha menos de 21 anos,⁸ e cerca de um terço, menos de 14.

Nos primeiros sete anos de vida, um menino de família nobre ficava aos cuidados das mulheres, que lhe ensinavam as maneiras e, até certo ponto, as letras. É significativo que santa Ana, a padroeira das mães, seja habitualmente representada ensinando a filha, a Virgem Maria, a ler, num livro. Dos oito aos 14 anos o filho do nobre era enviado como pajem ao castelo de um senhor vizinho, da mesma maneira que os filhos de plebeus iam, aos sete ou oito anos, para a casa de outra família como aprendizes ou criados. A prestação de serviço pessoal não era considerada degradante: um pajem, ou mesmo um escudeiro quando adulto, ajudava seu senhor a tomar banho e vestir-se, cuidava de suas roupas, servia-o à mesa sem perder a condição de nobre. Em troca desse trabalho não remunerado o senhor oferecia escola gratuita aos filhos de seus pares. O menino aprendia a montar, a lutar e a arte da falconaria, os três principais elementos materiais da vida nobre, a jogar xadrez e gamão, a cantar e dançar, tocar um instrumento e compor, e outras habilidades românticas. O capelão do castelo, ou de uma abadia local, proporcionava-lhe educação religiosa e ensinava os rudimentos da leitura e escrita, e, possivelmente, alguns elementos do currículo estudado pelos meninos não-nobres.

Aos 14 ou 15 anos, quando se tornava escudeiro, intensificava-se o treinamento para combate. O rapaz aprendia a trespassar com uma lança um boneco pendurado, manejar a espada e várias outras armas assassinas, e conhecer as regras da heráldica e das justas. Como escudeiro, levava o cavalo de batalha do seu senhor à guerra e o segurava quando a luta era a pé. Ajudava o senescal nos assuntos relacionados com o castelo, guardava as chaves, agia como correio confidencial, carregava a bolsa e coisas de valor durante uma viagem. O aprendizado livresco tinha pouco espaço nesse programa, embora o jovem nobre, dependendo de sua inclinação, pudesse aprender um pouco de geometria, direito, elocução e, em certos casos, latim.

As mulheres de condição nobre eram, freqüentemente, mais instruídas em latim e outras matérias do que os homens, pois embora as moças não deixassem o lar aos sete anos, como os meninos, sua educação era estimulada pela Igreja, para que pudessem instruir-se melhor na fé e se tornassem mais adequadas à vida religiosa num convento, caso seus pais desejassem dedicá-las, com um dote adequado, à Igreja. Além de ler e escrever em francês e latim, aprendiam música, astronomia, algumas noções de medicina e primeiros socorros.

O último dos Coucys entrou num mundo em que o movimento estava limitado à velocidade de um homem a cavalo, em que as notícias e comunicações públicas eram transmitidas pela voz humana e a luz acabava, para a maioria das pessoas, com o pôr-do-sol. Ao entardecer, sopravam-se trombetas ou tocavam-se sinos para anunciar o toque de recolher, ou de apagar o fogo nas lareiras, depois do qual o trabalho era proibido, porque o trabalhador não podia enxergar para fazê-lo bem. Os ricos prolongavam a vigília com tochas e velas, mas para os outros a noite era tão escura quanto queria a natureza, e a quietude cercava o viajante depois do anoitecer. "Pássaros, animais selvagens e homens repousavam sem qualquer ruído", escreveu Boccaccio.⁹ "As folhas pendiam das árvores e o ar úmido persistia em suave paz. Só as estrelas brilhavam para iluminar-lhe o caminho."

As flores cobriam os campos e o chão das florestas, constituindo um apreciado elemento da vida cotidiana. Flores silvestres e de jardim eram tecidas em grinaldas usadas por homens e mulheres nobres, espalhadas pelo chão e pelas mesas nos banquetes, dispersas nas ruas antes de paradas reais. Os macacos eram animais de estimação comuns. Os mendigos estavam em toda parte, em sua maioria aleijados, cegos, doentes, deformados, ou fingindo-se disso. Os sem-pernas arrastavam-se por meio de pedaços de madeira presos às suas mãos. As mulheres eram consideradas como iscas do Diabo, ao mesmo tempo em que o culto da Virgem fazia de uma mulher o objeto central de amor e adoração. Os médicos eram admirados, os advogados, universalmente odiados e vistos com desconfiança. O vapor ainda não fora controlado, a sífilis não existia, a lepra era comum, a pólvora começava a ser usada, embora sem muita eficácia. Batatas, chá, café e tabaco eram desconhecidos, o vinho quente e temperado com especiarias era a bebida favorita dos que podiam pagar por ela. A gente comum bebia cervejas e cidras.

Os homens leigos tinham abandonado a túnica* em favor de calções justos. Geralmente barbeavam-se, embora os cavanhaques e bigodes entrassem e saíssem de moda com frequência. Cavaleiros e cortesãos tinham adotado a moda de sapatos de pontas muito longas, chamados *poulaines* — que freqüentemente tinham de ser amarrados em volta das canelas para permitir que seus usuários andassem —, e túnicas excessivamente curtas que, segundo a queixa de um cronista, mostravam as nádegas e "outras partes do corpo que deveriam ficar escondidas",¹⁰ provocando a zombaria dos plebeus. As mulheres usavam cosméticos, tingiam os cabelos, arrancavam-nos para fazer maior a testa, e tiravam também as sobrancelhas, embora com isso cometessem o pecado da vaidade.

A Roda da Fortuna, fazendo descer os poderosos e (mais raramente) subir os humildes, era a imagem predominante da instabilidade da vida num mundo incerto. O progresso, moral ou material, do homem ou da sociedade, não era esperado durante sua vida na Terra, cujas condições eram fixas. O homem podia, com seus esforços individuais, crescer em virtude, mas a melhoria da humanidade teria de esperar o Segundo Advento e o início de uma nova era.

* No original em inglês, *gown* (N. do T.).

O tempo, o calendário e a história eram contados pelo esquema cristão. A criação do mundo foi datada de 4.484 anos antes da fundação de Roma, e a história moderna, desde o nascimento de Cristo. Os acontecimentos históricos a partir de então eram contados pelos reinados papais, a começar com São Pedro, fixado em 42-67 da era cristã. Os acontecimentos atuais eram registrados em relação a festas religiosas e dias santificados. O ano começava em março — mês, segundo Chaucer, “no qual o mundo começou, quando Deus fez o homem”.¹¹ Oficialmente, começava na Páscoa, e como esta era uma festa móvel, variável num período de trinta dias, a datação histórica era imprecisa. As horas do dia eram denominadas segundo as horas de orações: matinas em torno da meia-noite; laudes, em torno das três da manhã; primas, à primeira luz do dia, ao nascer do sol ou cerca de seis da manhã; vésperas, às seis da tarde; e completas, na hora de dormir. A contagem do tempo baseava-se nos movimentos do Sol e das estrelas, o relógio da natureza, que eram conhecidos e observados atentamente. Na época em que nasceu Enguerrand VII, o relógio mecânico estava começando a ser usado nas torres dos edifícios das municipalidades ou nas casas dos ricos, trazendo a precisão, com todas as suas possibilidades de observação científica.

Vivia-se com o inexplicável. As bruxuleantes luzes dos gases dos pântanos só podiam ser fadas ou duendes; vaga-lumes eram almas de crianças mortas sem batismo. No terrível tremor e nas fissuras de um terremoto, ou no incêndio de uma árvore por um raio, estava a proximidade do sobrenatural. As tempestades eram avisos, a morte provocada por um ataque cardíaco, ou outros ataques, podia ser obra de demônios. A magia estava presente no mundo: demônios, fadas, feiticeiros, fantasmas e vampiros tocavam e manipulavam vidas humanas; superstições e rituais pagãos persistiam entre a gente dos campos, sob, e mesmo ao lado, do padre e dos sacramentos. A influência dos planetas podia explicar qualquer coisa que não tivesse outra explicação. A astronomia era a mais nobre das ciências e a astrologia, depois de Deus, a maior determinante das coisas.

A alquimia, ou busca da pedra filosofal que transformaria os metais vis em ouro, era a ciência aplicada mais popular. No outro extremo da credulidade estavam também as panacéias para doenças e o elixir da longa vida. Espíritos inquisitivos investigavam as ciências naturais através de experiências e observações. Um estudioso de Oxford¹² manteve durante sete anos um registro do tempo, entre 1337-44, e notou que quando o som dos sinos era ouvido com mais clareza, ou a maiores distâncias, isso era sinal de maior umidade e uma previsão de chuva. A depressão mental e a ansiedade eram consideradas como enfermidades,¹³ embora os sintomas da primeira, do desespero ou da melancolia, e da letargia fossem considerados pela Igreja como o pecado da *accidia*, ou preguiça. A agrimensura por triangulação era praticada, e a altura de muralhas e torres medida com um monge deitado em decúbito ventral, com a ajuda de uma vara.¹⁴ Os óculos eram usados desde a passagem do século, permitindo que pessoas idosas lessem mais e até em idade mais avançada e ampliando muito a vida de estudo dos eruditos. A fabricação do papel

como material mais barato e mais abundante do que o pergaminho estava começando a possibilitar cópias múltiplas e melhor distribuição das obras literárias.

A energia dependia da força humana e animal e de um eixo de engrenagem movido pelo vento ou pela água, que servia para movimentar moinhos para curtimento de peles e lavagem de minérios, serrar madeira, esmagar azeitonas para fazer azeite, fundir o ferro, esmagar o malte para cerveja, a polpa para papel e os pigmentos para tintas, operar cubas de pisoeiro para acabamento de tecido de lã, foles para fornalhas, martelos hidráulicos para fundições e rebolos usados por armeiros. Os moinhos tinham aumentado tanto o uso do ferro que terras florestais já estavam sendo desmatadas para fornecer combustível às forjas. Eles ampliaram de tal modo a capacidade humana que o papa Celestino III, na década de 1190, determinou que teriam de pagar dízimos.¹⁵ As ferramentas manuais — o torno, a pua de arco, a roda de fiar e o arado de rodas — também tinham, no século anterior, aumentado a capacidade de produção e a habilidade humanas.

As viagens,¹⁶ “mães das notícias”, levavam informações sobre o mundo aos castelos, aldeias, cidades e o campo. As estradas esburacadas, sempre muito poeirentas ou lamacentas, eram percorridas por um fluxo incessante de peregrinos e mascates, mercadores com suas tropas de burros, bispos em visitas pastorais, coletores de impostos e funcionários reais, frades e vendedores de indulgências, sábios andantes, jograis e pregadores, mensageiros e correios, que teciam a teia das comunicações de cidade para cidade. Grandes nobres como os Coucys, banqueiros, prelados, abadias, tribunais de justiça, governos municipais, reis e seus conselhos empregavam mensageiros próprios. O rei da Inglaterra, em meados do século, tinha 12 deles à sua disposição, que o acompanhavam por toda parte, prontos para partir, e ganhavam três dinheiros por dia quando em viagem, e quatro xelins e oito dinheiros por ano para sapatos. De acordo com a maior majestade da França, seu rei empregava até cem mensageiros, e um grão-senhor, dois ou três.

Um dia de viagem a cavalo cobria, em média, 50 a 65km, embora variasse muito segundo as circunstâncias. Um mensageiro a cavalo, sem viajar à noite, podia fazer 65 a 80km por dia, e mais ou menos a metade disso a pé. Numa emergência, com um bom cavalo, boas estradas (que eram raras) e sem carga, podia galopar 25km por hora e, mudando de cavalos no percurso, cobrir 160km num dia. As grandes cidades comerciantes de Veneza e Bruges mantinham um serviço postal regular entre elas,¹⁷ tão bem organizado que percorria os 1.126km que as separavam em sete dias. As tropas de carga faziam cerca de 25 a 40km por dia; os exércitos, quando retardados pelas carroças de bagagens e agregados a pé, não iam além de 12km.

Toda a extensão da França, de Flandres a Navarra, exigia vinte a 22 dias de viagem, e para atravessar o país em sua largura, da Bretanha a Lyon sobre o Ródano, eram necessários 16 dias. Os viajantes para a Itália, atravessando os Alpes, iam geralmente pelo passo de Mont Cenís, partindo de Chambéry, em território da Savóia, até Turim. Coberto de neve de novembro até maio, o passo exigia cinco a sete dias para ser atravessado. Viajando-se de Paris a Nápoles por esse itinerário

levavam-se cinco semanas para chegar. A viagem de Londres a Lyon era feita em cerca de 18 dias, e de Canterbury a Roma em cerca de trinta, dependendo da travessia do canal da Mancha, que era imprevisível, freqüentemente perigosa, por vezes fatal, e podia levar de três dias a um mês. Certo cavaleiro, *sir* Hervé de Léon,¹⁸ ficou preso 15 dias no mar por uma tempestade e, além de ter perdido seu cavalo que caiu no mar, chegou tão cansado e debilitado "que nunca mais teve saúde". Não era de espantar, portanto, que, segundo uma balada, quando os peregrinos viajavam por mar para ir a Compostela, ou mais longe, "seus corações começavam a fraquejar".¹⁹

Com exceção das galeras movidas a remo, os navios ficavam à mercê do tempo, embora seus aprestos tivessem sido melhorados e o leme de popa móvel proporcionasse maior controle. Mapas e cartas dos portos eram usados, e a bússola começava a permitir à navegação deixar a costa, e aos navios mercantes correrem o risco de atravessar o mar aberto. Em consequência, barcos maiores, capazes de transportar 500t ou mais de carga, estavam sendo usados nessas viagens. O transporte em chatas, pelos rios e canais, era muito mais barato do que por tropas de burros, mesmo levando-se em conta o pedágio cobrado pelos senhores locais em pontos estratégicos. Ao longo dos movimentados rios Sena e Garonne, os pedágios se sucediam a cada nove ou 12km.

Carroças grandes e carroças de camponeses, de duas rodas, eram usadas para viagens curtas, mas, como as estradas eram geralmente intransitáveis para veículos de rodas no inverno e não havia um sistema interligado de estradas e pontes, as tropas de burros continuavam sendo o transporte essencial. Carros de quatro rodas, cobertos, puxados por três ou quatro cavalos em fila, podiam ser usados por senhoras ou doentes. As mulheres que montavam usavam saias largas e sentavam-se com uma perna de cada lado, como os homens, mas a sela lateral surgiria antes do fim do século. Para o cavaleiro, andar de carruagem era contra os princípios da cavalaria e nunca, em nenhuma circunstância, ele montava uma égua.

Os viajantes paravam antes do anoitecer; os nobres abrigavam-se num castelo ou mosteiro próximo, em cujo interior eram admitidos, enquanto a massa de andarrilhos comuns, inclusive peregrinos, era alojada e alimentada em casas de hóspedes fora dos muros. Tinham direito a passar uma noite em qualquer mosteiro e não podiam ser rejeitados, a menos que pedissem uma segunda noite. As estalagens podiam ser usadas pelos comerciantes e outros, embora estivessem quase sempre repletas, fossem horríveis, cheias de pulgas, com várias camas em cada quarto e dois hóspedes para cada cama — ou três, na Alemanha, segundo um relato aborrecido do poeta Deschamps,²⁰ ali enviado em missão pelo rei francês. Além disso, queixava-se ele, nem a cama nem a mesa tinham lençóis e toalhas limpas, o estalajadeiro não oferecia variedade de pratos e o viajante que percorria o Império só encontrava cerveja para beber; pulgas, ratos e camundongos eram inevitáveis e o povo da Boêmia vivia como os porcos.

Devido às durezas e ao tempo consumido, era espantosa a freqüência com que se realizavam viagens a longas distâncias — de Paris a Florença, de Flandres à

Hungria, de Londres a Praga, da Boêmia a Castela, atravessando mares, cordilheiras e rios, caminhando até a China como Marco Polo, ou três vezes a Jerusalém, como a Mulher de Bath.

Qual era a estrutura mental da classe de Enguerrand, o nível mais alto da sociedade? Muito antes de Colombo, eles sabiam que o mundo era um globo,²¹ conhecimento proporcionado pela familiaridade com o movimento das estrelas, que só podia ser compreendido em termos de uma Terra esférica. Numa imagem viva, disse o clérigo Gautier de Metz em sua *Image du monde*, a enciclopédia mais lida da época, que um homem podia dar a volta ao mundo como uma mosca dá volta a uma maçã.²² Tão longe estavam as estrelas da Terra, de acordo com ele, que se uma pedra fosse lançada de lá, levaria mais de cem anos para atingir o globo terrestre, enquanto um homem viajando 25 léguas por dia sem parar levaria 7.157 anos e meio para chegar às estrelas.²³

Visualmente, as pessoas imaginavam o universo seguro nos braços de Deus, com o homem no centro.²⁴ Sabia-se ser a Lua o planeta mais próximo, sem luz própria; que um eclipse era a passagem da Lua entre a Terra e o Sol; que a chuva era umidade da terra que o sol fazia evaporar e que se condensava em nuvens e caía novamente como chuva; que, quanto mais curto o intervalo entre o trovão e o relâmpago, mais próximo o raio.²⁵

As terras distantes, porém — Índia, Pérsia²⁶ e outras mais longínquas —, eram vistas através de um véu de contos fabulosos, revelando vez ou outra um elemento de realidade: florestas tão altas que tocavam as nuvens; pigmeus de chifres que andavam em rebanhos e ficavam velhos em sete anos; brâmanes que se matavam em piras funerárias; homens com cabeça de cachorro e seis dedos nos pés; ciclopes com apenas um olho e um pé, capazes de se movimentar com a rapidez do vento; monóceros que só podiam ser capturados quando dormiam no colo de uma virgem; amazonas cujas lágrimas eram de prata; panteras que praticavam a operação cesariana com as próprias garras; árvores cujas folhas davam lâ; cobras com cerca de 90m; cobras com pedras preciosas como olhos; cobras que gostavam tanto de música que por prudência tapavam um ouvido com a cauda.

Também o Jardim do Éden²⁷ tinha uma existência terrestre que freqüentemente aparecia nos mapas. Era localizado bem ao leste, onde se acreditava estar isolado do resto do mundo por uma grande montanha, por um oceano ou muralha de fogo. No Paraíso terrestre havia todo tipo de árvores, flores de cores maravilhosas e mil perfumes que nunca se dissipavam e de qualidades terapêuticas. O canto dos pássaros harmonizava-se com o farfalhar das folhas das árvores e o cascatear dos rios que corriam sobre rochas que eram jóias ou sobre areias mais brilhantes do que a prata. Um palácio com colunas de cristal e jaspe lançava uma luz maravilhosa. Vento, chuva, calor ou frio não perturbavam o Paraíso; as doenças, o envelhecimento, a morte ou o sofrimento não entravam ali. O cume da montanha

onde estava situado era tão alto que tocava a esfera da Lua — mas a essa altura intervinha a mente científica: isso seria impossível, declarou o autor do *Polynchronicon*, do século XIV, porque provocaria um eclipse.

Apesar de todas as explicações, a Terra e seus fenômenos estavam cheios de mistérios: o que acontece com o fogo, quando se apaga? Por que os homens têm peles de cores diferentes? Por que os raios de sol escurecem a pele do homem, mas embranquecem o linho branco? Como pode a Terra, que é pesada, estar suspensa no ar? Como as almas vão para o outro mundo? Onde fica a alma? O que provoca a loucura? O homem medieval estava cercado de enigmas, mas, como havia Deus, dispunha-se a reconhecer que as causas eram ignoradas, que não se pode conhecer tudo o que existe; “as coisas são como Deus quer”.²⁸

Isso não silenciava a interminável pergunta: por que Deus permite o mal, a doença e a pobreza? Por que não fez o homem incapaz de pecar? Por que não lhe garantiu o Paraíso? A resposta, nunca totalmente satisfatória, era que Deus dava certa margem de ação ao Diabo. De acordo com santo Agostinho, a fonte da autoridade, todos os homens estavam sob o poder do Diabo em virtude do pecado original; daí a necessidade da Igreja e da salvação.

Indagações sobre o comportamento humano encontravam respostas no livro de Sidraque,²⁹ supostamente um descendente de Noé a quem Deus deu o dom do conhecimento universal, compilado em livro por vários mestres de Toledo. Que língua o surdo-mudo ouve em seu coração? Resposta: a de Adão, ou seja, o hebraico. O que é pior: assassinato, roubo ou agressão? Nenhum deles: a sodomia é o pior. Terminarão algum dia as guerras? Nunca, até que a Terra se transforme no Paraíso. A origem da guerra, segundo o codificador do século XIV, Honoré Bonet, estava na guerra de Lúcifer contra Deus, “não sendo portanto de espantar que neste mundo haja guerras e batalhas, já que elas existiam antes no céu”.

A educação, pelo menos a que teria sido ministrada a Enguerrand, baseava-se nas sete “artes liberais”: a gramática, fundamento da ciência; a lógica, que distingue a verdade da falsidade; a retórica, fonte da lei; a aritmética, base da ordem, porque “sem números não há nada”; a geometria, ciência da mensuração; a astronomia, a mais nobre das ciências porque está ligada à teologia; e, por fim, a música. A medicina, embora não sendo uma das artes liberais, era análoga à música, porque seu objeto era a harmonia do corpo humano.

A história era finita e encerrada em limites compreensíveis. Começava com a Criação e devia terminar num futuro não indefinidamente remoto, com o Segundo Advento, que era a esperança da humanidade aflita, seguida pelo Dia do Juízo. Dentro desses limites, o homem não podia realizar progresso social ou moral, porque sua meta era o outro mundo e não a melhoria neste. Na Terra, ele estava destinado a uma luta incessante consigo mesmo, na qual podia realizar algum progresso individual e até mesmo a vitória, mas a melhoria coletiva só ocorreria na união final com Deus.

O homem leigo médio adquiria conhecimentos principalmente de ouvido, pelos sermões públicos, pelos mistérios e pela recitação de poemas narrativos, bala-

das e contos, mas durante a vida de Enguerrand o hábito da leitura aumentou entre nobres educados e burgueses de nível mais elevado com a crescente disponibilidade de manuscritos. Livros sobre conhecimentos universais, datados principalmente do século XIII e escritos em francês e outras línguas vernáculas (ou traduzidos do latim) para uso dos leigos, eram peças literárias conhecidas em todos os países durante séculos. O homem do século XIV também aprendia com a Bíblia, os romances, bestiários, sátiras, livros de astronomia, geografia, história universal, história da Igreja, retórica, direito, medicina, alquimia, falconaria, caça, luta, música e vários outros assuntos especiais. A alegoria era o conceito orientador. Todos os fatos do Velho Testamento eram considerados como alegóricos do que viria no Novo. Tudo na natureza encerrava um significado alegórico relacionado com algum aspecto da doutrina cristã. Figuras alegóricas — Ambição, Razão, Amor, Falsidade, Bondade, Hospitalidade, Calúnia — povoavam os contos e tratados políticos.

Épicos sobre grandes heróis, Brutus e rei Artur, sobre a “forte luta” de Grécia e Tróia, Alexandre e Júlio César, sobre como Carlos Magno e Rolando combateram os sarracenos, e como Tristão e Isolda amaram e pecaram, eram os favoritos das casas nobres, embora coisas mais pesadas não fossem excluídas. Os *fabliaux*, ou histórias da vida comum, obscenos e escatológicos, eram contados em salões nobres bem como nas tavernas. Um rico burguês contemporâneo de Enguerrand VII, Ménagier de Paris, que aos sessenta anos, em 1392, escreveu um livro de instrução doméstica e moral para a jovem esposa, tinha lido, ou possuía, a Bíblia, *The golden legend*, as *Vidas dos padres*, as obras de santo Agostinho, são Gregório, Lívio, Cícero, o *Roman de la Rose*, a *História de Griselda*, de Petrarca, e outros títulos menos conhecidos. O cavaleiro Geoffroy de la Tour Landry, contemporâneo de Enguerrand e pouco mais velho do que ele, que em 1371 escreveu um livro de histórias edificantes para suas filhas, conhecia bem personagens como Sara, Betsabé e Dalila, bem como Helena de Tróia, Hipólita e Dido. Ménagier podia ser respeitável demais para ler Ovídio, mas o poeta romano era bem conhecido de outros. Aristóteles era a base da filosofia política, Ptolomeu o era para a filosofia “natural”, e Hipócrates e Galeno para a medicina.

Autores contemporâneos encontravam rapidamente um público. Enquanto Dante era vivo, seus versos eram cantados por ferreiros e condutores de tropas de burros; cinquenta anos depois, em 1373, o crescimento do hábito da leitura fez com que a *Signoria* de Florença, por solicitação dos cidadãos, oferecesse um curso de um ano, de conferências públicas, sobre a obra de Dante, tendo sido arrecadada a soma de 100 florins de ouro para pagar o conferencista, que devia falar diariamente, exceto nos dias santos.³⁰ A pessoa escolhida foi Boccaccio, que tinha escrito a primeira biografia de Dante e copiado toda a *Divina comédia* do próprio punho como presente para Petrarca.

Num dicionário biográfico italiano de fins do século,³¹ os verbetes mais longos eram dedicados a Júlio César e Aníbal, duas páginas a Dante, uma página a Arquimedes, Aristóteles, rei Artur e Átila o Huno, e duas colunas e meia a Petrarca,

uma coluna a Boccaccio, menções mais curtas a Cimabue e Giotto, e três linhas a Marco Polo.

Para Enguerrand, aos sete anos, o padrão habitual foi interrompido abruptamente quando seu pai foi morto na guerra contra os ingleses, mais ou menos na época da fatal Batalha de Crécy de 1346, mas se foi neste ou em outro enfrentamento, não se sabe ao certo.

Quando um feudo que contribuía com importante número de soldados para o rei ficava nas mãos de uma viúva ou um herdeiro menor, a questão do controle tornava-se crucial, e ainda mais por estar o reino já empenhado numa guerra. Como governadores da baronia de Coucy durante a minoridade de Enguerrand, o rei nomeou o chefe de seu Conselho, Jean de Nesles, *sire* d'Offémont, membro da velha nobreza, e outro membro do círculo real íntimo, Matthieu de Roye, *sire* d'Aunoy, mestre dos besteiros de França, cargo que incluía o comando de todos os arqueiros e infantaria. Ambos eram senhores da Picardia, com terras não distantes de Coucy. O tio de Enguerrand, Jean de Coucy, *sire* d'Havraincourt, foi nomeado seu tutor e conselheiro. Sua mãe, Catarina da Áustria, deixada em situação vulnerável a ambições predatórias, concluiu rapidamente um acordo com os numerosos irmãos e irmãs de seu finado marido, que durante sua vida mantivera a propriedade em comum. Eles foram confirmados na posse de vários castelos e casas senhoriais, e Enguerrand VII, que não tinha irmãos nem irmãs, foi confirmado como sucessor da maior parte do domínio, inclusive os territórios de Coucy, Marle, La Fère, Boissy-en-Brie, Oisy-en-Cambrésis, e suas cidades e dependências.

Em 1348 ou 1349, a mãe de Enguerrand casou-se novamente; ao que se presume com alguém escolhido por ela mesma ou por sua família, um compatriota austríaco ou alemão chamado Conrad de Magdebourg (também conhecido como Hardeck).³² Catarina não teve filhos desse casamento, e dentro de um ano ela e o marido estavam mortos, vítimas do grande holocausto que iria cair sobre a Europa e deixar Enguerrand órfão.

Afirma-se que Catarina, enquanto viveu, teve muito cuidado com a educação do filho. Desejara que ele se distinguisse "nas artes, letras e ciências pertinentes à sua posição", e lembrava-lhe freqüentemente a "virtude e alta reputação de seus ancestrais".³³ Feita numa descrição de Enguerrand de Coucy do século XVI, essa afirmação pode ser um tributo pago rotineiramente, naquela época, aos personagens nobres; mas também pode ter alguma base real. Como outras infâncias medievais, porém, a de Enguerrand é obscura. Nada se sabe dele até seu repentino aparecimento nas páginas da história, em 1358, aos 18 anos de idade.

Da ordem de cavalaria, a cultura que o alimentou, muito se sabe. Mais do que um código de maneiras na guerra e no amor, a cavalaria era um sistema moral que

regia toda a vida nobre. O fato de ser ela constituída de 4/5 de ilusão, não a tornava menos influente. Desenvolveu-se, ao mesmo tempo que as grandes cruzadas do século XII, como um código destinado a fundir os espíritos religioso e marcial, e colocar, de alguma forma, o guerreiro dentro da teoria cristã. Como as atividades habituais de um cavaleiro estavam tão em choque com a teoria cristã quanto as de um comerciante, era necessário um verniz moral que permitisse à Igreja tolerar os guerreiros com a consciência tranqüila, e a estes continuar com os seus valores e gozar do conforto espiritual. Com a ajuda de pensadores beneditinos foi elaborado um código que colocava o braço armado do cavaleiro, teoricamente, a serviço da justiça, do direito, da piedade, da Igreja, da viúva, do órfão e dos oprimidos. O grau de cavaleiro era recebido em nome da Santíssima Trindade, depois de uma cerimônia de purificação, confissão e comunhão. Em geral, uma relíquia de santo era colocada no copo da espada do cavaleiro, de modo que ao segurá-la para fazer o juramento, seu voto era registrado no Céu. O famoso glorificador da cavalaria, Ramon Lull, contemporâneo de São Luís, podia agora formular sua tese de que "Deus e a cavalaria estão de acordo".

Mas, como empreendimento econômico, a cavalaria não podia ser contida pela Igreja e, rompendo os véus pios, ela desenvolveu seus próprios princípios. A bravura, essa combinação de coragem, força e habilidade que tornava um cavaleiro *preux*,* era o elemento essencial. A honra e a fidelidade, juntamente com a cortesia — o tipo de comportamento que passou, desde então, a ser chamado de "cavalheiresco" —, eram os ideais, e o chamado amor cortesão, o gênio tutelar. Para tornar o cavaleiro mais educado e elevar o tom da sociedade, o amor cortesão exigia que seu adepto estivesse cronicamente enamorado, sob a premissa de que assim ele seria mais cortês, alegre e galante e, em conseqüência, mais alegre a sociedade. A generosidade era o acompanhamento necessário. A generosidade desmedida em presentes e hospitalidade era a marca de um senhor e tinha valor prático para atrair outros cavaleiros a lutarem sob a bandeira e munificência do *grand-seigneur*. Excessivamente louvada por trovadores e cronistas que dependiam dos senhores, tal generosidade provocou extravagâncias imprudentes e falências irresponsáveis.

A bravura não era apenas teórica, pois o exercício da violência física exigia realmente vigor. Lutar a cavalo ou a pé, usando uma armadura de 25kg, chocar-se com um adversário a pleno galope segurando na horizontal uma lança de cinco metros, dar e receber com a espada ou o machado de batalha golpes que podiam abrir uma cabeça ou arrancar um braço de uma só vez, passar metade da vida na sela, com qualquer tempo e durante dias por vezes, não era uma atividade para fracos. As durezas e o medo eram parte dela. "Os cavaleiros que estão nas guerras estão sempre engolindo seu medo", escreveu o companheiro e biógrafo de dom Pero Niño, o Cavaleiro Indomável de fins do século XIV. "Eles se expõem a todos os perigos; entregam seus corpos à aventura da vida na morte. Pão ou biscoito bo-lorento, carne cozida ou crua; hoje o suficiente para comer, amanhã nada, pouco

* *Preux*: em francês, valente, bravo (N. do T.).

vinho ou nenhum, água de um poço ou uma pipa, más dormidas, o abrigo de uma tenda ou dos ramos, uma cama ruim, sono mau com a armadura ainda às costas, esmagado pelo ferro, o inimigo a uma flechada de distância. 'Atenção! Quem vem lá? Às armas! Às armas!' Ao primeiro cochilo, um alarme; ao alvorecer, a trombeta. 'Montar! Montar! Revista! Revista!' Como vigias, como sentinelas, atentos dia e noite, lutando sem cobertura, como saqueadores ou batedores, guarda após guarda, serviço após serviço. 'Aí vêm eles! Aí vêm! São muitos — Não, nem tantos — Por aqui — ali. Venham deste lado. Ataquem por ali. Notícias! Notícias! Voltam feridos, têm prisioneiros — não, não trazem ninguém de volta. Vamos! Vamos! Não cedam terreno! Para frente! Esse é o seu ofício'."

Ferimentos horríveis eram parte desse ofício. Num combate, dom Pero Niño foi atingido por uma seta que "costurou seu gorjal ao seu pescoço", mas ele continuou lutando contra o inimigo. "Várias pontas de lança estavam ainda em seu escudo e era isso o que o atrapalhava mais." Um golpe de uma besta "furou muito dolorosamente o seu nariz e isso o tonteou, mas sua tonteira durou pouco". Ele avançou, recebendo muitos golpes de espada na cabeça e ombros que "por vezes alcançavam o dardo incrustado em seu nariz provocando-lhe grande dor". Quando o cansaço de ambos os lados fez cessar a batalha, o escudo de Pero Niño "estava em pedaços; a lâmina de sua espada tinha dentes como um serrote e estava tinta de sangue... sua armadura estava rompida em vários lugares por pontas de lanças das quais algumas tinham penetrado a carne e sangrado, embora a cota de malha fosse muito forte". A bravura não era coisa fácil.

A lealdade, ou seja, a palavra empenhada, era o fulcro da cavalaria. A importância extrema que lhe era atribuída vinha da época em que o compromisso entre senhor e vassalo era a única forma de governo. O cavaleiro que faltasse ao seu juramento era acusado de "traição" por faltar aos princípios da ordem da cavalaria. O conceito de fidelidade não impedia a traição, ou os engodos, desde que nenhum juramento cavaleiresco fosse quebrado. Quando um grupo de cavaleiros armados entrava numa cidade dizendo-se aliado e em seguida matava os defensores, a cavalaria evidentemente não era violada, pois nenhum juramento tinha sido feito aos moradores.

A cavalaria era considerada como uma ordem universal de todos os cavaleiros cristãos, uma classe transnacional movida por um ideal único, mais ou menos como o marxismo, muito mais tarde, iria considerar todos os trabalhadores do mundo. Era uma guilda militar na qual todos os cavaleiros eram teoricamente irmãos, embora Froissart fizesse exceção dos alemães e espanhóis que, dizia ele, eram grosseiros demais para compreender a cavalaria.

No desempenho de sua função, o cavaleiro devia estar preparado, como escreveu John de Salisbury, "para derramar seu sangue pelos seus irmãos" — ele dizia "irmãos" no sentido universal — "e, se necessário, dar a própria vida".³⁴ Muitos estavam prontos para isso, embora talvez mais pelo simples amor à batalha do que preocupação por uma causa. O cego rei João, da Boêmia, encontrou a morte dessa forma. Ele gostava de luta pela luta, sem se importar com a finalidade do conflito.

Não perdeu quase nenhuma guerra na Europa e participava de torneios nos intervalos entre elas; num deles teria recebido o ferimento que o cegou. Seus súditos, por outro lado, diziam que a causa foi um castigo divino — não porque ele tivesse esburacado a velha sinagoga de Praga,³⁵ como realmente fez, mas porque, ao encontrar dinheiro enterrado no chão, foi induzido pela cobiça e pelos conselhos dos cavaleiros alemães a abrir a tumba de santo Adalberto, na catedral de Praga, sendo então cegado pelo santo profanado.

Como aliado de Filipe VI, à frente de quinhentos cavaleiros, o rei cego lutou contra os ingleses na Picardia, sempre bravo e na vanguarda. Em Crécy, pediu aos seus cavaleiros que o levassem mais para o meio da batalha, para que pudesse dar mais golpes com sua espada. Doze deles amarraram as rédeas de seus cavalos umas nas outras e, com o rei à frente, avançaram para o âmagô da luta, “até não voltarem mais”. O corpo do rei foi encontrado no dia seguinte entre seus cavaleiros, com os cavalos ainda atados.³⁶

As lutas satisfaziam a necessidade que os nobres tinham de se ocupar de alguma coisa: substituíam o trabalho. Seus momentos de ócio eram gastos principalmente na caça, ou então em jogos de xadrez, gamão e dados, em canções, bailes, desfiles e outros entretenimentos. As longas noites de inverno eram preenchidas com a audição de intermináveis épicos em verso. A espada oferecia aos desocupados nobres uma atividade que constituía um fim por si mesma, algo que lhes podia proporcionar honrarias, *status* e, se tivessem sorte, lucro. Se não houvesse nenhum conflito real, eles procuravam torneios, a mais excitante, cara, ruínosa e deliciosa atividade para a classe nobre e, paradoxalmente, a mais prejudicial à sua verdadeira função militar. A luta em torneios concentrava suas habilidades e absorvia seus interesses num choque cada vez mais formalizado, deixando pouca reflexão para a tática e a estratégia das batalhas de verdade.

Originários da França, e chamados por outros de “combate francês” (*conflictus Gallicus*), os torneios começaram sem regras ou lições, como uma luta combinada entre unidades contrárias. Embora justificados como exercícios, seu impulso era o gosto pela luta. Tornando-se mais regulamentados e rebuscados, assumiram duas formas: justas individuais e pugnas entre grupos com até quarenta homens de cada lado, seja à *plaisance*, com armas sem fio, ou à *outrance*, sem restrições, caso em que os participantes podiam ser seriamente feridos e, não raramente, mortos. Os torneios proliferaram na medida em que se reduzia a principal ocupação dos nobres. Com o prolongado governo monárquico, eles tinham menos necessidade de proteger seus feudos, enquanto uma classe de ministros profissionais assumia gradualmente o lugar dos nobres como conselheiros da coroa. Quanto menos eles tinham a fazer, mais energia gastavam em torneios que reproduziam artificialmente a sua função.

Um torneio podia durar até uma semana e, nas grandes ocasiões, duas. O dia inaugural era passado na combinação e seleção dos competidores, seguindo-se os dias reservados às justas, às pugnas, e um dia de descanso, tudo isso entremeado de festas. Eram os grandes acontecimentos esportivos da época, atraindo multidões de

espectadores burgueses, desde ricos comerciantes até artesãos comuns, saltimbancos, vendedores de comida, prostitutas e batedores de carteira. Participavam geralmente cem cavaleiros, cada qual acompanhado de dois escudeiros montados e seis criados de libré. O cavaleiro tinha, é claro, de equipar-se com armadura pintada e dourada, mais o elmo de plumas, que custavam de 25 a 50 libras;³⁷ com um cavalo de batalha que custava entre 25 e 100 libras, além do cavalo de viagem; e com bandeiras, enfeites e boas roupas. Embora os gastos pudessem facilmente levá-lo à falência, ele também podia sair do torneio mais rico, pois os perdedores tinham de pagar um resgate e os vencedores ficavam com o cavalo e a armadura do adversário, e podiam ser revendidos ao proprietário original ou a qualquer pessoa. O lucro não era reconhecido pela cavalaria, mas estava presente nos torneios.

Devido à sua extravagância, ostentação e violência, os torneios eram constantemente denunciados por papas e reis, prejudicados por esse desvio de dinheiro. Em vão. Quando os dominicanos os condenaram como um circo pagão, ninguém deu ouvidos. Quando o formidável São Bernardo declarou que todos os que morriam em torneios iriam para o Inferno, falou para ouvidos moucos.³⁸ A morte num torneio era oficialmente considerada como pecado de suicídio pela Igreja, além de prejudicar a família e os arrendatários sem razão, mas nem mesmo as ameaças de excomunhão tiveram efeito. Embora São Luís condenasse os torneios e Filipe, o Belo, os proibisse durante suas guerras, nada podia acabar definitivamente com eles ou diminuir o entusiasmo que provocavam.

Com espectadores brilhantemente vestidos nos palanques, bandeiras e pendões tremulando, a música das trompas, o desfile dos combatentes fazendo seus cavalos cobertos empinarem-se e dançarem com suas rédeas douradas, o brilho dos arreios e escudos, o lançamento de lenços e prendas das damas aos seus favoritos, a reverência dos arautos ao príncipe que presidia o torneio ao anunciarem as regras, os gritos dos passavantes anunciando seus campeões, o torneio era o auge do orgulho e prazer da nobreza, em seu valor e sua beleza.

Se os torneios eram uma representação da cavalaria, o amor cortês era o seu reino encantado. Era considerado pelos contemporâneos como o amor pelo amor, amor romântico, amor verdadeiro, amor físico, sem ligações com propriedades e família e, em consequência, voltado para a mulher de outro homem, pois só essa ligação ilícita podia não ter outro objetivo que não o amor em si. (O amor a uma donzela estava praticamente afastado, pois teria criado problemas perigosos e, além disso, em geral as donzelas de famílias nobres passavam da infância para o casamento quase sem ter um intervalo para o romance.) O fato de o amor cortês idealizar o amor culpado trazia mais uma complicação para o labirinto que era a vida medieval. Assim formulado pela cavalaria, o romance era extramarital porque o amor era considerado como irrelevante para o casamento, chegando mesmo a ser desaconselhado, a fim de não atrapalhar os arranjos dinásticos.

O amor cortesão era justificado por ser enobrecedor, capaz de melhorar o homem sob todos os aspectos: faria com que ele se preocupasse em dar um exemplo de bondade, se empenhasse na preservação da honra, não permitindo que qualquer mancha o tocasse ou à dama que amava. Num nível inferior, levá-lo-ia a manter limpos os dentes e as unhas, a usar roupas ricas e em bom estado, ter uma conversação espirituosa e divertida, ter maneiras corteses para com todos, contendo a arrogância e a grosseria, sem jamais perder a linha na presença de uma dama.³⁹ Acima de tudo, tornava-o mais valente, mais *preux*; era essa premissa básica. Ele se sentiria inspirado a maiores bravuras, conquistaria mais vitórias em torneios, distinguir-se-ia pela coragem e ousadia, passando, como disse Froissart, a “valer por dois homens”. De acordo com essa teoria, a situação da mulher melhorava, menos por si mesma do que como inspiradora da glória masculina, função superior a de um mero objeto sexual, geradora de filhos ou transmissora de propriedades.

O caso amoroso cavaleiresco compreendia o culto e declaração de dedicação apaixonada, a rejeição virtuosa pela dama, a renovada corte com juras de fidelidade eterna, os queixumes de morte iminente provocada pela insatisfação do desejo, os feitos heróicos que conquistavam o coração da dama pela bravura, a consumação do amor secreto — seguida de intermináveis aventuras e subterfúgios — até chegar a uma conclusão trágica. O mais conhecido desses romances, e o último do gênero, foi o *Châtelain de Coucy*, escrito mais ou menos na época do nascimento de Enguerrand VII, quando a *chanson de geste* estava agonizando. Seu herói não era o *seigneur* de Coucy, mas um *châtelain* do castelo chamado Renault, inspirado numa pessoa real, um poeta do século XII.

Na lenda, ele se apaixona loucamente pela *dame* de Fayel e, depois de uma enorme série de manobras que ocupam 8.266 versos, é enganosamente atraído para a Terceira Cruzada pelo marido ciumento. Lá, cobre-se de glória e, quando é fatalmente ferido por uma flecha envenenada, compõe uma última canção e uma carta de adeus, a serem enviadas numa caixa com seu coração embalsamado e um anel dos cabelos da dama. Levada por um fiel servidor, a caixa é, porém, interceptada pelo marido, que cozinha o coração e o serve à mulher. Ao ser informada do que havia comido, ela jura que depois de tão nobre alimento jamais comerá novamente, e morre, enquanto o marido se exila numa peregrinação vitalícia para conseguir o perdão pelo seu ato.

“Melancólicos, amorosos, bárbaros”, esses contos exaltavam o amor adúltero como o único verdadeiro, enquanto na vida real dessa mesma sociedade o adultério era um crime, para não dizer um pecado.⁴⁰ Se descoberto, desonrava a mulher e envergonhava o marido, um colega cavaleiro, que tinha o direito de matar o amante e a mulher infiel.

Nada se harmoniza com esse cânone. A empresa alegre, enobrecedora, baseia-se num pecado e provoca a desonra que supostamente deveria evitar. O amor cortesão era uma mistura de elementos irreconciliáveis ainda maior do que a usura. Permaneceu artificial, uma convenção literária, uma fantasia (como a pornografia moderna) mais para debate do que para a prática cotidiana.

A realidade era mais normal. Como descreveu La Tour Landry, seus companheiros cavaleiros amorosos não estavam muito preocupados com a fidelidade e a *courtoisie*. Ele conta que, quando viajava pelo exterior com amigos, na juventude, costumavam pedir o amor de uma dama e se ela recusava, tentavam outra, enganando-as com belas palavras de lisonja e com juras falsas, "pois em todos os lugares teriam o prazer que pudessem encontrar". Muitas damas nobres foram iludidas pelas "desleais e falsas juras grandiosas que homens falsos costumam fazer para as mulheres". Ele conta como três damas que trocavam opiniões sobre seus amantes descobriram que o senhor Jean le Maingre, *sire* de Boucicaut, era o favorito de todas: ele havia feito amor com todas elas e dito a cada uma que a amava mais do que às outras. Quando o acusaram de falsidade, ele não se envergonhou, dizendo: "No momento em que falei com cada uma de vocês, eu amava mais aquela com quem falava, e acreditava sinceramente nisso."

O próprio La Tour Landry, nobre importante que lutou em muitas campanhas, nos surge como um senhor de hábitos domésticos, que gostava de sentar-se em seu jardim, tinha prazer em ouvir o canto do tordo em abril e amava seus livros. Ao contrário da cavalaria, também amava a sua mulher, "a melodia e a flor de tudo o que era belo e bom" e "eu me deleitava tanto com ela que lhe fiz canções amorosas, baladas, rondós e diversas coisas novas da melhor maneira que pude". Ele não dá importância ao tema favorito da cavalaria, de que o amor cortesão inspira os cavaleiros a maiores proezas, pois embora afirmem que o fazem pelas damas, "na verdade o fazem para si mesmos, para conquistar louvores e honrarias". Também não aprova o amor pelo amor, *par amours*, seja antes ou depois do casamento, pois ele pode causar todos os tipos de crimes, e cita o *Châtelain de Coucy* como exemplo.

Como mostra um escândalo espetacular da época, o estupro da condessa de Salisbury por Eduardo III, o amor cortesão era o ideal cavaleiresco menos praticado no comportamento cotidiano.⁴¹ Froissart, que acreditava na cavalaria como são Luís acreditava na Santíssima Trindade, expurgou a história, supostamente depois de cuidadosa investigação, e mais provavelmente pelo respeito pela sua bem-amada e primeira patrocinadora, Filipa de Hainaut, a rainha de Eduardo. Ele diz apenas que o rei, ao visitar o castelo de Salisbury depois de uma batalha na Escócia em 1342, foi "tomado no coração por uma fagulha de belo amor" pela condessa. Ao serem rejeitadas as suas insinuações, o cronista diz que Eduardo (com uma certa licença histórica) debateu consigo mesmo se devia continuar com sua paixão culpada, em palavras que são uma afirmação suprema da teoria cavaleiresca do papel do amor: "E se ficasse mais apaixonado seria muito bom para ele, para seu reino e para todos os seus cavaleiros e escudeiros, pois ficaria mais contente, mais alegre e mais marcial; promoveria mais justas, mais torneios, mais festas e mais orgias do que antes; e seria mais capaz e mais vigoroso nas suas guerras, mais amável e confiante com os amigos e mais duro com os inimigos."

Segundo outro contemporâneo, Jean le Bel, que fora um cavaleiro de poucas ilusões antes de tomar as ordens como cônego e tornar-se cronista,⁴² a coisa foi

bem diferente. Depois de mandar o conde de Salisbury para a Bretanha, como Urias, o rei visitou novamente a condessa e, ao ser outra vez rejeitado, vilmente estuprou-a, "tapando-lhe a boca com tanta força que ela só pôde dar dois ou três gritos [...] e deixou-a desmaiada, sangrando no nariz, boca e outras partes". Eduardo voltou para Londres muito perturbado com o que fizera e a boa senhora "não teve mais alegria ou felicidade outra vez, tão pesado estava o seu coração". Quando o marido voltou, ela não queria dormir com ele, e, ao ser interrogada, contou-lhe o que tinha acontecido, "sentada na cama ao lado dele e chorando". O conde, refletindo sobre a grande amizade e honra entre ele e o rei, agora tão ultrajada, disse à mulher que não podia mais viver na Inglaterra. Foi à corte e, ante os seus pares, desfez-se de suas terras de tal modo que sua mulher tivesse um dote por toda a vida; dirigiu-se então ao rei, dizendo-lhe frente a frente: "Vós me desonrastes vilmente e me atirastes na lama." Logo depois deixou o país, para lástima e espanto da nobreza, e o "rei foi acusado por todos".

Se a lenda da cavalaria até certo ponto modelou o comportamento externamente, não transformou a natureza humana, como não a transformaram outros modelos inventados pelo homem para si mesmo. O relato que Joinville faz dos cruzados em Damietta, em 1249, mostra os cavaleiros comandados por São Luís mergulhados na brutalidade, blasfêmia e deboche. Os cavaleiros teutônicos, em seus ataques anuais contra os nativos não convertidos da Lituânia, faziam caçadas humanas de camponeses por diversão.⁴³ Mas se o código era apenas um verniz sobre a violência, a ambição e a sensualidade, ainda assim era um ideal, como o cristianismo era também um ideal, que o homem buscava, como sempre, sem poder alcançar.

CAPÍTULO 4

Guerra

A PRIMEIRA CAMPANHA de Eduardo III na França, interrompida pela trégua de 1342, não teve consequências nem resultados estratégicos, exceto pela batalha naval travada ao largo de Sluys, o porto de Bruges, em 1340. Ali, onde a foz do rio Scheldt se alarga entre ilhas protetoras, formando um grande porto natural, os franceses tinham reunido duzentos navios vindos de lugares distantes como Gênova e o Levante, para a projetada invasão da Inglaterra. O resultado da batalha foi uma vitória inglesa que destruiu a esquadra francesa e deu à Inglaterra, momentaneamente, o controle do canal da Mancha. Foi vencida graças a uma inovação militar que se tornaria a desgraça da França.

Trata-se do arco, oriundo dos galeses e desenvolvido sob Eduardo I para ser usado contra os escoceses nos altiplanos.¹ Com um alcance de cerca de 300m e uma rapidez, em mãos treinadas, de dez a 12 flechas por minuto, em comparação com as duas da besta, o arco representou uma manifestação revolucionária da força militar. Suas flechas tinham 90cm de comprimento, cerca de metade do formidável arco de 1,80m, e a uma distância de 200m dificilmente erravam o alvo. Embora no alcance máximo sua capacidade de penetração fosse inferior à da besta, a temível saraivada de flechas esmagava e abatia o moral do inimigo. Preparando-se para enfrentar a França, Eduardo tinha de compensar a disparidade dos números com alguma superioridade em armas ou tática. Em 1337 ele proibira, sob pena de morte, todos os esportes, exceto o do arco, e cancelara as dívidas de todos os trabalhadores que fabricavam os arcos de teixo e suas flechas.

Outra arma nova, o canhão, entrou para a história nessa época, mas de forma discreta e experimental, e com muito menos eficiência do que o arco. Inventado em cerca de 1325, o primeiro *ribaud* ou *pot de fer*, como os franceses o chamavam, era um pequeno canhão de ferro com o formato de uma garrafa, que disparava uma bala de ferro com uma ponta triangular.² Quando uma força expedicionária france-

sa, no início da guerra, atacou e incendiou Southampton em 1338, levou um *riband* com um quilo e meio de pólvora e 48 balas. No ano seguinte, os franceses fabricaram outros, na forma de vários tubos presos a plataformas com rodas, com os seus ouvidos alinhados de forma a serem disparados ao mesmo tempo. Mas eram pequenos demais para lançar um projétil com força suficiente para causar danos sérios. Há registros que informam terem os ingleses usado um canhão pequeno em Crécy sem maiores efeitos, e é certo também os terem usado no sítio de Calais, onde se mostraram impotentes contra as muralhas de pedra da cidade. Mais tarde, feito de bronze ou cobre, e maior, o canhão foi útil contra pontes e portões de cidades e castelos, ou na defesa destes, mas as muralhas de pedra resistiram a eles por mais cem anos. A dificuldade de recarregar, introduzir a pólvora, inserir o projétil e conter o gás até que acumulasse força explosiva frustrou a eficiência de seu disparo durante todo o século XIV.

Na batalha naval de Sluys, pessoalmente comandada por Eduardo, os arqueiros dominavam o armamento inglês com um navio de soldados colocado entre cada dois navios de arqueiros e mais navios extras de arqueiros para reforço, se houvesse necessidade. Não era o poderio naval, mas a força de soldados e arqueiros a bordo dos navios que decidia a batalha no mar naquela época. Operavam em barcos de convés alto, de 100t a 300t, dotados de plataformas de combate, ou “castelos”, para os arqueiros. A batalha foi “feroz e terrível”, diz Froissart, “pois as batalhas no mar são mais perigosas e ferozes do que em terra, porque no mar não há possibilidade de recuo, nem fuga”. Sob o ataque dos arqueiros, os franceses foram expulsos de seus conveses e, perseguidos pela má sorte e por enganos, mergulharam na derrota.

Ninguém ousou contar o resultado da batalha a Filipe VI até que seu bufão adiantou-se e disse: “Oh, os covardes ingleses, os covardes ingleses!”, e quando lhe perguntaram por que eram covardes, ele respondeu: “Não saltaram no mar, como os bravos franceses.”³ O rei evidentemente entendeu. Os peixes beberam tanto sangue francês, como se disse depois, que se Deus lhes tivesse dado o dom da palavra, eles estariam falando francês.⁴

A vitória inglesa não teve continuação no momento, porque Eduardo não dispunha de forças suficientes em terra. Seus vários aliados dos Países Baixos, conseguidos com grandes gastos em subsídios, estavam se afastando, pois não tinham interesse básico em seu objetivo. Até mesmo seu sogro, o conde Guilherme de Hainaut, voltou a uma aproximação mais natural com a França. Com forças inadequadas e as finanças em bancarrota, Eduardo foi obrigado a aceitar a oferta do papa, que propôs promover uma trégua. Retirou-se, mas apenas *pour mieux sauter*.⁵

Qual era o motivo real de sua luta? Qual a causa verdadeira de uma guerra que iria muito além do que se poderia esperar, prolongando-se até metade do século seguinte? Como na maioria das guerras, a causa era uma mistura de elementos políticos, econômicos e psicológicos. Eduardo queria a soberania total sobre Guêna e

⁵*Reculer pour mieux sauter*, i. é., ceder para alcançar mais depressa o que se quer. (N. do T.)

Gasconha, aquela ponta ocidental inferior da França que restava no ducado de Aquitânia, que o casamento de Eleanor de Aquitânia levara para seu ancestral, Henrique II, cinco gerações antes. O rei de França ainda conservava uma soberania maior, sob a fórmula de *superioritas et resortum*, segundo a qual os habitantes tinham o direito de apelo ao soberano, que representava a última instância. Como suas decisões mais provavelmente seriam a favor deles e contra os senhores ingleses, e como os cidadãos, sabendo disso, exerciam esse direito com frequência, a situação constituía uma fonte interminável de conflitos. Para os ingleses, a *superioritas et resortum* era política e psicologicamente intolerável.

A situação era ainda mais delicada devido à importância da Guiana para a economia inglesa. Com seus vales férteis, litoral extenso e rede de rios navegáveis que levavam ao porto principal de Bordéus, era a maior região exportadora de vinho do mundo. A Inglaterra dela importava vinho e outros produtos, e para lá mandava lã e tecidos, obtendo a cada transação uma boa receita com as tarifas de exportação em Bordéus e as tarifas de importação nos portos ingleses. Entre Bordéus e Flandres processava-se o mesmo intercâmbio florescente, despertando a inveja da França central. Para a monarquia francesa, aquela cunha inglesa dentro do reino era inaceitável. Todos os reis franceses tinham tentado, durante duzentos anos, pela guerra, pelo confisco ou por tratado, reconquistar a Aquitânia. A questão era antiga, profunda, e fatalmente levaria à guerra assim que os atritos provocassem fagulhas.

Eduardo III tinha 15 anos ao subir ao trono, em 1327; 25 anos ao iniciar a guerra com a França; e 34 à época da segunda tentativa, em 1346. Bem-conformado e vigoroso, com cabelos louros e longos, bigode, barba, estava no auge de suas energias, expansivo e majestoso, vaidoso, gracioso, caprichoso, e não avesso ao que havia de pior no homem. Cresceu envolvido pela luta rancorosa que cercou a eliminação dos favoritos de seu pai, pela deposição e assassinato deste, e pela derrubada e enforcamento de Mortimer, o amante de sua mãe, que tinha tomado o poder. Apesar de tudo isso, até onde sabe a história, ele parece não ter sido marcado por essas experiências. Compreendia a política prática, sem ter porém percepção mais ampla do que fosse o governo. Não tinha grandes qualidades que o distinguíssem ou o colocassem, como indivíduo, à frente de seu tempo, mas era brilhante nos dotes que a época admirava num rei: amava o prazer, a batalha, a glória, a caça e os torneios, e o exibicionismo extravagante. Uma análise de seu caráter contém as expressões “encanto pueril” e “certa petulância juvenil”,⁵ sugerindo que o rei da Inglaterra também demonstrava sinais da característica juvenildade medieval.

Quando Eduardo anunciou sua pretensão como legítimo rei da França, não se sabe ao certo até que ponto levava isso a sério, mas como pretexto foi de grande valor para dar à sua causa a aparência de justa. Desejável em qualquer época, uma

“guerra justa” era, no século XIV, praticamente uma necessidade jurídica como base para a requisição de ajudas feudais em homens e dinheiro. Era igualmente essencial para ter a proteção de Deus, cujo arbitramento devia manifestar-se no resultado da guerra. Uma “guerra justa” tinha de ser por uma causa pública declarada pelo soberano e tinha de ser por uma causa “justa” — isto é, dirigida contra alguma “injustiça”, na forma de crime ou falta por parte do inimigo. Como disse o inevitável Tomás de Aquino,⁶ era necessário um terceiro critério: a intenção adequada dos participantes, mas como isso poderia ser comprovado, o grande expositor não diz. Ainda mais conveniente do que a ajuda de Deus era o “direito ao butim” — na prática, pilhagem — que acompanhava uma guerra justa. Baseava-se tal direito na teoria de que o inimigo, sendo “injusto”, não tinha direito à propriedade e que o butim era a recompensa pelo risco de vida por uma causa justa.

A pretensão à coroa de França conferia um pretexto de legalidade a qualquer vassalo da França que Eduardo pudesse recrutar como aliado. Se ele, e não Filipe, era o legítimo rei da França, o vassalo podia transferir sua fidelidade sob a simples alegação de que tinha sido mal dirigida. A fidelidade no século XIV ainda era devida a uma pessoa, e não a uma nação, e os grandes senhores territoriais de ducados e condados sentiam-se livres para celebrar alianças, quase como se fossem autônomos. Os Harcourts da Normandia e o duque e outros senhores da Bretanha faziam exatamente isso, por várias razões. A pretensão de Eduardo, justificada pelo lado materno, deu-lhe a única coisa que tornava a sua aventura exeqüível — apoio dentro da França e uma cabeça-de-ponte amistosa. Ele não teria jamais de lutar para conseguir desembarcar. Na Normandia ou na Bretanha, essa situação duraria quarenta anos, e em Calais, tomada depois da batalha de Crécy, perduraria por toda a Idade Média.

Na Bretanha, a guerra teve como centro a luta incansável entre dois pretendentes rivais do ducado e dois grupos da população, um apoiado pela França, outro pela Inglaterra. Em conseqüência, a França corria perpétuo risco, devido ao acesso proporcionado ao inimigo. O litoral da Bretanha estava aberto aos navios ingleses, guarnições inglesas estavam em solo bretão, nobres bretões eram claros aliados de Eduardo. A Bretanha era a Escócia da França, colérica, celta, pedregosa, formada na oposição e resistência, e pronta a usar os ingleses na luta contra seu senhor, tal como os escoceses usavam os franceses. Ao longo de sua costa rochosa, como disse Michelet, “dois inimigos, terra e mar, homem e natureza, chocam-se em eterno conflito”.⁸ As tempestades provocam ondas monstruosas, 15, 18, 25m, cuja espuma voa tão alto quanto a agulha de uma igreja. “A natureza é atroz aqui; também o homem o é, e eles parecem compreender-se mutuamente.”

Os pretendentes ao ducado eram dois incansáveis extremistas, um homem e uma mulher. Em 1341, o último duque morreu, deixando um meio-irmão, Jean, conde de Montfort, e uma sobrinha, Jeanne de Penthièvre, como herdeiros rivais. Montfort era o candidato e aliado da Inglaterra, enquanto a reivindicação de Jeanne era patrocinada por seu marido, Carlos de Blois, sobrinho de Filipe VI, que se tornou o candidato francês ao ducado.⁹

Dado, em criança, ao estudo de livros, Carlos era um asceta de exagerada religiosidade, que buscava a espiritualidade mortificando a carne. Como Thomas Becket, usava roupas sujas, cheias de piolhos; colocava pedras nos sapatos, dormia sobre a palha no chão, ao lado da cama de sua mulher; quando morreu, verificou-se que usava uma camisa áspera de crina de cavalo sob a armadura e cordéis amarrados de maneira tão apertada em volta do corpo que os nós penetravam na carne. Com essas práticas, o candidato à santidade expressava desprezo pelo mundo, auto-aniquilação e humildade, embora com freqüência se considerasse culpado de um orgulho maligno em seus excessos. Carlos confessava-se todas as noites para não dormir em estado de pecado. Teve um filho bastardo, Jehan de Blois, pois ninguém precisa renunciar aos pecados da carne, basta arrepender-se deles. Dizia-se que tratava os humildes com deferência, atendia as queixas dos pobres com bondade e justiça, e evitava impostos muito pesados. Era tal a sua reputação de santidade que, quando pretendeu caminhar descalço na neve até um santuário breton, o povo cobriu o chão com palhas e cobertores, mas ele seguiu por outro caminho, pagando o preço de ter os pés ensangüentados e congelados, e de ficar impossibilitado de andar durante semanas.¹⁰

A religiosidade não impediu sua luta feroz pelo ducado. Anunciou sua pretensão sob as muralhas de Nantes, fazendo com que suas máquinas de sítio lançassem para a cidade as cabeças de trinta partidários de Montfort que tinha capturado.¹¹ Seu bem-sucedido sítio de Quimper foi seguido por um impiedoso massacre de dois mil habitantes civis, de todas as idades e ambos os sexos. Segundo as leis de guerra então vigentes, os sitiados podiam estabelecer condições em caso de rendição, mas não se forçassem o sítio até o seu amargo fim, e por isso presumivelmente Carlos não teve constrangimento. Naquela ocasião, depois de escolher o local do ataque, foi advertido de que as águas estavam subindo mas recusou-se a modificar sua decisão, dizendo: "Não tem Deus controle sobre as águas?" Quando seus homens conseguiram tomar a cidade antes de serem colhidos pela cheia, o povo considerou isso como um milagre obtido pelas orações de Carlos.

Quando Carlos capturou Jean de Montfort e o mandou para Paris, a fim de ser prisioneiro de Filipe VI, a causa de Montfort foi defendida "com a coragem de um homem e o coração de um leão" pela sua notável mulher. Indo a cavalo de cidade a cidade, ela conseguiu o apoio de desanimados aliados ao seu filho de três anos, dizendo: "Ora, senhores, não lamentem meu senhor a quem perderam. Ele é apenas um homem", e declarando dispor de riquezas suficientes para manter a causa. Abasteceu e fortificou guarnições, organizou a resistência, "pagou generosamente e doou com liberalidade", presidiu conselhos, conduziu a diplomacia e expressou-se em cartas eloqüentes e elegantes. Quando Carlos de Blois sitiou Hennebont, ela liderou uma defesa heróica, vestida de armadura e montada num cavalo de batalha, pelas ruas, exortando os soldados sob uma saraivada de flechas, e mandando que as mulheres cortassem as saias e carregassem pedras e caldeirões de breu para as muralhas, para serem lançados sobre o inimigo. Durante uma trégua, comandou um grupo de cavaleiros que saiu por uma passagem secreta, deu uma volta a galope e

atacou o acampamento inimigo pela retaguarda, destruiu metade de suas forças e derrotou o sítio. Ela imaginava engodos e estratagemas, empunhava a espada nas lutas marítimas e quando seu marido fugiu de Louvre disfarçado, para morrer ao chegar à Bretanha, ela implacavelmente continuou a luta em favor do filho.

Quando em 1346 Carlos de Blois foi finalmente aprisionado pelo partido dos ingleses e levado para a prisão na Inglaterra, sua causa foi continuada pela sua não menos implacável mulher, Jeanne de Penthièvre. A guerra impiedosa prosseguiu. Seus dois principais protagonistas tiveram um destino expressivo na época: a loucura e a santidade. Os golpes e as intrigas, as privações e as esperanças frustradas de sua vida foram demais para a valente condessa de Montfort, que enlouqueceu e foi confinada na Inglaterra, enquanto Eduardo se fez tutor de seu filho. Esquecida e encerrada no castelo de Tickhill, ela viveria ainda trinta anos.

Carlos de Blois, depois de nove anos como prisioneiro, conseguiria a liberdade com um resgate mencionado como sendo de 350 mil, 400 mil ou 700 mil escudos. Embora finalmente estivesse disposto a um acordo, sua mulher recusou-se a permitir que renunciasse à sua pretensão; ele recomeçou a luta e acabou sendo morto em batalha. Foi posteriormente canonizado, mas o processo foi anulado pelo papa Gregório XI, a pedido do jovem Jean de Montfort, receoso de que, como vencedor de um santo, fosse considerado pelos bretões como usurpador.

Enquanto feitos famosos e grandes reputações eram a tônica na Bretanha, um tipo de luta diferente ocorria em relação a Flandres.

O comércio e a geografia tinham feito dela um território decisivo na rivalidade anglo-francesa. Suas cidades eram os principais centros comerciais da Europa do século XIV, onde banqueiros mercantis e agiotas italianos tinham sua sede setentrional, indício seguro de negócios lucrativos. A riqueza gerada pela indústria de tecelagem enriqueceu os magnatas da burguesia, cujo luxo surpreendeu a rainha Joana, mulher de Filipe, o Belo, quando visitou Bruges. "Pensei que seria a única rainha ali", disse ela, "mas encontrei seiscentas outras."¹²

Embora feudo de França, Flandres estava ligada à Inglaterra pela lã, como a Gasconha pelo vinho. "Todas as nações do mundo", escreveu com orgulho Mateus de Westminster, "são aquecidas pela lã da Inglaterra, transformada em tecido pelos homens de Flandres".¹³ Sem rival na Europa pela qualidade e pelas cores, inclusive dos tecidos pesados para uso comum, a produção de Flandres chegou a lugares tão distantes como o Oriente, e teve um êxito econômico que tornou a província vulnerável às desvantagens de uma economia baseada numa única indústria. Foi essa a origem das turbulências e levantes dos cem anos anteriores, e foi também o fermento que tanto a França como a Inglaterra usavam em sua luta pelo controle da região.

O conde de Flandres, Luís de Nevers, e a nobreza flamenga eram pró-franceses, enquanto os comerciantes, a classe trabalhadora e todos os que dependiam da

indústria de tecidos voltavam-se para a Inglaterra, movidos pelo interesse pessoal, quando não pelos sentimentos. O laço feudal e natural com a França predominou. Os tecidos flamengos e o vinho francês eram trocados no comércio, a corte do conde era modelada pela francesa, a nobreza dos dois países casava-se entre si, os prelados franceses ocupavam altos cargos em Flandres, o uso da língua francesa difundia-se, estudantes flamengos iam para escolas e universidades em Laon, Reims e Paris.

Em Flandres, no início do século, os desprezados plebeus tinham imposto aos cavaleiros franceses uma derrota inesquecível. Em 1302, um grande número destes cavaleiros, muito bem equipados, invadiu o norte em apoio aos magnatas urbanos flamengos, para esmagar uma revolta dos trabalhadores de Bruges. Na batalha em Courtrai, os soldados franceses a pé e os besteiros estavam na iminência de derrotar os trabalhadores flamengos quando os cavaleiros, ansiosos por atacar e temendo perder a honra da vitória, ordenaram à infantaria que recuasse, o que se fez desordenadamente. Bradando os seus gritos de guerra e atropelando os seus próprios homens numa terrível confusão, os cavaleiros atacaram, ignorando os canais sob os seus pés. Os cavalos tropeçaram e caíram, os cavaleiros mergulharam na água, uma segunda leva desabou sobre a primeira. A infantaria flamenga, armada de lanças, matou-os como a peixes e, resistindo a todos os ataques, fez recuar os cavaleiros num massacre sangrento. Setecentas esporas de ouro foram retiradas de cadáveres de cavaleiros depois da batalha e penduradas, como um marco solene, na igreja. A perda de tantos nobres franceses fez com que enviados reais vasculhassem depois as províncias à procura de burgueses e camponeses ricos dispostos a pagar para se tornarem nobres.¹⁴

Os cavaleiros de França não se deixaram abater por Courtrai, nem diminuir o seu desprezo pelos plebeus armados. A batalha foi considerada como um acidente das circunstâncias e do terreno, de repetição improvável. Quanto a isso, a conclusão estava certa. Em outra revolta e outra batalha, 25 anos depois, os cavaleiros impuseram uma terrível vingança na batalha de Cassel, onde dizimaram trabalhadores e camponeses flamengos aos milhares. Não obstante, as esporas perdidas em Courtrai eram um prenúncio válido da ascensão do soldado plebeu armado com uma lança e um motivo, e um mau presságio para os cavaleiros que o ignoraram.

Depois que o conde de Flandres foi reconduzido ao poder pelas armas francesas, Filipe VI pressionou para estreitar as relações e isolar o condado da Inglaterra. As cidades industriais, lideradas por Gand, levantaram-se em revolta sob Jacob van Artevelde, uma das mais dinâmicas figuras burguesas do século XIV. Comerciante ambicioso, da classe que pressionava para arrancar o poder político da nobreza, tinha também pretensões nobres. Seus dois filhos intitulavam-se *messire* e *chevalier*, e o filho mais velho e uma filha casaram-se na nobreza. Assumindo o comando da insurreição, Artevelde derrotou as forças do conde e o obrigou a fugir para a França em 1339, deixando o país sob seu controle.

Enquanto isso, Eduardo, como fornecedor da lã para a indústria de Flandres, exercia pressão por uma aliança que lhe proporcionasse uma base para atacar a

França. Os fabricantes flamengos de tecidos eram favoráveis à aliança inglesa, e a ela Artevelde ligou sua sorte. O obstáculo da soberania francesa sobre Flandres foi superado quando Eduardo assumiu o título de rei da França. Nessa condição ele firmou um tratado com Artevelde em 1340, depois da vitória de Sluys, mas a manobra não tinha consistência e durou apenas o suficiente para dar a Eduardo um trampolim antes que Artevelde fosse arruinado pela ambição.

Artevelde era um homem de ações brutais que, certa vez, ao discordar de um cavaleiro flamengo, derrubou-o com um soco ante os olhos do rei da Inglaterra.¹⁵ Além de usar fundos flamengos para financiar a guerra de Eduardo, violou os sentimentos flamengos de vassalagem. Propôs que o filho mais velho do rei, Eduardo, o príncipe de Gales, mais tarde conhecido como o Príncipe Negro, substituísse o filho mais velho do conde de Flandres, Luís de Male, como herdeiro e futuro governante. Isso foi demais para as boas cidades flamengas. Deserdar seu senhor natural em favor de um príncipe inglês, disseram claramente a Artevelde, era “algo com o que certamente nunca concordariam”. Além disso, o papa, pressionado pelo rei Filipe, já os tinha excomungado pela deserção ao seu soberano, provocando muita preocupação e prejuízos aos negócios. Cresceu o ressentimento contra Artevelde, combinado com a suspeita de que ele havia desviado recursos para uso pessoal.

“Então todos começaram a murmurar contra Jacques” (Jacob) e quando ele percorreu a cidade de Gand a cavalo, “confiando tanto na sua grandeza que julgou poder fazer deles o que bem quisesse”, multidões iradas o seguiram até sua casa, exigindo contas das receitas de Flandres. Ele começou então a ter medo e, ao entrar em sua casa, fechou logo os portões, portas e janelas para proteger-se da multidão que gritava na rua. Chegando à janela “com grande humildade”, Artevelde defendeu seu governo de nove anos e prometeu uma demonstração de contas completa para o dia seguinte, se a multidão se dispersasse. “E então todos gritaram com uma só voz, ‘desça até nós, não fale com tanta empáfia e preste-nos conta do grande tesouro de Flandres!’” Aterrorizado, Artevelde fechou a janela e tentou fugir pelos fundos para uma igreja ao lado, mas a multidão de quatrocentos homens derrubou as portas, agarrou-o e matou-o ali mesmo.¹⁶ Assim, em julho de 1345 a Roda da Fortuna derrubava o grande senhor de Flandres.

Posteriormente, representantes das cidades flamengas correram à Inglaterra para acalmar o rei Eduardo, furioso com o acontecimento. Reafirmando a aliança, sugeriram uma maneira pela qual sua linhagem poderia herdar Flandres sem ser preciso tomá-la do seu senhor legítimo: que a filha mais velha de Eduardo, Isabel, então com 13 anos, desposasse o filho do conde de Flandres, com 14 anos, Luís, que estava sob custódia da comuna, “de modo que o condado de Flandres ficará para sempre com os descendentes de seu filho”. Eduardo interessou-se pelo plano, embora o noivo proposto, por lealdade para com a França, não concordasse. Quando o rei tentou impor-lhe o noivado, dois anos depois, a fuga do conde, deixando para trás uma princesa solteira, teria influência indireta, mas decisiva, sobre a vida de Enguerrand de Coucy.



FRANÇA
DEPOIS DO
TRATADO DE
BRETIGNY, 1360

Para os contemporâneos, o poderio do rei da Inglaterra parecia insignificante, se comparado ao rei da França. Villani referiu-se a ele como "*il piccolo re d'Inghilterra*" (o pequeno rei da Inglaterra).¹⁷ É duvidoso que ele tenha realmente pretendido conquistar a França. As guerras medievais entre europeus não visavam à conquista estratégica, mas antes à tomada do governo dinástico na cúpula, causando danos suficientes para provocar a queda do adversário. Era esse provavelmente o objetivo de Eduardo que, devido à sua base na Guiena e sua cabeça-de-ponte em Flandres e no norte da França, não parecia irrealizável.

A primeira malograda fase foi tão onerosa que teria provocado sua ruína, se Eduardo tivesse arcado com os custos; ele, porém, transferiu a ruína para outros. Tinha financiado a guerra com empréstimos das grandes firmas bancárias florentinas Bardi e Peruzzi. As dívidas, segundo Villani, elevavam-se a entre 600 mil e 900 mil florins de ouro a primeira, e dois terços disso a segunda, garantidas pelas receitas previstas com o imposto da lã. Quando este baixou demais e Eduardo não pôde pagar, o ônus foi excessivo para as companhias italianas, que faliram — Peruzzi em 1343 e Bardi um ano depois. A sua bancarrota arrastou uma terceira firma, Acciaiuoli. O capital desapareceu, lojas e oficinas foram fechadas, salários e compras foram suspensos. Quando, pela sorte maligna que parecia pairar sobre o século XIV, a devastação econômica de Florença e Siena foi seguida pela primeira fome em 1347 e logo depois pela peste, o infeliz povo não podia deixar de pensar que a ira de Deus desabara sobre ele.

Recrutar um exército para um segundo ataque, após ter sido levado à falência pelo primeiro, teria sido impossível sem o consentimento dos três Estados representados no Parlamento. Dinheiro era o problema crucial. O financiamento das guerras causaria maiores danos à sociedade do século XIV do que a destruição material provocada pela própria guerra. A organização medieval tinha passado, àquela época, a uma economia predominantemente monetária. As forças armadas já não eram formadas sobretudo por soldados que serviam por dever de vassalagem e que voltavam para casa depois de quarenta dias: eram recrutadas e serviam por um soldo. A nova despesa de um exército remunerado aumentava o custo da guerra, fazendo com que superasse os recursos normais de um soberano. Sem perder seu apetite pela guerra, o Estado embrionário ainda não tinha criado um método regular para custeá-la. Quando gastava demais, o soberano recorria a empréstimos dos banqueiros, das cidades, e de negociantes, os quais talvez não pudesse pagar, e a medidas ainda mais perturbadoras, como a tributação arbitrária e a desvalorização da moeda.

Acima de tudo, a guerra deveria pagar-se por si mesma, com o saque. O butim e o resgate não eram apenas conseqüências colaterais, mas uma necessidade para compensar o atraso dos soldos e tornar o alistamento atraente. O resgate de prisioneiros por dinheiro tornou-se uma empresa comercial. Como os reis raramente podiam levantar fundos suficientes com antecedência, e a coleta de impostos era lenta, os soldados em campanha estavam sempre com os soldos atrasados. O saque substituíra o pagador. A guerra cavalheiresca, o amor cavalheiresco eram, como

disse Michelet sobre toda essa época, *double et louche*¹⁸ (frase provocativa, que podia significar “duplo e vesgo”, ou “equivoco e suspeito”, no sentido pejorativo). O objetivo era uma coisa, e a prática, outra. Os cavaleiros desejavam a guerra pela glória e a praticavam pelo lucro.

Em 1344, os três Estados no Parlamento foram informados por Eduardo de uma violação da trégua pelo rei da França, e lhes foi pedida “a sua opinião”. A recomendação das Câmaras dos Lordes e dos Comuns foi “terminar a guerra seja pela batalha ou pela paz honrosa” e, uma vez iniciada, não atender a cartas e pedidos do papa ou qualquer pessoa, “mas terminá-la por meio da espada”.¹⁹ O clero e os comuns aprovaram subsídios, e em 1345 o Parlamento autorizou o rei a exigir que todos os donos de terras servissem pessoalmente ou fornecessem um substituto, ou um equivalente monetário. Um homem com uma renda de cinco libras da terra teria de fornecer um arqueiro; de dez libras, um lanceiro montado; 20 libras, dois destes; com renda superior a 25 libras teria de fornecer um guerreiro, ou seja, um escudeiro ou cavaleiro. Cidades e condados tinham de recrutar um determinado número de arqueiros, e o sistema como um todo deveria ser administrado por xerifes e funcionários do condado.

Navios tinham de ser requisitados para transportar homens, cavalos e a alimentação inicial para ambos. Também transportavam pedras de moer e fornos de cozer, armeiros e suas forjas, material extra para manter os arqueiros abastecidos de flechas. A maioria dos navios era pequena, com 30 a 50t em média, um grande mastro e uma vela retangular, embora alguns chegassem até a 200t. Um navio de tamanho médio levava cem a duzentos homens e oitenta a cem cavalos.²⁰

Para encher as fileiras dos soldados a pé, “mobilizados” ou recrutados, os homens eram atraídos com a promessa de saque, o perdão de sentença para os condenados e a promoção do sentimento antifrancês, já despertado pelos ataques franceses contra Southampton, Portsmouth e outras cidades do litoral sul.²¹ A adoção do título de rei da França pelo rei Eduardo foi proclamada ao povo juntamente com suas mensagens sobre a justiça de sua causa e a maldade da França. Devido ao sempre presente medo de invasão francesa, faróis de advertência foram colocados ao longo da costa, grupos de homens armados e cavalos postaram-se a intervalos, provisões foram armazenadas e pequenos navios ancoraram próximo da terra ou das praias — o que não deixou de provocar perturbações na economia.

Em julho de 1346, o rei estava pronto para renovar sua tentativa. Acompanhado de seu filho mais velho, Eduardo, príncipe de Gales, de 15 anos, partiu para a Normandia com quatro mil guerreiros e dez mil arqueiros, mais um certo número de soldados a pé, irlandeses e galeses. (Outra força, enviada antes na viagem mais longa até Bordéus, já enfrentava as tropas francesas nas fronteiras de Guiena.) Guiada por Godefroi d'Harcourt, que tinha sido banido da França, a força expedicionária do rei desembarcou na península de Cotentin, onde Harcourt prometia ricas oportunidades de saque nas prósperas cidades não muradas de sua província. Embora Eduardo “preferisse os feitos de armas”, segundo Froissart, também ele, numa outra demonstração da ambigüidade medieval, ao que tudo indica recebeu

bem a promessa de Harcourt de que não encontraria resistência, porque o duque da Normandia e seus cavaleiros estavam lutando contra os ingleses em Guiena e o povo da região não estava habituado à guerra.

Tão proveitosa foi a Normandia que os ingleses não precisaram fazer novas provisões para seu exército, e tão pouco belicosos eram seus habitantes que fugiram, deixando suas casas "bem abastecidas e os celeiros cheios de cereal pois não sabiam como salvá-lo e guardá-lo. [...] Nunca tinham visto guerreiros antes nem sabiam o que significava a guerra ou uma batalha". Na próspera Caen, que não era murada, os habitantes e uma força de cavaleiros mandada em sua defesa sob comando do condestável conde d'Eu ofereceram vigorosa resistência, mas os ingleses, recorrendo a reforços experientes, foram mais bem-sucedidos. O condestável foi aprisionado e, juntamente com muitos outros presos e carroças cheias de butim, mandado para a Inglaterra, a fim de ser trocado por um grande resgate que teria conseqüências trágicas. "Incendiando, saqueando, devastando", os ingleses avançaram de cidade em cidade, acumulando ricos tecidos, jóias, prata, mercadorias, gado e homens e mulheres aprisionados.

O saque da Normandia por um exército comandado pelo próprio rei da Inglaterra foi o protótipo de tudo o que se seguiria. Organizados em três corpos ou "batalhas", os invasores "dominaram, saquearam e roubaram sem misericórdia", encontrando um butim tão grande que "se limitavam a pequenos ataques e todos os dias se retiravam para seus alojamentos entre meio-dia e três da tarde". Os soldados "não prestavam contas ao rei ou seus oficiais daquilo que apanhavam: guardavam-no para si mesmos". Enquanto avançavam por uma das margens do Sena rumo a Paris, o rei Filipe, que estivera em Ruão sem agir, os seguia pelo outro lado e entrava de volta em Paris no momento em que Eduardo chegava a Poissy, a 30km a oeste da capital. Ali, enquanto o rei da Inglaterra celebrava a festa de Nossa Senhora em meados de agosto, em roupas escarlates forradas de arminho, seu exército queimava e saqueava as aldeias próximas. As chamas às suas portas deixaram os cidadãos de Paris "num espanto estupefato", escreveu Jean de Venette, "e eu que escrevi isto vi todos esses fatos, pois podiam ser vistos de Paris por qualquer pessoa que subisse a uma torre".

Filipe VI tinha, enquanto isso, lançado o *arrière-ban*, ou convocação geral a todos os homens capazes de pegar em armas na área de guerra. Baseado no princípio de que todos os súditos deviam suas vidas à "defesa do país e da coroa", a convocação geral só deveria ser usada quando a chamada dos nobres não tinha sido, ou não seria, suficiente para repelir o inimigo. Foi feita, como todas as comunicações ao povo, pelo "grito público" — isto é, pelos arautos que iam a cavalo ler a proclamação nas praças dos mercados ou das aldeias. Cartas individuais também foram enviadas a cidades e abadias, requisitando os subsídios habituais. Algumas cidades ainda pagavam seu serviço militar em corpos de soldados a pé, apressadamente reunidos, sem treinamento, e praticamente inúteis; outras pagavam em dinheiro, o que permitia a contratação de mercenários mais eficientes.

Contingentes militares formados de plebeus eram fornecidos pelas cidades e

distritos, de acordo com o número de fogos e a prosperidade ou pobreza relativas da comunidade. Em certas regiões cada cem fogos eram obrigados a manter um soldado durante um ano. Em distritos mais pobres, a obrigação poderia ser um soldado para cada duzentos ou trezentos fogos.²² O número de efetivos recrutados dessa maneira não era grande: em 1337, por exemplo, Ruão forneceu duzentos homens, Narbonne 150 besteiros, Nîmes 95 guerreiros.²³ À luz desses números, as exageradas referências dos cronistas a dezenas de milhares de homens reduzem-se a uma realidade mais modesta. Cada leva de tropas de uma cidade, distrito, feudo ou área dotada de situação especial tinha de ser negociada separadamente em nível distinto, para uma duração de serviço diferente, e à base de diferentes direitos e privilégios, provocando intermináveis disputas nesse processo. Senhores de ducados ou condados e grandes baronias como Coucy tinham seu próprio tesoureiro para pagar seus homens, embora, com o prolongamento da guerra, tivessem de ser recompensados pelo rei.

Cavaleiros e escudeiros de condição nobre recebiam soldos fixos como outros homens. Para um senhor de pendão e caldeira (que comandava outros cavaleiros sob sua própria bandeira), um cavaleiro solteiro e um escudeiro montado, o soldo padrão na década de 1340 era, respectivamente, de 20, dez e sete *sous* por dia.²⁴ Um problema constante era a necessidade de o governante verificar se estava recebendo a quantidade e a qualidade pelas quais pagava. Com essa finalidade, uma *monstre*, ou revista, era realizada periodicamente. Em geral, havia uma a cada mês, executada por funcionários atentos para ver se um *valet* não era contado como um *gentilhomme*, se bons cavalos não eram colocados no lugar de sendeiros durante a revista e em seguida retirados, e se o soldo era honestamente distribuído em moeda e não em produtos. Num exército mal estruturado, faltava a hierarquia de comando. Além do rei, que comandava pessoalmente, os oficiais permanentes eram o condestável, uma espécie de chefe administrativo das forças armadas, e dois marechais de função indeterminada; fora disso, as decisões militares parecem ter sido tomadas por conselho entre os líderes.

Devido à necessidade de usar armaduras, com todas as suas correias e fivelas, a batalha era uma luta mais ou menos com disposições fixas, determinada pela lógica das posições. A invenção da armadura em princípios do século XIV passou a complementar a cota de malha, que era penetrável pela besta. Embora os estilos de armaduras variassem e se modificassem de uma década para outra, seus elementos básicos eram a couraça, que protegia o peito; o saio para o ventre e as ancas; o espaldar e o braçal para os braços; a escarcela e as grevas, que protegiam as pernas, tudo isso usado sobre um lorigão ou cota de malhas e uma túnica de couro ou almofadada, ou um manto justo. Sobre a armadura usava-se uma túnica sem mangas, bordada com as armas identificadoras. Uma cota de malha cobria o pescoço, cotovelos e outras juntas; manoplas de placas ligadas protegiam as mãos. O elmo, que antes se abria no rosto, tinha agora a proteção de uma viseira presa a pinos removíveis, na testa ou nos lados, e pesava de três a cinco quilos: por dentro, era escuro e abafado, apesar das aberturas para os olhos e buracos para ventilação. O peso de

toda essa proteção era mais ou menos compensado pelo escudo menor, que permitia maior liberdade de ação.²⁵

“Um verme terrível num casulo de ferro”, como foi chamado num poema anônimo,²⁶ o cavaleiro montava numa sela alta sobre o lombo do cavalo, os pés firmados em compridos estribos, de modo que ficava praticamente de pé, capaz de desfechar tremendos golpes giratórios de lado a lado com uma de suas várias armas. Começava a batalha com a lança para derrubar o inimigo e levava à cintura uma espada de dois gumes, de um lado, e uma adaga de 45cm, do outro. Também portava, presa à sela ou levada pelo escudeiro, uma espada mais longa para ser jogada como uma lança, uma acha-de-armas de uma ponta do lado oposto à lâmina curva, e a maça com saliências pontudas, arma preferida dos bispos e padres guerreiros, sob a alegação de que não estavam compreendidas na proibição aos clérigos de “atacar com a espada”.²⁷ O cavalo de batalha que carregava este peso estava também protegido com placas que cobriam o focinho, o peito e as ancas, e revestido de panos que lhe atrapalhavam as pernas. Quando seu cavalo era derrubado, o cavaleiro, sob o peso da armadura e emaranhado nas armas, escudo e esporas, quase sempre era aprisionado antes que conseguisse levantar-se.

As táticas no continente europeu eram simplesmente a carga de cavalaria, seguida de luta corpo a corpo a pé, por vezes precedida ou complementada pelos arqueiros e infantaria, ambos desprezados pelos cavaleiros. Nas guerras escocesas, porém, os ingleses descobriram que soldados a pé, equipados com arcos e treinados para manter uma linha disciplinada, podiam, visando os cavalos, fazer recuar uma carga de cavaleiros. Uma descoberta realmente útil, como essa, superava os desprezos de classe. Dados os constantes contatos entre a França e a Inglaterra, os franceses devem ter visto o arco em uso, evidentemente sem pensar em suas implicações. A cavalaria francesa recusou-se a atribuir um papel sério na guerra aos plebeus, embora os normandos tivessem dominado a Inglaterra, no passado, graças ao arqueiro que acertou o olho de Harold.

Os franceses também usavam arqueiros e besteiros, contratando, em geral, companhias de genoveses que faziam da besta uma especialidade. Quando se entusiasmavam, porém, não gostavam de dar à besta a possibilidade de ação que teria reduzido a importância do choque entre cavaleiros. A ordem da cavalaria determinava que o combate de guerreiros devia ser pessoal e direto, e os misseis que permitiam combate à distância eram desprezados.²⁸ O primeiro arqueiro, diz uma canção do século XII, era “um covarde que não ousava aproximar-se do seu inimigo”.²⁹ Não obstante, quando se tratava de lutar com plebeus, como em Cassel em 1328, os franceses deram aos seus besteiros a importância tática que lhes assegurou a vitória.

A besta, feita de madeira, aço e corda, era puxada com o pé apoiado num estribo e um gancho ou manivela presa à cintura, ou ainda por uma complicada engrenagem de guinchos e poleias. Lançava um petardo de grande capacidade de penetração, mas seu manuseio era lento e a arma, pesada e desajeitada para ser carregada. O besteiro geralmente levava cerca de cinquenta petardos e quando em viagem

seu equipamento tinha de ser transportado numa carroça. Devido ao longo tempo necessário à distensão da corda, a besta era na verdade mais útil em situações estáticas, como a varredura das muralhas nos sítios, do que nas batalhas campais. Uma carga de cavalaria disposta a sofrer certas baixas podia, em geral, romper uma linha de besteiros. Embora seu poder mecânico, ao ser inventada, tivesse sido assustador a ponto de ser proibida pela Igreja em 1139,³⁰ a besta continuou a ser usada durante duzentos anos sem ameaçar o predomínio dos cavaleiros em suas cotas de malha.

Protegido pela armadura, orgulho da ordem da cavalaria, o nobre sentia-se invulnerável e invencível e seu desprezo pelo soldado a pé aumentava cada vez mais. Ele achava que os plebeus, excluídos da cavalaria, jamais podiam ser dignos de confiança numa guerra. Como palafreiros, bagageiros, forrageiros e abridores de estradas — o equivalente do corpo de engenharia —, eram necessários, mas como soldados usando coletes de couro e armados de lanças e alabardas, eram considerados como um peso morto, que numa luta violenta iria “derreter como a neve ao sol”. Isso não era apenas esnobismo, mas um reflexo da experiência, na ausência de treinamento. A Idade Média não dispunha de um equivalente da legião romana. As cidades mantinham grupos de policiais treinados, mas preferiam formar seus contingentes de defesa nacional com a ralé, que para mais nada servia. As abadias tinham atividades mais produtivas para seus camponeses do que o treinamento militar. Em qualquer época, a diferença entre uma turba e um exército está no treinamento, que não era dispensado aos soldados a pé convocados pelo *arrière-ban*. Desprezados por serem tidos como ineficientes, eram ineficientes por serem desprezados.

A 26 de agosto de 1346, os exércitos inglês e francês encontraram-se em Crécy, na Picardia, a 45km do litoral. Como o choque em outro mês de agosto, o de 1914, a batalha marcou o início de uma era de aumento da violência e desintegração do controle.³¹ Isso não tinha sido planejado pelos vencedores. Informado da grande força que se reunia em volta do rei francês, Eduardo não mostrou desejo de um confronto, pelo menos sem ter antes assegurado a possibilidade de recuar. Afastando-se de Paris, marchou para noroeste, em direção ao litoral do canal da Mancha, presumidamente a caminho de Flandres, onde certamente dispunha de barcos. Se era esse seu objetivo, não parecia capaz de fazê-lo rei de França.

O exército francês, em marcha forçada, alcançou os ingleses antes que chegassem ao litoral, mas não antes que Eduardo, compreendendo que teria de combater, tivesse ocupado uma boa posição defensiva num morro largo, acima da aldeia de Crécy. Tão confiantes estavam os nobres franceses antes da batalha que falavam de quem fariam prisioneiro entre seus adversários, cuja fama e feitos conheciam de torneios. Apenas o rei Filipe estava hesitante. “Lastimoso e preocupado”, ele parecia temer novas traições, depois das defecções da Bretanha e Harcourt, ou algum outro perigo oculto.

Acampando longe demais do inimigo na noite anterior à batalha, seus soldados só chegaram ao local da luta às quatro da tarde, tendo pela frente o sol que o inimigo tinha pelas costas. Os besteiros estavam cansados e queixavam-se da longa caminhada, suas armas estavam úmidas devido a uma tempestade súbita, ao passo que os arqueiros ingleses tinham protegido as cordas de seus arcos enrolando-as sob os elmos.³² O que se seguiu entre os franceses foi o caos da audácia irresponsável, má sorte, erros, indisciplina e a doença crônica dos cavaleiros, a bravata, a determinação de mostrar coragem sem qualquer senso tático ou plano organizado.

Convencido por conselhos de última hora para que adiasse a ação para o dia seguinte, Filipe deu ordens para que a vanguarda voltasse e a retaguarda parasse, mas não foi obedecido. Sem dar aos besteiros a oportunidade de golpear a linha inglesa, os cavaleiros da primeira linha avançaram morro acima sobre o inimigo. Longe demais de seus alvos e perseguidos pelas flechas inglesas, os besteiros genoveses recuaram, lançando ao chão suas armas. O rei, que ao vislumbrar os ingleses mudou de cor, "porque os odiava", perdeu controle da situação. Ao ver os genoveses fugirem, ele ou seu irmão, o conde d'Alençon, gritou: "Matem esses canalhas que nos atrapalham!", enquanto seus cavaleiros, "à pressa e desordenados", golpeavam os arqueiros na tentativa de abrir um caminho. Em meio a essa terrível confusão em suas próprias fileiras, os franceses lançaram ataques sucessivos, mas a linha disciplinada dos arqueiros ingleses, endurecidos pela longa prática exigida pela sua arma, resistiu e semeou a confusão e a morte com seus mísseis. Os cavaleiros ingleses avançaram a pé, antecidos dos arqueiros e apoiados pelos lanceiros, os terríveis galeses com longas facas, que avançavam sobre os que tombavam ao chão e os matavam. O príncipe de Gales lutou à frente de um grupo, enquanto o rei Eduardo comandava de um moinho de vento, no alto do morro. Pelo entardecer e noite adentro, até a meia-noite, a luta continuou, até que o rei Filipe, ferido, foi levado para longe pelo conde de Hainaut, que lhe disse: "Senhor, não se perca deliberadamente" e, segurando as rédeas de seu cavalo, arrastou-o para fora da luta. Com apenas cinco companheiros, o rei dirigiu-se a um castelo cujo senescal, chamado a abrir os portões, perguntou quem era. "Abra logo", disse o rei, "pois se trata da sorte da França."

No campo de batalha jaziam mortos cerca de quatro mil soldados franceses, entre os quais talvez estivesse Enguerrand de Coucy VI. Ali ficaram alguns dos maiores nomes de França e da cavalaria aliada: o conde d'Alençon, irmão do rei; o conde Luís de Nevers, de Flandres; os condes de St. Pol e Sancerre, o duque da Lorena, o rei de Maiorca e, o mais renomado de todos, o rei João, o Cego, da Boêmia, cujo brasão de três penas de avestruz com o lema "*Ich dien*" passou a ser usado pelo príncipe de Gales e incluído em seu título a partir de então. Carlos da Boêmia, filho do rei cego e futuro imperador, menos impetuoso do que o pai, percebeu o que estava acontecendo e escapou.

Não foi falta de coragem e de habilidade que derrotou os cavaleiros franceses e seus aliados. Lutaram com tanta bravura quanto os ingleses, pois os cavaleiros eram muito parecidos entre si em todos os países. A vantagem da Inglaterra estava na

combinação de elementos excluídos pela ordem da cavalaria — os soldados galeses armados de facas, os lanceiros e, acima de tudo, os arqueiros treinados — com a ação dos cavaleiros de armaduras. Enquanto um dos lados na luta utilizasse essa vantagem e o outro não, a sorte da guerra continuaria desequilibrada.

A perseguição com o objetivo estratégico de destruir as forças armadas do inimigo não fazia parte do léxico de guerra medieval. Muito surpreso com sua vitória, Eduardo não fez nenhum esforço para perseguir o inimigo. Absorvidos pela magnitude da conquista, os ingleses passaram o dia seguinte à batalha contando e identificando os mortos, dando sepultura digna aos mais nobres e calculando o resgate dos prisioneiros. Eduardo, apesar de sua pretensão de ser rei da França, perdeu o interesse por Filipe, que se refugiou em Amiens. Seguindo a costa, os ingleses marcharam para o norte, para atacar Calais, o porto do outro lado de Dover, no ponto em que o canal da Mancha é mais estreito. Ali, bloqueados por uma defesa tenaz, eles montaram um cerco que iria durar um ano.

A derrota da cavalaria francesa e do soberano que era supostamente o mais poderoso da Europa deu início a uma série de reações que se tornariam mais sérias com o tempo. Embora isso não derrubasse a monarquia francesa, nem a fizesse ceder, provocou uma crise de confiança no governo real e um ressentimento geral quando o rei, mais uma vez, teve de recorrer à tributação extraordinária. Também a partir dessa data começou a desgastar-se a confiança na capacidade que tinham os nobres de desempenhar a sua função.

Filipe não tinha o senso de governo demonstrado por Filipe, o Belo, e por São Luís, nem conselheiros capazes de reformar os costumes militares e financeiros para enfrentar os novos perigos que surgiam. Os estados provincianos, cujo consentimento era necessário para novos impostos, relutavam, como a maioria dos órgãos representativos, em reconhecer a crise até que ela se tornasse grave. Devido a um sistema inadequado e obsoleto, o rei tinha de criar substitutivos, como o imposto sobre as vendas — chamado *maltôte*, por ser muito odiado — ou o imposto sobre o sal, igualmente impopular. Ou, então, voltava a desvalorizar a moeda. Rompendo o equilíbrio dos preços, rendas, dívidas e crédito, o efeito desse subterfúgio, que substituíra a tributação, era normalmente desastroso. “E no ano 1343 Filipe de Valois fez 15 denários que valiam três”, escreveu um cronista, como comentário revelador.³³

Todas as vezes que eram chamados a aprovar novos tributos, os Estados manifestavam seu grande descontentamento com os excessos fiscais.³⁴ Condiionavam sempre os seus subsídios, concedidos com relutância, às reformas sugeridas, na crença de que uma melhor administração, por homens mais honestos, permitiria ao rei voltar a viver com seus recursos.

Depois de Crécy e da perda de Calais, um novo Estado geral foi convocado em 1347 para atender à desesperada necessidade que o rei tinha de dinheiro para a defesa. O exército e uma armada tinham de ser reconstruídos, tendo em vista o perigo de uma nova invasão. Envergonhados com a humilhação de derrotas constantes, os Estados manifestaram abertamente seu descontentamento com o governo

real. "Deveis saber", disseram eles ao rei, "como e com que orientação conduzistes as vossas guerras e como, graças a maus conselhos, perdestes tudo e nada ganhas-tes." Se o rei tivesse bons conselheiros, continuavam eles, nenhum príncipe neste mundo "teria sido capaz de vos fazer mal, e aos vossos súditos". Lembraram-lhe como tinha ido a Crécy e Calais "em grande comitiva, com grandes custos e grandes despesas" (os oradores e escritores do século XIV tinham o gosto das afirmações dobradas) "e como fostes vergonhosamente tratado e vilmente mandado de volta, e fostes obrigado a conceder todos os tipos de tréguas mesmo com o inimigo dentro de vosso reino. [...] E devido a esses conselheiros fostes desonrado". Depois dessa censura, os Estados, reconhecendo as necessidades da defesa, prometiam subsídios, mas em termos bastante indefinidos.

Enquanto sitiava Calais, Eduardo ainda esperava cimentar uma aliança com Flandres através do casamento de sua filha com o jovem conde Luís de Male. A morte, em Crécy, do pai do rapaz, o conde Luís de Nevers, eliminou o principal obstáculo. Mas o jovem Luís, de 15 anos, "que tinha sido criado entre os nobres de França", não concordou, e "disse mesmo que não se casaria com aquela cujo pai tinha matado o seu, mesmo que lhe dessem metade de todo o reino da Inglaterra". Quando os flamengos viram que seu senhor era "demasiado francês e mal aconselhado", colocaram-no numa "prisão amena" até que concordasse em aceitar o que queriam. A situação o aborrecia muito, e ele, depois de vários meses, prometeu o que lhe exigiam. Libertado, pôde caçar com falcões às margens do rio, mas vigiado de perto, para que não fugisse furtivamente, "de modo que não podia mijar sem que eles soubessem". Com esse tratamento, acabou concordando em casar-se.

Em princípios de março de 1347, o rei e a rainha da Inglaterra, com sua filha Isabel, chegaram a Flandres procedentes de Calais. O noivado foi celebrado com grande solenidade, o contrato de casamento foi preparado, o dia da boda fixado para a primeira semana de abril e presentes generosos foram preparados pelos régios pais.³⁵ Luís continuou a caçar diariamente, junto ao rio, fingindo-se muito satisfeito com o casamento; com isso os flamengos relaxaram a vigilância. Mas julgaram mal a aparência de seu senhor, "pois sua coragem interior era toda francesa".

Na semana em que o casamento se deveria realizar, ele foi caçar, como de costume, com seu falcão. Lançando o falcão atrás de uma garça, com o grito de "Hoie! Hoie!", seguiu o vôo da ave até uma certa distância, quando então "enfiou as esporas no cavalo e partiu a galope", só parando ao atravessar a fronteira da França, onde se juntou ao rei Filipe contando-lhe como, com "grande esperteza", tinha fugido ao casamento inglês. O rei ficou radiante e promoveu logo o casamento de Luís com Margarida de Brabante, filha do duque de Brabante, vizinho de Flandres ao leste, estreitamente aliado à França. O insulto à coroa inglesa foi sério,

e sem dúvida ainda mais sério para a noiva de 15 anos. Seus sentimentos não devem ter sido consolados por uma canção escrita em seu nome e, segundo Jean de Venette, cantada por toda França, com o estribilho, "*J'ay failli à celui à qui je estoie donnée par amour*" (Perdi aquele a quem fui dada como amor). Quatro anos depois ela vingou-se num noivo diferente, desprezando-o quase que à porta da igreja. Seja por esses noivados frustrados ou por seu caráter notoriamente caprichoso, Isabel da Inglaterra ainda era solteira quando conheceu Enguerrand de Coucy VII, 13 anos depois.

A tomada de Calais, poucos meses após o fiasco matrimonial flamengo, foi o único resultado importante da campanha. Filipe tinha reunido uma força para ajudar a cidade e partiu rumo a ela, mas, devido às dificuldades financeiras e às baixas depois de Crécy, recuou sem lutar. Esperando a ajuda que nunca chegaria e isolada das fontes de alimentos, a população de Calais resistiu até que, obrigada a comer ratos e camundongos, e até mesmo excrementos, rendeu-se.³⁶ Seu capitão, Jean de Vienne, que tinha sido ferido recentemente, saiu pelas portas da cidade com a cabeça descoberta e segurando a espada pela lâmina como mostra de submissão, para entregar as chaves de Calais aos ingleses. Caminhando atrás dele, descalços e em camisa, iam os três mais ricos burgueses da cidade, com cordas ao pescoço para simbolizar o direito que tinham os vencedores de enforcá-los, se quisessem. Ante aquela cena sombria, acompanhada pelos desolados sobreviventes com fundas olheiras, nasceu uma causa francesa: recuperar Calais.

Exasperado pela prolongada resistência que, contrariando hábitos medievais, o arrastara a um sítio de inverno, Eduardo estava muito irritado e teria enforcado os seis burgueses se não fosse o pedido de misericórdia da rainha Filipa. O demorado esforço exigido pelo cerco, de agosto de 1346 a agosto de 1347, tinha amargurado as tropas e exaurido seus recursos. Provisões, cavalos, armas e reforços tiveram de ser trazidos da Inglaterra, onde as requisições de cereais e gado provocaram dificuldades, e a necessária mobilização de navios arruinou o comércio, reduzindo as receitas do imposto sobre exportação de lã. Calcula-se que cerca de 32 mil combatentes, mais as tripulações dos navios e todas as tropas de apoio necessárias ao cerco, perfazendo um total de sessenta mil a oitenta mil homens, foram empregados durante a campanha Crécy-Calais.³⁷ O esforço chegara aos seus limites e Eduardo não tinha condições de prosseguir, depois daquela vitória. Sua nova base na França não teve nenhum resultado prático, a não ser a aceitação de uma trégua até abril de 1351.

Se as partes beligerantes pudessem fazer julgamentos comedidos durante uma guerra, o que raramente acontece, os dez anos iniciais da luta entre ingleses e franceses teriam mostrado aos primeiros que seus triunfos não levavam a nada: obter uma esmagadora vitória naval, uma esmagadora vitória campal e uma base permanente no litoral eram feitos que estavam ainda muito longe da conquista da França ou de sua coroa. Mas o gosto do saque, as excelentes mercadorias e os opulentos resgates que chegavam à Inglaterra, mais a glória e o renome de Crécy gritados pelos arautos nas praças excitaram o sangue inglês. Por sua vez, os franceses não se

dispunham a parar enquanto não realizassem seu objetivo, transformado em refrão pelo poeta Eustache Deschamps quarenta anos depois: "Nada de paz enquanto não devolverem Calais." Crécy e Calais garantiriam o prosseguimento da guerra — mas ainda não naquele momento, pois a Europa estava, em 1347, à beira da mais mortífera catástrofe registrada pela história.

“É o fim do mundo”: A Peste Negra

EM OUTUBRO DE 1347, dois meses após a queda de Calais, navios mercantes genoveses chegaram ao porto de Messina, na Sicília, com homens mortos e agonizantes nos remos. Vinham do porto de Caffa (hoje Feodosia) no mar Negro, na Criméia, onde os genoveses tinham um posto de comércio, ou feitoria. Os marinheiros doentes tinham estranhas inchações escuras, do tamanho de um ovo ou uma maçã, nas axilas e virilhas, que purgavam pus e sangue e eram acompanhadas de bolhas e manchas negras por todo o corpo, provocadas por hemorragias internas. Sentiam muitas dores e morriam rapidamente cinco dias depois dos primeiros sintomas. Com a disseminação da doença, outros sintomas, como febre constante e escarro sangrento, surgiram em lugar das inchações ou bubões. As vítimas tossiam, suavam muito e morriam ainda mais depressa, dentro de três dias ou menos, por vezes em 24 horas. Nos dois casos, tudo o que saía do corpo — hálito, suor, sangue dos bubões e pulmões, urina sanguinolenta e excrementos enegrecidos pelo sangue — cheirava mal. A depressão e o desespero acompanhavam os sintomas físicos e “a morte se estampava no rosto”.¹

Essa doença era a peste bubônica, que se apresentava em duas formas: uma que atingia a corrente sangüínea, provocando ínguas e hemorragia interna, e que se disseminava pelo contato; e uma segunda forma, mais virulenta, pneumônica, que atingia os pulmões e era disseminada pela infecção respiratória. A presença das duas ao mesmo tempo provocou uma alta mortalidade e rapidez do contágio. Tão mortal era a enfermidade que se conheceram casos de pessoas irem dormir bem e morrerem antes de acordar, assim como de médicos contraindo a doença junto a um doente e morrendo à frente dele. Tão rápido era o contágio que para um médico francês, Simão de Covino, era como se uma pessoa enferma “pudesse contagiar todo o mundo”.² A violência da peste parecia ainda mais terrível porque suas vítimas não conheciam prevenção nem remédio.

O sofrimento físico da doença e seu aspecto maligno foram expressos num estranho lamento galês que via “a morte chegar entre nós como negra fumaça, uma peste que ceifa os jovens, um fantasma sem raízes que não tem pena da beleza. Ai de mim, um caroço nas axilas! Lateja, terrível [...] uma cabeça que dói e provoca gritos [...] uma saliência dolorosa e irritada [...] Grande é o ardor como uma cinza candente [...] uma coisa atroz de cor acinzentada”. Sua erupção é feia como “as sementes de ervilhas negras, fragmentos de carvão de pedra [...] os primeiros ornamentos da peste negra, cinzas das cascas da nigela dos trigos, uma praga negra como as negras moedas de meio pence, como favas...”.³

Notícias vagas de uma peste terrível que teria começado na China, difundindo-se em seguida pela Tartária (Ásia central) até a Índia e Pérsia, Mesopotâmia, Síria, Egito e toda a Ásia Menor, tinham chegado à Europa em 1346. Falavam de uma mortandade tão devastadora que toda a Índia teria sido despovoada, territórios inteiros cobertos de cadáveres, outras áreas sem qualquer vida ativa. Segundo o cálculo do papa Clemente VI em Avignon, o total de mortos anotados chegava a 23.840.000. Na ausência de uma noção de contágio, nenhum alarme surgiu na Europa até que os navios mercantis trouxeram sua sinistra carga de peste para Messina, enquanto outros navios contaminados, procedentes do Levante, a levavam para Gênova e Veneza.

Em janeiro de 1348, a peste tinha chegado à França, via Marselha, e ao Norte da África, via Túnis. Levada pelo litoral e pelos rios navegáveis, espalhou-se para oeste a partir de Marselha, pelos portos do Languedoc até Espanha, e para o norte, subindo o Ródano, até Avignon, onde chegou em março. Alcançou Narbonne, Montpellier, Carcassonne e Toulouse entre fevereiro e maio, e ao mesmo tempo, na Itália, estendeu-se a Roma e Florença e seus arredores. Entre junho e agosto atingiu Bordéus, Lyon e Paris, chegou à Borgonha e Normandia, e desta última atravessou o canal da Mancha para o Sul da Inglaterra. No mesmo verão, cruzou os Alpes, partindo da Itália, foi para a Suíça e chegou até a Hungria, caminhando para leste.

A peste provocava mortandade numa área durante quatro a seis meses e depois decrescia, exceto nas grandes cidades, onde, deitando raízes numa população amontoadas, diminuía no inverno, reaparecendo na primavera, e continuava sua devastação por mais seis meses.

Em 1349, ela reapareceu em Paris, estendeu-se à Picardia, Flandres e Países Baixos, e da Inglaterra passou à Escócia e Irlanda, bem como à Noruega, onde um navio-fantasma com um carregamento de lã e uma tripulação morta vagou ao largo até encalhar perto de Bergen. Dali a doença passou para a Suécia, Dinamarca, Prússia, Islândia e chegou até a Groenlândia. Deixando um estranho bolsão de imunidade na Boêmia, e poupando a Rússia até 1351, ela havia percorrido a maior parte da Europa em meados de 1350. Embora a taxa de mortalidade fosse incerta, indo de um quinto da população em alguns lugares, até nove décimos ou eliminação total em outros, a estimativa geral dos demógrafos modernos fixou-se — para a área compreendida desde a Índia até a Islândia — em torno do mesmo número ex-

presso nas palavras casuais de Froissart: "Um terço do mundo morreu." Sua estimativa, a mais comum na época, não foi uma suposição apenas, mas sim tomada do número mencionado para a mortalidade da peste no Apocalipse de São João, guia favorito dos problemas humanos na Idade Média.

Um terço da Europa teria significado cerca de vinte milhões de mortos. Ninguém sabe na realidade quantos morreram. As informações contemporâneas eram fruto de uma impressão temerosa e não de uma contagem precisa. Na superlotada Avignon, pelo que se dizia, morriam quatrocentas pessoas por dia; sete mil casas, que ficaram vazias em consequência das mortes, foram fechadas; metade dos moradores da cidade morreu, pelo que se soube, inclusive nove cardeais, ou um terço do total, e setenta prelados menores. Vendo o desfile interminável de carroças com mortos, os cronistas exageraram mais do que habitualmente e colocaram o número de mortos de Avignon em 62 mil, ou mesmo 120 mil, embora a população total da cidade fosse provavelmente inferior a cinquenta mil almas.

Quando os cemitérios se encheram, os corpos em Avignon foram lançados ao rio Ródano, até que fossas de sepultamento em massa fossem abertas para nelas serem jogados os cadáveres. Em Londres, os corpos se empilhavam nessas fossas em camadas até que transbordavam. Todas as informações falam de mortes tão rápidas dos doentes que os vivos não tinham tempo de enterrá-los. Os cadáveres eram arrastados das casas e deixados frente às portas. A luz da manhã revelava novas pilhas de corpos. Em Florença os mortos foram recolhidos pela Compagnia della Misericordia — fundada em 1244 para cuidar de doentes —, cujos membros usavam mantos e capuzes vermelhos que lhes ocultavam o rosto, exceto os olhos. Quando seus esforços cessaram, os mortos apodreciam nas ruas durante dias. Sem caixões, os corpos eram colocados em tábuas, dois ou três juntos, para serem levados aos cemitérios e lançados em fossas comuns. As famílias jogavam seus parentes nessas fossas ou os queimavam tão apressada e superficialmente "que cães os retiravam e devoravam-lhes os corpos".⁴

Entre o acúmulo de corpos e o medo do contágio, as pessoas morriam sem os últimos sacramentos e eram enterradas sem orações, perspectiva que aterrorizava as horas finais dos doentes. Um bispo, na Inglaterra, deu permissão para que os leigos se confessassem mutuamente como faziam os apóstolos, "ou se nenhum homem estiver presente, até mesmo a uma mulher", e se fosse impossível encontrar um padre para dar a extrema-unção, "então a fé terá de bastar".⁵ Clemente VI julgou necessário perdoar os pecados de todos os que morressem de peste, tantos eram os que deixavam de ser atendidos pelos padres. "E os sinos não dobravam", escreve um cronista de Siena, "e ninguém chorava, qualquer que fosse a sua perda, porque quase todos esperavam a morte. [...] E as pessoas diziam, acreditando nisso: 'É o fim do mundo'".⁶

Em Paris, onde a peste durou todo o ano de 1349, a taxa de mortalidade era, ao que se dizia, de oitocentos por dia; em Pisa, quinhentos; em Viena, quinhentos ou seiscentos. O número total de mortos em Paris foi de cinquenta mil ou metade da população. Florença, enfraquecida pela fome de 1347, perdeu de três a quatro

quintos de seus cidadãos, Veneza dois terços, Hamburgo e Bremen, embora menores, cerca da mesma proporção. As cidades, como centros de transporte, tinham mais probabilidade de serem atingidas, embora a taxa de mortalidade fosse a mesma nas aldeias contaminadas. Em Givry, próspera cidadezinha da Borgonha, de 1.200 a 1.500 pessoas, o registro paroquial anotou 615 mortos no espaço de 14 semanas, em comparação com uma média de trinta por ano na década anterior.⁷ Nas aldeias do condado de Cambridge, os registros indicam uma taxa de letalidade de 47%, 57% e, num caso, 70%.⁸ Quando os últimos sobreviventes, em número insuficiente para manter a aldeia viva, eram levados dali, a povoação deserta voltava a ser mato e desaparecia totalmente do mapa, deixando apenas ruínas cobertas de ervas para mostrar que ali tinham vivido homens.

Em recintos fechados, como mosteiros e prisões, a infecção de uma pessoa geralmente significava a contaminação de todas, como aconteceu nos conventos franciscanos de Carcassonne e Marselha, onde morreram todos os internos, sem exceção. Dos 140 dominicanos de Montpellier apenas sete sobreviveram. O irmão de Petrarca, Gerardo, membro de um mosteiro cartuxo, enterrou o prior e 35 monges, um a um, por vezes três ao dia, até ficar sozinho com seu cachorro, quando então fugiu em busca de um abrigo.⁹ Vendo morrer todos os companheiros, os homens desses lugares não podiam deixar de perguntar se o estranho perigo que enchia o ar não tinha sido mandado para exterminar a raça humana. Em Kilkenny, Irlanda, o irmão John Clyn, dos Frades Menores, outro monge que ficou sozinho em meio aos mortos, manteve um diário do que aconteceu para que “as coisas que devem ser lembradas não pereçam com o tempo e desapareçam da memória dos que vierem depois de nós”. Achando que “todo o mundo, por assim dizer, está colocado sob as garras do Maligno” e esperando que a morte também o visitasse, escreveu: “Deixo pergaminho para a continuação deste trabalho, se por acaso algum homem sobreviver e alguém da raça de Adão escapar e continuar o trabalho que iniciei.”¹⁰ O irmão John, como anotou outra caligrafia, morreu da peste, mas escapou ao esquecimento.

As maiores cidades da Europa, com populações de cerca de cem mil habitantes, eram Paris e Florença, Veneza e Gênova. Na categoria seguinte, com mais de cinquenta mil, estavam Gand e Bruges em Flandres, Milão, Bolonha, Roma, Nápoles, Palermo e Colônia. Londres tinha pouco menos de cinquenta mil, sendo a única cidade da Inglaterra, exceto York, com mais de dez mil habitantes. No nível de vinte a cinquenta mil estavam Bordéus, Toulouse, Montpellier, Marselha e Lyon na França; Barcelona e Toledo na Espanha; Siena, Pisa e outras cidades secundárias na Itália; e as cidades mercantis hanseáticas do Império. A peste devastou-as todas, matando entre um terço e dois terços de seus habitantes. A Itália, com uma população de dez a 11 milhões, provavelmente sofreu os maiores danos. Depois das falências florentinas, da perda de colheitas e dos motins de trabalhadores de 1346-47, da revolta de Cola di Rienzi, que mergulhou Roma na anarquia, a peste foi o ponto culminante de sucessivas calamidades. Como se o mundo estivesse realmente nas garras do Maligno, seu aparecimento no continente europeu, em ja-

neiro de 1348, coincidiu com um terrível terremoto que deixou uma trilha de destruição de Nápoles até Veneza. Casas desabaram, torres de igreja caíram, cidades foram destruídas e a calamidade estendeu-se até a Alemanha e a Grécia. A reação emocional, amortecida pelos horrores, sofreu uma espécie de atrofia, exemplificada pelo cronista que escreveu: "E naqueles dias enterrava-se sem mágoa e casava-se sem amor."¹¹

Em Siena, onde mais da metade dos habitantes morreu de peste, foi abandonado o trabalho na grande catedral, planejada para ser a maior do mundo, e nunca mais foi retomado, devido à perda dos trabalhadores e mestres-de-obras, e "a melancolia e dor" dos sobreviventes. O incompleto transepto da catedral ainda permanece como testemunho da mortandade. Agnolo di Tura, cronista de Siena, registrou o medo de contágio que congelava qualquer outro instinto. "Pais abandonavam os filhos, mulheres deixavam os maridos, os irmãos se desconheciam", escreveu ele, "pois a peste parecia pegar pelo hálito e pela vista. E assim morriam. E não se encontrava ninguém para enterrar os mortos, por dinheiro ou amizade. [...] Eu, Agnolo di Tura, chamado o Gordo, enterrei meus cinco filhos com minhas próprias mãos, o mesmo fazendo muitos outros."¹²

Foram muitos os que fizeram eco ao seu relato de desumanidade, e poucos os que agiram de modo a compensá-lo, pois a peste não era um tipo de calamidade que inspirasse solidariedade. O fato de ser asquerosa e mortal não aproximava as pessoas num sofrimento mútuo, mas apenas aumentava seu desejo de escapar da mesma sorte. "Magistrados e notários recusavam-se a fazer os testamentos dos agonizantes", informou um frade franciscano de Piazza, na Sicília; e o que era pior, "até mesmo os padres não vão ouvir suas confissões".¹³ Um funcionário do arcebispado de Canterbury disse o mesmo dos padres ingleses, que "fugiam ao cuidado do seu rebanho com medo da morte".¹⁴ Casos de pais que abandonavam os filhos e filhos que deixavam os pais foram registrados por toda a Europa, da Escócia à Rússia.¹⁵ A calamidade gelava os corações dos homens, escreveu Boccaccio em sua famosa descrição da peste em Florença, que serve de introdução ao *Decameron*. "Os homens se evitavam [...] parentes se distanciavam, irmão era esquecido por irmão, muitas vezes o marido pela mulher; ah, e o que é pior e difícil de acreditar, pais e mães houve que abandonaram os filhos à sua sorte, sem cuidar deles e visitá-los, como se fossem estranhos." O exagero e o pessimismo literário eram comuns no século XIV, mas o médico do papa, Guy de Chauliac, era um observador sóbrio e cuidadoso, que relatou o mesmo fenômeno: "Os pais não visitavam os filhos, nem os filhos visitavam os pais. A caridade estava morta."¹⁶

Mas não de todo. Em Paris, segundo o cronista Jean de Venette, as freiras do hospital municipal, "sem medo da morte, cuidavam dos doentes com toda a doçura e humildade". Monjas novas substituíam repetidamente as que morriam, até que a maioria "muitas vezes renovada pela morte agora descansa em paz com Cristo, como podemos acreditar piamente".¹⁷

Quando a peste chegou ao Norte da França, em julho de 1348, instalou-se primeiro na Normandia e, contida pelo inverno, deu à Picardia uma enganosa tré-

gua até o verão seguinte. Como sinal de luto ou de advertência, bandeiras negras eram hasteadas nas torres das igrejas das aldeias mais atingidas da Normandia. “E naquele tempo”, escreveu um monge da abadia de Fourcarmont, “a mortalidade era tão grande entre o povo da Normandia que o povo da Picardia zombava deles”. A mesma reação pouco cordial observou-se entre os escoceses, separados dos ingleses pela imunidade proporcionada pelo inverno. Satisfeitos em saber que a doença estava dizimando os “sulistas”, eles reuniram forças para uma invasão, “rindo-se de seus inimigos”. Antes que pudessem agir, a selvagem mortalidade abateu-se sobre eles também, dispersando-se alguns com a morte e outros com o pânico, para disseminar a moléstia à medida que fugiam.¹⁸

Na Picardia, no verão de 1349, a peste penetrou no castelo de Coucy para matar a mãe de Enguerrand, Catarina, e seu novo marido.¹⁹ Se seu filho de nove anos escapou por sorte, ou talvez por estar vivendo em outro lugar com um de seus tutores, não se sabe. Em Amiens, que ficava próximo, os trabalhadores de curture, reagindo rapidamente às perdas em sua força de trabalho, combinaram exigir maiores salários.²⁰ Em outro lugar, os aldeões dançaram com tambores e trombetas, e quando lhes perguntaram a razão, responderam que, vendo seus vizinhos morrerem diariamente enquanto a aldeia permanecia imune, acreditavam serem capazes de impedir a entrada da peste “com a alegria que está em nós. É por isso que dançamos”.²¹ Mais ao norte, em Tournai, na fronteira de Flandres, Gilles li Muisis, abade de St. Martin, fez um dos mais vivos relatos da epidemia. Os sinos dobravam a finados dia e noite, disse ele, porque os sacristães estavam ansiosos para ganhar dinheiro enquanto pudessem. Tomada por esse som triste, a cidade tornou-se oprimida pelo medo, de modo que as autoridades proibiram o dobre funerário dos sinos e o uso de preto, limitando o comparecimento aos serviços fúnebres a duas pessoas. O silenciar do dobre de finados e das proclamações dos mortos foram ordenados na maioria das cidades. Siena impôs uma multa ao uso do luto por qualquer pessoa, exceto viúvas.

Fugir era o principal recurso dos que podiam. Os ricos fugiam para suas casas de campo, como os jovens patricios de Florença de que fala Boccaccio, que se instalaram num palácio no campo, “afastado das estradas por todos os lados”, com “poços de água fresca e adegas de vinhos raros”. Os pobres das cidades morriam em seus buracos, “e apenas o mau cheiro de seus corpos informavam aos vizinhos da sua morte”. O fato de serem os pobres mais duramente atingidos do que os ricos foi observado com clareza na época, tanto no norte como no sul. Um cronista escocês, John de Fordun, afirmou que a peste “ataca em especial os mais humildes e os plebeus — raramente os magnatas”.²² Simon de Covino, de Montpellier, fez a mesma observação. Atribuiu isso à miséria, à necessidade e às dificuldades que tornavam os pobres mais suscetíveis à doença, o que era metade da verdade.²³ Os contatos íntimos e a falta de condições sanitárias era a outra metade não conhecida. Observou-se também que os jovens morriam em maiores proporções do que os velhos; Simon de Covino comparou o desaparecimento da juventude ao fenecer das flores nos campos.²⁴

No interior, os camponeses caíam mortos nas estradas, em meio às plantações, em suas casas. Os sobreviventes, cada vez mais desamparados, afundavam na apatia, deixando o trigo maduro sem ceifar e o gado sem cuidar. Bois e burros, ovelhas e cabras, porcos e galinhas andavam à solta, e também eles, segundo informações locais, sucumbiam à peste. O carneiro inglês, produtor da preciosa lã, morria por todo o país. O cronista Henry Knighton, cônego da abadia de Leicester, informou que cinco mil tinham morrido apenas num campo, "seus corpos tão comidos pela peste que nem os animais, nem as aves, tocavam neles", e exalando um mau cheiro terrível.²⁵ Nos Alpes austríacos, os lobos desciam para espreitar as ovelhas e, em seguida, "como se alarmados por uma advertência invisível, voltavam as costas e fugiam de novo para as matas". Na remota fronteira dalmata, os lobos desceram sobre uma cidade dizimada pela peste e atacaram os sobreviventes.²⁶ Por falta de pastores, o gado vagava de um lugar para outro e morria junto das sebes de arbustos e nas valas. Cães e gatos sucumbiam como os outros animais.²⁷

A escassez de mão-de-obra encerrava uma perspectiva sombria, porque o século XIV vivia praticamente da colheita anual, tanto para sua alimentação como para o plantio da próxima safra. "Tão poucos foram os servos e trabalhadores que restaram", escreveu Knighton, "que ninguém sabe onde buscar ajuda". O sentimento da falta de futuro criava uma espécie de demência do desespero. Um cronista bávaro de Neuberg-sobre-o-Danúbio registrou que "Homens e mulheres [...] andavam sem rumo como se estivessem loucos" e deixavam o gado perder-se "porque ninguém tinha vontade de ocupar-se com o futuro".²⁸ Os campos não eram mais cultivados, as sementes da primavera não eram semeadas. O mato voltava a crescer, com a espantosa energia da natureza, na terra já cultivada; os diques desmoronavam, a água salgada invadia e arruinava as terras baixas. Com tão poucas mãos ainda disponíveis para restaurar o trabalho de séculos, as pessoas achavam, nas palavras de Walsingham, que "o mundo jamais poderia recuperar sua antiga prosperidade".²⁹

Embora a taxa de mortalidade fosse mais alta entre os pobres e anônimos, também os grandes e notáveis morriam. Alfonso XI de Castela foi o único monarca reinante a ser morto pela peste, mas seu vizinho, o rei Pedro de Aragão, perdeu a mulher, a rainha Leonora, a filha Maria e uma sobrinha, no espaço de seis meses. João Cantacuzeno, imperador de Bizâncio, perdeu o filho. Na França, a rainha coxa Joana e sua nora Bonne de Luxemburgo, mulher do delfim, morreram em 1349, na mesma fase que levou a mãe de Enguerrand. Joana, rainha de Navarra, filha de Luís X, foi outra vítima. A segunda filha de Eduardo III, Joana, que estava em viagem para casar-se com Pedro, o herdeiro de Castela, morreu em Bordéus. As mulheres parecem ter sido mais vulneráveis do que os homens, talvez porque permanecendo mais tempo em casa fossem mais picadas pelas pulgas. A amante de Boccaccio, Fiammetta, filha ilegítima do rei de Nápoles, morreu, bem como Laura, a bem-amada — real ou fictícia — de Petrarca. Voltando-se para nós, no futuro, Petrarca exclamou: "Oh, feliz posteridade, que não sofrerá esse mal abismal e verá nosso testemunho como uma fábula."³⁰

Em Florença, Giovanni Villani, o grande historiador da época, morreu aos 68 anos em meio de uma frase não terminada: "... e dure questo pistolenza fino a..." (no meio dessa peste chegou ao fim...).³¹ Os mestres pintores de Siena, os irmãos Ambrogio e Pietro Lorenzetti, cujos nomes não aparecem mais depois de 1348, presumivelmente morreram de peste, como Andreas Pisano, arquiteto e escultor de Florença. Guilherme de Ockham e o místico inglês Ricardo Rolle, de Hampole, deixam de ser mencionados depois de 1349. Francisco Datini, comerciante de Prato, perdeu os pais e dois irmãos. Estranhas ondas de mortalidade atingiram certas categorias de comerciantes em Londres. Todos os oito diretores da guilda dos alfaiates, todos os seis diretores dos chapeleiros, e quatro dos ourives morreram antes de julho de 1350. Sir John Pulteney, comerciante de tecidos e quatro vezes prefeito de Londres, foi vítima, como também sir John Montgomery, governador de Calais.

Entre o clero e os médicos a mortalidade foi, naturalmente, alta, devido à natureza dessas profissões. Dos 24 médicos em Veneza, vinte teriam perdido a vida com a peste, embora, de acordo com outra versão, alguns tivessem fugido ou se fechado em suas casas.³² Em Montpellier, sede da principal escola de medicina medieval, o médico Simon de Covino informava que, apesar do grande número de médicos, "quase nenhum deles escapou".³³ Em Avignon, Guy de Chauliac confessava que só realizava suas visitas médicas porque não ousava abster-se delas, com medo da infâmia, mas "eu estava sempre com medo". Ele afirmava ter contraído a doença, mas se curara com um tratamento pessoal; se é verdade, foi dos poucos que se recuperaram.³⁴

A mortalidade entre os padres variava com a sua posição na hierarquia. Embora a taxa de mortalidade de um terço entre os cardeais reflita a mesma proporção do total, isso se deve provavelmente à sua concentração em Avignon. Na Inglaterra, numa procissão estranha e quase sinistra, o arcebispo de Canterbury, John Stratford, morreu em agosto de 1348; seu sucessor nomeado faleceu em maio de 1349 e o arcebispo seguinte três meses depois, todos eles no prazo de um ano. Apesar dessas estranhas coincidências, os prelados em geral conseguiram uma maior taxa de sobrevivência do que o clero menor. Entre os bispos, as mortes foram calculadas em um em cada vinte. A perda de padres, mesmo que muitos tivessem evitado o perigoso dever de atender aos agonizantes, foi aproximadamente a mesma da população como um todo.

Os funcionários do governo, cujas perdas contribuíram para o caos geral, não tiveram nenhuma proteção especial. Em Siena, quatro dos nove membros da oligarquia governamental morreram, na França um terço dos notários reais, em Bristol 15 dos 52 membros do Conselho Municipal, ou quase um terço. A coleta de impostos evidentemente foi prejudicada; no inverno de 1347-48, Filipe VI não conseguiu recolher senão uma fração dos subsídios que lhe foram concedidos pelos Estados.

A ilegalidade e o deboche acompanharam a peste, como aconteceu com a grande peste de Atenas de 430 a.C., em que, segundo Tucídides, os homens se

tornaram ousados na busca do prazer: "Pois vindo como os ricos morriam num momento e os que nada tinham de imediato herdavam a sua propriedade, refletiram que a vida e as riquezas eram igualmente transitórias, e resolveram divertir-se enquanto isso era possível."³⁵ O comportamento humano é intemporal. Quando são João teve sua visão da peste no Apocalipse, sabia pela experiência, ou pela memória racial, que os sobreviventes "não se arrependiam do que faziam [...] Nem se arrependiam dos seus assassinatos, nem de suas feitiçarias, nem de sua fornicção, nem de seus roubos"

A ignorância da causa aumentava o sentimento de horror. O século XIV não tinha a menor desconfiança quanto aos verdadeiros transmissores da doença, ratos e pulgas, talvez por lhe serem tão familiares. As pulgas, embora constituíssem um aborrecimento doméstico comum, não são mencionadas uma vez sequer nos escritos contemporâneos sobre a peste, e os ratos o são apenas incidentalmente, embora o folclore os associasse, em geral, com a peste. A lenda de Pied Piper nasceu de um surto da moléstia em 1248. O bacilo real da peste, *Pasturella pestis*, só seria descoberto quinhentos anos mais tarde. Vivendo alternadamente no estômago da pulga e na corrente sangüínea do rato que era hospedeiro da pulga, o bacilo, em sua forma bubônica, era transferido para os seres humanos e os animais pela mordida do rato ou pela picada da pulga. Ele se disseminava em virtude do *Rattus rattus*, o pequeno rato preto medieval que vivia nos navios, bem como pelo rato castanho, ou rato de esgoto, mais graúdo. O que precipitou a passagem do bacilo da forma inócua para a virulenta não se sabe, mas a ocorrência, segundo se acredita hoje, teria sido não na China, mas em algum lugar da Ásia central, e se teria espalhado ao longo das rotas das caravanas. A origem chinesa era uma idéia errônea do século XIV, baseada em notícias reais, mas muito atrasadas, de grande mortandade na China, provocada pela seca, fome e peste, e que hoje é localizada na década de 1330,³⁶ cedo demais para ser responsável pela peste surgida na Índia em 1346.

O inimigo fantasmagórico não tinha nome. Chamado de Peste Negra apenas em ocorrências mais recentes, foi conhecido durante a primeira epidemia simplesmente como a Peste, ou a Grande Mortalidade. Notícias do Oriente, exageradas pela imaginação temerosa, falavam de estranhas tempestades e "lâminas de fogo" misturadas com enormes chuvas de granizo que "mataram quase todos", ou uma "enorme chuva de fogo" que queimou homens, animais, pedras, árvores, aldeias e cidades. Numa outra versão, "pés-de-vento malignos", vindos dos incêndios levaram a infecção à Europa, "e agora, como suspeitam alguns, voltou ao litoral."³⁷ A observação cuidadosa, nesse caso, não poderia ter saltado mentalmente e chegado aos navios e ratos porque não havia nenhuma idéia do contágio transmitido por animais ou inseto.

O terremoto foi responsabilizado pela liberação de exalações sulfurosas e malignas do interior da terra, ou como prova de uma luta titânica entre planetas e

oceanos, fazendo com que as águas subissem e se transformassem em vapor até que os peixes morressem em massa e poluissem o ar. Todas essas explicações tinham o fator comum do ar envenenado, de miasmas e névoas pesadas e pegajosas, atribuídas a todos os tipos de agentes naturais ou imaginários, desde lagos estagnados à conjunção negativa dos planetas, desde a mão do Maligno até a ira de Deus. O pensamento médico, preso à teoria das influências astrais, ressaltava o ar como o meio de transmissão da doença, desconhecendo as condições sanitárias ou os portadores de bacilos visíveis. A existência de dois destes portadores confundia ainda mais as coisas, sobretudo porque a pulga podia viver e movimentar-se independentemente do rato durante um mês e, se contaminada pela forma particularmente virulenta e septicêmica do bacilo, podia contagiar o ser humano sem reinfectar-se do rato. A presença simultânea da forma respiratória da moléstia, que realmente se propagava pelo ar, confundia ainda mais o problema.

O mistério do contágio era "o mais terrível de todos os terrores", como um clérigo flamengo anônimo escreveu, de Avignon, para um correspondente em Bruges.³⁸ As pestes eram conhecidas, desde a de Atenas (que se supõe ter sido o tifo) até a prolongada epidemia do século VI da nossa era e o reaparecimento de surtos esporádicos nos séculos XII e XIII, mas essas manifestações não tinham acumulado conhecimentos sobre a doença. Que a infecção vinha do contato com o doente ou com sua casa, roupas ou com cadáveres observou-se logo, mas não se entendeu por quê. Gentile da Foligno, renomado médico de Perúgia, formado pelas universidades de Bolonha e Pádua, aproximou-se da infecção respiratória quando levantou a hipótese de que o material venenoso era "comunicado por meio do ar inspirado e expirado".³⁹ Não tendo idéia de veículos microscópicos, tinha de supor que o ar estava contaminado pelas influências planetárias. Os planetas, porém, não podiam explicar o contágio que se processava. A desesperada busca de uma resposta deu origem a teorias como a transferência pela vista. As pessoas adoeciam, escreveu Guy de Chauliac, não só permanecendo junto do doente, mas "até mesmo olhando para ele". Trezentos anos depois Joshua Barnes, o biógrafo de Eduardo III no século XVII, escrevia que o poder da infecção tinha penetrado em raios de luz e "lançado a morte pelos olhos".

Os médicos que lutavam com os fatos não podiam afastar-se dos termos da astrologia, pois julgavam que toda a fisiologia humana estava ligada a ela. A medicina, talvez devido às suas ligações com os árabes, foi um dos aspectos da vida medieval não condicionado pela doutrina cristã. Os clérigos detestavam a astrologia, mas não podiam acabar com a sua influência. Guy de Chauliac, médico de três papas sucessivamente, clinicava obedecendo ao Zodíaco. Embora a sua *Cirurgia* fosse o maior tratado da época sobre o assunto, embora ele compreendesse o uso da anestesia feita com suco de ópio, da mandrágora ou da cicuta, mesmo assim receitava purgativos e sangrias segundo a posição dos planetas, e separava as doenças crônicas das agudas colocando umas sob o império do Sol, e outras, da Lua.

Em outubro de 1348, Filipe VI pediu à faculdade de medicina da Universidade de Paris um relatório sobre a moléstia que parecia ameaçar a sobrevivência da hu-

manidade. Com cuidadosas tese, antítese e provas, os doutores a atribuíram a uma tríplice conjunção de Saturno, Júpiter e Marte no 40º grau de Aquário, que teria ocorrido a 20 de março de 1345. Reconheciam, porém, a existência de efeitos “cu-
jas causas estão ocultas até mesmo dos intelectos mais altamente formados”.⁴⁰ O veredicto dos mestres de Paris passou a ser a versão oficial. Reproduzido, copiado pelos escribas, levado para o exterior, traduzido do latim para as várias línguas vernáculas, foi aceito em toda parte, até mesmo pelos médicos árabes de Córdoba e Granada, como a resposta científica, e até mesmo popular. Devido ao extraordinário interesse do assunto, as traduções dos livretos sobre a peste estimularam o uso das línguas nacionais. Sob esse aspecto, a morte estimulou a vida.

Para o povo em geral só podia haver uma explicação — a ira de Deus. Os planetas podiam satisfazer os doutores eruditos, mas Deus estava mais próximo do homem comum. Um flagelo tão abrangente e impiedoso, sem qualquer causa visível, só podia ser considerado como um castigo divino à humanidade pelos seus pecados. Podia até mesmo ser a decepção final de Deus com a sua criatura. Matteo Villani comparou a peste ao Dilúvio, em seu objetivo final, e acreditava estar registrando “o extermínio da humanidade”.⁴¹ As tentativas de apaziguar a ira divina tomaram muitas formas, como aconteceu quando a cidade de Ruão mandou que tudo o que pudesse irritar a Deus, como jogo, blasfêmias e bebidas, fosse suspenso.⁴² Mais comuns eram as procissões de penitentes, autorizadas a princípio pelo papa, algumas com duração de até três dias, outras com mais de duas mil pessoas, que acompanhavam a praga por toda parte e ajudavam a espalhá-la.

Descalços e vestidos com sacos, sujos de cinzas, chorando, rezando, arrancando os cabelos, levando velas e relíquias, por vezes com cordas em volta do pescoço, ou castigando-se com chicotes, os penitentes passavam pelas ruas implorando a misericórdia da Virgem e dos santos em seus santuários. Numa ilustração muito realista para as *Tres riches heures* do duque de Berry, vê-se o papa numa procissão de penitentes cercado de quatro cardeais, vestindo vermelho do chapéu até a barra da batina. Ele ergue os braços suplicando ao anjo no alto do castelo de Sant’Angelo, enquanto padres de batinas brancas, segurando bandeiras e relíquias em caixas de ouro, voltam-se para olhar enquanto um deles, atacado pela peste, cai ao chão, o rosto contorcido pela aflição. Ao fundo, um monge vestido de cinzento cai ao lado de outra vítima já no chão, enquanto os moradores da cidade olham aterrorizados. (Nominalmente, a ilustração representa uma peste do século VI, na época do papa Gregório, o Grande, mas, como os artistas medievais não faziam distinção entre o passado e o presente, a cena é mostrada como se o artista a tivesse visto no século XIV.) Quando tornou-se evidente que essas procissões eram fontes de infecção, Clemente VI teve de proibi-las.

Em Messina, onde a peste apareceu inicialmente, o povo implorou ao arcebispo da vizinha Catânia que lhe emprestasse as relíquias de santa Ágata. Quando os ca-

tanianos se recusaram a deixar que as relíquias saíssem da cidade, o arcebispo as mergulhou em água benta e levou a água, pessoalmente, a Messina, onde a exibiu numa procissão com orações e litanias pelas ruas. O demoníaco, que dividia o cosmos medieval com Deus, surgiu como “demônios na forma de cães” para aterrorizar o povo. “Um cão negro, com uma espada nas patas, surgiu entre eles, rangendo os dentes e avançando sobre eles, e quebrando todos os vasos de prata e lâmpadas e castiçais, sobre os altares, e lançando-se para cá e para lá. [...] O povo de Messina, aterrorizado com a visão prodigiosa, foi estranhamente dominado pelo medo.”⁴³

A evidente ausência de uma causa terrena dava à peste uma qualidade sobrenatural e sinistra. Os escandinavos acreditavam que uma Donzela da Peste surgia da boca dos mortos, na forma de uma chama azul, e voava pelo ar para contaminar a casa seguinte. Na Lituânia dizia-se que a Donzela sacudia um lenço vermelho pela porta ou pela janela, para introduzir a peste. Um homem corajoso, de acordo com a lenda, esperou deliberadamente junto de sua janela aberta, com uma espada desembainhada e, quando o lenço flutuou, cortou a mão. Morreu por isso, mas sua aldeia foi poupada, e o lenço, preservado por muito tempo como uma relíquia na igreja local.⁴⁴

Além dos demônios e da superstição estava a autoridade última de Deus. O papa reconheceu-o numa bula de setembro de 1348, ao falar da “peste com a qual Deus está afligindo o povo cristão”. Para o imperador João Cantacuzeno, era evidente que uma enfermidade com tais horrores, maus cheiros e agonias, e especialmente uma enfermidade que provocava o terrível desespero das vítimas antes de sua morte, não era uma peste “natural” à humanidade, mas um “castigo do Céu”.⁴⁵ Para Piers Plowman, “essas pestes eram simplesmente devidas ao pecado”.⁴⁶

A aceitação generalizada dessa opinião criou um sentimento maior de culpa, pois, se a peste era um castigo, deveria ter sido provocada por um pecado terrível. Que pecados pesavam na consciência do século XIV? Principalmente a cobiça, seguida da usura, mundanismo, adultério, blasfêmia, falsidade, luxúria, impiedade. Giovanni Villani, procurando explicar a série de calamidades que tinha caído sobre Florença, concluiu que era consequência dos pecados da avareza e da usura, que oprimiam os pobres. Piedade e irritação ante a condição dos pobres, especialmente o sofrimento do campesinato com a guerra, eram com frequência expressas pelos autores da época e estavam com certeza na consciência do século. A base de tudo isso eram as condições da vida cotidiana medieval, na qual dificilmente qualquer ato ou pensamento, sexual, mercantil ou militar, não contrariava os ditames da Igreja. A simples inobservância do jejum ou a ausência à missa eram pecados. O resultado era um lago subterrâneo de culpas na alma, agora liberado pela peste.

Que a mortalidade foi aceita como castigo de Deus é o que explica, em parte, a ausência de comentários logo depois da Peste Negra. Um investigador observou que nos arquivos do Perigord as referências à guerra eram numerosas, mas à peste, poucas. Froissart menciona a grande mortandade apenas uma vez, Chaucer mal alude a ela. Um furor divino tão grande que chegou a pretender a extinção do homem não suportava um exame mais minucioso.

Os esforços para enfrentar a epidemia de pouco valeram, seja no tratamento ou na prevenção da doença. Impotentes para curar a peste, o objetivo principal dos médicos era mantê-la a distância, principalmente queimando substâncias aromáticas para purificar o ar. O chefe da cristandade, papa Clemente VI, teve sua saúde preservada por esse método, embora por uma razão não conhecida na época: seu médico, Guy de Chauliac, mandou que duas grandes lareiras permanecessem acesas nos aposentos papais e exigiu que Clemente ficasse sentado entre elas, em pleno verão de Avignon. Esse tratamento drástico teve resultados, sem dúvida porque espantou as pulgas, e também porque Chauliac manteve o papa isolado em seu apartamento, cujos belos murais de jardins, caçadas e outras alegrias seculares, pintados por ordem de Clemente, talvez lhe tivessem servido de distração. Papa de esplendor pródigo e "vícios sensuais",⁴⁷ Clemente era também homem de grande cultura e patrono das artes e ciências, que estimulou as autópsias dos mortos "para que as origens dessa doença sejam conhecidas". Muitas autópsias foram realizadas em Avignon e Florença, onde as autoridades municipais pagavam pelos cadáveres entregues aos médicos com tal finalidade.

Os remédios dos médicos no século XIV iam do empírico e sensato até o mágico, havendo poucas distinções entre uns e outros. Embora a Igreja proibisse à medicina a investigação da anatomia e fisiologia, e a autópsia dos corpos, a anatomia clássica de Galeno, conhecida através dos tratados árabes, mantinha viva essa matéria, em aulas privadas. A necessidade de conhecimento era capaz, por vezes, de desafiar a Igreja: em 1340, Montpellier autorizou uma aula de anatomia a cada dois anos, que durava vários dias e consistia da dissecação de um cadáver, enquanto um doutor em medicina falava.

Quanto ao resto, a teoria dos humores juntamente com a astrologia governavam a prática. Todos os temperamentos humanos pertenciam a um ou outro dos quatro humores: sanguíneo, flegmático, colérico e melancólico. Em várias combinações com os signos do Zodíaco, que governavam partes específicas do corpo, os humores e constelações determinavam os graus de calor e umidade do corpo, e a proporção da masculinidade e feminilidade de cada pessoa.

Apesar de todas as suas cartas e estrelas, e de medicamentos muito parecidos com poções mágicas, os médicos davam grande atenção à dieta, à saúde física e à atitude mental. Não lhes faltavam também conhecimentos práticos.⁴⁸ Podiam tratar ossos partidos, extrair dentes, remover cálculos da bexiga, retirar cataratas dos olhos com uma agulha de prata,⁴⁹ e restaurar um rosto mutilado com transplantes de pele do braço.⁵⁰ Consideravam a epilepsia e a apoplexia como espasmos do cérebro. Usavam a análise da urina e a contagem das pulsações para diagnósticos, conheciam as substâncias que serviam de laxativos e diuréticos, aplicavam uma funda nas hérnias, uma mistura de óleo, vinagre e enxofre para a dor de dentes, e raiz de peônia socada com óleo de rosas para dores de cabeça.

Para doenças que escapavam ao seu conhecimento, voltavam a recorrer ao sobrenatural, ou à composição complicada com substâncias metálicas, botânicas e animais. O que era repugnante, bem como o que era caro, tinha um valor maior. A

solitária era tratada lavando-se o couro cabeludo com a urina de um menino, a gota, com um emplastro de excremento de bode misturado com rosmaninho e mel. O objetivo era proporcionar alívio ao paciente, enquanto a cura era entregue a Deus, e tal objetivo era freqüentemente perseguido pela sugestão psicológica. Para evitar marcas, o doente de varíola era envolto num pano vermelho e permanecia deitado numa cama com cortinas vermelhas. Quando o tratamento não surtia efeito, recorriam à ajuda da Virgem ou às relíquias dos santos.

Com suas roupas roxas ou vermelhas e seus capuzes adornados de peles, os médicos eram pessoas importantes. As leis sobre o luxo permitiam-lhes algumas regalias, e eles usavam cintos com fios de prata, luvas bordadas e, segundo o irritado comentário de Petrarca, tinham a presunção de usar esporas douradas quando montavam a cavalo para fazer suas visitas, acompanhados de um criado. Suas mulheres podiam gastar em roupas mais do que as outras, talvez como reconhecimento dos grandes honorários que eles cobram. Nem todos eram professores cultos. O doutor Simon de Boccaccio era um proctologista que tinha um penico pintado na porta para indicar sua especialidade.

Quanto à peste, os doentes eram tratados com várias medidas destinadas a extrair o veneno ou a infecção do corpo: sangria, purga com laxantes ou enemas, lançamento ou cauterização dos bubões, ou aplicação de emplastros quentes. Nada disso tinha utilidade. Os remédios variavam de pílulas de galhos de gamos triturados ou mirra e açafrão, até poções de ouro. Compostos feitos com especiarias raras e pérolas ou esmeraldas trituradas eram receitados, talvez na suposição, não desconhecida da medicina moderna, de que o paciente estima o valor terapêutico do remédio pelo seu custo.

Os médicos aconselhavam que o chão fosse varrido e salpicado d'água; as mãos, boca e narinas deveriam ser lavadas com vinagre e águas de rosas. Eram recomendadas dietas leves, abstinência de excitação e irritação particularmente na hora de deitar-se, exercícios moderados e a maior distância possível de pântanos e outras fontes de ar viciado. Sachês de componentes exóticos deviam ser levados ao sair à rua, provavelmente mais como antídoto aos odores da peste do que ao seu contágio. Inversamente, com a curiosa crença de que os zeladores das latrinas estavam imunizados, muitas pessoas visitavam esses estabelecimentos públicos, supondo eficazes seus maus odores.

Os esgotos não eram desconhecidos no século XIV, embora estivessem longe de ser adequados.⁵¹ Havia privadas, fossas, canos de drenagem e latrinas públicas, embora não substituíssem os esgotos abertos das ruas. Os castelos e as casas ricas na cidade tinham privadas abertas em vãos que se projetavam das paredes externas, com um buraco no fundo pelo qual os dejetos caíam num rio ou num poço, de onde eram posteriormente retirados. As habitações urbanas distantes dos rios tinham fossas no quintal, colocadas a distâncias predeterminadas em relação aos vizinhos. Embora em teoria tivessem de obedecer a certas regras municipais, tais fossas com freqüência se infiltravam em poços e outras fontes de água. Com exceção dos urinóis domésticos, o conteúdo das privadas não podia ser lançado nos esgotos

das ruas. A desobediência às determinações municipais era mais culpada pelas ruas imundas do que a tecnologia inadequada.

Algumas abadias e grandes castelos, inclusive Còucy, tinham construções à parte que serviam de latrinas para os monges ou a guarnição. A torre central de Coucy tinha latrinas em cada um de seus três andares. Os esgotos eram canalizados para depósitos feitos de pedra, com orifícios para ventilação e aberturas para a sua remoção, ou para escoamento em poços subterrâneos que muito tempo depois os investigadores de um período mais romântico tomaram por passagens secretas ou masmorras. Partindo do conceito de uma arquitetura "nobre", o século XV e séculos posteriores preferiram ignorar a eliminação dos dejetos humanos. Coucy provavelmente tinha melhores instalações sanitárias do que Versalhes.

Durante a peste, com a morte dos varredores de rua e carreteiros, as cidades tornaram-se ainda mais malcheirosas, aumentando a infecção. Os moradores de uma rua podiam se cotizar e alugar uma carroça para retirar o lixo, mas faltavam-lhes energia e vontade. O colapso da limpeza urbana é mencionado numa carta de Eduardo III ao prefeito de Londres em 1349, onde se queixava de que as ruas e becos da cidade estavam "sujos de fezes humanas e o ar envenenado, com grande perigo para os que passavam, especialmente nesta época de doença contagiosa". Distante como provavelmente estava da cena cotidiana de cadáveres que se amontoavam, o rei ordenava que as ruas fossem limpas "como antigamente".

Rigorosas medidas de quarentena foram tomadas por muitas cidades. Tão logo Pisa e Lucca foram atingidas, a vizinha Pistóia proibiu aos seus cidadãos que estivessem nessas cidades que retornassem, proibindo também a importação de lã e linho. O doge e o Conselho de Veneza ordenaram que as sepulturas na ilha tivessem pelo menos um metro e meio de profundidade e organizaram um serviço de barcas para transportar os cadáveres. A Polônia estabeleceu uma quarentena em suas fronteiras que lhe assegurou uma relativa imunidade. Medidas draconianas foram adotadas pelo déspota de Milão, o arcebispo Giovanni Visconti, chefe da mais audaciosa família governante do século XIV.⁵² Ele mandou que as três primeiras casas onde a peste se manifestou fossem muradas com seus ocupantes lá dentro, encerrando num túmulo comum os sãos, os doentes e os mortos. Se foi pela rapidez de sua ação, ou não, o fato é que Milão teve um reduzido número de mortos. Com um pouco do temperamento de Visconti, um senhor autocrata do condado de Leicester incendiou e arrasou a aldeia de Noseley quando a peste ali surgiu, para evitar que se estendesse à casa senhorial. E ao que parece teve êxito, pois seus descendentes diretos ainda moram em Noseley Hall.⁵³

São Roque, a quem se atribuem poderes curativos especiais, e que morreu em 1327, era o santo associado à peste. Herdou riquezas quando jovem, como são Francisco, que distribuiu aos pobres e aos hospitais. Ao retornar de uma peregrinação a Roma encontrou uma epidemia e parou para ajudar os doentes. Contraindo a doença, retirou-se para morrer sozinho na floresta, onde um cão lhe le-

vava pão todos os dias. “Naqueles tristes tempos”, diz sua lenda, “quando a realidade era tão sombria e os homens tão endurecidos, as pessoas atribuíam a piedade aos animais”.⁵⁴ São Roque curou-se e, ao surgir em andrajos como um mendigo, foi tomado por um espião e lançado numa masmorra, que ficou inundada por uma estranha luz na hora de sua morte. Quando sua história tornou-se conhecida e ele foi santificado, o povo passou a acreditar que Deus curaria da peste quem invocasse o nome de São Roque. Quando isso falhava, aumentava então a convicção de que os homens se tinham tornado tão maus que Deus pretendia acabar com eles. Como escreveu Langland,

Deus está surdo agora, não se digna ouvir-nos,
E rezas não têm o poder de a peste conter.⁵⁵

Numa inversão terrível, São Roque e outros santos passaram então a ser considerados como fonte da peste, instrumentos da ira de Deus. “Na época da grande mortalidade no ano de Nosso Senhor de 1348”, escreveu um professor de Direito chamado Bartolo de Sassoferrato, “a hostilidade de Deus era mais forte do que a hostilidade do homem”.⁵⁶ Mas estava errado.

† A hostilidade do homem voltou-se contra os judeus. Sob a acusação de que estavam envenenando os poços⁵⁷ com a intenção de “matar e destruir toda a cristandade e ter o domínio de todo o mundo”⁵⁸ os linchamentos começaram na primavera de 1348, logo depois das primeiras mortes com a peste. Os ataques iniciais ocorreram em Narbonne e Carcassonne, onde os judeus foram arrancados de suas casas e lançados em fogueiras. Embora o castigo divino fosse aceito como a causa da peste, os homens ainda buscavam, em sua miséria, um agente humano sobre o qual descarregar a hostilidade que não podiam voltar contra Deus. O judeu, como o eterno estrangeiro, era o alvo mais óbvio. Ele era o estranho que se tinha separado deliberadamente do mundo cristão, a quem os cristãos aprenderam a odiar durante séculos, considerado como dotado de incessante maldade contra todos os cristãos. Vivendo num grupo à parte, em ruas ou bairros exclusivos, era também o alvo mais evidente, com o atrativo adicional de possuir bens para serem saqueados.

A acusação de envenenamento das fontes é tão velha quanto na peste de Atenas, quando foi feita aos espartanos, e tão recente quanto na epidemia de 1320-21, ocasião em que os acusados foram os leprosos. Naquela época, acreditou-se que teriam agido por instigação dos judeus e do rei muçulmano de Granada, numa grande conspiração de párias para destruir os cristãos. Centenas foram caçados e queimados em toda França, em 1322, e os judeus sofreram pesados castigos que compreenderam uma multa oficial e ataques não-oficiais. Quando a peste manifestou-se, a acusação foi imediatamente revivida, agora contra os judeus:

... rios e fontes
Que eram claros e limpos
Eles envenenaram em muitos lugares...,⁵⁹

escreveu o poeta cortesão francês Guillaume de Machaut.

O antagonismo possuía raízes antigas. O judeu tornara-se objeto da animosidade popular porque a Igreja primitiva, como rebento do judaísmo que tentava substituir o ramo de onde vinha, tinha de fazer dele objeto de hostilidade. Sua rejeição do Cristo como o Salvador e sua obstinada recusa em aceitar a nova lei do Evangelho em lugar da lei mosaica fizeram do judeu um insulto perpétuo à recém-criada Igreja, um perigo que era preciso caracterizar bem e afastar da comunidade cristã. Foi esse o propósito dos éditos que privaram os judeus de seus direitos civis, lançados pelos primeiros Concílios da Igreja no século IV, tão logo o cristianismo tornou-se a religião oficial. A cisão era uma faca de dois gumes, pois para os judeus o cristianismo foi a princípio uma seita dissidente, depois uma apostasia da qual não queriam saber.

A teoria, as emoções e justificativas do anti-semitismo foram estabelecidas naquela época — no direito canônico codificado pelos Concílios; nos ataques de são João Crisóstomo, patriarca de Antióquia, que denunciou os judeus como matadores de cristãos; no julgamento de santo Agostinho, que declarou serem os judeus “párias”, por não aceitarem a redenção pelo Cristo. A dispersão dos judeus era considerada como o castigo que sofreram pela sua descrença.

O período de ataques ativos começou com a era das cruzadas, quando todos os antagonismos internos da Europa foram concentrados num golpe dirigido contra os infiéis. De acordo com a teoria de que o “infiel interno” também devia ser exterminado, massacres de comunidades judaicas marcaram a marcha dos cruzados para a Palestina. A captura do Santo Sepulcro pelos muçulmanos foi atribuída à “maldade dos judeus”, e o grito de “HEP! HEP!”, simbolizando *Hierosolyma est perdita* (Jerusalém está perdida) tornou-se uma incitação ao assassinato. O homem tem medo daqueles que transforma em vítimas; por isso os judeus eram retratados como diabos cheios de ódio pela raça humana, que secretamente pretendiam destruir.

A questão de saber se os judeus tinham ou não certos direitos humanos, de acordo com a proposição geral de que Deus criou o mundo para todos os homens, inclusive os infiéis, teve respostas diferentes de pensadores diferentes. Oficialmente, a Igreja lhes concedia certos direitos: o de não serem condenados sem julgamento, o de não serem profanadas as suas sinagogas e os seus cemitérios, o de não serem roubados impunemente. Na prática, isso pouco significava, pois como não-cidadãos do estado cristão universal, os judeus não podiam fazer acusações aos cristãos, nem o seu testemunho tinha mais força do que o testemunho dos cristãos. Sua situação jurídica era a de servos do rei, embora sem obrigações recíprocas da parte do senhor. A doutrina de que os judeus estavam destinados à servidão perpétua, como os assassinos do Cristo, foi anunciada pelo papa Inocêncio III em 1205 e levou Tomás de Aquino a concluir, com implacável lógica, que “como os judeus

são os escravos da Igreja, ela pode dispor de seus bens". Jurídica, política e fisicamente, eles eram totalmente vulneráveis.

Os judeus ocupavam um lugar na sociedade porque, como emprestadores de dinheiro, desempenhavam um papel essencial na satisfação da constante necessidade que os reis tinham de numerário. Excluídos das guildas de ofícios e comércios, tinham sido levados aos pequenos negócios e às transações financeiras, embora teoricamente estivessem proibidos de transacionar com os cristãos. A teoria, porém, curva-se à conveniência, e os judeus proporcionavam aos cristãos uma maneira de contornar a proibição, auto-imposta por estes últimos, de usar o dinheiro para fazer mais dinheiro.

Como já estavam condenados ao Inferno, de qualquer modo, eles podiam emprestar a juros de 20% e mais, dos quais o tesouro real ficava com a maior parte. A parcela da coroa representava, na verdade, uma forma de tributação indireta; como seu instrumento, os judeus absorviam uma dose adicional do ódio popular. Sua vida dependia totalmente da proteção real, sujeitos que estavam a confiscos e expulsões e às incertezas do favor do rei. Nobres e prelados seguiam o exemplo real, confiando dinheiro aos judeus para que o emprestassem e ficando com a maior parte dos lucros, ao mesmo tempo em que desviavam o ressentimento popular para o seu agente. Para o homem comum, os judeus não eram apenas os matadores de cristãos, mas também monstros cobiçosos, impiedosos, símbolos da nova força do dinheiro, que estava mudando os velhos costumes e dissolvendo velhos laços.

Com o crescimento do comércio nos séculos XII e XIII e o conseqüente aumento da circulação de dinheiro, a posição dos judeus agravou-se proporcionalmente à diminuição da necessidade de seus empréstimos. Eles não dispunham das grandes somas manipuladas pelas importantes casas bancárias cristãs, como os Bardi de Florença. Reis e príncipes precisavam de recursos cada vez maiores, e voltavam-se agora para os lombardos e os ricos comerciantes em busca de empréstimos; assim, ou relaxavam a proteção aos judeus ou, quando precisavam de dinheiro vivo, decretavam a sua expulsão e o confisco de seus bens e das contas que lhes eram devidas. Ao mesmo tempo, com o advento da Inquisição no século XIII, a intolerância religiosa cresceu, levando à acusação de que judeus realizavam assassinatos rituais e à exigência de que usassem um distintivo.

A crença de que os judeus praticavam o assassinato ritual de vítimas cristãs, supostamente devido a uma necessidade de reproduzir a Crucificação, começou no século XII e acabou por se transformar na convicção de que realizavam ritos secretos para profanar a hóstia. Promovida pelos pregadores populares, cresceu uma mitologia de sangue, num reflexo direto do ritual cristão de tomar o sangue do Salvador. Acreditava-se que os judeus raptavam e torturavam crianças cristãs, cujo sangue bebiam com vários propósitos sinistros, indo de sadismo e bruxaria até a necessidade, como criaturas antinaturais, de sangue cristão para lhes dar aparência humana. Embora energeticamente refutada pelos rabinos e condenada pelo imperador e pelo papa, a fantasia sobre o sangue apossou-se do espírito popular de forma mais violenta na Alemanha, onde a história do envenenamento dos poços se origi-

nara no século XII. O suposto derramamento de sangue cristão pelos judeus constituiu o tema de um conto de Chaucer sobre uma criança mártir, relatado pela priora, e constituiu a base para o processo, julgamento e queima de muitos judeus na fogueira.

Com o zelo de São Luís, cujo objetivo na vida era a maior glória e realização da doutrina cristã, a vida dos judeus na França tornou-se mais limitada e mais difícil, em virtude de crescentes restrições. O famoso julgamento do *Talmude*, como herético e blasfemo, foi feito em Paris em 1240, durante o seu reinado, terminando na condenação inevitável e na queima de 24 carroças carregadas de obras talmúdicas. Um dos debatedores do caso foi o rabino Moisés ben Jacob, de Coucy, líder intelectual da comunidade judaica do norte, na época de Enguerrand III.⁶⁰

Durante aquele século, a Igreja multiplicou decretos destinados a isolar os judeus da sociedade cristã, sob a alegação de que o contato com eles desmoralizava a fé cristã. O judeus foram proibidos de empregar cristãos como criados, de servir como médicos de cristãos, de casar-se com gente de outra raça, de vender farinha, pão, vinho, óleo, sapatos ou qualquer artigo de vestuário aos cristãos, de fornecer ou receber mercadorias, de construir novas sinagogas, de possuir terras ou exigi-las como pagamento de hipotecas não resgatadas. As ocupações de que estavam proibidos pelos regulamentos das guildas incluíam as de tecelão, metalúrgico, mineiro, alfaiate, sapateiro, ourives, padeiro, moleiro e carpinteiro. Para marcar a segregação, Inocêncio III decretou, em 1215, o uso de uma identificação, normalmente na forma de um disco de feltro amarelo, que simbolizaria uma moeda. Por vezes também era verde ou vermelho e branco, sendo usado pelos dois sexos a partir das idades de sete a 14 anos. Em sua luta contra toda heresia e dissensão, a Igreja do século XIII impôs o mesmo distintivo aos muçulmanos, aos hereges condenados e, por alguma ironia da doutrina, às prostitutas. Um chapéu de ponta parecido com um chifre, e que representaria o Diabo, foi mais tarde acrescentado à caracterização dos judeus.⁶¹

As expulsões e perseguições eram marcadas por um fator constante — o confisco da propriedade dos judeus. Como o cronista William de Newburgh escreveu sobre o massacre de York em 1190, a mortandade foi menos obra do zelo religioso do que de homens ousados e gananciosos que “estavam satisfazendo a sua própria cobiça”.⁶² O motivo era o mesmo utilizado na expulsão oficial pelas cidades ou pelos reis. Quando os judeus voltavam para reinstalar-se na aldeias, cidades com mercados e, em particular, nas cidades grandes, continuavam a emprestar dinheiro e a vender a varejo, mantinham penhores, encontravam empregos como coveiros e viviam juntos num pequeno bairro para proteção mútua. Na Provença, devido ao seu contato com os árabes da Espanha e do Norte da África, eram eruditos e médicos muito procurados. Mas a vigorosa vida interna das comunidades antigas tinha desaparecido. Num período agitado, eles viviam sempre ameaçados de ataques iminentes. Sabia-se que a Igreja poderia “ordenar com justiça uma guerra contra eles”, como inimigos da cristandade.

No tormento da peste, era fácil atribuir aos judeus a intenção malévola de en-

venenar os poços. Em 1348, Clemente VI divulgou uma bula proibindo a morte, saque ou conversão forçada dos judeus, sem julgamento, o que conteve os ataques em Avignon e nos Estados Pontifícios, mas não no norte, varrido pela onda de ódio. Na maioria dos lugares, as autoridades a princípio tentaram proteger os judeus, mas cederam à pressão popular, também de olho no confisco potencial dos seus bens.

Na Savóia, onde os primeiros julgamentos formais foram realizados em setembro de 1348, a propriedade dos judeus foi confiscada enquanto eles estavam na prisão, à espera de uma investigação das acusações que lhes eram feitas.⁶³ Baseadas em confissões arrancadas sob tortura, método habitual da Idade Média, as acusações revelavam a imagem de uma conspiração judaica internacional partida da Espanha, com mensageiros de Toledo levando o veneno em pequenos pacotes ou em "diminutos sacos de couro". Os mensageiros levariam também, ao que se supunha, instruções dos rabinos para que o veneno fosse lançado nos poços e fontes d'água, e realizavam consultas com seus correligionários em reuniões secretas. Considerados culpados, como era de esperar, os acusados foram condenados à morte. Onze judeus foram queimados vivos e os demais tiveram de pagar um tributo de 160 florins mensais, durante seis anos, pela permissão de continuar na Savóia.

As confissões obtidas na Savóia, distribuídas através de cartas de cidade em cidade, constituíram a base de uma onda de acusações e ataques por toda a Alsácia, Suíça e Alemanha. Numa reunião de representantes das cidades alsacianas, a oligarquia de Estrasburgo tentou refutar as acusações, mas foi silenciada pela maioria, que exigia represálias e expulsões. As perseguições ocorridas durante a Peste Negra não foram explosões espontâneas, mas atos discutidos seriamente antes de serem praticados.

O papa Clemente tentou, mais uma vez, conter a histeria, com uma bula de setembro de 1348, na qual dizia que os cristãos que imputavam a peste aos judeus tinham sido "seduzidos por aquele mentiroso, o Diabo", e que a acusação de envenenamento de poços, e os massacres dela decorrentes eram uma "coisa horrível".⁶⁴ Dizia que "por um misterioso decreto de Deus" a peste estava afligindo todos os povos, inclusive os judeus; que ela surgia em lugares onde não havia judeus, e que em outros eles eram vítimas da doença como todos; portanto, a acusação de que a causavam "era absurda". Insistia em que o clero tomasse os judeus sob a sua proteção, como ele próprio se prontificava a fazer em Avignon, mas sua voz quase não foi ouvida, tendo em vista as tendências locais.

Na Basileia, a 9 de janeiro de 1349, toda a comunidade de várias centenas de judeus foi queimada numa casa de madeira construída especialmente para isso, numa ilha do Reno, e aprovou-se um decreto proibindo, por duzentos anos, a instalação de qualquer judeu na cidade. Em Estrasburgo, o Conselho Municipal, contrário à perseguição, foi deposto por votação das guildas, sendo eleito um outro disposto a acompanhar a vontade popular. Em fevereiro de 1349, antes que a peste tivesse chegado à cidade, os judeus de Estrasburgo, que eram dois mil, foram leva-

dos a um local de sepultamento, onde todos, exceto os que aceitaram a conversão, foram queimados em fileiras de fogueiras para eles preparadas.

Já então uma outra voz fomentava os ataques aos judeus. Os flagelantes tinham surgido. Numa súplica desesperada à misericórdia de Deus, esse movimento apareceu numa súbita manifestação de loucura que se estendeu por toda a Europa, num contágio semelhante ao da peste. A autoflagelação devia expressar o remorso e expiar os pecados de todos. Como forma de penitência para levar Deus a perdoar o pecado, ela era anterior aos anos de peste. Os flagelantes consideravam-se redentores que, reproduzindo em seus corpos o flagelo de Cristo e fazendo correr sangue, expiariam a maldade humana e conseguiriam mais uma oportunidade para a humanidade.⁶⁵

Grupos organizados de duzentos a trezentos, e por vezes mais (os cronistas falavam até em mil), marchavam de cidade a cidade, o torso nu, golpeando-se com chicotes de couro com pontas de ferro, até sangrar. Enquanto eles gritavam a Cristo e à Virgem pedindo piedade, e imploravam a Deus "Poupai-nos!", as multidões, nas cidades, soluçavam e gemiam de simpatia ao vê-los. Esses grupos faziam exhibições regulares três vezes por dia, duas vezes em público, na praça da igreja, e uma terceira em particular. Organizados sob a direção de um Mestre leigo por um período prefixado, em geral de 33 dias e meio para representar a idade de Cristo, seus participantes mantinham-se com quatro *pence* por dia, ou outra soma convencionada, e juravam obediência ao Mestre. Estavam proibidos de tomar banho, barbear-se, mudar de roupas, dormir em camas, conversar ou manter relações com mulheres sem a permissão do Mestre. É evidente que tal permissão não era negada, já que os flagelantes foram mais tarde acusados de realizarem orgias, nas quais a flagelação se combinava com o sexo. As mulheres acompanhavam o grupo à parte, na retaguarda. Se uma mulher ou padre entrava no círculo da cerimônia, o ato de penitência era considerado nulo e tinha de ser recommçado. O movimento era essencialmente anticlerical, pois, ao desafiar os sacerdotes, os penitentes assumiam o papel de intermediários entre Deus e a humanidade.

Irrompendo nos Estados germânicos, a nova peste avançou pelos Países Baixos até Flandres e a Picardia, chegando a Reims. Centenas de grupos vagavam pelas estradas, entrando em novas cidades a cada semana, excitando emoções já muito tensas, recitando hinos de desgraça e alegando que sem eles "toda a cristandade encontraria a perdição". Os habitantes os saudavam com reverência e tocando os sinos das igrejas, abrigavam-nos em suas casas, levavam seus filhos para serem curados e, pelo menos num caso, para serem ressuscitados. Molhavam roupas no sangue dos flagelantes e as passavam nos olhos e conservavam como relíquias. Muitos, inclusive cavaleiros e damas, clérigos, monjas e crianças, juntavam-se a esses grupos. Dentro em pouco os flagelantes marchavam com bandeiras magníficas, de veludo e bordadas de ouro, feitas por mulheres entusiastas.

Tornando-se arrogantes, entraram em antagonismo aberto com a Igreja. Os Mestres avocaram o direito de ouvir confissões e conceder absolvição ou impor penitências, que não só privavam os padres das taxas cobradas pelos seus serviços,

como questionavam a autoridade eclesiástica em sua essência. Os padres que tentaram opor-se a eles foram apedrejados e a população foi incitada a participar do apedrejamento. Os adversários eram denunciados como escorpiões e anticristos. Organizados em alguns casos por padres apóstatas ou dissidentes fanáticos, os flagelantes apoderavam-se de igrejas, interrompiam os serviços, ridicularizavam a Eucaristia, saqueavam altares e pretendiam ter o poder de expulsar espíritos maus e ressuscitar os mortos. O movimento, iniciado como uma tentativa de salvar, pelo sofrimento auto-imposto, a humanidade da destruição, contaminou-se da infecção da sede de poder e pretendeu assumir o controle da Igreja.

Os flagelantes começaram a ser temidos como uma fonte de fermentação revolucionária e uma ameaça aos que tinham propriedades, leigos ou religiosos. O imperador Carlos IV pediu ao papa que acabasse com os flagelantes, e seu apelo teve o abalizado reforço da voz imperial da Universidade de Paris. Naquela época, quando o mundo parecia estar à beira do fim, agir contra os flagelantes, que se diziam inspirados por Deus, não era decisão fácil. Vários dos cardeais em Avignon se opuseram a medidas repressivas.

Enquanto isso, os autotorturadores tinham encontrado uma vítima melhor. Em todas as cidades onde entravam, os flagelantes corriam ao bairro judeu, acompanhados de cidadãos que clamavam por vingança contra os "envenenadores dos poços". Em Freiburg, Augsburg, Nuremberg, Munique, Königsberg, Regensburg e outros centros, os judeus foram dizimados com uma meticulosidade que parecia buscar a solução final. Em Worms, em março de 1349, a comunidade judaica de quatrocentas pessoas, como a de York, voltou-se para uma velha tradição e se queimou em suas casas, para não ser morta pelos inimigos. A comunidade maior de Frankfurt-sobre-o-Meno fez o mesmo em julho, ateando fogo a parte da cidade. Em Colônia o Conselho Municipal repetiu o argumento do papa de que os judeus estavam morrendo de peste como toda gente, mas os flagelantes reuniram uma grande multidão de trabalhadores, "dos que nada tinham a perder", e não lhe deu ouvidos. Em Mainz, que tinha a maior comunidade judaica da Europa, seus membros pelo menos procuraram defender-se. Com armas previamente arranjadas, mataram duzentos dos perseguidores, o que só serviu para provocar um ataque furioso da população da cidade, como vingança pela morte de cristãos. Os judeus lutaram até ser dominados; depois, recuando para suas casas, também atearam fogo a elas. Afirma-se que seis mil pereceram em Mainz a 24 de agosto de 1349. Dos três mil judeus de Erfurt, nenhum sobreviveu.⁶⁶

A precisão é rara na história, e os cronistas judeus podem ter aderido ao vício medieval do exagero. Em geral, um certo número de judeus salvava-se pela conversão e grupos de refugiados foram abrigados por Rupert, do Palatinado, e outros príncipes. O duque Alberto II da Áustria, tio-avô de Enguerrand VII, foi um dos poucos que tomou medidas eficientes para proteger os judeus contra os ataques em seu território.⁶⁷ Os últimos pogromes ocorreram em Antuérpia e Bruxelas, onde em dezembro de 1349 toda a comunidade judaica foi exterminada. Quando a peste acabou, restavam poucos judeus na Alemanha ou nos Países Baixos.

Já então a Igreja e o Estado estavam preparados para correr o risco de acabar com os flagelantes. Magistrados mandaram fechar as portas das cidades para eles; Clemente VI, numa bula de outubro de 1349, ordenou sua dispersão e prisão; a Universidade de Paris negou-lhes a pretensão de inspiração divina. Filipe VI logo proibiu a flagelação em público sob pena de morte; governantes locais perseguiram os "mestres do erro", prendendo-os, enforcando-os e decapitando-os. Os flagelantes dissolveram-se e fugiram, "desaparecendo tão subitamente quanto tinham aparecido", escreve Henry de Hereford, "como fantasmas noturnos ou espíritos zombeteiros".⁶⁸ Aqui e ali sobreviveram grupos que só foram totalmente liquidados em 1357.

Fantasmas deslocados, os judeus retornaram da Europa oriental, para onde os expulsos tinham ido. Dois judeus reapareceram em Erfurt como visitantes em 1354 e, juntamente com outros, começaram a instalar-se ali três anos depois.⁶⁹ Em 1365, a comunidade já tinha 86 fogos tributáveis e um número adicional de casas pobres, abaixo do nível tributável. Aqui e ali, eles voltavam a viver em comunidades enfraquecidas e temerosas, em condições piores e mais segregados do que antes. O envenenamento dos poços e os massacres tinham transformado a imagem negativa do judeu num estereótipo. Como os judeus eram úteis, as cidades que tinham aprovado leis de banimento convidavam-nos, ou permitiam a sua volta, mas impunham novas restrições. Os antigos contatos de eruditos, médicos e financistas judeus com a comunidade gentia diminuíram. O período do florescimento medieval dos judeus estava terminado. As muralhas do gueto, embora não ainda materiais, já se tinham levantado.

Como ficou a condição humana depois da peste? Esgotada pelas mortes e sofrimentos, e pelos mórbidos excessos do medo e do ódio, ela deve ter evidenciado seqüelas profundas, mas nenhuma mudança radical foi visível de imediato. A persistência do normal é forte. Embora morrendo de peste, os camponeses do priorato de Bruton, na Inglaterra, continuavam a pagar ao proprietário o tributo devido por morte do arrendatário, com tal regularidade que em poucos meses o priorato recebia cinquenta bois e outros animais. A transformação social ocorreria de maneira invisível, com o tempo; os efeitos imediatos foram muitos, mas não uniformes. Simon de Covino acreditava que a peste teve um efeito pernicioso sobre a moral, "diminuindo a virtude em todo o mundo". Gilles li Muisis, por sua vez, achava que uma melhoria importante tinha ocorrido na moral pública, porque muitas pessoas que antes viviam em concubinato estavam agora casadas (em consequência de regulamentos municipais), e os palavrões e a jogatina tinham diminuído tanto que os fabricantes de dados estavam transformando seus cubos em contas para rezar padre-nossos.⁷⁰

A taxa de casamentos aumentou, sem dúvida, embora não devido ao amor. Foram tantos os aventureiros que se aproveitaram de órfãos para obter dotes ricos que

a oligarquia de Siena proibiu este tipo de casamento sem o consentimento dos parentes. Na Inglaterra, Piers Plowman deplorava os muitos casais que, “desde a peste”, se tinham formado “por cobiça de bens e contra o sentimento natural”, disso resultando, segundo ele, “culpa e sofrimento [...] ciúme, tristeza e disputas em privado”, bem como a ausência de filhos.⁷¹ Como moralista, Piers achava bom que esses casamentos fossem estéreis. Jean de Venette, por outro lado, dizia, sobre os casamentos que se seguiram à peste, que muitos gêmeos, e por vezes trigêmeos, nasceram e que poucas mulheres foram estéreis. Talvez ele estivesse refletindo a desesperada necessidade de acreditar que a natureza compensaria as perdas, e na verdade houve um número excepcional de casamentos, imediatamente depois da peste.

Ao contrário dos dados transformados em contas de rosário, as pessoas não melhoraram, embora se tivesse esperado, de acordo com Matteo Villani, que a experiência da ira de Deus deixasse “os homens melhores, mais humildes, virtuosos e católicos”.⁷² Em lugar disso, “eles esqueceram o passado, como se não existisse, entregaram-se a uma vida mais desordenada e vergonhosa do que antes”. Com um excesso de mercadorias nas prateleiras para um minguado número de compradores, os preços a princípio baixaram muito e os sobreviventes permitiram-se uma orgia de gastos. Os pobres mudaram-se para as casas vazias, dormiram em camas, comeram em pratos de prata. Camponeses ficaram com ferramentas e animais sem dono, e até mesmo prensas de vinho, forjas ou moinhos abandonados, e outros bens que nunca tinham possuído antes. O comércio estava em depressão, mas o suprimento de moeda corrente estava em alta, por ser menor o número de pessoas a dividi-lo.

O comportamento tornou-se mais descuidado e grosseiro, como quase sempre acontece depois de um período de violência e sofrimento. Atribuiu-se isso aos ar rivistas e aos novos-ricos que vinham das camadas inferiores. Siena renovou suas leis sobre o luxo em 1349 porque muitas pessoas fingiam ter uma posição social superior à que lhes cabia pelo nascimento ou profissão. Mas, no todo, os estudos locais das listas dos que pagavam impostos indica que, embora a população possa ter ficado reduzida à metade, suas proporções sociais continuavam mais ou menos as mesmas.

Devido às mortes intestadas, bens sem herdeiros e títulos de terra contestados, houve uma fúria de litígios, que a escassez de notários tornou caótica. Por vezes os invasores, em outras a Igreja, ficavam com as propriedades vazias. A fraude e a extorsão praticadas contra os órfãos pelos seus tutores nomeados tornaram-se um escândalo. Em Orvieto ocorreram tumultos; grupos de bandidos, sem teto e famintos, percorriam os campos e saqueavam até mesmo às portas da cidade.⁷³ Houve prisões por porte de armas e por atos de vandalismo, especialmente nas vinhas. A comuna teve de criar novos regulamentos contra “certos canalhas, filhos da iniquidade”, que roubavam e incendiavam as lojas e oficinas, e também contra o crescimento da prostituição. A 12 de março de 1350, a comuna lembrou aos cidadãos os

castigos severos para as relações sexuais entre cristãos e judeus: a mulher que delas participasse seria decapitada ou queimada viva.⁷⁴

| A educação foi prejudicada com a morte de numerosos padres. Na França, segundo Jean de Venette, “eram poucos os que, nas casas, vilas e castelos, eram capazes e estavam dispostos a ensinar a gramática aos meninos” — uma situação que pode ter influído na vida de Enguerrand VII. Para preencher as vagas, a Igreja ordenou padres em grande número, muitos deles homens que tinham perdido as mulheres ou famílias na peste e procuravam refúgio nas ordens sacras. Muitos mal sabiam escrever, “como os leigos”, que podiam ler um pouco, mas sem compreender. Os padres que sobreviveram à peste, declarou o arcebispo de Canterbury em 1350, se tinham “contaminado de uma avareza insaciável”, cobrando taxas excessivas e negligenciando as almas.

Numa tendência contrária, a educação foi estimulada pela preocupação com a sobrevivência do conhecimento, o que levou a um movimento de criação de universidades. Notadamente, o imperador Carlos IV, que era um intelectual, sentiu agudamente a necessidade do “conhecimento precioso que a ira louca da peste tinha sufocado em todos os amplos reinos do mundo”.⁷⁵ Fundou a Universidade de Praga no ano da peste de 1348 e deu reconhecimento imperial a cinco outras: Orane, Perúgia, Siena, Pavia e Lucca, nos cinco anos seguintes. Nesse mesmo período, três novas faculdades eram criadas em Cambridge: Gonville Hall, Trinity Hall e Corpus Christi, embora o amor ao conhecimento nem sempre fosse o motivo. Corpus Christi foi fundada em 1352 porque as taxas para a celebração de missas para os mortos estavam tão inflacionadas depois da peste que as duas guildas de Cambridge resolveram instituir um colégio cujos professores, como clérigos, teriam de rezar pelos membros da instituição que falecessem.⁷⁶

Nessas circunstâncias, a educação não floresceu por toda parte. A queda na frequência em Oxford foi lamentada em sermões pelos professores. Na Universidade de Bolonha, queixava-se Petrarca vinte anos depois (numa série de conferências chamada “Das coisas senis”), onde outrora “nada fora mais alegre, nada mais livre no mundo”, restavam muito poucos dos grandes professores, e no lugar de tantos gênios “uma ignorância generalizada tomou conta da cidade”.⁷⁷ A peste, porém, não foi a única responsável: as guerras e outras perturbações tinham deixado também as suas cicatrizes.

O resultado óbvio e imediato da Peste Negra foi, decerto, um declínio da população que, devido às guerras, ao banditismo e ao reaparecimento da peste, diminuiu ainda mais em fins do século XIV.⁷⁸ A peste deixou uma maldição no século, na forma de seu bacilo. Instalado nos transmissores, ele iria irromper novamente seis vezes nas seis décadas seguintes, em várias localidades e em intervalos que variaram de dez a 15 anos. Depois de matar a maior parte dos que eram mais sensíveis, com um aumento na mortalidade infantil nas fases finais, acabou recuando e deixou a Europa com uma população que em 1380 era 40% inferior ao que fora antes, proporção que cresceu para 50% no final do século. A cidade de Béziers, no Sul da França, que tinha 14 mil habitantes em 1304, passou a ter apenas quatro mil,

um século depois. O porto pesqueiro de Jonquières, perto de Marselha, que tinha 354 fogos tributáveis, ficou reduzido a 135. As florescentes cidades de Carcassonne e Montpellier tornaram-se sombras de sua prosperidade antiga, o mesmo acontecendo com Ruão, Arras, Laon e Reims, no norte. O desaparecimento de material tributável levou os governantes a aumentarem os impostos, provocando um ressentimento que explodiria em repetidos motins nas décadas seguintes.

Nas relações entre dono de terra e camponês, o saldo do empobrecimento e enriquecimento provocado pela peste favoreceu, em geral, ao segundo, embora acontecesse com freqüência que a situação observada num lugar apresentasse reação oposta em outro. Os valores relativos da terra e da mão-de-obra inverteram-se. Os camponeses viram diminuir as suas taxas de arrendamento e, em certos casos, foram até liberados de seu pagamento pelos donos das terras, por um ou mais anos, numa tentativa desesperada de manter cultivados os campos. Era melhor não ter renda alguma do que ver a terra preparada para as plantações transformar-se de novo em matagal. Mas, com menor número de braços nos campos, a terra cultivada diminuiu, necessariamente. Os arquivos da abadia de Ramsay, na Inglaterra, mostram que trinta anos depois da peste a área semeada com cereais era de menos da metade do que fora antes. Cinco arados de propriedade da abadia em 1307 foram reduzidos para um, um século depois, e de 28 bois restaram apenas cinco.

As fazendas localizadas nos morros e em solos mais pobres foram abandonadas ou transformadas em pastos para ovelhas, que exigiam menos trabalho. Aldeias enfraquecidas pelo despovoamento e incapazes de resistir ao fechamento da terra para ovelhas foram abandonadas em número cada vez maior. Os limites entre as propriedades desapareceram quando os campos voltaram a transformar-se em mato. Ocupadas por alguém que podia cultivá-las, as terras deixavam de produzir renda para os antigos proprietários ou seus herdeiros. Empobrecidos por esses fatores, os donos de terras desapareceram ou deixaram os castelos e casas senhoriais em decadência, enquanto ingressavam no banditismo militar que seria a praga das décadas seguintes.⁷⁹

Quando a morte reduziu a produção, as mercadorias escassearam e os preços aumentaram muito. Na França, o preço do trigo aumentou quatro vezes em 1350. Ao mesmo tempo, a escassez de mão-de-obra provocou a maior perturbação social da peste — uma exigência geral de maiores salários. Camponeses e artesãos, praticantes dos vários ofícios, funcionários e sacerdotes descobriram o seu valor, ao se tornarem escassos. Durante um ano depois de desaparecida a peste, no Norte da França, os trabalhadores têxteis de St. Omer, perto de Amiens, tinham obtido três aumentos de salários sucessivos. Em muitas guildas os artesãos entraram em greve por melhores salários e menos horas de trabalho. Numa época em que as condições sociais eram consideradas como fixas, tais atos eram revolucionários.

A reação dos governantes foi a repressão imediata. Numa tentativa de conter os salários nos níveis anteriores à peste, os ingleses baixaram uma ordenança em 1349 exigindo que todos trabalhassem pelo mesmo pagamento de 1347. Estabeleciam-se penalidades no caso de recusa de trabalhar, de abandono de emprego em

busca de maiores salários, e de oferta de melhores soldos pelos empregadores. Proclamada quando o Parlamento não estava em sessão, a ordenança foi novamente promulgada em 1351 como o Estatuto dos Trabalhadores. Ela denunciava não só os trabalhadores que exigiam melhores salários, como principalmente os que preferiam “antes mendigar na ociosidade do que ganhar seu pão com o trabalho”. A ociosidade do trabalhador era um crime contra a sociedade, pois o sistema medieval baseava-se na sua obrigação de trabalhar. O Estatuto dos Trabalhadores não era simplesmente um sonho reacionário, mas uma tentativa de manter o sistema. Determinava que todas as pessoas capazes, com menos de sessenta anos e sem meios de subsistência, tinham de trabalhar para quem delas precisasse, que não se dariam esmolas a mendigos em perfeitas condições físicas, que um servo vadio seria obrigado a trabalhar para quem o exigisse. Até o século XX essa lei serviria de base às leis de “subversão” dos trabalhadores, na longa luta para impedir a sindicalização.

Uma lei francesa mais realista, de 1351, aplicável apenas à região de Paris, permitia um aumento de salários não superior a um terço do nível anterior. Os preços eram fixos e os lucros dos intermediários eram regulamentados. Para aumentar a produção, as guildas tiveram de abrandar suas restrições sobre o número de aprendizes e encurtar o período necessário a que se tornassem mestres do ofício.

Nos dois países, como mostram as repetidas renovações de leis com aumento das punições, era impossível impor o cumprimento de tais normas. As violações citadas no Parlamento inglês, em 1352, mostram trabalhadores exigindo, e empregadores pagando, salários que eram duas e três vezes superiores aos níveis de antes da peste. Troncos foram instalados em todas as cidades para o castigo aos infratores. Em 1360, a prisão substituiu a multa como castigo, e os trabalhadores fugitivos foram declarados criminosos. Se apanhados, seriam marcados na testa com um *F* de “fugitivo” (ou possivelmente, de “falsidade”). Novas leis foram promulgadas em duas outras ocasiões, na década de 1360, provocando resistências que atingiriam o ponto culminante no grande motim de 1381.

O sentimento do pecado, provocado pela peste, foi amenizado pelas indulgências plenárias oferecidas no Ano do Jubileu de 1350 a todos os que, naquele ano, fizessem a peregrinação a Roma.⁸⁰ Originalmente estabelecido por Bonifácio VIII em 1300, o Jubileu pretendia colocar a indulgência ao alcance de todos os pecadores arrependidos e confessos, sem qualquer ônus — isto é, se pudessem viajar a Roma. Bonifácio pretendia fazer do Ano do Jubileu um acontecimento a ser celebrado a cada cem anos, mas o primeiro teve tanto sucesso, atraindo dois milhões de visitantes a Roma, segundo se disse, que a cidade, empobrecida com a ida do papado para Avignon, pediu a Clemente VI que reduzisse o intervalo para cinquenta anos. O papa dos alegres murais trabalhava segundo o princípio de que “o

pontífice deve tornar felizes os seus súditos".⁸¹ Atendeu aos desejos de Roma com uma bula de 1343.

De grande importância para a Igreja foi o fato de ter Clemente formulado, na mesma bula, a teoria das indulgências, e fixado o seu equivalente em dinheiro. O sacrifício do sangue de Cristo, dizia ele, juntamente com o mérito da Virgem e dos santos, tinha estabelecido um tesouro inesgotável para ser usado em perdões. Contribuindo com somas para a Igreja, qualquer pessoa podia comprar uma parte desse Tesouro do Mérito.⁸² O que a Igreja ganhou em receitas com isso, acabou perdendo em respeito.

Em 1350, os peregrinos enchiam as estradas para Roma, acampando em volta de fogueiras à noite. Cinco mil pessoas teriam entrado ou saído da cidade diariamente, enriquecendo aqueles que as hospedavam, apesar da escassez de alimentos e forragem e do precário estado dos recursos urbanos. Sem seu pontífice, a Cidade Eterna estava empobrecida, com as três principais basílicas em ruínas, São Paulo derrubada pelo terremoto, São João de Latrão quase em ruínas. Entulho e lixo enchiam as ruas, as sete colinas estavam silenciosas e desertas, as cabras pastavam no claustro de conventos abandonados. A vista de igrejas destelhadas, exposta ao vento e chuva, lamentou Petrarca, "provocaria piedade num coração de pedra". Não obstante, era abundante a oferta de relíquias de santos famosos, e o cardeal Anibaldo Ceccano, legado para o Jubileu, administrava um imenso programa de absolvições e indulgências para as multidões ansiosas pelo perdão de seus pecados. Na Quaresma, segundo Villani, que se interessou especialmente pelos números, nada menos de um milhão de peregrinos estava em Roma ao mesmo tempo.⁸³ Essa afluência sugere ou uma extraordinária negligência e atividade logo depois da peste, ou uma grande necessidade de salvação — ou possivelmente tais condições não pareciam tão más aos participantes quanto parecem hoje, retrospectivamente.

A Igreja saiu da peste mas rica, senão mais impopular. Quando a morte súbita ameaçava a todos com a perspectiva de passar ao outro mundo em estado de pecado, o resultado foi um acúmulo de doações às instituições religiosas. St. Germain l'Auxerrois, em Paris, recebeu 49 heranças em nove meses, em comparação com 78 nos oito anos anteriores...⁸⁴ Já em outubro de 1348 o Conselho de Siena suspendia suas verbas anuais para a filantropia religiosa durante dois anos, porque tais instituições caritativas estavam "tão imensamente enriquecidas e na verdade prósperas" devido às doações.⁸⁵ Em Florença, a Companhia de Or San Michele recebeu 350 mil florins destinados a esmolas para os pobres, embora nesse caso os diretores da companhia fossem acusados de usar o dinheiro com finalidades pessoais, sob a alegação de que os muito pobres e necessitados estavam mortos.⁸⁶

Enquanto a Igreja juntava dinheiro, os ataques pessoais ao clero aumentavam, estimulados em parte pelos flagelantes e em parte pela incapacidade evidenciada pelos padres, durante a peste, de estar à altura de suas responsabilidades. O fato de morrerem como outros homens era sem dúvida perdoado, mas que deixassem os cristãos morrerem sem os sacramentos, ou cobrassem mais pelos seus serviços num momento de crise, como fizeram muitos, era visto com revolta. Mesmo durante o

Jubileu, a população romana, movida por algum misterioso movimento de hostilidade local, vaiou e molestou o cardeal legado.⁸⁷ Certa ocasião ele passava numa procissão e foi alvejado por um franco-atirador, voltando pálido e trêmulo com uma flecha em seu chapéu vermelho. A partir de então só saiu com um elmo sob o chapéu e uma cota de malha sob a batina, partindo para Nápoles logo que pôde. Morreu na viagem, ao que se diz, envenenado pelo vinho.

Na Inglaterra, onde o anticlericalismo era endêmico, os cidadãos de Worcester derrubaram, em 1349, os portões do priorato de Santa Maria, contíguo à catedral, atacaram os monges, “expulsaram o prior com arcos e flechas e outras armas ofensivas”, e tentaram incendiar os edifícios. Em Yeovil, no mesmo ano, quando o bispo de Bath e Wells celebrava cerimônia de ação de graças para marcar o desaparecimento da peste, foi interrompido por certos “filhos da perdição”, que sitiaram o bispo e a congregação na igreja durante toda a noite, até que fossem socorridos.

Enriquecidas pelas heranças, as ordens religiosas também foram alvo de um sentimento cada vez mais crescente de hostilidade. Quando Knighton informava a morte de 150 franciscanos de Marselha, acrescentava: “*bene quidem*” (boa coisa),⁸⁸ e dos sete frades que sobreviveram de uma comunidade de 160 em Maelonne, ele escrevia: “E foi bastante.” As ordens mendicantes não eram perdoadas por adotarem Mammon (o espírito da cobiça) e “buscarem as coisas terrenas e carnaís”.

A peste acelerou o descontentamento com a Igreja no momento em que as pessoas sentiam maior necessidade de consolo espiritual. Era preciso haver algum sentido naquela experiência aterrorizante, imposta por Deus. Se o objetivo tinha sido afastar o homem do caminho do pecado, ela falhou. O comportamento humano foi considerado “mais malvado do que antes”,⁸⁹ mais cobiços e avaro, mais litigioso, mais belicoso, o que era ainda mais evidente na própria Igreja. Clemente VI, embora não sendo um homem espiritual, ficou suficientemente abalado pela peste para explodir contra seus prelados numa tirada de raiva e vergonha, quando eles lhe pediram, em 1351, para abolir todas as ordens mendicantes. Se o fizesse, respondeu o papa, “o que podeis pregar ao povo? Se a humildade, vós mesmos sois os mais orgulhosos do mundo, fátuos, pomposos e suntuosos no luxo. Se a pobreza, vós sois tão ambiciosos que todas as vantagens do mundo não vos bastam. Se a castidade — mas nos calaremos quanto a isso, pois Deus sabe o que cada homem faz e como muitos de vós satisfazeis vossa luxúria”.⁹⁰ Com essa triste opinião sobre seus colegas clérigos, o chefe da Igreja morreu um ano depois.

“Quando os que têm o título de pastores fazem o papel de lobos”, disse Lotário da Saxônia, “a heresia cresce no jardim da Igreja”.⁹¹ Embora a maioria do povo, sem dúvida, continuasse como antes, o descontentamento com a Igreja deu impulso à heresia e à dissensão, a todos os que buscavam Deus por meio de seitas místicas, a todos os movimentos de reforma que acabariam dividindo o império da unidade católica.

Os sobreviventes da peste, ao constatarem que não tinham sido destruídos nem estavam melhores, não viram nenhuma intenção divina no sofrimento que lhes tinha sido imposto. Os propósitos de Deus eram habitualmente misteriosos, mas esse flagelo foi terrível demais para ser aceito sem indagações. Se um desastre de tais proporções, o mais letal já conhecido, era um simples ato caprichoso de Deus, ou talvez nem mesmo obra dele, então os preceitos absolutos de uma ordem fixa estavam rompidos. As mentes que se abriam para admitir tais perguntas jamais poderiam fechar-se novamente. Uma vez percebida a possibilidade de mudança de uma ordem fixa, o fim de uma era de submissão estava à vista; a passagem à consciência individual estava a um passo. Quanto a isso, a Peste Negra pode ter sido o início, não reconhecido como tal, do homem moderno.

Enquanto isso não acontecia, ela deixava apreensão, tensão e pessimismo. Acelerava a transformação dos sistemas de trabalho da terra e com isso desfazia velhos laços. Aprofundava o antagonismo entre ricos e pobres e elevava o nível da hostilidade humana. Uma grande agonia só é tolerável com a convicção de que produzirá um mundo melhor. Quando isso não acontece, como na esteira de outra enorme calamidade em 1914-18, a desilusão é profunda e se transforma em insegurança e perda da auto-estima. Ao criar um clima de pessimismo, a Peste Negra foi o equivalente da Primeira Guerra Mundial, embora fossem necessários cinquenta anos para que os seus efeitos psicológicos se manifestassem. Foram os cinquenta anos, aproximadamente, de vida juvenil e adulta de Enguerrand de Coucy.

Uma estranha personificação da Morte surgiu dos anos de peste, nos muros pintados do Camposanto, em Pisa. Não é a imagem de um esqueleto convencional, mas uma velha num manto negro com cabelos corridos e olhos selvagens, levando uma foice mortal de larga lâmina. Seus pés terminam em garras em lugar de dedos. Retratando o Triunfo da Morte, o afresco foi pintado em 1350, ou por volta desse ano, por Francesco Traini, como parte de uma série que incluía cenas do Juízo Final e das Torturas do Inferno.⁹² O mesmo tema, pintado ao mesmo tempo pelo mestre de Traini, Andrea Orcagna, na igreja de Santa Cruz, em Florença, perdeu-se, com exceção de um fragmento. Juntos, os afrescos marcaram a presença constante da morte na arte, não ainda o culto que viria a ser no final do século, mas o seu começo.

Geralmente, a morte era personificada como um esqueleto com uma ampulheta e uma foice, envolta num manto branco ou despida, rindo da ironia da sorte do homem refletida em sua imagem: todos, do mendigo ao imperador, da prostituta à rainha, do andrajoso ao papa, acabariam daquela forma. Qualquer que fosse a pobreza ou o poder em vida, tudo era vaidade, igualada pela morte. O temporário nada vale; o importante é o após-vida da alma.

No afresco de Traini, a Morte precipita-se pelo ar em direção a um grupo de jovens descuidados, e belos nobres e damas que, como modelos de histórias de Boccaccio, conversam, namoram e se divertem mutuamente com livros e músicas, num perfumado bosque de laranjeiras. Uma legenda adverte que “nenhum escudo de sabedoria ou riqueza, nobreza ou coragem” pode protegê-los dos golpes da

Morte. "Eles desfrutaram mais dos prazeres mundanos do que das coisas de Deus." Num monte de cadáveres próximo estão governantes coroados, um papa com a tiara e um cavaleiro, juntamente com os corpos dos pobres, enquanto anjos e diabos no céu brigam pelas miniaturas das figuras nuas que representam suas almas. Um miserável grupo de leprosos, aleijados e mendigos (reproduzido no fragmento de Orcagna que restou), um deles com o nariz comido, outros sem pernas, cegos ou estendendo um toco coberto com um pano em lugar de mão, imploram à Morte a libertação. No alto de uma montanha, eremitas de vida religiosa contemplativa esperam tranqüilamente o fim.

Lá embaixo, numa cena de extraordinária animação, um grupo de caçadores, formado de príncipes e damas elegantes, a cavalo, encontra de repente, com horror, três caixões abertos com cadáveres em diferentes estados de decomposição, um deles ainda vestido, outro meio apodrecido e o terceiro, um esqueleto. Cobras andam em meio aos seus ossos. A cena ilustra *Os três vivos e os três mortos*, uma lenda do século XIII que conta um encontro entre três jovens nobres e três cadáveres em decomposição, que lhes dizem: "O que sois, nós fomos. O que somos, vós sereis." No afresco de Traini, um cavalo, sentindo o cheiro da morte, pára aterrorizado, com o pescoço estendido e as narinas vibrando; o cavaleiro tapa o nariz com um lenço. Os cães de caça recuam, rosnando com repulsa. Em suas sedas e cachos e chapéus elegantes, o grupo de homens e mulheres, bem vivos e belos, olham apavorados para o que virão a ser.

CAPÍTULO 6

A batalha de Poitiers

MAL SAÍDA DA PESTE, a França caminhou para um desastre militar que acarretaria uma série de consequências prejudiciais e se tornaria um fato determinante na vida de Enguerrand de Coucy. O agente externo foi a Inglaterra, mas a causa estava na autonomia incontrolada da classe senhorial, estimulada por um rei com um gênio para o mau governo.

João II, que sucedeu ao seu pai Filipe VI em agosto de 1350, poderia ter servido a Maquiavel como modelo para o Antipríncipe. Nada político, impetuoso, nunca fazia a escolha adequada entre várias opções e parecia incapaz de avaliar antecipadamente as consequências de um ato. Embora corajoso em batalhas, nada tinha de grande comandante. Mesmo sem pretendê-lo, fomentou o descontentamento até o ponto da revolta e perdeu metade de seu reino e sua pessoa para o inimigo, deixando assim o país sem direção para enfrentar seu momento mais sombrio em toda aquela época. Seus súditos, com surpreendente tolerância, chamaram-no de João, o Bom, usando o cognome, ao que se supôs, no sentido de “pródigo”, ou “descuidado”, ou de bom sujeito. Ou talvez se referissem à dedicação de João à honra cavaleiresca ou à sua suposta generosidade para com os pobres, ilustrada pela anedota segundo a qual certa vez deu uma bolsa a uma criada cujos baldes de leite tinham sido derrubados pelos seus cães.

Subiu ao trono disposto a apagar as derrotas sofridas por seu pai na década anterior e, no primeiro dia de reinado, notificou a todos os principais senhores do reino para que estivessem preparados a atender à sua convocação “quando fosse o momento”. A trégua estabelecida depois da queda de Calais, e renovada durante a Peste Negra, expiraria em abril de 1351. Herdando um tesouro vazio, João não tinha dinheiro para pagar um exército, nem podia agir sem antes reabastecer-se de fundos e adaptar seus recursos militares. A necessidade de aprender alguma coisa com os fracassos de Crécy e Calais não lhe passou despercebida, e ele alimentava certas idéias de reforma militar.

Seu primeiro ato, porém, três meses depois de tornar-se rei, foi executar o condestável de França, o conde d'Eu e 16.º conde de Guînes, primo em segundo grau de Enguerrand VII, homem de ligações poderosas e "tão cortês e amável sob todos os aspectos que era amado e admirado pelos grandes senhores, cavaleiros, damas e senhoritas". Aprisionado pelos ingleses em Caen em 1345, d'Eu não conseguiu levantar o resgate fixado pelo rei Eduardo. Quando se tratava de prisioneiros importantes, Eduardo não se limitava pelo princípio da cavalaria, segundo o qual o resgate de um cavaleiro não devia ser fixado numa importância que o arruinasse ou excedesse à sua renda de um ano. Depois de quatro anos de cativeiro, o conde d'Eu reconquistou a liberdade, supostamente cedendo a Eduardo seu estratégico castelo e condado de Guînes, junto de Calais. Sob essa suspeita, João o fez decapitar quando ele voltou à França, sem julgamento ou processo público de qualquer tipo. O rei ouviu em silêncio os pedidos dos amigos do conde d'Eu em favor de sua vida, sem responder, a não ser para jurar que "não dormiria enquanto o conde de Guînes vivesse"; ou, segundo outra versão, para responder em lágrimas: "Vós tereis o seu corpo, e nós, a sua cabeça."

João não poderia ter escolhido melhor maneira de afastar a nobreza, de cujo apoio precisava, do que executar um nobre da categoria do conde d'Eu, e muitos de seus amigos, sem uma explicação pública ou um julgamento por seus pares. Se d'Eu tinha realmente praticado traição (a verdade permanece obscura), o rei precisava deixar claras as razões de seu gesto, mas João era voluntarioso ou obtuso demais para compreender a conveniência de boas relações públicas.

Seu gesto seguinte tornou as coisas piores. Entregou o cargo de condestável ao seu parente e favorito, Carlos de Espanha, que, segundo se dizia, era objeto de uma "afeição desonesta" do rei, e teria convencido João a matar o conde d'Eu para ficar com seu posto. Além do prestígio de ser o segundo em comando, logo depois do rei, o condestável tinha privilégios lucrativos, relacionados com a tarefa de recrutar as forças armadas. A entrega do posto a Carlos de Espanha, impopular como é costume entre favoritos dos reis, transformou em fúria a consternação dos nobres, num momento em que o rei tinha razões para temer as tendências separatistas. O episódio provocou divisão no reino, quando ele mais precisava de unidade.

O pai de João também fora "*ung bien hastif homs*" (um homem muito precipitado), e vários séculos de casamentos entre primos em primeiro grau tinham deixado os Valois com um temperamento instável.² João conservou as dúvidas de Filipe quanto à legitimidade de sua pretensão à coroa, e sua inclinação — não sem razão — de desconfiar sempre de traições. Sua capacidade de vinganças súbitas lhe veio da mãe, a rainha coxa, que apesar de sua religiosidade e boas obras era considerada "uma mulher muito cruel, pois quem fosse objeto de seu ódio estava impiedosamente morto".³ A ela se atribuía a responsabilidade de ter levado o marido ao ato que tanto espanto causou em sua época: a execução de 15 senhores bretões que eram seus prisioneiros, em 1343.

Na guerra da década de 1340, João tinha sitiado os ingleses em Aguilhon durante quatro meses sem sucesso, impermeável a qualquer conselho, segundo um

relato da época, obstinado e “com opiniões inabaláveis”. Seu talento mais notável era o de satisfazer uma excepcional avidez pelo dinheiro. Tinha o interesse dos Valois pelas artes e letras, pelo menos ao ponto de encomendar traduções francesas da Bíblia e do historiador romano Tito Lívio, e levar livros em sua bagagem quando em campanha. Como rei, mandou o pintor da corte, Girard d'Orléans, decorar os vasos de suas latrinas,⁴ e acumulou 239 tapeçarias feitas para seu uso. Seu gosto pelo luxo estendia-se a tudo, com exceção dos ministros, pois herdou do pai, e manteve no cargo, um grupo medíocre, nem capaz nem honesto, desprezado pelos nobres por ser composto de plebeus, e odiado pela burguesia pela sua cobiça e venalidade. Um deles, Simon de Buci, presidente do *Parlement* e membro do Conselho Secreto, excedeu-se por duas vezes, a ponto de precisar de sucessivos perdões. Roberto de Lorris, camareiro do rei e Mestre das Contas, foi reconduzido ao cargo depois de ter sido acusado de traição, e, em outra ocasião, de desfalque. Jean de Poilevain, preso por peculato, prudentemente conseguiu uma carta de perdão antes que seu caso fosse julgado. Como financistas do rei, homens assim eram uma causa constante de descontentamento com o regime.

O primeiro ato administrativo notável de João foi uma tentativa séria de consolidar a estrutura militar. Tornava-se claro que o direito baronial de retirada independente do campo de batalha e de atitude independente ante a convocação pelo rei, prejudicava as empresas militares. Meio feudal, meio mercenário, ainda não nacional, o agrupamento *ad hoc* que era o exército do século XIV estava excessivamente sujeito aos interesses privados de seus componentes para constituir um instrumento confiável. A Ordenação Real de abril de 1351 foi uma tentativa de introduzir, na medida em que as condições o permitiam, princípios de confiabilidade e comando.⁵

Com o aumento dos níveis de soldos para compensar a inflação causada pela Peste Negra, a ordenação confirmou que a função do guerreiro se tinha tornado um ofício para os cavaleiros mais pobres, se não para os grandes senhores. Os novos soldos, de acordo com aquela lei, foram fixados em 40 *sous* (duas libras) por dia para um senhor de pendão e caldeira, 20 *sous* para um cavaleiro, dez para um escudeiro, cinco para um criado, três para um soldado a pé, dois e meio para um carregador de armadura ou qualquer outro ajudante.

Mais significativa foi a determinação destinada a corrigir uma falha crítica no campo de batalha medieval: o direito de retirada independente. A nova lei determinava que todos os homens da hoste estariam subordinados a um capitão e exigia de todos o juramento de “não deixar a companhia de seu capitão” sem uma ordem — isto é, não retirar-se de acordo com sua própria vontade. Indício de como era precária a confiança do comandante na força que deveria comandar, a ordenação também exigia que os capitães de companhias notificassem o comandante do batalhão de que estariam presentes numa batalha iminente.

Essas determinações foram ineficazes, sobretudo devido à falta de receita segura para apoiar um exército organizado. O abastecimento aumentava o custo dos soldos. Embora o campesinato local fornecesse, a troco de pagamento ou por pi-

lhagem, alimento para os soldados e forragem para os cavalos, uma grande expedição, um sítio ou uma armada no mar exigiam um abastecimento organizado de biscoitos, carne salgada e peixe, vinho, óleo e aveia e feno para os cavalos. Em geral, os cavaleiros comiam pão branco feito de trigo, carne de boi, de porco e carneiro, e bebiam vinho diariamente. O soldado comum só tinha vinho em dias de festa, ou em combate ativo; fora disso, tomava cerveja ou cidra e comia pão de centeio, favas e feijões. Peixe, queijo, azeite, ocasionalmente manteiga, sal, vinagre, cebola e alho também figuravam nas rações. As aves eram muito consumidas e obtidas com tal facilidade que nem mesmo eram registradas. Açúcar, mel, mostarda, especiarias e amêndoas eram reservados aos doentes e feridos e aos privilegiados. Em serviço ativo, os soldados não jejuavam, mas comiam peixe em lugar de carne nos 12 dias de abstinência do mês. Quanto mais constante se tornava a guerra, como aconteceu no século XIV, maior a organização e maiores as somas de dinheiro necessárias.

A coroa buscava o dinheiro por todos os meios e preferia o menos escrupuloso, que era o aviltamento da moeda. Menos evidente do que as ajudas e subsídios, não exigia a convocação dos Estados para a sua aprovação. As moedas recolhidas eram novamente cunhadas com uma proporção menor de ouro ou prata, e recirculavam com seu valor nominal, enquanto a diferença ficava em poder do Tesouro. Como eram atingidas as pequenas moedas de uso cotidiano, o sistema reduzia os salários reais e a capacidade aquisitiva do povo, enquanto banqueiros, comerciantes e nobres, cuja fortuna móvel era representada por moedas de ouro de alto valor, ou por baixelas de ouro e prata, eram menos atingidos. Com João III, essas manipulações foram tão freqüentes e erráticas que perturbaram todos os valores e conseguiram prejudicar e enfurecer a todos, exceto os próprios manipuladores, e os que podiam lucrar com isso, guardando o seu ouro. O padre Gilles li Muisis, de Tournai, achava os mistérios da cunhagem mais obscuros do que a peste e foi inspirado a escrever estes versos famosos:

Dinheiro e moeda muito estranhos são:
sobem e baixam sem qualquer razão.
Se queres ganhar, perdes, por mais que te esforces.⁶

Em 1351, primeiro ano de reinado de João, a moeda sofreu 18 alterações, e, durante a década seguinte, setenta.

Pessoalmente, a idéia que o rei tinha para melhorar a estrutura militar era fundar uma ordem de cavalaria modelar, como a recém-fundada Ordem da Jarreteira do rei Eduardo, nos Cavaleiros da Távola Redonda. A Ordem da Estrela, de João, pretendia rivalizar com a Ordem da Jarreteira, reviver o prestígio francês e consolidar a inconsistente fidelidade de seus nobres à monarquia Valois.⁷

As ordens de cavalaria, com toda a sua pompa, ritual e juramentos, constituíam essencialmente uma maneira de tentar formar um grupo leal de apoio militar, no

qual o soberano pudesse confiar. Era esse, na verdade, o simbolismo da Jarreteira, um pequeno círculo para unir mutuamente os cavaleiros-companheiros, e todos ao rei, como chefe da Ordem. Lançada com muito estardalhaço em 1344, a Ordem da Jarreteira pretendia, originalmente, incluir trezentos cavaleiros de fé, a começar com os mais dignos do reino. Quando formalmente estabelecida, cinco anos depois, foi reduzida a um círculo exclusivo de 26 membros, tendo são Jorge como padroeiro, e roupagens oficiais com as cores azul e dourado. Os estatutos determinavam, o que era significativo, que nenhum de seus membros podia deixar o domínio do rei sem sua autorização. O uso da Jarreteira no joelho pretendia ainda, nas palavras do historiador da Ordem, ser “uma Advertência e uma Exortação para que os Cavaleiros não fossem pusilânimes (fugindo da batalha), traíndo o valor e o renome que eram parte da Constância e Magnanimidade”. Até mesmo os cavaleiros antigos conheciam o medo e fugiam.

Como o objetivo de João era ser abrangente e não exclusivo, tornou a Ordem da Estrela aberta a quinhentos membros. Estabelecida “em honra de Deus, de Nossa Senhora e para a intensificação da cavalaria e o aumento da honra”, a Ordem se reuniria em sessão plenária uma vez por ano, num banquete solene ante os brasões de todos os seus membros. Estes deviam usar uma túnica branca, com uma sobrepeliz vermelha ou branca bordada com uma estrela de ouro, um chapéu vermelho, um anel esmaltado de desenho especial, cavalo negro e sapatos dourados. Deviam trazer uma bandeira vermelha com estrelas e uma imagem bordada de Nossa Senhora.⁸

No banquete anual, cada um dos membros faria, sob juramento, um relato de todas “as aventuras que lhe tinham sucedido naquele ano, tanto vergonhosas quanto honrosas”, e secretários anotariam os relatos num livro. A ordem designaria três príncipes, três senhores e pendão e três cavaleiros que durante o ano tinham praticado os maiores feitos de guerra, “pois nenhum feito de armas em tempo de paz será levado em conta”. Isso significava nenhum feito de guerra privada, em distinção a uma guerra declarada pelo soberano. Igualmente significativo da intenção do rei foi o reaparecimento do juramento de não retirar-se do campo de batalha, formulado de maneira mais rigorosa do que na ordenação, e mais explicitamente do que na Ordem da Jarreteira. Os Companheiros da Estrela tinham de jurar que nunca recuariam numa batalha mais de quatro *arpents* (cerca de 600m) de acordo com suas estimativas, “mas antes morreriam ou seriam feitos prisioneiros”.

Embora os objetivos por trás dessas ordens fossem práticos, a forma já era nostálgica. A guerra se tinha modificado desde os romances do século XII, pelos quais os homens conheciam as lendas do século VI, da Távola Redonda, se é que esta alguma vez existiu. As lendas tinham modelado a cavalaria como o princípio ordenador da classe dos guerreiros, “sem a qual o mundo seria algo confuso”. Mas a busca do Santo Graal não era um guia adequado a táticas realistas.

A melhor expressão militar da cavalaria, aos olhos contemporâneos, foi o famoso Combate dos Trinta, em 1351.⁹ Parte do permanente conflito na Bretanha, ele começou com um desafio ao combate singular feito por Roberto de Beauma-

noir, nobre bretão do lado francês, ao seu adversário Bramborough, do grupo anglo-bretão. Quando seus companheiros quiseram participar, um combate de trinta cavaleiros de cada lado foi organizado. Estabeleceram-se as condições, o local foi escolhido, e depois de terem os participantes ouvido missa e trocado gentilezas, a luta começou. Com espadas, lanças, adagas e achas, lutaram selvagememente até que quatro do lado francês e dois do lado inglês foram mortos, e concordou-se com um recesso. Sangrando e cansado, Beaumanoir pediu uma bebida, provocando com isso a mais notável resposta da época: "Bebe teu sangue, Beaumanoir, e tua sede passará!" Reiniciada a luta, os combatentes pelejaram até que o lado francês predominou e todos os sobreviventes, de ambos os grupos, ficaram feridos. Bramborough e mais oito homens de seu grupo foram mortos, e os outros foram aprisionados para resgate.

Nas discussões generalizadas provocadas pelo combate, "alguns o consideraram como uma tolice e outros como um grande feito", predominando os segundos. O combate foi celebrado em verso, na pintura, na tapeçaria e numa pedra comemorativa colocada no local. Mais de vinte anos depois, Froissart viu um sobrevivente, com uma cicatriz, na mesa de Carlos V, onde era tratado com mais consideração do que todos os outros. Ele disse ao curioso cronista que devia a grande proteção do rei ao fato de ter sido um dos Trinta. O renome e a honra de que a luta se revestiu refletiram-se na visão nostálgica que os cavaleiros tinham do que devia ser uma batalha. Enquanto fazia a guerra e pilhava, o cavaleiro apegava-se à imagem de si mesmo como um *sir* Lancelote.

Com grande brilho, apesar de suas dificuldades financeiras, João lançou a Ordem da Estrela numa solenidade a 6 de janeiro de 1352. Doou todas as vestimentas e ofereceu um magnífico banquete num salão forrado de tapeçarias e bandeiras de ouro e veludo decoradas com estrelas e flores-de-lis. Móveis foram feitos e dourados para a ocasião. Depois de uma missa solene, os participantes se entusiasmaram tanto que um cálice de ouro foi quebrado e ricas tapeçarias, roubadas. Enquanto os cavaleiros festejavam, os ingleses tomavam o castelo de Guines, cujo capitão ausente celebrava com seus companheiros da Estrela.

Para sua própria ruína, os companheiros da Estrela levaram muito a sério o juramento de não fugir do campo de batalha. Em 1352, durante a guerra na Bretanha, uma força francesa comandada pelo marechal Guy de Nesle, foi surpreendida numa emboscada num lugar chamado Mauron, por uma força anglo-bretã com o mesmo número de soldados. Os franceses poderiam ter fugido, salvando-se, mas estavam comprometidos pelo seu juramento a não recuar. Embora cercados, lutaram até que praticamente todos foram mortos ou aprisionados. Era tão grande o número de mortos no local da luta que o corpo de Guy de Nesle só foi encontrado dois dias depois. Sete senhores de pendão e oitenta ou noventa cavaleiros franceses perderam a vida, sem falar nos aprisionados, deixando um vazio tão grande na Ordem da Estrela que "com os grandes prejuízos e desgraças que se seguiram, causaram a ruína daquela nobre companhia".

Nas desgraças da França um jovem de vinte anos, Carlos, rei de Navarra, neto

de Luís X, viu a sua oportunidade. Se realmente visava à coroa francesa, ou a uma vingança pelos males que lhe tinham sido causados, ou simplesmente para fazer agitação como Iago, é um enigma encerrado por um dos mais complexos personagens do século XIV. Um jovem pequeno, magro, com olhos brilhantes e muito bem-falante, era instável, encantador, inteligente, violento, astucioso como uma raposa, ambicioso como Lúcifer, e mais do que Byron, "louco, mau e perigoso de se conhecer". Sedutor e eloqüente, podia persuadir seus pares ou influenciar uma multidão. Permitia-se os mesmos atos de paixão sem rédeas de João e outros governantes, mas, ao contrário de João, era um conspirador sutil, ousado, absolutamente sem escrúpulos, mas de objetivos tão instáveis e incertos a ponto de desfazer suas próprias tramas. Sua única constância era o ódio. É conhecido na história como Carlos, o Mau.

Pelo lado de sua mãe, filha de Luís X, Carlos de Navarra descendia mais diretamente dos últimos Capetos do que João II, mas seus pais tinham renunciado a qualquer pretensão à coroa quando reconheceram Filipe VI. Tinham sido recompensados com o reino de Navarra. O pequeno reino montanhoso nos Pireneus não oferecia maiores perspectivas ao seu filho, mas como conde de Evreux ele tinha um grande feudo na Normandia, onde podia exercer sua influência, e que se tornou sua principal base de operações.

Carlos foi levado a agir por ciúme e ódio de Carlos de Espanha, o novo condestável, a quem o rei, com irrefletido protecionismo, tinha entregue o novo condado de Angoulême, pertencente à casa de Navarra. Depois de irritar Carlos de Navarra tomando o seu território, João, temeroso do resultado, tentou atraí-lo dando-lhe sua filha Joana, de oito anos, em casamento. E quase imediatamente reduplicou a primeira ofensa, retendo o dote da filha, o que não fez de seu novo genro um amigo.

Carlos de Navarra atacou o rei através de Carlos de Espanha. Sem gosto pelas meias-medidas, ele simplesmente o mandou matar, não sem ter calculado que muitos nobres, que odiavam igualmente o favorito, se aliariam ao homem que o eliminaria. Não o matou com as próprias mãos, mas através de um grupo de sicários chefiados pelo seu irmão, Filipe de Navarra, e do qual participaram o conde Jean d'Harcourt, dois irmãos de Harcourt e outros importantes nobres normandos.

Aproveitando uma ocasião em janeiro de 1354, quando o condestável visitava a Normandia, entraram no quarto onde ele dormia nu (como era hábito medieval) e, com espadas brilhando à luz das rochas, arrancaram-no da cama. De joelhos ante Filipe e com as mãos postas, Carlos de Espanha implorou piedade, dizendo que "seria seu servo, pagaria resgate em ouro, abriria mão da terra, iria para o exterior e nunca mais voltaria". O conde d'Harcourt pediu a Filipe que tivesse pena, mas o jovem, imbuído do ódio e dos objetivos do irmão, não lhe deu ouvidos. Seus homens caíram sobre o indefeso condestável, tão "maldosa e abominavelmente" que deixaram seu corpo trespassado de oitenta feridas. Galopando para onde Carlos de Navarra esperava, eles gritaram: "Feito! Feito!"

“O que foi feito?”, perguntou ele, segundo a lenda, e os homens responderam: “O condestável está morto.”¹⁰

A audácia do golpe, o mais próximo possível da pessoa do rei, colocou Carlos de Navarra imediatamente na linha de frente como fator político. O rei declarou confiscadas as suas propriedades na Normandia, mas essa decisão teria de ser imposta pela força.

Os contemporâneos de Carlos atribuíram, em geral, esse ato ao ódio e à vingança, mas teria sido paixão ou cálculo? Embora a total ausência de inibição fosse característica das pessoas nascidas para governar, as estranhas explosões de violência se estavam tornando mais frequentes naqueles anos, talvez como legado da Peste Negra e de um sentimento de insegurança da vida. Em 1354, um dos periódicos motins de estudantes de Oxford explodiu com tal fúria, com uso de espadas, adagas e até mesmo de arcos e flechas, que terminou com um massacre dos estudantes e o fechamento da universidade, até que o rei tomasse medidas para proteger-lhe as liberdades.¹¹ Na Itália, em 1358, quando Francesco Ordelaffi, tirano de Forlì, conhecido por uma terrível *subitezza*, ou gênio explosivo, insistiu em defender até o fim sua cidade contra as forças pontificais, seu filho Ludovico ousou argumentar com ele para que cedesse em lugar de continuar a luta contra a Igreja. “És um bastardo ou um falso filho!”, trovejou o pai enfurecido e, quando o filho lhe voltou as costas, sacou o punhal e “o apunhalou pelas costas, de modo que ele morreu antes da meia-noite”.¹² Num ataque semelhante de fúria incontrolável, o conde de Foix, casado com uma irmã de Carlos de Navarra, matou seu único filho legítimo.

A época estava, há muito, habituada à violência física. No século X uma “Trégua de Deus” tinha sido formulada para atender ao anseio de uma suspensão do combate constante. Durante essa trégua, as lutas eram suspensas nos dias santificados, domingos e Páscoa, e todos os não-combatentes — secretários, camponeses, comerciantes, artesãos e até mesmo animais — não podiam ser molestados pelos soldados, e os edifícios religiosos e públicos ficavam protegidos. Isso, em teoria. Na prática, como acontece com outros preceitos da Igreja, a trégua era uma rede que não conseguia conter o comportamento humano.

Na Inglaterra, os registros das autoridades mostram que o assassinato era, muito mais do que os acidentes, a principal causa de morte, e na maioria dos casos o criminoso fugia ao castigo obtendo a proteção do clero por meio de suborno ou através de relações adequadas.¹³ Se a vida estava cheia de violências corporais, a literatura refletia tal situação. Uma das histórias moralistas de La Tour Landry para suas filhas conta que uma dama fugiu com um monge e, ao ser encontrada na cama com ele pelos seus irmãos, estes “apanharam uma faca e cortaram-lhe os testículos lançando-os ao rosto da dama, e obrigaram-na a comê-los, depois do que ataram-na, junto com o monge, num saco com pedras pesadas e os lançaram no rio, afogando-os”. Outra história fala de um marido que foi buscar a mulher na casa dos pais, para onde tinha fugido depois de uma briga. Ao passarem a noite numa cidade, a caminho de casa, a dama foi atacada “por um grande número de jovens incon-

troláveis e tomados de luxúria”, que “a desonraram vilmente”, fazendo com que morresse de vergonha e sofrimento. O marido cortou seu corpo em 12 pedaços, mandando cada um, com uma carta, para alguns amigos de sua mulher, para que se envergonhassem do fato de ter ela fugido do marido e também se sentissem movidos a vingar-se de seus violentadores. Os amigos reuniram-se imediatamente com a sua gente e caíram sobre a cidade onde o estupro aconteceu, matando todos os seus habitantes.

A violência era tanto oficial quanto individual. A tortura era autorizada pela Igreja e usada regularmente pela Inquisição para descobrir heresias. As torturas e castigos da Justiça civil habitualmente cortavam mãos e orelhas, usavam a roda, queimavam, flagelavam e esquartejavam os corpos dos acusados. Na vida cotidiana, os transeuntes viam criminosos serem açoitados com uma corda cheia de nós, ou acorrentados, de pé, com uma gargantilha de ferro. Passavam por cadáveres pendurados nas forcas, cabeças decapitadas e corpos esquartejados empalados em postes nos muros da cidade. Em todas as igrejas viam quadros de santos sofrendo várias formas de martírios atrozes — por flechas, lanças, fogo, corte de seios —, em geral pingando sangue. A Crucificação, com seus pregos, lanças, espinhos, açoites e mais derramamento de sangue, era inevitável. Sangue e crueldade eram constantes na arte cristã, na verdade essenciais a ela, pois Cristo só se tornou o Redentor e os santos só se santificaram sofrendo violências nas mãos dos homens.

Nos jogos nas aldeias, jogadores com as mãos atadas às costas competiam para matar um gato preso a um poste, espancando-o até a morte com as cabeças, com o risco de ter as bochechas arranhadas ou um olho vazado pelas desesperadas garras do animal.¹⁴ Trombetas aumentavam a excitação. Ou um porco preso num amplo chiqueiro era perseguido por homens com paus, e os espectadores riam enquanto o porco corria, guinchando aos golpes, até cair sem vida. Habitados às durezas físicas e aos ferimentos, em suas vidas, os homens e mulheres medievais não eram necessariamente avessos ao espetáculo da dor, mas antes se divertiam com ele. Os cidadãos de Mons compraram um criminoso condenado de uma cidade vizinha para terem o prazer de vê-lo esquartejado.¹⁵ É possível que a infância medieval, carente de carinhos, produzisse adultos que não davam valor ao próximo, tal como não tinham sido valorizados em seus anos de formação.

Com seu ato ultrajante, Carlos de Navarra tornou-se a atração de um crescente grupo de nobres do Norte da França, prontos a um movimento de protesto contra a coroa de Valois. As velhas tensões entre a monarquia e a baronia tinham sido reavivadas pelas violentas represálias de Filipe e João contra os nobres de cuja fidelidade desconfiavam, e pelas humilhações militares desde Crécy. Donos de terras, atingidos pelo êxodo de mão-de-obra e pela diminuição da receita de suas propriedades, tendiam a resignabilizar a coroa por muitos de seus problemas. Ressentiam-se das pressões financeiras do rei e desprezavam seus ministros, insistindo na

reforma e na maior autonomia local. De sua base na Normandia, Carlos podia tornar-se o foco de um grupo oposicionista, e proclamou essa intenção como um galo cantador.

"Deus sabe que fui eu que, com a ajuda de Deus, mandei matar Carlos de Espanha", anunciou ele numa carta ao papa Inocêncio VI. Descreveu o assassinato do condestável como uma reação justa às afrontas e ofensas, e expressou sua dedicação à Santa Sé e sua solicitude pela saúde do papa. Carlos estava então preparado para oferecer-se como agente dos ingleses, em troca de ajuda para manter suas possessões normandas, e queria usar o papa como intermediário. Numa carta ao rei Eduardo, ele dizia que, por meio de seu castelo e de seus homens na Normandia, podia causar a João II prejuízos "dos quais ele não se recuperará nunca", e pedia que as forças inglesas da Bretanha fossem em sua ajuda.

Durante todo aquele ano, 1354, o rumo futuro do século oscilou entre pressões pela paz e pressões pela continuação da guerra. O papa Inocêncio VI, velho e enfermo, tentou insistentemente promover um acordo, porque tinha ouvido os infiéis batendo à sua porta. Em 1353, os turcos tomaram Galípoli, chave do Helesponto e, portanto, entrada da Europa. As energias cristãs deviam unir-se contra eles, o que seria impossível se a França e a Inglaterra comesçassem a guerra.

Pressionados pelo papa e por seus tesouros vazios, Eduardo e João iniciaram negociações para uma paz que nenhum deles realmente desejava. Eduardo esgotara seu crédito com o povo inglês para uma guerra que nem a luta, nem a diplomacia, podiam concluir. O Terceiro Estado inglês achava que os custos eram maiores do que os lucros. Em 1352, o Parlamento limitou os poderes de recrutamento do rei. Em abril de 1354, quando o camareiro-mor perguntou à Câmara dos Comuns "Desejais um tratado de paz perpétua, se for possível obtê-lo?", seus membros responderam unanimemente: "Sim! Sim!."

Por sua vez, João tinha medo de um acordo entre Carlos de Navarra e a Inglaterra.¹⁶ Os canais de informação medievais vibravam com a história das conspirações de seu genro. E enquanto Carlos lhe fosse hostil, a possibilidade que o rei tinha de recrutar soldados e recolher impostos na Normandia estava reduzida. Forçado pela necessidade humilhante, ele teve de controlar sua fúria, revogar o confisco dos feudos normandos de Carlos, perdoá-lo pelo assassinato de Carlos de Espanha e convidá-lo a Paris para uma cerimônia de reconciliação. Carlos atendeu, porque durante toda a sua vida nunca se recusou a aceitar opções, e também talvez porque, com 22 anos, ainda não tivesse tanta certeza do que queria quanto os seus atos demonstravam. Com juramentos, abraços e fórmulas complicadas, a falsa reconciliação processou-se em março de 1354, e bem podemos imaginar os sentimentos de seus dois atores principais.

A paz esteve iminente, naquele ano. A guerra tinha sido quase concluída com um tratado que era esmagadoramente favorável à Inglaterra, mas no último minuto a França endureceu e recusou-se a assiná-lo. Tudo o que resultou de três anos de conversações e do esforço do papa para promover a paz foi uma prorrogação da trégua por um ano, enquanto os preparativos eram reiniciados. Mais uma vez, Car-

los de Navarra entendeu-se com Eduardo e prometeu esperar os ingleses em Cherburgo para uma campanha conjunta.* As esperanças do papa Inocêncio desmoronaram com o colapso do tratado de paz. Quando ele censurou o rei da Inglaterra por estar conspirando com Carlos de Navarra contra o rei da França, Eduardo mentiu com a mesma facilidade de governantes de épocas posteriores: "Falando sinceramente e jurando fielmente pelo Sagrado Coração", ele negou a acusação por escrito, "sob palavra de rei", embora existissem provas que o incriminavam.¹⁷

Com pressa de recomençar a guerra, ele proclamou a perfídia francesa e a justiça de sua causa em cartas aos arcebispos de Canterbury e York, lidas por arautos para o público. Sermões pregados nos púlpitos difundiram as suas queixas. Eduardo compreendia o valor das relações públicas. Através de vários recursos foram levantados fundos, arrancados consentimentos do Parlamento, e frotas, homens e provisões reunidos durante a primavera e o verão de 1355. Quando a trégua expirou sem renovação no dia do Solstício de Verão, duas forças expedicionárias estavam prontas para velejar, uma comandada pelo Príncipe Negro, para Bordéus, a outra sob o duque de Lancaster, para a Normandia, onde deveria unir-se a Carlos de Navarra.

Com um bom vento empurrando seus numerosos navios, o príncipe Eduardo chegou a Bordéus em três ou quatro dias. Levava mil cavaleiros, escudeiros e outros soldados, dois mil arqueiros e grande número de soldados galeses a pé. Aos 24 anos, forte, com um bigode cheio, o herdeiro do rei Eduardo era um príncipe experimentado e orgulhoso, que conquistaria renome imortal como a Flor da Cavalaria. Sua reputação foi ajudada pelo fato de ele ter tido a sorte de morrer antes de ser desgastado pelas responsabilidades do trono. Os franceses o consideravam como "cruel" e como "o homem mais orgulhoso já nascido de uma mulher".

O objetivo do ataque do príncipe, que se estenderia por 400km para o leste, até Narbonne, e de volta até Bordéus entre outubro e novembro de 1355, não era a conquista, mas a desorganização e o saque. Nunca a "famosa, bela e rica" terra de Armagnac conhecera tal destruição como a que lhe foi imposta naqueles dois meses. A desorganização não era ocasional, mas sim intencional, como o terrorismo militar em qualquer época, para punir, ou dissuadir a população de ficar com o inimigo. Por voltarem à fidelidade francesa, os habitantes de Guiena foram considerados rebeldes contra o rei da Inglaterra, que o príncipe tinha o dever de castigar. Tal política teria de provocar hostilidade, ali e em torno do território que a Inglaterra desejava, mas o príncipe, que não era mais nem menos imaginativo do que a maioria dos comandantes, não pensava no futuro. Com a adesão dos aliados gascoês, havia reunido uma grande força de cerca de nove mil homens, composta de

* Foi esse entendimento, negociado pelo enviado da Inglaterra a Avignon, que supostamente lhe teria valido o título de Carlos, o Mau, embora isso seja contestado por outros, para os quais o apodo lhe foi conferido por seus súditos espanhóis desde os 18 anos. Na verdade, o nome não foi contemporâneo, e não aparece nas crônicas a não ser depois do século XVI.

1.500 lanças (três homens: um cavaleiro e dois acompanhantes, em cada lança), dois mil arqueiros e três mil soldados a pé. Pretendia demonstrar o poderio inglês, convencer os senhores locais de qual era o interesse deles e prejudicar o potencial bélico francês danificando uma região que proporcionava boas receitas ao rei. O saque desempenharia seu papel, tanto como lucro quanto como pagamento.

"Devastando e saqueando a região", como o príncipe escreveu ao bispo de Winchester como se fosse muito natural, "incendiamos Plaisance e outras belas cidades e todas as terras à volta delas".¹⁸ Depois de colocar nas carroças de bagagens o saque, reunir o gado, matar os porcos e galinhas, a força passava à tarefa de destruir, incendiando celeiros e moinhos, construções e depósitos de feno, quebrando jarros de vinho, derrubando as vinhas e árvores frutíferas, bem como pontes, e avançando. Contornando Toulouse, atacaram e incendiaram Mont Giscar, onde muitos homens, mulheres e crianças que até então desconheciam a guerra foram maltratados e mortos. O grupo invasor saqueou Carcassone durante três dias sem atacar a cidadela, "e todo o terceiro dia ficamos para incendiar a dita cidade". O processo foi repetido em Narbonne. Estranhamente, os franceses não ofereceram resistência organizada, apesar da presença do marechal Jean de Clermont, juntamente com o conde de Armagnac, lugar-tenente do rei no Languedoc. Limitando-se a colocar o povo dentro das muralhas da cidade quando possível, Armagnac não enfrentou os ingleses, exceto numa escaramuça inconsequente, quando voltavam.

Sua omissão deveu-se provavelmente ao medo de um ataque à retaguarda pelo seu opulento vizinho e inimigo mortal, Gaston, conde de Foix. As autonomias e rivalidades dos grandes senhores meridionais levavam a relações intranquias com o rei e entre eles. Chamado de Gaston Febo, pela sua beleza e cabelo vermelhódourado, Foix tinha ignorado a convocação de Filipe VI para a defesa do reino, no ano de Crécy. Posteriormente, serviu como lugar-tenente no Languedoc, mas, ao se envolver numa luta com o rei João, foi detido em Paris durante 18 meses. De volta ao seu domínio em 1355, estabeleceu alguma forma de entendimento com o Príncipe Negro, que poupou suas terras durante o ataque, quando ficou neutro. A virtual autonomia desses grandes senhores tirou muito da força da França.

As tropas do príncipe voltaram para passar o inverno em Bordéus, carregadas de tapetes, tecidos, jóias e outro butim, mas não de glória. Onde estavam as proezas, onde estavam a coragem, a habilidade e os feitos de armas que constituíam o orgulho do guerreiro? Roubar e matar civis desarmados não exigia coragem ou força das armas, nem as virtudes cavaleirescas da Távola Redonda e da Jarreteira. O próprio príncipe e seu principal aliado gascão, o *capit** De Buch, seu principal companheiro e conselheiro, *sir* John Chandos; os condes de Warwick e Salisbury e pelo menos três outros participantes da força eram membros da Ordem da Jarreteira, supostamente modelos de magnanimidade. Se, ao se deitarem para dormir, depois de um dia de carnificina, sentiam qualquer discrepância entre o ideal e a

* Seu título derivava do latim *capitalis*, que significa chefe.

prática, ninguém sabe. Não deixaram nenhuma indicação. Para demonstrar seu direito de castigar, o príncipe rejeitou, por duas vezes, um bom preço oferecido pelas cidades para comprar a imunidade do saque. Suas cartas evidenciam apenas um sentimento de realização satisfeita. Seu ataque enriqueceu seus companheiros, reduziu as receitas francesas e mostrou a qualquer gascão hesitante que servir sob a sua bandeira era compensador. Mas até mesmo Froissart, o panegirista incondicional da cavalaria, foi levado a escrever: "Era uma ocasião propícia à misericórdia..." Com o prolongamento da guerra, os homens armados habituaram-se à crueldade e destruição como prática consagrada, o que envenenou o século XIV.

Contidas pelos ventos contrários e pela súbita defecção de Carlos de Navarra, as forças inglesas destinadas à Normandia só se fizeram ao largo em fins de outubro, já atrasadas para uma campanha no norte. Seu comandante, Henry, duque de Lancaster, chamado o Pai dos Soldados, era o militar mais destacado da Inglaterra, que não tinha perdido uma batalha em seus 45 anos.¹⁹ Era um veterano das guerras escocesas, de Sluys, de Calais e de todas as campanhas de França, e, quando seu país não estava em guerra, procurava, dentro da tradição cavaleiresca, outro lugar onde usar sua espada. Ele se tinha juntado ao rei de Castela numa cruzada contra os mouros de Algeciras, e viajou para Prússia, a fim de unir-se aos Cavaleiros Teutônicos numa de suas "cruzadas" anuais para estender o cristianismo às terras dos ateus lituanos.

Herdeiro de terras e fortuna enormes, Lancaster foi feito duque em 1351, o primeiro fora da família real, e construiu posteriormente o palácio de Savoy como sua residência em Londres. Em 1352, enquanto ainda vigorava a trégua entre Inglaterra e França, foi o astro de um acontecimento notável em Paris. Ao voltar de uma temporada na Prússia, desentendeu-se com o duque Oto de Brunswick e aceitou seu desafio para um combate, que foi organizado sob auspícios franceses. Recebeu um salvo-conduto, foi escoltado por um grupo de nobres até Paris, magnificamente recebido pelo rei João, e entrou na liça frente a um esplêndido público formado pela nobreza francesa, mas só a sua reputação foi suficiente para liquidar o adversário. Oto de Brunswick tremia tanto em seu cavalo de batalha que não pôde colocar o elmo ou manejar a espada, e teve de ser levado pelos amigos para retirar seu desafio. O rei amenizou o constrangimento da cavalaria oferecendo um belo banquete, no qual reconciliou os adversários e ofereceu a Lancaster ricos presentes como despedida. Recusando-os, o duque aceitou apenas um espinho da coroa do Salvador, que ao voltar à pátria doou a uma igreja colegiada que tinha fundado em Leicester.

Tão religioso quanto marcial, ele escreveu em francês (que ainda era a língua da corte inglesa) um livro religioso chamado *Livre des saintes médecines*, no qual usava alegoria para revelar as feridas de sua alma — isto é, seus pecados — a Cristo, o Divino Médico. Cada parte do corpo tinha feridas alegóricas e cada remédio tinha

um correspondente simbolismo religioso. Como o duque estava examinando a si mesmo, o grão-senhor do século XIV surge como uma pessoa real que admira a elegância de seus dedos do pé no estribo, e nas justas estende as pernas para serem vistas pelas damas; que também se censura por não gostar do cheiro dos pobres e doentes, e por extorquir dinheiro, terras e outros bens, exercendo influência indevida sobre seus tribunais.

Na invasão da França em 1355, Lancaster teve a companhia do rei Eduardo. Dirigindo-se a Calais, e não a Cherburgo, desembarcaram a 2 de novembro, reuniram uma força de três mil soldados, dois mil arqueiros montados e outros tantos a pé, e partiram ostensivamente para buscar batalha com o rei da França, enquanto saqueavam o Pas de Calais, Artois, e a Picardia, a caminho.

O rei da França tinha “solene e publicamente” lançado o *arrière-ban*, ou convocação geral de todos os homens entre 18 e sessenta anos, em maio, pouco antes do fim da trégua. Devido à falta de atendimento, talvez, a convocação foi repetida várias vezes durante o verão, em Paris e em todos os lugares importantes do reino — “especialmente a Picardia”, de acordo com um cronista. Como uma convocação geral atraía pessoas de duvidosa capacidade militar, a monarquia preferia receber em dinheiro o custo de um determinado número de homens, e não os próprios homens, e procurava fixar os padrões físicos para os que serviam, mandando os outros de volta. Essa escolha para reunir uma força de combate exigia tempo; sem dúvida também, devido ao descontentamento recente, não foram poucos os nobres que não se apressaram. Em novembro, o exército que João levou para o norte para enfrentar os ingleses estava incompleto.

Enguerrand de Coucy VII, com 15 anos de idade, era parte dele. Nada se sabe do que fez, apenas que estava presente entre os “barões da Picardia” no batalhão de Moreau de Fienes, futuro marechal de França. Estava em ilustre companhia, com seu tutor, Matthieu de Roye, Mestre dos Besteiros, Geoffrey de Charny, conhecido como o Cavaleiro Perfeito e o marechal Arnoul d'Audrehem. O batalhão também incluía burgueses de Paris, Ruão e Amiens.²⁰

A campanha, primeira experiência de guerra de Enguerrand, não seria assunto para lendas de heroísmos. O exército francês estava em Amiens em 5 a 7 de novembro, e tinha avançado para o norte, para St. Omer, a 11 de novembro, cruzando a caminho com os ingleses, à esquerda, que tinham partido simultaneamente, marchando para o sul, para Hesdin. Os dois exércitos andaram um à volta do outro, farejando-se, e cada um dos reis lançou proclamações concitando o outro à luta — “corpo a corpo ou força contra força”, nas palavras do desafio de João — que ambos recusaram em meio a muita verborragia de efeito. Se João, como pretendem os cronistas ingleses, temia a batalha campal, Eduardo também não a desejava muito. A principal ação militar de João foi incendiar ou levar provisões do campo, para privar os ingleses de abastecimento, com sacrifício da população local. Tendo de enfrentar um inverno de fome, roubado que fora de suas trabalhosas colheitas, o povo passou a ver a classe militar de seu país não como protetora, mas como saqueadora.

A política de terra arrasada adotada por João obrigou os ingleses a voltar ao litoral, por falta de alimentos, vinho e cerveja. Durante quatro dias só beberam água, o que equivalia à fome numa era em que vinho ou cerveja eram parte essencial da dieta. Os franceses também tiveram o cuidado de levar cartas e dinheiro para estimular uma manobra diversionista escocesa. Notícias de uma ameaça na fronteira da Escócia, mais a perspectiva de um inverno sem bebidas, levaram Eduardo e Lancaster a embarcar novamente, depois de uma campanha que durou apenas dez dias.

João enfrentava agora a necessidade de conseguir da assembléia dos Três Estados um subsídio para pagar seus soldados. Convocados pelo rei, os Estados do Langued'oil — ou seja, do Norte da França — reuniram-se em Paris em dezembro. Em consequência da isenção de impostos para o clero e a nobreza, o Terceiro Estado pagava a maioria dos tributos, razão pela qual controlava a decisão sobre as proporções da subvenção, e, como podia usar influência para obter reformas ou privilégios, a monarquia não ficava muito satisfeita nessas ocasiões.

A oferta feita pelos Estados de 1355 revelou a abundância dos recursos franceses e a fidelidade nacional que havia sob os descontentamentos, mas também uma profunda desconfiança do governo do rei. Os Estados concordaram em manter trinta mil soldados durante um ano, ao custo previsto de cinco milhões de libras, sob a condição de que o dinheiro fosse administrado não pelo Tesouro do rei, mas por uma comissão dos próprios Estados, que pagaria diretamente os soldos. O dinheiro seria obtido com um imposto sobre todos os Estados e também por um imposto sobre o sal, em níveis que teriam de ser aumentados no ano seguinte, quando a soma necessária não foi conseguida. Esse aumento equivaleu a uma taxa de 4% sobre as rendas dos ricos, 5% sobre a classe média e 10% sobre a mais baixa classe tributável. Um dos resultados foi a revolta dos “pequenos contra os grandes” na cidade têxtil de Arras, no norte da Picardia. Embora logo reprimida, era um sinal dos problemas que viriam.

Enquanto isso, as intermináveis intrigas de Carlos de Navarra detonavam a seguinte situação: tentou colocar o delfim Carlos, de 18 anos, contra o pai, ao mesmo tempo que estimulava os senhores normandos a resistir ao pagamento de ajudas ao rei.

Em abril de 1356, o delfim, em sua qualidade de duque da Normandia, estava recebendo Carlos de Navarra e os principais nobres normandos num banquete em Ruão, quando de repente as portas foram abertas e o rei, usando elmo e com muitos acompanhantes, antecedido pelo marechal d'Audrehem com a espada na mão, entrou de súbito. “Que ninguém se mova, ou é um homem morto!”, gritou o marechal. O rei agarrou Navarra, chamando-o de “traidor”, ao que o escudeiro de Navarra, Colin Doublel, sacou do punhal, no terrível ato de lesa-majestade, e ameaçou enfiá-lo no peito do rei. Sem hesitar, João mandou que seus guardas “agarrassem aquele menino e seu senhor também”. Ele próprio segurou Jean d'Harcourt com tanta força que lhe rasgou o gibão da gola à cintura, acusando-o, e a outros presentes que tinham participado do assassinato de Carlos de Espanha, de traição.

Com horror, o delfim implorou ao pai que não o desonrasse pela violência contra seus convidados, mas o rei lhe respondeu: “Não sabes o que eu sei”; eram traidores vis cujos crimes tinham sido descobertos. Carlos de Navarra pediu misericórdia, dizendo-se vítima de informações falsas, mas o rei o mandou prender, junto com os outros, enquanto os demais convidados fugiam, “subindo pelos muros, em seu medo”.²¹

Na manhã seguinte, Jean d'Harcourt, Colin Doublel e dois outros senhores normandos eram levados para a forca, em duas carroças, o veículo ignominioso usado para os condenados, acompanhados pelo rei em pessoa, vestindo armadura completa como se esperasse um ataque. Com os nervos evidentemente tensos, João parou de súbito o cortejo num campo e mandou que os presos fossem decapitados imediatamente. Não lhes concedeu padre, pois como traidores teriam de morrer sem confessar-se, exceto Colin Doublel, condenado por ter erguido uma arma contra o rei, e não por traição. Buscou-se às pressas um carrasco substituto, que precisou dar seis golpes para cortar a cabeça de Harcourt. Os quatro corpos, arrastados depois até o lugar da forca, foram pendurados em correntes, suas cabeças espetadas em lanças, e ali permaneceram durante dois anos. Carlos de Navarra foi preso no Châtelet, em Paris, e suas propriedades na Normandia foram novamente confiscadas pelo rei.

Quando o galês Fluellen, no *Henry V*, de Shakespeare, fala das “cóleras [do rei] e de seus descontentamentos e suas indignações, e também de estar um pouco embriagado em seus cérebros”, poderia estar descrevendo João, o Bom. A principal vítima do rei, Jean d'Harcourt, tinha três irmãos e nove filhos casados numa teia de famílias do Norte da França (uma filha casou-se depois com Raul de Coucy, tio de Enguerrand VII). O rei conseguiu ultrajar as muitas ligações de suas vítimas sem eliminar seu verdadeiro inimigo, Carlos de Navarra. O prisioneiro de Châtelet despertou simpatias, e canções populares foram compostas em sua homenagem.

O caso de Ruão precipitou exatamente o que o rei tinha tentando evitar — a reabertura da Normandia aos ingleses. O irmão de Jean d'Harcourt, Godefrey, o mesmo que levava Eduardo III à Normandia, dez anos antes, e o irmão de Navarra, Filipe, pediram ajuda inglesa para reaver suas propriedades, e quando os ingleses desembarcaram em Cherburgo, em julho de 1356, esses três senhores fizeram o juramento de fidelidade a Eduardo III como rei da França. De Cherburgo os ingleses, comandados pelo duque de Lancaster, avançaram para estabelecer contato com a Bretanha, exatamente no momento em que o Príncipe Negro partia de Bordéus numa incursão pelo norte, na direção do centro da França. Os acontecimentos evoluíam agora no sentido de uma colisão em Poitiers.

Com ingleses, gascões e reforços vindos da pátria, o príncipe avançou para o norte com uma força de cerca de oito mil homens.²² Seu objetivo era unir-se a Lancaster e arrasar o território, em caminho, preferindo saquear a tomar cidades, forta-

lezas ou território. Avançando, lutando e pilhando, o príncipe chegou ao Loire a 3 de setembro, aproximadamente, e, encontrando as pontes destruídas, voltou-se para oeste, para Tours, onde ficou sabendo que um grande exército francês avançava contra ele. Também recebeu informações de que Lancaster já tinha deixado a Normandia e apressava-se para encontrá-lo. Mas o rio Loire interpunha-se entre eles, e na região havia muitos soldados franceses. Seus homens estavam cansados de tantas lutas violentas, saciados e carregados de butim. Depois de quatro dias de hesitação, que lhe custaram a iniciativa, o príncipe voltou-se para o sul, novamente, com a clara intenção de evitar uma batalha campal e levar seu espólio de volta a Bordéus, com segurança.

No Norte, João visara, a princípio, às forças de Lancaster na Normandia, bloqueando-as temporariamente antes de voltar-se para enfrentar a ameaça do Sul. Tinha convocado uma grande mobilização para a defesa do reino, devendo as forças reunir-se em Chartres, na primeira semana de setembro. Estimulados pela presença do inimigo no Loire, no centro da França, os nobres atenderam à convocação, a despeito de sua opinião sobre o rei. Vieram de Auvergne, Berry, Borgonha, Lorena, Hainaut, Artois, Picardia, Bretanha, Normandia. “Nenhum cavaleiro ou escudeiro ficou em casa”, escreveram os cronistas; ali reuniu-se “toda a flor da França”.

Com o rei estavam seus quatro filhos, de 14 a 19 anos; o novo condestável, Gautier de Brienne, que tinha o título de duque de Atenas, um ducado extinto, fundado nas cruzadas; os dois marechais; 26 condes e duques, 334 senhores de pendão e caldeira, e quase todos os senhores menores. Foi o maior exército francês do século — “uma grande maravilha”, escreveu um cronista inglês, “nunca vista da nobreza em armas”. O número real, calculado pelos cronistas com a variação individual de até oitenta mil homens, tem sido interminavelmente discutido e finalmente fixado em torno de 16 mil, cerca de duas vezes o tamanho do exército do Príncipe Negro.

Esse exército não tinha coesão. Os grandes senhores chegavam quando queriam, muitos atrasados para o encontro, cada qual com sua tropa de cinquenta, cem ou 150 homens, sob a sua bandeira própria, e com sua família, bagagem e baixelas de ouro e prata para transformar em dinheiro, se necessário. As determinações disciplinadoras da ordenação de 1351 tinham produzido poucos resultados. Devido a uma discordância quanto à renovação da tributação, os burgueses cancelaram seu apoio, fazendo com que as cidades retirassem seus contingentes. Froissart, por outro lado, informa que João recusou as forças burguesas quando atravessou o Loire, “o que foi loucura sua e dos que o aconselhavam”.

Reunidas as forças francesas, João tinha confiança em poder expulsar o príncipe para a Aquitânia, e até mesmo para a Inglaterra. Entre 8 e 13 de setembro o exército francês atravessou o Loire em Orléans, Blois e outros pontos, e avançou para o sul em perseguição aos anglo-gascões. A 12 de setembro o Príncipe Negro estava em Montbazoin, oito quilômetros ao sul de Tours, onde o encontraram os legados papais que vinham tentando fazer a paz desde o princípio daquele ano. Além de escrever aos reis da Inglaterra e França, e aos principais nobres dos dois países, in-

sistindo para que negociassem, o papa enviou os dois cardeais pessoalmente, para tentar suspender as hostilidades.

O principal dos dois era o aristocrático cardeal Talleyrand de Périgord, um prelado *baldonzoso e superbo* (orgulhoso e altaneiro), como disse Villani. Era filho do conde de Périgord e da bela condessa que teria sido amante do papa Clemente V. Aos seis anos de idade, talvez ainda muito criança para ter vocação religiosa mas não para desfrutar benefícios, teve a permissão do papa para receber a tonsura clerical e, portanto, o direito a cargos eclesiásticos. Bispo aos 23, cardeal aos trinta, teve, em diferentes momentos, nove benefícios ingleses em Londres, York, Lincoln e Canterbury, o que fez dele um dos principais alvos do ressentimento inglês.²³

O príncipe Eduardo ficou sabendo pelo cardeal Talleyrand que o rei da França pretendia interceptá-lo e preparava-se para uma batalha a 14 de setembro e também que o exército francês crescia diariamente com a chegada de novas unidades. Embora o príncipe não quisesse arriscar-se a uma batalha contra forças descansadas e superiores em número, ainda assim rejeitou as propostas de Talleyrand de negociar uma trégua, talvez por ter confiança em sua capacidade de evitar o inimigo. Os franceses estavam avançando depressa, esperavam ultrapassar o príncipe em Poitiers, onde atravessariam a estrada para Bordéus, cortando-lhe a retirada. Durante quatro dias, os exércitos continuaram a marchar sem se encontrar, com os ingleses apenas a 15 ou 20km na frente, e os franceses encurtando gradualmente a distância que os separava.

A 17 de setembro, numa fazenda chamada La Chabotterie, cinco quilômetros a oeste de Poitiers, um grupo francês liderado por Raul de Coucy, *sire* de Montmirail, tio de Enguerrand VII e conhecido como um dos mais corajosos cavaleiros da época, avistou uma unidade de reconhecimento inglesa, e por iniciativa própria partiu para o ataque. Se Enguerrand fazia parte do grupo, não se sabe, e nem mesmo se estava com aquela força. O domínio de Coucy deve, certamente, ter enviado seu contingente, a menos que estivesse na Normandia, enfrentando Lancaster. No choque que ocorreu, Raul avançou tanto que alcançou o porta-bandeira do príncipe, lutando valentemente. Diante do ardor do ataque francês, os anglo-gascões recuaram, mas, inexplicavelmente, embora fossem muito menos numerosos, recuperaram-se e dominaram os franceses. Muitos foram mortos e Raul, aprisionado, embora resgatado pouco depois. Como tantas outras coisas que aconteceram em Poitiers, o resultado em La Chabotterie é difícil de explicar-se.

Cobiçando os resgates a serem obtidos com a escaramuça, os anglo-gascões perseguiram os franceses com tanto entusiasmo que se afastaram três léguas do seu acampamento. Em consequência disso, o príncipe, para reunir e reorganizar suas forças, teve de parar onde estava e acampar para passar a noite, embora sofresse muito com a falta d'água.

Na manhã seguinte, domingo, 18 de setembro, quando as cansadas forças do príncipe retomavam a marcha, pouco adiante de Poitiers, seus observadores avistaram, do alto de um morro, o brilho de armaduras e o flutuar de mil plumas: o

corpo principal do exército francês. Sabendo-se alcançado e certo de que a batalha era inevitável, o príncipe dispôs suas forças no lugar mais favorável que encontrou, uma encosta coberta por um bosque e delimitada por vinhas e heras e por um rio que serpenteava entre pântanos. Além do rio, havia um amplo campo atravessado por uma pequena estrada. O lugar ficava a cerca de 30km a sudeste de Poitiers.

Confiante na vitória de suas forças, que eram mais numerosas, o rei João teve seu ataque sustado pelo cardeal Talleyrand, que chegou com uma grande comitiva de clérigos para implorar-lhe que respeitasse a Trégua de Deus dos domingos até a manhã seguinte, o que dava ao cardeal nova oportunidade de tentar a mediação. Num conselho de guerra no pavilhão real de seda vermelha, o marechal d'Audrehem e outros ansiosos pela batalha, conscientes da ameaça que representava o duque de Lancaster em sua retaguarda, foram contra qualquer demora. Em desacordo com sua opinião, o rei concordou, numa decisão fatal, com o pedido do cardeal. Uma proposta de Geoffrey de Carny de um combate entre cem campeões de cada lado foi rejeitada por seus companheiros, por excluir muitos do combate, da glória e dos resgates. Se a batalha imediata ou a proposta de Charny tivessem sido aceitas, o resultado final poderia ser diferente.

Quando o cardeal Talleyrand correu de volta ao campo inglês, encontrou o príncipe mais cordato, e até mesmo ansioso por qualquer acordo que o afastasse do perigo, com a honra e o butim intactos. Eduardo prontificou-se a entregar sem resgate todos os prisioneiros feitos durante as duas campanhas, bem como todos os lugares ocupados, e a concordar com uma não-beligerância por sete anos, durante os quais se comprometia a não pegar em armas contra o rei da França. Ofereceu-se até mesmo, segundo a *Chronique des quatre premiers Valois*, a entregar Calais e Guînes, embora certamente lhe faltasse autoridade para isso. Suas extraordinárias concessões mostram que a situação lhe parecia desesperadora e capaz de vencê-lo pela fome, se os franceses preferissem cercá-lo e esperar. Ou sabendo ser improvável uma decisão tão pouco gloriosa de parte dos adversários, ele talvez estivesse ganhando tempo para completar o preparo da posição de seus arqueiros. Era o que seus homens já estavam fazendo, e, durante todo o dia de conversações, continuaram a abrir trincheiras e colocar paliçadas.

O rei João concordou em examinar a proposta. O cardeal Talleyrand e seus clérigos corriam de um lado para outro em suas mulas, e os principais cavaleiros do príncipe foram parlamentar pessoalmente munidos de salvo-condutos. Quase todas as batalhas daquela interminável guerra, exceto na Bretanha, foram precedidas de tentativas de evitá-las que nunca tiveram êxito. Arrogante em sua certeza da vitória, João aceitou a oferta, sob condição de que o príncipe de Gales se rendesse, com cem de seus cavaleiros, como prisioneiros do rei de França. O príncipe recusou-se terminantemente a essa humilhação, tendo, enquanto isso, melhorado sua posição na floresta e atrás das heras. Enquanto Talleyrand ainda implorava ao rei, pelo amor do Cristo, para que aceitasse pelo menos uma trégua até o Natal, o dia de conversações terminava. O conselho de guerra francês reuniu-se novamente para determinar o local do ataque.

O marechal Clermont aconselhava um bloqueio, exatamente o que o príncipe temia. Em lugar da loucura de atacar os ingleses em sua posição protegida, ele disse que os franceses deviam acampar em volta deles: quando não tivessem mais comida, "abandonariam aquele lugar". Era a decisão óbvia e sensata, mas os ditames da cavalaria a proibiam. Recebida com desprezo e violentamente refutada pelo marechal d'Audrehem, a proposta de Clermont foi rejeitada. Três cavaleiros que tinham feito reconhecimento das linhas inglesas informaram que o único acesso ao inimigo era uma estreita passagem que só permitia quatro homens de uma vez. A conselho de *sir William Douglas*, escocês experimentado contra os ingleses e que era o principal tático do rei, tomou-se a decisão crítica de que o corpo principal atacasse a pé. Mas em lugar de abandonar totalmente a carga de cavalaria de armadura pesada, resolveu-se que o rompimento inicial das linhas dos arqueiros seria realizado por uma força de trezentos cavaleiros da elite do exército, montados nos mais fortes e rápidos cavalos. Todos os três chefes militares, o condestável e os dois marechais, foram imprudentemente designados para esse grupo.

Ao amanhecer da segunda-feira, 19 de setembro, em azáfama e clamor de armas, com trombetas tocando, o exército francês colocou-se atrás da linha de frente montada, nos três batalhões habituais. Foram postados um atrás do outro, presumivelmente para investidas sucessivas, mas impossibilitados, devido a tal posição, de se ajudarem mutuamente no flanco. O delfim, de 19 anos, que nunca tinha participado antes da guerra, era o comandante nominal do primeiro batalhão; Filipe d'Orléans, irmão do rei, de vinte anos e igualmente novato, comandava o segundo; o próprio rei, o terceiro. Estava acompanhado de uma guarda pessoal de 19 outros vestidos exatamente como ele, de armadura negra e manto branco marcado com a flor-de-lis. Era uma precaução prudente, embora não cavalheiresca, já que, numa batalha da qual o soberano participava, o inimigo fazia tudo para capturá-lo.

"A pé! A pé!", ordenou João, e "colocou-se a pé antes de todos". Já foi dito que ele tomou a decisão de desmontar para reduzir a oportunidade de ação individual, ou fuga, entre suas forças desunidas. Críticos modernos — pois o debate continuou — consideraram essa decisão como "loucura suicida"; outros, como a única sensata e exequível, porque a cavalaria não podia movimentar-se em massa, devido aos pântanos, sebes e valas.

Os cavaleiros desmontaram, retiraram as esporas, cortaram as longas pontas de suas *poulaines* e encurtaram as lanças para um metro e meio. A *Oriflamme*, a bandeira vermelha bifurcada do rei de França, foi entregue a Geoffrey de Charny, o Cavaleiro Perfeito. A lenda fazia remontar essa bandeira a Carlos Magno, que a teria levado à Terra Santa, em resposta a uma profecia de um anjo, segundo a qual um cavaleiro armado de lança dourada, cuja ponta soltava chamas de "grande maravilha", libertaria a terra dos sarracenos. Bordada com as chamas douradas que lhe davam nome, a bandeira fora adotada pela monarquia da abadia de St. Denis, juntamente com o grito de batalha "*Montjoie-St. Denis!*". Como sinal de avançar ou reagrupar-se, o grito de guerra significava fidelidade a um determinado senhor. Naquela manhã, o rei anunciou que o grito de guerra real valeria para todos.

“Tendes amaldiçoado os ingleses”, disse ele aos nobres reunidos, “e ansiado por medir-vos com eles. Vede-os! Lembrai os males que vos causaram e vingai-vos das perdas e dos sofrimentos que inflingiram à França. Prometo-vos que iremos à batalha com eles e Deus esteja conosco!”.

O príncipe de Gales colocou dois batalhões na frente, para se apoiarem mutuamente, e um atrás, com os arqueiros formados em ziguezague, divididos entre os três batalhões. Os quatro condes — Warwick e Oxford, Suffolk e Salisbury — comandavam as duas divisões de frente, o príncipe e Chandos a retaguarda, com um corpo de quatrocentos homens de reserva ao seu lado. Os ingleses tinham a vantagem do terreno e a vantagem muito maior de formarem um exército coeso, experimentado em duas campanhas, com treinamento profissional e melhor administração e organização. Para as expedições ao continente, os ingleses tinham de planejar com cuidado e recrutar de maneira seletiva o melhor e mais resistente material de combate.

Mesmo naquela ocasião, e talvez devido à divisão das opiniões de seus conselheiros, o príncipe ensaiou um movimento de retirada em direção à estrada de Bordéus. “Pois naquele dia”, nas palavras de Chandos Herald, “ele não desejava o combate, digo-lhes a verdade, mas queria sem dúvida evitar totalmente a batalha”. O movimento das carroças de bagagens atrás do morro, revelado pelos galhardetes esvoaçantes de sua guarda avançada, foi visto pelo marechal d'Audrehem, que gritou: “Ha! Atrás deles! Atacar, ou perdemos os ingleses!” Clermont, mais sóbrio, ainda aconselhava uma manobra de cerco, provocando uma furiosa discussão entre os dois marechais quando a batalha já era iminente. Audrehem acusou o colega de ter “medo de olhá-los” e de provocar um atraso que representaria uma derrota, ao que Clermont respondeu com um insulto sutil, “Ah, marechal, não serei tão corajoso a ponto de ter o focinho de vosso cavalo no traseiro do meu!” Em meio a esse clima de desunião, foi lançada a carga da vanguarda montada.

Advertido do ataque, o príncipe teve de sustar a partida inicial, reagrupar a tropa e, num discurso inflamado, concitar seus cavaleiros a lutar pela pretensão de seu rei à coroa francesa, pela grande honra da vitória, pelo rico butim e pela fama eterna. Disse-lhes para confiar em Deus e obedecer as ordens.

Atacando pelo flanco, o esquadrão de Audrehem foi colhido e dizimado pelas penetrantes flechas dos arqueiros, enquanto Clermont, junto com o condestável, avançava no ataque frontal de que tanto duvidava, e foi obrigado a recuar sob uma chuva de flechas tão densa que escureceu o ar. Atirando de posições abrigadas e protegidos pelos cavaleiros a pé e pelos soldados, os arqueiros, por ordens expressas do conde de Oxford, visavam as ancas desprotegidas dos cavalos. Tropeçando e caindo, os cavalos eram derrubados com seus cavaleiros, ou empinavam e voltavam, atropelando os que vinham logo atrás, “provocando grande mortandade entre seus donos”. Era novamente a loucura de Crécy. Os cavaleiros tombados não conseguiam levantar seus animais, nem a si mesmos. Na confusão que se seguiu, em meio ao som das trombetas, gritos de guerra e gemidos dos feridos e das monta-

rias, tanto Clermont como o condestável foram mortos, Audrehem foi aprisionado e a maior parte dos cavaleiros mortos ou aprisionados.

Já o batalhão do delfim avançava a pé em direção à confusão. Com Carlos na linha de frente estavam seus dois irmãos, Luís, duque d'Anjou, de 17 anos, e João, futuro duque de Berry, de 16 anos. Envolvido pelo inferno dos cavalos sem cavaleiros e do combate em curso, o batalhão lutou selvagememente, corpo a corpo, usando as lanças encurtadas, as achas-de-armas e as espadas. Mas sem um comandante experimentado, tendo à sua frente apenas um rapaz que assistia ao colapso, a unidade começou a recuar. Um grito de triunfo, vindo das gargantas inimigas, assinalou a captura da bandeira do delfim. Se por ordem do rei para salvar seus filhos, como se disse depois, ou por decisão dos quatro senhores que serviam de guardiães dos príncipes, a verdade é que a maior parte do batalhão retirou-se, recuando e contagiando com o fracasso o batalhão do duque d'Orléans. Em lugar de entrar na luta com novas forças para não dar descanso aos pressionados ingleses, o que àquela altura poderia ter salvo a situação, o batalhão do duque, arrastado pela retirada, fugiu sem ter desfechado um golpe sequer, alcançou os cavalos que esperavam e galopou em direção à cidade.

"Avançar!", gritou o rei ante esses sucessivos desastres, "pois eu conquistarei a vitória ou morrerei na luta!". Com a *Oriflamme* tremulando e tendo ao lado do pai, o futuro duque de Borgonha, Filipe, de 14 anos, o maior dos três batalhões avançou desajeitadamente a pé, em seus casulos de ferro, para a sangrenta batalha. "Desgraça!", gritou um cavaleiro inglês, vendo que se aproximavam. "Estamos perdidos!" Ao que o príncipe contestou: "Mentes, miserável covarde! Blasfemas, dizendo que eu, estando vivo, possa ser vencido!" Os dois lados se chocaram com a força e a ferocidade do desespero. Embora o resultado da batalha se pudesse prever, como foi dito, no momento que a sexta flecha foi disparada, agora, quando os arqueiros ingleses tinham esvaziado suas aljavas, a decisão parecia pendente. Na pausa antes do novo ataque francês, os arqueiros recuperaram flechas arrancando-as dos feridos e dos mortos; outros jogavam pedras e combatiam com facas. Se tivesse sido feito um terceiro ataque francês, é possível que, àquela altura, contra um adversário já exaurido, ele tivesse êxito.

A batalha entrou em sua sétima hora, uma encrespada massa de grupos que se golpeavam, sem qualquer formação, exceto as unidades do príncipe e de Chandos, que ainda guardavam as reservas no alto no morro. Apontando para o local onde tremulava a *Oriflamme*, Chandos aconselhou o príncipe a atacar o grupo do rei, dizendo: "A coragem não lhe permitirá fugir; ele cairá em nosso poder e a vitória será nossa." Numa manobra decisiva, o príncipe mandou que seu dartagnanesco aliado, o *capitão* De Buch, levasse uma pequena força para atacar a retaguarda francesa enquanto, com as reservas montadas e os homens de seu batalhão que não tinham sido feridos, ele faria um derradeiro esforço para uma ofensiva frontal. "Senhores, acompanhai-me! Pelo amor de Deus, pensai em atacar! Avança, estandar-te, em nome de Deus e de São Jorge!"

Suas trombetas soarem e o eco, devolvido pelas muralhas de pedra de Poitiers,

ressoaram pelos bosques, “fazendo pensar que os morros tinham gritado para os vales e o grito trovejava nas nuvens”. A carga inglesa, total ou parcialmente a cavalo, desceu sobre a unidade do rei “como o javali selvagem da Cornualha”. A batalha chegou a uma fúria de clímax “e ninguém foi tão bravo que não sentisse um aperto no coração”, escreveu Chandos Herald. “Cuidado, pai, à direita! Atenção, à esquerda!”, gritava Filipe enquanto os golpes caíam. Cavaleiros se atracavam em combate pessoal, “cada qual pensando em sua honra”. Atacados pela carga do príncipe na linha de frente, e pelos cavaleiros do *capital* na retaguarda, os franceses lutaram num desespero feroz. Sangrando de múltiplos ferimentos, Geoffrey de Charny foi derrubado e morto, tendo ainda nas mãos a *Oriflamme*. A guarda do rei, cercando-o numa poderosa cunha, tremeu sob o ataque. “Alguns, eviscerados, pisavam as próprias entranhas; outros vomitavam seus dentes; outros ainda de pé tinham os braços cortados. Os agonizantes se contorciam no sangue de estranhos, os corpos caídos gemiam e os espíritos orgulhosos abandonando seus corpos inertes, lamentavam-se horivelmente.” Os mortos se empilhavam à volta da acha-de-armas do rei, que, sem o elmo, sangrava de dois ferimentos no rosto. “Recuai, recuai, ou sois um homem morto!”, gritavam vozes. No meio dos roucos gritos e da feroz luta para aprisioná-lo, um exilado francês, Denis de Morbecque, banido por assassinato e agora a serviço dos ingleses, aproximou-se do rei e disse: “Senhor, sou um cavaleiro de Artois. Entregai-vos a mim e eu vos levarei ao príncipe de Gales.” O rei João entregou-lhe a luva e rendeu-se.

Com a perda do rei, as forças francesas que ainda restavam desintegraram-se, e os que puderam fugiram em direção às portas de Poitiers para escapar à captura. Ingleses e gascões de todas as categorias sociais os perseguiram em desordem, a coбиça superando o cansaço, e disputavam-se prisioneiros diante das próprias muralhas da cidade. Alguns dos franceses voltaram-se novamente contra os ingleses e prenderam alguns dos seus perseguidores.

A derrota privou a França de sua liderança. Além do rei, do condestável e dos dois marechais, do porta-bandeira da *Oriflamme*, mortos ou prisioneiros, os vencedores capturaram um arcebispo guerreiro, 13 condes, cinco viscondes, 21 barões e senhores de pendão e caldeira, e cerca de dois mil cavaleiros, escudeiros e guerreiros da pequena nobreza. Um número grande demais para ser levado para a Inglaterra, razão pela qual a maioria foi libertada sob o compromisso de levar seus resgates a Bordéus, antes do Natal.

O número dos mortos, que difere a cada relato, foi pelo menos de vários milhares, dos quais 2.426 eram nobres. O fato de ser ele igual, ou maior, ao de capturados mostra a valentia com que os franceses lutaram, mas, infelizmente para a França, os sobreviventes que fugiram deixaram impressão mais forte do que os mortos que lutaram. As *Grandes chroniques* admitem abertamente que batalhões “fugiram vergonhosa e covardemente”, e a *Chronique normande* conclui sombriamente: “A mortalidade dessa batalha não foi tão grande quanto a vergonha.”

Foi essa a maior consequência de Poitiers. Os cidadãos que acompanhavam a batalha do alto das muralhas da cidade presenciaram um recuo vergonhoso e uma fuga desordenada, e as histórias que contaram espalharam-se por toda a França. A retirada do batalhão de Orléans, que causou a perda da batalha, é difícil de ser explicada, a não ser pelo descontentamento dos nobres antagonizados pelo rei. Havia, sem dúvida, muitos entre eles que não teriam lamentado uma desgraça da monarquia, e bastariam os gritos de uns poucos para provocar o pânico. Qualquer que seja a causa, o efeito foi aprofundar e disseminar a desconfiança em relação aos nobres e diminuir a confiança na estrutura preordenada da sociedade.

O sentimento popular manifestou-se imediatamente contra os senhores que voltavam para levantar o dinheiro de seu resgate. Foram “tão odiados e acusados pelos plebeus”, conta Froissart, que tiveram dificuldade de entrar nas cidades e, por vezes, até mesmo em suas propriedades. Os camponeses de uma aldeia na Normandia, pertencente ao *sire* de Ferté-Fresnel,²⁴ vendo seu senhor chegar com apenas um escudeiro e um criado, e sem a espada, gritaram: “Aqui está um dos traidores que fugiram da batalha!” Correram para os três, arrancaram o senhor do cavalo e o espancaram. Ele voltou alguns dias depois, melhor armado, para vingar-se, e matou um dos aldeões. Embora esse pequeno motim tenha sido rapidamente esmagado, era um presságio. Vários senhores enfrentaram, ao voltar, o escárnio ou a hostilidade repentina, e tiveram dificuldades em conseguir a tradicional ajuda para o resgate. Para obter o dinheiro, muitos foram obrigados a vender todos os seus móveis ou libertar seus servos em troca de pagamento. A ruína de muitos cavaleiros foi um subproduto de Poitiers.²⁵

O grito de “Traidor!” não foi apenas um protesto isolado, mas a explicação de todo um povo para o inexplicável. Era o eterno grito de conspiração, da punhalada pelas costas. De que outra maneira poderia o grande rei da França ter sido aprisionado, e o grande exército de cavaleiros franceses sido derrotado por um punhado de “arqueiros e bandidos” a não ser pela traição? Um folheto contemporâneo, em verso, chamado “Lamento da batalha de Poitiers”, acusa explicitamente,

A grande traição por muito tempo ocultada,
Foi no dito exército claramente mostrada.²⁶

O autor, um clérigo desconhecido, acusa certas pessoas de terem, pela “sua cobiça vendido segredos do Conselho Real aos ingleses” e, ao serem descobertas e “expulsas do Conselho pelo rei”, de conspirarem para destruí-lo, e os seus filhos. A fuga desses homens falsos, “traçoeiros, desleais, infames e perjuros”, foi uma traição planejada; neles desonrou-se a nobreza, e a França também. Negaram Deus, são orgulhosos, ambiciosos e de maneiras altaneiras,

Falsos e presunçosos, de desonestos ares,
Com cinturões dourados, plumas nas cabeças,
E com barbas de bode como se fossem bestas,
Qual trovão e tempestade nos tonteiam.

A barba mencionada, originalmente sinal de penitência, passara depois a ser usada em formato estreito e bifurcado, como mandava a moda, e tornou-se então objeto de sátira, relacionada com a fuga.

O “Lamento” só tem louvores para João II, que lutou até o fim com seu filho ao lado. Na opinião pública ele tornou-se um herói. Por mais inepto que fosse como soberano e capitão, seu valor pessoal, ressaltado de maneira pungente pelo “filhinho”, glorificava-o aos olhos de seus súditos e dava à França um estímulo para recuperar a honra. O “Lamento” manifesta a esperança de que Deus mande “bons homens de grande poder” para vingar a derrota e trazer de volta o rei, concluindo de maneira significativa:

Se bem aconselhado, o rei vai comandar
Jacque Bonhomme com o seu grande exército
Que não foge da guerra para se salvar!

Depois que os cidadãos de Poitiers incineraram os corpos fora das muralhas, o prefeito proclamou luto pelo rei capturado e proibiu a celebração de qualquer feriado ou festa. No Languedoc, os Estados Gerais proibiram, pelo período de um ano enquanto o rei não fosse libertado, o uso de ouro, prata ou pérolas, de mantos ou chapéus enfeitados ou rendilhados, e entretenimento por menestrelis e jograis. O delfim e seus irmãos, embora julgados desfavoravelmente em comparação com o jovem Filipe, não foram incluídos nas acusações feitas aos nobres. Carlos, ao voltar para Paris, “foi recebido com honras pelo povo, tomado de dor pelo aprisionamento do seu pai, o rei”. Segundo Jean de Venette, o povo achava que ele promoveria, de alguma forma, a libertação do rei “e toda a nação de França seria salva”.

Por que a fuga? Por que a derrota? Para Villani, na Itália, o acontecimento extraordinário parecia “inacreditável”; Petrarca informado em Milão ao voltar de uma viagem, não ficou menos espantado; os próprios ingleses consideraram sua vitória um milagre e gerações sucessivas tiveram dificuldades de compreendê-la. Militarmente, a superioridade numérica francesa era neutralizada pela incapacidade de comando. Os dois mil besteiros genoveses, segundo certos relatos, não chegaram sequer a ser usados, embora outros digam o contrário. A relativa ineficiência dos arqueiros franceses durante todo o século é um enigma. Cidade e aldeias da França mantinham companhias de arqueiros, estimuladas por privilégios especiais, e homens de Beauvaisis, junto da Picardia, consideravam-se, em habilidade individual, os melhores do mundo. Não obstante, nunca foram usados em combinação com os cavaleiros e os soldados, porque os nobres franceses não queriam dividir com plebeus o predomínio no campo de batalha.

O separatismo na Normandia e Bretanha, a incapacidade de resistir ao ataque do Príncipe Negro no Languedoc, e as intrigas e traições de Carlos de Navarra foram aspectos da desunião que levou à derrota na batalha de Poitiers. O direito de retirada independente, que a Ordem da Estrela e a ordenação de 1351 tinham tentado eliminar, ainda não deixara de existir na mente dos nobres. A derrota em Poitiers foi uma vitória de Pirro da independência dos barões.

Foi também, no lado inglês, uma vitória do comando militar, que compensou o cansaço e a inferioridade numérica. O príncipe podia dar ordens que eram obedecidas e, com uma liderança moral maior que a de João, e comandantes de batalhões nos quais podia confiar, controlava os acontecimentos. Ficava onde podia ver a batalha e dirigir os movimentos, era servido por soldados vigorosos e experientes, e tinha dois elementos essenciais ao triunfo: nenhuma possibilidade de retirada e uma força de vontade que levava os homens a lutar até o fim. Como comandante, nas palavras de Froissart, era “corajoso e cruel como um leão”.

Cansado de lutar e ansioso por afastar seu real prisioneiro do alcance de qualquer tentativa de libertação, o príncipe não fez qualquer esforço para unir-se às tropas de Lancaster, dirigindo-se imediatamente para o sul, para Bordéus, arrasando novas carroças de bagagem cheias de artigos de luxo, inclusive mantos de peles, jóias e livros ilustrados, tomados dos franceses. Liberados pelo delfim depois da derrota, os nobres franceses dispersaram-se para proteger seus domínios; não se mobilizaram para tentar libertar o rei durante a marcha de 240km até Bordéus. Os cardeais dirigiram-se para aquela cidade, no intuito de renovar a pressão em favor da paz, e, enquanto os termos de um acordo estavam sendo negociados, ingleses e gascões dedicaram-se a um comércio maciço de compra e venda de prisioneiros e participação nos resgates, com acaloradas disputas sobre quem tinha aprisionado quem, criando com isso não poucas inimizades. Ouviam-se queixas de que os arqueiros tinham matado muitos que poderiam ter sido usados para conseguir resgates. Quando o príncipe propôs levar o rei da França para a Inglaterra como prisioneiro, os gascões, irritados, reivindicaram uma parcela de seu resgate e tiveram de ser apaziguados com o pagamento de 100 mil florins, depois de uma oferta inicial de 60 mil, por eles recusada.

Com o rei francês em suas mãos, os ingleses estavam em condições de impor uma negociação extremamente vantajosa. E embora os negociadores franceses fossem os próprios prisioneiros e o delfim estivesse, na França, ocupado com os acontecimentos em Paris, os franceses protestaram ante as duras condições oferecidas. Passou-se o inverno sem que houvesse qualquer acordo, exceto o de uma nova trégua de dois anos. Em maio de 1357, sete meses depois da batalha, o Príncipe Negro levou o rei João, seu filho e outros prisioneiros nobres de volta para Londres, enquanto, na esteira da derrota, o Terceiro Estado tentava assumir o controle em Paris.

A França decapitada: o levante burguês e a Jacquerie

HÁ MUITO EXASPERADO pela desordem das finanças e a venalidade dos ministros do rei, o Terceiro Estado de Paris aproveitou a decapitação da monarquia para tentar impor alguma forma de controle constitucional. A convocação dos Estados Gerais para conceder dinheiro para a defesa durante a crise foi a sua oportunidade. Tão logo os oitocentos delegados puderam reunir-se em Paris em outubro, o inexperiente delfim, humilhado e atemorizado pela derrota de Poitiers, teve de relatar o vergonhoso resultado da batalha e pedir aos Estados ajuda para libertar o rei e defender o reino. Os burgueses, principais credores do Estado, constituíam metade dos delegados e ouviram com frieza o chanceler do rei, Pierre de la Forêt, apoiar a solicitação. Depois de se transformarem numa Comissão permanente de Oitenta, incluindo nobres e clérigos, e deixando que o restante voltasse satisfeito para casa, os Estados prepararam-se para apresentar ao delfim suas exigências. Pediram para falar com ele em particular, acreditando que sem seus conselheiros seria mais fácil pressioná-lo.

A maior figura entre eles, que seria o espírito animador da iminente erupção, era o preboste dos comerciantes, Etienne Marcel, rico negociante de tecidos cujo cargo equivalia ao de prefeito de Paris. Tinha sido o porta-voz quando os Estados de 1355 demonstraram sua desconfiança em relação ao governo real. Marcel representava os magnatas mercantis do Terceiro Estado, os produtores e homens de negócios da sociedade medieval, que nos últimos duzentos anos tinham conseguido uma influência prática, embora não a posição, igual à dos grandes prelados e nobres.

Sua primeira exigência, em nome dos Estados, era o afastamento dos sete conselheiros reais mais notoriamente venais, cujas propriedades teriam de ser confiscadas e que seriam proibidos para sempre de ocupar cargos públicos. No lugar deles, um Conselho dos Vinte e Oito, formado de 12 nobres, 12 burgueses e quatro

clérigos seria nomeado pelos Estados. Sob tais condições, estes concordavam em permitir certos impostos como ajuda para a guerra. Uma condição final, que teriam feito melhor em evitar, era a libertação de Carlos de Navarra.

Desejavam-no devido à sua capacidade de agitação, que pressionaria o delfim, e porque Navarra tinha um aliado entre os burgueses, um conspirador como ele, que era a eminência parda do movimento de reforma. Tratava-se de Roberto le Coq, bispo de Laon, clérigo de origens burguesas e eloquência “perigosa”, que pelo caminho da lei tinha subido no favor real e na burocracia, como advogado do rei com Filipe VI e membro do Conselho Real com João II. Ele tinha uma biblioteca, grande para a época, de 76 livros, dos quais 48 tratavam do direito civil e canônico, refletindo sua preocupação com os problemas de governo, e sete eram coleções de sermões usados como modelos de arte oratória.¹ Estilo e linguagem eram uma preocupação medieval da qual Le Coq se fez um mestre. Nomeado bispo de Laon, encenou a estranha reconciliação de João II e Carlos de Navarra, cujas ambições via como veículo de suas próprias ambições. Queria ser chanceler e odiava tanto o rei, por não lhe dar o cargo, como o chanceler de então, por ocupá-lo.

O delfim Carlos, por mais débil que parecesse, tinha sob sua aparência doentia uma forte capacidade de resistência e uma inteligência inata que o ajudaram na adversidade. Pálido e magro, embora ainda não sofresse das doenças que mais tarde o atacariam, tinha olhos pequenos e penetrantes, lábios finos, um nariz comprido e também fino, e corpo mal proporcionado. Era tudo, menos um libertino na aparência, embora os dois filhos bastardos que lhe são creditados por alguns contemporâneos devam ter sido gerados, a julgar pela idade deles, quando o delfim tinha 15 ou 16 anos.² Não tendo gosto nem capacidade para empresas militares, procurava substituí-las pelo exercício da mente, o que era útil para o governo, embora não característico dos Valois. De fato, houve rumores sobre sua mãe (que tinha 16 anos ao casar-se com João, de 13), segundo os quais o filho mais velho talvez não fosse um Valois.³ O delfim certamente não se parecia em nada com João.

Tendo de defender a coroa em meio ao naufrágio, Carlos, seguindo a orientação dos conselheiros de seu pai, rejeitou as exigências dos Estados e ordenou sua dissolução. Ao mesmo tempo, afastou-se de Paris, por precaução. Recusando a dissolução, a comissão permanente reuniu-se no dia seguinte à partida do delfim, em novembro de 1356, e ouviu um inflamado discurso de Le Coq denunciando o des-governo real e especificando maiores exigências de reforma. “Vergonha para aquele que não se manifestar”, exclamou ele, “pois nunca o momento foi tão oportuno como agora!”

A tentativa de limitar a monarquia tornou-se então clara. Poderia ter sido o Runnymede francês* se os contestadores fossem tão coesos quanto os barões ingleses de 1215, mas logo se dividiriam em facções.

O nível superior do Terceiro Estado, constituído de comerciantes, fabricantes,

*Localidade no condado de Surrey, onde se supõe ter sido assinada a Magna Carta do Rei João dos ingleses. (N. do T.)

advogados, ocupantes de cargos e fornecedores da coroa, nada mais tinha em comum com a sua base de classe trabalhadora, a não ser o fato de serem plebeus. Superar essa barreira era o objetivo de todo magnata burguês. Enquanto caminhava para o enobrecimento e para uma propriedade rural, ele imitava as roupas, costumes e valores dos nobres e, ao ascender a essa classe, partilhava de suas isenções fiscais — vantagem nada pequena. Etienne Marcel tinha um tio que havia pago o maior imposto em Paris em 1313 e cujo filho comprou uma patente de nobreza por 500 libras. O sogro e o cunhado de Marcel, Pierre e Martin des Essars, partindo de origens burguesas em Ruão, se tinham enriquecido e enobrecido a serviço de Filipe, o Belo, e Filipe VI.⁴ Como agentes da coroa, eles e sua gente abasteciam as famílias reais, comissionavam suas tapeçarias e livros, compravam suas jóias, tecidos e obras de arte, serviam como seus confidentes e financiadores, e ocupavam cargos lucrativos como tesoureiros e coletores de impostos. Pierre pôde dar à sua filha Marguerite, quando se casou com Marcel, um dote principesco de três mil escudos.

Nobres e clero ressentiam-se da proteção real dada aos funcionários, e a opulência que lhes era permitida, quando escolhidos fora de suas fileiras. Viam com especial aversão os funcionários que se ocupavam das finanças, “que viajam com pompa e fazem fortunas maiores do que os duques e casam suas filhas com nobres e compram as terras dos cavaleiros pobres, aos quais enganaram e empobreceram [...] e nomeiam seus parentes para cargos cujos números crescem dia a dia e cujos salários acompanham esse crescimento”.⁵

Entre a classe oficial e os comerciantes burgueses como Marcel não havia simpatia, embora partilhassem dos empreendimentos do capitalismo. Quando este se tornou possível através das técnicas do sistema bancário e creditício, passou a ser respeitável. A teoria de uma sociedade não-aquisitiva desapareceu, e a acumulação da riqueza excedente perdeu seu caráter negativo — na verdade, passou a ser invejável. Em *Renart le contrefait*, uma sátira da época, os burgueses ricos desfrutavam da melhor condição de todos: “Vivem de maneira nobre, usam roupas senhoriais, têm falcões e gaviões, bons palafréns e cavalos de batalha. Quando os vassalos têm de ir para os exércitos, os burgueses dormem em suas camas; quando os vassalos vão ser massacrados em combate, os burgueses fazem piqueniques junto ao rio.”

Escolhido pelos principais cidadãos, o preboste dos comerciantes e seus colegas magistrados administravam todas as funções municipais habituais e fixavam as atribuições cotidianas da força policial, formada por cidadãos que prestavam serviço obrigatório, em unidades de dez, quarenta e cinquenta homens. Ajudado por dez vice-prebostes e um conselho de 24 clérigos e leigos, o preboste deveria trabalhar desde as sete da manhã, todos os dias exceto dias santos. Sua sede ficava no Châtelet, que era também a prisão municipal e estava situada na margem direita do Sena, na entrada da Grand Pont, a única ponte que levava para a Île de la Cité. Próximo do Châtelet estava a Prefeitura, numa grande praça aberta chamada place de Grève, onde os desempregados se reuniam em busca de trabalho.

A cidade governada por Marcel cobria uma área que, em sua disposição atual,

ia desde os Grands Boulevards, na margem direita, até o Jardim do Luxemburgo, na margem esquerda, e de leste para oeste estendia-se da Bastilha às Tulherias. Tudo o que ficava além desses limites era *faubourg*, ou campo. O centro de Paris era a Île de la Cité, no meio do Sena, na qual ficavam a Catedral de Notre-Dame, o Hôtel Dieu ou hospital público, e o palácio real construído por São Luís. A margem direita, que se estendera além das velhas muralhas, era o local do comércio, da indústria, dos mercados públicos, do comércio de luxo e das residências opulentas, ao passo que a margem esquerda, muito menor em área povoada, era dominada pela universidade. De acordo com um levantamento fiscal do ano de 1292, a cidade tinha naquela época 352 ruas, 11 ruas transversais, dez praças, 15 igrejas e 15 mil contribuintes.⁶ Cinquenta anos depois, na época de Marcel, sua população total, depois da Peste Negra, era provavelmente de cerca de 75 mil habitantes.⁷

As principais ruas eram pavimentadas e bastante largas para a passagem de duas carroças ou carruagens, enquanto as outras eram estreitas, lamacentas e malcheirosas, com um esgoto correndo no meio. A rua era o local onde o cidadão médio lançava todos os detritos e dejetos, e nos bairros pobres havia, em geral, um monte de lixo a cada porta. Os moradores deveriam levar os depósitos de dejetos para poços próprios e eram lembrados, por repetidas determinações municipais, que tinham de pavimentar e varrer a entrada de suas casas.

O congestionamento do tráfego bloqueava as ruas estreitas quando tropas de burros, com cestos de ambos os lados, se encontravam com vendedores com suas bandejas, ou carregadores curvados sob feixes de lenha e sacos de carvão. Tabuletas de tavernas presas a compridos postes de ferro aumentavam ainda mais o congestionamento. As tabuletas das lojas eram enormes, para atrair a atenção dos frequentes, pois os lojistas estavam proibidos de chamá-los enquanto estivessem na loja vizinha. Um dentista era representado por um dente do tamanho de uma cadeira de braços; o luveiro, por uma luva com dedos suficientemente grandes para conter uma criança.

O barulho das tabuletas agitadas pelo vento competia com os gritos dos vendedores de rua, dos condutores dos burros, o tropel dos cavalos e as comunicações dos pregoeiros públicos. Paris tinha seis mestres pregoeiros nomeados pelo preboste, cada um deles com vários ajudantes que eram mandados para os cruzamentos e praças dos vários bairros para anunciar decretos oficiais, impostos, feiras e solenidades, casas à venda, crianças desaparecidas, casamentos, funerais, nascimentos e batismos. Quando o vinho do rei estava pronto para ser vendido, todos os taverneiros tinham de fechar suas portas, enquanto pregoeiros públicos anunciavam, duas vezes por dia, o vinho real. Quando as mortes eram apregoadas, os pregoeiros tocavam sinetas enquanto caminhavam, dizendo em tom solene: "Acordai, vós que dormis, pedi a Deus que perdoe vossos pecados; os mortos não podem chorar; orai por suas almas quando os sinos tocarem nestas ruas." Cachorros vadios uivavam ao ouvi-los.

Cada ramo de comércio tinha sua própria rua — açougueiros e curtidores em volta do Châtelet, cambistas de dinheiro, ourives e negociantes de tecidos na

Grand Pont, escribas, ilustradores de livros e vendedores de pergaminhos e tintas na margem esquerda, junto da universidade. Nas lojas ao ar livre trabalhavam padeiros, fabricantes de sabão, peixeiros, chapeleiros, marceneiros, ceramistas, bordadores, lavadores, peleiros, ferreiros, barbeiros, farmacêuticos e as muitas especialidades das indústrias de roupas e metais. Abaixo da classe artesanal ficavam os jornaleiros, carregadores e empregados domésticos. Seus nomes indicavam a ocupação ou o lugar de origem ou alguma característica pessoal: podiam chamar-se Robert le Gros (o Gordo), Raul le Picard (da Picardia), Isabeau d'Outre-mer (de Além-Mar) e Gautier Hors-du-sens (o Doido).

Em todos os bairros havia banhos públicos, tanto de vapor como de água quente. Um total de 26 desses estabelecimentos foi relacionado no levantamento de 1292. Embora considerados perigosos para a moral, em especial das mulheres, eram vistos como uma contribuição para a limpeza e a cidade se empenhava em mantê-los abertos durante os invernos rigorosos, quando o combustível encarecia. Não podiam admitir prostitutas, vagabundos, leprosos, homens de má reputação, ou abrir antes do amanhecer devido aos perigos das ruas à noite, mas ao despontar do dia ouvia-se a voz do pregoeiro,

Chamando a todos para o banho, senhores,
Nossa água é quente de verdade,
Venham banhar-se em nossos vapores.

Como capital com uma grande universidade, Paris abrigava uma turbulenta horda de estudantes vinda de toda a Europa. Tinham situação privilegiada, não estavam sujeitos à justiça local, mas apenas à do rei, e por isso seus crimes e desordens ficavam, em grande parte, impunes. Viviam miseravelmente, pagando caro por quartos sujos em lugares escuros. Sentavam-se em bancos em frias salas de aulas iluminadas apenas por duas velas e eram objeto de constantes queixas devido às farras, estupros, roubos e “todas as outras monstruosidades odiosas a Deus”.

Embora Oxford se estivesse projetando como centro de interesses intelectuais, a Universidade de Paris ainda era o árbitro teológico da Europa, e as bibliotecas de suas várias faculdades, algumas com até mil volumes, aumentavam sua glória. Além delas, havia a boa biblioteca da Notre-Dame e nada menos de 28 livrarias, sem contar as barracas ao ar livre que vendiam livros. Ali havia um “abundante pomar de todos os tipos de livros”, escreveu um fascinado visitante inglês; “que grande prazer sentimos no coração ao visitar Paris, o paraíso do mundo!”⁸

A água era fornecida à cidade por fontes públicas alimentadas por aquedutos que vinham dos morros a nordeste de Paris. Moinhos de vento enchiam os *fau-bourgs*, onde as casas tinham espaço para jardins e vinhas, e havia abadias cercadas de campos cultivados. As verduras e legumes iam para a cidade principalmente em barcos, para serem expostos nos mercados ou vendidos nos tabuleiros de ambulantes. Mendigos sentavam-se às portas das igrejas pedindo esmolas, frades mendicantes imploravam pão para suas ordens ou para os pobres nas prisões, jograis realizavam proezas e mágicas nas praças e recitavam histórias satíricas e baladas narrativas

de aventuras em terras sarracenas. As ruas animavam-se com as roupas coloridas. As vermelhas, verdes e multicoloridas, as mais caras estavam reservadas aos nobres, prelados e magnatas. O clero podia usar cores, desde que suas batinas fossem compridas e abotoadas. Ao anoitecer, o sino dava o toque de recolher, anunciando a hora de fechamento, o trabalho cessava, as lojas eram trancadas, o silêncio substituí a animação. Às oito horas da noite, quando o ângelus assinalava a hora de dormir, a cidade ficava às escuras. Apenas as esquinas eram iluminadas por velas bruxuleantes ou lâmpadas colocadas num nicho com a imagem de Notre-Dame, ou o santo padroeiro do bairro.

Aos domingos, todos os negócios fechavam, o povo ia à igreja e, em seguida, os trabalhadores reuniam-se nas tavernas, enquanto os burgueses passeavam nos *fau-bourgs*. Nos dias santificados, era costume parisiense almoçar em mesa posta à frente das casas, que eram do tipo urbano característico, estreitas e altas, construídas lado a lado, por vezes com um pátio interno. Eram parcialmente feitas de madeira, com os espaços cobertos por barro ou pedra, e cada pavimento repousava em cantilever sobre o outro abaixo. Os *hôtels* dos nobres e magnatas guardavam alguns elementos do castelo fortificado, com torres cônicas e muros altos. Como concessão à vida urbana, tinham grandes janelas envidraçadas que davam para pátios e mirantes com pináculos ornamentais nos telhados, dos quais se podiam vigiar todos os lados. O proprietário fazia-se conhecer pelas suas armas esculpidas na entrada. As ruas não tinham nome, de modo que as pessoas eram obrigadas a procurar durante horas para encontrar o lugar desejado.

O interior das residências nobres era decorado com murais e tapeçarias, mas o mobiliário era escasso. As camas, que serviam tanto para sentar como para dormir, eram o item mais importante. As cadeiras eram poucas: até mesmo reis e papa recebiam embaixadores sentados em camas cobertas de cortinas e colchas luxuosas; fora disso, as pessoas sentavam-se em bancos. Tochas fixadas nos muros iluminavam os aposentados e lareiras enormes eram embutidas nas paredes. Essas lareiras, “ao estilo francês”, como as chamavam na Itália, eram o maior luxo das casas da classe média. Só havia uma outra fonte de calor, o fogão, além das caçarolas cobertas em que se punham brasas, para aquecer as camas. Como acontecia com as condições sanitárias, a época estava tecnologicamente equipada para oferecer uma calefação melhor, não fosse o homem tão irracional em relação ao seu conforto quanto a outras atividades. Cobertas de peles, roupas forradas de peles, ou forros de pele removíveis, usados sob as túnicas ou mantos, substituíam as fontes ativas de calor. As peles de lontra, gato, esquilo siberiano e raposa eram menos caras do que o tecido de lã pesado; arminho e marta adornavam as roupas dos ricos.

No verão, espalhavam-se pelo chão ervas odoríferas e relvas, e, em outras ocasiões, junco ou palha, que eram trocados quatro vezes por ano, ou uma vez apenas nas casas mais pobres, quando então estavam cheios de pulgas e cheiravam mal, com excrementos de cachorros. Um comerciante abastado espalhava violetas e outras flores no chão antes de um jantar de cerimônia e enfeitava as paredes e a mesa com verduras frescas compradas no mercado de manhã cedo.

Havia poucos quartos, os criados dormiam em qualquer lugar, não existia privacidade, o que pode ter aumentado a irritabilidade das pessoas. Se isso facilitou ou dificultou a sedução, é uma questão em aberto. Os dois estudantes de Cambridge no "Conto do alcaide", de Chaucer, estavam em situação cômoda para desfrutar os favores da filha e da mulher do moleiro porque foram dormir no mesmo quarto com a família. Até em casas maiores, os hóspedes dormiam no mesmo quarto com os anfitriões.

Era assim o Terceiro Estado de Paris, do mais pobre trabalhador até o magnata mais rico, que Marcel tentou mobilizar em sua luta contra o delfim. Para dominá-lo, o preboste começou a usar a ameaça de greves e violência popular. Quando o delfim tentou levantar dinheiro por meio de nova desvalorização da moeda, provocando a ira de Paris, "o preboste ordenou a todas as guildas e ofícios da cidade que suspendessem o trabalho, e a todos, que se armassem". Forçado a revogar os editos e sem recursos, o delfim teve de reconvocar os Estados e voltar a Paris para reunir-se com eles.

Nessa sessão, que durou um mês, de fevereiro a março de 1357, todas as reformas propostas, formuladas por escrito, foram apresentadas numa Grande Ordenação de 61 artigos, a Magna Carta do Terceiro Estado.⁹ Escrita em francês e não em latim, como para dar ênfase a uma nova voz, a ordenação expunha o ideal do "Bom Governo", como se seus elaboradores estivessem tentando implementar a deleitosa visão que Lorenzetti, com aquele mesmo nome, pintou alguns anos antes em Siena, representando uma cidade cujos moradores, em roupas de cores suaves, conduzem harmoniosamente seus negócios, e soldados montados passam por eles numa tolerância e benevolência mútuas. Num período de perturbações, a Grande Ordenação estava buscando a mesma ordem e decência.

Os seus redatores tinham imaginado não um novo e grande esquema de governo, mas antes uma série de correções dos abusos existentes, nas quais estavam incorporados três princípios políticos fundamentais: a monarquia não poderia impor tributos que não fossem aprovados pelos Estados, os Estados Gerais tinham o direito de reunir-se periodicamente quando desejassem, e um Grande Conselho de Trinta e Seis, formado de 12 representantes de cada Estado, seria eleito pelos Estados para aconselhar a coroa.

O expurgo dos conselheiros do rei João era réafirmado e os membros do novo Grande Conselho teriam de "renunciar solenemente ao hábito de seus antecessores de chegar tarde ao local de sua atividade e trabalhar muito pouco". Todos os funcionários deveriam estar no trabalho "todos os dias ao amanhecer"; seriam bem remunerados mas perderiam o pagamento se deixassem de comparecer pela manhã bem cedo. A moeda não seria modificada sem o consentimento dos Estados, as despesas reais e principescas seriam reduzidas, os casos judiciais no Parlamento teriam a tramitação apressada, os bailios municipais não poderiam ocupar dois cargos

ou dedicar-se ao comércio, a convocação para o serviço militar só seria feita em condições específicas, os nobres não poderiam deixar o país sem autorização e suas guerras privadas estavam rigorosamente proibidas. A justiça e a caridade para os pobres seriam intensificadas, suas propriedades não seriam confiscadas sem preço justo e seus veículos nunca o seriam por mais de um dia; o direito dos aldeões de se reunirem e pegar em armas contra o roubo e a força era assegurado. Finalmente, os Estados elevariam os impostos o suficiente para pagar trinta mil soldados durante um ano, mas esse dinheiro seria administrado por eles e não pela coroa.

Resistindo e protelando, o delfim recusou-se a assinar a ordenação, até que foi vencido pela técnica de Marcel, que consistia em levar às ruas a multidão liberada do trabalho, cujos números cresciam a cada dia, e estimulá-la a gritar “Às armas!”. Com esse tratamento, foi conseguida a assinatura do delfim, sob o título de regente, exigência dos Estados para que pudesse falar em nome da monarquia. O novo Conselho dos Trinta e Seis foi instalado, e os conselheiros afastados correram para Bordéus, para informar o rei João. Pouco antes de ser levado para Londres, o rei repudiou a assinatura de seu filho e toda a ordenação.

No verão de 1357, nem o delfim nem o Conselho puderam governar efetivamente. Ambos buscavam o apoio das províncias. Numa viagem real pelo país para mostrar que a monarquia ainda funcionava, Carlos teve mais sucesso do que Marcel. Quando os Estados reuniram-se novamente em abril, com poucos nobres presentes, era claro que a nobreza, ressentindo-se dos termos da Grande Ordenação, estava retirando seu apoio. O movimento de reforma enfrentava problemas. Fora de Paris, o colapso da autoridade atingia proporções catastróficas.

O catalisador desse colapso foi o banditismo das companhias militares provocado pela guerra dos últimos 15 anos. Eram as Grandes Companhias,¹⁰ que “marchavam de dor o seio da terra” e viriam a ser o tormento da época.¹¹ Eram formadas de ingleses, galeses e gascões desligados do exército pelo Príncipe Negro, depois de Poitiers (como se fazia habitualmente para evitar novos pagamentos de soldos), que tinham adquirido, durante as campanhas do príncipe, o gosto pela facilidade e o lucro do saque. Juntamente com mercenários alemães e aventureiros de Hainaut, reuniram-se em grupos de vinte a cinquenta homens comandados por um capitão, e dirigiram-se ao norte para agir na área entre o Sena e o Loire, e entre Paris e o litoral. Depois da trégua de Bordéus, a eles se juntaram as forças de Filipe de Navarra, os remanescentes do exército do duque de Lancaster e experimentados capitães e soldados bretões; mestres da arte de explorar uma região. O refrão dos cronistas, *arser et piller* (incendiar e saquear), acompanha essa gente por todo o século.

A perda do rei e de tantos nobres facilitava a sua oportunidade de ação. No ano que se seguiu à trégua, o número desses grupos de bandidos cresceu, eles se fundiram, organizaram, disseminaram e operaram com liberdade ainda maior. Ocupando um castelo, usavam-no como bastião de onde impunham tributos a todos os viajan-

tes e saqueavam a região. Observavam uma boa cidade a um ou dois dias de viagem, “para lá iam disfarçadamente, dia e noite, entrando sem serem percebidos, pela manhã, e incendiavam alguma casa; os habitantes da cidade pensavam que o incêndio tinha sido provocado por soldados e corriam dali; então os bandidos arrombavam cofres e casas, roubavam e levavam o que podiam, fugindo em seguida”.

Impunham resgates às aldeias prósperas e incendiavam as pobres, roubavam abadias e mosteiros de suas reservas e bens, saqueavam os celeiros dos camponeses, matavam e torturavam os que escondiam suas mercadorias ou se negavam a pagar resgate, não poupavam o clero nem os velhos, violentavam virgens, freiras e mães, raptavam mulheres para que os acompanhassem pela força, e homens, como servos. À medida que iam tomando gosto por essa atividade, incendiavam sem razão plantações e equipamentos agrícolas, arrasavam vinhas e árvores, destruindo o que lhes dava o sustento, em atos que parecem inexplicáveis, a não ser como uma febre da época, ou um exagero dos cronistas.

Companhias desse tipo existiam desde o século XII e proliferaram especialmente na Itália, onde a nobreza, mais urbana do que em outros países, deixava a profissão de soldado cada vez mais entregue aos mercenários. Comandados pelos capitães profissionais, esses grupos, cujo número por vezes chegava a dois mil e três mil, eram formados por exilados, marginais, aventureiros sem terra ou falidos, alemães, borgonheses, italianos, húngaros, catalães, provençais, flamengos, franceses e suíços, com frequência muito bem equipados, a cavalo e a pé. Em meados do século, o capitão mais famoso era um prior renegado dos Cavaleiros de São João, chamado frade Monreale, que tinha um conselho, secretários, contabilistas, juizes e força, e pôde exigir 150 mil florins de ouro de Veneza para lutar contra Milão.¹² Só no ano de 1353, ele extorquiu 50 mil florins de Rimini, 25 mil de Florença e 16 mil de Pisa e Siena. Convidado a Roma pelo revolucionário Cola di Rienzi, que desejava a sua riqueza, Monreale entrou sozinho, num excesso de confiança, foi aprisionado, julgado como ladrão e executado. Dirigiu-se ao local da decapitação magnificamente vestido de veludo marrom com bordados de ouro e mandou que seu próprio médico dirigisse o machado do carrasco. Não se arrependeu até o fim e declarou-se absolvido “por abrir caminho com uma espada num mundo falso e miserável”.

O aspecto mais prejudicial dessas companhias estava no fato de que, na ausência de exércitos organizados, elas atendiam a uma necessidade e acabaram por tornarem-se aceitas. Filipe VI, ao saber da habilidade com que um capitão, conhecido apenas como Bacon, tinha atacado e tomado um castelo, comprou seus serviços por 20 mil coroas e fez dele um escudeiro, “sempre bem aparelhado, armado e com bom cavalo, como um conde”. Um outro, chamado Croquart, que começou como “pajem pobre” nas guerras da Bretanha, subiu graças a suas proezas e tornou-se capitão de bandidos, vendendo seus serviços por 40 mil coroas e cuja fama militar fez com que fosse escolhido como um dos cavaleiros ingleses no Combate dos Trinta. O rei João ofereceu-lhe mais tarde a condição de cavaleiro, uma esposa

rica e uma renda anual de duas mil libras se ele ficasse a seu serviço. Preferindo a independência, Croquart recusou.

Mais bandidos do que mercenários, esses grupos na França, embora formados basicamente de ingleses, atraíram cavaleiros franceses arruinados pelos resgates da Bretanha e Poitiers, que agora participavam da destruição de seu próprio país. Nobres menores cujas rendas se tinham reduzido, filhos mais novos e bastardos, fizeram-se capitães e encontraram nessas companhias um meio de subsistência, um caminho para a fortuna, um estilo de vida, uma saída para a agressão incansável que outrora era absorvida pelas cruzadas.

O mais notório dos capitães franceses foi Arnaut de Cervole, nobre do Périgord cognominado de Arcipreste por ter ocupado antes um cargo eclesiástico. Ferido e capturado em Poitiers, foi liberado com o pagamento do resgate e, ao voltar para a França, nos anárquicos meses de 1357, fez-se comandante de um grupo que se intitulava, abertamente, *Società dell'acquisito*.¹³ Em colaboração com um senhor da Provença, chamado Raimond des Baux, o grupo cresceu até transformar-se num exército de dois mil homens e o Arcipreste num dos maiores malfeitores da época. Durante um ataque realizado por Cervole na Provença em 1357, o papa Inocêncio VI sentiu-se tão inseguro em Avignon que negociou antecipadamente a imunidade. Cervole foi convidado ao palácio papal, “recebido com as reverências dignas de um filho do rei da França”, e, depois de jantar várias vezes com o papa e os cardeais, foi perdoado de todos os seus pecados — uma exigência feita regularmente pelas companhias — e foi-lhe oferecida a soma de 40 mil escudos para deixar a área.¹⁴

Seu par entre os ingleses era sir Robert Knollys, “o homem de poucas palavras”, a quem Froissart julgava “o mais capaz e hábil guerreiro de todas as companhias”, também ele ascendera desde a infantaria nas guerras bretãs, lutando com os Trinta e obtivera a condição de cavaleiro. Depois de servir com Lancaster, continuou no continente para saquear a Normandia com tal habilidade e impiedade que reuniu, no ano de 1357 a 1358, um butim no valor de 100 mil coroas. Durante os dois anos seguintes, instalou-se no vale do Loire, onde controlava quarenta castelos e incendiou e saqueou de Orléans a Vézelay. Numa incursão a Berry e Auvergne, sua companhia deixou um rastro de cidades arrasadas, cujas cumeeiras incendiadas se tornaram conhecidas como “as mitras de Knollys”. Era tal o terror despertado por seu nome que, ao que se dizia, houve um lugar onde as pessoas se lançaram ao rio ao saber de sua aproximação.¹⁵

Depois de informar ao rei Eduardo que todos os pontos fortes que tinha capturado estavam à sua disposição, este — que como todos os outros governantes tinha prazer em partilhar dos lucros do banditismo — perdoou Knollys, magnanimamente, pelas atividades que violavam a trégua. Knollys acabaria por ter um alto comando e renome militar à altura de um Chandoz e do Príncipe Negro. Durante a trégua e a guerra, ele oscilava entre o banditismo e o serviço à coroa, sem nada perder e sem mudar de estilo. Ao final de sua carreira, aposentou-se com uma “fortuna régia” e grandes propriedades, vindo a ser benfeitor de igrejas, fundador de abrigos para pobres e fundos para missas. Os franceses o conheciam como sir

Robert Canole, que “prejudicou seriamente a França durante toda a sua vida”.

Na anarquia que se seguiu a Poitiers, cavaleiros e bandidos trocavam de lugar, aumentando ainda mais o ódio popular contra os portadores da espada, embora não necessariamente a desmoralização entre os próprios nobres. O “jovem, ousado e apaixonado” Eustache d'Aubrecicourt, cavaleiro de Hainaut e companheiro do príncipe em Poitiers, transformou-se em bandido com tal entusiasmo e sucesso material que conquistou o amor da viúva condessa de Kent, sobrinha da rainha da Inglaterra, e nascida em Hainaut, como ele próprio. Ela mandou-lhe cavalos, presentes e cartas apaixonadas que o levaram a feitos ainda mais ousados, se bem que não muito cavalheirescos. Impôs um domínio selvagem a uma parte da Picardia, até ser preso quando os cavaleiros franceses finalmente organizaram a defesa. Tão ambiciosos quanto ele, os cavaleiros deixaram que fosse libertado por um resgate de 22 mil francos ouro, e Eustache voltou prontamente à sua atividade. Comandando dois mil homens fora-da-lei, organizou um comércio de castelos roubados, vendendo-os de volta aos donos por preços lucrativos. De uma forma peculiar ao século XIV, o fato de ele usar a espada para roubar e assassinar não implicava desonra para Isabel de Kent, que se casaria com seu herói, então rico, em 1360.¹⁶

Em resposta às reclamações francesas de que as companhias inglesas estavam violando a trégua, o rei Eduardo ordenou que se dissolvessem, mas suas ordens não foram levadas a sério, nem pretendiam sê-lo. Enquanto as condições da paz ainda estavam sendo negociadas, ele se dispunha a deixar que as companhias mantivessem pressão sobre a França. Não menos avesso a fomentar problemas era Carlos de Navarra. Embora ainda na prisão, tinha agentes, inclusive seu irmão Filipe, que atuavam em seu nome. Onde as forças navarrenses se uniam aos ingleses, a destruição era pior — deliberadamente, na opinião de alguns, como meio de pressionar pela libertação de Carlos.

Para defenderem-se contra as companhias, as aldeias transformaram em fortes as suas igrejas de pedra, cercando-as de trincheiras, colocando sentinelas nos campanários e amontoando pedras para serem lançadas sobre os atacantes. “O som dos sinos da igreja já não chamava o povo para louvar o Senhor, mas para se abrigar do inimigo.” Famílias camponesas que não conseguiam chegar à igreja passavam noites com seus animais em ilhas no Loire ou em barcos ancorados no meio do rio. Na Picardia, elas se refugiavam em túneis subterrâneos feitos a partir de cavernas abertas na época das invasões normandas. Com um poço no centro e buracos para a respiração no alto, os túneis podiam abrigar vinte ou trinta pessoas e ainda havia espaço em torno das paredes para o gado.

Ao amanhecer, os vigias olhavam do alto dos campanários para ver se os bandidos tinham ido embora e se podiam voltar para os campos. As famílias do interior partiam com seus bens para refugiarem-se nas cidades; monges e freiras abandonavam seus mosteiros; estradas tornavam-se inseguras, surgiam ladrões por toda parte, e os inimigos se multiplicavam por toda a terra. “Que mais posso dizer?”, escreve Jean de Venette em sua lista de misérias. “A partir de então um mal infinito,

desgraça e perigo caíram sobre o povo francês por falta de bom governo e defesa adequada.”

Simpatizante do Terceiro Estado, Jean de Venette era um prior carmelita e chefe da Ordem na década de 1360, época em que escreveu sua crônica. Culpava o regente, que “não aplicava remédio”, e os nobres, que “desprezavam e odiavam todos os outros e não se preocupavam com a utilidade mútua do senhor e dos homens. Subjugavam e espoliavam os camponeses e aldeões. Em nenhum sentido defendiam o país dos seus inimigos. Preferiam até mesmo pisotear esse país, roubando e pilhando os bens dos camponeses”, enquanto o regente “nem pensava em seu sofrimento”.

Os nobres também eram culpados, na opinião de Jean de Venette, pela discórdia entre os Estados Gerais, que os levou a abandonar a tarefa iniciada. “A partir de então tudo andou mal no reino e o Estado foi desfeito. [...] O país e toda a terra de França começaram a ser postos em confusão e luto, como numa roupa, porque não tinham defensor nem guardião.”

Também a dor e a raiva impregnavam um opúsculo latino chamado “Trágico relato do miserável estado do Reino de França”, por um obscuro monge beneditino. Envergonhado da outrora orgulhosa França, que deixou seu rei ser capturado “no coração do reino” e levado sem interferência para o cativeiro em solo estrangeiro, ele suscitou a questão crucial da disciplina militar. “Onde estudastes [a arte da guerra]? Quais foram os vossos professores? De que consistiu o vosso aprendizado?”, pergunta aos cavaleiros. “Terá sido ao lutar sob a bandeira de Vênus, sugando as delícias como leite, abandonados aos prazeres...” e assim por diante, com o mesmo espírito, até concluir subitamente com a pergunta prática: “Pode a arte militar ser aprendida nos jogos e caçadas em que passais a juventude?”

O monge tem ainda censuras aos plebeus, “cuja barriga é o seu Deus e que são escravos de suas mulheres”, e ao clero, que recebe as críticas mais duras. Estão todos afundados na luxúria, na gulodice, pompa, ambição, ira, discórdia, inveja, cobiça, litígios, usura e sacos de prata e ouro. A virtude morre, o vício triunfa, a honestidade perece, a piedade é sufocada, a avariza predomina, a confusão está por toda parte, a ordem desaparece.¹⁷

Seria isso apenas o tradicional discurso monástico sobre o mundo, ou um pessimismo mais profundo que começa a escurecer a segunda metade do século?

A libertação do rei João continuava pendente. Embora tratasse o real prisioneiro com todas as honras, Eduardo estava disposto a arrancar do seu triunfo todo território e dinheiro possíveis. O grande rei de França, apanhado no campo de Poitiers, era uma presa extraordinária. A entrada de João em Londres, como prisioneiro do Príncipe Negro, em maio de 1357, provocou uma das maiores comemorações jamais vistas na Inglaterra, e “grandes cerimônias em todas as igrejas, de caráter maravilhoso”. Foi tanta a curiosidade de ver o rei francês que o desfile levou

várias horas para atravessar a cidade e chegar ao palácio de Westminster. No centro das atenções, entre outros 13 prisioneiros nobres, João estava vestido de preto, “como um arquidiácono ou um clérigo secular”, e montava um cavalo branco, alto, ao lado do príncipe, num palafrém preto, menor. Das casas situadas no trajeto pendiam escudos e tapeçarias capturados, as pedras da rua estavam cobertas de pétalas, o desfile se fez com as fantasias aparatosas desse tipo de procissão, arte favorita do século XIV. Em 12 gaiolas douradas, ao longo do percurso, os ourives de Londres tinham colocado 12 belas moças que espalhavam flores de ouro e filigranas de prata sobre os cavaleiros.¹⁸

O brilho dos nobres prisioneiros aumentou a distinção cavaleiresca da corte inglesa. O Natal e o Ano Novo do primeiro inverno foram comemorados com excepcional pompa, inclusive um esplêndido torneio realizado à noite, à luz de tochas. Instalado no Savoy, o novo palácio do duque de Lancaster, João tinha liberdade de receber visitantes da França e desfrutar todos os prazeres da vida na corte, embora uma guarda impedisse sua fuga ou alguma tentativa de resgatá-lo. O Languedoc mandou uma delegação de nobres e burgueses com um presente de 10 mil florins e a garantia de que suas vidas, bens e fortunas estavam dedicados à libertação do rei. Até mesmo Laon e Amiens mandaram dinheiro. A mística da monarquia era mais importante para seus súditos do que suas responsabilidades para com o rei.

Numa hora de miséria para a França, suas contas mostram despesas com cavalos, cães e falcões, um jogo de xadrez, um órgão, uma harpa, um relógio, um palafrém fulvo, carne de veado e de baleia de Bruges, esmerado guarda-roupa para seu filho Filipe e para seu bufão favorito, que receberam vários chapéus enfeitados com arminho, ouro e pérolas. João mantinha um astrólogo e um “rei dos menestrelis” com orquestra, uma rinha de brigas de galo, encomendava livros com belas encadernações e vendia cavalos e vinho que recebia como presentes do Languedoc.¹⁹ O sucesso desse empreendimento levou-o a importar mais cavalos e vinho de Toulouse, para venda, como lucrativo negócio. Lendo as contas de João nos arquivos, quinhentos anos depois, Jules Michelet, o mais brilhante, se não o mais objetivo, historiador da França, disse que elas lhe davam nojo.²⁰

As negociações sobre o resgate do rei e as condições para um tratado permanente de paz foram obstruídas pelas exigências exorbitantes de Eduardo. Ele queria a entrega total de Guiena, Calais e todas as antigas propriedades dos Plantagenetas na França, mais um enorme resgate de três milhões de escudos para João, em troca do qual abriria mão de sua pretensão à coroa francesa. Por pressão dos delegados papais, as conversações se arrastavam enquanto os comissários franceses se contorciam de agonia. A única solução em que nunca pensaram foi deixar o rei preso e voltar para a França. Entre outras coisas, isso teria significado que não haveria tratado de paz, e a amargurada França tinha de ter paz. E, mais fundamentalmente, o rei era um princípio de ordem. Desde o reinado de São Luís, que usara a autoridade real para acabar com as guerras particulares, impor a justiça e sistematizar os impostos, a coroa tornara-se, para o povo, sinônimo de maior proteção e ordem.

Os deslizos de seus sucessores não podiam manchar a monarquia, e João, seu des-cuidado representante, era tão desejado quanto se fosse são Luís.

As províncias francesas, acreditando que o poder real era seu último recurso contra as companhias, não queriam ver a monarquia enfraquecida. Em agosto de 1357, o delfim teve a ousadia de restabelecer no cargo os conselheiros afastados e informar a Marcel, desafiadoramente, e ao Conselho dos Trinta e Seis, que pretendia governar sozinho, sem a interferência deles. Suas frustrações fizeram dele um extremista e Marcel aceitou um aliado totalmente incompatível com os seus objetivos.

Carlos de Navarra saiu de sua prisão perto de Cambrai, na Picardia, para entrar na agitação de novembro de 1357. Embora se atribua essa fuga ou libertação a um complô de seus partidários, atrás dela estavam a mão de Marcel e a mente de Roberto le Coq. Carlos de Navarra seria usado como um rei alternativo contra os Valois. Ele entrou na capital "solenemente acompanhado" de nobres da Picardia e Normandia, entre os quais "*Monseigneur de Coussi*". Com 17 anos, Enguerrand vinha recebendo a homenagem dos vassalos como seu senhor. Partilhando provavelmente de sentimentos anti-Valois de muitos nobres do norte, ele teria sido arrasado para o séquito de Carlos de Navarra, embora, com o notável senso político que demonstraria em toda a sua vida, não permanecesse por muito tempo nele.²¹

Com maravilhosa eloquência, "temperada com muito veneno", Carlos de Navarra falou para uma grande assembléia de parisienses, mencionando, sem defendê-las de fato, sua pretensão à coroa, que afirmou ser, pelo menos, mais autêntico do que a do rei Eduardo. Seu desafio obrigou o delfim a regressar a Paris e reconvocar os Estados e, dentro de um mês, depois de ter reunido "dois mil" soldados na fortaleza do Louvre, também ele voltou-se para o povo. Mandou correios por toda a cidade para reuni-lo, e falou, a cavalo, perante uma multidão nos Halles, a 11 de janeiro de 1358, fazendo as opiniões, mais uma vez, penderem a seu favor. O representante de Marcel, que tentou fazer-se ouvir em oposição, foi abafado pelos gritos e pela agitação. Muito impressionável pela oratória, o povo da época atendia a qualquer Marco Antônio e ouvia durante horas os sermões ao ar livre dos grandes pregadores, o que consideravam como uma forma de entretenimento público.

Alarmado com o sucesso do delfim, Marcel recorreu a um ato de violência no inequívoco estilo de Carlos de Navarra, que, depois de consumado, foi atribuído à instigação deste. O pretexto foi a morte de um cidadão chamado Perrin Marc, que tinha matado o tesoureiro do delfim e, por sua vez, tinha sido arrancado à força de um santuário numa igreja pelos agentes do príncipe, e enforcado. Reunindo três mil artesãos e comerciantes, armados e usando os gorros vermelho e azul do partido popular, Marcel marchou à frente deles até o palácio real. Regnaut d'Acy, um dos conselheiros do delfim, encontrado na rua, foi reconhecido e recebido aos gritos

de “Morte!”. Antes que pudesse fugir, foi derrubado por tantos golpes que morreu sem soltar um grito.

Ao chegar ao palácio, Marcel subiu com parte do grupo até os aposentos do delfim. Enquanto fingia proteger o príncipe, seus homens caíram sobre os dois marechais e os mataram à sua vista. Um deles era Jean de Clermont, filho do marechal morto em Poitiers; era ele quem tinha invadido a igreja e desrespeitado o santuário. O outro era Jean de Conflans, *sire* de Dampierre, ex-delegado dos Estados, que tinha deixado o partido da reforma para ficar com o delfim. Todas as crônicas ilustradas mostram a cena: as espadas levantadas por homens de rosto fechado, o delfim aterrorizado procurando refúgio na cama, os corpos ensangüentados dos marechais aos seus pés.

Os cadáveres foram arrastados para o pátio do palácio e ali deixados para serem vistos, enquanto Marcel corria para a place de Grève, onde falou à multidão de uma janela da prefeitura, pedindo apoio para seu gesto, segundo ele praticado para o bem do reino, e o afastamento de cavaleiros “falsos”, malvados e traiçoeiros”. A multidão aprovou com uma só voz e manifestou seu apoio ao preboste, “para a vida ou para a morte”. Marcel voltou imediatamente ao palácio e apresentou ao delfim a fórmula justificativa de sempre: o ato tinha representado “a vontade do povo”. O príncipe, disse ele, devia mostrar agora que concordava com o povo, ratificando o ato e perdendo todos os participantes.

“Penalizado e desorientado”, o delfim podia entender a advertência dos corpos deixados no pavimento. Manifestou ao preboste o desejo de que o povo de Paris fosse tão seu amigo quanto ele era amigo do povo, e aceitou de Marcel dois panos vermelhos e azuis para fazer gorros para si e para seus oficiais.

O terrível ataque, praticamente à pessoa do delfim, visava a intimidá-lo para que aceitasse o governo pelo conselho dos Estados. Em lugar disso, porém, serviu apenas para fortalecer a vontade que havia por trás da aparência enganosamente fraca do delfim. Tudo o que ele podia fazer, no momento, era mandar a família para a segurança da fortaleza de Meaux, no vizinho Marne, e retirar-se para Senlis, fora da capital. Uma vez usada a violência contra a monarquia e contra a nobreza na pessoa dos marechais, o conflito deixaria de ser uma luta política para tornar-se uma luta aberta, com uma modificação decisiva no equilíbrio de forças. O assassinato dos marechais custou a Marcel o apoio que os nobres ainda pudessem dar à reforma. Convenceu-os de que seu interesse estava com a coroa.

Em maio de 1358, um ato do delfim-regente precipitou o feroz levante do campesinato, conhecido como a Jacquerie, no qual Enguerrand de Coucy, com 18 anos, foi arrastado para um papel atuante e destacado. Pretendendo vencer Marcel com o bloqueio de Paris, o regente ordenou que os nobres ao longo dos vales fluviais fortificassem e abastecessem seus castelos. Segundo uma versão, eles confiscaram os bens dos camponeses com esse objetivo, provocando o levante. Segundo

outro cronista, os Jacques se amotinaram por instigação de Marcel, que os levou a acreditar que a ordem do regente era contra eles, como prelúdio a novas opressões e confiscos. Mas os Jacques tinham razões próprias.

Como era esse camponês que levava nas costas os três Estados, esse Atlas curvado do mundo medieval, que agora espalhava o terror entre a classe senhorial?²² De nariz achatado e grosseiramente vestido com uma túnica com cinto e meias compridas, ele pode ser visto em medalhões de pedra entalhada e páginas ilustradas que representam os 12 meses, semeando, com um saco de sementes em volta do pescôço, ceifando o feno, de pernas nuas no calor do verão, com a blusa solta e um chapéu de palha, pisando uvas numa tina de madeira, tosquiando a ovelha presa entre os joelhos, levando porcos para a floresta, marchando na neve com um capuz e um casaco de pele de carneiro, com um feixe de lenha nas costas, aquecendo-se frente a uma fogueira numa cabana baixa em fevereiro. Ao seu lado, nos campos, a camponesa prepara feixes com uma saia presa na cintura para liberar as pernas e tem a cabeça coberta por um pano, em lugar de chapéu.

Como qualquer outro grupo, os camponeses eram heterogêneos e, em nível econômico, iam do pobre semi-selvagem até o dono de campos e de camas de penas, que podia juntar dinheiro e mandar o filho para a universidade. O nome geral do camponês era vilão, ou *vilain*, que tinha adquirido conotação pejorativa, embora viesse de um inocente *villa* do latim. Não sendo exatamente escravo, mas também não exatamente livre, o vilão pertencia à propriedade do senhor, era obrigado a pagar arrendamento ou prestar serviços em troca do uso da terra e, por sua vez, tinha o direito à proteção e à justiça. O servo tinha um laço pessoal de servidão e pertencia, pelo nascimento, a um determinado senhor e, para que seus filhos o seguissem, estava proibido, por uma regra chamada *formariage*, de casar-se fora do domínio do senhor. Se morresse sem filhos, sua casa, ferramentas e quaisquer bens revertiam ao senhor, pelo direito de *morte-main*, e sob a teoria de que apenas tinham sido emprestados ao servo para fazer o trabalho. Originalmente, o servo devia, além da agricultura, a prestação de qualquer serviço necessário na propriedade — reparo de estradas, pontes e fossos, abastecimento de lenha, cuidado de estábulos e canis, trabalho de ferreiro, lavagem de roupa, fiação, tecelagem e outros serviços para o castelo. No século XIV grande parte desse trabalho era feita por serviçais contratados e as necessidades do castelo eram atendidas pelas compras em cidades e em mascates. Grande parte do campesinato que tinha arrendamento ficava com certo número de dias reservados ao trabalho nas plantações do senhor.

Além de pagar o imposto sobre o fogo, o dízimo clerical, as contribuições para o resgate do senhor, a armação do seu filho em cavaleiro e o casamento da sua filha, o camponês pagava taxas por tudo o que usava: por moer o grão no moinho do senhor, cozer o pão no forno do senhor, espremer maçã na prensa de fazer cidra do senhor, e pela solução das disputas no tribunal do senhor. Ao morrer, devia um tributo específico, ou seus herdeiros tinham de entregar a terra ao senhor.

Seu trabalho agrícola era prestado segundo regras que favoreciam ao senhor, cujos campos eram arados e semeados, o feno cortado, as colheitas feitas e, no caso

de tempestades ou pestes, sua colheita salva antes que o camponês pudesse proteger a sua. Tinha de levar seus animais para o pasto e trazê-los de volta para casa através dos campos do senhor, e não dos seus, para que este ficasse com o estrume. Com essas taxas e essas disposições, os proprietários conseguiam um excedente econômico.

O sistema era apoiado pela Igreja, cujos interesses naturais a aproximavam mais dos grandes do que dos humildes. A Igreja ensinava que o não-cumprimento do trabalho do senhor e a desobediência às suas leis eram punidos pela eternidade no Inferno, e que o não-pagamento dos dízimos colocava em risco a alma. O padre exercia constante pressão pelos dízimos em produtos — cereais, ovos, uma galinha ou porco — e dizia ao camponês que esse era um tributo “devido a Deus”. A vida cotidiana era administrada pelo intendente do senhor, cujos abusos e extorsões eram uma fonte constante de queixas. Ele podia cobrar uma taxa maior, guardando a diferença, ou acusar o camponês de roubo e aceitar suborno para retirar a queixa.

Os arrendamentos eram geralmente contados em *pennies* ganhos pelo trabalho pago e pela venda de produtos da terra no mercado. Na época da colheita, homens e mulheres iam colher uvas para ganhar um dinheiro extra e para se divertirem durante umas poucas semanas. As mulheres recebiam metade do salário dos homens. A fome era o maior medo e a escassez local de alimentos era comum, já que os transportes eram precários e o rendimento da terra era baixo, devido à adubagem inadequada.

A posse de um arado, que custava de dez a 12 libras, e de um cavalo para o arado a oito ou dez libras, era a linha que separava o camponês capaz de prosperar e o que apenas sobrevivia.²³ Os que eram pobres demais para ter seu próprio arado alugavam a comunal ou trabalhavam a terra com a enxada e a pá. Talvez 75% a 80% dos camponeses estivessem aquém dessa linha do arado, e desses a metade tinha uns poucos hectares e uma certa segurança econômica, enquanto o resto vivia da agricultura de subsistência, cultivando pequenas áreas suplementadas pelo trabalho pago para o senhor ou para vizinhos mais ricos. Os 10% mais pobres viviam na miséria, comendo pão, cebolas e algumas frutas, dormindo na palha, sem móveis, numa cabana com um buraco no teto para deixar sair a fumaça. Sem gozar nem mesmo das vantagens dos servos, eram um novo proletariado agrícola, criado com a transformação do velho sistema senhorial num sistema monetário.

Que proporção do campesinato vivia bem e que proporção era pobre, pode-se verificar pelo que deixavam ao morrer, e como os mais pobres nada tinham para deixar, permaneciam mudos. Em relação a nenhuma outra classe o famoso objetivo do historiador, *wie es wirklich war* (como realmente era), é tão difícil de ser alcançado. Para cada afirmação sobre a vida camponesa há uma outra que a contradiz. Já se disse que “o banho era comum entre as classes mais baixas [...] até mesmo pequenas aldeias tinham suas casas de banho públicas.”²⁴ Não obstante, os contemporâneos do camponês francês queixavam-se incessantemente de sua sujeira e mau cheiro. Enquanto os ingleses da época parecem concordar que o camponês francês estava pior do que o inglês e comentassem freqüentemente a sua dieta sem carne,

outros documentos registram que ele comia com regularidade carne de porco e aves assadas numa vara. Também tinha acesso a ovos, peixe salgado, queijo, tocinho, vagens, feijões, chalota, cebola, alho e legumes plantados em sua horta, frutas em calda ou secas para o inverno, pão de centeio, mel e cerveja ou cidra.

O grupo de camponeses em situação média tinha uma cama para toda a família, bancos e uma mesa sobre cavaletes, uma cômoda, um armário, um guarda-roupas, panelas de ferro e estanho, potes e jarros de barro, cestos feitos em casa, baldes de madeira e tinas de lavar, além das ferramentas agrícolas. Viviam em casas de um andar, de estrutura de madeira com telhado de palha e paredes feitas de misturas de argila, palha e pedras. A maioria dessas casas tinha portas-ajaneladas para deixar entrar a luz e o ar, e sair a fumaça; algumas dispunham de minúsculas janelas, as melhores tinham lareiras embutidas na parede. A expectativa de vida era pequena, devido ao excesso de trabalho, à falta de proteção contra o frio e à disenteria, tuberculose, pneumonia, asma, dentes maltratados, e uma terrível erupção de pele chamada de Fogo de Santo Antônio, que, pela contração dos vasos sanguíneos (então desconhecida), podia consumir um membro como por “um fogo oculto” e cortá-lo do corpo. Nos tempos modernos, essa doença foi identificada como a erisipela, em certos casos, e em outros como intoxicação produzida pela cravagem do centeio, resultante de um fungo na farinha de centeio guardada por muito tempo no inverno.

Os poucos ricos podiam ter 25 a 35ha, cavalos de arado e arreio, ovelhas, porcos, gado, reservas de lã, peles e cânhamo, bem como de trigo, aveia e milho, um bote e uma rede para pescar no rio, uma vinha, um monte de lenha e vasilhas de cobre, vidro e prata. Suas casas tinham, como no caso de um próspero camponês da Normandia, duas camas de penas, uma cama de madeira, três mesas, quatro bancos, dois potes e outros utensílios de cozinha, oito lençóis, duas toalhas de mesa, uma toalha ou guardanapo, uma lanterna, duas tinas para pisar uvas, duas barricas e dois tonéis, um arado, duas grades, duas foices, uma pá, uma foice de cabo curto, três coleiras de cavalo de tiro, e uma albarda.²⁵ Há registros de camponeses ricos que empregavam uma dezena de trabalhadores e davam às filhas dotes de 50 florins de ouro, mais um manto enfeitado de peles e uma coberta de peles para a cama.

Muito mais numeroso é o camponês que grita, como no conto francês *Merlin Merlot*, “Infeliz, o que será de mim que jamais tenho um único dia de descanso? Não creio que terei nunca repouso ou facilidades. [...] Dura é a hora em que nasce um vilão: o sofrimento nasce com ele”. Seus filhos passam fome, estendendo-lhe a mão pedindo comida; sua mulher o censura como mau provedor. “E eu, infeliz, sou como um galo empapado pela chuva, a cabeça pendente e suja de lama, ou como um cão espancado.”²⁶

Uma das mais profundas queixas do camponês era o desprezo que lhe dedicavam as outras classes. Com exceção de uma rara nota de compaixão, a maioria dos contos e baladas o retratam como agressivo, insolente, cobiçoso, mal-humorado, desconfiado, espertalhão, barbado, sujo, feio, estúpido e crédulo, ou por vezes ar-

guto e espirituoso, sempre descontente, habitualmente corno. Em contos satíricos dizia-se que a alma do vilão não entraria no Paraíso ou qualquer outro lugar, porque os diabos se recusavam a levá-la devido ao seu mau cheiro.²⁷ Nas *chansons de geste* ele é desprezado como inepto em combate e mal armado, suas maneiras são motivo de zombaria, bem como sua moral e até mesmo sua miséria. O nome Jacques ou Jacques Bonhomme para indicar um camponês era usado pelos nobres como uma expressão pejorativa, oriunda da jaqueta forrada, ou *jacque*, que o camponês usava como proteção na guerra. Os cavaleiros o consideravam pessoa de instintos ignóbeis, que não podia compreender a “honra” e era, portanto, capaz de todas as formas de esperteza e indigno de confiança. Idealmente, ele devia ser tratado com decência, mas, como dizia o provérbio, “Espanque um vilão e ele o abençoará; abençoe-o e ele o espancará”.

Um trecho extraordinário do conto *Le despit au vilain* evidencia um ódio mais intenso do que o exigido pela história. “Dizei-me, Senhor, por favor, com que direito ou a que título o vilão come carne de boi? [...] E ganso, que eles têm muito? E isso perturba Deus, Deus sofre com isso e eu também. Pois eles são uma gente lamentável, esses vilões que comem gansos gordos! Devem comer peixe? Que comam de preferência cardos e urzes, espinhos e palha e feno aos domingos e casca de vagens nos dias de semana. Deviam vigiar sem dormir e ter sempre trabalho; é assim que o vilão devia viver. Não obstante, todos os dias estão com a barriga cheia e bebem os melhores vinhos e usam belas roupas. Os grandes gastos dos vilões têm um custo elevado, pois são eles que destroem e arruinam o mundo. São eles que estragam o bem-estar comum. Do vilão vem toda a infelicidade. Deveriam comer carne? É preferível que mastiguem grama na charneca junto com o gado e andem nus e de quatro...”²⁸ Essas histórias eram dirigidas a um público de classe superior. Era isso o que desejavam ouvir, ou seria uma sátira de sua atitude?

Em teoria, quem trabalhava a terra e cuidava do gado estava livre da pilhagem e da espada. Nenhuma realidade da vida medieval zombou mais cruelmente da teoria. A cavalaria não se aplicava fora da classe do cavaleiro. Os registros nos falam de camponeses crucificados, queimados, arrancados dos cavalos por bandidos para extorquir-lhes dinheiro. Houve pregadores que observaram que o camponês trabalhava sem cessar para todos, por vezes esmagado pelas suas tarefas, e que pediram mais bondade para com ele, mas tudo o que podiam aconselhar às vítimas era paciência, obediência e resignação.

Em 1358, a miséria do camponês chegou ao auge. Os bandidos tomavam-lhe as sementes, roubavam seus animais para comê-los, suas carroças para levar o butim, suas ferramentas e ferros do arado para fazer armas. Não obstante, os senhores continuavam a exigir tributos e taxas e contribuições extras para seus pesados resgates, “e, apesar disso, dificilmente se punham em campo para proteger seus vassallos de ataques”. A gente comum “gemia”, escreveu Jean de Venette, “ao ver dissipadas em jogos e ornamentos as somas que tinham de pagar com tamanho esforço para as necessidades de guerra”. Ressentiam-se do fato de os nobres não as utilizarem na luta contra o inimigo, e perdiam o medo da nobreza à medida que os cava-

leiros perdiam prestígio com as derrotas sofridas desde Crécy e com a covardia evidenciada em Poitiers. Acima de tudo, viam a cumplicidade dos cavaleiros com os fora-da-lei, pois, não podiam pagar o resgate exigido por um bandido, passavam a colaborar com a sua companhia durante um ou dois anos, “tão fácil era transformar um cavaleiro num bandido”. Nenhum plano de revolução, mas simplesmente o ódio, inflamou a Jacquerie.²⁹

A 28 de maio de 1358, na aldeia de St. Leu, perto de Senlis sobre o Oise, um grupo de camponeses indignados realizou uma reunião, no cemitério, depois das vésperas. Eles culpavam os nobres pelas suas misérias e pela captura do rei, “que perturbava a todos”. O que tinham feito os cavaleiros e escudeiros para libertá-lo? Para que serviam eles, a não ser para oprimir os pobres camponeses? “Eles envergonham e saqueiam o reino e seria uma boa coisa destruí-los a todos.” Alguns dos presentes gritaram: “É verdade! É verdade! Vergonha para quem não vier!”

Sem maiores delongas e sem armas, exceto os paus e facas que alguns deles levavam, um grupo de cerca de cem correu e atacou ferozmente a casa senhorial mais próxima, arrombou-a, matou o cavaleiro, sua mulher e filhos e incendiou-a. Depois, segundo Froissart, cujas histórias sobre a Jacquerie teriam sido ouvidas dos nobres e do clero, “dirigiram-se a um castelo forte, amarraram o cavaleiro a um poste enquanto a mulher e filha eram violentadas por muitos, um após outro, ante seus olhos; mataram depois a mulher que estava grávida, a filha e todos os filhos e, finalmente, o cavaleiro; em seguida, incendiaram e destruíram o castelo”. Outros relatos dizem que quatro cavaleiros e cinco escudeiros foram mortos naquela noite.

A rebelião generalizou-se imediatamente, conseguindo adeptos a cada dia para participar, com tochas e queimando galhos de árvores, dos ataques a castelos e casas senhoriais. Usavam foices, forcados, machadinhas e qualquer implemento que pudesse ser transformado numa arma. Dentro em pouco, milhares deles — dizia-se que, no fim, eram cem mil — estavam empenhados nos ataques que cobriam o vale do Oise, a Île de France e as regiões mais próximas da Picardia e Campanha, e devastando “a senhoria de Coucy, onde houve grandes afrontas”. Antes de chegar ao fim, mais de “cem” castelos e casas senhoriais nos territórios de Coucy e Valois e nas dioceses de Laon, Soissons e Senlis foram saqueados e incendiados e mais de “sessenta” nos distritos de Beauvais e Amiens.

Em lugar de organizar uma defesa coerente, os nobres inicialmente entraram em pânico e fugiram com as famílias para as cidades muradas, deixando suas casas e todos os seus bens. Os Jacques continuaram a matar e incendiar, “sem pena ou mercê, como cães furiosos”. Certamente, diz Froissart, “nunca entre cristãos, nem mesmo entre sarracenos, foram cometidos ultrajes como os dessa gente malvada, coisa que nenhuma criatura humana ousaria pensar ou ver”. Os exemplos que cita, tirados da crônica anterior de Jean le Bel, falam de um cavaleiro a quem os Jacques “mataram e assaram num pau ante os olhos de sua mulher e filhos. Depois dez ou

12 deles violentaram a dama e a forçaram a comer carne do marido e em seguida a mataram". Repetida várias vezes em relatos subseqüentes, essa história tornou-se o núcleo dos contos de atrocidades.

Nos depoimentos registrados depois dos acontecimentos, as mortes chegam a um total de trinta (sem o cavaleiro assado e a dama), inclusive um "espião" que foi julgado antes de ser executado. Houve mais destruição e saque do que mortandade. Um grupo de Jacques dirigiu-se diretamente ao galinheiro, pegou todas as galinhas que pôde, pescou as carpas do lago, tirou o vinho das adegas e os morangos do pomar, e realizou uma festa à custa do nobre. Quando os insurgentes se organizaram, abasteceram-se com as reservas dos castelos, queimando móveis e construções quando os deixavam. Em distritos onde o ódio ao clero era igual ao ódio aos nobres, os Jacques fizeram guerra à Igreja; os enclausurados tremeram em seus mosteiros, o clero secular fugiu e foi refugiar-se nas cidades.

Surgiu um líder camponês na pessoa de um certo Guillaume Karle, ou Cale, descrito como natural da Picardia, forte, bonito, de uma eloquência natural e experimentado na guerra, o que era a maior necessidade dos Jacques. Organizou um conselho que emitia ordens com um selo oficial, e nomeava capitães eleitos em cada localidade, e tenentes para grupos de dez. Seus homens fizeram espadas das foices e podadeiras, e improvisaram armaduras com couro fervido. Cale adotou "Montjoie!" como seu grito de guerra e mandou que se fizessem bandeiras com a flor-de-lis, pretendendo demonstrar assim que os Jacques se rebelavam contra os nobres, não contra o rei.

A esperança de Cale era conseguir a aliança das cidades, numa ação conjunta contra os nobres: era ali que os dois movimentos, o camponês e o burguês, se aproximavam. Poucas cidades do norte "não eram contra os cavaleiros", segundo o monge de St. Denis que escreveu a *Crônica dos reinos de João II e Carlos V*, e muitas temiam e desprezavam, ao mesmo tempo, os Jacques. Burgueses menores, porém, viam o levante camponês como uma guerra comum dos plebeus contra os nobres e o clero. Cidades como Senlis e Beauvais, onde o partido do gorro vermelho e azul era predominante e radical, foram solidárias com os Jacques, forneceram alimento e lhes abriram suas portas. Muitos de seus cidadãos juntaram-se às fileiras camponesas. Beauvais, com o consentimento do prefeito e dos magistrados, executou vários nobres que os Jacques lhes mandaram como prisioneiros. Amiens realizou julgamentos condenando os nobres à morte à revelia.

Compiègne, por outro lado, que era o principal objetivo de Cale, recusou-se a entregar os nobres que se tinham refugiado ali, fechou suas portas e reforçou suas muralhas. Em Caen, na Normandia, onde o levante não conseguiu inflamar-se, um agitador dos Jacques, com a miniatura de um arado no chapéu, percorreu as ruas conclamando os simpatizantes a seguirem-no, mas não conseguiu recrutas e acabou sendo morto por três moradores, aos quais tinha insultado.

Segundo cartas de perdão depois dos acontecimentos, burgueses individualmente — açougueiros, tanoeiros, carreteiros, sargentos, oficiais do rei, padres e outros clérigos — tornaram-se cúmplices dos Jacques, sobretudo no saque das

propriedades. Até mesmo homens de aparência nobre surgem nos perdões, mas se foram levados pela convicção, pela oportunidade de saquear, pela animação, ou *force majeure*, é incerto. Cavaleiros, escudeiros e funcionários acusados de terem liderado grupos camponeses sempre alegaram, posteriormente, que tinham sido obrigados a isso para salvar suas vidas, o que bem pode ter sido verdade, pois os Jacques sentiam de modo profundo a falta de líderes militares.

Seus capitães tinham pouco controle dos subordinados. Em Verberie, um capitão, ao voltar de um ataque com um escudeiro aprisionado e sua família, foi cercado por cidadãos que gritavam morte ao escudeiro. “Pelo amor de Deus, senhores”, pediu o capitão, “abstenham-se desse ato, ou estarão cometendo um crime”. Para esse homem, o assassinato de um nobre ainda era uma coisa terrível, mas não para a multidão, que cortou a cabeça do escudeiro na mesma hora.

Quando a violência generalizou-se contra todos os donos de terras, os Jacques, se lhes perguntavam por que faziam tais coisas, respondiam “que não sabiam, mas viam outros fazê-las e achavam que assim destruiriam todos os nobres e pequena nobreza no mundo para que não restasse nenhum deles”. Se os camponeses realmente sonhavam com um mundo sem nobres, ou não, os nobres assim pensaram e sentiram o hálito quente da aniquilação. Tomados pelo terror que as massas inspiaram quando derrubam a autoridade, pediram ajuda aos seus pares de Flandres, Hainaut e Brabante.

Num momento crítico para Marcel, a ira da Jacquerie lhe ofereceu uma nova arma, aceita numa escolha fatal que lhe custaria o apoio da classe dos proprietários. Por instigação sua, as propriedades dos odiados conselheiros reais transformaram-se nos alvos de um grupo de Jacques organizado nas imediações de Paris, sob o comando de dois comerciantes da capital. As propriedades do camareiro do rei, Pierre d’Orgement, e de dois inveterados corruptos, Simon de Buci e Robert de Lorris, foram saqueadas e destruídas. Invadindo o castelo de Ermenonville, uma das muitas mostras do favor real concedido a Robert de Lorris, uma força combinada de burgueses e Jacques encurralou o dono em seu interior. De joelhos ante os inimigos, ele foi forçado a fazer um juramento repudiando “a nobreza” e prometendo fidelidade à comuna de Paris.

Comprometido pelo assassinato e destruição, Marcel estava num beco sem saída. A família real em Meaux foi o alvo seguinte do grupo de Paris. Engrossado, enquanto marchava ao longo do Marne, por grupos de Jacques vindos de muitos lugares e por muitos caminhos, chegando o seu total a “nove mil”, alcançaram Meaux a 9 de junho “com grande disposição de praticar o mal”. Perspectivas de estupro e morte encheram a fortaleza chamada de Mercado de Meaux, onde a mulher, a irmã e a infanta do delfim, juntamente com cerca de trezentas damas e seus filhos, eram protegidos por uma pequena companhia de senhores e cavaleiros. O prefeito e os magistrados da cidade, que tinham jurado fidelidade ao delfim e prometido não permitir “desonra” à sua família, fraquejaram frente aos invasores. Por medo ou simpatia, os cidadãos abriram as portas da cidade e instalaram mesas nas ruas com guardanapos e pão, carne e vinho. Ao se aproximarem de uma cidade, os Jacques

habitualmente faziam saber que esperavam essas provisões. Invadindo a cidade, a horda terrível encheu as ruas com “gritos selvagens”, enquanto as damas na fortaleza, dizem os cronistas, tremiam de angústia.³⁰

Naquele momento, a cavalaria errante galopava para salvar as damas, nas pessoas daquele brilhante par, o *capit* de Buch e Gaston Phoebus, conde de Foix. Embora um deles devesse fidelidade à Inglaterra e o outro à França, eram primos que voltavam para casa depois de uma “cruzada” na Prússia, onde tinham ido para se ocuparem, depois da trégua de Poitiers. Nenhum deles era amigo dos Valois, mas damas nobres estavam em perigo e isso constituía uma causa para qualquer cavaleiro, e esses dois sulistas não partilhavam da passividade inicial dos nortistas ante o ataque dos Jacques. Nenhum deles estivera envolvido na vergonha de Poitiers. Informados do perigo em Meaux, apressaram-se a prestar socorro, com uma companhia de quarenta lanças (120 homens) e alcançaram o Mercado de Meaux no mesmo dia em que os plebeus entravam na cidade. Ligada por uma ponte à cidade, a fortaleza, cercada de muralhas e torres, estava situada numa faixa de terra entre o rio e um canal.

À frente de 25 cavaleiros de armaduras brilhantes e com galhardetes de prata e azul mostrando estrelas, lírios e leões deitados, o *capit* e o conde atravessaram a grade de ferro levadiça e entraram na ponte. Naquele estreito espaço onde a superioridade numérica não podia se fazer sentir, os plebeus decidiram, imprudentemente, lutar. Brandindo armas, a cavalo, os nobres derrubaram os adversários, pisotearam-nos, jogando seus corpos no rio, forçando os outros a recuarem na ponte, e abrindo caminho para um carnificina. Apesar de uma dura luta corpo a corpo, os “pequenos vilões escuros, mal armados” recuaram ante as lanças e achas-d’armas de guerreiros vestidos de cotas de malha e, sucumbindo numa retirada aterrorizada, foram dizimados. Os cavaleiros atacaram, furiosos, matando os plebeus como animais, até se cansarem da mortandade.

“Vários milhares” foram mortos, segundo os números absurdos dos cronistas, o que mesmo assim evidencia proporções espantosas. Os que fugiram foram caçados pelo campo e exterminados. Os cavaleiros tiveram poucas baixas, um deles com uma flecha no olho. Sua fúria, alimentada pela ação, voltou-se contra a cidade, que foi pilhada e saqueada. Casas, e até mesmo igrejas, foram pilhadas e nada sobrou de valor; o prefeito foi enforcado, muitos dos cidadãos massacrados, outros presos, outros queimados dentro de suas casas. Meaux ardeu durante duas semanas e foi posteriormente condenada por crime de lesa-majestade e eliminada como comuna independente.

Meaux constituiu um ponto crítico. Ganhando coragem com a conquista, os nobres franceses da área empenharam-se em devastá-la, causando mais danos à França, disse Jean de Venette, do que os ingleses. A partir dali seguiu-se a represália da Jacquerie, que provocou a queda de Marcel.

Carlos de Navarra liderou o contra-ataque na Picardia e na região de Beauvais, levado a ela pelos nobres de seu partido, que o procuraram dizendo que “se os chamados Jacques continuarem por muito tempo, levarão a nobreza à aniquilação e

destruirão tudo”.³¹ Como um dos grandes nobres do mundo, ele não podia tolerar que seus pares fossem dizimados. Sabendo que só podia ganhar a coroa, ou o poder que desejava, com o apoio da nobreza, Carlos convenceu-se. Com uma força de várias centenas, inclusive o “barão de Coussi”, marchou contra os Jacques, reunidos em Clermont sob o comando de Guillaume de Cale. Este, sensatamente, ordenou que seu exército de vários milhares recuasse para Paris, em busca do apoio e da ajuda da cidade, mas os Jacques, ansiosos pela luta, recusaram-se a obedecer. Cale então os colocou nos tradicionais três batalhões, dos quais dois, tendo à frente arqueiros e besteiros, ficaram atrás de uma linha de carroças de bagagens. O terceiro, de seiscientos cavaleiros mal montados e muitos sem armas, ficou de reserva, como apoio.

Tocando trombetas e lançando gritos de guerra, com bandeiras rasgadas, os camponeses enfrentaram o inimigo. Surpreso com essa resistência organizada, Navarra preferiu a esperteza e a traição. Convidou Cale a parlamentar e ante esse convite de um rei, ao que tudo indica, o bom senso de Cale desapareceu. Considerando-se um adversário de guerra, a quem se aplicavam as leis da cavalaria, dirigiu-se às conversações sem uma guarda; seu real e nobre adversário aproveitou-se disso, prendeu-o e acorrentou-o. A captura do líder, com tanta facilidade e por uma traição impregnada de desprezo, diminuiu a confiança dos Jacques e sua esperança de sucesso. Quando os nobres atacaram, os plebeus sucumbiram como seus companheiros em Meaux e sofreram igual mortandade. Apenas uns poucos, que se esconderam no mato, escaparam às espadas dos cavaleiros. As aldeias próximas entregaram os fugitivos aos nobres. Continuando o ataque em outros pontos da região, Navarra e sua companhia massacraram mais “três mil” camponeses, inclusive trezentos queimados vivos num mosteiro onde se haviam refugiado. Para consumir sua vitória, Carlos de Navarra degolou Guillaume Cale depois de, ao que se diz, tê-lo coroado, numa zombaria, rei dos Jacques, com um aro de ferro em brasa.

Quando a repressão varreu o norte, seu novo líder surgiu com Enguerrand de Coucy, cujo domínio ficava no centro da tormenta. Os Jacques não conseguiram mais reagrupar-se, diz Froissart, porque “o jovem *sire* de Coucy reuniu um grande número de nobres que deram fim a eles, onde quer que os encontrassem, sem piedade ou mercê”. Que um homem tão jovem tenha assumido a liderança revela uma forte personalidade, mas este episódio nada acrescenta ao que se sabe a seu respeito. A *Chronique normande* e outros relatos também falam dele caçando camponeses em aldeias e vilas, e enforcando-os nas árvores, enquanto seu vizinho, o conde de Roussi, os enforcava nas portas de suas cabanas. A opressão da qual se tem notícia é fixada por uma autoridade do século XIX, Père Denifle: “Foi principalmente Enguerrand VII, o jovem senhor de Coucy que, à frente dos nobres de sua baronia, completou o extermínio dos Jacques.”³²

Revigorados pelo sangue corrido em Meaux, os nobres daquela região acabaram com a Jacquerie entre o Sena e o Marne. “Lançaram-se sobre aldeias e vilas, incendiando-as e perseguindo os pobres camponeses em suas casas, campos, vinhas e florestas, para abatê-los miseravelmente.”³³ Em 24 de junho de 1358, nada me-

nos de “vinte mil” Jacques tinham sido mortos e o campo transformado numa desolação.³⁴

O inútil levante terminou. Apesar de sua extensão, durou menos de um mês, do qual duas semanas foram tomadas pela repressão. Nada foi ganho, nada se modificou, apenas mais mortes. Como toda insurreição do século, foi esmagada, tão logo os governantes recuperaram a calma, pelo peso do aço, pela vantagem do homem montado a cavalo e pela inferioridade psicológica dos insurretos. Sem se importarem com as conseqüências, os donos de terras, que já sofriam com a escassez de mão-de-obra depois da peste, deixaram que a vingança tivesse precedência sobre seu interesse pessoal.

Durante o mês que se seguiu, a luta em Paris atingiu o auge e teve fim. Desde o dia seguinte a Poitiers, Marcel mantinha homens trabalhando na extensão das muralhas, no reforço das portas, abrindo fossos e fazendo barreiras. Agora totalmente murada e fortificada, a capital era a chave do poder. Desde Vincennes, nos arredores da cidade, o regente, com um grupo de nobres, estava sondando uma entrada; Marcel, que perdera de vista qualquer objetivo que não fosse vencer o regente, planejava entregar a capital a Carlos de Navarra; o sinuoso Navarra estava negociando com os dois lados, e tinha contato fora das muralhas com forças navarrenses e inglesas.

Num gigantesco comício preparado para ele por Marcel, na place de Grève, Carlos disse à multidão que “teria sido rei da França se sua mãe fosse um homem”. Manifestantes previamente instruídos responderam com gritos de “Navarra! Navarra!”. Enquanto a maioria, chocada com a deslealdade, permanecia calada, ele foi eleito capitão de Paris. A aceitação do cargo oferecido pelo povo afastou dele muitos nobres que o apoiavam, pois não queriam “estar contra a nobreza”. Provavelmente nessa época é que Enguerrand de Coucy deixou o partido de Navarra, pois logo em seguida surge como seu oponente.

Também aos pés de Marcel o chão fugia como gelo que se quebra sobre um rio. Sua conivência com os Jacques atemorizou muitas das “boas cidades” e, mais seriamente, provocou o descontentamento da alta burguesia em Paris. No caos, na escassez e nas perturbações do comércio, eles se voltaram para o regente como a única salvação na necessidade desesperada de autoridade. Paris se estava dividindo em facções furiosas, algumas favoráveis à luta até o fim em apoio a Marcel, outras favoráveis à deposição de Navarra, outras ainda pela admissão do regente na cidade, todas impregnadas de ódio aos ingleses, que devastavam diariamente as vizinhanças com suas atrocidades. Com a diminuição do apoio que vinha recebendo, Marcel precisou de força armada. A 22 de julho, num gesto que provocou animosidade, ele permitiu que Carlos de Navarra levasse um grupo de soldados ingleses para a cidade. Parisienses irritados e armados caíram sobre os ingleses com tanto vigor que eles tiveram de ser trancafiados na fortaleza do Louvre, como medida de proteção.

Enquanto isso, os burgueses prósperos temiam que se o regente tomasse a cidade pela força, e não pela rendição, todos os cidadãos fossem vítimas de castigos e saques. Incapazes de forçar Marcel a entregar a cidade, resolveram eliminá-lo, sob a teoria de que “era melhor matar do que ser morto”. Entre conspirações, inimigos e acontecimentos inexplicáveis, os cidadãos eram vítimas fáceis de boatos de traição pelo preboste.

O fim aconteceu a 31 de julho, quando Marcel surgiu na porta de St. Denis e mandou que os guardas entregassem as chaves a oficiais do rei de Navarra. Os guardas recusaram-se, gritando que tinha havido traição à cidade. Armas foram sacadas e um negociante de tecidos chamado Jean Maillart, que evidentemente estava preparado para isso, desfraldou o estandarte real, montou seu cavalo e deu o grito de guerra real, “Montjoie-St. Denis!”. A multidão ocupou a cidade, houve luta e alarmes confusos. Marcel apareceu em seguida do outro lado da cidade, na porta de St. Antoine, onde novamente pediu as chaves e encontrou a mesma resposta, dada por um certo Pierre des Essars, um burguês feito cavaleiro e primo afim de Maillart e de Marcel. Os guardas de St. Antoine atacaram o preboste, derrubaram-no e, quando as armas foram recolhidas e a confusão diminuiu, Etienne Marcel jazia na rua pisoteado e morto.

Dois companheiros seus também foram mortos e outros de seu partido foram despidos, surrados e deixados nus junto às muralhas. “E então o povo saiu às ruas, procurando outros para lhes dar o mesmo fim.” Certo número de partidários do preboste foram mortos e atirados, nus, nas ruas. Enquanto Carlos de Navarra fugia para St. Denis, a facção monarquista assumia o controle, e dois dias depois, a 2 de agosto de 1358, abria a cidade ao regente.

Este proclamou imediatamente um perdão para os cidadãos de Paris, exceto os mais ligados a Marcel e Navarra, que foram executados ou banidos, e cujas propriedades foram confiscadas e entregues ao partido do regente. Mas o espírito dos gorros azul e vermelho continuou forte o bastante para provocar manifestações raivosas quando outros partidários de Marcel foram presos. A situação era sombria e perigosa. A 10 de agosto o regente proclamou uma anistia geral e mandou que nobres e camponeses se perdoassem mutuamente, para que os campos pudessem ser cultivados e a colheita realizada. O extermínio dos Jacques fazia-se sentir.

Com a morte de Marcel, o movimento de reforma foi abortado; a visão do “Bom Governo” continuaria sendo apenas uma visão. Depois de Artevelde e Rienzi, Marcel foi o terceiro líder de um levante burguês, num período de 12 anos, a ser morto pelos seus próprios seguidores. O povo da França, no seu todo, não estava preparado para uma tentativa de limitar a monarquia. Lançavam a responsabilidade pelos seus sofrimentos — pesados impostos, governo desonesto, moeda aviltada, derrotas militares, banditismo das companhias, a decadência do reino — sobre os maus conselheiros da coroa e os covardes nobres ou mesmo sobre o delfim, e não sobre o rei, que tinha lutado bravamente em Poitiers. Nenhum movimento político foi criado por Marcel. Os Estados Gerais perderam o direito de se reunirem quando desejassem, as determinações da Grande Ordenação foram em

grande parte revogadas, embora não totalmente. A coroa ficou livre para o período de absolutismo real que a história lhe reservava.

Embora o regente controlasse Paris, estava cercado de inimigos. Em St. Denis, Navarra anunciou seu desafio aberto e renovou sua aliança com o rei Eduardo. “Muito pesada e cruel”, a guerra não declarada das companhias navarrenses e inglesas intensificou-se, grupos individuais reagiram, a terra foi palco de batalhas locais e de ataques repentinos, do cerco de castelos e do incêndio de aldeias. Envolvido pelo tumulto, “o jovem *sire* de Coucy protegeu cuidadosamente seu castelo e território” com a ajuda de dois temíveis guerreiros.³⁵ Um deles era seu antigo tutor, Matthieu de Roye, que em certa ocasião forçou à rendição e aprisionou toda uma companhia inglesa de trezentos homens. O outro era o governador do domínio de Coucy, “um cavaleiro duro e valente”, chamado cômego de Robesart, que “se fez mais temido dos ingleses e navarrenses do que qualquer outro, pois muitas vezes os perseguiu”.

O feito de Enguerrand foi a destruição do castelo do bispo Roberto le Coq, que tentava levar Laon para o lado de Carlos de Navarra. Os detalhes não foram registrados, exceto o fato de que o *sire* de Coucy “não gostava do dito bispo”.³⁶ Pagando salário a seus soldados e não deixando ninguém fora das muralhas, ele manteve os bandidos à distância, embora tivessem conseguido capturar o vizinho castelo do conde de Roussi, “provocando grande escassez” no distrito. Com os campos abandonados e as aldeias calcinadas, a escassez espreitava a França.

Refém na Inglaterra

DURANTE TODO ESSE TEMPO, as tentativas realizadas em Londres para concluir um tratado de paz permanente não obtiveram êxito. Quando os franceses protestaram contra os termos de um acordo celebrado em 1358, Eduardo respondeu aumentando as exigências. Em março de 1359, quando a trégua estava expirando, o rei João cedeu, trocando metade de seu reino pela libertação. Pelo Tratado de Londres, ele entregava praticamente todo o oeste da França, de Calais aos Pireneus, e aceitava um resgate, aumentado calamitosamente para quatro milhões de escudos de ouro, pagáveis em cinco vezes, e garantidos pela entrega de quarenta reféns nobres e reais, dos quais Enguerrand de Coucy foi designado para fazer parte.¹ Em caso de obstrução à transferência dos territórios cedidos, Eduardo reservava-se o direito de mandar forças armadas de volta à França, e o custo disso ficaria a cargo do rei francês.

Por mais desesperada pela paz que a França estivesse, vergonha e raiva cresceram quando as condições se tornaram conhecidas. Amadurecido à força nos sombrios anos desde Poitiers, o delfim tinha aprendido, melhor do que seu pai, a arte de governar. Nem ele nem o seu Conselho estavam preparados para entregar o que o rei da França tinha oferecido. Enfrentando um terrível dilema entre aceitar o tratado ou recomeçar a guerra, eles convocaram os Estados Gerais, pedindo que “os homens de maior peso e mais sábios” tivessem plenos poderes para representar as comunas.

Nessa hora sombria, uma das mais negras na história da França, os poucos delegados que enfrentaram as estradas infestadas de bandidos para ir a Paris estavam preocupados. Quando o texto do Tratado de Londres lhes foi lido a 19 de maio, deliberaram rapidamente e deram sua resposta ao delfim, sem discordância. Pelo menos daquela vez, foi lacônica. “Disseram que o tratado era desagradável a todo o povo da França e intolerável, razão pela qual ordenavam que se fizesse guerra contra a Inglaterra.”²

Eduardo envidou um último esforço para obter a vitória final. Atribuiu à “perfídia” francesa a rejeição do tratado, criando assim condições para uma “guerra justa” e permitindo aos bispos oferecer indulgências para ajudar o recrutamento. Disposto a reunir uma força expedicionária que tivesse tudo para ser invencível, passou todo o verão nos preparativos. Um imenso comboio de 1.100 navios, transportando 11 mil a 12 mil homens e mais de dois mil cavalos (aos quais se juntariam outros tantos em Calais) foi reforçado com mil carroças e alguns carros de quatro cavalos como trem de bagagem, mais tendas, forjas, moinhos de mão, ferradura e pregos, arcos e flechas, armas e armaduras, utensílios de cozinha, estoques iniciais de vinho e alimentos, barcos de couro para pescar nos rios, não se esquecendo, para a caça, de trinta falcões com falcões, sessenta casais de cães, e sessenta de lebreiros.³

Quando o rei embarcou, levando consigo os quatro filhos mais velhos, era fim de outubro, o que prenunciava uma campanha de inverno. Toda a experiência militar, inclusive a sua, sabia ser isso danoso para uma força que estava longe de sua base, mas era difícil deter o ímpeto dos grandes preparativos, e o fato de dispor de muitas guarnições na França deu a Eduardo a certeza de uma vitória rápida.

A fortuna inglesa estava no auge. Um rei dinâmico dispunha da ajuda de um grupo extraordinário de soldados capazes — Chandos, Knollys, *sir* Walter Manny, *sir* Hugh Calveley, o *capitão* de Buch e, sobretudo, o príncipe de Gales —, um grupo “como as estrelas têm a influência de produzir numa certa ocasião, mais do que em outras”.⁴ O sucesso era concreto. “Uma mulher que não tivesse espólios da França”, escreveu o cronista Walsingham, “roupas, peles, colchas de cama, vasilhas de prata e peças de linho, não era importante”. O entusiasmo teve um momento perfeito em 1350, quando o rei Eduardo partiu de navio para enfrentar um desafio espanhol. A bordo do navio *Thomas* em agosto, tal como descreve Froissart, o rei, vestindo gibão de veludo negro e um chapéu redondo de castor “que lhe ia muito bem”, sentou-se no castelo de proa, divertindo-se em conversar e cantar com o príncipe e um grupo de nobres. “O rei sentia-se alegre como nunca, naquele dia, disseram os que estavam presentes, e ordenou que os menestrais tocassem para ele uma dança alemã recentemente lançada por *sir* John Chandos.” Mandou que *sir* John a cantasse e dançasse com os menestrais, “o que lhe causou grande prazer”, e de tempos em tempos olhava para o vigia nos mastros, que espreitava os espanhóis. Não é preciso dizer que, ao serem vistos, foram enfrentados e vencidos, confirmando a pretensão de Eduardo de ser “Senhor do Mar”.

De Calais, em 1359, os ingleses partiram para Reims, onde Eduardo pretendia fazer-se coroar rei de França. Arrastando um enorme trem de bagagens que, segundo se disse, cobria duas léguas, atravessaram a Picardia em três linhas de marcha separadas, a fim de distribuir pela região a coleta de forragem, e mesmo assim encontraram poucas provisões numa área já devastada pelas companhias. Os cavalos passavam fome, o ritmo se reduziu, a chuva caía diariamente, o avanço diminuiu para três leguas por dia. E pior de tudo, a meta de Eduardo, de uma batalha decisiva, lhe fugia. Os ingleses atravessaram um vão deliberadamente criado. Ne-

nhuma resplandecente força armada foi ao encontro deles. Os franceses concentraram suas defesas nas cidades e castelos fortificados que podiam resistir ao ataque.

A rejeição de uma batalha campal — estratégia que salvaria a França — surgiu, como a maioria das inovações militares, da derrota, ignomínia e escassez de meios. Quem percebeu o que a situação exigia foi o regente, um governante que dava ouvidos à necessidade e não à glória.

Em relação ao seu hostil cunhado Navarra, a posição do regente tinha melhorado, porque em agosto Carlos de Navarra abandonara a aliança com Eduardo e, numa cerimônia de reconciliação ainda mais complicada, prometeu ser “um bom amigo do rei da França, do regente e do reino”. Embora fosse opinião geral que sua promessa era inspirada por Deus, o rei de Navarra não podia viver sem conspirar e dentro de poucos meses envolvia-se num novo plano para acabar com o delírio.

Eduardo chegou a Reims na primeira semana de dezembro, presumidamente esperando que a cidade o recebesse, depois do que deveria ter sido um avanço vitorioso. Prevenida de sua intenção, Reims tinha reforçado suas muralhas durante os longos preparativos e continuou teimosamente fechada, forçando os ingleses ao cerco. Os franceses tinham esvaziado o campo de tudo o que pudesse servir ao inimigo e destruíram as construções que o pudessem abrigar. Às portas de Reims, Eduardo viu o mosteiro de St. Thierry, que pretendia usar como seu quartel, queimando à sua frente. Frustrados pela falta de provisões, como tinham sido de batalhas, e com seu contingente reduzido pelo frio e fome, os ingleses foram forçados a levantar o sítio depois de quarenta dias. Dirigiram-se para o sul, para a rica terra da Borgonha, saqueando e destruindo durante dois meses, até que Eduardo deixou-se comprar por 200 mil *moutons d'or** pelo então duque de Borgonha, Filipe de Rouvre.

Ao dirigir-se para Paris em março, Eduardo foi informado, com fúria e votos de vingança, de uma selvagem incursão dos franceses, realizada naquele mês, contra Winchelsea, no litoral sul da Inglaterra.⁵ O objetivo desse ataque era libertar o rei João, o que teria poupado à França um ruinoso resgate. Segundo os planos originais, a incursão pretendia também, “aparentando permanecer ali”, assustar os ingleses e fazer com que retirassem forças da França para defender a ilha. Os custos foram cobertos pelas principais cidades. Um ousado comandante de navio, Enguerand Ringois de Abbeville, renomado pela sua coragem e disposição no cerco de Calais, foi escolhido para seu comandante naval. As forças de terra, totalizando dois mil cavaleiros, arqueiros e soldados a pé da Picardia e Normandia, sofriam da habitual ausência de unidade de comando. Eram lideradas por um triunvirato de nobres que não se entendiam. Pierre des Essars, o homem que tinha acabado com Etienne Marcel, liderava um grupo de voluntários parisienses.

Rumores que antecederam o ataque tinham feito com que João fosse transferi-

* Antiga moeda de ouro com a efígie de um carneiro. (N. do T.)

do, a 1.º de março, do condado de Lincoln para um castelo perto de Londres e, posteriormente, para a própria Torre de Londres. Apesar de terem feito o reconhecimento do litoral, os franceses, enganados por falsas informações, desembarcaram na costa sul a 15 de março. Ocupando Winchelsea sem dificuldades, não se empenharam em estabelecer uma cabeça-de-ponte, mas mergulharam na habitual fúria de pilhagem, assassinato, estupro, inclusive o massacre de um grupo de cidadãos que assistia à missa na igreja. Enquanto o alarme se espalhava por toda a região, os franceses saquearam a vizinha cidade de Rye, enfrentando e rechaçando em seguida uma força de 1.200 ingleses, reunidos às pressas, que foi ao seu encontro. Temendo reforços, eles resolveram não mais dar a impressão de que permaneciam ali e, voltando ao ponto de desembarque 48 horas depois da invasão, reembarcaram à luz da cidade incendiada.

A Inglaterra entrou em pânico com a notícia de que o inimigo estava “incursiionando pelo país, matando, queimando, destruindo e praticando outras maldades”, e que se poderia esperar o pior, “a menos que ele encontrasse resistência rápida e poderosa”.⁶ Embora não fosse necessário, o pânico deixou um medo constante de invasão, que exerceria certa contenção nas futuras atividades contra a França. O ataque, corajosamente planejado e mal comandado, nada realizou, a não ser provocar a ira de Eduardo e represálias, ao descobrir que os franceses podiam comportar-se em seu reino com a mesma perversidade que os ingleses demonstravam na França.

Cercando Paris em princípios de abril, os ingleses mandaram arautos desafiar os defensores para uma batalha, mas o delfim, confiando nas melhorias feitas por Marcel nas fortificações, proibiu qualquer resposta. Depois que uma semana de incêndios e mortes fora das muralhas não provocou nenhuma luta, Eduardo afastou-se, intrigado como em Reims, mas ainda não disposto a desistir. Tomou a estrada de Chartres, e não a do litoral. Nos dois meses anteriores os legados papais vinham correndo entre o delfim e os ingleses, tentando reabrir as negociações, sempre bloqueadas pela recusa de Eduardo em abrandar as condições. O próprio delfim mandara enviados com propostas de paz. Vendo “como o reino não podia suportar por muito tempo a grande tribulação e pobreza” impostas pelos ingleses, “pois as rendas dos senhores e das igrejas estavam quase que totalmente perdidas em toda parte”, ele e seu Conselho propuseram a paz dentro das condições concordadas em 1358, antes que Eduardo aumentasse suas exigências. O duque de Lancaster aconselhou Eduardo a aceitar, pois se insistisse poderia ter de fazer guerra “durante toda a sua vida” e “perder num dia o que nos levou vinte anos para conquistar”.

A ira dos céus apoiou o duque. Na segunda-feira, 13 de abril, “um horrível dia escuro”⁷ de névoas e frio cortante, o exército estava acampado nas proximidades de Chartres quando uma violenta chuva de granizo caiu com a força de um ciclone, seguida por rajadas de chuva congelada. Cavalos e homens foram mortos pelo granizo, tendas foram rasgadas pelo vento, o trem de bagagens afundou-se na lama e na enchente, e dezenas de soldados morreram do frio terrível, “razão pela qual até hoje muitos homens a chamam de Segunda-Feira Negra”. Em meia hora o exército

de Eduardo sofreu um golpe que mãos humanas não lhe poderiam ter imposto e que dificilmente deixaria de ser considerado como uma advertência celeste. A Segunda-Feira Negra pôs em evidência todas as falhas da campanha de seis meses — a vulnerabilidade do exército inglês, a impossibilidade de uma batalha decisiva, a incapacidade de tomar uma grande cidade ou capital protegida por muralhas, a intuição de Lancaster, ainda vaga, de que a França não podia ser conquistada pela pilhagem, nem pelo sítio, cidade por cidade, fortaleza por fortaleza. A longo prazo, era isso que condenaria a guerra a arrastar-se por cem anos — o fato de que, à exceção de um golpe como a captura de um rei em Poitiers, os exércitos medievais não tinham meios de conseguir um resultado decisivo, muito menos a rendição incondicional.

Cedendo à advertência dos céus e aos conselhos de Lancaster, Eduardo nomeou representantes para negociar com os franceses novos termos para a paz. Reuniram-se na pequena aldeia de Brétigny, a cerca de uma légua de Chartres, onde a guerra de vinte anos seria finalmente encerrada — ao que parecia então.

Assinado em 8 de maio de 1360, o Tratado de Brétigny cobria um labirinto de detalhes jurídicos e territoriais em 39 artigos, cinco cartas de confirmação e variada retórica, tão eterna quanto os juristas. Basicamente, era uma volta ao acordo original de 1358. O resgate do rei João foi reduzido a três milhões de escudos de ouro e as excessivas exigências territoriais de Eduardo foram abandonadas, o que representou um fracasso e um desperdício para a sua última campanha. A transferência básica de Guena e Calais para o rei da Inglaterra foi confirmada, bem como a transferência dos outros territórios, cidades, portos e castelos entre o Loire e os Pireneus, e na região de Calais, representando ao todo cerca de um terço da França, o maior ganho já registrado na Europa ocidental até então. Eduardo renunciou à coroa de França e a todas as pretensões territoriais não registradas no tratado.

Para assegurar o cumprimento dos termos do tratado, a antiga condição de quarenta reféns representando o que havia de mais nobre no reino foi renovada, incluindo outra vez Enguerrand de Coucy.⁸ Como senhor do mais forte castelo do Norte da França, centro de resistência aos ingleses, foi ele deliberadamente escolhido, na crença de que seria mais fácil manter-se a paz se homens assim ficassem como reféns.

O grupo tinha à frente os quatro “flor-de-lis”, ou príncipes reais — ou seja, os dois filhos do rei, Luís e João (futuros duques de Anjou e de Berry); seu irmão, o duque d’Orléans, e o cunhado do delfim, Luís II, duque de Bourbon. Os condes d’Artois, d’Eu, de Longueville, d’Alençon, de Blois, de St. Pol, d’Harcourt, de Grandpré, de Braisne e outros *grands-seigneurs* e guerreiros notáveis, inclusive Matthieu de Roye, antigo tutor de Coucy, completavam a lista. O rei João voltaria para Calais, onde ficaria até o primeiro pagamento de 600 mil escudos do resgate e a transferência preliminar dos territórios. Seria então libertado com dez outros prisioneiros de Poitiers, para serem substituídos pelos quarenta reféns do Terceiro Estado — a verdadeira fonte do dinheiro —, ou seja, quatro de Paris e dois de cada uma de 18 outras cidades. A partir de então, a soberania das cidades e castelos se-

ria transferida e o resto do resgate pago, 400 mil de cada vez, em seis vezes, a intervalos de seis meses, com um quinto dos reféns libertados a cada pagamento.⁹

O Tratado de Brétigny foi “aceito com demasiada ligeireza, para grande dor e prejuízo do reino de França”, no julgamento do cronista anônimo de *Quatre Valois*, do qual nada se sabe, a não ser que era cidadão de Ruão. Fortalezas e boas cidades “que não poderiam ter sido conquistadas com facilidade” foram cedidas, escreveu ele, o que era verdade, mas o tratado foi justificado pela alegação de que era necessário libertar o rei.

Libertar a França das companhias era ainda mais urgente. Num apêndice ao tratado, Eduardo proibiu, sob pena de banimento, quaisquer atos contra a paz por soldados ingleses, mas não havia uma intenção firme atrás dessa cláusula, e a França não sossegou. De fato, o Tratado de Brétigny iniciou o período de maior florescimento das companhias, pois um enxame de soldados recém-desmobilizados formou grupos chamados de *Tard-Venus* (Os-que-Chegaram-Tarde), que acabaram com o pouco deixado pelos seus antecessores e foram engrossando as fileiras dos exércitos mercenários.

Os esforços para levantar o resgate foram levados ao extremo. Cidades, condados e domínios nobres avaliaram suas possibilidades, e entre eles a casa de Coucy, que contribuiu com 27.500 francos.¹⁰ As vendas foram tributadas na proporção de 12 *pence* por libra, em Paris e na área adjacente, pagos por nobres e clero e “todas as pessoas capazes de pagar”. Quando as receitas eram magras, havia recurso aos judeus, convidados a contribuir em troca de uma concessão de residência de vinte anos, pela qual pagariam 20 florins cada vez que voltassem ao país, e sete florins anualmente, a partir de então.

O próprio João vendeu sua filha Isabel, de 11 anos, para matrimônio com o filho de nove anos da rica e ascendente família Visconti, de Milão, por 600 mil florins de ouro. A aliança do rei da França com um tirano italiano carreirista foi um espanto quase tão grande quanto a derrota de Poitiers. Para conseguir a princesa, Galeazzo Visconti, pai do noivo, ofereceu metade do dinheiro à vista e metade em troca de um dote territorial. O casamento deveria realizar-se em julho, imediatamente depois do noivado, como era hábito, mas teve de ser adiado porque a princesa adoeceu com febre. Que ansiedade deve ter pairado sobre o leito de enferma de uma filha da qual dependia tanto ouro!”

Naquela época, a peste tinha reaparecido na Savóia e Lombardia, no primeiro surto do que seria no ano seguinte uma importante recrudescência. Depois de fugirem para mansões no campo e ali passarem o verão, enquanto milhares morriam em Milão e cadáveres apodreciam em casas seladas, os irmãos Viscontis voltaram quando a peste diminuiu e mandaram percorrer toda a Itália em busca de jóias, sedas e vestuários suntuosos, em preparo para o casamento. Assegurou-se aos convidados que “seria o maior jamais visto na Lombardia”. A princesa francesa, já curada, foi enviada a Milão, via Savóia, a despeito do risco, e casou-se em meados de outubro, com festividades de luxo “imperial” que duraram três dias. Mil convidados com suas comitivas convergiram para a cidade, na ocasião. O opulento espetáculo

montado pelos Viscontis — e pago por seus súditos — apenas sublinhou o que era geralmente considerado como uma humilhação para a França. “Quem poderia imaginar”, escreveu Matteo Villani, falando da grandeza da coroa de França, “que o portador dessa coroa enfrentaria dificuldades que o levariam a praticamente vender seus descendentes em leilão?”. A sorte da filha do rei parecia-lhe “verdadeiramente uma indicação da infelicidade dos negócios humanos”.¹²

Enquanto isso, o rei João esperava, sob custódia dos ingleses, em Calais, desde julho, junto com seu filho mais novo, agora chamado Filipe, o Intrépido. O cognome do futuro duque da Borgonha foi conquistado num banquete oferecido pelo rei Eduardo aos prisioneiros de Poitiers, durante o qual o jovem príncipe saltou da mesa furioso e bateu no mordomo, exclamando: “Onde aprendeste a servir o rei da Inglaterra antes do rei da França, quando estão na mesma mesa?” Eduardo comentou: “Realmente, primo, sois Filipe, o Intrépido.”¹³ Em 1361, com a morte de Filipe de Rouvre, o rei João tomou o ducado da Borgonha para seu filho mais novo, que dele faria um legado fatídico.

A 24 de outubro de 1360 era entregue aos ingleses em Calais o primeiro pagamento de 400 mil escudos do resgate de João, recolhidos principalmente no Norte. O ouro dos Viscontis estava de tal forma emaranhado em complexas transações financeiras, dotes e trocas entre João e Galeazzo, que não parece ter ajudado no resgate. Embora menor do que a soma estipulada, os 400 mil escudos foram aceitos, e o tratado de paz, com algumas modificações, foi formalmente ratificado como o Tratado de Calais. A assinatura de Enguerrand de Coucy, como um dos principais reféns, foi aposta ao documento. Tendo jurado em conjunto a manutenção perpétua da paz, de acordo com os termos do tratado, os dois reis se separaram e João, depois de quatro anos de prisão, voltou finalmente ao seu devastado país.

Quatro dias após a libertação, a 30 de outubro, o grupo de reféns franceses que ficara sob custódia do rei Eduardo e seus filhos partiu para a Inglaterra. Alguns ali permaneceriam dez anos, outros voltariam dentro de dois ou três, e outros ainda morreriam no exílio. Entre essas diferentes sortes, a de Enguerrand foi singular: ele se tornaria genro do rei da Inglaterra.

A imortalidade viajou com ele pelo canal da Mancha. No mesmo navio, ou em outro dos que formavam o comboio, um jovem secretário de família burguesa de Valenciennes, em Hainaut, viajava para a Inglaterra para apresentar um relato, por ele escrito, da batalha de Poitiers à rainha Filipa da Inglaterra, sua conterrânea, na esperança de conseguir sua proteção. Chamado Jean Froissart, de 22 ou 23 anos, conseguiu agradar a rainha e, com seu estímulo, começou a recolher material para a crônica que faria dele o Heródoto de sua época.¹⁴ Panegirista consciente da cavalaria, ele escreveu com a intenção de que “as honradas e nobres aventuras e feitos de armas, realizados nas guerras de França e Inglaterra, sejam notavelmente registrados e colocados em perpétua memória”. Dentro desses limites, não há nenhuma crônica mais completa e viva. Cristalizados na “memória perpétua” que Froissart criou para eles, os nobres de sua época vivem para sempre, brilhantes, avaros, va-

lentes, cruéis. Se, como queixou-se *sir* Walter Scott, Froissart tinha “uma espantosa falta de simpatia” para com os “rústicos vilões”, isso era uma questão de contexto.¹⁵

O comboio que levava os reféns tinha uma extraordinária concentração dos principais atores do momento. Entre eles estava outro observador que podia conceder a imortalidade. A humanidade era o tema de Chaucer, e toda a sociedade do século XIV — exceto os níveis mais baixos — era a sua matéria.¹⁶ Tinha vinte anos naquela época, nasceu no mesmo ano de Enguerrand de Coucy e acompanhou o exército inglês à França como membro da comitiva do segundo filho do rei, Lionel, duque de Clarence. Ao buscar abastecimentos nas cercanias de Reims, foi capturado pelos franceses e resgatado pelo rei Eduardo por 16 libras, que se comparam favoravelmente às £6 13s. 4d., pagas como indenização pelo cavalo morto de lorde Andrew Lutterall e com as duas libras pagas como resgate de um arqueiro comum.¹⁷ Não há provas documentais da presença de Chaucer na viagem de volta para a Inglaterra, mas, como o duque de Clarence viajou com os reféns, é mais do que provável que Chaucer, como membro de sua comitiva, o tivesse acompanhado.

No devido tempo, Coucy iria encontrar e conhecer Chaucer e tornar-se amigo e patrono de Froissart, embora não exista nenhuma indicação de que os três jovens tenham estabelecido contato durante a viagem. Algum tempo depois, porém, ao observar atentamente todos os que poderiam constituir material para sua história, Froissart notou o seu futuro protetor. Numa festa da corte na Inglaterra, quando complicadas danças e cantos precediam o banquete, ele constatou que “o jovem senhor de Coucy brilhava na dança e canto sempre que era sua vez. Ele era muito popular com franceses e ingleses, pois tudo o que fazia era bem-feito e com graça, além de ser muito elogiado pela maneira agradável com que se dirigia a todos”.¹⁸ Enguerrand mostrava à perfeição os talentos que um elegante jovem nobre deveria ter, e chamava a atenção, o que não era de surpreender.

Buscar aventuras sob Marte e Vênus deveria ser o objetivo da vida de um jovem cavaleiro. “Quem em armas se destaca”, aconselha o Deus do Amor no *Roman de la Rose*, “será dez vezes amado. Se tendes boa voz, não buscai desculpas quando vos pedirem para cantar, pois o bom canto causa prazer”.¹⁹ Dançar, tocar flauta e instrumentos de corda também ajudariam o amante no caminho do coração de uma dama. Ele deveria, portanto, manter as mãos, unhas e dentes limpos, atar suas mangas, pentear seu cabelo, mas não usar pintura nem ruge, que não seriam próprios nem mesmo para mulheres. Deveria vestir-se bem, estar na moda e usar sapatos novos, tendo o cuidado de fazer com que se ajustassem tão bem que “a gente comum discutirá como haveis entrado neles, e por onde”. Deveria, ainda, arrematar esses preparativos com uma grinalda de flores, que custava pouco.

Até que ponto Enguerrand se conformava a esse ideal é impossível dizer, pois não há qualquer retrato dele, o que não é excepcional, já que a arte da pintura era praticada quase que exclusivamente para personagens reais. O século XIV só pa-

rece ter-se interessado pela aparência individual e pelos traços de caráter no caso de figuras de governantes, ou de uma exceção ocasional como Bertrand Du Guesclin. Outras pessoas não são diferenciadas pelas crônicas e ilustradores, e só adquirem personalidade pelos seus atos. Em relação a Enguerrand de Coucy parece haver duas indicações; uma, de que era alto e forte, pois assim foi descrito sob uma chuva de golpes em sua última batalha; a outra, de que era moreno e, na maturidade, saturnino, tal como aparece num retrato pintado mais de duzentos anos depois de sua morte. Como o retrato foi encomendado por um mosteiro celestino por ele fundado, alguma tradição quanto à aparência do fundador pode ter sobrevivido, para orientar o artista, mas o rosto retratado poderia ter sido imaginário.²⁰

A descrição mais viva não é específica, mas em seu canto e sua dança, em sua elegância ao montar, suas maneiras encantadoras e seus talentos de amante, é impossível não pensar no jovem Enguerrand de Coucy como o Escudeiro dos *Contos de Canterbury*. Isso não quer dizer que Chaucer, que via cavaleiros e escudeiros todos os dias durante sua carreira na corte, tivesse em mente sobretudo Enguerrand, ao traçar esse vivo retrato no Prólogo. Não obstante, a descrição se ajusta:

Era um jovem e amoroso cavaleiro,
Cabelos cacheados qual fossem frisados.
Tinha ele somente vinte anos contados
E quanto à altura, pelo meio ela orça.
De porte distinto e de uma grande força
Fizera o serviço da cavalaria
Em Flandres, em Artois e na Picardia.
Mantinha assim seu caráter sem jaça
Esperando conservar da amada as graças.
Trazia as vestes brilhantes, bordadas
De flores vermelhas e brancas ornadas.
Cantando ou a flauta todo dia tocando
Era tão jovial quanto maio é brando.
Uma túnica curta, de amplas mangas usava
E como ninguém um cavalo montava.
Compunha canções e as sabia cantar,
Como sabia lutar, escrever e pintar.
E, à noite, ardoroso amante de escol,
Ele dormia tanto quanto o rouxinol.

Liderados pelos quatro “flor-de-lis”, Anjou, Berry, Orléans e Bourbon, os reféns com suas roupas de seda multicoloridas, “bordadas como um canteiro de flores”, levaram para a Inglaterra o mesmo esplendor dos prisioneiros de Poitiers, que substituíam. Tinham de viver à sua própria custa — uma despesa elevada, no caso do duque de Orléans, que tinha 16 criados e um séquito total de mais de sessenta pessoas.²¹ Divertindo-se com banquetes, menestréis e presentes de jóias, os reféns movimentavam-se livremente e participavam de caçadas com cães e falcões, de bailes e namoros. As ordens de cavalaria francesa e inglesa orgulhavam-se por se tratar cortesmente quando prisioneiras uma da outra, por mais ambicioso que fosse o resgate — em contraste com os alemães que, segundo o desdenhoso relato

de Froissart, punham os seus prisioneiros em “cadeias e ferros como ladrões e assassinos para extorquir um resgate maior”.²²

Coucy não se teria sentido um estranho na Inglaterra. Sua família tinha terras ali, herdadas de sua bisavó Catherine de Baliol, embora tivessem sido confiscadas durante a guerra pelo rei Eduardo e entregues, como generosa recompensa, ao capturador do rei da Escócia.

Inglêses e franceses, como mais tarde ingleses e americanos, partilhavam de uma cultura comum e, entre nobres, de uma mesma língua, legado da Conquista Normanda. Mais ou menos na mesma época em que os reféns chegaram, o uso do francês pelas classes superiores estava começando a ser substituído pela fala nacional dos plebeus. Antes da Peste Negra, o francês era a língua da corte, do Parlamento e dos tribunais. O próprio rei Eduardo provavelmente não falava inglês com fluência.²³ O francês era até mesmo ensinado nas escolas, para grande ressentimento dos burgueses, cujos filhos, segundo uma queixa de 1340, “são obrigados a deixar o uso de seu idioma, coisa que não se conhece em nenhum outro país”.²⁴ Quando muitos clérigos que podiam ensinar francês foram vitimados pela Peste Negra, as crianças do curso primário começaram a aprender suas lições em inglês — com vantagens e desvantagens, na opinião de John de Trevisa.²⁵ Aprendiam a gramática mais depressa do que antes, escreveu ele, mas sem o francês estariam em desvantagem ao “passarem o mar e viajarem por terras estranhas”.

Pelo fato de ser uma ilha e pelo desenvolvimento precoce do poder parlamentar, a Inglaterra tinha mais coesão do que a França e um sentimento nacional mais definido, fortalecido pelo crescente antagonismo ao papado. Agora, com os resgates de dois reis, João da França e David da Escócia, os triunfos na guerra e os ganhos territoriais, a Inglaterra estava em melhores condições do que com Guilherme, o Conquistador. Mas, por sob o orgulho, a glória e a fluência de dinheiro, os efeitos da guerra estavam minando o país.

Os saqueadores da França levavam de volta para a Inglaterra o hábito do banditismo. Muitos dos componentes das forças de invasão eram fora-da-lei e criminosos, que se tinham alistado em troca da promessa de perdão. Outros aderiram à marginalidade e tornaram-se violentos devido à prática cotidiana em França. Voltando para casa, alguns deles formaram companhias semelhantes às de seus colegas que permaneceram na França. “Equipados como na guerra”,²⁶ roubavam e assaltavam viajantes, faziam prisioneiros, ocupavam aldeias para cobrar resgate, matavam, mutilavam e espalhavam o terror. Uma lei de 1362²⁷ instruía os juízes a prestar informações “sobre todos os que foram saqueadores ou assaltantes no além-mar e agora voltaram para vagabundear e não trabalham como faziam antes”.

Na primavera de 1361, 12 anos depois da grande peste, os temidos inchaços escuros reapareceram na França e Inglaterra, provocando “uma mortalidade muito grande, fulminante”.²⁸ Uma das primeiras vítimas foi a rainha da França, a segunda mulher de João, que morreu em setembro de 1360, antes da principal epidemia. A *Pestis Secunda*, por vezes chamada de “mortandade das crianças”, vitimou um número particularmente elevado de crianças, que não se tinham imu-

nizado com o primeiro surto e, segundo John de Reading. “atingiu sobretudo o sexo masculino”. As mortes dos jovens na Segunda Peste dificultaram o repovoamento, criando na época uma sensação de decadência. Na pressa de procriar, as mulheres na Inglaterra, segundo o *Polychronicon*, “aceitavam qualquer marido, os estrangeiros, os fracos e os imbecis, e se relacionavam desavergonhadamente com inferiores”.

Como a forma pneumônica da peste era inexistente ou insignificante, a taxa de mortalidade como um todo foi inferior à da primeira epidemia, embora igualmente irregular. Em Paris, morriam diariamente setenta a oitenta pessoas; em Argenteuil, a poucos quilômetros, onde o Oise se junta ao Sena, o número de fogos foi reduzido de 1.700 para cinquenta. Flandres e Picardia sofreram pesadamente, e Avignon, de modo espetacular. Em seus bairros atulhados de gente e com más condições sanitárias, a peste cresceu como chamas na palha. Entre março e julho de 1360, “17 mil” teriam morrido.

Embora menos mortífera, a Segunda Peste representou um peso mais terrível do que a primeira, pelo simples fato de ser reincidente. A partir dela, as pessoas viviam com o medo, repetidamente justificado, de um novo surto, tal como viviam com medo da volta dos bandidos. A qualquer momento, o fantasma que “surge como o fumo negro em nosso meio”, ou o cavaleiro revestido de aço podiam aparecer, com a morte e a ruína em seus calcanhares. Um sentimento de desastre iminente pesou sobre a segunda metade do século, expresso em profecias de desgraça e apocalipse.

A mais celebrada delas foi a “Tribulação” de Jean de la Roquetaillade, um frade franciscano encarcerado em Avignon, por pregar contra prelados e príncipes corruptos.²⁹ Como Jean de Venette, ele simpatizava com os oprimidos e era contra os poderosos, leigos e clérigos. De sua cela em 1356, o ano de Poitiers, profetizou que a França decairia e toda a cristandade sofreria perturbações: a tirania e os ladrões predominariam; os pequenos se levantariam contra os grandes, que “serão cruelmente mortos pelos plebeus”; muitas mulheres seriam “violentadas e enviuvadas” e sua “presunção e luxo fenecerão”; sarracenos e tártaros invadiriam os reinos dos latinos; governantes e povos, indignados com o luxo e o orgulho dos clérigos, se uniriam para privar a Igreja de suas propriedades; nobres e príncipes seriam derrubados de suas dignidades e sofreriam aflições inacreditáveis; o anticristo apareceria para disseminar falsas doutrinas; tempestades, enchentes e pestes acabariam com a maior parte da humanidade e com todos os pecadores empedernidos, preparando o caminho para a renovação.

Esses temas eram as preocupações e as verdadeiras correntes da época. Como a maioria dos anunciadores de desgraças medievais, porém, Roquetaillade previa o desmoronamento como o prelúdio para um mundo melhor. Em sua visão, a Igreja, purificada pelo sofrimento, por castigos e pela verdadeira pobreza, seria restaurada e um grande reformador se tornaria papa; o rei da França, contra todos os costumes, seria eleito Sacro Imperador Romano e governaria como o mais santo monarca desde o início dos tempos. Ele e o papa, juntos, expulsariam os sarracenos e

tártaros da Europa, converteriam todos os muçulmanos, judeus e outros infiéis, acabariam com as heresias, conquistariam o mundo para a igreja universal e, antes de morrer, estabeleceriam um reinado de paz que duraria mil anos, até o Dia do Juízo Final.

Os reféns não escaparam da peste. Uma vítima de elevada posição foi o conde Guy de St. Pol, cavaleiro de grandes virtudes, "muito devoto e misericordioso com os pobres", que tinha horror à luxúria e corrupção do mundo, jejuava com rigor e se mantivera virgem até o casamento. Os reféns, que eram burgueses de Paris, Ruão e várias outras cidades, também foram vítimas. O grande duque de Lancaster, provavelmente o homem mais rico do reino, não foi poupado: também ele morreu da peste, deixando o título e uma enorme herança para seu genro, John de Gaunt, terceiro filho do rei Eduardo. Como, e onde, os reféns estavam alojados, e se a cortesia cavalheiresca lhes permitiu escapar para abrigos no campo, não se sabe. Em 1357, oito anos depois da primeira peste, Londres estaria ainda um terço desocupada, segundo se dizia,¹⁰ mas embora não tivesse excesso de população, seu estado sanitário ainda era ruim o suficiente para provocar várias ordenações exigindo que os cidadãos limpassem suas casas.¹¹ Embora fosse contra a lei esvaziar os penicócos nas ruas, o conteúdo deles e o lixo das cozinhas eram, com frequência, lançados pelas janelas, visando mais ou menos às valas que passavam pelo meio, e pelas quais corria sempre água. Barracões para guardar cavalos, gado, porcos e galinhas ficavam tanto dentro como fora das casas, provocando muitas reclamações sobre o acúmulo de esterco. Aproximadamente nessa época, os edis de Londres organizaram um sistema de "lixeiros" contratados para retirar a sujeira em carroças ou barcos de esturme no Tâmsa.

Para os reféns, as perspectivas não eram tranquilizadoras. Sua esperança de voltar para a França dependia dos pagamentos do resgate do rei, que já se atrasavam. A coleta de dinheiro foi retardada pela peste e, de qualquer modo, era difícil, em meio às cinzas deixadas pelas companhias. O caso de Buxeuil, cidade da Borgonha, foi típico.¹² De acordo com um edito real de 1361, a peste e o massacre tinham reduzido seus cinquenta ou sessenta fogos para dez, e esses "foram saqueados e arruinados pelos nossos inimigos, de modo que pouco ou nada lhes resta, razão pela qual alguns dos habitantes deixaram o lugar, e ainda estão deixando, a cada dia". Por isso, se fosse exigido dos sobreviventes o pagamento dos impostos habituais, "teriam de fugir e deixar o lugar, tornando-se mendigos". Portanto, ordenava-se que a cidade pagasse um imposto por ano, em lugar de dois, e ficasse livre do imposto devido ao senhor por morte do arrendatário.

A desolação das igrejas saqueadas pelo inimigo era objeto de constantes apelos aos bispos.¹³ Não se podiam acender velas durante a missa porque os ventos sopravam pelas janelas sem vidros; havia ameaça de desabamento por falta de recursos para manutenção: os forros gotejavam, a chuva caía sobre o altar. Abades e abadessas peregrinavam em busca de meios de subsistência; prelados que se teriam

envergonhado de aparecer em público sem um séquito de homens montados e servos “têm agora de ir a pé, em humilhação, acompanhados de um único padre ou criado e vivendo da mais frugal dieta”. As universidades sofriam com a falta de comparecimento e de taxas. Montpellier declarou-se “privada de professores e alunos porque no dito *studium* onde residiam antes mil alunos, uns duzentos apenas são encontrados hoje”.¹⁴

Aos olhos espantados de Petrarca, enviado por Galeazzo Visconti para cumprimentar o rei João pela sua libertação, a França era “um monte de ruínas”. Petrarca tinha o hábito de reclamar e transformar toda queixa num caso extremo, quer se tratasse da iniquidade dos médicos, dos cheiros de Avignon ou da decadência do papado. Mas, ainda que exagerada, sua descrição da França, tal como a viu em janeiro de 1361, era bastante trágica. “Por toda parte a solidão, desolação e miséria; os campos estão desertos, as casas em ruínas e vazias, exceto nas cidades muradas; por toda parte vêem-se as pegadas fatais dos ingleses e as odiosas cicatrizes que ainda sangram, deixadas pelas suas espadas.” Na real Paris, “envergonhada pela devastação que chegou até suas portas [...] até mesmo o Sena passa pesaroso, como se sentisse a tristeza de tudo, e chora, tremendo pela sorte de toda a terra”.¹⁵

Petrarca entregou ao rei dois anéis mandados por Galeazzo, um deles um enorme rubi, como presente, e o outro que tinha sido arrancado da mão de João, em Poitiers, e que Galeazzo de alguma forma obtivera. Em seguida, fez para a corte uma oração latina sobre o texto bíblico da volta de Manassés da Babilônia, com oportunas referências à mutabilidade da fortuna, evidenciada pela maravilhosa libertação de João. O rei e o príncipe, escreveu Petrarca na volumosa correspondência da qual guardava cópias cuidadosamente, “fixaram os olhos em mim” com grande interesse, e sentiu que sua análise da Fortuna despertou particular atenção do delfim, “jovem de extrema inteligência”.¹⁶

Além dos problemas do país, problemas pessoais afligiam o delfim. Em outubro de 1360, sua filha Joana, de três anos, e a irmã menor desta, Bonne, os únicos filhos que tinha, morreram num espaço de duas semanas, embora não se saiba se devido à peste, como aconteceu à rainha. No duplo enterro, o delfim estava “triste como nunca”. Ele próprio havia sido atingido por uma doença que provocou a queda do cabelo e das unhas, e o tornou “seco como uma vara”.¹⁷ Os boatos atribuíam a um veneno dado por Carlos de Navarra, o que pode ter sido verdade, pois os sintomas são os do envenenamento pelo arsênico. O rei de Navarra voltara a indispor-se com ele. Em dezembro de 1359, quando os ingleses estavam em Reims, temendo talvez que Eduardo pudesse realmente conquistar a coroa, Carlos planejou outro golpe. Homens armados deviam entrar em Paris por várias portas, juntar-se para tomar o Louvre, matar o delfim e seu Conselho, depois espalhar-se pela cidade, ocupando os pontos fortes, antes que os parisienses pudessem se reunir. Seu objetivo final continua um mistério, como sempre. Denunciada ao delfim, a trama rompeu as relações entre eles e deixou Carlos de Navarra em posição de hostilidade, como antes.¹⁸

Não só o pagamento do resgate, mas também o cumprimento das condições

territoriais, determinavam o destino dos reféns. De maneira muito leviana, como disse o cronista, soberanias tinham sido transferidas em Brétigny, sem se levar em conta o fato de que os territórios no papel representavam pessoas na terra. Alguma coisa tinha acontecido a essas pessoas durante as duas décadas de guerra. Os cidadãos do porto de La Rochelle imploraram ao rei para não serem transferidos para a soberania inglesa, dizendo que preferiam pagar tributo até metade de suas propriedades, a cada ano, do que ficar sob governo inglês. "Podemos aceitar os ingleses da boca para fora", disseram eles, "mas em nossos corações, jamais". Chorando, os moradores de Cahors lamentaram que o rei os tivesse deixado órfãos.³⁹ A pequena cidade de St. Romain de Tarn recusou-se a admitir os representantes ingleses, mas, embora relutasse, mandou enviados para prestar o juramento de fidelidade no dia seguinte, numa cidade vizinha.⁴⁰

Por todos os seus compatriotas que equiparavam os ingleses aos bandidos e os odiavam do fundo do coração, Enguerrand Ringois de Abbeville, comandante naval do ataque a Winchelsea, falou com seus atos.⁴¹ Cidadão de uma das cidades cedidas, recusou-se terminantemente a prestar juramento de fidelidade ao rei da Inglaterra. Firme, apesar de todas as ameaças, foi transferido para a Inglaterra, posto num cárcere sem recurso a tribunais ou amigos, e finalmente levado aos rochedos de Dover, onde lhe deram a escolha entre prestar o juramento ou ser lançado à morte nas rochas lavadas pelo mar, lá embaixo. Ringois lançou-se ao mar.

As condições de Brétigny eram tão obsoletas quanto a pretensão do papa Bonifácio à supremacia papal total. Era muito tarde para se transferirem províncias da França como se fossem simples feudos; sem que se notasse, os seus habitantes tinham começado a sentir-se franceses. Entre o início de um processo histórico e o seu reconhecimento pelos governantes, havia uma lacuna cheia de armadilhas.

O destino dos reféns estava envolvido nesse processo. Com o resgate atrasado e o surgimento de problemas sobre os territórios cedidos, seu exílio estendia-se sem ter horizonte. Não estavam sendo devolvidos em números fixos a cada seis meses, como planejado, nem sendo substituídos por outros, porque eram poucos os que se dispunham a ir, e Eduardo criava dificuldades quanto aos nomes propostos. Em novembro de 1362, os quatro impacientes duques reais, que esperavam ser libertados um ano antes, negociaram um tratado com Eduardo, pelo qual prometiam entregar os 200 mil florins devidos sobre o resgate e certos territórios adicionais pertencentes ao duque de Orléans, em troca de sua liberdade e de mais seis outros reféns. Ficariam em Calais sob palavra, até completada a transação. Sempre inclinado a tirar mais algum proveito, Eduardo dispôs-se a deixá-los partir sob essas condições, mas o rei João recusou seu consentimento a menos que seu primo, o conde d'Alençon, o conde d'Auvergne e o *sire* de Coucy fossem libertados em lugar dos três indicados pelos "flor-de-lis". Como os escolhidos de João eram nobres mais importantes do que os outros três, Eduardo, por sua vez, recusou-se. Houve troca de correspondência, os duques reais enviaram apelos urgentes e irritados, e finalmente o rei João, que então tinha deixado seu infeliz país para ir a Avignon, desinteressou-se pela causa e cedeu. Em consequência, Coucy continuou na Inglaterra.

terra. Mais do que nunca, depois da partida dos duques reais, ele foi objeto do interesse de Eduardo e de sua filha.⁴²

Os acontecimentos tomaram um rumo surpreendente quando o próprio rei João, para cujo resgate o país tinha sacrificado tanto, voltou voluntariamente ao cativo na Inglaterra. Os motivos desse curioso monarca não são fáceis de compreender, seiscentos anos depois; apenas as circunstâncias são claras.

Ao voltar ao trono, a primeira tentativa de João de enfrentar os algozes de seu país constituiu um Poitiers em miniatura. Para acabar com a Grande Companhia dos *Tard-Venus*, que dizia a França central, ele tinha contratado um outro bandido, o Arcipreste, Arnaut de Cervole, e, além disso, enviou um pequeno exército real de duzentos cavaleiros e quatrocentos arqueiros, comandados pelo conde de Tancarville, governador da região, e pelo renomado Jacques de Bourbon, conde de la Marche, bisneto de São Luís, que tinha salvo a vida do rei Filipe em Crécy. Ambos haviam sido feridos e capturados em Poitiers, sem que isso diminuísse seu apetite pela guerra ofensiva. A 6 de abril de 1362, contra a opinião de Arnaut de Cervole, os dois valorosos cavaleiros ordenaram um ataque em Brignais, uma elevação controlada pelos *Tard-Venus* perto de Lyon.⁴³ Os bandidos lançaram uma avalanche de pedras sobre a tropa real, arrebatando os elmos e armaduras, derrubando cavalos e dizimando o ataque, tal como os arqueiros ingleses fizeram em Poitiers. Em seguida, a pé e com lanças encurtadas, concluíram o trabalho. Jacques de Bourbon bem como seu filho mais velho e seu sobrinho foram mortos. O conde de Tancarville e muitos outros nobres ricos foram capturados e exigidos resgates para sua libertação. Os bandidos não aproveitaram a vitória para qualquer outra coisa que não fosse continuar o banditismo. Lyon comprou artilharia, reforçou suas muralhas e manteve guardas com lanternas à noite; o campo continuou sofrendo como antes.

A reação do rei a Brignais foi partir para Avignon, onde permaneceria quase um ano. Em meio ao caos militar e às muitas outras aflições de seu reino, seu objetivo, ao transferir-se para aquela cidade, era reiniciar a cruzada interrompida vinte anos antes pela guerra anglo-francesa. Embora não pudesse proteger sua terra, levantar seu resgate nem redimir os cinquenta a sessenta reféns que o avalizavam no exílio, o rei preocupava-se em realizar o voto não cumprido de seu pai, que era o de portar a cruz. Froissart lhe atribui o motivo realista de pretender, com a cruzada, afastar de seu reino as companhias saqueadoras, mas acrescenta, estranhamente, que "ele guardou esse propósito e intenção para si mesmo". Talvez João achasse, sinceramente, que a cruzada era a atividade adequada ao Cristianíssimo Rei; talvez visse nela uma compensação para suas recentes humilhações; talvez os problemas da França fossem grandes demais para ele, que procuraria então uma desculpa para esquivar-se.

O rei também tinha em mente o projeto de unir a França ao território de Provença — que incluía Avignon — casando-se com sua condessa, Joana, rainha de Nápoles, a mais complicada herdeira do século.⁴⁴ A meio caminho de uma ativa carreira matrimonial, já era então duas vezes viúva — uma das quais, ao que em

geral se acreditava, por iniciativa dela mesma. Como Nápoles era um feudo do papado, seu casamento tinha de ser aprovado pelo papa. Sendo francês, Inocêncio VI não deveria criar dificuldades.

O outro projeto de João, a cruzada, era a meta suprema desse zeloso e devoto papa que, por ela, tentara com tanta insistência fazer a paz entre França e Inglaterra. Cansado por dez anos de discórdia e luta para conter o mundanismo dos prelados e, finalmente, pela peste e pelos bandidos, Inocêncio morreu em setembro de 1362, quando João estava a caminho de Avignon. Seu sucessor, Urbano V, embora também natural da França, via a absorção da Provença pela França como uma ameaça à independência papal e desaprovava o casamento. Mas pregou a cruzada, apoiado ativamente pelo rei titular de Jerusalém, Pierre de Lusignan, rei de Chipre, que chegara a Avignon para defender essa idéia.

O reino latino de Jerusalém era, a essa época, apenas uma recordação; os últimos colonos europeus da Síria se tinham retirado para Chipre, e os europeus agora só se dirigiam para lá a fim de comerciar. Quando o comércio com os muçulmanos floresceu, o empenho em massacrá-los diminuiu. A guerra santa perdera seu impulso com o enfraquecimento da unidade européia, com o uso freqüente demais da cruzada contra os hereges internos e, por fim, com a redução da população provocada pela peste. O infiel, como o herege, continuava a ser temido pelos cristãos como uma ameaça autêntica. A cruzada ainda tinha seus propagandistas devotos, mas como impulso comum o interesse desaparecera. Para a Igreja, ela se havia tornado principalmente um recurso para conseguir dinheiro; para os nobres e reis, a tradição sobrevivia como parte do código cavaleiresco e recebera recentemente um novo impulso com a ameaça dos turcos no litoral da Europa. O problema é que a cruzada sofria agora da mesma necessidade que o Estado: como não era mais composta de voluntários que se autofinanciavam, exigia exércitos profissionais e dinheiro para pagá-los.

Os reis de Chipre e da França passaram todo o inverno e primavera em Avignon, discutindo as possibilidades com o papa. Na Sexta-Feira Santa a cruzada foi anunciada. João foi nomeado capitão-geral e assumiu a cruz, juntamente com o conde de Tancarville e outros companheiros da recente derrota em Brignais. Isso marcou o auge do empreendimento. O rei Eduardo, ao ser visitado pelo rei de Chipre, excusou-se "graciosa e sabiamente". Não conseguindo despertar o interesse de outras cortes da Europa, o rei de Chipre foi forçado por hora a esquecer a cruzada.

Uma vez que seus projetos em Avignon falharam, João foi obrigado a enfrentar problemas desagradáveis em sua terra. Atravessou seu sofrido reino com vagar, chegando a Paris em julho de 1363. Ali, constatou que o regente e o conselho tinham desautorizado o tratado privado entre os reféns reais e Eduardo, sob a alegação de que fazia concessões demais. Pior ainda, o duque d'Anjou faltou à sua palavra e fugiu. Recém-casado antes de ser designado refém, ele tinha ido para Boulogne para se encontrar com a mulher, de quem se dizia estar muito apaixonado, e recusava-se a voltar a Calais. João considerou o gesto de seu filho uma "felonia" à

honra da coroa. Somado ao atraso no resgate, ao cancelamento do tratado dos “reféns” com que tinha concordado, e ao não-cumprimento de outras cláusulas, esse ato punha em dúvida a sua honra e não lhe deixava outra opção, como afirmou, senão voltar ao cativeiro.

Face às realidades políticas, esse raciocínio parecia extremado até mesmo para o século XIV. O Conselho de João, os prelados e os barões de França “aconselharam-no veementemente o contrário” e disseram-lhe que seu plano era “uma grande loucura”, mas ele insistiu, argumentando que “se a boa fé e a honra fossem banidas do resto do mundo, ainda assim deviam continuar no coração e na palavra dos príncipes”. Partiu uma semana depois do Natal e atravessou a Mancha em pleno inverno.⁴⁵

A ida de João deixou seus contemporâneos perplexos. Jean de Venette, que não gostava de reis nem de nobres, atribuiu a volta a “*causa joci*” (razões de prazer). Os historiadores ofereceram-lhe todas as desculpas: ele voltou para evitar a guerra ou, confiando nas relações pessoais, para convencer Eduardo a reduzir o resgate, ou a neutralizar os renovados ataques do rei de Navarra. Se foram essas as suas razões, não conseguiu realizar nenhuma delas. Se foi a honra que o levou de volta, o que dizer da monarquia? O que não devia ele ao reino que precisava de seu soberano, aos cidadãos que estavam sendo espremidos até o último tostão para pagar seu resgate, à memória de Ringois de Abbeville? Quem pode dizer o que fez João voltar ao cativeiro? Talvez não tenha sido nenhuma razão medieval, mas a tragédia humana de um homem que, sabendo-se inadequado à tarefa para a qual tinha nascido, buscou a passividade forçada da prisão.

João chegou a Londres em janeiro de 1364 e foi recebido com luxuosos entretenimentos e desfiles; adoeceu de uma “doença desconhecida” em março e morreu em abril, com 45 anos. Eduardo deu-lhe um magnífico serviço fúnebre religioso na catedral de St. Paul’s, durante o qual quatro mil tochas, cada uma com 3,5m de altura, e sete mil velas, cada qual pesando cinco quilos, foram consumidas. Depois, seu corpo foi devolvido à França para ser enterrado na basílica real de St. Denis. O rei João tinha encontrado a passividade permanente do túmulo.⁴⁶

Havia ainda uma dívida de um milhão de florins pelo seu resgate, o que mantinha os reféns em cativeiro. Alguns deles usaram os salvo-condutos que lhes eram dados de tempos em tempos e não voltaram, apesar das repetidas convocações. Outros compraram a liberdade de Eduardo com parcelas de seus próprios territórios. Outros ainda simplesmente desapareceram, de uma forma ou de outra. O irmão mais moço d’Anjou, João, duque de Berry, comportou-se com tal esperteza e deu tantas desculpas ao sair de licença, que conservou a liberdade e a honra também. Matthieu de Roye, por sua vez, talvez porque sua reputação de guerreiro exigisse uma boa guarda, continuava como refém 12 anos depois. Enguerrand de Coucy seria libertado em circunstâncias especiais em 1365.

CAPÍTULO 9

Enguerrand e Isabel

ISABEL DA INGLATERRA, segundo rebento e filha mais velha do rei Eduardo e da rainha Filipa, era a favorita do pai, cuja diplomacia matrimonial em

seu favor já havia falhado em cinco ocasiões. Desde o último fracasso, quando Isabel estava com 19 anos, a jovem teve permissão de viver independentemente, como uma princesa supermimada, voluntariosa e muito extravagante, que tinha 33 anos em 1365, oito anos mais do que Enguerrand de Coucy.

Quando bebê, ela se deitara em berço esplêndido, dourado e brasonado, forrado de tafetá e com um cobertor feito de 670 peles, embora tivesse nascido em junho, no verão.¹ Uma costureira especialmente nomeada para a infanta fez-lhe um vestido de seda de Lucca com quatro fileiras de “guarnições”, ornadas de peles, para usar nas *relevailles* de sua mãe, ou a primeira recepção depois do parto. A rainha usou, nessa ocasião, um vestido de veludo vermelho e púrpura, bordado com pérolas, e recebeu a corte reclinada numa imponente cama equipada com um gigantesco forro de veludo verde, medindo sete e meio por oito *ells*,* bordado com um tritão e uma sereia segurando os escudos da Inglaterra e Hainaut, que ocupavam toda a superfície. Sem exceção, suas damas de companhia e o pessoal de sua casa, desde o chanceler e o tesoureiro até a cozinheira, usavam roupas novas, especiais para a ocasião. A ostentação era dever dos príncipes.

Os três primeiros filhos do rei — Eduardo, Isabel e Joana — tinham sua própria casa, com seus capelães, músicos, um nobre governador e uma governanta, três damas de honra para Isabel e duas para Joana, um corpo de escudeiros, pessoal doméstico, cozinheiro, ajudantes de cozinha, criados de quarto, carregadores d'água, porteiros, mensageiros e outros atendentes. Eram servidos em vasilhas de

*Se a unidade era o *ell* flamengo de 68cm, o forro teria medido 5,44 x 5,10m; se era o *ell* inglês, de 115cm, teria 9,20 x 8,62m.

prata, dormiam em camas forradas de seda e tinham roupas enfeitadas de peles, nas cores vermelha e cinzenta, com botões de ouro e fio de prata. Seus guarda-roupas eram renovados para as festividades oficiais e para o Natal, Páscoa e Dia de Todos os Santos, quando todos os que podiam usavam roupas novas. Quando Isabel e Joana montavam seus palafreiros de Londres a Westminster, estes eram puxados pelos criados, pela rédea, enquanto outros as acompanhavam, distribuindo esmolas aos pobres e aos presos de Newgate. Quando compareceram a um torneio, aos dez e nove anos, 18 trabalhadores foram empregados por nove dias para bordar suas roupas, sob a supervisão do escudeiro do rei, e usaram 11 onças de folha de ouro nesse empreendimento. A vida material do século XIV sobrevive na diligente contabilidade, relacionada em minúcias até a menor transação, nos pergaminhos.

Aos 12 anos, a posição de favorita de Isabel foi marcada pelo fato de ter sete damas de honra, em comparação com as três de Joana. Segundo um relato, todas as sete, junto com Isabel, teriam chegado a Canterbury para um torneio, em 1349, durante a Peste Negra, usando máscaras, presumidamente para protegê-las do contágio, embora isso não impedisse a morte de sua acompanhante favorita, *lady* de Throxford. Curiosamente, a corte não se deixou atemorizar pela peste e realizou naquele ano complicada solenidade da Ordem da Jarreteira, como era de costume, com a rainha, Isabel e trezentas damas presentes às justas e festividades. As Damas da Jarreteira usavam as mesmas roupas dos homens, bordadas de azul e ligas de prata, com o lema da ordem, e que lhes eram fornecidas anualmente a expensas reais.

Quando Isabel tinha três anos, o rei ofereceu-a em casamento a Pedro, filho do rei de Castela, mas as negociações fracassaram, talvez afortunadamente, pois o noivo em potencial conquistaria mais tarde o desagradável cognome de Pedro, o Cruel. Substituindo a irmã, Joana estava a caminho para casar-se com ele, quando morreu da peste em Bordéus, em 1348. Um segundo casamento para Isabel, com o filho do duque de Brabante, foi sustado devido à consangüinidade, e, enquanto o papa examinava a possibilidade de conceder a dispensa, ela ficou noiva do relutante Luís de Flandres e quase chegou ao altar, quando ocorreu um rompimento. Dois anos depois, o rei Eduardo não conseguiu casá-la com Carlos V da Boêmia, o imperador eleito, mas ainda não sagrado e que era viúvo.

Ocorreu então o episódio da retaliação de Isabel. Em 1351, quando tinha 19 anos, o rei anunciou seu próximo casamento com Bérard d'Albret, filho de Bernard-Ezi, *sire* d'Albret, um grande senhor da Gasconha, e representante de Eduardo na região.² Se foi escolha do rei ou de sua filha, não se sabe. Embora não fossem de família real, os d'Albrets constituíam um clã numeroso e forte, que dividia sua fidelidade entre a França e a Inglaterra, e cuja amizade Eduardo estava interessado em manter. No ano do noivado, ele concedeu uma pensão de mil libras a Bernard-Ezi, por seus fiéis serviços na resistência às "ameaças e seduções" do rei da França.

Embora a união com os d'Albrets não fosse um triunfo diplomático para a filha mais velha do rei, era vantajosa, numa época em que Eduardo fazia tudo para fortali-

lecer-se na Guiena. Ele mesmo o disse ao anunciar o casamento, referindo-se ao seu desejo de “acender no senhor de Albret e sua posteridade um apego mais estreito à nossa casa real, e uni-los mais intimamente a nós” — exatamente o motivo que reapareceria no caso de Coucy. Ao mesmo tempo, o rei parecia relutante em deixar que Isabel se fosse, descrevendo-a como “nossa muito querida filha mais velha, a quem amamos com especial afeto”. Ao dar-lhe um dote de dois mil marcos e uma renda anual de mil libras, ele acrescentou a condição excepcional — quase uma instigação para que ela mudasse de opinião — de que, se alguma coisa impedisse o casamento, as importâncias não reverteriam ao rei, mas sim à própria Isabel.

Para levar a princesa e sua comitiva de cavaleiros e damas a Bordéus, foram escolhidos cinco navios pelo método direto de dar a um funcionário real um mandado para apreender cinco barcos adequados “em todos os portos e lugares”, da foz do Tâmis para oeste. O enxoval da noiva incluía vestidos de tecido de ouro e seda de Trípoli e um manto de seda indiana forrado de arminho e todo bordado com folhas, pombas, ursos e outros enfeites em prata e ouro. Para outro vestido de veludo carmesim, o complicado bordado, que era moda na época, exigiu 13 dias de trabalho de vinte homens e nove mulheres. Como presentes, Isabel levou 119 grinaldas de seda trançadas com pérolas, encimadas por um Agnus Dei dourado numa faixa de veludo verde, ornado de flores e folhas. Essas coisas maravilhosas, porém, jamais seriam usadas — ou, pelo menos, não usadas para o fim a que se destinavam. No cais, Isabel mudou de idéia e voltou para casa. Teria sido o desejo de desprezar, como tinha sido desprezada? Ou a relutância em assumir uma posição inferior? Ou talvez a lembrança da morte da irmã, numa viagem matrimonial anterior a Bordéus? Ou não passaria tudo de uma manobra para conseguir rendas e um novo guarda-roupa?

Diz-se que Bérard d’Albret ficou tão magoado com a defecção da noiva que renunciou à sua herança em favor de um irmão mais novo e vestiu o hábito de frade franciscano, amarrado com uma corda. Segundo outro depoimento, porém, ele casou-se com uma dama de St. Bazeille, recebeu certos territórios do rei da França em 1370 e adotou um escudo com o estranho emblema de uma cabeça de Midas, sustentada por dois leões — o que sugere interesses contrários à pobreza franciscana.

Sem se perturbar com os caprichos de Isabel, seu pai continuou a dotá-la de feudos e rendas, casas senhoriais, castelos, prioratos, fazendas e presentes de jóias caras. As despesas da princesa continuaram a ser maiores do que os presentes do pai. Quando ela comprava fivelas de prata a crédito, atrasava o pagamento dos criados ou empenhava suas jóias até o valor de mil marcos, o rei pacientemente pagava suas dívidas, e em 1358, quando a moça tinha 26 anos, fixou-lhe outra renda de mil libras anuais, que foram pagas enquanto ela viveu. Seis anos depois, confiou-lhe a tutela de um rico, menor, Edmund Mortimer, conde de March, que Isabel vendeu de volta para a mãe do conde por outras mil libras por ano, com a

rigorosa condição de que, se os pagamentos trimestrais atrasassem, ainda que por apenas um dia, a multa seria o pagamento em dobro de todo o trimestre.

Em que momento, durante a permanência de cinco anos de Enguerrand de Coucy na Inglaterra, Isabel interessou-se por ele não é dito em parte alguma, mas sobre a escolha da princesa o cronista Ranulph Higden disse francamente que "só por amor desejava ela noivar".³ Pode ser que depois de todos os anos de independência como solteira, Isabel realmente se tivesse apaixonado. Pode ser também que, por sugestão paterna, estivesse disposta, e até mesmo tivesse nisso prazer, a casar-se com um jovem e atraente francês rico, senhor de antiga linhagem e grandes propriedades. Eduardo ficou evidentemente satisfeito com o casamento, e pode ter sido o seu instigador. Tendo uma grande cabeça-de-ponte na França, nas fronteiras da Picardia, ele naturalmente desejava colocar o interior de Calais em mãos aliadas e neutralizar, em caso de reinício das hostilidades, um forte adversário francês. Eduardo ainda pensava em cortejar a fidelidade dos grandes nobres franceses, sobretudo porque continuavam a surgir disputas sobre a transferência dos territórios franceses. Fosse para conquistar Enguerrand, ou por ter gostado pessoalmente dele, Eduardo já lhe tinha devolvido, em 1363, plena posse das terras herdadas de sua bisavó, nos condados de York e Lancaster, em Westmoreland e Cumberland.

O que Enguerrand pensava sobre o seu casamento é uma incógnita. Como o seu soberano e o seu futuro sogro estavam agora de pazes feitas, não havia nenhum conflito de lealdades. A camaradagem da Ordem da Cavalaria ainda aproximava os nobres, num laço transnacional que se reatava tão logo acabava a inimizade da guerra. As vantagens materiais da união eram óbvias: livrava-se da condição de refém e ainda ganhava dinheiro e poder. O que achava da dama, que não se enquadrava facilmente no papel de donzela virginal que se transformasse em esposa submissa, é outra questão.

A vida de Isabel como mulher independente numa corte onde as liberdades amorosas eram habituais dificilmente teria sido inocente e protegida. As damas da corte não eram reticentes. Joan, viúva e condessa de Holland, chamada a Bela Jovem de Kent, a quem o Príncipe Negro desposou em 1361, era considerada "a mais bela dama de todo o reino da Inglaterra" e "a mais amorosa".⁴ Usava roupas ousadas e extravagantes, copiadas das roupas das "*bonnes amies* dos bandidos do Languedoc". Aos torneios, para escândalo do povo, compareciam com frequência grupos de mulheres duvidosas, "as mais caras e belas, mas não as melhores do reino", vestidas "com variadas e maravilhosas roupas masculinas, como se fossem participar do torneio". Usando túnicas abertas e coloridas, capas curtas e punhais, montando belos cavalos de batalha e palafréns, exibiam uma "libertinagem insolente" que "nem temia a Deus nem corava ante o desprezo da multidão".⁵

Nenhuma iniquidade feminina era mais rigorosamente condenada do que o hábito de depilar as sobrancelhas" e a linha dos cabelos para aumentar a testa. Atribuía-se a isso uma grande imoralidade, talvez porque alterasse as disposições feitas por Deus. Os demônios no purgatório puniam esse costume, dizia-se, enfiando "furadores e agulhas quentes" em todos os buracos, dos quais tivessem sido arran-

cados cabelos. Quando um eremita se assustou com um sonho sobre uma dama submetida a esse tratamento, um anjo o reconfortou, dizendo: "Ela bem mereceu a dor."

Tal como as satirizou Jean de Meung pela boca da Duenna, no *Roman de la Rose*,⁷ as preocupações de uma dama do século XIII ou XIV não eram peculiares à Idade Média. Se seu pescoço e colo eram bonitos, ela usava decotes; diariamente aplicava ungüentos no rosto para lhe dar cor, mas em segredo, para que seu amante não o soubesse; se tivesse mau hálito, não falava com a boca próxima de outros; devia rir e chorar graciosamente, comer e beber com elegância e ter o cuidado de não se embriagar nem dormir na mesa. Devia ir à igreja, aos casamentos e festas com as melhores roupas, para ser vista e ficar famosa, levantando o vestido para mostrar seu belo pé e abrindo o manto como a cauda de um pavão, para revelar as belas formas que ele cobria. Devia lançar suas redes para todos os homens, a fim de agarrar um, e, se agarrasse vários, devia ter cuidado para que não se encontrassem. Não devia amar nunca um homem pobre, porque nada obteria dele e poderia ser tentada a dar-lhe alguma coisa, nem amar um estranho, pois ele poderia ter um coração vagabundo, exceto, é claro, se lhe oferecesse dinheiro ou jóias. Embora fingindo ser levada apenas pelo amor, devia aceitar todos os presentes e estimular presentes para seus servos, criada, irmã e mãe, pois maior número de mãos recebem mais e podem pressionar o amante a tirar do penhor seus vestidos ou outras coisas.

A insistência no dinheiro pode ter sido exagerada pelo autor, mas a sátira é um exagero sobre um núcleo de realidade. Certamente, no caso de Isabel, o dinheiro não era essencial. Dizia-se que ela mantinha em sua comitiva dois ou três ourives, sete ou oito bordadores, dois ou três costureiros e dois ou três peleiros, que se ocupavam de suas necessidades.

Se Isabel teve casos de amor até os 33 anos, eles não chegaram a ser registrados, mas, a julgar pelo exemplo, não são inimagináveis. A bem-nascida donzela de 17 anos que seduziu Guillaume de Machaut — já velho e doente de gota —, só pela fama de ser a amante do celebrado poeta e músico, teria sido Agnes de Navarra, irmã de Carlos, o Mau.⁸ Quem quer que fosse, ela insistiu em que Machaut tornasse público o caso em canções e poemas e numa extensa, sensual e constrangedora narrativa em verso, chamada *Livre du voir dit* (Livro de histórias verdadeiras). Ela excitava, beijava o poeta, dando-lhe a chavinha de ouro da *clavette*, ou cinto de castidade, que guardava o seu "precioso tesouro". E, enquanto isso, como o poeta descobriu depois, ela divertia seu jovem círculo de amigos, contando como o caso progredia e zombando de seu amante, tal como Boccaccio também era motivo de zombaria de sua amante Fiammetta, filha bastarda do rei de Nápoles.

As meninas medievais, como os meninos, tornavam-se adultas lá pelos 15 anos. O casamento era em geral consumado aos 14 ou depois, embora no caso dos altos nascimentos pudesse ser celebrado na infância. Outra jovem, a heroína de 15 anos do poema de Deschamps, *Suis-je belle?*, claramente inspirada por Agnes de Navar-

ra, também tinha o controle da chave de seu “tesouro”, embora isso provavelmente seja um eco literário de Agnes, e não um costume.” Com frequência mencionado como se fosse habitual, o uso do cinto de castidade encontra muito pouca confirmação nos fatos da Idade Média, sendo então provável que se trate mais de um conceito literário do que de um objeto de uso comum. Acredita-se que ele tenha evoluído da prática muçulmana da infibulação, que consistia na colocação de um anel nos lábios vaginais, e tenha sido levado para a Europa, com outros objetos de luxo, pelas cruzadas. Existem alguns modelos, mas provas não-literárias, como processos judiciais, só surgem no Renascimento e em épocas posteriores. Como instrumento de possessividade masculina desmedida, o cinto de castidade afligiu menos as mulheres medievais do que as suas sucessoras.¹⁰

A voluptuosa jovem de Deschamps descreve seus encantos em cada estrofe — boca vermelha e doce, olhos verdes, elegantes sobranceiras, queixo redondo, colo branco, seios alvos e firmes, coxas e pernas bem-feitas, belo sexo e “*cul de Paris*” —, cada um desses encantos seguido do refrão “*Suis-je, suis-je, suis-je belle?*”. Ela é uma visão masculina da jovem amorosa, mas Agnes e a sarcástica Fiammetta eram bastante reais, embora só sejam conhecidas, como praticamente todas as mulheres medievais, através da pena dos homens. São raras as descrições de si mesmas feitas pelas próprias mulheres. A angustiada Heloísa do século XII e a feminina Cristina de Pisan, no século XIV, falam de si, e são ambas amargas, embora isso não represente necessariamente a regra. Nas pessoas como nas nações, a felicidade é silenciosa, o que tende a desequilibrar os registros históricos.

Tendo em vista a falta de privacidade da vida medieval, é provável que pouca coisa dos hábitos sexuais não fosse conhecida da moça solteira, nobre ou não. O fato de ter o Chevalier de La Tour Landry destinado suas histórias de sexo à edificação moral de suas filhas órfãs de mãe não deve ser levado a sério, mas é interessante notar que essa foi a sua desculpa. Seu livro inclui luxúria, fornicção, estupro, com exemplos extraídos das filhas de Lot, do incesto de Tamar e de casos mais próximos, como a dama que amava um escudeiro e conseguiu ficar com ele, dizendo ao marido que tinha feito um voto de peregrinação, para que a deixasse ir aonde quera; ou outra dama a quem um cavaleiro disse que, se fosse prudente e boa, não “iria para o quarto de homens às noites, sem vela, nem beijaria e acariciaria os homens em sua cama sozinha, como costumava fazer”. A vida no castelo era, evidentemente, fácil. Cavaleiros e damas ficavam acordados até tarde, “cantando, tocando, brincando e fazendo tanto barulho que não poderiam ouvir uma trovada”, e, “quando um dos homens enfiou a mão sob o vestido de uma das mulheres”, teve seu braço quebrado pelo marido irritado.

O entretenimento não se limitava à recitação de sublimes épicos sobre o adúltero cavalheiresco, embora tedioso. Os grosseiros e cômicos *fabliaux* em coplas rimadas e de andamento vivo, satíricos, obscenos, por vezes cruéis ou grotescos, eram recitados para provocar o riso, como as histórias obscenas em qualquer época, para públicos nobre e burguês. Escritos com frequência pelos poetas da corte, numa paródia aos romances, eles tratavam o sexo mais como uma coisa ridícula do

que digna, e sua recitação ou leitura em voz alta era tão bem recebida no castelo como na cidade, na taverna e provavelmente também no claustro.

Isabel bem poderia ter ouvido as histórias de Jean de Condé, poeta que viveu na corte de sua mãe em Hainaut, e cujo estilo é ilustrado por uma história sobre um jogo da verdade realizado na corte antes de um torneio. Um cavaleiro, a quem a rainha pergunta se tinha filhos, é forçado a reconhecer que não, e na verdade “ele não tinha o ar de um homem que pudesse satisfazer a sua amante quando a apertava nua nos braços. Pois sua barba era [...] pouco mais do que a penugem que as mulheres têm em certos lugares”. A rainha diz-lhe que não duvida de sua palavra, “pois é fácil dizer pelo estado do feno se o garfo é bom”. Por sua vez, o cavaleiro pergunta: “Senhora, respondi-me, sem falsidade: há cabelos entre as vossas pernas?” Quando ela responde: “Absolutamente nenhum”, ele retruca: “Realmente acredito, pois a grama não cresce em caminhos muito pisados.”¹¹

A situação de vida básica nos *fabliaux* é a infidelidade, com variações nas quais um amante desagradável é enganado ou humilhado, e não o marido. Embora maridos e amantes nessas histórias sejam de todos os tipos, dos simpáticos ao nojentos, as mulheres são sempre infiéis, inconstantes, sem escrúpulos, briganças, faladeiras, sensuais, desavergonhadas, embora não necessariamente tudo isso ao mesmo tempo. Apesar de seus personagens mais realistas, os *fabliaux* não eram mais autênticos do que os romances, mas seu antagonismo com as mulheres refletia uma atitude comum que se inspirava na Igreja.¹²

A mulher era a rival da Igreja, a tentadora, a desencaminhadora, o obstáculo à santidade, a isca do Diabo. No *Speculum*, de Vincent de Beauvais, o maior dos enciclopedistas do século XIII e favorito de São Luís, a mulher é “a confusão do homem, uma besta insaciável, uma ansiedade constante, uma guerra incessante, uma ruína diária, uma casa tempestuosa” e — finalmente, a chave — “uma perturbação à devoção”. Vincent era um dominicano, da severa ordem que gerou tantos inquisidores, o que talvez justifique os seus exageros, mas em geral os pregadores não ficavam muito atrás dele.¹³ Denunciavam as mulheres, de um lado, por serem escravas da vaidade e moda, pelos penteados monstruosos e pela “provocação lasciva e carnal” de suas roupas; e, por outro, por serem industriosas demais, excessivamente ocupadas com os filhos e a casa, muito presas à terra para dar a devida importância às coisas divinas.

Como a teologia era tarefa de homens, o pecado original era atribuído à mulher. Não tinha o conselho feminino provocado o mal inicial, fazendo Adão perder o Paraíso? De todas as idéias da humanidade, a equiparação do sexo ao pecado foi a que criou maiores problemas. No Gênesis, o pecado original e a desobediência a Deus, através da escolha do conhecimento do bem e do mal, e, como tal, a história da Queda era uma explicação do esforço e do sofrimento da condição humana. Na teologia cristã, via São Paulo, o pecado original conferia uma culpa permanente à humanidade, para o qual Cristo oferecia remissão. Seu contexto sexual foi em grande parte formulado por Santo Agostinho, cuja luta espiritual colocou o dogma cristão em oposição ao mais forte instinto do homem. Paradoxalmente, a negação

passou a ser uma fonte de atração, o que deu à Igreja controle e superioridade, ao mesmo tempo em que mergulhava seus seguidores num perpétuo dilema.

"Desgraça, desgraça, que o amor seja sempre pecado!", exclamou a Mulher de Bath. Quanta ansiedade e culpa estão condensadas nesse sucinto lamento, embora quem o lançasse não pareça ter sido muito perturbada pelo que lastimava. Na verdade, por seu intermédio, a mais franca apreciação do sexo feita naquele século foi atribuída a uma mulher. A sexualidade das mulheres era mais reconhecida na Idade Média que em certas épocas posteriores, e o dever conjugal era considerado como mútuo. Os teólogos inclinavam-se à frase de são Paulo: "Que o marido dê à sua mulher o que lhe é devido, e igualmente, a mulher ao marido", mas insistiam em que o objetivo deveria ser a procriação e não o prazer.

Separar o amor da procriação, como se colocassem uma espada flamejante entre os dois, foi outro ousado mandamento contrário ao hábito humano. O cristianismo, em suas idéias, nunca foi a arte do possível. Adotou o princípio de santo Agostinho, de que Deus e a natureza tinham posto prazer na cópula "para levar o homem ao ato", para a preservação da espécie e maior adoração a Deus. Para Agostinho, usar a cópula para o prazer que nela existe e não para o fim a que se destina pela natureza era um pecado contra a natureza e, portanto, contra Deus, o criador dela. O celibato e a virgindade continuavam sendo os estados preferidos, porque permitiam o amor total a Deus, "o esposo da alma".

A luta com a carne deixou a muitos indiferentes; outros foram torturados por ela durante toda a vida. Não impediu Aucassin de preferir o Inferno ao Paraíso, "se eu puder ter comigo minha Nicolette, meu doce amor". Nem inibiu a criação do *Roman de la Rose*, a monumental bíblia do amor, escrita em duas partes com uma distância de cinquenta anos entre elas, no século XIII. Iniciada na tradição cortesã por um autor, foi ampliada por outro numa versão cínica e mundana, de excepcional extensão. Quando os 21.780 versos de complicada alegoria finalmente terminam, o Amante conquista a Rosa numa descrição explícita da abertura do botão, separando as pétalas, derramando "uma pequena semente bem no centro", e "buscando o cálice em suas profundidades mais íntimas".

Petrarca, por sua vez, depois de vinte anos de lamentos literários em relação a Laura, enquanto fazia dois filhos ilegítimos com outra, conseguiu, aos quarenta anos, "enquanto meus poderes não estão prejudicados e minhas paixões ainda são fortes", abandonar os hábitos de um temperamento ardente que ele "detestava do fundo de minha alma".¹⁴ Embora ainda sujeito a "severas e freqüentes tentações", aprendeu a confessar todas as suas transgressões, a rezar sete vezes por dia e "temer, mais do que a própria morte, a associação com mulheres que no passado me parecia imprescindível". Bastava-lhe lembrar, escreveu ao seu irmão monge, "o que a mulher realmente é", para afastar o desejo e reencontrar seu equilíbrio normal. "O que a mulher realmente é" referia-se à doutrina religiosa segundo a qual a beleza nas mulheres era enganosa, mascarando a falsidade e a corrupção física. "Onde quer que a Beleza se revele numa face", advertiam os pregadores, "ali há muita imundície sob a pele".¹⁵

A maldade das mulheres era em geral percebida no fim da vida, quando o homem começava a preocupar-se com o Inferno e seu desejo sexual já estava diminuindo. Como poeta, Deschamps começou com bom humor e terminou com uma rançosa tirada contra as mulheres, o *Miroir de mariage*, no qual o casamento surge como uma dolorosa servidão de sofrimento, dores e ciúmes — para o marido. Em 12 mil versos, repetiu todas as acusações convencionais que os padres faziam à mulher — dissoluta, brigona, caprichosa, gastadeira, contraditória, faladeira e tão exigente que esgota o marido com seus desejos amorosos. Como em outro lugar, Deschamps descreve-se como homem confortavelmente casado, esse acervo de tolices representou uma expiação à beira da morte, por ter desfrutado das mulheres e dos prazeres da carne.

A doutrina enredava-se em infinitos nós sobre as realidades do sexo. Se o casamento era sagrado, como podia o prazer sexual dentro do casamento ser pecaminoso? Se o prazer era pecado venial, em que instante se transformava em concupiscência ou desejo imoderado, que era um pecado mortal? Ter filho fora do casamento, embora fosse procriativo, seria mais pecaminoso do que a relação sexual apenas pelo prazer, mas dentro do casamento? Era o casamento casto ou virgem, embora não-procriativo, mais sagrado do que o sexo matrimonial? E se o homem dormisse com sua mulher quando grávida, ou depois da menopausa, quando a finalidade não podia ser a procriação? Ou, sendo tentado por outra mulher, dormisse com a sua para “esfriar” o desejo ilícito: isto é, cometesse um pecado para evitar outro? Ou partisse numa cruzada sem o consentimento da mulher, ou sem levá-la consigo, o que era antiprocriativo, mas do interesse da Igreja? Eram perguntas que talvez interessassem mais aos dialéticos do que ao homem comum.¹⁶

Como a usura, o sexo desafiava a certeza doutrinária, exceto quanto ao princípio aceito de que qualquer prática sexual contrária às disposições e fins “determinados pela natureza” era pecado. O termo geral era sodomia, que significava não só o homossexualismo, mas qualquer uso, com o mesmo sexo ou o oposto, de qualquer orifício “inadequado” ou posição “inadequada”, ou o lançamento do sêmen fora, como no pecado de Onan, ou, ainda, a emissão auto-erótica ou o sexo com animais. Tudo era sodomia, que, pervertendo a natureza, era uma rebelião contra Deus e, portanto, representava o “pior dos pecados” na categoria da luxúria.¹⁷

O casamento era a relação dos sexos que mais interesse despertava. Mais do que qualquer outro, é o assunto em que pensam os peregrinos de Canterbury e seu tema dominante é quem, o marido ou a mulher, manda? Também na vida real a questão da obediência domina o manual de comportamento escrito pelo Ménager de Paris para sua esposa, de 15 anos de idade. Ela devia obedecer às ordens do marido e agir para o prazer dele, e não para o seu, porque “o prazer dele deve vir antes do seu”. Não devia ser arrogante nem responder a ele, nem contradizê-lo, sobretudo em público, pois “é mandamento de Deus que as mulheres sejam sujeitas aos homens [...] e pela obediência uma mulher prudente conquista o amor do marido e por fim tem dele o que quiser”. Ela deve aconselhá-lo, sutil e cautelosamen-

te, contra as loucuras dele, mas nunca criticá-lo, “pois o coração de um homem tem difuldades em ser corrigido pela dominação e senhorio de uma mulher”.

Exemplos da sorte terrível que espera as mulheres que reclamam e criticam são citados pelo Ménagier e também por La Tour Landry, que conta como um marido, asperamente criticado pela mulher em público, “irritado com seu procedimento, derrubou-a com um soco”, depois chutou-a no rosto e quebrou-lhe o nariz, desfigurando-a para sempre, de modo que ela “não podia por vergonha mostrar o rosto”. Foi o que mereceu “por sua linguagem má e desabusada, que não devia utilizar com o marido”.

Tanta ênfase dada à docilidade e à obediência sugere serem mais comuns as qualidades opostas. A raiva na Idade Média estava associada às mulheres, e o pecado da Ira é, com frequência, mostrado como uma mulher montada num javali selvagem,¹⁸ embora os outros sete Vícios sejam geralmente personificados como homens.* Se a visão que o leigo tinha da mulher medieval era a de uma bruxa ranzinza, isso talvez acontecesse por ser a ranzinze o único recurso de que dispunha contra a sujeição ao homem, condição essa codificada, como tudo o mais, por Tomás de Aquino. Para a boa ordem da família humana, argumentava ele, alguns têm de ser governados por outros “mais sábios do que eles”; portanto, a mulher, que era mais fraca, tanto “no vigor da alma como na força do corpo”, estava “por natureza sujeita ao homem, em quem predomina a razão”. O pai, disse ele, deve ser mais amado do que a mãe, objeto de maior respeito, porque sua parte na concepção era “ativa”, ao passo que a da mãe era meramente “passiva e material”. Em seu celibato oracular, santo Tomás admitia que o cuidado e a alimentação maternos eram necessários à criação do filho, mas muito mais ainda a atenção paterna, “como guia e guardião, sob quem a criança progride em virtudes tanto interiores como exteriores”. O fato de a mulher reagir com espertezas e rabugices na época de Aquino, não é motivo de surpresa.¹⁹

Honoré Bonet levantou a questão de saber se uma rainha poderia julgar um cavaleiro quando estava governando o reino, na ausência do rei. Não, respondeu ele, porque “é claro que o homem é muito mais nobre do que a mulher, e de maior virtude”, de modo que uma mulher não pode julgar um homem, e, mais ainda, o súdito não pode julgar seu senhor”.²⁰ Como a rainha governa o reino nessas circunstâncias, não se explica.

A apoteose da sujeição foi a paciente Griselda, cuja história de tolerância às cruéis provas de sua submissão marital agradava de tal modo aos escritores masculinos, que foi contada quatro vezes em meados do século XIV, primeiro por Boccaccio, depois em latim por Petrarca, em inglês por Chaucer no “Conto do escrevente”, e em francês pelo Ménagier. Griselda jamais se queixa. Seu marido tira-lhe

*Num manuscrito ilustrado do século XIV, o Orgulho era um cavaleiro montado num leão; a Inveja, um monge num cachorro; a Preguiça é um camponês num burro; a Avareza é um comerciante num texugo; a Gula, um jovem num lobo; a Ira, uma mulher num javali; e o Luxo (em lugar da clássica Luxúria), uma mulher num bode.

os filhos um a um e anuncia que vai matá-los. Depois, a repudia e, finalmente, encena um divórcio antes de revelar que tudo isso não passou de uma prova. Griselda, então, volta a unir-se com o odioso autor de seus tormentos.

O *Ménagier*, no fundo um homem bondoso, achava que a história “era cruel demais (para mim) e fora da razão”, e tinha a certeza de que “nunca aconteceu”. Não obstante, parecia-lhe que sua mulher devia conhecê-la, para “saber como falar sobre todas as coisas com os outros”. As damas medievais dependiam de histórias, jogos verbais e adivinhas para sua distração, e uma jovem casada e bem-educada precisaria estar preparada para conversar sobre a abjeta Griselda e seu detestável marido. Por fim, também Chaucer se envergonhava da história, e na dedicatória apressou-se a aconselhar às nobres esposas:

Pelo que haveis dito, não vos deixeis humilhar...
Não suportaes do homem quaisquer ofensas...
Não o temais, nem lhe façais reverências...
Sede sempre inconstantes como folhas de árvore,
E deixai-o sofrer, lamentar-se, torcer-se e chorar!

O amor conjugal, apesar da fórmula do amor cortesão, ainda era um objetivo a ser alcançado depois, e não antes, de dado o nó. Essa tarefa cabia à mulher, que tinha o dever de conquistar o amor do marido e “ganhar neste mundo a paz que pode haver no casamento”, pela atenção constante, cuidado, amabilidade, docilidade, aquiescência, paciência e nenhuma reclamação. Todos os sábios conselhos de *Ménagier* sobre o assunto podem ser resumidos num só: “Nenhum homem pode ser melhor enfeitado do que quando recebe o que lhe agrada.” Se o Terceiro Estado, que ele representava, dava maior ênfase ao amor conjugal do que a nobreza, era sem dúvida porque a proximidade mais constante entre marido e mulher burgueses tornava desejável uma relação amena. Na Inglaterra, a felicidade matrimonial podia conquistar o Presunto de Dunmow — um presunto oferecido a qualquer casal que pudesse ir a Dunmow, em Essex, depois de um ano de casamento, e jurar que nunca tinha brigado, que não se arrependia do casamento e que o repetiria, se houvesse oportunidade.²¹

Enquanto o culto do amor cortesão supostamente elevava a posição das damas nobres, a adoração fervorosa da Virgem, que se desenvolveu ao mesmo tempo como culto, pouco crédito trazia à situação da mulher como um todo. As mulheres eram criticadas por faladeiras e boateiras, por desejar a simpatia, por ser coquetes, sentimentais, imaginativas e muito receptivas aos estudantes nômades e a outros mendigos. Eram censuradas por fazer barulho na igreja, por se banharem de água benta a todo momento, por dizerem as orações em voz alta, ajoelharem-se em todos os altares, prestando atenção a tudo, menos ao sermão. As monjas no claustro seriam melancólicas e irritáveis, “como cães que ficam presos por muito tempo”.²² Os conventos eram um refúgio do mundo para algumas, o destino de outras, cujas famílias as ofereciam como presentes à Igreja, a escolha de umas poucas

com vocação religiosa, mas geralmente só estava ao alcance das que dispunham de bons dotes.

As indicações fornecidas pelos impostos *per capita* e sobre fogos indicam que a taxa de mortalidade das mulheres era superior à dos homens, entre as idades de vinte e quarenta anos, presumivelmente devido aos partos e à maior vulnerabilidade às moléstias. Depois dos quarenta, a taxa se invertia, e as mulheres, quando enviuvavam, podiam optar entre casar-se outra vez ou permanecer sozinhas.²³

Na vida cotidiana as circunstâncias impunham às mulheres, tanto nobres quanto plebéias, uma igualdade de funções, embora não de posição. As mulheres camponesas podiam ser arrendatárias e nessa qualidade prestavam os mesmos serviços exigidos dos homens, embora ganhassem menos pelo mesmo trabalho. As famílias camponesas dependiam do ganho das mulheres. Nas guildas, elas tinham o monopólio de certos ofícios, em geral a fição e a fabricação de cerveja, bem como de alguns dos ofícios têxteis e relacionados com alimentos. Algumas corporações excluía as mulheres, exceto se esposas ou filhas de um dos seus membros; em outras, tinham igualdade com os homens. A administração da casa de um comerciante — de sua casa na cidade, da casa no campo, do negócio, quando ele se ausentava —, além dos deveres maternos, não deixava à sua mulher tempo para o lazer. Ela supervisionava a costura, a tecelagem, a fabricação de cerveja, de velas, os negócios, as esmolas, dirigia os empregados de dentro e fora da casa, exercia certos conhecimentos de medicina e cirurgia, fazia a escrituração e podia realizar negócios à parte, como *femme sole*.

Algumas mulheres exerciam a profissão de professoras e médicas, mesmo sem licença. Em Paris, em 1322, uma certa Jacoba Felicie foi processada pela Faculdade de Medicina da universidade por praticar a medicina sem diploma ou sem licença do chanceler. Uma testemunha declarou “ter ouvido dizer que ela era mais versada na arte da cirurgia e medicina do que o maior professor, médico ou cirurgião de Paris”.²⁴ Na Universidade de Bolonha, na década de 1360, fazia parte do corpo docente Novella d’Andrea, mulher tão renomada pela sua beleza que dava aulas usando um véu, para que os estudantes não se distraíssem com sua formosura.²⁵

A castelã tinha, quase sempre, de haver-se sozinha quando o marido estava ocupado em outros lugares, como geralmente acontecia, pois as lutas nunca se interromperam no século XIV. Se não estava na guerra, ou servindo ao rei, estava preso em algum lugar, à espera do resgate. Nesse caso, sua mulher tinha de substituí-lo, tomar decisões e assumir a direção, e houve muitas, além de Jeanne de Montfort, que assim o fizeram. Márcia Ordelaffi, que ficou sozinha para defender Cesena, enquanto seu colérico marido (o mesmo que apunhalou o filho) resistia numa outra cidade contra as forças pontificais, rejeitou todas as ofertas de negociação, apesar dos repetidos ataques, das tentativas de solapar as muralhas, do bombardeio dia e noite com pedras lançadas pelos engenhos de sítio, e dos pedidos do pai para que se rendesse. Suspeitando que seu conselheiro estava tramando em segredo a rendição, mandou prendê-lo e decapitá-lo. Só quando seus cavaleiros lhe disseram que o colapso da cidadela não deixaria ninguém vivo e dispuseram-se a

render-se com ou sem o seu consentimento, Márcia Ordelaiffi concordou em negociar, com a condição de realizar ela mesma as conversações. E o fez com tal eficiência que obteve salvo-conduto para si, sua família e todos os criados, dependentes e soldados que a tinham apoiado. Dizia-se que ela só temia a ira de seu terrível marido — e com razão, pois apesar de todas as histórias de *courtoisie*, os senhores da cavalaria, tal como os burgueses, costumavam espancar suas mulheres. Num caso de particular brutalidade nos altos círculos, o conde de Armagnac foi acusado de quebrar os ossos de sua mulher e mantê-la trancafiada, numa tentativa de arrancar-lhe certas propriedades.²⁶

A situação das mulheres no século XIV teve uma cronista feminina exponencial em Cristina de Pisan, a única mulher medieval, pelo que se sabe, a ganhar a vida escrevendo.²⁷ Nascida em 1364, era filha de Tomás de Pisano, médico-astrólogo com doutorado pela Universidade de Bolonha, chamado a Paris em 1365 pelo novo rei, Carlos V, e que ali ficou a seu serviço. Cristina aprendeu com o pai o latim, filosofia e vários ramos de ciência que não faziam parte da educação de uma mulher. Aos 15 anos, casou-se com Etienne Castel, da Picardia, um dos secretários reais. Dez anos depois, ficou sozinha com três filhos, quando o marido, “na flor da juventude”, e seu pai morreram num espaço de poucos anos. Sem recursos nem parentes, começou a escrever para conquistar a proteção, que seria então seu meio de vida. Começou com a poesia, lembrando em baladas e rondós sua felicidade de esposa e lamentando suas penas como viúva. Embora as formas fossem convencionais, o tom era pessoal:

Ninguém sabe o que custa ao meu coração.
Disfarçar minha dor, se piedade não vejo.
Quanto menos apoio encontro nas amizades,
Mais razão tenho para as minhas lágrimas.
Não me queixo portanto do meu sofrimento,
Mas tenho um riso nos lábios quando devia chorar,
E sem rima nem ritmo faço minhas canções
Para esconder o coração.²⁸

A nota de tristeza (ou talvez uma simpatia maior do que Cristina se atribuía) abriu as bolsas de nobres e príncipes — cuja posição se refletia na proteção às artes —, e permitiu-lhe realizar estudos para uma série de obras didáticas em prosa, muitas delas adaptadas ou traduzidas de outros autores, como era comum na época. Nenhum assunto a assustava:²⁹ escreveu um grande volume sobre a arte da guerra, baseado no clássico romano *De re militari*, de Vigécio; um romance mitológico; um tratado sobre a educação das mulheres; e uma vida de Carlos V que continua sendo obra importante e original. Sua voz pessoal e seus interesses mostram-se com mais força quando escreve sobre as mulheres, como em *La cité des dames*, sobre as vidas

das mulheres famosas na História. Embora traduzido de *De claris mulieribus*, de Boccaccio, Cristina assume a propriedade da obra no prólogo, onde se mostra sentida e envergonhada, indagando por que os homens “são tão unânimes em atribuir a maldade às mulheres”, e por que “devemos ser piores do que os homens, se também fomos criadas por Deus”. Numa visão estonteante, três figuras femininas coroadas, a Justiça, a Fé e a Caridade, aparecem para dizer-lhe que essas opiniões dos filósofos não são artigos de fé, “mas as brumas do erro e do auto-engano”. Mencionam as mulheres que se destacaram na História — Ceres, protetora da agricultura; Aracne, criadora da fiação e tecelagem; e várias heroínas da lenda homérica, do Velho Testamento e do martirológico cristão.

Numa explosão apaixonada no final do século, em sua *Epístola ao Deus do Amor*, Cristina volta a perguntar por que as mulheres, antes tão estimadas e honradas na França, são agora atacadas e insultadas não só pelos ignorantes e vis, mas também pela nobreza e clero. A *Epístola* é uma resposta direta à sátira maliciosa contra as mulheres de Jean de Meung, na continuação do *Roman de la Rose*, o livro mais popular da época.³⁰ Escritor profissional com mestrado em Arte pela Universidade de Paris, Jean de Meung foi o Jonathan Swift de sua época, um satirista das convenções artificiais na religião, filosofia e, especialmente, na cavalaria e no tema central desta: o amor cortesão. A natureza e os sentimentos naturais são os seus heróis, a Falsa Aparência (hipocrisia) e a Abstinência Forçada (castidade obrigatória), seus vilões, personificados como frades mendicantes. Como os clérigos que culpavam as mulheres pelos desejos dos homens ou como o policial que prende a prostituta mas não o seu cliente, Jean de Meung, como homem, culpava as mulheres pelo distanciamento em que a humanidade se encontrava do ideal. Como o amor cortesão era uma glorificação falsa das mulheres, Meung fazia delas a personificação da falsidade e hipocrisia desse amor. Arditos, pintadas, mercenárias, depravadas, a versão que Meung apresenta das mulheres era simplesmente a fantasia masculina do amor cortesão ao contrário. Como Cristina observou, eram os homens que escreviam os livros.

Seu protesto provocou um animado debate entre antagonistas e defensores de Jean de Meung, numa das grandes polêmicas intelectuais da passagem do século. Enquanto isso, sua melancólica flauta ainda soava na poesia:

Está fazendo um mês agora
Que meu amor foi embora.
Meu coração ficou triste e calado;
Está fazendo um mês agora.
“Adeus”, disse ele. “Vou-me embora.”
E desde então não mais o ouço falar.
Está fazendo um mês agora.

Como se vê pela encadernação luxuosa dos exemplares que sobreviveram, as obras de Cristina de Pisan eram muito procuradas pelos nobres ricos. Aos 54 anos, ela retirou-se para um convento, entristecida com a situação da França. Viveu ainda

11 anos e escreveu um poema em louvor da figura que, para a posteridade, se destacaria acima de todas as outras da sua época — outra mulher, Joana d'Arc.³¹

Integradas como estavam no padrão da natureza feminina concebido pelos homens, não é por acaso que as mulheres surgem com frequência entre os místicos histéricos. No pranto incontrolável da inglesa Margery Kempe há uma pungência que fala por muitas. Ela começou a chorar durante uma peregrinação a Jerusalém, quando “teve tão grande compaixão e tão grande dor ao ver o local de sofrimento de Nosso Senhor”. A partir de então, seus ataques de “choro e gritos” e quedas no chão continuaram por muitos anos, uma vez por mês ou por semana, em outras ocasiões diariamente ou muitas vezes por dia, numa igreja, na rua, em seu quarto ou no campo. A visão de um crucifixo podia provocar esses ataques, “ou se visse um homem ou animal com uma ferida, ou se um homem batesse numa criança à sua frente, ou num cavalo ou outro animal com um chicote, se visse ou ouvisse falar disso, tinha a impressão de ver Nosso Senhor sendo espancado ou ferido”. Tentava “conter-se o máximo possível, para que as pessoas não ouvissem e se aborrecessem, pois alguns diziam que um espírito malvado a perseguia ou que tinha bebido vinho demais. Alguns proibiram sua presença, outros queriam vê-la no mar numa canoa sem fundo”. Margery Kempe era, evidentemente, uma vizinha incômoda, como todos os que não podem esconder o fato de que a vida é dolorosa.

A 27 de julho de 1365, Isabel da Inglaterra e Enguerrand de Coucy casaram-se no castelo de Windsor em meio a festas e pompas. Os melhores menestréis do reino tocaram na ocasião. A noiva resplandecia com as jóias ganhas como presente de casamento do pai, da mãe e dos irmãos, num custo de £ 2.370 13s. 4d. Seu dote, consideravelmente aumentado em relação ao oferecido quando do noivado com d'Albret, era uma pensão anual de quatro mil libras. O presente do rei a Enguerrand não foi menos valioso: foi libertado de sua condição de refém sem pagamento de resgate.³²

Quatro meses depois, em novembro, o casal recebeu a permissão do rei para voltar à França, evidentemente concedida com alguma relutância, pois a carta refere-se a um repetido pedido “de ir à França para visitar suas terras, propriedades e possessões”. Isabel já estava grávida, e a carta do rei prometeria que todos os seus filhos, homens ou mulheres, nascidos no exterior poderiam herdar terras na Inglaterra e seriam considerados “tão plenamente naturalizados quanto se tivessem nascido no reino”.

Ao habitual repicar dos sinos das igrejas, tocados com todo vigor para induzir os santos a facilitarem os trabalhos do parto, uma menina nasceu em Coucy, em abril de 1366 e foi batizada como Maria. Antes de decorrido um mês, Isabel, com marido e filha, apressava-se a voltar à Inglaterra. Uma dama de posição, e em condições delicadas, viajaria num carro de quatro rodas coberto, com assentos acolchoados, acompanhada de móveis, roupa de cama, vasilhas e pratos, panelas, vinho

e criados que iam à frente para preparar alojamentos e pendurar cortinas e tapeçarias. Mesmo com esses confortos, enfrentar o canal da Mancha e as sacudidelas da viagem por terra, com uma criança recém-nascida, parece uma pressa estranha e imprudente, ou um amor desesperado à terra natal.³³ Durante toda a sua vida de casada, Isabel nunca criou raízes em Coucy-le-Château e corria de imediato para a corte do pai sempre que o marido partia nalguma expedição. Talvez ela se sentisse infeliz no grande castelo murado no morro ou não se sentisse à vontade na França, ou, o que parece mais provável, não pudesse viver sem o carinho e o ambiente real de sua juventude.

A disposição de Eduardo em ligar Coucy o mais firmemente possível à Inglaterra foi demonstrada tão logo Enguerrand e a mulher voltaram. A 11 de maio de 1366, o chanceler informava aos nobres e plebeus do Parlamento, na presença de Eduardo, "como o rei tinha casado sua filha Isabel com o senhor de Coucy, que tinha belas propriedades na Inglaterra e outros lugares: e, pela razão de estar tão intimamente ligado a ele, era conveniente que o rei o fortalecesse e aumentasse em honra e nome, e fizesse dele um conde; com isso, pedia o conselho e a opinião do Parlamento". As Câmaras dos Lordes e dos Comuns deram o consentimento necessário, deixando ao rei a escolha das terras e do título a conferir-lhe. Enguerrand foi nomeado para o condado vacante de Bedford, com uma renda de 300 libras anuais, e como Ingelram,* conde de Bedford, passou a ser inscrito nos registros ingleses. Para completar as honrarias, foi aceito na Ordem da Jarreteira.³⁴

Ao mesmo tempo, Isabel recebia mais 200 libras de renda anual, que desapareciam imediatamente no saco sem fundos de seus gastos. Ela parece ter sido uma dessas pessoas para quem gastar é uma neurose, pois, poucos meses após a sua volta, o rei pagou £130 15s. 4d. de dívidas suas com comerciantes, pela compra de seda e veludo, tafetás, tecido dourado, fitas e linho, e outras £60 para resgatar um anel de pedras preciosas que tinha empenhado.

Um pouco antes da Páscoa de 1357, que caiu, em 18 de abril, nascia na Inglaterra a segunda filha de Coucy, um ano depois da primeira. Batizada como Filipa, em homenagem à avó, a rainha, a menina recebeu de seus reais avós um numeroso serviço de prata de seis taças douradas e gravadas, seis xícaras, quatro jarros, quatro travessas e 24 jogos de pratos, saleiros e colheres, num valor total de £239 18s. 3d.

Numa nova ampliação de sua fortuna, Enguerrand conseguiu depois o equivalente a um condado em França, com a ajuda não desinteressada de seu sogro. Um

*A julgar pela variedade de ortografia dos nomes próprios, de ambos os lados do canal da Mancha, a pronúncia da língua comum deve ter sido quase mutuamente ininteligível. A priora de Chaucer falava francês:

After the scole of Stratford atte Bowe.

For French of Paris was to hir unknowe.

(Segundo a escola de Stratford em Bowe,
Pois o francês de Paris lhe era desconhecido.)

companheiro-refém, seu vizinho na França, Guy de Blois et de Châtillon, conde de Soissons, sobrinho de Filipe VI e de Carlos de Blois, da Bretanha, a despeito de sua grande família e de suas ligações, não tinha conseguido, até então, comprar sua liberdade. Como preço de sua libertação, foi feito um acordo pelo qual, com o consentimento do rei Carlos da França, ele cedeu o condado de Soissons a Eduardo, que por sua vez o ofereceu a Coucy, em lugar das quatro mil libras de dote de Isabel.³⁵ Os grandes domínios de Coucy e de Soissons, constituindo agora uma boa parte da Picardia, foram reunidos nas mãos de um genro do rei da Inglaterra. Com um título territorial diluindo o outrora orgulhoso lema de Coucy, Enguerrand era agora conde de Soissons, e como tal voltou com a mulher e as filhas para a França, em julho de 1367.

Filhos da iniquidade

NOS SETE ANOS da ausência de Coucy na Inglaterra, o caos provocado pelas Grandes Companhias, espalhado pela França, Savóia, Lombardia e domínios pontificais, tinha-se tornado um fato importante nos assuntos europeus. Não constituíam um fenômeno transitório, nem uma força externa. Essas companhias tinham-se transformado num modo de vida, uma parte da própria sociedade, usadas e integradas por seus governantes, mesmo quando se empenhavam em expulsá-las. Corroíam a sociedade por dentro, como Erisícton, o "comedor de terra", que, por destruir as árvores do bosque sagrado de Deméter (Ceres), foi amaldiçoado pela deusa com uma fome insaciável e acabou devorando-se a si mesmo na tentativa de satisfazer-se.

A disciplina e a organização tornavam as companhias mais úteis como forças de combate do que os cavaleiros interessados na glória e desabituada ao princípio de comando. Governantes as utilizavam, como ocorreu quando Amadeu VI, conde de Savóia, contratou um dos piores capitães de companhias para esmagar os partidários de um adversário, usando o terrorismo dentro de seus próprios domínios. Quer contratadas, ou vivendo da aventura, elas pilhavam para cobrir seus custos. A vida pela espada tornou-se subordinada aos seus meios; os meios se transformaram no fim; o clima do século XIV sucumbiu ao triunfo brutal dos fora-da-lei.

Na França, durante a transferência dos territórios, apesar das renovadas ordens do rei Eduardo, muitos grupos recusaram-se a desmobilizar-se ou abandonar suas fortalezas. Desligados de um emprego regular, como abelhas de uma colméia quebrada, eles criavam pequenas colméias em torno de um determinado capitão e se juntavam às hostes dos *Tard-Venus*. Como a ocupação de mercenário combinada com a de bandido era lucrativa, eles se difundiram, atraindo para suas fileiras os que caíam rapidamente na ilegalidade quando o contrato social desmoronava. En-

quanto as fileiras vinham do rebotalho da cidade e do campo, e dos que rejeitavam todas as ocupações, inclusive a Igreja, os líderes vinham do alto — senhores que achavam irresistível ganhar a vida com a espada, ou os perdedores da classe dos cavaleiros, que as próprias companhias haviam transformado em deslocados sociais. Incapazes de viver adequadamente com o produto de terras arruinadas, eles ingressavam nas fileiras de mercenários, preferindo-as a uma vida sem a espada. “Desabridos em todas as formas de crueldade”, nas palavras da excomunhão do papa em 1364, pareciam ao povo indefeso uma nova peste, provocada pelos planetas ou pela ira de Deus.

Na França, eram chamados de *écorceurs* (esfoladores) e *routiers* (salteadores de estradas), na Itália de *condottieri*, da *condotta* ou contrato que fixava as condições de seu emprego como mercenários. Extorquiam uma renda sistemática de cidades vulneráveis, na forma de *appatis*, tributo forçado para comprar a isenção de ataque, cujos termos eram escritos pelos secretários. Atraíam para seu serviço notários, juriconsultos e banqueiros, para tratarem de seus negócios, bem como secretários, ferreiros, curtidores, tanoeiros, açougueiros, médicos, padres, alfaiates, lavadeiras, prostitutas e, com frequência, suas próprias esposas legais. Negociavam através de receptadores regulares que vendiam o produto de seus saques, com exceção das armas ou coisas de luxo, que desejassem guardar, como jóias, roupas de mulher ou aço para espadas ou, em certos casos, plumas de pavão e chapéus de castor. Instalavam-se na estrutura social. Quando a Borgonha foi ocupada pelo Arcipreste Arnaut de Cervole em 1364, o jovem duque Filipe o tratou com respeito,² chamando-o de seu conselheiro e companheiro e entregando-lhe um castelo e vários reféns nobres, como garantia, até que pudesse levantar 2.500 francos de ouro para comprar a partida do bandido. Para isso, Filipe adotou o expediente habitual de tributar seus súditos, outra causa de irritação contra os senhores.

Bertucar d'Albret, da mesma família do noivo rejeitado por Isabel, foi um dos grandes senhores notáveis que foram mais *pillard* do que *seigneur*.³ Anos mais tarde, já velho, ele suspirava pelos dias “em que caíamos sobre ricos comerciantes de Toulouse ou La Riolle, ou Bergerac. Não se passava um dia que não trouxesse alguma bela presa para nosso enriquecimento e alegria”. Seu amigo e companheiro, o gascão Seguin de Badefol,⁴ por vezes chamado de Rei das Companhias, substituiu os cinco chapéus do brasão de seu pai por cinco besantes, ou moedas de ouro, indicando seu principal interesse. Aimerigot Marcel⁵, que depois de trinta anos de banditismo terminaria na forca, gabava-se de seus butins de seda de Bruxelas, peles das feiras, especiarias de Bruges, ricos tecidos de Damasco e Alexandria. “Tudo era nosso, ou era resgatado pelo preço que impúnhamos. [...] Os camponeses do Auvergne nos abasteciam em nosso castelo, levando-nos trigo, farinha e pão fresco, feio para nossos cavalos, bom vinho, carne e cabrito, gordos carneiros e aves. Éramos abastecidos como reis. E, quando ganhávamos as estradas, a terra tremia à nossa frente.”

O ódio popular atribuía às companhias todos os crimes, desde alimentar-se de carne na Quaresma até atrocidades contra mulheres grávidas, que provocavam a

morte de crianças ainda não nascidas e não batizadas. Três quartas partes da França estavam à sua mercê, em especial as áreas produtoras de vinho da Borgonha, Normandia, Champagne e Languedoc. Cidades muradas podiam organizar a resistência, fazendo voltar a violência sobre os campos, que foram repetidamente devastados, criando uma população vagabunda de camponeses miseráveis, artesãos em busca de trabalho, padres sem paróquias.

As companhias não poupavam as igrejas. "Insensíveis ao medo de Deus", escreveu Inocêncio VI, numa carta pastoral de 1360, "os filhos da iniquidade [...] invadem e destroem igrejas, roubam seus livros, cálices, cruzes, relíquias e vasos do ritual divino, fazendo deles o seu butim".⁶ As igrejas onde havia corrido sangue em combate eram consideradas profanadas e proibidas de uso sacramental, até terem sofrido um prolongado processo burocrático de purificação. Não obstante, os tributos pontificais continuavam, e os ocupantes de postos eclesiásticos arruinados eram muitas vezes reduzidos à penúria e abandonados, não sendo raro que se juntassem aos seus perseguidores. "Vede como a situação tornou-se grave", lamentava Inocêncio na mesma carta, "quando os encarregados da graça divina [...] participam da rapina e saque, e mesmo do derramamento de sangue".

Com o clero e os cavaleiros aderindo aos filhos da iniquidade, o homem comum sentia-se viver numa época de rapina e impotente para controlá-la. "Se o próprio Deus fosse soldado, Ele seria um ladrão", disse um cavaleiro inglês chamado Talbot.⁷

Um pilar da estrutura ainda resistia: a necessidade de absolvição. O medo de morrer sem ela estava tão arraigado que se acreditava serem os fantasmas as almas dos que morriam sem remissão e que voltavam para buscar a absolvição dos pecados cometidos. Mesmo que tivessem abandonado totalmente quaisquer outras regras, os bandidos insistiam na fórmula, se não na substância, do perdão. Em teoria, o homem que encontrasse a morte numa "guerra justa" iria diretamente para o Céu, se antes se tivesse arrependido dos seus pecados; mas um cavaleiro culpado do pecado da rapina teria de submeter-se a penitência pela restituição do que havia ganho. Sem qualquer desculpa de guerra justa, e muito menos dadas a restituições, as companhias satisfaziam-se em arrancar a absolvição pela força, como um saco de ouro. Ao negociar resgates ou pagamentos com seus prisioneiros, mesmo aqueles que tinham torturado e aleijado, impunham como condição que as vítimas pedissem absolvição para eles ou solicitassem ao papa que levantasse a excomunhão.⁸

O sucessor de Inocêncio, Urbano V, lançou duas bulas de excomunhão em 1364, *Cogit Nos* e *Miserabilis Nonnullorum*, que deveriam ter o efeito de proibir o abastecimento das companhias ou qualquer cooperação com elas, e que ofereciam indulgência plenária a todos os que morressem combatendo-as. Se a proibição perturbou os bandidos, em nada limitou a sua ação.

O mais destacado profissional entre os *Tard-Venus*, a quem Coucy enfrentaria em combate, foi *sir* John Hawkwood, cujo nome surge pela primeira vez como líder de uma das companhias que sitiaram Avignon em 1361.⁹ Sua origem foi a mesma de muitos integrantes das companhias. Como segundo filho de um pe-

queno proprietário e curtidor, deixou o lar quando o irmão mais velho herdou a casa, juntamente com dez libras, seis cavalos e uma carroça, deixando o irmão mais novo sem terras e com £20 10s. de herança. Participando do exército inglês na França na década de 1350, Hawkwood era “ainda um cavaleiro pobre que nada tinha ganho a não ser suas esporas”, quando se juntou aos *Tard-Venus*, depois de Brétigny. Tinha então cerca de 35 anos. Quando o ouro pontifical o afastou de Avignon, desviando-o para a Itália, ele comandava a Companhia Branca, composta por 3.500 homens montados e dois mil a pé, cujas bandeiras e túnicas brancas, e as armaduras muito polidas, lhe tinham granjeado esse nome. Quando apareceram na Lombardia pela primeira vez, espalharam o terror pela sua fúria e desregramento, e, com o passar do tempo, “nada era mais terrível de ouvir do que o nome do inglês”.¹⁰ Conquistaram a fama de *perfidí* e *scelleratissimi* (pérfidos e celeradíssimos), embora se reconhecesse que eles “não assavam nem mutilavam suas vítimas como os húngaros”.¹¹

Contratado por uma ou outra das cidades-estado italianas em suas guerras crônicas, Hawkwood pôde, dentro em pouco, pedir um preço mais alto pelos seus serviços. Por mais impiedosos que fossem os seus métodos — e inspiraram o provérbio “um inglês italianizado é a encarnação do diabo” —,¹² ele não passava o tempo em mero banditismo, mas sim prestava serviços aos que podiam pagar, de qualquer lado de uma guerra. Lutou a favor de Pisa contra Florença e vice-versa, com as forças pontificais contra os Viscontis e vice-versa, e ao deixar o serviço dos Viscontis devolveu corretamente a Galeazzo os castelos que a Companhia Branca tinha conquistado. A guerra era um negócio para Hawkwood, desde que seus contratos não exigissem que lutasse contra o rei da Inglaterra. Ao morrer, depois de 35 anos na Itália, rico de terras, pensões e renome, foi enterrado na catedral de Florença e celebrado pelo afresco equêstre de Uccello, sobre a porta. O orgulho nacional, no ano de sua morte, reclamou-o: por pedido pessoal de Ricardo II, seu corpo foi devolvido à Inglaterra para ser enterrado em sua cidade natal.

Na Itália, as companhias eram usadas praticamente como exércitos oficiais em guerras públicas. Na França, estavam fora de controle. A única força capaz de controlá-las teria sido um exército permanente, o que ainda não fazia parte da visão do Estado, nem da sua capacidade financeira. A única estratégia possível contra as companhias era pagar para que fossem embora. Como o rei da Hungria estava pedindo ajuda contra os turcos, um esforço conjunto para uma cruzada que acabasse com tal ameaça foi feito em 1365 pelo papa, o imperador e o rei da França.

O antigo regente, agora Carlos V, nomeou para comandar a cruzada um estranho capitão novo, tão duro quanto o seu nome bretão, que os franceses escreviam de Clequin ou Kaisquin ou Clesquy, até que a fama o fixou em Bertrand Du Guesclin. De nariz achatado, moreno, baixo e pesado, “não havia ninguém tão feio, de Rennes a Dinant”. Assim começa o épico rimado de Cuvelier, destinado a criar um herói francês rival do panegírico traçado por Chandos Herald do Príncipe Negro.¹³ “Seus pais o odiavam tanto por isso, que, com frequência, no fundo do coração, preferiam que estivesse morto. Patife, Tolo ou Palhaço era como muitas vezes o

chamavam; tão desprezado era por ser uma criança doentia que tanto os escudeiros quanto os criados faziam pouco dele.” Os pais eram da nobreza pobre. O filho desajeitado, não estragado pelos torneios, aprendeu a brigar na guerrilha na Bretanha, a serviço de Charles de Blois, tornando-se hábil na tática da emboscada e astúcia, no uso de disfarces, espões, mensageiros secretos, cortinas de fumaça para esconder movimentos, subornos de dinheiro e vinho, tortura e assassinato de presos, e ataques de surpresa lançados durante as Tréguas de Deus. Era tão intrépido quanto inescrupuloso, feroz com a espada, mas sempre pronto a usar de estratégia; duro, esperto e impiedoso como qualquer *écorceur*.

Nascido entre 1315 e 1320, ele só se tornou cavaleiro depois dos 35 anos e conquistou fama na defesa de Rennes. A ousada captura que realizou, de uma fortaleza dos navarrenses, testemunhada pelo regente, deu início ao seu destaque no serviço real. Embora Carlos V não fosse um guerreiro, tinha um objetivo bélico. Durante todos os anos, desde o Tratado de Brétigny, seu único, silencioso e constante objetivo era frustrar a entrega dos territórios, que teria desmembrado o reino. Não desejava comandar um exército em batalha e sabia que precisava de um líder militar, que encontrou nesse “porco de armadura”, o primeiro comandante eficiente comparável ao Príncipe Negro ou a *sir* John Chandos, a surgir entre os franceses.

Em 1364, o ano inicial do reinado de Carlos, Du Guesclin levou os franceses à vitória e depois à derrota, em duas batalhas históricas. Na primeira, em Cocherel,¹⁴ na Normandia, contra as forças de Carlos de Navarra, os números eram pequenos, mas o resultado foi grande, pois acabou com a ameaça crônica de Navarra sobre Paris. A batalha foi ainda mais notável pela captura do primo de Navarra, o *capitão* de Buch, a quem Carlos depois libertou sem pedir resgate, na esperança de conquistar esse grande provocador para o lado francês. A segunda batalha, cinco meses após, em Auray, na pedregosa costa bretã, foi decisiva para a guerra na Bretanha. Charles de Blois, o candidato francês ao ducado, foi morto, e Du Guesclin, aprisionado. Foi o último choque entre os duques da Bretanha rivais, deixando o candidato inglês, Jean de Montfort, de posse do ducado, embora pelos termos do Tratado de Brétigny este continuasse sendo feudo francês. A derrota foi, na verdade, transformada por Carlos V numa vantagem. Com uma enorme pensão, ele persuadiu a viúva de Blois a abrir mão de sua pretensão, encerrando com isso a guerra em curso, que esgotava a força francesa. Carlos V preferia não lutar quando podia pagar.

Du Guesclin, depois de resgatado, não perdeu a proteção real. Sua ascensão tinha sido prevista pela astrologia e as profecias de Merlin, o que pode ter influído em Carlos, que, com toda a sua astúcia, era devoto da astrologia, como Du Guesclin. Além de manter um astrólogo em todas as suas campanhas,¹⁵ Bertrand era também casado com uma dama versada no assunto e famosa pelos seus poderes ocultos. O interesse do rei era mais científico. Como a maioria dos governantes, tinha um astrólogo na corte que aconselhava sobre os momentos propícios para agir e realizava missões confidenciais;¹⁶ Carlos, porém, ia além disso: encomendava tra-

duções de obras astrológicas e fundou um colégio de astrologia na Universidade de Paris, que equipou com biblioteca, instrumentos e bolsas reais.

Em 1365, ele convocou à sua corte Tomás de Pisano, doutor em astrologia da Universidade de Bolonha,¹⁷ cujos talentos imaginativos, mas por vezes perigosos, devem ter agradado ao rei, que o manteve com um salário de 100 francos por mês. Não é impossível que a constante enfermidade de Carlos tenha alguma coisa a ver com um remédio, contendo mercúrio, que Tomás lhe preparou e pelo qual foi muito censurado. Sem se abater, Tomás continuou com uma experiência “única e inefável”, cujo objetivo era expulsar os ingleses da França. Com chumbo e estanho, ele fabricou imagens ocas de homens nus, encheu-os de terra recolhida no centro e nos quatro cantos da França, escreveu nas testas os nomes do rei Eduardo ou um de seus capitães e, quando as constelações tornaram-se propícias, enterrou-os de cara para baixo, recitando encantamentos e dizendo ser aquela a expulsão perpétua, aniquilação e enterro do dito rei, dos capitães e de todos os seus seguidores.

Para afastar as companhias, no entanto, a cruzada na Hungria revelou-se um método mais prático. O imperador Carlos IV, ansioso por rechaçar os turcos, foi pessoalmente a Avignon com uma oferta de subscrever os custos da viagem e garantir as receitas da Boêmia durante três anos para pagar os mercenários. Seu comparecimento à missa com Urbano V, no domingo de Pentecostes, imperador e papa sentados lado a lado, em paz pela primeira vez na vida, lançou um manto de esperança sobre a ocasião. Urbano anunciou que os dízimos do clero francês seriam entregues ao rei da França para financiar sua parcela no empreendimento. Apesar de todo o dinheiro prometido, e o Paraíso também — pois a excomunhão seria retirada com a cruzada —, os mercenários viam com muito desagrado a perspectiva de ida à Hungria, perguntando “por que deveriam ir tão longe para fazer a guerra?”. Pressionados, porém, pela vontade de que partissem, e como tinham um de seus homens, Arnaut de Cervole, como comandante em lugar de Du Guesclin, alguns deixaram-se convencer. De vários lugares, partiram forças no verão de 1365, para se reunir em Lorena, dentro do império.

O resto foi um fiasco. A terrível fama dos bandidos levou a população da Alsácia a uma resistência desesperada. Apesar das garantias de Arnaut de que não tinha planos de atacar aquela região e queria apenas dar água aos seus cavalos no Reno, os cidadãos de Estrasburgo recusaram-se a permitir que atravessassem a ponte, e o imperador foi obrigado pelos seus súditos a vir com um exército barrar-lhes o caminho. A relutância da companhia, mais do que a resistência popular, fez com que eles voltassem dentro de um mês. Enquanto isso, uma nova empresa precisava deles na Espanha.

A guerra anglo-francesa não tinha realmente terminado em Brétigny, mas fora transferida para a Espanha, tomando partido na luta pela coroa entre Pedro, o Cruel, rei de Castela, cuja opressão provocara revolta, e seu irmão ilegítimo, dom Enrique de Trastamare, o mais velho dos dez bastardos¹⁸ de seu pai e chefe da oposição. A questão afetava o equilíbrio de forças em torno do Languedoc, Aqui-

tânia e Navarra. Como Pedro era apoiado pelos ingleses e, além disso, tinha abandonado — e, pelo que se dizia, assassinado — sua esposa, irmã da rainha da França, e como dom Enrique era o protegido dos franceses, pois sua ascensão colocaria um aliado num trono importante, a luta atraiu os dois antigos antagonistas. Além disso, dom Pedro era inimigo do papa, que o excomungara por se ter recusado a obedecer a uma convocação a Avignon, para responder a acusações de má conduta.

A arena espanhola oferecia, sob o disfarce de uma cruzada contra os mouros de Granada, um escoadouro ideal e talvez um túmulo para as companhias. Du Guesclin, como comandante nomeado, tinha convencido 25 capitães das mais perigosas quadrilhas, inclusive Hugo de Calveley, Eustáquio d'Aubrecicourt e outros que tinham sido seus adversários em Auray, a segui-lo na Espanha. Prometia-se um pagamento elevado, mas os homens das companhias não pretendiam atravessar os Pireneus sem ter visto a cor do dinheiro. O confronto no qual foi obtido, contado com alívio no épico de Cuvelier, é um microcosmo do século XIV, embora se tenha dito de Cuvelier que “a tirania da rima deixou-lhe pouco tempo para a exatidão”.¹⁹

Em lugar de ir diretamente para a Espanha, as companhias marcharam para Avignon e acamparam em Villeneuve, à vista do palácio pontifical, do outro lado do Ródano. O papa mandou para lá um trêmulo cardeal dizer-lhes “que eu, que tenho o poder de Deus e de todos os santos, anjos e arcanjos, excomungarei toda a companhia se não partirem daqui imediatamente”. Foi recebido com cortesia por Du Guesclin e o “culto, sábio e prudente cavaleiro” marechal d'Audrehem, veterano de Poitiers, que perguntaram ao cardeal se levava algum dinheiro; ele, com muito tato, respondeu que tinha sido mandado para informar-se do objetivo da vinda da companhia a Avignon.²⁰

“Senhor”, respondeu d'Audrehem, “tem à sua frente homens que há dez anos vêm cometendo muitas más ações no reino da França, que estão agora a caminho para lutar contra os infiéis em Granada”, e cujos líderes os estavam conduzindo até lá “para que não voltem para a França”. Antes de partir, todos queriam a absolvição e, portanto, imploravam ao Santo Padre “que nos livrasse a todos de nossos pecados e do castigo pelos sérios e pesados crimes que todos nós cometemos desde a infância, e, além disso, que para a nossa viagem eles nos ofereçam 200 mil francos”.

“Mudando de expressão”, o cardeal respondeu que embora eles fossem muito numerosos, achava que lhes podia assegurar a absolvição, mas não o dinheiro. “Senhor”, retrucou de imediato Bertrand, “precisamos de tudo o que o marechal pediu, pois lhe digo que há aqui muitos que pouco se importam com a absolvição e preferem o dinheiro”. Acrescentando que “nós os estamos levando para onde possam saquear sem causar dano aos cristãos”, insistiu em que, se as exigências feitas não fossem atendidas, os homens não poderiam ser controlados, e, quanto mais esperassem, pior seria para Villeneuve.

Atravessando rapidamente a ponte, o cardeal transmitiu ao papa, primeiro, o pedido de absolvição, dizendo que trazia as confissões dos crimes da companhia. “Eles [...] praticaram todo o mal possível e mais do que seria possível dizer; por

isso imploram misericórdia e perdão de Deus e plena absolvição de Vossa Santidade."

"Terão a absolvição", disse o papa, sem hesitar, "desde que deixem o país". E então a questão dos 200 mil francos adicionais lhe foi revelada. De sua janela, Urbano podia ver os guerreiros apropriando-se de gado, galinhas e gansos, do bom pão branco e de tudo o que podiam levar. Convocando um conselho para orientá-lo sobre como levantar o dinheiro, ele aceitou a sugestão de que fosse obtido através de um imposto sobre os burgueses de Avignon, "para que os tesouros de Deus não fossem diminuídos". Quando o dinheiro assim recolhido foi entregue a Du Guesclin pelo preboste de Avignon, juntamente com as absolvições assinadas e seladas, o capitão perguntou-lhe se tinha vindo do tesouro pontifical. Ao saber que o dinheiro vinha dos plebeus de Avignon, ele denunciou a avariza da Igreja "de maneira muito irreverente" e jurou que não aceitaria um tostão, a menos que viesse do clero; todo o dinheiro obtido com imposto devia ser devolvido ao povo que tinha pago. "Senhor", disse o preboste, "que Deus lhe conceda uma vida feliz; o povo ficará muito contente". O dinheiro foi então devolvido ao povo e substituído por 200 mil francos do tesouro pontifical, mas o papa ressarcia-se logo da perda, impondo um dízimo sobre o clero da França.

Do lado inglês, também se faziam esforços para criar uma boa imagem, notadamente por Chandos Herald, que celebrou o governo do Príncipe Negro em Aquitânia, nessa época, como "sete anos de alegrias, paz e satisfação", quando na verdade era o inverso. A arrogância e as extravagâncias do príncipe estavam provocando em seus súditos gascões a fúria do ressentimento e fazendo com que se voltassem para a França. Imbuído dos ideais de generosidade e da nobreza da bancarrota, o príncipe era indiferente a qualquer equilíbrio entre receita e despesa. Cobria a lacuna com impostos que alienavam a fidelidade e a lealdade que ele, como vice-rei, devia promover. "Desde a época do nascimento de Deus, nunca uma casa foi franqueada de maneira tão elegante e honrada." Ele alimentava diariamente "mais de oitenta cavaleiros e mais quatro vezes outros tantos escudeiros" — cerca de quatrocentas pessoas — em sua mesa; mantinha uma grande comitiva de escudeiros, pajens, criados, mordomos, secretários, falcoeiros e caçadores; oferecia banquetes, dava caçadas e torneios, e era servido nada menos do que por um cavaleiro com esporas de ouro. Sua mulher, a bela Joan, superava a sua cunhada Isabel em tecidos suntuosos, peles, jóias, ouro e esmalte. O reino do Príncipe Negro, dizia Chandos Herald, com entusiasmo, foi marcado pela "liberalidade, altos propósitos, bom senso, moderação, integridade, razão, justiça e restrição". Exceto as duas primeiras, o príncipe não tinha nenhuma dessas qualidades.

Os guerreiros de Du Guesclin foram para a Espanha, onde lutaram com tal eficiência e decisão que dom Pedro fugiu, dom Enrique foi coroado rei e as companhias, nas quais um número muito pequeno de membros encontrou a morte, voltaram logo para a França. Os interesses da Inglaterra, porém, renovaram a luta. Dom

Pedro apelou para o Príncipe Negro, que, movido pela ânsia da guerra e da glória, adotou sua causa. Foi movido também pela necessidade de romper a aliança franco-castelhana, que, devido à poderosa frota espanhola, ameaçava as comunicações inglesas com a Aquitânia e reforçava o persistente medo inglês de invasão. As finanças, como sempre, tiveram um papel importante. Dom Pedro jurou pagar todos os custos quando voltasse ao trono, e o Príncipe Negro, embora advertido para não confiar num homem tão manchado de vilanias, recusou-se a desistir da batalha. Com Du Guesclin e as companhias francesas apoiando novamente dom Enrique, a guerra foi reaberta em 1367, e o resultado invertido.

Na batalha de Najera, em abril de 1367, os ingleses obtiveram uma vitória famosa nos anais medievais, e os franceses sofreram outra das derrotas que estavam acabando não só com seu renome, mas com a sua supremacia militar real. Dom Enrique tinha sido aconselhado por Du Guesclin e pelo marechal d'Audrehem a não aceitar uma batalha campal contra o Príncipe Negro e “os melhores soldados da terra”, mas sim cortar seus abastecimentos e “deixá-los à fome, sem desfechar um único golpe” — o mesmo conselho dado e recusado pelos franceses em Poitiers. Por várias razões de terreno, meteorológicas e porque teria parecido ignóbil ao séquito espanhol do novo rei, o conselho foi rejeitado e o resultado, catastrófico. Dom Enrique fugiu, dom Pedro foi recolocado no trono e Bertrand Du Guesclin feito prisioneiro pela segunda vez. Embora inclinado a retê-lo, o príncipe deixou-se levar pela provocação de Bertrand, de que o estava segurando “por medo”, e concordou em deixá-lo ir em troca de um resgate de 100 mil francos.

Se a glória foi perdida em Najera, a derrota, como a de Auray, não deixou de ter suas vantagens, pois apenas os restos muito castigados das companhias voltaram à França. Du Guesclin recebeu o crédito por esse sucesso, de modo que, como escreveria Deschamps, todas as orações das pessoas comuns se voltaram para ele. Outra melhoria resultou das mortes do líder bandido Seguin de Badefol e do Arcipreste — o primeiro, envenenado num jantar por Carlos de Navarra para não ter de lhe pagar, e o segundo assassinado pelos seus próprios seguidores. A trégua, porém, foi breve. Quando dom Pedro, como se previa, não pagou suas dívidas, o Príncipe Negro, pressionado por soldados irritados com o não-pagamento, “estimulou-os em sigilo” para que se infiltrassem de volta à França e ali se abastecessem pelos habituais métodos da força.²¹ Em pequenos números, mas experientes e formidáveis, grupos anglo-gascões penetraram na Champagne e Picardia, “onde causaram tanto dano e praticaram atos tão cruéis que provocaram grande sofrimento”.²²

Para o príncipe, a glória de Najera tornou-se logo amarga; a vitória, para ele, foi o alto da Roda da Fortuna — todo o resto seria uma descida. Seu orgulho afastou os gascões, pois “ele não dá a um cavaleiro o valor de um botão, nem a um burguês, ou à mulher do burguês, nem a qualquer plebeu”.²³ Quando ele transferiu o peso das dívidas de dom Pedro para o povo de Guiena, na forma dos tributos anuais sobre os fogos, de 1367-68, os senhores gascões se rebelaram e reabriram negociações com Carlos V para um retorno à fidelidade francesa. A causa e o instrumento para acabar com o Tratado de Brétigny estavam agora nas mãos do rei francês.

CAPÍTULO 11

O sudário dourado

FRA ESSA A FRANÇA para a qual Coucy voltou em 1367. Seu domínio, a julgar por uma importante decisão que tomou no ano seguinte, sofria de uma escassez de mão-de-obra que afetava os donos de terra em toda parte, desde a Peste Negra. A Picardia, na rota da penetração inglesa desde o começo, tinha sofrido não só com os invasores, mas também com a Jacquerie e as destruições anglo-navarrenses. Em lugar de pagar os repetidos impostos que se seguiam às derrotas francesas, os camponeses desertaram para o território imperial em Hainaut, próximo dali, do outro lado do Meuse.

Para manter os trabalhadores na terra, o remédio um pouco tardio de Coucy foi a libertação dos servos, ou dos camponeses e aldeões que não eram livres, em seu domínio. Por “ódio à servidão”, como reconhecia sua carta de alforria, eles vinham partindo, “para viver fora de nossas terras, em certos lugares, libertando-se sem nossa permissão e fazendo-se livres sempre que isso lhes era agradável.”¹ (O servo que chegasse a um território fora da jurisdição de seu senhor e ali permanecesse por um ano era considerado livre.) Com exceção da carta emitida em favor de Coucy-le-Château em 1197, o território de Coucy retardou o fim da servidão, talvez devido à antiga prosperidade. Os camponeses já eram livres na maior parte da França antes da Peste Negra. A abolição tinha ocorrido menos por qualquer julgamento moral dos males da servidão do que como meio de levantar dinheiro fácil com os arrendamentos. Embora o trabalho pago dos arrendatários livres fosse mais caro do que o trabalho gratuito dos servos, o custo era mais do que compensado pelos arrendamentos e, além disso, os arrendatários não tinham de ser alimentados no trabalho, o que representava uma despesa considerável.

A carta de Coucy, de agosto de 1368, teve a forma de uma libertação coletiva das 22 cidades e aldeias de seu baronato, em troca de rendas e arrendamentos es-

pecíficos de cada uma delas, “em perpetuidade para nós e nossos sucessores”. As somas variavam de 18 libras, para Trosly, até 24 *sous*, para Fresnes (aldeias ainda existentes, como a maioria da lista), e 18 *pence* por fogo para Courson. O texto, embora inchado em cada linha pela superfluidade dos juristas, é claro e apresenta um quadro da ocupação medieval da terra, ao contrário da complicação em que o assunto foi transformado, desde então.

“Por uso e costume geral”, diz o documento, todas as pessoas que vivem no baronato de Coucy “são nossos homens e mulheres por *morte-mains* e *formariages*”, exceto se forem clérigos ou nobres, ou outros “que a nós estão ligados por vassalagem”. Devido à fuga de muitos, “nossa dita terra ficou em grande parte incultivada, sem ser trabalhada, e voltou ao estado natural, pelo que a dita terra teve seu valor muito reduzido”. No passado, os habitantes tinham pedido sua liberdade a seu pai, oferecendo certas rendas perpétuas, “do que o nosso querido e bem-amado pai, cuja alma está com Deus, tomou conselho e verificou que lhe seria muito lucrativo destruir e tornar nulo o dito costume, aceitando o lucro que lhe foi oferecido”: antes, porém, que pudesse atender ao pedido, faleceu. Estando plenamente informado dessas coisas, e tendo chegado à maioridade e com pleno controle de suas terras, e como o mesmo pedido lhe foi feito e pagamentos oferecidos “mais lucrativos e honrosos do que os mencionados *morte-mains* e *formariages* são ou poderiam ser no futuro”; e, como pondo fim à sua servidão, “o povo será mais numeroso e a terra cultivada e não se transformará em mato, e em consequência será mais valiosa para nós e nossos sucessores”; portanto, fazia saber que, tendo tomado “grande deliberação sobre as ditas questões e bem verificado nossos direitos e lucros, destruimos e tornamos nulos [...] e livres de todas as *morte-mains* e *formariages* cada um deles em perpetuidade e para sempre, seja do clero ou qualquer outro estado, sem conservar servidão ou poder de renovar servidão de qualquer deles agora ou no futuro, por nós ou nossos sucessores nem por qualquer outra pessoa”. A renda e os arrendamentos a ser recebidos desses lugares seriam incluídos “em nosso legado, feudo e baronia que temos do rei”, a quem seria pedida a aprovação e confirmação do ato. A confirmação real foi devidamente recebida três meses depois.

Os donos de terra em geral, e em particular os menos prósperos, com propriedades pequenas demais para ter uma margem de lucro, tinham sofrido economicamente mais do que os camponeses com os desastres dos últimos vinte anos. O trabalho servil, perdido com a peste, não podia ser substituído, já que homens livres não podiam ser transformados em servos. Moinhos, celeiros, instalações para fabrico de cerveja, depósitos, e outros equipamentos permanentes, tiveram de ser reconstruídos a expensas do proprietário. Os gastos com o resgate e manutenção de um prisioneiro durante duas décadas de batalhas quase sempre perdidas, mesmo se o custo fosse transferido às cidades e camponeses, eram um ônus sobre as receitas, embora Coucy, sempre favorecido pela fortuna, não tenha sofrido com esse problema. Além de ter sido poupado do resgate, recebeu 1.000 francos do rei da França em junho de 1368 como indenização pelas despesas incorridas quando re-

fém e pelos danos que a guerra causara às suas propriedades. Carlos V também estava cortejando o senhor de Coucy e Soissons.

Se os laços entre senhor e dependente foram enfraquecidos pela transferência da ocupação da terra para uma base monetária, a receita dos arrendamentos deu aos nobres mais ricos maiores bens, confortos e liberdade de residência. Começaram a construir grandes *hôtels* em Paris e a adquirir interesses urbanos. O centro de atração era agora a nova residência do rei, chamada St. Pol, uma coleção de casas por ele reunidas e transformadas num palácio com sete jardins e um pomar, no extremo leste da cidade, perto da atual place de la Bastille. Doze galerias ligavam os edifícios e pátios; figuras de topiaria enfeitavam os jardins, havia leões nos zôos e rouxinóis e rolas no aviário.

Carlos reinou numa época de caos, mas nessas ocasiões há lugares que não são afetados, cheios de beleza, jogos, música e dança, amor e trabalho. Embora nuvens de fumaça durante o dia e o brilho das chamas à noite indiquem as cidades incendiadas, o céu sobre as proximidades desses lugares está claro; onde os gritos dos presos torturados são ouvidos num lugar, os banqueiros contam suas moedas e os camponeses aram atrás de plácidos bois em algum outro lugar. O caos num determinado período não cobre todas as pessoas todo o tempo, e, embora seu efeito seja cumulativo, o declínio que provoca exige algum tempo até ser percebido.

Em Coucy, homens e mulheres caçavam e levavam no punho um falcão favorito, com a cabeça coberta, por toda parte aonde iam, dentro e fora de casa — para a igreja, o tribunal, as refeições. Por vezes, enormes tortas eram servidas, das quais saíam pássaros vivos para ser caçados pelos falcões, soltos na sala do banquete. No torreão do castelo, onde flutuava a bandeira do senhor, um vigia ficava com uma trombeta que soava à aproximação de estranhos, e também à hora da alvorada, depois da qual eram cantadas as matinas pelo capelão, seguidas de missa na capela. À noite, menestrelis tocavam alaúdes e harpas, flautas, gaitas-de-fole, trombetas, tambores e címbalos. No florescimento da música como arte secular, no século XIV, nada menos de 36 instrumentos diferentes estavam sendo usados. Se nenhum concerto ou espetáculo estava programado para depois da refeição da noite, os presentes entretinham-se mutuamente com canções e conversas, histórias sobre a caçada do dia, “adivinhas graciosas” sobre as convenções do amor e jogos verbais. Num desses, os participantes escreviam versos, mais ou menos grosseiros, em pequenos pergaminhos, que eram passados de mão em mão, e, quando lidos em voz alta, revelavam o caráter do leitor.

Nesses serões, os grandes senhores gostavam de preservar o velho costume de iluminar as salas com tochas seguras por criados, e não presas na parede, porque isso lhes satisfazia um sentimento de grandeza. Faziam construir as suas “loucuras”, das quais a mais complicada eram as brincadeiras mecânicas imaginadas pelo conde Robert de Artois no castelo de Hesdin. Estátuas no seu jardim espirravam água sobre visitantes que por elas passavam, ou lhes diziam palavras como papagaios; um alçapão fazia cair os passantes sobre um colchão de penas, embaixo; um quarto, ao ser aberta a porta, inundava-se de chuva, neve ou trovão; canos, sob determi-

nada pressão, “molhavam as senhoras por baixo”. Quando o castelo passou para Filipe de Borgonha, esses aparelhos eram mantidos em bom estado de funcionamento por um artesão residente.²

Na Picardia, e para uma diversão mais geral, a festa do cisne era realizada em julho ou agosto, quando todos os Três Estados se juntavam para caçar cisnes novos, criados nos lagos e canais locais e que ainda não podiam voar. Com o clero à frente, seguido pela nobreza, burguesia e plebe, nessa ordem, todos saíam em barcos, acompanhados de música e luzes. Era proibido matar o que apanhavam. Apenas como um jogo, a caça durava vários dias, entremeada de festas.³

Sendo coletiva, a vida era intensamente social e dependia da etiqueta, e daí a ênfase no comportamento elegante e nas unhas limpas. Lavavam-se muito as mãos antes e depois das refeições, apesar de serem usadas facas e colheres, e os garfos, embora raros, não serem desconhecidos.⁴ Uma bacia individual era levada para o senhor, e um lavatório ficava na entrada da sala do banquete, onde várias pessoas ao mesmo tempo podiam lavar as mãos numa série de pequenos jatos d'água e secá-las numa toalha. Para os banhos do senhor e a da senhora, que eram freqüentes, a água tépida era levada, numa bacia de madeira, para o quarto; o banhista sentava-se nela ou, no caso de um ilustre cavalheiro, banhava-se numa tina em seu jardim e parecia muito satisfeito sob os cuidados carinhosos de três mulheres. Para os residentes de menor importância, havia banheiros comuns, em geral perto das cozinhas.

Todos tinham o hábito de fazer duas refeições diárias, com o almoço às dez da manhã e o jantar ao anoitecer. O desjejum era desconhecido, exceto, talvez, por um pedaço de pão seco e um copo de vinho, e mesmo isso era um luxo. As roupas suntuosas não puderam ser eliminadas, apesar das sempre renovadas leis do luxo, que tentaram, repetida e especialmente, acabar com os sapatos pontudos. Mesmo quando cheias na ponta, para que se encurvassem, ou atadas ao joelho com correntes de ouro e prata, as *poulaines* provocavam um andar pouco natural que era ridículo e suscitava acusações de decadência. Mesmo assim, a classe alta continuou gostando dessa frivolidade, que se tornava cada vez mais elegante, feita por vezes de veludo com pérolas ou couro estampado de ouro, ou que era usada em cores diferentes em cada pé. As capas das damas para a caça eram ornamentadas de guizos, que também pendiam dos cintos, item importante do vestuário, devido ao abundante equipamento que carregavam: bolsa, chaves, livro de orações, rosário, relicário, luvas, sachês-perfumados, tesouras e uma caixinha de costura. Camisetas e calças longas de linho fino eram usadas; no inverno eram comuns as peles. No enxoval da infeliz Blanche de Bourbon, que imprudentemente casou-se com Pedro, o Cruel, foram usadas 11.794 peles de esquilos, a maioria importadas da Escandinávia.⁵

Na igreja, os nobres com freqüência se retiravam mal terminava a missa, “sem mesmo dizer um padre-nosso lá dentro”. Outros, mais devotos, levavam altares portáteis quando viajavam e davam esmolas fixadas pelos seus confessores como

penitência, embora tais esmolos representassem, no todo, muito menos do que gastavam com roupas ou caçadas. Devotos ou não, todos tinham e portavam Livros de Horas, o objeto religioso da moda para o nobre do século XIV. Feitos sob encomenda, com orações pessoais entremeadas com as devoções cotidianas e os salmos penitenciais, os livros eram maravilhosamente ilustrados, e não apenas com histórias da Bíblia e vidas dos santos. Nas margens, cheias de desenhos burlescos, toda a fantasia, sátira e sentimento cômico da Idade Média se manifestavam. Bufões e diabos se contorciam em meio a vinhas em flores, coelhos lutavam com soldados, cães ensinados mostravam sua habilidades, os textos sagrados se misturavam com fantásticas criaturas de rabo comprido, monges de traseiros à mostra subiam em torres, cabeças tonsuradas apareciam em corpos de dragões. Padres de pés de bo-de, macacos, menestrelis, flores, pássaros, castelos, demônios da luxúria e animais imaginários misturavam-se naquelas páginas em bizarra companhia com a santidade da oração.

Freqüentemente, o sagrado e o profano combinavam-se nas manifestações religiosas. Quando a missa era celebrada para governantes, queixou-se um bispo, eles realizavam audiências ao mesmo tempo, "ocupando-se de outras coisas e não dando atenção ao serviço, nem dizendo suas orações".⁶ O sacramento da Eucaristia, celebrado na missa, no qual o comungante, partilhando do corpo e sangue de Cristo, supostamente partilha também do sacrifício redentor da cruz e da graça salvadora de Deus, era o rito central do cristianismo e condição preliminar da salvação. Obscurecido pela metafísica da transubstanciação, era pouco compreendido pelo leigo comum, exceto os poderes mágicos que se atribuíam à hóstia consagrada. Esta, colocada nas folhas de couve na horta, afastava os insetos, e, num certo caso, colocada numa colméia para controlar um enxame, fez com que as piedosas abelhas construíssem em torno dela uma capela completa, feita de cera, com janelas, arcos, campanário e altar, no qual as abelhas colocaram o sagrado fragmento.⁷

Mesmo assim, a comunhão e a confissão, que deveriam ser realizadas todos os domingos e dias santos, eram em geral praticadas apenas uma vez por ano, na Páscoa, quando muito.⁸ Um cavaleiro simples, quando lhe perguntaram por que não ia à missa, tão importante para a salvação de sua alma, respondeu: "Eu não sabia disso. Pensei que os padres celebravam a missa pela oferta em si." No Norte da França, calculou-se que cerca de 10% da população eram constituídos de devotos, 10% de negligentes e o resto oscilava entre a observação regular e irregular dos preceitos religiosos.¹⁰

No momento da morte, porém, era preferível não correr riscos: confessavam, faziam devoluções, deixavam dinheiro para orações perpétuas pela sua alma e com freqüência privavam as suas famílias da herança, deixando-a para santuários, capelas, conventos, ermidas e pagamento de peregrinação por procuração.

O rei Carlos, segundo sua biógrafa e admiradora Cristina de Pisan, filha de Tomás, o astrólogo, era um devoto zeloso.¹¹ Fazia o sinal-da-cruz logo que acordava e dizia suas primeiras palavras do dia a Deus, em orações. Ao ser penteado e vestido, tirava o rosário, recitava as horas canônicas com seu capelão, celebrava missa

solene em sua capela às oito da manhã, com “cantos melodiosos”, e a missa simples depois, em seu oratório privado. Em seguida, concedia audiência “a toda sorte de pessoas: ricos, pobres, damas, senhoritas, viúvas e outros”. Em dias fixos, ele presidia os assuntos de Estado no Conselho. Vivia conscienciosamente com “majestosa regularidade” para mostrar que a dignidade da coroa devia ser mantida pela ordem solene. Após o almoço ao meio-dia, ouvia os menestrels tocarem músicas suaves “para alegrar o espírito” e depois, por duas horas, recebia embaixadores, príncipes e cavaleiros, por vezes uma multidão tão grande que “em seus grandes salões as pessoas mal se podiam virar”. Ouvia relatórios de batalhas e aventuras e notícias de outros países, assinava cartas e documentos, distribuía tarefas, dava e recebia presentes. Depois de descansar uma hora, passava algum tempo com a rainha e os filhos — um filho e herdeiro nascera em 1368, e posteriormente mais um filho e duas filhas —, visitava seus jardins no verão, lia e estudava no inverno, conversava com seus íntimos até a hora do jantar e retirava-se depois das diversões da noite. Jejuava uma vez por semana e lia a Bíblia inteira a cada ano.

Quem quer que tenha sido seu verdadeiro pai, Carlos herdara integralmente a paixão dos Valois pelas aquisições e pelo luxo. Já tinha reconstruído Vincennes para ser um palácio de verão e logo viria a construir ou adquirir mais três ou quatro. Empregou o famoso cozinheiro Taillevent, que preparava cisnes e faisões assados, reconstituídos com todas as penas e os bicos dourados, com os pés descansando numa paisagem adequada, feita de açúcar e massa pintada.¹² Colecionava objetos preciosos e relicários revestidos de pedras para guardar o pedaço da vara de Moisés, o alto da cabeça de João Batista, um frasco do leite da Virgem, as roupas do Cristo bebê e pedaços de vários instrumentos da crucificação, inclusive a coroa de espinhos e um fragmento da Cruz Verdadeira, todos em poder da Capela Real. Quando morreu, tinha 47 coroas de ouro e pedras preciosas¹³ e 63 jogos completos de paramentos de capela, inclusive vestes, peças do altar, livros litúrgicos, cálices e crucifixos de ouro.

Com trinta anos em 1368, dois anos mais velho do que Enguerrand de Coucy, o rei era pálido, magro e grave, com um nariz comprido e sinuoso, olhar penetrante, lábios finos e apertados, cabelo seco e sentimentos cuidadosamente controlados. Aprendera, numa dura escola, a guardar para si mesmo os seus pensamentos, razão pela qual era acusado de ser sutil e reservado. Estava curado das severas dores de cabeça, de dentes, da dispepsia e outras doenças que o afligiram durante sua regência, mas ainda sofria de uma — talvez a gota — na mão ou braço direito, e de uma misteriosa fístula e abscesso no braço esquerdo, provavelmente tuberculose, mas que se acreditava resultar da tentativa feita por Carlos de Navarra, em 1358, de envenená-lo. Um sábio médico de Praga, que lhe foi mandado por seu tio, o imperador, tratou do veneno, mas disse-lhe que, se o abscesso deixasse de purgar, ele morreria dentro de 15 dias, prazo em que poderia pôr em ordem seus negócios e preparar a alma. Não é de surpreender que o rei vivesse com um sentimento de pressa.¹⁴

Como homem de espírito indagador, interessado na causa e efeito, na filosofia,

ciência e literatura, ele formou uma das grandes bibliotecas de sua época, instalada no Louvre, onde mantinha uma segunda residência. Suas salas eram revestidas de cipreste entalhado e decorado, janelas de vitrais eram protegidas por telas de ferro contra “pássaros e outros animais”, e uma lâmpada de prata permanecia acesa durante toda a noite, para que o rei pudesse ler a qualquer momento. Não se preocupava apenas com o conhecimento em si, mas também com sua divulgação. Encomendou a Nicole d’Oresme, um erudito conselheiro de espírito avançado e científico, uma explicação da teoria da moeda estável em linguagem simples; foi esse tipo de estadismo que lhe deu o cognome de Carlos, o Sábio. Encomendou traduções para o francês de Lívio, Aristóteles e da *Cidade de Deus*, de Agostinho, “para a utilidade pública do reino e toda a cristandade”, e possuía muitos outros clássicos, obras dos pais da Igreja e tratados científicos árabes em tradução francesa. A biblioteca era eclética, indo de Euclides, Ovídio, Sêneca e Josefo a John de Salisbury, o *Roman de la Rose*, e um livro de sucesso na época, as *Travels*; de sir John Mandeville. Tinha as várias enciclopédias de conhecimento universal do século XIII, uma coleção de obras sobre as cruzadas, e sobre astrologia e astronomia, 47 romances arturianos e outros, códigos, comentários e gramáticas, obras de filosofia, teologia, poesia contemporânea e sátira — ao todo, segundo um inventário de 1373, mais de mil volumes, que acabaram constituindo o núcleo inicial da biblioteca nacional da França. Quando criticado por passar tempo demais com os livros e secretários, Carlos respondeu: “Enquanto o conhecimento for reverenciado neste país, ele prosperará.”¹⁵

Todos os seus três irmãos sofriam da mania da aquisição compulsiva: Luís d’Anjou, o mais velho dos três, queria dinheiro e um reino; João de Berry, arte; Filipe de Borgonha, poder. Alto, robusto e louro como o pai, Anjou era teimoso, vaidoso e impulsionado por uma ambição insaciável. Berry, sensual e amante do prazer, era o supremo colecionador, cujo rosto quadrado e comum, com um nariz achatado, e o corpo pesado combinavam mal com seu amor pela arte. Filipe de Borgonha tinha as grosseiras e pesadas feições de Berry, mas era mais inteligente e dono de um orgulho intenso. Cada um deles colocava seus interesses pessoais acima do reino, eram dados ao consumo ostensivo para aumentar e demonstrar seu prestígio, e cada um deles propiciaria, pela sua proteção, o aparecimento de obras de arte insuperáveis em seus gêneros: a série de tapeçarias sobre o Apocalipse feitas para Anjou, o *Très Riches Heures* e *Belles Heures*, ilustrados para Berry pelos irmãos Limbourg, e as estátuas do Poço de Moisés e as Carpideiras esculpidas por Claus Sluter para Borgonha.

Nunca a magnificência principesca mostrou-se de forma mais evidente do que em duas ocasiões em 1368-69, das quais participou Coucy. Seu cunhado Lionel, duque de Clarence, viúvo e pai aos 29 anos, passou por Paris em abril de 1368, a caminho de Milão, para casar-se com Violante Visconti, a filha de 13 anos de Galeazzo.* Acompanhado por uma comitiva de 457 pessoas e 1.280 cavalos (talvez os

* Seu nome era Giovanni ou Gian Galeazzo, mas a forma abreviada é usada para distingui-lo do filho, Gian Galeazzo, o Moço.

extras fossem para presentes), foi alojado numa suíte especialmente decorada para ele no Louvre.¹⁶ Sua irmã, *dame* de Coucy, e Enguerrand foram a Paris encontrá-lo e participar das festas e homenagens, com as quais o rei e seus irmãos cercaram seu ex-inimigo nos dois dias seguintes.¹⁷

Outro hóspede importante foi o primo de Enguerrand e tio da noiva, Amadeu VI de Savóia, chamado o Conde Verde desde a ocasião de sua sagração como cavaleiro, aos 19 anos, quando compareceu a uma série de torneios usando plumas verdes, túnica de seda verde sobre a armadura, cobertas verdes no cavalo, e seguido de 11 cavaleiros todos de verde, cada qual levado à liça por uma dama de verde, que puxava o cavalo de seu campeão por uma corda verde. Em matéria de ostentação, Amadeu não perdia para ninguém. Quando esteve em Paris, onde as lojas exibiam o que tinham de melhor para a ocasião, o Conde Verde fez uma orgia de compras, deixando encomendas de colares de pedras, facas de mesa, sapatos, botas, plumas, esporas e chapéus de palha. Deu ao rei uma “capela” de rubis e pérolas grandes, que custou mil florins, e deu três francos de ouro a Guilhaume de Machaut por um romance que lhe foi ofertado pelo poeta. Levou para a mulher quatro peças de tecido de Reims que custaram 60 francos e uma *jaquette* forrada com 1.200 peles de esquilo.¹⁸

Almoços e jantares, bailes e jogos em St. Pol e no Louvre preencheram a visita de Clarence, inclusive um requintado banquete que custou ao duque de Borgonha 1.556 libras. Foram servidas todas as espécies de caça, peixe e aves então existentes nas matas e rios, bem como carnes domésticas especialmente engordadas para a mesa. Quarenta tipos de peixe e trinta diferentes assados estão incluídos entre as receitas da época. Quando Clarence partiu, o rei presenteou-o, e a sua comitiva, com objetos avaliados em “20 mil” florins, parte de uma rotina que, além de evidenciar a condição do doador, era útil para o presenteado, que podia transformar os presentes em dinheiro, empenhando-os.

O auge da ostentação esperava em Milão. Ter comprado uma filha do rei da França para o seu filho, e agora um filho do rei da Inglaterra para a sua filha, era um duplo triunfo para Galeazzo Visconti, e mais uma maravilha na notoriedade das Víboras de Milão, como eram chamados pelo emblema da família, com uma serpente engolindo uma figura humana que luta, supostamente um sarraceno. Dois Viscontis governavam em conjunto na Lombardia — Galeazzo e seu irmão ainda mais terrível, Bernabò. Assassinato, crueldade, avareza, governo eficiente alternado com despotismo selvagem, respeito pelo conhecimento e estímulos às artes, e uma luxúria que chegava à mania sexual caracterizavam a família. Lucchino, antecessor imediato, tinha sido morto pela mulher, que, depois de uma orgia notável num barco fluvial durante a qual ela recebeu vários amantes ao mesmo tempo, inclusive o doge de Veneza e seu próprio sobrinho Galeazzo, resolveu eliminar o marido antes que ele a eliminasse. As orgias de Matteo, o irmão mais velho de Bernabò e Galeazzo, eram tais que ele pôs em risco o regime e foi eliminado pelos irmãos em 1355, um ano depois de sua ascensão, “morrendo como um cão, sem confissão”.¹⁹

A guerra contra o papado, de quem tomaram Bolonha e outros feudos da Santa Sé, era a principal atividade dos Visconti. Quando excomungado pelo papa no curso da guerra, Bernabò obrigou o legado que lhe levou a bula de excomunhão a comê-la, inclusive os cordões de seda e os selos de chumbo. Diz-se que mandou queimar quatro freiras e fez assar vivo um monge agostiniano numa gaiola de ferro, por motivos desconhecidos, a não ser a maldade contra a Igreja.

Ávido, esperto, cruel e feroz, dado a ataques de raiva e mau humor, Bernabò era o epítome do aristocrata sem peias. Se algum dos seus quinhentos cães de caça não se encontrava em boas condições, mandava enforcar os guardadores, bem como todos os mateiros. A *Quaresima*, um programa de torturas de quarenta dias atribuído a Bernabò e a seu irmão, supostamente lançada como um edito quando subiram ao poder, era um catálogo tão minucioso que nos faz supor que visasse antes a atemorizar do que a um uso prático. Com o estrapado, a roda, o cavalete, o esfolamento, o arrancamento de olhos, o corte de apêndices faciais e membros um a um, e um dia de tortura alternado com um dia de descanso, o programa devia terminar com a morte para os “traidores” e inimigos condenados.

Em seus hábitos pessoais, Bernabò era dedicado “em proporções espantosas ao vício da luxúria, de modo que sua casa mais parecia o harém de um sultão do que a residência de um príncipe cristão”. Teve 17 filhos de sua mulher, Regina, a única pessoa que podia aproximar-se dele em seus momentos de loucura, e um número maior de filhos ilegítimos, com várias amantes. Quando Bernabò passava a cavalo pelas ruas, todos os cidadãos eram obrigados a dobrar o joelho; dizia freqüentemente ser Deus na Terra, papa e imperador em seus domínios.

Bernabò governava Milão, seu irmão Galeazzo, a velha cidade de Pavia, a 30 km. Mais de cem torres, escurecendo as estreitas ruas de Pavia, testemunhavam a luta incessante entre as cidades italianas. O grande castelo quadrado de Galeazzo, concluído em 1365, foi construído na muralha norte da cidade, dominando jardins e um campo cheio de frutas.³¹ Chamado pelo cronista Corio, com orgulho patriótico, de “primeiro palácio do universo” e por um admirador posterior de “a mais bela residência da Europa”, era de tijolos rosa-avermelhados, feitos com a argila da Lombardia, e orgulhava-se de suas cem janelas, que cercavam um magnífico pátio.³¹ Petrarca, que durante oito anos foi um ornamento na corte de Visconti, descreveu sua coroa de torres “erguendo-se até às nuvens”, onde “numa direção se podia ver o pico coberto de neve dos Alpes e, na outra, os Apeninos cobertos de bosques”.²² Num balcão que dava para o fosso, a família podia almoçar no verão, refrescada pela vista da água, dos jardins e do parque-floresta, de caça abundante.

Tirano menos melodramático do que seu irmão, Galeazzo tinha hábitos pessoais sóbrios e era dedicado à esposa, a “boa e gentil” Blanche de Savóia. Usava longos cabelos vermelho-dourados, em cachos ou soltos, ou “por vezes caídos sobre os ombros numa rede de seda ou grinalda com flores”; sofria atrozmente da gota — “a doença dos ricos”, como era chamada pelo conde de Flandres, que também dela sofria.

O casamento de Lionel da Inglaterra com Violante Visconti foi realizado em

Milão, principal cidade da Lombardia e rival interiorana de Veneza e Gênova.²³ Como centro do comércio sob os Alpes, ela dominava há mil anos o Norte da Itália. Suas maravilhas, registradas por um frade do século anterior, incluíam seis mil chafarizes para beber água, trezentos fornos públicos, dez hospitais, dos quais o maior acomodava mil pacientes, dois para cada cama, 1.500 jurisconsultos, quarenta copistas de documentos, dez mil monges de todas as ordens e cem armeiros, que fabricavam a famosa armadura milanesa. Em meados do século XIV, ela sofria do hábito geral de lamentar a decadência em comparação com os bons e simples tempos antigos. Os homens eram censurados pelas modas extravagantes, sobretudo se estrangeiras — roupas justas, “ao estilo espanhol”, esporas monstruosas como as dos tártaros, enfeites com pérolas, ao modo francês. As mulheres eram criticadas por frisar os cabelos e pelos vestidos que deixavam os seios à mostra. Ao que se dizia, Milão tinha tantas prostitutas que Bernabò as tributou para obter rendas a fim de manter as muralhas da cidade.

Ao chegar a Milão, Lionel foi acompanhado, além de seu próprio séquito, por 1.500 mercenários da Companhia Branca, que se tinham transferido do serviço do papa para o de Visconti. Oitenta damas vestidas com roupas iguais — era o costume, para ressaltar a pompa das grandes ocasiões —, de vestidos escarlate bordados de ouro, com mangas brancas e cintos dourados, e sessenta cavaleiros montados e escudeiros, também usando a mesma roupa, faziam parte do séquito de Galeazzo, para saudá-lo. Além de um dote para a sua filha, tão grande que foram necessários dois anos para negociá-lo, Galeazzo pagou despesas de 10 mil florins mensais, durante cinco meses e meio, para o noivo e sua comitiva.

O estupendo banquete de casamento, realizado ao ar livre em junho, deixou a todos embevecidos.²⁴ Seu propósito óbvio era testemunhar “a largueza do duque Galeas, a grande satisfação que tinha com esse casamento e a abundância de seus cofres”. Trinta pratos duplos de carne e peixe alternavam com a apresentação de presentes depois de cada prato. Sob a direção do irmão da noiva, Gian Galeazzo, o Moço, então com 17 anos e pai de uma filha de dois anos, os presentes foram distribuídos entre a comitiva de Lionel, segundo a posição. Consistiam de custosas cotas de armas, elmos de plumas e brasão, armaduras para cavalos, capas bordadas com gemas, galgos com coleiras de veludo, falcões com guizos de prata, garrafas esmaltadas dos mais escolhidos vinhos, roupas purpúreas e douradas, mantos enfeitados de arminho e pérolas, 76 cavalos, inclusive seis belos pequenos palafrêns cobertos de veludo verde com borlas carmesins, seis grandes cavalos de batalha em veludo carmesim com rosetas douradas, e dois outros de qualidade extra, chamados Leão e Abade; também seis ferozes e fortes *alaunts*, ou cães de guerra, por vezes usados com caldeirões de breu em chama atados às costas, e 12 esplêndidos bois gordos.

As carnes e peixes, todos dourados,* eram acompanhados de leitões com ca-

* Com uma pasta de gema de ovo em pó e farinhas, por vezes misturada com pó de ouro real.

ranguejos, lebres com lúcios, um bezerro inteiro com truta, codornizes e pombos com mais trutas, patos e garças com carpas, carne de boi e frangos castrados com estruções, vitelo e frangos castrados com carpas em molho de limão, tortas de carne de boi e queijo com tortas de enguias, geléia de carne com geléia de peixe, galantinas de carne com lampreias, e, entre os outros pratos, cabrito assado, veado, pavões com couve, feijões verdes e língua em conserva, doces e queijos, cerejas e outras frutas. A comida que sobrou e foi retirada da mesa, e que os criados habitualmente comiam, era bastante, ao que se disse, para mil homens. Entre os que participaram da festa estavam Petrarca, convidado importante, numa mesa alta, e Froissart e Chaucer, entre os menos importantes, embora seja duvidoso que os dois jovens desconhecidos tenham sido apresentados ao famoso laureado italiano.

Nunca a Roda da Fortuna desceu com tamanho estrépito; nunca foi a vaidade tão castigada. Quatro meses depois, quando ainda na Itália, o duque de Clarence morreu de uma "febre" não diagnosticada, o que naturalmente provocou acusações de envenenamento, embora, como destruiu a influente aliança que Galeazzo tinha formado com tanta despesa, o mais provável é que a causa tenha sido o efeito retardado de todas aquelas comidas douradas no calor do verão da Lombardia. A sorte de Violante não foi melhor. Casou-se em seguida com um sádico semilouco, o marquês de Montferrat, de 17 anos, que era dado a estrangular criados masculinos com as próprias mãos. Depois de sua morte violenta, ela casou-se com um primo-irmão, um dos filhos de Bernabò, que teve fim violento nas mãos do irmão dela. Violante morreu com 31 anos, viúva três vezes.

Doze meses depois do casamento de Visconti, Enguerrand de Coucy foi, como enviado do rei, a um casamento de maior significação política e não menor esplendor. Carlos V adiantara-se ao rei da Inglaterra na conquista, para seu irmão Filipe de Borgonha, da mesma herdeira que o rei Eduardo queria para seu filho Edmundo. Era Margarida de Flandres, filha e herdeira de Luís de Male, conde de Flandres, aquele que certa vez fugiu de um casamento com Isabel. Eduardo vinha negociando o casamento com essa dama de grandes previsões havia cinco anos, a ponto de prometer Calais e 170 mil libras ao seu pai.²⁵ Mas como os noivos eram parentes com quarto grau de consangüinidade, o que dificilmente não acontecia entre duas pessoas de sangue real na Europa, tornava-se necessária a dispensa pontifical. Disposto a manter separados Inglaterra e Flandres, Carlos explorou a utilidade de um papa francês, Urbano V, que recusou a dispensa para Edmundo e Margarida, e, depois de um intervalo decente, concedeu-a a Filipe e Margarida, que tinham o mesmo grau de parentesco. A união da Borgonha com Flandres, um grande sucesso para a França, encerrava a semente de um nascimento monstruoso, pois criava um Estado que se voltaria contra o pai, e no século seguinte daria à Inglaterra uma vingança, na fase mais sombria da guerra.

Para satisfazer a paixão que Margarida tinha por jóias, o duque de Borgonha mandou vasculhar a Europa em busca de diamantes, rubis e esmeraldas, e com-

prou, como a melhor peça da coleção, um colar de pérolas de Enguerrand de Coucy, por 11 mil libras.²⁶

Três enormes arcas com objetos preciosos precederam a chegada de Filipe a Gand para o casamento. Com presentes e festas para nobres e burgueses, desfiles e torneios, acompanhando e recebendo convidados na fronteira, e librés feitas especialmente para a ocasião, o duque empenhou-se em conquistar e impressionar os flamengos. A ostentação era, para Filipe, política, parte do processo de criação de um estado pelo prestígio. Ele próprio estava sempre luxuosamente vestido, usando um chapéu de plumas de avestruz, faisão e “pássaro da Índia”, outro de fitas de ouro e damasco importadas da Itália. Homem de temperamento enérgico, passava dias inteiros caçando e por vezes dormia ao ar livre na floresta, jogava tênis vigorosamente, e foi o mais incansável viajante da época, indo de lugar para lugar com uma frequência que chegou a cem vezes por ano. Muitas de suas viagens foram de peregrinação, com um relicário portátil e um rosário acompanhando-o por toda parte. Comparecia à missa quase que com a mesma assiduidade do rei; meditava sozinho, como o rei, num oratório particular e não deixava de fazer oferendas religiosas bem visíveis. Depois de seu casamento, presenteou a estátua da Virgem, da Catedral de Tournai, com um vestido e um manto de ouro forrado de esquilos da Rússia, brilhantemente bordado com seu brasão e o de sua mulher.²⁷

Entrando em Gand a cavalo, resplandecente de cores e sinos e montada em cavalos ricamente cobertos, a nobreza reuniu-se para o casamento. “Estava lá, em especial”, escreve Froissart, “o bom *sire* de Coucy, que melhor se apresentou numa festividade e soube, melhor do que qualquer outro, como comportar-se, e para isso o rei o mandou”. Pouco a pouco, forma-se a imagem de uma figura notável, que se destacava, entre seus pares, pela aparência e pelas maneiras.²⁸

As somas que os ricos podiam deitar fora em ocasiões como essas, num período de repetidos desastres, parecem inexplicáveis, não em relação aos motivos, mas aos meios. De onde, em meio à ruína, declínio e menores rendas das propriedades e cidades despovoadas, vinha todo o dinheiro para o luxo? Entre outras coisas, o dinheiro em moeda não era vulnerável à peste como a vida humana: não desaparecia, e, se roubado por bandidos, voltava à circulação. Com a população reduzida, o volume de dinheiro disponível era proporcionalmente maior. Também é provável que, apesar da grande mortalidade provocada pela peste, a capacidade de produzir bens e serviços não estivesse reduzida, porque havia um grande excedente populacional no início do século. Em proporção aos ricos que sobreviveram, bens e serviços podem ter na realidade aumentado.

A ostentação e a pompa eram tradicionalmente hábito dos príncipes e tinham a finalidade de elevar a imagem do governante acima de seus pares e provocar a admiração e respeito do povo. Agora, porém, na segunda metade do século XIV, elas foram levadas a extremos, como para desafiar a maior insegurança da vida. O con-

sumo ostensivo tornou-se um excesso febril, um sudário dourado sobre a Peste Negra, as batalhas perdidas, um desejo desesperado de mostrar-se feliz numa época de crescente infortúnio.

O sentimento de viver numa época de aflição expressava-se na arte com uma ênfase maior no drama e na emoção humanos. A Virgem torna-se mais angustiada na dor pela perda de seu filho morto; no altar de Narbonne, pintado nessa época, ela é vista desmaiada nos braços de seus amigos. Numa outra versão pelo mestre de Rohan, todo o sofrimento desnortado da humanidade é concentrado no rosto do apóstolo João, que, ao sustentar a mãe desmaiada aos pés da cruz, volta os olhos impregnados de dor para Deus, como se perguntasse: "Como pudestes deixar que isto acontecesse?"

Boccaccio sentiu as sombras fecharem-se e passou do *Decameron* bem-humorado, amante da vida, para uma amarga sátira das mulheres em *Il corbaccio* (*O corvo*). Antes, a mulher era o deleite de seus contos iniciais e agora surgia como uma harpia ambiciosa, preocupada apenas com roupas e amantes, pronta a juntar-se na luxúria com criados ou etíopes negros. Depois de *O corvo*, ele escolheu outro tema desalentador, a queda da fortuna das grandes figuras históricas, que, devido ao orgulho e à insensatez, foram reduzidas do esplendor e felicidade à miséria.

"São esses os tempos, meu amigo, a que chegamos", concordou Petrarca em carta a Boccaccio, de 1366. A Terra, escreveu ele, "talvez esteja despovoada de homens autênticos, mas nunca esteve tão cheia de vícios e de criaturas do vício".²⁹

O pessimismo era um tom normal na Idade Média, porque se achava que o homem nascia condenado e precisava da salvação, mas tornou-se mais generalizado, e a especulação sobre o advento do anticristo passou a ser mais intensa, na segunda metade do século. Havia *speculatores* ou observadores que, como se acreditava, vigiavam os sinais anunciadores da chegada das "últimas coisas". O fim era aguardado ao mesmo tempo com medo e com esperança, pois o anticristo seria finalmente derrotado no Armagedon, introduzindo o reinado de Cristo e uma nova era.

CAPÍTULO 12

Dupla fidelidade

UANDO OS ACONTECIMENTOS começaram a evoluir para o reinício da guerra entre França e Inglaterra, Enguerrand viu-se, devido ao seu casamento inglês, colhido nas pontas de uma dupla fidelidade. Não podia pegar em armas contra o sogro, a quem devia vassalagem pelas terras inglesas, nem, por outro lado, lutar contra seu suserano natural, o rei da França.

O rei Carlos estava fazendo forte pressão quanto à questão da soberania suscitada pelos senhores gascões. Empenhando-se em preparar uma minuciosa justificativa para a retomada das hostilidades, o rei solicitou pareceres jurídicos de eminentes juristas das universidades de Bolonha, Montpellier, Toulouse e Orléans, que, como era de esperar, deram respostas favoráveis.¹ Apoiando-se na lei, Carlos convocou o Príncipe Negro a Paris, para responder às queixas feitas contra ele. “Olhando ferozmente” os mensageiros, o príncipe respondeu, como convinha, que teria prazer em ir, “mas asseguro-lhes que será com o elmo em nossa cabeça e sessenta mil homens em nossa companhia”. Por isso, Carlos considerou-o como um vassalo desleal, revogou o Tratado de Brétigny e declarou guerra a partir de maio de 1369.

Com a evolução dos acontecimentos, os senhores que tinham terras de ambos os reis “ficaram seriamente perturbados em suas mentes [...] e sobretudo o senhor de Coucy, pois a situação o atingia muito”.² Na terrível circunstância de dever fidelidade a dois senhores que se guerreavam mutuamente, o vassalo, segundo Bonet, devia prestar seu serviço militar ao senhor de seu primeiro juramento e mandar um substituto para lutar pelo outro — solução engenhosa, mas cara.³ Coucy não podia ser forçado pelo rei Eduardo a lutar contra seu senhor natural, mas era bastante claro que, se lutasse pela França, suas grandes propriedades como conde de Bedford, e possivelmente também as de Isabel, seriam confiscadas.

Seu primeiro plano foi partir em busca de uma herança Habsburgo de sua mãe,

do outro lado do Jura, na parte suíça da Alsácia, e que seus primos Alberto III e Leopoldo III, duques da Áustria, não lhe queriam entregar.⁴ Embora a pretensão de Coucy tenha sido contestada e as circunstâncias sejam confusas, ele próprio não tinha, é claro, dúvidas quanto ao seu direito. Seu selo de 1369 traz um escudo esquartelado, com as armas da Áustria, do mesmo modo que Eduardo esquartelara suas armas com as da França para representar sua pretensão à coroa francesa.⁵ Sem rosto e mal chegando a cinco centímetros de altura, a pequena figura no selo expressa, com sua posição pouco comum, a mesma altivez do lema de Coucy. Ao contrário do selo típico de nobre, de um cavaleiro galopando com uma espada levantada, a figura de Coucy está de pé, ereta, numa cota de malha com o visor fechado, austera e firme, segurando com a mão direita uma lança plantada no chão, e com a esquerda, o escudo. Essa figura de pé, raramente usada, significava regência ou descendência real, e na época de Coucy existia nas armas dos duques de Anjou, Berry e Bourbon. De uma maneira ou de outra, por vezes com um penacho de plumas descendo sobre os ombros, a figura de pé, imóvel, continuou nos selos de Coucy durante toda a sua vida.

Com um pequeno grupo de cavaleiros e uma força mista de soldados da Picardia, Bretanha e Normandia, Coucy entrou na Alsácia, em território imperial, em setembro de 1369. Mais ou menos nessa época, Isabel voltou para a Inglaterra com suas filhas, fosse para proteger suas rendas ou porque sua mãe estava morrendo em Windsor, ou por ambas as razões. A morte da boa rainha Filipa, em agosto de 1369, teve um resultado histórico, pois fez com que Froissart voltasse à França e a patronos franceses — dos quais Coucy seria um —, e a um ponto de vista francês na crônica de que se ocupava.

Na Alsácia, Coucy tinha contratado a ajuda do conde de Montbéliard contra os duques Habsburgo, ao preço de 21 mil francos.⁶ Num manifesto às cidades de Estrasburgo e Colmar, ele negou qualquer intenção hostil contra elas e explicou o caso de sua herança.⁷ A partir de então as informações diminuem e só se sabe ao certo que o projeto abortou. Segundo alguns, os duques da Áustria recrutaram um poderoso inimigo de Montbéliard para imobilizar suas forças; segundo outros, Coucy foi chamado por uma mensagem urgente de Carlos V, a 30 de setembro, exigindo seus serviços na guerra contra a Inglaterra. Forçado a uma decisão, é evidente que ele conseguiu apresentar ao rei argumentos aceitáveis para justificar sua neutralidade, pois a essa altura desaparece de cena, e nos dois anos seguintes sua história é um vazio, exceto por uma única referência.

Essa referência o coloca em Praga, onde datou um documento jurídico de 14 de janeiro de 1370, dotando com uma anuidade de 40 marcos esterlinos, prove-nientes de suas rendas inglesas, o seu senescal, o cônego de Robersart.⁸ A viagem a Praga teria sido uma tentativa natural de fazer com que o imperador usasse sua influência sobre os Habsburgos em favor de sua herança. Froissart diria mais tarde que Coucy reivindicou “várias vezes” os seus direitos junto ao imperador, que lhes reconheceu a justiça, mas declarou-se incapaz de “pressionar os da Áustria, pois eram fortes em seu país com muitos bons soldados”.

Depois de uma lacuna de 22 meses no documentos, a informação seguinte coloca Coucy na Savóia, onde, a partir de novembro de 1371, se empenhou ativamente, com seu primo, o Conde Verde, contra a série inesgotável de adversários daquele nobre. Em 1372-73, os dois lutaram juntos na Itália, a serviço do papa, contra os Viscontis.

Desde a queda do Império Romano, o poder central se enfraquecera na Itália, deixando uma terra de rica cultura em caos político. Suas cidades vicejavam na arte e no comércio; sua agricultura mostrou maior capacidade do que em outros lugares; seus banqueiros acumularam capital e monopolizaram as finanças na Europa, mas a incessante luta de facções e a lacerante luta pelo controle entre o papado e o império, guelfos e gibelinos, levou o país à era dos déspotas, devido ao anseio de ordem. As cidades-estados, outrora mães da autonomia republicana, sucumbiram aos Can Grandes, Malatestas, Viscontis, que governavam não pelo direito, mas pela força. Servil ante os tiranos — exceto em Veneza, que manteve sua oligarquia independente, e Florença, que guardou a sua *Signoria* —, a Itália foi comparada por Dante a um escravo e a um bordel. Nenhum povo falava mais sobre unidade e nação, e as tinha em menor grau, do que os italianos.

Como resultado parcial dessas condições, os *condottieri* estrangeiros encontraram uma base fácil na Itália. Livres de qualquer fidelidade, servindo antes pelo ganho do que por lealdade, eles alimentavam as guerras para delas obter vantagens e as prolongavam o quanto podiam, enquanto a população indefesa sofria os seus efeitos. Comerciantes e peregrinos tinham de contratar escoltas armadas. As portas das cidades eram fechadas à noite. O prior de um mosteiro perto de Siena transferia seus bens duas ou três vezes por ano, para a cidade murada, “com medo dessas companhias”. Um comerciante de Florença, passando por uma aldeia montanhosa ocupada por esses bandidos, foi atacado, e, embora gritasse pedindo auxílio e toda a aldeia o ouvisse, ninguém ousou ir em sua ajuda.⁹

Mesmo, porém, quando as estradas estão sem leis e os assaltos são freqüentes, a vida normal tem a persistência do crescimento das ervas daninhas. As grandes repúblicas marítimas de Veneza e Gênova ainda levavam para a Europa carregamentos do Oriente, a rede bancária e creditícia italiana ainda fervilhava de negócios invisíveis, os tecelões de Florença, os armeiros de Milão, os sopradores de vidro de Veneza e os artesãos da Toscana ainda continuavam com os seus ofícios, sob os mesmos telhados vermelhos.

Em meados do século XIV, o fato político central da Itália era o esforço desesperado que o papado de Avignon fazia para manter o controle de sua base temporal nos Estados Pontificais. Governar essa grande faixa do meio da Itália de fora do país era, na verdade, impossível. O custo dessa tentativa foi uma série de guerras ferozes, sangue e massacre, tributação opressiva, governantes estrangeiros odiados pelo povo e uma hostilidade sempre crescente ao papado, dentro do país que o vira nascer.

Inevitavelmente, a tentativa de reconquistar os Estados Pontificais colidiu com a expansão de Milão sob os Viscontis, que, em 1350, tinham tomado Bolonha, feudo pontifical, e ameaçavam tornar-se o poder dominante na Itália. Quando as forças pontificais conseguiram retomar Bolonha, Bernabò Visconti, num acesso de raiva épico, obrigou um padre a pronunciar um anátema contra o papa, do alto de uma torre. Ele rejeitou totalmente a autoridade papal e ocupou propriedades eclesiásticas, obrigou o arcebispo de Milão a ajoelhar-se à sua frente, proibiu seus súditos de pagar dízimos, pedir perdões ou ter qualquer outra relação com a cúria, recusou-se a aceitar os nomeados pelo papa para cargos religiosos em seu domínio, rasgou e pisou missivas pontificais. Quando ignorou uma convocação para ir a Avignon para ser condenado pelas suas orgias, crueldades e "ódio diabólico" da Igreja, Urbano V excomungou-o como herege em 1363 e, num dos gestos mais inúteis do século, pregou uma cruzada contra ele.¹⁰ Hostis ao papado de Avignon pelo seu mundanismo, rapacidade e sua integração à órbita francesa, os italianos consideravam Urbano como um instrumento francês, e não seguiam a sua orientação.

Nascido Guillaume de Grimoard numa nobre família do Languedoc, Urbano era homem de uma devoção sincera, ex-monge beneditino, que desejava realmente restabelecer a credibilidade da Igreja e reviver o prestígio do papa. Reduziu os benefícios múltiplos, melhorou os padrões de educação dos padres, tomou severas medidas contra a usura, a simonia e o concubinato de sacerdotes, proibiu o uso de sapatos de ponta na cúria e não se fez estimado pelo Colégio dos Cardeais. Não era um deles, mas um simples abade de St. Victor, em Marselha, quando eleito. Sua escolha passou por cima de candidatos de alto coturno, inclusive o ambicioso Talleyrand de Périgord, e foi atribuída apenas à incapacidade dos cardeais em chegar a um acordo para escolher um de seu círculo. O público, porém, considerou essa escolha surpreendente como inspirada por Deus. Segundo Petrarca, desenvolvendo seu tema favorito, apenas o Espírito Santo poderia ter feito com que homens como os cardeais esquecessem seus ciúmes e ambições e abrissem caminho à elevação de um papa que devolveria o papado a Roma.¹¹

Era o que Urbano pretendia fazer, tão logo tivesse firme controle do patrimônio de São Pedro. Entre os devotos de todo o mundo, o desejo de uma volta a Roma era expressão do desejo de purificação da Igreja. Se o papa partilhava desse sentimento, também reconhecia que a volta era apenas o meio de controlar a base temporal, e compreendia a necessidade de acabar com o que o resto da Europa considerava como uma vassalagem francesa. Era claro que, quanto mais tempo o papado permanecesse em Avignon, mais fraca se tornava sua autoridade e menor o seu prestígio na Itália e Inglaterra. Apesar das violentas objeções dos cardeais e da resistência do rei da França, Urbano estava decidido a voltar.¹²

Na Itália, Bernabò não era o único inimigo dos padres. Francesco Ordelaffi, déspota de Forlì, reagiu à excomunhão, mandando queimar na praça do mercado imagens dos cardeais, feitas de palha. Até mesmo Florença, aliada intermitente do papado, devido à necessidade de resistir a Milão, tinha um espírito anticlerical e

antipontifical. O cronista florentino Franco Sacchetti justificou a cruel mutilação de um padre por Ordelaffi, sob a alegação de que ele não fora movido pelo pecado da avareza e que seria bom para a sociedade se todos os padres fossem tratados da mesma maneira.

Havia na Inglaterra uma máxima: "O papa tornou-se francês, e Jesus, inglês." Os ingleses ressentiam-se cada vez mais com o fato de estrangeiros serem nomeados para os cargos eclesiásticos no país, o que representava uma fuga de dinheiro inglês para o exterior. Com seu crescente espírito de independência, já se estavam voltando para uma Igreja da Inglaterra, sem terem consciência disso.

Em abril de 1367, Urbano realizou a grande mudança, partindo de Marselha, apesar dos lamentos dos cardeais, que teriam exclamado: "Ah, papa malvado! Ah, irmão ímpio! Para onde arrastas os teus filhos?!", como se estivessem sendo levados para o exílio e não para longe dele. Relutando em deixar o luxo de Avignon pela insegurança e decadência de Roma, apenas cinco membros do colégio acompanharam inicialmente o papa. A maior parte da enorme estrutura administrativa ficou em Avignon.

A primeira escala de Urbano foi Livorno, onde Giovanni Agnello, o doge de Pisa, um governante "odioso e despótico", foi ao seu encontro escoltado por *sir* John Hawkwood e mil soldados em malhas brilhantes. Ao vê-los, o papa tremeu e recusou-se a desembarcar. Não era um bom presságio para a volta à Cidade Eterna.

O espírito maligno do século XIV dominou o retorno. Só depois de ter reunido um exército temporal e uma imponente escolta de nobres italianos, pôde o Santo Padre entrar na capital da cristandade, então em lamentável estado. Dependendo outrora da grande movimentação da corte pontifical, Roma não tinha um comércio florescente como o de Florença ou Veneza, que a pudesse sustentar. Na ausência do papado, havia mergulhado na pobreza e na desordem crônica; a população diminuiu, passando de mais de cinquenta mil habitantes antes da Peste Negra para vinte mil; os monumentos clássicos, derrubados pelo terremoto ou pelo abandono, eram vandalizados pelas suas pedras; o gado era abrigado em igrejas abandonadas, as ruas estavam cheias de poças de água estagnada e de lixo. Roma não tinha poetas como Dante e Petrarca, nenhum "doutor invencível" como Ockham, nem universidades como Paris e Bolonha, nem florescentes estúdios de pintura e escultura. Abrigava uma notável figura sacra, Brigitta da Suécia, que era bondosa e humilde para com todas as criaturas, mas denunciava apaixonadamente a corrupção do clero.¹³

Por um momento, em 1368, a chegada do imperador à Lombardia, para fazer causa comum com o papa contra os Viscontis, pareceu de bom augúrio. Mas pouco resultou do seu esforço, e as brigas e rivalidades continuaram. Em 1369, o antigo objetivo de união com a Igreja Oriental parecia na iminência de concretizar-se quando o imperador bizantino, João V Paleólogo, foi a Roma para encontrar-se com Urbano, numa magnífica solenidade na catedral de São Pedro. Ele esperava conseguir ajuda ocidental contra os turcos em troca da adesão à Igreja Romana,

mas também esse plano desmoronou quando as igrejas não chegaram a um acordo sobre o ritual.

Perturbado pela renovação da revolta nos Estados Pontificais, ameaçado por uma concentração de tropas de Bernabò na Toscana, derrotado e desiludido, Urbano arrastou-se de volta para Avignon em setembro de 1370. Numa Roma deserta, Brígida da Suécia previu sua morte breve por ter traído a Mãe das Igrejas. Dentro de dois meses ele morreu, como o rei João, de doença não identificada. Talvez ela se chamasse desespero.

Ao eleger um sucessor, os cardeais resolveram agir com prudência, escolhendo um francês de grande família baronial, o ex-cardeal Pierre Roger de Beaufort, que adotou o nome de Gregório XI como papa. Era um sacerdote piedoso e modesto, de 41 anos, afligido por uma doença debilitante que lhe “provocava muita dor”, e, assim, não se esperava que tivesse ânimo para enfrentar os perigos de Roma. Embora sobrinho do soberbo Clemente VI, que o fizera cardeal aos 19 anos, Gregório não tinha os costumes senhoriais de seu tio, nem seu prestígio, nem qualquer força de caráter particularmente evidente. Os cardeais esqueceram-se, porém, de que o cargo supremo tinha, por vezes, um efeito transformador.

Assim que foi entronizado, Gregório, como seu antecessor, sentiu a força do chamado de Roma, tanto nos apelos dos religiosos como na necessidade política de deixar Avignon e reconduzir o papado à sua base natural. Relutante e indeciso por natureza, ele poderia ter preferido uma vida tranqüila, mas como Supremo Pontífice imbuíu-se de um sentimento de missão. Não podia, porém, transferir-se para a Itália enquanto os Estados Pontificais não estivessem seguros contra os Viscontis. Com essa finalidade, Urbano tinha organizado uma Liga Pontifical de várias potências para declarar guerra contra Milão, e que foi herdada por Gregório. Em 1371, quando Bernabò ocupou outros feudos da Santa Sé, a necessidade de ação tornou-se premente.

Naquele mesmo ano, Amadeu de Savóia, o Conde Verde, entrava numa guerra local contra um de seus vassalos no Piemonte, onde seu território confinava com Milão. Estava acompanhado pelo primo Enguerrand de Coucy, a quem nomeou vice-governador do Piemonte.¹⁴

Enguerrand atravessou os Alpes cobertos de neve com uma força de cem lanças, entre novembro e março, no inverno de 1371-72.¹⁵ Embora intransponíveis no inverno no século XX, os passos alpinos eram atravessados em todas as estações pelos viajantes medievais, com a ajuda de montanheseiros de Savóia como guias. A Idade Média temia menos os riscos físicos do que seus descendentes mais afeitos ao conforto. Monges dos abrigos locais e aldeões, isentos de impostos por esse serviço, mantinham indicações dos caminhos e protegiam com grossas cordas as beiradas dos precipícios. Guiavam trens de burros carregados e puxavam os viajantes na *ramasse*, um colchão grosseiro feito de galhos amarrados por uma corda. Os viajantes usavam óculos de neve ou chapéus e capuzes cortados como máscaras sobre o rosto. A comitiva de um cardeal, com uma tropa de 120 cavalos, atravessou os Alpes durante novembro, com os olhos dos cavalos fechados pela neve conge-

lante. Corpos de viajantes vencidos pela tempestade, ou que não tinham conseguido alcançar um abrigo antes da noite, eram regularmente retirados pelos guias, na primavera.

Do seu poleiro transalpino, os condes de Savóia exerciam controle dos passes, com grande eficiência. O Conde Verde, Amadeu VI, era um príncipe empreendedor, de vontade forte. Seu pai e a avó materna de Coucy eram irmãos. Na posição de 17.º de sua dinastia, cunhado da rainha da França, fundador de duas ordens de cavalaria, chefe da cruzada que tinha expulso os turcos de Galipoli em 1365 e recolhido o imperador de Bizâncio em seu trono, Amadeu desprezava os mercenários como “canalhas” e “joões-ninguéns” — mas mesmo assim os contratava. Ocasionalmente, não se furtava a suborná-los para que traissem seus patrões. Para as operações contra o marquês de Saluzzo no Piemonte, em 1371, ele tinha chamado o temido e brutal Anachino Baumgarten, com sua companhia húngaro-germânica de 1.200 lanças, seiscentos *briganti* e trezentos arqueiros. Ante essa ameaça, Saluzzo buscou o apoio de Bernabò Visconti, que lhe mandou reforços.

A essa altura, Coucy entrava no Piemonte como chefe da campanha savoiana. Experimentado na prática tradicional, Coucy, ao que se disse, “arrasou” o território de Saluzzo e mandou pedir mais homens a Amadeu, a fim de melhor destruir a região. Essa tática, destinada a provocar a rendição, teve logo êxito. A conquista de três cidades e o cerco de uma quarta por Coucy provocaram uma contra-ofensiva de Bernabò em favor de seu aliado. Como reação, Amadeu uniu-se à Liga Pontifical contra os Viscontis, para grande mágoa de sua irmã Blanche, casada com Galeazzo Visconti. Em retribuição às mil lanças que Amadeu prometeu colocar no campo de batalha à sua custa, o papa nomeou-o capitão-general das forças da liga, na Lombardia ocidental.

Na luta que se seguiu, os grupos estavam emaranhados numa teia de relações mais importantes para eles mesmos do que para a posteridade. Ligados por casamento, vassalagem ou tratados, de uma maneira ou de outra, os adversários formavam e dissolviam alianças e inimizades como peças de xadrez numa partida gigantesca, o que pode explicar a natureza estranhamente diluída da luta. Além disso, a guerra era condicionada pelo uso de mercenários que, sem qualquer obrigação de fidelidade, trocavam de senhores da noite para o dia com mais facilidade ainda do que os principais interessados. O senhor de Mantua começou como membro da liga e abandonou o papa para juntar-se a Bernabò; *sir* John Hawkwood começou a soldo de Bernabò e abandonou-o para ingressar na liga. O marquês de Montferrat, seriamente sitiado por Galeazzo, casou-se depois com a filha deste, a viúva Violante. Amadeu e Galeazzo, inimigos relutantes unidos por uma devoção comum a Blanche, sentiam-se mais ameaçados por Bernabò do que um pelo outro, e acabaram chegando a um entendimento particular. A guerra a que se dedicou Enguerand de Coucy na Lombardia, nos dois anos seguintes, era um ninho de cobras.

Em Asti, centro da campanha savoiana, Coucy viu-se, em agosto de 1372, frente a *sir* John Hawkwood e sua Companhia Branca, então a soldo dos Viscontis.



ITÁLIA
1360

Cada homem de Hawkwood, como descreve Villani, era servido por um ou dois pajens que mantinham sua armadura muito limpa, de modo que ela “brilhava como um espelho e, com isso, lhes dava uma aparência mais aterrorizante ainda”. Em combate, seus cavalos eram conduzidos pelos pajens, enquanto os soldados batiam-se a pé, numa formação arredondada e compacta, com cada lança, apontada para baixo, carregada por dois homens. “Com passos lentos e terrível gritaria, eles avançaram sobre o inimigo, e era muito difícil romper suas fileiras ou separá-los.” Mas, acrescenta Villani, eles se saíam melhor nas incursões noturnas contra as aldeias do que no combate aberto, e, quando tinham êxito, “devia-se mais à covardia de nossos próprios homens” do que ao valor moral ou à virtude da companhia.¹⁶

Atacado pela gota e sem gosto pelo combate pessoal, Galeazzo tinha mandado seu filho de 21 anos para comandar, nominalmente, o sítio de Asti. Chamado de conde de Vertu, título adquirido pelo seu casamento, ainda na infância, com Isabel de França, Gian Galeazzo era alto e bem-formado, tinha o cabelo avermelhado e a mesma beleza notável do pai; mas eram as suas qualidades intelectuais, mais do que as físicas, que impressionavam a maioria dos observadores. Filho único de pais dedicados, versado na administração do Estado, mas noviço na guerra, o jovem Visconti, pai de três filhos, estava acompanhado de dois guardiães com ordens de seu pai e sua mãe de evitar que ele fosse morto ou aprisionado, o que, segundo eles, “são acontecimentos freqüentes na guerra”.¹⁷ Levando a sério demais essa recomendação, os guardiães proibiram a Hawkwood o ataque frontal que desejava fazer, exasperando-o a ponto de derrubar suas tendas e deixar o acampamento. Em consequência, as tropas de Savóia puderam libertar a cidade. Quando Bernabò reduziu à metade, como castigo, o soldo de Hawkwood, este passou-se para o lado do papa. Pouco depois, Baumgarten, o mercenário a soldo de Savóia, desertou em favor dos Viscontis.

Para os savoianos, a libertação de Asti, embora não constituísse uma vitória militar brilhante, abriu o caminho para a marcha sobre Milão. Gian Galeazzo, voltando sem glória de sua primeira tentativa nas armas, retornou a Pavia a tempo de assistir à morte de sua mulher, Isabel de França, que morreu aos 23 anos, do parto de seu quarto filho, um menino que viveu apenas 11 meses.

O papel de Enguerrand em Asti, embora não relatado nas crônicas, deve ter sido destacado e, possivelmente, de alguma forma decisivo, pois o papa deu logo poderes ao seu legado, o cardeal de St. Eustache, “para contratar e celebrar alianças, tratados e acordos com Enguerrand, senhor de Coucy, em nome da Igreja”, com o objetivo de dar-lhe o comando das forças pontificais que o cardeal estava levando para a Lombardia. Um primeiro pagamento a Coucy, de 5.893 florins, foi autorizado através de um banqueiro de Florença, “a ser recebido em mãos” sob a condição de que, se Coucy falhasse no cumprimento rigoroso dos termos de seu acordo com o cardeal, teria de devolver ao tesouro pontifical seis mil florins.¹⁸

A 20 florins mensais por lança, o preço usual dos mercenários, a soma indica que a força destinada a Coucy tinha trezentas lanças, e não as mil originalmente prometidas pelo papa. Trezentas lanças era uma companhia de proporções normais

nos contratos da época, que iam de sessenta ou setenta a mil lanças de três homens montados cada, mais arqueiros montados, soldados a pé e criados.

Em dezembro o papa nomeou formalmente Coucy para capitão-geral da companhia papal que operava na Lombardia contra os “filhos da danação”. A nomeação refletia a impaciência de Gregório com Amadeu, que prometera avançar sobre Milão a partir do oeste, mas ainda estava no Piemonte, defendendo seu território contra forças dos Viscontis. A missão de Coucy era juntar-se a Hawkwood, que agora estava a serviço do papa, tinha se retirado para a Bolonha, depois de mudar de lado, e já avançava para oeste novamente, para o tão desejado cerco de Milão. Coucy deveria marchar com ele para uma junção com Amadeu, que completaria o assédio.

Em fevereiro de 1373, Amadeu entrou, finalmente, em território milanês, tendo chegado a um pacto de neutralidade com Galeazzo. Era evidente que sua irmã Blanche influíra no sentido de acabar com a infeliz situação familiar na qual as terras do marido estavam sendo arrasadas pelo irmão. No acordo, Amadeu prometeu não molestar o território de Galeazzo, em troca da promessa deste de não ajudar Bernabò contra ele. Dessa maneira, Galeazzo retirava-se no meio da guerra, dando liberdade a Amadeu para continuar a luta contra Bernabò, sem medo de um ataque pela retaguarda.

Em janeiro de 1373, Coucy tinha-se juntado a Hawkwood em algum ponto a leste de Parma, de onde prosseguiram com o avanço sobre Milão. A 26 de fevereiro, ao se aproximarem de sua meta, o papa, numa surpreendente meia-volta, deu instruções a Coucy para fornecer um salvo-conduto aos irmãos Viscontis, para que estivessem em Avignon antes do fim de março.

Gregório fora enganado por uma proposta de negociação dos Viscontis, que era apenas um recurso de Bernabò para ganhar tempo a fim de reunir suas forças. Satisfeito com a expectativa de submissão de seus inimigos, Gregório escreveu a Coucy elogiando-o pelo seu comportamento, “corajoso e vigoroso na defesa dos interesses da Igreja na Itália”, e para agradecer-lhe por uma mercadoria rara, a sua “fidelidade indivisa”. Dois dias depois, descobrindo que fora enganado pelos Viscontis, o papa manifestou lástima e surpresa diante do fato de que Coucy tivesse “estudado propostas de paz dos inimigos da Igreja”. Deu-lhe ordens para não ouvir mais propostas desse tipo e continuar sua missão na certeza de que o papa estava decidido a “nunca negociar”. Em cartas a todos os interessados, Gregório pedia ação mais enérgica para efetuar a união.

Coucy e Hawkwood, depois de atravessar o rio Pó, em abril, chegaram à cidade montanhosa de Montichiari, a cerca de 65km a leste de Milão. Já então Amadeu tinha cercado a cidade ao norte, e, após uma longa pausa, supostamente por terem agentes de Bernabò envenenado suas provisões, avançara até um ponto a, no máximo, 80km de distância de Coucy e Hawkwood. Ali ele se deteve, evidentemente para preparar uma posição defensiva contra o avanço de mil lanças sob comando do genro de Bernabò, o duque da Baviera, que, segundo se dizia, estava se aproximando.

Entre os dois braços do exército do papa, Bernabò fizera construir sobre o rio Oglio diques que podiam ser abertos para inundar a planície e impedir a passagem do inimigo. Pediu reforços a Galeazzo para bloquear a ameaça de cerco e “reagir seriamente” ao *sire* de Coucy e Giovanni Acuto, como os italianos chamavam Hawkwood. Embora impedido de lutar contra seu cunhado da Savóia, Galeazzo considerava-se livre para agir contra o outro braço do inimigo, isto é, contra Coucy e Hawkwood. Mandou o filho à frente de uma força conjunta de lombardos e mercenários de Baumgarten, num total de mais de mil lanças, mais arqueiros e muitos soldados a pé. Gian Galeazzo, informado dos efetivos do inimigo e do seu itinerário pelo senhor de Mantua, avançou confiante na superioridade numérica.

Em Montichiari, a tropa Coucy-Hawkwood somava seiscentas lanças e setecentos arqueiros, além de *provisionati*, ou infantaria camponesa, recrutada às pressas.¹⁹ Vendo-se em inferioridade numérica, Coucy, ao que se disse, entregou o comando a Hawkwood, alegando sua maior experiência e conhecimento do estilo italiano de guerra, mas o curso dos acontecimentos favorece uma versão contrária — a de que ele próprio lançou o ataque com a *furia francesca*, pela qual seus compatriotas eram conhecidos. Quando as duas forças se chocaram, os soldados “se emaranharam de tal forma uns contra os outros que era espantoso de se ver”. Obrigado a recuar com pesadas perdas, Coucy teria sido vencido sem Hawkwood, que, segundo Froissart, “foi em sua ajuda com quinhentos, porque o senhor de Coucy era casado com a filha do rei da Inglaterra, e por nenhuma outra razão”. Embora duramente castigados, conseguiram retirar-se para o alto do morro, enquanto os mercenários de Visconti, acreditando que era certa a vitória, debandaram, no tumulto habitual do saque. Os homens das companhias constituíam sempre um problema disciplinar. Gian Galeazzo não tinha experiência no assunto, e Baumgarten era tolerante, ou não participou pessoalmente do comando. Ele não é mencionado nas descrições da batalha.

Aproveitando a oportunidade, Coucy e Hawkwood reagruparam suas debilitadas forças e atacaram Gian Galeazzo. Ele foi apeado, teve a lança arrancada da mão e o elmo da cabeça, e só foi salvo pela luta corajosa dos seus soldados milaneses, que lhe cobriram a fuga do campo de batalha, mas foram dominados antes que os mercenários pudessem reagrupar-se. Numa reviravolta tão surpreendente como uma Poitiers em miniatura, as forças papais, menos numerosas, triunfaram e levaram as bandeiras de Visconti e duzentos prisioneiros, inclusive trinta nobres lombardos de importância, capazes de proporcionar belos resgates. O papa considerou a vitória um milagre, e a notícia chegou com rapidez à França, dando a Coucy súbita fama. No pequeno mundo de sua época, era fácil conquistar a fama; mais importante foi o que ele aprendeu. Coucy não voltou a praticar os ousados ataques com os quais os cavaleiros franceses, como um todo, tinham tanta afinidade.

Militarmente, Montichiari teve pouco impacto. Não levou à união com Savóia, porque a força Coucy-Hawkwood, tendo sofrido muitas baixas, julgou imprudente tentar um avanço. Por isso, retirou-se para Bolonha, para grande descontentamento do papa. Ele insistia numa reunião com Savóia para esmagar Bernabò,

aquele “filho de Belial”. Prometeu a Hawkwood que os soldos atrasados seriam pagos sem demora e cobriu Coucy de elogios sobre “seu leal e cuidadoso julgamento, notável honestidade e conhecida prudência”. O papa reconheceu “pela prova da experiência vossa grande firmeza e previsão” e renovou-lhe a comissão como capitão-geral em junho. Hawkwood, cuja companhia era o sustentáculo das forças pontificais, não lutava de graça, e seus homens, que nada tinham recebido, estavam ficando impacientes. Ao passar por Mantua causaram tantos estragos e praticaram tantos roubos que o senhor de Mantua queixou-se ao papa, que, por sua vez, pediu a Coucy para conter “as forças da Igreja”, para que não causassem novos danos. O perigo, se não a ironia, de usar bandidos para restabelecer a autoridade papal tornava-se evidente.

Lutando corajosamente num desfiladeiro estreito, o conde de Savóia pôde libertar-se de sua posição e conseguiu avançar, unindo-se a Coucy e Hawkwood em Bolonha, de onde, juntos, marcharam novamente para oeste, em julho. Em Modena, os mercenários provocaram novamente a fúria dos cidadãos, tendo o papa perdido, quase em lágrimas, que Coucy os acalmasse, sobretudo porque a cidade pertencia à Liga Pontifical. As forças papais chegaram a Piacenza em agosto de 1373 e sitiaram-na, mas a tentativa frustrou-se quando Amadeu adoeceu. A partir de então, com as pesadas chuvas, cheias dos rios, ataques das tropas de Bernabò e falta geral de entusiasmo, a ofensiva desintegrou-se.

Como capitão de uma força agora totalmente desorganizada e comprometida, Coucy não via maior futuro na guerra do papa. Pretextando estar há muito longe da mulher, dos filhos e das terras, e alegando a necessidade de cuidar de seus interesses em seu país, assolado por uma guerra, pediu licença para voltar à França. Gregório a concedeu graciosamente a 22 de janeiro de 1374, com novos elogios à lealdade, dedicação e firmeza de Coucy, sua “grande honestidade” e outras virtudes, “com as quais fostes dotado pelo Todo-Poderoso”. Considerando-se que Coucy estava abandonando a causa, o excesso de lisonja podia ocultar a falta de dinheiro, pois as importâncias que lhe eram devidas só foram pagas pelo tesouro pontifical muitos anos depois.

Sua partida pode ter sido apressada pela reincidência da Peste Negra na Itália e Sul da França, em 1373-74. Sob a influência do novo surto da enfermidade, o esforço de guerra de Gregório desintegrou-se. Desanimado com a volta da doença, Amadeu concluiu paz em separado com Galeazzo e abandonou o papa, uma vez preservados os seus interesses no Piemonte. Galeazzo, por sua vez, temendo que a política de Bernabò provocasse uma destruição, dispunha-se igualmente a separar-se de seu irmão. Conta-se que Bernabò estava tão furioso com a reconciliação com Savóia que tentou assassinar a cunhada Blanche, como agente do ducado. Obrigado a fazer as pazes com o papa temporariamente, obteve condições favoráveis num tratado de junho de 1374, subornando os conselheiros pontificais. Nenhum dos lados obteve vantagens com a guerra, porque nenhum dos combatentes, exceto o papa — que não podia impor sua vontade —, tinha lutado por alguma coisa funda-

mental, e uma guerra é por demais desagradável e onerosa para ser mantida com êxito sem uma causa.

Para Gian Galeazzo, a segunda derrota bastou. Não voltou nunca a comandar soldados em batalha. Estadista hábil, que levaria o império Visconti ao auge do poder, Gian Galeazzo continuou sendo um homem melancólico, talvez oprimido pela impossibilidade de governar através de trapaças e violência, e entristecido pelas tragédias familiares. Depois da morte de sua mulher e seu filho pequeno, o filho mais velho morreu aos dez anos e o segundo aos 13, deixando-o com uma única e adorada filha, que não escaparia a um destino infeliz.

Com o terceiro advento da peste, o contágio foi melhor controlado, embora continuasse a não ser compreendido. Enquanto a epidemia grassou em Milão, Bernabò mandou que todas as vítimas fossem levadas para fora da cidade, a fim de que morressem ou sarassem nos campos. Qualquer pessoa que tivesse cuidado de um doente de peste ficaria em rigoroso isolamento por dez dias; os padres deveriam fiscalizar os sintomas em seus paroquianos e informar qualquer anormalidade a uma comissão especial, sob pena de morte pela inobservância dessa ordem; a pessoa que levasse a doença para a cidade estava sujeita à pena de morte e confisco de propriedades. Veneza proibiu a entrada de todos os navios suspeitos de serem portadores da infecção, mas, como a pulga e o rato ainda não eram objeto de desconfiança, as precauções, embora tatessem na direção certa, não conseguiram deter o transmissor. Em Piacenza, onde foi encerrado o esforço de guerra de Coucy, metade da população morreu, e em Pisa, onde a peste durou dois anos, dizia-se que tinha acabado com quatro quintos das crianças. A morte mais notável de 1374 foi a de Petrarca, aos setenta anos, não de peste, mas tranqüilamente, numa cadeira, com a cabeça e os braços descansando numa pilha de livros. Seu velho amigo Boccaccio, amargurado e doente, seguiu-o um ano mais tarde.

Na Renânia, sem nenhuma ligação com a peste, apareceu uma nova histeria na forma de uma mania de dança. Se surgiu da miséria e desabrigo causados naquele ano pelas grandes cheias da primavera do Reno ou se foi um sintoma espontâneo de uma época conturbada, a história não sabe, mas os participantes não tiveram dúvidas: estavam convencidos de que eram possuídos por demônios. Formavam círculos nas ruas e igrejas, dançavam durante horas aos saltos e gritos, chamando demônios pelos nomes para que deixassem de atormentá-los, ou gritando que tinham visões do Cristo ou da Virgem, ou que viam os céus se abrirem. Quando se exauriam, caíam ao chão rolando e gemendo, como se estivessem nas vascas da agonia. A loucura estendeu-se à Holanda e Flandres, os dançarinos apareciam com grinaldas nos cabelos e andavam em grupos de um lugar para outro, como os flagelantes. Eram principalmente pobres — camponeses, artesãos, criados e mendigos, com grande proporção de mulheres, em especial solteiras. Orgias sexuais seguiam-se, com freqüência, às danças, mas a preocupação dominante era o exorcismo dos dia-

bos. Na agonia da época, as pessoas sentiam uma presença demoníaca e em suas mentes nada indicava mais a ação de Satanás na sociedade do que a moda de usar sapatos de ponta, que tantas vezes ouviram ser denunciada nos sermões. Alguma coisa ligeiramente insana dessa frivolidade, que dificultava o caminhar, fazia dela, para o espírito popular, uma marca do Diabo.

A hostilidade ao clero caracterizava os dançarinos, como tinha caracterizado os flagelantes. Em sua preocupação de acabar com uma loucura que os ameaçava, os padres realizaram todos os exorcismos que puderam, enquanto o público olhava, participando da presença dos demônios. Procissões e missas foram realizadas para se rezar pelos sofrendores do mal. A obsessão desapareceu dentro de um ano, embora voltasse a repetir-se intermitentemente nos dois séculos seguintes. Qualquer que fosse a sua causa, ela demonstrava uma crescente sujeição ao sobrenatural, de que o papa tomou conhecimento. Em agosto de 1374, ele anunciou o direito de a Inquisição intervir nos julgamentos de bruxaria, até então considerada como crime civil. Como a bruxaria funcionava com a ajuda dos demônios, Gregório alegava estar ela sob jurisdição da Igreja.

Ao voltar à pátria, Coucy viu que, pela primeira vez em trinta anos, sua terra natal estava em posição favorável na guerra. A França tinha agora um rei, que podia não ser um comandante, mas era um líder firme, com um objetivo bem definido para a guerra — recuperar os territórios cedidos. Durante a ausência de Coucy na Itália, a Inglaterra tinha perdido a maioria desses territórios, bem como os seus três maiores soldados: *sir* John Chandos, o *capitão* De Buch e o Príncipe Negro. Se Coucy estivesse presente e atuasse nesse período de recuperação de seu país, em lugar de estar neutralizado pelo casamento inglês, bem poderia ter assumido o papel destacado que coube a Du Guesclin. Carlos V, que se esforçava constantemente para conseguir o apoio dos grandes barões territoriais, dos quais dependia, fez uma tentativa especial de reaproximação com Enguerrand. O título de *sire* de Coucy, segundo um dito da época, era considerado geralmente “tão alto quanto o de rei ou príncipe”.²⁰

Ao voltar, Enguerrand foi convocado diretamente pelo rei, que testejou sua chegada e pediu-lhe notícias da guerra pontifical. De Paris, Enguerrand foi para casa, reunir-se com a mulher, “e se tiveram um grande encontro havia razão bastante”, supôs Froissart, “pois não se viam há muito tempo”. A reunião dos esposos foi seguida de uma honra notável concedida a Coucy, quando em novembro de 1374 Carlos V o nomeou marechal de França, mandando um cavaleiro, sob a bandeira real, levar-lhe a insígnia do cargo.²¹ Sempre forçado pela dupla fidelidade, Coucy sentiu-se obrigado a declinar da honra. Ainda assim, o rei deu-lhe uma pensão anual de seis mil francos, a 4 de agosto de 1374, da qual ele recebeu um primeiro pagamento de mil francos em novembro.

Longe de lançar uma sombra sobre o seu nome, a partida de Coucy da França,

em lugar de participar da guerra, e sua firme neutralidade desde então, foram consideradas um exemplo de honra por ambos os lados, o que lhe foi útil como proteção contra ataques ingleses às suas propriedades.²² Durante a incursão de Knollys na Picardia, em 1370, “a terra do *sire* de Coucy ficou em paz e não houve qualquer homem ou mulher de suas terras que sofresse o menor dano se dissesse que pertencia ao *sire* de Coucy”. Quando eram roubados antes que sua identidade fosse conhecida, recebiam de volta, em dobro, o que lhes fora tomado. Um cavaleiro francês, o *chevalier* de Chin, aproveitou-se de maneira pouco cavalheiresca dessa imunidade, levando uma bandeira com as armas de Coucy para uma violenta escaramuça na Picardia, em 1373. Provocou grande espanto entre os ingleses, que, ao avistarem sua bandeira, surpreenderam-se: “Como o *sire* de Coucy mandou seus homens até aqui para ficarem contra nós, quando devia ser nosso amigo?” Mas era tanta a confiança na honra de Coucy que não acreditaram na bandeira e proibiram represálias contra a sua terra, “nem queimar nem causar qualquer dano a elas”.²³

A estratégia de Carlos era evitar uma grande batalha, enquanto se empenhava em ações militares esparsas em todos os pontos vulneráveis, concentrando a maior pressão possível sobre a Aquitânia. Para reconquistar Castela como aliada, mandou Du Guesclin de volta à Espanha em 1369, com resultados espetaculares. Numa “grande, feroz e maravilhosa batalha” perto de Toledo, os dois meio-irmãos, don Enrique e o rei Pedro, lutaram com terríveis golpes de achas-d’armas, frente a frente, “cada qual bradando seus gritos de guerra”, até Pedro ser dominado e aprisionado.²⁴ Froissart prefere sempre a versão nobre, mas de acordo com um cronista espanhol, possivelmente melhor informado, a captura se processou de maneira menos honrosa. Cercado numa armadilha num castelo, Pedro fez uma oferta a Du Guesclin de seis feudos e 200 mil dobrões de ouro, para que o retirasse dali em segurança. Fingindo aceitar, Bertrand levou o rei secretamente e o entregou a Enrique. Frente ao irmão, Pedro “pôs a mão na faca e o teria matado irremediavelmente” se um atento cavaleiro francês não o tivesse agarrado pela perna e derrubado, com o que Enrique o matou com sua adaga e recuperou a coroa.

Para a França, o resultado foi o valioso apoio do poderio marítimo de Castela, e para a Inglaterra, a renovação do medo de invasão, que lhe prejudicava as conquistas no além-mar. A partir de então, os infortúnios sucederam-se para a causa inglesa. O Príncipe Negro foi afastado por uma disenteria contagiosa que se espalhou entre ingleses e gascões e no caso dele deu lugar, por uma ironia cruel, à hidropisia. Com os membros inchados, ficou “tão oprimido por tamanha fraqueza que mal se podia sentar sobre seu cavalo”, e, ao se tornar cada vez mais pesado e fraco, não pôde mais montar e foi confinado ao leito. Para o guerreiro exemplar, o homem de ação e de incomparável orgulho, ficar incapacitado aos 38 anos por uma doença humilhante era enlouquecedor, e ainda mais quando a situação de suas tropas se agravava. O príncipe entregou-se à raiva e ao mau humor. Antes que estes sentimentos chegassem a uma culminação trágica, ocorreu o infortúnio seguinte.²⁵

Na onda do nacionalismo, os nobres franceses estavam atendendo à coroa, devolvendo castelos transferidos, formando pequenas forças de vinte, cinquenta ou

cem homens para retomar cidades e fortalezas em territórios cedidos. Numa dessas escaramuças, em princípios de 1370, em Lussac, entre Poitiers e Limoges, *sir* John Chandos, senescal da região, com uma companhia de cerca de trezentos soldados, entrou em choque com uma força francesa numa ponte arqueada sobre o rio Vienne. Desmontando para combater a pé, ele avançou para enfrentar os inimigos “com o seu pendão à frente e sua companhia à volta, a cota de malha no corpo [...] e a espada na mão”. Escorregou no chão úmido do orvalho, caiu e foi golpeado por uma espada inimiga do lado de seu olho cego, razão pela qual não a viu. A espada entrou entre o nariz e a testa e atingiu o cérebro. Por alguma razão inexplicada, ele não havia baixado o visor do elmo. Com redobrada ferocidade ante esse infortúnio, seus homens fizeram recuar o inimigo e, depois dos golpes e do derramamento de sangue, passaram diretamente às lágrimas, com toda a facilidade da emoção medieval. Reunindo-se em torno do corpo inconsciente de seu líder, eles “choraram piedosamente, [...] torcendo as mãos e arrancando os cabelos”, gritando: “Ah, *sir* John Chandos, flor da ordem da cavalaria, desgraçadamente foi forjado o gládio que assim te feriu e te colocou em perigo de morte!”

Chandos morreu no dia seguinte sem recobrar a consciência, e os ingleses de Guiena disseram “ter perdido tudo daquele lado do mar”. Como arquiteto e tático das vitórias inglesas em Crécy, Poitiers e Najera, Chandos era o maior capitão do seu lado, se não dos dois lados. Embora os franceses se regozijassem com a perda inimiga, houve alguns “cavaleiros direitos, nobres e valentes” que a consideraram como uma perda comum, por uma razão interessante. Chandos, disseram eles, era “tão sábio e tão imaginativo” e nele tanto confiava o rei da Inglaterra que teria encontrado algum meio “pelo qual a paz poderia ter ocorrido entre os reinos da Inglaterra e França”. Até mesmo os nobres sentiam o anseio de paz.

Poucos meses depois, o Príncipe Negro participava de sua última ação de guerra. Os territórios lhe escapavam das mãos, corroídos por forças sob o comando do duque d'Anjou, o enérgico lugar-tenente do rei no Languedoc, e por outras forças sob Du Guesclin. Em agosto de 1370, a política de Carlos, de negociação fragmentada com cidades e nobres, reconquistou Limoges, cujo bispo, embora tivesse feito o juramento de fidelidade ao Príncipe Negro, deixou-se facilmente comprar de volta pelo duque de Berry, lugar-tenente do rei para a região central. Pelo preço de dez anos de isenção do imposto de consumo, os magistrados e cidadãos concordaram. Limoges hasteou a flor-de-lis sobre suas portas e, depois da solenidade adequada, Berry partiu, deixando uma guarnição de cem lanças, pequena demais para evitar o que se seguiria.

Enraivecido pela “traição” e jurando fazer a cidade pagar caro por ela, o Príncipe Negro dispôs-se a criar um exemplo que impedisse novas defeções. Comandando de uma liteira, levou uma numerosa força, que incluía dois de seus irmãos e a elite de seus cavaleiros, para atacar Limoges. Sapadores abriram tuneis sob as muralhas, escorando-as com vigas de madeira que, incendiadas, provocaram desabamentos parciais. Passando por essas brechas, os soldados bloquearam as saídas da cidade e iniciaram o massacre sistemático dos seus habitantes, sem distinção de

idade nem sexo. Gritando de terror, os moradores caíam de joelhos frente à liteira do príncipe, implorando misericórdia, mas “ele estava tão inflamado de ira que não lhes prestava atenção” e eles eram passados pela espada. Apesar da ordem de não poupar ninguém, alguns grandes personagens que podiam pagar resgate foram levados prisioneiros, inclusive o bispo, sobre quem o príncipe lançou um “olhar feroz e malvado”, jurando cortar-lhe a cabeça. Mas num acordo com o irmão do príncipe, John de Gaunt, o bispo fugiu para Avignon, levando consigo a terrível notícia.

Os cavaleiros que presenciaram ou participaram da mortandade não eram diferentes dos que choraram tão piedosamente a morte de Chandos, mas o reverso da emoção fácil do século XIV era uma insensibilidade geral ao espetáculo da dor e da morte. Chandos foi pranteado porque era um deles, ao passo que as vítimas de Limoges estavam fora da ordem da cavalaria. Além disso, a vida não era preciosa, pois o que era o corpo, afinal de contas, senão uma carcaça, e a vida na Terra apenas uma parada no caminho da vida eterna?

Limoges sofreu o castigo habitual: foi saqueada e incendiada, e suas fortificações, arrasadas. Embora a sangrenta história, ao espalhar-se pela França, tenha sem dúvida acovardado de momento a resistência, estimulou a longo prazo o ódio aos ingleses que, cinquenta anos depois, levaria Joana D'Arc a Orléans.

A carreira de um herói terminou na vingativa represália em Limoges. Doente demais para governar, o príncipe entregou o controle da Aquitânia a John de Gaunt e, ao mesmo tempo, sofreu o golpe da morte de seu filho mais velho, Eduardo, de seis anos. Em janeiro de 1371, deixou Bordéus para nunca mais voltar. Com a mulher e o segundo filho, Ricardo, voltou à pátria, para mais seis anos de vida impotente e inválido.

Como a iniciativa cabia agora à França, a estratégia militar da Inglaterra foi principalmente negativa. O objetivo da selvagem incursão de *sir* Robert Knollys pelo Norte da França, em 1370, foi causar o maior dano possível, a fim de prejudicar o esforço de guerra francês e impedir que as forças francesas chegassem à Aquitânia. Seus soldados podiam saquear aldeias e incendiar o trigo maduro nos campos ao passarem, mas não podiam ocupar lugares fortificados nem provocar batalha frontal. Sem perspectivas de resgates ou glória, seus cavaleiros começaram a ficar descontentes ao se aproximar de Paris, embora sua ameaça tivesse sido alarmante o suficiente para provocar a nomeação de Du Guesclin como condestável, em outubro.

O fato de ter sido aprisionado quatro vezes sugere um guerreiro imprudente ou inepto, mas Bertrand não era um estouvado do tipo de Raul de Coucy. Pelo contrário, era cauteloso e ardiloso, e acreditava ser melhor desgastar o inimigo por privações e intrigas, razão pela qual Carlos o escolheu. Seu primeiro ato foi concluir um pacto pessoal com um formidável companheiro bretão, o caolho Olivier de Clisson, chamado o Carniceiro pelo hábito de cortar braços e pernas na batalha. O grupo do bretão e seus seguidores atacaram e perseguiram Knollys e, quando sua companhia foi cindida pela defecção de cavaleiros descontentes, derrotaram-na

num combate no baixo Loire. Atacando e recuando, aqui e ali, ou subornando capitães ingleses que eram fortes demais, Du Guesclin libertou, pedaço a pedaço, os territórios cedidos.

Importante vantagem foi conquistada no mar, em junho de 1372, pela derrota que os castelhanos impuseram a um comboio inglês ao largo de La Rochelle.³⁵ Os navios ingleses levavam homens e cavalos para reforçar a Aquitânia e — o que era mais importante — 20 mil libras em soldos para os soldados, o suficiente para manter três mil combatentes durante um ano. Informado da expedição por seus espões, Carlos valeu-se de sua aliança com o rei Enrique. Os galeões castelhanos de 200t, impulsionados por 180 remos manejados por homens livres, e não criminosos em ferros, eram mais manobráveis do que os navios mercantes ingleses, que não podiam velejar com o vento à proa, mas só à popa. Os espanhóis eram comandados por um almirante profissional, Ambrósio Boccanegra, cujo pai tinha sido almirante de dom Pedro, mas que, com um olho vivo na Roda da Fortuna, tinha mudado de lado no momento oportuno. O comandante inglês era o conde de Pembroke, genro do rei Eduardo, de 25 anos, homem de má reputação moral e nenhuma experiência naval. Ao entrarem na baía, seus navios foram abordados pelos castelhanos, que espalharam óleo pelas velas e conveses dos navios ingleses e depois atearam-lhes fogo por meio de flechas incendiárias. Dos tombadilhos altos, ou “castelos”, mais altos do que os do inimigo, lançaram pedras sobre os arqueiros ingleses. Numa batalha que durou dois dias, os navios ingleses foram queimados, destruídos e afundados. Entre outras perdas, foi ao fundo o navio que levava o dinheiro.

A perda desse dinheiro enfraqueceu o poderio inglês na Aquitânia, que dependia do pagamento aos soldados. O controle do mar pelos castelhanos punha em risco as comunicações com Bordéus e, o que era pior, abria caminho a incursões francesas contra as praias inglesas. Em vista disso, Carlos estava, naquela época, desenvolvendo uma base naval e estaleiros em Ruão, onde grandes navios podiam subir o Sena, na cheia da maré. Em lugar de esperar um ataque contra seu litoral, o envelhecido rei Eduardo, então com sessenta anos, jurou atravessar o canal pessoalmente, “com tal poderio que suportaria o combate contra toda a força da França”.

Reunindo outra frota pelo método habitual de “deter” navios mercantes, com seus capitães e tripulantes, e levando o enfermo Príncipe Negro e John de Gaunt, o rei Eduardo partiu com uma grande força em fins de agosto de 1372, pronto a enfrentar os castelhanos, mas foi derrotado pelo tempo. Ventos contrários, que perduraram durante nove semanas, fizeram voltar repetidas vezes a frota, ou a mantiveram no porto até que, devido ao adiantado do ano, tornou-se muito tarde para partir. O rei teve de desistir da tentativa, ao custo de enorme gasto em provisões e equipamentos, em soldos e manutenção de marinheiros e soldados, enfrentando a suspensão do comércio e perdas econômicas dos armadores, e, o que não era menos importante, o crescente descontentamento com a guerra.

A tecnologia medieval podia erguer maravilhas arquitetônicas de 60m de altura, podia conceber a mecânica de um tear capaz de fazer tecidos com desenhos e um eixo de engrenagem capaz de utilizar o imponderável ar para fazer girar uma

pesada mó, mas não conseguia criar a armação latina e o pau de surriola que adaptariam as velas à direção do vento. São acidentes da mente humana como esses que modelam a história, a guerra e o comércio.

O fiasco naval resultou indiretamente no trágico destino do terceiro grande soldado da Inglaterra, o *capital* De Buch. Enquanto a esquadra de Eduardo errava ao largo, os franceses recuperavam La Rochelle e seu interior, e durante esses combates o *capital* foi aprisionado. Foi surpreendido à noite por um grupo de desembarque franco-castelhano sob o comando de Owen de Gales, protegido da França e que se dizia o verdadeiro príncipe de Gales. Embora lutasse bravamente à luz de tochas, foi dominado. Ao contrário do costume da cavalaria, Carlos o manteve na prisão do Templo, em Paris, sem o privilégio de resgate. Sua sorte tornou-se o espanto e a consternação da ordem da cavalaria.²⁷

Os objetivos políticos eram mais importantes para Carlos V do que o culto da cavalaria. Ele nunca perdoou a defeção do *capital* depois da batalha de Cocherel, em 1634, quando este a princípio passou-se para os franceses, atendendo à concessão de grandes rendas que Carlos lhe fez, para voltar em seguida aos ingleses. Seu coração pertencia ao seu companheiro de armas, o Príncipe Negro, e, quando a guerra recomeçou em 1369, repudiou a vassalagem ao rei de França, devolveu-lhe as propriedades e voltou para os ingleses. Carlos estava disposto, agora, a mantê-lo fora de ação.

Embora o rei Eduardo oferecesse três ou quatro prisioneiros franceses com resgates que valiam 100 mil francos, Carlos recusou-se terminantemente a deixar que o intrépido gascão fosse libertado, embora ele tivesse sido o salvador de sua mulher e de sua família, em Meaux. Enquanto o *capital* definhava, os nobres franceses instavam com o rei para que não deixasse um bravo cavaleiro morrer na prisão, mas ele respondeu que se tratava de um guerreiro forte que, se tivesse liberdade para lutar outra vez, retomaria muitas cidades. Portanto, só o libertaria se De Buch se “passasse aos franceses”, o que o *capital* se recusava a fazer. Ao ser mais uma vez solicitado por um grupo do qual Coucy foi então o porta-voz, o rei refletiu um pouco e perguntou o que poderia fazer. “Senhor”, respondeu Coucy, “se lhe pedísseis que jurasse nunca mais pegar em armas contra os franceses, poderíeis libertá-lo e isso vos seria uma grande honra”.²⁸

“Nós o libertaremos se ele jurar”, disse o rei, mas o magro e debilitado soldado disse “que jamais faria tal juramento, mesmo que tivesse de morrer na prisão”. Fadado a tal sorte, sem poder ver sua espada, seu cavalo ou sua liberdade, ele sucumbiu à depressão, deixou de comer ou beber, mergulhou gradualmente em coma e morreu depois de quatro anos de cativeiro, em 1376.

Depois da abortada expedição de Eduardo, os ingleses fizeram mais uma tentativa. Um novo exército foi formado, provavelmente com quatro mil a cinco mil homens, apesar de os cronistas falarem em “dez mil” e “15 mil”. Chefiado por John de Gaunt, duque de Lancaster, sem seu pai ou seu irmão mais velho, que não tinham mais condições de ir à guerra, o exército atravessou o canal para Calais em

julho de 1373, com a finalidade ostensiva de marchar em socorro da Aquitânia. Foi a mais longa e estranha marcha da guerra.²⁹

Embora supostamente buscasse uma batalha decisiva, na qual os ingleses em geral eram melhores, Lancaster não tomou o caminho direto para o Sul, onde teria encontrado as forças de Du Guesclin. Em lugar disso, fez um longo contorno, por trás de Paris, numa demorada rota de pilhagem que o levou através de Champagne e Borgonha, atravessando os altiplanos centrais do Auvergne, e, finalmente, depois de cinco meses e cerca de 1.500km, à Aquitânia. Talvez a intenção da famosa ofensiva, embora indireta, fosse causar danos, como Knollys, com o objetivo ainda de desviar os franceses da organização de uma possível invasão da Inglaterra. Talvez Lancaster apenas desejasse uma maior oportunidade de ir ao encontro de aventuras cavalleirescas e do saque, necessário para completar o soldo que o Estado não podia pagar.

Cobrindo 12 a 15km por dia nas habituais três linhas de marcha, a melhor formação para sobreviver do que conseguisse e praticar pilhagem, o exército causou danos indiscriminados, a fim de provocar, através das queixas dos habitantes, o combate dos cavaleiros franceses. Isso falhou, devido à rigorosa proibição de Carlos e porque a população foi estimulada a refugiar-se dentro das cidades fortificadas. A marcha de Lancaster prolongou-se até o frio e as chuvas do outono; as provisões diminuíram, os cavalos passavam fome e morriam, o desconforto transformou-se em sofrimento e o sofrimento em privação. Os homens do duque de Borgonha, nos calcanhares dos ingleses, aprisionavam os que se perdiam; a resistência local provocava outras perdas; no Sul, Du Guesclin armava emboscadas. Novembro os surpreendeu no planalto de Auvergne. Varridos pelos ventos e sem abrigos, os cavaleiros sem montarias arrastavam-se a pé, alguns deitaram fora as armaduras enferrujadas, e outros, ao entrarem na Aquitânia, foram vistos mendigando o seu pão. Do exército desgastado que chegou a Bordéus pelo Natal, metade dos homens e quase todos os cavalos tinham perecido.

Ficou o bastante para manter a velha Aquitânia, agora reduzida às suas fronteiras originais, mas não para recuperar o que tinha sido perdido. Em 1374, o Tratado de Brétigny estava anulado tanto na prática como formalmente. Com exceção de Calais, a Inglaterra ficou apenas com o que tinha antes de Crécy. Os ingleses não podiam manter territórios sem os meios financeiros para sustentar um exército no exterior, nem, uma vez deflagrada a guerra, podiam conservar as regiões cedidas, cuja população se tornara hostil a eles. Nem podia a superioridade militar conquistar um adversário que rejeitava a batalha decisiva. Em agosto de 1374, o rei Eduardo declarou-se disposto a uma trégua.

O momento era adequado para ambos os lados. Carlos V, usando a cabeça, e Du Guesclin, com suas táticas pouco ortodoxas, tinham forjado uma estratégia baseada no reconhecimento do possível — a antítese direta do combate pela honra, princípio central da ordem da cavalaria. Embora os cronistas e propagandistas contemporâneos tentassem fazer de Du Guesclin o Décimo Digno e Perfeito Cavaleiro, e o biógrafo de Carlos, Cristina de Pisan, insistisse em louvá-lo por tudo, ex-

ceto pela sua verdadeira contribuição, foram na realidade as qualidades não-cavaliheirescas desses dois personagens de cabeça dura que salvaram a França da ruína. Carlos conseguiu seu objetivo com a guerra, mas à custa de um país devastado e esgotado. Depois de alguma hesitação, ele concordou em enviar emissários a uma conversação de paz em Bruges.

CAPITULO 13

A guerra de Coucy

NENHUM TRATADO de paz foi concluído em Bruges porque os ingleses estavam dispostos a conservar suas antigas possessões na França sob a sua própria soberania, enquanto Carlos V estava do mesmo modo disposto a recuperar a soberania sobre Guiena, cedida em Brétigny. Seus juristas sustentavam que a cessão da soberania era nula porque violava o juramento sagrado de vassalagem e, portanto, o Príncipe Negro e o rei da Inglaterra eram culpados de uma rebelião comparável à de Lúcifer contra Deus. Embora isso satisfizesse o anseio que Carlos sempre tivera de comprovar a legalidade de sua causa, não impressionou os ingleses. Para evitar o fracasso total das conversações, conduzidas com grandes gastos e competição em luxo pelos duques de Borgonha e Lancaster (Borgonha recebeu cinco mil francos por mês, para despesas) concordou-se numa trégua de um ano, a partir de junho de 1375, com o compromisso de reiniciarem-se as negociações em novembro.

Ociosas devido à trégua, as companhias na França voltaram a saquear o povo que tinha libertado pouco antes. Mais de um ano antes, em janeiro de 1374, o governo real tentara, com uma ordenação bastante abrangente, colocar essas unidades sob controle. A ordenação criava um sistema de companhias licenciadas, com soldos fixos, sob o comando de capitães nomeados pela coroa, que teriam de impedir a pilhagem e seriam responsáveis, sob pena de castigos preestabelecidos, pela conduta de seus homens. Foi um esforço escrupuloso, mas as Grandes Companhias estavam excessivamente integradas no sistema militar para ser dele separadas, ou para ser domesticadas. O banditismo continuou.

"Muito perturbado" por essa situação, o rei pediu a opinião de seus conselheiros sobre o que poderia fazer. Eles lhe "lembraram o *sire* de Coucy". Ele deveria ser o novo Pied Piper* que levaria os bandidos para fora da França, numa guerra estrangeira — a sua própria guerra.

* Protagonista da *Flauta mágica*. (N. do T.)

O litígio de Coucy com os duques da Áustria e sua disposição de dar prosseguimento ao caso eram bem conhecidos. Ele podia servir à França com isso, sem estar limitado pelos seus laços com a Inglaterra.² Bureau de la Rivière e Jean le Mercier,³ camarista e tesoureiro do rei, respectivamente, sugeriram-lhe que, se Coucy contratasse os serviços das companhias de cerca de 25 capitães, de várias partes da França, para a sua luta contra os Habsburgos, o rei lhe daria 60 mil libras para o pagamento desses soldados e as despesas da campanha. Ele deveria afastar, em especial, os inflexíveis bretões, seguidores de Du Guesclin e Clisson, que vinham provocando terríveis devastações desde o fim da guerra oficial.

A experiência que Coucy tinha dos mercenários na Lombardia era suficiente para mostrar-lhe os perigos e a impossibilidade de confiar nessa tropa, embora a oferta real constituísse uma ajuda extraordinária para os seus objetivos. Tinha então 35 anos, era bastante rico para emprestar dinheiro, naquele ano, ao duque de Berry⁴ mas não para financiar uma campanha contra os Habsburgos com os seus próprios recursos. Concordeu em empreender a manobra de libertar a França dos bandidos.

Entre os capitães recrutados para a bandeira de Coucy estavam o irmão do condestável, Olivier du Guesclin, que vinha ocupando e devastando as terras do duque de Berry, e seu primo Sylvestre Budes, chefe de uma companhia bretã que tinha sido a desgraça do papa e o desespero de Avignon, onde saqueou até mesmo o trigo mandado pelo rei para minorar a fome em 1375. O papa pediu, negociou, pagou, excomungou em vão: agora, pagava aos bretões cinco mil francos e concordava em cancelar a excomunhão, se acompanhassem Coucy.⁵ "Grande terror" espalhou-se pela Borgonha enquanto eles subiam para o Norte, acompanhando a margem esquerda do Ródano; escoteiros informavam sobre seu avanço, cidades e aldeias mandaram arautos recrutar ajuda. Como ferozes gafanhotos do verão, os bretões, engrossados por outras companhias, varreram a Champagne em julho, a Lorena em agosto e a Alsácia, que era parte do domínio Habsburgo dentro do Sacro Império Cristão, em setembro.

Cavaleiros da Picardia, Artois, Vermandois e Hainaut acorreram com seus escudeiros e soldados, "para aumentar sua honra", à empresa de Coucy. "Honra", no léxico da ordem da cavalaria, significava combater contra outros cavaleiros, no caso, os austriacos. A flexibilidade da mente humana permitia que a honra não fosse afetada pela associação com mercenários e bandidos. Entre os recrutados estavam Raul de Coucy, tio de Enguerrand, os viscondes de Meaux e d'Aunay, e outros senhores, e o celebrado e ativo guerreiro Owen de Gales.⁶ Seu pai fora executado pelo rei da Inglaterra, e Owen tinha sido criado na corte de Filipe VI. Descrito como um homem vigoroso, sobranceiro, ousado e belicoso, ele lutou em Poitiers, nas guerras da Lombardia da década de 1360, a favor e contra os duques de Bar na Lorena, como autônomo na Espanha, e com Du Guesclin nas campanhas da década de 1370, durante as quais voltou do comando de uma incursão naval contra as ilhas do canal da Mancha para aprisionar o *captal* De Buch.

Em 1375, Owen estava recém-saído do bem-sucedido cerco de St. Sauver-le-

Vicomte, na costa da Normandia, onde pela primeira vez o canhão foi usado com notável resultado.⁷ Quarenta “engenhos”, grandes e pequenos, projetando balas de ferro e couro, bem como pedras, não conseguiram derrubar as muralhas, mas perturbaram de tal modo os defensores que estes não puderam continuar a resistência. “Ficaram de tal modo vulneráveis aos engenhos que não ousavam ir à cidade ou sair do castelo, em cujas torres permaneceram.” Mesmo ali, uma bala penetrou no quarto onde um capitão inglês estava doente de cama e ricocheteou pelas paredes várias vezes, “como se o próprio trovão tivesse entrado em seu quarto”, convencendo-o de que sua hora final tinha chegado, antes de cair ao chão, abrindo um buraco e projetando-se no andar inferior.

Segundo um contrato celebrado com Coucy a 14 de outubro de 1375, o prodigioso Owen comandaria quatrocentos homens, com um soldo de 400 francos por mês, mais outros 100 francos para o seu vice-comandante, Owen ap Rhys. Ele não estaria subordinado a nenhum outro capitão, nem faria nenhuma outra aliança até ser liberado, enquanto Coucy comprometia-se a não aceitar a paz sem a concordância de Owen. Qualquer cidade ou fortaleza tomada por Owen seria entregue a Coucy, mas poderia ficar com o butim e os prisioneiros que valessem menos de 200 francos de resgate. Quanto aos presos mais valiosos, Coucy receberia um sexto do valor e, no caso de ser capturado o próprio duque da Áustria, Owen teria de entregá-lo a Coucy em troca de 10 mil francos.⁸

A empresa transformou-se num ímã para espadas desocupadas, desviando de seus jogos prussianos anuais cem cavaleiros da Ordem Teutônica. A tinta do tratado de trégua de Bruges ainda não secara completamente e já os cavaleiros ingleses acorriam, atraídos pela liderança do genro do rei da Inglaterra. Bem armados, em bons cavalos com bridas de prata, armaduras e elmos faiscantes, e magníficos mantos longos sobre a armadura, os ingleses, cujo número era, ao que se disse, de “seis mil”, atraíram para o exército de Coucy a sua terrível reputação. Por causa disso, seus adversários os identificavam a todos como *Engländer* (“ingleses”).

O número total, embora vago, provocou estimativas temerosas de quarenta, cinquenta, sessenta e até mesmo cem mil. Calculando-se pelo número de capitães, os efetivos seriam provavelmente algo em torno de dez mil homens, comparáveis ao exército que Du Guesclin comandou na Espanha. Uma crônica alsaciana menciona 16 mil cavaleiros “em elmos e capuzes”.⁹ Os elmos pontudos e os capuzes, parecidos com os dos monges, usados com os mantos pesados contra o frio, foram registrados por todos os observadores. Chamados *Güglers* (do alemão-suíço para capuz de monge, ou ponta), esses abrigos deram seu nome ao que se tornou conhecido como a Guerra dos *Güglers*.

Antes de partir, Coucy cuidou do futuro de sua alma, caso encontrasse a morte. Numa escala condizente com sua posição, legou uma importância à abadia de Nogent-sous-Coucy para a celebração de duas missas, “todos os dias em perpetuidade”, para ele, seus ancestrais e seus sucessores.¹⁰ Suas instruções, como a maioria das instruções desse tipo, eram precisas e específicas, sem deixar qualquer margem a erros de interpretação. As orações deviam ser ditas em frente à imagem de No-

tre-Dame na capela já designada como o local de seu túmulo e do de sua mulher. Cem libras anuais foram destinadas à manutenção dos monges e à ampliação do serviço divino. O dinheiro seria proporcionado pelas rendas "perpétuas" e pela *taille* devida a Coucy por determinadas cidades, especificadas até as importâncias mínimas, 50 libras de uma, 45 libras e dez *sous* de outra, quatro libras e dez *sous* de uma terceira. Como seus contemporâneos, Coucy contava com uma perpetuidade sem mudanças. Doou aos monges de Nogent, para seu uso exclusivo, também os direitos de pesca no rio Ailette, numa determinada distância da rue de Brasse até a Pont St. Mard.

Sólido e duradouro, o legado de Coucy não exibia a premência de certos benfeitores. O *capit* De Buch, num testamento de 1369, ano em que abandonou a fidelidade francesa, evidentemente sentiu a necessidade de sanção imediata; deixou 40 mil escudos de ouro para cinquenta mil missas, todas a serem ditas dentro de um ano, a contar de sua morte, mais lâmpadas perpétuas e outros legados pios.¹¹

Essas dotações, cobrindo períodos de trinta, cinquenta anos ou em perpetuidade e incluindo em geral parentes do benfeitor, davam emprego ao clero e proporcionavam rendas às igrejas. Padres que não pertenciam a nenhuma comarca, e sem nenhuma outra função, podiam viver dessas comissões e levar uma vida ociosa e dissoluta, como era crença popular. A princesa de Gales mantinha três padres, cuja única obrigação era dizer orações pelo seu finado primeiro marido.¹²

Enquanto suas forças saqueavam a Alsácia durante seis semanas, em todo mês de outubro e parte de novembro, Coucy ainda não tinha assumido o comando. Esse atraso é o primeiro enigma entre muitos que não podem ser esclarecidos nessa estranha guerra de inverno, devido às lacunas e contradições dos registros. Terá ele adiado deliberadamente o comando, a fim de ter maior oportunidade de diminuir os efetivos das companhias, com os rigores do inverno? O fato de não ter Du Guesclin, em 1365, iniciado sua marcha através dos Pireneus, senão em dezembro, sugere um modelo. Mas Coucy pretendia, evidentemente, lutar contra o primo de sua mãe, Leopoldo, e não apenas levar as companhias a uma empresa sem perspectivas, sobre o Jura, e perdê-las nalgum ponto nas neves das montanhas.

Em fins de setembro, ele escrevera ao duque de Brabante, vigário imperial na Alsácia,¹³ falando de sua intenção de reclamar Brisgau, Sundgau e o pequeno condado de Ferrette, e recebeu garantias de que nenhuma ação imperial se oporia aos seus esforços de obter justiça. Para reforçar suas razões de guerra justa e distinguir-se de mero capitão de mercenários, Coucy escreveu também às cidades de Estrasburgo e Colmar, na Alsácia, negando qualquer ameaça a elas, apresentando suas alegações contra o primo e instando para que não se assustassem, mas o ajudassem na obtenção de seus direitos, e oferecendo-se para novas explicações, se assim o desejassem. Não teve resposta, pois sob as muralhas das cidades as companhias já estavam praticando as piores violências.

Se o grito de horror das crônicas locais constitui prova, nunca houve uma carnificina pior do que a da Alsácia. Quarenta aldeias no Sundgau foram roubadas e arrasadas, cem moradores de Wattwiller foram mortos sem piedade, homens e mulheres aprisionados para servirem às necessidades dos bandidos, o mosteiro franciscano de Thann foi totalmente incendiado, o convento de Schoenensteinbach tão danificado que teve de ser abandonado e suas terras ficaram vinte anos sem plantações. As companhias arrancavam os tributos habituais, que os ricos pagavam em dinheiro, cavalos e tecidos finos, e os pobres em sapatos, ferraduras e pregos. Quando interrogados quanto à finalidade de sua campanha, alguns capitães teriam respondido que vinham em busca de "60 mil florins, sessenta cavalos para combate e sessenta roupas de tecido dourado". O bispo e os magistrados de Estrasburgo pagaram três mil florins para evitar o ataque à cidade. Numa aldeia em que um grupo de aldeões combativos conseguiu matar vinte inimigos alojados entre eles, os moradores sofreram tais crueldades como revide que a audácia foi substituída pelo desespero e os aldeões fugiram, abandonando seus lares.¹⁴

No início, os capitães a soldo de Coucy procuraram manter a disciplina e alguns enforcavam culpados quase diariamente, numa tentativa de impedir as desordens. Contra homens habituados à força irrestrita, o castigo violento não podia colocar a violência sob controle.

Frente à invasão, Leopoldo adotou a mesma estratégia de Carlos V: mandou que os alsacianos destruíssem tudo o que podia ajudar, abrigar ou alimentar o inimigo, e que se retirassem, com seus bens e provisões, para as cidades e castelos murados. Como Carlos, ordenou a fortificação de cidades e castelos capazes de se defender, a destruição de outros e o incêndio das aldeias vizinhas. No papel, essas ordens são fáceis; na prática, teria sido uma agonia para o camponês destruir, ou ver destruído, o produto de seu trabalho, a exígua margem de sua vida para mais um ano. Até que ponto essas drásticas medidas foram concretizadas, é difícil dizer.

Como não dispunha de força suficiente para enfrentar os números de Coucy, Leopoldo retirou-se para a fortaleza de Breisach, do outro lado do Reno, onde contou com a resistência dos suíços auto-suficientes para impedir maior avanço do inimigo. Tinha dolorosas razões para conhecer a capacidade de combate de seus súditos suíços.

Se real ou lendário, o desafio de Guilherme Tell ao baillio austríaco Gessler, no início do século, personificava a luta contra a tirania Habsburgo. Duas vezes depois disso, nos últimos sessenta anos, os suíços tinham humilhado a cavalaria Habsburgo. Em Morgarten e Laupen, em 1315 e 1339, as vitórias do homem a pé sobre o cavaleiro montado tinham feito história militar.¹⁵ Em Morgarten, no cantão florestal de Schwyz, os suíços, escondidos acima de um desfiladeiro da montanha, lançaram blocos de pedras e troncos de árvore sobre os cavaleiros que passavam pelo estreito caminho, e em seguida atacaram a massa confusa e os mataram "como ovelhas encurraladas". Não tiveram quartel, pois não esperavam resgate, e venceram, porque o local da luta foi escolhido por eles e não pelos seus inimigos. Os cavaleiros alegaram ser o terreno a causa da derrota, e de fato a desvantagem da cavalaria

nas montanhas, onde não pode atacar, foi uma das causas, tal como o espírito desafiador dos cantões, da conquista final da independência suíça.

Em Laupen, numa encosta de morro aberta, nenhuma desculpa de terreno podia explicar o resultado. Ali as tropas da cidade de Berna, ajudadas pelos montanheses dos Cantões Florestais, avançaram sob o comando de um cavaleiro local e ocuparam posição num morro por onde deviam passar os cavaleiros Habsburgo. Durante o choque, os suíços, embora cercados, formaram uma falange compacta, que resistiu e impediu a penetração. Enquanto travavam combates de corpo a corpo com os cavaleiros, infligindo ferimentos terríveis com suas alabardas — uma combinação de machado e lança —, suas reservas caíram sobre os nobres pela retaguarda e os esmagaram. Setenta elmos com brasão e 27 pendões de nobres foram levados do campo de batalha. Embora uma geração tivesse transcorrido desde então, os *Güglers* talvez estivessem prevenidos.

Os suíços receberam mal a convocação de Leopoldo para uma defesa contra Coucy. Odiavam os Habsburgos mais do que temiam os invasores. Os três Cantões Florestais, no centro da região, recusaram-se a agir. Liderados pelo Schwyz, o mais ousado dos três e que daria nome ao futuro país, disseram que não tinham nenhum interesse em se sacrificar para defender o território de Leopoldo contra o *sire* de Coucy, que nunca lhes fizera mal. Permaneceriam “espectadores nesta guerra”, exceto para se defenderem contra o vencedor, se ele levasse sua empresa longe demais. Zurique, porém, juntamente com Berna, Lucerna e Solothurn, concordou em defender o Aargau, a região contígua à Alsácia, ao longo do rio Aar, porque hegava às suas fronteiras e era o seu *boulevard*.¹⁶

Em 11 de novembro, dia de São Martinho, ou mais ou menos próximo desta data, Coucy chegava à Alsácia com 1.500 homens, para assumir o comando. Já então, com a proximidade do inverno, a área tinha sido de todo devastada e não tinha mais provisões nem forragens a oferecer. A essa altura, ocorre uma surpreendente distorção dos acontecimentos num registro, que, vindo de Froissart — cujas informações sobre a história de Coucy teriam sido dadas, em grande parte, por ele mesmo —, é inexplicável. Capitães amotinados, segundo Froissart, pediram uma reunião para acusar Coucy de tê-los enganado. “Então é isso o ducado da Áustria?”, perguntaram eles. “O *sire* de Coucy nos disse que era uma das terras mais ricas do mundo e ela nos parece pobre. Ele nos enganou baixamente. Se estivéssemos do outro lado do Reno, talvez não voltássemos e seríamos mortos ou aprisionados pelos nossos inimigos, os alemães, que não têm piedade. Voltemos para a França, e maldito seja aquele que avançar mais!”

Suspeitando que seria traído, Coucy lhes falou brandamente, dizendo: “Senhores, ficastes com meu dinheiro e meu ouro, pelos quais tenho uma grande dívida com o rei da França, e estais obrigados por juramento e pela fé a um comportamento fiel nesta empresa. De outra maneira, eu serei o homem mais desonrado do mundo.” Os comandantes, porém, recusavam-se a avançar, resmungando que o Reno era largo demais para ser atravessado sem navios, que não conheciam as es-



MONTES VOSGES

A
CAMPANHA
SUÍÇA
1375-76

Estrasburgo

Reno

Colmar

Breisach

Wattwiller

Thann

SUNDGAU

Belfort

Altkirch

Montbéliard

Basiléia

Ferrette

MONTES JURA

Desfiladeiro
Havenstein

Desfiladeiro
Blasthal

Oltén

St. Urbain

Solothurn

Aar

Nidau

Büren

Fraubrunnen

Butisholz

Lago Sempach

Jens

Aar

Entlibruch

Laupen

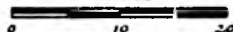
Berna

Zurique

Morgarten

ALPES

Milhas



tradas além dele, e “ninguém devia tirar os guerreiros de um bom país como fizestes”.

O Reno, que faz uma curva em ângulo reto em Basiléia, não teria na realidade de ser atravessado para entrarem em Aargau, mas parecia imponente, embora sua localização fosse imprecisa, no pensamento comum. Para os mercenários, o mundo em que viajavam tinha linhas tão vagas quanto as finalidades políticas para as quais eram usados. Coucy tentou convencê-lo de que, além das escuras montanhas que viam à sua frente, encontrariam uma boa terra, mas foi inútil. Uma mensagem de Leopoldo, àquela altura, oferecia a Coucy um dos territórios por ele exigidos, o condado de Ferrette, que valia 20 mil francos anuais, mas a oferta foi rejeitada porque Coucy e seus conselheiros a consideraram insuficiente.

Na versão de Froissart,¹⁷ Coucy, ao descobrir que os homens não avançariam mais, ficou “muito melancólico” e, “aconselhando-se consigo mesmo como cavaleiro prudente e de visão”, achou que os mercenários bem poderiam vendê-lo ao duque da Áustria, em lugar dos soldos prometidos, “e se fosse entregue aos alemães jamais seria libertado”. Depois de consultar os amigos, achou melhor voltar para a França. Com dois companheiros apenas, partiu secretamente à noite, “disfarçado”, e já estava fora de perigo, com dois dias de viagem, quando sua partida foi conhecida de outros, além de seus colaboradores mais próximos. Ao chegar à França, o rei e seus irmãos “ficaram muito surpresos porque o julgavam na Áustria e pareceu-lhes ver três fantasmas”. Quando lhe foram pedidas contas, Coucy não teve dificuldades de explicar tudo, “pois era orador eloquente e tinha uma justificativa verdadeira”. Disse ao rei e aos duques tudo o que aconteceu, “para que se pudesse ver que ele tinha razão e a culpa cabia às companhias”.

O fato de nada disso ter acontecido ilustra o problema dos registros medievais. Coucy e as companhias na verdade penetraram no Aargau, deixando a Alsácia no dia de santa Catarina, 25 de novembro, e marchando para Basiléia, onde desfilaram pela cidade durante três dias, numa exibição de força, presumivelmente para desencorajar qualquer oposição ao seu avanço sobre o Jura. O bispo de Basiléia deu-lhes passagem livre, por ódio a Berna, ao que se disse.

De perto, o tom púrpura escuro do Jura revelava-se como efeito dos pinheiros que superavam a altura de uma árvore. Avançando ao longo de um rio que corria para a França, na direção oposta, os encapuzados guerreiros atravessaram o alto da serra, forçaram os desfiladeiros de Hauenstein e Blasthal, desceram entre as aldeias dos vales, roubando e destruindo à sua passagem, até chegarem ao Aar, um largo afluente do Reno que marca a fronteira do Aargau. Encontrando pouca resistência, porque os cavaleiros da região fugiam ante os invasores, para se refugiarem junto a Leopoldo, ocuparam castelos e a velha ponte de madeira em Olten.

Convocados com urgência por Leopoldo, os bernenses tinham avançado para enfrentar o inimigo, mas, vendo os nobres abandonarem o território, voltaram as costas com raiva e foram para casa. Todo o Aargau, com medo, abandonou armas e aldeias para refugiar-se nas cidades, deixando os *Gügler* senhores do campo. Furioso com a desobediência dos bernenses, Leopoldo deixou um deserto para o ini-

migo. Seus agentes incendiaram plantações, derrubaram árvores e criaram tamanha miséria que as pequenas aldeias tiveram muita dificuldade, naquele inverno, em evitar os lobos que vinham da floresta. O povo amargurado ridicularizava os austríacos, que “estavam do outro lado do Reno, protegidos como num cofre”. Acusaram o conde Rudolph de Nidau e outros senhores locais de abrir caminho para a torrente que devastaria os cantões.

Os soldados de Coucy arrastaram tudo o que puderam. Dividiram-se em três grupos e espalharam-se cada vez mais pelo Aargau adentro, impulsionados pela fome e pelo desejo de saquear. Coucy instalou seu quartel-general a menos de oito quilômetros a leste do rio, na abadia de St. Urbain, com os fundos voltados para um crescente de montes cobertos de pinheiros, dominando uma ampla pradaria. De acordo com os registros da abadia, ali permaneceu 18 dias. As cidades mais importantes do Aargau deveriam servir como garantias da parte do dote de sua mãe, que não fora paga. Se ele tivesse conseguido ocupar tais cidades, seu objetivo pessoal teria sido alcançado, mas a dispersão de suas forças e a resistência das muralhas contra os homens o impediram. Ele não podia estar melhor do que Eduardo em França. Até mesmo a pequena cidade de Büren, no vale do Aar, resistiu ao sítio que comandou pessoalmente, embora o seu senhor, o conde de Nidau, tivesse sido castigado pela sua duplicidade, ao colocar a cabeça fora de uma janela e ser morto por uma flecha inimiga.

No frio de dezembro, as companhias, caçando em pequenos grupos para dispersar a busca de abastecimentos, atravessaram as fronteiras de Zurique e Lucerna. Sua dispersão as tornava vulneráveis, ao mesmo tempo em que os seus crimes provocavam a reação suíça. No Schwyz, perto do lago de Sempach, no distrito montanhoso de Entlibuch, um campesinato ousado, orgulhoso de privilégios antigos, reuniu uma força de várias centenas para agir. Estimulados por esse exemplo, os jovens de Lucerna, contra as ordens das autoridades municipais, galgaram as muralhas à noite para juntar-se a eles, bem como outros, das cidades próximas. A 19 de dezembro, o grupo, com cerca de seiscentos homens, cercou a pequena cidade de Buttisholz, onde estava alojada uma companhia de “três mil” *Güglers*. Os suíços atacaram, mataram trezentos e queimaram outros vivos numa igreja, onde se tinham refugiado. O resto fugiu. Em triunfo, os homens de Entlibuch, com armas e troféus capturados, voltaram para suas montanhas. Vendo-os passar, um nobre que não tinha combatido gritou zombeteiramente do seu castelo para um montanhês montado num cavalo de batalha e usando elmo e armadura de um cavaleiro morto: “Nobre senhor de sangue nobre, devem os vilões usar essas armas?” O camponês respondeu: “Senhor, hoje misturamos de tal modo o sangue de nobres e de cavalos que será impossível identificá-los.” No local da escaramuça foi erguido um monumento comemorativo da *Niederlage der Gügler* (Derrota dos *Güglers*).

Berna, a cidade do Urso, inflamou-se com a notícia. Dentro de seis dias, uma força de bernenses e cidadãos das cidades próximas, inclusive Nidau e Laupen, foi reunida sob a liderança do principal magistrado da cidade. Na noite de Natal essa força surpreendeu uma companhia de bretões em Jens, a 25km de distância, e dei-

xou outros trezentos *Güglers* mortos, evidentemente com poucas baixas entre eles, pois estavam em condições de atacar de novo na noite seguinte.

Seu objetivo, então, foi a abadia de Fraubrunnen, onde estava instalado um inimigo do porte de Owen de Gales, com uma grande companhia. Levando a bandeira do Urso, os cidadãos marcharam durante a noite de 26 sob frio intenso e cercaram a abadia antes do amanhecer. Com altos gritos e tochas, incendiaram os edifícios e caíram sobre os “ingleses” adormecidos, matando muitos antes que acordassem. Os outros correram para suas armas, numa defesa desesperada: claustros habituados antes ao silêncio cerimonial encheram-se dos gritos e do clamor da batalha, os contendores lutaram “punhalada a punhalada, golpe a golpe”, fumaça e chamas enchiam todos os edifícios da abadia, Owen girava a espada com “raiva selvagem”, o líder bernense Hannes Rieder foi morto, mas seus homens forçaram os *Güglers* a lutar. “E os que fugiram foram mortos e os que ficaram foram queimados.” Owen escapou, perdendo oitocentos de seus homens. Os suíços também sofreram pesadas perdas, mas os sobreviventes voltaram a Berna cobertos de glória. Entre as bandeiras capturadas ainda exibidas na cidade está uma, vermelha e branca, manchada e rasgada, que teria sido de Coucy.* Estaria ele em Fraubrunnen, pessoalmente? Sua presença não é mencionada em documento algum, mas não é impossível que estivesse lá.

Berna decretou uma distribuição anual de esmolas como ação de graças; canções e crônicas celebraram a vitória sobre as temidas companhias que há muito afligiam a cristandade. Baladas contavam como o “Cavaleiro de Cussin partiu para tomar castelo e cidade”, com “quarenta mil lanças com seus chapéus pontudos”; como ele “achou que a terra era toda sua e trouxe seus parentes da Inglaterra para ajudá-lo com força militar e bens”; como o “duque Yfo de Gales veio com seu elmo dourado”; como o bispo de Basileia traiçoeiramente prometeu servir aos *Güglers*, e como, por fim, quando o duque Yfo foi a Fraubrunnen.

O Urso urrou: “Não me escaparás!
Eu te matarei, esfaquearei e queimarei!”
Na Inglaterra e França as viúvas todas choraram:
“Desgraça, desgraça!”
Contra Berna ninguém marchará nunca mais!”¹⁸

Para a posteridade, o papel de Coucy foi registrado de maneira mais sóbria, embora inexata, em latim, numa pilastra de pedra erguida em Fraubrunnen:

Buscando outra vez o dote da amada esposa
Que o irmão austríaco deu, Coucy, o líder inglês,
Levou através do mar os estandartes de fortes coortes:
Um cavaleiro atacando campos estrangeiros, distantes e amplos.

* O Museu Histórico de Berna descreve a bandeira como uma reprodução, feita no século XV, da original. Bernard Aucine sugere que ela pode ter sido capturada em 1388 quando os suíços reconquistaram Nidau, cedida a Coucy ao final da campanha do Aargau.

Neste lugar, nesta cadeia de montanhas, o povo de Berna
Destruiu o campo inimigo e matou muitos homens
Nessa guerra injusta. Assim, possa Deus Onipotente
Proteger o Urso dos [ataques] abertos e estratégias secretos
Do inimigo.¹⁹

A voz de um orgulho e uma confiança renascidos soa nessas canções e monumentos de guerra. As lutas em Buttisholz, Jens e Fraubrunnen, na semana do Natal de 1375, embora não destruíssem os *Güglers*, tiveram uma significação muito maior do que as suas proporções. Elas reenergizaram a luta suíça contra os Habsburgos e a impulsionaram na direção da batalha decisiva em Sempach, no Schwyz, 11 anos depois, na qual Leopoldo seria morto e o domínio Habsburgo sobre os cantões seria quebrado, embora fosse necessário mais um século para a conquista definitiva da independência da Confederação. Como catalisadora, a expedição de Coucy desempenhou um papel infeliz no crescimento de uma nação, não muito diferente do massacre realizado pelo Príncipe Negro em Limoges. Mas se os choques que provocou confirmaram a capacidade de luta dos plebeus, quando empenhados numa causa própria, a lição só se aplicaria aos suíços e, até certo ponto, também aos flamengos. Outras tentativas, como a Jacquerie, nas repetidas lutas civis do século XIV, foram esmagadas.

Depois de Fraubrunnen, Coucy foi obrigado a voltar para a França. Ante a recusa de Leopoldo em lutar, ele não podia conquistar a sua herança, nem podia manter as companhias por mais tempo num país devastado e vazio, numa temperatura congelante, e com o moral abatido pelas derrotas impostas pelo povo. Como Eduardo, como Lancaster, como todos os invasores de sua época, ele tinha tentado viver do país invadido, sem uma linha de abastecimento, e teve a mesma sorte dos outros. As sombrias repetições da história nunca foram mais evidentes do que na guerra dos *Güglers*. O hábito tem uma influência especialmente tenaz quando, como acontecia na Idade Média, o ritmo da transformação é lento.

O retorno, através da Alsácia, em janeiro, foi marcado pela fome e pelo frio. Os homens caíam pelo caminho ou desertavam, os cavalos famintos eram abandonados à morte, arreios e armaduras deixados de lado. Os fortes continuavam a saquear. As cidades fechavam suas portas aos saqueadores e num caso, com a ajuda da Virgem Maria, acrescentaram a humilhação de mais uma derrota. Os cidadãos de Altkirch, dispostos a lutar contra uma companhia de *Güglers* que se preparava para atacá-los, esperavam nas muralhas o sinal para começar o combate, quando o céu noturno foi subitamente iluminado por luzes coloridas, como uma aurora boreal. Convencidos de que sua padroeira, a santa Virgem, manifestava sua ajuda, os cidadãos assim estimulados atacaram. Com efeito igual, mas oposto, sobre o inimigo, a interferência celeste disseminou a consternação e pôs os *Güglers* em fuga.

Mais adiante, em Wattwiller, a um dia de viagem a cavalo do castelo de Le-

opoldo em Breisach, foi firmado um tratado, a 13 de janeiro, entre Coucy e os duques da Áustria, pelo qual estes lhe cediam o feudo do falecido conde de Nidau, inclusive a cidade de Buren, em troca de sua renúncia às demais pretensões.²¹ Se Coucy, ao se retirar, ainda representava uma ameaça suficiente para arrancar esse acordo, ou se o acordo foi negociado antes como o preço de sua retirada, não se sabe. De qualquer modo, ele não voltou para casa de mãos vazias.* As companhias vagaram ainda em sua marcha de retorno durante janeiro e fevereiro. Coucy tinha conseguido mantê-las fora da França por quase seis meses, mais tempo do que Du Guesclin, quando as levou para a Espanha em 1365.

O rei Carlos o nomeou logo, em fevereiro, juntamente com o marechal Sancerre, Olivier de Clisson e vários cavaleiros que serviram com os *Güglers*, para comandar operações contra seus antigos associados, que haviam reiniciado a pilhagem em Champagne.²¹ O *sire* de Coucy, “cavaleiro de pendão e caldeira com dois cavaleiros menores e sete escudeiros de sua casa”, e o marechal Sancerre teriam, cada um, duzentos soldados, e Clisson, cem, a soldo do rei, para comandar “contra várias companhias que acabam de voltar das fronteiras germânicas”. Evidentemente, eles exerceram uma pressão bem-sucedida. Em março, as companhias bretãs reapareceram ao longo do Ródano e em maio foram contratadas pelo papa para a guerra, reiniciada na Itália.

A conferência anglo-francesa de paz em Bruges, recomeçada em dezembro de 1375 na presença de duques, cardeais, do condestável Du Guesclin e outras grandes personagens, desgastou-se em novos detalhes jurídicos, exhibições, justas, festas e banquetes, e atraiu ainda maior número de pessoas do que as conversações anteriores, até que uma epidemia não identificada limitou-lhe os prazeres. A disputa sobre os territórios e a soberania complicou-se ainda mais pela exigência de Carlos de que Eduardo pagasse indenizações por danos de guerra. Não houve acordo, exceto quanto à prolongação da trégua por mais um ano. Carlos, agora ansioso por uma “boa paz”, lembrou-se novamente do *sire* de Coucy, cujas ligações na Inglaterra “tornavam-no bem adequado para tratar da paz entre os dois reis”.

Na época da expedição de Coucy contra a Áustria, a inquieta Isabel tinha voltado, como de costume, para a Inglaterra, deixando a França vários meses antes da partida do marido. A julgar pelos vários presentes, subvenções e subsídios que o rei Eduardo lhe fez, ela ainda exercia um fascínio sobre o pai.²² Agora na senilidade, Eduardo estava também dominado pelo fascínio de uma bela e vulgar amante, Alice Perrers,²³ a quem deu as roupas e jóias da falecida rainha, e que desfilou por Londres, a caminho de um torneio, num carro triunfal sob o título de “Senhora do Sol”.²⁴ Em sua visita anterior, Isabel não ficou residindo na corte com a substituta

* Segundo fontes suíças, a cessão só foi feita dez anos depois, quando Leopoldo quis o apoio de Coucy contra os suíços, na luta que levou a Sempach.

da mãe, mas agora seus escrúpulos foram vencidos pela afeição filial, ou possivelmente pela expectativa de generosidades. O rei pagava as dívidas, as despesas e os salários dos criados da filha, e concedeu perdões a três criminosos diferentes pelos quais ela intercedeu, inclusive um deles, responsável pela “quebra da paz” ao matar o servo de outro homem. Os registros não nos informam a razão do seu interesse. Ela foi presenteada “pela própria mão do rei” de um manto com capuz, de tecido escarlate, cortado ao estilo das roupas da Jarreteira, “com capuz e mangas forradas e revestido de arminho”; um outro, igual, para o dia de são Jorge; e, no Natal, com um vestido de veludo enfeitado de arminho para ela e para sua filha Filipa (Maria, a herdeira do domínio de Coucy, tinha ficado na França).

Como neta do rei Eduardo, Filipa, de oito anos, era uma personagem distinta, noiva desde os quatro anos de Robert de Vere, quinto conde de Oxford, então com dez anos. Em consequência dessa aliança, ela usava o título de condessa de Oxford e partilhou, com a mãe, das liberalidades do outonal monarca. Na passagem do ano, Eduardo deu a Isabel um conjunto completo de mobiliário para uma capela e duas selas, uma de veludo vermelho bordada de violetas de ouro e outra ornamentada com sóis de ouro e cobre. Ela caçava em Windsor, praticava a arte do arco com 12 damas, cada uma das quais tinha ganho do rei um arco ornamental, e foi sem dúvida com relutância que voltou para a França em janeiro de 1376, quando Coucy retornou do Aargau. Em abril, ela estava pronta para viajar outra vez para a pátria. Naquele mês Coucy pediu ao rei da França permissão para visitar a Inglaterra com sua mulher.

Desde o retorno do Aargau, os amigos de Coucy insistiam com ele para que se tornasse integralmente francês.²⁵ Argumentavam, segundo Froissart, que ele não tinha necessariamente de perder suas terras inglesas se tivesse de fazer a escolha, porque o rei da Inglaterra não havia de esperar que abrisse mão de seu domínio francês, muito maior, e em especial por ser ele francês “de nome, sangue, armas e descendência”. Como se sabia estimado pelo rei da França, a quem se sentia grato pelo financiamento de sua expedição austríaca, e sem dúvida também por não desejar, no caso do reinício da guerra, ficar outra vez numa neutralidade forçada e difícil, Coucy estava chegando a uma decisão. Mas esperava, primeiro, resolver com clareza a questão de suas terras e rendas inglesas nessa visita. Sua mulher inglesa, tendo em vista seu forte apego à pátria, ter-se-ia oposto de maneira enérgica a uma renúncia ao seu país. Não obstante, tal escolha estava claramente no espírito do marido, quando este aceitou a nova missão.

“E vendo ser ele considerado como um dos mais prudentes e sábios dos nobres [...] em quem não se podia desejar maior bem e fidelidade, foi-lhe dito: ‘*sire* de Coucy, é intenção do rei e de seu conselho que pertençais conosco à França e que nos presteis ajuda e conselho no trato com o inglês. Portanto, vos pedimos que façais esta viagem às escondidas e com prudência, como sabeis fazer, e que verifiqueis com o rei da Inglaterra e seu conselho em que termos a paz pode ser celebrada entre nós e eles.’ Assim, ele apressou a viagem.”²⁶

Comoção na Inglaterra

 OUCY chegou à Inglaterra em abril de 1376, exatamente quando o descontentamento inglês chegava ao auge no primeiro *impeachment* de ministros da coroa pelo Parlamento. Na histórica sessão chamada de Bom Parlamento, a monarquia descobriu que tinha esgotado o cálice da confiança pública num governo que não podia ganhar a guerra, nem suspendê-la.

A incapacidade de concluir a paz em Bruges levou ao máximo o ressentimento público contra os corruptos funcionários reais, uma guerra nada lucrativa, os desertos militares e o desperdício ou desvio do dinheiro dos impostos pagos pelo povo. Eram os mesmos males que vinte anos antes tinham provocado o desafio do Terceiro Estado francês à monarquia. Fizeram-se sentir novamente quando a coroa inglesa precisou de um novo subsídio, a fim de preparar-se, ante a perspectiva do fim da trégua, dentro de um ano. O Parlamento foi convocado para abril, e, enquanto os membros se reuniam, Londres vibrava com “um grande murmúrio do povo”.

O *sire* e a *dame* de Coucy, recebidos “alegremente” pela corte à sua chegada, viram-se em meio da ira e da crise que cercava a família real e se concentrava no irmão de Isabel, John de Gaunt, também conhecido como duque de Lancaster. Em lugar do príncipe enfermo e do rei senil, era ele a figura-chave no governo real e passara a ser responsabilizado por tudo o que não dera certo.

Setenta e quatro cavaleiros dos condados e sessenta burgueses das cidades constituíam a Câmara dos Comuns do Bom Parlamento. Agindo com algum apoio dos Lordes, eles exigiram o atendimento de 146 reivindicações, antes de concordar com um novo subsídio. Sua principal exigência era o afastamento dos ministros corruptos, bem como da amante do rei, considerada geralmente como venal e bruxa. Queriam também Paramentos anuais, eleição e não nomeação dos seus membros, e uma longa lista de restrições a práticas arbitrárias e mau governo. Duas de

suas maiores insatisfações eram dirigidas não contra o governo, mas contra a hierarquia de uma Igreja estrangeira e as exigências da classe trabalhadora, que se tornara desobediente e desordeira. Também essas questões eram de grande importância: uma delas levaria ao rompimento final com Roma e a outra, muito antes, à Revolta Camponesa.

A vigorosa e alegre Inglaterra que Coucy conhecera depois de Poitiers se tinha tornado tristemente mal-humorada. O orgulho das conquistas e a riqueza dos resgates se tinham dissipado como a fumaça, a energia e a confiança haviam mergulhado nas dissensões e frivolidade, o grande império reduzira-se. Esquadras inglesas eram vergonhosamente varridas do canal da Mancha, escocesses belicosos na fronteira — contra os quais Eduardo lutava há mais tempo até do que contra os franceses — continuavam tão indomáveis quanto antes. Os heróis da Inglaterra — Henry de Lancaster, Chandos, o príncipe de Gales — estavam mortos, ou quase; a boa rainha tinha sido substituída por uma prostituta, que, ao que se acreditava, dominava o rei porque lhe havia restaurado a potência sexual através dos feitiços de um frade entendido em magia negra. O outrora exuberante Eduardo, que contemplara a vitória de um moinho de vento em Crécy, era agora um velho tolo e apaixonado, “com a mente menos vigorosa que a de uma criança de oito anos”.¹ A maré alta do sucesso transformara-se em uma sucessão de perdas, cada uma delas paga pela desorganização do comércio e pelo aumento dos impostos. Um reinado de cinquenta anos de guerras incessantes chegava ao fim em meio a um crescente sentimento de esforço perdido e desgoverno.

Já então, a Inglaterra estava contagiada pela anarquia que a guerra difundira pelo continente europeu. Os soldados, voltando com o hábito, mas agora sem os frutos da pilhagem, organizaram pequenas quadrilhas para viver do roubo, ou como agregados de senhores e cavaleiros, que, ao regressar, viam suas propriedades empobrecidas em consequência da Peste Negra. Toda uma geração, desde o saque de Caen no primeiro desembarque de Eduardo, até o ataque ao Aargau, se tinha habituado ao banditismo e a ele recorria facilmente, em sua própria pátria. Segundo uma queixa no Parlamento, companhias de homens e arqueiros, por vezes comandadas por um cavaleiro, “percorrem em grandes bandos as diversas partes da Inglaterra”, tomam posse de casas senhoriais e de terras, violentam mulheres e moças e as levam para condados estranhos, “espancam, aleijam e matam pessoas para ficar com suas mulheres e seus bens”, mantêm-nas prisioneiras pelo resgate e “algumas vezes comparecem perante os juízes em suas sessões de tal modo, e com grande força, que os juízes ficam com medo e não são bastante duros para cumprir a lei”.² Praticam arruaças e “ofensas horríveis”, razão pela qual o reino está em grande comoção, “para grande mal e sofrimento do povo”. A justiça real não se empenhava com seriedade em contê-los porque o rei dependia, para suas forças militares, dos mesmos nobres responsáveis por essas desordens.

O resultante colapso da justiça era uma das principais causas da irritação dos Comuns. Na *Vision of Piers Plowman*, que apareceu em 1377, a figura da Paz acusando o Erro, na pessoa de um oficial do rei, que levou seus cavalos e cereal, e dei-

xou um vale da Fazenda real como pagamento, queixa-se de que não o podia processar porque “ele mantém seus homens para matar os meus”. A anarquia privada também crescia. “Digam-me”, perguntava o bispo de Rochester, simpatizante dos Comuns, “por que na Inglaterra tantos roubos permanecem impunes, quando em outros países assassinos e ladrões são habitualmente enforcados? Na Inglaterra o chão está inundado de homicídios e os pés dos homens escorregam no sangue deramado”.³

A desordem entre camponeses livres tinha aumentado porque sua exigência de maiores salários, em consequência do despovoamento, os colocou em constante conflito com a lei. O Estatuto dos Trabalhadores, num mundo que acreditava em condições fixas, ainda se apegava de maneira sinistra aos níveis de salário anteriores à peste, cego às realidades da oferta e procura. Como era impossível impor as determinações sobre a troca de um emprego por outro melhor, os castigos eram constantemente aumentados. Os transgressores que não podiam ser presos eram considerados fora-da-lei — e assim passavam a sê-lo, por força de sua condenação. Os camponeses livres adotaram uma vida nômade, abandonando a residência fixa para que o estatuto não pudesse ser aplicado contra eles, vagando de um lugar para outro, buscando trabalho diarista por bons salários, onde o encontravam, recorrendo ao roubo ou à mendicância, quando não, rompendo os laços sociais, vivendo na clássica oposição à autoridade, como Robin Hood com o xerife de Nottingham.

Foi então que a lenda de Robin Hood adquiriu grande popularidade entre o povo, embora não entre os senhores do campo e os comerciantes sólidos dos Comuns. Queixavam-se eles, com amargura, de que, “por grande maldade”, trabalhadores e servos iam embora à vontade, e que, “se seus senhores censuram-nos pelo mau serviço ou querem remunerá-los de acordo com os ditos estatutos, desaparecem subitamente de seu serviço e de seu condado [...] e vivem vidas más e roubam os pobres em aldeias simples em grupos de dois ou três juntos”.⁴

Para mantê-los na terra, os senhores ofereciam muitas concessões, e as cidades saudavam os andarilhos que vinham atender à escassez de artesãos, de modo que os trabalhadores se tornaram agressivos e independentes. Segundo Langland, quando sua sorte melhorou, ficaram irritados, rebeldes e exigentes em relação à comida: “Não se dignam almoçar legumes do dia anterior [...] cerveja barata não serve, nem um pedaço de presunto”, mas sim carne recém-preparada, peixe frito, “bem picante para o prazer de seu bucho”. Convivendo com vilões e artesãos, aprenderam a tática da associação e das greves, combinaram-se contra os patrões, subscreveram dinheiro para “defesa mútua” e “reuniram-se em grandes grupos e concordaram por essa Confederação que todos se ajudarão mutuamente a resistir aos seus senhores com mão forte”.⁵ Uma geração preparada para revoltar-se contra a opressão estava tomando forma.

A volta da Peste Negra em 1374-75, na mesma epidemia que apressou a partida de Coucy da Lombardia, reduziu ainda mais a população e o rendimento dos impostos. Os surtos intermitentes estavam começando a ter um efeito cumulativo sobre o declínio populacional, bem como sobre as perspectivas sombrias do século,

que se agravavam. No imposto *per capita* de 1379, quatro aldeias do condado de Gloucester não apresentaram qualquer receita;⁶ em Norfolk, seis séculos depois, cinco igrejas, pequenas à distância de um dia de caminhada entre elas, ainda permaneciam no deserto silencioso dos locais de aldeias abandonadas no século XIV.⁷ Como antes, porém, a mortalidade não era localizada, e havia filhos mais novos famintos de terra, parentes pobres e arrendatários sem terra prontos a ocupar propriedades sem dono e manter a terra cultivada.

A inquietação religiosa também estava perturbando o espírito público e encontrou expressão no teólogo e pregador de Oxford, John Wyclif.⁸ Visto pelo telescópio da História, ele foi o inglês mais expressivo de sua época. O materialismo da Igreja e o mundanismo de seus representantes eram queixas velhas em toda a Europa, mas foram aguçadas na Inglaterra pelo antagonismo a um papado estrangeiro. Como em outros lugares da Europa, havia um profundo anseio de dessecularização da Igreja e de limpar o caminho para Deus de todo o dinheiro, taxas, doações e oblações que o obstruíam. Em Wyclif, as tendências políticas e espirituais do protestantismo inglês se encontraram e se fundiram numa filosofia e num programa.

Com o título de mestre por Balliol aos 36 anos, Wyclif estimulou o anticlericalismo e despertou atenção pelos seus comoventes sermões. Sobre a oposição entre a autoridade secular e a autoridade espiritual, ele levou mais longe as perigosas reflexões de Marcílio de Pádua e Guilherme de Okham, e viu-se como campeão da luta inglesa contra a supremacia do direito pontifical sobre os tribunais do rei e contra o pagamento de rendas ao papado. Como capelão real na década de 1360, formulou idéias muito atraentes para o governo sobre a relação entre a Igreja e o Estado. Em 1374, serviu como enviado do rei na tentativa de um entendimento com o papa.

No ano da visita de Coucy, Wyclif metaforicamente pregou sua tese na porta, na forma do tratado *De civili dominio* (Sobre a autoridade civil), que propunha nada menos do que a secularização da propriedade temporal da Igreja e a exclusão da participação do clero no governo temporal. Toda autoridade, argumentava ele, vem de Deus, e em assuntos terrenos pertencia apenas aos poderes civis. Numa progressão lógica e numa ousada polêmica cheia de referências às "ordens nojentas" dos frades e aos "diabos chifrudos" da hierarquia, suas teorias logo o levariam à proposição radical de que o clero devia ser afastado como o mediador necessário entre o homem e Deus.

A realização característica de Wyclif foi expressar tanto o interesse nacional como o sentimento popular. Durante décadas, o Parlamento queixara-se amargamente da renda retirada da Inglaterra pelos ocupantes estrangeiros de ricos benefícios, como o orgulhoso cardeal Talleyrand de Périgord. Dizia-se ser tal soma duas vezes a receita da coroa, e as propriedades da Igreja na Inglaterra eram calculadas num terço da terra dos reino. A venda de cartas pontificais de autoridade por im-

postores era um abuso agravado pelos negócios regulares com selos papais forjados. A imunidade do clero em relação à justiça civil, deixando queixas dos leigos sem atendimento, era outro motivo de ressentimentos. Acima de tudo, o povo reclamava da inadequação dos padres. Quando um sacerdote podia comprar da autoridade diocesana a licença para ter uma concubina, como poderia ele ter melhor acesso a Deus do que o pecador comum?⁹ A desmoralização dos padres era tão grande que, quando um homem confessava ter praticado adultério, o confessor não podia perguntar o nome da mulher, para que não viesse a tirar vantagem pessoal de seu erro.¹⁰

A venalidade, se não a luxúria, do padre paroquial era, em geral, consequência de seus baixos rendimentos, que levavam à necessidade de vender seus serviços; até mesmo a Eucaristia podia ser negada, a menos que o comungante fizesse uma oferta, o que transformava o ritual numa farsa.¹¹ Judas, dizia-se, vendeu o corpo de Cristo por trinta moedas de prata; agora, os padres o faziam diariamente por um vintém. A frivolidade era outra queixa: os vigários eram censurados pelos seus bispos por deixar cair pingos de vela do coro sobre a cabeça dos que estavam lá embaixo, ou por realizarem uma “detestável” paródia do serviço divino “com o propósito de provocar risos e talvez de gerar a discórdia”. Os clérigos mundanos foram censurados em 1367 por usar gibões curtos e apertados com mangas compridas forradas de pele ou seda, caros anéis e cintos, bolsas bordadas, facas parecidas com espadas, botas coloridas e até mesmo aquela marca do Diabo, sapatos de ponta, abertos e curvados.¹²

Os grandes prelados de família nobre eram tão imponentes quanto seus pares leigos: vestiam seus séquitos com uniformes e viajavam com escudeiros, secretários, falcoeiros, cavaleiros, mensageiros, pajens, cozinheiros, carreteiros e carregadores. A caridade não existia neles, escreveu Langland; os bispos da Santa Igreja outrora dividiam o patrimônio de Cristo entre os pobres e necessitados, “mas agora a Avareza guarda as chaves”; a caridade vestia outrora “o hábito do frade, mas isso foi há muito tempo, durante a vida de São Francisco”. Seu companheiro, o poeta John Gower, falando “por todos os cristãos”, denunciou os padres absenteístas e os bispos que aumentavam suas elevadas rendas, aceitando subornos de adúlteros ricos, e os cardeais arrogantes em seus chapéus vermelhos “como uma rosa carmesim aberta ao sol; mas aquele vermelho é a cor do orgulho culpado”.

Quando, depois da denúncia desses padres, Wyclif chegou ao ponto de negar a validade do sacerdócio em si como necessário à salvação, golpeou as bases da Igreja e sua interpretação do papel de Cristo. A partir desse ponto, ele caminhou inelutavelmente para a heresia de negar a transubstanciação, pois sem poder milagroso o padre não podia transformar o pão e o vinho no verdadeiro corpo e sangue de Cristo. O restante seguiu-se disso: a inutilidade do papa, a rejeição da excomunhão, da confissão, das peregrinações, do culto de relíquias e santos, das indulgências, do tesouro do mérito. Tudo devia ser varrido pela vassoura de Wyclif.

Em substituição, ele oferecia a Bíblia em inglês, traduzida pelos seus discípulos, para que a religião pudesse ser levada a todos de forma compreensível, sem a ne-

cessidade do padre e de seu latim macarrônico e sem sentido. Nenhum outro ato de um reformador religioso atingiria mais incisivamente o estabelecimento milenar da Igreja Cristã, mas para isso faltavam ainda alguns anos. Na década de 1370, o movimento de dissensão, chamado lolardismo, por causa de uma palavra aplicada aos místicos flamengos e que significava “resmungões”, começava a abrir caminho para a mudança. Embora o lolardismo fosse maior entre a gente comum e o clero mais humilde, disseminou-se também entre cavaleiros e alguns grandes nobres que se ressentiam do apego do clero ao poder político. O conde de Salisbury retirou todas as estátuas de santos de sua capela, ganhando o título de “zombador de imagens, escarnecedor de sacramentos”, e houve outros, chamados de “cavaleiros enchapelados”, que se recusavam a descobrir a cabeça quando a hóstia era levada pelas ruas.¹³

As idéias de Wyclif e as necessidades da coroa se harmonizavam como a espada e a bainha, o que explica a estranha aliança que fez dele um protegido de John de Gaunt. Sua teoria da secularização dos bens eclesiásticos, segundo a qual os nobres podiam voltar à posse de terras legadas por seus ancestrais à Igreja, deu uma base doutrinária ao desejo de Gaunt de saquear as riquezas da Igreja. O que Henrique VIII conseguiu fazer um século e meio depois, John de Gaunt já imaginava em 1376. Enquanto isso, as perdas de territórios na França, pelas quais foram responsabilizados o chanceler, um clérigo, Guilherme de Wykeham, bispo de Winchester, e seus colegas eclesiásticos no poder, provocaram o seu afastamento do governo. Os Lordes no Parlamento resolveram em 1371 que apenas os leigos “capazes de responder por seus delitos nos tribunais do rei” podiam, a partir de então, ocupar os cargos de chanceler, tesoureiro, barões do Tesouro* e secretários do Conselho Privado.

A maré adversa na França não foi contida pela mudança. Comerciantes e nobreza rural não se sentiam satisfeitos ao ver o dinheiro que lhes era arrancado em impostos dissipado nas *horribles expenses et incroyables*¹⁴ incorridas pelo duque de Lancaster e sua comitiva em Bruges. Os enviados passaram o tempo — segundo o severo monge de St. Albans, Thomas Walsingham, que odiava Lancaster devido à sua política anticlerical — em “arruaças [...] orgias e danças”, ao custo de 20 mil libras. Se a *Chronicon Angliae* de Walsingham é suspeita pela sua aversão a Lancaster, também é valiosa pela informação viva sobre uma época agitada.

A fidelidade do povo também foi submetida a dura prova pelo direito de aprovisionamento, isto é, o direito que tinha o rei, quando em viagem, de requisitar abastecimentos numa faixa de certo número de quilômetros de ambos os lados da estrada, e também o abastecimento do exército. Os executores desse direito “caem sobre os homens e os cavalos em meio de seu trabalho no campo [...] até mesmo sobre os bois castrados no arado”, de modo que “os homens se lamentam e murmuram” à aproximação do rei.¹⁵ O que era um aborrecimento transformava-se,

* “Barões” era o título que tinham certos funcionários do Tesouro, sem que isso implicasse foros de nobreza. (N. do T.)

em época de guerra, numa tirania econômica. Os nobres encarregados da organização militar lucravam com os contratos de guerra, bem como os fornecedores reais e os secretários que faziam os pagamentos com os fundos do Tesouro. As cidades litorâneas sofriam com o alojamento de soldados enquanto esperavam transporte para além-mar. O comércio declinava devido à interrupção dos transportes marítimos, os resgates já não fluíam numa torrente dourada para alimentar a economia, e os poucos que ocorriam eram reservados pela coroa ao pagamento dos soldados e a libertação de prisioneiros ingleses. As prestações do resgate do rei João tinham alcançado apenas três quintos do total quando o rei Carlos suspendeu os pagamentos com o reinício da guerra e até mesmo pediu a devolução do dinheiro, como indenização. Já então a Inglaterra estava empobrecendo, em lugar de enriquecer, com a guerra.

Quando o Parlamento¹⁶ reuniu-se em 1376, os Comuns, que existiam apenas como um corpo *ad hoc* com a finalidade de autorizar impostos, preparou-se para a ação política. Primeiro, procurou fortalecer-se com a associação com os lordes, que representavam o Parlamento permanente e entre os quais havia uma forte facção anti-Lancaster, preparada para desafiar o duque. Um Conselho de Doze, constituído de quatro bispos, quatro condes e quatro barões, foi escolhido entre os lordes para agir de acordo com os Comuns. O líder leigo do grupo era o antigo tutorado de Coucy, o jovem conde de March, casado com Filipa, filha do irmão mais velho de Lancaster, o falecido duque de Clarence. Ela fazia parte da linha de sucessão, depois do agonizante Príncipe Negro e seu filho de nove anos, Ricardo. Em consequência, seu marido acreditava ter razões para temer o duque de Lancaster, a quem a voz do povo atribuía sagazes manobras nepotistas visando à coroa.

Lancaster tinha, realmente, os olhos fixos numa coroa, mas era a de Castela, por direito de casamento com uma filha do falecido Pedro, o Cruel. Ele já se intitulava rei de Castela — ou Monsieur d'Espagne — e provavelmente não tinha intenções sérias de usurpar os direitos do sobrinho; o que queria era acabar com a guerra na França para poder mobilizar as forças da Inglaterra e conquistar o trono espanhol. Como presidente do Conselho Real, era ele o verdadeiro chefe do governo; controlava o pai, o rei, em aliança com Alice Perrers, e adquiriu reputação de libertino ao manter às claras uma amante, Katherine Swynford, viúva de um cavaleiro morto na Aquitânia, com quem mais tarde casou-se respeitavelmente e com quem deu início à linhagem Tudor. Ele vivia no esplêndido palácio de Savóia, às margens do Tâmbisa, com terraços, roseirais, magníficas coleções de jóias e o resto da herança do pai de sua primeira mulher, o primeiro duque de Lancaster. Em suma, tinha todos os atributos de poder e riqueza necessários à impopularidade, e era em geral considerado como um vilão. Essa reputação, como a de seu irmão mais velho, como modelo da ordem da cavalaria, era provavelmente exagerada.

A agitação popular com a reunião do Parlamento foi intensificada com a

chegada do príncipe de Gales, que se fez carregar de sua propriedade no campo até Westminster, para estar presente à sessão. Seu objetivo, à sombra da morte, era ter a garantia dos lordes e dos Comuns de fidelidade ao seu filho, mas o público achou que tinha ido apoiar os Comuns contra o irmão, o duque, cujas ambições, ao que se acreditava, ele temia. De fato, o arrogante temperamento do príncipe não era de molde a receber bem qualquer interferência com a monarquia, mas o que importa não é tanto a realidade, mas aquilo que o público considera como sendo a realidade. Como no Parlamento os questionadores aceitavam o príncipe como seu partidário, sentiram-se mais seguros e mais fortes com a sua presença.

A tumultuosa assembléia foi realizada em Westminster, com os Comuns reunidos na casa do capítulo da abadia, e os lordes, na Sala Branca do vizinho palácio. Como conde de Bedford, Coucy poderia ter ocupado um lugar entre os lordes na solenidade de abertura, a 28 de abril, mas não há indicações de que o tenha feito.¹⁷

Tomando a ofensiva, os Comuns, pela primeira vez na sua história, elegeram o presidente dos trabalhos na pessoa de um cavaleiro do condado de Hereford, *sir* Peter de la Mare, que não acidentalmente era senescal do conde de March. Momentos críticos produzem, com freqüência, homens à altura da situação; *sir* Peter mostrou-se homem de coragem, perseverança e, no julgamento tendencioso de Walsingham, um “espírito animado por Deus”. Em nome de toda a Câmara, ele fez acusações de prevaricação contra dois ministros do rei, lorde Latimer, o camareiro, e *sir* Richard Lyons, um rico comerciante e membro do Conselho Real, principal agente do rei junto à comunidade comercial, e também contra Alice Perrers, que, como se disse, “tem anualmente até três mil libras dos cofres do rei. O reino lucraria muito com seu afastamento”.

Latimer era um grande nobre e cavaleiro da Ordem da Jarreteira, veterano de Crécy, Auray e da longa marcha de Lancaster, antigo condestável de Dover e guardião de Cinque Ports. Ele e Lyons foram acusados pelo presidente de acumular imensas fortunas através de complôs e fraudes para enganar as receitas, inclusive a aceitação de 20 mil libras do rei, como pagamento de empréstimo de 20 mil marcos, quando o marco valia dois terços da libra.

Um a um, os membros dos Comuns, falando de uma tribuna no centro da sala, apresentaram suas acusações e reclamações. Os conselheiros do rei, disseram eles, tinham enriquecido à custa do empobrecimento da nação; tinham enganado o soberano e usado mal as receitas, provocando repetidas exigências de novos subsídios. O povo era muito pobre e fraco para suportar novos tributos. Em lugar disso, o Parlamento devia discutir a maneira pela qual o rei poderia manter a guerra com seus próprios recursos.

Furioso com a presunção do que ele chamava de “esses cavaleiros de baixa nobreza”, Lancaster ameaçou, em particular, “dar-lhes tal susto que eles não me provocarão mais”. Foi advertido por um conselheiro de que os Comuns “têm a aprovação do príncipe vosso irmão” e o apoio dos londrinos, que não permitiriam que fossem tocados. Para ganhar tempo, o duque visitou os Comuns no dia seguinte, com um ar tão gentil que os membros da Câmara o contemplaram com espanto,

mas nem por isso deixaram de continuar as acusações contra Latimer e Lyons. Convocaram como testemunhas dois antigos tesoureiros e outros funcionários, exigiram o exame das contas públicas e conduziram a sessão como se fosse um julgamento formal. Quando todas as provas foram ouvidas, os Comuns gritaram unanimemente: "Lorde duque, agora podeis ver e ouvir que lorde Latimer e Richard Lyons agiram com falsidade em benefício próprio, para o que exigimos remédio e reparação!"

Quando Latimer quis saber por quem, e com que autoridade, estava sendo acusado, *sir* Peter de la Mare deu a histórica resposta de que os Comuns, como um órgão, mantinham todas as acusações em comum. De um só golpe, ele criou o meio constitucional para o *impeachment* e afastamento de ministros. Lyons procurou obstar o movimento, enviando ao Príncipe Negro um suborno de mil libras escondidas numa barrica de estrução. O príncipe devolveu-as, mas o rei, num cinismo mais cômodo, aceitou um presente semelhante, com a observação irônica de que estava apenas recebendo de volta o que era seu.

O Parlamento considerou válidas as acusações. Os dois ministros acusados e quatro subordinados, inclusive o genro de Latimer, lorde Nevill, ligado à casa real, foram considerados culpados, afastados do cargo e condenados a multas e prisão, embora Latimer fosse libertado logo, através de uma fiança oferecida por um grupo de amigos. Até mesmo Alice Perrers foi afastada, sob acusação de interferência com a lei, por sentar-se junto com os juizes no tribunal para pressioná-los a decisões favoráveis a amigos seus.

As petições de reforma foram aceitas, em nome do rei, por John de Gaunt, que achava não dispor, no momento, de apoio suficiente entre os lordes para agir de outra maneira. Além dos Parlamentos anuais, os Comuns exigiam eleição dos membros pelas "melhores pessoas" dos condados, e não por nomeação do xerife. A petição de maior rigor no cumprimento do Estatuto dos Trabalhadores, com previsão de prisão e castigo dos infratores, refletiu o crescente antagonismo entre patrão e empregado. Da mesma forma, o antagonismo cada vez maior ao papado evidenciou-se na petição de eliminação dos coletores de tributos pontificais e proibição da exportação de dinheiro. Não foi feita nenhuma petição de paz, provavelmente porque os Comuns acreditavam que os recentes reveses na guerra tinham sido consequência da liderança incompetente e corrupta, que estavam agora substituindo.

Para conter John de Gaunt — ou "pendurar o guizo no gato", como na fábula de Langland — e preservar as reformas, depois de dissolvido o Parlamento, foi nomeado um novo Conselho de nove lordes e prelados, incluindo o ex-chanceler, Guilherme de Wykeham, e o arcebispo de Canterbury, Simon de Sudbury, personagem bastante medíocre, de nascimento plebeu. A juventude do Conselho era característica da pouca idade com que os homens começavam a exercer o poder. Com exceção de Wykeham e Sudbury, seis dos sete outros membros, inclusive Guilherme Courtenay, bispo de Londres, tinham menos de 34 anos, dois deles menos de trinta e um, o conde de March, 25 anos. Seu adversário, o grande duque de Lancaster, tinha 36, nascido que era no mesmo ano em que Coucy.

Exatamente quando o Parlamento chegava ao auge de suas realizações, o príncipe entrou na fase fatal de sua enfermidade, complicada pela disenteria. Enfraqueceu a tal ponto que desmaiou várias vezes e foi considerado morto. Seus aposentos encheram-se de médicos e cirurgiões, com choros e soluços de seus seguidores e visitas da família real para as despedidas finais. A irmã Isabel e o *sire* de Coucy o visitaram em seu leito de morte, para verter também suas lágrimas.¹⁸ John de Gaunt compareceu, bem como os dois irmãos mais novos, Edmundo de Langley, futuro duque de York, uma mediocridade, e Tomás de Woodstock, desagradável, violento e malfadado. Na triste situação de sobreviver a um filho, o rei também o visitou, em meio “a grandes lamentações”, e “ninguém ali pôde conter as lágrimas, em profunda desolação, ante as circunstâncias e a dor do rei ao despedir-se para sempre do filho”, o quinto de sua prole adulta a partir antes dele.*

As portas do quarto do príncipe ficaram abertas para que os velhos camaradas, e todos os que o tinham servido, pudessem presenciar o desenlace, “e cada qual soluçou pesadamente e chorou com muita emoção”, e ele disse a todos: “Recomendo-vos o meu filho, que é muito jovem e pequeno, e peço-vos, como me haveis servido, que também o sirvais fielmente.” Pediu ao rei e a Lancaster um juramento de apoio, que eles fizeram sem reservas, e todos os condes, barões e jovens cavaleiros também juraram, e, “com os lamentos e soluços, o choro alto e suspiros, havia um grande rumor”.

Na véspera do dia final, o testamento e a última vontade do príncipe foram concluídos, contribuindo para as disposições detalhadas já providenciadas. Embora a morte fosse apenas a partida da alma que deixava a prisão do corpo, era habitualmente acompanhada de cuidados muito minuciosos, com legados, funerais, túmulo e todos os outros aspectos dos despojos mortais, como se a preocupação com o que devia vir aumentasse a relutância em deixar o mundo. As instruções do príncipe foram excepcionalmente detalhadas: sua roupa de cama, inclusive cortinas bordadas com os feitos de Saladino, eram deixadas para o filho, os cavalos de batalha tiveram destinações específicas, a procissão fúnebre foi organizada até a última trombeta, a efígie de seu túmulo encomendada, numa curiosa ambivalência, devendo mostrá-lo “em armamento completo no orgulho da batalha [...] nosso rosto manso e nosso elmo de leopardo colocado sob a cabeça”.¹⁹

Os bispos que o assistiam instaram com o agonizante para que pedisse perdão a Deus e a todos os que tinha ofendido. Numa última manifestação de arrogância, ele recusou e, quando o fim se aproximou, uniu as mãos em oração e pediu o perdão de Deus e dos homens. Não conseguiu, porém, preservar a humildade. Quando *sir* Richard Stury, cavaleiro lolardo que havia sido afastado da casa real pelo Bom Parlamento e que a certa altura se tinha evidentemente inimistado com o príncipe, foi “fazer as pazes”, o príncipe disse com amargura: “Vem, Richard, vem ver o que sempre desejaste ver.” Quando Stury protestou a sua boa intenção, ele retrucou:

*Os outros foram Lionel, morto na Itália; Joana, na Peste Negra; e duas filhas, Margaret, casada com o conde de Pembroke; e Mary, casada com o duque da Bretanha.

“Que Deus te dê o que mereces. Deixa-me, não quero ver mais o teu rosto.” Quando seus confessores lhe pediram que não morresse sem perdoar, ele ficou calado e, só ao ser pressionado, murmurou por fim: “Perdão.” Algumas horas depois, a 8 de junho de 1376, morria aos 46 anos.

Como conde de Bedford e membro da família, Coucy participou da procissão fúnebre de quase um quilômetro, com o rei Eduardo e os irmãos do príncipe atrás da carreta fúnebre, puxada por 12 cavalos. No monumento em Canterbury, onde o príncipe quis ser enterrado, foram inscritos versos em francês sobre o tema tradicional da transitoriedade do poder terreno: como, na vida, o morto teve grande nobreza, terras, casas, tesouro, prata e ouro, mas agora, de tudo privado, com a beleza perdida e a carne apodrecida, ele jaz sozinho, lembrando aos passantes:

Como és, assim fui.
Como sou, assim serás.

Envolta em armadura, a efígie fala de modo diferente: no pouco que se pode ver do rosto sob um bigode caído e um elmo que o cobre quase totalmente, não há vislumbre da humildade cristã.

Deixada entre um rei senil e um herdeiro criança, tendo ao leme apenas o odiado regente Lancaster, a nação mergulhou numa dor exagerada pelo medo. Numa época em que as derrotas no mar reviviam os temores de invasão francesa, os ingleses sentiram-se privados de seu protetor, “pois enquanto ele viveu”, escreveu Walsingham, “não se temiam incursões do inimigo, tal como não se temia nenhum encontro de guerra quando ele estava presente”. Se o príncipe tivesse vivido e preservado sua saúde, poderia ter evitado os problemas que surgiriam sob um rei criança, mas não a inquietação social nem a maré vazante de vitórias. Embora Walsingham censurasse “a inoportuna e ansiosa Morte”, a morte pode não ter sido inoportuna, pois, ao contrário do pai, o príncipe morreu quando sua imagem era ainda a de um herói. Froissart o chamou de “Flor da Ordem da Cavalaria de todo o mundo”, e o cronista dos *Quatre premiers Valois* viu nele “um dos maiores cavaleiros da Terra, tendo renome acima do de todos os homens”. Carlos V mandou celebrar uma missa de réquiem pelo seu finado inimigo na Sainte Chapelle, à qual compareceu com as fileiras da nobreza francesa.

O que havia no Príncipe Negro que todos admiravam? Seus camaradas na ordem da cavalaria orgulhavam-se dele porque representava a imagem que faziam de si mesmos; o massacre de Limoges não era nada para eles. O povo da Inglaterra chorou-o porque sua maravilhosa captura de um rei em Poitiers e suas outras conquistas o tinham envolvido numa aura de grandeza. Embora sua famosa vitória na Espanha se tivesse mostrado efêmera e sua bravura desaparecesse com a doença, ainda assim ele representava a escolha emocional de um povo para satisfazer seu anseio de um líder.

A morte do príncipe foi decisiva em favor de John de Gaunt. Quando ainda reunido, o Parlamento tomou a precaução de fazer com que o menino Ricardo lhe

fosse apresentado pessoalmente, para confirmá-lo como herdeiro legítimo. Feito isso, a memorável sessão foi encerrada a 10 de julho, tendo durado 74 dias, o mais prolongado Parlamento até então. Sua espetacular realização desmoronou no momento em que ele se dissolveu. Sem uma organização permanente, ou meios autônomos de promover nova reunião, os Comuns deixaram de existir como órgão, tão logo os seus membros se dispersaram pelos condados e cidades. Suas reformas não tinham tomado a forma de leis e, como as reformas da Grande Ordenação francesa, foram simplesmente anuladas pela mão que retomava o poder efetivo. Com favores ou ameaças, Lancaster conquistou ou neutralizou os principais lordes da oposição, exceto o conde de March, que foi obrigado a renunciar ao cargo de marechal. Seu lugar foi ocupado por um antigo aliado seu, *sir* Henry Percy, que se passou para o lado do duque.

A ausência de princípios políticos entre os lordes foi a chave do colapso. Lancaster declarou nula toda a sessão parlamentar, reconduziu aos cargos *lorde* Latimer e seus associados, demitiu o novo conselho e restabeleceu o antigo, deteve e deixou preso sem julgamento *sir* Peter de la Mare quando este tentou protestar, banuiu o bispo Guilherme de Wykeham da corte e confiscou-lhe as propriedades seculares. Quando, reafirmando seu domínio, chamou de volta Alice Perrers para restabelecer seu encantamento sobre o rei, os bispos que tinham agido com os Comuns "ficaram como cães mudos, incapazes de latir".

Com exceção do processo de *impeachment*, a obra do Bom Parlamento quase não deixou marcas constitucionais. Não obstante, ao expressar a vontade da classe média de maneira tão vigorosa, e por um breve momento também tão efetiva, o papel dos Comuns impressionou fortemente a nação e proporcionou uma experiência de ação política que deixou raízes.

Testemunha da comoção na Inglaterra, Coucy voltou à França no verão ou outono de 1376. Levando-se em conta a crise durante a sua visita, é improvável que ele tenha conseguido uma declaração definida dos termos de paz que a Inglaterra estava disposta a aceitar, mas teria na certa informações sobre uma nação dividida e vulnerável. Froissart diz que ele teria aconselhado Carlos V a não esperar que o rei da Inglaterra oferecesse combate ao fim da trégua, mas procurasse enfrentá-lo em seu próprio território, porque "os ingleses são sempre mais fracos e é mais fácil derrotá-los em sua própria terra."²⁰

Antes de Coucy deixar a Inglaterra, o rei Eduardo adoeceu gravemente e "todos os seus médicos se desesperaram e não sabiam como tratá-lo ou que remédios dar-lhe".²¹ Embora ele se recuperasse de forma espontânea, o fim de seu reinado aproximava-se claramente e com isso o momento da decisão de Coucy. Se Isabel voltou com ele para a França, ou se ficou com o pai enfermo, é incerto. O respeito que tinha pelo sogro impediu que Coucy tomasse qualquer medida naquela época, mas logo após seu retorno à França aceitou uma missão diplomática junto ao conde

de Flandres, para defender os interesses da França contra os da Inglaterra.²² Já então era membro do Conselho Real, e nele Carlos V confiava, devido à sua perspicácia e diplomacia. As preocupações do rei se tinham agravado com a doença mental da rainha Joana, que em 1373 “perdeu o siso e a memória”.²³ Depois de muitas orações e peregrinações do marido, que lhe era dedicado, ela recuperou a saúde e o senso e foi nomeada, na hipótese da morte do rei, tutora do delfim. Seria assistida por um Conselho de Regência de cinquenta membros, formado de prelados, ministros da coroa e Parlamento, e dez dos “mais notáveis e abastados” burgueses de Paris. Doze membros do Conselho prestariam serviços permanentes à rainha. Como membro do Conselho, Coucy tinha um salário anual de mil francos, além do pagamento de 500 francos mensais sobre a sua pensão anual de seis mil francos.²⁴ Mais ou menos nessa época, sua filha Maria, herdeira do domínio, ingressou na casa da rainha, que se encarregou de sua educação, juntamente com a do delfim e seus irmãos e irmãs.²⁵ Em abril de 1377, os registros mostram um pagamento de dois mil francos a Coucy, a serem descontados de sua pensão, para o fornecimento de bestas aos seus vários castelos, ante a possibilidade de renovação da guerra.

Ainda tentando evitar essa calamidade final, Carlos novamente enviou Coucy como diplomata para reabrir negociações com a Inglaterra,²⁶ dessa vez sem a companhia dos duques reais, para poupar a sua onerosa presença. Nos seis meses seguintes, de janeiro a junho de 1377, as conversações se fizeram em vários lugares, Boulogne, Calais e a meio caminho entre elas, em Montreuil, no litoral. Como o único nobre leigo num grupo de ministros, Coucy tinha como principal colega Bureau de la Rivière, o camareiro, além de dois ministros eclesiásticos, os bispos de Laon e Bayeux, e vários membros do Conselho.

Os enviados ingleses, representando partidários tanto de Lancaster como do falecido príncipe, eram homens que Coucy muito provavelmente conheceu em sua recente visita à Inglaterra, ou mesmo antes. Variando de uma reunião para outra, eles incluíam o tutor do herdeiro do trono, *sir* Guichard d'Angle, corajoso e admirado gascão, durante muito tempo companheiro do Príncipe Negro; o cavaleiro loldardo *sir* Richard Stury, a quem Lancaster reconduzira ao cargo; lorde Thomas Percy, veterano das guerras francesas e irmão de *sir* Henry Percy; o conde de Salisbury; e, por fim, um fiel servidor da corte ligado ao círculo de Lancaster, Geoffrey Chaucer.²⁷

Nomeado recentemente para o importante e bem remunerado cargo de administrador da Alfândega das Lãs do porto de Londres, Chaucer era um funcionário público bem-sucedido, cuja segunda carreira como poeta florescera num extraordinário rompimento com a precedente: em 1369, escreveu um longo poema de amor cortesão *The book of the duchess* (O livro da duquesa), não em francês como convinha ao seu tema e ao seu público, mas num inglês pouco literário e ainda instável. Embora conhecesse bem o francês, do qual tinha traduzido o *Roman de la Rose*, alguma coisa na ambiência de sua época o levou a trabalhar na mesma língua de seu esquelético e pobre contemporâneo, o clérigo das ruas, Langland, que se intitulava o Comprido Will.

Em situação diferente de Langland, Chaucer recebia do rei o auxílio de um jarro diário de vinho e casou-se com a irmã de Katherine Swynford, Filipa, parentesco que os levou a ambos para a casa ducal. *The book of the duchess* era uma graciosa elegia para a primeira mulher de Gaunt, Blanche, dama muito querida que morreu aos 27 anos, depois de ter concebido sete filhos. Embora a escolha da língua fosse considerada estranha, nem por isso o autor perdeu a proteção. Em 1373, foi enviado numa missão diplomática à Itália, para discutir um tratado comercial com o doge de Gênova e realizar “negociações secretas” em Florença. São daquele ano as conferências de Boccaccio, em Florença, sobre Dante. Chaucer voltou impregnado de material novo, mas seu épico *Troilus and Criseyde*, adaptado de Boccaccio, teria de esperar, enquanto ele era enviado para tratar da paz com os franceses.

Poetas e escritores serviam freqüentemente como embaixadores porque sua capacidade retórica os distinguia nos complicados discursos necessários a essas ocasiões. Petrarca serviu aos Viscontis como enviado ou, pelo menos, como chefe ornamental de uma missão. Boccaccio negociou para Florença com o papa, e o poeta Deschamps representou Carlos V e seu sucessor. A diplomacia envolvia um processo solene e verboso, no qual grande atenção era dada aos pontos de honra e aos detalhes jurídicos, uma das prováveis razões por que com freqüência não conseguia resultar em acordo.

As prolongadas conversações de 1377 familiarizaram Coucy com todos os detalhes da complexa relação entre Inglaterra e França. Foram discutidas complicadas ofertas, contra-ofertas e barganhas relativas à Escócia, Castela, Calais, e uma nova dinastia foi proposta para a Aquitânia sob o filho de Eduardo III, que renunciaria aos seus laços com a Inglaterra; se isso não fosse possível, seria feita uma divisão ou uma troca de feudos tão complicada quanto um jogo de varinhas chinesas. Como sempre, desde o início da guerra, núncios apostólicos contribuíam com um esforço intensivo de mediação. Os franceses predominaram e os ingleses, por fraqueza e indecisão, não se decidiam a aceitar nenhum acordo, nem mesmo o casamento entre o príncipe Ricardo e a filha do rei Carlos, Maria, de sete anos.²⁸

A primeira rodada de negociações interrompeu-se sem progresso e nova reunião celebrou-se um mês depois. A trégua, que expiraria a 1.º de abril, foi prorrogada duas vezes por um mês, para manter vivas as negociações. Os enviados discutiram com afincos, em prolongadas sessões de trabalho. Qual o papel de Coucy e qual o de Chaucer? Suas palavras evaporaram-se: não foi mantido nenhum registro porque as discussões, em especial as relacionadas com o casamento, eram secretas. As instruções de Carlos aos seus enviados diziam que “o rei não deseja que o casamento seja mencionado de sua parte, mas, se os ingleses levantarem a questão, podeis ouvir o que disserem, comunicando-o depois ao rei”.

Os franceses fizeram muitas propostas, inclusive o direito a 12 cidades da Aquitânia (já em poder da Inglaterra), se Eduardo entregasse Calais e tudo o que tinha ocupado na Picardia; ou isso “ou nada”, disseram eles. Obstinadamente, os ingleses

recusaram, acreditando que, enquanto tivessem sua ponta-de-lança no Norte da França, ainda poderiam voltar e recuperar o que tinham perdido.

A situação interna da Inglaterra inflamou-se numa nova crise durante as conversações. Lancaster tinha sufocado os descontentamentos ingleses, mas sem lhes dar qualquer solução. Um novo Parlamento, onde o duque colocara um número de partidários seus suficientes para eleger seu camareiro para a presidência, concedeu obedientemente os subsídios em janeiro. Os bispos não foram tão dóceis e tomaram Wyclif como alvo. Ele ainda não tinha negado a Eucaristia e o sacerdócio, mas suas declarações sobre o predomínio civil e a secularização dos bens eclesiásticos já constituíam heresia bastante. Embora sua defesa da reforma dos abusos dos clérigos e seu antipapismo encontrassem apoio entre o clero, os bispos não iam esperar passivamente que fossem privados de seus bens. O arcebispo Sudbury e o bispo Courtenay, de Londres, convocaram Wyclif em fevereiro para responder pela sua pregação herética. A luta entre a coroa e a Igreja, que se repetia há séculos, desenrolou-se então, mais uma vez, com grande estardalhaço, na catedral de St. Paul's.

Lancaster pretendia desacreditar os bispos junto aos leigos. Designou quatro mestres em Teologia para a defesa de Wyclif e foi pessoalmente, com o marechal, *sir* Henry Percy, e seu séquito armado, ouvir as audiências na catedral. Uma multidão de cidadãos irritados enchia o recinto, mais irados ainda com os boatos de que Lancaster estava planejando estender a jurisdição do marechal à manutenção da ordem na cidade, direito esse que cabia por tradição à municipalidade. O bispo Courtenay era popular entre os londrinos, e o duque, não. A raiva aumentou quando a guarda armada empurrou o povo para abrir caminho para o duque e o marechal, e com uma discussão em voz alta quando o bispo rejeitou a solicitação, feita pelo duque, de uma cadeira para Wyclif. O jovem e vigoroso bispo, filho de um conde e descendente de Eduardo I, não iria receber ordens dentro de seus próprios domínios.

"Eu te dobrarei, a ti e ao resto dos bispos", resmungou Lancaster. A multidão agitou-se e gritou, Lancaster ameaçou prender os arruaceiros e Courtenay disse que se o fizesse na catedral seria excomungado. "Se isso continuar", ouviu-se o duque murmurar, "mandarei arrastar-te da igreja pelos cabelos". A ira da multidão explodiu, e o duque e o marechal acharam prudente retirar-se, sem que Wyclif tivesse dito uma única palavra. Lancaster conseguiu perturbar a audiência, como pretendia, mas ao preço de aumentar a hostilidade do sentimento popular contra ele próprio, e não contra os bispos.

Londres vibrava, e a notícia de que Percy tinha prendido um cidadão que caluniava o duque fez com que a cidade fervesse. Uma multidão com ímpetos assassinos dirigiu-se ao palácio de Savóia, e a caminho caiu sobre um padre que insultou Peter de la Mare, espancando-o até a morte, tal como o povo de Marcel havia feito com uma indefesa vítima de seu ódio, vinte anos antes. Avisados quando comiam ostras na Savóia, Lancaster e Percy fugiram de barco pelo Tâmbisa e refugiaram-se nas respeitadas salas da princesa de Gales e seu filho, onde ninguém se atreveria a ir buscá-los. Enquanto isso, o bispo Courtenay, também advertido e temendo uma

catástrofe pela qual poderia ser responsabilizado, apressara-se a ir ao palácio de Savóia e conseguira acalmar a multidão.

Depois da fuga e da humilhação, Lancaster exigiu que sua autoridade fosse restaurada por um pedido formal de desculpas da cidade. A princesa fez um apelo pessoal aos cidadãos para que se reconcilhassem com o duque; a soberania do rei foi invocada; as autoridades de Londres obtiveram a libertação de Peter de la Mare em troca de desculpas; o clero recuperou os cargos de chanceler e tesoureiro. As separações aprofundaram-se e o estado ficou ainda mais dividido com a questão.

Na agitação em St. Paul's, o problema de Wyclif não foi posto à prova. Os prelados ingleses, divididos entre o interesse do clero e o sentimento nacional, poderiam ter-se contentado em deixar as coisas como estavam. O papado, porém, não. Em maio, Gregório XI lançou cinco bulas dirigidas ao episcopado inglês, ao rei e à Universidade de Oxford, condenando os erros de Wyclif e exigindo sua prisão. Toda a discussão de suas doutrinas heréticas devia ser suspensa e todos os que as apoiavam, afastados dos cargos. Uma questão muito delicada juntou-se às outras fontes de discórdia. O novo Parlamento era fortemente antipapal; o rei, engrolando a língua sobre falcões e caças, em lugar de cuidar das necessidades prementes de sua alma, agonizava. Enquanto a Inglaterra esperava, preocupada, a mudança de reinado, os bispos deixaram pendente o processo contra Wyclif.

Na França, os negociadores realizaram uma última reunião em maio, em Montreuil, no antigo castelo murado cujos taludes a oeste voltavam-se para o mar. Dela participaram os chanceleres dos dois países, Pierre d'Orgement, pela França, e o bispo de St. David's, pela Inglaterra. As condições foram discutidas em detalhes, em sessão aberta, desejada por Carlos para que sua oferta final fosse apresentada formalmente e recebesse uma resposta firme. Não a obteve, porém. Embora generosa pelo que deixava em mãos dos ingleses, sua proposta negava a soberania sobre qualquer parte da França e insistia em Calais. Disfarçando a rejeição com evasivas, os ingleses alegaram não dispor de autoridade final e a necessidade de submeter essas condições ao seu rei. Como os acontecimentos mostrariam dentro em pouco, os franceses devem ter começado, àquela altura, a se preparar para a guerra. Enquanto as conversações agonizavam, a pequena princesa Maria morria em Paris, eliminando o casamento proposto. As conversações foram suspensas sem que se estabelecesse local e data de outras reuniões e sem a prorrogação da trégua.

Quando os enviados ingleses chegaram de volta à sua terra, o rei Eduardo também tinha falecido, a 23 de junho, penúltimo dia da trégua. O jubileu de seu reinado havia passado praticamente despercebido e sua morte não despertou maior atenção.²⁹ Morreu abandonado pelos detentores do poder, inclusive por Alice Perriers, que, conforme se disse, teria arrancado os anéis dos dedos do rei, ao partir. Um menino de dez anos subiu ao trono, iniciando o período de divisões que estenderia sua destruição até o século seguinte, confirmando a advertência feita por

Langland, a partir da Santa Escritura. "Desgraçada a terra que tem um jovem como rei!"

Isabel de Coucy, chamada da França em abril por mensageiros, por "motivo de extrema urgência",* estava ao lado do pai quando este morreu. Pouco antes do fim, ela enviou mensageiros a Coucy com a notícia e "importantes questões" a serem solucionadas. A 26 de junho, antes mesmo dos funerais de seu pai, pediu e recebeu permissão para voltar à França, evidentemente por ter assuntos prementes a discutir.³⁰

O problema, para Coucy, era mais do que uma simples questão de fidelidade: era complicado por grandes rendas, laços de parentesco de muita importância naquela época e pelo juramento de camaradagem da Ordem da Jarreteira. Repudiar fidelidade, parentesco e camaradagem não era pouco. Outros senhores, como o *capitão* De Buch e Clisson, tinham transferido sua fidelidade de um lado para outro, mas eram em geral gascões, bretões ou hainautenses que não se sentiam basicamente franceses ou ingleses. O próprio senescal de Coucy, o valente cônego de Robersart, tornou-se inglês quando esteve na Inglaterra com ele, na década de 1360.³¹ Depois de jurar vassalagem a Eduardo III, voltou friamente à Picardia com o exército de Lancaster, para dizimar aquilo que poucos anos antes tinha lutado com tanto empenho para defender. Era, porém, natural do Hainaut.[†]

É evidente que Coucy não poderia desempenhar grande papel nos negócios de seu país se mantivesse a neutralidade de antes. Não só ele precisava, como sem dúvida também queria, tomar partido. O sentimento nacional aumentara nos anos de recuperação francesa. Os escritores celebravam as muitas cidades da Picardia, Normandia e Aquitânia retomadas pelo rei Carlos V. "Nem Rolando, nem Artur, nem Oliver", exclama o cavaleiro em *Songe du vergier*, alegoria política de 1376, "jamais realizaram feitos de armas como vós, pela vossa sabedoria, vossa força e vossas orações!",³² (e, poderia acrescentar o autor, pelo uso persuasivo do dinheiro). "Quando subistes ao trono, o poder e o orgulho de vossos inimigos chegavam aos céus. Graças a Deus, quebrastes esse poder e os haveis humilhado profundamente."

A polaridade da guerra tinha provocado um sentimento nacionalista francês contra o inimigo inglês. Num diálogo entre um soldado francês e outro inglês, escrito em cerca de 1370 pelo futuro cardeal Pierre d'Ailly,³³ o inglês declara que pelo menos a Normandia devia pertencer à Inglaterra e que eles têm razão nessa questão. "Devagar!", exclama o francês. "Isso não é verdade. Vocês não podem ficar com coisa alguma deste lado do mar, a não ser pela tirania; o mar é, e deve ser, o seu limite." Era uma idéia nova. A vassalagem e os casamentos dinásticos ainda

* Não está bem claro se os mensageiros foram enviados a ela na França, ou por ela a partir da Inglaterra, para o marido na França.

† Robersart instalou-se na Inglaterra com três filhos e fundou uma linhagem que terminou cerca de duzentos anos depois em Amy Robsart, a infeliz mulher do favorito da rainha Isabel, Robert Dudley, conde de Leicester.

eram a forma de lealdade, mas o país se estava tornando o elemento determinante. Um nobre francês, como Harcourt, já não podia ter-se juntado aos ingleses e guiado suas forças na invasão de sua terra natal, sem incorrer em opróbrio. Coucy já não podia dividir sua lealdade entre os dois lados do canal da Mancha.

Dois meses depois da morte do rei Eduardo, Coucy dirigiu a Ricardo II uma renúncia formal “a tudo que lhe devo em fé e vassalagem”. Datada de 26 de agosto de 1377 e apresentada a Ricardo por vários senhores e escudeiros mandados por Coucy para testemunhar a entrega, a carta lembrava a “aliança” que tinha com “meu muito honrado e respeitado senhor e pai, o rei recentemente falecido (de quem Deus tenha piedade)”, e continuava:

Aconteceu agora que a guerra se levantou entre meu senhor natural e soberano, de um lado, e Vossa Majestade, do outro, o que lamento mais do que tudo que pudesse acontecer neste mundo, e desejaria que pudesse ser remediado, mas meu senhor mandou e exigiu que eu o servisse e cumprisse com o meu dever, como tenho obrigação de fazer; a quem como bem sabeis não devo desobedecer; portanto, eu o servirei da melhor maneira que puder, como devo fazer.

Por isso, mui honrado e poderoso senhor, para que ninguém possa de modo algum falar ou dizer alguma coisa contra mim, ou contra minha honra, entrego-vos as mencionadas coisas e devolvo-vos tudo o que possa ter de vós em fé e vassalagem.

E também, mui honrado senhor, meu muito honrado senhor e pai acima mencionado teve por gosto ordenar e colocar-se na mui nobre companhia e Ordem da Jarreteira, razão pela qual vos peço, mui nobre e poderoso senhor, que indiqueis para meu lugar quem vos aprouver, excusando-me dela.³⁴

A dupla fidelidade estava rompida. Tornando-se “um bom e leal francês”, Coucy escolheu uma nacionalidade, mesmo que a palavra ainda não existisse. Só havia de notável um aspecto em sua escolha: ele se separava também de sua mulher e de suas terras e rendas inglesas. Afirmou-se em geral que ele se sentiu obrigado a separar-se dela para ter liberdade de escolher a França, mas isso só teria sido necessário se Isabel se recusasse a aceitar a perda das propriedades inglesas. Com a renúncia de fidelidade, as propriedades ficariam sujeitas ao confisco. Tudo o que sabemos de Isabel sugere que foi esse o fator determinante. Sua extravagância compulsiva, sua dependência neurótica da pátria e da tolerância paterna — que ela talvez esperasse receber também dos irmãos e sobrinho —, sua insegurança na França tornam provável que a separação tenha sido escolhida por ela, independente de qualquer decisão do marido.

O que Coucy sentia pela sua vaidosa, mimada, egoísta e voluntariosa mulher — amor, ódio, indiferença — não nos é revelado. A julgar pelo que se conhece do temperamento de Isabel, não era uma Plantageneta dócil, pois são poucas as registradas pela história. De qualquer modo, ela voltou e ficou na Inglaterra com a filha mais nova Filipa, que sempre tinha vivido ali. Todos os bens ingleses do marido, “casas, aldeias, honrarias, domínios, cidades, terras, arrendamentos, animais e quaisquer bens móveis ou não” foram confiscados pela coroa e confiados, em nome de Isabel, a depositários: o arcebispo de York, dois bispos e quatro outros.³⁵

Como era permitido às mulheres dispor com independência de seus bens, a medida indica que os irmãos não confiavam nos hábitos dela. As condições estipulavam que as rendas lhe seriam pagas pelos depositantes “enquanto ela permanecesse na Inglaterra”.

A situação indefinida de Isabel não era de esposa nem de viúva, mas durou apenas dois anos. Em abril de 1379, ela morria em circunstâncias ignoradas, aos 47 anos. Todas as terras de Coucy na Inglaterra ficaram, finalmente, com sua filha Filipa.³⁶

Os franceses renovaram as hostilidades no momento em que a trégua expirou. De acordo com a esquadra espanhola, eles lançaram uma série de ataques ao litoral sul da Inglaterra, antes mesmo de saber da morte do rei Eduardo. Numa tentativa de manter o fato em segredo durante a transferência do poder, os ingleses tinham “fechado imediatamente todas as saídas do reino, não permitindo que ninguém o deixasse”. A organização necessária a esse bloqueio deve ter sido enorme, mas foi inútil, pois os franceses já tinham começado as hostilidades.

Sob o comando do almirante Jean de Vienne, franceses e espanhóis desembarcaram em Rye, em frente a Boulogne, a 29 de junho, e a submeteram a 24 horas de selvajaria — incendiando, saqueando, matando homens, mulheres e crianças, e levando moças para os navios, numa deliberada imitação das crueldades impostas pelos ingleses às cidades da França. Uma igreja de “maravilhosa beleza” (segundo Walsingham) foi destruída pelas chamas. Apesar da insistência de um grupo de cavaleiros franceses que desejavam conservar Rye como base permanente — uma espécie de Calais na Inglaterra —, o almirante recusou. O objetivo francês não era a ocupação, mas a destruição e o terror para forçar os ingleses a um tratado de paz, e impedir que mandassem reforços para Calais, onde os franceses planejavam um forte ataque.

Sem encontrar grande resistência efetiva, os franceses continuaram a descer o litoral sul, atacando Folkestone, Portsmouth, Weymouth, Plymouth, Dartmouth, e avançando cerca de 15km pelo interior para incendiar Lewes, onde dispersaram e dizimaram um corpo de duzentos defensores comandados pelo prior local e dois cavaleiros. Partiram, para voltar um mês depois e devastar a ilha de Wight, ao largo de Southampton. O medo que perseguiu os ingleses, devido ao terror atávico dos antigos invasores dinamarqueses e dos conquistadores normandos, tornou-se uma terrível realidade.³⁷

A debilidade das defesas não se devia a nenhuma falsa sensação de segurança. Essas mesmas cidades tinham sido atacadas antes pelos franceses. Além disso, nos últimos seis meses, quando a trégua se aproximava do fim, decretos reais vinham suscitando os mais sombrios espectros de invasão francesa, mas na desordem da época poucas medidas defensivas foram tomadas. Quando o invasor chegou, a sorte das cidades não despertou os esforços protetores dos nobres. *Sir John Arun-*

del, cavaleiro que mais tarde se tornaria infame, defendeu com êxito Hampton, com quatrocentas lanças, mas só depois que os cidadãos, por exigência sua, recolheram o dinheiro suficiente para contratá-los.³⁸

Quando o castelo de Lancaster em Pevensey, no litoral de Sussex, correu risco, o duque — segundo o sempre hostil Walsingham — ter-se-ia recusado a mandar defensores, com a grosseira observação: "Deixem que os franceses o queimem. Sou bastante rico para reconstruí-lo." A frase parece inventada e, como tal, impregnada da mesma má vontade contra os nobres que animava outro cronista clérigo, Jean de Venette — e pela mesma razão: a incapacidade revelada pelos cavaleiros de defenderem a terra e o povo contra seus inimigos. Não foi por acaso que desses condados invadidos, Kent e Sussex, saíria a Revolta Camponesa.

O imperador em Paris



MAIS ESPETACULAR, senão o mais significativo, acontecimento da década na França foi a visita a Paris do Sacro Imperador Romano, Carlos IV, em dezembro e janeiro de 1377-78. A notável presença social de Coucy foi mais uma vez chamada, como havia sido no casamento do duque de Borgonha, a em-prestar sua graça e esplendor à comitiva de nobres do visitante. No brilho das muitas jóias do majestoso desfile, o reinado de Carlos V chegou ao zênite. O público viu com espanto e satisfação as esplêndidas solenidades, e o valor propagandístico que tiveram para o prestígio dos Valois provavelmente igualou as despesas incalculáveis.

Embora Carlos V fosse a terceira geração dos Valois no trono, ele não deixara de preocupar-se com a legitimidade do título, e mais ainda devido às dúvidas sobre a sua paternidade. Por motivos particulares e por razões de Estado, seu esforço constante era fortalecer a dignidade da coroa. Do ponto de vista político, seu objetivo ao promover a visita foi isolar a Inglaterra, fortalecendo os laços com seu tio, o imperador, com quem tinha também a discutir questões de transferências territoriais e arranjos matrimoniais. Emocionalmente, o parentesco era-lhe importante, embora soubesse ser seu tio calculista e esquivo quando posto à prova. Acima de tudo, ele teria oportunidade de montar cerimônias públicas grandiosas, tão importantes para um governo medieval.

Teoricamente, o Sacro Imperador Romano exercia uma influência temporal correspondente ao domínio espiritual do papa sobre a comunidade universal sob Deus. Embora perdurassem vestígios do prestígio imperial, nem a teoria nem o título correspondiam mais à realidade. A soberania imperial na Itália não passava de uma aparência; ela se estava reduzindo na orla ocidental do império, em Hainaut, Holanda e Luxemburgo, e recuando no leste, ante o crescente nacionalismo da Boêmia, Hungria e Polônia. Seu núcleo era uma variada federação de principados,

ducados, cidades, ligas, margraves, arcebispados e condados de soberanias incertas e coincidentes. Habsburgos e Luxemburgos, Hohenstaufens, Hohenzollerns, Wittelsbachs e Wettins saqueavam-se mutuamente em intermináveis guerras; o *Ritter*, ou cavaleiro, vivia de roubar o comerciante; cada cidade achava que sua prosperidade dependia da ruína de sua rival; dentro das cidades, guildas de comerciantes e artesãos disputavam o controle; um campesinato explorado fumegava e explodia periodicamente em revoltas. O império não tinha coesão política nem capital, nem leis comuns, finanças comuns ou funcionários comuns. Era a relíquia de um ideal morto.

Como líder laico teórico da comunidade cristã, o imperador era um soberano eleito, àquela época, entre os governantes Luxemburgos da Boêmia. Os laços de família de Carlos IV com a França, terra preferida por seu pai, João, o Cego, eram estreitos. Ele foi educado na corte francesa desde os sete anos, casou-se com uma irmã de Filipe VI, e sua irmã Bonne casou-se com o filho de Filipe, João II. Embora levemente corcunda e pálido, ele fora belo em sua mocidade, com longas barbas e cabelos negros, olhos brilhantes também negros. Agora, aos 61 anos, tinha sobrevivido a três mulheres, desposado uma quarta, e feito casar sete ou oito filhos e filhas numa complicada rede de dinastias húngaras, bávaras e Habsburgos. Aparentemente afável e manso, tomava decisões rápidas e firmes, mas era inquieto e nunca parava. Era dado a desbastar ramos de salgueiro enquanto ouvia peticionários e conselheiros, aparentemente desatento, mas dando a cada um deles uma resposta "cheia de sabedoria". Falava e escrevia o tcheco, bem como francês, italiano, alemão e latim, todos com a mesma eficiência. Cerebral e arguto, parecia-se com o sobrinho Carlos V, sendo ambos o contrário de seus pais irracionais e destemperados.¹

Carlos IV era bastante astuto para reconhecer que o império do seu título não era o de Carlos Magno. Sua preocupação central era o reino da Boêmia, cuja ampliação territorial e enriquecimento cultural buscava com um empenho que lhe valeu o nome de Pai da Pátria. Representava as tendências nacionalistas que estavam tornando obsoleto o seu título imperial.

Quando a recepção ao imperador estava sendo preparada, Coucy participou da guerra com a Inglaterra, não em seu território natal da Picardia, mas no Languedoc, contra os gascões, sob a liderança do duque d'Anjou, governador do Languedoc. Também irmão do rei como Lancaster, Anjou era motivado pela ambição de ter um reino. Ao juntar-se a ele, Coucy estabeleceu uma ligação que, dentro de poucos anos, o atrairia à fatídica empresa de d'Anjou, em busca da coroa de Nápoles.

Depois de dois meses de cerco e escaramuças na Gasconha, Coucy voltou a Paris para servir de acompanhante do imperador. O grupo que deveria recebê-lo em Cambrai, na fronteira de Hainaut, incluía, além de Coucy, os dois principais conselheiros do rei, Riviére e Mercier, e muitos nobres, cavaleiros e escudeiros, consti-

tuindo no todo um grupo de trezentos resplandecentes cavaleiros. A 22 de dezembro, eles avançaram uma légua para além da cidade, indo ao encontro dos hóspedes que chegavam. Duzentos dos principais cidadãos e membros do clero de Cambrai, chefiados pelo bispo, os acompanhavam, em meio a fileiras de arqueiros e plebeus estacionados nas portas da cidade. O imperador, num hibernal manto de peles cinzento, montado num cavalo também cinza, junto com o filho mais velho, Venceslau, rei dos romanos, foi escoltado até a cidade, onde desmontou com alguma dificuldade, porque estava atacado de gota, e acompanhou o bispo para orações na igreja.²

Seu principal objetivo na visita, disse ele aos senhores franceses mais tarde, durante o jantar, era visitar o rei Carlos e sua rainha e filhos, aos quais queria ver "mais do que quaisquer outras criaturas no mundo". Quando tivesse feito isso e lhes apresentado seu filho, poderia morrer tranqüilo, no momento em que Deus o quisesse levar. O imperador estava, na verdade, no último ano de sua vida, e talvez pressentindo a morte, como era comum numa época de poucos remédios ou tratamentos, tivesse feito a desconfortável viagem mais pelo desejo de visitar novamente a Paris de sua juventude do que por vantagens políticas.

Em cada cidade, no percurso pela Picardia e a Île de France, delegações iam ao seu encontro numa recepção cerimonial e apresentavam-lhe oferendas de carne, peixe, pão, vinhos e carroças de feno e aveia, pagas pelo rei. Em cada ocasião, o imperador teve o cuidado de dizer que era hóspede numa cidade do rei da França, enquanto seus anfitriões tinham o cuidado de não tocar os sinos ou realizar qualquer outro ritual que pudesse significar supremacia imperial. A escolha de um cavalo cinza pelo imperador foi um gesto para estabelecer a distinção de uma entrada numa cidade do império, quando habitualmente montava um cavalo branco. A ênfase dada pela crônica francesa autorizada a esses pontos de protocolo mostra que a questão preocupava o rei francês. Carlos V desejava fazer da visita um espetáculo que justificasse a sua pretensão de uma guerra justa, sem deixar porém qualquer ilusão ao povo sobre o imperador como um supersedor ou um monarca universal. As complicadas cortesias e as festas que promoveu eram a medida da grande significação atribuída à visita. Na crônica semi-oficial de seu reinado, nada menos de oitenta páginas de descrição detalhada lhe foram dedicadas.

Em Compiègne, perto de Paris, o imperador foi saudado pelo duque de Bourbon, irmão da rainha, com uma comitiva em libré novas, brancas e azuis. Em Senlis a recepção foi feita pelos duques de Berry e Borgonha, e pelo arcebispo de Sens, com uma comitiva de quinhentos, todos vestidos com roupas iguais, em cinza e preto, os cavaleiros de veludo e os escudeiros de seda das mesmas cores. Desfrutando o espetáculo, o observador falava de sua grandiosidade, mas seu infeliz herói, cuja gota se tinha agravado, teve de abster-se de um banquete previsto e continuar o resto da viagem na liteira do delfim, atrelada a dois cavalos e duas mulas.

Na abadia de St. Denis, três arcebispos, dez bispos e todo o Conselho Real esperavam o imperador para a visita ao mausoléu real, onde ele teve de ser retirado da liteira e carregado para a igreja, para rezar devotamente no túmulo de São Luís.

Dizendo-se “loucamente desejoso” de conhecer o famoso tesouro e as relíquias de são Diniz, pôde ver o corpo preservado do santo, que, tendo sido martirizado com a decapitação no morro de Montmartre (daí seu nome), caminhara com a cabeça nas mãos até o local onde a depôs e fundou a abadia. O imperador olhou por longo tempo as relíquias e a coroa cheia de jóias de são Luís, bem como os túmulos reais, sobretudo o de Filipe VI, outrora seu cunhado.

A entrada em Paris, para a qual o rei tinha planejado oferecer-lhe um cavalo de batalha negro, teve de ser feita, porém, na liteira da rainha. A guarda do preboste e dois mil comerciantes, magistrados e cidadãos de Paris, todos montados e vestidos da mesma maneira em roupas brancas e violeta, esperavam para acompanhá-lo até o encontro com o rei. Com ou sem gota, a cerimônia tinha de ser equestre. Posto na sela, o imperador, com o filho ao lado, esperou que o cortejo se encaminhasse para ele, partindo do velho palácio na Île de la Cité. Havia pelo menos uma geração que Paris não presenciava uma procissão real assim. Houve particular cuidado para que, apesar das grandes multidões, todos pudessem ver o acontecimento. Guardas com maça e espada foram colocados em todos os cruzamentos ao longo do itinerário e, avisados por pregoeiros com um dia de antecipação, os habitantes foram proibidos de atravessar a rue St. Denis. Obstáculos foram levantados nas ruas, e os guardas receberam instruções precisas sobre onde, e como, os pedestres e cavaleiros podiam ou não cruzá-las.

Em primeiro lugar, vinha o marechal Sancerre e sua guarda, cada qual com duas espadas e chapéus de penas, seguidos pelos trombeteiros do rei, ostentando coloridos pendões em suas trombetas de prata. Os quatro duques — Berry, Borgonha, Bourbon e o duque de Bar, marido da irmã do rei e futuro sogro de Maria de Coucy — cavalgavam dois a dois, seguidos de 12 condes, inclusive Coucy como conde de Soissons, e de um longo desfile de prelados, nobres, juizes, conselheiros e oficiais da casa real, cada grupo vestido da mesma maneira, segundo sua função. Os camareiros usavam roupas de duas cores, de veludo ou seda, em dois tons de vermelho; os intendentos estavam vestidos de veludo azul-celeste e castanho-claro; os encarregados das armaduras do rei, de damasco azul; os porteiros em azul e vermelho; os mordomos em branco e fulvo; cozinheiros e ajudantes de cozinha em capotes de seda forrados de pele com botões de pérolas; os criados de quarto em preto com listras brancas e cinza; os adegueiros com faixas marrons sobre vermelho.

Por fim, vinha o rei, magro e narigudo, montado num palafrém branco e vestido com um manto escarlate forrado de pele e um chapéu de ponta, “à moda antiga”. O cortejo levou meia hora para deixar o palácio e, devido ao grande número de pessoas, foi necessário ainda mais tempo até que os dois soberanos estivessem frente a frente. Ambos tiraram os chapéus ao se encontrar. Tendo o cuidado de não encostar nas pernas doloridas do tio, Carlos colocou-se entre o imperador e Venceslau, e assim foram os três lado a lado, atravessando a cidade de volta ao palácio.

Sentado numa cadeira dourada no pátio onde outrora o preboste Marcel tinha

lançado os corpos dos marechais assassinados, o imperador ouviu um discurso de boas-vindas pelo seu anfitrião e, mais tarde, em seus aposentos, “eles tiraram os chapéus e conversaram com grande amizade e alegria pelo encontro”. Os dias seguintes foram ocupados com banquetes, conferências, presentes dos ourives de Paris com exemplares de sua melhor arte, serviços religiosos especiais e visita às relíquias da Sainte Chapelle, tão bem decorada e iluminada que “era uma maravilha ver-se”. Nos intervalos, os soberanos mantinham conversações privadas, uma delas de três horas, “sem ter nem mesmo a presença do chanceler”, como o cronista do referido chanceler se deu ao trabalho de notar, “e o que disseram ninguém sabe”.¹

Os banquetes oficiais usaram todos os recursos do século XIV para deliciar, deslumbrar e fartar os convidados. Eram tantos os servos que seguravam tochas, como grandes velas vivas, apoiados nas pilastras do enorme salão de pedra que “se podia ver tão bem como se fosse dia”. Foram tantos os pratos servidos que “eram numerosos demais para ser contados” e na verdade excessivos para o enfermo convidado de honra. O rei tinha ordenado quatro serviços de dez pares de pratos em cada, mas sensatamente eliminou um serviço de dez para diminuir o tempo que o imperador teria de permanecer sentado à mesa. Ainda assim, ele teria de provar trinta pares de pratos, como frangos capões e pombos assados, guisado de lebre, galantina de carne e peixe, patê de cotovia e pasteizinhos de tutano, chouriços e salsichas, lampreias e arroz de segurelha, assado de cisne, pavão, galinhas e cegonhas ainda novas, patê de vitela e pequenas aves, peixe de água doce e salgada com molho de sável, “da cor da flor de pessegueiro”, alho-poró com trambola, tripas assadas com pato, porcos recheados, enguias de duas cores, favas fritas — seguidos de doces de frutas, peras, confeitos, nozes sem casca e vinho temperado.²

Tão bem organizado foi o serviço para os oitocentos convidados do banquete de 6 de janeiro que as mesas situadas em plano inferior foram servidas ao mesmo tempo e com os mesmos pratos das mesas altas, e em todas igualmente foram usados pratos de ouro e prata. As cabeças coroadas e os convidados de alto coturno sentaram-se em cinco mesas em plataformas, cada qual sob um dossel de tecido de ouro; o imperador, o rei e o arcebispo ocupavam uma mesa de mármore, no centro. Tecidos de ouro enfeitados de flores-de-lis constituíam as toalhas de mesa e forravam pilastras e janelas. Os intervalos entre estas eram cobertos de tapeçarias. Coucy sentou-se com o duque de Bourbon na mesa do delfim, de nove anos, “para fazer-lhe companhia e protegê-lo da grande multidão”. A jovem Maria de Coucy estava entre as “grandes damas” que acompanharam a rainha. Depois dos entretenimentos, mais tarde, o duque de Berry e seu irmão da Borgonha fizeram servir vinho e especiarias ao rei e ao imperador, mas se a cavalo, como era costume freqüente entre nobres servidores, o esgotado cronista se esquece de dizer. Numa visita anterior do imperador ao conde de Savóia, em 1365, nobres a cavalo serviram pratos de comida colocados nas pontas das lanças, especialmente dotadas de pegadores para isso. Quaisquer que fossem as suas limitações morais, a ordem da cavalaria exigia um pulso forte.³

Para o grande clímax, os oitocentos convidados transferiram-se para o Salão do Parlamento, onde o espetáculo que lhes foi apresentado, representando a tomada de Jerusalém pela Primeira Cruzada, constituiu um triunfo da montagem teatral, na qual o século XIV se destacou. Artífices de banquetes, como descreve o "Conto do proprietário que não era nobre", de Chaucer, podiam levar grandes quantidades d'água a uma sala, fazer botes remarem de um lado para outro, terríveis leões aparecerem, flores saltarem de prados, uvas crescerem e um castelo aparentemente feito de pedra desaparecer, ou "assim parecia aos olhos de todos os homens". Num banquete dado na época de Coucy por um certo Vidame de Chartres, o teto pintado como um céu abriu-se para permitir que a comida descesse em máquinas semelhantes a nuvens, que levantavam novamente os pratos depois de esvaziados. Uma tempestade artificial que durou meia hora acompanhou a sobremesa, deixando cair uma chuva de água perfumada e uma saraivada de doces.⁶

Nos mistérios e autos sacramentais encenados para o povo, o realismo era o efeito procurado. Um sistema de pesos e polias provocava a ressurreição de Jesus do túmulo e o erguia até o teto de nuvens. Anjos e diabos surgiam magicamente pelos alçapões; o Inferno abria e fechava sua boca monstruosa, e o dilúvio de Noé inundava o palco, graças a barris d'água lançados por trás das cortinas, e outros baris, cheios de pedras, eram girados por meio de manivelas e ressoavam como trovões. Quando João Batista era decapitado, o ator era escamoteado com tanta habilidade e trocado por um boneco com a cabeça cortada jorrando sangue de boi, que o público gritava de emoção. Os atores que faziam o papel de Jesus por vezes ficavam amarrados à cruz, recitando versos, durante três horas.⁷

De forma mais completa do que qualquer outro veículo, o teatro refletia a vida medieval. Desenvolvendo-se a partir de autos litúrgicos encenados à porta da igreja, o drama saía às ruas, onde era produzido por guildas e confrarias, em plataformas dotadas de rodas, com diferentes cenários e puxadas em sucessão. As peças iam de cidade em cidade, atraindo um público constituído por toda a sociedade — camponeses e burgueses, monges e estudantes, cavaleiros e damas, e o senhor local num lugar na primeira fila. Quando se tratava de um grande espetáculo, pregoeiros informavam o público com um dia de antecipação. Os temas eram religiosos, mas o estilo de representação era secular, visando ao entretenimento. Todos os mistérios da história cristã, e seu mistério central da salvação pelo nascimento e morte de Cristo, tornavam-se físicos e concretos, apresentados em termos da vida cotidiana — irreverentes, sangrentos, obscenos. Os pastores que vigiavam durante a noite eram mostrados como ladrões de ovelhas, a tragicidade do sacrifício de Isaac era totalmente explorada, o momento cômico favorito era o aparecimento no palco do asno de Balaão, ou do que servia de montaria à Virgem, na Fuga para o Egito, ou para os Reis Magos, em lugar de camelos. A imitação dos relinchos do burro, feita pelo ator que vestia a sua pele, e as fezes lançadas com o rabo levantado provocavam gritos de prazer, mesmo quando o burrinho levava Jesus para Jerusalém.

Sexo e sadismo eram apreciados no rapto de Diná, na apresentação de Noé nu e bêbedo, nos pecados dos sodomitas, na curiosidade dos Velhos em relação a Su-

zana, e todas as variedades de carne torturada no martírio dos santos. Cenas de tortura, de um realismo revoltante, eram habituais no teatro, como se uma época violenta tivesse transformado a violência em diversão. Nero abrindo a barriga de sua mãe para ver de onde vinha era uma cena montada com a ajuda de vísceras sangrentas, fornecidas pelo açougueiro local, saindo da vítima. A *Schadenfreude** não foi peculiar à Idade Média, mas os espetáculos eram dela uma variedade sombria, estimulada pela peste e sucessivas calamidades, que encontravam expressão nas horríveis cenas da tortura na cruz, com os soldados cuspiendo no Redentor do homem.

Numa era de ansiedades, os *Milagres de Nossa Senhora*, uma série de peças surgidas na segunda metade do século, proporcionavam o conforto que a fé na onipotência divina podia oferecer. Nenhum desgraçado era tão pobre ou mau que não pudesse ser salvo, nenhuma miséria ou injustiça havia que não pudesse ser remediada, pela interferência miraculosa da santa Virgem. A figura mais vulnerável da sociedade, a mulher enganada, seduzida e abandonada, ou falsamente acusada de crime, era quase sempre a personagem central. Numa dessas peças, uma mulher, há muito estéril, cujas orações à Virgem por fim lhe dão um filho, esgotada com as dores do parto, dorme ao dar banho no bebê. Este se afoga, a mãe é acusada de infanticídio e condenada à fogueira. Em resposta às preces do marido, Nossa Senhora desce dos céus e o consola, e quando a mãe, na iminência de ser queimada, implora que a deixem ver o filho pela última vez, ele volta à vida em seus braços.

Paixões culpadas, esposas infiéis, dores do parto, freiras devassas e abadessas grávidas, rainhas adúlteras, mortes cruéis de crianças constituíam os enredos. Toda a humanidade — orgulhosos cardeais e mendigos, bailios e a mulher do açougueiro, judeus, estalajadeiros, estudantes arruaceiros, cavaleiros, cortadores de lenha, parteiras, idiotas da aldeia — eram as personagens. A Virgem a todos tratava bem e perdoava, até mesmo a mãe de um papa tão orgulhosa que se julga maior do que a Mãe de Deus. Depois de um castigo adequado, também ela recebe a graça.

Nas peças, Deus aparecia vestindo uma roupa branca com uma peruca dourada, bem como barba e rosto também dourados; os anjos tinham asas douradas. Herodes aparecia de barba negra e roupas sarracenas; os diabos e demônios usavam máscaras horríveis, chifres, rabos bifurcados e malhas cobertas de crinas de cavalo. Muitas vezes corriam entre os espectadores, para espetá-los com seu garfo e assustá-los.

O Apocalipse, que estava sempre presente em todas as mentes, era representado como o Dia do Juízo e a Descida aos Infernos, quando Cristo desce para levar Adão e os profetas para o Paraíso. O anticristo surge no momento adequado, tradicionalmente fixado como três anos e meio antes do Juízo Final. Nascido da sedução satânica de uma mulher da Babilônia e instruído em todas as artes demoníacas, ele adquire tal poder que reis e cardeais lhe prestam homenagens, até ser derru-

* Satisfação com a dor alheia, sadismo. (N. do T.)

bado no Armagedon, na vitória do bem sobre o mal. Os que se salvam são separados dos danados, os anjos derramam sua cólera.

Um pregador lolardo na Inglaterra, buscando justificar o teatro do século XIV, disse que homens e mulheres, vendo a Paixão de Cristo e seus santos, sentiriam “compaixão e devoção, chorando lágrimas amargas, deixando de desprezar a Deus, para adorá-lo”.⁸ Vendo como o Diabo levava o homem à luxúria e ao orgulho e o transformava em seu servo para arrastá-lo ao Inferno, os espectadores se converteriam à “vida pura”, e, portanto, a representação dos mistérios “levava os homens a acreditar, e não os pervertia”. Não convencido, talvez, por seus próprios argumentos, ele acrescentava, com prudência, que os homens devem ter alguma diversão e era melhor, ou pelo menos era um mal menor, que a encontrassem na representação dos mistérios do que em outros meios.

O cerco de Jerusalém, encenado perante o imperador, afastava-se dos temas anteriores para apresentar, pela primeira vez, a reprodução de um acontecimento histórico.⁹ Sua engenhosidade técnica e a veracidade da batalha mostrada eram espan-tosas. O navio dos cruzados, completo, com mastro, vela e bandeiras flutuantes, foi empurrado pela sala de maneira “tão leve e suave” que parecia estar na realidade movendo-se sobre a água. Cavaleiros, usando a heráldica correta — embora não as roupas — de cerca de trezentos anos antes, saíam em grande número para atacar as muralhas reconstituídas de Jerusalém. De uma torre muçulmana pintada, um mue-zim cantava a chorosa oração árabe. Sarracenos com turbantes brandiam cimitarras cintilantes e malignas, cruzados eram derrubados das escadas de sítio, os especta-dores olhavam com admiração, estimulados a uma nova cruzada pela beleza e exci-tação — o que era na verdade o objetivo do espetáculo. O principal propagandista da cruzada, Filipe de Mézières, era muito admirado pelo rei, que o nomeara para o Conselho Real e como professor de seu filho.

O dia seguinte trouxe ainda outra maravilha. Um barco especialmente cons-truído, como uma residência, com salas, quartos, lareiras e uma cama, transportou o grupo real pelos 800m rio abaixo até o novo palácio do Louvre. O imperador fi-cou visivelmente impressionado. Carlos mostrou-lhe a reconstrução que transfor-mara a velha fortaleza num “verdadeiro palácio real”: janelas e escadarias, capelas, jardins, afrescos, salas revestidas de madeira, bem como a sala de armas original, onde as flechas eram feitas e mulheres lhes colocavam as penas. Depois do jantar, o corpo docente da universidade foi apresentado ao imperador, que respondeu em latim a um discurso formal do chanceler da universidade.

O objetivo final de Carlos, a justificativa dos seus argumentos contra a Ingla-terra, foi alcançado no dia seguinte, numa reunião de Estado, à qual compareceram cinquenta membros da comitiva imperial e mais ou menos o mesmo número de importantes personagens francesas: duques reais, prelados, pares, inclusive Coucy, cavaleiros e membros do Conselho Real. De acordo com o cronista, o rei foi moti-vado pelas “mentiras que os ingleses estavam espalhando na Germânia”, porém, mais fundamentalmente, parece ter buscado sempre uma justificação decisiva. Ele

teria apresentado ao tio, talvez como uma figura paternal, as concessões que oferecera por amor à paz, deixando que ele apreciasse a sua extensão.

Carlos falou durante duas horas, historiando a velha querela através dos séculos, desde Eleanor de Aquitânia até o Tratado de Brétigny, repetindo os complicados legalismos pelos quais o tratado se tornou nulo e a guerra foi reiniciada em 1369. Se o discurso brilhou pela argumentação jurídica e histórica, a resposta do imperador constituiu uma obra-prima de fórmulas ornamentais. Falou da lealdade e do parentesco, da profundidade de sua dedicação, e de seu filho e de seus súditos, pela qual podiam ser considerados defensores da honra e do reino, do rei, seus irmãos e filhos — podiam ser na verdade chamados de “aliados”. Não obstante, quando analisado o discurso, sua substância era obscura. Se, em última análise, o discurso e toda a visita não produziram nenhuma aliança concreta, o imponente efeito verbal bem pode ter sido o que Carlos desejava.

Ele não regateou novas cortesias e presentes, trocando com o imperador taças esmaltadas e adagas ornadas de rubis e diamantes, safiras e pérolas. Na opinião de Carlos, o esplendor principesco evidenciava-se melhor com jóias, tapeçarias e a arte da ourivesaria. Seu tio não teve constrangimento em pedir um requintado Livro de Horas, e, quando Carlos colocou dois à sua frente, um grande e outro pequeno, para que escolhesse, o imperador, preferindo não selecionar, ficou com ambos. A sensibilidade teve o seu momento quando ele visitou a rainha e sua mãe, a duquesa de Bourbon, cuja irmã, Beatriz, tinha sido sua primeira mulher. As lágrimas correram livremente com as recordações mútuas, embora Beatriz estivesse morta há trinta anos e seu lugar tivesse sido ocupado, desde então, por outras três esposas. O último dia foi passado em prazeres campestres em Vincennes, onde, na orla da nobre floresta às margens do rio, o rei tinha mandado construir sua casa de campo favorita, chamada Beauté-sur-Marne.¹⁰ Mobiliada com luxo e conforto, com belas tapeçarias, um órgão flamengo e rolas cantando no pátio, foi elogiada pelo poeta Deschamps como “o mais agradável e prazeroso de todos os lugares, alegre e adorável para uma vida feliz”.

Retornando via Reims, o imperador foi acompanhado até a fronteira do reino por Coucy e outros nobres. Possivelmente apressada pelo esforço de tantas solenidades, sua morte ocorreu dez meses depois, em novembro de 1378.

A memorável visita, apesar de não ter tido conseqüências práticas, honrou e prestigiou a coroa da França. Embora os poderes reais fossem imprecisos, a autoridade do Conselho não estivesse formulada e as instituições de governo real estivessem sempre oscilando, o sentimento que Carlos V tinha do papel da coroa era firme: a realza dependia da vontade do rei. O soberano não estava acima da lei: seu dever era, pelo contrário, manter a lei, pois Deus negava o Paraíso aos tiranos. Teoricamente, a sanção vinha do consentimento dos governados, pois reis e príncipes, como o grande teólogo Jean Gerson lembrou ao sucessor de Carlos, “foram criados no começo pelo consentimento comum de todos”.¹¹ Como o rei bem sabia, o culto da monarquia era a base do consentimento do povo. Alimentou de modo

deliberado esse culto, ao mesmo tempo em que mostrava ser possível exercer um governo “de câmara”, independente da liderança pessoal em batalha.

No brilhante apogeu de 1378, a França não estava imune aos problemas. A guerra voltara à Bretanha e à Normandia; Carlos de Navarra, tão virulento como sempre, depois de vinte anos, estava novamente em perigosa liga com os ingleses; a heresia e a bruxaria cresciam, evidenciando necessidades que a Igreja não satisfazia.

Apesar de todo o seu predomínio, jamais houve um momento em que a Igreja não tivesse encontrado a resistência da dissensão, em algum lugar. No perturbado século XIV, quando Deus parecia hostil ao homem, ou estava escondido atrás da contagem eclesiástica de moedas e venda de benefícios, a necessidade de comunhão com a Divindade nunca foi maior nem menos satisfeita pelos Seus agentes oficiais. Uma Igreja preocupada com a guerra na Lombardia e as receitas em Avignon, com as necessidades mundanas de manter sua posição, não atendia à necessidade popular. Os movimentos dos frades tinham sido a última tentativa de reforma partida de dentro, e, quando também eles sucumbiram à tentação dos bens materiais, os que precisavam de conforto espiritual foram buscá-lo, cada vez mais, fora da Igreja, nas seitas místicas.

Os begardos, ou Irmãos do Livre Espírito, que se diziam em estado de graça sem necessidade de padres ou sacramentos, espalharam a desordem, não só doutrinária mas também civil.¹² Uma das seitas dedicadas à pobreza voluntária, que constantemente surgiam contra a ordem estabelecida, floresceu durante mais de um século na Germânia, Países Baixos e Norte da França, por vezes desaparecendo ou caindo na ilegalidade, devido à perseguição. Foram, porém, reestimulados no século XIV pelo mundanismo de Avignon e pelas ordens mendicantes. Como os Livres Espíritos acreditavam que Deus estava neles, e não na Igreja, e se consideravam em estado de perfeição, sem pecado, sentiam-se livres para fazer tudo o que era habitualmente proibido aos homens comuns. Sexo e propriedades eram os primeiros da lista. Praticaram o amor livre e o adultério e foram acusados de sexo grupal em suas residências comunais. Estimulavam o nudismo para demonstrar a ausência de pecado e de vergonha. Como “mendigos santos”, esses Irmãos arrogavam-se o direito de usar e tomar tudo o que desejavam, quer fossem as galinhas de uma mulher no mercado, ou uma refeição numa taverna, sem pagar. Isso incluía o direito, devido à imanência da Igreja, de matar quem tentasse impedi-los pela força.

Se os hábitos dos Irmãos acabaram tornando-se menos puros do que seus preceitos, o impulso original foi, não obstante, religioso. Buscavam a salvação pessoal, não a justiça social. As heresias medievais ocupavam-se de Deus, não do homem. A pobreza era adotada não só como imitação do Cristo e dos Apóstolos, como também num contraste deliberado com a avareza que corrompia os homens ricos. Não ter bens era não ter pecados. A dissidência não era uma negação da religião,

mas um excesso de piedade na busca de um cristianismo mais puro. Tornou-se heresia por definição da Igreja, que reconheceu na renúncia dos místicos à propriedade a mesma ameaça que havia na secularização dos bens eclesiásticos proposta por Wyclif.

Em roupas semelhantes às dos monges, deliberadamente rasgadas, os Irmãos do Livre Espírito invadiam as cidades como andorinhas, pregando, mendigando, interrompendo os serviços das igrejas, zombando de monges e padres. Recrutados entre secretários, estudantes, clero discordante e classes abastadas, em especial mulheres, eles eram articulados e quase sempre alfabetizados. As mulheres, em consequência de suas frustrações e busca de êxtase, destacavam-se entre os místicos. Elas encontraram nos Beguinos uma seita adequada, uma ordem laica que seguia preceitos religiosos próprios, de boas obras e, quando os conventos não tinham lugar, ofereciam abrigo às mulheres solteiras e viúvas, ou, como escreveu um bispo criticando as beguinhas, um retiro onde se podiam livrar da "coação dos laços matrimoniais".¹³ O ingresso na ordem dos Beguinos fazia-se por um juramento de dedicação a Deus, pronunciado ante um padre paroquial, ou outro clérigo qualquer, mas o movimento nunca foi totalmente aceito pela Igreja. Em reuniões nas ruas, os Beguinos liam a Bíblia traduzida para o francês.¹⁴

Embora os Irmãos do Livre Espírito admitissem ambos os sexos, seus dois principais evangelhos foram escritos, ou formulados, por mulheres, uma delas uma obscura figura conhecida apenas como Schwester (Irmã) Katrei, a outra chamada Margarida Porete, que escreveu *O espelho das almas livres*, e foi excomungada e queimada, juntamente com seu livro, em 1310. Depois dela, a filha de um rico comerciante de Bruxelas, conhecida como Bloemardine, atraiu discípulos fervorosos com sua pregação. Em 1372, o movimento foi condenado pela Inquisição, seus livros foram queimados em Paris, na place de Grève, e a mulher que liderava o grupo francês, Jeanne Dabenton, foi queimada na fogueira, junto com o cadáver de um colaborador seu, um homem que tinha morrido na prisão. Como a heresia dos Franciscanos Espirituais, a seita do Livre Espírito persistiu e difundiu-se, apesar da Inquisição.

O Apocalipse pairava no ar. O duque d'Anjou, em 1376, ao autorizar o cadáver anual para aulas de anatomia na Faculdade de Medicina de Montpellier, observou que a população estava tão reduzida, devido às epidemias e à guerra, que "pode ser ainda mais diminuída e o mundo redundar em nada".¹⁵ Sob a influência de acontecimentos malignos ou caprichosos, as mentes sobrecarregadas de preocupação voltavam-se para a magia e o sobrenatural. O inquisidor da França, ao perguntar ao papa em 1374 se devia tomar conhecimento dos feiticeiros, foi autorizado por Gregório XI a persegui-los com vigor. Desde princípios do século, o papado vinha adotando uma posição cada vez mais punitiva contra o recurso ao sobrenatural, especialmente durante o ativo reinado de João XXII. Numa série de bulas na década de 1320, o papa João comparou os feiticeiros aos hereges e autorizou seu castigo como tal, já que tinham "feito pacto com o Diabo", esquecendo Deus e buscando a ajuda do Demônio. Mandou que seus livros de magia fossem procurados e quei-

mados. Apesar de seu alarme, os casos de perseguição foram poucos, até a segunda metade do século, quando a bruxaria e suas ligações com a demonologia adquiriram nova vida e enfrentaram novas tentativas de repressão. Em 1366, o Concílio de Chartres mandou que se pronunciasse o anátema contra os feiticeiros, todos os domingos, em todas as igrejas paroquiais.

A demonologia e a magia negra eram a outra face da heresia, não sendo mais pios do que a Igreja, mas ímpios, buscando comunhão com o Diabo, e não com Deus.¹⁶ Adeptos de seus ritos adoravam Lúcifer ataviado como Rei do Céu e acreditavam que ele e os outros anjos caídos reconquistariam o Céu, enquanto o arcanjo Miguel e seus companheiros ocupariam os lugares deles no Inferno. Um pacto com o Diabo oferecia prazer sem penitência, o gozo da sexualidade, das riquezas e das ambições terrenas. Se o preço era o fogo eterno, era isso, de qualquer modo, o que muitos podiam esperar no Dia do Juízo. Embora antiga e primitiva, a demonologia não passava de uma aberração, mas oferecia uma resposta alternativa, e por isso foi considerada perigosa pela Igreja.

O problema era distinguir entre a magia diabólica e os poderes mágicos permitidos. Feiticeiros respeitáveis alegavam que suas imagens de cera ou chumbo adquiriam poder pelo batismo e pelo exorcismo, que seus mistérios eram consagrados pela celebração da missa, que Deus era invocado para obrigar os demônios à obediência — e até mesmo que Deus fluía de suas artes, como se comprovava pela realização dos desejos. Os teólogos rejeitavam tais pretensões. Mesmo que fosse apenas para reconquistar um amante perdido ou curar a vaca doente de um camponês, os feiticeiros ofereciam ajuda fora do canal aprovado da oração, dos padres e dos santos. Quando os tempos se tornaram mais sombrios, toda magia e feitiçaria passaram a ser consideradas como um contrato implícito com Satanás.

As mulheres voltavam-se para a feitiçaria pelas mesmas razões que eram levadas ao misticismo. Em Paris, em 1390, uma mulher abandonada pelo amante foi julgada por tentar vingar-se dele com o emprego de poderes mágicos de outra mulher, tornando-o impotente. Ambas foram queimadas na fogueira. No ano seguinte, mais duas mulheres foram condenadas sob acusação de *maleficium*, ou de praticar o mal. Como as confissões nos processos de feitiçaria eram arrancadas pela tortura, tendiam a refletir as acusações de poder diabólico feitas pelos acusadores, e como os acusados eram provavelmente doidos ou fanáticos, ou de alguma maneira perturbados, não hesitavam em confirmar os poderes que lhes eram atribuídos. Admitiam o consórcio com demônios e pactos com o Diabo, por luxúria ou vingança, confessavam ritos diabólicos e vôos noturnos para copular com o Diabo na forma de um monstruoso gato ou bode preto de olhos flamejantes, ou de um homem gigantesco com pele negra, um falo enorme e olhos como brasas vivas. O Diabo era um sátiro gótico com chifres e físsipede, dentes e garras pontudos, um cheiro de enxofre e por vezes orelhas de burro. As fantasias criadas, tanto pela mente dos acusadores como pelas alucinações dos acusados, combinaram-se para formar o terreno propício ao ódio contra a feitiçaria, que explodiria no século seguinte.

A voz clara do bom senso falou por intermédio do conselheiro do rei para a filosofia, Nicole d'Oresme,¹⁷ que desprezava tanto a astrologia quanto a feitiçaria. Homem de espírito científico, embora fosse bispo, foi matemático, astrônomo e tradutor da *Política e Ética*, de Aristóteles. Um dos seus livros começava com a frase "A Terra é redonda como uma bola", e ele postulava uma teoria da rotação da Terra. Refutando os poderes atribuídos aos feiticeiros, negou que pudessem invocar demônios, embora não negasse a sua existência. Nem tudo podia ser explicado pelas causas naturais, escreveu ele; algumas maravilhas ou golpes extraordinários da fortuna deviam ser obra de anjos ou demônios, mas preferia procurar uma explicação natural e racional. Os mágicos, observou ele, eram adeptos do uso de elementos que favoreciam a ilusão — escuridão, espelhos, drogas, ou gases e fumaças que podiam dar origem a visões. A base para a ilusão era provavelmente um estado de espírito anormal provocado pelo jejum ou por fenômenos atemorizantes. Homem à frente de sua época, d'Oresme sugeriu que a origem dos demônios e espectros podia estar na doença da melancolia. Também observou que as provas de feitiçaria eram obtidas pelas confissões sob tortura e que muitos milagres eram fraudulentamente imaginados pelo clero para aumentar as esmolas em suas igrejas.

D'Oresme mostra o perigo das generalizações. Ele era muito estimado pelo mesmo rei que empregava o astrólogo Tomás de Pisano, que fazia imagens de cera para destruir os ingleses.

O espírito científico não dissipava o sentimento de uma influência maligna na época. Quando o século entrou em seu último quartel, a realidade e o poder dos demônios e bruxas tornaram-se crença comum. A Faculdade de Teologia da Universidade de Paris, numa reunião solene no final do século, declarou que erros e males antigos, quase esquecidos, estavam reaparecendo com renovado vigor, para contaminar a sociedade. E preparou uma declaração de 28 artigos para negar, não o poder da magia negra, mas a sua legalidade. Não menos enfaticamente rejeitou a incredulidade dos que questionavam a existência e a atividade dos demônios.

A heterodoxia, como sempre, fez um barulho desproporcional. A heresia e a feitiçaria, embora cada vez mais significativas, não eram a norma. Em 1378, o verdadeiro perigo para a Igreja estava em seu próprio interior.

CAPÍTULO 16

O cisma papal

NA ITÁLIA, a guerra pelo controle dos Estados Pontificais tinha recomeçado em 1375. Durante a paz temporária, o ódio italiano aos mercenários do papa e aos legados franceses não diminuía, pelo contrário. Os agentes de um papa francês governavam com o mesmo desprezo que os governadores coloniais demonstram pelos nativos. Quando o sobrinho do abade de Montmayeur,¹ legado em Perúgia, foi tomado de desejo pela mulher de um cavaleiro daquela cidade italiana e, irrompendo em seus aposentos, a teria possuído à força, a dama, tentando escapar pela janela para uma casa ao lado, perdeu o equilíbrio, caiu à rua e morreu. Em resposta a uma delegação de cidadãos indignados, que exigiam justiça contra o sobrinho, o abade disse, sem dar importância ao fato: "*Quoi donc!* [E então?] Achavam que todos os franceses fossem eunucos?" A história espalhou-se de cidade em cidade, alimentando o antagonismo, de que Florença se fez à época a campeã.

A criação de um forte estado pontifical em suas fronteiras era considerada por Florença como uma ameaça, intensificada pela incursão de Hawkwood na Toscana, durante um atraso no pagamento pelo papa. Forçado a suborná-lo pela imensa soma de 130 mil florins, os florentinos acreditavam que ele tinha sido estimulado a atacá-los pelo papa. O antipapismo passou a dominar a política florentina, numa das reviravoltas da perpétua luta entre guelfos e gibelinos. Descrita com exasperação por um francês que governou Gênova posteriormente, essa velha briga mantinha os italianos em permanente animosidade mútua, devido a um ódio hereditário e irracional:

Pois sem nenhuma outra discordância de terra ou senhoria, basta-lhes dizer "Tu és guelfo e eu sou gibelino, devemos odiar-nos", e por essa razão apenas, e sem conhecerem nenhuma outra, matam-se e ferem-se todos os dias, como cães, os filhos como os pais, e assim ano após ano o mal continua e não há justiça para remediá-lo. [...] E disso vêm os déspotas deste país, eleitos pela voz do povo, sem razão ou direito de lei. Pois tão logo um grupo

predomina sobre o outro e é mais forte, então os que se vêm no alto gritam "Viva Fulano de Tal!" e "Morra Sicrano!", elegem um dos seus e matam o adversário se este não fugir. E, quando o outro grupo reconquista a vantagem, faz a mesma coisa e na fúria do povo, da qual Deus nos proteja, tudo é feito em pedaços.²

Até então, o antagonismo popular contra o partido papal, representado pelos guelfos, não tinha chegado ao ponto de tomar armas contra a Igreja. Quando, durante um período de fome em 1374-75, os legados papais embargaram a exportação de cereais dos Estados Pontificais para Florença, as paixões chegaram ao ponto de beligerância. Sob o lema *Libertas*, inscrito em letras douradas numa bandeira vermelha, Florença organizou uma revolta dos Estados Pontificais em 1375 e formou uma liga contra o papado, da qual participaram Milão, Bolonha, Perúgia, Pisa, Lucca, Gênova e todos os vários potentados que tinham ambições territoriais naqueles estados.

Para um cronista, parecia que "essas épocas estão sob o governo de um planeta que produz lutas e brigas".³ Num mosteiro agostiniano perto de Siena, diz ele, "os monges mataram seu prior com uma faca", e numa abadia próxima, depois de luta interna, "seis irmãos foram expulsos". Devido às brigas entre os cartuxos, o Geral da ordem transferiu-os a todos para outras casas. "Não era melhor a situação entre parentes de sangue. [...] Todo mundo brigava. Em Siena não havia quem mantivesse sua palavra; as pessoas discordavam de seus líderes e não concordavam com ninguém, e realmente todo o mundo era um vale de trevas."

A revolta pôs em atividade um indivíduo que seria o catalisador de uma nova calamidade. Roberto de Genebra, legado pontifical na Itália, era um cardeal de 34 anos que não recuava ante a força para retomar o controle do patrimônio papal.⁴ Irmão do conde de Genebra, descendente de Luís VII e primo de Carlos V, parente dos condes de Savóia e de metade das casas soberanas da Europa, ele partilhava da falta de inibição característica de tantos príncipes. Era manco, estrábico e foi descrito algumas vezes como atarracado e gordo, e outras como belo e elegante, dependendo do partidarismo no cisma que ocorreria. De maneiras imponentes e autocráticas, tinha voz sonora, era eloqüente como orador e como escritor, culto e muito lido em várias línguas, requintado e ardiloso no manejo dos homens.

Para reconquistar os Estados Pontificais, ele convenceu Gregório XI a contratar os bretões, os piores entre os grupos mercenários, com o incentivo extra de afastá-los das proximidades de Avignon. Atravessando os Alpes para a Lombardia em maio de 1376, eles espalharam o terror pela Itália com espadas abençoadas e consagradas pelo cardeal-legado.⁵ Não conseguiram, porém, tomar Bolonha, chave dos Estados Pontificais, sofreram várias derrotas pelos florentinos, para ira de seu empregador. Com toda a fúria do conquistador derrotado, o cardeal Roberto dispôs-se a dar um exemplo pela atrocidade e encontrou pretexto para isso em Cesena, cidade próxima do litoral leste, entre Ravena e Rimini. Quando os bretões, que estavam acampados ali, tomaram abastecimentos sem pagar, provocaram um levante armado dos habitantes. Jurando clemência sobre seu chapéu de cardeal, Roberto

persuadiu os homens de Cesena a depor armas, e ganhou-lhes confiança, pedindo cinquenta reféns e libertando-os imediatamente, como sinal de boa vontade. Chamando em seguida os seus mercenários, inclusive Hawkwood, que estavam numa cidade próxima, ordenou um massacre geral “para fazer justiça”. Encontrando certa hesitação, ele insistiu, gritando “*Sangue et sangue!*”, que, para ele, era o que representava justiça.⁶

Foi obedecido. Durante três dias e três noites, a partir de 3 de fevereiro de 1377, com as portas da cidade fechadas, os soldados mataram. “Todas as praças estavam cheias de mortos.” Tentando fugir, centenas afogaram-se nos fossos, empurrados de volta por incansáveis espadas. As mulheres eram agarradas e estupradas, as crianças aprisionadas para resgates, o saque seguiu-se à matança, obras de arte foram destruídas, peças de artesanato quebradas, “e o que não podia ser levado eles queimaram, usaram indevidamente ou espalharam por terra”. A lista de mortos foi entre 2.500 e cinco mil. Da cidade saqueada, cinco mil desabrigados fugiram para Rimini, esmolando. Uma geração depois, o grande pregador Bernardino de Siena ainda fazia tremer seus ouvintes com essa história de horror.

“Para não ser considerado totalmente infame”, ao que se disse, Hawkwood mandou mil mulheres para a segurança de Rimini e permitiu que alguns homens escapassem. Pondo em prática a solução ameaçada por Salomão, também se conta que ele teria cortado ao meio uma freira disputada por dois de seus soldados. No todo, porém, interessava-se mais pelo dinheiro do que pelas mortes, e pouco depois do massacre de Cesena deixou de servir ao papa, que pagava mal, para aceitar contratos mais lucrativos oferecidos por Florença e Milão. Para tornar permanente o emprego do grande mercenário, Bernabò Visconti deu-lhe em casamento uma de suas filhas ilegítimas com uma amante favorita, com um dote de dez mil florins. Os recursos políticos de um príncipe com 36 filhos vivos eram muito amplos.⁷

Durante as duas décadas restantes, Hawkwood viveu cercado de riquezas e respeito, eleito capitão de Florença pela *Signoria* e pago pelos seus serviços, ou pela imunidade, por quase todas as cidades-estados da Itália central e setentrional. Legou à Itália um exemplo de rapina bem-sucedida, para inspirar os *condottieri* italianos — Jacopo del Verme, Malatesta, Colleoni, Sforza —, que dentro em pouco substituiriam os capitães estrangeiros.

Roberto de Genebra, que se tornou para a Itália o Homem do Sangue⁸ e o Carniceiro de Cesena, jamais tentou desculpar ou justificar sua ação. No que lhe dizia respeito, os cidadãos eram rebeldes como os de Limoges para o Príncipe Negro. Seu recurso ao terror, ressoando pela Itália, não melhorou a autoridade da Igreja. “Já ninguém acredita no papa ou nos cardeais”, escreveu um cronista de Bolonha, falando do massacre, “pois tais coisas esmagam a nossa fé”.⁹

Enquanto isso, Florença era excomungada pelo papa, que convidou os não-florentinos a roubar o seu comércio. As caravanas de Florença podiam ser tomadas, as dívidas não precisavam ser saldadas, os clientes não estavam obrigados a cumprir seus contratos. Florença retaliou, expropriando bens eclesiásticos e forçando o clero local a manter as igrejas abertas, desafiando a proibição. O sentimento popu-

lar indignou-se a tal ponto que a Comissão dos Oito, que dirigiu a estratégia, passou a ser chamada de Oito Santos, e o conflito com o papado tornou-se conhecido nos anais italianos como a Guerra dos Oito Santos.

Já então os dois lados tinham motivos para desejar o fim da guerra. Além do efeito drástico sobre o comércio florentino, a excomunhão causou dissensões na liga. Era impossível manter por muito tempo uma unidade baseada nas múltiplas rivalidades das cidades italianas. Para o papado, manter o controle dos Estados Pontificais desde Avignon era impossível, e um novo perigo surgiu quando Florença ofereceu atrativos a Roma, para que ingressasse na liga. Era evidente a Gregório, como ao seu antecessor, a necessidade de retornar ao lar do papado. Uma voz clamorosa, muito perto dele, dava força a essa convocação.

Desde junho de 1376, Catarina de Siena, que seria canonizada um século depois de sua morte e indicada como padroeira da Itália, juntamente com Francisco de Assis, estava em Avignon exortando o papa a iniciar uma reforma na Igreja, voltando para a Santa Sé. Já com 29 anos, tinha seguidores ardorosos e representava uma voz insistente, sendo reverenciada pelos transe e êxtases e pela sua pretensão de ter recebido, quando em êxtase depois da comunhão, os estigmas das cinco chagas de Cristo nas mãos, pés e peito. Embora fossem visíveis apenas para ela, tal era a sua reputação que Florença a escolheu como embaixador para negociar a reconciliação com o papa e uma suspensão do interdito. Catarina julgava-se incumbida de uma missão maior de apostolado para toda a humanidade, através de sua incorporação total a Deus e Jesus, e através de uma purificação e renovação da Igreja. Sua autoridade estava na voz de Deus, que lhe falava diretamente, preservada nos *Diálogos* ditados aos seus secretários-discípulos, e que estes acreditavam lhe terem sido “dados pessoalmente por Deus Pai, falando à mente da mais gloriosa e santa virgem, Catarina de Siena [...] estando ela enquanto isso em transe e na realidade ouvindo o que Deus falava nela”.

Atrás dos transe, estava o rigor extremo do jejum, da privação de sono e de conforto. Quanto mais extremada era a pessoa nessas práticas, mais se distanciava da vida material. (Segundo La Tour Landry, “Comer uma vez por dia é a vida de um anjo; duas vezes por dia, a vida acertada de homens e mulheres; mais do que isso, a vida de um animal”.) Catarina teria vivido, segundo se dizia, com pouco mais do que uma porção de alface crua, e, se forçada a comer, voltava a cabeça e cuspiu o que havia mastigado, ou provocava vômitos para que nenhum alimento ou líquido permanecesse em seu estômago. Praticava o ascetismo desde os sete anos, quando teve as primeiras visões, que talvez tivessem relação com o fato de ser a caçula de 23 filhos. A partir de então, afastou-se para sempre das agitações do mundo de uma grande família na casa de um tintureiro e dedicou sua virgindade a Cristo.

Os êxtases dessa união eram muito reais para Catarina, tal como para muitas

mulheres que escaparam aos laços matrimoniais, ingressando na vida religiosa. Cristo confirmou seu noivado, escreveu Catarina, "Não com um anel de prata, mas com um anel de sua santa carne, pois ao ser circuncidado foi esse anel que tiraram de seu santo corpo". Tendo aprendido a ler aos vinte anos com uma irmã dominicana de família nobre, Catarina leu muitas vezes o *Cântico dos cânticos*, repetindo em suas orações o suspiro da noiva: "Que ele me beije com os beijos de sua boca", e foi recompensada quando Jesus lhe apareceu e deu "um beijo que a encheu de indizível doçura". Depois de suas prolongadas orações para ter uma "fé perfeita" e tornar-se instrumento da salvação das almas em erro, Jesus a tomou por noiva numa cerimônia realizada pela sua santa Mãe e na presença de são João, são Paulo e são Domingos, com música da harpa de Davi.

Como membro terciário, ou não-enclausurado, dos dominicanos, Catarina dedicou-se a cuidar da humanidade, procurando prisioneiros, pobres e doentes, assistindo as vítimas da peste de 1374, entre as quais duas de suas irmãs e oito sobrinhas e sobrinhos morreram. Num episódio extremo, ela sugou o pus de uma chaga cancerosa de um paciente de hospital, como uma materialização da insistência dos místicos no contato direto com as chagas de Cristo como fonte de experiência espiritual.

Nas palavras do místico alemão Johannes Tauler,¹⁰ contemporâneo de Catarina, era necessário "apertar a boca nas feridas do crucificado". O sangue que corria das chagas, dos espinhos e da flagelação constituía uma obsessão para os religiosos fanáticos. Era um banho sagrado para limpar o pecado. Bebê-lo, lavar a alma com ele, era a salvação. Tauler ocupou-se do assunto por tanto tempo, em seus pensamentos, que sentia como se estivesse presente à origem desse sangue. Calculou o número de açoites e sabia que Jesus tinha sido amarrado tão fortemente à coluna que o sangue jorrou de suas unhas; que tinha sido chicoteado nas costas e depois no peito, até se transformar numa grande chaga. Santa Brígida, em suas revelações, viu as pegadas sangrentas do Cristo quando ele caminhava e como, ao ser coroado de espinhos, "seus olhos, suas orelhas, sua barba escorriam sangue; o maxilar distendido, a boca aberta, a língua inchada de sangue. Seu estômago estava tão contraído que tocava a espinha, como se ele não tivesse mais intestinos".¹¹

A própria Catarina quase nunca falava de Cristo, seu noivo, sem mencionar o sangue — "sangue do Cordeiro", "as chaves do sangue", "sangue impregnado de divindade eterna", "beber o sangue do coração de Jesus". O sangue estava em todas as frases; *sangue* e *doce* eram as suas palavras favoritas. As palavras jorravam dela numa torrente incontida pela necessidade de uma pena. Até mesmo seu dedicado confessor, Raimundo de Capua, nobre culto e futuro Geral da Ordem dos Dominicanos, por vezes adormecia sob o fluxo redundante. O fato de parte tão grande das falas de Catarina ter sido preservada deve-se à espantosa capacidade dos escribas medievais de registrar fielmente o discurso prolixo da época. As falas enchiam-se de repetições para dar tempo ao ouvinte de absorver o que estava sendo dito. A informação e o aprendizado eram ainda comunicados pela audição dos arautos, pelos sermões, orações e leitura em voz alta, e, por essa razão, os escribas,

antes da era da imprensa, estavam melhor preparados para anotar a palavra falada do que em qualquer outro momento, desde então.

Com a divulgação das visões e o jejum de Catarina, as pessoas iam vê-la em seus transe. Entre êxtases, em momentos de senso comum terreno e afetoso, ela resolvia disputas civis e convertia canalhas notórios à penitência e à fé. Adquiriu fama e discípulos que a cultuavam, em relação aos quais tinha sentimentos maternos, chamando-os "como a mãe chama um filho ao peito", como ela mesma dizia. Eles, por sua vez, a chamavam de *Mamma*. A partir de 1370, Catarina participou cada vez mais da vida pública, exortando governantes, prelados, conselhos municipais e indivíduos, em cartas efusivas de conselhos políticos e espirituais.

Sua influência estava na convicção absoluta de que a vontade de Deus e a dela eram a mesma coisa. "Façais a vontade de Deus e a minha!", ordenava a Carlos V numa carta insistindo na cruzada; e ao papa escreveu no mesmo tom: "Eu exijo [...] que Vossa Santidade vá combater os infiéis!" Depois da reforma, a "santa e doce cruzada" era seu tema incessante. O próprio Gregório, em todas as cartas do seu pontificado, foi um advogado da cruzada, não só na guerra defensiva contra os turcos, mas como um meio de reconciliar a França e a Inglaterra e afastar os mercenários da Europa. Ao mesmo tempo em que pedia a paz interna, gritando: "Desgraça, desgraça, paz, paz, pelo amor de Deus...", Catarina implorava a todos os potentados, com não menos ênfase, que levassem a guerra ao infiel. Para ela, a cruzada tinha um exaltado valor religioso em si mesma. Era obra cristã para a maior glória de Deus, e quanto mais sinceros seus defensores, como Catarina e Filipe de Mézières, mais ardentes os seus apelos à guerra.

"Sede homem, Padre, levantai-vos! [...] Nada de negligência!", instava ela com o papa. Hawkwood foi do mesmo modo exortado a levantar-se contra os inimigos de Cristo, em lugar de atormentar a Itália com miséria e ruína. Numa carta dirigida a "Messer Giovanni *condottiere*", entregue pessoalmente pelo padre Raimundo de Capua, ela escreveu: "Peço-vos portanto, docemente, já que tendes tanto gosto em fazer a guerra e em lutar, deixai de guerrear os cristãos porque isso ofende a Deus." Em lugar disso, disse ela, lute contra os turcos, de modo que "de servo e soldado do Diabo possais vir a ser um cavaleiro de ombridade e autêntico".¹²

A exortação favorita de Catarina era "sede homem!". Em suas devoções, a Virgem Maria dificilmente aparece, toda a sua paixão era absorvida pelo Filho. Não obstante, nos assuntos do mundo, ela com frequência recorria à influência feminina, escrevendo não a Bernabò Visconti, mas à sua voluntariosa mulher, Regina; não ao rei da Hungria, mas à sua influente mãe, Elizabeth da Polônia. Ao duque d'Anjou, a quem desejava para líder da cruzada, implorou que ele (logo ele!) desprezasse os prazeres e vaidades deste mundo e se unisse à cruz e à paixão de Jesus numa guerra santa. Quando o visitou, e à duquesa, pessoalmente, o duque, que entre outras ambições estava disposto a comandar uma cruzada, aceitou a missão.

Em Avignon, ela sentiu-se oprimida pela atmosfera de sensualidade e "cheiro de pecado", e pela curiosidade das grandes damas que lhe espetavam e beliscavam o corpo para testar seus transe, depois da comunhão, ou mesmo furavam-lhe o pé

com uma agulha comprida.¹³ Sobre o papa, a quem se dirigia numa versão familiar de "Santo Padre" como "meu doce papai" (*dolce babbo*), despejou todos os seus temas em intermináveis cartas e em audiências públicas e privadas, nas quais Raimundo de Capua servia de intérprete, porque Catarina falava em dialeto toscano e o papa, em latim. Que ele comece a reforma nomeando padres dignos, pedia ela, que ele pacifique a Itália não pelas armas, mas pela misericórdia e perdão, que ele volte para Roma não com uma guarda armada e a espada, mas com a cruz na mão, como o santo Cordeiro, "pois me parece que a Divina Bondade está se preparando para mudar lobos furiosos em ovelhas [...] e eu os trarei humilhados ao vosso seio. [...] Oh, Pai, paz pelo amor de Deus!".¹⁴

Todo o sofrimento provocado pelos "lobos furiosos" da época falava pela sua voz, e todo o anseio de reforma religiosa. Para a maioria, a reforma significava o alívio das extorsões do clero. Na Germânia, em 1372, os coletores de impostos papais foram agarrados, mutilados, aprisionados, alguns até mesmo estrangulados, e o clero de Colônia, Bonn e Mainz comprometeu-se a não pagar o dízimo exigido por Gregório XI.¹⁵ Em paróquias arruinadas pelos mercenários, os dízimos reduziam os padres à penúria. Muitos desertaram, deixando as aldeias sem comunhão ou sacramentos, e abandonando as igrejas para que apodrecessem ou fossem usadas como celeiros.¹⁶ Alguns padres complementavam seus parcos vencimentos com parcas ocupações como taverneiros ou negociantes de cavalos, ou qualquer outro trabalho não permitido ao clero como *inhonesta*.¹⁷

Nos círculos superiores, as propriedades e os cargos mundanos absorviam os prelados, que negligenciavam o cuidado da diocese. Como a Igreja podia oferecer a homens ambiciosos uma carreira de poder e riquezas, muitos que nela ingressavam estavam mais interessados nas recompensas materiais do que nas espirituais. "O temor a Deus foi deitado fora", lamentava Brígida, em Roma, "e em seu lugar há um saco sem fundo de dinheiro".¹⁸ Todos os Dez Mandamentos, disse ela, foram reduzidos a um: "Trazei aqui o dinheiro."

Consciente de suas falhas, a Igreja lançava torrentes de ordens reprovando as roupas profanas, o concubinato, a falta de zelo, mas estava presa às coisas de César e não podia realizar reformas na raiz sem destruir os interesses criados. Ela se tinha tornado dependente do sistema financeiro desenvolvido no exílio de Avignon, e, embora todos reconhecessem a necessidade de reforma, a hierarquia tinha, pela natureza das coisas, de resistir a ela. Até mesmo Catarina, num momento de lucidez, viu que a reforma não podia vir de dentro. "Não te lamente agora", disse ao padre Raimundo, quando este explodiu em lágrimas ante a notícia de algum novo escândalo na Igreja, "pois terás ainda muito mais que chorar", quando no futuro não só os leigos, mas também os clérigos, se levantariam contra a Igreja. Tão logo o papa tentasse a reforma, disse ela, os prelados resistiriam, e a Igreja "se dividiria, numa peste herética, por assim dizer".¹⁹

A própria Catarina nunca foi uma herege, nunca se desiludiu, nunca desobedeceu. A Igreja, o papado, o clero, a ordem dominicana eram seu lar, e a santidade

dessas instituições era o seu fundamento. Ela fazia censuras, mas dentro da Igreja. O desencantamento entre o próprio clero produziu os grandes hereges, como Wyclif e, na geração seguinte, Jan Hus.

Os apelos de Catarina deram a Gregório XI a força de resistir às pressões exercidas pelo rei e pelos cardeais franceses contra o retorno do papado a Roma. Carlos V insistiu que "Roma é onde quer que o papa esteja", ²⁰ e mandou seus irmãos, os duques d'Anjou e de Borgonha, para tentar dissuadir o papa. Da mesma forma, os cardeais argumentaram contra Roma no momento exato em que os reis da França e Inglaterra, "há tanto divididos por uma guerra que destrói todo o mundo", estavam realizando conversações de paz que exigiam ajuda. Gregório não se convenceu. Apesar dos pressentimentos sombrios, acreditava que só a sua presença poderia preservar Roma para o papado, e, já que Roma prometia a submissão se ele voltasse, não podia adiar mais o retorno.

Confundindo todas as expectativas provocadas pelo seu nascimento francês e sua saúde frágil, ele partiu em setembro de 1367, apesar de uma terrível tempestade que danificou seus navios, como se fosse uma advertência. ²¹ No último momento, seu idoso pai, o conde Guilherme de Beaufort, no exagerado gesto típico da época, atirou-se ao chão ante o filho, implorando que ficasse. ²² Gregório passou por cima do pai, murmurando, de maneira pouco filial, um dos Salmos: "Está escrito que pisará sobre a serpente e esmagará o basilisco." Um dos bispos, que ia por terra, escreveu: "Ó Deus, se apenas as montanhas se movessem e lhe barrassem o caminho." ²³

Devido à insegurança da região, o retorno a Roma só se fez em janeiro de 1377, e 15 meses depois, em março de 1378, Gregório morreu. No intervalo, ele lutou, sem resultado, como seu antecessor, Urbano V, contra o torvelinho da política italiana. Cercado de dificuldades e incessantemente pressionado pelos cardeais franceses para voltar para Avignon, diz-se que teria concordado, mas, sentindo a aproximação do fim, esperou para morrer em Roma, a fim de que a eleição de um novo papa ocorresse ali e mantivesse o papado no lugar que lhe era inerente. Sua intenção era digna, mas precipitou a crise que causaria à Igreja medieval um dano irreparável.

O cisma nada teve a ver com questões de doutrina ou religião. Dezesseis cardeais estavam presentes em Roma para o conclave, dos quais um era espanhol, quatro italianos e 11 estavam divididos entre dois grupos franceses mutuamente hostis, os limosinos e os galicanos. Como nenhum deles se dispunha a eleger um papa oriundo do outro grupo, ocorreu uma intensa cabala de votos, da qual Roberto de Genebra, líder dos galicanos, participou antes mesmo da morte de Gregório.

Como era impossível assegurar a maioria de dois terços para qualquer dos cardeais, cresceu a preferência por alguém estranho a esses grupos, como candidato de conciliação que evitasse a vitória de um deles contra o outro. Esse candidato foi Bartolomeu Prignano, arcebispo de Bari e vice-chanceler da cúria, um napolitano de origem humilde, baixo, atarracado, trigueiro, trabalhador e aparentemente modesto. Devido ao seu longo serviço em Avignon, foi visto pelos dois grupos como um protegido que poderia ser manobrado. Embora rigoroso adversário da simonia e da corrupção, com o temperamento nervoso do italiano meridional, era considerado pelos cardeais, devido à sua origem social inferior, como controlável e, acima de tudo, capaz de ser influenciado para o retorno a Avignon.

Com a morte de Gregório, os cidadãos de Roma, vendo por fim uma oportunidade de acabar com o reinado dos papas franceses, enviaram uma delegação de pessoas importantes ao Vaticano para insistir na eleição de "um homem digno da nação italiana", especificamente, um romano. O Colégio de Cardeais tinha dois romanos, Tebaldsch, de São Pedro, "um homem bom e santo", mas idoso e doente, e Orsini, considerado muito jovem e inexperiente. Ambos não eram desejados pelos colegas exatamente por *ser* romanos.

Evidentemente esperando problemas, os cardeais franceses transferiram suas residências, com todos os bens, pratas, jóias, dinheiro e livros, e o tesouro papal, para Castel Sant'Angelo, e pediram à cidade medidas de seguranças para a manutenção da ordem pública e proteção dos cardeais contra violências e insultos. Disposto a não correr riscos, o cardeal Roberto de Genebra vestiu uma cota de malhas; o cardeal espanhol Pedro de Luna ditou seu testamento. Como os cardeais não se comprometessem com um romano, correu o boato de que um papa dominado pelos franceses significaria a volta do papado para Avignon. A agitação pública aumentou, e multidões ameaçadoras reuniram-se quando os cardeais, cercados por "muitos soldados fortes e nobres belicosos", entraram no Vaticano para o conclave. Sob as janelas, podiam ouvir o povo gritando: "*Romano lo volemo!* (*Queremos um romano!*) *Romano! Romano!*" O fantasma das mortes de Cola di Rienzi e Jacob van Artevelde, linchados pela multidão, ressuscitou.

Temendo por suas vidas, os cardeais recorreram ao artifício de vestir o trêmulo cardeal Tebaldeschi, apesar de seus protestos, com a mitra e a capa de asperges para ser inostrado no trono como papa eleito, por tempo suficiente para permitir-lhes escapar do Vaticano para lugares fortificados, fora da cidade. Quando os sinos de São Pedro tocaram em meio aos choques e à confusão, correu a notícia da farsa. A multidão passou a gritar: "*Non le volemo!*" e "Morte aos cardeais!" Espadas foram desembainhadas e os beberões, que tinham arrombado as adegas papais, tornaram-se violentos e barulhentos.

No dia seguinte, 9 de abril, os cardeais anunciaram a eleição do arcebispo de Bari como Urbano VI e, com pesada guarda, escoltaram-no num cavalo branco, em meio a "rostos irados", na cavalgada tradicional até a basílica de São João de Latrão. A notícia da eleição e entronização foi enviada aos seis cardeais que tinham ficado em Avignon, sem qualquer sugestão de possível invalidade devido às intimidações.

Pelo contrário, nas primeiras semanas do novo reinado, os cardeais trataram o pontificado de Urbano como fato consumado, fazendo-lhe os habituais numerosos pedidos de benefícios e promoções para seus parentes.

O poder do pontificado, colocando-o acima de cardeais bem-nascidos, subiu de imediato à cabeça de Urbano. De um humilde e modesto funcionário totalmente despreparado para o trono papal, ele se transformou da noite para o dia num inimigo implacável da simonia, movido menos pelo zelo religioso do que pelo ódio simples e o ciúme do privilégio. Criticou publicamente os cardeais pelo absentismo, pela vida luxuosa e lasciva que levavam, proibiu que ocupassem ou vendessem vários benefícios, que aceitassem pensões, presentes de dinheiro e outros favores de fontes seculares, e ordenou ao tesoureiro pontifical que não lhes pagasse a habitual metade da receita dos benefícios, mas sim a usasse para a restauração das igrejas de Roma. Pior ainda, ordenou a esses príncipes da Igreja que limitassem suas refeições a um prato.

Censurava-os sem tato ou dignidade, o rosto avermelhando-se e a voz rouca de raiva. Interrompia-os com invectivas rudes e gritos de “Bobagem!” e “Cale a boca!”. Chamou o cardeal Orsini de *sotus* (idiota) e quase agrediu o cardeal de Limoges, sendo contido por Roberto de Genebra, que o segurou, gritando: “Santo Padre, Santo Padre, o que estais fazendo?” Acusou o cardeal de Amiens, quando servia de mediador entre a França e a Inglaterra, de aceitar dinheiro de ambos os lados e prolongar a discórdia para manter a bolsa cheia, fazendo com que o cardeal se levantasse e, com “indescritível altivez”, chamasse Sua Santidade de “mentiroso!”

Deixando-se levar pela auto-afirmação, Urbano mergulhou nos assuntos seculares de Nápoles, anunciando que o reino estava mal governado porque o seu governante, a rainha Joana, era mulher, e ameaçando colocá-la num convento ou depô-la devido ao não-pagamento dos tributos como feudo papal. Essa briga gratuita, que ele sustentou com virulência, iria constituir uma base para seus inimigos.

Os sentimentos daqueles que elevaram Urbano acima de si mesmos provavelmente não possam ser descritos de maneira adequada. Alguns achavam que o delírio do poder tinha tornado o papa *furiosus et melancholicus* — em suma, doido.²⁴ Explosões de raiva e insultos poderiam ter sido toleradas, mas não a interferência com rendas e privilégios. Quando Urbano se recusou categoricamente a voltar para Avignon, como estava combinado, a crise eclodiu. Em lugar de tentar, como já se fizera antes com um papa recalcitrante, providências menos extremadas, que exigiam que o papa firmasse “Capitulações” de sua autoridade, os cardeais resolveram-se pela medida fatal de seu afastamento. Como não havia precedentes de afastamento de um papa por incapacidade, o plano era anular a eleição, considerando-a inválida por ter sido realizada sob a pressão da violência da multidão. Não há dúvidas de que os cardeais estavam aterrorizados ao eleger Urbano, mas era igualmente claro que haviam decidido elegê-lo antes de qualquer ameaça.

As primeiras insinuações de ilegitimidade da eleição circularam em julho de 1378, e os cardeais começaram a reunir apoio militar, através do duque de Fondi,

nobre do reino de Nápoles. Enquanto isso, os romanos e suas forças armadas apoiavam Urbano, que conquistara esse apoio ao recusar-se a voltar para Avignon. Ele fortaleceu sua posição ao concluir a paz com Florença, suspendendo o interdito, para alegria do povo. Seu mensageiro com o ramo de oliveira tornou, pelo menos daquela vez, o papado popular entre os florentinos. As linhas se estavam estabelecendo. Protegidos pelos mercenários bretões de Sylvestre Budes, que esteve com Coucy na Suíça, os cardeais retiraram-se de Roma para a residência papal de verão em Anagni. Ali, a 9 de agosto, lançaram uma Declaração a Toda a Cristandade, considerando nula a eleição de Urbano, sob a alegação de que tinha sido realizada "com temor pelas próprias vidas", ao som de "vozes tumultuosas e horríveis". Depois de declarar a vacância da Santa Sé, rejeitaram antecipadamente o arbitramento de um concílio ecumênico, dizendo que só um papa podia convocar um concílio. Num outro manifesto, anatemizaram Urbano como "anticristo, demônio, apóstata, tirano, mentiroso, eleito pela força".

O repúdio de um papa foi um ato tão fatídico que se torna impossível supor que os cardeais pensassem num cisma. O mais provável é que tenham agido com a convicção de que, retirando-se em conjunto da cúria, podiam obrigar Urbano a renunciar ou, na pior das hipóteses, depô-lo pelas armas. Numa demonstração de força, a companhia de Bude, agindo como braço militar dos cardeais, já tinha derrotado uma companhia dos partidários romanos do papa numa escaramuça, em julho.

Os cardeais procuraram, a princípio, o apoio de Carlos V. Todas as informações recebidas pelo rei da França eram acentuadamente tendenciosas contra Urbano, e seu interesse político, de qualquer maneira, inclinava-se na mesma direção. O rei convocou um conselho de prelados e doutores de lei e teologia, a 11 de setembro, para ouvir os enviados dos cardeais defenderem sua posição. Depois de dois dias de deliberações, o conselho, moderadamente, sugeriu ao rei abster-se de uma decisão precipitada, num ou noutro sentido, numa questão "tão alta, perigosa e duvidosa". Se isso era contemporizar, era também uma advertência cautelosa que Carlos não seguiu. Embora sem agir abertamente, a evolução dos acontecimentos indica que ele deve ter garantido apoio aos cardeais — o maior erro político de sua carreira.

Depois de novos preparativos legais e esforços para conseguir a aprovação da Universidade de Paris, que não se manifestava, os cardeais transferiram-se para Fondi, em território de Nápoles, e num conclave a 20 de setembro elegeram um novo papa entre eles. Buscando, nas circunstâncias, um homem poderoso e decidido, fizeram uma escolha incrível. O eleito, entronizado e coroado como Clemente VII no mesmo dia, foi Roberto de Genebra, o Carniceiro de Cesena.

A eleição de um antipapa teria de provocar a divisão, e os interesses do papado poderiam ter ditado uma escolha o mais aceitável possível pelos italianos. Eleger o homem temido e odiado em toda a Itália sugere uma arrogância de poder quase tão louca quanto o comportamento de Urbano. Talvez àquela altura o século XIV não fosse de todo lúcido. Se o auto-interesse esclarecido pode ser considerado como

critério de lucidez, no dizer de Michelet,²⁵ “nenhuma época foi mais naturalmente louca”. Dominado pelos franceses, o Colégio de Cardeais não se preocupava com os sentimentos italianos, e se sentia tão ameaçado com a redução de suas rendas em consequência da reforma, que até mesmo os três cardeais italianos* deram o consentimento tácito à eleição. Isso foi o produto final do exílio em Avignon. Só um materialismo e um cinismo profundos poderiam ter permitido a colocação de Roberto de Genebra na cadeira de São Pedro. As queixas dos reformadores não poderiam ter prova mais esmagadora.

“Ah, infelizes!”, exclamou Catarina, expressando a reação italiana, “vós que deveis nutrir-vos no seio da Igreja, ser como flores do seu jardim, para emanar doce perfume, ser como pilares para apoiar o Vigário de Cristo e sua barca, como lâmpadas para iluminar o mundo e difundir a fé [...] vós, que éreis anjos sobre a Terra, adotastes o caminho dos demônios. [...] Qual a razão? O veneno do egoísmo destrói o mundo”.²⁶ Se as suas ricas imagens são variadas, eram também a medida da reverência que sentia pelos grandes da Igreja e o consequente sentimento de ter sido traída. Com o bom senso nato que freqüentemente irrompia em meio às suas rapsódias verbais, Catarina não deu crédito à alegação dos cardeais de que teriam eleito Urbano sob pressão.

Longe de renunciar, Urbano criou um Colégio de Cardeais totalmente novo dentro de uma semana e contratou uma companhia de mercenários, comandados por um dos primeiros *condottieri* italianos, Alberigo da Barbiano, para manter sua Sé pela força das armas. A guerra contra os cismáticos deu a Catarina uma nova causa santa. “Este é o momento de novos mártires”, disse ela, estimulando Urbano. “Sois o primeiro que destes vosso sangue! Como é grande o fruto que recebereis!” E assim foi, inicialmente. Numa batalha contra as forças de seu rival, comandadas por Silvestre Budes e o conde de Montjoie, sobrinho de Clemente, as tropas de Urbano foram vitoriosas. Retomaram o Castel Sant’Angelo e prenderam os dois capitães inimigos, disso resultando que Clemente teve de fugir de Roma e refugiar-se com Joana de Nápoles. Tão hostil, porém, estava o povo, gritando: “Morte ao anticristo! Morte a Clemente e seus cardeais! Morte à rainha, se os proteger!”, que foi obrigado a partir. Sem ter nenhum lugar seguro na Itália, voltou com seus cardeais para Avignon, em abril de 1379.

Com um papa e um colégio de cardeais em Roma, e outro papa e outro colégio em Avignon, o cisma era agora uma realidade terrível. Iria tornar-se o quarto flagelo — depois da guerra, da peste e das Grandes Companhias — de um século atormentado. Desde a eleição em Fondi, todos os poderes soberanos haviam tomado partido, por vezes com efeitos divisivos entre governantes e o clero, ou entre o clero e o povo. Carlos V reconheceu Clemente oficialmente em novembro de 1378 e lançou uma proclamação proibindo obediência a Urbano por qualquer pessoa, clérigo ou leigo, dentro do reino. Recusava a decisão por um concílio ecumênico, como queria a Universidade de Paris, porque não desejava qualquer solução

* O quarto, o idoso cardeal Jebaldeschi, tinha falecido.

contrária aos interesses franceses. A universidade, profundamente perturbada, foi obrigada a ceder.

A Inglaterra, numa oposição natural à França e a um papa francês, permaneceu fiel a Urbano; a Escócia, decerto, ficou com o outro lado. Flandres, embora feudo da França, foi urbanista, em grande parte porque o conde de Flandres estava adotando uma política pró-inglesa na guerra. O imperador Carlos IV morreu a tempo de ser poupado da decisão, mas seu filho e sucessor, Venceslau, que tão recente e generosamente tinha sido recebido em Paris, declarou-se por Urbano e levou consigo a maior parte do império, exceto certas áreas como Hainaut e Brabante, estreitamente ligadas à França. A posição tomada pelo novo imperador, seguida pela Hungria, Polônia e Escandinávia, foi uma amarga decepção para Carlos V, que esperava com sua decisão arrastar outros soberanos, deixando Urbano isolado e forçado a renunciar.

O velho aliado de Carlos, dom^o Enrique, rei de Castela, também morreu antes de tomar partido, e seu filho, João I,²⁷ embora muito pressionado por Carlos V para que apoiasse Clemente, preferiu manter a "neutralidade", dizendo que, apesar de fiel à aliança com a França, não podia contrariar a consciência de seus súditos. Plebeus, nobreza, clero, homens cultos, escreveu ele, eram todos urbanistas. "Que governo, ó nobre príncipe", indagou com pertinência a Carlos, "jamais conseguiu triunfar sobre a consciência pública apoiada pela razão? Que castigos há para subjugar uma alma livre?". Durante um reinado de confusões maiores do que as habituais na Espanha, João I revelou, de tempos em tempos, indícios de ter refletido com seriedade sobre a relação entre governante e governados. Infelizmente, Carlos já estava demonstrando que podia na realidade frustrar a "consciência pública apoiada pela razão". A neutralidade no cisma, na qual Pedro IV de Aragão também procurou refugiar-se, era ilusória. Pressões políticas forçaram os dois reis espanhóis, e por fim também Portugal, a optar por Clemente.

Os atos de Urbano, depois de ser repudiado, tornaram-se mais selvagens, irracionais e descontrolados. Excomungou Joana de Nápoles por ter apoiado Clemente e declarou-a deposta em favor de um dos seus muitos parentes que cobiçavam o trono, Carlos de Durazzo. Com isso, Urbano mergulhou seu papado num conflito impiedoso. Desentendeu-se com Catarina de Siena por essa razão, e quando ela morreu de privações auto-impostas, pouco depois em 1380, ele perdeu a mais entusiasta voz que o apoiava. Usou recursos infinitos para promover um sobrinho indigno, Francesco Prignano, e, quando Carlos de Durazzo se recusou a conceder a esse sobrinho certos favores, Urbano recorreu às armas. Ao ser sitiado por Carlos de Durazzo, o papa subia quatro vezes por dia às muralhas para excomungar os sitiados. Se não estava louco antes, agora o desafio dos cardeais realmente o desequilibrara.

Cada vez mais alienados pelo descontrole e pelo espírito vingativo de Urbano, dois de seus cardeais passaram-se para Clemente, mas a maioria achava que não tinha outra solução senão continuar com ele, para não aceitar o retorno ao domínio francês. Às voltas com um papa louco, planejaram uma espécie de regência para

governar por ele, enquanto o mantinham numa custódia protetora. Urbano, porém, foi informado da conspiração e prendeu os seis cardeais envolvidos. Enquanto eram torturados para lhes serem arrancadas confissões de conspiração, um observador conta que o papa caminhava de um lado para outro sob a janela, lendo o breviário em voz alta, enquanto ouvia os gritos das vítimas. Cinco delas foram executadas por ter conspirado. A sexta, um cardeal inglês chamado Adão Easton, poupado por intervenção de Ricardo III, sobreviveu para contar o que tinha presenciado. Com o passar dos anos, Urbano tornou-se tão odiado e vilipendiado quanto seu rival. Com dois homens assim reivindicando a chefia da Santa Igreja, parecia que Deus tinha boas razões para arrependê-lo de sua casa na Terra.

De todos os “estranhos males e adversidades” previstos para o século, os efeitos do cisma sobre o espírito público estavam entre os mais prejudiciais.²⁸ Quando cada papa excomungava os seguidores do outro, quem podia estar seguro da salvação? Todo cristão encontrava-se sob o risco da danação, por um dos dois papas, sem ter como certificar-se de que obedecia ao autêntico. O fiel podia ouvir que os sacramentos do seu padre não eram válidos porque tinha sido ordenado pelo “outro papa”, ou que o óleo do batismo não estava santificado porque tinha sido abençoado por um bispo “cismático”. Nas regiões disputadas, dois bispos podiam ser nomeados para o mesmo lugar, cada um deles celebrando a missa e declarando ser o ritual do outro um sacrilégio. A mesma ordem religiosa podia ter, em diferentes países, uma fidelidade dividida, com seus mosteiros sob dois priores contrários e suas abadias separadas pela luta. Quando, como em Flandres, as rivalidades políticas e econômicas levavam uma cidade a aliar-se aos franceses e a Clemente, urbanistas fiéis, temendo viver sob um anticristo, deixaram os lares, lojas e ofícios e se transferiram para uma diocese da “verdadeira” fé.

Embora o cisma não tivesse sido provocado por nenhuma questão religiosa, quando ele se transformou em fato consumado, seus partidários foram separados pelo mesmo ódio que marcaria as guerras religiosas posteriores. Para Honoré Bonnet,²⁹ na França, Urbano parecia ser a estrela caída, a quem era dada a chave para o “poço sem fundo” na visão do Apocalipse de São João. “A fumaça de uma grande fornalha” que subia do poço para escurecer o sol era o cisma, escurecendo o papado. Os “gafanhotos e escorpiões” eram os “traíçoeiros romanos”, que, aterrorizando o conclave, tinham forçado a falsa eleição.

Com a receita pontifical partida ao meio, o efeito financeiro do cisma foi catastrófico. Para evitar a bancarrota dos dois papados, a simonia duplicou, os benefícios e promoções eram vendidos sob pressão, as taxas pelas dispensas espirituais de todos os tipos aumentaram, bem como as taxas de chancelaria sobre todo documento da cúria que se tornasse necessário. A venda de indulgências, semente da Reforma, tornou-se financeiramente importante. Em lugar das modificações, multiplicaram-se os abusos, que reduziram ainda mais a fé. Quando um bispo ou abade francês morria, segundo o monge de St. Denis, que escreveu a *Crônica do reino de Carlos VI*, os coletores de tributos de Avignon desciam como abutres para levar seus bens e móveis, a pretexto de compensação por atrasos nos dízimos cleri-

cais. "Por toda parte o serviço de Deus era negligenciado, a devoção dos fiéis diminuía, o reino era esgotado de dinheiro e os eclesiásticos iam de um lado para outro cheios de miséria."

Os legados dos dois papas já não lutavam pela paz entre a França e a Inglaterra, mas trabalhavam abertamente por um dos dois lados, porque cada um dos papas buscava apoio militar para eliminar o rival. Enquanto isso, seus vitupérios mútuos e sua luta nada edificante pelo corpo da Igreja degradavam a cristandade. A Igreja era puxada para um lado e para outro, lamentava o monge de St. Denis, "como uma prostituta encontrada no local de uma orgia".³⁰ Ela tornou-se "objeto de sátira e riso de todos os povos do mundo e faziam-se canções sobre ela todos os dias".

Mais do que qualquer outra pessoa, Carlos V foi responsável por permitir que o cisma deitasse raízes, pois Clemente não teria nenhuma base sem o apoio da França. Ele reconheceu sua dívida tão logo tornou-se papa, concedendo ao rei um terço dos tributos sobre o clero francês. No fim, a escolha de Carlos obscureceria tudo o que ele realizou pela recuperação da França. Pensando apenas em restabelecer um papado francês sob influência francesa, ele supôs que seu candidato podia ser imposto. Embora cognominado o Sábio, não estava imune à doença ocupacional dos governantes: superestimava sua capacidade de controlar os acontecimentos.

Ninguém era clementista mais ardoroso do que o irmão do rei, Anjou, devido à sua própria ambição. No momento em que o duque soube da eleição de Clemente, fez com que fosse anunciada pelas ruas de Toulouse, seguindo-se missa na catedral e *Te Deum* cantado em todas as igrejas. Falando do novo papa como um "parente próximo, ramo como eu mesmo da Casa de França", ele ordenou obediência ao novo papado pelo Languedoc, mandou dinheiro para os cardeais e enviados para obter apoio em Florença, Milão e Nápoles. Quando Clemente foi derrotado pelas forças de Urbano e perdeu a Itália, pediu apoio militar a Anjou. O preço que este cobrou foi um reino.

Por acordo entre eles, confirmado numa bula de 17 de abril de 1379, Anjou poderia reconquistar os Estados Pontificais na Itália e ficar com a maior parte deles (com exceção de Roma e Nápoles), como o Reino de Adria, assim chamado devido ao Adriático, em cujo litoral ficaria situado.³¹ Escarranchado nos Apeninos, o reino incluiria Ferrara, Bolonha, Ravena, a Romanha, a área fronteiriça de Ancona e o ducado de Espoleto. Seria um feudo da Santa Sé, pagando ao papado a soma anual de 40 mil francos; a cada três anos Anjou daria ao papa um palafrém branco como sinal de vassalagem. A bula determinava expressamente que Adria e Nápoles nunca se uniriam sob um mesmo governante. Anjou teria um prazo de dois anos para organizar suas finanças e suas forças, mas, se dentro de dois meses depois dos dois anos ainda não estivesse comandando uma expedição à Itália, ou tivesse enviado um "general capaz" em seu lugar, o acordo seria nulo.

Adria era um reino nas nuvens. Se em todas as suas batalhas as forças pontificais não tinham conseguido reconquistar o controle desse patrimônio, não havia nenhuma razão para supor que um príncipe francês tivesse êxito onde elas falharam. Mas a superestimativa de sua capacidade afetava cada vez mais a política fran-

cesa, a partir dessa época: as possibilidades concretas a moderavam cada vez menos. Enquanto isso, a ajuda de Anjou se fazia necessária, com urgência, para manter a rainha Joana no trono de Nápoles, única base de Clemente na Itália. Para ter um interesse concreto em sua defesa, Anjou foi nomeado — como parente distante da rainha — seu herdeiro, pois ela não tinha filhos. Nomeando a mesma pessoa como futuro rei de Nápoles e rei putativo de Adria, Clemente estava promovendo exatamente o governo único que proibira, mas talvez não esperasse que Anjou tivesse êxito nos dois casos. Com a promessa de Nápoles, o destino de Anjou estava agora na Itália, para onde arrastaria Coucy, em sua companhia.

Conquistar o apoio do público francês para Clemente, uma vez comprometida com ele a política real, era algo que exigia mais do que um decreto. Em abril e maio de 1379, realizou-se em Paris uma série de assembleias públicas para convencer os notáveis e os cidadãos da ilegalidade da eleição de Urbano. O cardeal de Limoges, que quase fora agredido pelo papa, compareceu para contar pessoalmente o que tinha acontecido e jurar, com a mão sobre o coração, e conclamando Deus, os anjos e santos como testemunhas de sua sinceridade, que os cardeais tinham votado em Urbano “com medo de morrer”. Em contraste, disse ele, Clemente tinha sido escolhido nas condições certas e adequadas necessárias à eleição de um verdadeiro pontífice. Depois dele, Carlos ergueu-se para dizer que todos os escrúpulos de consciência quanto à aceitação de Clemente deviam desaparecer, pois era evidente que um homem de tal autoridade e sabedoria como o cardeal de Limoges não “condenaria sua alma pelo amor ou ódio a uma pessoa viva”. Em outros encontros, outros cardeais confirmaram a versão de pressão com juras solenes.

O assentimento formal foi obtido de um imponente grupo reunido no Château de Vincennes a 7 de maio, na presença do rei, de Anjou e do *sire* de Coucy, entre outros nobres importantes, ministros, prelados e mestres de teologia. Depois que cada cardeal, sucessivamente, foi convidado pelo rei a declarar, pela sua consciência, tudo o que sabia das circunstâncias, a fim de dissipar qualquer dúvida dos espíritos hesitantes e “fortalecer sua fé”, os presentes, com disfarçada angústia em muitos corações, aprovaram unanimemente o novo papa. Uma semana depois, uma cerimônia para o público foi realizada na praça da Notre-Dame, onde, num palanque especialmente construído para a ocasião, quatro cardeais, apoiados pelo duque d'Anjou, proclamaram o advento de Clemente VII e declararam cismático todo aquele que se recusasse a obedecer ao novo papa.

A Universidade de Paris continuava inconciliável. Mestres de teologia, menos afetados pelos compromissos dos cargos mundanos, não cediam com a mesma facilidade dos bispos. Para eles, a sucessão de São Pedro era uma questão séria. Sob extrema pressão da coroa, eles aceitaram formalmente Clemente a 30 de maio, mas a aquiescência foi relutante, sem unanimidade e precursora de problemas. Dois anos depois, após a morte de Carlos V, todas as quatro faculdades aprovaram uma resolução em favor de um concílio geral para pôr fim ao cisma e fizeram à coroa um apelo para que o convocasse. Embora a autoridade convocatória fosse incerta, 15 desses concílios tinham sido realizados até então na história da Igreja, para so-

lucionar graves questões de doutrina. O apelo da universidade, em 1381, apresentado por um mestre de teologia, Jean Rousse, era necessariamente dirigido aos ouvidos moucos do duque d'Anjou, então regente. Como um exemplo terrível para silenciar essas opiniões, ele mandou prender Rousse no Châtelier.³² O insulto ao clero e à universidade provocou um escândalo, que não se acalmou com a libertação de Rousse, obtida ao custo de uma ordem de Anjou, proibindo qualquer discussão sobre um concílio ou uma eleição papal.

Alienados e atemorizados, destacados doutores em teologia fugiram para Roma, para unir-se a Urbano. Outros também partiam. Alunos e professores dos países urbanistas, incapazes de se colocar sob a obediência a Clemente, seguiram para universidades na Itália, no Império e em Oxford. "O sol do conhecimento" na França, disse um mestre que partia, "sofreu um eclipse". Começou naquela época o declínio da Universidade de Paris como grande centro cosmopolita.

Na Inglaterra, o cisma levou Wyclif ao ponto decisivo que resultaria no protestantismo. A princípio, ele saudou Urbano como reformador, mas, à medida que os abusos financeiros dos dois papas se tornavam mais flagrantes, passou a considerá-los como anticristos e o cisma como o fim natural de um papado corrupto. A partir do momento em que a Igreja permitiu que as penitências fossem comutadas em dinheiro, dizia ele, só o mal resultara disso. Desesperançado da reforma vinda de dentro, depois do cisma, ele chegou em 1379 à conclusão radical: como a Igreja era incapaz de reformar-se, devia ser colocada sob supervisão secular. Passou a considerar o rei como o Vigário de Cristo na Terra, de quem os bispos obtinham toda a autoridade e através de quem o Estado, como guardião da Igreja, podia forçar a reforma. Indo além dos abusos da Igreja e atacando a teoria, Wyclif estava agora preparado para varrer toda a superestrutura eclesiástica — papado, hierarquia, ordens. Tendo rejeitado a autoridade divina da Igreja, foi então que chegou à rejeição de sua essência — o poder dos sacramentos, especificamente da Eucaristia.

Numa heresia culminante, ele transferiu a salvação da Igreja para o indivíduo: "Pois todo homem que for condenado será condenado pela sua própria culpa, e todo homem que for salvo será salvo pelo seu próprio mérito."³³ Sem que se percebesse, ali estava o começo do mundo moderno.

Quando pregara a secularização dos bens temporais da Igreja, Wyclif tinha amigos poderosos, mas, quando rejeitou o sistema sacerdotal, seus protetores, temendo a heresia e o Inferno, afastaram-se. Em 1381, um conselho de 12 doutores da Universidade de Oxford iria declarar oito de suas teses não-ortodoxas, e 14 hereses, e proibi-lo de continuar lecionando ou pregando. Embora sua voz fosse silenciada, sua obra divulgou-se graças à disseminação da Bíblia em inglês. Todas as Escrituras, num total de cerca de três quartos de um milhão de palavras, foram traduzidas do latim por Wyclif e seus discípulos lolardos, na perigosa tarefa de abrir um caminho direto para Deus, sem passar pelo padre. Na feroz reação que ocorreria depois da Revolta Camponesa, quando o lolardismo foi marcado como irmão da subversão, e a simples posse de uma Bíblia em inglês podia levar à condenação de heresia, a confecção de múltiplas cópias do seu manuscrito era um traba-

lho arriscado e corajoso. Tendo em vista os 175 exemplares que sobreviveram e o número dos que foram destruídos durante a perseguição e perdidos no decorrer dos séculos, muitas centenas de cópias devem ter sido feitas, em segredo e trabalhosamente, à mão. Wyclif morreu em 1384, e o movimento de protesto, com a intensificação da perseguição, tornou-se subterrâneo. Quando Jan Hus foi queimado na fogueira pelo Concílio de Constança, acusado de heresia, em 1415, os ossos de Wyclif foram exumados e queimados ao mesmo tempo. Mesmo às voltas com o cisma, a Igreja ainda controlava a situação. As rachaduras de estruturas antigas e famosas são lentas e internas, e a fachada mantém-se inalterada.

Com a Europa polarizada entre dois papados e a Igreja politizada pela luta dos rivais em busca de apoio secular, a cada ano que passava mais difícil se tornava superar o cisma. Todos os homens ponderados reconheciam que ele era prejudicial à sociedade e tentaram encontrar meios de reunificação, mas no cisma, como na guerra, as hostilidades praticadas mantinham abertas as distâncias. O Concílio Ecumênico, defendido pela Universidade de Paris e por muita gente, era a solução óbvia. Mas ambos os papas o rejeitavam, pois podia contestar a sua supremacia. A divisão da cristandade iria durar quarenta anos. Segundo uma expressão popular de fins do século, ninguém, desde o início do cisma, tinha entrado no Paraíso.¹⁴

SEGUNDA PARTE

A ascensão de Coucy

TENDO VOLTADO A SER, mais uma vez, “totalmente francês”, Coucy serviu como o braço direito do rei nas empresas finais do reinado. Embora tivesse apenas 41 anos, Carlos V sentia que o tempo urgia. Em fevereiro de 1378, sua rainha, Joana de Bourbon, da mesma idade que ele, morreu de febre puerperal após o nascimento de uma filha, Catarina. Três semanas mais tarde, morria a última sobrevivente de suas cinco filhas anteriores, deixando dos oito filhos que teve apenas dois e a recém-nascida. O rei “sofreu por muito tempo e de maneira intensa” a morte da mulher, “e o mesmo ocorreu com muitas outras boas pessoas, pois a rainha e ele amavam-se tanto quanto pode amar-se um casal fiel”. Um mês depois ocorria a morte — precipitando o cisma — do papa Gregório XI, com quem Carlos se tinha ligado estreitamente, seguida em novembro pela morte de seu tio, o imperador, e pouco depois pelo desaparecimento do seu tradicional aliado, rei Enrique de Castela. Com todas essas perdas, Carlos não pôde ter deixado de sentir a sombra que avançava sobre seu próprio tempo de vida, e com isso a sensação da premência de deixar seu reino íntegro e em paz, antes que ele também partisse.

Com essa finalidade, tinha de fechar as três portas do perigo representadas pelas constantes traições de Carlos de Navarra, pela aliança do duque da Bretanha com a Inglaterra e pela continuação da guerra com a própria Inglaterra. O estratégico território de Coucy, seus talentos militares e diplomáticos, e a evidente credibilidade que Gregório XI tinha considerado notável, fizeram dele um fulcro para os esforços do rei. Sua primeira tarefa foi conduzir uma campanha para eliminar Carlos de Navarra da Normandia, de uma vez por todas.

Ao saber que Navarra havia, mais uma vez, negociado secretamente para reabrir a Normandia aos ingleses, Carlos V jurou expulsar seu infiel vassalo de todos os castelos e cidades que ele ali ocupava. A legalidade estava à mão, na pessoa dos dois filhos de Navarra, em cujo nome os feudos navarrenses podiam ser confisca-

dos. Como a mãe deles, irmã do rei, estava morta, Carlos V podia reclamar a sua tutela, com um argumento que não admitia contestação: estavam ambos sob sua custódia na corte de França, naquele momento. Por que o pai deixara que isso acontecesse não é claro, a menos que fosse uma espécie de sinuosa camuflagem para seus entendimentos com a Inglaterra.²

Provas jurídicas da traição de Navarra foram obtidas quando seu camareiro, Jacques de Rue, chegou a Paris com cartas para os dois filhos. Ao ser interrogado, ele declarou livremente — sem tortura, como o rei teve o cuidado de inscrever na crônica autorizada — que Carlos de Navarra planejava envenenar o rei da França logo depois da Páscoa, por meio de um empregado da padaria real. Aproveitando-se da desordem que se seguiria, e da sucessão de um menor, ele reabriria as hostilidades, tomando baluartes franceses ao longo do Sena, enquanto os ingleses desembarcariam na Normandia.

Era fácil acreditar nessa história, pois o príncipe já tinha por duas vezes tentado contra a vida de seu outro cunhado, o conde de Foix, num melodrama impregnado de todo o brilho sinistro do século XIV. Foix casara-se com a inconstante Agnes, irmã de Navarra, mas, como um homem de “paixões impetuosas”,³ não encerrou seus interesses galantes. Ressentida, Agnes procurou refúgio com o irmão. Os cunhados já se tinham desentendido por questões de dinheiro. Quando o filho de Agnes, Gastão, de 15 anos, lhe foi pedir que voltasse, ela se recusou, a não ser que o pedido fosse feito pelo marido. Carlos de Navarra deu então ao sobrinho um saco de pó para levar para casa, dizendo-lhe que com isso seu pai passaria a desejar a reconciliação, mas que ele devia guardar segredo sobre a questão, pois do contrário a mágica não funcionaria. Quando Gastão voltou para Foix, o saco de pó foi descoberto pelo seu irmão bastardo Yvain e mostrado ao conde, que deu o pó a um dos seus cães, que morreu imediatamente em meio a convulsões dolorosas.

Contido para não matar seu herdeiro e único filho legítimo, o conde mandou prendê-lo, enquanto todos os que tinham acompanhado Gastão a Navarra eram examinados, tendo sido 15 deles executados. Compreendendo que o tio havia conspirado para fazê-lo cometer parricídio, Gastão desesperou, recusando-se a comer. Ao ser informado da situação quando cortava as unhas com uma faca, o conde correu para a cela do filho e agarrou-o pela garganta, dizendo: “Ah, traidor, por que não comes?”, e acidentalmente cortou-lhe a jugular com a faca que ainda trazia nas mãos. O rapaz caiu sem uma palavra e, sendo fatal o ferimento, morreu no mesmo dia.⁴ Mais um pecado mortal foi acrescentado à lista já sobrecarregada de Carlos de Navarra.

A comprovação dos “crimes e traições” de Navarra contra o rei da França foi proporcionada quando códigos de sua correspondência cifrada foram encontrados com um segundo chanceler seu a ser preso, Pierre du Tertre. Todas as provas recolhidas, e as confissões assinadas pelos dois conselheiros, foram tornadas públicas no julgamento formal, realizado com a maior solenidade perante grande assembléia de magistrados, clérigos, notários, comerciantes e visitantes de Paris. Com a sentença de morte, os dois conselheiros foram executados. Seus corpos decapitados foram

pendurados no patíbulo, e os membros cortados, nas quatro portas principais de Paris. Estabeleceu-se assim uma razão pública para justificar a transferência da fidelidade dos súditos normandos de Carlos de Navarra para o seu filho.

A campanha da Normandia já estava em andamento.⁵ À primeira notícia de traição de Navarra, o rei tinha reunido um exército em Ruão e “mandado chamar às pressas o *sire* de Coucy e o *sire* de Rivière”, aos quais confiou o comando, que tinha a liderança nominal do duque de Borgonha. Temendo desembarques ingleses, ele deu instruções para que conquistassem as cidades e os castelos de Navarra, em especial os mais próximos do litoral, o mais depressa possível, pela força ou pela negociação. Bureau de la Rivière, o camareiro do rei, com quem Coucy se associaria tão estreitamente durante e depois da campanha, pertencia ao grupo de conselheiros burgueses, chamados com zombaria de *marmousets* pelos irmãos do rei, numa referência às pequenas figuras grotescas que se projetavam das cornijas e pilstras de pedra das igrejas. Era um funcionário cortês e atencioso, muito estimado por Carlos V, que lhe deu um poder controlador no conselho de regência, criado para o caso de ele morrer enquanto o delfim ainda fosse menor.

A combinação de Coucy e Rivière refletia a estratégia política e militar conjugada a ser empregada. Contra cidades muradas, o sítio era lento e oneroso. Para uma conquista rápida, tudo dependia de uma rendição negociada, mas isso só podia ser conseguido com uma demonstração de força e, na maioria dos casos, com um combate inicial. Para aumentar a persuasão da força, os dois filhos de Carlos de Navarra foram levados, “para mostrar a todos que a guerra era em favor daquelas crianças, pela sua herança”.

Bayeux, “uma bela e forte cidade”, na base da península do Cotentin, onde se poderia esperar um desembarque inglês (a 15km do local de um desembarque posterior, rebatizado de Omaha Beach), foi o primeiro objetivo importante. Levando suas forças até junto das muralhas e exibindo o jovem herdeiro de Navarra como o senhor de direito, Coucy e Rivière advertiram os cidadãos, “em linguagem impressionante”, que se a cidade fosse tomada de ataque “seriam todos mortos e o lugar novamente povoado por outros habitantes”. O problema, em cada caso, era que os capitães das guarnições navarrenses, que poderiam ser acusados de traição ao seu príncipe ou desonrados na circunstância de se renderem sem defesa, não tinham para isso os mesmos motivos que os cidadãos. E como os capitães em geral se fechavam na cidadela se os sitiantes venciam, escapando assim à mortandade e ao saque que atingiam o povo, preferiam correr o risco de enfrentar o sítio a render-se.

Em Bayeux, a guarnição foi dominada. Influenciados pelos direitos dos filhos de Navarra e pela persuasão de seu bispo, os habitantes da cidade pediram uma trégua de três dias para negociar as condições, o que era sempre uma transação demorada, pois os termos precisavam ser escritos e cópias seladas entregues a cada lado. Quando isso foi feito, Coucy e Rivière entraram na cidade para tomar posse em nome do rei da França. Depois de substituir os magistrados por pessoas por eles nomeadas e deixar ali uma guarnição para impedir rebeliões, avançaram pela pe-

nínsula em direção à fortaleza seguinte. Cidades e castelos sucessivos, bombardeados tanto “com armas como com palavras”, foram tomados sem muita perda de tempo, embora não sem sérias medidas de sítio, minagem das muralhas, e violentos combates que deixaram mortos e feridos de ambos os lados. Devido à pressa, Coucy e Rivièrre concediam de pronto termos favoráveis e permitiam a determinados partidários de Navarra partir, se assim quisessem. Trabalhando de modo efetivo com Rivièrre, Coucy demonstrou uma capacidade que partilhava com o rei, a de perseguir friamente uma política, o que no seu caso se combinava com o homem de ação.

Carlos de Navarra, atacado no Sul pelo rei de Castela, não estava presente e, devido aos ventos contrários, apenas uns poucos de seus aliados ingleses chegaram. Um grupo conseguiu ocupar Cherburgo, mas ficou preso ali por um cerco francês. Em outros pontos, os capitães de Navarra enfrentaram uma escolha difícil, pois se resistissem não tinham esperanças maiores de ajuda, ao passo que se cedessem, a Normandia seria perdida pelo seu rei. Evreux, o centro de suas possessões normandas, guarnecida pelo seu mais forte contingente e uma população leal, deu a Coucy e Rivièrre o maior trabalho. “Todos os dias atacavam” e cercaram a cidade de tal modo que ela foi forçada a capitular. A queda de Evreux deixou satisfeito o rei, que foi a Ruão saudar os vencedores que “tinham agido depressa e tão bem”. Apenas Cherburgo, que os ingleses podiam abastecer por mar, resistiu a prolongados cercos comandados em diferentes ocasiões por Du Guesclin e Coucy, e continuou nas mãos dos ingleses.

Com essa exceção, em fins de 1378 Carlos de Navarra tinha perdido todas as suas propriedades na Normandia. Muralhas e fortificações foram arrasadas, para que não caíssem de novo em mãos de inimigos da França. No sul, a senhoria de Montpellier, sua última possessão na França, lhe foi tomada pelo duque d'Anjou. Contido enfim depois de trinta anos de conspirações compulsivas, Carlos de Navarra viveu ainda uma década de pobreza e solidão em seu reino montanhoso, pequeno demais para a sua alma. Era como se Satanás tivesse sido preso num redil.

Cavaleiros famosos, que seriam companheiros de Coucy em empresas futuras, participaram de episódios da campanha da Normandia, entre eles o irmão da finada rainha, o bem-humorado, embora pouco notado, Luís, duque de Bourbon; também o enérgico almirante novo, Jean de Vienne, e o mais notável, o caolho Olivier de Clisson, que levou uma companhia bretã para ajudar Coucy no sítio de Evreux.⁶ Quer fosse nessa ocasião, ou outra, essas duas personalidades tão diferentes uniram-se na camaradagem especial dos irmão-em-armas, um acordo formal no qual os participantes assumiam um compromisso de ajuda mútua e divisão formal dos lucros e resgates.

Clisson vinha de uma turbulenta família de lutadores, de ambos os lados de sua linhagem na Bretanha. O pai tinha sido decapitado por Filipe VI, por ter negociado

com Eduardo III: foi preso em meio a um torneio, lançado numa prisão e levado quase nu para ser executado sem julgamento. Sua mulher, ao que se dizia, levou a cabeça do marido de Paris à Bretanha para mostrar ao filho de sete anos e arrancar-lhe um juramento de vingança e ódio eterno à França. Depois, num barco aberto, batidos pela tempestade e famintos, fugiram para a Inglaterra, onde Eduardo, que estava fazendo tudo para conquistar a fidelidade dos bretões, concedeu numerosos favores e propriedades à viúva e ao filho.

Olivier foi educado na corte inglesa, juntamente com o jovem Jean de Montfort, seu duque, cujo ciúme e aversão eram por ele retribuídos. Embora demonstrasse maneiras altivas de nobre, fortalecidas por uma opinião exagerada de seu próprio valor, Clisson foi chamado certa vez de "o rústico", pela sua linguagem grosseira. Cumprindo o juramento de vingança, lutou contra os franceses com incrível ferocidade em Reims, Auray, Cocherel e Najera, na Espanha. Usava uma acha bipene com tal força que se dizia que "ninguém que tivesse recebido seus golpes conseguiu levantar-se", embora ele não tenha conseguido evitar a acha inimiga que lhe cortou o elmo e arrancou-lhe o olho. Durante a guerra na Bretanha, Montfort irritou Clisson dando preferência a *sir* John Chandos, e quando recompensou o inglês com uma cidade e um castelo, Clisson o denunciou terrivelmente irritado, atacou e arrasou o castelo destinado a Chandos, usando as pedras para reconstruir o seu próprio castelo.

Carlos V lhe tinha devolvido as terras confiscadas de seu pai e o cortejou com presentes, mandando-lhe até mesmo carne de veado "como a um amigo". Se foram essas persuasões materiais ou, como afirmava Olivier, a arrogância dos ingleses para com os franceses que ele não tolerava mais, Clisson passou-se para estes em 1369 e voltou sua ferocidade contra os antigos aliados. Essa ferocidade atingiu o auge ao saber que seu escudeiro, ferido e capturado pelos ingleses, tinha sido morto quando prisioneiro, ao se descobrir quem era. Olivier jurou solenemente nunca, "pela Mãe de Deus, durante este ano, nem pela manhã nem à noite, dar quartel a qualquer inglês...". No dia seguinte, embora não dispondo de máquinas para sítio, atacou uma fortaleza inglesa com tal fúria e a tomou com tamanha mortandade que apenas 15 defensores ficaram com vida. Depois de prendê-los numa torre, Olivier mandou que fossem soltos um a um, e, quando passavam pela porta, golpeava-lhes a cabeça com um único golpe de uma grande acha, e assim, com 15 cabeças rolando aos seus pés, vingou seu escudeiro.⁸

O frio Coucy e o selvagem bretão se devem ter complementado mutuamente, pois esses dois poderosos barões, segundo o biógrafo de Clisson, "estiveram sempre na mais perfeita harmonia".⁹ Naquela ocasião, Coucy tinha acabado de perder, em circunstâncias chocantes, seu companheiro da campanha da Suíça, Owen de Gales. Enquanto Coucy estava na Normandia, Owen sitiava Mortagne, no litoral atlântico, na foz do Gironde. Acordando cedo numa clara e adorável manhã, sentou-se num toco em camisa e manto, contemplando o castelo e o campo, como era hábito seu, enquanto seu escudeiro galês, James Lambe, lhe penteava os cabelos. Esse homem tinha sido contratado recentemente para seu serviço como um compa-

triotra que lhe levaria notícias da terra natal e lhe contara “como todo o País de Gales o receberia com satisfação como seu senhor”. De pé atrás de Owen, antes que outros se levantassem, James Lambe enfiou uma adaga espanhola em seu patrão, “atravessando-o com uma punhalada de tal modo que ele caiu morto”.¹⁰

A mão do assassino tinha, na certa, sido alugada pelos ingleses, possivelmente para eliminar um foco de agitação na fronteira galesa ou, como acreditavam os contemporâneos, em represália pela miserável morte, na prisão, do *captal* De Buch, aprisionado por Owen. Se isso é verdade, foi um golpe surpreendentemente desonroso contra um homem desarmado, como reconheceu o capitão inglês dentro da sitiada Mortagne, a quem Lambe informou de seu ato. “Sacudiu a cabeça, olhou-o com firmeza e disse: ‘Ah, tu o mataste. [...] Mas esse ato nos é proveitoso [...] teremos com ele mais culpa do que louvor’.” Entre os franceses, Carlos V, embora bastante irritado, não lamentou de todo a eliminação de Owen, um pirata responsável por muitos atos vis. Seu assassinato refletia um novo tipo de animosidade provocado pela guerra. O assassinato subornado dentro da fraternidade dos cavaleiros era uma inovação do século XIV.

A meio caminho da campanha normanda, Coucy tinha sido mandado para reforçar a defesa da fronteira com Flandres, sobre a qual pairavam novos perigos. O conde de Flandres, cuja fidelidade juvenil tinha sido acentuadamente francesa quando fugiu de Isabel, há muito fora levado para o lado dos ingleses, por interesses econômicos. Tornou-se uma ameaça quando deu asilo ao duque da Bretanha, que havia repudiado a vassalagem francesa e aderira aos ingleses. O rei Carlos resolveu então livrar-se do problema da Bretanha de uma vez por todas, confiscando o ducado de Montfort sob alegação de “felonia” para com seu soberano. Acreditando que a maioria dos nobres bretões eram pró-franceses, ele planejava unir o ducado à coroa de França sob a rival de Montfort, Joana de Penthièvre, mas em lugar de acabar com o ninho de vespas bretão, ele só conseguiu provocá-lo.

Em dezembro de 1378, numa solenidade no Tribunal de Justiça, com o rei sentado em “real majestade”, Montfort foi julgado perante os pares do reino — à revelia, já que não tomou conhecimento das citações. Os 12 pares de França leigos e os 12 eclesiásticos constituíam um corpo elástico no qual sucessivos barões de Coucy por vezes figuraram e por vezes não. Froissart refere-se especificamente a Enguerrand VII como um “par de França”,¹¹ e naquela ocasião ele era um dos quatro barões sentados “sobre a flor-de-lis”, junto com os pares de sangue real e um número excessivo de 18 prelados, inclusive quatro abades “mitrados”. O pregoeiro real, depois de convocar Montfort três vezes em voz alta — na entrada da sala, na Távola de Mármore no pátio e no portão do palácio —, informou, como mandava o protocolo, que “ele não está aqui”. O procurador leu então a acusação, citando os crimes, traições “injúrias e mortificações” do duque, inclusive o assassinato do padre enviado para citá-lo. (Ao modo dos Viscontis, Montfort mandou afogar o men-

sageiro no rio, com a citação amarrada no pescoço.) Depois de uma argumentação jurídica muito extensa sobre os direitos e obrigações do ducado, o título de Montfort foi declarado nulo e o rei anunciou a união da Bretanha com a coroa.¹²

O erro de Carlos tornou-se claro de imediato, com um movimento rebelde no ducado de espírito independente, mesmo entre o grupo pró-francês. A interminável querela recomeçava, e como Montfort estava ligado ao conde de Flandres e ambos à Inglaterra, Carlos temia a possibilidade de uma nova invasão pela fronteira setentrional. Nessa situação, o domínio de Coucy, protegendo o caminho do norte, ganhava destaque.

Em fevereiro de 1379, o rei mandou seu tesoureiro, Jean le Mercier, e um funcionário com o título de Visitante Geral da Propriedade Real, para examinar a baronia de Coucy, com instruções “de examinar, aconselhar e informar a propriedade e o dito senhor”. Em março, depois de receber o relatório de Mercier, Carlos fez pessoalmente uma viagem a Coucy-le-Château e outros castelos e cidades do domínio.¹³ Evidentemente enfermo, o rei viu de sua liteira a “alegre caça do gamo” organizada em sua honra. Se Enguerrand estava presente para receber o seu soberano, nenhum documento registra, e a ausência de menção sugere que ele poderia estar no norte, reunindo forças para a defesa, ou na Normandia, no sítio de Cherburgo.

O rei estava, porém, acompanhado pelo poeta da corte, Eustáquio Deschamps,¹⁴ que logo produziu uma balada exaltando as maravilhas do baronato. Mestre da acrobacia verbal do verso francês de sua época, mas ainda assim, no fundo, um realista e satírico, Deschamps descreveu-se como o “rei da feiúra”, com a pele de um javali e o rosto de um macaco. De origem humilde, ele entrou no serviço real como simples mensageiro, avançando até batedor, intendente e *châtelain* de propriedades reais e, no reinado seguinte, passou a guarda da Água e das Florestas e, por fim, a *général des finances*. Pronto a produzir poesia para qualquer ocasião — um total de 1.675 baladas, 661 rondós, oitenta virelós, 14 lés e peças miscelâneas —, ele descreveu então, em verso, os “baluartes para homens de valor” nos muitos castelos de Coucy, St. Gobain, St. Lambert e La Fère, os parques de Folembay, a adorável casa senhorial de St. Aubin, a perseguição das garças pelos falcões, o famoso *donjon*:

Para uma terra de grande beleza ver
O próprio coração deste reino de França,
Com seus fortes de formidável poder,
Florestas e lagos de doce folgança,
De aves e parques belos como a dança,
Deve ir para Coucy
E então saber ali
Como é certo dizer *Coucy à la merveille!*¹⁵

Já se levantou a suposição de que Carlos pensasse numa eventual compra de Coucy, colocando a coroa no controle do mais forte baluarte do Norte. A compra de grandes feudos tinha precedentes;¹⁶ o próprio Coucy tinha adquirido Soissons

dessa forma indireta. Não obstante, como poderia ser adequadamente compensado por uma propriedade tão grande, ou por que se esperaria que acatasse a vontade do rei é algo obscuro. O fato de ele não ter filho, e apenas uma herdeira solteira, já que a outra era inapelavelmente inglesa, pode ter sido uma das razões consideradas.

O casamento de Maria, a única herdeira do baronato, estava então sendo negociado.¹⁷ Aos 13 anos, ela era uma das três candidatas, junto com Iolanda de Bar, sobrinha do rei, e Catarina de Genebra, irmã do papa Clemente, a possíveis noivas para o filho do rei de Aragão, que enviuvara há pouco. Esses lugares não ficavam vagos por muito tempo. Oito dias após a morte de sua mulher, o príncipe espanhol despachou enviados para Coucy, para o duque d'Anjou, tio de Iolanda, e para o conde de Genebra, com instrução de arranjar as coisas o mais depressa possível com qualquer um dos três. Iolanda foi escolhida, e Maria casou-se depois com o irmão dela, Henri de Bar, filho mais velho do duque de Bar e de Maria da França, irmã de Carlos V. A aliança com o herdeiro de um grande ducado nas fronteiras da Lorena mantinha o alto nível das ligações matrimoniais dos Coucys.

Se Enguerrand foi influenciado por essa nova conexão real, ou pelo orgulho em seu sucesso na Normandia, o certo é que criou nessa época sua própria ordem de cavalaria, chamada, ao estilo grandioso dos Coucys, de Ordem da Coroa.¹⁸ Como indica Deschamps, que celebrou a ordem num poema, a coroa devia simbolizar não só a grandeza e o poder, mas também a dignidade, a virtude e o comportamento elevado que cercavam um rei. Os pontos de seu círculo eram as "12 flores da autoridade": Fé, Virtude, Moderação, Amor a Deus, Prudência, Verdade, Honra, Estratégia, Misericórdia, Caridade, Fidelidade e Generosidade, "iluminando a todos lá embaixo". Depois de 1379, os selos de Coucy mostram um fundo de pequenas coroas e uma figura de pé segurando uma coroa — cuja significação é hoje incerta — de cabeça para baixo. Por mais elevada que fosse no nome, a ordem tinha um espírito democrático: admitia senhoras, senhoritas e escudeiros.

Em 1379, Isabel de Coucy morreu na Inglaterra, deixando Enguerrand livre para casar-se novamente. Menos precipitado do que o príncipe de Aragão ou muito ocupado em assuntos urgentes, ele não preencheu seu lugar durante sete anos. Nada resultou da visita do rei à sua baronia, daquela vez, mas o interesse da coroa continuou sendo grande.

Um novo reinado na Inglaterra não melhorou a sorte dos ingleses na guerra. O fácil domínio do canal da Mancha, desfrutado outrora por Eduardo III, perdera-se, graças à constante aliança de Carlos com a potência marítima de Castela e seu programa de construção naval. Quando uma força comandada pelo duque de Lancaster finalmente conseguiu desembarcar perto de St. Malo, na Bretanha, repetiu-se a situação de Cherburgo, ao contrário. Defendida pelos franceses, St. Malo desafiou o cerco e desgastou o duque, até que ele voltou à pátria cercado por uma aura de

fracasso. "E os plebeus da Inglaterra começaram a murmurar contra os nobres, dizendo que em toda aquela temporada pouco bem tinham promovido." A guerra malsucedida estimulava mais do que murmúrios. Enquanto Lancaster estava preso à Bretanha, os navios mercantes ingleses eram perseguidos e aprisionados com impunidade pelos piratas escoceses e franceses. Quando os comerciantes se queixaram, os nobres e prelados do Conselho Real responderam apenas que a ação defensiva estava a cargo de Lancaster e sua frota.

Com isso, um rico edil e futuro prefeito de Londres, John Philpot, mestre da Companhia dos Merceeiros, reuniu uma força particular de navios, com mil marinheiros e soldados, e foi combater os piratas, vários dos quais aprisionou juntamente com seus navios.¹⁹ Quando, depois de uma recepção triunfal em Londres, foi convocado pelo Conselho para explicar-se por ter agido sem permissão do rei, sua resposta violenta resumiu a crescente exasperação do Terceiro Estado com o desempenho abaixo do adequado do Segundo. Tinha gasto seu dinheiro e arriscado a vida de seus homens, disse Philpot, não para envergonhar os nobres ou conquistar fama cavaleiresca, mas "por pena da miséria do povo e do país que, depois de ter sido um nobre reino e domínio superior a outras nações, foi submetido, pela vossa incompetência, aos danos provocados pela mais vil das raças. Como não levantai um dedo para a sua defesa, expus a riscos a minha pessoa e as minhas propriedades pela segurança e libertação de nosso país". Mesmo que Philpot e seus colegas comerciantes estivessem preocupados sobretudo com a segurança e salvamento de seu comércio, nem por isso sua reclamação contra os defensores do país era menos válida.

Com o insucesso dos dois lados na guerra, ambos queriam a paz. O reinício das hostilidades na Bretanha tinha neutralizado, para a França, seus êxitos na Normandia, e o cisma elevou a temperatura da luta por toda parte. Cômico de que sua saúde declinava, Carlos V não queria deixar para o filho o ônus das querelas com a Bretanha e a Inglaterra. As conversações, após a morte do rei Eduardo, se tinham encerrado sem resultados e, evidentemente, com ressentimentos. Para evitar debates mutuamente irritantes, foi feita a sugestão de que, da próxima vez, as conversações se fizessem de maneira indireta: os ingleses ficariam em Calais, e os franceses, a 30km de distância, em St. Omer, servindo o arcebispo de Ruão como intermediário. Adiado pelo cisma, esse plano foi adotado quando as tentativas de paz se renovaram em setembro de 1379.

Coucy, Rivièr e Mercier, com um ou dois outros, foram os plenipotenciários franceses nessa conversação, e foram também delegados para um encontro com o conde de Flandres em Arras, na esperança de convencê-lo a um acordo imediato com o duque da Bretanha. Antes que pudessem chegar a qualquer entendimento, o conde foi colhido por uma revolta local que, superando toda repressão e envolvendo todas as facções, mergulharia Flandres numa arrasadora guerra civil.

O levante dos homens de Gand não tinha ligação com a insurreição dos trabalhadores que assumira controle de Florença no ano anterior.²¹ Embora separados e espontâneos, os acontecimentos nas duas cidades têxteis iniciaram um vendaval de

guerra de classe que se estenderia pelos cinco anos seguintes, provocado tanto pelas misérias acumuladas da classe trabalhadora como pela nova força que esta adquiriu, em consequência das perturbações causadas pela Peste Negra. Em Florença, Flandres, Languedoc, Paris, Inglaterra e novamente Flandres e Norte da França, as insurreições sucediam-se umas às outras sem ligações visíveis, exceto na última fase. Algumas foram urbanas, outras rurais; algumas foram provocadas pelo desespero, outras por uma posição de força; todas, porém, foram precipitadas por um fator: os impostos escorchantes.

Em Gand, onde os tecelões tinham grande força, o conde provocou problemas quando impôs um tributo à cidade para custear um torneio. Movidos pelos protestos de irritados comerciantes, que achavam que o dinheiro de impostos não devia ser desperdiçado “nas loucuras dos príncipes e no sustento de atores e bufões”, os cidadãos recusaram-se a pagar. O conde, jogando com a rivalidade comercial entre as cidades, conseguiu o apoio de Bruges, com a promessa de construir um canal ligando-a ao mar, o que seria vantajoso para seu comércio, em detrimento de Gand. Quando quinhentos escavadores começaram a trabalhar num canal para desviar o rio Lys, Gand despachou sua milícia para o ataque, e, a partir de então, o conflito ampliou-se como uma célula que se divide. Sobre as violentas tribulações que então se iniciavam para Flandres, Froissart escreveu: “Que dirão os que lerem isto, ou o ouvirem, senão que foi obra do Diabo?”

No outro extremo da França, ao mesmo tempo, surgia a revolta no Languedoc, onde a fome, a opressão, a guerra e os tributos tinham deixado um rastro de miséria sob o duro governo do duque d'Anjou.²¹ Impaciente, ousado e habituado a forçar os acontecimentos, d'Anjou exercia um poder praticamente soberano sobre uma região que equivalia a um quarto do reino. Ficava com todas as suas receitas, sem distinguir o que se destinava ao seu uso pessoal e o que era para a defesa do Languedoc ou do reino. Para compensar a diminuição de fogos em consequência da peste, o imposto por fogo era aumentado todos os anos, mas o povo não obtinha vantagens na forma de uma defesa eficaz. As companhias de bandidos ainda penetravam os vales da região, ainda obrigavam as aldeias a pagar para não serem saqueadas. Em 1378, os impostos sobre o consumo de alimentos foram acrescidos dos impostos sobre vendas, que recaíram mais pesadamente sobre os pobres. Quando os coletores começaram a revistar as casas, como agentes da Inquisição, à miséria juntou-se a afronta.

“Como podemos viver assim?”, gritavam grupos descontentes reunidos perante a estátua da Virgem para implorar sua ajuda. “Como podemos alimentar-nos, e os nossos filhos, quando já não conseguimos pagar os pesados impostos criados pelos ricos para seu próprio conforto?” Motins e desordens generalizaram-se e transformaram-se em revolta em julho de 1379, quando o Conselho de Anjou impôs um novo tributo de 12 francos por fogo, sem convocar os Estados, pedindo apenas o assentimento dos conselhos municipais.²² O duque estava ausente na ocasião, dirigindo a guerra na Bretanha. A ira dos seus súditos já por demais tributados explodiu com extraordinária violência contra todos os que tinham autoridade: funcioná-

rios reais, nobres e a burguesia superior dos conselhos municipais, que o povo considerava responsável pelo novo imposto. “Matem, matem todos os ricos!” foi o grito, como registrou depois um *seigneur* de Clermont.²³ “*Seigneurs* e outros homens bons do campo e da cidade”, disse ele, “tiveram grande medo da morte”, e aquele outro medo inspirado por todas as revoltas, “de que se essa infame insolência do povo plebeu não for rigorosamente sufocada, o pior ocorrerá”.

Em Le Puy, Nîmes, Clermont e outras cidades, o povo formou bandos armados, saqueou as casas ricas, matou funcionários e praticou atos de selvajaria — e até mesmo, como se disse, “abriu corpos com suas facas e comeu a carne de homens batizados como se fossem animais”.²⁴ A comoção atingiu o auge em outubro, em Montpellier, quando, segundo se disse, cinco dos conselheiros de Anjou foram mortos e oitenta outros massacrados. Os insurgentes mandaram emissários, numa tentativa de provocar uma revolta geral, mas, faltando-lhes a sólida base industrial e as tradições da luta flamenga, o levante esgotou-se rapidamente e foi logo reprimido. Clemente VII, que dependia do controle do Languedoc por d’Anjou para o seu apoio, mandou de imediato o cardeal Albano, natural daquela região, para acalmar o povo e adverti-lo do terrível castigo pelo crime de lesa-majestade. Já temerosos da rebelião que tinham iniciado, os líderes foram convencidos a se submeterem à mercê do rei.

O destino de Montpellier foi dramatizado de maneira deliberada para efeitos punitivos. No dia da volta do duque d’Anjou, em janeiro, uma enorme procissão de cidadãos de mais de 14 anos foi levada às portas da cidade pelo cardeal, junto com os funcionários sobreviventes, os eclesiásticos, monges, professores e estudantes da universidade. Enfileirados dos dois lados da estrada, eles caíram de joelhos gritando: “Misericórdia!” quando o duque e seus homens passaram vestidos de armaduras. Ao longo do caminho foram postos magistrados com as roupas do ofício mas sem mantos, chapéus ou cintos; mulheres com roupas sem enfeites, cidadãos com pesos à volta do pescoço e por fim todas as crianças de menos de 14 anos, cada grupo caía de joelhos à passagem do duque, gritando: “Misericórdia!”. As chaves da cidade e o badalo do grande sino foram humildemente apresentados. Nos dois dias seguintes, por ordem de d’Anjou, todas as armas foram entregues e os principais edifícios, devolvidos aos seus soldados.

Foi então que, num palanque erguido na praça principal, o duque anunciou a feroz sentença: seiscentas pessoas condenadas à morte — um terço a serem enforcadas, um terço decapitadas, um terço queimadas, todas as suas propriedades confiscadas e seus filhos condenados à servidão perpétua. Metade das propriedades de todos os outros cidadãos foram confiscadas e imposta uma multa de seis mil francos, mais o custo das despesas provocadas pelo levante. As muralhas e portas da cidade seriam destruídas, a universidade perderia todos os seus direitos, propriedades e arquivos.

A sentença foi recebida com um grande murmúrio; o cardeal e os prelados pediram, “com muito amor”, piedade para o povo, a universidade chorou, mulheres e crianças ajoelharam-se e lamentaram-se. No dia seguinte, foi anunciada uma sen-

tença menor, perdendo a maioria dos castigos. Toda a encenação visara apenas ao efeito. Uma carta de Carlos V ao cardeal, datada de dois meses antes, manifestava sua intenção de ser misericordioso, mas o poder punitivo da coroa precisava ser demonstrado.

Os acontecimentos no Languedoc tiveram um resultado de grande alcance: ao evidenciar a miséria dos seus súditos, deixaram o rei com a consciência pesada, o que poderia ter sérias conseqüências num leito de morte medieval. No momento, consciente da avareza e da opressão de seu irmão, e da impopularidade que isso trazia à coroa, Carlos reduziu o imposto por fogo e demitiu d'Anjou como governador do Languedoc. Infelizmente, seu substituto, depois de um governo interino com Du Guesclin, foi o duque de Berry, cujo espírito puramente aquisitivo, não minorado por qualquer senso político, provocou uma administração ainda mais rapace que a de seu irmão.

Em abril de 1379, Coucy e Rivièrre, com vários novos colegas, foram mais uma vez tentar a paz num encontro em Boulogne. Tinham poderes para fazer novas concessões de territórios e soberania, e também de oferecer um casamento, na pessoa da filha, ainda bebê, de Carlos, Catarina, a Ricardo II. Em seis rodadas de conversações, nos últimos seis anos, a miragem da paz tinha zombado daqueles que a buscavam. No mesmo período, exceto pelo sucesso francês na Normandia, a continuação da guerra não proporcionou vantagens a nenhum dos lados; pelo contrário, tornou mais difícil acabar com o conflito por causa do crescente antagonismo e desconfiança.

Os ingleses chegaram para as conversações com dupla intenção, procurando obter o que fosse possível com a diplomacia e ganhar tempo enquanto preparavam novo ataque. A rebelião de Montfort dera-lhes outra oportunidade de entrar novamente na França e recuperar os territórios que consideravam seus. Desde o repúdio do Tratado de Brétigny pelo rei Carlos, e os reveses que se seguiram, eles odiavam os franceses por lhes terem privado, falsa e enganosamente, na sua opinião, de seus bens. A defesa de seus conterrâneos podia ser feita com relutância, mas, para o combate no além-mar, onde havia possibilidade de saques, não faltava a vontade, apenas o dinheiro. Esgotados outros meios, os recursos para uma expedição à Bretanha foram levantados, em 1379, através de um imposto *per capita* gradativo, recurso novo destinado a cobrir o clero e os camponeses de níveis de renda ainda menores do que antes.²⁵ Calculado, com a habitual imprecisão dos números sobre a população, para produzir uma receita de 50 mil libras, ele arrecadou apenas 20 mil, investidas numa esquadra comandada por *sir* John Arundel.²⁶

Retido até o inverno por falta de ventos, e em seguida pela ameaça de um ataque francês, Arundel levou parte de sua força para Southampton para protegê-la contra um desembarque inimigo e, enquanto ali permaneceu, comportou-se de maneira muito parecida com o inimigo.²⁷ Além de roubar o campo, alojou seus

soldados e arqueiros num convento, permitindo-lhes violentar as freiras à vontade, bem como as viúvas pobres que ali viviam, e levá-las para os navios, quando fossem partir. Arundel era o homem que tinha pedido dinheiro para defender as cidades do litoral sul contra ataques franceses anteriores. Se podemos acreditar em Walsingham, ele usou esse dinheiro para uma ostentação tão grande quanto a sua brutalidade. Afirma-se que teria embarcado com um guarda-roupa de 52 costumes bordados de ouro, e cavalos e equipamentos no valor de sete mil libras.²⁸

Seu comboio partiu em dezembro e foi colhido por uma violenta tempestade, durante a qual ele mandou que as mulheres raptadas fossem lançadas ao mar para aliviar os navios, maltratou a tripulação e, tendo derrubado o piloto ao chão, acabou naufragando nas rochas da costa irlandesa. Vinte e cinco navios com todo o equipamento e todos os homens, exceto sete sobreviventes, foram perdidos. O corpo de Arundel, levado pelas ondas, foi encontrado na praia três dias depois. Tendo de voltar devido à tempestade, o restante da esquadra nunca atravessou o canal e o dinheiro do imposto foi perdido.

Já em 1378 os Comuns se tinham queixado do escoamento do dinheiro com uma guerra que já não consideravam como de interesse nacional.²⁹ Embora a guerra proporcionasse negócios e meio de vida para muitos, além dos nobres, os Comuns protestaram que ela era um assunto do rei, que tinha gasto 46 mil libras com a manutenção de Calais, Cherburgo, Brest e outros lugares “pelos quais os Comuns não deviam pagar de forma alguma”. O governo respondeu que a manutenção dessas “barbacãs” de além-mar era a proteção do reino, “pois sem isso não teremos descanso nem paz com nossos inimigos, que então trariam a guerra feroz até as soleiras de nossas portas, que Deus não permita”. O argumento não podia convencer as cidades do litoral sul, que continuavam a sofrer a guerra levada até suas soleiras pelos selvagens ataques franceses e castelhanos. Em agosto de 1380, até Londres tremeria, quando uma audaciosa força de Castela subiu 25km pelo Tâmbisa, saqueando Gravesend e deixando-a em chamas.

Em resposta aos Comuns, o Conselho Real alegou que as cabeças-de-ponte na França davam ao rei “portões e entradas convenientes contra os seus inimigos, para atacá-los quando estiver pronto para agir”. Era uma reveladora declaração de intenções do partido de guerra chefiado pelo tio mais moço do novo rei, o conde de Buckingham. Jovem orgulhoso, violento, intolerante, de 25 anos, era uma nova versão de Bertrand de Born do século XII, aquele que certa vez exortara com veemência seus cavaleiros para que “Nunca abandonem a guerra!”.

Em março de 1380, os ingleses renovaram as promessas de ajuda a Montfort, mas a concretização foi adiada, enquanto as alternativas de paz eram postas à prova em Boulogne. Nessas conversações, Coucy e seus colegas fizeram novas concessões e ajustes e todo o condado de Angoulême foi oferecido como dote de Catarina, mas os ingleses continuavam desconfiados. Achavam que a oferta francesa era um ardil para impedir que fossem em ajuda a Montfort. Basicamente, porém, a relutância inglesa de fazer a paz era apenas um desejo de continuar lutando, agora muito fortalecido pelo cisma.

O papa Urbano, que ainda não enlouquecera, exercia todas as pressões possíveis para evitar o casamento de Ricardo com uma princesa francesa, para estimular o seu casamento com a irmã de Venceslau, Ana da Boêmia, o que fundiria a Inglaterra e o Império num eixo urbanista. Quando havia apenas um papa, a Inglaterra era antipapista, mas a existência de dois tornava necessário tomar partido. Os conselheiros de Ricardo rejeitaram o casamento francês, as negociações foram suspensas, e dois anos depois o rei da Inglaterra casava-se com Ana da Boêmia. Uma ironia final para Carlos, foi o cisma, pelo qual era responsável, que frustrou seu objetivo de paz. "Nem toda a sabedoria deste mundo", escreveu Langland num epitáfio:

Pode estabelecer a paz entre o papa e seus inimigos,
Nem entre dois reis cristãos pode a justa paz ser feita,
Lucrativa para ambos.³⁰

Nem podia Carlos encontrar uma solução para a Bretanha. Coucy e outros foram mandados em várias missões, evidentemente em busca de uma fórmula, e uma assembléia bretã dos Três Estados implorou, de maneira comovente, o perdão para o seu duque, mas Carlos desconfiava demais de Montfort para anistiá-lo. Montfort, por sua vez, não queria a paz com o soberano que lhe confiscara o ducado. Para outros, em particular para Du Guesclin, a situação era uma confusão de fidelidades conflitantes. Hesitando em lutar contra seus compatriotas bretões e vítima de uma campanha de difamação por seus inimigos na corte, ele deixou a Bretanha para comandar uma campanha contra as Grandes Companhias no Auvergne. Ali, enquanto sitiava um castelo, adoeceu de repente e morreu em julho de 1380. Quando seu funeral se realizava no mausoléu real em St. Denis com honras "como se ele fosse filho do rei", uma nova expedição inglesa comandada por Buckingham já estava a caminho. Com o inimigo à mão, e a guerra ou a inquietação na Bretanha e Flandres, a França estava sem um condestável:

Em conselhos urgentes realizados para escolher o sucessor de Du Guesclin, Coucy e Clisson foram os principais candidatos. Devido à "grande nomeada" que conquistara na Normandia e ao "grande favor" em que era tido pelo rei, Coucy recebeu a oferta do mais alto e mais lucrativo cargo do reino.³¹

Como principal oficial militar, o condestável tinha precedência sobre os príncipes reais; um ataque à sua pessoa era considerado crime de lesa-majestade. Era responsável pela coesão das forças armadas, e pelo comando tático quando o rei não as comandava pessoalmente. Com o controle do recrutamento, alistamento, abastecimento e todas as outras disposições para a guerra, as oportunidades de aumentar sua fortuna eram imensas. Se o rei não estava presente, a bandeira do condestável era içada nas cidades tomadas; teoricamente, todo o butim pertencia-lhe, exceto o dinheiro e os prisioneiros reservados ao rei, e a artilharia, reservada ao mestre dos besteiros. Além de um salário fixo de dois mil francos mensais na paz e na guerra, ele recebia, na época da deflagração de hostilidades, uma soma igual ao soldo de um dia para todos os guerreiros sob contrato. Embora isso se destinasse às

despesas militares, ele dispunha de muita liberdade de ação. E, além dos lucros, o posto de condestável se tinha tornado, com a ampliação da guerra, uma função real.³²

Por motivos que permanecem desconhecidos, Coucy recusou o cargo. A razão que apresentou ao rei foi que, para manter a Bretanha, o condestável devia ser alguém bem conhecido dos bretões — como Clisson, cuja nomeação recomendou. Sua desculpa, em si mesma, parece pouco convincente. O problema da Bretanha era crucial; se era desejada uma solução com Montfort, o próprio Coucy, como antigo cunhado, tinha mais possibilidades de chegar a ela do que Clisson, inimigo mortal de Montfort. Coucy e Montfort tinham desposado filhas de Eduardo III e, embora ambas estivessem mortas, o laço estabelecia uma relação de importância na Idade Média, e de fato determinou a escolha de Coucy como mediador, no reinado seguinte.

Falta alguma coisa à explicação de Coucy. É improvável que, como o papa de Dante, ele tenha feito “a grande recusa” por se sentir inadequado à tarefa. A modestia não foi certamente a marca dos Coucys, e Enguerrand VII, a julgar pelos seus selos e sua Ordem da Coroa, tinha-se em alta conta. Aceitou sem hesitação todas as outras incumbências — batalha, diplomacia, missões secretas, guerra no exterior, governo interno — que lhe foram oferecidas em grande número, inclusive a última, que lhe custaria a vida. Foi um dos nobres forçados, pela crescente complicação dos negócios públicos, a se tornarem estadistas, e não apenas espadachins a cavalo. A posição, os feitos e a importância territorial de Coucy lhe teriam justificado o comando militar em qualquer caso, mas outras qualidades o estavam também tornando indispensável à coroa. Inteligência, tato, habilidade retórica e um notável equilíbrio estavam começando a ser mais úteis do que a tradicional irreflexão e impetuosidade do cavaleiro em seu casulo de ferro.

Por que, então, rejeitou ele o cargo de condestável? O fato de ter sido este oferecido em seguida ao marechal Sancerre e também por ele recusado sugere algum motivo comum a ambos, talvez ligado à debilitada saúde do rei. Carlos V estava, na verdade, a dois meses de sua morte, e a sombra que avançava sobre ele pode ter sido evidente. Com o delfim ainda menor e a perspectiva dos três irmãos do rei — rapaces, ambiciosos e mutuamente hostis — lutando pelo controle da regência, o cargo de condestável pode ter parecido perigoso, do ponto de vista político, para seu ocupante. Coucy podia perder mais do que tinha a ganhar com ele. Ao contrário de Clisson, que aceitaria o cargo, ele evitava fazer inimigos, e, com as suas imensas terras e antiga linhagem, não precisava de postos para adquirir poder e posição.

Ante sua recusa, o rei nomeou-o capitão-geral da Picardia, e lhe deu a cidade, castelo e senhoria de Mortaigne, na fronteira setentrional entre Tournai e Valenciennes, para que esse posto avançado ficasse em mãos fortes.³³ Ele também foi nomeado para o Conselho de Regência do delfim, com quem Carlos se preocupava sem cessar desde a morte da rainha. Devido à resistência dos duques reais a Clisson, o posto de condestável permaneceu momentaneamente vago.

No dia em que Coucy assumiu o comando da Picardia, 19 de julho de 1380, o conde de Buckingham desembarcou em Calais³⁴ e, com uma força que pelos registros do pagador se calcula em 5.060 homens, começou uma marcha de devastação e saque pela região, agora sob a responsabilidade de Coucy. Para levantar fundos para a expedição, a coroa inglesa tinha recorrido a um dízimo sobre o clero e ao imposto de exportação de lã e couros, mas como os recursos ainda não estavam em suas mãos, o rei teve de empenhar as jóias da coroa por dez mil libras, suficientes apenas para o começo. A partir daí, os soldados teriam de ser pagos com o saque que realizassem em campanha. Como as perdas navais tinham reduzido o transporte marítimo, a força expedicionária teve de cruzar a Mancha “pouco a pouco”, sendo necessárias duas semanas para que toda a força completasse a viagem de dois dias pela estreita passagem de Calais. A possibilidade de uma viagem direta à Bretanha, muito mais longa, estava afastada.³⁵

O ataque de Buckingham seria praticamente uma réplica da invasão de Lancaster, sete anos antes — uma caminhada, com olhos abertos, para a privação, a fome e a inutilidade final. O objetivo estratégico era levar apoio a Montfort, na Bretanha, e restabelecer ali a cabeça-de-ponte inglesa. Buckingham, porém, como Lancaster antes dele, em lugar de ir diretamente para seu objetivo, deu uma longa volta para leste, através da Champagne e Borgonha, em busca de combate e butim. Como a mesma tática deu os mesmos resultados de antes, impõe-se a pergunta: por que essa insistência insensata?

A resposta está, em parte, no próprio Tomás de Buckingham. De temperamento agressivo e impiedoso, “excessivamente altaneiro” como seu irmão, o Príncipe Negro, Buckingham ressentia-se da auto-atribuição de poder por Lancaster, vendo-se como o continuador do valor e da glória de seu pai e de seu irmão mais velho. Os ingleses ainda achavam que viviam na era triunfante de Poitiers e Najera. “Os ingleses”, disse Clisson depois de tê-los deixado, “são tão orgulhosos e tiveram tantos dias felizes [na guerra] que se consideram invencíveis”.³⁶

O mais experiente soldado inglês, *sir* Robert Knollys, e outros cavaleiros famosos como lorde Tomás Percy e *sir* Hugh Calveley, acompanharam Buckingham à França. O que os atraía, e a homens mais novos, era a oportunidade pessoal do choque das armas, a reputação e os lucros, e o castigo que porventura pudessem impor à França. Para cavaleiros pobres, escudeiros e pequenos proprietários rurais, a guerra era um meio de vida. Como argumentava Buckingham: “Eles podem viver melhor na guerra do que na paz, pois não há vantagem em permanecer parado.”³⁷ A maioria dos cavaleiros ia para a guerra para “fazer carreira”, como diziam. O objetivo estratégico nacional não os preocupava, e a Bretanha dificilmente seria mais do que uma desculpa.

Com uma força constituída de metade de combatentes e metade de arqueiros, os ingleses atravessaram Artois e o Norte da Picardia mantendo-se unidos, para o caso de um ataque francês. “Eles terão a batalha antes de terminarem sua marcha!”, assegurou Coucy aos cavaleiros franceses que lhe levavam informações sobre o percurso do inimigo, embora soubesse muito bem que a batalha dependia do rei.

Carlos V não se deixava afastar de sua filosofia de guerra. Não sendo um guerreiro, não se sentia impedido pelo orgulho de usar as lições da experiência, nem hesitava em ferir o orgulho da cavalaria com lembranças de derrotas passadas. Sua iniciação na guerra, no fatídico dia de Poitiers, deixou uma marca permanente. Se a mística do sucesso envolvia os ingleses na certeza de que “não podiam perder” Carlos sofria da psicologia oposta. Ele havia concluído, pelas principais batalhas da parte inicial da guerra, que o exercício da força armada não podia ser dirigido com segurança e que a guerra era importante demais para ficar à mercê dos fatores imponderáveis da batalha.

De seu quartel-general em Péronne, Coucy lançou uma convocação geral a todos os cavaleiros e escudeiros de Artois e Picardia. Os documentos mostram-no indo de lugar para lugar, em Hesdin, Arras, Abbeville e St. Quentin, passando tropas em revista e deslocando unidades para a defesa de cidades, “pois estava preocupado em que nenhuma perda ocorresse por negligência sua”.³⁸ Até onde Coucy, como militar, concordava com a política do rei, não se sabe; ele cumpria ordens de evitar a batalha, ao mesmo tempo em que acompanhava a marcha de Buckingham, embora esta deixasse um rastro de aldeias incendiadas em seu próprio domínio, mas certos atos mostram que ele partilhava da impaciência dos cavaleiros de romper com a agonia da espera.

Grupos de cavaleiros franceses seguiam de perto a linha de marcha inglesa, para evitar que colhessem provisões, e essa proximidade oferecia tentadoras oportunidades de combate. Embora um relato descreva os franceses como *immobiles quasi lapis* (imóveis como pedras), as escaramuças eram inevitáveis e não os cobriram de honra. Numa delas, uma violenta luta de uma hora a cavalo e a pé, os ingleses fizeram 18 prisioneiros, num grupo francês de trinta homens; em outra, os franceses, vendo que o inimigo era mais forte, fizeram soar a retirada e fugiram. “Os cavalos sentiram o efeito das esporas e muito oportunamente esses senhores encontraram as portas [de sua cidade] abertas”, mas não antes que 15 deles tivessem sido aprisionados. Outro grupo de trinta ingleses, “procurando realizar algum feito de armas”, partiu ao amanhecer com forrageiros, mas foi frustrado em seu principal objetivo quando um grupo de importantes senhores franceses lhes escapou. “Deus!”, gritaram eles, “que fortunas teriam sido nossas, se os tivéssemos apanhado, pois nos teriam pago 40 mil francos”.

Com os campos arrasados, os ingleses passaram a exigir alimentos das cidades, sob a ameaça de ataque. Rechaçados por Reims, bem protegida por suas muralhas, eles revidaram incendiando sessenta aldeias próximas em uma semana. Descobrimos vários milhares de carneiros escondidos em fossos fora das muralhas da cidade, os ingleses mandaram homens para retirá-los, com cobertura de seus arqueiros, tão experientes que ninguém em Reims ousou sair, nem mesmo aparecer nas ameias. Ante as renovadas ameaças dos ingleses de queimar os campos de cereais maduros, os cidadãos lhes forneceram 16 carroças de pão e vinho.

Dessa forma, Buckingham avançou para a Borgonha, onde dois mil cavaleiros e escudeiros franceses se tinham reunido, dispostos a acabar com as restrições do rei

e lutar. Os principais nobres do reino — Bourbon, Coucy, o duque de Bar, o conde d'Eu, o almirante Jean de Vienne — estavam presentes sob o comando de Filipe, o Audaz, duque de Borgonha. Com espírito belicoso, armado da cabeça aos pés e com a acha-de-armas na mão, o duque passou em revista às suas forças. Arautos saíram de ambos os lados para desafios. Ainda assim o rei, em seus aposentos, proibia as batalhas, a menos que os franceses tivessem superioridade decisiva. Borgonha não ousava desafiar-lhe os desejos, mas a contenção foi rompida quando um escudeiro inglês foi morto numa escaramuça. Em resposta ao desafio do inimigo, um grupo de cavaleiros, inclusive Coucy, enfrentou os ingleses numa violenta luta, junto dos muros de Troyes. O resultado era incerto, Buckingham retirou-se, os franceses o seguiram, pedindo ao rei que não deixasse o inimigo escapar-lhes das mãos. Carlos respondeu apenas: "Deixam-nos em paz, eles se destruirão a si mesmos."

No Loire, os franceses tinham conseguido reunir uma superioridade numérica. Coucy e seus companheiros estavam dispostos, "quer o rei deseje ou não", a batalhar contra os ingleses antes que atravessassem o Sarthe para a Bretanha. Carlos, negociando enquanto os exércitos marchavam, tinha persuadido a cidade de Nantes, chave da Bretanha e pró-francesa, a não admitir os ingleses e declarar fidelidade à França, sem referência a Montfort. Na primeira semana de setembro, os ingleses atravessaram o Sarthe e naquela semana Carlos enfrentou sua última enfermidade. A secreção do abscesso em seu braço parou, anunciando a morte, e médicos e paciente aceitaram o sinal. Levado de liteira ao seu castelo favorito de Beauté-sur-Marne, Carlos mandou chamar os irmãos e o cunhado — com exceção de d'Anjou, a quem esperava manter longe do Tesouro Real — e preparou-se para fazer os arranjos para a jornada de sua alma.

Filipe, o Audaz, correu a Paris, e Coucy também, devido à sua responsabilidade como membro do Conselho de Regência: D'Anjou, que foi mantido ciente dos acontecimentos pelos seus partidários em Paris, seguiu de imediato do Languedoc para a capital, quer a sua presença fosse desejada ou não.

Fisicamente, o rei sofreu nos últimos dias, mas sua angústia mental era maior ainda. Duas coisas lhe pesavam na consciência: seu papel no cisma e a questionável legalidade de sua tributação.³⁹ Ele havia estendido concessões temporárias dos Estados para dez anos de impostos continuados, e, embora os tivesse usado para a defesa do reino e o "bem-estar público", tinha enchido os cofres públicos nesse processo e comprado a fidelidade dos nobres com o dinheiro do imposto pago pelo povo. Como responderia perante Deus? Tinha tirado a França de um "monte de ruínas"; havia cancelado — exceto em Calais — as conquistas inglesas realizadas na época de seu pai e avô; tinha afastado Navarra definitivamente da Normandia; e se a paz fugira-lhe do alcance, tinha pela busca incessante do objetivo nacional, justificado a fidelidade de todos os que se sentiram franceses na hora da escolha.

Mas teria conseguido a recuperação ao preço da miséria do povo? O levante no Languedoc revelara o custo, e Carlos tinha consciência, pelos relatórios dos coletores de impostos, de protestos irados mais próximos da capital. A opressão dos seus

súditos atuava sobre o destino de sua alma, pois os impostos ilegais de um soberano podiam provocar a ira divina, e as queixas dos que tinham sido injustiçados o seguiriam até o juízo final. Durante sua própria época, o autor desconhecido da alegoria *Songe du vergier* (Sonho do homem da floresta)⁴⁰ marcou como tiranos todos os príncipes que oneraram seus súditos com “impostos impossíveis de suportar”, e os teólogos advertiam os governantes de que deviam cancelar todas as extorsões e restituir o que tinham tomado de grandes e pequenos, se queriam ter esperanças de salvação. Essa esperança ditou o último ato do rei.

Poucas horas antes de morrer, vestido com pompa e estendido numa *chaise-longue* ante um grupo de perturbados prelados, senhores e conselheiros representantes dos três Estados, o rei, numa voz fraca, falou primeiro do cisma. Insistiu, numa agitada e confusa defesa, que tinha procurado seguir “nisso como em tudo mais, o caminho mais seguro”, que “se algum rumor disser que os cardeais agiram por inspiração do Demônio, podeis ter certeza de que nenhuma consideração de parentesco ditou minha escolha, mas apenas as afirmações dos ditos cardeais e o conselho de prelados, clérigos e meus conselheiros”; e, finalmente, que obedeceria à decisão de um Concílio Geral da Igreja e “Deus não me poderia censurar se em minha ignorância agi de maneira contrária a uma futura decisão da Igreja”. Era a declaração de um homem muito preocupado.

Às portas da morte na Idade Média, o trêmulo viajante sentia, com muita frequência, a necessidade de repudiar o que havia feito em vida. Ao tratar de impostos, o mais consciente soberano de seu tempo repudiou o exercício do poder real. Anunciou os termos de uma ordenação para “reduzir e abolir” o fegal, “a partir de agora, sendo nosso prazer, desejo e ordem por estas mesmas cartas, que ele deixe de ser corrente em nosso reino e que de agora em diante nosso povo e súditos não o paguem, mas dele fiquem isentos e livres”.⁴¹

Havia outros tributos indiretos, mas o fegal, ou imposto sobre os fogos, era o imposto básico sobre a propriedade, e nele repousava o sistema financeiro. Decretar que “deixasse de ser corrente” era enganar o povo e privar seus sucessores — supondo que o decreto fosse cumprido — dos meios de governar. O ato de Carlos não foi uma aberração. Conheciam-se soberanos, antes dele, que tinham cancelado impostos e devolvido subsídios ilegalmente arrancados, e era comum que no leito de morte se fizessem doações e estabelecessem fundações que, se postas em prática, arruinariam as famílias.⁴² Carlos tinha acumulado uma enorme fortuna para seu filho, mas em 1380 a teoria de que o rei podia viver de seus próprios recursos era uma ficção desmoralizada. Uma base financeira regular era, como ele sabia muito bem, a maior necessidade de um governo. Mas, no calafrio da morte, as necessidades de sua alma foram maiores.

O rei recebeu a extrema-unção, recomendou o filho de 12 anos aos irmãos e pediu-lhes, num último alento, a suspensão dos impostos: “Acabem com eles o mais depressa possível.” Bureau de la Rivière, ajoelhado em lágrimas ao lado da cama, abraçou o rei; a multidão soluçante foi afastada do quarto para que os seus derradeiros momentos se passassem em paz. Ele morreu a 16 de setembro de 1380

e sua última ordenação foi proclamada no dia seguinte. Entre as manifestações de alegria do povo e os conflitantes sentimentos dos irmãos do finado rei, criou-se uma situação explosiva.

Naquele mesmo mês, Buckingham tinha na Bretanha uma recepção ambígua. Montfort, que passara toda a vida equilibrando inimigos, intrigando, lutando, disputando e fazendo tratados com qualquer um, era um trapaceador habitual. Morto Carlos, estava disposto a fazer as pazes com o novo rei e, assim, abriu negociações com os franceses ao mesmo tempo em que assinava um tratado de muitas juras com Buckingham para juntos sitiarem Nantes. Mas a relutância dos nobres bretões em apoiar um ataque contra seus conterrâneos levou seu senhor a escolher a França. Coucy, calorosamente favorável a uma reconciliação com a Bretanha, foi um dos negociadores que concluíram um tratado com Montfort em janeiro de 1381. Buckingham, a quem seu aliado não prestara informações, encontrou fechadas cidades e castelos, e as provisões recolhidas para dentro dos muros. Durante os meses de inverno seu castigado exército vagou de um lugar para outro, muitas vezes sem alimento e sem abrigo. Informado finalmente por Montfort de que tinha de partir, ele e seus companheiros embarcaram para a Inglaterra em março de 1381. Exceto alguns casos individuais de pessoas armadas cavaleiros, de resgates cobrados pelos prisioneiros e frutos da pilhagem reunidos em campanha, Buckingham e seus companheiros não realizaram nenhum objetivo militar, "para seu grande aborrecimento e o aborrecimento de toda a nação inglesa".⁴³

As duas nações, agora com reis meninos, sofriam o governo de tios ambiciosos e rivais que, sem usar a coroa, exerciam o poder sem ter dele as responsabilidades. A guerra amainou; a tensão interna atingiu o ponto de rompimento.

Os vermes da terra contra os leões

“**E**LE QUE VÁ PARA O DIABO! Viveu bastante!”, exclamou um trabalhador ao saber da morte do rei. “Teria sido melhor para nós que tivesse morrido há dez anos!”¹ Poucos meses depois da morte do rei, a França sofreu a explosão da revolta da classe trabalhadora, que já tinha varrido Florença e Flandres. Além dos impostos opressivos, o crescente rancor dos pobres contra os ricos e uma exigência consciente da classe mais baixa, de maiores direitos no sistema, deram-lhe o impulso. A concentração da riqueza movia-se para as camadas superiores no século XIV, aumentando a proporção dos pobres, enquanto as catástrofes do século reduziam grande número à miséria e à privação. Os pobres tinham permanecido controláveis enquanto sua subsistência mínima podia ser mantida pela caridade, mas a situação modificou-se quando as populações urbanas foram engolidas pela onda da guerra e da peste, e adotaram uma nova agressividade, na esteira desta última.

Enquanto os senhores enriqueciam ainda mais, os trabalhadores ficavam reduzidos ao trabalho de diaristas, sem maiores perspectivas de progresso. A participação nas guildas era proibida ao jornaleiro comum e reservada, por complicadas exigências e taxas, aos filhos e parentes da classe dos mestres. Em muitos ofícios, o trabalho era redistribuído a operários em suas casas, quase sempre a salários mais baixos para suas mulheres e filhos, cujo emprego era proibido nas guildas. Os dias santificados obrigatórios, que variavam de 120 a 150 por ano, diminuía os ganhos. Embora lhes fosse proibido fazer greves e, em certas cidades, reunir-se, os trabalhadores formavam associações próprias para pressionar por salários mais altos. Tinham suas contribuições, tesourarias e ligações através das fronteiras, por meio das quais empregos e alojamentos lhes podiam ser oferecidos, e que sem dúvida serviam de canais de agitação.

A autoconsciência como uma classe — o “povo” — crescia. Cristo era freqüen-

temente retratado como um homem do povo e mostrado em afrescos e entalhes cercado de ferramentas de artesão ou camponês — martelo, faca, machado e pente de cardar a lã —, em lugar dos instrumentos da crucificação. Em Florença os trabalhadores chamavam-se de *il popolo di Dio*. “*Viva il popolo!*” foi o grito de revolta dos Ciompi em 1378. Como maior centro industrial da época, Florença era o ponto de partida natural da insurreição.

Os Ciompi eram a mais baixa classe de trabalhadores, não filiados a qualquer guilda, mas, embora a revolta tivesse recebido o seu nome, artesãos de todos os níveis e graus, abaixo das principais guildas artesanais, participaram do levante. Trabalhavam por salários fixos, freqüentemente abaixo do nível de subsistência, durante 16 a 18 horas por dia, e seus salários podiam ficar retidos para cobrir desperdícios ou danos a matérias-primas. A aliança da Igreja com os grandes era bastante evidente na carta pastoral de um bispo declarando que os fiadores podiam ser excomungados por desperdiçarem a lã. Os trabalhadores podiam ser açoitados, presos, retirados da lista de empregáveis ou ter a mão cortada, se resistissem aos empregadores. Os que promoviam agitação em favor do direito de se organizarem podiam ser enforcados e em 1345 dez cardadores de lã foram mortos sob tal acusação.

Na revolta de 1378, depois de uma onda de violências por toda a cidade, os trabalhadores subiram as escadarias do *palazzo* da *Signoria* para apresentar suas reivindicações. Queriam acesso aberto às guildas, o direito de organizar seus próprios sindicatos, a reforma do sistema de multas e castigos e, o que era mais significativo, o direito “de participar do governo da cidade”. Numa era sem revólveres ou gás lacrimogêneo, as multidões inspiravam um terror imediato. Embora o edifício da municipalidade fosse bem dotado de meios de defesa, a *Signoria* era composta, de “homens atemorizados” e capitulou. Os trabalhadores instalaram um novo governo baseado na representação do trabalho nas guildas. Durou 41 dias, antes de começar a desmoronar sob as pressões internas e as contra-ofensivas dos magnatas. As reformas ganhas na revolta foram lentamente perdidas e em 1382 as principais guildas tinham reconquistado o controle, embora não a confiança. A partir de então, o medo de outro levante proletário contribuiu para o declínio do governo republicano e a ascensão dos Medicis como a família governante que passou a dominar.

Os tecelões de Gand tiveram maior capacidade de permanência. Em Ypres e Bruges a revolta original foi sufocada pelo conde de Flandres com vingança terrível, com incêndios e enforcamentos. Os habitantes de Gand, porém, em meio a sítios, tréguas, traições e retaliações brutais de ambos os lados, tinham mantido sua guerra, apesar do bloqueio e da fome. A luta de Gand não foi, na verdade, uma guerra de classe, embora considerada como tal. Foi antes uma persistente defesa da autonomia da cidade contra o conde, marcada também pela luta das facções sociais e religiosas. Era um complexo de rivalidades entre cidades, entre ofícios e entre os diferentes níveis dentro de um mesmo ofício. Os tecelões oprimiam os pisoadores com a mesma violência que dirigiam contra o conde.

Na França, a promessa de abolir os impostos, feita pelo rei no leito de morte, provocou uma febre de impaciência pelo seu cumprimento. A raiva contra os tribu-

tos constantemente criados em nome da luta contra os ingleses tinha atingido o auge quando Buckingham arrasou o campo sem encontrar resistência e o povo viu seu dinheiro desaparecer em troca de nada, ao que parecia. Na verdade, em consequência dos gastos de Carlos V com a melhoria das defesas, as cidades e castelos tiveram mais condições de resistir ao inimigo do que nos miseráveis anos que se seguiram a Poitiers. Isso, porém, não diminuía o peso sobre a menor classe tributável, nem o ressentimento das cidades independentes por terem de pagar pelo que era considerado um negócio do rei. Era tão grande esse sentimento que Laon se recusou a abrir suas portas para Coucy como capitão-geral da Picardia, e recusou-se também a mandar-lhe a companhia de trinta arqueiros que pediu.² As cidades da Picardia protestavam contra novos pagamentos. Em St. Quentin e Compiègne, as multidões se amotinaram, queimaram as coletorias, atacaram os coletores e os expulsaram da cidade.

Em Paris, o governo ficou semiparalisado pela disputa do poder ao redor do trono. Como tio mais velho, d'Anjou tinha o título de regente e utilizou-o para tomar tudo o que pôde do Tesouro, com o objetivo de conseguir o reino que lhe era prometido na Itália. Conhecendo os hábitos predatórios dos irmãos, o finado rei tinha determinado que a regência terminasse aos 14 anos do seu filho, mas morreu dois anos antes. Tinha nomeado seu irmão Borgonha e o irmão de sua mulher, Bourbon, para tutores do filho. Com d'Anjou como regente, eles governariam com o Conselho dos Doze. Bourbon, que não era ambicioso e se mantinha afastado das cabalas, era conhecido como "o bom duque", em distinção aos tios paternos, mas tinha menos influência do que eles, por não ser de sangue real.

Separados por interesses diferentes — Borgonha em Flandres, d'Anjou na Itália, Berry na paixão de acumular —, os tios paternos não tinham interesse comum na integridade do reino. Sua única coerência era o desejo de afastar do controle os ministros do falecido rei. Enquanto isso, em meio às suas discórdias, tiveram tempo para dividir a magnífica biblioteca real de mil volumes. D'Anjou levou 32 livros cuidadosamente escolhidos, com encadernações de seda e esmalte, e fechos de ouro, entre os mais belos da coleção, inclusive um intitulado *O governo dos príncipes*.³

Clisson foi nomeado condestável e a coroação foi apressada para fortalecer a autoridade do regime. Uma cena lamentável manchou a cerimônia sagrada da monarquia, a 4 de novembro. Na mesa do banquete, d'Anjou e Borgonha, que se detestavam, empenharam-se numa luta física pelo lugar de honra ao lado do novo rei. Em meio ao tumulto dos partidários de cada um e o espanto dos prelados, um conselho foi convocado às pressas e decidiu em favor de Borgonha, como primeiro par de França. D'Anjou, no entanto, tomou o lugar assim mesmo, mas foi empurrado por Filipe, o Audaz, que ali se sentou. O reinado começou com essa triste exibição.

O soberano, Carlos VI, de 12 anos de idade, era um menino bonito, forte, alto e louro como o avô, com um rosto inexpressivo, espelho de uma alma medíocre. "Armas brilhantes e polidas agradavam-lhe mais do que todas as jóias do mundo", e ele adorava os rituais da cavalaria. Esses rituais nunca foram exibidos de maneira

mais adequada do que no banquete da coroação, quando Coucy, Clisson e o almirante de Vienne, montados em magníficos cavalos cobertos de tecido de ouro até o chão, serviram os pratos do rei, a cavalo. Para dar o maior brilho possível à entrada real em Paris, três dias de festividades esplêndidas, com música de menestrelis, foram realizados nas praças, ornadas de tapeçarias. "Novas maravilhas", na forma de fontes artificiais das quais jorravam leite, vinho e água clara, foram construídas para provocar a admiração do povo.

Mas não foram suficientes. A convocação dos Estados Gerais para 14 de novembro, a fim de criar um substitutivo do imposto sobre os fogos, intensificou a ansiedade do público com a perspectiva de um novo tributo. Grupos agitados de artesãos discutiam suas queixas nas ruas, reuniões secretas eram realizadas à noite, assembleias formavam-se para denunciar o governo, o povo estava "inflamado e agitado por um ardente desejo de desfrutar a liberdade e livrar-se do jugo dos subsídios".

Quando o chanceler Miles de Dormans, bispo de Beauvais, informou os Estados de que o rei precisava de ajuda do povo, ocorreu a explosão previsível. Uma multidão de plebeus irrompeu numa reunião de comerciantes que, embora contrários à ajuda, não estavam preparados para lutar contra ela.

"Cidadãos, vejam como são desprezados!", gritou um sapateiro, numa oratória apaixonada, para seus seguidores. Toda a amargura dos pequenos contra os grandes estava expressa em sua denúncia da "infundável cobiça dos senhores", que "tomariam de vocês, se pudessem, até mesmo a luz do dia". Eles esmagavam o povo com suas taxas escorchantes, que aumentavam a cada ano. "Eles não querem que respiremos nem falemos, nem tenhamos rostos humanos ou nos misturemos com eles em lugares públicos. [...] Esses homens a quem prestamos vassalagem forçada e que se alimentam de nosso esforço não têm outro pensamento senão brilhar com ouro e jóias, construir palácios soberbos e inventar novos tributos para oprimir a cidade." Falou com desprezo da covardia dos comerciantes, citando em comparação os decididos cidadãos de Gand, que naquele mesmo momento estavam em armas contra seu conde, por causa dos impostos.

Se a eloquência do sapateiro resulta, em parte, dos retoques do monge de St. Denis que a registrou, isso apenas serve para mostrar a simpatia de muitos cronistas monásticos para com a sorte do povo. Em sua famosa profecia, o frade Jean de Roquetaillade tinha visto aproximar-se o dia em que "os vermes da terra devorarão da forma mais cruel os leões, os leopardos e os lobos [...] e a gente pequena e plebéia destruirá todos os tiranos e traidores".⁴

Para o sapateiro e seus trezentos companheiros, aquele dia estava chegando. Gritando e brandindo facas, forçaram o chefe da corporação dos comerciantes a levar sua exigência de abolição dos tributos a d'Anjou e ao chanceler. Na Távola de Mármore, no pátio do palácio, ele pediu a suspensão do "ônus insuportável". Com "gritos terríveis" a multidão confirmou suas palavras, jurando que não pagaria mais, e preferia morrer mil vezes a sofrer "essa desonra e vergonha". Essas palavras inesperadas surgem freqüentemente nos protestos, como uma contribuição para a

dignidade de uma fórmula cavalheiresca. Os pobres, tanto quanto os ricos, precisavam ter a sensação de que agiam com nobreza.

D'Anjou, com palavras suaves e apaziguadoras de piedade pelos pobres, prometeu conseguir no dia seguinte o assentimento do rei para a abolição dos impostos. Durante a noite, o povo ouviu perigosos conselhos sobre desafios à soberania dos nobres e dos clérigos. O povo acreditava, segundo o cronista de St. Denis, "que o governo seria dirigido melhor por ele do que pelos seus senhores naturais". Quer esse sentimento revolucionário estivesse mesmo na mente do povo, quer fosse o cronista quem receava que estivesse, era fora de dúvida que ele pairava no ar.

Quando o atemorizado governo confirmou a abolição, no dia seguinte, a sensação de alívio veio depressa demais. Numa febre de triunfo e de raiva não desgastada, o povo passou a roubar e atacar os judeus, o setor da sociedade sobre o qual os pobres podiam desviar sua agressividade com segurança. O ataque foi instigado, ao que se disse, por alguns nobres que estavam entre a multidão e que viram nisso uma maneira de apagar as suas dívidas. Enquanto parte da multidão percorria a cidade para se apossar dos cofres dos impostos e destruir os registros, a maior parte dela, com a participação dos nobres, invadia o bairro judeu aos gritos de "*Noël! Noël!*" (referindo-se assim ao nascimento de Cristo). Arrombaram portas, saquearam mercadorias e documentos, carregaram bens, perseguiram os judeus pelas ruas e jogaram no rio os que puderam pegar, apoderando-se também de crianças para o batismo forçado. A maioria dos judeus procurou refúgio nas masmorras do Châtelet, mas dez corpos, inclusive o de um rabino, foram encontrados depois da mortandade. Os pogromes estenderam-se a Chartres, Senlis e outras cidades. Como sintoma de uma sociedade perturbada, as perseguições continuaram esporadicamente na década seguinte, até que a coroa foi forçada a decretar mais uma expulsão dos judeus, em 1394.

Naquela ocasião, a necessidade que a coroa tinha de dinheiro determinou uma tentativa, por meio de Hugues Aubriot, preboste de Paris, de colocar os judeus sob proteção real. Aubriot, discutida figura e libertino notório, mandou que arautos determinassem a devolução de tudo o que tinha sido roubado dos judeus, inclusive as crianças raptadas. "Poucos obedeceram à ordem", e o fato de estar o preboste impedindo que almas tivessem o batismo cristão seria uma das acusações contra ele, em sua próxima queda.

Por um edito de 16 de novembro, o governo aboliu, como prometera, "de agora em diante e, para sempre, todos os tributos, dízimos, *gabelles*, pelos quais nossos súditos estão muito atribulados, anulando e suspendendo todas as contribuições e subsídios impostos pela dita guerra desde nosso antecessor, rei Filipe, até hoje". Esse golpe de suicídio fiscal refletia mais um pânico momentâneo do que uma intenção séria. Com exceção de Carlos V, a maioria dos governantes administrava impulsivamente, no século XIV.

Em busca de outros recursos, o governo recorreu de imediato aos Estados provincianos para obter ajuda voluntária, com resultados em geral precários. Na reunião dos Estados da Normandia, quando um membro propôs uma subvenção, a as-

sembléia gritou a uma só voz: "Nada! Nada!". Em Ruão e Amiens, o povo "foi unânime" contra a ajuda. "Pelo sangue de Cristo, ela jamais será aprovada!", gritou um orador burguês num comício de protesto, no mercado de porcos de Sens. Era opinião geral que o tesouro do rei bastava às suas necessidades e que mais dinheiro serviria apenas para maiores extravagâncias dos nobres. Embora alguns distritos aprovassem uma ajuda, o resultado principal do recurso aos Estados provincianos foi difundir o debate e provocar a resistência.

A divisão de interesses no Terceiro Estado complicou a luta. A pequena burguesia procurava arrancar o controle da oligarquia dominante de comerciantes e mestres de guildas, e os dois grupos usaram a crescente agitação da classe trabalhadora para as suas próprias finalidades. Tinham um material inflamável nas fileiras descontentes dos trabalhadores sem especialização e dos camponeses sem terras, levados para as cidades pelas guerras, e que criavam um reservatório de raiva e de miséria.

A estrutura ministerial do falecido rei, como a financeira, foi logo atacada pelas tentativas dos tios de afastar seus conselheiros. Bureau de la Rivière, a quem Carlos V amara e desejara ver enterrado aos seus pés, foi acusado de traição por um porta-voz dos duques, mas foi salvo quando Clisson lançou ao chão sua luva na presença de toda a corte e ninguém ousou aceitar o terrível desafio. Temendo represálias, Rivière deixou depois o cargo; d'Ogement e Mercier acabaram sendo afastados, e outro dos antigos conselheiros, Jean de la Grange, cardeal de Amiens, teve boas razões para partir.

O jovem rei não gostava de La Grange, pois os inimigos do cardeal levaram-no a acreditar que ele tinha um demônio familiar. Certa ocasião, quando Carlos tinha dez anos, persignou-se à aproximação do cardeal, gritando: "Fuja do Diabo! Expulse o Diabo!", para grande tristeza daquele príncipe da Igreja. Ao ser informado de que o jovem rei, quando de sua ascensão, disse a um amigo: "É este o momento de nos vingarmos desse padre", o cardeal La Grange colocou seu tesouro em lugar seguro e fugiu para Avignon, para nunca mais voltar.⁵

A queda sensacional do preboste de Paris aumentou o sentimento de desmoroamento da autoridade. Hugues Aubriot era um homem de seus sessenta anos que conquistara a proteção de Filipe de Borgonha com banquetes extravagantes e presentes, e apoio dos burgueses com a construção dos primeiros esgotos e o conserto determinado de muralhas e pontes. Estava, porém, marcado para a destruição pelo clero, ao qual insultara abertamente, e pela universidade, que desprezava como "viveiro de padres", cujos privilégios combateu e cujos membros prendia a qualquer pretexto. Dizia-se que ele reservara dois cárceres no Châtelet expressamente para professores e clérigos. Nos funerais de Carlos V, quando Aubriot recusou-se a permitir que a universidade tivesse precedência no cortejo, houve um choque furioso entre os guardas do preboste e os professores, que terminou com muitos destes feridos e 36 deles na prisão. "Ah, aquela corja!", Aubriot exclamou. "Sinto que nada de pior lhe tenha acontecido."

A intervenção de Aubriot no caso dos judeus deu à universidade a ocasião de

vingança. Acusado de heresia, sodomia e de ser falso cristão, e, especificamente, de “profanar a santidade do batismo” ao devolver crianças judias, foi levado a julgamento perante o bispo de Paris, em maio de 1381. Além das acusações de ter manifestado desprezo pela Eucaristia, deixado de comungar na Páscoa e de desrespeito público ao clero, foi acusado de negligenciar uma esposa virtuosa, de comprar virgens, de “recorrer à bruxaria para que suas paixões pudessem triunfar”, de aprisionar maridos para ter liberdade com suas mulheres, de coabitar bestialmente com mulheres contra a natureza e de ter relações carnavais com judeus.

Condenado, mas poupado de uma sentença de morte pela influência de Borgonha, ficou exposto numa plataforma de madeira em frente à catedral, onde, de joelhos e sem chapéu, foi obrigado a implorar a absolvição e oferecer velas pelos judeus batizados que tinha devolvido aos pais. Absolvido pelo bispo e reitor da universidade, foi então condenado à penitência perpétua na prisão, alimentado a pão e água. Seu afastamento contribuiu para enfraquecer o governo e deixou o povo de Paris pronto para um levante.

No decorrer desses infelizes acontecimentos, Coucy permaneceu no Conselho Real em bons termos com os duques, que buscavam individualmente o seu apoio. Um dos primeiros atos de d’Anjou como regente, em 27 de setembro, tinha sido confirmar a posse vitalícia de Mortagne por Coucy, que lhe fora concedida pelo falecido rei. Além de grandes propriedades, Coucy possuía evidentemente um poder pessoal de atração e a faculdade de não fazer inimigos. No grande jogo do “quem fica, quem sai”, ele foi sempre capaz de trabalhar com quem estivesse no poder, talvez devido à sofisticação política adquirida com as circunstâncias de seu casamento. Depois de realizar o tratado de paz com o duque da Bretanha em janeiro de 1381, ele foi mandado, outra vez, como embaixador junto aos ingleses em Montreuil para negociar uma disputa quanto aos termos da trégua. Mais tarde, no mesmo ano, os documentos mostram que ele pagou espiões para obter informações sobre Calais, Guînes e outras praças-fortes inglesas.⁶ Quando encarregado da defesa da fronteira, foi chamado a Paris, em maio, para aconselhar d’Anjou sobre os projetos deste na Itália.

Pretendendo usar a corrupção para conseguir um reino, d’Anjou precisava de dinheiro. Informado do tesouro guardado por Carlos V em Melun para ser utilizado pelo filho, d’Anjou dele se apossou pelo expediente direto de ameaçar executar o guardião do fundo. O monge de St. Denis, porém, não confirma essa história, porque “nunca se conhece a verdade sobre essas coisas que acontecem na sombra”. O que d’Anjou possa ter conseguido, no entanto, não era suficiente. Ele continuou pressionando para obter recursos durante todo o ano de 1381, recolhendo alguma coisa aqui e ali, mas encontrando em geral uma resistência obstinada.

Enquanto as chamas se mantinham latentes na França, uma revolta verdadeira eclodiu na Inglaterra em junho de 1381, não na classe urbana, mas entre os camponeses. Num país cuja economia era predominantemente rural, os camponeses

eram a classe trabalhadora mais importante. A causa imediata foi o terceiro imposto *per capita* em quatro anos, cobrindo todos os maiores de 15 anos. Aprovado em novembro de 1380 por um Parlamento subserviente, para financiar as ambições de Lancaster na Espanha, seu recolhimento proporcionou apenas dois terços da soma esperada, sobretudo porque os coletores eram facilmente subornáveis para esquecer famílias ou falsificar o número de seus membros. Tornou-se necessária uma segunda coleta, que poderia ter sido prevista como motivo de agitações, se os lordes, os prelados e tios reais do governo de Ricardo tivessem prestado atenção às constantes queixas de insubordinação rural. Como não o fizeram, tiveram de enfrentar o mais terrível desafio do século.

Em fins de maio, aldeias em Essex, no litoral leste, pouco acima de Londres, recusaram-se a pagar; a resistência ampliou-se com certos indícios de organização e transformou-se em violência em Kent, condado adjacente a Londres, ao sul do Tâmesis. Os camponeses juntaram-se aos arcabuzeiros das guerras francesas e armaram-se com espadas enferrujadas, machados e bestas enegrecidas pelo tempo, e atacaram triunfalmente um castelo, onde um vilão fugitivo tinha sido preso. Elegendo como comandante Wat Tyler, um eloqüente demagogo e veterano de várias guerras, tomaram Canterbury, forçaram o prefeito a jurar fidelidade ao “rei Ricardo e aos Comuns”, e soltaram da prisão do arcebispo o ideólogo do movimento, John Ball. Era um padre nômade, erudito e fanático, que há vinte anos percorria o país, freqüentemente detido pelas autoridades por profetizar contra a Igreja e o Estado e pregar doutrinas radicais de igualdade.

Embora o imposto *per capita* tenha sido a fagulha que provocou o incêndio, o protesto fundamental era contra os laços de servidão e a falta de direitos jurídicos e políticos. Os vilões não podiam recorrer aos tribunais contra o seu senhor, ninguém os representava no Parlamento, estavam presos por deveres de servidão que não podiam romper, a não ser obtendo pela força uma modificação das regras. Era esse o objetivo da insurreição e da marcha sobre a capital, iniciada em Canterbury.

Enquanto os insurretos de Kent avançavam rapidamente sobre Londres, cobrindo os 100km em dois dias, os rebeldes de Essex dirigiam-se para o Sul, ao encontro deles. No caminho, abadias e mosteiros foram objeto especial de animosidade, por terem sido os últimos a permitir a comutação do trabalho servil. Nas cidades, artesãos e pequenos comerciantes, partilhando das queixas dos pequenos contra os grandes, ajudaram e alimentaram os camponeses. Quando a notícia do levante difundiu-se em outros condados, motins e violências cresceram.

A “multidão enlouquecida” em sua marcha de Kent e Essex abriu prisões, saqueou casas senhoriais e queimou arquivos. Alguns donos de terras e funcionários vítimas de ódio pessoal foram mortos, e suas cabeças levadas em paus. Outros, com medo de morrer, fugiram e esconderam-se nas mesmas florestas onde os vilões fora-da-lei freqüentemente se escondiam deles. Certos senhores foram forçados pelos rebeldes a acompanhá-los “quisessem ou não”, fosse para dispor dos necessários elementos de comando, fosse pela aparente participação da nobreza rural.

Ao mesmo tempo, os porta-vozes dos camponeses juravam matar “todos os advogados e servos do rei que encontrassem”. Com exceção do rei, a quem julgavam seu defensor, todos os que tinham autoridade eram seus inimigos — xerifes, guardas florestais, coletores de impostos, juizes, abades, lordes, bispos e duques — e principalmente os homens da lei, porque a lei era a prisão do vilão. Não foi por acaso que entre as primeiras vítimas estava o presidente do Supremo Tribunal, *sir* John Cavendish, juntamente com muitos secretários e jurados. Todas as casas de advogados na rota dos rebeldes foram destruídas, ao que se informou.

Se, 23 anos antes, a Jacquerie tinha sido uma explosão sem um programa, a Revolta Camponesa surgiu de uma idéia crescente de liberdade. Embora teoricamente livres, os vilões queriam a abolição dos velhos laços, o direito de trocar serviços pelo arrendamento, a eliminação de todas as restrições acumuladas pelo Estatuto dos Trabalhadores nos últimos trinta anos, num esforço de mantê-los subjogados. Tinham ouvido os padres lólaridos, os pregadores seculares motivados pelos males da época e as teorias de nivelamento de John Ball. “As coisas não podem ir bem na Inglaterra”, era o tema deste último, “enquanto tudo não for propriedade comum; quando não houver mais vassalos nem senhores, quando os senhores não forem mais senhores do que nós mesmos. [...] Não descendemos nós todos dos mesmos pais, Adão e Eva?”.

O espírito de Wyclif, que ousara negar a mais universal autoridade da época, estava solto. O que vinha acontecendo nos últimos trinta anos, em consequência da peste, da guerra, da opressão e da incompetência, era uma aceitação enfraquecida do sistema, uma desconfiança do governo e dos governantes, leigos e eclesiásticos, um nascente sentimento de que a autoridade podia ser contestada — de que a mudança era na realidade possível. A autoridade moral não pode ser maior do que a sua aceitação. Quando os funcionários eram venais — como até mesmo os pobres podiam ver ao subornar os coletores de impostos —, os guerreiros eram uma maldição e a Igreja, opressiva, o impulso em favor de mudanças ganhava força.

Ele foi estimulado pelas críticas dos pregadores aos poderosos. “Os torneios dos ricos”, diziam eles, “são os tormentos dos pobres”. Denunciavam constantemente os “príncipes maus”, “falsos executores que aumentam o sofrimento das viúvas”, “eclesiásticos malvados que dão o pior exemplo ao povo” e, acima de tudo, os nobres que esvaziavam as bolsas dos pobres com suas extravagâncias, desdenhando-os pela “baixeza do sangue ou mau cheiro do corpo”, pelo aspecto deformado do corpo ou dos membros, pela falta de espírito e incapacidade artesanal; não se dignavam a falar com eles e estavam cheios de orgulho — pela linhagem, pela fortuna, pela nobreza, pelos bens, poder, beleza, força, filhos, tesouros — “orgulhosos na aparência, no falar [...] orgulhosos no andar, no sentar e no estar de pé”. Todos seriam arrastados pelos demônios para o Inferno, no Dia do Juízo.

Naquele dia da ira, disse o dominicano John Bromyard em palavras que falavam diretamente ao camponês, os ricos teriam amarrados em volta do pescoço os bois, carneiros e animais dos campos que tinham tomado sem pagar. Os “honrados pobres”, prometeu um frade franciscano, “se levantarão contra os ricos cruéis no

Dia do Juízo e os acusarão dos seus feitos e crueldades na Terra. 'Ah, ah!', dirão os outros, horrivelmente atemorizados, 'esses são os que eram vítimas do desprezo. Vede como são agora honrados — estão entre os filhos de Deus! O que valem as riquezas e a pompa para nós agora que estamos humilhados?'”⁷

Se os mansos eram mesmo os filhos de Deus (embora também eles fosse censurados pelos pregadores pela cobiça, trapaça e irreverência), por que teriam de esperar pelos seus direitos até o Dia do Juízo? Se todos os homens tinham uma origem comum em Adão e Eva, como podiam alguns ser mantidos em servidão hereditária? Se todos eram iguais na morte, como enfatizava sempre o pensamento medieval, não seria possível que as desigualdades na Terra contrariassem a vontade de Deus?

Em seu momento culminante, nos arredores de Londres, a Revolta Camponesa esteve na iminência de dominar o governo. Não haviam sido tomadas medidas contra a horda que avançava, em parte pelo desprezo em que eram tidos todos os Wills, Cobbs e Jacks, e rústicos de unhas sujas, em parte como resultado de uma liderança medíocre e falta de recursos imediatos. Lancaster estava longe, na fronteira escocesa, Buckingham estava em Gales, e as únicas forças armadas organizadas já estavam embarcando em Plymouth para a Espanha, sob o comando do terceiro irmão, Edmundo de Cambridge. Exceto os quinhentos ou seiscentos homens da guarda do rei, a coroa não dispunha de nenhuma outra polícia ou milícia; os cidadãos de Londres não eram confiáveis, pois muitos simpatizavam com os rebeldes e alguns até mesmo estavam em entendimento ativo com eles.

Vinte mil camponeses estavam acampados junto das muralhas, exigindo conversações com o rei. Ao mesmo tempo em que lhe prometiam segurança, gritavam pelas cabeças do arcebispo Sudbury e de *sir* Robert Hailes, o chanceler e tesoureiro, a quem responsabilizavam pelo imposto *per capita*, e também pela cabeça do “arquitrador” John de Gaunt, símbolo de desgoverno e de uma guerra frustrante. John Ball discursou para a multidão, com uma vibrante exortação para que se livrasse do jugo que tinha suportado por tanto tempo, para que exterminasse todos os grandes senhores, juizes e advogados e conquistasse liberdade, posição e poder iguais para todos os homens.

Numa reunião agitada, o governo não encontrou outra política senão a da negociação. Ricardo II, um magro rapaz louro de 14 anos, acompanhado pelos seus cavaleiros, foi ao encontro dos insurgentes e ouviu suas exigências: abolição do imposto *per capita* e de todos os laços de servidão, comutação a uma taxa de quatro *pennies* por acre, livre uso de florestas, abolição das leis da caça — tudo isso confirmado em cartas seladas pelo rei. Todas as reivindicações dos rebeldes foram aceitas na esperança de que se dispersassem e voltassem para casa.

Enquanto isso, os portões e as pontes da cidade tinham sido abertos a um grupo chefiado por Wat Tyler, que se apoderou da Torre de Londres e matou o

arcebispo Sudbury e *sir* Robert Hailes. Não conseguindo apanhar Gaunt, eles lançaram-se sobre o seu palácio de Savóia e o demoliram numa orgia de incêndio e destruição. Por ordem de Wat Tyler, o palácio não devia ser saqueado, e sim destruído. Barris de pólvora, ali encontrados, foram lançados às chamas, tapeçarias arrancadas, jóias preciosas esmagadas a machado. O Templo, sede da lei com todos os seus documentos e registros, foi também destruído. Seguiu-se uma matança; lombardos e flamengos (odiados simplesmente por serem estrangeiros), magnatas, funcionários e “traidores” como tais considerados (como o rico comerciante *sir* Richard Lyons, afastado pelo Bom Parlamento e reconduzido por Lancaster) foram caçados e mortos.

Na caótica sequência de acontecimentos, apenas Ricardo permaneceu num círculo mágico de respeito pela pessoa do rei. Montado num alto cavalo de batalha frente aos camponeses, um rapaz encantador, vestido de púrpura bordada com os leopardos reais, usando uma coroa e um cetro de ouro, gracioso e sorridente, ganhando confiança com seu domínio da multidão, ele fez concessões escritas e distribuídas por trinta secretários, ali mesmo. Com isso, muitos camponeses partiram, acreditando ter no rei um protetor.

Enquanto isso, em Londres, *sir* Robert Knollys, o mestre de guerra, reunia apressadamente uma força armada. Wat Tyler, inflamado pelo sangue e pela conquista, exortava seus seguidores ao massacre da classe dominante e à tomada de Londres. Já não se satisfazia com as cartas prometidas, que suspeitava serem destituídas de valor, e sabia que jamais seria contemplado com um perdão. Só podia continuar no sentido de uma tomada do poder. Segundo Walsingham, ele alardeava que “dentro de quatro dias todas as leis da Inglaterra estarão saindo da sua boca”.

Tyler voltou para o acampamento em Smithfield para outro encontro com o rei, onde apresentou uma nova série de exigências tão extremadas que pareciam visar a uma rejeição e constituir pretexto para o aprisionamento de Ricardo, em pessoa: todas as diferenças de classe e posição deveriam ser abolidas; todos os homens deveriam ser iguais sob o rei; as propriedades da Igreja seriam secularizadas e divididas entre os plebeus; a Inglaterra deveria ter apenas um bispo e o resto da hierarquia ser eliminado. O rei prometeu tudo o que estivesse de acordo com a “realidade de sua coroa”. Os relatos dos momentos seguintes estão coloridos de formas tão variáveis pelas paixões da época que a cena permanece obscura para sempre. Ao que tudo indica, Tyler teve um desentendimento com um escudeiro da comitiva real, puxou uma adaga e foi imediatamente golpeado pela espada curta de William Walworth, prefeito de Londres.

Tudo se transformou em confusão e furor. Os camponeses usaram seus arcos, flechas voaram. Ricardo, com extraordinária calma, ordenando que ninguém o seguisse, avançou, sozinho, dizendo aos rebeldes: “Senhores, o que desejam? Sou o seu capitão, sou o seu rei. Acalmem-se.” Enquanto ele parlamentava, a força organizada às pressas por Knollys cercava o acampamento, usando cotas de malha, visores abaixados e armas reluzentes. Amedrontados e sem comando, os camponeses se

acovardaram; a cabeça de Wat Tyler exibida numa lança completou a sua desmoralização, como a dos Jacques com a morte de Guillaume Cale.

Sob ordens de depor as armas e com garantia de perdão, para estimular a sua partida, eles voltaram para casa. Os líderes, inclusive John Ball, foram enforcados, e o levante em outros pontos da Inglaterra foi sufocado — com suficiente brutalidade, embora sem o massacre ocorrido na França depois da Jacquerie. Com exceção de manifestações dispersas, a revolta inglesa também acabou dentro de um mês, derrotada antes pela fraude do que pela força. Os perdões concedidos em nome do rei foram revogados sem constrangimento, e as cartas canceladas por um Parlamento de proprietários de terra, sob a alegação de que tinham sido promulgadas sob pressão. A uma deputação de Essex que lhe foi lembrar a promessa de acabar com a servidão, Ricardo respondeu: "Servos sois, e servos continuareis."⁸

As suposições dos autocratas estão quase sempre atrasadas em relação à época. As forças econômicas já estavam impulsionando o declínio do regime de servidão, e a comutação continuou, apesar do esmagamento da revolta, até que o camponês servo desaparecesse gradualmente. Se a revolta apressou ou retardou o processo é difícil dizer, mas o resultado imediato estimulou a complacência na classe dominante, a começar pelo rei. Embriagado talvez pelo sucesso, Ricardo desenvolveu todos os instintos do absolutismo, exceto a dureza no esmagamento dos adversários, e terminaria como vítima de um deles. Os militares não viam necessidade de melhorias; a Igreja endurecera contra as reformas. Alarmada pelas doutrinas niveladoras dos lolardos, a classe privilegiada voltou-se contra eles. Na "Corrupção da época", de Gower, o poeta denunciava-os como fomentadores da divisão entre a Igreja e o Estado, mandados ao mundo por Satanás. O lolardismo passou à ilegalidade, adiando por longo tempo a separação protestante.

Naqueles "dias de ira e angústia, dias de calamidade e miséria",⁹ a revolta dos trabalhadores pareceu a muitos apenas mais uma tribulação, indicativa, como a Peste Negra, da ira de Deus. Um poeta anônimo associou o levante dos camponeses a um terremoto ocorrido em 1382 e à "pestilência", e concluiu que esses três acontecimentos:

Mostravam a vingança e a destruição
Que sobre os pecadores cairão.¹⁰

Até mesmo os ataques franceses ao litoral inglês podiam ser considerados, como disse Walsingham, como um ato do Senhor "chamando os homens ao arrependimento por meio desses terrores".¹¹ Vista nesses termos, a revolta não tinha significação política. "O homem não pode mudar", escreveu um diarista florentino da época, "aquilo que Deus, devido aos nossos pecados, determinou."¹²

O impacto da insurreição na Inglaterra sobre o sentimento revolucionário em outros países é incerto. Com ou sem ela, a guerra e os demônios que lhe são con-

seqüentes, os impostos, teriam fornecido combustível suficiente para o descontentamento. Não obstante, a guerra dificilmente teria deixado de dar emprego e fazer circular o dinheiro — a armeiros, carreteiros, negociantes de gêneros, padeiros, criadores de cavalos e uma centena de outros ofícios, além dos arqueiros, soldados e criados do exército. Os contemporâneos não falam da guerra como um estímulo econômico, mas sim do ônus desigual que fazia recair sobre o pobre. “Devia ser um princípio estabelecido”, escreveu Villani, “que a guerra não tivesse de ser paga pela bolsa do pobre, mas sim pelos que são donos do poder”.¹³

Esse princípio não era reconhecido pelo duque d'Anjou, cuja busca de dinheiro provocou uma nova onda de insurreições na França, a partir de fevereiro de 1381. Seu projeto de herdar o reino de Nápoles tinha sido prejudicado pela derrubada da rainha Joana por um rival. Contra a opinião de Coucy, outra vez convocado da Flandres para consultas, d'Anjou queria levar um exército até a Itália. Numa reunião com o chefe da corporação dos comerciantes e principais burgueses, em janeiro de 1382, ele parece ter arrancado o consentimento para um novo imposto sobre o vinho, o sal e outras mercadorias. Temendo a reação popular, o edito foi emitido secretamente, e a concorrência para o lucrativo cargo de coletor desse tributo foi realizada a portas fechadas, no Châtelet. Muitos compareceram dispostos a fazer uma oferta pela concessão do cargo, mas hesitaram em fazer a comunicação pública. Não menos apreensiva, a corte permaneceu em Vincennes, fora das muralhas.

Quando comerciantes e viajantes difundiram a notícia do novo imposto, um clamor de irada recusa ecoou em Laon, Amiens, Reims, Orléans e Ruão, bem como em Paris. Um porta-voz dos burgueses da capital, Jean de Merès, advogado idoso, respeitado e eloqüente, que tinha servido a todos os reis desde Filipe VI, tentou em vão persuadir d'Anjou a revogar a ordem. Os lojistas fecharam as portas aos coletores de impostos que iam avaliar suas mercadorias; os cidadãos pegaram em armas, fizeram soar o alarme e atacaram as coletorias. Acreditava-se geralmente que a agitação foi estimulada “pelo exemplo dos ingleses”, e até mesmo pelas “cartas e mensagens dos flamengos”. A ação planejada, porém, foi menos um fato do que um temor da classe dominante.

As manifestações se transformaram em violência em fins de fevereiro, em Ruão, capital da Normandia, onde o imposto sobre o vinho prejudicava importantes comerciantes do produto, desejosos de agitar a multidão sem se comprometerem. Eles falaram aos artesãos e trabalhadores pobres da indústria têxtil da vergonha de sujeitar-se ao imposto, ao mesmo tempo em que lhes distribuíam vinho gratuito. Aos gritos de “Haro!” contra o governo, “Haro!” contra os coletores de impostos (uma exclamação obscura, que significava rebelião), um grupo de duzentos vendedores de tecidos, embriagados, correu para a prefeitura, fazendo tocar o alarme. Foi assim que começou a famosa *Harelle*.

Engrossando suas fileiras, saquearam as casas dos ricos, arrombaram cofres, lançaram móveis nas ruas, quebraram vidraças e barris de vinho cujo conteúdo deixaram escorrer, depois de beber tudo o que podiam. Padres, usurários, judeus e as casas de todos os antigos prefeitos foram atacados, enquanto o sino tocava a noite

toda. Os ricos buscaram refúgio nos mosteiros, e uns poucos funcionários reais e coletores foram mortos. O chefe da guilda dos vendedores de tecidos, um personagem gordo e simplório, chamado, devido ao seu corpo, Jean le Gras, foi arrastado contra a vontade à liderança da multidão, e desfilou pelas ruas num trono, comprometendo com isso os burgueses mais elevados, apesar de sua tentativa de ficar por trás das cortinas.

Num assalto final, os amotinados, aos quais se tinham juntado muitos outros de classes superiores, atacaram a abadia de St. Ouen, odiada pelas suas grandes propriedades e pelos privilégios que desfrutava, em prejuízo da cidade. As portas foram arrombadas com machados, assentamentos de arrendatários e cartas foram queimados, e o abade obrigado a assinar o perdão de todas as dívidas da cidade. O fato de serem esses documentos formulados na linguagem jurídica adequada testemunha o papel da alta burguesia no caso. Posteriormente, numa assembléia solene, embora não sóbria, na praça do mercado, a multidão pediu ao seu gordo "rei" que a "libertasse do jugo dos impostos", enquanto alguns "riam e balançavam a cabeça" ante o espetáculo.

Temendo o castigo real, a alta burguesia mandou delegados a Vincennes para pedir perdão. O Conselho Real, temendo por sua vez a difusão da revolta a outras cidades, aconselhou o jovem rei a disfarçar a irritação e "acalmar o povo que estava muito amotinado". Com uma exibição adequada da aura sagrada da realeza, Carlos VI foi a Ruão, onde os líderes da cidade, evidentemente nervosos com a agitação que tinham provocado, prometeram uma soma fixa de ajuda ao rei, em troca do perdão. Com esse fecho temporário, a luta não foi resolvida e a ira de ambos os lados esperava apenas uma nova oportunidade.

No mesmo momento em que Ruão era apaziguada, Paris se levantava. Ninguém tinha ousado ainda proclamar publicamente a nova taxa, até que um arauto, ante a oferta de uma gratificação, dirigiu-se ao mercado e, tendo chamado a atenção de todos com a promessa de uma recompensa por uma salva de prata roubada do palácio, proclamou então o novo imposto e, metendo as esporas no cavalo, afastou-se a galope. Quando a notícia circulou pelas ruas, o povo reuniu-se em grupos raivosos, gritando "juras terríveis" de jamais pagar e planejando a resistência. A prisão dos agitadores levou às ruas carregadores, funileiros, fabricantes de velas, pasteleiros, afiadores de facas, fabricantes de batinas — os pequenos negociantes, artesãos e criados de Paris. Na manhã seguinte, 1.º de março, quando um coletor de impostos exigiu o pagamento de uma vendedora de agrião no mercado de Les Halles, os outros negociantes caíram sobre ele e o mataram.

Paris inflamou-se num instante. As pessoas corriam pelos *quartiers* conclamando os vizinhos a pegar em armas "pela liberdade do país" e concitando-os com gritos e ameaças. "Se você não se armar como nós", gritou um dos manifestantes, "nós o mataremos aqui mesmo, em sua própria casa!". Em seguida, "num tumulto terrível", a multidão irrompeu pelo Hôtel de Ville, na place de Grève, onde se apoderou de dois mil macetes de cabo comprido, normalmente usados pela polícia. Dotados de cabeças cilíndricas de chumbo e manobrados com as duas mãos, esses

macetes tinham sido armazenados por Hugues Aubriot para serem, numa eventualidade, usados contra os ingleses, e deram agora o seu nome aos insurgentes, como *maillotins*.

Assim armados, inspiravam ainda mais medo. Enquanto se distraíam no tumulto na margem direita, nobres, prelados e funcionários apressadamente enchiam carroças com seus bens e escapavam para Vincennes. Muito tarde, os *maillotins* fecharam as portas da cidade, passaram correntes nas ruas e colocaram guardas para impedir o êxodo dos ricos, conseguindo trazer de volta alguns, que pegaram. Perseguiram notários, juristas e todos ligados aos impostos, invadiram igrejas para arrastar do santuário os coletores de impostos, apanharam um deles no altar de St. Jacques, onde se agarrava, aterrorizado, a uma imagem da Virgem, e cortaram-lhe a cabeça. Os assentamentos eram queimados em toda parte e o bairro judeu foi saqueado, como sempre. “Converta-se ao cristianismo ou nós a matamos!”, ordenaram a uma judia. “Ela disse que preferia morrer”, testemunhou um observador, “e por isso a mataram e roubaram”. Os judeus procuraram, novamente, abrigo no Châtelet, mas foram rechaçados pelos funcionários, com medo dos *maillotins*. De cerca de trinta pessoas assassinadas no primeiro dia, a metade era de judeus.

A alta burguesia estava ansiosa para conter o levante e ao mesmo tempo usá-lo para arrancar concessões da coroa. Mobilizou logo uma milícia para resistir tanto aos rebeldes como à intervenção armada do rei. Foram colocados esquadrões nas esquinas e vigias nas torres das igrejas para observar a aproximação dos soldados. “Eles tornaram-se logo tão fortes”, escreveu Buonaccorso Pitti, um banqueiro florentino em Paris,¹⁴ que os *maillotins* passaram a obedecer-lhes, e por causa disso os burgueses conseguiram usar os rebeldes armados para a sua luta contra a coroa.

Pelo fato de ter explodido logo depois dos acontecimentos de Ruão, o levante de Paris aprofundou os receios de uma conspiração revolucionária. A corte resolveu parlamentar. Coucy, conhecido pelo seu tato e persuasão, foi mandado com o duque de Borgonha e o chanceler para a Porte St. Antoine, a fim de ouvir as exigências dos insurgentes. Jean de Marès agiu como mediador. Os parisienses insistiam na revogação de todos os impostos criados desde a coroação, mais uma anistia por todos os atos praticados durante o levante e a libertação dos quatro burgueses detidos antes, por terem sido contra o imposto de d’Anjou. Os negociadores reais, até que pudessem voltar com a resposta, concederam, como gesto de boa-vontade, a libertação dos quatro presos — com resultados contraditórios. Sem esperar para ouvir mais, a multidão atacou o Châtelet e outras prisões, abrindo todas as celas e masmorras, libertando presos tão doentes e emaciados que tiveram de ser levados para o hospital do Hôtel de Dieu. Todos os registros de julgamentos e condenações foram destruídos em fogueiras.

O mais famoso preso de Paris, Hugues Aubriot, estava entre os libertados. Montado num “pequeno cavalo”, o antigo preboste foi levado à sua casa pelos *maillotins*, que lhe imploraram que assumisse a liderança. Em todos os levantes, sentia-se a mesma necessidade e fazia-se o mesmo esforço para persuadir ou forçar alguém da classe governante a assumir o comando e dar ordens. Aubriot recusou-

se. Durante a noite, enquanto os rebeldes festejavam “comendo, bebendo e praticando orgias”, ele conseguiu deixar Paris, e quando, pela manhã, sua fuga foi descoberta, houve um clamor de que a cidade fora traída.

Os burgueses pressionavam por uma solução, preocupados em que “a grande imprudência das pessoas mais baixas não ocorra em detrimento dos homens de peso”. Disposta a dominar Paris por quaisquer meios, a coroa concordou com tudo, exceto o perdão aos culpados de invasão do Châtelet — mas sua intenção não era mais sincera que a de Ricardo II. Ao receber as cartas reais de confirmação do acordo, os líderes burgueses notaram que a linguagem era ambígua, e o documento, em lugar de estar selado com cera verde sobre seda, estava selado com cera vermelha em pergaminho, negando-lhe a condição de perpetuidade...

Apesar da raiva popular ante essa duplicidade, a corte estava endurecendo. Descobriu-se que os protestos surgidos em outras cidades eram independentes e, portanto, podiam ser sufocados localmente. Reunia-se em Vincennes uma força armada, e o medo das punições espalhava-se em Paris. A corte conseguiu forçar os líderes da cidade a entregar quarenta fomentadores da revolta, dos quais 14 foram executados em público, para grande indignação do povo. De acordo com o monge de St. Denis, outros foram afogados secretamente no rio por ordem real. Sentindo-se seguros, os duques mandaram o rei de volta a Ruão, a 29 de março, para impor represálias que estavam pendentes. Numa lamentável exibição de alegria ritual pela aproximação do rei, o povo, em roupas de festa azuis e verdes, foi organizado em filas para pedir clemência, gritando: “*Noël, Noël, vive le Roi!*”, o que não agradou ao duque de Borgonha. Para criar o estado de espírito propício às pesadas multas, ele mandou que seus soldados se misturassem ao povo com as espadas nas mãos, obrigando-o a “gritar ‘Misericórdia, *la hart au col*’ (com a corda no pescoço)”, significando isso o direito do rei de enforcá-los ou poupá-los de acordo com sua vontade.

Para fazer uma oferta de dinheiro ao rei e ao duque, toda a prata e ouro das *confréries*, e seus castiçais e caixas de incenso, foram vendidos. A realza não se comoveu. Apesar do perdão original, 12 dos amotinados foram executados, o sino de alarme foi retirado, as correntes para o fechamento de ruas foram arrancadas, multas foram impostas, a carta de liberdades de Ruão foi revogada e sua administração transferida das guildas independentes para um bailio real. Atemorizados com esse exemplo, os Estados da Normandia aprovaram um imposto sobre vendas e sal, e sobre a renda. Ao sufocar a revolta, a coroa encontrava um modo de encher seus cofres e, o que era mais significativo, uma oportunidade de cancelar cartas de cidades e ampliar o poder real.

A ira de Paris estava longe de se ter acalmado, e os perigosos acontecimentos em Gand aumentaram o receio de um levante geral, embora ainda não organizado. O grito de solidariedade “*Vive Gant! Vive Paris no'mere!*” era ouvido em cidades desde a fronteira flamenga até o Loire.

Em Gand, os capuzes brancos dos dias de Artevelde reapareceram. Foi organi-

zada uma milícia popular e encontrado um comandante para ela, na pessoa do filho de Artevelde, Filipe, homem pequeno e de olhar vivo, de uma energia agressiva e uma “eloquência insinuante”, escolhido em grande parte pela aura de seu nome. Forçado pelas circunstâncias, se não pela preferência, a depender dos plebeus, ele mandou que todas as classes fossem ouvidas em conselho, “os pobres como os ricos”, e todos fossem alimentados da mesma maneira. Quando trinta mil pessoas passaram duas semanas sem comer pão, ele obrigou as abadias a distribuir seus estoques de trigo e os comerciantes a vendê-lo a preços fixos. Tradicionalmente, as comouções em Flandres dividiam o conde, a nobreza, os magnatas urbanos e as guildas em alianças instáveis uns contra os outros, mas dessa vez eles começaram a ver na continuada rebelião de Gand a visão vermelha da revolução e cerraram fileiras com o conde para sufocá-la.

Vencida pela fome, a cidade concordou em parlamentar em abril de 1382. O conde, confiante em seu domínio, exigiu que todos os habitantes, de 15 a sessenta anos, comparecessem de cabeça descoberta e em camisa, com pesos em volta do pescoço, a meio caminho de Bruges, onde ele determinaria quantos seriam perdoados e quantos condenados à morte. Numa reunião no mercado, os cidadãos famintos foram informados dessas condições pelos seus delegados e tiveram de decidir entre três soluções: sujeitar-se, morrer de fome ou lutar. A última foi a escolhida: um exército de cinco mil dos mais aptos à luta foi mobilizado e lançado contra Bruges, sede do partido do conde. O resultado foi uma das surpreendentes viradas do século.

A milícia de Bruges, tão confiante quanto o conde contra seus velhos rivais, festejou durante toda a noite e partiu na madrugada de 5 de maio, gritando e cantando numa desordem de bêbedos. Em vão o conde e seus cavaleiros tentaram contê-los e ordená-los para o avanço. Uma saraivada de pedras e balas de canhão, seguida de um ataque pela força de Gand, acabou com os milicianos. Foi impossível conter o pânico e a fuga, que levaram facilmente os cavaleiros flamengos à retirada. Luís de Male, o conde, perdeu o cavalo e, apesar das tentativas de agrupar suas forças depois do anoitecer, à luz de lampiões, só conseguiu escapar à captura por ter trocado de roupas com seu criado e fugido a pé, escondendo-se na cabana de uma pobre mulher. “Você me conhece?”, perguntou ele. “Sim, *monseigneur*, costumo pedir esmolas à sua porta.” Encontrado por um de seus cavaleiros, pediu um cavalo e, indignamente montado numa mula de camponês, voltou para Lille, uma viagem menos feliz do que a do longínquo dia em que galopara para fugir do casamento com Isabel.

Gand foi abastecida por outras cidades, que a ela se juntaram em triunfo, sob o grito de “*Tout un!*” (Todos por um!). Tendo tomado posse de Bruges e de quinhentos de seus burgueses mais notáveis como reféns, Filipe van Artevelde declarou-se Regente de Flandres. Todas as cidades entregaram-se ao seu governo, “e para elas nomeou novos prefeitos e edis e determinou novas leis”. Adotou a parafernália de comando dos nobres: trombetas anunciavam sua aproximação, uma insígnia mostrando três chapéus prateados precedia-o nas ruas, menestrelis tocavam à sua porta.

Usava vermelho e pele de esquilo da Rússia e jantava na prataria do conde, tomada como butim.

Mais uma vez, como na época de seu pai, estavam em jogo os interesses da Inglaterra e da França. Luís de Male pediu ajuda aos franceses para seu genro e herdeiro, o duque de Borgonha. Artevelde ofereceu aliança aos ingleses. Os Comuns ingleses a desejavam devido ao comércio da lã e porque os flamengos, como eles, eram urbanistas no cisma. O papa Urbano declarou ser uma cruzada a expedição de ajuda a Flandres, o que significava que os dízimos clericais podiam ser usados para financiá-la. Apesar dessa vantagem, a nobreza inglesa hesitou em aliar-se a rebeldes, e, enquanto hesitava, perdeu a oportunidade.

Em abril, o duque d'Anjou partiu para a Itália, tendo reunido, por diversos meios, recursos suficientes para recrutar nove mil homens e abastecer-se dos pavilhões e equipamentos "mais suntuosos já usados por qualquer senhor". A coroa teve menos sucesso numa renovada demanda de ajuda a Paris. O rei estava, naquele momento, em Meaux-sobre-o-Marne. Esperando ser possível chegar a uma solução se ele acalmasse Paris com a sua presença, o Conselho resolveu mandar Coucy negociar com os parisienses, "pois ele sabia melhor do que qualquer outro como lidar com eles".¹⁵

Acompanhado apenas pelos membros de seu séquito pessoal, Coucy entrou na cidade hostil, onde parece ter sido bem-visto e bem recebido. Dirigiu-se à sua própria casa, recentemente adquirida, um *hôtel* chamado Cloître St. Jean, perto da place de Grève.* Convocando alguns líderes para uma conferência, ele reprovou-os de forma "sábia e prudente", pela sua maldade ao matar funcionários do rei e abrir as prisões. Por isso o rei podia fazê-los pagar caro se quisesse, mas não o desejava, porque amava Paris como o lugar onde nascerá e porque, sendo a capital do reino, não queria "destruir seus habitantes bem-intencionados". Coucy disse ter vindo para resolver a disputa entre os cidadãos e seu soberano e que convenceria o rei e seus tios a "perdoar com misericórdia os maus atos".

Os cidadãos responderam que não desejavam fazer guerra ao rei, mas que os impostos tinham de ser revogados, pelo menos em relação a Paris. Se isentos, estariam prontos a ajudar o rei "de qualquer outra maneira". Explorando isso, Coucy indagou: "De que outra maneira?" Disseram que pagariam certas somas a uma pessoa indicada, toda a semana, para a manutenção dos soldados. Quando Coucy perguntou quanto pagariam, responderam: "Uma soma que for por nós estabelecida."

Coucy conseguiu, por meio de "belos discursos", obter sutilmente uma oferta preliminar de 12 mil francos, sob condição de haver também o perdão. Isso foi aceito pelo rei, mas as condições de sua volta a Paris mostravam o nervosismo da

* A mansão, chamada Rieulet, ou Nieulet em alguns manuscritos contemporâneos, ficava na hoje inexistente rue St. Jean-en-Grève, que ia do atual Hôtel de Ville até a rue de Rivoli. A residência estava inscrita como vendida a Raul de Coucy, "*conseiller du Roi*", em 1379, provavelmente um erro em lugar de Enguerrand, que numa carta de 1390 referiu-se a ela como "*notre hôtel à Paris*".¹⁶

corte: o povo devia depor as armas, abrir os portões da cidade, deixar abaixadas as correntes das ruas à noite, enquanto o rei estivesse na cidade, e mandar seis ou sete notáveis a Meaux, como reféns. Apresentadas a uma assembléia em Paris, essas condições foram rejeitadas com indignação pelos *maillotins*, que exigiram, com ameaças e maldições, que os comerciantes fossem da mesma opinião. Com a maior relutância, seis burgueses levaram essa recusa a Meaux, sob pressão, como disseram à corte, da grande fúria popular. O governo decidiu-se pela força. Soldados foram mandados para ocupar as pontes e cortar o abastecimento de alimentos à cidade, enquanto outros eram liberados para a pilhagem dos *faubourgs*, cometendo tais excessos “como um inimigo contra inimigo”. Preparando o ataque a Paris, os nobres recolheram carroças “para levar o saque da dita cidade, se houvesse oportunidade”. Os parisienses colocaram as correntes nas ruas, distribuíram armas e instalaram vigias nas muralhas.

Os moderados de ambos os lados, chefiados por Coucy pela coroa e por Jean de Marès pela cidade, ainda tentavam uma solução. Sua eloquência e influência combinadas obtiveram o consentimento do povo a um tributo de 80 mil francos, a ser recolhido pelos seus próprios representantes e distribuído diretamente aos soldados de serviço ativo, sem ser tocado pelos tios reais ou pelos tesoureiros. Paris receberia, em troca, um perdão geral e a promessa escrita do rei de que o tributo não seria usado como precedente para novos impostos, e de que ele não teria ódio de Paris no futuro. Se restava ainda alguma confiança num perdão real, era devido ao que havia de sagrado num rei ungido e à profunda necessidade de vê-lo como protetor do povo, ao contrário dos senhores.

Naquele momento, a retumbante vitória de Gand contra o conde de Flandres era registrada, atemorizando a classe proprietária e dando à corte razões prementes para resolver a questão em Paris. Com d'Anjou na Itália e Berry enviado como governador do Languedoc, o duque de Borgonha assumia o controle, e seu objetivo predominante era agora empregar forças francesas para a recuperação de sua herança em Flandres. As negociações com Paris foram concluídas às pressas.

O rei voltou à capital apenas por um dia, para grande descontentamento dos cidadãos. Ruão conflagrou-se outra vez quando os coletores instalaram suas mesas no Salão dos Tecidos, mas o levante foi logo sufocado pelo governador real, com a ajuda de uma galera armada no rio. Também o Sul da França partilhava de uma agitação disseminada por grupos de camponeses sem terras e pobres vagabundos. O monge de St. Denis chamou-os de *désespérés* e de *crève-de-faim* (desesperados e famintos), mas localmente eram chamados de *tuchins*. Alguns acham que o nome vem de *tue-chien* (mata-cachorro), ou seja, seriam as pessoas reduzidas a tal miséria que comiam cachorros; outros, que vem de *touche*, o que significa no dialeto local o *maquis*, ou mato onde os pobres se refugiavam.¹⁷

Nos planaltos de Auvergne, bem como no Sul, os *tuchins*, em grupos de vinte, sessenta ou cem, organizaram uma guerrilha contra a sociedade estabelecida. Atacavam o clero — odiado pelas isenções de impostos de que gozava —, emboscavam viajantes e seqüestravam senhores para cobrar resgate, atacando todos os que não

tinham mãos calejadas, ao que se dizia. Feito a Máfia da Sicília, eles nasceram da miséria para atacar os ricos, mas, ao se tornarem organizados, foram usados pelos ricos em lutas locais e no banditismo. Cidades e senhores os contratavam para sua guerra contra os oficiais da coroa, que eram chamados de “comedores”. A inquietação no Languedoc atingiria a força da insurreição no ano seguinte.

Em todos esses males a classe superior sentia a onda crescente da subversão. Os amotinados de Béziers, no Languedoc, teriam planos de matar todos os que tivessem mais de 100 libras, enquanto outros quarenta conspiradores pretendiam matar suas mulheres para casar-se com as mais belas e mais ricas viúvas de suas vítimas.¹⁸ Os camponeses ingleses pareciam a um cronista “como cães raivosos [...] como bacantes dançando pelo campo”. Os Ciompi eram “rufiões, praticantes do mal, ladrões [...] homens inúteis e de baixa condição [...] sujos, andrajosos”, e os *maillotins* eram vistos como seus irmãos. Foi atribuída aos tecelões de Gand a intenção de exterminar todas as pessoas de bem, até os seis anos de idade.

A fonte de toda subversão, o foco do perigo, estaria em Gand.

Conscientes de tudo o que dependia daquele resultado, os franceses prepararam uma vigorosa ofensiva em Flandres.¹⁹ A revolta da classe inferior contra a superior, o perigo de uma aliança inglesa com Artevelde, a fidelidade de Flandres à causa urbanista no cisma eram algumas das razões para isso. Coucy estava entre os primeiros designados para o exército, ao qual se juntou com uma comitiva de três outros cavaleiros de pendão e caldeira, dez cavaleiros menores, 37 escudeiros e dez arqueiros.²⁰ Seu primo Raul, bastardo de Coucy, filho de seu tio Aubert, era o segundo no comando, embora relacionado como escudeiro. Numa atmosfera carregada, foram necessários seis meses para reunir uma força adequada e bem treinada, e só em novembro a marcha foi iniciada. Muitos foram contra a partida na iminência do inverno, mas a preocupação de antecipar-se aos ingleses levou avante a empresa, apesar da chuva e do frio intenso.

O efetivo do exército, descrito de maneira bastante variável com números até cinqüenta mil homens, era provavelmente de cerca de 12 mil — bastante grande para exigir que os soldados a pé, como quase sempre se fazia necessário, derrubassem sebes e árvores para alargar a linha de marcha.

O rei, então com 14 anos, acompanhou o exército junto com seus tios Borgonha, Bourbon e Berry, e os mais destacados senhores da França: Clisson, Sancerre, Coucy, almirante de Vienne, os condes de la Marche, d'Eu, Blois, Harcourt e muitos senhores e escudeiros notáveis. A *Oriflamme* escarlate, reservada para as ocasiões de guerra contra o infiel, foi levada pela primeira vez desde Poitiers, para enfatizar o caráter de guerra santa — um tanto prejudicado pelo fato de que, se o inimigo era urbanista, também o era o aliado do rei, Luís de Flandres. Impopular, de qualquer modo, devido aos seus entendimentos com os ingleses, Luís foi tratado com frieza durante toda a campanha.

Havia hostilidade à retaguarda do exército. As cidades e a população da França,

simpáticas a Gand, negaram abastecimentos, ou prejudicaram sua entrega, e continuaram a resistir ao pagamento de contribuições para a guerra. O duque de Borgonha, se não o próprio rei, era denunciado em voz alta. Em Paris, os *maillotins* juraram, sobre seus macetes, resistir em bloco aos coletores de impostos. Começaram a forjar elmos e armas à noite, e conspiraram para tomar o Louvre e os grandes *hôtels* de Paris, para que não pudessem ser usados como fortalezas contra eles. Foram contidos, porém, pelos conselhos de Nicolau de Flament, comerciante de tecidos ligado a Etienne Marcel na morte dos dois marechais, em 1358. Ele recomendou que esperassem para ver se os homens de Gand venceriam, e então chegaria o momento adequado. Ao mesmo tempo, os plebeus se sublevaram em Orléans, Blois, Châlons, Reims e Ruão, manifestando tais sentimentos que mostravam ter “o Diabo entrado em suas cabeças para promover a morte de todos os nobres”.

Ao chegar ao rio Lays, na fronteira de Flandres, o exército real encontrou a ponte para Comines destruída pelo inimigo e todos os barcos retirados. As margens do rio eram pantanosas e lamacentas; novecentos flamengos esperavam do outro lado, sob o comando do segundo homem de Artevelde, Peter van den Bossche, prontos com as achas-d’armas na mão. Coucy tinha aconselhado uma travessia mais para leste, em Tournai, a fim de estabelecer contato com abastecimentos de Hainaut, mas Clisson insistiu numa rota mais direta e ficou muito aborrecido, reconhecendo que deveria ter aceito o conselho de Coucy.

Enquanto soldados eram enviados à procura de madeira e estacas para consertar a ponte, um grupo de cavaleiros foi levado a três botes afundados, que foram retirados e atados com cordas a ambas as margens, num lugar escondido dos flamengos. Com isso, aos grupos de nove de cada vez, uma força aventureira de cavaleiros e escudeiros foi levada para o outro lado do rio enquanto a força principal desviava a atenção dos flamengos com os projéteis das bestas e “bombardas”, ou pequenos canhões portáteis. Temendo ser descobertos, mas ainda assim dispostos “a ganhar fama como guerreiros valentes”, os aventureiros, com o marechal Sancerre, continuaram a atravessar, até que quatrocentos deles estavam do outro lado. Nenhum pajem teve permissão de acompanhá-los.

Dispostos a tomar Comines imediatamente, eles afivelaram as armaduras, levantaram os estandartes e avançaram em formação de combate, para grande ansiedade do condestável que os observava, e cujo “sangue começou a tremer de medo por eles”. “Ah, por santo Ivo, por são Jorge, por Nossa Senhora, o que vejo ali? Ah, Rohan! Ah, Beaumanoir! Ah, Rochefort, Malestroit, Laval”, exclamou Clisson, mencionando cada estandarte, à medida que os ia reconhecendo. “O que vejo? Vejo a flor de nosso exército em inferioridade numérica! Preferia morrer a testemunhar isso. [...] Para que sou condestável de França se sem meu consentimento empreendeis tal aventura? Se perderdes, a culpa será minha, e dirão que vos mandei.” Anunciou que todos que o desejassem podiam agora juntar-se à força do outro lado do rio e deu ordens frenéticas para que o conserto da ponte fosse apressado. Com a noite caindo, os flamengos receberam ordens de seu líder para não atacar, e os franceses, pela mesma razão, pararam. Desabrigados no vento frio, com os

pés na lama e a chuva correndo pelos elmos, permaneceram vestidos de armaduras durante toda a noite, mantendo-se alerta contra um ataque.

Ao amanhecer, ambos os lados avançaram, os franceses bradando os gritos de guerra de muitos senhores que não estavam presentes, para dar a impressão de ser mais numerosos. Mais uma vez Clisson sofreu uma terrível agonia de ansiedade, lamentando sua incapacidade de atravessar o rio com todo o seu exército. Quando o choque ocorreu, as longas lanças francesas, com pontas de aço de Bordéus, tiveram maior alcance do que as armas flamengas, penetraram suas finas cotas de malha e predominaram. Peter van den Bossche foi derrubado, ferido na cabeça e no ombro, mas foi levado para lugar seguro. Enquanto os flamengos lutavam com desespero e os sinos da aldeia tocavam pedindo auxílio, os franceses acabaram de consertar a ponte. As forças de Clisson passaram ruidosas por ela, bateram os defensores e concluíram a tomada de Comines. Os flamengos foram caçados e mortos nas ruas e campos, em moinhos e mosteiros onde procuraram refúgio, e pelas cidades vizinhas. Imediatamente os saqueadores devastaram a região e encontraram um rico butim, pois, confiantes no Lys, os flamengos não tinham retirado seus bens ou seu gado para as cidades muradas.

Com a entrada do rei em Comines, a alta burguesia de Ypres e cidade vizinhas derrubou os governadores de Artevelde e mandou representantes aos franceses, com os termos de rendição. De joelhos perante Carlos VI, 12 ricos notáveis de Ypres ofereceram-lhe a cidade em caráter permanente, em troca da ocupação pacífica. O rei houve por bem aceitar um preço de 40 mil francos, que foi pago de imediato. Malines, Cassel, Dunquerque e nove outras cidades se seguiram, com novo pagamento de 60 mil francos. Embora os termos de rendição supostamente isentassem as cidades do saque, era impossível conter os bretões. Em lugar de carregar uma grande carga de peles, tecidos e vasilhas, eles venderam o butim barato ao povo de Lille e Tournai, "ficando apenas com prata e ouro". Os negócios, como os chacais, acompanhavam os calcanhares da guerra.

Em Gand, cerca de 70km ao norte, Filipe van Artevelde convocou todos os homens capazes de portar armas, assegurando-lhes que derrotariam o rei francês e conquistariam a soberania independente para Flandres. Durante meses seus enviados vinham pressionando a Inglaterra, e, embora um arauto tivesse chegado com as condições de um tratado, não se seguiram navios cheios de soldados. Mesmo assim, ele tinha outro aliado: o inverno estava chegando. Se tivesse fortificado sua posição e permanecido na defensiva, poderia ter deixado ao inverno e à privação o trabalho de derrotar os invasores. Mas a ameaça de um levante interno pelos partidários de Coucy, que poderiam entregar Bruges aos franceses, obrigou Artevelde à ação, embora ainda mantivesse os principais cidadãos de Bruges como reféns. Talvez não tivesse sido levado pelo medo, mas pelo excesso de confiança; talvez tivesse apenas cometido um erro de cálculo.

Armados com maçãs e cajados com pontas de ferro, com facões na cintura e protetores de ferro na cabeça, uma força formidável de "quarenta mil" ou "cinquenta mil" flamengos (na realidade, provavelmente menos de vinte mil) foi reuni-

da, liderada por nove mil habitantes de Gand, nos quais Filipe confiava mais. Levando as bandeiras das cidades e dos ofícios, eles marcharam para o Sul, a fim de enfrentar os inimigos. Informados de sua aproximação pelos batedores, os franceses tomaram posição entre o morro e a cidade de Roosebeke, a poucos quilômetros de Passchendale, onde a história tinha reservado outra mortandade para 1916. Como urbanista, Luís de Male foi forçado pelos franceses a retirar sua divisão da ordem de batalha, para que não tivessem que lutar ao lado de um herege e cismático. O exército do rei esperou com impaciência pelo choque, em meio à chuva e ao frio, "pois estavam muito desconfortáveis expostos àquele tempo."

No conselho de guerra final, à véspera do combate, foi tomada uma decisão extraordinária: Clisson deveria deixar o cargo durante aquele dia, para estar perto da pessoa do rei, e ser substituído como condestável por Coucy.²¹ Muito agitado, e alegando que seria considerado um covarde pelo exército, Clisson implorou ao rei que reconsiderasse a decisão. O desnorteado menino, depois de um longo silêncio, consentiu, "pois sois capaz de ver melhor nessa questão do que eu, ou do que as pessoas que sugeriram isso".

O que está por trás da proposta não é dito nas crônicas, e a única indicação é o ataque de ansiedade de Clisson à margem do Lys. Num homem que podia cortar 15 cabeças sem piscar, isso refletia uma tensão excepcional, e deve ter convencido seus colegas, igualmente tensos, a se voltarem para Coucy e ao expediente extremo de mudar de condestável no meio do caminho. Numa luta com outros cavaleiros, ganhar ou perder não modificava nada de fundamental, mas naquela batalha os nobres sentiam que a sua própria ordem corria perigo. Esse sentimento é refletido por Froissart nas muitas variantes de sua afirmação, segundo a qual se o rei francês e a "cavalaria nobre" tivessem encontrado a derrota em Flandres, todos os nobres estariam "mortos e perdidos na França" e "plebeus se teriam rebelado nos diversos países para destruir toda a nobreza".

Às vésperas da batalha, Artevelde passou a preferir a defensiva e aconselhou que permanecessem onde estavam, à espera do inimigo. Tinha a vantagem do terreno, pois ocupava uma boa posição no morro e acreditava que os franceses, em sua impaciência e desconforto, se tornariam imprudentes ou descuidados, ou mesmo recuariam. Sua opinião foi derrotada por homens que ainda se orgulhavam da vitória anterior contra o conde, em Bruges, e estavam ansiosos pela batalha. Aceitando a decisão, Artevelde ordenou ao exército que não desse quartel e não fizesse prisioneiros, exceto o rei, "pois é apenas uma criança que faz o que o mandam. Nós o levaremos a Gand e lhe ensinaremos a falar o flamengo". Quanto à tática, recomendou que os homens se mantivessem sempre em fileiras cerradas "para que ninguém pudesse rompê-las", e, para reforçar a unidade, segurassem as armas de braços dados. Deveriam confundir o inimigo com o fogo pesado das bestas e bombardas, que tinham usado em Bruges, e depois, avançando ombro a ombro, superar a linha francesa pelo simples peso e solidez de suas fileiras.

Na tensão da noite anterior ao combate, os guardas informaram ter ouvido gritos e tinir de armas no campo francês, como se o inimigo estivesse preparando um

ataque noturno. Outros acharam que eram “os demônios do inferno correndo e dançando no lugar onde a batalha seria travada, devido à grande presa que esperavam ali”.

Na manhã de 29 de novembro de 1382, as duas facções hostis da sociedade marcharam uma contra a outra, em meio a uma névoa “tão espessa que parecia noite”. Com os cavalos na retaguarda, os franceses avançaram a pé e, contra o costume, em silêncio, sem gritos de combate, todos os olhos na escura massa à frente. Descendo o morro em fileiras cerradas e com os cajados levantados, os flamengos pareciam uma floresta em movimento. Começaram com um fogo maciço das bestas e bombardas, depois atacaram com os cajados abaixados e a força de “javalis enfurecidos”. O plano francês previa que o batalhão do rei, sob comando do condestável, sustentasse o centro, enquanto duas alas mais fortes — das quais uma comandada por Bourbon e Coucy — fechassem sobre o inimigo dos dois lados. Sob a força do ataque flamengo, o centro francês cedeu, e na agitação o batalhão Bourbon-Coucy viu-se bloqueado.

“Veja, bom primo”, exclamou Bourbon (como conta o seu biógrafo contemporâneo), “só podemos avançar para atacar nossos inimigos através das fileiras do condestável”.

“O senhor diz a verdade”, respondeu Coucy, a quem se atribuiu a improvisação imediata de um plano. “E parece-me que, se avançássemos como uma ala do batalhão do rei para ocupar o morro, teríamos boa vantagem, queira Deus.”

“Primo, é uma boa idéia”, concordou Bourbon, e assim, como conta a história militar do século XIV, subiram o morro e colheram o inimigo pela retaguarda com terríveis golpes de lanças, achas e espadas, “e todos os que viram o *sire* de Coucy romper as fileiras e golpear os flamengos, cortando e matando, recordar-se-ão para sempre de um cavaleiro valente”.²² No alívio proporcionado por esse ataque, o batalhão do condestável recobrou-se e voltou, juntamente com a outra ala, à luta. Pesadas achas e maçãs cortavam os elmos flamengos com um barulho “tão grande como se todos os armeiros de Paris e Bruxelas estivessem trabalhando juntos”. Ainda mais comprimidos pelos franceses, os flamengos ficaram tão apertados uns contra os outros que suas fileiras internas não puderam erguer os braços ou as armas; até mesmo respirar tornou-se difícil — não podiam golpear, nem fugir.

Enquanto as lanças e achas francesas penetravam e derrubavam a massa sólida de corpos, muitos dos quais sem elmo ou couraça, os mortos amontoavam-se em pilhas. Os soldados franceses a pé, penetrando entre os guerreiros, matavam com suas facas os que tinham caído, “sem nenhuma piedade, como se fossem cães”. Sob o ataque da ala Bourbon-Coucy, a retaguarda flamenga voltou-se e fugiu, jogando fora as armas enquanto corria. Filipe van Artevelde, lutando nas primeiras filas, tentou realinhá-los, mas de sua posição não podia exercer um comando efetivo. Faltava-lhe a segurança do Príncipe Negro em Poitiers, para controlar a batalha do alto de um morro. Empurrado para trás pela massa em fuga, foi pisado e morto pelos seus próprios soldados, bem como seu porta-bandeira, uma mulher conhecida por Grande Margot.

Bourbon e Coucy, montando seus cavalos, levaram o batalhão em perseguição aos fugitivos, e em luta feroz bateram três mil flamengos em um bosque onde se tinham reunido para a defesa final. O desmoronamento foi total. Enquanto seu batalhão perseguia e matava até Courtrai, Coucy e Bourbon voltaram para Roosebeke, onde o rei "os recebeu com alegria e louvou Deus pela vitória que, através dos seus esforços, Ele tinha proporcionado". A batalha foi concluída em duas horas. Muitos corpos flamengos foram encontrados sem ferimentos, esmagados pela pressão dos companheiros, mas tantos milhares foram mortos pelas armas francesas que "o chão ficou inundado de sangue". O número de "heréticos" mortos foi relatado de maneira fantasiosa, mas houve concordância geral de que poucos sobreviveram no exército flamengo. Servindo apenas para "presa de cães e corvos", os corpos foram deixados sem sepultura, de modo que durante vários dias o mau cheiro do campo de batalha era insuportável.

Ao tirar a armadura em seu pavilhão escarlate, o rei manifestou o desejo de ver Artevelde, vivo ou morto. Por uma recompensa de 100 francos, soldados procuraram o corpo, que foi levado à presença dos vencedores, e contemplado por algum tempo em silêncio. O rei deu-lhe um pontapé, "chamando-o de vilão". Depois foi levado e "pendurado numa árvore". A imagem de Artevelde foi posteriormente usada como motivo de uma tapeçaria que retratava a batalha, encomendada pelo duque de Borgonha e usada no chão porque ele gostava de pisar os plebeus que tinham tentado derrubar a ordem estabelecida.

O saque de Courtrai foi impiedoso, como vingança pela derrota na batalha das esporas, oitenta anos antes. Os cidadãos esconderam-se em vão nos porões e igrejas, para escapar aos soldados: foram arrastados para as ruas e mortos. De joelhos, Luís de Male implorou misericórdia para a cidade, mas não foi atendido. Todas as casas foram saqueadas e até mesmo os nobres da cidade, e seus filhos, levados para resgate. O duque de Borgonha, bom Valois atento para o que havia de melhor, desmontou o relógio da catedral, o de maior qualidade em Flandres, e o levou de carro de boi para Dijon (onde ainda está). Quando o rei partiu, Courtrai foi incendiada por ordem sua, "para que se soubesse para todo o sempre que o rei francês ali estivera". Clisson, que voltara à sua ferocidade normal, teria influenciado nessa ordem.

A totalidade da vitória teve uma exceção importante. Gand, o principal objetivo, nunca foi tomada. Às primeiras notícias da derrota de seu exército, o povo ficou surpreso e desesperado, de modo que, se os franceses tivessem chegado a suas portas nos dias que se seguiram à batalha, "eles teriam deixado que entrassem sem resistência". Mas a guerra medieval tinha a tendência de ficar aquém do objetivo político. Cansados do frio e da chuva, ocupados com o lucro e a vingança logo depois do resultado em Roosebeke, e achando que Gand se renderia sem luta, os franceses não avançaram para o Norte.

Peter van den Bossche, apesar de seus ferimentos, fez-se levar para Gand e voltou a animar a cidade, insistindo em que a guerra não tinha terminado, que os franceses não atacariam no inverno e que com homens novos numa estação nova "con-

seguiremos mais do que antes”, mesmo sem a ajuda inglesa. Os ingleses, tão logo souberam da derrota flamenga, suspenderam as negociações e não ficaram “muito descontentes” com o resultado. Se tivesse sido outro, temiam que o “grande orgulho dos plebeus” viesse a estimular um novo levante na própria Inglaterra.

Posteriormente, quando os franceses tentaram entendimentos, Gand, “dura e orgulhosa” como se tivesse conquistado a vitória, recusou-se de modo absoluto a ceder ao conde de Flandres, mas apenas à suzerania direta do rei da França. O conde e mais especialmente Filipe de Borgonha, herdeiro legal, rejeitaram tal proposição. Àquela altura, em fins de dezembro, era tarde demais para começar um sítio. Tendo restabelecido a autoridade no resto de Flandres, embora não conseguissem convertê-la ao papa Clemente, os franceses estavam dispostos a voltar para sua terra. Tinham questões a solucionar com Paris.

Na primeira semana de janeiro de 1383, o exército real deteve-se fora de Paris e mandou chamar o preboste e os magistrados, para certificar-se da submissão da capital. Com forças armadas à mão, e fortalecida pela vitória em Roosebeke, a coroa tinha maior autoridade do que no ano anterior, e estava preparada para usá-la. Companhias bretãs e normandas foram dispostas em semicírculo em volta de Paris, impacientes ante as perspectivas de saque. Uma enorme tropa de parisienses, numa desesperada exibição de força há muito preparada, saiu da cidade armada de bestas, escudos e macetes e tomou posição de batalha além de Montmartre. A coroa mandou uma delegação, que incluía o condestável e Coucy, para avaliar a força do povo e perguntar por que se colocavam assim tão combativamente. Os plebeus responderam que desejavam mostrar sua força ao rei, que, sendo muito jovem, nunca a vira. Receberam ordens estritas de voltar e depor as armas, se desejavam que o rei entrasse em Paris. Pouco dispostos desde o resultado de Roosebeke, seu ânimo não correspondia à sua exibição: voltaram sem resistência. Não obstante, o exército real foi notificado para aparecer em estado de guerra, e não de paz — isto é, com armadura —, para entrar em Paris.

Coucy e o marechal Sancerre foram mandados para abrir a cidade, derrubando as sólidas portas e retirando as correntes das ruas. Os portões foram lançados por terra para que o rei pudesse passar por cima deles — “para pisar, o orgulho da cidade”, como o monge de St. Denis reconheceu com tristeza. O medo e a raiva cresceram entre os cidadãos, que colocaram guardas à noite e disseram: “Ainda não haverá paz. O rei destruiu e saqueou a terra de Flandres e fará o mesmo em Paris.” Para evitar agitações, arautos proclamaram ao povo que não haveria saques nem outros males. No dia da entrada, os burgueses, representados pelo chefe da corporação dos comerciantes, os magistrados e quinhentos notáveis, apresentaram-se em roupas de festa no pedido ritual de perdão. Ao se ajoelharem, viram o rei e seus nobres, entre os quais Coucy, ladeados por guerreiros de lanças em riste, passarem pelos portões arrancados e entrar na cidade.

Soldados foram logo colocados em todas as pontes e praças onde o povo estava habituado a reunir-se. As casas onde os soldados se alojavam tinham de ficar com as portas abertas. Todos os que possuíam armas deveriam levá-las num saco para o Louvre, de onde seriam transportadas para Vincennes.

As prisões começaram imediatamente, com especial atenção para os notáveis burgueses, nos quais a coroa via os verdadeiros adversários. Jean de Marès e Nicolas de Flament estavam entre os trezentos cidadãos importantes detidos. Dois ricos comerciantes, um de tecidos, e o outro, ourives, foram executados logo de início, e mais 13 dentro de uma semana. Nicolas de Flament, poupado em 1358, foi decapitado. Todos os burgueses que tinham servido na milícia da cidade durante a revolta foram convocados, um a um, perante o conselho, para ser condenados a pesadas multas. Livre para vingar-se, o governo do rei continuou a condenar, multar e executar durante as seis semanas seguintes. “Cortaram cabeças”, registrou o *ménagier* de Paris, “três e quatro de uma só vez”, até um total de mais de cem, fora os executados em outras cidades rebeldes.

O selo da conquista foi o restabelecimento do imposto sobre vendas, de 12 pennies por libra, sobre todas as mercadorias, mais um extra sobre o vinho e o sal — o mesmo imposto que provocara a revolta dos *maillotins* e que os parisienses vinham se recusando a pagar havia um ano. Uma semana depois, perante uma assembléia geral da classe governante da cidade, a ordenação do rei foi lida, revogando os privilégios e franquias de Paris. Os orgulhosos direitos de autogoverno e as liberdades asseguradas em carta, conquistados com dificuldade pela cidade durante toda a Alta Idade Média, estavam sendo revogados e absorvidos por um governo central. Em Paris, os cargos de chefe da corporação dos comerciantes e dos magistrados foram suprimidos, e suas jurisdições assumidas pela coroa. Os principais ofícios foram privados de autonomia, como em Ruão, e sujeitos, a partir daí, a supervisores nomeados pelo preboste de Paris. Os esquadrões de polícia, antes mantidos pelo chefe da corporação dos comerciantes, foram abolidos, ficando a defesa da cidade nas mãos do rei. As reuniões das *confréries*, como possíveis fomentadoras de agitação, e todas as assembléias públicas, exceto o comparecimento à igreja, foram proibidas. Os participantes de reuniões ilegais seriam tratados como “rebeldes e desobedientes”, sujeitos à pena de morte e confisco de propriedades.

Seguiu-se o julgamento de Jean de Marès. Ele não tinha deixado Paris, como outros notáveis, lembrou o monge de St. Denis, mas durante mais de um ano contivera e moderara a fúria do povo, lutando para mediar as questões entre a corte e a cidade. Por isso, foi vítima do ódio dos duques. Uma série de informantes foi apresentada para confirmar a acusação de que ele tinha aconselhado os rebeldes a pegar em armas. Foi considerado culpado, condenado à morte, despido da roupa e capuz, e levado numa carroça junto com outros 12 para o local de execução, em Les Halles. Colocado acima dos outros na carroça, “para ser visto por todos”, ele gritava para a multidão que se reuniu nas ruas: “Onde estão os que me condenaram? Que se apresentem para justificar minha condenação, se puderem.” O povo teve pena dele, mas ninguém ousava falar.

Quando o carrasco lhe disse que implorasse misericórdia ao rei, que poderia perdoá-lo de seus crimes, Marès respondeu que não tinha do que pedir perdão, “mas só de Deus pedirei misericórdia e implorarei humildemente que perdoe meus pecados”. Depois de despedir-se do povo, que estava em lágrimas, ele caminhou para a morte.

Não se dando ainda por satisfeita, a coroa convocou uma assembléia no pátio da Távola de Mármore, a 1.º de março, aniversário da revolta dos *maillotins*. Uma pessoa de cada casa de Paris foi obrigada a comparecer, de cabeça descoberta. Carlos VI, assistido pelos tios e pelo Conselho, sentou-se num palanque, e Pierre d'Orgement como chanceler leu, em nome do rei, uma dura acusação de todos os crimes cometidos pelo povo de Paris desde a morte de Carlos V. Depois de falar das execuções, ele gritou, numa voz terrível: “Não acabou!” O povo conhecia o seu papel. Gemidos de medo soaram na multidão. Com as roupas e os cabelos em desordem, as mulheres dos presos estenderam os braços para o rei implorando misericórdia em lágrimas. Os orgulhosos tios e o irmão mais novo do rei, Luís, ajoelharam-se para pedir castigos civis e não criminais — civis, significando multas. Orgement anunciou que o rei, obedecendo à sua bondade natural e aos pedidos de seus parentes, consentia num perdão geral, revogável se os parisienses voltassem ao seu comportamento indigno. Os condenados seriam libertados das prisões e isentos da pena de morte, mas não do pagamento de multas. Alguns homens de muitas propriedades foram multados em importâncias iguais a tudo o que tinham em dinheiro, casas e terras, ficando arruinados.

Medidas punitivas semelhantes foram tomadas em Amiens, cuja antiga carta foi revogada, em Laon, Beauvais, Orléans e outras cidades. As imensas somas recolhidas em multas elevaram-se a 400 mil francos em Paris, e um número comparável nas províncias. Grande parte desse dinheiro enriqueceu os tios, pagou o condestável e outros funcionários reais que não tinham recebido salários nos dois últimos anos, e foi usado para reembolsar os nobres, inclusive Coucy, pelas despesas da campanha de Flandres. Coucy recebeu 13.200 francos e a promessa de um terço das contribuições arrecadadas em seu domínio para cobrir as despesas de fortificação de suas cidades e castelos.

Estranhamente, tendo em vista seu papel na remoção dos portões da cidade, Coucy preservou uma imagem favorável em Paris. Registrou-se uma frase entre o povo, segundo a qual “o *sire* de Coucy não tinha medo de contrariar o rei e dizer-lhe que, se ele destruísse o seu próprio país, ficaria reduzido ao uso da pá de trabalhador”.² A profecia que retratava o rei fazendo o trabalho de um camponês conquistou a imaginação popular e teria uma vida longa e curiosa.

A autoridade dos leões foi plenamente restabelecida. Paris não voltou a ter um chefe da corporação dos comerciantes durante trinta anos. Ruão nunca recuperou as liberdades desfrutadas antes da *Herelle*. A revolta só conquistou poder momen-

tâneo nos lugares em que não havia forças da ordem pública organizadas e prontas. O Estado não tinha meios de enfrentar a revolução, embora, em contraste, o papel da repressão fosse tão formalizado quanto um rito cerimonial.

Exceto em Gand, a rebelião não pôde predominar porque também ela não tinha um papel preparado e suas fileiras estavam divididas. Os pobres constituíam a força explosiva, mas tornaram-se agentes da classe comerciante, cujos interesses não eram os seus. As próprias cidades fracassaram em seu objetivo porque eram inimigas entre si. Gand manteve sua luta por mais dois anos até que, com a morte de Luís de Male, suas liberdades foram restabelecidas pelo duque de Borgonha, para consolidar sua herança. Em outros lugares, as liberdades comunais e a autonomia foram perdidas ou reduzidas. O processo posto em prática quando da revolta de Etienne Marcel continuou: à medida que as cidades perdiam, a monarquia ganhava, enquanto a coroa, devido ao apoio financeiro, transformava cada vez mais a nobreza em sua aliada.

Depois da tempestade, a classe menos privilegiada foi considerada como mais perigosa, mais suspeita. Foi reconhecida como uma seção dinâmica, e não passiva, da sociedade, vista com medo por alguns e com simpatia por outros. "Portanto, os inocentes têm de morrer de fome em meio àquilo com que esses grandes lobos enchem diariamente suas barrigas", escreveu Deschamps. "Este cereal, este milho, o que é, senão o sangue e os ossos dos pobres que trabalharam a terra? Assim, seu espírito clama a Deus por vingança. Maldição aos senhores, aos conselheiros e a todos os que nos dirigem assim, e maldição a todos os que são de seu partido, pois nenhum homem se preocupa agora com outra coisa, senão em encher os seus bolsos."²⁴

A onda de insurreições passou, provocando poucas mudanças na situação da classe trabalhadora. A inércia pesa, na balança da história, mais do que a mudança. Quatrocentos anos teriam de transcorrer antes que os descendentes do *maillotins* tomassem a Bastilha.

A atração pela Itália

A POSSIBILIDADE DE ESTABELECEER uma ponta-de-lança na Itália seduzia os franceses tanto quanto a idéia de montar uma base na França atraía os ingleses. Desde que o duque d'Anjou atravessou os Alpes em 1382, a pretensão angevina ao reino de Nápoles levou a França para o sul, criando um hábito de intervenção que persistiria, com intermitência, durante quinhentos anos. O padrão deste tipo de intervenção estabeleceu-se desde o início, quando a expedição de d'Anjou encontrou o desastre quase que imediatamente e solicitou repetidas vezes, durante todo o ano de 1383, reforços comandados pelo *sire* de Coucy.

Os angevinos tinham governado o reino de Nápoles e Sicília desde que Carlos d'Anjou, irmão mais novo de São Luís, foi colocado no trono sob a influência do papa, em 1266. A Sicília foi absorvida por Aragão no final do século, mas a dinastia angevina conservou a parte continental, que cobria toda a metade inferior da Itália ao sul de Roma, o maior domínio da península.* Região de comércio e cultura florescentes, desfrutou do civilizado reinado de Roberto, o "novo Salomão", cuja aprovação literária era buscada por Petrarca. A ele seguiu-se Boccaccio, que preferia viver na "feliz, pacífica, generosa e magnífica Nápoles com seu monarca" do que em sua nativa Florença republicana, "devorada por numerosas preocupações".¹ Roberto construiu seu palácio, Castel Nuovo, à beira-mar, de frente para a incomparável baía de Nápoles, onde navios de Gênova, Espanha e Provença iam comerciar. Nobres e negociantes fizeram também construir seus palácios no local, levando artistas toscanos para enchê-los de afrescos e esculturas. Sob leis justas e uma moeda estável, com segurança nas estradas, hospedarias para os comerciantes em viagem, festividades, torneios, música e poesia, o reinado de Roberto, que

*O nome Sicília permaneceu ligado ao do reino de Nápoles, provocando uma confusão que devemos ter sempre presente.

terminou em 1343, foi, segundo se disse, "parecido com o paraíso". Os cidadãos podiam viajar desarmados pela Calábria e Apúlia, "apenas com um porrete para defender-se dos cães".

A desgraça do século XIV baixou depois da morte do bom rei. O talento de Roberto não se estendeu à neta e sucessora, Joana, cujas quatro tentativas faticosas de assegurar a sucessão feminina pelo casamento provocaram agitações que chegaram ao ponto máximo durante o cisma. O conflito de papas fez de Nápoles um campo de batalha. Quando Joana escolheu Clemente e, por instigação deste, fez de d'Anjou seu herdeiro, o furioso Urbano declarou-a deposta como herege e cismática, e coroou outro descendente angevino, Carlos, duque de Durazzo, como legítimo rei de Nápoles. Elevado de um obscuro principado albaniano a um grande reino mediterrâneo, esse príncipe ocupou o trono como Carlos II.

Baixo, louro e, ao que se dizia, parecido com Roberto na coragem e no amor ao conhecimento, Carlos de Durazzo não deixou que a sua natureza bondosa interferisse na luta contra Joana. Em dois meses, derrotou suas forças, instalou-se no Castel Nuovo e aprisionou a rainha, na esperança de obrigá-la a nomeá-lo seu herdeiro e, com isso, legitimar a conquista. Revestir-se de uma aparência de legitimidade é o primeiro objetivo de todos os golpes. Quando Joana recusou-se a reconhecê-lo e d'Anjou entrou na Itália para ajudá-la, Carlos não hesitou: mandou estrangulá-la na prisão e expôs seu corpo na catedral durante seis dias, antes de enterrá-la, para que não houvesse dúvidas de que estava morta.

D'Anjou passou por Avignon, onde também ele foi coroado rei de Nápoles, Sicília e Jerusalém, inclusive Provença, pelo papa Clemente, enquanto seu rival, Carlos de Durazzo, era simultaneamente excomungado. Apesar de suas artes persuasivas, d'Anjou não conseguira, durante as insurreições na França, levantar recursos suficientes para levá-lo até Nápoles e tentara em vão convencer o Conselho Real a financiar sua empresa como uma guerra nacional. Agora, como soberano da Provença, cunhou grande quantidade de moedas e enriqueceu seus soldados, dando-lhes liberdade de saquear seus novos súditos, sob o pretexto de castigá-los pela recente rebeldia. Recebeu dinheiro e forças adicionais do papa Clemente e teve a colaboração de um nobre enérgico, Amadeu, o Conde Verde de Savóia, que contribuiu com mil lanças ao custo, para Anjou, de 20 mil ducados por mês.

Abastecido e comandando um exército de 15 mil soldados carregados de butim,³ d'Anjou dirigiu-se à Lombardia seguido de trezentas mulas de carga e uma quantidade não especificada de carroças de bagagem. O equipamento do Conde Verde incluía uma enorme tenda verde ornamentada com 12 escudos com as armas de Savóia em vermelho e branco; um manto de seda cor de esmeralda bordado com o emblema vermelho e branco; 12 conjuntos de arreios, todos em verde, e quatro outros ornamentados com "laços de fita húngaros" para seus acompanhantes imediatos; e sapatos, capuzes e túnicas verdes para seus pajens. Quando, antes de sua partida, alguns de seus barões levantaram objeções à empresa por vários motivos, ele silenciou-os, dizendo, com infeliz clarividência: "Cumprirei o que prometi, mesmo que isso signifique a minha morte." Muitos senhores notáveis alistaram-se

sob a sua bandeira, “pelo amor às proezas e à generosidade que admiravam nele”.

Em Milão, a riqueza dos Viscontis propiciou grande parte dos fundos de d'Anjou, como já tinha acontecido no caso do resgate de seu pai, em troca do mesmo tipo de recompensa. O filho de d'Anjou, de sete anos, Luís, foi oferecido como noivo da filha de Bernabò, Lúcia. Pela possibilidade de ter uma filha rainha de Nápoles, Bernabò pagou 50 mil florins — cerca do equivalente da renda anual de aproximadamente cem famílias burguesas — *mais uma soma adicional de Gian Galeazzo. D'Anjou estava usando todos os meios para levantar recursos adequados à ostentação de um rei a caminho do seu reino.

Com elmos emplumados e pompa suntuosa, carregado de presentes e honras, ele, Amadeu e seus cavaleiros deixaram Milão, seguidos por um número tão grande de homens e carroças que “pareciam um exército de Xerxes”. Dirigiram-se para leste, pela difícil estrada até a costa do Adriático, porque Florença, que se opunha tanto a d'Anjou como a Durazzo, não aceitou o constrangimento — e a pilhagem — de sua passagem, tendo recrutado seis mil homens para fechar a estrada da Toscana. De acordo com o monge de St. Denis — que, como seu colega monge Walsingham, tinha uma opinião contrária dos duques saqueadores —, d'Anjou e seus nobres se vangloriavam de que, com eles, os lírios da França difundiriam longe “o doce perfume da glória”. Enquanto avançavam, comemoravam sua empresa em canções, versos e “contos fabulosos” da bravura francesa.

Embora d'Anjou tivesse proclamado sua intenção de “defender a sorte da Igreja pela força da cavalaria” — isto é, pela força das armas —, não conseguiu exercer tal força contra Urbano. Deixando a costa em Ancona para atravessar os Apeninos em princípios de setembro, ele desprezou a estrada de Roma, embora um esforço ousado pudesse ter tomado a cidade, naquele momento. Agentes tinham informado que a Companhia Branca, de Hawkwood, prometida a Urbano para sua defesa, estava retida em Florença para proteger a cidade. Em lugar de tomar a estrada de Roma, e contrariando o conselho de Amadeu de Savóia, d'Anjou preferiu a estrada mais ao sul para Nápoles, e enquanto o exército passava por desfiladeiros e gargantas, entre picos “que tocavam o céu”, foi colhido por uma calamidade. Bandidos das montanhas, influenciados por Nápoles, atacaram o trem de bagagens e a retaguarda que escoltava o tesouro, e em consequência d'Anjou chegou a Caserta, a um dia de marcha de Nápoles, muito mais pobre do que tinha partido. O reconhecimento prévio do terreno não fazia parte da técnica medieval de guerra, por não ser parte dos torneios. A luta em si era tudo.

Aquela altura, já estavam em novembro. Ao entrar em território napolitano, d'Anjou parou por uma semana em Áquila, para participar de solenidades de boas-vindas oferecidas pelos partidários de sua causa. A demora do avanço deu

* Em 1388, Giovanni de Musi, de Piacenza, declarou que uma família de nove pessoas com dois cavalos precisava de uma renda mínima de 300 florins por ano.³ Em 1415, um cidadão italiano rico gastou 574 florins nas comemorações do seu casamento. Um artesão bem pago ganhava, mais ou menos na mesma época, cerca de 18 florins por ano.

tempo para que Hawkwood, liberado por Florença, fosse em socorro de seu adversário. Tendo de tomar uma decisão rápida, d'Anjou fez o desafio tradicional a Durazzo, exigindo que marcasse o momento e o local da batalha. Carlos III mostrou-se esquivo. Fortificado em Castel Nuovo, contava desgastar d'Anjou e esgotar seus recursos até ser possível vencê-lo com facilidade, e recuperar qualquer território que tivesse tomado. Dizendo-se muito satisfeito em aceitar o desafio de d'Anjou, Carlos manteve-o em movimento, obrigando-o às despesas e ao cansaço de marchas em busca de um combate que fugia a qualquer aproximação.

Pelo Natal, como suas preocupações aumentassem, d'Anjou fez um testamento e Amadeu, perdendo esperanças de vitória, propôs uma paz negociada. Em troca do abandono da pretensão de d'Anjou a Nápoles, Carlos de Durazzo abriria mão de sua petensão na Provença e lhe daria livre trânsito para o litoral, para voltar à França. Carlos III rejeitou essas condições. Concordou-se então em organizar um combate entre dez campeões de ambos os lados, mas, como acontecia quando estavam em jogo coisas importantes, ele não se concretizou.

Em fevereiro de 1383, uma epidemia colheu o exército nas montanhas que dominam Nápoles, matando grande número de soldados, entre eles Amadeu de Savóia, com 49 anos. A 1.º de março, depois de um ano desolador longe das neves da Savóia, a esplêndida e verde carreira chegava ao fim. Chamado às pressas, d'Anjou verteu impotentes lágrimas junto do leito de morte.

Desorientadas e famintas, as forças angevinas retiraram-se para o calcanhar da Itália. O que ainda restava do tesouro real foi usado para comprar abastecimentos. O ouro e a prata de d'Anjou proporcionaram pouco dinheiro, e até mesmo sua coroa nupcial, que levava para ser usada na coroação, foi vendida. O resplendente lorigão bordado de ouro, usado sobre sua armadura, também foi vendido, e em lugar dele d'Anjou passou a usar um simples tecido com a flor-de-lis pintada em amarelo. Em lugar dos delicados pratos e massas a que estava habituado, comia guisado de lebre e pão de cevada. Com o passar dos meses, os animais de carga mortos de fome não podiam mover-se, e os cavalos de batalha, "em lugar de golpear o chão e rinchar com orgulho, definhavam de cabeças baixas como animais comuns".

Desde que partiu de Paris, d'Anjou bombardeou o Conselho através de cartas e mensageiros, para que cumprisse a promessa de financiar uma campanha suplementar contra Nápoles, sob o comando de Enguerrand de Coucy. Ainda em Avignon, tinha pressionado seu agente em Paris, Pierre Gérard, para que fizesse todos os esforços para interessar Coucy.⁴ Nada lhe deveria ser pago até que ele se compromettesse, por escrito, a associar-se a d'Anjou, mas Gérard recebeu instruções de "proceder sempre o mais delicadamente possível com esse senhor". O papa Clemente apoiou com insistência os pedidos de d'Anjou, falando de ofertas "soberbas" de várias partes da Itália e de possibilidades de grande êxito, expressando sua profunda mágoa à recusa do Conselho Francês de ajudar uma empresa da qual

dependia o vigor da Igreja. Apesar disso, d'Anjou foi deixado em suspenso durante todo o ano de Roosebeke. Só depois de sufocado o movimento em Paris, quando o Tesouro foi reabastecido pelas multas, a coroa se considerou preparada para cumprir a promessa. Já então Amadeu estava morto, e o "exército de Xerxes" amontoava-se, desordenado, em Bari.

Coucy estava pronto e ansioso para ir em auxílio de d'Anjou. Mantinha consultas constantes em Paris com o chanceler do duque, o bispo Jean le Fèvre, a quem indagava repetidas vezes se tinha conseguido uma resposta positiva do rei. Finalmente, em abril de 1385 o Conselho concordou em dar a d'Anjou 190 mil francos, dos quais 80 mil representavam contribuições recolhidas em seus próprios domínios. Exatamente naquele momento a Inglaterra, num último acesso de fome de guerra, lançava mais uma invasão. Todas as energias voltaram-se para enfrentá-la, e por ordem do duque da Borgonha todos os soldados foram proibidos de deixar o reino. A expedição de Coucy frustrou-se. Um exército foi realmente organizado, mas não para a Itália e sim, mais uma vez, para Flandres, onde os ingleses tinham tomado Dunquerque.

Comandado por Henry Despenser, bispo de Norwich, o ataque inglês foi a frutificação dos esforços de Urbano em prol de uma "cruzada" contra a França cismática. Começou em escândalo e terminaria em fiasco.⁵ O dano moral que o método de financiar a "cruzada" causou à obediência ao papa na Inglaterra superou tudo que o papado poderia ter ganho, mesmo com um sucesso na empreitada. Os frades, como agentes do papa, receberam "indulgências maravilhosas" e poderes extras para vender ou, o que era pior, negar a absolvição, "a menos que as pessoas fizessem doações de acordo com sua capacidade, posição e propriedades".⁶ Até mesmo os sacramentos eram, por vezes, negados a paroquianos que se recusavam a fazer uma doação para a cruzada.⁷ Ouro, prata, joias e dinheiro foram recolhidos, em especial segundo Knighton, "de damas e outras mulheres. [...] Assim, o tesouro secreto do reino, que estava nas mãos das mulheres, foi posto para fora". Os protestos intensificaram-se e provocaram um dos últimos opúsculos de Wyclif, "Contra as guerras clericais". Pregadores lóardos denunciaram "esses prelados mundanos [...] principais capitães e promotores das batalhas de Satã para acabar com a vida sadia e a caridade". Devido à falsa natureza das absolvições, diziam eles: "Ninguém pode dizer quantas almas vão para o inferno devido a esses malditos capitães e às jurisdições e censuras dos anticristos."

Norwich não só era dado às atividades marciais, mas também a uma belicosidade ativa. Embora bispo, foi descrito por Walsingham como "jovem, desregrado e insolente [...] despojado de conhecimento e de discrição, inexperiente em preservar ou fazer amizades". Quando conseguiu reunir fundos suficientes e uma força de cerca de cinco mil homens, seus aliados em potencial em Gand já tinham sido dominados, de uma maneira triste. Conseguiu, porém, depois de desembarcar em Calais, tomar rapidamente Gravelines, Dunquerque e Bourbourg, no litoral fla-

mengo. Depois de sitiá Ypres sem sucesso, voltou suas atenções para a Picardia, então defendida por Coucy como capitão-geral. Norwich retirou-se sem lutar quando metade de suas forças, sob o comando do veterano *sir* Hugh Caveley, recusou-se a segui-lo mais além. Um exército francês muito superior estava agora em campo, e Norwich fechou-se apressadamente em Bourbourg, enquanto Calvey dirigia-se a Calais. "Por minha fé", disse esse veterano capitão, aborrecido, "fizemos uma campanha vergonhosa; nenhuma outra, tão pobre ou tão desgraçada, saiu jamais da Inglaterra". Era esse o resultado, acrescentou, de acreditar "nesse bispo de Norwich, que queria voar antes de ter asas".⁸

Um enorme exército francês empreendeu, em agosto, o sítio de Bourbourg, enquanto os cavaleiros entretinham a si mesmos e a visitantes estrangeiros, com justas e festas de esplendor competitivo e com valorosos feitos destinados a "elevar a fama de sua antiga nobreza".⁹ Nessas atividades Coucy teve impressionante desempenho, em especial com o seu estilo eqüestre.¹⁰ Montado num belo cavalo e puxando vários outros cobertos com toda as armas heráldicas pertencentes à sua casa, "ele percorreu as lições da maneira mais graciosa, para o prazer de todos os que o viam, e todos o louvaram e honraram pelo seu grande ar e bela presença". Quatro meses transcorreram agradavelmente frente a Bourbourg, num estado de espírito muito diferente da luta contra os plebeus, no ano anterior. Os franceses não demonstravam qualquer pressa de atacar, e, com a aproximação do inverno, permitiriam que a situação fosse resolvida, através de uma mediação astuciosa, pelo duque da Bretanha. Norwich foi comprado e voltou para a pátria, com prejuízos e em desgraça. A reputação militar da Inglaterra, já em declínio havia uma década, caiu ainda mais, dando aos moralistas um texto contra as injustiças e opressões dos homens da espada. "A mão de Deus está contra eles", disse Tomás Brinton, bispo de Rochester, "porque sua mão está contra Deus".¹¹

Embora os contendores não pudessem saber disso, a invasão de Norwich seria a última do século, mas não da guerra. A luta amainou sem ter tornado mais fácil uma solução entre a Inglaterra e a França. As conversações começaram, como sempre, depois do sítio de Bourbourg, mas levaram apenas a mais uma trégua de nove meses, firmada em janeiro de 1384. Desta vez, Coucy não fazia parte dos negociadores porque estava empenhado numa guerra particular, em favor do duque de Bar, futuro sogro de sua filha, que lhe pagou sem demora dois mil francos para cobrir suas despesas. O casamento de Maria com Henri de Bar foi celebrado em novembro.¹²

Durante todo esse tempo, a duquesa d'Anjou e o chanceler do marido, Jean le Fèvre, imploravam ao Conselho que mandasse a ajuda prometida. A situação de d'Anjou era agora mais difícil do que nunca, pois fora roubado por um dos seus nobres em 80 mil a 100 mil francos, conseguidos pela sua mulher (e, segundo outras versões, tomados de empréstimo dos Viscontis). O ladrão, que dez anos depois cometeria outro crime de consequência histórica, foi Pierre de Craon, cavaleiro de nascimento nobre e grandes propriedades, que tinha acompanhado o du-

que à Itália. Mandado por d'Anjou para buscar o dinheiro, Craon voltou via Veneza, onde dissipou a maior parte da soma em festas extravagantes, no jogo e nas orgias, supostamente devido ao desejo de exhibir-se num estilo adequado ao soberano que representava. Guardou o que sobrou e não voltou ao encontro do duque.

Essa criminalidade ocasional contra seu senhor seria inacreditável sem que alguém interessado no fracasso de d'Anjou, e com poder bastante para proteger Craon de qualquer perseguição, o tivesse levado a isso. Tal pessoa só poderia ser o duque de Borgonha, mas parece difícil que ele chegasse ao ponto de arruinar o irmão. Quando Craon voltou à França, porém, ele realmente escapou ao castigo devido à proteção de Borgonha, de cuja mulher era parente.

A honra da França, aos olhos do rei e do Conselho, não podia permitir que d'Anjou definhasse no fracasso, nem dar esse prazer ao papa Urbano. Na primavera de 1384, depois de concluída a trégua com a Inglaterra e depois que Borgonha, com a morte do sogro, entrou na posse de Flandres, a campanha de socorro de Coucy foi finalmente lançada. Já era tarde para salvar d'Anjou, mas Coucy não era um capitão que voasse antes de ter asas. No duelo de armas e ardis que iria travar no coração da Itália, mostrou-se hábil, responsável e dotado daquela faculdade mágica de sair invencível do meio do desastre.

Em maio, antes de partir, instituiu, como tinha feito antes da campanha suíça, uma missa diária perpétua para ele e seus sucessores, dessa vez na abadia de St. Médard, perto de Soissons, assegurando-se dupla cobertura.¹³ A coroa ofereceu 78 mil francos para o custo da expedição, dos quais oito mil seriam cobertos pelo papa. Outros quatro mil foram dados a Coucy como compensação pelo não-pagamento de auxílios que lhe haviam sido prometidos no ano anterior. Ele reuniu um exército calculado em 1.500 lanças, somando, com os soldados a pé e os arqueiros, um total de cerca de nove mil homens. Miles de Dormans, ex-chanceler, que havia um ano estava ansioso para ir, juntou-se a eles com duzentas lanças. A maior parte da força era, é claro, constituída de mercenários, parcialmente recrutados em Avignon, onde Coucy foi primeiro para avistar-se com Clemente.

Em julho ele atravessou os Alpes pelo Mont Cenis, autorizado a concluir o casamento, por procuração, do filho de d'Anjou com a filha de Bernabò. Uma mensagem deste convidou-o a entrar em Milão com duzentos de seus companheiros mais importantes, o que Coucy, por exibicionismo ou cautela, aumentou para seiscientos. Recebido "com muita alegria" por Bernabò às portas da cidade, eles entraram juntos, "mas era tão grande o número de homens que quebraram a ponte". Esse parece ter sido o único *faux-pas* de Coucy e não diminuiu o brilho das opulentas solenidades e do desfile diário de presentes, durante uma visita que durou duas semanas.¹⁴

Duas semanas não era tempo demais para compreender o labirinto das rivalidades da Itália. As relações entre Veneza, Gênova, Milão, Piemonte, Florença, e vários déspotas e comunas do Norte da Itália variavam constantemente. Tão logo um deles se unia a outro contra um terceiro para uma vantagem momentânea, todas as alianças e brigas mudavam de titulares, como numa quadrilha. Veneza combatia

Gênova; Milão jogava uma contra a outra e disputava com Florença e os vários principados do Piemonte; Florença lutava com as vizinhas, Siena, Pisa e Lucca, e formava várias ligas contra Milão; a política pontifical mantinha toda a massa em agitação.

O primeiro perigo de Coucy estava no ciúme mútuo entre Bernabò e seu melancólico sobrinho Gian Galeazzo, que agora governava em Pavia desde a morte do pai, em 1378. Sutil, reservado e enganosamente suave, Gian Galeazzo cultivava uma reputação de timidez e uma força de vontade oculta tão forte e sem princípios quanto a de Bernabò. Anos depois, quando ele se tornou mais bem conhecido, Francesco Carrara, de Pádua, disse a seu respeito: "Conheço Gian Galeazzo. Nem honra, nem piedade, nem fé jamais o levaram a um gesto desinteressado. Se alguma vez buscou o que era bom, é porque seus interesses o exigiam, pois ele não tem senso moral. Bondade como ódio ou raiva são para ele uma questão de cálculo."¹⁵ Como adversário, a opinião de Carrara era naturalmente hostil, mas não necessariamente inválida; o caráter que atribuía a Gian Galeazzo tinha sido previsto, com mais de um século de antecipação, pelo *O príncipe*, de Maquiavel.

Gian Galeazzo ressentia-se da, e temia a, intrusão de Bernabò em seu relacionamento com a família real francesa. "Bernabò está fazendo novas alianças com a França", advertiu sua mãe. "Se ele formar relações de família, tomará a sua soberania."¹⁶ Restando-lhe apenas um filho, em contraposição ao bem abastecido redil do tio, Gian Galeazzo não podia competir com ele em alianças. Mas se não podia competir, podia afastá-lo, uma fria alternativa que a partir daquele momento — como se reconheceu mais tarde — começou a tomar forma em seu espírito.

Enquanto isso, ele pagava tranqüilamente sua parcela do subsídio a d'Anjou e preparava-se para receber Coucy em Pavia. Dez anos tinham passado desde o encontro dos dois em Montichiari, que confirmara a tal ponto a aversão de Gian Galeazzo pelas batalhas, que nunca mais voltou a participar delas. Mas Coucy não apareceu em Pavia para renovar o relacionamento, talvez porque Bernabò não desejasse o encontro entre o sobrinho e o enviado francês.

A notícia da chegada de Coucy provocou intensa agitação no Norte da Itália. Siena mandou secretamente enviados a Milão, para negociar o apoio contra Florença. Esta tentou afastá-lo da Toscana com palavras gentis e protestos de amizade. A diplomacia florentina era conduzida pelo chanceler permanente, Coluccio Salutati, erudito que podia manter correspondência estrangeira em elegante retórica latina e que constituía um crédito para a república. A continuidade de seu cargo, equivalente ao de um administrador principal, dava-lhe grande influência, e o fato de sua nomeação ser regularmente renovada durante um período de trinta anos constitui prova — dada a turbulência da política florentina — de um homem de notável habilidade política, para não dizer equanimidade. Seu coração voltava-se para a literatura e o humanismo novo, mas na direção dos negócios era eficiente, diligente, culto e genial, admirado pela sua integridade e estilo. Segundo Gian Galeazzo, um documento de Estado preparado por Salutati tinha, na balança política, o peso de mil soldados montados. Era esse o adversário de Coucy.¹⁷

Em resposta à saudação florentina, Coucy foi insuperavelmente gentil. “Nós nos encontramos”, disse o relatório escrito provavelmente por Salutati, “com alegres abraços e saudações e ele falou de maneira tranqüilizadora e pacífica. Chamou-nos não de amigos e irmãos, mas de pais e verdadeiros senhores. [...] Não só prometeu abster-se de hostilidades para conosco, como prometeu apoiar-nos com seu exército em nossos negócios.”¹⁸ Coucy tinha, era evidente, aprendido o estilo italiano. Assegurou aos florentinos que seus receios eram infundados e prometeu limitar sua passagem a um itinerário rigorosamente fixado. Eles aceitaram suas garantias, talvez menos por confiarem nele do que por não disporem de força armada capaz de barrar-lhe o caminho, já que Hawkwood estava ausente, em Nápoles. Neutros, mas desconfiados, organizaram uma companhia de quatro mil camponeses e plebeus para vigiar a estrada.

Partindo em agosto, Coucy atravessou os Apeninos e entrou na terra do “milagre toscano”, a oeste. Ciprestes recortavam-se contra o céu de um azul intenso, as vinhas e as oliveiras prateadas agarravam-se às encostas. Entre morros coroados de castelos ou aldeias, vagarosos bois brancos moviam-se numa paisagem cultivada há dois mil anos. O exército francês penetrou pela região com brutalidade, num avanço que não foi tão pacífico quanto Coucy prometera. Para seu *stupor et dolor* (choque e lástima), como os florentinos queixaram-se posterior e amargamente ao rei da França, perceberam que “ele não era para conosco, em seu coração, o mesmo que aparentava externamente”. Em parte como forma de intimidação para lembrar Florença que permanecesse neutra, em parte para pagar e abastecer seus mercenários, Coucy cobrou tributo das cidades, saqueou aldeias e até mesmo tomou castelos. Florença mandou mais enviados gritando: “Paz! Paz!” e oferecendo ricos presentes e novas garantias de neutralidade se ele contornasse o território florentino. Coucy continuou a responder de maneira tranqüilizadora, mas a força, uma vez empregada, transformou-se sem demora em rapina, difícil de ser controlada.

“Eles não só roubaram gansos e galinhas; roubaram pombais e ovelhas, carneiros e gado”, segundo a queixa florentina, “como na verdade atacaram nossas muralhas desarmadas e nossos lares indefesos, como se estivessem em guerra conosco. Prenderam, torturaram e forçaram as pessoas a pagar resgates. Mataram homens e mulheres de maneira cruel e incendiaram suas casas vazias.”

À medida que Coucy avançava, Florença viu com consternação que ele estava em contato com os senhores exilados de Arezzo, antiga e importante cidade montanhosa a uns 60km a sudeste, que os florentinos ambicionavam e preparavam-se para anexar. Sua história remontava aos etruscos, sua famosa cerâmica envernizada era do tempo dos romanos; de seu enxame de torres com mirantes e balcões, são Francisco, no quadro de Giotto, exorcizava demônios voadores. Na luta dos guelfos e gibelinos, sua família dominante, os Tarlatis, senhores de Pietramala, tinha sido derrubada em 1380, e o lado vencedor, fraco demais para manter o controle, pedira ajuda a Carlos de Durazzo. Este ou seus agentes trataram Arezzo como cidade conquistada, sujeita ao saque habitual e às multas; em consequência, seus ha-

bitantes passaram a ver Florença de maneira mais favorável. Depois de complexas negociações, os florentinos tinham concluído um acordo para comprar a cidade de Durazzo, quando a intervenção de Coucy ameaçou arruinar suas esperanças. Foram informados de que os senhores exilados de Pietramala lhes tinham oferecido assistência na tomada da cidade e que Coucy concluía um tratado com eles, nesse sentido. Seu objetivo era ganhar uma base para a causa angevina e uma posição a partir da qual pudesse pressionar Florença para obter abastecimentos. Se atraísse contra suas forças a companhia de Hawkwood, de Nápoles, os adversários de d'Anjou ficariam enfraquecidos.

Começou então um duelo entre Coucy e Florença. Aproximando-se de sua meta, Coucy fez maiores exigências e deu menos garantias. Em resposta a um renovado protesto florentino contra a pilhagem pelos seus soldados, ele responsabilizou a resistência dos habitantes e com fria arrogância exigiu um tributo de 25 mil florins de Florença, e 20 mil de Siena. A *Signoria* reuniu-se, ansiosa; alguns foram favoráveis ao pagamento, outros não, alguns ainda sugeriram um pagamento simbólico para manter a fachada de amizade e evitar o ataque pelos soldados de Coucy. Ao mesmo tempo em que mandava enviados com várias propostas, Florença advertia Jacopo Carraciolo, governador de Arezzo que estava agora a seu soldo, para que fortificasse seus muros, preparasse abastecimento para reforços florentinos quando chegassem, e esperasse um ataque a 18 de setembro. Com somas generosas proporcionadas pelos magnatas burgueses, eles começaram a organizar uma força armada.

Durante uma semana, enquanto esperava o resultado de suas exigências, Coucy permaneceu nas vizinhanças, sem avançar. Siena pagou-lhe sete mil florins; Florença, sem uma rejeição explícita, nada pagou. Como se estivesse satisfeito, Coucy começou a marcha, mas, em lugar de dirigir-se para Arezzo, tomou a estrada na direção sul, para Cortona. Essa modificação foi uma armadilha para afrouxar a vigilância de Carraciolo. Na noite de 28-29 de setembro, Coucy voltou-se para Arezzo e, ao chegar à cidade, dividiu suas forças em dois grupos. Mandou o primeiro atacar as muralhas com grande clamor e gritos, enquanto ele levava o segundo grupo, mais forte, com seus melhores cavaleiros, até a porta São Clemente, do outro lado. Derrubando-a, os franceses entraram na cidade, gritando: "Viva São Luís e o *sire* de Coucy! Morte aos guelfos e ao duque de Durazzo!" Os soldados de Carraciolo correram a enfrentá-los; os gritos de batalha e o som metálico dos golpes encheram a cidade, o combate travou-se em todas as ruas e em volta do velho anfiteatro romano, até que os defensores cederam ante o número superior dos atacantes e retiraram-se para a cidadela. Os senhores de Pietramala retornaram às suas casas em triunfo, e, enquanto Arezzo voltava a sofrer o estupro e o saque, Coucy tomou posse da cidade em nome do rei Luís de Nápoles, Sicília e Jerusalém.

Naquele momento, Luís d'Anjou já estava morto havia nove dias. Durante ano e meio ele enferrujara no calcanhar da Itália, tendo do reino apenas o título, enquanto seu exército se desintegrava e os que podiam tomavam o navio de volta para a França. Com o controle de Bari e outras cidades costeiras do Adriático, ele podia

ser abastecido por mar e talvez não estivesse tão mal quanto diziam os cronistas monásticos, que gostavam de desenvolver o tema da transitoriedade da glória. Estava, porém, imobilizado por falta de fundos. Seus cavaleiros empobrecidos montavam burros ou marchavam a pé “para apressar o dia de combate”, sem encontrar, no entanto, nada mais do que escaramuças ocasionais. Em setembro de 1384, d’Anjou contraiu um forte resfriado, depois de um esforço excessivo contra saqueadores em seu exército. Teve febre, e, reconhecendo a presença da morte, ele, como o irmão Carlos V, concluiu seu testamento no último dia.¹⁹ Os moribundos pareciam saber sempre quando sua hora chegava, sem dúvida porque não havia expectativa de curas e o aparecimento de certos sintomas era considerado como fatal. Como era possível que estivessem, com tal frequência, em condições de ditar as últimas vontades, ou fazer codicilos em seus testamentos, é difícil de explicar, a menos que a morte fosse um ritual organizado, com muitos ajudantes para assistir o processo.

Sem perder a sua paixão pela conquista, d’Anjou pedia, em seu testamento, que o papa Clemente assegurasse ao seu filho, Luís II, a sucessão do reino de Nápoles, e pedia também a Carlos VI que “brandisse a espada de seu incomparável poder” para vingar a rainha Joana. Nomeava Coucy seu vice-rei para continuar a campanha, esclarecendo que só poderia ser afastado por ordem da duquesa de d’Anjou, confirmada pelo rei, Borgonha e Berry. Morreu a 20 de setembro no castelo de Bari, num aposento com vista para o mar. Depois que seu corpo foi embarcado, num caixão de chumbo, de volta para a França, para ser enterrado ali, suas forças se desintegraram. Carlos de Durazzo mandou celebrar serviços fúnebres adequados à posição do falecido rival e adotou luto em sua corte.²⁰

A morte de d’Anjou ainda não era conhecida no Arno quando Florença se espantou ao saber da tomada de Arezzo por Coucy. O Balia, ou Conselho dos Dez, nomeado em épocas de crise, reuniu-se às pressas. Cartas e embaixadores toram mandados a Gênova, Bolonha, Pádua, Perúgia, Verona, Nápoles e até mesmo Milão, instando a todos a que se unissem a Florença numa liga contra o invasor, cuja presença, ao que diziam, punha em risco toda a Itália. A companhia de Hawkwood foi chamada de Nápoles e pediu-se ao papa Urbano que impusesse um dízimo especial ao clero, para conseguir fundos para expulsar os “cismáticos” da Itália e impedir o triunfo do antipapa. No meio do furor, chegaram notícias, através de Veneza, de que o pretendente francês a Nápoles estava morto. Florença regozijou-se e redobrou os preparativos para cercar Coucy em Arezzo.

Sem saber da tempestade que se formava à sua volta, nem da morte de d’Anjou, Coucy deu-se ao prazer de informar a *Signoria* da tomada de Arezzo, sem duvidar, escreveu com clareza, de que eles ficariam satisfeitos com um acontecimento tão propício para os partidários do rei Luís. Com prazer ainda maior, a *Signoria* respondeu ao “ilustre senhor e caríssimo amigo”, informando, com “uma grande dor”, que d’Anjou tinha morrido e que vários de seus principais companheiros já haviam passado por Veneza, a caminho da França. Coucy naturalmente não acreditou, suspeitando de uma artimanha florentina para fazê-lo desistir.

Para impressionar os habitantes, instalou-se em grande estilo e empenhou-se em conquistar partidários para o pretendente angevino, mantendo mesa franca e recebendo com generosidade todos os que se declaravam partidários de sua causa. Mas, enquanto sitiava a cidade, deu-se logo conta de que estava sendo envolvido, ou talvez mesmo sitiado, por uma força florentina no Norte e pelo seu antigo camarada em armas, *sir* John Hawkwood, ao sul. Àquela altura o objetivo da campanha desapareceu, quando recebeu confirmação da morte de d'Anjou.

Coucy viu-se isolado no centro da Itália, sem esperança de ajuda e sem razão para resistir. Seu problema era antes como sair. Continuar em Arezzo, com o objetivo de prosseguir na luta pela causa angevina, em obediência à vontade de d'Anjou, teria sido o certo, mas seria também um fracasso. Mensagens dos seguidores de d'Anjou instavam com ele para que entrasse no reino de Nápoles e fosse seu governador.²¹ Coucy, porém, não era o tipo cavalheiresco do tolo heróico, para marchar irrefletidamente para o desastre, ou aceitá-lo com coragem obtusa, quando ele chegava. Planejou valer-se do controle de Arezzo para sair-se da difícil posição sem perda de prestígio para a causa angevina — e recuperar também o custo da campanha.

Siena, que se tinha recusado a participar da liga florentina, foi a sua alavanca. Ofereceu-lhe Arezzo por 20 mil florins, sabendo que a rivalidade obrigaria Florença a oferecer melhor preço, inclusive um salvo-conduto para atravessar a Toscana. Florença não tinha conseguido um sólido apoio à sua liga, devido aos receios dos outros estados de que ela a usasse para seu próprio engrandecimento. Bernabò, no interesse de sua aliança francesa, tinha aconselhado a retomada de Arezzo pelo dinheiro, e não pela força, e advertiu Florença de que o rei da França e seus tios poderiam adotar duras represálias contra os comerciantes e banqueiros florentinos, se Coucy fosse atacado.

Florença sabia também quando colocar a discrição antes da bravura. Por meio de Coucy, suas perspectivas de ficar com Arezzo reavivavam-se subitamente. Foram feitos entendimentos para a rendição de Carraciolo, o governador da cidade, inclusive com uma oferta de pagar os soldos atrasados de seus soldados. Ante a possibilidade de receber o que tinham considerado perdido, os homens de Carraciolo disseram ao seu chefe que estavam dispostos a abandonar uma resistência inútil. Assim, sendo, ele concordou com a rendição, sob a condição de que Florença o indenizasse pelos danos sofridos na defesa da cidade. Não combater sem dinheiro era a norma, na idade da cavalaria.

Como Florença se tinha preparado para usar da força armada contra Coucy, apesar de sua promessa de neutralidade, preocupava-se com as possíveis represálias da França. Para evitá-las, a *Signoria* dirigiu a Carlos VI um volumoso relato dos crimes de Coucy: saques e danos, as exigências de tributo, a negociação com os rebeldes (os Pietramalas)²² em território florentino. Em tom lastimoso, a carta continha como, depois de fingir intenções pacíficas, Coucy agiu de maneira hostil como um inimigo, e como “nós, embora não habituados a palavras enganosas, percebemos seus planos” e nos entristecemos com o fato de que “homem tão nobre e alta-

neiro, sobretudo de sangue gaulês, cuja virtude própria e natural é a magnanimidade, pudesse permitir-se a invenção de mentiras e o preparo de armadilhas”; como, acreditando que ele não podia representar verdadeiramente o rei da França com essa conduta, “nós preparamos um exército para repelir a força pela força”; como, por fim, “escrevemos esta com mágoa e amargura para que possais saber que nossas ações eram justificadas”.

Tendo feito esse registro, a república chegou a entendimentos cordiais com Coucy, em dois tratados separados, habilmente redigidos, de 5 de novembro. No primeiro, Enguerrand de Coucy, desejoso de reconhecer e recompensar a afeição, a dedicação e o respeito sempre demonstrados pela República de Florença para com a casa real de França, cedia Arezzo, suas muralhas, fortalezas, casas, móveis, habitantes, direitos e privilégios a Florença, perpetuamente. Não havia nenhuma menção de dinheiro, para que o tratado pudesse ter a aparência apenas de um ato de política de Coucy no interesse angevino, contra Durazzo. Ele estabelecia a condição de que os Pietramalas deviam receber de volta suas propriedades, que Florença permaneceria neutra em relação a Nápoles, que os enviados e mensageiros de França a Nápoles teriam livre trânsito com o direito de comprar provisões, e que ele e seus homens desfrutariam dessa mesma condição em seu retorno à França.

A soma estabelecida pelo segundo tratado era duas vezes o que Coucy tinha pedido a Siena. Considerando o muito que custara ao *sire* de Coucy a tomada da cidade de Arezzo, e considerando que ele tinha atravessado o território florentino “sem causar danos” (Florença era flexível nessas questões) e pretendia partir da mesma maneira, a república concordava em pagar-lhe 40 mil florins de ouro, dos quais três quartos seriam entregues de imediato, antes da cessão da cidade, e os restantes dez mil em Bolonha, Pisa ou Florença, de acordo com seu desejo, dentro de duas semanas depois de sua saída de Arezzo. Numa generosa liberalidade com a propriedade dos cidadãos, os franceses podiam levar o que conseguissem carregar no dia da partida.

Na preservação das aparências, ao mesmo tempo em que realizava os objetivos visados, o acordo foi uma obra-prima de diplomacia. Os perdedores eram Durazzo, obrigado a aceitar um fato consumado; os Pietramalas, que tendo esperado reconquistar o poder, ficaram furiosos; e o povo de Arezzo, a quem ninguém indenizou. Como vingança, no dia da partida, os Pietramalas prepararam uma emboscada para um grupo forrageiro francês e atraíram outros “às suas casas com ofertas de comida e depois os mataram”. Coucy exigiu imediatas medidas punitivas de Florença, para provar que tais hostilidades “são seriamente desagradáveis aos senhores e que a amizade entre nós permanece firme”. Florença apresentou desculpas completas e, em lugar de agir, fez uma denúncia artística dos “detestáveis” Pietramalas. Seu nome de família, Tarlati, vinha de uma palavra que significava “madeira podre que foi comida por insetos roedores”, enquanto o nome Pietramalas, vindo de *pietra*, ou pedra, lhes era igualmente adequado “pois eles são duros e inflexíveis em seus

crimes", disseram os florentinos. Como essas coloridas, embora inócuas, observações, o duelo entre Florença e Coucy chegou ao fim.

As obrigações mútuas foram cumpridas. Florença pagou 30 mil florins em 15 e 17 de novembro, Carraciolo rendeu-se a 18, Coucy evacuou a cidade no dia 20. Evitando a população hostil que teria encontrado se voltasse pelo mesmo caminho da vinda, ele atravessou as montanhas e retornou ao longo da encosta oriental para Bolonha, colocando unidades na retaguarda para dar a aparência de uma retirada de vencedor. Em Bolonha, no dia do Natal, recebeu o pagamento final. Entrou de novo em Avignon em janeiro de 1385, acrescentando uma travessia dos Alpes em meio ao inverno a uma folha de serviços notavelmente incólume.

O talento de Coucy, excepcional para sua época, estava em reconhecer a realidade como se vê pelo contraste entre o comando de uma força expedicionária por ele e por d'Anjou. A busca da coroa de Nápoles — embora julgada com severidade pelos críticos posteriores — não estava necessariamente fadada à catástrofe. D'Anjou tinha tanta possibilidade quanto seu adversário, e suas razões para pretender Nápoles eram melhores que as dele. Foi derrotado por ter começado tarde demais, pelo mau comando e pela perda de tempo e recursos numa exibição cerimonial de realeza antes de ter o reino propriamente dito. Se tivesse comandado um avanço rápido e espartano, com todas as energias e recursos aplicados ao objetivo, o resultado bem poderia ter sido diferente. Mas o "se" pede uma atitude moderna numa era medieval.

O dano social estava não no fracasso, mas no empreendimento, que era caro. O custo da guerra foi o veneno que percorreu todo o século XIV. Os recursos proporcionados pela coroa e pelo próprio d'Anjou, para não falarmos da soma roubada por Pierre de Craon, foram arrancados do povo da França para uma causa que não podia, de forma alguma, presente ou futura, beneficiá-lo. Isso foi percebido, e não acalmou o estado de espírito do povo. Ao saber da morte de d'Anjou, um alfaiate de Orléans, chamado Guillaume le Jupponnier, quando "dominado pelo vinho", disse uma frase na qual se pode ouvir a voz, raramente registrada, de sua classe: "Para que foi para lá, esse duque d'Anjou, lá para onde foi? Ele saqueou, roubou e levou dinheiro para a Itália para conquistar outra terra. Está morto e danado, e o rei são Luís também, como os outros. Imundície, imundície de um rei e um rei! Não temos outro rei senão Deus. Acha que conseguiram honestamente o que eles têm? Tributam-me e retributam-me e sofrem por não poder ficar com tudo o que temos. Por que devem tomar de mim o que ganho com a minha agulha? Eu preferia ver o rei e todos os reis mortos do que ver meu filho machucar o seu dedinho."

O registro do caso do alfaiate diz que suas palavras expressavam "o que outros não ousavam dizer". Depois de preso, ele foi perdoado pelo governador de Orléans.²¹

A viúva de d'Anjou, nascida Maria da Bretanha, filha do virtuoso, embora impie-

doso, Carlos de Blois e de sua obstinada mulher, buscou a coroa de Nápoles para seu filho Luís II com a mesma persistência com que seus pais tinham combatido pelo ducado da Bretanha, e sem conseguir melhores resultados. Numa luta, que durou toda a vida, com Carlos de Durazzo e seu filho, Luís II não teve mais êxito do que o pai. Embora Nápoles passasse ao governo de Aragão e depois aos Bourbons espanhóis, os angevinos persistiram em sua pretensão durante dois séculos, com toda a inquebrável teimosia da realeza em busca de uma coroa que lhe é negada.

O outro objetivo francês na Itália — impor Clemente pela força —, embora nunca tentado por d'Anjou, não foi abandonado. Tornou-se, mesmo, uma obsessão crescente. Enquanto isso, a loucura obscurecia o papa Urbano, que teve uma briga séria com Carlos de Durazzo e foi expulso de Nápoles. Empregando mercenários, ele devastou a Itália em incessantes disputas, sitiado e sitiante, cativo e resgatado, distribuindo anátemas e excomunhões, arrastando atrás dele os seus cardeais presos sob acusação de conspirar para afastá-lo. Quando o cavalo de um deles ficou manco, Urbano mandou matar o infeliz prelado e seu cadáver ficou insepulto ao lado da estrada. Mais tarde, executou quatro dos outros cinco. Ele não honrou a Igreja de Roma.

Pierre de Craon voltou à França depois da morte de d'Anjou, dispondo de riquezas óbvias. Enquanto muitos de seus recentes companheiros, remanescentes do exército de d'Anjou, tiveram de mendigar a pé para sair da Itália, ele surgiu na corte com uma comitiva excelente, provocando indignação. "Ah, falso traidor!", exclamou o duque de Berry ao vê-lo entrar no Conselho, "malvado e desleal, mereces a morte! Foste tu que causaste a morte do meu irmão. Prendei-o e que se faça justiça!"²⁴ Ninguém ousou obedecer à ordem, com medo da ligação de Craon com Borgonha. Ele continuou a ornamentar a corte de Carlos VI e a evitar, durante muito tempo, um incansável processo que lhe movia a duquesa d'Anjou e seu filho, embora por fim tivesse recebido ordem de devolver os 100 mil francos.

De forma irônica, depois de ter escapado ileso da Itália, Coucy sofreu uma queda de cavalo em Avignon, com ferimento sério na perna.²⁵ Possivelmente uma fratura múltipla, foi bastante séria para mantê-lo de cama durante quase quatro meses. Como vice-rei de d'Anjou, ele se responsabilizou pelos andrajosos veteranos que voltavam de Bari, distribuindo fundos e mediando disputas. À chegada da viúva de d'Anjou para firmar o legado de seu filho na Provença, visitou-a várias vezes (presumivelmente numa liteira), aconselhou-a no caso de Pierre de Craon e "confortou-a da melhor maneira possível". Durante essas visitas, ele bem pode ter encontrado e conversado com o autor de um dos grandes comentários do século XIV.

Honoré Bonet,²⁶ prior beneditino de Salon, na Provença, estava agregado, por algum título, à família de d'Anjou e vivia em Avignon nos anos 1382-86, enquanto escrevia suas observações sobre a experiência de que Coucy era um ator. A *árvore das batalhas* era um exame das leis e costumes da guerra e, inevitavelmente, de seus efeitos morais e sociais. Seu objetivo ao escrever o livro, disse Bonet, era en-

contrar uma resposta para as “grandes comoções e violentos malefícios” de sua época. Sua conclusão foi franca. Apresentada na forma de uma pergunta — “Se este mundo pode viver por natureza sem conflito e em paz?” —, a resposta era: “Não, não pode.”

“Faço uma Árvore do Luto no início do meu livro”, escreveu, na qual se podem ver três coisas: “tribulações como nunca houve antes” do cisma; a “grande dissensão” entre os príncipes e reis cristãos; e a “grande dor e discórdia” entre comunidades. Bonet examinava muitas questões práticas e morais — se um homem é capturado tendo um salvo-conduto, estará o emitente desse documento obrigado a resgatá-lo por sua custa? Deve o homem preferir a morte a fugir da batalha? Tinha um cavaleiro direito a soldo, inclusive quando doente ou de licença? Quais as regras do saque? Em todas essas discussões, sua idéia predominante era a de que a guerra não devia causar danos aos que não a faziam, embora todos os exemplos de sua época mostrassem o contrário. Ele se sente “magoado de ver e ouvir a miséria causada aos pobres trabalhadores [...] por meio dos quais, abaixo de Deus, o papa e todos os reis e senhores do mundo têm a sua carne e tudo o que bebem e vestem”. Em resposta à pergunta se era permitido aprisionar os “comerciantes, trabalhadores da terra e pastores” do inimigo, sua resposta foi: “Todos os trabalhadores e cultivadores da terra, com seus bois, quando estão fazendo o seu trabalho”, e qualquer burro, mula ou cavalo atrelado a um arado, devem ter imunidade “em razão do trabalho que fazem”. O motivo era fundamental: a segurança do trabalhador e de seus animais beneficia a todos porque eles trabalham para todos.

Bonet refletiu o crescente desânimo com a “grande dor e desacordo” causados pela violação diária desse princípio. Monges como ele e poetas como Deschamps deploravam às claras a conduta da guerra, não porque fossem necessariamente mais sensíveis do que outros homens, mas porque eram mais articulados e estavam mais habituados a colocar as idéias por escrito. Sem ilusões sobre a ordem da cavalaria, Bonet escreveu que alguns cavaleiros tornavam-se ousados pelo desejo de glória, outros pela “ambição de conseguir riquezas e nenhuma outra razão”. Quando *A árvore das batalhas*, dedicado a Carlos VI, apareceu em 1387, ele não sofreu com as verdades ditas. Pelo contrário, foi convidado à corte e nomeado para pensões e cargos. Como outros profetas, seu destino foi ser honrado — e ignorado.

Uma segunda conquista normanda

 NQUANTO COUCY estava ainda em Avignon, em virtude de seus talentos diplomáticos, recebeu a delicada tarefa de informar ao papa Clemente a proposta de aliança matrimonial do rei da França com uma casa que estava com o outro lado do cisma. A noiva em perspectiva era Elizabeth da Baviera ou Isabeau, como se tornou conhecida pelo equivalente francês de seu nome —, membro da dinastia Wittelsbach e neta de Bernabò Visconti. A Baviera, como todos os Estados alemães, tinha permanecido fiel a Urbano, para grande decepção de Carlos V.¹ Não obstante, um matrimônio alemão era importante para dar peso na disputa contra a Inglaterra, especialmente porque Ricardo II negociava um casamento com Ana da Boêmia, filha do falecido imperador.

A Baviera era o mais poderoso e florescente dos estados germânicos, e os Wittelsbachs, a mais rica das três famílias — sendo as outras os Habsburgos e os Luxemburgos — que em diferentes momentos ocuparam o trono imperial. Uma aliança com Wittelsbach era tão desejável que Bernabò Visconti casou nada menos de quatro de suas filhas com rebentos daquela casa. Taddea, a segunda delas, com um dote de 100 mil ducados de ouro, casou-se com o duque Estêvão III da Baviera, que, embora governasse em conjunto com dois irmãos, tinha todas as qualidades do autocrata, em excesso. Irrefletido, pródigo, dado à ostentação, sensual, insatisfeito sem um torneio ou uma guerra, estava bem adequado a uma Visconti, e quando ela morreu, depois de 12 anos de casamento, sua irmã, Madalena, com outro dote de 100 mil ducados, substituiu-a. Isabeau, produto da primeira união, nasceu em 1385, uma bonita e rechonchuda donzela germânica de 15 anos, destinada a uma carreira triste.

Seu casamento com Carlos VI foi mencionado pela primeira vez quando seu tio, o duque Frederico, foi participar dos prazeres da ordem da cavalaria francesa no sítio de Bourbourg. Ficou sabendo então que uma das condições para o noivado

com o rei da França era o exame da noiva em potencial, completamente nua, pelas damas da corte, para determinar se era bem-formada para ter filhos. Transmitida ao irascível irmão, a proposta foi rejeitada com indignação. E se ela fosse mandada de volta?, perguntou o duque Estêvão, recusando imediatamente a coroa oferecida. A aliança, porém, foi perseguida com muito tato pelo tio dela, Alberto da Baviera, governante de Hainaut-Holanda, e pelo duque de Borgonha, por ocasião do famoso casamento duplo de seus filhos e filhas. O consentimento de Estêvão foi obtido, combinando-se que Isabeau seria mandada à França a pretexto de uma peregrinação, embora Estêvão advertisse seu irmão, que a acompanharia, de que, se a trouxesse de volta, “não terás inimigo pior do que eu”.

Rumores sobre o casamento planejado, ao chegarem a Milão, provocaram o mais sensacional golpe da era — a derrubada de Bernabò pelo seu sobrinho Gian Galeazzo, supostamente calmo e retraído. A política matrimonial de Bernabò vinha, havia algum tempo, interferindo na soberania de Galeazzo, devido ao hábito que seu tio tinha de dar como dotes territórios dos Viscontis, ou suas receitas, sobre as quais o sobrinho possuía direitos iguais — e sem consultá-lo. A perspectiva de ter a neta de Bernabò no trono da França e a renovada perspectiva de que sua filha Lúcia ocupasse o trono de Nápoles ameaçavam enfraquecer o apoio francês a Gian Galeazzo. Lúcia reapareceu quando a duquesa d'Anjou, que nunca deixara de pressionar seus parentes franceses para que tentassem Nápoles mais uma vez, conseguir obter uma promessa experimental “em favor” dessa tentativa, e assim sendo promoveu a conclusão do casamento de Lúcia, por procuração, com seu filho.² Essa combinação de circunstâncias levou Gian Galeazzo à ação.

Em maio de 1385, ele mandou um recado ao tio dizendo que iria fazer uma peregrinação a Madonna del Monte, perto do lago Maggiore, e teria satisfação em encontrar-se com ele fora de Milão. A proposta parecia bastante natural porque Gian Galeazzo, embora “sutil de intelecto e sábio nas maneiras do mundo”, era muito devoto, levando um rosário e fazendo-se acompanhar de monges por toda parte onde ia, e preocupando-se muito com penitências e peregrinações. Também recorria a astrólogos para escolher os momentos propícios para suas decisões e certa vez recusou-se a discutir uma questão diplomática num determinado momento porque, como escreveu ao seu correspondente, “observo a astrologia em todos os meus negócios”. Esses gostos e o evidente medo que tinha do tio, mostrado pela duplicação de sua guarda e pelo fato de mandar provar toda a sua comida, levavam Bernabò a considerá-lo com desprezo. Quando um cortesão, desconfiando da mensagem, advertiu sobre a possibilidade de uma conspiração, Bernabò zombou: “Não sabes o que dizes. Afirmando-te que conheço o meu sobrinho.” Aos 76 anos, depois de uma vida de violência, ele sofria de excesso de confiança e descuido. O plano de Gian Galeazzo dependia exatamente disso.

Com dois de seus filhos, e sem qualquer outra proteção, Bernabò dirigiu-se ao encontro, fora dos portões da cidade. Gian Galeazzo, acompanhado de numerosos guarda-costas, abraçou o tio e, enquanto o segurava com firmeza, gritou uma ordem em alemão e um dos seus generais, o *condottiere* Jacopo del Verme, cortou o

cinturão da espada de Bernabò, enquanto outro, gritando: "Estás preso!", tomou-lhe o bastão que era a insígnia do cargo e o levou detido. Imediatamente, as forças de Gian Galeazzo galoparam por Milão e ocuparam seus pontos fortes. Como ele tinha feito um governo razoável em Pavia, o povo estava pronto a recebê-lo como um libertador, e saudou-o com gritos de "*Viva il conte!*", seguidos da primeira coisa que lhes ocorreu com a derrubada do tirano: "Abaixo os impostos!" Para facilitar a transição, Gian Galeazzo permitiu à multidão que saqueasse o palácio de Bernabò e incendiasse os registros fiscais. Uma de suas primeiras medidas foi reduzir os impostos, e compensou a perda com as reservas de ouro de Bernabò. A legitimidade, ou sua aparência, foi proporcionada pela convocação de um Grande Conselho para entregar-lhe o domínio formal, e pelo envio de uma transcrição legal dos crimes de Bernabò a todos os estados e governantes.

O estado milanês passou a ser controlado então por um governante único, que cresceria com o passar do tempo. Os filhos de Bernabò foram neutralizados, um deles com a prisão perpétua, o outro pela sua própria insignificância, e o mais jovem por uma pensão vitalícia. As cidades da Lombardia submeteram-se tranquilamente, e o tirano foi trancado na fortaleza de Trezzo, onde, em dezembro do mesmo ano, morreu, supostamente envenenado por ordem do usurpador. Bernabò foi enterrado em Milão com honras, embora sem o bastão do cargo, e sua estátua equestre, já feita por encomenda sua, foi colocada tal como ele havia planejado.

A queda do moderno Tarquínio espantou o mundo, chegando os seus ecos até os *Contos de Canterbury*, onde se narra, no "Conto do monge", como "O filho de teu irmão [...] dentro de sua prisão te fez morrer". Uma das conseqüências mais importantes foi implantar no coração superficial, mas implacável, de Isabeau da Baviera um incessante desejo de vingança contra Gian Galeazzo, que tinha depositado, e talvez assassinado, o avô que ela certamente nunca viu. Como o usurpador viria a ser uma das maiores figuras da Europa, e ela, rainha da França, os resultados foram graves e de longo alcance.

Aos 17 anos, Carlos VI era um jovem ardente e inconstante, que participou de nove combates no torneio em honra do duplo casamento Borgonha. Seu apetite marcial tinha sido estimulado pelos tios, devido às guerras convenientes aos seus interesses pessoais. Fisicamente, "a natureza lhe parecia ter sido pródiga em dotes". De altura acima da média, robusto, usando cabelo louro até os ombros, era franco, enérgico, gracioso, descuidado e excessivamente generoso com qualquer um e com todos, sem se preocupar com o que havia no Tesouro, carente de constância ou seriedade. Quando tinha 13 anos, durante uma caçada, um gamo teria sido apanhado com uma corrente de ouro com a inscrição em "letras antigas": *Caesar hoc mihi donavit*. Informado de que o gamo devia andar pela floresta desde os dias de Júlio César, "ou algum outro imperador", o jovem rei ficou tão encantado que mandou que todos os ratos e serviços reais tivessem gravado um gamo com um

colar na forma de coroa.⁴ De igual modo ardente nos amores, foi vítima, segundo o monge de St. Denis, de “apetites carnaís”, dos quais se saciava rapidamente. A instabilidade latejava sob uma aparência saudável. Sua mãe, a rainha Joana, atravessara uma fase de loucura em 1373, sua herança era uma teia de casamentos entre parentes, e todas as suas irmãs, com uma exceção, morreram antes de chegar à maturidade.

Os encantos de Isabeau e as delícias do casamento lhe foram devidamente ressaltados por seus vários tios e tias, no resplandecente casamento duplo do filho e filha de Borgonha, em Cambrai, em agosto de 1385.⁵ Como príncipe de grandes pretensões, Filipe quis uma cerimônia que obscurecesse tudo o que se fizera antes. Tomou emprestadas as jóias da coroa de Carlos VI, levou de Paris tapeçarias extras e cavalos especiais para as justas, encomendou librês para a ocasião de veludo vermelho e verde (as duas cores mais caras), deu a todas as damas vestidos de tecido dourado e equipou mil lanças para o torneio. As dispensas pontificais, devido à consangüinidade, foram obtidas em duplicata, uma de cada papa, porque os casamentos abrangiam os dois lados do cisma. Durante as festividades, que duraram cinco dias, foram distribuídos presentes cujo custo foi duas vezes o das roupas. A despesa total chegou a 112 mil libras, equivalente a um quarto das receitas do estado flamengo-borgonhês, numa época de profundo ódio social e de privações.

Isabeau chegou à França em julho, depois de ter sido instruída, durante quatro semanas, na corte de seus parentes Wittelsbach em Hainaut, na moda, etiqueta e arte do namoro francesas. O encontro com Carlos ocorreu em Amiens, para onde se transferira a corte francesa, devido ao reinício da guerra em Flandres. O rei, numa excitação febril, chegou a 13 de julho, o mesmo dia em que Coucy chegava de Avignon “em grande pressa com notícias do papa”, embora não se registre que notícias eram essas.⁶ Insone e agitado, Carlos perguntava a todo momento: “Quando a verei?”, e ao vê-la, enamorou-se imediatamente, contemplando a mocinha alemã com admiração e ardor. Quando lhe perguntaram se ela se tornaria rainha da França, ele respondeu com entusiasmo: “Claro que sim!”

Isabeau nada compreendia do que era dito porque suas lições, ao que tudo indica, a tinham deixado na ignorância da língua francesa, exceto algumas poucas palavras ditas com pesado sotaque alemão. Suas maneiras, porém, eram atraentes, e a impaciência de Carlos foi tanta que o casamento realizou-se apressadamente a 17 de julho, acompanhado de numerosas pilhérias sobre o jovem e ardoroso casal. “E, se eles passaram aquela noite juntos em grande prazer, é o que bem podemos acreditar”, concluiu Froissart. Nenhum outro casamento feito com tanto desejo teria um fim mais triste, em loucura, deboche e ódio.

Depois de Vênus, Marte. Antes mesmo que a trégua com a Inglaterra expirasse, em outubro, os escoceses tinham mandado emissários à França, solicitando reforços que se juntassem a eles “e fizessem um buraco tão grande na Inglaterra que ela jamais se recuperaria”. O orgulho da França recebeu bem a oportunidade de se mostrar não só bastante forte para rechaçar o ataque, como também pronto a passar à ofensiva. Os ingleses precisavam ver que nem sempre seriam os agressores, e

“habituarse a serem atacados” — em sua própria terra, como Coucy tinha sugerido a Carlos V. Filipe, o Audaz, que controlava efetivamente o governo, fez com que o almirante de Vienne, “um cavaleiro de valor comprovado e apaixonado pela glória”, levasse uma força expedicionária à Escócia e preparasse o caminho para uma força maior, que se seguiria, comandada por Clisson, Sancerre e Coucy. Em seguida, junto com os escoceses, eles “penetrariam ousadamente” pela fronteira.⁷

Comandando oitenta cavaleiros e uma força total de 1.500 pagos antecipadamente por seis meses, Vienne fez a travessia em princípios do verão de 1385, levando um “presente” de 50 mil francos de ouro para o rei da Escócia, e cinquenta armaduras, inclusive lanças e escudos, para seus nobres.⁸ Os enviados escoceses tinham realmente pedido que os franceses levassem equipamento para armar mil soldados, e isso deveria ter constituído uma advertência, mas as realidades da Escócia tornaram-se uma surpresa desagradável. Os castelos eram desnudos e tristes, com condições primitivas e pouco conforto, num clima miserável. A úmidas cabanas de pedra dos chefes de clãs eram piores, sem janelas ou lareiras, cheias do fumo de turfa e cheirando a animais. Seus habitantes se empenhavam em prolongadas vendetas de roubo organizado de gado, de mulheres, além da traição e do assassinato. Não tinham ferraduras para os cavalos nem couro para arreios e rédeas, antes importados já prontos de Flandres.

Habituaados “a salas atapetadas, castelos confortáveis e camas macias”, os franceses se perguntavam: “Por que viemos para cá? Não sabíamos até agora o que era a pobreza.” Seus anfitriões não estavam satisfeitos com os visitantes. Ressentiam-se dos cavaleiros franceses amantes do luxo e os receberam friamente. Em lugar de marchar para a batalha com bandeiras tremulantes, retiraram suas forças ao saber que um grande exército inglês avançava.

Ocupado com uma nova explosão em Flandres, o exército francês de reforço não chegou. Durante uma ociosidade forçada, o almirante de Vienne teve o seu frustrado ardor marcial dirigido para o amor e envolveu-se num caso ilícito com uma prima do rei escocês, que irritou tanto os seus anfitriões “que o almirante correu perigo de morte”. Se o desentendimento final foi consequência disso, ou da insistência dos escoceses em que os franceses deviam pagar os custos de sua visita, o almirante, de qualquer modo, assumiu esses custos pessoalmente, contratou às pressas vários navios e partiu.

Enquanto isso, o partido de Gand, liderado pelo sucessor de Artevelde, Francis Ackerman, tinha tomado Damme, o porto de Bruges na foz do Scheldt, onde os reforços franceses para a Escócia deveriam ter embarcado. O ataque foi estimulado pelos ingleses, que sofriam dos terrores habituais provocados pelos boatos de uma invasão francesa. Um exército francês, acompanhado pelo rei que acabava de levantar-se do leito matrimonial, marchou para o norte, para sitiar Damme e, embora sofresse muito com o calor, com os arqueiros ingleses e com um surto de peste, retomou-a depois de um cerco de seis semanas.

O castigo foi selvagem, infligido principalmente pelos borgonheses, que queimaram e destruíram até às portas de Gand. Muitos prisioneiros, destinados a resga-

te, foram mortos para servir de exemplo. Um deles, no momento de ser decapitado, advertiu seus carrascos de que “o rei pode matar homens de coração forte, mas, mesmo que extermine todos os flamengos, seus ossos se levantarão para lutar contra ele”. O duque de Borgonha acabou compreendendo que a aliança de seus súditos não era do seu interesse. Um acordo de paz sem novos castigos ou multas foi concluído em dezembro, em Tournai, e depois fizeram-se tentativas de restaurar o prejudicado comércio de Flandres. Mas os prejuízos causados por décadas de luta não podiam ser desfeitos: a grande fase de prosperidade flamenga estava encerrada.

Estimulados possivelmente por todos aqueles casamentos, as segundas núpcias de Coucy, aos 46 anos, com uma jovem trinta anos mais nova, ocorreram em fevereiro de 1386.⁹ A noiva era Isabel, filha do duque de Lorena, “uma donzela muito bonita, de nobre e grande geração da casa de Blois”. Isabel tinha sido uma das possíveis noivas do rei, no intervalo em que Estêvão da Baviera estava recalcitrante, e foi descrita como sendo “da idade do rei, ou muito perto”, o que teria significado 16 ou 18 anos. Carlos estava “quase convencido” ao casamento, quando a proposta bávara foi ressuscitada.

Pouco se conhece da segunda Isabel de Coucy, exceto o fato de que depois do casamento Enguerrand empreendeu uma vasta renovação do castelo, pela qual é possível (embora não obrigatório) deduzir-se que o fez para agradar uma noiva jovem e bela.

Após o casamento, uma nova ala noroeste, de proporções quase tão grandiosas quanto as do renovado *donjon*, foi acrescentada ao castelo, juntamente com muitos melhoramentos domésticos.* A nova ala abrigava um grande salão de banquetes que media 15 por 60m, chamado de *Salle des Preux*, ou Salão dos Nove Bravos, os heróis da história mais admirados na Idade Média. Eram três antigos — Heitor de Tróia, Alexandre, o Grande, e Júlio César; três bíblicos — Josué, o rei Davi e Judas Macabeu; três cristãos — rei Arthur, Carlos Magno e o cruzado Godefroy de Bouillon. Um salão contíguo, de nove metros por 18, era dedicado às heroínas femininas, Hipólita, Semíramis, Pentésiléia e outras rainhas lendárias. Cada salão tinha uma enorme lareira com verga em cada extremidade, um alto teto abaulado e amplas janelas em arco, que deixavam penetrar muito sol, ao contrário das estreitas fendas das antigas paredes. Um palanque, do qual os grandes personagens e suas damas, separados da multidão, podiam ver as danças e entretenimentos, foi construído na *Salle des Preux*. Atrás dele estava a fileira dos Nove Bravos em baixo-relevo, “entalhados por tão boa mão”, escreveu um admirador, “que se meus olhos

* Por sorte, as contas domésticas de Coucy-le-Château para o ano de 1386-87 sobreviveram o bastante para que um historiador local, Lucien Broche, publicasse um trabalho sobre elas em 1905-09. Os originais desapareceram na Primeira Guerra Mundial, durante a qual a Picardia sofreu grande destruição.

não fossem testemunhas eu não teria acreditado que as folhas, os frutos, as vinhas e outras coisas delicadas pudessem ser feitas de maneira tão perfeita na dura pedra”.

Entre outros acréscimos estavam uma lareira para a sala da castelã, agora situada num ângulo entre as alas nova e antiga; uma quadra de tênis interna com um teto de madeira trabalhada; uma nova coqueira no pátio inferior; parapeitos que se estendiam por toda a extensão dos terraços; um espaço com dupla arcada sob o terraço, para guardar lenha para o inverno; um canil com latrinas “para ter lugar para Bonniface e Guedon deitarem”; um tanque d’água de 1,80 por 2,5 e profundidade de cinco metros para abastecer d’água, através de quatro grandes condutos de pedra, as cozinhas. Novos tetos de madeira foram instalados na torre principal, os telhados em todo o castelo foram refeitos, as gárgulas e calhas limpas, as janelas da câmara superior, “danificadas pelo macaco da *dame* de Coucy”, foram reparadas.¹⁰

Artesãos de todas as especialidades foram contratados: um especialista em carruagens foi chamado para a carruagem levada da Lorena pela nova *dame* de Coucy, que era larga demais para os portões e teve de ser reduzida em 30cm; entalhadores para trabalhar os tetos da Sala da Águia, e o oratório e quarto de vestir do *sire* de Coucy, e para fazer duas extensões para a mesa de banquetes destinada ao novo salão; serralheiros para substituir chaves, fechaduras, trincos velhos e dobradiças, principalmente para instalar nova fechadura no cofre do oratório do *seigneur*; bombeiros para soldar as pias da cozinha e os canos de esgoto; pintores de Paris para decorar as paredes e “para reparar os capuzes das librés branco-vermelhas de Coucy com novo forro”.

Grande parte das terras não arrendadas, como se vê pelas contas, era constituída de vinhas, exigindo consideráveis despesas de plantio, cultivo e colheita, e produzindo boa renda para o *seigneur*. Outras despesas eram com os salários dos intendententes coletores de tributos, com doações aos capelães das duas capelas, com a defumação do peixe, reposição do gado, corte de madeira, conservação dos campos e fornecimento de roupas e equipamento para o senhor e seu séquito. As viagens de Coucy a Soissons e outros lugares mostram-no geralmente acompanhado de cerca de oitenta cavaleiros montados, escudeiros e criados, e por um astrônomo, *maître* Guillaume de Verdun, para realizarem “certos serviços para ele”.

Como o primeiro, o segundo casamento não foi muito prolífico, o que pode refletir alguma coisa das relações matrimoniais de Enguerrand, ou simplesmente suas prolongadas ausências. Nenhum filho nasceu para dar continuidade à dinastia e manter a grande baronia, apenas uma menina. Chamada Isabel como a mãe, veio a casar-se com o segundo filho do duque de Borgonha. Em data desconhecida, provavelmente alguns anos depois, o filho tão desejado nasceu enfim — fora do matrimônio. Chamado Perceval e conhecido como o Bastardo de Coucy,¹¹ ele casou-se em 1419, o que sugere ter sido produto de uma ligação tardia. A identidade da mãe não é conhecida. Pode ter sido uma rival da esposa de Coucy, ou uma substituta durante sua permanência no Sul, mais tarde, como governador de Guiena. É evidente que ela teve alguma importância na vida de Coucy, ou este se orgulhava de um filho, ou as duas coisas, pois reconheceu a paternidade e dotou Perceval de

senhoria de Aubermont, um feudo da senhoria de La Fère. O bastardo podia, a partir de então, intitular-se *sieur* de Coucy e *seigneur* d'Aubermont.

No ano dos casamentos, 1385-86, Coucy compareceu, em Dijon, às bodas de seu parente Habsburgo e recente inimigo, o duque Alberto III, com uma filha de Filipe, o Audaz.¹² Foi o ano da histórica vitória de Sempach, na qual os lanceiros suíços derrotaram os Habsburgos, sendo possível que a presença de Coucy em Dijon, para o casamento, estivesse ligada ao desejo que eles tinham de conseguir seu apoio. De qualquer modo, ao que tudo indica, a briga com a família de sua mãe estava superada. "Eles acabavam sempre se arranjando", nas palavras do descobridor do documento.

O fiasco escocês não desencorajou os planos franceses de uma ofensiva. Pelo contrário, foram ampliados para uma invasão em grande escala da Inglaterra, uma verdadeira penetração, talvez uma segunda conquista normanda. Havia uma forte corrente de opinião de acordo com a qual só uma vitória militar dos franceses poderia acabar com a guerra e assegurar a supremacia do papa francês. Além disso, sabia-se que a Inglaterra estava em discórdia interna, a nobreza já não estava unida em apoio ao rei, mas profundamente descontente. O duque de Borgonha foi inicialmente o defensor do plano de invasão, mas, quando a decisão foi tomada em abril de 1386, o Conselho Real a aprovou por unanimidade.¹³ Muitos de seus membros tinham servido a Carlos V, mas o sentimento moderador da arte do possível, de que aquele rei dispunha, havia desaparecido. Do monte de ruínas depois de Poitiers, Carlos tinha aprendido a disciplina de ajustar as ambições às possibilidades; o reinado de seu filho seria passado no esforço de esquecer isso o mais depressa possível. Uma *folie de grandeur*, ou apenas as "fantasias da onipotência" que definem a megalomania, dominou os franceses, à medida que um século perturbado se aproximava do seu fim.

"Sois o maior rei vivo, com o maior número de súditos", Borgonha disse ao sobrinho, "e ocorreu-me com freqüência indagar por que não fazemos essa travessia para a Inglaterra para esmagar o grande orgulho desses ingleses [...] e fazer dessa grande empresa um feito de eterna memória".¹⁴ Quando, pouco depois da Páscoa, o duque de Lancaster deixou a Inglaterra com uma grande força de duzentos navios para conquistar o trono de Castela, surgiu a oportunidade francesa. Informações sobre os movimentos do inimigo eram conhecidas através dos pescadores franceses e ingleses¹⁵ — que, ignorando as hostilidades, ajudavam-se mutuamente no mar e trocavam o produto de sua atividade, mantendo assim abertas as comunicações através do canal da Mancha.

A frota francesa invasora foi planejada para ser a maior "desde que Deus criou o mundo".¹⁶ O exército original que Clisson e Coucy deviam ter levado para a Escócia constituiria a força de invasão, aumentada de proporções terríveis. Os cronistas falam em termos de quarenta mil cavaleiros e escudeiros, cinquenta mil cavalos,

sessenta mil soldados a pé, números que visavam mais a impressionar do que à precisão. Os preparativos para a Escócia já estavam adiantados quando houve a interrupção flamenga, e foram então renovados numa colossal onda de atividade. O dinheiro, como sempre, vinha em primeiro lugar. Um imposto sobre vendas de 5%, mais 25% sobre bebidas, já tinha sido criado em todo o reino para a campanha escocesa, proporcionando uma renda de 202 mil libras. Foi renovado e o seria várias vezes, nunca produzindo recursos suficientes.

Foram alugados ou comprados navios de toda a Europa, da Prússia a Castela, ao mesmo tempo que os estaleiros franceses trabalhavam dia e noite. Os seiscentos navios reunidos no ano anterior foram mais do que duplicados e o espetáculo que ofereciam na foz do Scheldt foi "o maior do gênero jamais visto". Buonaccorso Pitti, o ubíquo florentino, viu 1.200 navios dos quais seiscentos eram de combate, dotados de "castelo" para arqueiros. Os nobres franceses, esperando cobrir as despesas com o butim e os resgates na Inglaterra, não pouparam nada em esplendor competitivo de proas douradas e mastros prateados com velas de tecidos de ouro e seda. O almirante de Vienne contratou um artista flamengo, Pierre de Lis, para pintar de vermelho a sua nau capitânea, adornada com suas armas. O navio negro de Filipe de Borgonha era enfeitado com os brasões de todas as suas possessões, e tinha bandeiras de seda com seu ousado lema, "*Il me tarde*", significando mais ou menos "Não espero", repetido em dourado na vela principal.¹⁷ O navio de Coucy, "um dos mais suntuosos da esquadra [...] muito grande e ricamente decorado", teve uma sorte infeliz no Sena, onde estava ancorado. Foi capturado, com dois outros navios, numa ousada incursão de um almirante português, aliado do duque de Lancaster.¹⁸

Coucy não ficou imune ao orgulho do momento. Seu selo, apenso a um recibo de outubro de 1386 pelos pagamentos relativos à esquadra invasora, traz suas armas combinadas com o leopardo real da Inglaterra.¹⁹ Evidentemente, ele se sentia com o direito de alguma pretensão permanente, talvez relacionada com sua filha Filipa, prima irmã do rei da Inglaterra. O contingente pessoal de Coucy no exército de invasão compreendia cinco cavaleiros, 64 escudeiros e trinta arqueiros.

As amplas baías e estuários do Scheldt proporcionavam um enorme abrigo para a armada, com comunicações por terra e mar e pelos canais interiores, para Bruges. Dia após dia, chegava a procissão dos abastecimentos: dois mil barris de biscoitos, madeira para fazer carroças, moinhos manuais para moer o trigo, balas de canhão de ferro e pedra de Reims, cabos, velas, lanternas, colchões e enxergas de palha, urinóis, bacias de barbear, tinas de lavar roupa, pranchas para desembarque de cavalos, pás, picaretas e martelos. Os secretários preparavam uma torrente sem fim de encomendas, agentes compradores varriam a Normandia e a Picardia, a Holanda e a Zelândia, indo até a Alemanha e Espanha, em busca de provisões, de trigo para fazer duas mil toneladas de biscoito, de carne de porco e tocinho salgado, de cavala, salmão, enguias defumadas e arenque seco, favas e feijões secos, cebolas, sal, mil barris (ou quatro milhões de litros) de vinho francês, e 857 barris de vinho da Grécia, Portugal, Lepanto e Rumânia. O duque de Borgonha encomendou 101

bois, 447 carneiros, 224 cabritos, quinhentas galinhas gordas, capões e gansos, vasilhas de gengibre, pimenta, açafraão, canela e cravos, 900 libras de amêndoas, duzentas de açúcar, quatrocentas de arroz, trezentas de cevada, 94 barricas de azeite, quatrocentos queijos de Brie e 144 de Chauny.

Espadas, lanças, alabardas, armaduras, elmos "com novos visores", escudos, bandeiras, flâmulas, duzentas mil flechas, mil libras de pólvora, 138 balas de canhão de pedra, quinhentos esporões de navios, catapultas e lançadores de chamas foram recolhidos. Os armeiros martelavam e poliam, bordadores trabalhavam nas bandeiras, confeitheiros faziam os biscoitos do navio, os fornecimentos eram contados na entrega, empacotados, armazenados e carregados nos porões. Os ancoradouros se enchiam de navios de carga, carracas, barcaças, galeras e galeões.

De todos os preparativos, o mais estupendo era a cidade portátil, de madeira, para proteger e abrigar os invasores ao desembarcarem. Um enorme acampamento encerrando um lugar para cada capitão e sua companhia era praticamente uma Calais artificial a ser rebocada através da Mancha. Suas dimensões eram uma síntese da fantasia da onipotência. Deveria ter uma circunferência de 15km e uma área de 400ha, cercada por uma muralha de madeira de seis metros de altura, reforçada por torres a intervalos de 12 e 22m. Casas, quartéis, estrebarias e mercados onde as companhias iriam buscar sua provisões seriam estabelecidos ao longo de ruas e praças predeterminadas. Guilherme, o Conquistador, tinha levado um forte desmontável, de madeira, para a Inglaterra, para ajudar no seu desembarque, trezentos anos antes, e recursos semelhantes foram usados muitas vezes desde então, mas nada tão ousado em conceito e proporções havia sido jamais tentado.²⁰ Pré-fabricada na Normandia pelo trabalho de cinco mil madeireiros e carpinteiros, supervisionados por um grupo de arquitetos, essa cidade flutuante seria acondicionada e enviada em seções numeradas, de tal modo planejada que a sua montagem na cabeça-de-ponte poderia ser feita, ao que se afirmava, no incrível prazo de três horas. Para finalidades bélicas, o século XIV, como o XX, dispunha de uma tecnologia mais sofisticada do que a capacidade mental e moral que guiava o seu uso.

No Scheldt, o porto estava abarrotado de nobres, funcionários, artesãos e criados dos mais diferentes níveis, e todos tinham de ser alojados e pagos. A ausência do brilho do conde de Savóia foi compensada pelo seu filho Amadeu VII, chamado de Conde Vermelho, que recebia a todos, fossem humildes, médios ou grandes, e não deixava que ninguém saísse de sua mesa sem uma refeição. Eustáquio Deschamps também estava à mão, como poeta laureado, para a ocasião, tendo escrito, confiantemente:

Vossa será a terra dos ingleses,
Onde houve outrora uma conquista normanda,
E onde a bravura de novo irá à guerra.²¹

Todos os notáveis da França estavam presentes, exceto o duque de Berry, cujo atraso provocava preocupações.²²

A impaciência com o atraso do embarque aumentava. Os nobres ficavam em Bruges, “para estar mais à vontade”, e iam frequentemente a Sluys, onde estava o rei, para saber se o dia da partida havia sido decidido. A resposta era sempre amanhã, ou na próxima semana, ou quando a cerração se dissipar, ou quando o duque de Berry chegar. A massa de homens amontoados na área começava a ficar inquieta e indisciplinada. Muitos, inclusive os cavaleiros e escudeiros mais pobres, não podiam ser pagos, e o custo de vida subia, pois os moradores locais aumentavam os preços. Os cavaleiros queixavam-se que quatro francos mal davam para comprar o que antes valia um. Os flamengos eram mal-humorados e questionadores, “pois a gente comum tinha no coração o ressentimento pela batalha de Roosebeke”. Diziam uns para os outros: “Por que diabo o rei de França não atravessa para a Inglaterra? Já não somos pobres o bastante?”, embora admitissem que “os franceses não nos deixam mais pobres”.

Todas as desculpas para o adiamento resumiam-se agora a uma — esperar pelo duque de Berry. Sua ausência era um sinal de que o espírito da invasão não era na realidade unânime, que dúvidas e interesses conflitantes lutavam atrás das cortinas, que um partido da paz representado por Berry se opunha ao partido da guerra.

Berry estava absorvido demais na aquisição de bens e na arte para interessar-se pela guerra. Ele vivia para ter posses e não glória. Tinha duas residências em Paris, o Hôtel de Nesle e outra, perto do Templo, e construiu ou adquiriu um total de 17 castelos em seus ducados de Berry e Auvergne. Encheu-os de relógios, moedas, objetos esmaltados, mosaicos, marchetaria, livros ilustrados, instrumentos musicais, tapeçarias, estátuas, trípticos pintados em cores vivas ou ofuscante fundo dourado, emoldurados de pedras preciosas, taças e colheres de ouro, cruzes e relicários incrustados de jóias, relíquias e curiosidades. Possuía um dente de Carlos Magno, um pedaço do manto de Elias, a taça de Cristo na última ceia, gotas do leite da Virgem, cabelos e dentes dela em quantidade suficiente para distribuir como presentes, solo de vários sítios bíblicos, o dente de um narval, espinhos de porco, o dente molar de um gigante e vestimentas bordadas de ouro suficientes para paramentar todos os cânones de três catedrais ao mesmo tempo. Agentes mantinham-no informado sobre curiosidades, e, quando um mencionou os “ossos de um gigante” escavados perto de Lyon em 1378, ele autorizou imediatamente a compra. Mantinha cisnes e ursos vivos em sua criação preferida, um jardim zoológico com macacos e dromedários, e árvores frutíferas raras em seu pomar. Comia morangos com palitos de cristal encastoados de prata e ouro, e lia à luz das velas de seis castiçais de már-fim trabalhado.

Como muitos senhores ricos, tinha uma boa biblioteca de obras clássicas e contemporâneas; encomendou traduções do latim, comprou romances de livreiros de Paris e revestiu seus livros com encadernações preciosas, algumas em veludo vermelho com fechos de ouro. Encomendou de ilustradores renomados pelo menos vinte Livros de Horas, entre os quais duas requintadas obras-primas, o *Grandes Heures* e *Très Riches Heures*. Seu prazer era ver ilustradas as suas cenas e retratos fa-

voritos, inclusive o seu. Delicadas cidades de muitas torres e castelos, ocupações rurais, cavaleiros e damas no jardim, a caça, o salão de banquetes, pessoas vestidas com roupas de insuperável elegância ornamentavam os livros de orações. O próprio duque aparecia habitualmente vestido de azul-celeste, cujo pigmento era tão precioso que dois potes dele foram relacionados no inventário dos "tesouros" de Berry.

Ele introduziu o recém-inventado pedal do órgão em suas igrejas e comprou uma jaqueta nova por quatro libras, para que seu cornetista, que tocava tão bem, pudesse tocar um solo para Carlos V. Mandou moer ouro e pérolas juntos para tomar como laxativo, e durante a ociosidade forçada, quando foi sangrado para aliviar os efeitos da glotonaria e de uma tendência apoplética, jogava dados, seu passatempo favorito. Num jogo com cavaleiros que eram companheiros seus, apostou seu rosário de coral por 40 francos. Acompanhado pelos seus cisnes, ursos e tapeçarias, ia continuamente de um dos seus castelos para outro, levando obras de arte semi-acabadas de um artista de um lugar para serem completadas por artistas de outro, participando de procissões e peregrinações, visitando mosteiros, divertindo-se com a colheita das vinhas no outono, e mandando para casa, para a duquesa, certa ocasião em junho, novas favas, cerejas e 78 peras maduras. Colecionava cães, sempre procurando mais, sem se importar com a quantidade que já tinha, e, quando soube de uma variedade rara de galgo na Escócia, conseguiu um salvo-conduto do rei Ricardo II para que quatro mensageiros a cavalo fizessem uma viagem de ida e volta para levar-lhe um casal desses animais.²³

Os recursos para satisfazer seus gostos eram arrancados do povo do Auvergne e do Languedoc, quando foi seu governador, pela mais pesada tributação na França de sua época, semeando o ódio e a miséria que resultaram na insurreição de Montpelier e no seu afastamento. O castigo do levante dos Tuchins em 1383, quando ele era novamente governador em substituição a d'Anjou, foi sua oportunidade mais lucrativa. Em lugar de sentenças de morte contra os líderes, ele vendeu perdões e impôs às comunas uma enorme multa de 800 mil francos de ouro, quatro vezes mais do que todo o Languedoc tinha sido capaz de recolher para o resgate de João II.²⁴ Isso seria pago com um imposto sem precedentes de 24 francos por fogo. Sem se moderar e sem se modificar, Berry continuaria por mais trinta anos até arruinar suas terras para pagar suas despesas. Morreu insolvente em 1416, aos 76 anos.

Na época em que era esperado no Scheldt, tinha 46 anos, era vaidoso, amante dos prazeres, obstinado, presa fácil de parasitas, medíocre na mente e no espírito, redimido da vulgaridade apenas pelo amor e estímulo à beleza. Talvez a paixão de toda a sua vida fosse uma reação à própria feiúra de suas feições grosseiras, que ele enfatizava maldosamente; o rosto de nariz achatado aparece em pratos, selos, camafeus, tapeçarias, painéis de altar, vitrais, Livros de Horas. De acordo com um poema popular, o duque queria cercar-se "apenas de pessoas de nariz achatado em sua corte".²⁵

Berry só apareceu em Scheldt a 14 de outubro. Os dias já se estavam tornando curtos e frios, as águas do canal mais agitadas. Antes disso, porém, em meados de

setembro, ocorreu um desastre com a cidade portátil. Carregada em 72 navios, estava ela a caminho desde Ruão para Scheldt quando o comboio foi atacado por um esquadrão inglês ao largo de Calais e três dos navios franceses foram aprisionados, juntamente com o mestre-carpinteiro encarregado da construção. Grandes demais para entrar em Calais, dois dos navios foram rebocados para a Inglaterra, e as partes da cidade que transportavam exibidas em Londres, para temor e satisfação dos ingleses. Para os franceses, essa perda era um prenúncio.

O monge de St. Denis, que em tudo via augúrios, falou de nuvens de corvos carregando brasas vivas que depositavam em telhados de palha de celeiros, bem como de uma das terríveis tempestades que surgem regularmente em todos os momentos sombrios de sua crônica e, nesse caso, arrancou pela raiz as árvores mais altas e destruiu uma igreja com um raio. No dia seguinte à chegada de Berry, os elementos, “aparentemente irritados pela demora”, agitaram o mar e fizeram subir ondas “como montanhas”, que destruíram navios e foram seguidas de chuvas que davam a impressão de estar Deus enviando um novo dilúvio. Muitos mantimentos, ainda não carregados, estragaram-se.

Três semanas de indecisão passaram-se. Em novembro, os capitães de 150 dos navios de invasão apresentaram uma lista de razões pelas quais a partida era agora impossível: “Verdadeiramente, o mar está amaldiçoado: item, as noites são longas demais; item, escuras demais [e segue-se uma longa lista de “itens”], frias demais, chuvosas demais, *fresques* demais. Item, precisamos de uma lua cheia; item, precisamos do vento. Item, as terras da Inglaterra são perigosas, os portos são perigosos; temos muitos navios velhos, muitos navios pequenos, tememos que os navios pequenos possam ser afundados pelos navios grandes...”²⁶ As monótonas negativas indicam a justificação de uma decisão já tomada.

Toda a imensa empreitada, com seu enorme investimento em navios, armas, homens, dinheiro e provisões, foi cancelada, pelo menos para aquele inverno. O grande exército desintegrou-se e partiu, os gêneros perecíveis foram vendidos aos flamengos abaixo do custo, o restante da cidade portátil foi dada pelo rei ao duque de Borgonha, que a usou para construções em seu próprio domínio. Do outro lado do canal, os ingleses comemoraram.

Reconheceu-se, na época, que Berry, pessoalmente, não “tinha nenhum desejo de ir à Inglaterra”, e não queria que a expedição fosse. O desejo de uma paz negociada aumentava de ambos os lados, embora enfrentasse sempre a oposição de um partido da guerra, em cada um dos dois países. A classe mercantil, em especial, queria acabar com essa “guerra inútil”²⁷ e muitos que reconheciam não estar ela levando a resultado algum argumentavam em favor da paz como um passo para acabar com o cisma e unir os dois grandes reis cristãos contra os turcos. Quer raciocinasse ou não nesses termos, Berry preocupava-se certamente com o dinheiro consumido na guerra, e estava em comunicação com o duque de Lancaster, que gostaria de ver seu país em paz com a França, para ter liberdade de lutar por suas ambições em Castela. Sob o pretexto de uma conversação de paz, Berry e Lancaster se tinham encontrado em princípios daquele ano, encontro do qual ambos saíram com

ar satisfeito, e um ano depois Berry, então viúvo, negociou seu casamento com a filha de Lancaster, embora sem resultados.

Filipe, o Audaz, mesmo com o risco de deixar o reino sob controle do irmão, poderia ter partido sem ele, se sua vontade correspondesse ao ousado lema que flutuava em seus mastros. Mas temia o risco de um levante em Flandres, se partissem. As flâmulas proclamando “Não espero” foram abaixadas e ele, afinal de contas, esperou. Ao mesmo tempo, o Conselho Real também alimentava dúvidas quanto ao sucesso militar. Muito antes dos presságios de corvos que incendiavam celeiros e tempestades que arrancavam árvores, um relatório de Avignon mencionava “o grande debate sobre se o rei invadirá ou não”.

O verdadeiro fator determinante foi, provavelmente, a relutância em embarcar. Atravessar o canal da Mancha era, na melhor das hipóteses, uma empresa incerta, agravada no caso pelos “ventos oeste terríveis” das proximidades do inverno. E acima de tudo havia a perspectiva de um litoral hostil do outro lado. Frente a esse risco, os invasores em potencial, depois de fazer preparativos tão grandiosos quanto os de 1386, recuaram — como Napoleão e como Hitler. Durante toda a guerra no século XIV os ingleses tinham à sua disposição cabeças-de-ponte de aliados em Flandres, Normandia ou Bretanha, ou seus próprios portos em Calais e Bordéus. Não conhecendo tais vantagens, os franceses nunca foram além das incursões punitivas, sem tentar manter a ocupação da terra. Em qualquer das duas direções, nenhuma invasão bem-sucedida de um litoral hostil foi realizada, entre 1066 e 1944.

Se o medo era um dos motivos, não foi admitido. A invasão foi considerada apenas como adiada até o ano seguinte, quando uma versão menor seria lançada sob o comando do condestável e de Coucy. Em março de 1387, Carlos VI fez uma visita cerimonial a Coucy-le-Château, em parte para discutir planos, como indica um documento que sobreviveu, relativo a abastecimentos para o “exército” que o *sire* de Coucy comandará “para ir para a Inglaterra”.²⁸ A visita do rei tinha também, sem dúvida, o objetivo de promover o interesse da coroa pelo domínio de Coucy. Desta vez nenhum poeta cortesão documentou o encontro, mas um pequeno crime cometido na ocasião provocou uma das cartas reais de perdão que constituem, para nós, janelas sobre a vida dos pobres.

Um certo Baudet Lefèvre, “pobre e com muitos filhos”, furtou do castelo duas salvas de estanho usadas no serviço de jantar do rei, escondeu-as sob a túnica e dirigiu-se a uma hospedaria da cidade, onde foi visto por um sargento de “nosso caro e amado primo, o *sire* de Coucy”, que lhe perguntou: “O que fazes aqui?” Baudet respondeu: “Estou me aquecendo.” Ao falar, o sargento viu as duas salvas e o prendeu. Foi levado para a prisão no castelo, onde também se descobriu que tinha furtado uma salva de prata com as armas reais. “Na prisão ele provavelmente teria morrido se nosso perdão e graça não fosse humildemente implorado, e como o dito Baudet sempre foi homem de vida limpa e discurso honesto sem nenhum outro malfeito em sua história, temos o prazer de conceder-lhe essa graça e mercê”, e absolver, soltar e perdoar o suplicante, agora e no futuro, por “nossa especial

graça e autoridade real", de todo crime, multas, castigo civil e criminal que ele pudesse sofrer, e devolvê-lo, e a sua boa mulher, ao seu lar, e que isso seja conhecido de todos os oficiais de Justiça da região e seus representantes ou sucessores agora ou no futuro.²⁹

Que tudo isso fosse necessário, em nome do rei, pelo roubo de três salvas — e a palavra *roubo* não é usada no documento —, sugere, além da simples prolixidade, o cuidado tomado para mostrar o rei como protetor do pobre.

Em maio, dois meses depois da visita real, Coucy compareceu a uma reunião do Conselho Real, com o almirante de Vienne, Guy de la Tremoille representando Borgonha, Jean le Mercier, o ministro do rei, e outros, para discutir a retomada dos planos de invasão da Inglaterra. Segundo o monge de St. Denis, a "vergonhosa" partida do rei e dos nobres do Scheldt tinha causado penosa impressão a todos os franceses, disso resultando a necessidade de apagar tal impressão, desfechando-se um vigoroso golpe contra a Inglaterra, e "cometer ali todos os excessos de um inimigo contra outro inimigo". Evidentemente, o plano de conquista se tinha reduzido a apenas uma incursão.

A expedição devia ser dividida em duas partes: uma, comandada pelo condestável, partiria da Bretanha; a outra, comandada pelo almirante, Coucy e o conde Waleran de St. Pol, partiria de Harfleur, na Normandia. Seu objetivo era Dover. Deveriam levar seis mil soldados, dois mil besteiros, seis mil outros homens de guerra, alimentos suficientes para três meses, inclusive feno e aveia para os cavalos, e armamentos em boas condições. Os planos eram certamente autênticos, pois em junho um navio do *sire* de Coucy foi carregado em Soissons-sobre-o-Aisne com alimentos, louças, equipamentos de cozinha, roupa de cama, armas e tendas a serem entregues em Ruão.³⁰ Coucy, Vienne e os outros estavam em Harfleur na ocasião. Ataques costeiros partidos de Calais, comandados pelo feroz *sir* Henry Percy, chamado o Impetuoso, não conseguiram impedir esses preparativos, porque Percy atacou ao norte, na direção errada. O dia da partida foi fixado, todas as provisões embarcadas, todos os homens receberam seus soldos por 15 dias, "e a viagem tão preparada que se considerava impossível sustá-la".

Procurando impedi-la da melhor maneira que podiam, os ingleses encontraram seu instrumento, dessa vez, no conspirador crônico Jean de Montfort, duque de Bretanha. Determinar qual a posição de Montfort num dado momento, quando ele tentava manter um equilíbrio entre a Inglaterra e a França, era tarefa que exigia a arte de um adivinho. À medida que surgiram partidos que defendiam políticas opostas nos dois países, seu problema complicou-se mais e suas negociações tornaram-se mais emaranhadas. Não é de espantar que, segundo sua fama, fosse um soberano facilmente dado às lágrimas.

Uma constante em seus sentimentos era o ódio que nutria pelo conterrâneo e súdito Olivier de Clisson, condestável de França.³¹ Tal sentimento, que era correspondido, não impediu que Montfort celebrasse com ele um tratado em 1381, pelo

qual, "em consideração ao perfeito amor e afinidade que temos pelo nosso caro e bem-amado primo e vassalo, *messire* Olivier, *seigneur* de Clisson, condestável de França [...] prometemos ser um bom, sincero e benévolo senhor do dito *seigneur* [...] e proteger bem a sua honra e o estado de sua pessoa". Olivier prometia fidelidade recíproca como vassalo. O amor e a afinidade de Montfort transformaram-se em ódio espumante quando Clisson promoveu o casamento de sua filha com Jean de Penthievre, filho do falecido rival de Montfort, Charles de Blois, e agora herdeiro do ducado, já que àquela época Montfort não tinha filhos.

Através de pressões e ofertas várias, a Inglaterra trabalhava Montfort para que agisse a fim de frustrar a invasão francesa. Ao mesmo tempo, ele envolveu-se com Borgonha e Berry. Como primo da duquesa de Borgonha, estava ligado ao marido dela na estreita associação que acompanhava automaticamente o parentesco pelo casamento, na Idade Média. Em maio de 1387, concluiu um tratado privado com o duque de Berry. O interesse comum que tinha com os dois irmãos era a hostilidade contra o condestável.

Como Coucy previa, o posto de condestável criava inimigos, entre os quais os tios do rei se incluíam, naturalmente, com destaque. Qualquer ocupante do cargo dispunha de um poder capaz de ameaçar o deles, e a personalidade de Clisson estimulava ainda mais o antagonismo, devido à sua riqueza. Ele estava ganhando 24 mil francos anuais como condestável, adquirindo feudos, construindo um palácio em Paris e emprestando dinheiro a todos: ao rei, à duquesa d'Anjou, a Berry, a Bureau de la Rivière, e 7.500 florins ao papa, em 1384. Quando os devedores atrasavam os pagamentos, como era comum, ele podia estender os prazos e lucrar com maiores garantias e juros.

Em junho de 1387, Clisson foi aprisionado por Montfort num golpe tão sensacional quanto e muito semelhante ao ataque contra Bernabò, embora não tão perfeito. Montfort convocou um Parlamento em Vannes, ao qual todos os nobres bretons estavam obrigados a comparecer. Durante a reunião, ele tratou Clisson com toda a amabilidade e, posteriormente, recebeu-o para jantar e o convidou, com seu séquito, a visitar seu novo castelo de Hermine, perto de Vannes. Montfort conduziu os convidados, amavelmente, para uma visita às edificações, indo à adega provar o vinho e, ao chegar à entrada do *donjon*, disse: "*Messire* Olivier, não conheço nenhum outro homem, deste lado do mar, que entenda tanto de fortificações quanto o senhor; logo, peço-lhe que suba as escadas e me dê a sua opinião sobre a construção da torre, e, se houver falhas, eu as mandarei consertar de acordo com suas instruções."

"Com muito prazer, *monseigneur*", respondeu Clisson. "Eu o acompanho."

"Não, senhor, vá sozinho", respondeu o duque, dizendo que enquanto o condestável fazia a inspeção ficaria conversando com o *sire* de Laval, cunhado de Clisson. Embora este não tivesse razões para confiar em seu anfitrião, julgava-se seguro como hóspede. Subiu as escadas e, ao entrar no salão do primeiro andar, um grupo de soldados o agarrou e prendeu com três pesadas correntes, enquanto por todo o castelo outros homens fechavam portas e portões com grande estrépito.

Com isso, “gelou o sangue” de Laval e ele olhou fixamente o duque, que “ficou verde como uma folha”. “Pelo amor de Deus, *monseigneur*”, exclamou Laval, “o que estais fazendo? Não façais nada contra o meu cunhado, o condestável!”.

“Monta teu cavalo e vai-te daqui”, respondeu-lhe Montfort. “Sei o que tenho de fazer.” Laval recusou-se a partir sem o condestável. Naquele momento outro membro do grupo de Clisson, Jean de Beaumanoir, aproximou-se rapidamente, e ansioso. Montfort, que o odiava, puxou a adaga e, correndo para ele como se estivesse louco, gritou: “Beaumanoir, queres ter a sorte de teu senhor?” Beaumanoir respondeu que se sentiria honrado com isso. “Tu queres ser como ele?”, gritou o duque furioso, e, quando o outro respondeu que sim, replicou: “Bem, então arrancarei teu olho!” Com mão trêmula, sustentou a adaga ante os olhos de Beaumanoir, mas não pôde enfiá-la. “Vai-te!”, gritou com voz rouca. “Não terás melhor nem pior sorte do que ele”. E mandou que seus homens o arrastassem para uma cela e também o prendeu a ferros.

Laval permaneceu a noite inteira ao lado do duque, evitando, com rogos e persuasões, que ele mandasse matar Clisson. Três vezes Montfort deu a ordem de cortarem-lhe a cabeça ou amarrarem-no num saco para afogá-lo, e duas vezes os guardas retiraram-lhe as correntes preparando-se para a execução da ordem. Em cada uma dessas ocasiões, Laval conseguiu, de joelhos, dissuadir no último momento o torturado duque, recordando-lhe como ele e Clisson tinham crescido juntos, que o condestável lutara pela sua causa em Auray, e que, se o matasse agora depois de convidá-lo a jantar e a visitar seu castelo como hóspede, “nenhum príncipe será tão desonrado quanto vós [...] censurado e odiado por todo o mundo”. Se, em lugar disso, exigisse um resgate por Clisson, poderia obter grandes somas, cidades e castelos, dos quais Laval ofereceu-se como fiador.

Essa sugestão convenceu Montfort, finalmente. Não queria fiador nem promessas, mas 100 mil francos em dinheiro e a entrega, a representantes seus, de duas cidades e três castelos, inclusive o de Josselin, residência de Clisson, antes de soltar o condestável. Clisson não teve opção, senão firmar tais condições e permanecer encarcerado, enquanto Beaumanoir era enviado para recolher o dinheiro. “E se eu disser que tais coisas aconteceram e não contar tudo”, escreveu Froissart, “seria uma crônica, e não história”.

Quando foi dado o alarme pelo desaparecimento do condestável, supôs-se que tinha sido morto, e que a viagem à Inglaterra estava “perdida e frustrada”. Em Harfleur, Coucy, Vienne e St. Pol não pensaram em partir sem Clisson, mesmo depois que se soube estar ele vivo. O terrível ato do duque absorvia todas as atenções, e o insulto ao rei, representado pelo aprisionamento do seu condestável, tinha precedência sobre um ato de guerra contra a Inglaterra. A expedição, com todos os seus navios, provisões e soldados, foi abandonada como antes, tão facilmente a ponto de se perguntar se as interrupções não foram bem recebidas. Se o golpe destinava-se a frustrar a invasão, obteve êxito total, mas não para Montfort, que não tinha a vontade granítica de Gian Galeazzo.

Como o cisma na Igreja, como o banditismo dos cavaleiros, como o munda-

nismo dos padres, o ato de Montfort colaborava na destruição de pressupostos básicos. Provocou consternação. Cavaleiros e escudeiros, em discussões preocupadas, diziam-se mutuamente: "Com isso nenhum homem pode confiar em príncipe algum, já que o duque enganou esses nobres." O que diria o rei francês? Certamente, nunca havia ocorrido um caso tão vergonhoso na Bretanha ou em qualquer outro lugar. Se um cavaleiro pobre tivesse praticado tal ato estaria desonrado para sempre. "Em quem pode um homem confiar, senão em seu senhor? E o senhor deve fazer-lhe justiça e mantê-lo."

Ao ser libertado, Clisson, com apenas dois pajens, galopou diretamente para Paris, com tal fúria, em busca de satisfação, que teria percorrido 250km por dia e chegado à capital em 48 horas. O rei, sentindo que sua honra estava ligada à do condestável, estava ansioso por represálias, mas seus tios, que ainda governavam por ele, inclinavam-se menos a isso. Indiferentes às perdas de Clisson, disseram-lhe que ele devia ser mais cauteloso e não aceitar o convite de Montfort, especialmente às vésperas da expedição contra a Inglaterra, e rejeitaram qualquer idéia de ação marcial contra o duque. O governo cindiu-se nessa questão, com os tios de um lado, e o condestável — apoiado por Coucy, Vienne, Rivièrre, Mercier e pelo irmão mais novo do rei, Luís — do outro. Coucy insistiu em que o rei devia tomar conhecimento dos fatos e exigir que Montfort devolvesse o que tinha tomado.¹² Os tios, já ciumentos da influência de Clisson sobre o rei e de suas relações estreitas com Coucy e Rivièrre, não queriam nada que lhe aumentasse o prestígio. No meio dessa luta, surgiu outra crise.

Um jovem ousado e exibicionista, o duque de Guéldria,¹³ mandou por arauto um surpreendente e insolente desafio a Carlos VI, anunciando-se aliado de Ricardo II e, portanto, inimigo pronto a desafiar "a ti, que te intitulas rei de França". Sua carta era dirigida simplesmente a Carlos de Valois.¹⁴ Esse gesto fanfarrão de um pequeno príncipe germânico, governante de um estreito território entre o Meuse e o Reno, espantou a corte, embora tivesse uma explicação. O duque de Guéldria aceitara recentemente pagamento para declarar-se vassalo do rei da Inglaterra, e seu desafio ao rei francês era uma provocação inspirada sem dúvida pelos ingleses.¹⁵

Carlos ficou encantado com a oportunidade cavalheiresca. Encheu o arauto de presentes e quis difundir a glória de seu nome numa guerra pessoal, e "ver novos e distantes países". Enfrentando dois desafios simultâneos, um da Bretanha no oeste e outro de Guéldria no leste, o Conselho debateu demoradamente o que fazer. Alguns achavam que o gesto de Guéldria devia ser tratado como pura "fanfarronada" e ignorado, mas outra vez Coucy levantou a questão da dignidade, não tanto da coroa, mas dos nobres. Argumentou de forma exaustiva no Conselho que se o rei deixasse tais insultos passarem impunes, os países estrangeiros teriam os nobres da França realmente em muito baixa conta, já que eram os conselheiros do rei e tinham jurado defender-lhe a honra.¹⁶ Coucy também pode ter achado que a França tinha de fazer alguma coisa, depois de abandonar, por duas vezes, o ataque à Inglaterra. O fato de se sentir atingido pessoalmente pelo caso impressionou os seus

ouvintes, que concordaram em que “ele compreendia os germanos melhor do que qualquer pessoa, devido às suas disputas com os duques da Áustria”.

Desta vez, Coucy viu-se aliado a Filipe, o Audaz, muito favorável a uma campanha contra Guéldria devido aos seus interesses pessoais. Entre Flandres e Guéldria ficara o ducado de Brabant, em cujos negócios Filipe, com um olho na expansão, estava profundamente envolvido. Estimulando o entusiasmo do rei, ele queria levar a França à guerra com Guéldria, mas o Conselho insistia numa solução na Bretanha, primeiro, dizendo que, se o rei e seus nobres fossem lutar contra o duque de Guéldria, Montfort poderia abrir o caminho para os ingleses.

Rivière e o almirante de Vienne, mandados para negociar com Montfort, encontraram uma obstinada resistência. O duque dizia apenas que não se arrependia de nada que tinha feito com o condestável, exceto uma coisa: tê-lo deixado escapar vivo. Nem se desculpava da violência contra um hóspede, “pois devemos pegar nosso inimigo onde pudermos”. Seguiram-se vários meses de pressões e contra-pressões de todos os interessados, enquanto Coucy insistia com o Conselho. A questão continuou pendente enquanto o ano terminava, levando consigo um outrora grande agitador, a víbora que definhara, Carlos de Navarra.

Depois de uma última tentativa de envenenamento — desta vez, de Borgonha e Berry —, Navarra morreu em circunstâncias horríveis. Doente e prematuramente envelhecido aos 56 anos, sofria de calafrios e tremuras e, por ordem médica, era envolvido à noite em roupas embebidas em conhaque para aquecer-lhe o corpo e provocar suor. Para serem mantidas no lugar, essas faixas eram costuradas nele como um sudário, e certa noite pegaram fogo com a vela de um criado que se inclinou para cortar uma linha. Aos gritos de dor do rei, o tecido embebido de conhaque inflamou-se em torno de todo o seu corpo; ele viveu ainda duas semanas sem que os médicos pudessem aliviar sua agonia, antes de expirar.¹⁷

No ano novo o Conselho decidiu mandar o próprio Coucy, como ex-cunhado de Montfort, para uma nova tentativa de fazê-lo ceder. Achou-se que ninguém poderia ser mais agradável ao duque, ou ter “maior peso”. Com ele iriam Rivière e de Vienne, constituindo-se numa missão de “três senhores muito inteligentes”. Informado de sua vinda, Montfort compreendeu, pela presença de Coucy, que o assunto era sério. Saudou-o cordialmente, ofereceu-lhe partidas de caça com falcão, acompanhou-o aos seus aposentos, “brincando e falando de muitas coisas sem importância, como fazem os senhores que não se vêem há muito tempo”. Quando chegou à questão, nem mesmo a famosa persuasão de Coucy e suas “belas e gentis palavras” puderam, a princípio, movê-lo. Ele ficou junto de uma janela, olhando para fora, durante longo tempo, em silêncio, depois voltou-se e disse: “Como pode ser alimentado o amor, quando há apenas ódio?” E repetiu que só se arrependia de ter deixado Clisson vivo.¹⁸

Foram necessárias duas visitas e os mais elaborados e eloqüentes argumentos e delicadas alusões à fraqueza da posição de Montfort — pois na verdade ele tinha pouco apoio entre os seus súditos — para que Coucy conseguisse seu objetivo. Depois de convencer Montfort a devolver os castelos de Clisson, ele voltou para

obter a restituição total do dinheiro e, o que era mais difícil de tudo, levar de alguma forma o duque para ser julgado em Paris. Querendo desesperadamente evitar Clisson, Montfort apresentou mil desculpas, mas com a ajuda da pressão de Borgonha, então ansioso por uma solução, foi dobrado. Para vencer-lhe o medo de ser assassinado, Coucy convenceu-o a ir até Blois, onde seria recebido pelos tios do rei. Com um salvo-conduto real, reforçado pela sua própria escolta de mil homens, Montfort aventurou-se a subir o Loire numa flotilha de seis navios e, em junho de 1388, acabou chegando aos portões do Louvre, em Paris. A devolução das propriedades de Clisson e um perdão formal do rei foram selados na fórmula usual de reconciliação, na qual o duque e o condestável juraram ser "bons e leais" soberano e vassalo, respectivamente, e, olhando-se, beberam da mesma taça, como mostra de "amor e paz".

Como prova de apreciação, Coucy recebeu do rei uma Bíblia francesa,³⁹ e da história, através de Froissart, um tributo memorável: "E eu conheci quatro senhores que eram os melhores anfitriões entre todos aqueles com os quais convivi: o duque de Brabante, o conde de Foix, o conde de Savóia e, especialmente, o *sire* de Coucy; pois ele era o mais gracioso e persuasivo senhor de toda a cristandade [...] o melhor versado em todos os costumes. Era essa a fama de que gozava entre todos os senhores e damas da França, Inglaterra, Germânia e Lombardia, e em todos os lugares onde era conhecido, pois ele viajou muito e viu muito do mundo, e também era naturalmente inclinado a ser cortês."⁴⁰

Com esses talentos, Coucy tinha conseguido dominar o mais indisciplinado dos vassallos, desde Carlos de Navarra.

Rompe-se a ficção



DUPLO COLAPSO da invasão francesa da Inglaterra e , do lado inglês, os sucessivos fiascos das incursões de Buckingham e Norwich revelaram a ino-cuidade das pretensões cavaleirescas. Para aumentar a humilhação, os cavaleiros austríacos foram dizimados em 1385 pelos plebeus suíços em Sempach, numa batalha que inverteu o resultado de Roosebeke.

Os austríacos, esperando reproduzir o massacre francês dos “incrêus” da classe não-militar, tinham desmontado para combater a pé, como os franceses em Flandres. Mas os suíços estavam preparados para movimentos rápidos e flexíveis, ou seja, o contrário da linha compacta que causou a derrota dos flamengos. Quando a sorte voltou-se contra os austríacos, suas reservas montadas fugiram da batalha sem lutar, tal como o batalhão de Orléans fugiu em Poitiers. Ao final, dos novecentos homens da vanguarda austríaca, quase setecentos cadáveres, inclusive o duque Leopoldo, jaziam por terra.

O que faltava aos cavaleiros, no apagar do século XIV, era a inovação. Apegando-se às formas tradicionais, eles pouco refletiram sobre a tática, ou pouco a estudaram de maneira profissional. Quando todos os membros da casta nobre eram guerreiros por determinação de classe, o profissionalismo não se tornava maior, e sim menor.

A ordem da cavalaria não tinha consciência de sua decadência ou, se tinha, apegava-se ainda mais apaixonadamente às aparências e aos ritos ostentatórios, para convencer-se de que a ficção ainda era realidade. Observadores externos, porém, vinham-se tornando cada vez mais críticos, à medida que a ficção se tornava também cada vez mais implausível. Cinquenta anos tinham transcorrido desde o começo da guerra com a Inglaterra, e cinquenta anos de guerra destruidora não po-

diam deixar de diminuir o prestígio de uma classe combatente que não podia vencer, nem fazer a paz, mas apenas acumular danos e sofrimentos sobre o povo.

Deschamps zombou abertamente da aventura na Escócia, numa longa balada com o estribilho, "Não estais agora no Grand Pont em Paris":

Vós que estais vestidos como noivos,
Vós que falais tão bem, quando na França,
Dos grandes feitos que praticáreis,
Ide à conquista do que já foi vosso.
O que é? A fama que por tanto tempo
Honrou vosso país.
Se buscais recobrá-la em batalha,
Mostrai vossa bravura, e não as vossas roupas [...]
Não estais agora no Grand Pont em Paris.¹

Mézières, também, ao escrever sua *Songe du vieil pèlerin*, em 1388, não conteve seu desprezo, tal como Honoré Bonet não contivera suas críticas. Porque os cavaleiros tinham conquistado uma vitória "pela mão de Deus em Roosebeke contra uma multidão de pisoeiros e tecelões, encheram-se de vaidade e consideram-se pares de seus ancestrais, o rei Artur, Carlos Magno e Godefroy de Bouillon. De todas as regras da guerra escritas pelos assírios, judeus, romanos, gregos e todos os cristãos, essa cavalaria francesa não respeita um décimo, mas ainda assim acha que não há no mundo ordem da cavalaria de valor igual ao seu".²

As roupas elegantes e os hábitos de luxo dos nobres, seus quartos individuais onde se fechavam até o meio-dia, suas camas macias e banhos perfumados³ e os confortos que usufruíam em campanha, eram citados como provas de que a cavalaria se tornara frouxa. Como Jean Gerson, chanceler da universidade, observou com sarcasmo alguns anos depois, os romanos antigos "não arrastavam após si três ou quatro cavalos de carga e carroças carregados de mantos, jóias, tapetes, botas e meias e tendas duplas. Nem levavam consigo os fogões de ferro ou latão para fazer pasteizinhos".⁴

Mais do que camas fofas e afetação, era o fracasso moral da cavalaria que espantava. Em lugar de trovadores glorificando o cavaleiro e o amor ideais em épicos românticos, eram os moralistas que deploravam, na sátira, na alegoria e em tratados didáticos, o que o cavaleiro se tinha tornado: predador e agressor, e não defensor da justiça. As canções de gesta já não eram compostas na segunda metade do século. Entretanto, como os *fabliaux* eróticos desapareceram ao mesmo tempo, a causa pode não ter sido o fracasso do ideal, mas talvez um desaparecimento misterioso do espírito literário. Os vícios, loucuras e estranhas desordens da época exigiam a moralização, e, não obstante, ironicamente, foram os louvores tecidos por Froissart à cavalaria, segundo a imagem que ela fazia de si mesma, que perduraram.

Na Itália, as queixas tinham uma origem diferente: a cavalaria estava separada da nobreza. "Há alguns anos", lamentou Franco Sacchetti no final do século, "padeiros, cardadores de lã, usurários, cambistas de dinheiro e guarda-costas tornaram-se cavaleiros. Por que um funcionário precisa da cavalaria quando vai presidir

alguma cidade provinciana? [...] Como caíste, infeliz dignidade! De toda a longa lista de deveres cavaleirescos, qual o único cumprido por esses cavaleiros nossos? Quero falar dessas coisas para que o leitor veja que a cavalaria está morta.”⁵

O tom taciturno de Sacchetti era partilhado por quase todos. Com as cortes da França e Inglaterra governadas por menores e presas de facções, com o novo imperador Venceslau revelando-se um bêbedor e bruto, com a Igreja dividida entre dois papas, cada qual o mais distante possível da santidade, não havia brilho da classe dominante capaz de esconder suas manchas. Coucy tinha razão ao perceber a queda de prestígio, embora o remédio por ele sugerido viesse apenas agravar as coisas.

A campanha de Guéldria, em setembro-outubro de 1388, mostrou que “bagunça” já era uma condição militar muito antes da palavra ser criada. A expedição foi mobilizada em escala totalmente desproporcional ao seu reduzido objetivo ou possível ganho. Devido às suas relações no Bar e na Lorena, que ficavam a caminho, e ao seu conhecimento do terreno, Coucy foi designado para recrutar os senhores da área e planejar a campanha. O melhor caminho passava pelo Brabante, mas as cidades e nobres daquele ducado advertiram que nunca permitiriam a passagem de um exército francês, porque causaria mais prejuízos às suas terras “do que se o inimigo estivesse no país”.

Foi tomada a decisão forçosa de marchar em linha reta pela escura e proibitiva floresta de Ardenas, onde, observa Froissart, com uma inexatidão admirável, “nenhum viajante passara antes”. Para isso foi necessário mandar batedores desbravar o caminho, seguidos de uma força de 2.500 homens para abrir uma estrada, tarefa de engenharia tão desafiadora quanto a cidade portátil. O custo foi pago por meio de um imposto tríplice sobre o sal e as vendas, para uma finalidade difícil de ser justificada como defesa do reino. Talvez por isso Coucy tenha sido instruído para recrutar em seu próprio nome, como se fosse outra expedição contra os Habsburgos, e não em nome do rei.

Liderada por Coucy, uma vanguarda de mil lanças começou a marcha, seguida pelo rei e o corpo principal, com “12 mil carroças de bagagem, sem contar os animais de tiro. A caminho, Coucy recebeu inesperadamente uma missão a Avignon, cujo teor não se sabe, mas provavelmente relacionada com o plano que continuava a obcecar os franceses: conquistar Roma para Clemente. Retornou — para grande alegria de todo o exército — dentro de um mês, o que, levando-se em conta o trajeto de quase 800km em ambas as direções, foi uma viagem muito rápida.

Pouco combate e nenhuma glória foi proporcionada pela campanha de Guéldria. Ela ficou paralisada pelas negociações. As tendas molharam-se depois de um verão de pesadas chuvas, as provisões apodreceram com a umidade, o alimento tornou-se escasso, apesar de ser a Guéldria um país rico. A volta, depois de satisfeita a honra por meio de um pedido negociado de desculpas do duque de Guéldria, foi terrível, sob pesadas chuvas. As estradas estavam lamacentas, os cavalos tropeçavam em troncos e pedras escorregadios, os homens se afogavam ao atravessar rios cheios que arrastavam carroças com butim. Cavaleiros, escudeiros e grão-

senhores voltaram para casa sem orgulho nem lucro, muitos deles doentes ou esgotados, culpando o duque de Borgonha, cujas ambições no Brabante consideravam, acertadamente, como responsáveis pelo que passaram. Coucy não parece ter sido censurado, tal como não havia sido na insurreição de Paris. Desde o início do reinado, o governo dos tios tinha arrastado o país a despesas ruinosas, numa série de projetos grandiosos que acabavam em nada. Em Guéldria o crédito dos tios esgotou-se.

A consciência de que o governo era ruim fala pelos presságios e incidentes mencionados na história de um cronista crítico, como o monge de St. Denis. Enquanto o exército de Guéldria estava sendo reunido, diz ele, um eremita viajou desde a Provença para dizer ao rei e aos seus tios que tinha recebido instruções de um anjo para adverti-los para que tratassem seus súditos com mais brandura e os onerassem menos com impostos e taxas. Os nobres da corte zombaram do eremita pela sua pobreza e mostraram-se surdos aos seus conselhos, e, embora o jovem rei o tratasse com bondade, dispondo-se a ouvi-lo, os tios o mandaram embora e decretaram o imposto tríplice.

A sátira de Deschamps tornou-se mais cáustica depois de campanha de Guéldria, da qual participou pessoalmente, tendo adoecido, como outros, de um "fluxo intestinal".⁶ Os militares não têm um bom amigo num correspondente de guerra que sofra de disenteria. Em muitas baladas, o tema de Deschamps é uma comparação desfavorável com os cavaleiros do passado. Eles se tinham endurecido pelo demorado aprendizado e treino, feito longas viagens, praticado a luta e o lançamento da pedra, a escalada de fortes, e o combate com escudo e espada. Agora, os jovens desprezavam o treino e chamavam de covardes os que os queriam instruir. Passam a juventude comendo e bebendo, gastando e tomando emprestado, "polindo-se até se tornarem brancos como o marfim [...] cada um deles um paladino" Dormem entre lençóis brancos, pedem vinho ao acordar, comem pombos e capões gordos, penteiam o cabelo de modo perfeito, nada sabem sobre a administração de propriedades, não se preocupam senão em ganhar dinheiro. São arrogantes, ímpios, enfraquecidos pela glotoneria e pelo deboche, e inadequados à carreira das armas, "a mais dura do mundo".

Denunciando-os pela frouxidão e indolência, Deschamps os castiga, por outro lado, pela imprudência, improvidência e mau julgamento. No seu *Lay de vaillance*, eles não mantêm a ordem, não colocam vigias à noite, não mandam batedores ou guarda avançada, não dão proteção aos forrageiros, deixam que carroças e provisões sejam capturadas. "Quando faltava pão por um dia, ou chovia pela manhã, gritavam: 'O exército passará fome!', e quando deixavam suas provisões se perderem no chão, queriam voltar." Partem no inverno, atacam sem prudência e na estação errada, nunca pedem conselhos aos mais idosos enquanto não se sentem em perigo, queixam-se em altas vozes quando em dificuldades e deixam-se vencer. "Devido à louca imprudência, esses exércitos devem ser desprezados."

Deschamps é um crítico, mas não um defensor de mudanças fundamentais, ou da infusão de sangue novo na nobreza. É um burguês compreensivo, deplora a in-

justiça feita ao camponês e escreve baladas em louvor dos Robins e Margots rurais pelo seu amor à França, mas denuncia os camponeses que tentam tornar-se senhores e deixar o trabalho da terra. "Esses canalhas deviam ser levados à Justiça e obrigados a permanecer em sua classe."

Toda a sociedade é mostrada como corrupta no *Sonho do velho peregrino*, de Mézières. Como a *Vision of Piers plowman* (*Visão de Pedro, o lavrador*) de Langland, é um guia alegórico das perturbações da época e, além disso, uma defesa da "reforma de todo o mundo, toda a cristandade e especialmente do reino da França". O peregrino Desejo Ardente e sua irmã Boa Esperança viajam pelo mundo para submeter à prova a adequação da humanidade à volta da Rainha da Verdade e seus atendentes Paz, Misericórdia, e Justiça, há muito ausentes da terra. Mézières lança uma mensagem premente, seu senso das injustiças é profundo, seus prognósticos, sombrios.

Como se estivesse dando uma resposta, aos vinte anos Carlos VI afastou seus tios e assumiu plena soberania, ao voltar de Guéldria em 1388. O cardeal Laon, o mais alto prelado, propôs a moção numa reunião do Conselho. Poucos dias depois adoeceu e morreu, "livre da fúria e do ódio dos tios do rei" e, ao que em geral se acreditava, envenenado por eles.

Mais tarde, Clisson gabou-se a um emissário inglês de ter sido ele quem fez Carlos VI "rei e senhor de seu reino e retirou o governo das mãos de seus tios". Além da inimizade pessoal de Clisson pelos tios, Coucy e outros membros do Conselho estavam, na época, ansiosos por livrar a coroa, e a si mesmos, do peso da impopularidade dos duques. A pessoa mais diretamente interessada, porém, era o irmão mais novo do rei, mais inteligente e mais dinâmico e, no momento, herdeiro legítimo, Luís, duque de Touraine, que se tornaria logo conhecido pelo seu título mais familiar, duque de Orléans.⁷

A partir de 1389, Luís de Orléans substituiu o duque de Borgonha no Conselho Real, e pelo resto de sua breve e agitada vida, já quase pela metade, teria um papel de destaque nos negócios franceses, com uma ligação particular com Coucy. Bonito, amante do prazer e "servo devotado de Vênus", da companhia de "dançarinas, lisonjeadores e pessoas da vida airada", era também muito religioso e ocasionalmente costumava retirar-se por dois ou três dias no mosteiro dos celestinos em Paris (no atual Quai des Célestins), criado por seu pai em 1363. Ordem penitente preferida também por Filipe de Mézières, que tinha sido professor dos príncipes reais, os celestinos observavam rigorosas regras de abstinência, destinadas a promover a concentração na eternidade e no desaparecimento do corpo. Luís foi muito influenciado por Mézières, a quem nomeou seu executor. Tinha, evidentemente, aprendido com ele mais do que seu irmão, pois dizia-se ser o único membro da família real capaz de entender o latim diplomático. Estudioso para um homem de sua posição, era também um jogador de xadrez compulsivo, bem como de tênis, cartas e dados. Jogava com o mordomo, o copeiro, o entalhador e, no tênis, com parceiros nobres perdeu somas de até dois mil francos de ouro.

Luís era tão ganancioso e ambicioso de poder quanto os tios, que afastou para

abrir caminho à sua ambição. A luta que iniciou, com isso, iria terminar 19 anos depois com seu assassinato pelo primo João — filho e sucessor do duque de Borgonha — separaria a França e Borgonha, e reabriria o caminho para os ingleses. Adotou, em fins de sua vida, um emblema de estranha significação, o *camal*,⁸ um capuz de clérigo ou manto de cavaleiro, que na época se dizia representar *Ca-mal* ou *Combien de mal*, significando quanto mal se praticava naqueles dias. Nascido na última geração do século, Luís, com toda a sua fraqueza pelos prazeres, via o mundo de maneira sombria. Uns versos da época descreveram-no como:

Sofredor, triste mesmo, mas belo;
Parecia melancólico demais
Para quem tinha um coração de aço.

Coucy, embora evidentemente associado ao afastamento dos duques, ainda assim recebeu Filipe, o Audaz, e seu filho, o conde de Nevers, logo depois. Os registros do duque mostram que ele e o filho jantaram e dormiram no castelo, a 8 de dezembro, “a expensas de *monseigneur* de Coucy”, e que durante a visita presenteou a *dame* de Coucy com um anel de diamantes, e com um broche de safiras e pérolas a sua filha. Sempre valia a pena cultivar Coucy.⁹

O Conselho reorganizado fez um esforço sério para acabar com a autocracia pessoal dos duques e restabelecer o sistema administrativo de Carlos V. Os *mar-mousets* — Rivièrre, Mercier e outros — reconquistaram a autoridade, a burocracia foi expurgada dos homens dos tios, cinco comissários da reforma foram nomeados para identificar os piores abusos, afastar funcionários corruptos e substituí-los por “homens bons”. Como um passo para a reconciliação com a burguesia de Paris, o cargo de preboste da cidade e alguns dos antigos cargos e privilégios municipais, embora não todos, foram restabelecidos. Foram tomadas, ou pelo menos formuladas, medidas para melhorar os esgotos e coibir a mendicância profissional, cujos praticantes retiravam todas as noites as muletas, os tapa-olhos, e desnudavam as horríveis feridas e cotos de braços e pernas num bairro conhecido, devido às transformações que ali ocorriam, como Pátio dos Milagres.

O problema central do financiamento do governo foi reconhecido numa série de ordenações que tratavam das reformas financeira e judicial. O cancelamento das isenções fiscais da universidade foi uma das medidas tentadas por Rivièrre e Mercier sem bons resultados, pois conquistou-lhes a poderosa inimizade da universidade, que se somou à dos duques.

Ao mesmo tempo, na Inglaterra, um drama mais mortal de um rei contra tios e outros adversários se estava desenrolando. A figura central era o marido de Filipa de Coucy, Roberto de Vere, nono conde de Oxford, conselheiro e amigo mais próximo do rei Ricardo.¹⁰ Levado à corte ainda menino em virtude de seu casa-

mento com Filipa, Oxford adquiriu uma influência dominante sobre Ricardo, que tinha menos cinco anos do que ele e era órfão. Roberto “manobrava o rei como queria”, e, “se ele dissesse que preto era branco, Ricardo não o teria contraditado. [...] Através dele tudo se fazia e sem ele nada era feito”.

Aos 21 anos, o rei, esbelto, louro, pálido, com uma pele que ruborizava facilmente, era “abrupto e gago nas falas”, vestia-se com excessivo esplendor, era avesso à guerra, grosseiro com os criados, arrogante e caprichoso. Seu orgulho Plantageneta, combinado com a influência de Oxford, fizeram dele um soberano inconstante e voluntarioso, que criava impostos extorsivos para custear seus luxos. Antes de sua queda, que acabou com os Plantagenetas, inventou o lenço, registrado nas relações domésticas de suas roupas como “pedacinhos [de pano] feitos para ser dados ao senhor rei para levar na mão, a fim de limpar e assoar o nariz”.¹¹

Governar por um favorito leva sempre ao exercício arbitrário do poder, o que de qualquer modo era a tendência natural de Ricardo. Fez de Oxford um Cavaleiro da Jarreteira e, aos 21 anos, membro do Conselho Privado, cumulando-o com uma série de presentes — terras, castelos, senhorias, receitas — e um xerifado hereditário pertencente à família da mulher de Buckingham. Isso foi uma imprudência, mas, se os autocratas agissem sempre com inteligência, não proporcionariam à história lições morais. O impiedoso Buckingham, agora duque de Gloucester, não precisava de maiores motivos para odiar o sobrinho, a quem desprezava pela relutância em continuar a guerra. Atraindo os inimigos de Oxford, Gloucester tornou-se o alvo do partido oposicionista, que desejava reduzir o poder do favorito do rei.

A luta chegou ao auge quando Ricardo, por ocasião de uma rebelião na Irlanda, criou para Oxford o título de marquês de Dublin e, posteriormente, duque da Irlanda, com precedência sobre todos os condes. Ele recebeu poderes reais para esmagar a rebelião, mas, em lugar de ir para a Irlanda — o que pelo menos teria dado aos nobres a satisfação de vê-lo fora de cena —, foi tomado de amores por uma açafata boêmia da rainha de Ricardo. Foi tão grande a sua paixão que ele resolveu divorciar-se de Filipa para casar-se com a dama da Boêmia, deixando furiosos os tios reais de Filipa, os duques de Lancaster, Gloucester e York. Apesar do insulto à família real, Ricardo estava muito hipnotizado por Oxford para fazer outra coisa que não “imprópria, e pecadoramente consentir”, e até mesmo ajudar, no repúdio de sua própria prima. Oxford apresentou a Roma um pedido de divórcio baseado em “falso testemunho”, Ricardo pressionou o papa Urbano para um exame favorável e o papa não teve escrúpulos em atender, já que Filipa era de linhagem clementista.

O tratamento dado por Oxford à sua mulher foi considerado por Froissart como “a principal coisa que acabou com a sua honra”. Até mesmo sua mãe participou da condenação geral, e demonstrou isso levando Filipa para morar com ela. Foi provavelmente o sangue real de Filipa e a impopularidade de Oxford, e não a indignação moral, que provocaram toda a desaprovação. Embora o casamento fosse

um sacramento, o divórcio era freqüente e, feitas as conexões adequadas, fácil de obter. Em *Pedro, o lavrador* está dito que todos os advogados “fazem e desfazem casamentos por dinheiro”, e os pregadores se queixavam de que um homem podia livrar-se da mulher dando ao juiz um casaco de peles. Teoricamente, o divórcio não existia e, no entanto, os litígios matrimoniais enchiam os tribunais da Idade Média. Apesar da teoria, o divórcio era uma realidade, um elemento permanente na grande desarmonia entre a teoria e a prática medievais.

Um apelo formal acusando Oxford e quatro outros conselheiros do partido do rei foi apresentado em novembro de 1387 por um grupo de lordes conhecidos, em virtude de sua função, como Lordes Apelantes. Quando nomearam uma comissão do governo chefiada por Gloucester com poderes de regente, Ricardo e Oxford reuniram um exército para firmar a soberania do rei pela força das armas. O conflito ocorreu na chamada batalha da Ponte Radcot: enfrentando forças superiores, Oxford fugiu pulando no rio montado a cavalo, depois de livrar-se de parte da armadura, e desaparecendo a galope pela margem oposta, em meio ao escurecer. Tomou um navio para Flandres, onde tinha depositadas grandes somas com banqueiros lombardos, em Bruges.

Um mês depois, em fevereiro de 1388, os lordes, numa sessão conhecida como o Parlamento Impiedoso, acusaram Oxford de traição, bem como o chanceler, Michael de la Pole, conde de Suffolk, que também tinha fugido. Foram acusados de conspirar para controlar o rei, afastar seus conselheiros adequados, assassinar o duque de Gloucester, empobrecer a coroa através de concessões a si mesmos e a seus parentes, colocar de lado o Parlamento e devolver Calais ao rei francês, em troca de ajuda contra seus adversários internos. O Parlamento condenou Oxford e Suffolk, à revelia, a serem enforcados como traidores. Três outros que não tinham fugido — o presidente do Tribunal, o prefeito de Londres e o antigo mestre de Ricardo, *sir* Simon Burley — foram executados. Ricardo foi poupado, humilhado e privado do amigo que jamais voltaria a ver. Humilhar um rei e deixá-lo no trono tem seus perigos. Ricardo iria vingar-se.

Contra a decidida oposição de Coucy, Oxford foi convidado à França em 1388, sob a alegação de que seria vantajoso obter informações dele sobre as desavenças na Inglaterra. Também é possível que Oxford tivesse, realmente, iniciado entendimentos sobre Calais. Embora Coucy “o odiasse de todo o coração”, foi forçado a aquiescer. Oxford chegou, foi recebido na corte e bem tratado, mas Coucy não sossegou até que, com o apoio de Clisson, Rivièrre e Mercier, conseguiu fazer com que o rei expulsasse da França o ofensor de sua filha. Encontrou-se residência para Oxford em Brabante, onde, em 1392, ele foi morto numa caçada de javalis, aos trinta anos. O rei Ricardo fez com que seu corpo fosse levado para ser reenterrado na Inglaterra, e, numa cerimônia muito solene, embora solitária, contemplou tristemente o rosto embalsamado e colocou um anel no dedo inerte do grande agitador. Enquanto isso, anulado o divórcio, Filipa continuou sendo legalmente a condessa de Oxford.

Uma concessão real feita a Coucy naquela época testemunha as cicatrizes deixadas pela peste e a guerra nas últimas décadas. Em novembro de 1388, ele foi nomeado *grand bouteiller* (copeiro-mor) da França, o equivalente a principal senescal da coroa. Ao mesmo tempo, foi-lhe concedido o privilégio de realizar duas feiras anuais, de três dias cada, com a venda de todas as mercadorias sem pagar impostos.¹² A redação da concessão diz que a cidade de Coucy tinha sofrido três vezes “prejuízos, que ocorreram na dita cidade devido à falta de trabalhadores que pereceram durante a grande mortandade. E também, devido às guerras precedentes, os habitantes e a comunidade da dita cidade, castelo e terras de Coucy ficaram tão empobrecidos, diminuídos e reduzidos em gente, casas, herdades, rendas, receitas e todos os outros bens que a dita cidade estava em perigo de se tornar deserta e inabitável, e as vinhas, campos e outras utilidades de se perderem”.

A intenção da concessão, que se seguiu a um exame da baronia na época da visita real a Coucy, no ano anterior, era claramente mencionada, tanto no interesse real como no de Coucy, como o restabelecimento da saúde de um domínio de importância crucial. A baronia é descrita pela concessão como a “chave e fronteira” do reino, com limites que chegavam a Flandres e ao Sacro Império, e o castelo como “um dos mais notáveis e belos do reino”. A transformação “em desertos inabitáveis da dita cidade e castelo, se tal coisa acontecer, pode representar muitos grandes perigos, danos e incômodos irreparáveis”. O fato é que a concessão seguiu-se de imediato à transferência do poder para o grupo dominado pelos *mar-mousets*, Clisson e o próprio Coucy, o que certamente não foi coincidência.

A partir de então, Coucy serviu como presidente leigo da *Chambre des Comptes*, posto associado ao de *bouteiller*, que tinha originalmente a seu cargo as receitas e contas reais. Embora pareça não ter recebido proventos desta função, continuou a receber uma pensão anual da coroa. Seu domínio, ampliado com muitas aquisições, compreendia agora 150 cidades e aldeias, e era evidentemente bastante grande para superar a sorte decrescente dos proprietários menores.

A Picardia, sua região natal, situada com tanta frequência na rota das invasões, estava “batida e castigada”, escreveu Mézières, também natural da região, “e hoje já não floresce”. Os últimos camponeses fugiam de lugares reduzidos à miséria para outros locais, de modo que “atualmente”, de acordo com uma reclamação de 1388, “os trabalhadores não são encontrados para cultivar a terra ou fazer o trabalho”.¹³ As marcas de um século de desgraças — população em declínio, redução do comércio, aldeias abandonadas, abadias arruinadas — eram vistas por toda a França e constituíam causa bastante para o clima de pessimismo. Certas comunas da Normandia ficaram reduzidas a dois ou três fogos; na diocese de Bayeux várias cidades foram abandonadas desde 1370, o mesmo acontecendo com diversas paróquias da Bretanha. O comércio de Châlon-sobre-o-Marne foi reduzido de trinta mil peças de pano por ano, para oitocentas. Na região de Paris, de acordo com uma ordena-

ção de 1388, “muitas estradas, pontes, becos e caminhos notáveis e antigos” se tinham estragado, erodidos pelas correntezas, tomados pelas sebes, pela sarça e pelas árvores, e alguns, que se tornaram intransitáveis, foram totalmente abandonados. Os mesmos exemplos multiplicavam-se no sul.¹⁴

O cisma tinha causado danos materiais, além dos espirituais, como aconteceu quando uma abadia beneditina, já duas vezes incendiada pelas companhias, ficou sem a receita de suas propriedades em Flandres e gastou tanto dinheiro com advogados em várias disputas que o papa foi obrigado a reduzir suas taxas de 200 libras a 40, por um período de 25 anos. Outras abadias, roubadas pelas companhias ou despovoadas pela peste, mergulharam na indisciplina e desordem e, em alguns casos, tornaram-se ociosas e deixaram suas terras ao abandono. A queda das rendas e o aumento dos custos empobreceram muitos donos de terras, levando-os a impor novas taxas e a criar novos tributos para seus arrendatários. Quando isso apressou o êxodo da terra, os nobres tentaram impedi-lo com o confisco de mercadorias e com outros castigos que aumentaram a hostilidade dos camponeses.

Em conjunto, os indícios da decadência deixam uma impressão bastante sólida. Na vida real, todas as épocas são um tabuleiro de claros e escuros. Na passagem do século, o renomado cavaleiro espanhol dom Pero Niño, numa visita à França, deixou o quadro de uma vida nobre tão encantadora e bucólica na realidade quanto era representada nas tapeçarias e Livros de Horas.¹⁵ O castelo de Serifontaine, por ele visitado, ficava às margens de um rio na Normandia e estava tão bem mobiliado “quanto se estivesse na cidade de Paris”. À sua volta havia pomares e graciosos jardins, e um tanque de peixes murado do qual, diariamente, abrindo-se a comporta, era possível recolher pescado suficiente para servir a trezentas pessoas. O anfitrião, o velho e doente, mas hospitaleiro, Reynaud de Trie, sucessor de Vienne como almirante de França, tinha quarenta ou cinquenta cães de caça, vinte cavalos de todas as raças para seu uso pessoal, florestas cheias de caça grande e pequena, falcões para a caça junto ao rio e, como esposa, “a mais bela senhora então existente na França”. Ela parece ter sido notavelmente privilegiada.

Essa dama “tinha a sua própria residência nobre separada da residência do almirante”, embora ligada por uma ponte, e era atendida por dez donzelas nobres, ricamente vestidas, que não tinham outra ocupação senão se divertir, e à sua senhora, que possuía também muitas criadas. Pela manhã, a senhora e suas damas iam para um bosque, cada qual com seu Livro de Horas e rosário, e diziam as orações sentadas umas distantes das outras, sem conversar até terem acabado. Voltando ao castelo, colhendo violetas e outras flores por onde passavam, ouviam missa simples na capela, depois do que, comiam cotovias e galinhas assadas servidas numa bandeja de prata e acompanhadas de vinho. Em seguida, em cavalos muito bem arreados, junto com cavaleiros e escudeiros, cavalgavam pelos campos, onde faziam grinaldas de flores e cantavam “lés, rondós, baladas e canções de todos os tipos compostos pelos franceses”, harmonizados em vozes “diversas e bem afinadas”.

Na prolongada refeição principal do dia, no salão do castelo, cada cavaleiro sentava-se ao lado de uma dama, e “qualquer homem que na devida medida e cor-

tesia soubesse falar de armas e de amor tinha a certeza [...] de que seria ouvido e respondido como desejava". Menestrelis tocavam durante a refeição e depois dela, para as danças de cavaleiros e damas, que duravam uma hora e terminavam com um beijo. Especiarias e vinho eram servidos, seguindo-se uma sesta, depois da qual o grupo se levantava para a caça à garça com falcões, junto do rio. Ali "via-se muita diversão, os cães nadando, os tambores batendo, as tentações acenando, e damas e cavaleiros desfrutando prazeres que fogem à descrição". Desmontavam num prado, onde eram-lhes servidos pombos frios e frutas, e, enquanto comiam e bebiam, faziam grinaldas de plantas e voltavam ao castelo, cantando.

Jantavam ao anoitecer, jogavam boliche ou dançavam à luz das tochas "até tarde da noite", ou talvez a dama do castelo, aborrecida com o ciclo de prazeres, "ia buscar distração a pé pelos campos". Depois de mais frutas e vinho, o grupo ia dormir. Também na decadência de Roma deve ter havido bolsões de riqueza e prazer, e dias serenos, jamais perturbados.

Paris, porém, era outra coisa. Deschamps descreve a agitada diversão de uma noite, em data não especificada, que começou com um jantar na residência de Berry, o Hôtel de Nesle, e transferiu-se depois para um jogo de dados numa taverna. Os convidados eram Coucy e os três duques — Berry, Borgonha e Bourbon —, bem como "vários bons lombardos", cavaleiros e escudeiros, e o fato de estarem bebendo e jogando num ambiente de classe baixa inspirou ao poeta um extenso e monótono folheto contra a jogatina.¹⁶

Infelizmente, Coucy figura também num lamento mais interessante sobre a calvície, no qual Deschamps pede a volta do uso de coberturas de cabeça na corte, para poupar os sentimentos dos carecas, entre os quais se encontra, com mais 12 grandes senhores, fazendo parte da lista, o *sire* de Coucy.¹⁷ A calvície seria o único detalhe específico de sua aparência física a chegar à posteridade, o que constitui uma ironia da história, embora ele estivesse em boa companhia. O conde de St. Pol, o *sire* de Hangest, Guilherme de Bordes, porta-estandarte da *Oriflame* em Bourbourg, e outros grandes cavaleiros e distintos servidores do falecido rei estavam entre os calvos. Menos afortunados eram os *cheveux reboursés* — isto é, os que tinham pouco cabelo e carregavam pentes e espelhos para manter os poucos fios espalhados pela área calva. O intrigante é que a cabeça descoberta, sinal de vergonha, pudesse ter sido, num determinado momento, uma moda, a menos que tivesse sido adotada como uma espécie de antichique pelos elegantes da época, em sua preocupação — condenada pelo pregador John Bromyard — "de imaginar alguma nova forma de peralvilhice que fizesse os homens olharem para eles, surpresos com a novidade".¹⁸

Deschamps ocupava-se dos homens tal como eram, não como deveriam ser. Rufiões, feiticeiros, monges, resmungões, advogados, coletores de impostos, prostitutas, prelados, canalhas, cafetões e uma variedade de seres repugnantes povoam os seus versos. Ao envelhecer, a visão que ele tinha do mundo tornou-se mais amarga, devido talvez aos seus padecimentos, inclusive a dor de dentes, "o mais cruel dos sofrimentos". Como regime salutar, aconselhava beber vinho tinto leve

misturado com água, abster-se de bebidas condimentadas, repolho, carnes fortes, castanhas, manteiga e creme, e molhos de cebola e alho, cobrir-se bem no inverno e usar roupas leves no verão, fazer exercícios e não dormir de bruços.

Embora nunca deixasse de indignar-se com a injustiça social, Deschamps via com olhos zombeteiros a espécie humana, que, embora dotada da razão, prefere a insensatez. Os pecados da época que mais condenou foram a impiedade, que provoca desobediência a Deus; o orgulho, que provoca todos os outros vícios; a sodomia, como “antinatural”; a feitiçaria; e o amor ao dinheiro. Apesar de ocupar o posto de *maître d'hôtel* de Luís d'Orléans, ele se sentia deslocado, no novo reinado, numa corte de jovens frívolos e vestidos com excessiva pompa, de coragem duvidosa, hábitos equívocos e fé incerta. As queixas que fazia da vida cortesã são as mesmas que se fazem da cúpula do governo em qualquer época: era composta de hipocrisia, lisonja, mentira, suborno e traição; nela reinavam a calúnia e a cupidez, faltava bom senso, a verdade não ousava aparecer, e para sobreviver era necessário ser surdo, cego e mudo.¹⁹

Depois de cinquenta anos, as razões da guerra tinham desaparecido e os homens mal se podiam lembrar delas. Embora o duque de Gloucester e os “javalis” da Inglaterra continuassem belicosos como sempre, não podiam levantar fundos para outra expedição. Na França, a abortada invasão da Inglaterra tinha esgotado o desejo de agressão. O sentimento antibélico crescia, mesmo que, como no caso de Mézières, o objetivo fosse dirigir a hostilidade contra o infiel. “Toda a cristandade vem sendo perturbada há cinquenta anos pela vossa ambição de ganhar um pouco de terra. Os acertos e desacertos há muito se tornaram obscuros, e todos os cristãos devem ser agora considerados responsáveis pelo derramamento de tanto sangue cristão.” A união dos cristãos numa cruzada não era considerada por homens como Mézières como uma guerra, mas sim como o uso da espada para a glória de Deus.

Depois de seis meses de conversações, uma trégua de três anos, mas ainda não um acordo definitivo, foi concluída em junho de 1389, com complicadas cláusulas de negociação de transferência de territórios ou soberania, no caso de disputas. Com o restabelecimento das comunicações, Coucy pôde então enviar uma mensagem a Filipa, na Inglaterra, “devido ao seu grande desejo de saber com certeza como estava”.²⁰ Ele foi nomeado capitão de Guiena para supervisionar a trégua no sul e proteger e defender a região, desde a Dordonha até o mar, inclusive Auvergne e Limousin.²¹

Pelo menos num caso, as notícias de paz foram recebidas pelo povo com ceticismo e com um curioso reaparecimento da profecia, outrora atribuída a Coucy, sobre o rei e sua pá. Os cidadãos de Bois-Gribaut, no Limousin, discutiram as notícias da trégua, trazidas por um burguês da aldeia ao voltar de Paris. Alguns não se deixaram impressionar, dizendo que logo se estariam reunindo novamente contra a Inglaterra. Um pobre e bronco pastor, chamado Marcial le Vérit, que teria sido pri-

sioneiro dos ingleses com grande sofrimento, expressou uma opinião mais subversiva, pela qual foi mais tarde detido: "Não creiam nisso. Não verão nunca a paz. Quanto a mim, não acredito, porque o rei destruiu e saqueou Flandres como o fez em Paris. E, o que é mais, o *seigneur* de Coucy deu-lhe uma pá e lhe disse que, quando ele tivesse destruído o país, teria de usá-la."²² A frase tinha, evidentemente, tocado num ponto sensível.

Coucy aparece também como outro tipo de símbolo num desafio que lhe foi feito, antes da assinatura da paz, por Thomas Mowbray, conde de Nottingham e futuro duque de Norfolk, um dos Lordes Apelantes e cortejado por Ricardo, que o nomeara conde-marechal da Inglaterra, posto vitalício. Para esse jovem de 23 anos, Coucy era o epitome da ordem da cavalaria: enfrentá-lo num combate era aprender a bravura e ganhar honra. Quando a devoção e a virtude, que deveriam constituir as molas da conduta cavaleiresca, destacavam-se pela ausência, o manto da honra e do valor era ainda mais ansiosamente buscado. Os seres humanos de qualquer época precisam de auto-aprovação; os maus períodos da história ocorrem quando isso é impossível.

Como "homem de reconhecida honra, valor, coragem e grande renome, como se sabe em muitos lugares honrados", Coucy foi desafiado por Nottingham para indicar dia e lugar para uma justa de três pontos com lança, três com espada e três com punhal, e três golpes de acha-d'armas a pé. Deveria enviar, selado com o seu selo, "um bom e leal salvo-conduto" do seu rei, e, se Calais fosse escolhida, Nottingham por sua vez mandaria um salvo-conduto do seu rei. Ele sugeria que o combate ocorresse diante do "maior número de pessoas a quem pudermos dar salvo-condutos e alojamento".²³ Não há nenhum registro de uma resposta, ou da realização de tal justa. Coucy não se interessou, ou não estava disposto a combater enquanto a trégua ainda estivesse pendente.

Frustrado de glória, Nottingham aceitou o famoso desafio de St. Ingelbert, no ano seguinte, quando o impetuoso Boucicaut e dois companheiros, irritados pela jactância inglesa depois da trégua, ofereceram-se para enfrentar todos os que se apresentassem, em qualquer forma de combate, durante trinta dias. A prudência aconselhava que se evitasse a reabertura do conflito tão em seguida à trégua, devido ao capricho de "jovens cavaleiros extremados", e os amigos advertiram os três de que a empreitada estava acima de suas forças. Boucicaut não era homem de se deixar governar pela prudência. Aos 16 anos tinha participado de sua primeira batalha em Roosebeke, onde um enorme flamengo, zombando de sua juventude e pequeno tamanho, mandou-o voltar para os braços da mãe. Sacando o punhal, ele o enfiou no adversário, com as palavras: "As crianças de seu país brincam dessa forma?"²⁴ Boucicaut e seu companheiro sustentaram o desafio de St. Ingelbert com grande coragem, e ele tornou-se mais tarde marechal de França, tendo participado da última aventura de Coucy.

O anseio de combate de Nottingham teria uma conclusão sombria. Dez anos depois, levou-o, como duque de Norfolk, ao histórico duelo com Bolingbroke que

precipitaria a queda de Ricardo II. Banido juntamente com seu adversário na época do duelo, Nottingham morreria no exílio, um ano depois.

Mudando-se de um lugar para outro, visitando, investigando, fazendo perguntas, Jean Froissart chegou a Paris no mês em que a trégua foi assinada, para visitar “o gentil *sire* de Coucy [...] um dos meus senhores e patronos”. Nos vinte anos decorridos desde a morte de seu primeiro protetor, a rainha Filipa da Inglaterra, Froissart tinha desfrutado certo apoio do imperador Venceslau e conseguido viver sob o patrocínio de Guy de Châtillon, conde de Blois, com a única obrigação de continuar sua história. Quando Guy de Blois foi à falência, Coucy propôs Foissart para um canonicato em Lille, que até então não se concretizara.²⁵ Enquanto isso:

O bom *seigneur* de Coucy
Muitas vezes a mão me encheu
De belos florins de escamas vermelhas.*²⁶

Embora os beneficiados com a proteção costumem, provavelmente, ser generosos em seus cumprimentos, os de Froissart para com Coucy parecem ser mais do que apenas convencionais e acabam formando uma imagem individual distinta. “Gentil” era uma palavra aplicada rotineiramente a qualquer nobre importante e considerado, significando que ele ou ela eram de nascimento nobre; Coucy, além disso, é “sutil”, “prudente” e em especial *imaginatif* ou *fort-imaginatif*, ou seja, inteligente, ponderado ou previdente; e *sage* ou *très-sage*, expressões muito abrangentes, podendo significar prudente, sensato, inteligente, racional, discreto, judicioso, frio, sóbrio, firme, bem-comportado, constante, virtuoso ou, presumivelmente, qualquer destes qualificativos. É também descrito como *cointe*, ou elegante de maneiras e vestuário, gracioso, cortês, valente — um compêndio dos atributos da ordem da cavalaria.

O Livro I das *Crônicas* de Froissart, no qual a ordem da cavalaria identificou logo um apologista, apareceu em 1370 e provocou imediatamente uma grande procura. A cópia manuscrita mais antiga que existe do Livro I, hoje na Biblioteca Real da Bélgica, traz as armas de Coucy.²⁷

A cópia múltipla dos manuscritos já não era monopólio de monges solitários em suas celas, mas sim a ocupação de escribas profissionais, que tinham suas guildas próprias. Licenciados em Paris pela universidade, supostamente para garantir textos fiéis, os escribas eram a agonia dos autores vivos, que se queixavam com amargura de seus atrasos e erros. A “perturbação e desestímulo” sofridos por um

* O original (*M'a souvent le poing fouci / De beaux florins a rouge escaille*) é obscuro, mas pode referir-se ao fato de que moedas de valor, não usadas nem gastas, eram com frequência colocadas numa sacola amarrada na boca e selada com cera colorida, que no caso seria “escama vermelha”.

autor, lamentou Petrarca, eram indescritíveis. Era tal a “ignorância, preguiça e arrogância desses sujeitos” que, quando um autor lhes entregava a sua obra, jamais sabia que alterações encontraria, quando a recebesse de volta.²⁸

O crescimento do público burguês, no século XIV, e da manufatura de papel criaram um público leitor mais amplo do que os nobres, que conheciam a literatura pela recitação ou leitura em voz alta nos salões de seus castelos. A classe comercial, que pela natureza de suas ocupações estava familiarizada com a leitura e a escrita, tinha condições de ler livros de todos os tipos: versos, história, romance, viagens, contos eróticos, alegorias e obras religiosas. A posse de livros tornou-se a marca do homem culto. Como os magnatas e novos ricos imitavam os costumes, ideais e roupas da nobreza, os cronistas da cavalaria tiveram grande popularidade. Os livros que Enguerrand VII poderia ter, além das *Crônicas*, de Froissart, não se sabe, exceto os relacionados nos arquivos reais como presentes que lhe foram dados pelo rei. Além da Bíblia francesa, do Gênesis aos Salmos, oferecida pelos seus serviços moderadores junto ao duque da Bretanha, ele recebeu em 1390 os romances do *Rei Pepino e sua mulher Berta Pé-Grande*, e as *Gestes de Charlemagne*, rimadas, “bem escritas, em três colunas por página num volume muito grande”, que pertencera à rainha e que “o rei tirou dela e deu a *monsieur de Coucy*”.²⁹

Froissart chegou a Paris pelo sul, onde visitou outro protetor, o conde de Foix, e foi recebido pelo papa em Avignon. Também compareceu ao casamento do duque de Berry com uma noiva de 12 anos de idade, motivo de muitos comentários pesados. Ansioso por notícias de primeira mão sobre esses acontecimentos, Coucy convidou Froissart a acompanhá-lo numa viagem ao seu feudo, em Mortagne. Viajando juntos, trocaram informações, Coucy contando ao cronista o que sabia das conversações de trégua, e Froissart, histórias completas de seu brilhante anfitrião em Foix. Ao que parece, o conde, que tinha a guarda da noiva de Berry, aproveitara-se friamente do ardor do duque: vetara as negociações matrimoniais até que Berry, em sua impaciência, concordou em pagar 30 mil francos para cobrir as despesas da donzela enquanto tutorada de Foix.

No curso de um interrogatório persistente, Froissart tinha arrancado do conde de Foix uma visão contemporânea do século XIV, a partir do ponto de vista dos privilegiados. A história transcorrida durante a sua existência, disse Gastão Phoebus, provocaria mais interesse do que a de outras épocas, porque “nestes cinquenta anos houve maiores feitos de armas e maiores maravilhas no mundo do que nos trezentos anos anteriores”. Para ele, a fermentação da época era emocionante; não tinha maus pressentimentos. No meio dos acontecimentos, falta-nos a perspectiva.

Nenhuma dúvida sobre a ordem da cavalaria teve qualquer influência sobre as delirantes celebrações da dignidade de cavaleiros por ocasião da sagração de Luís II d'Anjou, de 12 anos, e de seu irmão menor, de dez, como cavaleiros. Nos quatro dias de festividades por demais seculares na abadia real de St. Denis, a França do século XIV reviveu a decadência de Roma e, na verdade, a sagração de dois meninos como cavaleiros não estava muito distante do imperador que fez de seu cavalo um cônsul. A pompa sem precedentes da ocasião e a escolha de St. Denis como lo-

cal destinavam-se a promover entusiasmo pela recuperação angevina do reino de Nápoles. Alterações radicais foram feitas na abadia para acomodar torneios, bailes e banquetes. Os serviços religiosos foram substituídos pelo martelar dos carpinteiros e as idas e vindas de trabalhadores e seus materiais. Na solenidade, depois dos banhos e orações rituais, os dois jovens príncipes, vestidos em mantos compridos com forro duplo de seda vermelha, foram acompanhados até o altar por escudeiros que levavam espadas nuas pelas pontas, com esporas de ouro penduradas das copas. Em seu entusiasmo pelas formas cavaleirescas, Carlos VI ressuscitou rituais antigos que já haviam caído em desuso na época de seu pai e estavam tão esquecidos que os espectadores os “acharam estranhos e extraordinários”, e perguntaram o que significavam os ritos.

A mesma nostalgia foi representada no torneio do dia seguinte, quando cavaleiros com armaduras brilhantes foram conduzidos às liças por damas nobres “para imitar a galanteria dos nobres antigos”. Cada uma das damas tirou do seio uma fita colorida, que colocou graciosamente em seu cavaleiro. Depois das justas e torneios de cada dia, os celebrantes “transformavam a noite em dia” com bailes, mascaradas, festas, bebedeiras e, segundo o indignado monge de St. Denis, “libertinagem e adultério”. O espírito da cavalaria, representado pelos dois semi-esquecidos personagens principais, não foi estimulado de maneira perceptível.

As despesas do governo continuaram a aumentar durante o ano de 1389, chegando a excessos tão extravagantes quanto os dos tios, embora com finalidades mais civis do que militares. Seu clímax foi a entrada solene de Isabeau de Baviera em Paris, para a coroação como rainha, acontecimento de esplendor espetacular e maravilhas sem igual de entretenimento público. Apesar de seu custo contradizer as boas intenções do novo governo, o espetáculo era em si mesmo uma forma de governo, da mesma maneira que um circo romano. O que é um governo, senão uma disposição pela qual a maioria aceita a autoridade de uns poucos? O circo e as solenidades visam a estimular a aceitação; conseguem êxito ou, custando caro demais, provocam reação oposta.

Parte do brilho da rainha foi roubada por Valentina Visconti, a nova mulher de Luís d'Orléans, que chegou a tempo para a celebração.³⁰ Desde seu casamento por procuração com Luís, em 1387, os dois anos transcorridos tinham sido pedidos pelo seu pai, Gian Galeazzo, para reunir o seu dote sem precedentes de meio milhão de francos de ouro, mais Asti e outros territórios do Piemonte. Valentina era a única filha que lhe restava, e a ela era tão apegado que deixou Pavia para não ver sua partida, “e isso porque não se podia despedir dela sem derramar lágrimas”. Como filha de sua defunta mulher, Isabel de França — e portanto prima em primeiro grau de Luís d'Orléans —, Valentina tinha crescido numa casa que seu pai havia transformado em “refúgio para os famosos, para homens versados em todas as formas de conhecimento e arte, os quais tinha em grande conta”. Ela falava latim, francês e alemão fluentemente, e levou para a França seus livros e sua harpa. Mil e trezentos cavaleiros a escoltaram através dos Alpes; seu enxoval pode ser imaginado a partir de um manto bordado com 2.500 pérolas e pontilhado de dia-

mantes; a casa que iria ocupar com Luís estava atapetada de couro de Aragão e forrada de veludo vermelho bordado com rosas e arcos. As contas domésticas falam de lençóis de seda que custavam 400 francos como presente de ano-novo, mas nem todo esse luxo impediu que a melancolia dominasse o casamento.³¹

No grande dia da entrada da rainha, o cortejo avançou ao longo da rue St. Denis, a principal avenida que levava ao Châtelet e à Grand Pont sobre o Sena.³² Foi um dia das damas, com as duquesas e as grandes senhoras em liteiras ricamente ornamentadas, escoltadas de ambos os lados por nobres senhores. Coucy acompanhou sua filha Maria e sua sogra, a duquesa de Bar, enquanto sua mulher ia em outra liteira. Os vestidos e jóias das mulheres eram obras-primas das artes dos bordadores e ourives, pois o rei queria ofuscar qualquer solenidade realizada antes. Mandou que os arquivos de St. Denis fossem consultados sobre os detalhes das coroações de antigas rainhas. O duque de Borgonha, que sempre se vestia com esplendor, não precisava de estímulo: usou um gibão de veludo bordado de quarenta ovelhas e quarenta cisnes, cada qual com uma pérola em volta do pescoço.³³

Mil e duzentos burgueses, tendo à frente o preboste, alinharam-se na avenida, com roupas verdes, de um lado, e escarlates, do outro. Juntaram-se multidões tão grandes para ver, “que parecia que o mundo inteiro estava presente”. Casas e janelas em toda a extensão da rue St. Denis tinham sedas e tapeçarias penduradas, e a própria rua estava coberta de tecidos finos “com tal abundância como se nada custassem”.

Entrando em Paris pela Porte St. Denis, o cortejo passou sob um céu de tecido estendido por sobre a porta, cheio de estrelas, sob o qual crianças vestidas de anjos cantavam docemente. Mais adiante, no caminho, um chafariz jorrava vinhos branco e tinto, servidos em taças douradas por moças que cantavam melodiosamente; depois, num palco montado frente à igreja de Ste. Trinité, representava-se o *Pas Saladin*, um drama da Terceira Cruzada; adiante, outro firmamento cheio de estrelas “com uma figura de Deus sentado em toda majestade”; e ainda “um portal do Paraíso”, do qual desciam dois anjos com uma coroa de ouro e jóias que colocaram na cabeça da rainha, com a canção adequada; um recinto separado com uma cortina, em frente de St. Jacques, abrigava músicos que tocavam órgão. No Châtelet, um maravilhoso castelo num campo de árvores tinha sido reproduzido como cenário de uma peça que dramatizava “O leito da justiça”.³⁴ Seu tema era a crença popular favorita de que o rei estava investido da realeza a fim de manter a justiça em favor dos pequenos e contra os grandes. Em meio a uma revoada de pássaros, 12 donzelas com espadas nuas defendiam o Gamo Branco do Leão e da Águia.

Havia tantas maravilhas a serem vistas e admiradas que a noite chegou antes que o cortejo atravessasse a ponte que leva à Notre-Dame, para o auge da cerimônia. No alto de uma corda estendida da torre daquela igreja até o telhado da casa mais alta na Pont St. Michel, equilibrava-se um acrobata com duas velas acesas nas mãos. “Cantando, ele caminhava pela corda por toda a extensão da grande rua, de modo que todos que o viram maravilharam-se de sua habilidade.” Com as velas

ainda acesas, ele foi visto por toda Paris e por mais cerca de três quilômetros além. A volta do cortejo da catedral, à noite, foi iluminada por quinhentas tochas.

A coroação e as outras solenidades estavam cheias de roupas de tecidos dourados, arminhos, veludos, sedas, diademas, jóias e todo o brilho faiscante que poderia ofuscar os observadores. Um grande banquete foi realizado no mesmo salão em que Carlos V tinha recebido o imperador, seguido por um espetáculo semelhante (no qual talvez tenham sido usados os mesmos recursos) mostrando a queda de Tróia, com castelos e navios que se movimentavam sobre rodas. Na mesa alta, com o rei e a rainha, sentaram-se apenas os prelados e oito senhoras, inclusive a *dame* de Coucy e a duquesa de Bar. O rei usava sua coroa de ouro e um manto escarlate forrado de arminho, o que, considerando-se que estavam no verão de agosto, dava razão ao conselho de Deschamps sobre o uso de roupas leves no calor. Foi tão grande o número de pessoas e o calor no salão que a rainha, que estava grávida de sete meses quando enfrentou esses cinco dias de solenidades ininterruptas, quase desmaiou; a *dame* de Coucy chegou a desmaiar e uma das mesas das senhoras foi derrubada pela multidão. Foram quebradas janelas para deixar entrar o ar, mas a rainha e muitas senhoras retiraram-se para os seus aposentos.

O calor afetou também os torneios; era tanta a poeira levantada pelas patas dos cavalos que os cavaleiros queixaram-se, mas o *sire* de Coucy, como sempre, “brilhou muito”. O rei mandou que duzentos barris d’água fossem lançados para baixar a poeira, “mas no dia seguinte a poeira continuava excessiva”.

Quarenta dos principais burgueses de Paris ofereceram ao rei e à rainha presentes de jóias e taças de ouro na esperança de isenção de impostos. Levados por dois homens vestidos de sábios antigos, os presentes estavam encerrados numa liteira coberta por uma fina gaze de seda, através da qual o brilho das jóias e do ouro podia ser visto. Essa apresentação imaginosa foi menos persuasiva do que se pretendia. Dois meses depois, quando o rei partiu para uma viagem ao sul para mostrar sua soberania recém-adquirida ao povo e tentar minorar sua opressão, os impostos foram aumentados em Paris tão logo ele saiu, para pagar o custo da entrada da rainha e da nova viagem, que por sua vez foi tão suntuosa que não resultou em impostos menores, e sim maiores. Numa manipulação da moeda para ajudar a cobrir os gastos, a circulação de pequenas moedas de prata de quatro e 12 *pennies*, que eram o dinheiro comum do povo, foi proibida em Paris, privando os pobres, durante duas semanas, dos meios de comprar alimentos no mercado. Quem pode saber se duas semanas de fome e raiva pesaram mais na balança do que a visão miraculosa do acrobata na corda bamba e dos chafarizes que jorravam vinho?

CAPÍTULO 22

O sítio da Barbaria

 OUCY chegou aos cinquenta anos de idade em 1390. Era agora o principal nobre, depois do irmão e do tio materno do rei, no séquito real, a quem se recorria tanto para missões políticas como para comandos militares. Tinha postos oficiais como capitão-geral de Auvergne e Guiena e membro do Conselho Real, mas suas aventuras em seu cinquentenário foram muito além dessas atribuições.

Quando, em setembro de 1389, Carlos VI partiu com o irmão Luís e o tio Bourbon para conferenciar com o papa em Avignon e exibir-se no Languedoc, Coucy comandou a escolta real. O objetivo da viagem era, primeiro, estudar com o papa Clemente um meio de reconquistar o controle exclusivo do papado e, segundo, reparar a situação da coroa no Languedoc, alienado pela opressão do duque de Berry. Delegados do Sul tinham falado ao rei, de joelhos e em lágrimas, da “esmagadora tirania” e “intoleráveis extorsões” dos funcionários de Berry. Se o rei não agisse, disseram eles, as quarenta mil pessoas do Languedoc que já tinham fugido para Aragão seriam seguidas por muitas outras.

Agora que havia uma trégua com a Inglaterra, Carlos foi aconselhado por Rivière e Mercier a fazer a viagem, a fim de informar-se como os seus súditos eram governados e fazer-se mais amado por eles, devido aos recursos “dos quais tinha grande necessidade”. Com 22 anos, idade em que seu pai já era um governante amadurecido, Carlos VI era um jovem medíocre e gastava o que não tinha numa cascata de generosidades. Os esforços dos funcionários do Tesouro de sustar esse fluxo, escrevendo, ao lado dos nomes dos beneficiados, “Ele já teve muito” ou “Ele deve pagar”, foram inúteis.¹

Borgonha e Berry irritaram-se muito ao ser informados pelo rei de que não o acompanhariam nessa viagem, e que teriam de permanecer em suas proprieda-

des. Sabendo que essa ordem fora provocada por Rivièrre e Mercier, e que o rei ia “realizar inquisições” sobre os que tinham governado o Languedoc, eles se consultaram mutuamente e concordaram que deviam “ignorar essa afronta”, mas que chegaria o momento “em que os que a aconselharam se arrependerão disso”. Se permanecessem unidos, disseram-se eles, os outros “não podem nos causar qualquer mal, pois somos as maiores personalidades da França”. Diz Froissart, francamente: “Era essa a linguagem desses dois duques.”

De Lyon, o rei e sua comitiva continuaram para Avignon por barco, descendo o Ródano, maneira mais confortável de viajar do que a cavalo. Em viagens assim, a comitiva real enchia vários barcos, inclusive um com uma sala com duas lareiras para o rei, e outros com cozinhas e gabinetes e uma reserva de prata e jóias para serem empenhadas, caso se fizesse necessário mais dinheiro. A passagem de Carlos pelo movimentado Ródano deve ter incluído muitas paradas para se tornar conhecido das cidades situadas no roteiro, pois foram necessários nove dias para o percurso. As recepções organizadas não eram muito diferentes do que são hoje. Nada menos de mil crianças vestidas com as cores reais foram colocadas em plataformas de madeira, acenando com bandeirinhas “e fazendo ouvir, quando o rei passava, aclamações em sua honra”.

A 30 de outubro, vestido de vermelho e usando arminho, Carlos entrou no palácio pontifical, onde foi recebido por Clemente e 26 cardeais, e compareceu a um esplêndido banquete com toda a sua comitiva. Ofereceu ao papa uma capa de asperges de veludo azul bordada de pérolas que formavam o desenho de anjos, flores-de-lis e estrelas. De bolsa vazia ou não, “ele desejava ser comentado nos países estrangeiros pela magnificência que demonstrava”.²

Sem outra base senão o apoio francês, o pontificado de Clemente teria desaparecido como fumaça e o ruinoso cisma teria terminado se os franceses o tivessem desejado. Mas não o desejaram. Admitir o erro ou reduzir as perdas é coisa rara entre indivíduos, desconhecida entre Estados. Estes só funcionam nos termos daquilo que os seus governantes consideram como poder ou ambição pessoal, coisas que usam antolhos. Impor Clemente à Itália pela política do poder ou da força das armas foi sempre impossível. Era o Urbano de Roma, louco ou não, e depois seus sucessores que tinham o apoio popular como verdadeiros papas. Desconhecendo o óbvio, e a disparidade entre fim e meios, os franceses perseguiram o seu objetivo com a persistência cega que equivale à frivolidade.

Em conferências com Clemente, Carlos VI e seus conselheiros propuseram abrir o caminho para Roma e ajudá-lo a conquistar o controle da Itália, colocando Luís d'Orléans no que seria uma ressurreição do nevoento reino de Adria, no Norte, e Luís II de Anjou no igualmente inatingido reino de Nápoles e Sicília, no Sul. Com essa finalidade, Luís II, levado a Avignon pela sua incansável mãe, foi solenemente coroado como rei de Nápoles e Sicília (incluindo Jerusalém). Coucy, mais uma vez escolhido pela sua nobreza e esplendor nessas ocasiões, teve o papel cerimonial de acompanhar o rei menino a cavalo, juntamente com o conde de Genebra, irmão do papa Clemente.

Mal se haviam concluído esses acordos quando chegou a notícia de que o papa romano, o terrível Urbano, estava morto havia três semanas, de que sua sé havia sido preenchida, apressadamente e em sigilo, com a eleição de um cardeal napolitano, Piero Tomacelli, como Bonifácio IX. Nem Roma nem Avignon estavam dispostas a abandonar sua pretensão em favor de uma solução negociada. Sem possibilidade de aproveitar-se da morte de Urbano, os franceses e Clemente concordaram então em continuar a tentar o afastamento de Bonifácio. Carlos VI prometeu que, ao voltar para a França, não “daria atenção a nenhum outro problema, até que tivesse restabelecido a unidade da Igreja”.

Atividades mais agradáveis ocuparam o rei enquanto esses assuntos eram resolvidos. Ele e seu irmão Luís e o jovem Amadeu de Savóia, filho do falecido Conde Verde, “jovens e frívolos”, passaram todas as noites cantando e dançando com as damas de Avignon, que elogiaram calorosamente o rei pelos muitos belos presentes que distribuiu entre elas. O irmão do papa agiu como mestre de diversões. O mais notável desses entretenimentos foi uma competição literária sobre o tema do amor cortês: se a fidelidade ou a inconstância proporcionam a maior satisfação. Reunido num grupo de poemas chamado *Cent Ballades*,³ a competição teve origem entre quatro ardentes e jovens cavaleiros, inclusive Boucicaut e o conde d'Eu, primo do rei, que se tinham aproximado quando de uma recente aventura na Terra Santa. Temporariamente presos em Damasco, os quatro tinham passado o tempo num debate em versos, e, ao voltarem via Veneza a tempo de participar da reunião de Avignon, solicitaram a colaboração de amigos nobres e príncipes.

Luís d'Orléans colaborou com uma balada, bem como Guy de Tremoille, Jean de Bucy, seguidor de Coucy, e um outro bastardo de Coucy chamado Aubert.⁴ Ele fora escudeiro de Enguerrand e era seu primo irmão, filho do irmão de seu pai, posteriormente legitimado por Carlos VI, depois da morte de Enguerrand. Nada se sabe dele, exceto que Deschamps o descreve como um dos seus “perseguidores”, entre um grupo muito amante do vinho. Embora os amigos e partidários de Enguerrand participassem da competição, ele próprio não o fez, o que talvez seja uma pequena indicação de sua personalidade.

Antes do advento da imprensa, a literatura, como a música de câmara, era apreciada em grupos. A audiência das *Cent ballades* ouviu a defesa da Fidelidade feita em nome de um cavaleiro mais velho, representando Hutin de Vermeilles, pessoa real conhecida pela fidelidade no amor e pelo respeito às mulheres. O argumento de Hutin é o tradicional, de que o amor fiel ultrapassa o mero “gozo do corpo”, porque aperfeiçoa o amante, provoca a cortesia para com todas as mulheres pelo amor de uma, e aumenta as proezas do guerreiro com o desejo de alegrar o coração da amada. O amor o torna mais valente no sítio, nas incursões, nas emboscadas, na vanguarda ou na defesa, na peregrinação a Jerusalém ou na cruzada contra os turcos. A argumentação em favor da Falsidade, por sua vez, foi feita em nome de uma mulher chamada La Guignarde, que ressalta as alegrias da promiscuidade e os perigos de uma ligação séria. “Todos os amantes” são então chamados para julgar a disputa.

Embora a maioria dos versejadores nobres se decláre por Hutin e a Fidelidade, alguns são ambíguos. O duque de Berry, que acabava de desposar sua noiva de 12 anos, felicita-se por ter “escapado do amor” e recomenda que se fale de Fidelidade e se pratique a Falsidade. O mesmo tom é adotado pelo bastardo de Coucy, que representa a dedicação apaixonada e o amor eterno em cada uma de suas estrofes, e termina cada uma delas com o estribilho:

Aussi dist on, mais il n'en sera riens.
(Assim se diz, mas não é nada disso.)

A sua balada é a mais cínica de todas. Outras são sinceras, algumas satíricas, há ainda as ambivalentes e as sérias, mas nenhuma evidencia qualquer sentimento mais profundo, como teria ocorrido se o tema fosse a cavalaria. O amor cortesão era um jogo conhecido, e não um ideal motivador a que os homens se apegassem desesperadamente e pelo qual, como os cavaleiros que acorreram às lições de St. Ingelbert, pusessem em risco suas vidas.

Viajando em seguida para o Languedoc,⁵ Carlos VI e sua corte fizeram um percurso cerimonial por Nîmes, Montpellier, Narbonne, até Toulouse, tão festejados pelas ruas ricamente decoradas “que era uma maravilha ver-se”. Foi recebido com desfiles de grupos de todas as classes, cada qual com as roupas adequadas, e no exterior das casas foram colocadas mesas nas quais o povo podia comer e beber. A despesa do rei era abastecida pelos seus súditos: numa das cidades, ele foi presenteado com um rebanho de ovelhas e 12 bois gordos, bem como 12 cavalos de caça com guizos de prata. Ao mesmo tempo, seus ministros investigavam as condições de vida, ordenavam reformas e suspendiam os impostos mais pesados.

A intervenção real encenou seu maior gesto em Béziers, no castigo do principal funcionário de Berry, o odiado Bétizac.⁶ Indagações secretas dos ministros do rei tinham revelado muitos “atos atroz e grandes extorsões que faziam toda a região clamar contra ele”. Ao ser preso e interrogado, Bétizac insistiu em que todo o dinheiro, num total de três milhões de francos, tinha sido devidamente transferido ao duque de Berry, e que foram prestadas as contas. Seus papéis, ao serem apreendidos, pareciam confirmar isso. Seu comportamento não justificava a pena de morte, pois como alguns investigadores disseram: “Que culpa tem ele de ter sido o dinheiro gasto de maneira extravagante [...] pois esse duque de Berry é o homem mais cobiçoso entre os vivos.” Outros discordaram, dizendo que Bétizac tinha empobrecido de tal modo o povo “que o sangue dessas pobres criaturas clama contra ele”. Ele deveria ter objetado ao duque ou, se não conseguisse contê-lo, deveria ter informado ao rei e ao Conselho.

A notícia da prisão de Bétizac provocou uma inundação de queixas contra ele, mostrando o quanto era odiado pelo povo, e, ao mesmo tempo, arrogantes cartas de Berry afirmando que todos os atos de Bétizac tinham sido praticados em obe-

diência a ordens suas. Embora o rei desejasse a morte do governador, o Conselho teve dificuldades de encontrar razões jurídicas para isso, já que seu superior, Berry, tinha sido nomeado pela coroa.

O problema foi resolvido por um ardil. Bétizac foi reservadamente informado de que seria sem dúvida condenado à morte e sua única esperança era declarar-se herege. Se o fizesse, seria entregue à Igreja e mandado a Avignon para ser julgado, e ali ninguém ousaria condená-lo porque o papa dependia de Berry, o mais poderoso e zeloso dos seus partidários. Acreditando nisso, “porque os que correm perigo de vida ficam com a mente muito confusa”, Bétizac assim o fez. Afirmou sua culpa em erros de fé perante o bispo de Béziers, que, de acordo com a prática eclesiástica para com hereges confessos, o devolveu às autoridades civis, para ser executado. Arrastado à fogueira na praça pública, amarrado com gargantilha e correntes e cercado de lenha, Bétizac foi queimado e seus ossos permaneceram ali pendurados, para satisfação do povo. Berry perdeu o Languedoc, que foi confiado a uma equipe de reformadores reais. O povo da província aclamou o jovem rei pela sua justiça e aprovou-lhe uma ajuda de 300 mil francos.

Embaixadores de Gênova encontraram-se com o rei em Toulouse, com uma proposta para uma “grande e nobre empresa” contra o reino berbere de Túnis.⁷ Queriam que a cavalaria francesa liderasse uma campanha para acabar com os piratas da Barbaria que, com o apoio não oficial de seu sultão, perturbavam o comércio genovês, atacavam e saqueavam a Sicília e as ilhas do Mediterrâneo, e vendiam cristãos aprisionados em seus mercados de escravos. Supondo estar a França, desde a trégua com a Inglaterra, livre de preocupações, os genoveses achavam que seus cavaleiros, “não tendo nada a fazer, entrariam na guerra com satisfação”. O objetivo proposto era Mahdia,* principal base dos piratas e o melhor porto no litoral tunisino. Com esse baluarte em mãos cristãs, disseram os embaixadores ao rei Carlos, o poder dos reis berberes estaria reduzido e eles poderiam ser destruídos, ou convertidos. Gênova oferecia a frota necessária, abastecimentos, arqueiros e soldados a pé, em troca da perícia militar francesa — cavaleiros e escudeiros apenas, nenhum criado — comandada por um príncipe da família real, para assegurar um compromisso autêntico.

Como o inimigo era o infiel, a proposta tinha toda a aura de uma cruzada e era lisonjeira. Pelo seus feitos históricos contra os infiéis, disseram os embaixadores, o nome da França era temido até a Índia, sendo suficiente, por si mesmo, para conter turcos e sarracenos.** Os infiéis, advertiam eles, dominavam a Ásia e a África; en-

* Chamada “África” ou “Auffrique” pelos europeus da época, e por vezes confundida por eles com Cartago, a antiga Tunís.

** Sarraceno era uma palavra usada indiscriminadamente para todos os muçulmanos, quer berberes, árabes, mouros ou turcos.

traram na Europa, ameaçavam Constantinopla, atemorizavam a Hungria, ocupavam Granada. Mas, apoiada por Gênova, uma campanha francesa seria curta e a glória longa. "Uma bela realização para o vosso reinado", disseram a Carlos, "pois sois o maior rei entre os cristãos e tendes grande renome".

O projeto tinha sido idealizado por aquele "homem muito sutil", Antoniotto Adorno, doge de Gênova, cuja opressão provocara o aparecimento de um partido de oposição entre os seus súditos. Ele esperava diminuir tal ameaça estimulando os empreendimentos comerciais da república, e ganhar ao mesmo tempo um aliado poderoso, em caso de necessidade. Enquanto os cavaleiros franceses se entusiasmavam com a perspectiva, os ministros foram cautelosos. Sem uma paz permanente com a Inglaterra, desaprovavam o envio de força francesa para fora do país, e a questão do comando poderia provocar ciúmes. Devido à necessidade de consultas, os genoveses tiveram de voltar sem uma resposta firme.

Enquanto isso, em Toulouse, Coucy juntou-se à comitiva real para uma caçada, da qual quase resultou o tão necessário retrato, que teria deixado o seu rosto à História. Os caçadores perderam-se numa floresta ao cair da noite. Penetrando cada vez mais naquele labirinto sombrio, não conseguiam encontrar a saída, até que o rei fez a promessa de que se escapasse do perigo daria o preço de seu cavalo à capela de Notre-Dame de Bonne Espérance, no claustro de Carmes, em Toulouse. Em resposta, uma luz se fez no céu, uma trilha foi vista e no dia seguinte o rei cumpriu seu voto, mais tarde comemorado por um afresco no claustro, com a única representação conhecida de Enguerrand de Coucy.⁸ Infelizmente, não mostra nenhum rosto. Nas cópias que sobreviveram à demolição do claustro em 1808, ele é visto entre sete nobres na comitiva do rei, cada qual identificado pelas suas armas. São eles Luís d'Orléans, o duque de Bourbon, Henrique de Navarra, Olivier de Clisson, Filipe d'Eu, Henri de Bar e, finalmente, Coucy, o único com o rosto oculto ao retratista, como se zombasse deliberadamente da posteridade.

Pouco depois, ele pode ter ido para a Espanha para negociar com o rei e a rainha de Aragão o casamento da filha destes, Iolanda, de oito anos, com Luís II de Anjou. O relato que Froissart faz dessa missão, destinada a conquistar um aliado na busca angevina da coroa de Nápoles, é uma mistura inseparável do que aconteceu com o que podia ter acontecido.⁹ Ele diz que Coucy acompanhou d'Anjou a um casamento que na verdade só ocorreu em 1400, e situa a cena entre muitas outras discrepâncias de tempo e espaço. Não obstante, um contrato de casamento foi realmente concluído em 1390, e Coucy teria sido a escolha natural para negociá-lo. A duquesa d'Anjou tinha procurado sempre alistar a sua influência em favor da causa angevina, desde a morte do marido; além disso, Coucy era aparentado pelo casamento e bem conhecido da rainha de Aragão, a antiga Iolanda de Bar, irmã de seu genro. Ele também servira de procurador no casamento anterior do jovem Luís com a filha de Bernabò Visconti, anulado quando Bernabò caiu.

Na versão de Froissart, a duquesa d'Anjou pediu a Coucy que acompanhasse seu filho à Espanha e ele "alegremente concordou" em fazer a viagem. Luís, que tinha 12 anos, despediu-se do papa e de sua mãe em lágrimas, pois "seus corações

estavam partidos com a separação e não era certo se voltariam a encontrar-se novamente". Coucy e o jovem Luís seguiram por terra para Barcelona (400km ou mais desde Avignon, ou 320, de Toulouse), e à sua chegada a rainha de Aragão ficou "particularmente satisfeita de ver o *sire* de Coucy" e agradeceu ao jovem Luís d'Anjou por trazê-lo, dizendo que "tudo seria melhor com ele". Tudo isso é bastante natural, embora provavelmente não tenha acontecido: a névoa do tempo transcorrido baixou sobre os fatos.

Se realmente foi à Espanha, Coucy teria encontrado um país à beira da comoção. A península abaixo dos Pireneus atravessava a esteira da tempestade de revoluções que tinha varrido a Europa uma década antes. As prolongadas guerras civis entre Pedro, o Cruel, e seu meio-irmão Henrique tinham provocado a inevitável seqüela de pilhagem, opressão e impostos. O antagonismo social encontrou expressão contra os judeus, que tão regularmente na História tornaram-se um microcosmo dos males mais amplos do mundo. Na Espanha, seu papel tinha sido mais destacado e próspero do que em outros lugares. Pedro, o Cruel, os utilizou de forma intensa como conselheiros e agentes. Além de ter uma amante judia, sua preferência foi motivo de acusações de Henrique, até a vitória deste. Depois, também ele usou os serviços financeiros dos judeus.

O ódio popular era inflamado pelos agitadores que despertavam temores da crescente influência dos judeus e exigiam o cancelamento de dívidas para com os assassinos de Cristo. Acompanhado por um motivo religioso, o temor econômico pode crescer até a fúria. Um arcediogo fanático, Ferran Martínez, pregou uma versão da atitude extrema de Hitler. Em 1391, começou a matança, confisco de propriedade e conversão forçada dos judeus, e esse gosto pela violência transformou-se logo numa insurreição geral contra o clero e os ricos, culminando em quatro dias de terror em Barcelona. A proteção aos judeus foi denunciada pelo povo como traição à cristandade. Aos poucos, os governantes conseguiram controlar a situação, mas a agressão contra os judeus tinha sido muito aberta e fisicamente prejudicial para ser reparada. Eles tornaram-se vulneráveis, e a Espanha suscetível de expulsão final, que ocorreria cem anos depois.

A presença de Coucy é registrada novamente em Toulouse a 5 de janeiro de 1390 e a 28 de janeiro ele estava em Avignon, onde depôs nas audiências do processo de canonização de um santo francês. O candidato era Pedro de Luxemburgo, de nascimento nobre, um jovem de grande santidade e grande família, falecido recentemente aos 17 anos, e cuja indicação visava a fortalecer a posição de papa francês.¹⁰ A legitimidade de Clemente dificilmente poderia ser questionada se Deus colocasse um santo em sua esfera. O nome de Pedro tinha sido apresentado sob os mais altos auspícios, primeiro pela duquesa d'Anjou em 1388, depois pelo novo chanceler da Universidade de Paris, Pierre d'Ailly, em nome do rei.

Filho do casto e fervoroso conde Guy de St. Pol, que morreu de peste como

refém na Inglaterra, e de Joana de Luxemburgo, da mesma família do falecido imperador Carlos IV, Pedro ficou órfão aos três anos e muito precocemente renunciou à carne num voto de castidade perpétua, aos seis anos. Diz-se que teria imposto o mesmo voto a um irmão de 12 anos, e censurado o irmão porque ria, sob a alegação de que os Evangelhos registravam ter Jesus chorado, mas não que tivesse rido. Aos oito anos era um menino grande para a idade, de peito chato, ascético, que foi mandado para Paris estudar, e ali praticou o jejum e a autoflagelação, e pediu para ingressar na austera ordem dos celestinos, então na moda. Seu desejo foi negado pelo seu tutor, mas ele visitava com regularidade a ordem para comer pão e água e dormir no chão totalmente vestido, sem tirar cinturão nem sapatos, a fim de estar pronto para as orações da meia-noite, sem perda de tempo.

Sua notável religiosidade, combinada com um alto nascimento, fez com que fosse nomeado cônego aos nove anos, arcebispo alguns anos depois, bispo de Metz aos 15 anos e cardeal aos 16. A púrpura não diminuiu sua austeridade nem suas orações solitárias. Sua vida “era apenas humildade” e “ele sempre fugiu das vaidades e frivolidades do mundo”. Passava a maior parte do dia e da noite em oração solitária ou escrevendo seus pecados num caderno de notas à luz da vela e confessando-os duas vezes por dia ao seu capelão. Seu fervor, como a loquacidade de Catarina de Siena, era por vezes excessivo para o capelão, que ocasionalmente fingia dormir ao ouvir Pedro bater à sua porta, no meio da noite.

O menino cardeal começou a fazer curas milagrosas: era-lhe atribuída a salvação da duquesa de Bourbon, cujas dores do parto duravam duas semanas; a cura de feridas sofridas num torneio por Guy de Tremoille; a ressurreição de um intendente do duque de Bourbon atingido por um raio; e, fora desse círculo bastante limitado, dizia-se ter ele restabelecido uma pobre mulher que tinha sido torturada por bandidos. Quando morreu, em consequência de uma tuberculose e dos rigores que se impunha, em 1387, foi enterrado, como era seu desejo, no cemitério dos pobres em Avignon, onde seu túmulo tornou-se objeto de peregrinação de pobres e doentes, provocando “grandes maravilhas” durante as visitas ali feitas diariamente. Reis e nobres, inclusive o *sire* de Coucy, mandaram ricos presentes e lâmpadas de prata, e Froissart, que nunca perdia um espetáculo digno de registro, foi observar as multidões junto ao túmulo.

Para reunir provas bastante sólidas para a canonização, as audiências do processo de Pedro duraram seis meses e recolheram testemunhos de 72 pessoas sobre 285 artigos diferentes. Como Testemunho Oito na primeira semana, Coucy falou com conhecimento pessoal, contando que, quando Pedro tomou posse do bispado de Metz, solicitou os soldados de seu irmão, o conde Waleran de Pol, para expulsar os padres urbanistas que ocupavam propriedades episcopais. Quando Waleran quis ser reembolsado com as receitas do bispado, Pedro disse que preferia morrer a agravar as terras da Igreja; ocorreu então uma disputa tão grande entre os irmãos que o próprio Coucy teve de custodiar as propriedades da Igreja até que se chegasse a um acordo. Acrescentou que o conheceu desde criança e maravilhava-se com sua religiosidade, e nunca tinha visto em Avignon um jovem com tal virtude.

Todos esses testemunhos não foram bastantes. Se a impiedade de Clemente hesitou ante uma questão de santidade, ou por alguma razão, o fato é que ele deixou o processo ser esquecido, e sua reputação de antipapa impediu que fosse reexaminado durante 140 anos. Pedro de Luxemburgo acabou sendo beatificado, mas não canonizado, em 1527.

Em companhia do rei e da corte, Coucy voltou a Paris via Dijon,¹¹ onde o duque de Borgonha estava preparado para “dissimular” — como tudo o que fazia — em grande estilo, com o objetivo de recuperar o favor real. Todo um livro foi escrito sobre as festividades, librés, banquetes, torneios, presentes e custos dessa ocasião, mas em meio aos problemas que se acumulavam no século XIV tais extravagâncias repetem-se tão regularmente que deixam de provocar espanto.

Além de mostrarem *status* político, essas festas devem ter proporcionado estímulo econômico. Para a visita do rei à Borgonha, alfaiates, bordadores, ourives, armeiros e todos os ofícios e artesanatos receberam encomendas de bens e de serviços. Só o duque encomendou 320 lanças novas para oferecer aos competidores. Todas as cidades da Borgonha que seriam visitadas pelo rei receberam fundos para limpar, enfeitar, e até mesmo repavimentar as ruas e praças. A própria Dijon, com sua floresta de flechas de igrejas, campanários e chaminés protegidas de grades de ferro para impedir que as cegonhas fizessem ninhos, suas ruas estreitas e tortuosas, suas tavernas de má fama, teve de começar limpando a sujeira dos animais. Cães, gatos, porcos e ovelhas vagavam livremente pelas suas escuras arcadas de madeiras, contribuindo os porcos, em especial, para a sujeira e o mau cheiro. Devoradores vorazes, agressivos e “insociáveis”, eram motivo de constantes reclamações por morderem e, num caso, comerem uma criança, crime pelo qual o animal culpado pagou com a força. Regulamentos que proibiam criar porcos na cidade e jogar sua sujeira no rio não tinham maior efeito.

Como não havia salão bastante grande para abrigar todos os convidados, uma tenda gigantesca, exigindo 30.100 varas (33.110m) de pano, foi encomendada para cobrir o pátio do palácio. Economicamente, o pano foi depois cortado e vendido em cortes. O volume de tecidos consumido em cetim branco para ser pendurado em todos os aposentos ducais, para trezentos vestidos de seda e damasco para as damas, e outros tantos gibões de cetim e veludo de várias cores para os cavaleiros, deve ter esvaziado Flandres. Quantas bordadeiras foram necessárias para bordar esses panos com a divisa do duque, “*Il me tarde*”, entrelaçada com as iniciais de sua mulher, sobre um fundo de pombas azuis pousadas numa floresta de laranjeiras e limoeiros? Quantos carpinteiros e trabalhadores encontraram trabalho derrubando muros, cortando árvores, nivelando o terreno e construindo arquibancadas para os torneios de três dias, no tempo hibernal de fevereiro? Quando só o anfitrião tinha trinta cavalos de batalha à mão para os eventos, o número total teria exigido um exército de cavaleiros e ajudantes. Jograis, atores de milagres, acrobatas e treina-

dores de animais acorriam à cidade para entreter o povo, enquanto os nobres participavam das justas.

Coucy, mesmo aos cinquenta anos, foi um — ou possivelmente o — vencedor do torneio, recebendo como prêmio um broche de pérola e safira da duquesa. Na troca de presentes na despedida (e foi feito um registro cuidadoso do preço de todos eles), Borgonha superou o rei, dando-lhe um presente mais caro do que o rei deu à duquesa. As solenidades terminaram com cantos e danças executados pelas damas e donzelas, “por amor ao rei, ao duque de Touraine (Orléans), ao duque de Bourbon e ao *sire* de Coucy”.

Pouco depois do retorno de Carlos a Paris, sua promessa de não pensar em outra coisa que não fosse a reunificação da Igreja foi posta de lado em favor da atracente empresa de Gênova contra o reino da Barbária. Era uma aventura com todos os ingredientes prontos, que não exigia as sérias manobras políticas necessárias à causa papal. A cruzada, mesmo que tivesse pouca coisa a ver com a cruz, dava prestígio aos participantes, para não falar do *privilegium crucis* que concedia uma moratória às suas dívidas e imunidade a processos judiciais. Embora “o fogo do valor inflamasse todos os corações”, certas cautelas foram observadas: o Conselho limitou o número de cavaleiros que poderiam deixar o país a 1.500, e ninguém poderia partir sem autorização do rei. Todos os que se alistassem teriam de equipar-se à sua custa e não recrutar séquitos fora dos limites de seu domínio.

Luís d'Orléans, que queria substituir seu tio de Borgonha como a figura dominante do reino, reivindicou o comando e presenteou nobres influentes, na esperança de consegui-lo. Seu tio tinha influência bastante para impedir que isso acontecesse, sob a alegação de que ele era jovem e inexperiente, lançando assim mais lenha à fogueira de sua rivalidade. Borgonha tinha interesses demais em jogo, na França, para desejar deixar o país; Berry estava em desgraça e não era soldado. O duque de Bourbon, ansioso por obter glórias nas pegadas de São Luís, que morreu no litoral de Túnis em sua última cruzada, foi portanto o escolhido, tendo Coucy como o segundo em comando.

Num gesto de grande príncipe, Coucy fundou uma igreja e um mosteiro antes de partir. Como a vida religiosa era considerada superior à secular, a fundação de uma instituição religiosa era uma maneira de participar do mérito extra da Igreja. Além disso, como o duque de Borgonha disse ao fundar um mosteiro cartuxo em Champmol em 1385, “Para a salvação da alma nada melhor do que as orações de monges piedosos”.¹²

Coucy escolheu a ordem dos celestinos, cujos extremos de renúncia tinham feito dela, de forma paradoxal, a favorita da nobreza mergulhada em mundanismo.¹³ Seria essa preferência realmente um paradoxo, ou foi o desconforto espiritual e a necessidade de penitência numa vida tão distante dos princípios que professava? A dualidade da vida sob a fé cristã evidenciava-se no afastamento de Luís d'Orléans das riquezas e prazeres e intrigas políticas, para as vigílias duras no claustro dos celestinos. Participar da austeridade dos monges aliviava a pungência da auto-insatisfação. Até mesmo o conde de Foix, materialista empedernido que conhe-

cia bem a ira, a vaidade e outros pecados, compôs seu próprio Livro de Horas, no qual reconhecia o grande sofrimento resultante de acreditar que “Deus não mais existe e que a boa ou má sorte vem da natureza das coisas, sem a participação de Deus. Depois disso vem a morte, a morte do corpo e da alma”.¹⁴

Qualquer conforto que a fé cristã pudesse proporcionar era neutralizado pela ansiedade que provocava. Nessa ansiedade, Chaucer, em fins de sua existência, na dedicatória do “Conto do Pároco”, foi levado a “revogar” toda a obra de sua vida — *Os Contos de Canterbury, Troilo e Criseida, O livro da duquesa* e todos os poemas que não eram pios — e implorar a Cristo que o perdoasse por escrever essas “vaidades mundanas [...] para que eu possa ser um daqueles que, no dia do Juízo, serão salvos”. O cristianismo tinha um poder realmente trágico, se a necessidade de salvação era capaz de levar um homem a negar a sua própria criação.

O fundador da ordem dos celestinos, no século XIII, escolheu, quando jovem, a vida de eremita numa gruta, a fim de dedicar-se a Deus enquanto buscava realizar a mais completa renúncia de si mesmo e da natureza, compatível com a vida. Havia passado 16 horas diárias em orações, usando uma camisa de crina e comendo apenas folhas de couve com água, durante seis “Quaresmas” de quarenta dias cada, por todo o ano. Atraindo discípulos e fama, ele sucumbiu à eleição como papa Celestino V; depois, num amargo arrependimento, teve um gesto único no pontificado: renunciou, para voltar à autoflagelação e à busca de Deus. A ordem, que recebeu seu nome, crescendo na preferência de papas e reis, foi isentada de dízimos e autorizada a conceder duzentos anos de indulgências a penitentes sinceros que visitavam seus conventos nos dias santos.

Não há provas de que Coucy tivesse o hábito de visitar a ordem e nenhuma indicação de que fosse homem de espírito perturbado. Com toda probabilidade, sua escolha não refletiu nenhum peso da ansiedade, mas sim o fato de a maior austeridade dos monges celestinos dar maior segurança de salvação aos seus protetores.

Sua carta, datada de 26 de abril de 1390, começa com a presunção característica dos Coucys: “Considerando que a peregrinação e os bens temporais e mundanos desta vida transitória estão com aqueles que podem, e sabem como, melhor usá-los e edificá-los, e acumular tesouros para Deus que nos emprestou tais bens”, e com o propósito de assegurar orações perpétuas para ele próprio, sua atual mulher, seus ancestrais e sucessores, e todos os cavaleiros e damas da sua Ordem da Coroa, ele ordena e estabelece um mosteiro para 12 monges da ordem dos celestinos em sua propriedade em Villeneuve, às margens do Aisne, nas cercanias de Soissons.¹⁵

Dotou o mosteiro com 400 libras de renda anual, assegurada àquela ordem por uma série de várias garantias legais. E, se em qualquer momento a renda ficasse aquém das 400 libras, ele especifica como a soma deve ser completada para que os monges “disponham pacificamente de tal receita sem qualquer constrangimento de hipoteca por nós ou pelos nossos sucessores”. Em quaisquer disputas futuras, os monges terão “o conselho, conforto e ajuda nossa e de nossos oficiais de Justiça, nossos conselheiros e servos, como se fosse nossa própria questão”. Os celestinos, evidentemente, tiveram um bom advogado na elaboração da escritura, ou então o

próprio Coucy deu-se a grandes trabalhos na tentativa perpétua dos doadores de vencer o futuro.

A fundação foi uma preocupação constante de Coucy nos anos seguintes. Quando os edifícios ainda estavam por terminar, depois de algum tempo, ele acrescentou outras 200 libras de renda anual para a sua conclusão. Mais tarde, cedeu aos celestinos uma bela e grande mansão em Soissons, pertencente à *confrérie* dos arqueiros, para que os monges tivessem um abrigo em tempo de guerra e pudessem continuar a vida monástica que, a julgar por outra doação, passou a ter mais conforto. Informado de que os monges não tinham vinho suficiente — do qual seus antecessores tinham prescindido —, Enguerrand fez com que adquirissem uma vinha bastante grande para proporcionar um abastecimento anual. Por não ter firmado a escritura com essa doação antes de sua morte, a vinha viria a ser uma das várias reivindicações do mosteiro, num acirrado processo contra seus herdeiros.

Os mais nobres do reino reuniram-se para a empresa contra a Barbaria,¹⁶ juntamente com cavaleiros de Hainaut e Flandres, bem como um grupo inglês de Calais, chefiado pelo filho bastardo do duque de Lancaster, John Beaufort, conde de Somerset, progenitor da linhagem Tudor. Clisson, o condestável, ficou para proteger o país e não dar liberdade de ação ao seu oponente, Borgonha. O grupo incluía, além de Bourbon e Coucy, todos os grandes nomes: o almirante de Vienne, o conde d'Eu, cujo destaque se devia à posição de sua família, Godefroy Boucicaut, irmão do mais famoso Jean; Yvain, filho bastardo do conde de Foix, e um nobre nascido chamado Soudic de la Trau, “um dos cavaleiros valentes do mundo”.

O rei financiou Bourbon em 12 mil francos e distribuiu mais de 20 mil entre os outros senhores. Bourbon levantou um empréstimo de mais 20 mil com Luís d'Orléans, hipotecando as receitas de sua propriedade. Coucy, que acabava de receber seis mil francos da coroa para cobrir as suas despesas em Avignon e no Languedoc, e tinha tomado emprestados mais dez mil de Luís d'Orléans, estava “melhor financiando do que qualquer outro”, com exceção de Bourbon. Ele e o conde d'Eu levaram, em conjunto, um séquito de duzentos cavaleiros. O papa Clemente concedeu indulgência plenária, o que foi uma generosidade, considerando-se que seus interesses diretos tinham sido prejudicados, e talvez fosse até extremamente generoso, já que tal indulgência só-se aplicava a uma cruzada para a recuperação de Jerusalém. Na verdade, com exceção desta, segundo o honesto Bonet, a guerra “não devia ser feita aos infiéis”, porque Deus tinha feito o mundo para todos e “nós não podemos e não devemos constrenger ou forçar os incrédulos a receberem o Santo Batismo ou a Santa Fé”.¹⁷

O grupo francês tomou seus transportes genoveses em Marselha, de onde viajavam para Gênova para embarcar abastecimentos, arqueiros e soldados a pé, e cavaleiros estrangeiros. Os cavaleiros e escudeiros eram uns 1.400 a 1.500, e a força

totalizava provavelmente cinco mil homens, sem contar talvez mil marinheiros para tripular cerca de quarenta galeras e vinte navios de carga. Bourbon, Coucy, o conde d'Eu e o valente Soudic desembarcaram, sendo recebidos pelo doge de Gênova, que lhes ofereceu como presentes especiarias, xaropes, ameixas secas de Damasco e "outros licores bons para doença". Isso não compensou uma certa escassez de abastecimentos. Bourbon teve de comprar duzentos barris de vinho, duzentas mantas de tocinho e duas mil galinhas para os doentes e feridos. A falta de espaço fez com que muitos cavalos fossem deixados, os quais, para poupar a sua manutenção, tiveram de ser vendidos por menos da metade do valor. No momento final, houve certo constrangimento para se saber qual dos dois cleros devia abençoar a frota, já que Gênova e França reconheciam papas diferentes. Para as conveniências da guerra, os aliados podiam esquecer o cisma. Por fim, dois padres oficialiam, representando os dois papas.

Superadas essas dificuldades, a imponente armada que se preparava para partir a 1.º de julho de 1390 era um espetáculo emocionante e por muito tempo constituiu tema favorito dos ilustradores. Desnecessário dizer o nome do ilustrador verbal que escreveu: "Que belo é ver esta frota com as bandeiras com brasões de diferentes senhores brilhando ao sol e esvoaçando ao vento, e ouvir, quando os músicos sopram seus clarins e trombetas, o som dessas vozes levado e ecoado sobre o mar."

A má sorte foi encontrada quase que de imediato, quando uma tempestade furiosa, ao largo da ilha de Elba, dispersou a frota e provocou um atraso de nove dias, antes que todos se reunissem novamente em Malta. Na última semana de julho a frota partiu para Mahdia, localizada na curva descendente do litoral norte-africano, a 160km ao sul e a leste de Túnis. A cidade murada ficava no centro, e no mais alto ponto de uma estreita península de cerca 1,5km, seu porto bem fortificado defendido por uma corrente e torres dotadas de máquinas de lançar pedras.

Os invasores resolveram mandar à terra um grupo de desembarque comandado por Coucy, para atuar como uma vanguarda e distrair o inimigo, enquanto o grosso da tropa desembarcaria no dia seguinte. Com o jovem e emotivo conde d'Eu como o segundo no comando, o grupo de Coucy, de seiscentos a oitocentos homens apoiados por arqueiros genoveses, partiu em barcos de desembarque, a remo. Quando os remadores colocaram seus barcos na água aparentemente calma, o mar, participando da falácia patética muito antes do tempo, "parecia divertir-se em impedir a esses cristãos as costas infieis". Os barcos de desembarque geralmente levavam até vinte cavalos, cujos cavaleiros montavam a bordo e, com o elmo baixado e a lança na mão, desembarcavam através de portas largas pela popa, atacavam o inimigo e, se perseguidos, voltavam para os barcos, que ganhavam outra vez o mar.

Coucy foi o primeiro a desembarcar e colocou seu grupo em formação de combate para enfrentar o ataque, que não houve. Avisado da iminente invasão, e acreditando serem as suas forças inferiores em armas aos cristãos, o sultão berbere Abul-Abas resolveu deixar que desembarcassem sem correr o risco de luta.¹⁸ Em seguida, evitando uma batalha geral, deixou que os invasores se desgastassem con-

tra as muralhas de pedra, sob o sol de agosto, ao mesmo tempo em que os mantinha em permanente alerta com ataques rápidos, até que a exaustão, o calor, a escassez de abastecimentos e a incapacidade de trazer reforços os derrotaram. Foi a mesma estratégia que Carlos V usou contra os ingleses e que muitas vezes, desde então, serviu bem aos defensores.

Confiantes na vitória sobre os menosprezados infiéis, os cruzados instalaram seu acampamento de tendas de cores vivas em frente à cidade, com o pavilhão de Bourbon exibindo a flor-de-lis no centro, e os besteiros genoveses nas alas. Eles podiam bloquear Mahdia por mar e terra, mas a cidade tinha armazenado provisões e tinha acesso à água potável por meio de canais subterrâneos. De forma triangular, dispunha de uma grande população e uma guarnição de seis mil homens, supostamente em alojamentos subterrâneos. Sabendo que se Mahdia caísse os cristãos poderiam marchar sem obstáculos para a conquista da Tunísia, o sultão reforçara suas defesas em todos os pontos e pedira ajuda aos reis vizinhos para recrutar um exército no interior.

Durante três dias nada interrompeu os preparativos de sítio dos invasores, até que na terceira noite os berberes subitamente saíram em grande número, e com gritos terríveis, da fortaleza. Graças a um sistema de guardas em torno do campo cristão, eles foram rechaçados, deixando trezentos mortos. A cidade recomeçou a sua resistência silenciosa, enquanto os sitiantes, para impedir que o inimigo voltasse a atacar, construíram uma barreira de 1,20m de altura, de estacas amarradas de cordas, com remos e lanças trançados servindo de cobertura para os arqueiros, e guardas colocados a cada 3,5m.

À distância, o som de tambores e clarins anunciou a aproximação do exército sarraceno de socorro, cujo número se dizia ser de quarenta mil homens. Acampando atrás da cidade, eles não se aventuraram a uma grande ofensiva, mas promoveram uma série de contundentes incursões, usando cavalos rápidos, caindo sobre os cristãos quando o sol era mais quente, forçando-os a combater em suas pesadas armaduras. Os europeus “quase ficaram assados” dentro delas, enquanto os berberes usavam couraças de tecido acolchoado, ou de couro. Se perseguidos, dispersavam-se rapidamente, reagrupando-se e voltando a atacar o inimigo que, pesado em suas armaduras, teve muitos mortos. Quase todos os dias e por vezes à noite, nas seis a sete semanas que se seguiram, as escaramuças continuaram.

Os navios genoveses abasteciam o acampamento cristão por mar, com provisões da Sicília e Calábria, mas as entregas eram irregulares, causando privações nos intervalos. O vinho pesado, importado pelos genoveses, provocava letargia. Calor e sede, ferimentos, febres e doenças provocadas pela má água — as mesmas condições, exceto a peste, sofridas pela cruzada de São Luís — pairavam sobre os sitiantes. Enxames de insetos, bem como a invencibilidade da cidade, deprimiam o ânimo. Os cruzados tentaram racionar as provisões e a encorajar-se mutuamente. “O *vir* de Coucy em particular”, segundo o fiel Froissart, “cuidava do bem-estar dos cavaleiros e escudeiros mais pobres, ao passo que o duque de Borgonha ficava indiferente e sentava-se de pernas cruzadas em frente de sua tenda, exigindo que to-

dos lhe falassem através de uma terceira pessoa, com muitas reverências, sem se preocupar com o fato de que os cavaleiros menores sofriam constrangimentos. O *sire* de Coucy, em contraste, os deixava à vontade. Era bondoso para todos e comportava-se com mais gentileza do que o duque de Bourbon, que nunca conversava com os cavaleiros e escudeiros estrangeiros da forma agradável usada pelo *sire* de Coucy”.

Não tendo levado aríetes para derrubar as muralhas, os sitiante começaram a construir uma enorme torre de assalto sobre rodas. Tinha três andares, para ultrapassar as muralhas de Mahdia, e 12m de cada lado, sendo estes fechados. Enquanto isso, os defensores, sofrendo com o bloqueio, mandaram emissários para parlamentar. Levados à presença de Bourbon e Coucy, que ouviram atentamente a tradução do discurso por um genovês, os enviados perguntaram por que os cavaleiros franceses e ingleses tinham ido à guerra contra quem não lhes fizera nenhum mal. Disseram que tinham problemas apenas com os genoveses, o que era natural entre vizinhos, pois era costume “tomarmos mutuamente tudo o que pudéssemos um do outro”.

Era preciso uma resposta cuidadosa, que desse boas razões para uma guerra justa. Bourbon e Coucy consultaram 12 dos principais senhores e, evidentemente na suposição de que os infiéis eram ignorantes, responderam que tinham vindo guerrear os sarracenos porque eram incrédulos, “sem um credo próprio”, o que fazia deles inimigos, e também porque seus antepassados “tinham crucificado e morto o filho de Deus chamado Jesus Cristo”.

“Com essa resposta, os sarracenos apenas riram, dizendo que os judeus é que tinham crucificado Jesus Cristo e não eles.” As conversações, evidentemente, terminaram ali.

Mais tarde, um berbere e um cristão, encontrando-se fora das muralhas, travaram uma discussão — ao que tudo indica não espontânea, pois os berberes estavam buscando uma maneira de fazer prisioneiros — sobre o mérito relativo de suas respectivas religiões. O berbere fez um desafio para que a questão fosse decidida num combate entre dez campeões de cada lado. Imediatamente dez cruzados, inclusive Guy e Guillaume de Tremoille, Godefroy de Boucicaud e dois cavaleiros ingleses, apresentaram-se, enquanto o acampamento fervilhava na previsão do acontecimento. Só Coucy desaprovou.¹⁹

“Calem-se vocês que nunca examinam as conseqüências”, disse ele. “Não vejo vantagem nesse combate.” Supondo que os sarracenos mandassem não cavaleiros, mas criados, que honra ou vantagem haveria em derrotá-los? E se o desafio fosse um artil para aprisionar cavaleiros cristãos, pois até então não tinham conseguido capturar nenhum? Esse encontro não tomaria Mahdia, qualquer que fosse seu resultado. Além disso, uma prova de armas, especialmente com um inimigo não conhecido, nunca devia ser aceita sem grande deliberação, ou sem a aprovação do Conselho Superior e pleno conhecimento da identidade dos desafiadores, com nome, sobrenome, posição e armas. Coucy censurou os campeões por indisciplina

e por não observar a subordinação ao alto-comando, que devia predominar num exército. Nesse conceito, ele estava à frente de seus compatriotas.

Embora suas observações encontrassem muitos partidários, outros apoiaram o conde d'Eu e Filipe de Bar, que insistiam em que o desafio, tendo sido aceito, não podia ser rejeitado agora, e que o combate tinha de realizar-se. Tendo à frente Godefroy de Boucicaut, que em seu "orgulho transbordante" ofereceu-se para lutar com vinte contra quarenta, os campeões apresentaram-se, em suas armaduras, na hora e local combinados. Foram acompanhados por uma multidão de seus camaradas, que aumentou até que praticamente todos os homens sadios estavam presentes, deixando o acampamento guardado apenas pelos doentes, sob o comando de Coucy. Vendo tanta gente, os campeões berberes preferiram não aparecer.

Com a intenção de impedir o combate, sem dúvida devido ao conselho de Coucy, o duque de Bourbon esporeava a mula, mas viu-se cercado por vários milhares de guerreiros agitados. Temendo não ser obedecido se ordenasse a retirada, ele resolveu deixar as coisas correrem. Começando com um ataque ao acampamento inimigo, travou-se batalha e com violência. Os cristãos causaram danos, mas não puderam destruir o exército sarraceno, muito superior, e, sufocando em suas armaduras, sofreram também muitas baixas. Estavam banhados em suor, respirando de boca aberta e narinas dilatadas, devorados pela sede. Os feridos soltavam o último suspiro nos braços dos camaradas; os exaustos caíam ao chão para ficar imóveis. Ao entardecer, até mesmo o conde d'Eu aconselhou a retirada, sob a alegação de que, se os sarracenos atacassem o acampamento, "não há ninguém ali exceto o *sire* de Coucy com uns poucos homens e os muitos doentes; eles poderiam perecer todos", e o acampamento ser tomado.

Os relatos divergem muito quanto às baixas: dois cavaleiros e quatro escudeiros, segundo o biógrafo de Bourbon; nada menos de sessenta, muitos dos quais identificados, segundo Froissart. Qualquer que seja o número, tinham morrido numa batalha inútil.

A frustração agravava o sofrimento interno de um sítio que durava dois meses, sem resultados. Começou-se então a falar em suspender o cerco. Os descontentes disseram que as escaramuças jamais poderiam tomar a cidade. Para cada inimigo morto, dez outros podiam ocupar seu lugar, porque os sarracenos estavam em sua própria terra. O inverno aproximava-se com noites longas e frias, e houve suspeitas de que os genoveses, "que são gente rude e traiçoeira", poderiam desertar, partindo à noite com os seus navios. Impacientes com a longa interrupção do comércio, eles estavam na verdade inquietos, tendo dito que esperavam a tomada de Mahdia pelos franceses em duas semanas, mas que, como as coisas estavam correndo, nunca conquistariam a cidade, e muito menos a Tunísia, neste ano ou no próximo. Em meio a essas dúvidas e descontentamentos, foi convocado um conselho de guerra que concordou numa tentativa final de tomar Mahdia de assalto.

Foi uma mortandade. A resistência do exército de campo sarraceno, comandado pelos filhos do sultão, foi intensa. A guarnição de Mahdia, lutando "na certeza de uma gloriosa recompensa no outro mundo", despejava das muralhas uma

chuva de flechas, pedras e óleo fervendo, que conseguiu destruir a grande torre dos cruzados. Soldados em escadas chegavam quase até a extremidade das muralhas, mas eram derrubados. Apesar dos fortes ataques, que quase tomaram uma das três portas da cidade, Mahdia não foi vencida. O exército de campo berbere foi rechaçado, mas, como ocorria com frequência na França, a cidade murada resistiu aos seus inimigos.

Depois disso, os dois lados estavam prontos a encerrar as hostilidades. Os sitiados berberes, sofrendo invasão e bloqueio, não tinham vantagem em prolongar a guerra em seu próprio solo. Com suas armas e táticas mais leves, eles não podiam ter esperanças de uma vitória decisiva numa batalha campal. Os genoveses, instigadores da empresa, estavam mais do que dispostos à retirada. Enquanto negociavam os termos com os berberes, os invasores desarmaram o acampamento. As coloridas bandeiras foram arriadas, as tendas enroladas, a volta aos navios foi concluída nove semanas depois do desembarque. "Como fostes o primeiro a desembarcar, bom primo", disse Bourbon a Coucy, "eu quero ser o último a embarcar" — uma escolha menos exigente.

O tratado concluído pelos genoveses assegurava condições que os franceses puderam declarar honrosas, permitindo-lhes partir sem humilhação, embora sem vitória. Na verdade, no último conselho de guerra realizado para examinar os termos, eles se convenceram de que se tinham saído bem. Manter um cerco por dois meses contra três reis sarracenos e uma cidade fortificada, disse Soudic de la Trau, era algo "tão honroso quanto se eu tivesse lutado em três batalhas". Outros oradores aceitaram de bom grado esse tom, e todos, inclusive Coucy, concordaram em aceitar as condições.

Mais uma empresa, a quarta desde o fiasco escocês, terminava em vão, não por falta de vontade, coragem ou capacidade de luta, mas pelo temerário empreendimento de uma tarefa militar irrealizável. A força das muralhas contra homens, os problemas do sítio para o sitiante, os riscos de abastecimentos vindos do além-mar eram tão bem conhecidos dos cavaleiros quanto o interior de seus elmos. Eles podiam ter deduzido as condições no Norte da África pela derrota das duas cruzadas de São Luís, a despeito do tempo transcorrido; 120 anos eram apenas ontem, no que se refere às transformações que se podiam prever. A falta de cuidado militar tinha, porém, certa justificativa. Num período de más comunicações, faltavam geralmente as informações prévias. A força das fortificações de Mahdia bem pode ter sido imprevista. A ignorância do inimigo era uma condição da época; o desprezo por esse inimigo, uma condição de sua mentalidade.

Froissart afirma que cavaleiros lhe disseram, posteriormente: "Se o *sire* de Coucy estivesse no comando, o resultado teria sido diferente." É improvável. Embora a falta de comando estruturado tivesse uma certa influência no resultado, o que dificultou principalmente o sítio da Barbaria foi a falta de um interesse vital. Quando ele existiu, quando o que estava em jogo era sério, como na recuperação da França sob Carlos V, foi imposta uma estratégia compatível com o objetivo, a temeridade e a improvidência foram renegadas. Para os franceses, a campanha tu-

nisina foi simplesmente uma aventura cavalheiresca com uma conotação religiosa. O que levou os cavaleiros à guerra foi o desejo de proezas, aumentado pelo zelo religioso, e não a realização de um objetivo político pela força das armas. Eles se preocupavam com a ação, não com a meta — razão pela qual a meta pretendida era tão raramente alcançada.

Na França, onde não se tinha recebido nenhuma notícia da sorte da expedição, foram realizadas procissões e ditas orações para implorar a misericórdia de Deus para com os cruzados que lutavam em seu nome. Carlos VI visitou Coucy-le-Château em setembro,²⁰ talvez para consolar a jovem *dame* de Coucy em suas preocupações, ou para examinar novamente uma propriedade desejada pela coroa e que poderia ficar sem senhor dentro em pouco. O regozijo foi grande quando chegou a notícia do retorno dos cruzados a Gênova, em meados de outubro. Mais doentes morreram ali e outros curaram-se lentamente das privações sofridas. Depois de uma travessia dos Alpes no inverno, mais seis semanas passaram antes que Bourbon e Coucy chegassem a Paris, seguidos, de tempos em tempos, pelos seus companheiros.

O intervalo e a distância silenciaram a verdade. Apesar de um retorno sem butim, resgates ou prisioneiros, foram saudados como vitoriosos (como aconteceu com seus adversários, nos palácios muçulmanos). Embora a França soubesse o contrário, uma impressão de triunfo sobre o infiel pôde predominar. Não havia correspondentes estrangeiros na Tunísia para informar, nem jornais na França para publicar a frustração da campanha. As perdas em mortos e desaparecidos elevaram-se a 274 cavaleiros e escudeiros, ou pouco menos de 20%, o que não deixou impressão negativa: eram habituais. No fim, a França foi admirada pela empresa e Gênova não menos, porque o aparecimento dos franceses como seus aliados combatentes alarmou os berberes o suficiente para que reduzissem, pelo menos no momento, a sua pirataria.

Ansioso para saber tudo o que acontecera, o rei Carlos interrogou Bourbon, Coucy e os outros. Sem se abater com os relatos, ele declarou que, tão logo fosse possível fazer a paz com a Inglaterra e dentro da Igreja, teria satisfação em ir com um exército real àquelas regiões “para exaltar a fé cristã e confundir os infiéis”. Entre os participantes, as recordações da dor e da futilidade desapareceram, e quando, dentro de poucos anos, uma nova cruzada foi pregada contra os turcos, sua atitude para com o inimigo foi inalterada e seu entusiasmo não diminuiu.

Numa selva escura



EM DESANIMAR com o resultado equivocado na Barbaria, o rei e o conselho franceses dedicaram-se, logo em seguida, a uma empresa mais formidável ainda: acabar com o cisma pela força das armas. O plano de uma marcha sobre Roma para expulsar o papa Bonifácio e instalar o papa Clemente foi chamado de *Voie de Fait* — ou Via de Fato, isto é, da força — em oposição à Via da Abdicação, ou abdicação voluntária mútua dos dois papas, como defendia a universidade. Atravessar a Itália e tomar Roma pela força era uma empreitada que nada ficava a dever à invasão da Inglaterra — que tão recentemente se mostrara superior à capacidade da França —, mas, apesar disso, os responsáveis pela política do país não hesitaram. O Conselho tomou a decisão em fins de novembro, poucos dias depois do retorno de Coucy e Bourbon da Tunísia.

O plano foi apresentado ao rei como um prelúdio à cruzada. Ele não podia, em boa consciência, disseram-lhe os seus ministros, tomar a cruz contra os turcos enquanto a Igreja não estivesse reunificada. “Não podemos imaginar nada melhor, nem mais razoável para Vossa Majestade do que ir à Roma com o poder dos soldados e destruir esse antipapa Bonifácio. [...] Nenhuma ocupação seria mais adequada a Vossa Majestade. Podemos esperar que esse antipapa e seus cardeais, ao compreenderem que Vossa Majestade avança contra eles com um forte exército, entreguem-se à vossa mercê.”¹ Depois desse grande feito, a brilhante perspectiva de uma continuação, até mesmo a Jerusalém, estava ao alcance da mão.

Quando poderia partir?, perguntou o rei, logo, ansioso. Ele tinha sido criado sob a influência ardente de Mézières, que enchera a corte com sua propaganda da cruzada como sendo o destino da França e a salvação da sociedade. Os conselheiros de Carlos disseram-lhe que a campanha podia começar imediatamente, e os planos foram sem demora colocados em prática. Toda a casa real deveria participar e até

mesmo o duque de Bretanha foi convidado, porque “eles não acharam prudente deixá-lo para trás”. Ele previu, desagradavelmente, que a empresa “terminaria em palavras”.

Uma enorme força de 12 mil lanças foi decidida, com a partida marcada para quatro meses depois, em março de 1391, tendo Lyon como ponto de reunião. O rei e seu irmão comandariam quatro mil lanças; Borgonha, Berry e o condestável, duas mil cada; Bourbon e Coucy, mil cada; e todos receberiam três meses de soldos adiantados. Os impostos necessários para o recrutamento de tal exército, e sua manutenção em operação, parecem ter sido examinados com pouca objetividade: o financiamento da empresa era tão pouco realista quanto a própria Via da Força. Quando o Conselho reuniu-se para autorizar as taxas, o mau augúrio habitual, na forma de uma tempestade terrível, fez com que hesitassem. Seria um sinal de Deus contra a imposição de novos ônus a um povo já onerado demais?

A voz da universidade falou contra a *Voie de Fait* mais explicitamente do que o trovão e o relâmpago. Num estupendo sermão de 12 horas, feito perante o rei e a corte a 6 de janeiro de 1391, Jean Gerson, jovem erudito já famoso como pregador, foi o porta-voz da oposição. Com 27 anos de idade e a dois anos de seu doutorado em teologia, Gerson era protegido do chanceler Pierre d'Ailly, a quem substituiria pouco depois, aos 31 anos. Com a intensificação da luta do cisma, ele se tornaria o principal defensor da supremacia de um Concílio da Igreja sobre o papa e o mais notável teólogo francês de sua época.²

Gerson era um homem que desafiava a classificação e a generalização. Místico na fé, era racional na prática. Amante das posições moderadas, desconfiava dos excessos de devoção dos outros místicos e visionários. Como homem de igreja, era ao mesmo tempo conformista e não-conformista. Humano nas idéias, opôs-se decididamente aos primeiros humanistas franceses no grande debate sobre o *Roman de la Rose*. Apesar de sua aversão pelos visionários, sobretudo as mulheres, ele seria, no último ano de sua vida, um dos dois únicos teólogos dispostos a atestar a autenticidade das vozes de Joana d'Arc. Não por ser aquilo que os modernos chamariam de liberal, mas porque compreendia a intensidade da sua fé religiosa. Gerson era um compêndio e um refletor das idéias e das influências intelectuais do seu tempo.³

Em épocas anteriores, ele teria sido monge, mas nos últimos cem anos a universidade tinha substituído os mosteiros na tarefa importante de transmitir o conhecimento do passado e dar-lhe continuidade no presente. Entrando na Universidade de Paris aos 14 anos, Gerson encontrou a teologia e a filosofia petrificadas nos silogismos áridos dos escolásticos. Na grande era de Aquino, o escolasticismo se propunha a responder todas as questões de fé pela razão e lógica, mas a razão foi incapaz de explicar Deus e o universo, e o esforço apagou-se, deixando apenas a dura casca da argumentação lógica, praticada, como disse Petrarca com aversão, por “crianças de cabelos brancos”.⁴ Quando eles começavam a “cuspir silogismos”, ele aconselhava que as pessoas se afastassem. Gerson, como outros de sua perturbada época, ansiava por alguma coisa mais significativa para a alma, e encontrou a alternativa na fé mística e na comunhão direta com Deus.⁵

Ele acreditava que a sociedade só podia ser regenerada por uma renovação e um aprofundamento da fé, nos quais a "curiosidade vã" não tinha lugar. O conhecimento de Deus, escreveu, "é melhor adquirido pela penitência do que pela investigação intelectual". Tinha a mesma opinião do sobrenatural, afirmando a existência de demônios e reprovando os que deles zombavam devido à falta de fé e à "infecção da razão". Não obstante, Gerson não conseguiu evitar a interferência da razão. Ele censurou a magia e as superstições dos astrólogos, e recomendou um exame cuidadoso das visões, antes de lhes dar crédito.

Desaprovava a Bíblia em vernáculo, mas, como poeta, professor e orador, escreveu muitos de seus sermões e tratados em francês, de modo a comunicar seu sentido aos espíritos simples e aos jovens. Os educadores medievais em geral passavam muito tempo compondo sermões para crianças. Gerson, em particular, preocupava-se com o desenvolvimento delas, vendo-as como pessoas diferentes dos adultos, o que não era comum. Num currículo para escolas da Igreja, insistiu na necessidade de manter uma lâmpada de vigília acesa no dormitório das crianças pequenas, para servir como símbolo da fé e proporcionar luz quando a "necessidade natural" exigisse que as crianças se levantassem durante a noite.⁶ A reforma da Igreja, advertiu ele, devia começar com o direito de ensinar as crianças, e a reforma dos colégios começar com a das escolas primárias.

Recomendou aos confessores despertar o sentimento de culpa nas crianças em relação aos seus hábitos sexuais, para que elas pudessem reconhecer a necessidade da penitência. A masturbação, mesmo sem ejaculação, era um pecado que "acaba com a virgindade da criança mais do que se, na mesma idade, tivesse conhecido mulher". A ausência do sentimento de culpa em relação a isso, nas crianças, era uma situação que devia ser modificada. Elas não deviam ouvir conversas grosseiras nem ter permissão para beijar-se ou acariciar-se mutuamente, nem dormir na mesma cama com o sexo oposto, nem com adultos, ainda que do mesmo sexo.⁷ Gerson tinha seis irmãs e todas permaneceram solteiras, em santa virgindade. Havia, sem dúvida, uma forte influência familiar da qual essa poderosa personalidade saiu.

O sexo foi um dos fatores da violenta rejeição, por Gerson, do *Roman de la Rose* de Jean de Meung. A celebração do amor carnal, a sátira à castidade, a entronização da Razão, o ceticismo de livre-pensador e a tendenciosidade anticlerical eram anátemas para Gerson. Quando Cristina de Pisan fez seu ataque a Jean de Meung em 1399, na *Epístola ao deus do amor*, Gerson a apoiou num sermão com toda a paixão do incinerador de livros.⁸ Denunciou o *Roman de la Rose* como pernicioso e imoral: degradava as mulheres e tornava atraente o vício. Se tivesse o único exemplar existente, disse ele, e valesse mil libras, não hesitaria em atirá-lo às chamas. "Ao fogo, boa gente, ao fogo!"⁹

Os admiradores de Meung acorreram em sua defesa, em cartas abertas a Cristina e Gerson. Esses defensores, Jean de Montreuil, Gontier e Pierre Col,¹⁰ eram clérigos e eruditos que trabalhavam como secretários da coroa. Juntamente com acadêmicos dotados do mesmo espírito, estavam os que tinham escolhido um ca-

minho diferente de Gerson na reação contra as empoeiradas respostas dos escolásticos. Com sua fé na razão humana e no reconhecimento dos instintos naturais, estavam reconhecendo o espírito laico. Nesse sentido, eram humanistas, embora não se preocupassem com as pesquisas clássicas do movimento humanista em Florença. O que admiravam em Meung era a liberdade de pensamento e o ousado ataque às fórmulas convencionais. Entre certos homens cultos e esclarecidos, Jean de Montreuil afirmou: a apreciação do *Roman de la Rose* era tal que eles preferiram ficar sem suas camisas a ficar sem esse livro. "Quanto mais estudo a gravidade dos mistérios e o mistério da gravidade dessa profunda e famosa obra, mais me surpreendo com a vossa desaprovação."

Apesar do fervor, essas observações não eram muito específicas. Pierre Col era mais corajoso, defendendo a sensualidade que tanto ofendia a Gerson. Ele afirmou que o *Cântico dos cânticos* celebrava o amor da filha do faraó, e não da Igreja; que a vulva feminina representada pela Rosa era considerada sagrada, segundo o Evangelho de São Lucas; que o próprio Gerson algum dia se enamoraria, como tinha acontecido com outros teólogos.

O debate ampliou-se. Cristina respondeu com *Le dit de la Rose* e Gerson com um ensaio magisterial, *Tractatus contra Romantium de Rosa*, no qual figuras alegóricas levam suas queixas contra Jean de Meung perante o "sagrado tribunal da cristandade" e ele é devidamente condenado. Embora Gerson tivesse a última palavra na controvérsia, não pôde acabar com o poder de atração do livro, que continuou a ser muito lido no século XVI, sobrevivendo até mesmo a uma tentativa pia de "moralizar" suas imagens, na qual a Rosa era transformada numa alegoria de Jesus.

Enquanto Gerson permanecia dentro da instituição, a busca da fé estava levando outros para fora, em movimentos que se afastavam da religião institucionalizada. Buscava-se, na comunhão leiga, um substituto dos rituais que se tinham tornado rotineiros e corruptos. A fé era ainda mais necessária quando o caminho parecia perdido numa selva escura de alarmes e confusões.

O dano causado pelo cisma se tinha aprofundado. Os dois papas estavam absorvidos num extravagante exibicionismo em prol do prestígio e na procura cada vez maior de dinheiro para mantê-lo. Em Roma, o papa Bonifácio lucrava com a usura e vendia benefícios a ponto de provocar escândalo, por vezes vendendo de novo o mesmo cargo a quem oferecia mais e datando a segunda nomeação como se fosse anterior à primeira.¹¹ Vendeu o direito a dez ou 12 benefícios simultâneos. Clemente VII arrancava empréstimos "voluntários" e subsídios, e aumentava as taxas eclesiásticas até que seus bispos recusaram-se, em 1392, a pagar, e pregaram seus protestos nas portas do palácio pontifical em Avignon. Como dependente da França, ele entregava os dízimos do clero francês à coroa, e, nas muitas disputas que isso provocou, ele tomava o partido da coroa contra o clero. Não havia como cobrir as suas necessidades: teve de recorrer aos usurários e empenhar os tesouros sagrados. Quando morreu, foi dito que até a tiara pontifical estava empenhada.¹²

Dentro do império, o efeito do cisma não foi muito desagregador porque as condições já eram tão caóticas que não podiam piorar muito. Carlos IV tinha tomado precauções, antes de morrer, de coroar seu filho mais velho, Venceslau, como rei da Boêmia e de indicá-lo imperador antes do momento adequado, mas a concordância e a unidade não vieram com o título. Isso não era motivo de surpresa, já que Carlos tinha dividido o governo dos territórios imperiais entre os dois irmãos de Venceslau, um tio e um primo. Seus interesses entravam, com frequência, em conflito, as casas rivais de Wittelsbach e Habsburgo eram hostis, os cerca de vinte principados eram insubordinados, as cidades, lutando para manter seus privilégios, formavam ligas contra os nobres. Receitas adequadas ao exercício do governo central não podiam ser recolhidas em condições anárquicas e a autoridade do imperador era superficial demais para controlar a situação.

Venceslau IV¹³ tinha 18 anos quando subiu ao trono em 1378, pouco depois de acompanhar o pai na memorável visita a Paris. Embora preparado para exercer o governo, bem educado e versado em latim, francês, alemão e tcheco, faltava-lhe caráter para dominar as circunstâncias. Apesar de seus esforços iniciais para estabelecer um equilíbrio de forças, as incessantes guerras de grupos e classes, de cidades contra os príncipes, de nobres menores contra os maiores, de germanos contra tchecos, ligas contra ligas, criavam uma rede de dissensões que desafiava a soberania — e destruía o soberano.

Figura trágica, arruinada, Venceslau emerge das crônicas como uma espécie de Caliban, meio palhaço, meio vicioso, uma mistura de meias-verdades e lendas que refletem as animosidades de seus vários grupos de inimigos. Como seu reinado foi a origem da revolta hussita contra a Igreja e do crescente nacionalismo tcheco hostil aos germanos, Venceslau sofreu postumamente nas mãos tanto dos cronistas religiosos como germânicos. A injusta vantagem da palavra escrita acaba triunfando. Mesmo exageradas, as histórias sobre Venceslau são muito parecidas para não encerrar uma certa verdade.

Considerado pelos seus partidários como de boa aparência e boas maneiras, surge mais geralmente como um “javali selvagem” que saía à noite em más companhias para farras violentas, para arrombar casas dos burgueses a fim de violentar suas mulheres, que encerrou a própria esposa num bordel e assou um cozinheiro que lhe serviu uma refeição queimada. De acordo com essas versões, ele era filho de um sapateiro, nasceu feio e deformado (provocando a morte da mãe no parto), sujou a água da pia batismal ao ser batizado e manchou o altar suando profusamente em sua coroação, aos dois anos — augúrios, embora provavelmente *ex post facto*, de um reinado nada sacro. Ele só se sentia feliz quando caçava; passava meses seguidos nas matas e nas cabanas de caça, negligenciando o governo, preferindo a companhia de caçadores e moços de estrebaria, aos quais enobreceu, para a raiva dos barões. Suas primeiras tentativas de impor justiça e estabelecer a ordem deixaram-no frustrado; ele apenas fez inimigos favorecendo uma facção em detrimento de outra; seus erros de julgamento agravavam um senso de inadequação; tornou-se

incapaz de colocar em prática uma política com coerência; fugiu dos problemas e encontrou refúgio da incapacidade na caça e nas bebedeiras.

Embora fosse comum, na Alemanha, ao homem de qualquer nível social embebedar-se até cair,¹⁴ Venceslau tornou-se um alcoólatra inveterado. Cada vez mais irritável e mal-humorado, indolente como soberano, permanecia em Praga esquecendo-se do resto do Império, e sucumbia a ataques de selvageria nos quais se acredita que por vezes “perdia o controle da razão”. Como reflexo do seu dono, um dos cães que o seguiam a toda parte teria atacado e morto sua primeira mulher, Joana da Baviera, embora, segundo outras fontes, ela tivesse morrido de peste, deixando um marido em prantos, muito abatido — ou possivelmente bêbedo — para comparecer ao funeral. Não sendo, é evidente, tão feio como mais tarde o pintaram, casou-se com uma segunda princesa bávara, reputadamente muito bela, que teria por ele grande afeição, ao que se dizia. Nenhuma afeição, porém, lhe tinha a Igreja, cujos padres levava ao pelourinho junto com suas concubinas. Seu reinado viu o notório pogrome de 1389, quando um padre, à frente de uma procissão que passava pelo bairro judeu de Praga no Domingo de Páscoa, foi apedrejado por um menino, fazendo com que a cidade saísse às ruas para acabar com três mil judeus da comunidade local.¹⁵ Quando os sobreviventes buscaram justiça do rei, Venceslau declarou que eles mereciam o castigo e multou-os, e não aos assassinos.

Seu conflito mais famoso ocorreu com a Igreja e terminou na canonização da vítima. A causa foi a habitual luta entre autoridades temporal e eclesiástica, que atingiu o auge em 1393, quando o arcebispo de Praga mandou que seu vigário-geral, João de Pomuk, confirmasse a eleição de um abade escolhido pelos monges em prejuízo do candidato preferido pelo rei. Venceslau, furioso, prendeu o arcebispo, o vigário-geral e dois outros prelados; depois de libertar o arcebispo, torturou os outros para arrancar-lhes uma confissão dos objetivos hostis da hierarquia. Enraivado pelo silêncio deles, o próprio rei teria apanhado uma tocha para aplicar aos pés das vítimas. Atemorizado pelo que tinha feito, ele em seguida prontificou-se a poupar-lhes a vida em troca da promessa, sob juramento, de que não contassem as torturas sofridas. João de Pomuk estava alquebrado e doente demais para firmar o juramento, e Venceslau, no desejo de destruir as provas, mandou amarrá-lo e jogá-lo de uma ponte no rio Moldávia. Ele foi posteriormente canonizado como mártir e transformado em patrono de todas as pontes.

Os problemas do rei agravaram-se na década de 1390. Passava a maior parte do tempo bêbedo, mas não ao ponto de não ter aumentado suas possessões na Boêmia a expensas dos grandes nobres. Em consequência, conseguiu uni-los, numa oposição comum por tempo suficiente para que o depusessem como imperador em 1400, embora continuasse como rei da Boêmia.

As dificuldades de Venceslau não eram apenas pessoais ou temperamentais. Eram um epítome do seu século. Também ele estava perdido na selva escura de sua época. Como João II da França, tinha nascido para a tarefa de governar, muito pesada para ele, numa era em que tantas coisas não davam certo. Como o governo,

a Igreja em seu país estava falhando em sua missão e dando origem ao mais forte movimento de reforma na Europa. Tomando como doutrina os postulados de Wyclif e recebendo um nome derivado de João Hus, queimado como herege em 1415, o levante hussita abriu caminho para a reforma, duzentos anos depois. E também representou o fim de Venceslau, ao provocar-lhe um ataque apoplético que o matou em 1419.

Na França, a atmosfera febril evidenciou-se em 1389 com uma apaixonada controvérsia sobre a Imaculada Conceição da Virgem, que fez com que monges dominicanos fossem acusados, como os judeus na ocasião da peste, de envenenar os rios, senão as fontes. Um dominicano, Jean de Montson, difundiu a opinião de que a Virgem tinha sido concebida em pecado original.¹⁶ Foi condenado pela Universidade de Paris, que sustentava a opinião contrária, franciscana, da Imaculada Conceição. Quando Montson recorreu ao papa Clemente, d'Ailly e Gerson foram a Avignon para exigir a aprovação da opinião deles. Clemente viu-se num dilema. A tese de Montson era a da ortodoxia antiga, aprovada por Tomás de Aquino. Se Clemente a denunciasses, sua própria ortodoxia seria contestada pelo rival em Roma. Se a mantivesse, seria contraditado pela universidade e despertaria a ira popular na França. No calor dos ânimos gerado por essa situação, ameaças iradas perseguiam os dominicanos. Temendo pela vida, Montson passou-se para Roma, deixando a Clemente a liberdade de declarar-se pela Imaculada Conceição.

Embora a devoção à Virgem ainda pudesse provocar tais sentimentos, no final do século a descrença e a irreverência eram comuns, caso as queixas dos clérigos e pregadores reflitam a verdade. Censurar os leigos era a ocupação normal dos padres, mas agora o volume de queixas crescia. Muita gente "não acreditava em nada acima do telhado de suas casas", lamentava o futuro santo Bernardino de Siena.¹⁷ Seu colega monge Walsingham contava que certos barões da Inglaterra acreditavam "que não há Deus, e negam o sacramento do altar e a ressurreição após a morte, considerando que a morte de uma besta de carga é igual ao fim do homem".¹⁸ Ao lado dos indícios de declínio da fé, devemos colocar a infalível sucessão de testamentos e legados a santuários, capelas, conventos, ermidas e somas para orações e para peregrinações por procuração. Poucos dos que professavam a descrença durante a vida corriam riscos, quando se aproximavam do fim.

O uso freqüente da excomunhão por não comungar ou jejuar nos dias santos, tão deplorado por Gerson e outros reformadores, era uma medida da queda na observação dos preceitos religiosos. As igrejas estavam vazias e o comparecimento à missa era reduzido, escreveu Nicolau de Clamanges, em seu grande opúsculo *De ruina et reparatione Ecclesiae* (A ruína e a reforma da Igreja). Segundo ele, os jovens raramente iam à igreja, exceto nos dias santos, e assim mesmo para ver os rostos pintados e os vestidos decotados das damas, e o espetáculo de seus chapéus e penteados, "imensas torres com chifres e pérolas penduradas". As vigílias nas igrejas eram feitas não com orações, mas com canções lascivas e danças, enquanto os padres jogavam dados. Gerson lamentava a mesma frouxidão: os homens saíam da igreja em meio aos serviços para tomar um trago e, "quando ouvem o sino anun-

ciando a consagração, correm de volta para a igreja como touros". Jogo de cartas, palavrões e blasfêmias, escreveu ele, ocorriam durante as festas mais sagradas, e quadros obscenos eram apregoados nas igrejas, corrompendo os jovens. As peregrinações eram oportunidades para o deboche, o adultério e os prazeres profanos.¹⁹

A irreverência era, em muitos casos, subproduto de uma religião tão impregnada na vida cotidiana que era tratada com excessiva familiaridade, mas o coro de reprovações ao final do século indicava uma crescente aversão a esse estado de coisas. "Os homens dormem com indiferença e fecham os olhos ao escândalo", lamentou o monge de St. Denis. "Era perda de tempo falar das maneiras de reformar a Igreja."

A indiferença, porém, como o vazio na natureza, não é condição natural da vida humana. Um novo movimento religioso surgiu nessa época nas pequenas cidades comerciais do Norte da Holanda, entre pântanos e charnecas, próximo à foz do Reno — como se só num canto remoto da Europa dividida pelos conflitos pudesse a religiosidade autêntica encontrar um lugar para florescer. Como os seus membros viviam comunalmente, tornaram-se conhecidos pelos vizinhos como os Irmãos da Vida Comum, embora se referissem a si mesmos apenas como "os devotos".²¹ Seu objetivo era encontrar a união direta com Deus, e através da pregação e das boas obras criar uma sociedade leiga devota. Não eram extremistas como os Irmãos do Livre Espírito, anteriores, mas simplesmente, como diziam, "homens religiosos que tentavam viver no mundo" — significando com isso o mundo dos leigos, em distinção ao claustro.

Gerard Groote, fundador do movimento, era filho de um próspero comerciante de tecidos de Deventer, na Holanda. Nascido no mesmo ano de Coucy, passou uma juventude dissoluta enquanto estudava direito e teologia na Universidade de Paris, onde se interessou pela magia e pela medicina, e fazia amor com as mulheres "em todos os bosques e todas as montanhas". Achando as discussões dos professores "inúteis e cheias de discordâncias", deixou a universidade para entrar para o clero secular, e, depois de uma carreira de pastor mundano em Utrecht e Colônia, converteu-se. Dando suas propriedades em Deventer para instituições filantrópicas, foi pregar um evangelho de dedicação a Deus, nascida do "núcleo íntimo de devoção", e não do batismo e dos sacramentos.

Seu zelo, seu dom de retórica e sua personalidade impressionante atraíram ouvintes às multidões que, com frequência, lotavam as igrejas. Vinha gente de muito longe para ouvi-lo. Usando um velho manto cinzento e roupas remendadas, e arrastando consigo um barril cheio de livros com os quais confundia os críticos depois de um sermão, Groote pregava tanto o amor aos vizinhos como a Deus, a eliminação do vício e a obediência aos mandamentos do Cristo. Lamentando a corrupção e prevendo o iminente colapso da Igreja, ele pregava ao clero em latim e aos leigos no vernáculo. Um discípulo anotava suas palavras e outro ia à frente para pregar anúncios de sermões na portaria da igreja da próxima cidade. Entusiastas reu-

niam-se em grupos para adotar seus princípios e aos poucos se uniram para colocá-los em prática, passando a viver juntos em casas, mas separados por sexo.

A associação era voluntária, sem o voto essencial às ordens regulares, que obrigavam os seus membros a viver apartados do mundo. Segundo as regras da *Devotia moderna* de Groote, seus adeptos tinham de viver na pobreza e castidade, mas, em lugar de mendigar como os frades, deviam ganhar o sustento ensinando às crianças e ocupando-se de duas atividades não controladas pelas guildas, a cópia de manuscritos e a cozinha. O trabalho, acreditava Groote, “era maravilhosamente necessário à humanidade para reconduzir a mente à pureza”, embora o comércio não o fosse: “O trabalho é santo, mas o comércio é perigoso.” Quando morreu de uma doença em 1384, as casas de seus seguidores na Holanda e na Renânia eram bem mais de cem, e as destinadas às mulheres eram três vezes mais numerosas que as dos homens.

A ênfase das comunidades na devoção idividual e sua existência sem um voto ou uma regra oficial eram, em si, uma crítica às ordens autorizadas. A religião autodirigida voluntariamente era mais perigosa para a Igreja do que qualquer número de infiéis. Antes de morrer, Groote foi proibido de pregar pelo bispo de Utrecht. Quando outros padres tentaram, mais tarde, acabar com o movimento, seus seguidores fizeram uma vigorosa e bem-sucedida defesa de seus princípios. No Concílio de Constança em 1415, Gerson, embora avesso às suas doutrinas, defendeu-os das acusações de heresia. Suas comunidades sobreviveram porque havia um clima de simpatia em seu favor, e não apenas entre os leigos. Dois anos após a morte de Groote, os Irmãos criaram seu primeiro mosteiro formal, em associação com a Ordem dos Agostinianos, embora ainda sem votos. Apesar de continuar pequeno e limitado, o movimento iria produzir pouco depois o *A imitação de Cristo*, de Thomas a Kempis, o livro religioso mais lido, no catolicismo, depois da Bíblia.²¹

Em 1380, na pequena cidade de Kempen, ao sul de Deventer, nasceu o filho de um camponês, de mãe evidentemente alfabetizada, que tinha uma escola para as crianças da cidade. Aos 12 anos, Thomas de Kempen — ou a Kempis, como se tornou conhecido — entrou na escola da Vida Comum em Deventer, viveu e estudou com seus discípulos, e em seguida ingressou num mosteiro agostiniano, onde ficou pelo resto de seus 91 anos. Amando os livros e os recantos tranquilos, compilou as frases e sermões de Groote e seus discípulos, formando uma longa rapsódia sobre o tema de que o mundo é uma ilusão e o reino de Deus é interior; que a vida interior, espiritual, é um preparo para a vida eterna. O que ele repetia, com variações e exortações, era que a vida dos sentidos não tem valor, que as riquezas, prazeres e poderes do mundo — aquilo que a maioria dos homens quer e raramente consegue — de nada lhes valem, sendo apenas um obstáculo no caminho da vida eterna; que o caminho para a salvação está na renúncia aos desejos mundanos e na luta constante contra o pecado, a fim de criar espaço para o amor a Deus; que o homem nasce “com uma inclinação para o mal”, que ele deve dominar para ser salvo; que o bem está nas ações e não no conhecimento: “Prefiro sentir a compunção

a saber como defini-la"; que só os humildes de espírito têm paz: "é muito mais seguro estar na sujeição do que na autoridade"; que desejar alguma coisa é ficar "imediatamente inquieto"; que o homem é apenas um peregrino na vida, o mundo é um exílio, e a pátria é Deus.

Nada disso era novo ou notável. A *imitação de Cristo* era o que dizia ser, uma imitação da mensagem de Cristo, um consolo para os humildes que são a maioria da humanidade, uma reafirmação da promessa de que sua recompensa está no outro mundo. Por muito tempo depois do aparecimento do livro de Thomas, soube-se tão pouco de seu autor que Jean Gerson foi tido por muitos como o Bacon atrás desse obscuro Shakespeare do Norte.²²

Em 1391, os argumentos de Gerson contra a Via da Força ocuparam a atenção da corte desde a prima até as vésperas. Lembrando-se como a prisão se tinha fechado sobre seus antecessores, ele continuou com certo risco, mas como natural da Borgonha tinha o duque como protetor, o que talvez tenha possibilitado o sermão.²³ Instou a coroa para que abandonasse a *Voie de Fait* com sua "duvidosa batalha e derramamento de sangue", recomendando antes o recurso a orações mais intensas e procissões penitentes. Numa crítica discreta, deplorou o silenciamento da universidade na questão de um Concílio da Igreja, "pois não tenho dúvidas de que se estivésseis melhor informados daquilo que a vossa muito humilde e devota filha, a Universidade de Paris, desejava dizer-vos sobre essa questão, vós a teríeis ouvido com boa vontade, e um grande bem teria decorrido disso".

Sugeriu ousadamente que o bem-estar do papado estava subordinado ao da comunidade cristã como um todo, e que seria "intolerável" se a Santa Sé, instituída para o bem da Igreja, viesse a tornar-se um instrumento capaz de danificá-la seriamente. Mencionou são Luís, Carlos Magno, Roland e Olivier, e os macabeus, para inspirar Carlos VI a eliminar a mancha do cisma, tarefa que Gerson não hesitou em declarar mais importante do que uma cruzada contra o Islã. "O que é maior do que a união da cristandade? Quem melhor pode realizar essa união do que o cristianismo rei?"

Interferências mais materiais que a de Gerson impediram a *Voie de Fait* naquele momento. A França não podia ir à guerra na Itália sem a aliança, ou pelo menos a neutralidade benévola, de Florença e Milão, perspectiva claramente impedida pelo fato de estarem elas em guerra entre si. Cada rival tinha defensores na França. Milão era representada por Valentina Visconti, mulher de Luís d'Orléans, que sonhava em conseguir o prometido reino de Adria, ainda esperando para ser formado dos Estados Pontificais, em troca do apoio francês. O sonho dependia do acesso à riqueza de Milão e da colaboração do sogro de Luís na *Voie de Fait*. Os interesses de Gian Galeazzo tinham duas faces. Ele era favorável a um reino de Adria em mãos amistosas — isto é, francesas —, ao mesmo tempo em que receava permitir que a França se tornasse uma potência na Itália. Queria a aliança francesa contra

Florença, mas não queria optar abertamente por Clemente ou comprometer-se com a *Voie de Fait*. Enquanto se equilibrava entre essas dificuldades, tinha de frustrar a liga florentina contra ele, e confundir os esquemas dos vários filhos e parentes de Bernabò que queriam a sua destruição.

Circulavam em Nápoles notícias de que o rei da França e o antipapa Clemente vinham a Roma com um grande exército para unificar a Igreja. O próprio Clemente estava tão seguro disso que encomendou altares portáteis, selas de montar, selas de carga, cobertores e tudo o que era necessário para uma mudança importante.²⁴ Muito alarmado, o papa Bonifácio implorou aos ingleses que sustassem os franceses. Isso foi conseguido não com uma ameaça de guerra, mas com uma oferta de paz. Embaixadores ingleses chegaram à França em fevereiro de 1391 com uma oferta de negociar um tratado definitivo. Coucy e Rivièrre foram encarregados de conferenciar com os ingleses, jantar com eles e “fazer-lhes companhia”. Como demonstração da seriedade de intenções, os embaixadores disseram que os tios do rei Ricardo, Lancaster e o belicoso Gloucester, representariam a Inglaterra nas conversações. A França não podia rejeitar a grande oportunidade, mesmo que significasse o adiamento da *Voie de Fait* — o que, decerto, era o objetivo inglês. As conversações foram marcadas para o fim de julho e a marcha sobre Roma suspensa.

Quando junho chegou, os ingleses, tendo conseguido seu objetivo original, recusaram. Por solicitação sua, as conversações foram adiadas por outros nove meses, até março seguinte. A verdade é que as opiniões estavam muito divididas na Inglaterra. O rei Ricardo e seus dois tios mais velhos, Lancaster e York, eram favoráveis à paz, enquanto o incansável Tomás de Gloucester²⁵ opunha-se inflexivelmente a ela. Na geração decorrida desde a época em que seu pai tinha combatido na França sem qualquer ânimo particular, o sentimento de camaradagem cavalheiresca tinha diminuído. Gloucester, o filho mais novo, tinha firme convicção de que os franceses eram pérfidos e traiçoeiros e, com legalismos escorregadios e linguagem ambígua, haviam tomado dos ingleses as conquistas confirmadas no Tratado de Brétigny. Recusava a paz até que tivessem devolvido “todas as cidades, terras e senhorias” que tomaram com falsidade, para não falar dos 1.400.000 francos ainda não pagos, relativos ao resgate do rei João.

A verdadeira razão de sua atitude era mais profunda. Essencialmente, Gloucester e os barões de seu partido opunham-se à paz porque achavam que a guerra era a sua ocupação. Atrás deles estavam os cavaleiros mais pobres e os escudeiros e arqueiros da Inglaterra que, sem se preocupar com justiça e injustiça, mostravam-se “inclinados à guerra, pois esta vinha sendo o seu meio de vida”.

Aquela altura, o velho aliado da Inglaterra, o duque da Bretanha, amante como sempre de brigas, reabriu subitamente a sua desavença com a França. Rejeitando a fidelidade de vassalo, ele se tornou cada vez mais exigente e presunçoso, cunhando dinheiro com a sua própria imagem e assumindo outros direitos de soberania independente. Os franceses estavam ansiosos por sujeitá-lo antes da data das conversações com os ingleses, sabendo que sem isso o seu flanco descoberto os colocaria em desvantagem. Coucy, uma das poucas pessoas aceitáveis ao irascível duque,

promoveu uma reunião dele com o rei e o Conselho, em Tours. Montfort subiu o Loire seguido de uma escolta de 1.500 cavaleiros e escudeiros, num comboio de cinco navios armados de canhão. Durante três meses, de outubro a dezembro de 1391, as conversações se arrastaram. Meio escorregadio, meio intransigente, Montfort não pôde ser dobrado. Como último recurso, a filha do rei, Joana, que mal tinha completado um ano, foi oferecida em casamento ao filho de Montfort, como a única maneira de assegurar a Bretanha. A mesma solução tinha falhado de maneira notável no passado recente, em relação a Carlos de Navarra. Sem maior boa vontade, depois de concluído o acordo, Montfort voltou para casa “conservando todo o seu ódio”.

Em Tours, Coucy foi envolvido numa questão que teria uma ironia amarga, embora póstuma, para ele. O único filho e herdeiro do conde Guy de Blois morreu, deixando uma enorme propriedade sem herdeiros dinásticos.²⁶ O ilimitado espírito aquisitivo de Luís d'Orléans voltou-se imediatamente para essa terra, situada entre seus domínios de Touraine e Orléans. Ele, o rei e Coucy partiram juntos de Tours, que fica perto, para visitar o enlutado, e também falido, pai. O conde Guy tinha sido o refém que, na Inglaterra, para comprar sua liberdade, transferiu a propriedade de Soissons para Coucy, através do rei Eduardo.²⁷ Gastos incontrolados tinham, desde então, dissipado sua grande fortuna; o excesso de comidas e bebidas tinha-no deixado e à sua mulher “exageradamente gordos”, de modo que o conde já não podia montar e tinha de ser levado à caça numa liteira. Dado a ataques de raiva, havia matado no passado um cavaleiro com um punhal, o que parece ter sido um hábito do século XIV. Agora estava velho, doente e sem filhos, cercado de enxames de herdeiros em potencial que brigavam entre si.

Coucy tinha muita influência sobre o conde Guy, além de manter com ele uma relação hipotecária, não tendo sido ainda paga uma certa quantia relativa à transação de Soissons. Como *un grand traitteur* (um grande negociador), ele foi escolhido por ambas as partes para avaliar a propriedade e promover sua venda a Luís d'Orléans. A venda de propriedade dinástica por dinheiro era considerada uma desgraça. Se Coucy relutou em agir nesse caso — e não há indícios disso —, foi compensado, e mais do que compensado, por Luís pelos seus serviços. Quando conseguiu reduzir o preço pedido por Blois, de 200 mil francos pelas suas terras em Hainaut para 50 mil, ou 25%, Luís pagou-lhe a diferença. Ao mesmo tempo, Luís quitou a dívida de dez mil florins que tinha emprestado a Coucy para a campanha da Tunísia, “em consideração de nosso dito primo e dos muitos e grandes serviços que nos prestou”. Luís pagou 400 mil francos por toda a propriedade de Blois, com o dote de sua mulher, tornando-se assim um proprietário de terras comparável aos seus tios.

Froissart, que esteve a serviço de Guy de Blois antes da bancarrota, pronunciou um julgamento rígido e bastante surpreendente sobre a questão, dizendo que “o rei de Coucy teve grande culpa nesse assunto”. Talvez quisesse dizer que Coucy não deveria ter ganho dinheiro numa transação que Froissart considerava ignóbil. O

cultuador de uma casta mantém, em relação a ela, com freqüência, ideais mais altos do que os seus próprios membros. Na ironia final, o domínio de Coucy, depois de sua morte, seguiria o caminho das terras de Blois, ficando em mãos de Orléans.

Como sempre longe de casa, Coucy retomou suas funções de governador do Auvergne e da Guiena em janeiro de 1392, e voltou novamente ao Norte em março, para acompanhar o rei às grandes conversações em Amiens. Num feliz augúrio, imediatamente antes da reunião, nasceu um filho de Carlos e Isabeau, o quinto, sendo que os dois mais velhos já tinham morrido. Paris comemorou com grande emoção, com repicar de sinos e fogueiras acesas nas praças públicas. O povo encheu as igrejas para agradecer a Deus por um delfim e depois foi dançar e cantar nas ruas, onde mesas cheias de vinho e comida tinham sido instaladas para eles, por damas nobres e burgueses ricos. O objeto dessa alegria morreria aos nove anos de idade, e foram necessários mais quatro filhos antes que alguém dessa prole frágil sobrevivesse para tornar-se o tíbio delfim que acabou corôado como Carlos VII por Joana d'Arc.

Foram tomadas medidas extraordinárias para que não ocorressem disputas entre as comitivas francesas e inglesa que interrompessem as conversações.²⁸ O Conselho ordenou aos súditos franceses, sob pena de morte, que se abstivessem de insultos e observações provocativas, ou de desafios a combates, e até mesmo de falar sobre isso. Ninguém poderia sair à noite sem uma tocha; qualquer pajem ou criado que provocasse uma briga numa taverna receberia a pena de morte. Quatro companhias de mil guardas cada manteriam vigilância dia e noite para impedir reuniões com potencial de agitação. Se o sino de incêndio tocassem, eles não poderiam sair de seus postos, deixando às companhias regulares de bombeiros a tarefa de responder ao alarme. Os ingleses deveriam ser recebidos "com as maiores honras", tratados com a máxima cortesia e nada deviam pagar. Os estalajadeiros não deveriam receber dinheiro deles, e sim apresentar as contas de suas despesas ao Tesouro real, para pagamento.

Essas precauções expressavam o desejo francês menos de paz em si do que de um acordo que abrisse o caminho para a *Voie de Fait* e a cruzada. Quanto aos ingleses, os duques de Lancaster e York mostravam uma disposição semelhante, mas a ausência de Gloucester deixava um vazio pressago. Como reconhecimento da influência de Coucy, os duques ingleses levaram sua filha Filipa, sem dúvida com a esperança de conquistar, com isso, o apoio às suas condições. Filipa tinha manifestado um ardente desejo de ver o pai que mal conhecia, e Coucy teve grande satisfação com o encontro. Sua filha "viajou em grande estilo, mas como uma viúva que tinha desfrutado de pouca satisfação no seu casamento".²⁹

Na presença de Carlos, sentado no trono, as conversações iniciaram-se na Páscoa, com toda a solenidade e grandiosidade, como para destacar a grande importância de seu resultado. Lancaster ajoelhou-se três vezes ao aproximar-se do trono, na homenagem ritual, e foi recebido pelo rei com palavras afetuosas, e por Borgonha e Berry com o beijo de paz. O esplendor do duque de Borgonha nunca foi mais maravilhoso. Ele vestia veludo preto bordado na manga esquerda com um

ramo de 22 rosas compostas de safiras e rubis cercados de pérolas. No dia seguinte, usou um manto de veludo vermelho bordado dos dois lados com um urso de prata, cuja coleira, focinheira e trela faiscavam de jóias.³⁰ Os grandes senhores franceses, inclusive Coucy, ofereceram banquetes aos ingleses em noites sucessivas, nos quais cortesias cavalheirescas foram trocadas e velhos conhecimentos renovados.

Mas nem todas essas precauções, refeições grátis e ambiente luxuoso foram suficientes para fazer a paz. As conversações duraram duas semanas, mas ambos os lados sabiam que eram inúteis. A exigência inglesa de mais de um milhão de francos atrasados do resgate de João teve como contrapartida a pretensão francesa de uma indenização de três milhões por danos de guerra em seu solo. Foram ao ponto de reduzir a exigência de devolução de Calais à simples condição de que a cidade e seus muros fossem arrasados para tornar impossível a sua utilização. Os ingleses recusaram, considerando que enquanto tivessem Calais "tinham a chave da França na cintura". A soberania da Aquitânia foi disputada como sempre. Mesmo quando os franceses finalmente ofereceram-se para pagar os atrasados do resgate de João e garantir a posse pacífica, embora não a soberania, da Aquitânia, em troca do arrasamento de Calais, os ingleses não aceitaram. Não tinham a certeza de que desejavam a paz. Quando Carlos defendeu a causa da cruzada, eles disseram, como tantas vezes antes, que não tinham poderes para concluir condições definitivas, mas informariam ao seu rei. Mais uma das incontáveis conversações de paz nada produziu. Mais uma vez a trégua foi prorrogada por outro ano. Era difícil pôr fim a uma guerra.

De desapontamento ou de causas naturais, o rei Carlos adoeceu em meio às conversações, sofrendo de febre alta e delírio. Levado de Amiens para a tranquilidade do palácio episcopal em Beauvais, onde foi cuidadosamente tratado, recobrou-se logo, e em junho tinha voltado à caça e aos seus outros prazeres. Nenhum augúrio sombrio foi atribuído à súbita e estranha enfermidade, embora bem pudesse ter sido.

CAPÍTULO 24

Danse Macabre

A HISTÓRIA nunca mostrou de maneira mais cruel a vulnerabilidade de uma nação na pessoa de seu chefe de Estado do que na desgraça da França, que começou em 1392. As circunstâncias causadoras da crise tiveram início com a luta pelo poder travada em torno de Clisson, o condestável. Como o principal apoio do partido ministerial, ele era objeto da inimizade política dos tios, bem como do ódio imortal do duque da Bretanha. Pois enquanto ocupasse o cargo militar controlador, com acesso a imensas vantagens financeiras, e permanecesse associado aos *marmousets* e ao irmão do rei, os tios se viam mantidos à distância do poder. O duque da Bretanha temia-o como rival nos assuntos bretões e o odiava ainda mais por não o ter matado quando teve a oportunidade. Em seu desejo comum de destruir Clisson,¹ os interesses de Bretanha e dos tios do rei coincidiam, e eles mantiveram contatos clandestinos entre si.

Servindo de elo entre eles havia um protegido borgonhês, aparentado tanto da duquesa de Borgonha como do duque da Bretanha, o mesmo sinistro Pierre de Craon, que tinha desfalcado os fundos do duque d'Anjou na campanha de Nápoles. Desde então, ele tinha contornado uma ordem judicial de reembolsar a viúva de d'Anjou e havia assassinado um cavaleiro de Laon,² mas usou sua influência para conseguir um perdão. Essas delinqüências não impediram que encontrasse proteção no círculo real de amantes do prazer. Ele tinha, evidentemente, o amor pela maldade. Irritou, porém, Luís d'Orléans, a cuja mulher contou — aparentemente, apenas pelo impulso irresistível de fazer o mal — uma paixão extraconjugal que lhe fora confidenciada pelo marido. Luís tinha levado Craon até mesmo a visitar a bela, embora muito virtuosa, dama, que resistira a uma oferta de mil coroas de ouro pelos seus favores. Ao descobrir a traição de Craon, Luís, furioso, levou o caso ao rei,

que, complacente, banii o intrigante. Craon alegou ter sido afastado por haver tentado fazer com que Luís abandonasse as práticas ocultas e a sua associação com feitiçeiros.

Ardendo de ressentimento, ele refugiou-se com o duque da Bretanha, que era seu primo. Em Craon o duque encontrou o agente para outra tentativa de arruinar Clisson. Como este era casado com uma sobrinha da duquesa d'Anjou, automaticamente participava da inimizade mortal da família para com Craon. Por isso, Craon já desconfiava, e o duque da Bretanha facilmente o convenceu, que Clisson tinha influído em seu banimento — o que pode ter sido verdade. O condestável teria descoberto correspondência secreta entre Craon e os duques.³ De qualquer modo, ele agora “vivía apenas para a vingança”.

Na noite de 13 de junho de 1392, tendo voltado secretamente a Paris, Craon armou uma emboscada numa esquina por onde Clisson teria de passar a caminho de sua casa. Com ele, no escuro, estava um grupo de quarenta homens armados, o bastante para qualquer eventualidade contra um adversário em circunstâncias civis. Quando alguém realmente queria a morte de outro nobre, os códigos da cavalaria tinham uma força de inibição surpreendentemente reduzida. Em lugar de desafiar o inimigo para um combate aberto, Craon preferiu atacar no escuro. A julgar pela sua história, ele era um homem sem senso moral, mas não estava só. Montfort também tinha violentado a honra, a lealdade e todos os outros princípios da cavalaria, ao seqüestrar Clisson. E este, por sua vez, não era nenhum Rolando. Durante a vida desses homens, sob os efeitos desorganizadores da peste, banditismo e cisma, os códigos normais de conduta desintegraram-se.

Escortado por oito atendentes com tochas, mas sem armas para um combate, Clisson voltava a cavalo de uma festa dada pelo rei em St. Pol. Discutia com seus escudeiros um jantar que deveria dar no dia seguinte para Coucy, Orléans e Vienne, quando subitamente a luz das tochas caiu sobre uma massa escura de homens montados e o brilho de elmos e armaduras. Os assaltantes atacaram, apagando as tochas de Clisson e gritando: “À mort! À mort!”. Os homens de Craon não sabiam a quem estavam atacando, porque a identidade da vítima tinha sido mantida em segredo. Ficaram horrorizados ao ouvir seu chefe gritar, em seu nervosismo, brandindo a espada enquanto os levava ao ataque: “Clisson, vais morrer!”

Clisson indagou ao seu atacante desconhecido: “Quem és?”

“Sou Pierre de Craon, teu inimigo!”, respondeu este abertamente, pois previa um cadáver e uma modificação do governo, em consequência. Seus homens, surpresos de se verem envolvidos no assassinato do condestável de França, hesitaram em continuar o ataque, “pois a traição nunca é ousada”. Armado apenas com uma adaga, Clisson defendeu-se desesperadamente até que, atingido por muitos golpes, foi derrubado do cavalo. Caiu na porta de uma padaria, abrindo-a com o peso de sua queda, no exato momento em que o padeiro, ouvindo a arruaça, apareceu a tempo de arrastá-lo para o interior da casa. Acreditando que o tinham matado, Craon e seu grupo fugiram. Os sobreviventes entre os escudeiros de Clisson encontraram-no na padaria, muito ferido, banhado em sangue e aparentemente

sem vida. Quando o rei, acordado e informado da terrível notícia, chegou à padaria, Clisson tinha recobrado a consciência.

"Como estás, condestável?", perguntou Carlos, chocado com o que viu.

"Muito fraco, *sire*."

"Quem te fez isso?" Quando Clisson disse o nome de seu agressor, Carlos jurou que "nenhum outro ato será tão expiado quanto este, tão severamente castigado". Chamou médicos que, ao examinarem o corpo rijo do condestável, sobrevivente de cem combates, prometeram a sua recuperação. Levado para casa, Clisson foi "muito estimulado" com uma visita de Coucy que, como seu irmão-em-armas, foi o primeiro a ser informado, depois do rei.

As ordens para a prisão de Craon falharam porque as portas de Paris, arrancadas desde a insurreição, não podiam ser fechadas. Ao saber que, incrivelmente, Clisson vivia, Craon fugiu da cidade, galopou até Chartres e dali à Bretanha. "É diabólico", disse ao duque, explicando seu fracasso. "Acredito que todos os diabos do Inferno, a que pertence o condestável, protegeram-no e livraram-no de minhas mãos, pois ele levou mais de sessenta golpes de espadas ou punhais e eu realmente acreditei que estivesse morto."

O rei Carlos, sentindo-se atacado na pessoa do principal defensor do Estado, perseguiu o agressor com fúria insaciável. Dois, dos escudeiros e um pajem de Craon foram decapitados ao ser capturados, o mesmo acontecendo com o intendente de sua residência de Paris, por não ter comunicado sua volta à capital. Um cânone de Chartres, que lhe dera abrigo, foi privado dos seus benefícios e condenado à abstinência perpétua na prisão, a pão e água. As propriedades e rendas de Craon foram confiscadas em benefício do Tesouro real, e suas residências e castelos foram arrasados. O estado de animosidade do rei contagiou os seus representantes, como acontece com a ira real. O almirante de Vienne, encarregado de fazer um inventário da fortuna de Craon, teria expulso a sua mulher e filha sem bens nem dinheiro, levando apenas as roupas do corpo — depois de estuprar a filha, segundo um relato —, e ficou com o rico mobiliário e bens da sua residência. Talvez ele tivesse achado que a traição de Craon justificasse essa indecência, embora sua conduta tivesse sido geralmente condenada pelos outros nobres. Excessos estranhos resultaram da tentativa de assassinato do condestável, como se o gesto de Craon tivesse liberado um contágio do mal.

Os acontecimentos passaram do assassinato à guerra quando o duque da Bretanha, ao receber a ordem de entregar o culpado, negou qualquer conhecimento dele e recusou-se a ocupar-se com o assunto. Assim desafiado, o rei quis a guerra contra o duque. Mal curado de sua doença em Amiens, Carlos parecia, com frequência, preocupado e sua fala tornava-se desconexa. Seus médicos foram contra uma campanha, mas, estimulado pelo irmão, ele insistiu. Borgonha e Berry, que dependiam do duque da Bretanha como aliado na luta política, fizeram tudo para evitá-la. O calor do partidarismo familiar foi acrescentado ao conflito pela duquesa de Borgonha, que, como sobrinha de Montfort, estava ao lado deste e odiava Clisson com venenosa intensidade. A influência borgonhesa estava, certamente, por

trás do asilo dado a Craon. Berry, por seu lado, tinha conhecimento prévio do ataque a Clisson, ao que se dizia.

Quando se soube que o testamento de Clisson, ditado depois do ataque, deixava uma fortuna de 1.700.000 francos, sem contar as terras, a ira ciumenta dos tios, ao se verem ultrapassados nas recompensas da avareza, não teve limites. Tal fortuna — maior que a do rei, disseram eles — não podia vir de fontes honestas. O público estava pronto a acreditar nisso, pois Rivière e Mercier também tinham acumulado fortunas a serviço do governo e eram geralmente malvistas, tidos como arrogantes e venais. Todas essas lutas e rancores fervilhavam atrás do instável rei, que clamava pela guerra.

O Conselho aprovou a campanha,⁴ os tios não participaram da decisão, mas, obrigados a juntar-se ao rei, odiaram ainda mais os ministros. “Eles não sonhavam com outra coisa que não fosse destruí-los.” O rei, acompanhado de Bourbon e Coucy, deixou Paris a 1.º de julho, viajando para oeste em etapas lentas, enquanto cavaleiros e seus séquitos se juntavam à marcha. A saúde precária de Carlos exigia prolongadas paradas, e novas demoras foram causadas pela espera dos tios. Desejando impedir a guerra, eles perdiam tempo e procrastinavam, provocando grande impaciência de Carlos. Sem quase comer nem beber, ele comparecia ao Conselho todos os dias, repisando o insulto que lhe fora feito através do seu condestável, aborrecendo-se com qualquer contradição, recusando-se absolutamente a desistir de punir o duque da Bretanha. A discórdia, que chegou com Borgonha e Berry, estendeu-se ao exército, onde cavaleiros discutiam os acertos e erros da empresa. Em resposta a uma segunda exigência de entrega de Craon, Montfort voltou a negar qualquer conhecimento dele. Carlos, embora declarado “febril e incapaz de montar” pelos seus médicos, não quis esperar mais.

No calor de meados de agosto, a marcha partiu de Le Mans, nas fronteiras da Bretanha. Numa estrada arenosa, sob um sol escaldante, o rei, usando uma jaqueta de veludo negro e um chapéu de veludo vermelho ornamentado de pérolas, ia apartado dos outros, para evitar a poeira. Dois pajens iam atrás, um deles levando o seu elmo, e o outro, a sua lança. À frente seguiam os dois tios num grupo, e Luís d'Orléans com Coucy e Bourbon, em outro. Quando o grupo atravessava a floresta de Mans, um homem descalço e grosseiro, numa túnica rasgada, apareceu de súbito de trás de uma árvore e segurou a rédea do cavalo do rei, gritando: “Não continueis, nobre rei! Voltai! Fostes traído!” Carlos recuou, assustado. A escolta arrancou a mão do homem das rédeas, mas, como parecia ser apenas um pobre louco, não o prendeu, nem mesmo quando ele os seguiu durante meia hora, gritando traição nos ouvidos do rei.

Ao sair da floresta, a comitiva entrou numa planície nua, em pleno meio-dia. Homens e cavalos sofriam sob os raios solares. Um dos pajens, cochilando na sela, deixou cair a lança do rei, que bateu no elmo de aço levado pelo seu companheiro, com um som estridente. O rei estremeceu, e, sacando subitamente da espada, esporeou o cavalo para uma carga, com o grito: “Avante contra os traidores! Querem

me entregar ao inimigo!" Dando voltas e atacando, ele golpeava quem estivesse ao seu alcance.

"Meu Deus", exclamou Borgonha, "o rei enlouqueceu! Segurem-no, alguém o segure!". Ninguém ousava tentar. Evitando os golpes, mas incapazes de revidar contra a pessoa do rei, eles se agitavam horrorizados, enquanto Carlos avançava loucamente contra este ou aquele, até ficar exausto, ofegante e molhado de suor. Foi então que seu camareiro, Guillaume de Martel, de quem ele gostava muito, agarrou-o por trás, enquanto outros lhe tomavam a espada e, desmontando-o, deitaram-no com suavidade no chão. O rei ficou imóvel e calado, olhando fixamente sem reconhecer ninguém. Um ou mais cavaleiros (o número difere nas várias versões), mortos por ele na sua loucura, jaziam perto, na poeira.⁵

Audaz como sempre, Filipe de Borgonha assumiu a autoridade: "Devemos voltar para Mans", decidiu ele. "Isso encerra a marcha sobre a Bretanha." Colocado num carro de bois que passava, o rei da França foi levado de volta, enquanto um séquito consternado, onde alguns já pensavam intensivamente no futuro, o acompanhava. Tendo apenas o pulsar do coração como sinal de vida, Carlos permaneceu em coma por quatro dias, durante os quais se julgou que estava no leito de morte. Seus médicos não davam esperanças, e outros, que foram chamados — médicos de Borgonha, Orléans e Bourbon —, concordaram, depois de consultas, que sua ciência era impotente.

Quando a terrível notícia da loucura do rei difundiu-se, rumores de feitiçaria e envenenamento correram por todas as bocas, e a emoção popular foi tão grande que o quarto do doente teve de ser aberto ao público. Todas as lágrimas e o sofrimento que acompanham uma morte real encheram o aposento, e "todos os bons franceses choraram como se fosse por um filho único, pois a saúde da França estava ligada à de seu rei". Soluçando, os padres dirigiam orações, bispos lideravam procissões descalças levando para as igrejas figuras do rei em tamanho natural, feitas de cera, o povo amontoando oferendas sobre relíquias conhecidas pelos seus poderes curativos, e prostrando-se ante o Cristo e os santos para implorar a cura.

Poucos acreditavam que a enfermidade tivesse causas naturais. Viam-na como manifestação da ira divina pela incapacidade de tomar o rei as armas para acabar com o cisma; outros, como uma advertência de Deus contra essa intenção; outros, ainda, como castigo divino pelos pesados impostos. A maioria acreditava que a causa estava na bruxaria, sobretudo porque uma grande seca, naquele verão, esvaziou lagos e rios, deixando o gado morrer de sede, interrompendo os transportes fluviais e levando os comerciantes a alegarem os piores prejuízos do últimos vinte anos.

Numa época mórbida, a crença numa conspiração veio à tona. Circularam rumores contra os duques. Por que o "fantasma da floresta" não tinha sido preso e interrogado? Teria sido colocado pelo duque da Bretanha ou pelos tios, para fazer com que o rei voltasse? Teria a raiva excessiva do rei, ocasionada pela demora dos duques, provocado a sua loucura? Para afastar as suspeitas do público, Borgonha

realizou um inquérito formal, no qual os médicos do rei depuseram sobre as suas enfermidades anteriores.

Também Coucy chamou o seu médico pessoal, o mais venerável e culto da França. Era Guillaume de Harsigny, natural de Laon e com 92 anos, a mesma idade do século.⁶ Depois de formar-se pela Universidade de Paris, ele tinha viajado muito para ampliar seus conhecimentos, estudado com professores árabes no Cairo e italianos em Salerno, voltando, por fim, carregado de renome, para a sua Picardia nativa. Nada do que se relaciona com os males humanos lhe era desconhecido. Sob seu cuidado — ou por um processo natural que com ele coincidiu —, a febre do rei diminuiu e a razão voltou a intervalos, durante os quais o pobre moço, que ainda não tinha 25 anos, reconheceu horrorizado o que lhe tinha acontecido. Dentro de um mês a recuperação física de Carlos avançou o bastante para que Harsigny o levasse para o castelo de Creil, a cavaleiro do rio Oise, onde ele podia gozar “o melhor ar da região de Paris”. A corte regozijou-se e louvou a habilidade do médico de Coucy.

Nos primeiros quatro dias, quando se esperava a morte de Carlos, deram aos tios a sua oportunidade contra os *marmousets*. “É agora o momento”, disse Berry, “em que lhes pagarei na mesma moeda”. No dia mesmo do ataque do rei, alguém com uma percepção rápida da Roda da Fortuna avisou os *marmousets* para que fugissem. No dia seguinte, ainda em Le Mans, Berry e Borgonha, reivindicando a autoridade como os parentes mais velhos do rei, embora Luís estivesse na verdade mais próximo da coroa, afastaram todo o Conselho, dispersaram o exército e tomaram as rédeas do governo. Voltando a Paris dentro de duas semanas, convocaram um Conselho subserviente, que entregou devidamente o governo a Filipe, o Audaz, sob a alegação de que Luís d’Orléans era jovem demais, e depôs os *marmousets* por processo judicial. Rivièrre e Mercier, que não se apressaram a abandonar o poder quando ainda era tempo, foram presos, e suas terras, casas, móveis e fortuna, confiscados. Um colega mais previdente, Jean de Montagu, tido como filho natural de Carlos V, transferiu-se com sua fortuna para Avignon no momento em que soube do ataque do rei.

A facilidade com que o governo foi derrubado é quase intrigante. Só o eclipse do rei e os ferimentos de Clisson possibilitaram isso. Sem a autoridade real para apoiá-los, Rivièrre e Mercier não tinham posição independente; não fora nomeado nenhum regente para o delfim, de seis meses de idade; Luís não tinha a firmeza e a decisão para agir, embora pudesse ter assumido o controle, se Coucy e Bourbon, e o resto do Conselho, estivessem dispostos a forçar a questão contra os duques. Era evidente que não estavam. Não podiam ter certeza do apoio militar porque faltava coesão aos principais nobres. Na incerteza quanto à condição do rei, ninguém sabia para que lado tombaria o poder. Acima de tudo, o condestável estava *hors de combat*.

Com instinto seguro, Coucy parece ter feito rapidamente a sua escolha, pois a 25 de agosto aceitou a missão juntamente com o camareiro de Borgonha, Guy de Tremoille, de informar o duque da Bretanha de que a guerra contra ele estava sus-

pensa. Teve um papel mais sombrio no destino de Rivière e Mercier. Embora, nos últimos 15 anos, tivesse trabalho junto com o primeiro em muitas missões, Coucy fez parte do grupo mandado para prender o antigo companheiro em seu castelo, para o qual fugira antes da ordem de prisão. Rivière teria aberto a porta aos que foram prendê-lo. Dez anos mais tarde, depois que ambos estavam mortos, a viúva de Rivière disse que Coucy tinha levado do castelo cofres com prata e ouro, e tapeçarias, embora tal acusação não tenha sido feita durante a vida deles.⁷

No caso de Mercier, porém, Coucy beneficiou-se abertamente. Para fazê-lo devedor de um favor, os duques deram-lhe o principal castelo de Mercier, de Nouvion-le-Comte, na diocese de Laon, com todas as suas rendas e receitas. A entrega, pelo governante, a um nobre da propriedade confiscada de outro era um meio rotineiro de granjear apoio. Quer Coucy tivesse ou não dúvidas quanto à aceitação, se recusasse ficaria marcado como um adversário declarado dos duques.⁸

Na prisão, Rivière e Mercier esperavam diariamente a tortura e a execução, sorte normal dos que perdiam o poder. Rivière permaneceu estoico, mas Mercier teria derramado tantas lágrimas que quase perdeu a visão. O povo acorria todos os dias à place de Grève esperando ver a execução dos presos. "Prudente, frio e previdente", Borgonha não impôs a pena máxima. Preferiu ser circunspecto enquanto havia ainda uma possibilidade de o rei recuperar a soberania. Ao melhorar, Carlos determinou a libertação de seus antigos conselheiros e a opinião pública, com amor e pena do rei, pendeu em favor deles. Recordou-se então de que Rivière tinha sido sempre "gentil, cortês, afável e paciente com os pobres". Depois de 18 meses na prisão, ambos foram enfim libertados e banidos da corte, embora suas propriedades tivessem sido devolvidas, inclusive, presumidamente, a aquisição temporária de Coucy.

O afastamento de Clisson seria uma vitória de Borgonha. Forçando uma solução, Clisson foi procurá-lo para indagar, como condestável, sobre medidas para o governo do reino. Filipe olhou-o com maldade. "Clisson, Clisson", disse entre dentes, "não é preciso que te ocupes disso; o reino será governado sem teu cargo". Em seguida, incapaz de disfarçar a verdadeira causa de sua raiva, perguntou "com que diabo" tinha Clisson acumulado uma fortuna tão grande, maior do que a sua e a de Berry, juntas. "Sai da minha frente", explodiu, "pois, se não fosse pela minha honra, eu arrancaria o teu outro olho!".⁹ Clisson voltou para casa pensativo. Naquela noite, protegido pelas trevas, deixou sua residência com dois acompanhantes pelo portão dos fundos e dirigiu-se para seu castelo de Monthéry, ao sul de Paris, onde se podia defender.

Furioso com essa fuga, Borgonha de novo escolheu Coucy como agente contra seu irmão-em-armas. Juntamente com Guy de Tremeille, ele foi indicado para comandar uma força de trezentas lanças, inclusive muitos ex-camaradas do condestável, com ordens de marchar por cinco estradas diferentes e não voltar sem Clisson, vivo ou morto. Esta não parece ter sido uma das decisões mais inteligentes de Borgonha. Avisado naturalmente pelos seus amigos no grupo, Clisson fugiu para sua fortaleza de Josselin, na Bretanha, onde, em seu próprio terreno, podia resistir

ao ataque. Sua fuga, porém, permitiu que Borgonha o usasse como bode expiatório. Foi julgado à revelia, condenado como "traidor falso e malvado", deposto como condestável, banido e multado em 100 mil marcos. Luís d'Orléans recusou-se a ratificar essa decisão, mas durante toda a derrubada nunca ousou contestar abertamente seus tios.

Mais uma vez a espada de condestável foi oferecida a Coucy, a quem Borgonha queria, evidentemente, ter a seu favor. Se o cargo não tivera atrativos para Coucy nos últimos dias de Carlos V, tinha ainda menos agora, nem queria ele tornar-se beneficiário da queda de seu amigo. "Recusou-se positivamente" a aceitá-lo, "mesmo que isso significasse a necessidade de deixar a França".¹⁰ O risco implícito não se confirmou. Vendo Coucy intransigente, os tios deram o cargo ao jovem conde d'Eu, ao que se dizia para que ele pudesse tornar-se bastante rico para casar-se com a filha de Berry.

Sob os cuidados do médico de Coucy, o rei parecia ter recuperado a sanidade em fins de setembro. Acompanhado de Coucy, fez uma peregrinação de graças a Notre-Dame de Liesse,¹¹ pequena igreja perto de Laon, comemorativa do milagre dos três cruzados da Picardia que, quando cativos dos sarracenos, tinham convertido a filha do sultão ao cristianismo e deram-lhe uma imagem da Virgem. Com isso, foram logo transportados por ar, junto com a princesa, para a sua terra natal. Carlos voltou via Coucy-le-Château, onde, em companhia do duque de Borgonha, jantou a 4 de outubro, e, ainda escoltado por Coucy, orou em St. Denis, no caminho de volta a Paris. No novo regime, Coucy continuou sendo membro destacado do Conselho, dividindo seu tempo entre o comparecimento às sessões e suas funções como governador do Auvergne.

Para pesar da corte, o sábio e venerando Harsigny, recusando todos os cargos e ofertas dos ricos para permanecer ali, insistiu em voltar para a tranquilidade de sua casa em Laon. Foi recompensado com duas mil coroas de ouro e o privilégio de usar quatro cavalos das cocheiras reais, sem ônus, sempre que quisesse visitar a corte. Nunca o fez. Morreu vários meses depois, deixando uma efígie histórica.¹²

O túmulo de Harsigny foi o primeiro do gênero, no culto da morte, legado do século XIV. Sua imagem de mármore não o mostra no esplendor da vida aos 33 anos, como era costume, na esperança da ressurreição, quando os eleitos deveriam renascer com a mesma idade de Jesus Cristo. Seguindo instruções específicas, a efígie é a imagem visível do cadáver dentro do caixão. O corpo estendido é mostrado exatamente como estava na morte, nu, na extrema magreza da idade muito avançada, com a pele enrugada estendida em cima dos ossos, as mãos cruzadas sobre os genitais, nenhum panejamento nem cobertura de qualquer tipo, uma perfeita confissão do nada que é a vida mortal.

Antes de deixar seu paciente real, Harsigny recomendou que não fosse onerado com as responsabilidades do Estado. "Devolvo-o com boa saúde", disse ele, "mas cuidado para não preocupá-lo ou irritá-lo. Sua mente ainda não está muito forte; pouco a pouco, irá melhorando. Que tenha o mínimo de trabalho possível; o prazer e a despreocupação serão melhores para ele do que qualquer outra coisa".

Esse conselho servia admiravelmente aos duques. Soberano apenas no nome, Carlos voltou a Paris para distrair-se com as damas nos jardins de St. Pol e desfrutar de prazeres e festas organizadas todas as noites pela sua mulher e seu irmão. Para afastar a loucura, as distrações frívolas não faltavam e os tios não interferiam, “pois, enquanto a rainha e o duque d’Orléans dançavam, não eram perigosos, e nem mesmo incômodos”.

Fornecedores e agiotas floresceram na corte, os mistérios e mágicos preenchiavam todas as horas, feiticeiras e impostores tiveram credulidade ilimitada, as modas chegaram a extremos, em especial nos penteados. Os jovens frisavam os cachos e usavam barbas de duas pontas, enquanto os complicados trançados usados pelas damas sobre as orelhas tornavam-se tão fantásticos que elas tinham de passar de lado pelas portas.¹³ A rainha Isabeau e sua cunhada Valentina competiam em novidades e opulência; os vestidos eram carregados de jóias, franjas e emblemas fantásticos. Nas tavernas, o povo murmurava contra a extravagância e a licenciiosidade. Amavam o jovem rei, que, pela sua afabilidade, generosidade e fácil conversação com todas as camadas sociais, era chamado de *Charles, le Bien-Aimé* (Carlos, o Bem-Amado), mas deploravam as “estrangeiras” da Baviera e Itália, e culpavam os tios por permitirem dissipações inconvenientes para o rei de França.

Colocados à frente da corte quando ainda muito jovens, na adolescência, Carlos e Luís não tinham a preocupação de seu pai com a dignidade da coroa; não tinham nem disciplina, nem senso de decoro. Privados de maiores responsabilidades, compensaram essa perda com as brincadeiras, e brincadeiras de adultos exigem constantemente excessos novos para ser divertidas.

Na noite em que essas brincadeiras culminaram em horror, Coucy não estava presente: encontrava-se na Savóia,¹⁴ usando seu talento de negociador para solucionar uma tremenda briga de família que dividira a casa reinante e todos os nobres aparentados, criando uma crise de hostilidade que ameaçava bloquear a passagem da marcha sobre Roma. Essa questão, envolvendo famílias ducais, direitos a dotes e, é claro, propriedades, resultava do fato de ter o Conde Vermelho, Amadeu VII, recentemente falecido aos 31 anos, deixado a guarda do filho com a sua mãe, irmã do duque de Bourbon, em lugar de deixá-lo com sua mulher, filha do duque de Berry. Foram necessários três meses para que Coucy e Guy de Tremoille conseguissem negociar um tratado que encerrasse a ruidosa briga e deixasse as condessas rivais em “pacífico acordo com seus súditos”.

Na terça-feira anterior ao Dia da Candelária (28 de janeiro de 1393), quatro dias depois que Coucy deixou Paris, a rainha deu um baile de máscaras para comemorar o matrimônio de uma de suas damas de honra favoritas que, duas vezes viúva, casava-se agora pela terceira vez. As segundas núpcias de uma mulher, de acordo com certas tradições, eram consideradas como uma ocasião para brincadeiras, sendo freqüentemente comemoradas com uma farra para os recém-casados, com muitas liberdades, fantasias, música dissonante e alta, e bater de címbalos à porta do quarto nupcial.¹⁵ Embora fosse um costume “contrário a toda a decência”,

diz o rabugento monge de St. Denis, o rei Carlos deixou-se convencer por amigos dissolutos a participar dessa patuscada.

Seis rapazes, inclusive o rei e Yvain, filho bastardo do conde de Foix, disfarçaram-se de “selvagens das matas”, com roupas de linho costuradas junto do corpo e impregnadas de resinas ou piche para segurar uma cobertura de cânhamo desfiado, “de modo que pareciam hirsutos e cabeludos da cabeça aos pés”. Máscaras faciais ocultavam-lhes totalmente a identidade. Côncios do risco que corriam em salões cheios de tochas, proibiram sua entrada durante a dança. Era evidente que havia nisso um elemento de risco, a tentação da morte, diversão freqüente da juventude bem-nascida e decadente. Certos tipos de comportamento variam muito pouco através dos séculos. Era evidente, também, a existência de um elemento de crueldade, ao incluir como um dos atores um homem pouco distante da loucura.

O idealizador da pantomima, “o mais cruel e insolente dos homens”, foi um certo Huguet de Guisay, um dos favoritos do círculo real pelas suas extravagantes idéias. Era um homem de “vida má”, que “corrompia a juventude e a iniciava no deboche”, e tinha ódio e desprezo pelos plebeus e pelos pobres. Chamava-os de cães, e com golpes de espada e chicote divertia-se forçando-os a imitar o latido. Se um criado o desagradava, obrigava-o a deitar no chão e, de pé nas suas costas, cortava-o com esporas, gritando: “late, cão!”, em resposta aos gritos de dor.

Em sua Dança dos Selvagens,¹⁶ os mascarados deram saltos ante os presentes, imitando os uivos de lobos e fazendo gestos obscenos, enquanto os convidados procuravam descobrir sua identidade. Carlos estava brincando e gesticulando frente à duquesa de Berry, de 15 anos, quando Luís d'Orléans e Filipe de Bar, chegando de uma farra em outro lugar, entraram no salão acompanhados de tochas, apesar da proibição. Se para descobrir quem eram os dançarinos, ou cortejando deliberadamente o perigo — os relatos do episódio divergem —, Luís aproximou uma tocha dos monstros saltitantes. Caiu uma fagulha, uma chama lambeu uma perna, primeiro um dos dançarinos estava em fogo, logo, outro. A rainha, a única a saber que Carlos fazia parte do grupo, gritou e desmaiou. A duquesa de Berry, que tinha reconhecido o rei, lançou sobre ele sua saia para protegê-lo das fagulhas, salvando assim a sua vida. O salão encheu-se dos soluços e gritos de horror dos convidados, e dos berros atormentados dos homens em chamas. Os que tentaram sufocar o fogo e arrancar as fantasias das vítimas que se contorciam queimaram-se seriamente. Com exceção do rei, apenas o *sire* de Natouillet, que se atirou num grande resfriador de vinho cheio d'água, escapou. O conde de Joigny morreu queimado ali mesmo; Yvain de Foix e Aimery Poitiers morreram depois de dois dias de terrível sofrimento. Huguet de Guisay viveu três dias de agonia, amaldiçoando e insultando seus companheiros de dança, os mortos e os vivos, até o último instante. Quando seu caixão foi levado pelas ruas, o povo o recebeu com gritos de “late, cão!”.

Esse tenebroso acontecimento, logo depois da loucura do rei, foi como um ponto de exclamação numa sucessão maligna de fatos que atormentaram o século. O risco corrido pelo rei Carlos provocou em Paris uma “grande comoção”, e os ci-

dadãos se irritaram com a tremenda frivolidade que tão facilmente colocara em perigo a vida e a honra do soberano. Se ele tivesse morrido, dizia-se, o povo teria massacrado os tios e toda a corte; “nenhum deles teria escapado à morte, nem qualquer cavaleiro encontrado em Paris”. Alarmados com esses perigosos sentimentos e seu eco da rebelião dos *maillotins*, dez anos antes, os tios convenceram o rei a comparecer a uma procissão solene até a Notre-Dame, para tranquilizar o povo. Atrás dele, montado, iam os tios e o irmão, descalços, como penitentes. Como agente involuntário da tragédia, Luís foi muito censurado pelos seus hábitos dissolutos. Como expiação, ele construiu uma capela para os celestinos, com vitrais maravilhosos, ricos paramentos de altar e um legado para orações perpétuas.¹⁷ Pagou-a com as rendas que lhe dera o rei, da propriedade confiscada de Craon, deixando por isso uma pergunta: qual a alma que teria sido salva?

A mascarada fatal tornou-se conhecida como o *Bal des Ardents* (o Baile dos Ardentes), mas também poderia ter sido chamada de *Danse Macabre*,¹⁸ um novo tipo de peça apresentada nas procissões, sobre o tema da morte, recentemente em moda. De origem e significado incertos, o nome *macabre* apareceu pela primeira vez num poema de 1376, escrito pelo chanceler de Anjou, Jean le Fèvre, contendo o verso “*Je fis de macabré la danse*” (Eu fiz do macabro a dança). Pode ter derivado de *danse machabreus*, mais antiga, significando “dos macabeus”, ou da similaridade com a palavra hebraica para coveiros e o fato de que os judeus trabalhavam como coveiros na França medieval. A dança, em si, desenvolveu-se provavelmente sob a influência da pele, como uma pantomima de rua para ilustrar sermões sobre a sujeição de todos igualmente à Morte Niveladora. Em murais ilustrativos da dança, na Igreja dos Inocentes, em Paris, 15 pares de figuras, clérigos e leigos, de papa e imperador até monge e camponês, frade e criança, formam a procissão.¹⁹

“Avançai, vede a vós no que nós somos”, dizem eles nos versos que a acompanham, “mortos, nus, podres e fedorentos. Assim sereis. [...] Viver sem pensar nisso é arriscar-se à danação. [...] Poder, honras, riquezas nada são; na hora da morte, só as boas obras contam. [...] Todos deviam pensar pelo menos uma vez por dia no seu fim repugnante”, para se lembrar de praticar o bem e ir à missa, se desejarem ser redimidos e escapar “ao terrível sofrimento do inferno sem fim, que é indescritível”.

Cada uma das figuras tem a sua fala: o condestável sabe que a morte leva os mais corajosos, até mesmo Carlos Magno; o cavaleiro, antes amado pelas damas, sabe que não as fará mais dançar; o gordo abade, que “os gordos apodrecem primeiro”; o astrólogo, que seu conhecimento não pode salvá-lo; o camponês que viveu todos os seus dias preocupado e trabalhando e muitas vezes desejou a morte, agora, quando a hora chega, preferiria muito mais estar cavando nas vinhas, “mesmo com chuva e vento”. Repete-se muitas vezes que aqui estão você, você e você. A cadavérica figura que lidera a procissão não é a Morte, mas o Morto. “És

tu mesmo”, diz a inscrição sob os murais da dança em La Chaise-Dieu no Auvergne.

O culto da morte atingiria o auge no século XV, mas sua fonte estava no século XIV. Quando a morte podia ser encontrada a qualquer momento, em qualquer esquina, era de esperar que se tornasse banal. Em lugar disso, porém, exercia uma fascinação soturna. A ênfase recaía nos vermes e na putrefação, e em repugnantes detalhes físicos. Se antes a idéia dominante da morte era a viagem espiritual da alma, agora o apodrecimento do corpo parecia mais significativo. Efigies de séculos anteriores eram serenas, com as mãos unidas em oração e os olhos abertos, esperando a vida eterna. Agora, seguindo o exemplo de Harsigny, os grandes prelados se faziam mostrar freqüentemente como cadáveres, com detalhes realistas. Para isso, máscaras mortuárias e moldes de partes do corpo eram feitos de cera, promovendo incidentalmente a técnica do retrato e um novo reconhecimento dos traços individuais. A mensagem das efigies era a da *Danse Macabre*. Sobre o descarnado, descoberto cadáver do cardeal Jean de la Grange, que morreria em Avignon em 1402, a inscrição pede aos observadores: “Portanto, miserável vivente, para que o orgulho?”²⁰

O culto do lúgubre, nas décadas seguintes, fez do cemitério dos Inocentes, em Paris,²¹ com a *Danse Macabre* pintada em seus muros, o local de sepultamento mais desejado e um ponto de encontro popular. Carneiros construídos nos 48 arcos do claustro eram doados pelos ricos burgueses e pelos nobres — entre os quais Boucicaut e Berry — para guardar seus despojos. Como vinte paróquias tinham o direito de enterro nos Inocentes, os mortos antigos tinham de ser constantemente desenterrados e seus túmulos vendidos para dar lugar aos novos. Crânios e ossos amontoavam-se sob os arcos do claustro, constituindo uma atração para os curiosos, e prova sinistra do nivelamento final. Lojas de todos os tipos localizavam-se no claustro e à sua volta; prostitutas faziam ponto ali, alquimistas negociavam, namorados faziam dali um ponto de encontro, cães vadios entravam e saíam. Os parisienses vinham fazer um passeio pelos carneiros, acompanhar enterros e exumações, olhar os murais e ler os versos. Ouviam sermões o dia inteiro e estremeciam quando o Morto, soprando sua corneta, entrava, vindo da rue St. Denis, liderando uma procissão de dançarinos terríveis.

A arte seguiu o lúgubre. A coroa de espinhos, raramente mostrada antes, tornou-se um instrumento realista de dor, provocando sangue nas pinturas da segunda metade do século. A Virgem era retratada nas sete provações,²² que iam da fuga para o Egito à Pietà — o frouxo corpo morto de seu filho nos joelhos. Claus Sluter, escultor do duque de Borgonha, fez a primeira Pietà conhecida na França, em 1390, para o convento de Champmol, em Dijon. Ao mesmo tempo, os rostos alegres e sorridentes das chamadas Belas Madonas,²³ com panejamentos suaves e crianças felizes, surgem em meio aos motivos sombrios. A pintura secular é cinzenta e rebuscada; a morte nunca perturba aqueles líricos piqueniques sob torres encantadas.

A Peste Negra voltou pela quarta vez em 1388-90. Os surtos anteriores afeta-

ram principalmente as crianças que não se tinham imunizado, mas na quarta ocorrência uma nova geração adulta foi vítima do contágio rápido. Já então a população da Europa tinha sido reduzida a entre 40 e 50% do que fora no início do século, e cairia ainda mais em meados do século XV.²⁴ As pessoas da época quase nunca mencionam essa espantosa diminuição do seu mundo, embora lhes fosse certamente visível na redução do comércio, na diminuição das áreas cultivadas, nas abadias e igrejas abandonadas ou incapazes de manter seus serviços por falta de rendas, nos distritos urbanos destruídos na guerra e que permaneciam sem reparos sessenta anos depois.

Por outro lado, pode ter acontecido que, sendo menor a população, o povo comesse melhor e proporcionalmente mais dinheiro circulasse. Condições contraditórias existem sempre. Há indícios de aumento dos negócios e também de declínio do comércio. Um comerciante italiano que morreu em 1410 deixou cem mil documentos de correspondências com agentes na Itália, França, Espanha, Inglaterra e Tunísia. A classe dos comerciantes tinha mais dinheiro à sua disposição do que antes, e seus gastos estimularam as artes, o conforto e o progresso tecnológico. O século XIV não era árido. As oficinas de tapeçarias de Arras, Bruxelas e o famoso Nicolau Bataille, de Paris, produziram maravilhas que roubavam aos vitrais sua primazia na arte decorativa. Os mapas marítimos atingiram nova eficiência, permitindo o desaparecimento dos monstros marinhos dos cantos inferiores, em favor de litorais mais exatos e informações sobre navegação. O dinheiro burguês criou um novo público para escritores e poetas e estimulou a literatura, pela compra de livros. Vários milhares de escribas eram empregados na produção de cópias para atender à procura dos 25 livreiros e *stationarii* de Paris. O gótico flamejante, na arquitetura, com seus abundantes pináculos atenuados, nichos com cobertura e pilares rendados, expressou não só uma exuberância técnica, como uma negação, mesmo um desafio, de declínio. Como conciliar com o pessimismo a catedral de Milão, a fantástica montanha de filigranas de pedra começada no último quartel do século?

Os efeitos psicológicos são mais claros do que os físicos. Nunca se escreveu tanto sobre a *miseria* da vida humana, e o senso de diminuição dos números, mesmo quando não mencionado, provocava o pessimismo quanto ao destino humano. "O que acontecerá de agora em diante, Deus sabe", escreveu John Gower na Inglaterra, em 1393:

"Pois agora, com os novos fados,
Vemos do mundo todos os lados,
E ele é tão vário, é tão diverso,
Que é como se estivesse ao inverso."²⁵

Para os homens de negócios, como para os poetas, a insegurança da época proporcionava pouca confiança no futuro. As cartas de Francesco Datini, comerciante de Prato,²⁶ mostram que vivia num temor diário da guerra, peste, fome e insurreição, não acreditando na estabilidade do governo nem na honestidade dos colegas.

"A terra e o mar estão cheios de ladrões", escreveu a um de seus sócios, "a grande parte da humanidade está predisposta ao mal".

Gerson acreditava estar vivendo na senilidade do mundo, quando a sociedade, como um velho delirante, sofria de fantasias e ilusões.²⁷ Ele, como outros, achava que o momento era propício ao advento do anticristo e do fim do mundo — a ser seguido por outro, melhor. Na expectativa popular, o Apocalipse traria a volta de um grande imperador — um segundo Carlos Magno, um terceiro Frederico, um messias imperial —, que, juntamente com um papa angelical, reformaria a Igreja, renovaria a sociedade e salvaria a cristandade. Homens da Igreja e moralistas em estado de espírito apocalíptico ressaltavam, mais do que nunca, a vaidade das coisas do mundo — embora sem diminuir, de maneira visível, o desejo que todos tinham de bens materiais e o orgulho de possuí-los.

Uma visão pessimista da sorte do homem era dever do clero, a fim de provar a necessidade da salvação. Ela não era novidade no século XIV. Se o cardeal d'Ailly acreditava ser chegado o momento do anticristo, também era esse o pensamento de Tomás de Aquino, cem anos antes. Se a corrupção da Igreja espantava o devoto, o mesmo acontecia no ano de 1040, quando um monge de Cluny²⁸ escreveu: "Pois quando a religião falhou entre os pontífices [...] o que podemos pensar senão que toda a raça humana, raiz e ramos, está voluntariamente deslizando para o abismo do caos primevo?" Se num período de declínio a frase favorita de Mézières²⁹ era "As coisas desse instável mundo vão de mal a pior", o mesmo acontecia com Roger Bacon,³⁰ que tinha afirmado em 1271, no auge de um período dinâmico: "Mais pecados reinam nestes dias do que em qualquer tempo passado [...] a justiça pereceu, toda a paz está rompida."

Estes sentimentos não eram novos, mas no século XIV eram mais generalizados e mais desanimadores para a humanidade. "O passado tinha virtude e integridade, mas hoje reina apenas o vício", é o lamento de Deschamps.³¹ Como confiar nos salvo-condutos?, pergunta Cristina de Pisan,³² discutindo a falência da cavalaria, "vendo-se a pouca verdade e fidelidade que hoje existem em todo o mundo". Em outro lugar, ela escreve: "Todos os bons costumes desaparecem e as virtudes não malvistas. O conhecimento, que antes governava, hoje não tem importância." Sua queixa tinha certa justificativa, pois até mesmo a universidade passara a vender diplomas de teologia a candidatos que não se dispunham a enfrentar seus longos e difíceis estudos, ou temiam não passar no exame.³³ A licença para conceder diploma foi estendida a outras universidades, até mesmo a cidades que não as tinham, dando origem a uma frase sarcástica, "Por que não [um diploma] de um chiqueiro?" Denunciar a decadência da época era moda, mas a decadência era sentida como real, e o senso de um declínio moral, em relação a dias melhores do passado, era insistente. Os poetas escreviam para os próprios círculos que denunciavam e devem ter tocado cordas sensíveis. Deschamps — que nunca deixou de ser um crítico — foi feito camareiro de Luís d'Orléans em 1382.

Todas as camadas da sociedade viviam em meio à culpa. Profundamente abalado pela Revolta Camponesa, Gower escreveu uma jeremiada contra as corrup-

ções da época, chamada *Vox clamantis*, na qual revela uma “múltipla pestilência de vícios” entre pobres e ricos. O desconhecido autor de outra condenação intitulou-a “Vícios das diferentes ordens da sociedade”³⁴ e julgou-as todas igualmente culpadas: a Igreja está mergulhada no cisma e na simonia, o clero e os monges estão nas trevas; reis, nobres e cavaleiros entregam-se à indulgência e à rapina; os comerciantes à usura e à fraude; a lei existe em função do suborno; os plebeus estão mergulhados na ignorância e oprimidos por ladrões e assassinos.

A humanidade estava num dos pontos baixos da história. Em meados do século a Peste Negra tinha suscitado a questão da hostilidade de Deus para com o homem, e os acontecimentos desde então ofereciam pouca tranquilidade. Para os contemporâneos, a *miseria* da época refletia o pecado e, na verdade, o pecado na forma de cobiça e desumanidade imperava. No declínio da Idade Média, o homem perdeu a confiança na sua capacidade de construir uma sociedade boa.

O anseio de paz e do fim do cisma foi expresso de modo generalizado. Um notário de Cahors³⁵ disse nessa época que em todos os 36 anos de sua vida nunca vira a sua diocese sem guerra. Observadores ponderados, conscientes do dano social, pediam a paz como a única esperança de reforma, de reunião da Igreja e de resistir aos turcos, que tinham chegado a Danúbio. Em seu *O sonho do velho peregrino*, escrito em 1389 para convencer Carlos VI e Ricardo II a celebrar a paz, Mézières traça um quadro patético e dramático de uma velha em andrajos, com o cabelo grisalho despenteado, apoiada numa bengala e levando um livrinho comido de ratos. Ela era chamada Devoção, mas é hoje chamada Desespero porque os moradores de seu reino são escravos de Maomé, o comércio cristão corre perigo, as muralhas orientais da cristandade estão ameaçadas pelos inimigos da Fé.

“*Veniat pax!*”, o grito do famoso sermão de Gerson, de 15 anos depois, já soava na mente do povo. Poucos podiam dizer a razão da guerra. Na Inglaterra, Gower já não a considerava justa, mas sim prolongada por “senhores cobiçosos”, com objetivo de lucro. Que ela termine, exclamava ele, “para que o mundo possa ficar em paz”.³⁶ Se Deschamps é um bom repórter, podemos ouvir os camponeses franceses discutirem a guerra enquanto ceifam. “Ela já durou muito tempo”, diz Robin. “Não conheço ninguém que não a tema. Certamente, toda essa questão não vale uma cebolinha.”

“Não obstante”, responde o corcunda Henry, com triste sabedoria:

“Todos terão de tomar do escudo,
Pois não teremos paz enquanto não devolverem Calais.”³⁷

É esse o estribilho de cada estrofe e era esse o ponto nevrálgico. Por mais ansiosos que estivessem para acabar com a guerra, os governantes da França não esta-

vam dispostos a concluir uma paz permanente que deixasse a porta aberta de Calais em mãos inglesas.

Para o duque de Borgonha, a paz era uma necessidade premente, a fim de restabelecer o comércio entre Flandres e a Inglaterra. Só pode ter sido com sua aprovação que um santo homem chamado Roberto, o Eremita, surgiu na corte, protegido pelo camareiro do rei, Guillaume Martel, para dizer que a paz era a ordem dos céus. Ao voltar da Palestina, disse o Eremita, uma voz lhe falara em meio a uma terrível tempestade do mar, dizendo-lhe que sobreviveria ao perigo e que ao chegar em terra deveria procurar o rei e pedir-lhe para fazer a paz com a Inglaterra, advertindo que todos os que se opusessem a ela pagariam caro. A paz tinha os seus defensores, como também seus adversários.

O mais importante defensor — o que constituía uma modificação de grande significado na situação — era o rei da Inglaterra. Tão autocrático quanto seu pai, mas não sendo um soldado, Ricardo II queria acabar com a guerra para reduzir o poder dos barões e promover uma monarquia mais absoluta. Seu desejo coincidia com o do duque de Lancaster que, tendo estabelecido suas filhas como rainhas de Castela e Portugal, queria a paz com a França, para proteger os interesses delas. “Que o meu irmão Gloucester vá fazer a guerra ao sultão Bajazé, que está ameaçando a cristandade nas fronteiras da Hungria”, disse ele. Era essa a esfera adequada para os que estavam ansiosos para lutar.

Graças aos esforços conjuntos de Lancaster e Borgonha, as conversações foram reiniciadas em maio de 1393, em Leulinghen, uma aldeia devastada pela guerra às margens do Somme, perto de Abbeville.³⁸ Por falta de alojamentos, os delegados — Borgonha e Berry pela França, Lancaster, Gloucester e o arcebispo de York pela Inglaterra — e suas comitivas instalaram-se em tendas, entre as quais a de Filipe de Borgonha era, naturalmente, o centro de todos os olhares. Era feita de lona pintada na forma de um castelo com torres e muralhas com ameias, e uma grade levadiça guardando a entrada entre duas torres de madeira. O salão principal, lá dentro, dava para muitos apartamentos separados, divididos por pequenos corredores.

O rei Carlos estava presente em teoria, embora não ativamente, instalado numa abadia beneditina próxima, com um bonito jardim encerrado entre as margens do belo rio. Com o espírito voltado para a aventura da cruzada, o rei da França, como o rei da Inglaterra, estava pronto a encerrar uma luta iniciada antes que qualquer um dos dois tivesse nascido. As conversações foram realizadas numa capela de telhado de palha e paredes revestidas de tapeçarias mostrando antigas batalhas para esconder os murais arruinados. Quando Lancaster observou que os delegados não deviam estar olhando para cenas de guerra ao tratarem de paz, as tapeçarias foram apressadamente retiradas e substituídas por cenas dos últimos dias de Cristo. Como tios mais velhos, Berry e Lancaster sentavam-se em cadeiras mais altas, com Borgonha e Gloucester ao seu lado, e condes, prelados, cavaleiros, juristas e secretários enfileirados ao longo das paredes. Entre os delegados havia um visitante real, Leão V de Lusignan, chamado rei da Armênia, embora na realidade tudo o

que restasse de seu reino fosse Chipre. Tendo perdido também isso para os turcos, ele era uma voz insistente, importunando tanto os duques franceses como os ingleses, por uma cruzada.

O cisma entrou em foco quando o papa Clemente mandou o nobre espanhol, cardeal Pedro de Luna, bem abastecido de ouro e magníficos presentes, para pressionar os ingleses pela legitimidade do pontificado de Avignon. Irritado, Lancaster disse-lhe: "Vós, cardeais de Avignon, é que lhe destes [ao cisma] origem, sois vós que o sustentais, sois vós que o aumentais a cada dia. Malditos sejais!" Borgonha não discutiu a questão. Propôs-se a ignorá-la para que as conversações avançassem no sentido de um tratado, deixando à universidade o trabalho de encontrar o meio de unir a Igreja.

Quando foram feitas a exigência francesa do arrasamento de Calais e a exigência inglesa do cumprimento dos termos do Tratado de Brétigny, as partes mostraram-se tão distantes quanto outrora. Calais era "a última cidade de que jamais abriremos mão", disseram os ingleses, enquanto os franceses insistiam em que territórios que decididamente recusavam-se a dar sua fidelidade à Inglaterra não podiam ser transferidos pela força. Ante esse impasse, os dois lados discretamente passaram ao largo da exigência principal e atacaram questões menores, uma a uma.

Obstinado e desconfiado, Gloucester³⁹ resistiu a todas as propostas. Queixou-se de que os franceses usavam uma linguagem ambígua, cheia de "palavras sutilmente revestidas de duplo sentido" que eles manipulavam em sua vantagem — palavras que os ingleses não usavam, "pois sua fala é direta e simples". Já havia o estereótipo do francês ardiloso e do inglês franco. Por insistência de Gloucester, os ingleses exigiram que todas as propostas fossem feitas por escrito, de modo que pudessem examinar com muito cuidado qualquer redação que lhes parecesse obscura ou passível de duas interpretações. Depois, mandavam seus secretários saber a interpretação dos franceses, e em seguida exigiam que a proposta fosse emendada ou eliminada, prolongando com isso tediosamente o processo de discussão.

Havia uma causa concreta de dificuldades na elaboração da paz. Embora os senhores ingleses falassem francês, era uma linguagem aprendida, e não a materna, e não se sentiam seguros nela. Assim, um grande nobre como o primeiro duque de Lancaster, que escreveu o *Livre des saintes médecines*, diz de sua obra: "Se o francês não é bom, devo ser desculpado, porque sou inglês, não muito bem versado em francês." Gloucester fez do problema da língua uma desculpa para protelar e atrasar o acordo, mas a desconfiança em relação aos franceses era real. Desde que Carlos V manipulara as cláusulas do Tratado de Brétigny, os ingleses se aproximavam — e recuavam — dos acordos, com medo de serem enganados.

Para influenciar Gloucester com sua missão divina e sua eloquência, Roberto, o Eremia, foi convocado à conferência por Borgonha. Com palavras apaixonadas, o santo homem implorou ao duque; "Por amor a Deus, não te oponhas mais à paz." Enquanto a guerra entre ingleses e franceses dividia a cristandade, Bajaré e seus turcos avançavam. O dever dos cristãos, disse ele, era unirem-se contra o infiel.

"Ah, Roberto", respondeu Gloucester, "eu não quero impedir a paz, mas os franceses usam tantas palavras coloridas fora de nosso entendimento que, quando querem, elas significam guerra ou paz, de acordo com a preferência [...] dissimulando sempre até serem alcançado o seu objetivo". Não obstante, Gloucester teve de conter sua intransigência em consideração aos desejos do sobrinho real que desprezava. Sem acordo sobre Calais, a paz permanente continuava indefinida, mas houve um certo progresso com a extensão da trégua por quatro anos, durante os quais vários territórios disputados ficariam com um dos dois lados, abrindo caminho para o acordo final.

Em junho, enquanto as últimas cláusulas estavam sendo discutidas, a loucura voltou a dominar o rei da França. Como a enfermidade de Amiens prenunciadora de seu primeiro ataque, o segundo coincidiu com as conversações de paz. Talvez a impaciência com seu arrastado processo fosse um fator de perturbação. Dessa vez, a insanidade voltou com mais força do que antes e durou o período mais prolongado de oito meses.⁴⁰ Durante o resto de sua vida, que só terminaria em 1422, ou trinta anos depois do primeiro ataque, Carlos teve intermitências de loucura, com recuperações freqüentes o bastante para impedir qualquer governo estável e exacerbar a luta de poder em torno de um trono semivazio. Nesses trinta anos, a rancorosa disputa entre as facções de Orléans e Borgonha, e os sucessores de cada um deles, traria de volta os ingleses e reduziria a França a um estado de decadência e impotência, como logo depois de Poitiers.

No ataque de 1393, o espírito do rei "foi coberto de sombras tão espessas" que não podia lembrar-se quem era, ou o que era. Não sabia que era rei, que era casado, que tinha filhos ou que seu nome era Carlos. Demonstrava duas aversões acen tuadas: pela for-de-lis entrelaçada com seu nome ou iniciais nas armas reais, que tentava desfazer com fúria, sempre que via, e pela sua mulher, de quem fugia aterrorizado. Quando ela se aproximava, Carlos gritava: "Quem é essa mulher cuja visão me atormenta? Vede o que ela quer e libertai-me de suas exigências se puderdes, para que ela não me siga mais." Quando via as armas da Baviera, dançava em frente delas, fazendo gestos grosseiros. Não reconhecia os filhos, embora conhecesse o irmão, os tios, os conselheiros e criados, e lembrasse os nomes dos que estavam mortos há muito. Só a desprezada mulher de seu irmão, Valentina, por quem chamava constantemente, como sua "querida irmã", podia acalmá-lo. Essa preferência deu, é claro, origem a rumores, espalhados pela facção borgonhesa, de que Valentina o tinha enfeitado com um veneno sutil. Ganhando crédito devido à história dos crimes dos Viscontis e à reputação italiana de envenenamentos, os rumores acusavam Valentina de ambicionar um lugar mais importante, tendo recebido do pai a sugestão de fazer-se rainha da França.

A loucura era bem conhecida na Idade Média, em todas as suas formas. Guilherme de Hainaut-Baviera,⁴¹ sobrinho da rainha Filipa da Inglaterra, "alto, jovem, forte, moreno e animado", passou trinta anos confinado num castelo, completamente louco, a maior parte do tempo com mãos e pés atados. Os que sofriam de perturbações menos sérias não eram, em geral, confinados, mas movimentavam-se

entre seus vizinhos, como os aleijados, os espásticos, os escrofulosos e outros doentes, e participavam de peregrinações a Rocamadour, em busca de cura. A loucura era vista como curável e considerada um fenômeno natural provocado pela tensão mental ou emocional. Repouso e sono eram receitados, bem como sangrias, banhos, ungüentos, poções feitas de metais, e tranqüilidade. Era, ao mesmo tempo, considerada como uma enfermidade causada por Deus ou pelo Diabo, a ser tratada pelo exorcismo ou raspando-se os cabelos do paciente em forma de cruz, ou prendendo-o entre o coro e a nave da igreja, a fim de que sua condição melhorasse, ouvindo a missa.⁴²

Nenhum médico ou tratamento ajudou Carlos VI em seus últimos ataques. Permitiu-se que fosse tratado por um pseudomístico chamado Arnaut Guilhem, um charlatão sujo e de olhar mau, que alegava possuir um livro dado por Deus a Adão, por meio do qual era possível curar todos os males resultantes do pecado original. Uma espécie de Rasputín, que tinha conquistado a confiança da rainha e dos cortesãos, insistiu que a doença do rei era causada pela feitiçaria, mas, não conseguindo convocar forças superiores, acabou sendo expulso. Outros charlatães e remédios de todos os tipos foram tentados, sem resultado. Até mesmo doutores da universidade pediram que se descobrissem e castigassem os "feiticeiros". Certa ocasião, dois frades agostinianos, que não conseguiram resultados com fórmulas mágicas e um líquido feito de pérolas pulverizadas, propuseram fazer incisões na cabeça do rei. Quando isso foi negado, eles acusaram o barbeiro real e o porteiro do duque d'Orléans de feitiçaria; os acusados foram absolvidos e os frades transferiram suas acusações, temerariamente, para o próprio Orléans. Em consequência, foram julgados e torturados, confessaram ser mentirosos, feiticeiros e idólatras, em liga com o Diabo e, privados da condição clerical, foram entregues às autoridades seculares e executados.

A obsessão com feitiçaria, no caso de Carlos, refletia a crescente crença no oculto e no demoníaco. Épocas de ansiedade alimentam a crença nas conspirações malignas, que no século XIV eram consideradas como obra de pessoas ou grupos com acesso à ajuda diabólica. Daí o espectro cada vez maior da bruxa. Na década de 1390, a feitiçaria tinha sido oficialmente reconhecida pela Inquisição como equivalente à heresia. A Igreja estava na defensiva, dividida pelo cisma e questionada na sua autoridade e doutrina pelos movimentos agressivos de dissidência, cercada de gritos de protesto em favor da reforma. Como o homem comum, ela se sentia cercada de forças malévolas, das quais os feiticeiros e as bruxas eram considerados como os agentes que realizavam a vontade do Maligno. Foi nessa época, em 1398, que os teólogos da Universidade de Paris realizaram o solene conclave que declarou estar a magia negra contaminando a sociedade com renovado vigor.

O pobre rei louco foi vítima dessas crenças. "Em nome de Jesus Cristo", gritava ele, chorando de agonia, "se houver alguém entre vós que seja cúmplice desse mal que sofro, imploro-lhe que não me torture mais e deixe-me morrer!". Depois dessa triste explosão, o governo, na esperança de acalmar a ira do céu, aprovou uma ordenação com castigos severos para os blasfemos e permitindo aos confessores que

assistissem os presos condenados à morte. Além disso, a *Porte de l'Enfer* (Porta do Inferno) foi rebatizada como Port St. Michel.

Nos últimos anos, os ataques do rei iam e vinham de maneira imprevisível. Em 1399, ele teve seis recaídas, cada qual mais séria do que a anterior, até ficar encolhido num canto, acreditando-se feito de vidro, ou percorrer os corredores uivando como um lobo. Nos intervalos de sanidade, Carlos queria reassumir as funções reais, embora tivesse de ser, principalmente, limitado às funções cerimoniais. Nessas ocasiões, ele teria voltado a ter relações matrimoniais com Isabeau, que deram origem a mais quatro filhos entre 1395 e 1401 — o que, em si mesmo, não constitui prova de paternidade.

Frívola e sensual,⁴³ ainda uma estrangeira com pesado sotaque alemão, humilhada pela louca aversão do marido, Isabeu abandonou Carlos aos seus criados e a uma moça que arranjou para tomar seu lugar, a filha de um negociante de cavalos chamada Odete de Champdivers, que se parecia com ela e era chamada pelo povo de “a pequena rainha”. A verdadeira rainha entregou-se a prazeres e ao adultério, combinados com intrigas políticas e uma busca apaixonada de dinheiro. Insegura na França, Isabeau dedicou-se a acumular uma fortuna pessoal e a promover o enriquecimento e os interesses de sua família bávara. Arrancou de Carlos, lúcido ou não, transferências, para ela e seus filhos, de terras, rendas, residências e contas de despesas separadas. Guardava cofres de tesouros que escondia em diferentes lugares. Sua influência na corte tornou-se cada vez mais extravagante e agitada, os decotes das roupas femininas ficaram cada vez mais baixos, os namoros mais escandalosos, as festas mais ousadas. A rainha criou um Tribunal do Amor, no qual os dois sexos desempenhavam os papéis de advogados e juizes, e, sêgundo um contemporâneo que via tudo isso com desprezo, discutiam “nesse ridículo tribunal as mais ridículas questões”.⁴⁴

A vida na corte pode provocar o tédio e o aborrecimento até mesmo a uma rainha. Num sentimento de nostalgia pelo bucólico, quatrocentos anos antes de Maria Antonieta, Isabeau construiu um *Hôtel des Bergères* (Casa das Pastoras) em sua propriedade de St. Ouen, completa com jardins e campos, celeiros, estábulos, redes e pombal, onde brincava de fazendeira, e cuidava de galinhas e de animais. O rei, com o passar do tempo, teria sido esquecido de todos, vivendo até mesmo em penúria, em alojamentos sujos, onde os vidros das janelas estavam quebrados e onde os pombos entravam e lançavam seus dejetos. Durante um período de sanidade, ele prendeu o camareiro da rainha, seu atual amante, mandou colocá-lo a ferros, interrogá-lo sob tortura e depois afogá-lo secretamente no Sena.

Na luta política, Isabeau pendia para onde estava o poder. Quando Luís d'Orléans foi nomeado regente, ela se juntou a ele contra Borgonha e acreditava-se que se tinha tornado sua amante. Quando ele foi assassinado pelo filho e sucessor de Borgonha, João Sem Medo, ela mudou de lado e passou-se para o campo e a cama do assassino de Luís. No vazio criado por um rei vivo, mas louco, a França entrou em decadência, e a rainha, sem qualquer capacidade para enfrentar a situação, tornou-se instrumento de forças impiedosas — Borgonha e a Inglaterra — que se

moviam no vazio. Pressionada em Paris, separada geográfica e politicamente do delfim, incapaz de mobilizar apoio, ela finalmente concordou com o infame tratado que indicava o rei da Inglaterra como herdeiro do trono da França, em lugar de seu próprio filho. No fim, obesa e depravada, ela viveu mais 15 anos do que o marido e acabou encontrando um biógrafo muito imaginativo no marquês de Sade.⁴⁵

Vendo-o de uma perspectiva temporal de cerca de duzentos anos, o duque de Sully, principal ministro de Henrique IV, caracterizou o reinado de Carlos VI como “prelúdio de acontecimentos sinistros [...] o túmulo de boas leis e boa moral na França”.⁴⁶

A oportunidade perdida

QNQUANTO AS CONVERSACÕES DE PAZ eram realizadas em Leulinghem em maio e junho de 1393, Coucy conferenciava com o papa Clemente em Avignon, para onde fora depois de solucionar o caso savoiano. Sua missão era iniciar um movimento sério, nos dois anos seguintes, para colocar Clemente em Roma e os franceses nos Estados Pontificais, transformados num reino de Adria. As duas coisas dependiam da cooperação de Gian Galeazzo Visconti, cuja preocupação no caso não era tanto a sorte do papado, mas sim a expansão de Milão. Embora pessoalmente religioso, ele parece não ter manifestado maiores preferências por um ou outro papa, nem interessar-se pelo cisma, exceto para usá-lo em proveito próprio. Seu objetivo era romper com o poder de Florença e Bolonha, atraíndo a França para a Itália, numa aliança com Milão.

Introspectivo, inteligente, rico e melancólico, Gian Galeazzo era o mestre da *realpolitik* na Itália. Seu braço se estendera através do Norte, absorvendo Verona, Pádua, Mantua e Ferrara, e mergulhava na Toscana e nos Estados Pontificais. É possível que visasse a um reino da Lombardia, talvez mesmo a uma Itália unida, ou talvez estivesse fazendo o jogo do poder. Na política do cisma, ele tinha uma posição tortuosa entre seus súditos milaneses, leais ao papa romano, e a associação com a França, o que significava uma opção por Clemente. Como pretendia sair dessa situação, não está claro. Foi ele, porém, quem reviveu a idéia de que a França devia retomar a busca do reino de Adria, tendo como beneficiário seu genro Luís d'Orléans. Esse plano — que era agora objeto de missão de Coucy — tinha sido defendido com vigor e habilidade pelo embaixador de Visconti em Paris, um homem de setenta anos, Niccolo Spinelli, um dos mais capazes diplomatas da época. Os Estados Pontificais, argumentou Spinelli, tinham conseguido apenas o ódio contra a Santa Sé. Nos mil anos desde que tinham sido dados ao papado, travaram-se as mais violentas guerras devido a eles, "e, não obstante, os padres não os possuem

em paz, nem jamais conseguirão possuí-los". Seria melhor que renunciassem totalmente à propriedade temporal que era, "como um peso não só para eles, como também para todos os cristãos, em especial os italianos".¹

Os franceses não precisavam de muita persuasão para a empreitada, mas queriam que o reino fosse oficialmente entregue a Luís como feudo papal, antes de tentar a sua conquista material. O papa, porém, queria ter os Estados Pontificais na mão, antes de passá-los a outro. Coucy, como supremo persuasor e o francês que melhor conhecia o labirinto da política italiana, foi encarregado da tarefa de convencer Clemente a assumir o compromisso antes da conquista.² Estava acompanhado, nessa missão, pelo bispo de Noyon, seu colega no Conselho Real, conhecido pelo seus talentos na oratória, e pelo secretário do rei, Jean de Sains, para preparar os relatórios. Num "eloqüente discurso", Coucy e o bispo disseram ao papa que, depois de um milagre, só a intervenção da França poderia acabar com o cisma; sozinho, Clemente nada poderia fazer. Enfeudando Luís com o reino de Adria, o papa recuperaria uma renda anual certa desse patrimônio, que nunca esteve sob controle pontifical desde a transferência para Avignon. O rei de França, disse o enviado, recomendava seu irmão como a melhor pessoa para empreender essa conquista, porque "é jovem e pode trabalhar com afinco", e terá a ajuda do senhor de Milão.

Clemente relutou, sob a alegação de que não queria ficar conhecido como o "liquidante do legado papal". Isso não o tinha preocupado dez anos antes, quando deu a bula de enfeudamento ao duque d'Anjou, mas ele já não estava tão convencido da capacidade francesa. Três cardeais franceses foram chamados para consultas, inclusive Jean de la Grange, cardeal de Amiens, que tinha outrora assustado Carlos VI pelas suas supostas ligações com um demônio familiar. Ele queria alguns esclarecimentos precisos: quanto em dinheiro e em homens empenharia a França na campanha, e por quanto tempo seriam mantidos na Itália? Queria uma promessa de dois mil homens de armas comandados por nobres e capitães importantes, mantidos com 600 mil francos anuais durante três anos. Os constrangidos enviados não podiam responder: suas instruções, contendo nada menos de 17 itens, não eram específicas na questão militar. O cardeal La Grange sugeriu gentilmente que o duque d'Orléans poderia começar sua campanha e ser enfeudado com as conquistas que fizesse, à medida que avançasse. Embora tivessem lá permanecido seis semanas, Coucy e o bispo não puderam conseguir mais do que a promessa de Clemente de mandar delegados a Paris para novas discussões.

Na França, a impossibilidade de concluir a paz e a recaída na loucura do rei — intensificando a luta entre Borgonha e Orléans — enfraqueceram o ímpeto da Via da Força. Os franceses não estavam preparados para ir à Itália enquanto não tivessem resolvido a questão com a Inglaterra. Na verdade, quando os ingleses tiveram notícia dos planos franceses, advertiram que romperiam a trégua se a França tomasse armas contra o papa romano. Desconfiando do partido guerreiro de Gloucester, os franceses mandaram arautos por todo o reino para ordenar o reforço das defesas e o conserto das muralhas em ruínas. Numa nova tentativa para treinar ar-

queiros, foi lançada uma ordenação proibindo os jogos. O tênis, que os plebeus estavam adotando como imitação dos nobres, e o *soules*, jogo de pelota com as mãos, popular entre os burgueses e raramente disputado sem ossos partidos, bem como dados e cartas, foram proibidos, na esperança de estimular a prática do arco e da besta. Foi o mesmo esforço feito por Carlos V em 1368, e mostra que os governantes tinham perfeita consciência do fracasso dos arqueiros franceses.

O talento não faltava; o problema é que a tática francesa não dava ao arco um lugar essencial. A ação combinada de arqueiros e cavaleiros não era adotada; companhias de besteiros eram contratadas e pouco usadas. A razão era, evidentemente, uma mistura de desprezo pelo plebeu e medo de perder o primado da cavalaria na batalha. Em 1395, outro receio, o da insurreição, fez com que a nova ordenação tivesse vida curta. Depois de um período no qual a prática do arco e da besta tornou-se muito popular, os nobres insistiram na revogação da proibição dos jogos, temendo que os plebeus conquistassem uma arma eficiente demais contra o Estado nobre. Foram colhidos por aquela ironia comum das empresas humanas, na qual um interesse se choca com outro.³

Pressões conflitantes cresciam à volta da *Voie de Fait*. Os florentinos enviaram uma imponente missão de 16 delegados a Paris, para argumentar contra uma aliança francesa com Gian Galeazzo. Tiveram um aliado no duque de Borgonha, que, devido aos seus súditos flamengos, nunca fora partidário muito convicto de Clemente e certamente não estava disposto a ajudá-lo a conquistar Roma, se isso significasse a promoção de Luís a rei de Adria, bem como regente. O duque, por sua vez, encontrou uma aliada — embora a desprezasse — na rainha Isabeau, que teria jantado com o Diabo para fazer mal a Gian Galeazzo.

Publicamente, a influência mais forte contra a *Voie de Fait* era a universidade, baluarte das forças clericais intelectuais. Os clérigos da universidade nunca aceitaram a Babilônia de Avignon. Suas conseqüências, refletidas em simonia, corrupção e crescente materialismo, em perda de prestígio, em intensificação dos protestos e movimentos de dissensão entre lolardos e místicos, no nacionalismo estimulado pela tentativa francesa de dominar o papado e agravado pelas posições antagônicas de estados rivais no cisma, tinham levado a Igreja a grande perda de prestígio. Historicamente, o rompimento da velha unidade da fé e a ascensão do nacionalismo foram estimulados, mas não causados, pelo cisma. No rio da história, a universalidade tinha ficado para trás, e a divisão estava à frente, mas os homens vêem o que está imediatamente próximo, e o que viam ao final do século XIV era o dano causado pelo cisma à sociedade e uma desesperada necessidade de unificar a Igreja.

A Faculdade de Teologia defendia agora, abertamente, a Via da Abdicação, apesar do edito que proibia a discussão do assunto. Gerson, na defesa oral de sua tese sobre a "Jurisdição espiritual", para obter seu diploma em teologia em 1392, proporcionou a base doutrinária da abdicação mútua dos papas. "Se não é lucrativo

para o bem comum que a autoridade seja conservada, ela deve ser abandonada”, argumentou ele, e afirmou ousadamente que conservar a autoridade, nesse caso, era pecado mortal. Além disso, quem não colaborasse de maneira ativa para acabar com o cisma era moralmente culpado de prolongá-lo. Era uma referência clara aos clérigos dispostos a viver com dois papas devido ao maior número de benefícios proporcionado por essa situação. A declaração pública de Gerson, em Paris, foi um sinal da crescente pressão, enfatizada pela presença do chanceler d'Ailly na presidência da sessão em que ela ocorreu. Atestava também a proteção de Borgonha, sem a qual Gerson jamais teria ousado ser tão direto.⁴

Em oposição, o movimento pela Itália foi subitamente galvanizado por uma nova oferta feita a Luís d'Orléans. Pediram-lhe que aceitasse a soberania de Gênova, onde a luta interna tinha chegado ao ponto doloroso em que o estrangeiro é chamado a intervir. Se a idéia foi inspirada por Gian Galeazzo, que queria Gênova como porto de Milão, não se sabe, mas ele a apoiou claramente, na convicção de que, sob a soberania de seu genro, Gênova estaria à sua disposição. Para Luís, foi um extraordinário golpe de sorte, um lugar ao sol mais alcançável do que a pretensão de seu primo d'Anjou a Nápoles, ainda irrealizada, e um grande passo no caminho de Adria.

Seu primeiro ato foi mandar Coucy a Avignon, acompanhado de seu representante pessoal, Jean de Trie, além do bispo de Noyon e o secretário do rei, como antes.⁵ Deviam solicitar novamente o enfeudamento de Adria, ao mesmo tempo em que o adiamento de sua conquista e a marcha sobre Roma por três ou quatro anos. Isso, para dar tempo a Luís de ter êxito em Gênova. Mais uma vez, os cardeais negociaram em termos concretos — dinheiro, soldados, compromissos firmados por Carlos e seu irmão, e outras condições que praticamente excluía a Via da Força. Mas Clemente podia ter, enfim, reconhecido que estava apenas evitando o que nunca seria realizável. Depois de muitos atrasos e desculpas, que mantiveram Coucy e seus colegas em Avignon por três meses, conseguiram o documento de enfeudamento, a ser confirmado por uma bula quando o rei de França e seu irmão tivessem aprovado as condições. Os enviados deixaram Avignon a 3 de setembro de 1394. Duas semanas depois, todo o seu esforço tornava-se vão, ao saberem da surpreendente notícia da morte de Clemente.

O cisma que elevou Clemente ao pontificado foi o seu carrasco, pela mão da Universidade de Paris. Desde janeiro, quando o rei Carlos recuperara a razão, a universidade vinha pressionando com vigor por uma audiência, a fim de apresentar suas opiniões. Até então, o duque de Berry, como o mais caloroso partidário de Clemente, tinha impedido essa audiência, respondendo aos apelos da universidade com violentas acusações e ameaças de “condenar à morte e jogar no rio os principais promotores dessa questão”. Essa vigorosa reação foi provocada pelos “ricos presentes” recebidos de Clemente, que, tendo sabido das intenções da universidade, mandou o cardeal de Luna a Paris, para exercer a persuasão financeira que Berry compreendia melhor. Em dado momento, Borgonha deve ter apresentado ao irmão argumentos convincentes em contrário, pois, numa surpreendente mu-

dança de posição, Berry subitamente respondeu aos peticionários: "Se encontrarem um remédio aceitável ao Conselho, nós o adotaremos agora."

A abdicação, pregada por Gerson já era o remédio da universidade. Para dar-lhe o maior peso público possível, os professores organizaram um referendo popular, com uma urna colocada no claustro de St. Mathurin, na qual as pessoas depositavam seus votos propondo uma solução. De dez mil votos contados por 54 professores das diferentes faculdades, surgiram três soluções, sem contar a Via da Força. Os referendos não endossam, habitualmente, um resultado não desejado. As Três Vias agora propostas eram, primeiro, a abdicação mútua; segundo, se os dois papas continuassem inflexíveis, o arbitramento por um grupo seletivo; terceiro, um Concílio Geral da Igreja. Esta última era considerada a solução menos desejável porque o Concílio Geral certamente se dividiria segundo as facções existentes e o cisma continuaria tão vivo quanto antes.

Destinado a dominar as décadas iniciais do século seguinte, o recurso ao Concílio já era uma sombra que se alongava. Os dois papas naturalmente o detestavam, porque lhes diminuía a autoridade. A teoria da supremacia conciliar sustentava que a autoridade suprema na Igreja estava no Concílio Geral, do qual o papa obtinha seus poderes. "Alguns homens perversos", esbravejou o rival de Clemente, Bonifácio IX, "confiando no braço da carne contra o Senhor, pedem um Concílio. Ó impiedade danada e danável!".

Não obstante, diminuindo as esperanças de uma abdicação conjunta, os teólogos dos dois lados discutiam cada vez mais o Concílio e debatiam seus problemas. Quem o convocaria? Qual a sua legitimidade, se convocado por governantes temporais? Teria autoridade sobre a pessoa do papa? Se convocado por um pontífice, no presente impasse, seriam as suas decisões aceitáveis pelo outro? Como poderiam os dois papas e as duas hierarquias ser convencidos a agir em concerto? A 30 de junho de 1394, uma audiência real francesa ouviu o assunto proibido ser implacavelmente exposto.

Promovida por Filipe de Borgonha para apresentar as constatações da universidade a partir do referendo, a audiência foi realizada com grande solenidade. O rei estava no trono, assistido pelos duques reais e principais prelados, nobres e ministros. O argumento pela abdicação, na forma de uma carta de 23 páginas ao rei, foi lido pelo reitor da universidade, Nicolau de Clamanges,⁶ amigo de Gerson e d'Ailly. Um dos humanistas da universidade era considerado o melhor estilista latino da França e um orador inigualado pela sua "eloquência ciceroniana".

A polêmica clerical na Idade Média não era comedida. Numa série de invectivas lançadas contra os dois papas, Clamanges juntou a paixão e a hipérbole ao traçar um quadro do sofrimento da Igreja e da premente e imediata necessidade de uma solução. Qualquer dos dois papas que se recusasse a aceitar uma das Três Vias, proclamou ele, devia ser tratado como "um cismático empedernido e, em consequência, herege"; um destruidor, e não um pastor, do seu rebanho; "um lobo devorador", não um guardião, que devia ser expulso do seio da cristandade. Se em seu excesso de confiança, os papas adiassem por mais tempo o remédio oferecido,

“arrepender-se-iam demasiado tarde de terem negligenciado a reforma [...] o mal será incurável. [...] O mundo, por tanto tempo infeliz, está agora deslizando perigosamente para o mal”.

“Achais que o povo tolerará para sempre vosso mau governo?”, exclamou ele na eterna voz de protesto. “Quem acreditais que possa tolerar, entre tantos outros abusos, vossas nomeações mercenárias, vossas múltiplas vendas de benefícios, vossa elevação de homens sem honestidade ou virtude às posições mais eminentes?” Todos os dias são nomeados prelados que “nada conhecem da santidade, nem da honestidade”. Sujeito às suas extorsões, “o sacerdócio tornou-se uma miséria obrigada a profanar sua vocação [...] pela venda de relíquias, cruzes e cálices, e pelo leilão dos ritos místicos do sacramento”. Algumas igrejas não realizavam quaisquer serviços. Se os primeiros pais da Igreja voltassem à terra, “não encontrariam nenhum vestígio de sua religiosidade, nenhum remanescente de sua devoção, nem sombra da Igreja que conheceram”.

Falou da cristandade como objeto de mofa entre os infiéis, que esperavam que “nossa Igreja assim dividida contra si mesma se destrua pelas suas próprias mãos”. Referiu-se ao aumento do número de hereges, cujo veneno, “como a gangrena, faz progressos a cada dia”. Previu que o pior ainda estava por acontecer, à medida que a luta interna dentro da Igreja Católica promovesse a dissensão e o desrespeito. Mencionou todos os argumentos contra um Concílio Geral, destruindo-os um a um, citando o Velho Testamento — Salmos, os Profetas, e o Livro de Jó — para estabelecer autoridade. “Houve alguma vez, haverá alguma vez”, trovejou ele, “uma necessidade mais premente de um Concílio do que neste momento em que toda a Igreja está convulsionada em sua disciplina, sua moral, suas leis, suas instituições, suas tradições e mais antigas práticas, tanto espirituais quanto temporais — neste momento em que está ameaçada por uma ruína terrível e irreparável?”.

Voltando-se para o rei, não hesitou em referir-se à sua tragédia pessoal, dizendo que se Deus tinha respondido às orações e curado o rei, devia ter sido para que ele despertasse para os interesses de seu povo e da Santa Igreja, que acabasse com “esse horrível cisma” e a *miseria* que acarretava. Em nome da universidade, exortou Carlos a assumir logo a liderança na busca de uma solução, se não quisesse perder seu título de Cristianíssimo Rei.

Desconhecendo o latim, a língua usada na oração, Carlos ouviu graciosamente sem compreender uma palavra. Mais tarde, foi encomendada uma tradução para o Conselho Real, cujos membros leigos também não sabiam latim.⁷ O apaixonado apelo de Clamanges foi ignorado. Os governos não gostam de enfrentar remédios radicais; é mais fácil deixar que a política predomine, e a política que a corte praticava no momento era o esforço, promovido por Luís e repellido por Borgonha, de instalá-lo na Itália. A universidade recebeu ordem do rei — ou em seu nome — de abster-se de novas agitações. Sua resposta foi suspender os cursos numa atitude equivalente a uma greve dos professores, método usado com êxito contra um imposto em 1392, embora ao preço de partida dos muitos estudantes estrangeiros que deixaram Paris.

A universidade também fez circular a carta de Clamanges por toda a Europa, principalmente na Sé de Avignon, onde foi apresentada ao papa numa assembléia plenária de cardeais. Depois de ler algumas linhas, Clemente exclamou, com uma expressão de ira no olhar: "Essa carta difama a Santa Sé! É maligna, é venenosa!" Denunciando-a como uma calúnia que "não merece ser lida em público ou em particular", deixou a sala furioso e não quis ouvir nem falar com ninguém. Os cardeais leram a carta na íntegra e, depois de conferenciar entre si, concluíram que o adiamento era realmente perigoso e que o papa teria de aceitar o programa da universidade. Convocados por Clemente, quando este soube de tal conferência, eles o aconselharam a escolher uma das Três Vias, se desejasse o bem da Igreja. Sua indignação foi tamanha com essa "traíçoeira covardia" que dentro de três dias, a 16 de setembro, morreu de um ataque cardíaco, ou de um ataque apoplético, ou, ainda, segundo seus contemporâneos, de "profunda dor". Assim terminou Roberto de Genebra, que ficaria na Igreja como um antipapa.

A notícia de sua morte foi conhecida em Paris seis dias depois, a 22 de setembro. Era chegado enfim o momento de reunir a Igreja sem atritos, sem uso de força ou sem um Concílio Geral — se a eleição de um sucessor de Clemente pudesse ser impedida. "Nunca mais haverá tal oportunidade", escreveu a universidade aos cardeais. "É como se o Espírito Santo estivesse batendo à porta."⁸ O Conselho Real enviou imediatamente uma mensagem em nome do rei aos cardeais de Avignon, exortando-os, "no interesse de toda a cristandade", a adiar seu conclave até receberem uma carta "especial e solene" do rei da França, que se seguiria.

Tendo à frente o marechal Boucicaut, os mensageiros reais galoparam para Avignon, cobrindo os 640km no tempo recorde de quatro dias.⁹ Quando chegaram, o conclave já estava reunido. Os cardeais estavam ansiosos pela união, mas não às suas próprias expensas. Tinham sido convencidos pelo suave espanhol, cardeal de Luna, antigo professor de direito canônico, de que sua posição dependia de seu direito de eleição, que não devia ser limitado. Imaginando qual seria o conteúdo da carta do rei, resolveram abri-la apenas depois de terminada a eleição. Mas para que não fossem acusados de fomentar o cisma, concordaram em assinar um juramento escrito comprometendo-se cada um deles, caso eleito, a renunciar se a maioria dos cardeais assim o pedisse. O juramento exigia que trabalhassem com empenho pela união da Igreja, "sem fraude, engano ou qualquer maquinação", e examinassem sinceramente, sem desculpas ou demora, todas as possíveis maneiras de atingir esse objetivo, "até mesmo ao ponto de ceder o pontificado, se necessário". Dezoito dos 21 cardeais assinaram, entre eles o mais fervoroso expoente da união, Pedro de Luna de Aragão.

No conclave, quando o nome de um cardeal foi proposto à eleição, este confessou, numa agonia de honestidade: "Sou fraco e talvez não abdicasse. Não me exponham à tentação!"

"Eu, por minha vez", disse o cardeal de Luna, "abdicaria com a mesma facilidade com que tiro meu chapéu". Todos os olhares voltaram-se para o colega, então com seus sessenta anos, cardeal desde a tempestuosa eleição, em Roma, que preci-

pitara o cisma. Homem culto e inteligente, de nascimento nobre, sutil na diplomacia, austero na vida privada, manipulador exímio, era um rígido adversário do Concílio, embora ardente defensor da união. Foi eleito sucessor de Clemente a 28 de setembro, tomando o nome de Bento XIII.*

A segunda embaixada francesa soube da notícia a caminho de Avignon. Ao chegar, o novo papa assegurou-lhe sua intenção de procurar, através de todos os meios, pôr fim ao cisma, e repetiu sua declaração de que abdicaria, se assim lhe fosse solicitado, tão facilmente quanto tirava o chapéu, que levantou da cabeça, num exemplo. Suas garantias em resposta ao rei cresciam como uma escada que subisse ao céu. Tinha aceito a eleição apenas para acabar com o "terrível cisma" e preferiria passar o resto de sua vida no "deserto ou no claustro" do que prolongá-lo; se o rei mandasse pessoas bem informadas com propostas concretas, ele as aceitaria sem hesitar e "as executaria sem falha"; estava "disposto, decidido e resolvido" a trabalhar pela união e aceitaria o conselho do rei e de seus tios "para que eles, e não outro príncipe, possam ter a glória eterna que recompensará tão meritório esforço".

De Luna pode ter sido sincero, mas, uma vez no trono papal, o dever de abdicar foi logo substituído pelo sentimento do direito que emana do exercício de um cargo supremo. O cisma, como a guerra, era uma armadilha da qual não se saía com facilidade.

Durante todo esse período, Coucy estava no Norte da Itália, empreendendo, em favor de Luís d'Orleães, uma campanha financeira, política e militar pela soberania de Gênova.¹⁰ A oferta foi consequência da anarquia crônica da cidade: os Grimaldis, os Dorias, os Spinolas e outras famílias nobres, exiladas e sem coesão, queriam um soberano que as restabelecesse e livrasse a cidade do governo burguês. O poder oscilava de um grupo burguês para outro, cada qual instalava um doge até ser derrubado e exilado pelos adversários. Nada menos de cinco doges ocuparam o cargo em 1393, dando lugar, em 1394, à volta de Adorno, o doge da campanha tunisiana. Doges, partidos e nobres exilados exerciam seus vários pesos no flutuante equilíbrio de forças entre Florença e Milão.

Como representante e procurador-geral do duque d'Orleães "em partes transalpinas", Coucy instalou-se em Asti, que pertencia a Luís como parte do dote de Valentina. Dispunha de quatrocentas lanças e 230 arqueiros recrutados entre os melhores da França, e contratou um número quase igual de mercenários gascões e italianos. Sem grande superioridade numérica, porém, não podia ter esperanças de dominar os territórios genoveses apenas pela conquista militar, se os governantes locais estivessem dispostos a defendê-los. Como na Normandia muitos anos antes, sua estratégia foi tomar castelos e cidades pela negociação, apoiado por uma demonstração de força, e só quando necessário, pelo ataque.

* Os papas Bento são também chamados Benedito em português. (N. do T.)

Os nobres que tinham feito a proposta original ofereceram-lhe seus castelos, mas, sendo “prudente e sutil” e tendo experiência dos lombardos e genoveses, Coucy não confiava muito em suas promessas e teve o cuidado de não colocar-se à sua mercê, ao ponto de realizar conferências em campo aberto, e não dentro dos castelos. A colaboração com os genoveses na Tunísia deve ter deixado uma impressão desagradável.

Guiado por Gian Galeazzo, que estabeleceu os contatos e emprestou dinheiro e soldados, Coucy abriu caminho no labirinto italiano, recrutando e pagando companhias mercenárias, negociando as condições e preços de submissão de castelos e territórios, tratando com Pisa e Lucca para a sua não-interferência, mandando emissários a outras partes da Itália para conseguir adesões ao futuro reino de Adria. O volume de papéis que isso demandou foi substancial, e pelo que sobrevive nos arquivos vê-se uma campanha político-militar do século XIV em funcionamento. O recrutamento foi feito aos poucos: Guedon de Foissac chegou com dois cavaleiros, 19 escudeiros e dez arqueiros; Aimé de Miribel, com 26 homens armados; Hennequin Wautre, com 16 arqueiros. Seis companhias italianas tendo entre dez a 350 *cavaliers*. Bonnerel de Grimaud (provavelmente Grimaldi) recebeu 100 florins de ouro para “mostrar os meios e caminhos” pelos quais a tomada de Savona podia ser realizada. Jerôme de Balart, doutor em direito, e Luquin Mourre, escudeiro, receberam 100 florins de ouro por orientação no mesmo projeto.

O território de Savona, que se tinha revoltado contra o doge, era a chave do avanço, e exigia delicadas negociações. Quando os mercenários gascões estavam na iminência de submeter uma de suas cidades vassalas ao “fogo e sangue”, em vingança pela morte de três de seus cavalos, estes tiveram de ser comprados apressadamente ao custo de 96 escudos, o que não foi muito para evitar hostilidades que tornariam maiores os custos da conquista. A aproximação de Savona foi feita através de negociações com os senhores das cercanias, para que concedessem autorização para atravessar os vales sob seu controle. Finalmente, Savona, com suas cidades e castelos, foi conseguida por “tratados secretos” e o pagamento de 6.990 florins de ouro.

Cada castelo cuja fidelidade era obtida tinha de hastear a bandeira de Orléans e cada senhor era indenizado em prestações mensais de uma soma estipulada “até o momento em que o duque d’Orléans se tornar senhor de Gênova”. Quarenta membros da família Spinola receberam coletivamente 1.400 florins por mês pela sua fidelidade, e a concordância em alojar as forças de Coucy em suas cidades e fortalezas. Registros de cada transação, na escrita precisa e floreada da época, tornam evidente que, quando a ordem da cavalaria florescia, um dos seus principais interesses era o dinheiro.

Os notários que prepararam esses acordos e os embaixadores que os confirmaram tinham de ser pagos, bem como os correios para e de Paris. Os soldos dos homens de armas e comitivas dos capitães das companhias eram registrados, como por exemplo os 20 florins para Antônio de Cove, canhoneiro, para buscar uma *grusse bombarde* de um certo senhor para o sítio de um castelo; 18 florins a um en-

viado de Coucy a Pavia para levantar um empréstimo de 400 florins com Gian Galeazzo; uma taça de prata e um jarro para o secretário de Gian Galeazzo.¹¹

Não é de surpreender que Coucy estivesse constantemente sem dinheiro em mãos, mas a rede bancária e creditícia da época manteve-o em operação. Permitiu-lhe levantar um empréstimo de 12 mil florins de um certo Boroumeus de Boroumeis, comerciante de Milão, a serem pagos por Orléans aos irmãos Jacques e Franchequin Jouen, comerciantes-merceiros de Paris. Numa outra ocasião, Coucy empenhou jóias e pratas para pagar seus homens de armas, até que chegassem 40 mil libras com o camareiro de Orléans, vindo de Paris.

Em novembro, depois de receber poderes plenipotenciários do rei da França e do duque d'Orléans, Coucy concluiu um tratado com Savona, cobrindo um grande número de direitos, garantias e obrigações, quase tão complexo quanto o Tratado de Brétigny. Com isso em seu poder, transferiu-se para Pavia, para estabelecer as condições definitivas da participação de Gian Galeazzo na presente empresa e na futura *Voie de Pais*.

Vinte e um anos tinham transcorrido desde que Coucy e Gian Galeazzo haviam lutado em lados opostos, na batalha de Montichiari. Teriam trocado reminiscências dos velhos tempos, lembrando-se de como quase não escapavam com vida? Ou seriam suas relações puramente formais? Teriam comparado notas de suas respectivas fundações monásticas, a de Coucy para os celestinos em Soissons, as de Gian Galeazzo para os cartuxos em Pavia, e teria o príncipe italiano dito, como fez em outras ocasiões, que pretendia construir uma "que não terá igual no mundo"? Ele não viveu o bastante para ver sua pretensão realizada na famosa Cartuxa de Pavia.

Ele teria sem dúvida levado Coucy ao seu arquivo de papéis de Estado e certamente à sua biblioteca, cuja coleção tinha sido iniciada por Petrarca, para seu pai. Tinha o exemplar de Virgílio usado pelo poeta, bem como suas obras e as de Boccaccio e a *Commedia* de Dante. Constantemente ampliada pelas aquisições de Gian Galeazzo, alcançando mais de novecentos volumes, rivalizava com a biblioteca de Carlos V no Louvre e estava aberta a bibliófilos e estudiosos, que o senhor de Pavia gostava de atrair à sua corte. Sua glória eram os manuscritos ilustrados que encomendava. A despeito do texto, que podia ser de Plínio ou Horácio, eles ilustravam o mundo contemporâneo com plantas e animais, processos médicos, cerimônias de casamentos, navios, castelos, batalhas, banquetes e, o que não era menos importante, as supremas *Horas* de Visconti, em três retratos do próprio Gian Galeazzo. O artista, Giovanni dei Grassi,¹² cercado pelos seus potes de pigmentos e preciosas folhas de ouro, trabalhava nas *Horas* no ano da visita de Coucy.

Coucy teria visto, sem dúvida, a construção da catedral de Milão, da qual seu anfitrião tinha lançado os alicerces em 1386, na pia gratidão por ter derrubado com êxito o ímpio Bernabò. Embora Gian Galeazzo desse uma subvenção mensal de 500 florins, a construção era obra da vontade popular, perseguida com um impulso tão vigoroso que os pilares da nave já estavam concluídos. Todas as classes participavam dela e ofereciam recursos. A guilda dos armeiros compareceu em peso para iniciar o trabalho de levar o entulho em cestos. Não querendo ficar para trás, os

comerciantes de tecidos seguiram-nos, depois o colégio de notários, funcionários do governo, nobres e outros, num fluxo constante de trabalho voluntário. Os distritos da cidade competiam entre si, em contribuições. Quando a Porta Orientale deu um burro no valor de 50 libras e um dia de trabalho nas escavações, a Porta Vercellina deu um bezerro que valia 150 libras. No registro de doações, aparece toda a sociedade: entradas consecutivas relacionam três libras e quatro *soldi* de "Raffalda, prostituta" e 160 libras do secretário de Valentina dei Visconti, duquesa d'Orléans.¹³

Coucy concluiu dois tratados com o senhor de Milão, um criando uma força conjunta para tomar Gênova, o outro relativo à *Voie de Fait*. No segundo tratado, Visconti comprometia-se a proporcionar certo número de lanças se o rei da França chegasse à Itália em pessoa, e um número mais limitado se o líder fosse Orléans ou — o que era pouco provável — o duque de Borgonha.

A razão da referência a Borgonha permanece oculta no estadismo enigmático de Gian Galeazzo, governante que sempre jogava dos dois lados na busca de seu objetivo e estava preparado para abandonar um pelo outro, se conveniente. Em sua necessidade de um aliado contra Florença e Bolonha, ele via que a França, com um rei instável e uma luta entre tio e sobrinho pelo controle da política, era uma proposição pouco firme, e que a *Voie de Fait*, desde a morte de Clemente, era uma perspectiva em desaparecimento. Ao mesmo tempo em que negociava com Coucy, já estava restabelecendo relações com seu senhor técnico, o imperador Venceslau, que, como ele, precisava de apoio contra inimigos internos. Para confirmar seu título imperial, Venceslau teria de correr o risco dos imperadores, a viagem a Roma para a coroação formal pelo papa. A riqueza dos Viscontis tornou isso possível. Em troca de 100 mil florins em 1395, Venceslau vendeu a Gian Galeazzo o título de duque hereditário de Milão, com soberania sobre 25 cidades. Como o primeiro desses títulos na Itália, marcava a linha em que a era das cidades-estados se transformava na era dos déspotas. Isso não ajudou Venceslau, que foi acusado por seus adversários de alienar ilegalmente território imperial, e acabou sendo deposto antes de se ter firmado o bastante para fazer a viagem à Itália.

Enquanto Coucy prosseguia a campanha contra Gênova, outra negociação se fazia às suas costas. Uma coalizão de Florença, Borgonha, e a rainha Isabeau induziu o doge Adorno, como meio de manter-se no poder, a oferecer a soberania de Gênova a Carlos VI, frustrando efetivamente Orléans e Visconti. Na iminência de um renovado ataque de loucura em 1395, Carlos podia ser manipulado. No "angustioso março" daquele ano, ao ser informado de que o rei tinha comprado os interesses de Luís em Gênova por 300 mil francos, Coucy viu-se como agente de outra pessoa. Por instruções da coroa, negociou então uma trégua com o doge Adorno, que logo a rompeu sitiando Savona, para reconquistá-la. No curso da defesa, Coucy ficou imobilizado por quatro dias em julho por um "ferimento na perna", que pode ter sido novo ou consequência da velha lesão sofrida dez anos antes.¹⁴ Os documentos só nos dão de Coucy uma visão intermitente, como um pedaço de céu entre nuvens móveis.

Em agosto o sítio de Savona foi levantado, a soberania de Gênova confirmada no rei da França e a campanha de Coucy terminou. Ele é visto pela última vez com um grupo de 120 cavaleiros, deixando Asti a 13 de outubro e chegando a Turim na mesma noite, a caminho de mais uma travessia dos Alpes. Ao voltar à França, foi recebido por Luís com um presente — ou pagamento — de dez mil francos “para ajudá-lo a compensar tudo o que sofrera na Itália”. De fato, Coucy tinha conquistado para a coroa de França, se não para o duque d’Orléans, a cabeça-de-ponte há muito desejada na Itália. O domínio francês sobre Gênova foi formalmente estabelecido no ano seguinte. Derrubado por um levante popular em 1409, deixou uma pretensão que os descendentes de Carlos e Luís, Carlos VIII, Luís XII e Francisco I, ainda conservavam no século XVI.

Enquanto Coucy estava ocupado contra Gênova, a corte e a universidade juntaram-se num esforço combinado para derrubar Bento XIII. Embora o conhecessem bem, os franceses ficaram ofendidos com a eleição de um espanhol, e ele, embora de nascimento nobre, não tinha o parentesco com os Valois, Bourbons e condes de Savóia que tinham feito Clemente, do ponto de vista francês, “um dos nossos”. O fim do cisma tornava-se ainda mais imperativo porque o apelo para a cruzada intensificava-se. Embaixadores húngaros estavam a caminho da França; o patriarca de Jerusalém e Alexandria já tinha chegado com um rosário de desgraças.

Tal como o humilde arcebispo de Bari transformou-se da noite para o dia no violento Urbano VI, assim também o sutil e diplomático Pedro de Luna tornou-se o reto e inflexível Bento XIII. Um comovente apelo da universidade, para que não adiasse por “um dia, uma hora, um instante” sua intenção de abdicar, deixou-o impassível, embora a retórica, de que Clamanges era novamente o autor, fosse capaz de penetrar uma consciência de granito. Renunciando, ele ganharia, segundo a universidade, “honra eterna, renome imperecível, um coro de elogios universal e glória imortal”. Se adiasse por um dia, um segundo dia se seguiria, depois um terceiro. Seu espírito se enfraqueceria, lisonjeadores e interesseiros viriam com doces palavras e presentes; sob a máscara da amizade, “envenenarão vossa mente com medo de más conseqüências e esfriarão vosso zelo nessa nobre e difícil empresa”. A doçura das honras e do poder se fariam sentir. “Se estais pronto hoje, por que esperar amanhã? Se não estais pronto hoje, amanhã ainda estareis menos.” A paz e a sanidade da Igreja estavam nas suas mãos. Se seu rival se recusasse a abdicar quando Bento o fizesse, ele se teria condenado como “o mais perverso cismático” e provado a todos os católicos a necessidade de afastá-lo.

A abdição unilateral não atraía Bento, nem estava ele convencido de que seu efeito moral poderia derrubar o rival. Quando o chanceler d’Ailly e seu ardente e franco colega Gilles Deschamps chegaram a Avignon como embaixadores do rei para intensificar a pressão, verificaram que a promessa fácil do antigo De Luna, de tirar o chapéu, tinha dado lugar a uma teimosia espanhola nascida “no país das boas mulas”.

A pressão em Paris aumentou. Em fevereiro de 1395, foi convocada, em nome do rei, uma conferência de 109 prelados e clérigos cultos para decidir sobre a maneira de dar fim ao cisma. Depois de duas semanas de deliberações, com a presença de arcebispos, bispos, abades e doutores em teologia, foi aprovado por 8 a 22 votos a Via da Abdicação e a renúncia à Via de Fato. Não tendo sido produzido apenas da convicção, esse resultado refletia a ascendência do duque de Borgonha. Prelados e teólogos que dependiam da proteção de um ou outro dos duques reais observavam cuidadosamente a tendência dos acontecimentos. Assim, quando Borgonha ou Orléans cresciam — geralmente Borgonha, quando o rei estava louco, e Orléans, quando ele recuperava a razão —, suas atitudes variavam, impedindo uma política coerente.

A maioria dessa conferência renunciou então à Via de Fato, que foi declarada “perigosa demais” e capaz de envolver o rei da França numa guerra contra todos os que obedeciam ao “intruso” em Roma. Mesmo que Bonifácio fosse derrotado, diziam os prelados, as nações da Inglaterra, Itália, Alemanha e Hungria não aceitariam Bento XIII e “o cisma seria mais forte do que é hoje”. A única esperança era que Bento colocasse sua abdicação nas mãos do rei da França, que então apelaria aos seus colegas soberanos partidários do outro pontífice para que conseguissem também a sua renúncia. Apesar das falhas óbvias desse procedimento, a decisão em favor da abdicação era, evidentemente, o que a coroa desejava. Sem um papa francês como seu beneficiário, a Via de Fato perdia sua atração.

Adria e a conquista dos Estados Pontificais desapareceram com a *Voie de Fait*, e com isso qualquer perspectiva, para Bento, de afastar seu rival pela força das armas francesas. Para convencê-lo disso, a coroa enviou a Avignon uma embaixada muito imponente, formada pelos três duques reais — Borgonha, Berry e Orléans — apoiados por dez delegados da universidade. Embora amenizada por presentes esplêndidos de vinhos borgonheses e tapeçarias flamengas, a mensagem era uma afirmação consciente da vontade real sobre a Igreja. Encontrou um opositor insuperável nas técnicas da evasão.

A questão foi debatida em discursos cortesões numa série de audiências, cada qual começando com um texto adequado, com as habituais “flores de retórica” e muitas citações canônicas e históricas de ambos os lados. Como antigo professor de Montpellier, Bento não seria obscurecido pelos acadêmicos de Paris. Embora recusando a todo momento sua disposição de trabalhar até a morte pela união, recusava-se a ser forçado à abdicação sem garantias bilaterais. Como aí estava o ponto fraco da argumentação francesa, ele podia ter suspeitado que os franceses queriam afastá-lo principalmente para colocar em seu lugar um papa francês — e talvez estivesse certo. Tergiversava e sofismava, enquanto os outros pressionavam. Quando pediram para ver o texto do juramento assinado pelos cardeais em conclave, ele a princípio recusou, depois ofereceu-se para dizer a sua essência em segredo; depois, quando pressionado, a lê-lo em voz alta sem entregá-lo. Quando também isso foi rejeitado, alegou um privilégio executivo, dizendo que as resoluções do conclave não podiam ser comunicadas a ninguém.

Forçado a ceder, Bento propôs uma conferência dos dois papas dos dois grupos de cardeais. Os visitantes disseram que era impossível devido à obstinação do Intruso e que a sua abdicação voluntária era o que se desejava. Ele pediu que a proposta fosse apresentada por escrito, Gilles Deschamps respondeu que não era necessário já que constituía de uma única palavra: abdicação. O papa quis tempo para refletir. Na pausa, Borgonha convidou os cardeais a lhe manifestarem sua opinião "em boa consciência como pessoas privadas, e não como membros do Sacro Colégio". Eles foram favoráveis à abdicação por 19 contra um. O único contrário foi o cardeal de Pampeluna, outro espanhol. Quando os cardeais deram por escrito sua opinião, Bento os proibiu de assinar o documento. Numa audiência da qual excluiu os delegados da universidade, informou aos duques que, se o apoiassem, abandonaria a eles a conquista e posse dos Estados Pontificais. Foram surdos à proposta.

As discussões já tinham durado quatro meses, com os visitantes atravessando o rio todos os dias, vindos de Villeneuve, onde estavam alojados. Certa manhã, descobriram que durante a noite alguém tinha incendiado a famosa ponte, ateando fogo aos botes amarrados nas estacas. Temendo logo uma "traição" e um ataque, eles correram para as armas, mas, pensando melhor, desconfiaram do papa. Se o espanhol estava rindo do outro lado do rio, o fez secretamente. Jurando que nada tinha com o incêndio, ele mandou trabalhadores consertarem a ponte e instalar uma passagem provisória, feita de botes amarrados uns aos outros, o que não era muito adequado para orgulhosos duques atravessarem com dignidade. A única alternativa era a passagem por barco, lenta e insegura contra a correnteza forte. Aborrecidos, os visitantes, depois de consultas com os cardeais, resolveram por um último apelo, que Bento, ainda afirmando sua devoção à união, rejeitou. Derrotados, os franceses partiram depois de três meses de esforços inúteis. O cisma continuava sem solução.

Sem ter certeza de que sua abdicação encerraria o cisma, Bento não pode ser totalmente responsabilizado. De maneira surpreendente, teve um defensor em Nicolau de Clamanges, que profetizara com tanta fúria a desgraça se os papas adiassem a abdicação por um só dia. Numa decisão que provocou uma tempestade na universidade, Clamanges aceitou o cargo de secretário de Bento, e mais tarde diria dele que "embora seriamente acusado, foi grande e louvável e creio ter sido um homem santo, nem conheço ninguém mais digno de elogios". Estaria Nicolau agindo com convicção, ou teria sido comprado? Como não conhecemos seus motivos, vamos acreditar que fossem sinceros.¹⁵

Irritada com a inutilidade de seus esforços, e ainda mais porque as palavras de Bento quando cardeal tinham alimentado grandes esperanças, a universidade propôs duas medidas radicais: aconselhou o rei a reter as receitas eclesiásticas de Bento na França, medida que equivalia a um rompimento com Avignon; e aconselhou os cardeais que, se Bento continuasse a rejeitar a abdicação, devia ser deposto por um Concílio Geral. A coroa ainda não estava preparada para retirar a obediência, embora chegasse a isso três anos depois. Quatorze anos teriam de transcorrer

antes que a Europa pudesse chegar à unidade momentânea necessária a um Concílio Geral, que mesmo então não teve êxito.

A universidade manteve sua campanha. Foram enviadas cartas a governantes e a outras universidades, instando para que insistissem na renúncia dos dois papas. Doutores em teologia viajaram a cavalo pregando pelas cidades e províncias contra os males do cisma. Ao denunciarem a corrupção da Igreja, difundiram — com resultados que talvez não pretendessem — a exigência de reforma. A coroa francesa enviou delegados ao rei da Inglaterra e aos príncipes da Alemanha para defenderem a via da renúncia mútua, recebendo o apoio entusiasta de todos, mas com poucos resultados práticos. Bento XIII resistiu a todas as pressões. Durante quase trinta anos, apesar da retirada da obediência francesa, do sítio de Avignon, da deserção pelos seus cardeais, da deposição por dois Concílios e da rivalidade de três outros papas, ele não renunciou. Retirando-se para uma fortaleza espanhola, morreu em 1422, aos 94 anos, ainda mantendo sua pretensão.¹⁶

Inesperadamente, a guerra, senão o cisma, teve uma perspectiva de ser enfim encerrada. Em março de 1395, Ricardo II propôs casamento a Isabel, filha do rei da França. Ele tinha 29 anos, ela seis. Como forma de contornar as irredutíveis disputas e ganhar a paz por outros meios, era uma manobra ousada, mesmo que a paz não fosse seu único motivo.

Ricardo II não via qualquer utilidade no que chamava de “essa intolerável guerra”, nem partilhava da animosidade contra a França que as lutas tinham fomentado na maioria dos ingleses. Pelo contrário, admirava a França, desejava conhecer seu rei e queria a paz para fortalecer-se contra os inimigos internos. Governava constitucionalmente havia sete anos, desde o tratamento duro que lhe deram os Lordes Apelantes, mas sua natureza autocrítica, intensificada por aquela humilhação, ansiava pela monarquia absoluta e a sujeição de seus inimigos. A realeza, que pode corromper ou aperfeiçoar, parece ter tido um efeito geralmente unilateral no século XIV: apenas Carlos V ganhou sabedoria com a responsabilidade. Ricardo era instável, perdulário, despótico, emocional, e temperamental senão rudemente agressivo. Quando sua mulher, Ana da Boêmia, irmã de Venceslau, morreu em 1394, na paixão de sua dor ele mandou destruir a residência real de Sheen, local de sua morte. No enterro, acreditando-se insultado pelo comportamento do conde de Arundel, um dos Lordes Apelantes, o rei agarrou um bastão e o derrubou ao chão com um golpe.

Ana era uma mulher doce, da mesma idade que o rei, que inspirou, ao contrário de seu infeliz irmão, os comentários mais simpáticos dos cronistas. Sua morte pode ter representado o fim de uma certa influência moderadora sobre Ricardo, além de deixá-lo sem herdeiro direto. Para assegurar a linhagem, um segundo casamento era aconselhável, mas a escolha de uma menina de seis anos, cujo matrimônio só poderia ser consumado quando ela tivesse 12 anos, sugere que o her-

deiro não era o principal objetivo de Ricardo. Ele queria a reconciliação com a França para acabar com as oportunidades dos "javalis" da Inglaterra e, especificamente, ter o apoio francês, se necessário, contra eles. Seus enviados receberam instruções para conseguir do rei francês, e de seus tios e irmão, garantias de "ajuda e apoio a Ricardo com todo o seu poder contra qualquer de seus súditos".¹⁷

Não era um pedido normal de um rei a outro rei, sobretudo quando esse outro tinha sido tão recentemente, e tecnicamente ainda era, seu inimigo. Ricardo estava a apenas dois anos da monarquia absoluta, do assassinato de Gloucester, da execução de Arundel, do banimento de Norfolk e Henry de Lancaster, e da série de provocações compulsivas que em mais dois anos o fariam perder a coroa e, finalmente, a vida. Historiadores modernos sugeriram que em seus últimos anos ele foi dominado pela doença mental, mas isso é apenas uma interpretação moderna de um defeito comum aos governantes do século XIV: incapacidade de conter os impulsos.

Ricardo foi rei numa época de tensões crescentes, sufocadas mas não minoradas desde a Revolta Camponesa. Quadrilhas de cavaleiros e arqueiros assaltantes ainda espalhavam a desordem, os impostos pesados eram uma reclamação constante, o lardismo, apesar dos esforços para eliminá-lo, despontava em toda parte. Constituindo uma ameaça social, tanto quanto religiosa, uniu a coroa e a Igreja contra ele: os dias da aliança de John de Gaunt com Wyclif tinham terminado, embora os lordes ocupassem altos postos. Durante o Parlamento de 1394-95, o movimento aflorou subitamente com uma inflamatória declaração pública de 12 "conclusões e verdades para a reforma da Santa Igreja na Inglaterra".¹⁸

Com o apoio de vários membros da Câmara dos Comuns, inclusive o agitador habitual *sir* Richard Stury e outro cavaleiro, ambos membros do Conselho Privado, uma petição em favor das 12 reformas, escrita em inglês, foi apresentada como projeto de lei ao Parlamento. Foi, simultaneamente, pregada à vista do público nas portas da catedral de St. Paul's e da abadia de Westminster. As Doze Conclusões eram um espelho da Igreja na Alta Idade Média, tal como vista pelos descontentes, pelos que queriam acreditar e ter fé, mas sentiam-se impedidos pelo materialismo e pela idolatria arraigados da Igreja. Tais conclusões são as mesmas a que Wyclif chegara uma a uma, a começar com as duas mais ameaçadoras à Igreja e aos padres: venda dos bens temporais e negação do "suposto milagre" da transubstanciação. Outros rituais denunciados na lista eram o voto de castidade, que nos padres estimulava o vício, e nas mulheres, "por natureza frágeis e imperfeitas", levava a muitos pecados horríveis; a consagração ou o exorcismo de objetos físicos, que nada mais era do que "prestidigitação" próxima da necromancia; e as peregrinações até surdas imagens de madeira e de pedra, que eram uma forma de idolatria. A Décima Conclusão era nova — quase uma negação do direito de matar. Afirmava que provocar a morte de outro homem, na batalha ou num tribunal de justiça, por qualquer causa temporal, era expressamente contrário ao Novo Testamento.

Tão alarmados ficaram os bispos com as Doze Conclusões que chamaram Ricardo da Irlanda, onde então se encontrava, para decretar novas medidas de re-

pressão. O próprio rei, furioso com a heresia, ameaçou matar *sir* Richard Stury "com a pior morte que houver", se ele faltasse ao juramento de repúdio que lhe fora imposto.¹⁹ As Doze Conclusões, porém, estavam acima do poder do soberano. O lolardismo já tinha encontrado recepção entre os boêmios que faziam parte do séquito da rainha Ana, e através deles estabelecera uma ligação entre as idéias de Wyclif e de Jan Hus.

A proposta de casamento de Ricardo, exposta antes que os duques franceses fossem a Avignon, não foi bem recebida por alguns. Filipe de Mézières foi seu ardente defensor no interesse da cruzada, bem como o duque de Borgonha, no interesse do comércio. Mas a hostilidade de meio século não se dissipava facilmente. Berry e Orléans eram contra a união e, quando a proposta foi debatida no Conselho francês, vários membros fizeram objeções, sob a alegação de que um casamento sem uma paz não era natural. Coucy, se não estivesse ausente na Itália, poderia ter partilhado dessa atitude. Um acontecimento no mesmo ano mostra-o inclinado — talvez devido às suas ligações especiais — à manutenção de relações formais entre inimigos, mesmo num período de trégua. Quando Froissart, que ia fazer uma visita à Inglaterra, pediu-lhe cartas de apresentação para Ricardo e seus tios, Coucy recusou-se, "porque era francês", a escrever ao rei da Inglaterra, embora desse a Froissart uma carta para sua filha Filipa.²⁰ Se uma carta ao rei inglês era má política, o casamento com ele devia ter-lhe parecido, realmente, radical.

No Conselho, Arnaud de Corbie, o chanceler, foi favorável à aceitação, pois achava que o casamento fortaleceria o rei inglês contra o grupo partidário da guerra em seu país. Os interesses da paz predominaram. Em julho, 1.200 cavaleiros franceses acompanharam uma embaixada inglesa formal chefiada pelo conde-marechal Nottingham à mesa do Conselho, em Paris. Houve acordo quanto a um dote de 800 mil francos para Isabel, mas não foram incluídas terras, e uma trégua de 28 anos. Pela primeira vez, a trégua era bastante longa para representar uma rejeição sincera do espírito beligerante — pelo menos, por parte dos negociadores. Era essa a dificuldade.

Se os franceses, em cujo solo a guerra foi travada em sua totalidade, estavam fartos dela, muitos ingleses, personificados pelo duque de Gloucester, queriam mais. Irritavam-se com a sensação de terem perdido, com artifícios, os ganhos confirmados pelo Tratado de Brétigny. Ansiavam por uma reparação e viam o casamento afastar para sempre tal possibilidade. Cavaleiros e alabardeiros independentes sentiam-se ainda atraídos pela guerra como meio de vida e pelo butim que ela representava no continente. Os plebeus, sofrendo com a perturbação do comércio e com os impostos opressivos, podem ter desejado a paz, mas não gostavam do casamento francês. Temiam que Ricardo cedesse demais aos franceses; houve murmúrios sobre Calais e decepção, senão suspeita, com a escolha de uma rainha criança e a continuação das incertezas quanto a um herdeiro.

Devido à influência e popularidade de Gloucester entre os londrinos, Ricardo não ousava concluir a aliança sem sua aprovação, e a de seu partido. Mais de um ano decorreu no esforço de conseguí-la. Os franceses mandaram Roberto, o Ere-

mita, para juntar aos seus argumentos o peso da ordem celestial de paz e impressionar os ingleses com a ameaça turca, que ele conheceu em suas viagens pela Síria. Um visionário, mesmo viajando com sete cavalos a expensas do rei francês, não foi a melhor escolha para influenciar Gloucester. Quando, no auge de sua peroração, o Eremita advertiu: "Certamente, quem é ou venha a ser contra a paz, pagará caro por isso, vivo ou morto", Gloucester interrompeu-o com uma incisiva pergunta: "Como sabes disso?" Roberto só pôde responder que era por "inspiração divina", o que não impressionou o duque. Ele continuou "empedernido contra a paz", e com suas palavras "condenou e desprezou muito os franceses".

Preocupado, Ricardo disse ao conde Waleran de St. Pol, que acompanhava o Eremita, que Gloucester estava tentando influenciar o povo contra a paz, talvez até mesmo "levantar o povo contra mim, o que representa um grande perigo". St. Pol, espírito prático e irmão do virtuoso Pedro de Luxemburgo, aconselhou o rei a conquistar o tio com belas palavras e grandes presentes, até que o casamento e a paz estivessem concluídos. Aí então ele poderia "tomar outro conselho", porque estaria bastante forte para "esmagar os rebeldes, pois o rei francês, se necessário, vos ajudará; disso podeis ter certeza". O lubrificante da política era o mesmo, desde aquela época. Ricardo prometeu a Gloucester 100 mil libras e um condado para seu filho, que valia duas mil libras por ano (o que não cumpriu), e por várias persuasões e pressões exercidas através do duque de Lancaster, conseguiu uma relutante aquiescência.²¹

O casamento por procuração e a ratificação da trégua foram celebrados em Paris em março de 1396, com Nottingham como procurador do rei. Ele teve então a oportunidade de encontrar-se com o objeto de sua estima, em situação social e não em combate, pois Coucy foi um dos que serviram de anfitriões para os embaixadores ingleses durante a estada de três semanas em Paris. Depois do endosso do contrato de casamento pelos barões da Inglaterra, o próprio Ricardo foi a Calais em agosto, onde, em conferência com o duque de Borgonha, empenhou-se em mostrar-se amigo da França. Concordou em apoiar a Via da Abdicação e persuadir o papa de Roma a renunciar e, mais realisticamente, concordou em ceder bases inglesas na Bretanha. Voltou à Inglaterra de novo para dar a conhecer os artigos de paz aos seus conterrâneos, pois disse que "não podia concluir a paz firmemente sem o consentimento geral do povo".

Retornou em outubro para o culminante encontro com o rei da França, realizado com toda a pompa adequada num campo de tendas coloridas, nas imediações de Calais. Entre duas filas de quatrocentos cavaleiros franceses e quatrocentos cavaleiros ingleses "com as espadas na mão", os dois reis se aproximaram, cada qual acompanhado dos tios do outro. Ao se encontrarem e abraçarem-se, todos os oitocentos cavaleiros ajoelharam-se, muitos chorando de emoção. Reuniões, banquetes e diversões seguiram-se. A noiva de sete anos, vestida de veludo escarlata e esmeraldas, foi entregue e formalmente casada com Ricardo em novembro, em Calais, pelo arcebispo de Canterbury.²² Enguerrand de Coucy não estava presente às cerimônias e não pôde encontrar-se com sua filha Filipa, participante da comitiva in-

glesa, pois já tinha partido com os principais cavaleiros e nobres do reino para a última cruzada de alguma importância na Idade Média.

Os reis estavam em paz, mas todas as velhas questões — fronteiras e territórios contestados, vassalagens e indenizações, Guiena e Calais — continuavam sem solução, e o rancor de Gloucester perdurava. Os franceses verificaram que todas as honras, entretenimentos e presentes de ouro e prata com os quais o cumulavam, no esforço para diminuir seu antagonismo, eram inúteis. Ele recebia os presentes e continuava frio, duro e dissimulado em suas respostas. “Perdemos nosso trabalho com esse duque de Gloucester”, disse Borgonha ao seu conselho, “pois, enquanto ele viver, não haverá certamente paz entre a França e a Inglaterra. Ele sempre encontrará novas invenções e acidentes para engendrar o ódio e a luta entre os dois reinos”. Não era necessário Gloucester, que estaria morto dentro de um ano, para encontrar invenções e acidentes, pois o próprio Borgonha, através da luta fratricida com Orléans, continuada por seu filho, foi tão responsável quanto ele. A interminável guerra tinha aberto um abismo profundo demais para ser superado com facilidade. Na Inglaterra, Ricardo e Lancaster eram os únicos defensores autênticos de uma política pró-francesa, e ambos morreram três anos após o casamento francês. A animosidade para com a França perdurou. Ainda não se tinham completado vinte anos da reconciliação quando Henrique V concitaria os seus seguidores: “Mais uma vez à luta!”.

Nicópolis

DURANTE CINQUENTA ANOS os europeus tinham ouvido, sem prestar-lhe maior atenção, o ruído distante da penetração dos turcos no Leste e os gritos de angústia que marcavam seu implacável avanço. Os turcos otomanos foram a última, e seriam a mais duradoura, das ondas de guerreiros nômades que do século XI ao XIII deixaram as estepes asiáticas para dominar a Ásia Menor, como os godos e os hunos antes deles tinham dominado Roma. Originalmente, os otomanos se tinham fixado no litoral do mar Negro, na Anatólia, como vassalos dos turcos seljúcidas que os antecederam e guardiães da fronteira seljúcida. Quando esse império desmoronou ante as invasões mongólicas de Gêngis Khan e seus sucessores, os grupos de combatentes experimentados e endurecidos do chefe da fronteira Osmã (daí o nome de otomanos) declarou sua independência do domínio seljúcida em 1300, e cresceu sobre a ruína de seus antecessores. Em 25 anos, com toda a brutal energia de um povo em ascendência, eles conquistaram cidades-chave e grandes áreas da Anatólia, controlando as costas dos estreitos azuis que separavam a Ásia da Europa.

Do outro lado dos estreitos, no litoral europeu, estava Constantinopla, capital do que restava do Império Bizantino. Essa relíquia oriental do antigo Império Romano estava agora, finalmente, desintegrando-se, oitocentos anos depois de ter Roma sucumbido aos primeiros bárbaros. Limitado à Europa, era um resquício muito reduzido de sua antiga grandeza, tendo perdido a supremacia naval e comercial para os genoveses e venezianos, com sua estrutura enfraquecida pelos mesmos processos que atuavam sobre o Ocidente — o feudalismo substituído de maneira inadequada por uma economia monetária, a Peste Negra, as perturbações econômicas, a dissensão religiosa, os levantes de trabalhadores, os povos guerreiros. Sérvios e búlgaros, criando reinos próprios, atacavam-no pelo oeste, e numerosos países menores criavam-lhe dificuldades no Egeu. Suas províncias estavam desorgani-

zadas, sua força militar dependia de mercenários, sua soberania fragmentara-se em lutas ferozes em torno do trono. Essas lutas constituíram a abertura pela qual os turcos otomanos entraram na Europa.

As rivalidades começaram com as pretensões de João Cantacuzeno, que como principal ministro tinha o título de Grande Doméstico e servia como agente de João V Paleólogo, menino herdeiro do trono. Em 1341 Cantacuzeno proclamou-se imperador conjunto — na realidade, rival — como João VI. Nos anos de guerra civil que se seguiram, ele manteve o controle comprando os serviços das experimentadas e disciplinadas forças otomanas. Quando, a convite de Cantacuzeno, o sultão Orcan atravessou o Helesponto em 1345, isso constituiu, na frase de Gibbon, “o último e fatal golpe” na prolongada queda do antigo Império Romano.

Murad I, sucessor de Orcan, conseguiu um ponto de apoio no lado europeu com a tomada, em 1353, de Galípoli, chave do Helesponto. Exatamente cem anos depois, os turcos tomariam a própria Constantinopla, mas Cantacuzeno, como outros grandes atores da história, não teve visão das conseqüências de seus atos. Para cimentar a colaboração com os novos aliados, ele deu a filha em casamento a Orcan, numa cerimônia muçulmana, atravessando o abismo entre o cristão e o infiel sem escrúpulos — e sem afetar sua fé. Alguns anos depois, forçado a abdicar, o outrora Grande Doméstico tornou-se monge e retirou-se para escrever, na calma do claustro, uma história da época que ele tanto contribuiu para conturbar.

A discórdia insanável em Constantinopla deu aos turcos os meios de explorar sua porta em Galípoli. Com a abdicação de Cantacuzeno, seu antigo tutorado, João Paleólogo, retomou o trono (o que explica a estranha sucessão de João VI por João V) apenas para mergulhá-lo numa sinistra luta familiar, na qual filhos e neto, tio e sobrinho, nos 35 anos seguintes, depuseram-se, prenderam-se, torturaram-se e se substituíram em várias combinações com Murad I.

Enquanto viam os Paleólogos destruírem-se mutuamente, os turcos, como uma mão que se abrisse do punho em Galípoli, expandiram-se pelos domínios bizantino e búlgaro. Em 1365, Murad avançou sua capital para Adrianópolis (Edirne), 180km dentro da Europa. Em 1371, ele derrotou uma liga de sérvios e búlgaros junto ao rio Martiza, na Bulgária. João V ficou, a partir de então, com metade do seu império, e os boiados búlgaros com seus territórios, como vassalos do sultão. Em 1389, uma nova liga de sérvios, romenos e seus vizinhos do Norte, os moldávios, procurou conter os turcos, mas foi derrotada por Murad na decisiva batalha de Kosovo, o túmulo da independência sérvia. O czar sérvio e toda a elite de seus nobres foram mortos e seu filho forçado a aceitar a vassalagem ao sultão. O próprio Murad foi morto depois da batalha por um sérvio agonizante que, fingindo ter um segredo para dizer-lhe, apunhalou-o na barriga quando o sultão curvou-se para ouvi-lo. Murad deixou, porém, ao seu sucessor, Bajazé, o maior poder da região. Nos 35 anos desde que atravessaram o Bósforo, os turcos tinham dominado os Bálcãs orientais até o Danúbio e estavam agora nas fronteiras da Hungria.

A divisão de seus inimigos era o principal fator no avanço turco. Um legado de amarga desconfiança tinha separado Constantinopla do Ocidente, desde que os

cruzados latinos penetraram nos domínios orientais. O velho cisma na cristandade entre as Igrejas Católica Romana e Ortodoxa Grega deixou uma disputa implacável sobre aspectos menores de ritual — quanto menos fundamentais eram, maior o rancor — e fez dos povos balcânicos adversários. Bulgária e Valáquia (o nome contemporâneo para a Romênia) e a maior parte da Sérvia pertenciam à Igreja Grega, em oposição à Hungria, que pertencia à Latina e provocou ressentimentos com suas tentativas de impor o clero católico romano e conseguir domínio político sobre seus vizinhos. Mircéia, o *voivoda* ou governador da Valáquia, lutou contra os turcos em Kossovo mas, devido a velhas animosidades, não estava interessado em fazer causa comum com a Hungria contra o inimigo de ambos. O mesmo ocorria com os sérvios, que de qualquer modo estavam impedidos de fazê-lo, depois de terem aceitado o sultão como senhor. Essa tinha sido a política de Murad: neutralizar os governantes dos Bálcãs, deixando-os no poder como vassalos. Como faltava unidade aos seus reinos, não passando de federações frouxas de governantes semi-autônomos, cada um deles podia ser atacado individualmente. Um a um, governantes búlgaros, bósnios, sérvios e valáquios prestavam vassalagem, a fim de evitar constantes incursões turcas. Em áreas de conquista direta, Murad dividiu o território como feudos entre seus seguidores, instalando-os na Europa. Metade do exército turco em Kossovo já controlava terras no extremo mais distante do Bósforo.¹

Bajazé não perdeu a compulsão de seus antepassados. Escolhido sultão no campo de batalha de Kossovo, começou por estrangular o irmão com a corda de um arco, precaução habitual entre os turcos, e passou imediatamente à tarefa de abalar o trono bizantino ajudando João VII a derrubar seu avô. Quando João por sua vez foi derrubado pelo tio, Manuel II, Bajazé sitiou e bloqueou Constantinopla durante sete anos. Enquanto isso, expandia seu domínio na Bulgária, invadia a Macedônia e a Ática, e devastava Bósnia e a Croácia — fazendo mais prisioneiros, como se disse, do que os habitantes que deixava. Era ousado, empreendedor, estava sempre a cavalo, “igualmente ávido do sangue de seus inimigos quanto pródigo com o de seus soldados”. Sua vanguarda de *ghazis*, instrumentos de Alá, lutava com o zelo extra da guerra santa contra os infiéis cristãos. Uma *ghazi*, segundo a definição turca, era “a espada de Deus que purifica a terra da imundície do politeísmo”, ou seja, da Santíssima Trindade cristã.²

Em 1393, depois de ocupar Tirnovo, capital do reino da Bulgária oriental, Bajazé tomou Nicópolis, a mais importante das fortalezas búlgaras no Danúbio. Situada numa elevação acima da cidade de Nicópolis, à margem do rio, dominava o que era então um vau do Danúbio, protegido por uma fortaleza valáquia na margem oposta.³ Dois rios tributários desaguavam no Danúbio na base do castelo que, dessa forma, controlava as comunicações pelo interior, bem como Danúbio abaixo. O choque europeu-otomano ocorreria nesse local estratégico.

Quando o czar búlgaro, Ivã Shisman, recusou-se, embora sendo vassalo, a apoiar novo avanço turco com soldados e abastecimentos, Bajazé, prendeu-o em Nicópolis. Impacientando-se com o sistema de vassalagem, o sultão posteriormente fez estrangular o preso, reduziu seu reino à condição de uma *sandjak*, ou

província, turca, e avançou sobre Vidin, capital do reino da Bulgária ocidental. Quando Sigismundo, rei da Hungria, mandou delegados perguntarem com que direito o sultão acabava com a soberania búlgara, Bajazé respondeu sem palavras, simplesmente apontando para as armas e troféus de guerra pendurados em suas paredes.⁴ Atrás dele, mandou construir uma enorme torre para fortificar Galípoli e um porto permanente para suas galeras. Construiu mesquitas imponentes em Adrianópolis e caravancarás ao longo do seu avanço. Enquanto sua cavalaria armada penetrava na Europa, ele continuava a fazer campanha e a ampliar a ocupação da Anatólia. Devido à “fogosa energia de sua alma” e à rapidez de suas marchas, conquistou o cognome de Ilderim, ou seja, o Raio.

Depois da tomada de Nicópolis, os apelos do rei Sigismundo ao Ocidente, para que o ajudassem tornaram-se mais prementes. Seu país era agora o último Estado organizado da Europa oriental que resistia aos turcos e ainda se lembrava do terror da devastação mongólica que varreu a planície do Danúbio, recuando em seguida, no século passado. Embora a Hungria fosse a “rainha dos países vizinhos”, a resistência que podia oferecer aos novos invasores era prejudicada pelas incessantes brigas com a Polónia e a Lituânia no norte, pela hostilidade dos vizinhos no sul, e pelas divisões dentro de sua própria classe governante e entre os plebeus. O país era uma colcha de retalhos feita de um soberano estrangeiro, nobres húngaros, camponeses nativos que viviam de uma agricultura não influenciada pelo Ocidente, e uma classe comerciante de imigrantes alemães que tinha desenvolvido as cidades e permanecia estrangeira nos hábitos, como acontecia na Boémia e na Polónia.

Depois de um século de governo pela dinastia angevina, a coroa húngara estava estreitamente ligada à corte francesa e continuou a sê-lo sob a dinastia Luxemburgo, iniciada por Sigismundo, que se tornou rei em 1387 em virtude do casamento com a filha do último soberano angevino, Luís, o Grande, morto sem herdeiro masculino. Filho do falecido imperador Carlos IV e meio-irmão mais novo de Venceslau, Sigismundo era um estadista menos sério do que o pai, e mais capaz e sensato do que o perturbado irmão. Como Venceslau, era bem-educado e fluente em quatro línguas. Alto, forte e excepcionalmente bonito, com cabelos castanhos longos e cacheados, era inteligente e bem-intencionado como governante, mas amante dos prazeres, extravagante e licencioso, com uma história de casos amorosos escandalosos. É mais conhecido como imperador em sua idade madura, mas àquela época tinha apenas 28 anos e mal conseguia equilibrar-se em circunstâncias precárias.

Estrangeiro, ascendendo ao trono húngaro aos 19 anos, ele teve de enfrentar comparações com um predecessor dinâmico e poderoso, a inimizade dos nobres rebeldes, uma sogra dominadora e um rival na disputa do trono na pessoa do herdeiro angevino, empanurrado de tronos, Carlos de Durazzo. Em anos caóticos de cubalas e assassinatos, Carlos de Durazzo e a rainha-mãe Elizabeth da Hungria conseguiram destruir-se mutuamente, e os nobres rebeldes foram mais ou menos contidos, apesar da intensidade de seus sentimentos, que fez com que um deles gritasse para Sigismundo: “Jamais me curvarei para ti, porco da Boémia!”⁵ Preocu-

pado com esses vários desafios em seus primeiros oito anos como governante, Sigismundo não foi capaz de mobilizar uma resistência efetiva contra os turcos, que se aproveitaram da situação para devastar suas fronteiras.

Pessoalmente corajoso, embora sem tato, genioso e cruel quando irritado, Sigismundo tinha sobrevivido. Como cada um dos Luxemburgos, tinha características próprias. Quando lhe mostraram uma relíquia que se dizia ser um osso de santa Isabel, ele o examinou e observou que poderia ser de qualquer sapateiro morto.⁶ Indo ao Parlamento em Paris para ver os tribunais de Justiça em funcionamento, ouviu uma sentença contra um queixoso plebeu chamado Seignet, sob a alegação de que ele não era um cavaleiro, mas o acusado, sim. Para espanto de sua comitiva e dos advogados, juizes e assistentes, Sigismundo levantou-se, anunciou em voz alta o seu direito de sagrar cavaleiros, convocou Seignet e fê-lo ajoelhar-se, armando-o cavaleiro imediatamente. Retirando uma de suas esporas de ouro e seu cinto, do qual pendia uma adaga representando uma espada, ele mandou que um dos seus homens os colocassem no espantado novo cavaleiro, e “dessa forma o rei defendeu a causa do dito Seignet”.⁷

Embora não se esquecesse do avanço turco, o Ocidente, não tendo grande apego a Constantinopla, não prestou muita atenção ao perigo até que ele chegou à Hungria. Todos os papas, nos últimos quarenta anos tinham, é certo, concitado a uma cruzada contra o infiel que se aproximava, alguns deles com real fervor, mas um fervor que vinha mais do desejo de revigorar a fé do que de uma avaliação realística do perigo. As campanhas lançadas contra os turcos eram de âmbito limitado e motivadas por interesses especiais: os papas desejavam reabsorver a Igreja Oriental no seio da Igreja Latina; os venezianos e genoveses queriam preservar seus postos de comércio no mar Negro e Mediterrâneo oriental; os Lusignans de Chipre queriam preservar seu reino contra a onda turca. A iniciativa que mais se aproximou de um esforço conjunto foi a Liga Latina organizada pelo papa Clemente VI em 1344, antes mesmo que os turcos entrassem na Europa. Com as forças combinadas do papado, de Veneza, Chipre e os Hospitalários de Rodes, Clemente esperava, pelo sucesso inicial contra os turcos, levar Constantinopla a uma aliança com a Liga Latina e a uma união com a Igreja Romana. Vitoriosa de início, a esquadra latina tomou Esmirna e destruiu cem navios turcos, mas as forças terrestres dos cruzados, paralisadas pela doença, dissensão e liderança irresoluta, não avançaram, e a campanha perdeu ímpeto e terminou em negociações.

Uma outra tentativa foi feita na década de 1360, por insistência de Pedro de Lusignan, de Chipre, cujo interesse era mais imediato. Depois de percorrer em vão as cortes da Europa durante três anos, tentando conseguir forças para uma cruzada, ele pôde organizar uma expedição que partiu de Chipre em 1365 e ocupou triunfalmente a cidade de Alexandria, no Egito, como primeiro passo no caminho de Jerusalém. Desejando preservar o imenso butim, seus seguidores insistiram em partir com o que tinham pilhado, deixando Lusignan sem forças suficientes para explorar sua vitória ou mesmo conservá-la. Alexandria teve de ser abandonada.

Ao mesmo tempo Amadeu de Savóia, cuja tia, Ana de Savóia, era a imperatriz

viúva em Constantinopla, comandou uma notável campanha que visava à união com Lusignan. Ele conseguiu retomar Galípoli, mas também essa conquista foi transitória. As Grandes Companhias sob Du Guesclin, que deveriam marchar por terra contra os turcos a partir do Ocidente, ao mesmo tempo, nunca apareceram. Amadeu, como Lusignan, não tinha forças para continuar, e dentro de poucos anos Murad recuperou Galípoli.

Em 1369, a própria Constantinopla pediu ajuda. Num esforço desesperado para conseguir a cooperação do Ocidente, o imperador João V viajou a Roma para abjurar o cisma entre as Igrejas Grega e Latina, e oferecer-se como o primeiro converso. Conseguiu apenas provocar a fúria do seu próprio clero e dos leigos, que repudiaram a iniciativa. A Europa, preocupada com o reinício da guerra anglo-francesa, não estava interessada.

A única pessoa que sempre tentou provocar uma reação proporcional ao desafio foi Filipe de Mézières, embora em seu caso também o inimigo fosse irrelevante: a cruzada em si mesma era seu maior objetivo. Tratava-se, para ele, de um imperativo moral, uma pedra filosofal capaz de curar os sofrimentos da sociedade e transformar em ouro os seus males: brigas e hostilidades cessariam, os tiranos cairiam ou se regenerariam, a cristandade converteria os turcos, tártaros, judeus e sarracenos, e promoveria a paz e a unidade do mundo. Embora fosse um *exalté*, Mézières conhecia o Levante e os turcos de primeira mão, e por isso compreendia a gravidade do problema e o levava a sério.

Como um jovem clérigo motivado pelo ardor pela Terra Santa, participara da cruzada da Liga Latina contra Esmirna; mais tarde, como chanceler de Pedro de Lusignan, de Chipre, viveu perto do problema turco durante muitos anos, e, ao voltar para a corte francesa depois da morte de Lusignan, tomou como objetivo de vida recuperar o Oriente para a cristandade. Tinha consciência de que isso não significava uma aventura temerária, mas sim uma guerra séria, contra um inimigo organizado e disciplinado, que ele sabia, pela experiência de Esmirna, ser bem treinado, corajoso e impiedoso. Imaginava a força necessária como um exército nacional, incluindo burgueses e gente do povo servindo como soldados, e cavaleiros como líderes, motivados pela virtude e zelo, e não pela cobiça. Como os Templários e Hospitalários de antigamente, seriam dedicados à obediência, justiça e disciplina militar, e no curso de sua grande empresa reviveriam os verdadeiros ideais da ordem da cavalaria. Fundou, com essa finalidade, uma Ordem da Paixão de Jesus Cristo. Como o nome indica, seu interesse era moral e não militar.⁸

A insistente propaganda de Mézières — que incluiu a maravilhosa encenação do espetáculo da Primeira Cruzada, apresentada quando da visita do imperador a Paris — teve influência sobre Carlos VI e, sem dúvida, sobre outros. Em 1389, uma informação sobre os turcos, obtida em contato direto, era trazida por Boucicaut, ao voltar da Terra Santa, onde fora resgatar o conde d'Eu, viagem essa que produziu as *Cent ballades*. Sua narrativa de tudo o que tinha visto no Oriente, de sua visita a Sigismundo na Hungria, e de sua recepção em Galípoli pelo sultão Murad, que o tratara com nobreza e lhe dera presentes magníficos e um salvo-conduto, intensifi-

cou o desejo que o jovem rei tinha de “aventura gloriosa”. Na década de 1390, as notícias do Leste tornaram-se mais prementes. Quando as conversações de paz de 1393 não levaram a um tratado com a Inglaterra, mesmo assim Carlos pediu a Lancaster que examinasse a possibilidade de uma expedição conjunta contra os turcos, “para defender a fé e ajudar a Hungria e o imperador de Constantinopla”. Mas, enquanto a paz com a Inglaterra não fosse conseguida, nada se podia fazer, e, enquanto o duque de Borgonha não se interessou, nada realmente aconteceu.

Borgonha ainda era o principal motor dos acontecimentos. Antes de recuperar o poder com a loucura do rei, ele procurava uma cruzada, dividindo as opções entre a Prússia — que não oferecia nenhum outro propósito que não fosse manter ocupados os guerreiros — e a Hungria. Em 1391, mandou Guy de Tremoille a Veneza e à Hungria para investigar a situação e, convencido de que a grandiosidade da causa correspondia às suas exigências, planejou uma cruzada, originalmente para ser comandada por ele mesmo, com Luís d'Orléans e o duque de Lancaster. No fim, nenhum dos três foi. É de duvidar que a defesa contra os turcos fosse considerada um interesse europeu vital. O interesse pessoal de Borgonha ao patrocinar a cruzada era engrandecer-se, e à sua casa, e, como era o príncipe do auto-engrandecimento, o resultado foi que a exibição de opulência tornou-se o tema dominante; planos, logística e informações sobre o inimigo vinham em segundo lugar, quando vinham.

O primeiro problema, como sempre, era o financiamento. Em 1394, Borgonha pediu uma ajuda de 200 mil libras de Flandres, apesar do seu empobrecimento pelos anos de guerra civil. Cansativas barganhas dos flamengos reduziram a soma para 130 mil, o bastante para iniciar preparativos de insuperado luxo em roupas, embora não em armas. Em janeiro de 1395, o duque mandou um segundo irmão Tremoille, Guillaume, para informar Sigismundo de que um pedido oficial de ajuda ao rei da França seria recebido favoravelmente.

Quatro imponentes cavaleiros húngaros e um bispo chegaram a Paris em agosto. Disseram à corte que o sultão Bajazé estava reunindo um exército de quarenta mil homens a fim de sujeitar a Hungria à mesma sorte da Bulgária, Valáquia e Sérvia, e que, a menos que os franceses mandassem ajuda, o rei da Hungria estaria reduzido à última desgraça, dentro em pouco. Contaram como os cruéis turcos mantinham os cristãos em masmorras, levavam crianças para serem convertidas ao islã, defloravam donzelas, não poupavam ninguém e nada do sacrilégio. O rei da Hungria tinha enfrentado em batalha, várias vezes, esse temível e poderoso inimigo, com resultados infelizes. Por mais doloroso que fosse reconhecer isso, “o destino dos cristãos nos obriga a dizê-lo”. O rei Sigismundo implorava ajuda “em nome do parentesco e do amor de Deus”.

Uma vez decidido o casamento inglês, o rei Carlos pôde responder que, “como chefe dos reis cristãos”, cabia-lhe impedir que a cristandade fosse pisoteada pelo

sultão e punir essa afronta. O entusiasmo foi geral. O conde d'Eu, agora condestável de França, e Boucicaut, agora marechal, declararam ser dever de todo homem de valor empreender batalha contra os "incrêus", palavra geralmente usada tanto para muçulmanos como para camponeses e trabalhadores, e indicativa de desprezo. Carregados de presentes e garantias de ajuda, os enviados húngaros voltaram, espalhando a notícia da cruzada francesa pela Alemanha e Áustria e tomando medidas para a sua passagem.

Ao voltar da Itália, dois meses depois da visita dos húngaros, Coucy encontrou a corte em grande agitação pela cruzada, e não perdeu tempo em juntar-se a ela. Segundo o hábito de sua classe, ele não ficava em casa, se pudesse sair. Borgonha, Orléans e Lancaster se tinham afastado da empresa, devido às negociações com a Inglaterra, que exigiam sua presença — ou à relutância em deixar a proximidade do trono. A casa de Borgonha, porém, continuava firme, na pessoa do filho mais velho do duque, João de Nevers, de 24 anos, ainda não sagrado cavaleiro, a quem o pai queria dar o comando nominal da cruzada. Predestinado Caim (na frase de Michelet) contra o Abel que seria seu primo Luís d'Orléans, o conde de Nevers ainda não mostrava muitos indícios do caráter decisivo que surgiria após a morte do pai. Como duque, seria conhecido como Jean Sans Peur (João Sem Medo), ao que parece porque não tinha medo de fazer o mal. Casado aos 14 anos no famoso casamento duplo, ele já era duas vezes pai. Pequeno, de cabeça grande, feições duras, de maneiras bruscas e sem elegância no vestir, era o oposto em tudo, exceto na ambição, de seu soberbo e encantador primo Luís. "A natureza", escreveu Michelet, "parecia tê-lo criado com o propósito de odiar o duque d'Orléans".⁹

Embora o sangue real e a posição de Nevers dessem *éclat* à causa, seu pai reconhecia a necessidade de um comando mais responsável, que evidentemente não esperava do condestável d'Eu ou do marechal Boucicaut, ambos com menos de 35 anos. Voltou-se para Coucy como o estadista mais antigo e o guerreiro mais experimentado — depois da desgraça de Clisson — no reino.

Desde que marchara pela primeira vez contra os ingleses, aos 15 anos, e aos 18 caçara os participantes da Jacquerie, o âmbito da experiência de Coucy se ampliara com uma extraordinária variedade de combates, diplomacia, governo, e relações sociais e políticas. Como genro de Eduardo III, tendo dupla fidelidade para com dois reis em guerra entre si, sua posição tinha sido excepcional. Conhecia a guerra como capitão e como um dos supremos comandantes em 11 campanhas — Piemonte, Lombardia, Suíça, Normandia, Languedoc, Toscana, Norte da França, Flandres, Guéldria, Tunísia e Gênova; tinha comandado mercenários e lutado como aliado ou adversário do conde de Savóia, de Gregório XI, de Hawkwood, dos Viscontis, dos Habsburgos, dos suíços, dos navarrenses, dos gascões, dos ingleses, dos berberes, da República de Florença e dos nobres de Gênova. Como diplomata, tinha negociado com o papa Clemente VII, o duque da Bretanha, o conde

de Flandres, a rainha de Aragão, com os ingleses nas conversações de paz, e os rebeldes de Paris. Tivera uma mulher temperamental e extravagante oito anos mais velha do que ele, e uma segunda, aproximadamente trinta anos mais nova. Tinha servido como conselheiro e agente dos dois duques reais, d'Anjou e d'Orléans, como governador da Picardia e, mais tarde, de Guiena, como membro do Conselho Real, como *grand bouteiller* de França, e duas vezes tinha sido escolhido para condestável. Havia conhecido e tratado com todos os tipos de personagens, desde o ultramalvado Carlos de Navarra até o ultravirtuoso Pedro de Luxemburgo.

Não é de surpreender que o duque e a duquesa de Borgonha o mandassem chamar e dissessem: “Senhor, sabemos que, bem acima de todos os outros cavaleiros de França, sois o mais habituado e entendido em todas as coisas, portanto pedimos encarecidamente que sejais o companheiro de nosso filho nessa viagem e seu principal conselheiro.”

“*Monseigneur, madame*”, respondeu Coucy, “eu irei, primeiro por devoção, para defender a fé de Jesus Cristo; segundo, porque me fazeis grande honra encarregando-me de *monseigneur* João, vosso filho. Procurarei desincumbir-me de todas as coisas da melhor maneira que puder”.

Acrescentou, porém, que preferia que o excusassem da tarefa e a conferissem antes ao conde d'Eu ou ao conde Jacques de la Marche, ambos parentes de Nevers. (Como um d'Artois, d'Eu tinha o sangue Valois, uma das principais razões pelas quais era condestável, enquanto de la Marche, o mais jovem dos cruzados, “sem barba nem bigode”, era um Bourbon.)

“*Sire* de Coucy”, respondeu o duque, “já vistes muito mais do que esses dois e conheceis melhor as disposições de um exército em países estrangeiros do que nosso primo d'Eu ou de la Marche; portanto, nós vos escolhemos e pedimos que aceiteis nossa solicitação”. Coucy curvou-se, dizendo: “Vosso pedido é uma ordem”, e concordou em aceitar, se tivesse a ajuda de Guy e Guillaume de Tremoille e do almirante de Vienne. É evidente que também ele, com uma infeliz intuição, não tinha grande confiança nos homens mais jovens.

Como o problema do comando seria crucial no resultado da cruzada, a tentativa de Borgonha de nomear um “principal conselheiro” é significativa, quer o relato que Froissart faz da entrevista seja ou não literal. Escrever a história em termos de discurso direto era uma licença dos cronistas medievais. O mesmo fez Tucídides. Se aceitarmos o discurso de Péricles aos atenienses, não precisaremos hesitar ante a fala de Borgonha a Coucy. Ela tem sido questionada sob a alegação de que o nome de Coucy não aparece como “principal conselheiro” — ou nem aparece — na relação final dos principais conselheiros de Nevers, que eram os dois Tremoilles e Odard de Chasseron, todos da corte borgonhesa, juntamente com Filipe de Bar e o almirante de Vienne. Coucy, d'Eu, Boucicaut, de la Marche e Henri de Bar constituem uma lista à parte, que Nevers podia consultar “quando lhe parecesse conveniente”. Como estruturação de comando de uma campanha militar, isso tinha falhas. Pode refletir certo desacerto entre Nevers e seu pai; mais fundamentalmente, reflete a ausência de um *conceito* de comando unitário.

Privados de ocupação com a paz com a Inglaterra, os cavaleiros tomaram a cruz com satisfação, "para escapar à ociosidade e empregar-se na cavalaria". Cerca de dois mil cavaleiros e escudeiros, ao que se disse, teriam aderido, apoiados por seis mil arqueiros e soldados a pé, entre os melhores voluntários e mercenários disponíveis. Tal como havia fixado um padrão de opulência no casamento duplo, Borgonha determinou agora que o equipamento para a estréia do filho na guerra devia ser mais esplêndido do que nunca. A companhia pessoal de Nevers, de duzentos homens, foi abastecida com novas librés de "verde alegre", com 24 carroças de tendas e pavilhões de cetim verde, quatro enormes bandeiras pintadas com o emblema da cruzada: uma imagem da Virgem cercada pelos lírios de França e as armas de Borgonha e Nevers. Pendões para lanças e tendas, tabardos para os corneteiros, coberturas de veludo para selas e roupas heráldicas para 12 trombeteiros foram todos bordados com os mesmos emblemas em ouro e prata, muitos incrustados de jóias e marfim. Equipamento de cozinha foi fabricado especialmente para a campanha, bem como utensílios de peltre, no total quarenta dúzias de travessas e trinta dúzias de pratos. Quatro meses de soldos tiveram de ser pagos antecipadamente antes da partida. O custo de tudo isso foi superior ao dinheiro fornecido por Flandres. Novos impostos foram criados em todos os domínios de Borgonha, inclusive a ajuda tradicional para a elevação a cavaleiro do filho mais velho e para a viagem a além-mar. O pagamento, em lugar de participação na cruzada, foi arrancado até mesmo de velhos, mulheres e crianças. Para as necessidades em viagem, o duque negociou empréstimos das municipalidades, de arrendadores de impostos, de banqueiros lombardos e outros.¹⁰

O esplendor competitivo governou os preparativos. Os custos de Coucy foram cobertos, em parte, por Luís d'Orléans, que lhe pagou as seis mil libras restantes, relativas à campanha de Gênova, de uma só vez, mais duas mil libras para seu genro Henri de Bar e as despesas de 17 cavaleiros e escudeiros da comitiva de Luís, que seguiriam a bandeira de Coucy.

Entre os aliados estrangeiros estavam primeiro os Cavaleiros Hospitalários de Rodes, que, desde o declínio de Constantinopla e Chipre, tinham a posição cristã predominante no Levante; em segundo lugar vinham os venezianos, que forneceram a frota; e, em terra, os príncipes germânicos da Renânia, Baviera, Saxônia e outras partes do império, recrutados pelos húngaros, e que se juntaram aos franceses a caminho. Aventureiros de Navarra e Espanha, Boêmia e Polônia, onde arautos franceses tinham proclamado a cruzada, a ela se uniram individualmente. Os Estados italianos estavam por demais empenhados em suas hostilidades internas para mandar contingentes, e a suposta presença inglesa, da qual tanto se falou, é imaginária. Não há registro do financiamento necessário para mandar uma força inglesa ao exterior, nem de necessária permissão real para deixar o país. Nem Henrique de Bolingbroke, nem outro "filho do duque de Lancaster", poderia ter comandado um contingente inglês, já que eles e a maioria dos principais nobres ingleses estavam presentes ao casamento de Ricardo, cinco meses depois da partida da cruzada. A menção esporádica da participação inglesa pode ser explicada pela presença dos

Hospitalários de língua inglesa que se juntaram a seus irmãos de Rodes. A questão que perdura não é a presença dos ingleses, mas sim a razão de sua ausência. É possível que o desentendimento entre o rei Ricardo e Gloucester se tivesse agravado e cada qual precisasse manter seus partidários perto de si; ou é possível que a animosidade fomentada pela prolongada guerra tivesse penetrado muito fundamente na velha fraternidade da cavalaria, deixando os ingleses sem gosto por uma cruzada liderada pelos franceses.¹¹

O entusiasmo não foi geral. O sogro de Nevers, Alberto, duque da Baviera e conde de Hainaut, não se impressionou com a necessidade de expulsar os turcos ou defender a fé. Quando seu filho, Guilherme de Ostrevant, com muitos jovens cavaleiros e escudeiros, manifestou o desejo de ir, o duque Alberto disse-lhe secamente que seu desejo era " vaidade " e perguntou que razão tinha ele " para tomar armas contra um povo e um país que nunca nos fizeram mal ". Disse que Guilherme faria melhor em usar suas forças para recuperar a propriedade da família ilegalmente ocupada pelos senhores vizinhos de Frísia. Recebendo, de qualquer forma, uma empresa marcial, Guilherme teve satisfação em obedecer. A fronteira oriental da Europa estava distante e, tendo em vista as comunicações da época, os turcos pareciam a muitos europeus pouco mais do que um nome.

O cisma papal não perturbou a empresa. Bonifácio, o papa romano, a quem a Hungria, Veneza e os germânicos prestavam obediência, vinha pregando ativamente a cruzada de 1394. Queria o prestígio, como seu finado rival Clemente tinha desejado o prestígio de patrocinar um santo. O papa Bento, de Avignon, patrocinou os franceses. A pedido de Borgonha, ele deu a habitual absolvição plenária aos cruzados e especial permissão para se alojarem com os " cismáticos " (os cristãos gregos) e os infiéis.

A partida de Dijon, a 30 de abril de 1396, foi um espetáculo soberbo, que não podia deixar de entusiasmar os observadores. Mézières, porém, não pôde regozijar-se com a realização do seu sonho. A humildade dos peregrinos, escreveu ele, não adornava a grande parada: " Eles vão como reis, anteceditos de menestrelis e arautos vestidos de púrpura e roupas ricas, fazendo grandes banquetes de comidas abusivas ",¹² e gastando num mês mais do que deviam gastar em três. Aconteceria o mesmo que nas expedições anteriores, arruinadas pela extravagância e indisciplina, motivadas pelo amor que a ordem da cavalaria tinha " por uma das maiores damas do mundo — a Vaidade ".

A rota dos cruzados levou-os via Estrasburgo, atravessando a Baviera até o Alto Danúbio, e dali, usando o rio como meio de transporte, para um encontro com o rei da Hungria em Buda (Budapeste), de onde os dois exércitos deveriam partir contra os turcos. Os objetivos, embora vagos, não eram modestos. Depois de expulsar os turcos dos Bálcãs, os cruzados planejavam ir em ajuda de Constantinopla, atravessar o Helesponto, marchar pela Turquia e Síria para libertar a Palestina e o Santo Sepulcro, voltando, após esses triunfos, por mar. Medidas foram tomadas para que a armada veneziana e as galeras do imperador Manuel bloqueassem os turcos no mar de Mármara, e para que os venezianos subissem o Danúbio, a partir

do mar Negro, para encontrar-se com os cruzados na Valáquia, em julho. Tão grandioso quanto a projetada invasão da Inglaterra e a marcha sobre Roma, o plano não se deixava influenciar por frustrações passadas. Nem tinha o sítio de Mahdia, do qual participaram muitos dos mesmos chefes, modificado o seu desprezo pelo infiel como inimigo. As fileiras da ordem da cavalaria ainda acreditavam que nada podia resistir à sua bravura.

As regras disciplinares foram aprovadas por um conselho de guerra a 28 de março, determinando que o nobre que causasse perturbação perderia cavalo e arreios, o pajem que sacasse a faca numa briga perderia a mão, quem roubasse perderia uma orelha. A questão mais séria da obediência às ordens — que regulamentos militares desde a época de João II tinham tentado resolver, sem conseguir — não foi mencionada. O conselho de 28 de março acrescentou a determinação final que seria decisiva em Nicópolis: "Item, que [em combate] o conde e sua companhia têm direito à vanguarda." O sentimento que a cavalaria tinha de si mesma exigia que a coragem fosse provada na primeira linha. A vitória, porém, exigia mais do que isso.

Coucy não viajou com o corpo principal do exército porque foi destacado para uma missão junto ao senhor de Milão. Irritado com a retirada de Gênova de sua esfera de influência, Gian Galeazzo manobrava para evitar a transferência de sua soberania para o rei da França. Coucy foi mandado para advertir que sua interferência seria considerada como um ato hostil. Havia, atrás da disputa, algo mais do que Gênova. Gian Galeazzo voltara-se contra a França, com amargura, embora não às claras, porque sua amada filha Valentina estava sofrendo uma campanha de difamação que a acusava de enfeitiçar ou envenenar o rei.¹³ Os boatos caluniosos eram obra da rainha Isabeau, que desejava afastar Valentina, talvez por ciúme de sua influência junto ao rei, ou para facilitar seu próprio caso com Orléans, ou como parte das constantes maquinações de Isabeau com Florença, contra Milão, ou um pouco de cada coisa. Murmurados pelas tavernas e mercados, entre um público pronto a acreditar em coisas más ligadas ao estrangeiro italiano, os boatos tornaram-se tão intensos que multidões com gritos ameaçadores juntaram-se em frente à residência de Valentina. Luís d'Orléans não fez qualquer esforço para defender a esposa, mas antes cooperou com o objetivo de Isabeau, afastando-a de Paris sob a desculpa de garantir-lhe a segurança. Ela passaria, desde então, a viver exilada em sua residência de campo em Asnières-sobre-o-Sena, onde morreu 12 anos depois.

O afastamento de Valentina ocorreu em abril, o mês da partida dos cruzados, e foi visto com preocupação pelo pai, que a adorava. Ele ameaçou mandar cavaleiros para defender a honra da filha, mas seus contemporâneos acreditavam que fez mais do que isso. Para vingar-se da França, dizia-se que informou Bajazé do plano de campanha dos cruzados e o manteve a par do avanço.¹⁴ A acusação a Gian Galeazzo foi, provavelmente, produto da animosidade "francesa e da busca de alguém sobre quem lançar a culpa do resultado terrível, mas também poderia ser verdade. Um Visconti não recua da vingança, sobretudo o homem que tinha mandado tão friamente o tio para a prisão e a morte.

Não é impossível que Coucy tenha, inadvertidamente, revelado os planos de campanha dos cruzados ao seu anfitrião em Pavia. Gian Galeazzo era um príncipe estranho, sombrio, sigiloso, que teria disfarçado seus sentimentos paternos. Em relação a Gênova, porém, a intervenção de Coucy foi bem-sucedida; a soberania foi devidamente transferida para o rei da França no mês de novembro seguinte. Coucy, acompanhado por Henri de Bar e seus seguidores, deixou Milão em maio com destino a Veneza, onde requisitou um navio do senado veneziano a 17 de maio para atravessar o Adriático. Embarcou a 30 de maio de Senj (Segna), pequena cidade portuária na costa da Croácia. Faltam informações sobre seu itinerário a partir daí, mas a escolha de Senj parece indicar que ele e sua comitiva viajaram para Buda (Budapeste) pelo caminho mais reto, um percurso de cerca de 500 km, através de terreno acidentado, selvagem e perigoso.

Chegou ao ponto de encontro antes de Nevers, que não tinha pressa. Parando ao longo do Alto Danúbio para refeições e festas oferecidas pelos príncipes germânicos, Nevers e sua brilhante companhia em verde e dourado não chegaram sequer a Viena até 24 de junho, um mês depois da vanguarda comandada por d'Eu e Boucicaut. Uma frota de setenta navios com um carregamento de vinho, farinha, feno e outros abastecimentos foi enviada de Viena, Danúbio abaixo, enquanto Nevers divertia-se com novas festas oferecidas pelo marido de sua irmã, Leopoldo IV, duque de Áustria. Depois de tomar emprestada de seu cunhado a enorme soma de 100 mil ducados, cuja arrecadação levou algum tempo, Nevers chegou finalmente a Buda, em algum momento de julho.

Sigismundo recebeu seus aliados com uma alegria à qual se misturava uma certa preocupação. Embora os nobres húngaros tivessem tomado a cruz com entusiasmo, a lealdade que lhe tinham não era perfeita, e previa dificuldades no problema de uma marcha combinada e uma estratégia coordenada com os visitantes. Os franceses não estavam dispostos a aceitar conselhos, e seus hábitos de saque e banditismo, que se tornaram rotineiros nos últimos cinquenta anos de guerra, já haviam sido demonstrados na marcha pela Alemanha.

A estratégia também tinha de ser coordenada com o ardente cruzado Filipe de Naillac, grão-mestre dos Hospitalários, e com os representantes da frota veneziana. Os 44 navios de Veneza, que levavam os Hospitalários de Rodes, atravessaram o Egeu e entraram no mar de Mármara, e alguns continuaram até o mar Negro e subiram o Danúbio, sem encontrar ação hostil. Inferiores no mar, os turcos não os desafiaram e os venezianos não voltaram seus navios para bloqueá-los na Ásia, o que sugere estar Bajazé e grande parte de suas forças já no lado europeu.

Os desentendimentos marcaram imediatamente o Conselho de Guerra em Buda. Sigismundo aconselhou que esperassem que os turcos tomassem a ofensiva, travando-se a batalha quando alcançassem as fronteiras da Hungria, onde ele exercia o controle, evitando-se assim as dificuldades de uma longa marcha e as incertezas a serem encontradas no duvidoso território dos cismáticos. Tinha comandado uma campanha contra os turcos na Valáquia, no ano anterior, em consequência da qual Bajazé mandou arautos declarar guerra e anunciar sua intenção de estar

na Hungria antes do final de maio. O sultão tinha apregoado que, depois de expulsar Sigismundo da Hungria, continuaria até a Itália, onde hastearia suas bandeiras nos morros de Roma e alimentaria seu cavalo com aveia nos altares de São Pedro.

Mas até agora, final de julho, ele não tinha aparecido. Grupos de reconhecimento enviados por Sigismundo até o Helesponto não viram sinais do grão-turco, levando os franceses a considerá-lo um covarde, que não ousava enfrentá-los. Sigismundo assegurou-lhes que o sultão viria e era melhor deixá-lo estender suas linhas numa longa marcha do que eles mesmos realizarem. Mas com sua reputação de peso leve, Sigismundo não tinha a autoridade, nem a força de caráter, nem o prestígio, para impor sua opinião. Os franceses insistiriam em que expulsariam os turcos da Europa onde quer que os encontrassem, e vangloriavam-se de que "se o céu estivesse caindo eles o sustentariam com as pontas de suas lanças".

Escolhido porta-voz dos aliados (o que tendia a confirmar sua posição de "principal conselheiro"), Coucy rejeitou uma estratégia defensiva. "Embora as ameaças do sultão sejam mentiras", disse ele, "não nos devem impedir os feitos de armas e a perseguição de nossos inimigos, pois foi para isso que viemos". Disse que os cruzados estavam dispostos a procurar o inimigo. Suas palavras foram apoiadas por todos os franceses e aliados estrangeiros presentes ao Conselho, embora despertassem um ciúme fatal no conde d'Eu que, como condestável, pretendia a precedência como porta-voz.

Sigismundo foi forçado a concordar, pois àquela altura dificilmente poderia recuar. A marcha continuou, descendo pela margem esquerda do Danúbio. Parte do exército húngaro desviou-se para o Norte, a fim de recolher as forças dos relutantes vassallos da Valáquia e Transilvânia. O grosso dos aliados acompanhou o largo, raso e monótono rio, onde a única vida era o trêmulo reflexo das aves aquáticas na água barrenta e um ocasional bote de pescador, mostrando a proa entre os juncos que cobriam as margens. O restante dos húngaros, sob Sigismundo, fechava a retaguarda. A indisciplina e a licenciosidade dos franceses aumentaram, segundo se disse, à medida que avançavam. Eram servidos jantares com os melhores vinhos e as mais caras comidas, transportadas de barco. Cavaleiros e escudeiros divertiam-se com as prostitutas que tinham levado, e esse exemplo estimulou os homens a ofender as mulheres dos lugares por onde passavam. A arrogância e a frivolidade dos franceses irritavam seus aliados, provocando constantes conflitos. O saque e a brutalidade contra os habitantes tornavam-se incontrolláveis, à medida que entravam em terras cismáticas, afastando ainda mais povos já hostis à Hungria. Apavorados com esse comportamento sob a bandeira da Virgem e pela causa da cruz, os padres que acompanhavam a cruzada pediram disciplina e ameaçaram em vão com a ira de Deus. "Era como se estivessem falando com um burro surdo", disse o monge de St. Denis.

A relação dos "males, roubos, lubricidades e coisas desonestas" cometidos pelos franceses, contada por ouvir dizer, é longa, explícita e cresceu com os séculos. O monge de St. Denis, baseando sua descrição da cruzada no que lhe contou um sobrevivente, inflama-se de desaprovação moral. Trata os cruzados franceses com o

maior desprezo e censuras, denunciando-os pela imoralidade e pelas blasfêmias, pelo jogo de dados, “o pai das trapças e mentiras”, e advertindo repetidamente de um possível resultado sombrio para punir sua maldade. Tomando a deixa, historiadores que vieram depois dele demoraram-se no tema da bacanal perpétua, dos jovens cavaleiros que passavam dias inteiros com mulheres decaídas em prazeres vergonhosos, de soldados afogados no vinho. Impossível saber a verdade, pois devemos lembrar que até mesmo os relatos contemporâneos foram escritos *ex post facto*, quando a reação natural é responsabilizar o fracasso moral dos cruzados pela tragédia da cruzada. Se tivessem sido vitoriosos, teriam sido acusados de vilanias tão variadas e bem descritas?

Em Orsova, onde o Danúbio se estreita no desfiladeiro chamado de Portas de Ferro, a expedição passou para a margem direita. A travessia, em pontões e barcos, consumiu oito dias, mas não porque o exército tivesse os cem mil soldados que por vezes se sugeriu. Para que esse número atravessasse seria necessário um mês. Os cronistas em geral procuravam fazer com que os números correspondessem ao horror do acontecimento. Como a Peste Negra, a batalha de Nicópolis lançaria uma sombra tão sinistra que alguns elevam o número de combatentes até quatrocentos mil, os cronistas de cada lado atribuindo ao inimigo efetivos duas vezes maiores do que os seus. O que mais se aproxima de um número real é o alemão Schiltberger, participante da batalha, e não um cronista. Criado — ou “mensageiro”, como se intitula — de um nobre bávaro, era um rapaz de 16 anos quando foi aprisionado pelos turcos em Nicópolis, e escreveu, ou mais provavelmente ditou, sua narrativa simples e direta, baseada na memória, quando por fim conseguiu voltar para a sua terra, depois de trinta anos de servidão entre os turcos. Ele calcula o total das forças cristãs em 16 mil homens. Historiadores alemães do século XIX chegaram, por vários processos complicados, a um número de cerca de 7.500 a nove mil para os cristãos, e alguma coisa entre 12 mil e vinte mil para os turcos. Notam, de passagem, a impossibilidade de alimentar os homens e cavalos com os recursos locais, se seu número se contasse por dezenas, e muito menos por centenas, de milhares. (Quinhentos anos depois, no mesmo campo de batalha, na guerra russo-turca de 1877, como um recente estudioso do problema observou, as forças em choque elevavam-se a oito mil turcos contra cerca de 14 mil russos.)¹⁵

Vidin, a capital da Bulgária ocidental, que estava sob suzerania turca, foi a primeira conquista dos cruzados. Seu príncipe nativo, não tendo grandes razões para lutar por um conquistador estrangeiro contra uma força esmagadora de invasores, rendeu-se prontamente, frustrando os franceses do combate. Embora o único sangue derramado fosse o de oficiais turcos da guarnição, o campo de Vidin serviu, mesmo assim, para que Nevers fosse armado cavaleiro, com trezentos companheiros seus. Sentiam aumentar sua confiança à medida que avançavam; as forças da guarnição turca eram suficientes para manter os búlgaros na vassalagem, mas não para desafiar o grande exército cristão.

O objetivo seguinte, 120km mais adiante, era Rachowa (Oryekova), grande fortaleza protegida por um fosso e muralhas duplas. Dispostos a realizar feitos de

armas, os franceses apressaram-se numa marcha noturna, para alcançá-la antes dos aliados, e chegaram ao amanhecer, exatamente quando os defensores turcos saíam para destruir a ponte sobre o fosso. Numa violenta luta, quinhentos homens de armas, inclusive Coucy, d'Eu, Boucicaut, de la Marche e Filipe de Bar, tomaram a ponte, mas, devido a uma resistência vigorosa, não puderam avançar enquanto Sigismundo não mandou reforços. Para que outros não partilhassem da honra da luta, Boucicaut teria rejeitado ajuda, mas apesar dele as forças combinaram-se e chegaram às muralhas ao anoitecer. Na manhã seguinte, antes que o combate pudesse ser renovado, os habitantes búlgaros conseguiram a rendição da cidade para Sigismundo, sob a condição de que seus bens e vidas seriam poupados. Violando a rendição, os franceses submeteram a cidade ao saque e massacre, alegando depois que o lugar tinha sido tomado de assalto, porque seus homens de armas já tinham escalado os muros. Mil prisioneiros, tanto turcos como búlgaros, foram tomados para resgate, e a cidade foi deixada em chamas. Os húngaros consideraram essa atuação como um insulto ao seu rei; os franceses acusaram os húngaros de tentar roubar-lhes a glória; as preocupações de Sigismundo confirmavam-se.

Deixando uma guarnição para ocupar Rachowa, o exército dividido avançou sobre Nicópolis, atacando e tomando um ou dois fortes e aldeias no caminho, mas deixando de lado uma cidadela, da qual fugiram emissários para levar a notícia do exército cristão ao sultão.

Onde estava Bajazé? Essa pergunta tem sido debatida interminavelmente. Estava ele ainda na Ásia, ou já em marcha? Ele chegaria a Nicópolis com uma força maciça três semanas depois da tomada de Rachowa; muito pouco tempo, mesmo levando-se em conta sua reputação de rapidez, para ter reunido e transportado seu exército através dos estreitos. A frota aliada, que poderia ter impedido sua passagem, não se empenhou em nenhuma ação naval. O mais provável é que Bajazé já estivesse na Europa, no sítio de Constantinopla, onde soube do plano de campanha dos cruzados — se já não estava informado por Gian Galeazzo —, interceptando correspondência entre Sigismundo e o imperador Manuel. Levantando o sítio, ele marchou com as forças que tinha, reunindo outras nas guarnições pelo caminho.

Como chave do controle do Baixo Danúbio e das comunicações com o interior, Nicópolis era essencial aos cruzados, que muito acertadamente fizeram dela seu objetivo estratégico. Avistaram a fortaleza, no alto de seu penhasco de calcário, a 12 de setembro. Uma estrada corria pelo estreito espaço entre a margem do rio e a base do penhasco. Um barranco dividia o penhasco em dois, dominando a cidade lá embaixo e descendo em acentuado declive para a planície. Como o castelo de Coucy, era um local feito pela natureza para dominar. A chamada fortaleza era, na realidade, um complexo de áreas ou cidades encerradas por duas muralhas fortificadas, a maior delas na falésia, e a menor abaixo, cada uma contendo construções militares, civis e religiosas, e, na maior, um bazar ou rua de lojas. Os franceses não tiveram dificuldades em reconhecer um objetivo tão formidável quanto Mahdia, mesmo sem saber que estava bem abastecido de armas e mantimentos, e era comandado por um decidido governador turco, Dogan Bey. Convencido de que o

sultão teria de vir em defesa de baluarte tão importante, o governador estava preparado para lutar, ganhar tempo e resistir, se necessário, até o fim.

Os franceses não levavam catapultas nem outras armas de sítio, como não as tinham levado contra a Barbaria. Os recursos tinham sido investidos em sedas, veludos e bordados a fio de ouro, o espaço de carga fora tomado por vinhos e provisões festivas. Por que arrastar máquinas pesadas por 1.500km, através da Europa, para usá-las contra um inimigo desprezível? Alguma coisa fundamental na cultura determinava essas escolhas.

Boucicaut não deu importância à falta de armas de sítio. "Não importa", disse ele, as escadas podiam ser feitas com facilidade e, se usadas por homens corajosos, valiam mais do que catapultas. Fanático da ordem da cavalaria, Boucicaut tinha servido, aos 12 anos, como pajem do duque de Bourbon na campanha da Normandia, fora armado cavaleiro aos 16 em Roosebeke, aos 24 sustentou a liça por trinta dias em St. Ingelbert, o mais admirado feito de sua geração. Dois anos depois, em 1391, foi designado marechal. Incapaz de tolerar a inatividade, tinha ido por duas vezes combater com os Cavaleiros Teutônicos na Prússia e, posteriormente, ao Oriente, para resgatar o conde d'Eu no Cairo e visitar Jerusalém. Em honra a um episódio na Tunísia, quando os sarracenos teriam sido impedidos de atacar por terem descido do céu duas belas mulheres de branco, trazendo uma bandeira com a cruz em vermelho, ele criou a Ordem da Dama Branca, com a finalidade de fazer defensores do sexo frágil onde quer que fossem necessários. Era o exemplo ideal, mas não a norma, da cavalaria, e bem poderia ter expressado (embora as palavras sejam de Jean de Beuil, um cavaleiro do século seguinte) o motivo que inspirou sua classe numa era do combate pessoal:

Como é sedutora a guerra! Quando sabemos ser justa a nossa causa e estar nosso sangue preparado para o combate, as lágrimas nos vêm aos olhos. O coração sente uma doce fidelidade e piedade ao ver o amigo expor seu corpo para realizar e cumprir o mandamento do seu Criador. Junto dele, estamos prontos para viver ou morrer. Isso nos proporciona uma deliciosa sensação que ninguém que já a experimentou saberá jamais explicar. Achem que quem sentiu isso pode ter medo da morte? Nunca, pois está tão reconfortado, tão extasiado que não sabe onde está e realmente nada teme.¹⁶

Nem o assalto impetuoso, nem minas com profundidade suficiente para conter três homens de pé podiam forçar a entrada em Nicópolis. A falta de máquinas de sítio e as encostas muito inclinadas impossibilitavam a tomada de assalto, exigindo um sítio. Os cruzados cercaram Nicópolis por todos os lados, vigiaram rigorosamente todas as saídas e, com a colaboração do bloqueio aliado no rio, instalaram-se para esperar que a guarnição e os moradores se rendessem pela fome. Passaram-se duas semanas, durante as quais a disciplina afrouxou-se, foram realizadas festas, jogos, orgias e ocorreram manifestações de desprezo pelo inimigo invisível. Os aliados foram convidados a esplêndidos jantares em tendas ornamentadas com quadros; os nobres trocavam visitas, exibindo-se a cada dia com novas roupas de mangas longas e os usuais sapatos de ponta. Apesar da hospitalidade, o sarcasmo e as pilhérias sobre a coragem dos seus aliados agravaram ainda mais o mal-estar no

exército. Com as bebedeiras e o descaso, não eram colocadas sentinelas. Os nativos da região, alienados pelo saque, não davam informações. Os forrageiros, porém, indo cada dia mais longe, traziam rumores da aproximação dos turcos.

Na verdade, o sultão, com a cavalaria e a infantaria, tinha àquela altura passado por Adrianópolis e avançava a passo forçado sobre o desfiladeiro de Shipka, em direção a Tirnovo. Um grupo de reconhecimento de quinhentos soldados húngaros montados, enviados por Sigismundo, chegou às vizinhanças de Tirnovo, cerca de 100km para o Sul, voltando com a notícia de que o grão-turco realmente se aproximava. A mesma informação, passada aos sitiados e desesperados moradores de Nicópolis, provocou gritos de comemoração e o barulho de trombetas e tambores, considerados por Boucicaut como uma armadilha. Convencido de que os turcos jamais ousariam atacar, ele ameaçou cortar as orelhas de quem divulgasse rumores de sua aproximação, que seriam desmoralizadores para o acampamento.

Coucy sentia-se menos inclinado a permanecer na ignorância dos acontecimentos, motivado por orgulho, e compreendia ser necessária alguma ação para entusiasmar o acampamento. "Vamos descobrir como são os nossos inimigos", disse ele. Segundo o relato de um veterano ao cronista Jehan de Wavrin, cinquenta anos depois, Coucy era sempre gentil com os aliados locais e estava "disposto a ter consigo os bons companheiros da Valáquia, que conheciam bem os costumes e estratégias dos turcos". Sendo sempre um guerreiro prático, foi um dos poucos que se preocupavam com a natureza e o paradeiro do inimigo. Com Renaud de Roye e Jean de Saimpy, camareiro de Borgonha, e uma força de quinhentas lanças e quinhentos arqueiros montados, ele dirigiu-se para o Sul. Informado de que uma grande força turca aproximava-se por um desfiladeiro, destacou um grupo de duzentos homens montado para atacar o inimigo e, fingindo uma retirada, atraí-lo a uma perseguição, enquanto o resto da sua força, escondida numa emboscada, o atacaria pela retaguarda.¹⁷ Era uma tática usada sempre que o terreno era favorável, e teve completo êxito naquela ocasião. Quando os turcos passaram, os cruzados deixaram seu esconderijo entre as árvores, gritando: "Que Nossa Senhora esteja com o *sire* de Coucy!", e caíram sobre eles pela retaguarda, enquanto a vanguarda francesa, dando meia-volta em sua fingida fuga, atacava pela frente. Confundidos, os turcos não puderam agrupar-se e sofreram pesadas baixas. Sem piedade, a força de Coucy matou todos os que pôde e deixou o campo de batalha "satisfeita por poder escapar dali e voltar tal como tinha vindo".

A vitória de Coucy arrancou o acampamento de suas frivolidades, mas com duas conseqüências infelizes: aumentou a confiança dos franceses e agravou o ciúme do condestável, "pois ele viu como *sire* de Coucy tinha a admiração de toda a companhia e também dos estrangeiros". Fomentando a discórdia, ele acusou Coucy de colocar o exército em perigo por uma bravata e de privar Nevers da liderança e da glória.

Sigismundo convocou um conselho de guerra. Propôs que os soldados valáquios a pé fossem mandados à frente para enfrentar a vanguarda do inimigo, habitualmente formada de uma massa de recrutas sem preparo, que os turcos manda-

vam à frente da força principal, sobretudo para a pilhagem. Na batalha, eles ficavam expostos ao peso do ataque do inimigo, para cansá-lo. Não eram dignos, disse Sigismundo, de lutar com cavaleiros. Quando o choque do contato tivesse sido absorvido pelos soldados plebeus, a cavalaria francesa, formando a linha de frente dos cruzados, podia entrar na batalha completa e descansada. Os húngaros e os aliados iriam em seguida, para apoiar o ataque e impedir que os *sipahis*, ou a cavalaria turca, atacassem os flancos. A honra e a glória da batalha, teria concluído Sigismundo, não estavam nos primeiros golpes, mas nos últimos — nos golpes que terminavam o combate e decidiam a vitória.

D'Eu fez objeções irritadas. Os cavaleiros franceses não tinham vindo a tão longe, disse ele, para ser precedidos na batalha por uma miserável milícia camponesa, mais habituada a fugir do que a lutar. O costume do cavaleiro não era seguir, mas liderar e estimular os outros com seu exemplo. "Ficar na retaguarda é desonrar-nos e expor-nos ao desprezo de todos." Além disso, como condestável, ele reivindicava o lugar à frente; quem estivesse adiante dele lhe faria insulto mortal — uma referência óbvia a Coucy. Boucicaut apoiou-o com veemência; Nevers, convicto de que os sabres e as cimitarras turcos não podiam resistir às lanças e espadas da França, foi facilmente convencido, com os jovens impetuosos de seu séquito. Sigismundo afastou-se para organizar seu próprio plano de batalha.

Ao que tudo indica — os relatos são confusos —, horas depois ele mandou um recado de que Bajazé estava agora a seis horas de marcha de Nicópolis. Os cruzados, que estavam festejando num jantar e embotados pelo vinho, correram em desordem, alguns desacreditando na informação, outros em pânico, outros armando-se apressadamente. Todas as falhas e dissensões da campanha evidenciaram-se num procedimento atroz. Supostamente por falta de homens para deixar como guardas, os prisioneiros de Rachowa foram massacrados, talvez com menos compunção por ser cismáticos e infiéis. Nenhum cronista diz quem deu a ordem, embora o monge de St. Denis e outros reconheçam ter sido um ato de "barbárie".

Ao amanhecer, formaram as fileiras sob as bandeiras dos líderes, e Sigismundo, numa última tentativa, mandou seu grão-marechal informar que apenas a vanguarda turca tinha sido avistada e argumentar contra uma ofensiva apressada, antes de se saber a que distância estava a força principal do sultão e quais as suas proporções. Batedores tinham sido enviados e voltariam dentro de duas horas com a informação necessária a um plano de batalha. Os cruzados podiam ficar tranqüilos, disse o marechal, pois, se esperassem, não corriam o risco de ser cercados. "Senhores, fazei como lhes digo, pois estas são as ordens do rei da Hungria e seu conselho."

Nevers, convocando às pressas o seu próprio conselho, pediu a opinião de Coucy e Vienne, que indicaram o cumprimento das recomendações do rei da Hungria, que lhes pareciam prudentes. "Ele tem o direito de nos dizer o que deseja que façamos", disse Coucy. D'Eu explodiu: "Sim, sim, o rei da Hungria quer ter a flor e a honra da batalha." Foi essa a sua única razão. "Nós somos a vanguarda. Ele nos concedeu isso, e agora quer retirar o que nos deu. Quem quiser que

acredite nele, mas eu, não.” Tomando sua bandeira, ele gritou: “Avante, em nome de Deus e de são Jorge, verão hoje como sou um cavaleiro valente!”

Esse discurso do insensato condestável, que só fora escolhido para esse cargo depois que dois o recusaram, foi considerado “presunçoso” por Coucy, ao pedir a opinião de Vienne, que, como cavaleiro mais velho, levava a bandeira soberana da cruzada. “Quando a verdade e a razão não podem ser ouvidas”, respondeu o almirante, “então a presunção é que governa”. Se o condestável queria lutar, disse ele, o exército tinha de o seguir, mas seriam mais fortes se avançassem junto com os húngaros e as forças aliadas. D’Eu recusou-se obstinadamente a esperar. A discussão azedou-se, com os impetuosos acusando os mais velhos de ser motivados não tanto pela prudência, mas sim pelo medo. Foram feitos, mutuamente, os habituais insultos à coragem do outro grupo. Se Coucy e Vienne acabaram concordando, é porque a prudência não pode resistir por muito tempo à mística do valor.

D’Eu ordenou o ataque com o sinal de avançar, estando ele próprio no comando da vanguarda. Nevers e Coucy comandavam o corpo principal do exército. Com as costas voltadas para a fortaleza e a cidade, os cavaleiros franceses, em seus cavalos de batalha, com armaduras tão brilhantes “que cada homem parecia um rei”, avançaram com seus arqueiros montados na direção do inimigo que descia do morro fronteiro. Era o dia 25 de setembro. Os hospitalários, germanos e outros aliados continuavam com o rei da Hungria, que já não controlava os acontecimentos.

O impacto do ataque francês esmagou facilmente os recrutas despreparados das linhas de frente turcas. Com o sabor da vitória, mesmo que fosse sobre adversários tão inferiores, os cavaleiros avançaram contra as linhas da infantaria treinada. Foram recebidos com rajadas mortíferas de flechas e fileiras de estacas pontudas que os turcos tinham cravado no chão, com as extremidades na altura da barriga dos cavalos. Como os franceses conseguiram rompê-las, não se sabe ao certo. Das numerosas versões diferentes, é impossível formar-se uma visão coerente dos movimentos e da fortuna no campo de batalha, mas apenas um caleidoscópio oscilante. Há referências a cavalos empalados, cavaleiros apeados, estacas arrancadas, presumidamente pelos auxiliares franceses. Os cavaleiros lutaram com a espada e a *acha-d’armas*, e pelo seu ardor e pelo peso de seus cavalos e armas parecem ter dominado e feito recuar a infantaria turca, que buscou refúgio atrás de sua cavalaria. Coucy e Vienne aconselharam uma pausa para descanso e restabelecer a ordem nas fileiras, bem como para dar tempo aos húngaros para chegarem, mas os mais moços, “ferendo de entusiasmo” e acreditando ver a vitória, insistiram na perseguição. Não tendo idéia dos efetivos do inimigo, achavam que tinham lutado até agora contra a totalidade da sua força.

As descrições falam de uma luta morro acima, dos *sipahis* descendo a toda brida pelos lados numa manobra de envolvimento, dos contingentes húngaros e estrangeiros colhidos num confuso combate na planície, de um estouro dos cavalos sem ginetes — evidentemente vindos da linha de estacas, onde, na confusão, os pa-jens não os puderam conter. À vista da correria, valáquios e transilvanianos con-

cluíram imediatamente que a batalha estava perdida e desertaram. Sigismundo, o grão-mestre de Rodes e os germanos reuniram suas forças contra o envolvimento turco e na luta houve um “massacre indescritível” de ambos os lados, quando um reforço crítico de 1.500 soldados sérvios montados deu a vantagem ao inimigo. Como vassalo do sultão, o déspota sérvio, Estêvão Lazarevich, poderia ter escolhido a neutralidade passiva, como os búlgaros, em cujo solo a batalha estava sendo travada, mas ele odiava mais os húngaros do que os turcos, e preferiu a fidelidade ativa ao seu senhor muçulmano. Sua intervenção foi decisiva. As forças de Sigismundo foram dominadas. Arrastados do campo de batalha por amigos, o rei e o grão-mestre escaparam para um barco de pesca no Danúbio e, sob uma chuva de flechas de seus perseguidores, conseguiram atingir um navio da frota aliada.

Os cruzados franceses, dos quais mais da metade estava desmontada, lutaram com suas pesadas armaduras até o alto do morro, onde esperavam encontrar os restos do exército turco. Em lugar disso, viram-se frente a tropas renovadas de *sipahis*, mantidas pelo sultão como reserva. “Os leões que neles havia transformaram-se em tímidas lebres”, escreve o monge de St. Denis impiedosamente. Com o áspero clamor de trombetas e tambores e o grito de guerra “Alá é grande!”, os turcos caíram sobre eles. Os franceses reconheceram o fim. Alguns desceram, fugindo, o morro; outros lutaram com a energia do desespero, “não sendo nenhum javali espumante nem lobo enraivecido mais feroz”. O braço do conde d’Eu, armado de espada, golpeava à direita e à esquerda com a coragem de que ele se tinha vangloriado. Boucicaut, tomado do orgulho do guerreiro combinado com a vergonha pelos seus erros, que haviam levado os companheiros àquela fatalidade, lutou com ilimitada audácia, abrindo um círculo de morte à sua volta. Filipe de Bar e Odard de Chasseron foram mortos. A bandeira de Notre-Dame na mão do almirante de Vienne oscilou e caiu. Sangrando de muitos ferimentos, ele a ergueu novamente e, quando tentava reanimar os que fugiam da luta, com o estandarte numa das mãos e a espada na outra, foi derrubado e morto. A destacada figura de Coucy foi vista “firme apesar dos fortes golpes das pesadas maças de couro dos sarracenos que lhe atingiam a cabeça” e de suas armas, que lhe batiam na armadura. “Pois ele era alto, corpulento e de grande força, e desfechava tais golpes que os cortava em pedaços.”¹⁸

Os turcos cercaram Nevers. Seus guarda-costas, prostrando-se em atitudes de submissão, apelaram sem palavras pela sua vida. Guerra santa ou não, o infiel estava tão interessado em ricos resgates quanto os outros, e pouparam o conde. Com a sua rendição, os franceses que restavam cederam. A batalha de Nicópolis estava perdida, o desmoronamento fora completo. Milhares de prisioneiros, todo o equipamento dos cruzados, suas provisões, bandeiras e roupas douradas, caíram em poder dos vencedores. “Desde a batalha de Roncesvalles, quando [todos] os 12 pares de França foram mortos, a cristandade não recebia um golpe tão grande.”

Embora Froissart não o soubesse, seu epitáfio para a cruzada estava historicamente certo. O valor dos franceses tinha sido extraordinário, e as perdas que causaram ao inimigo suficientes para mostrar que, se tivessem lutado unidos com seus

aliados, o resultado — e a história da Europa — teria sido diferente. Tal como as coisas aconteceram, a vitória dos turcos, repelindo o desafio ocidental e conservando Nicópolis, instalou-os firmemente na Europa, provocou a queda de Constantinopla e selou seu domínio da Bulgária pelos quinhentos anos que se seguiram. “Perdemos a batalha devido ao orgulho e à vaidade desses franceses”, Sigismundo disse ao grão-mestre; “se tivessem aceito o meu conselho, teríamos homens suficientes para lutar contra nossos inimigos”.¹⁹

A derrota teve uma conseqüência terrível. Ao percorrer o campo de batalha, esperando encontrar o cadáver do rei da Hungria — e encontrando o de Vienne com a bandeira ainda na mão inerte —, Bajazé foi “tomado de dor” à vista de suas baixas, que eram muito mais numerosas que as cristãs. Jurou que não deixaria de vingar o sangue de seus soldados, e a descoberta do massacre dos prisioneiros de Rachowa aumentou sua raiva.²⁰ Mandou buscar todos os prisioneiros, na manhã seguinte. Jacques de Helly, cavaleiro francês que tinha servido a Murad I, foi reconhecido por oficiais turcos e chamado a designar os nobres mais importantes, para o resgate. Coucy, Bar, d’Eu, Guy de Tremoille, Jacques de la Marche e vários outros, além do conde de Nevers, foram assim poupados, bem como os que se acreditava terem menos de vinte anos, para trabalhos forçados com os turcos.

Os demais — um número incerto de vários milhares — desfilaram nus perante o sultão, amarrados em grupos de três ou quatro, com as mãos atadas e a corda em volta do pescoço. Bajazé os olhava rapidamente e fazia um sinal para os carrascos, que decapitavam os cativos grupo a grupo, em alguns casos cortavam-lhes as gargantas ou separavam seus membros até que cadáveres e carrascos estivessem igualmente molhados de sangue. Nevers, Coucy e todos os outros foram obrigados a ficar ali e ver as cabeças de seus companheiros caírem sob as cimitarras e o sangue jorrar dos troncos decapitados. Boucicaut, tonto e ferido, foi reconhecido entre os que iam ser executados. Nevers caiu de joelhos perante o sultão e, com gestos de mãos juntas e dedos entrelaçados, indicou que eram como irmãos, capazes de proporcionar igual resgate, conseguindo salvar a vida do companheiro. A chacina continuou, do início da manhã até o fim da tarde, até que Bajazé, enojado do espetáculo ou, como querem alguns, persuadido pelos seus ministros de que seria muito grande o ódio despertado na cristandade contra ele, suspendeu as execuções. As estimativas do número de mortos — pondo de lado as mais absurdas — variam de trezentos a três mil.

No campo de batalha os mortos foram muito mais numerosos, e nem todos os fugitivos conseguiram pôr-se a salvo. Alguns escaparam dos turcos para se afogar no Danúbio, quando os navios que abordaram em hordas fugitivas não agüentaram a sobrecarga e afundaram. Depois, os que estavam a bordo impediram o embarque de outros, que tentavam salvar-se. Um cavaleiro polonês atravessou o rio nadando, de armadura, mas a maioria dos que tentaram tal feito afundou. Temendo traição na Valáquia, Sigismundo foi até o mar Negro e a Constantinopla, e acabou voltando para sua pátria por mar. Entre seus aliados, os que conseguiram atravessar o Danúbio e procuraram voltar por terra encontraram uma região devastada pelos va-

lâquios. Vagaram pelas florestas, reduzidos a andrajos e miséria, cobrindo-se com feno e palha. Roubados, andrajosos e amintos, muitos morreram a caminho; poucos chegaram às suas terras, entre eles o conde Rupert da Baviera, em roupas de mendigo, que morreu de seus sofrimentos poucos dias depois.

Ostentação e imoralidade, orgulho e dissensão, treinamento, disciplina e tática superiores dos turcos, tudo isso contribuiu para o resultado fatal. Não obstante, o que derrotou, basicamente, os cruzados foi a cavaleiresca insistência em feitos pessoais, o que suscita a pergunta: por que lutam os homens? As guerras podem ser travadas para a glorificação dos sentimentos do homem a seu próprio respeito, ou para conquista específica de poder, território ou equilíbrio político. A guerra medieval nem sempre foi pouco prática. Carlos V não se importava com a glória, desde que pudesse expulsar os ingleses da França. Nas campanhas da Normandia, Arezzo e Gênova, Coucy usou primeiro todos os outros meios, — dinheiro, diplomacia e negociação política — e só em último lugar as armas, para atingir um objetivo específico. Com todo o seu renome cavaleiresco, do gênero que atraiu o desafio de Nottingham, ele pertencia mais à escola de Carlos V do que à de Boucicaut, embora parecesse ter um pé em ambas.

Poucos anos depois das mortes de Carlos V e Du Guesclin, seu pragmatismo ainda não tinha sido aprendido. Tivera êxito, mas fora uma exceção. A idéia cavaleiresca voltou a afirmar-se e determinou as escolhas feitas durante a campanha de Nicópolis. Por que, numa sociedade dominada pelo culto do guerreiro, era a ostentação extravagante mais importante do que o equipamento para a vitória? Por que não se aprendia absolutamente nada com uma experiência tão recente quanto a de Mahdia? Todos os projetos grandiosos da última década — invasão da Inglaterra, Guéldria, Tunísia, a *Voie de Fait* — foram castelos no ar ou exercícios de futilidade. Por que, depois de cinquenta anos transcorridos a partir de Crécy, e que nada tiveram de grandiosos, era a atitude dos cruzados franceses tão arrogante e confiante? Por que foram incapazes de levar em conta o fato de que seus adversários não lutavam pelos mesmos valores e seguiam regras diferentes? A resposta só pode ser que uma idéia dominante só se modifica muito lentamente, e que, a despeito de tudo, os franceses ainda acreditavam-se supremos na guerra.

Os cruzados de 1396 partiram com um objetivo estratégico de expulsar os turcos da Europa, mas suas mentes estavam voltadas para outra coisa. Os homens mais jovens, da geração de Boucicaut, nascidos desde a Peste Negra e Poitiers e o acaso da fortuna francesa, voltavam-se para a busca daquelas estranhas seduções, a honra e a glória. Pensavam apenas em estar na vanguarda, com exclusão do reconhecimento, do plano tático e do bom senso, e por isso suas cabeças rolaram na areia empapada de sangue, aos pés do sultão.

Cubram-se os céus de preto

MORTO, DEBANDADO OU CATIVO, o grande exército cristão deixara de existir. O caminho para a Hungria estava aberto, mas os turcos tinham sofrido perdas enormes demais para que pudessem continuar. Nesse sentido, a luta dos cruzados não foi em vão. Um ataque de gota sofrido por Bajazé, que o teria impedido de avançar, provocou em Gibbon a seguinte frase: "Um humor acrimonioso caindo sobre uma única fibra de um homem pode impedir ou evitar a miséria de nações." Na realidade, não a gota, mas os limites da capacidade militar foram o fator decisivo. O sultão voltou para a Ásia depois de mandar Jacques de Helly, sob juramento de retornar, levar a notícia da vitória turca e exigir os resgates ao rei da França e ao duque de Borgonha.

O sofrimento dos prisioneiros, muitos feridos, na marcha de 560km até Galípoli, foi cruel. Vestidos apenas de camisas, a maioria sem sapatos, com as mãos atadas, espancados e destratados pela escolta, eles caminhavam atrás dos seus captores, pelas serras e até a planície. Para os nobres, eqüestres quase que desde o nascimento, a indignidade da caminhada a pé era tão grande quanto o sofrimento físico. Em Adrianópolis, o sultão fez uma parada por duas semanas. A etapa seguinte levou a marcha através da grande planície vazia, sem árvores, que se estendia, como se não tivesse horizonte, até o Helesponto. Nenhum arbusto, abrigo ou pessoa era visível. O sol era escorchante durante o dia; quando se punha, os ventos eram frios e as noites de outubro, geladas. Em mãos alheias, maltratados e mal alimentados, esmagados pela derrota e temerosos das intenções do sultão, os prisioneiros enfrentavam as condições mais sombrias que já tinham conhecido.¹

Coucy, o mais velho deles, nunca fora antes um cativo ou um derrotado — situação singular, para a sua época — e só sobreviveu por um milagre, não metafórico, mas um milagre de fé. Vestido apenas com "uma pequena jaqueta", com pernas nuas e a indignidade final de não ter nada para cobrir a cabeça, estava na iminência

de morrer de frio e exaustão. Acreditando-se nos últimos momentos, rezou a Notre-Dame de Chartres, pedindo ajuda. Embora a catedral não ficasse em sua província, a Virgem de Chartres era muito conhecida, por ter sido vista em pessoa e ter realizado milagres.

“De repente, onde não se via ninguém pela estrada que se estendia num campo plano, apareceu um búlgaro, de um povo que não era aliado.” O misterioso estrangeiro trazia uma túnica, um chapéu e um manto pesado, que deu para o *sire* de Coucy, que os vestiu e ficou tão reconfortado espiritualmente por esse sinal da proteção celeste que teve forças para continuar a marcha.²

Em gratidão, Coucy deixaria 600 florins de ouro em seu testamento para a catedral de Chartres, devidamente pagos, depois de sua morte, por Godefroy Mauvoivre, médico que acompanhou a cruzada, foi prisioneiro, testemunhou o milagre e serviu como executor testamentário de Coucy. Ele fez um relato para o capítulo do legado a Chartres, a fim de que soubessem a origem da inesperada doação.

Em Galípoli, aqueles que, entre os prisioneiros, eram nobres, foram instalados nas salas superiores da torre, enquanto trezentos plebeus — entre os quais o rapaz Schiltberger —, que constituíam a parcela do butim pertencente ao sultão, foram postos nas câmaras inferiores. O pior, naquelas duras condições, era a privação do vinho, que os europeus bebiam diariamente durante toda a sua vida. Quando o navio que levava Sigismundo de Constantinopla passou pelo Helesponto, a menos de um quilômetro da costa, os turcos, incapazes de interceptá-lo no mar, alinharam os prisioneiros na praia e chamaram o rei, zombeteiramente, para que viesse libertar seus camaradas. Sigismundo tinha, na verdade, feito sondagens em Constantinopla para resgatar seus aliados, embora eles tivessem sido a causa da derrota; seus recursos, porém, estavam esgotados e o sultão sabia que podia conseguir mais dinheiro da França.

No extremo mais distante da Europa, os prisioneiros podiam ver o fatídico litoral de Tróia do outro lado do estreito, onde a mais famosa, a mais tola e mais terrível das guerras, seja da mitologia ou da história, arquétipo da belicosidade humana, foi travada. Nada do que é grande, doloroso, heróico ou absurdo faltou àquele catálogo de dez anos de sofrimento. Agamenon sacrificou uma filha para que um vento lhe enfundasse as velas; Cassandra advertiu sua cidade sem que lhe dessem crédito; Helena arrependeu-se amargamente da fuga fatal; Aquilles arrastou o cadáver de Heitor sete vezes pelo pó, nas rodas do carro, para dissipar o ódio pela morte do amigo. Quando os combatentes ofereceram-se mutuamente a paz, os deuses sussurraram mentiras e usaram artimanhas para que se desentendessem e voltassem à luta. Tróia caiu, as chamas a consumiram, e daquelas ruínas partiu Agamenon de volta à pátria, para ser traído e assassinado. Desde então, durante cerca de 2.500 anos, o que se modificara? O romance de Tróia era um dos favoritos da Idade Média; Heitor era um dos Novos Heróis entalhados nos muros do castelo de Coucy. Teria ele, o Odisseu dessa nova guerra, pensado naquele antigo sítio e naquele triunfo vazio, enquanto seu olhar se estendia através do estreito?

Depois de dois meses em Galípoli, os prisioneiros foram transferidos para Bru-

sa, a capital otomana na Ásia. A 60km do litoral e fechada por um crescente de montanhas, Brusa afastava qualquer idéia de salvação pela força e os colocava ainda mais distantes do contato com a pátria. Tudo dependia do resgate. A espera, até que a notícia fosse levada à França e dela voltasse, era longa e o humor do sultão era variável. Os prisioneiros temiam que ele os mandasse matar a qualquer momento, com a mesma facilidade com que os franceses tinham mandado matar os prisioneiros de Rachowa.

Boatos inacreditáveis circularam por Paris na primeira semana de dezembro. Que o infiel tivesse esmagado a elite da França e Borgonha parecia inimaginável; não obstante, a ansiedade cresceu. Na ausência de notícias oficiais, os boateiros eram detidos no Châtelet e, se culpados de mentira, seriam condenados à morte por afogamento. O rei, o duque de Borgonha, Luís d'Orléans e o duque de Bar mandaram, cada um, enviados urgentes a Veneza e à Hungria para colher notícias dos cruzados, encontrá-los, entregar cartas e trazer de volta respostas. A 16 de dezembro, navios mercantes levaram a Veneza notícias do desastre de Nicópolis e da fuga de Sigismundo, mas no Natal Paris ainda não tinha confirmação oficial.

No dia de Natal, Jacques de Helly, "de botas de montar e esporas", entrou no palácio de St. Pol, onde a corte estava reunida para as solenidades da data e, ajoelhando-se ante o rei, confirmou a terrível verdade da derrota. Descreveu a campanha, a batalha que foi seu clímax, as "mortes gloriosas" e a medonha vingança de Bajazé. A corte ouviu consternada. O rei e os duques interrogaram Helly insistentemente. As cartas que trazia de Nevers e dos outros senhores eram as primeiras informações sobre quem estava vivo e, por omissão, quem estava desaparecido ou morto. Em prantos, os parentes acotovelaram-se em volta do emissário para saber da sorte de filho, marido ou amigo. Helly assegurou-lhes que o sultão aceitaria resgates, pois "amava o ouro e as riquezas". A acreditar em Froissart (o que nem sempre é possível), os senhores presentes consideraram-se "afortunados por viver num mundo onde tal batalha era possível e ter conhecimento de um rei pagão tão poderoso quanto Amurath-Bequin" (uma das várias versões do nome de distante potentado), que, com toda a sua linhagem, "muito honrado ficaria com a grande empresa".³ Isso não significa que tais sentimentos tivessem sido expressados na realidade, mas sim que eram considerados por Froissart como os adequados à ocasião. Ao fim da audiência: os boateiros do Châtelet foram libertados.

A nobreza sentiu um "desespero amargo", segundo o monge de St. Denis, e "a aflição reinou em todos os corações". Roupas pretas surgiram por toda parte, e Deschamps fala de "funerais desde a manhã até a noite".⁴ Orações e lágrimas encheram as igrejas, sendo mais intensa a dor por não terem os mortos recebido sepultamento cristão e por haver receio quanto à vida dos sobreviventes. O luto e as lamentações se generalizaram pela Borgonha, onde tantas famílias sofreram perdas. A 9 de janeiro, dia de serviços solenes pelos mortos na capital e nas províncias,

“era doloroso ouvir o dobrar dos sinos em todas as igrejas de Paris”. Mal tinha sido celebrado o casamento inglês e desaparecido o peso da velha guerra, quando a alegria foi sufocada, como se Deus não quisesse dar à humanidade motivos de satisfação.

As damas da França choraram muito por seus maridos e amantes, “especialmente”, diz Froissart, sempre preocupado com seu protetor, “a *dame* de Coucy, que chorava copiosamente noite e dia e não encontrava consolo”. Talvez por sugestão dos irmãos, o duque de Lorena e Ferry de Lorena, que foram consolá-la e aconselhá-la, ela escreveu a 31 de dezembro ao doge de Veneza implorando ajuda na promoção do resgate do marido.⁵ Dois mensageiros — Robert d’Esne, cavaleiro de Cambresis com cinco acompanhantes, e Jacques de Willay, *châtelain* de St. Gobain, uma das propriedades de Coucy — foram enviados separadamente, com a missão de libertar Coucy e Henri de Bar. Foram mandados e suas despesas pagas por Luís d’Orléans, e não pela *dame* de Coucy.⁶ Como as comunicações faziam-se com a rapidez com que um homem podia viajar, a resposta demoraria vários meses.

O problema de promover o resgate era preocupante devido ao desconhecimento das negociações com um soberano fora da cristandade, do qual só se podia esperar o pior. A conselho de Jacques de Helly, que falou da exorbitante paixão do sultão pelos equipamentos de caça, um comboio de presentes magníficos, especialmente escolhidos para agradar a ele, foi reunido para acompanhar os embaixadores do duque. Doze falcões brancos, de uma espécie rara e muito cara, dos quais Gian Galeazzo mandava dois a Bajazé todos os anos, ao que se disse, foram acompanhados cada qual pelo seu próprio treinador, juntamente com luvas de falcoaria bordadas de pérolas e pedras preciosas. Dez belos cavalos, dez cães de caça, cobertos com as armas de Borgonha e conduzidos por moços com a libré branca e vermelha do duque, deveriam fazer a viagem até a Turquia; foram mandados também selas ricamente trabalhadas com inscrições em “letras sarracenas e flores de além-mar”, forros de sela com fivelas na forma de rosas douradas, um fino tecido escarlate de Reims que se acreditava ser desconhecido no Oriente e, como sutil cumprimento a Bajazé, tapeçarias de Arras mostrando a história de Alexandre, o Grande, de quem ele se dizia descendente direto.⁷ Tudo isso foi enviado com o camareiro do rei e experiente diplomata, e três nobres embaixadores, funcionários de Borgonha, que partiram a 20 de janeiro de 1397, para negociar o resgate. Na pressa de cumprir seu juramento ao sultão, Jacques de Helly já tinha partido à frente, com cartas para os prisioneiros.

A reconciliação com Gian Galeazzo, devido à sua influência na corte otomana, passou a ter de repente uma importância primordial. Os embaixadores receberam instruções para viajar via Milão e transmitir a Gian Galeazzo, cuja primeira mulher fora uma princesa de França, a tardia concessão real de acrescentar a flor-de-lis ao emblema dos Viscontis, e de fazer todos os esforços para obter sua ajuda. Enquanto isso, os primeiros enviados, que partiram em princípios de dezembro, alcançavam Veneza, onde foram informados da derrota, e estavam tentando chegar até os prisioneiros. Veneza, cujo interesse na manutenção do comércio levantino

fazia dela um elo com o mundo muçulmano — e um combatente não muito entusiasta na cruzada —, serviu como o centro de informações, organização de viagens, dinheiro e crédito.

Na Borgonha e Flandres os coletores de impostos do duque voltaram a enxamear. Mal recuperados do financiamento da cruzada, seus súditos tinham agora que resgatar os sobreviventes. A ajuda tradicional para o resgate do senhor foi exigida de todas as cidades e condados, mais uma contribuição do clero. O duque encontrou resistências e barganhas, e teve de aceitar menos do que pedia. As somas não eram em dinheiro, mas pagamentos a serem cobertos pelas receitas que se estendiam por meses e anos. Algumas estavam ainda sendo determinadas e discutidas três anos depois. O grito “Dinheiro! Dinheiro!”, escreveu Deschamps, ecoou durante toda a sua vida.⁸ Ocasionalmente, diz ele, o povo, levado ao desespero, levantava-se e matava os coletores de impostos; depois, espantado com seu sucesso, caía novamente, era outra vez caçado pelos nobres com espadas, e juristas com documentos, gritando com vozes ameaçadoras, “*Sà, de l'argent! Sà, de l'argent!*”.

Em Brusa, Coucy não passava bem. Alguns relatos dizem que mergulhou numa dor e numa melancolia que nada podia minorar, que insistia em que nunca voltaria a ver a França, que depois de tantas aventuras aquela estava destinada a ser a última. Sua avaliação era bastante realista, mais provavelmente baseada na enfermidade física provocada por ferimentos ou em doenças suportadas em condições duras, e não no “luto pela vitória do anticristo sobre os cristãos”, como disse L'Alouette, o primeiro historiador da dinastia Coucy.⁹ Com 56 anos, não era velho, embora a velhice chegasse cedo na Idade Média. Na verdade, embora uma grande parte da população morresse jovem, aqueles que chegavam aos cinquenta e sessenta não eram venerandos de corpo e espírito, nem considerados como tais. A previsão de vida pode refletir as estatísticas, mas não a maneira pela qual as pessoas se vêem a si mesmas. De acordo com um poema anônimo de meados do século XIV, o período de vida era de 72 anos, consistindo de 12 fases que correspondiam aos meses do ano. Aos 18, o jovem começa a tremer como março com a aproximação da primavera; aos 24, torna-se enamorado com o florescimento de abril, e a nobreza e a virtude penetram em sua alma junto com o amor; aos 36, está no solstício do verão, seu sangue é quente como o sol de junho; aos 42, adquiriu experiência; aos 48, deve pensar em colher; aos 54, está no setembro da existência, quando os bens devem ser armazenados; com sessenta anos, o outubro da vida, está no início da velhice; 66 é o escuro novembro, quando todo o verde fenece e morre e o homem deve pensar na morte, pois seus herdeiros estão esperando sua partida, se é pobre, e esperando mais ansiosamente, se é rico; 72 é dezembro, quando a vida é tão dolorosa quanto o inverno e só resta morrer.¹⁰

Coucy tinha levado uma vida extraordinariamente ativa, sem repousar nunca, sem parar entre uma tarefa e a seguinte. Não mostrava sinais da idade ou de afrouxamento, quando empreendeu a cruzada, nem quando comandou o brilhante ataque contra os turcos, no dia anterior à batalha — a única ação bem-sucedida dos franceses na campanha. Ocorreu então o desastre numa batalha travada contra sua

vontade, a derrota numa empresa de que era conselheiro, o terrível espetáculo de seus camaradas e dependentes mortos ante seus olhos, a vergonha e a dureza de um cativo ignóbil, a distância da pátria, a incerteza do resgate e o medo de um carrasco que não estava limitado por nenhuma regra. Como um homem cuja vida, embora nada tivesse de fácil, tinha sido singularmente afortunada, Coucy não estava preparado para tanto infortúnio. Talvez ele visse na batalha de Nicópolis um fracasso profundo da ordem da cavalaria e, no seu resultado, um momento propício à morte.

A 16 de fevereiro de 1397, preparando-se para morrer, ele fez em Brusa o seu testamento, ou, mais precisamente, um extenso codicilo a um testamento anterior. Já então talvez tivesse sido retirado da prisão para melhores alojamentos sob a liberdade provisória assegurada pelo rico e nobre Francesco Gattilusio, senhor genovês de Mitylene (Lesbos) — “parente” de Coucy, segundo Froissart. Um dos senhores independentes das ilhas do Egeu, chamadas de Arquipelago, Gattilusio era influente na corte otomana, e, mesmo sem parentesco, teria dado garantias para um grande barão francês, bem conhecido em Gênova. Os poderes cristãos do Arquipelago estavam sob a sombra do avanço dos turcos e foram seriamente afetados pela derrota em Nicópolis. O golpe para o prestígio, para não se falar das armas, da cristandade, enfraqueceu sua posição e o espetáculo de eminentes nobres cristãos presos, e talvez agonizando, nas mãos do infiel, era perturbador para eles. Era de seu interesse promover uma libertação rápida, e as notícias da miséria dos presos provocava a sua piedade. Um comerciante do Arquipelago, Nicolau de Enos, mandou uma doação de peixes, pão, açúcar e roupas, em nome de sua mulher, além de um empréstimo em dinheiro.¹¹ Só podemos esperar que, por cortesia de Gattilusio, os últimos dias de Coucy não tivessem sido passados sobre uma pedra nua.

“Sadio de mente mas doente do corpo, e considerando que nada é mais certo do que a morte e nada é incerto, exceto a sua hora”, Coucy preparou seu extenso codicilo em latim, provavelmente pela mão de Godefroy Maupoivre, que era mestre das artes, bem como de medicina. No cuidado e precisão e na natureza dessas instruções, e seu reflexo do que ia no espírito de um homem em suas últimas horas, não há melhor espelho da Idade Média.¹²

“Primeiro e acima de tudo” ele dá instruções para seu sepultamento na França, de acordo com os termos do testamento anterior (que especificava o enterro de seu corpo em Nogent e de seu coração na sua fundação de Ste. Trinité em Soissons). No final do codicilo, como se tivesse em mente as possíveis dificuldades de embalsamar e transportar o corpo para a França, encarrega seus executores do retorno de seus ossos e coração, sem falta. Numa época em que a crença oficial insistia em que o corpo era carcaça e a vida da alma depois da morte era a única coisa importante, a extrema preocupação evidenciada com todos os detalhes da disposição de seus restos físicos era notável.

Vem em segundo lugar Ste. Trinité, seu maior investimento na salvação. Destina ao mosteiro “uma vistosa cruz de prata pesando 40 marcas de Paris [cerca de 12kg], um turíbulo de prata, duas galhetas para água e vinho para uso no Divino

Serviço, um jarro de prata para lavar as mãos do padre, um lindo e vistoso cálice de prata de peso e valor adequados a esse mosteiro, quatro pares de ornamentos para o padre, diácono e subdiácono, dos quais três devem ser para uso comum e o quarto para solenidades de importantes dias santificados”.

Ainda no interesse de sua alma, seguem-se legados a nada menos de 21 igrejas e capelas diferentes, inclusive Notre-Dame de Chartres, “que, como firmemente acreditamos, faz para nós um milagre visível”. As outras doações vão de 100 florins para a capela de Pedro de Luxemburgo em Avignon até mil florins para Notre-Dame de Liesse, onde Coucy acompanhou Carlos VI depois de seu primeiro ataque de loucura, mais 100 florins para cada um de cinco legados separados em Soissons para orações pela sua alma, e seis mil para seus executores para mais orações, à sua discrição. A soma de mil florins deveria ser distribuída aos pobres de Paris, a mesma quantia aos pobres de seu domínio, e 800 para o Hôtel Dieu (hospital) em Paris.

Ao contrário de muitos nobres preocupados em fazer reparações em seu leito de morte, Coucy evidentemente não pensava em ninguém a quem tivesse feito mal, mas apenas em algumas dívidas a serem pagas. Os únicos bens que tinha consigo — uma túnica e um tapete — deviam ser vendidos para pagar seus criados e a Abraão, “farmacêutico e comerciante de Brusa”, pelos remédios que fornecera. As dívidas contraídas em viagem seriam pagas com as jóias que tinha depositado em Veneza. Ao rei da França pedia que mantivesse suas terras na França, para assegurar as receitas necessárias a todos os legados que fazia. Godefroy Maupoivre e Jacques d'Armance, marechal de Lorena (o ducado da família de sua mulher) foram nomeados executores, complementados pelo conde d'Eu, Boucicaut e Guy de Tremoille, para ajuda e conselho. Esses três, junto com Guillaume de Tremoille, Jacques de la Marche e seis outros cavaleiros franceses, testemunharam e assinaram o documento.

Dois dias depois, a 18 de fevereiro de 1397, Enguerrand VII, *sire* de Coucy e conde de Soissons, morria em Brusa.¹³

Um homem inteiro numa época fraturada, ele foi o menos comprometido de sua classe e gênero por brutalidades, venalidades e indulgências irresponsáveis. Seus companheiros foram bem descritos pelo biógrafo de Clisson como “sendo ao mesmo tempo refinados e bárbaros, generosos e sangrentos, canalhas e cavalheirescos, acima da humanidade pela coragem e amor à glória, abaixo dela pelos seus ódios, suas loucuras furiosas, sua duplicidade e crueldade selvagem”.¹⁴ Coucy distinguia-se da maioria deles por estar, aparentemente, imune a essas loucuras furiosas. Ele via seu papel de maneira constante, aceitou todas as responsabilidades, exceto a de condestável, teve sempre um julgamento sagaz e frio, um desempenho capaz. Na firmeza, sagacidade e competência, e no respeito e confiança que despertava em todos que a ele se associavam, demonstrava muitas das qualidades de George Washington, exceto a de liderança, que exige uma causa para a sua manifestação. Se houve Miltons mudos e sem glória em aldeias rurais, presumidamente houve Washingtons não realizados, nascidos em épocas inoportunas. O século XIV

produziu líderes burgueses como os dois Van Arteveldes, Etienne Marcel, Cola di Rienzi, mas poucos da classe nobre, em parte porque a liderança estava no rei que, até a época de Carlos V, comandava pessoalmente os nobres em batalha. Quando João II estava no cativeiro, os nobres do Norte da França pediram a Carlos de Navarra, porque era um rei, que os liderasse contra os Jacques. A nobreza, porém, só tinha coerência quando tratada como uma classe. Sem isso, os interesses baronais eram muito setorizados e os hábitos de independência, fortes demais para permitir o aparecimento do líder, mesmo quando a guerra contra os ingleses tinha construído, aos poucos, uma causa.

O casamento inglês de Coucy fez dele uma exceção durante 12 anos cruciais. Depois de seu repúdio à Inglaterra, em seguida à morte do sogro, ele começou a surgir como a principal figura da campanha da Normandia, e poderia ter sucedido a Du Guesclin como condestável, se o quisesse, mas nenhum conceito de liderança nacional pertinente ao cargo, nenhum corpo de opinião pública ou grupo de colegas, estava pedindo para ser liderado. O momento do-que-poderia-ter-sido passou com a morte de Carlos V, e, sob o governo personalista dos tios, os objetivos nacionais desapareceram. Enguerrand não inovou, nem ascendeu acima de sua época; ele a acompanhou, serviu-a melhor do que a maioria e morreu pelos seus valores. Ela perdeu, com a sua morte. "Esse Enguerrand VII", escreveu o biógrafo de Boucicaut, "era estimado como o senhor de maior mérito de sua época".¹⁵

Durante dois meses, a morte de Coucy não foi conhecida em Paris, Robert d'Esne e, depois dele, Jacques de Willay tomaram conhecimento dela em Veneza, a caminho do Leste. Ainda não informado a 31 de março, Luís d'Orléans mandava, com grande solicitude, um secretário da propriedade de Coucy à Turquia com roupas, tendo sabido da situação de pobreza dos prisioneiros. Em abril, Willay levou de volta o coração e o corpo embalsamado (ou os ossos; se o corpo foi enterado na França, é questão controversa).¹⁶ Só então a *dame* de Coucy foi notificada que seu marido estava morto. Segundo o biógrafo de Boucicaut, que tende normalmente a exagerar, ela chorou tanto a perda "que parecia que o coração e a vida iriam deixá-la e nunca mais desajaria casar-se novamente, nem permitia que o luto partisse do seu coração".¹⁷ Um funeral de impressionante grandiosidade foi dirigido pelos bispos de Noyon e Laon,¹⁸ sendo o corpo (ou o que dele restou) enterado num túmulo imponente em Nogent, e o coração em Ste. Trinité, marcado por uma placa com um coração gravado, sobre as armas de Coucy.¹⁹ Deschamps escreveu uma nênia como se fosse para um acontecimento nacional, lamentando "o fim e morte de Enguerrand, o barão [...] chorado por todo coração nobre":

Ó St. Lambert, Coucy, La Fère,
Marle, Oisy e St. Gobain,
Chorai por vosso amo, o bom senhor
Que tão bem serviu ao seu soberano
Com grandes proezas em muitas terras...

Que pela fé na Turquia morreu.
A Deus peçamos perdão para ele.
Que em seu tempo foi belo e bom,
Prudente, forte e mui generoso.
Cavaleiro autêntico de árduo labor
Que não pára; em sua grande casa,
Cavaleiros recebia de manhã à noite
Que vinham gozar de sua companhia.
Preux e ousado na Lombardia era,
Tomou Arezzo, cidade de renome,
E fez tremer Pavia e Milão.
A Deus peçamos perdão para ele.

Muitos corações por ele choram
Pois não deixa ninguém para portar suas armas. [...] ³⁰.

As estrofes continuam, mas devido a uma métrica inconstante combinada com uma rígida cadeia de apenas três rimas ao final de 55 versos, o encanto deste poema, ou de outros de poesia francesa do século XIV, é limitado, e a tradução, de qualquer modo, não lhe faz justiça.

O resgate dos demais prisioneiros foi enfim organizado em junho de 1397, depois de prolongadas negociações pelos embaixadores do duque, na corte do sultão.²¹ A soma foi fixada em 200 mil ducados ou florins de ouro, que valiam aproximadamente a mesma coisa em francos franceses. Os extravagantes presentes de Borgonha tiveram resultado negativo,²² ao que se disse, pois convenceram Bajazé de que príncipes que podiam dispor de coisas tão raras e preciosas podiam pagar muito. Todos os recursos da rede bancária foram mobilizados, sob a direção do principal fornecedor e banqueiro de Borgonha, Dino Rapondi, natural da Toscana, com sede em Paris e Bruges. Seu comércio era tão espalhado que seu nome era conhecido, ao que se dizia, em toda parte onde havia comerciantes. Através dele, o rei e seus tios adquiriam livros preciosos,²³ sedas, peles, tapeçarias, excelentes camisas de linho e lenços, âmbar e chifres de unicórnio e outras curiosidades. Rapondi aconselhou que se levantasse o dinheiro do resgate dos comerciantes do Arquipélago, aos quais se devia escrever com cordialidade e prometer lucros nos empréstimos e créditos que pudessem conseguir.

Enquanto isso, Boucicaut e Guy de Tremoille, libertados condicionalmente para que buscassem fundos no Levante, tinham chegado a Rodés, onde Tremoille, muito debilitado, adoeceu e morreu na Páscoa. Os Cavaleiros de Rodes, tão preocupados quanto os comerciantes com o prestígio cristão, empenharam a prata de sua ordem e levantaram 30 mil ducados para um pagamento inicial do resgate. O rei de Chipre contribuiu com 15 mil, e vários comerciantes e cidadãos ricos do Arquipélago fizeram empréstimos num total de 30 mil. Sigismundo tinha, num gesto grandioso, prometido metade do resgate, mas ele estava permanentemente sem dinheiro e o máximo que pôde fazer foi destinar sete mil ducados de receitas que lhe eram devidos por Veneza. Mais da metade do total foi subscrito em nome de Borgonha por Gattilusio, senhor de Mitylene.

Com o pagamento inicial de 75 mil ducados os prisioneiros foram libertados a 24 de junho, sob a promessa de permanecer em Veneza até o pagamento do total. Um deles, porém, não reconquistou a liberdade: por uma cruel justiça, o conde d'Eu morreu a 15 de junho, nove dias antes de ser solto. A despedida que Bajazé fez aos outros não foi cortês. Dirigindo-se a João de Nevers, disse que desdenhava pedir-lhe um juramento de não tomar armas contra os turcos no futuro. "Reúne o poderio que queiras, sem poupar, e vem contra mim. Tu me encontrarás sempre pronto a receber-te e a tua companhia no campo em batalha aberta [...] pois estou pronto aos feitos de armas e sempre disposto a conquistar mais da cristandade." O sultão exigiu então que os cruzados que partiam assistissem ao espetáculo de sua caçada, realizada por sete mil falcões e seis mil caçadores, com cães com cobertas de cetim e leopardos com coleiras de diamantes.

Com a saúde e, mais ainda, os recursos debilitados, os cruzados não tinham pressa em chegar à França, e mesmo a Veneza. Viajar como indigente era inimaginável para um príncipe da Borgonha. Ele e seus companheiros ficaram ao largo de Mitylene, Rodes, e outras ilhas, para descansar, recuperar-se e levantar empréstimos onde os conseguissem. A senhora de Mitylene deu-lhes a todos camisas, túnicas novas e belas roupas de damasco, "a cada homem segundo o seu grau". Os Cavaleiros de Rodes os receberam durante um mês. Em Veneza, onde só chegaram em outubro, as transações financeiras envolvendo todas as partes ligadas à cruzada foram complicadas e enormes. Através de empréstimos e garantias, foi recolhido o suficiente para pagar o resgate, mas não para voltar para casa com classe.

O pagamento de dívidas que somavam 100 mil ducados, contraídas com as despesas de manutenção e viagem desde a libertação, juntamente com o custo da viagem de volta à pátria no devido esplendor, exigiam quase que o equivalente ao resgate. O duque e a duquesa de Borgonha não queriam que seu filho viajasse pela Europa e surgisse na França com a aparência de um fugitivo. O duque usou todos os meios, chegando ao ponto de reduzir o salário e as pensões dos funcionários borgonheses, para proporcionar ao filho uma comitiva magnífica e fazer presentes a todos os interessados. Dino Rapondi foi a Veneza com uma ordem sobre o tesouro do duque de 150 mil francos, e passou o inverno organizando as transferências de fundos, sendo que o pagamento aos comerciantes do Arquipélago foi feito em último lugar. Três anos depois, o senhor de Mitylene ainda era credor da totalidade da soma que emprestara, e uma transação triangular entre Borgonha, Sigismundo e a República de Veneza não foi liquidada durante 27 anos. Essas dificuldades não inibiam o estilo de vida do duque. Em 1399, ele comprou de Dino Rapondi dois livros ilustrados por 6.500 francos e, no ano seguinte, mais dois por nove mil e 7.500 francos, cada.

O aparecimento da peste em Veneza, quando os cruzados ali estavam, motivou sua transferência para Treviso, no continente, mas ainda assim custou a vida de mais um deles — Henri de Bar. Se a epidemia foi a Peste Negra, tinha então completado o círculo na família de Coucy, levando primeiro sua mãe e agora seu genro. Foi uma morte triste, tão perto da pátria, e ao deixar Maria, que era a herdeira

primeira, tanto órfã como viúva, teria um triste efeito sobre o domínio de Coucy, há tanto tempo cobiçado pela casa real.

Os cruzados, dos quais apenas Nevers, Boucicaut, Guillaume de Tremoille e Jacques de la Marche restavam, entre os líderes, junto com mais sete ou oito outros senhores e cavaleiros, entraram novamente em França em fevereiro de 1398. Foram recebidos pela municipalidade às portas de Dijon com aclamações e presentes de prata. Em memória de seu próprio cativo, Nevers libertou da prisão local, “pela sua própria mão”, todos os que ali encontrou. Dijon realizou cerimônias religiosas solenes para os cruzados mortos, mas, depois disso, a recepção foi toda de comemorações e alegria.

Em Paris, o rei deu ao seu primo um bem pensado presente de 20 mil libras. As cidades de Borgonha e Flandres competiram pela honra de recebê-lo. Por ordem do pai, ele fez uma viagem triunfal para exibir-se ao povo cujos tributos tinham comprado a sua volta. Menestréis o precediam pelas portas das cidades, festas e paradas o saudavam mais presentes de prata e vinho e peixe foram dados. Levando-se em conta todas as famílias enlutadas da Borgonha cujos filhos não voltaram, as recepções provavelmente não representavam o entusiasmo popular, e sim a alegria organizada, na qual o século XIV se distinguiu. As comemorações eram necessárias ao prestígio do duque e seu herdeiro, e as cidades tinham o prazer de cooperar na expectativa dos favores que em geral acompanhavam essas ocasiões alegres. Os magistrados de Tournai esperavam que a entrada cerimonial de Nevers fosse marcada por um perdão plenário, mas foram decepcionados.²⁴

Com pompa e menestréis, o fiasco culminante da ordem da cavalaria foi enterado. Depois de Nicópolis, nada correu bem para a França por muitos longos anos. Os valores básicos da cavalaria não se modificaram, mas o sistema entrou em decadência. Froissart constatou isso também na Inglaterra, onde um antigo amigo lhe disse: “Onde estão as grandes empresas e os homens valentes, as gloriosas batalhas e conquistas? Onde estão, na Inglaterra, os cavaleiros capazes hoje de tais feitos? [...] Os tempos mudaram para pior. [...] Agora, felonias e ódios são alimentados aqui.”

As festas para Nevers não podiam disfarçar a derrota, e os moralistas encontraram aí um reforço ao seu pessimismo. Mézières compôs imediatamente uma *Épître lamentable et consolatoire*.²⁵ Deschamps, uma balada “Para os franceses que tombaram em Nicópolis”; Bonet, uma sátira alegórica na forma de uma “Aparição de mestre Jean de Meung”, que aparece num sonho para censurar o autor por não protestar contra os males que estão destruindo a França e a cristandade. Deschamps diz abertamente que Nicópolis foi perdida “pelo orgulho e loucura”, embora atribua certa culpa aos húngaros “que fugiram”.²⁶ Mézières tem, da mesma forma, duras palavras para os “cismáticos” que, “devido ao grande ódio que têm dos latinos” preferiram ser súditos do sultão a sê-lo do rei da Hungria. Essencialmente, porém, ele considera a derrota como a consequência da falta, entre os cruzados, das quatro virtudes morais necessárias a qualquer exército: ordem, disciplina, obediência e justiça. Na ausência delas, Deus se distancia de um exército, que

se torna então facilmente derrotável, o que explica todas as derrotas desde Crécy e Poitiers. O apelo de Mézières por uma nova cruzada não provocou qualquer reação. A *Epistre lamentable* foi sua última obra. Oito anos depois, suas críticas e sua paixão foram silenciadas com a morte. Como qualquer Isaías, ele se tornou cansativo, mas seu anseio pelo bem na sociedade falou por todas as pessoas caladas que tinham o mesmo anseio, mas não deixaram qualquer registro disso.

Bonet, embora fazendo a censura habitual aos cavaleiros pela sua vida ociosa e seu amor aos capões e patos, às camisas brancas e aos bons vinhos, toca num ponto mais fundamental. Os cavaleiros não se preocupam com os camponeses porque acham que eles “não valem nada”, escreve Bonet, embora o pobre possa suportar as dificuldades e a comida ordinária e, se armado, seja capaz de travar uma boa luta, como os camponeses portugueses que lutaram bravamente e mataram muitos cavaleiros em Aljubarrota. (A referência é uma batalha de 1385, no mesmo ano e com resultados semelhantes à batalha suíça de Sempach.) Embora Bonet e outros tivessem no passado condenado o guerreiro pelo roubo e crueldade contra os camponeses, agora estavam prontos a condenar o pressuposto fundamental da cavalaria, de que a capacidade militar existia apenas no nobre montado. O cronista do *Quatre Valois*,²⁷ escrevendo mais ou menos nessa época, observou que o soldado plebeu tinha sido decisivo em certos combates “e, por isso, os homens pobres não devem ser considerados sem honra, nem desprezíveis.” Citou uma batalha do rei de Chipre contra os sarracenos em 1367, na qual a vitória foi assegurada pela ação dos marinheiros que permaneceram de guarda nos navios e isso pela vontade de Cristo, que não desejava que a cavalaria cristã perecesse às mãos dos infiéis, e além do mais “queria dar um exemplo aos nobres. [...] Pois Nosso Senhor Jesus Cristo não quer grandiloquência nem vaidade. Desejava que a vitória fosse conquistada pelo povo comum para que os grandes não se vangloriassem”.

Vangloriar-se, porém, por mais que a cristandade medieval insistisse ser isso um pecado, é um motor da humanidade, tão difícil de ser erradicado quanto o sexo. Enquanto o combate era desejável como fonte de honra e glória, o cavaleiro não desejava partilhá-lo com o plebeu, nem mesmo para conseguir êxito.

A vitória turca não teve um efeito imediato na Europa porque Bajazé teve de voltar-se para o leste, contra a ascensão de um feroz inimigo na Ásia. As rápidas conquistas de Tamerlão à frente de uma horda turco-mongólica foram comparáveis, nas palavras pomposas de Gibbon, “às convulsões primitivas da natureza que agitaram e modificaram a superfície do globo”. Dominando a Anatólia, deixando uma trilha de cidades arruinadas e pirâmides de crânios, Tamerlão enfrentou e derrotou o exército otomano em Angora (Ancara) em 1402 e aprisionou o sultão. Mantido numa carroça com barras de ferro, Bajazé foi arrastado pela trilha mongólica de conquistas, até morrer de miséria e vergonha — como se a História tivesse deliberadamente promovido uma retribuição simétrica.²⁸

Absorvida em suas próprias facções e cismas, a Europa não soube aproveitar a ocasião para acabar com o domínio otomano nos Bálcãs. Com exceção de uma expedição corajosa, mas de menores proporções, chefiada por Boucicaut — o último

estertor das cruzadas —, Constantinopla não conseguiu mais ajuda do Ocidente; Sigismundo tinha problemas com os germânicos e a Boêmia; a França e a Inglaterra estavam divididas pelos conflitos internos. O filho de Bajazé resistiu a Tamerlão, a erupção mongólica diminuiu, o neto de Bajazé avançou novamente na Europa e em 1453 seu bisneto, Maomé II, conquistou Constantinopla.

Em Coucy, ambições rivais rodopiavam em torno da grande baronia com seus castelos imponentes, suas 150 cidades e aldeias, suas famosas florestas, seus “muitos lagos belos, muitos vassallos bons [...] grande nobreza e inestimáveis receitas”.²⁹ Maria de Bar, a filha mais velha de Coucy, e a *dame* de Coucy, sua viúva, travaram uma prolongada luta pela herança. Maria reivindicava tudo e a *dame* de Coucy, a metade. Nenhuma delas cedia, viveram em hostilidade, cada qual num castelo do domínio, com seus capitães e círculo de parentes, cada qual tocando seu processo. Ao mesmo tempo, os celestinos de St. Trinité moveram uma ação contra a viúva alegando que não cumprira as últimas doações de Coucy ao seu mosteiro.³⁰

Enquanto isso, a rainha Isabeau, ainda preocupada principalmente com sua família paterna, tentava promover o casamento do seu pai, Estêvão da Baviera, então em Paris como embaixador do império, com a *dame* de Coucy.³¹ Isso criava a perspectiva de ser o domínio estratégico transferido para mãos estrangeiras, pois temia-se que Maria pudesse ser pressionada a deixar que a casa da Baviera dele tomasse posse, pela compra, ou de outra maneira. Para evitar isso, Luís d'Orléans pressionou Maria (com “ameaças e avisos”, segundo uma fonte) para que lhe vendesse a baronia, desconhecendo a pretensão da viúva, sob a alegação de que o domínio era indivisível. Se seu motivo era principalmente o interesse da França, ou se era o seu engrandecimento pessoal em relação ao duque de Borgonha, é uma questão aberta. De qualquer modo, ele adquiriu uma das maiores propriedades do Norte da França, que lhe deu uma cunha entre os dois territórios do tio, Borgonha e Flandres. Para confirmar o motivo patriótico, Maria foi persuadida a declarar na escritura de venda, concluída a 15 de novembro de 1400, que “não podia colocar ou transferir [a propriedade] mais seguramente para o bem do reino da França do que para a pessoa de *monseigneur le duc d'Orléans*”.³²

O preço de compra foi de 400 mil libras, das quais Luís pagou apenas 60 mil à vista. Maria conservava o usufruto do domínio e o uso dos castelos de La Fère e Du Châtelet para sua residência, mas as disputas judiciais continuaram depois da venda. Por algum meio, ela foi forçada a dar quitação a Luís de 200 mil libras, ou metade do preço, enquanto o saldo de 140 mil da outra metade continuou pendente. Nada menos de 11 processos foram movidos por Maria contra Orléans, numa tentativa de recuperar o que perdera antes de morrer subitamente depois de uma festa de casamento em 1405, não sem “uma suspeita de envenenamento”. Seu filho Robert de Bar continuou o litígio, tanto como queixoso contra Orléans, quanto como réu pela *dame* de Coucy, que afinal de contas não se casou com Estêvão da

Baviera e continuava a sustentar seus direitos de herdeira, como viúva, perante os tribunais. Em 1408, depois da morte de Luís d'Orléans, o Parlamento reconheceu as pretensões da viúva, mas estas prescreveram poucos anos depois, quando sua filha Isabel, que se casou com o irmão de João de Nevers, morreu sem herdeiro. Enquanto isso, Carlos d'Orléans, filho de Luís, continuava de posse do domínio, e quando seu filho tornou-se rei como Luís XII, o baronato de Coucy passou para a coroa, como há muito era desejado.

O atormentado século chegou ao fim de acordo com o seu caráter. Em março de 1398, o imperador Venceslau e o rei da França encontraram-se em Reims, num novo esforço para pôr fim ao cisma, do qual representavam os lados contrários. Carlos VI tinha sido convencido de que nunca se curaria de sua doença enquanto a Igreja não fosse unificada. Para derrubar Bento, a Universidade de Paris tinha proposto que a França retirasse sua obediência, mas antes de adotar essa medida radical, mais uma tentativa de conseguir a abdicação mútua pelos papas foi feita. A concordância do império em pressionar Bonifácio era necessária, sendo esse o objetivo da reunião em Reims. Devido às enfermidades dos dois maiores soberanos, um deles incapacitado pelo álcool e o outro, pela loucura, o resultado não foi o que poderia ter sido. A insanidade já estava obscurecendo outra vez a mente de Carlos quando ele chegou, e nos breves intervalos em que estava lúcido, Venceslau estava bêbedo. O imperador entrou nas negociações num estado de embotamento que manteve com um consumo constante de bebida, ao mesmo tempo em que concordava vagamente com tudo o que lhe era proposto. Quando a razão abandonou Carlos totalmente, a reunião terminou.

Persuasão e ameaça de força foram usadas contra os dois papas, que resistiram. A França recorreu à retirada da obediência e até mesmo ao sítio do palácio pontifical com o papa Bento lá dentro, mas nenhuma dessas medidas conseguiu depô-lo, tendo a primeira causado tantos problemas que teve de ser revogada. Ricardo II, desejando amizade com a França, concordou em pedir a abdicação de Bonifácio, o que só conseguiu antagonizá-lo de maneira violenta com os ingleses, já descontentes com o mau governo do rei. Os cidadãos de Londres, partidários de Gloucester, passaram a chamar o rei apenas de Ricardo de Bordéus (onde nasceu) e ficaram muito irritados contra ele, dizendo: "Seu coração é tão francês que não pode esconder isso, mas dia virá em que pagará por tudo."

Ocorreram então na Inglaterra aqueles "grandes e horríveis" acontecimentos, que não tinham sido vistos, segundo Froissart, em toda a história por ele registrada. Convencido de conspirações contra ele, Ricardo afastou Gloucester para Calais — onde foi estrangulado com uma toalha —, executou Arundel, baniu Warwick e os Percys, e provocou tanto medo e ódio em seus súditos que em 1399 seu primo Bolingbroke pôde depô-lo sem que uma espada se levantasse na defesa do rei legítimo. Obrigado a abdicar publicamente da coroa, Ricardo foi transferido da torre

para uma prisão mais isolada, onde, dentro de um ano, morreu de abandono proposital, ou coisa pior. Os partidários das relações pacíficas com a França foram afastados. Bolingbroke (agora Henrique IV) falava ousadamente em revogar a trégua, mas a usurpação fomenta a rebelião, e ele também estava ocupado em manter seu trono e não podia procurar problemas no exterior.

Com esses acontecimentos, Froissart perdeu o ânimo. Se a venda da propriedade de Guy e Blois tinha atingido os seus ideais, a deposição do rei da Inglaterra chocou-o profundamente, não porque amasse Ricardo II, mas porque era um gesto subversivo de toda a ordem que sustentava o seu mundo. Os cerca de sessenta anos de sua vida — e da vida de Coucy —, que lhe pareciam um desfile interminável de coisas interessantes e empolgantes, terminavam sombriamente. Ele percebeu o vazio, e não pôde continuar; sua história interrompe-se com o término do século.

Se esses sessenta anos pareceram cheios de brilho e aventuras a uns poucos na cúpula, para a maioria foram uma sucessão de perigos insistentes; de três males galopantes, saque, peste e impostos; de violentos e trágicos conflitos, destinos bizarros, dinheiro caprichoso, feitiçarias, traições, insurreições, assassinatos, loucura e queda de príncipes; de declínio da mão-de-obra para os campos, de terra para cultivo voltando ao estado natural; e sempre a sombra constante da peste, com a sua mensagem de culpa, pecado e da hostilidade de Deus.

A humanidade não melhorou com essa mensagem. A consciência do mal tornou pior o comportamento. A violência perdeu as restrições. Foi uma época de omissão e negligência. Regras desmoronaram, instituições falharam em suas funções. A ordem da cavalaria não protegeu; a Igreja, mais mundana do que espiritual, não guiou para o caminho de Deus; as cidades, outrora agentes do progresso e da comunidade, absorveram-se em hostilidades mútuas e dividiram-se na guerra de classes; a população, reduzida pela Peste Negra, não se recuperou. A guerra entre Inglaterra e França, e o banditismo que fomentou, revelaram a inocuidade das pretensões militares da ordem da cavalaria e a falsidade de suas pretensões morais. O cisma abalou os fundamentos da instituição central, difundindo um profundo e generalizado mal-estar. As pessoas se sentiam dominadas por acontecimentos fora de seu controle, varridas, como a espuma do mar, de um lado para outro, num universo sem razão nem finalidade. Viviam num período que sofria e lutava sem progresso visível. Ansiavam por um remédio, um renascimento da fé, da estabilidade e da ordem que não chegaram nunca.

A época não foi estática. A perda de confiança nos mantenedores da ordem abriu caminho a exigências de modificações, e a *miseria* deu força a esse impulso. Os oprimidos já não se resignavam, mas sim rebelavam-se, embora, como os burgueses que tentaram forçar a reforma, fossem inadequados a essa tarefa, para a qual também não estavam prontos nem equipados. Marcel não pôde impor o bom go-

verno, nem o pôde o Bom Parlamento. Os Jacques não podiam derrubar os nobres, o *popolo minuto* de Florença não podia fazer progredir sua situação, os camponeses ingleses foram traídos pelo seu rei; todas as insurreições da classe trabalhadoras foram esmagadas.

Não obstante, a transformação, como sempre, estava ocorrendo. Wyclif e o movimento protestante foram a consequência natural da omissão da Igreja. Monarquia, governo centralizado e Estado nacional foram idéias que ganharam vigor, para o bem ou para o mal. As empresas marítimas, possibilitadas pela bússola, caminhavam para as viagens de descobertas que romperiam os confins da Europa e encontrariam o Novo Mundo. A literatura, de Dante a Chaucer, expressava-se em idiomas nacionais, pronta para o grande salto da imprensa. No ano em que Enguerand de Coucy morreu, João Gutenberg nasceu, embora isso, em si mesmo, não assinalasse nenhuma transformação importante. Os males e desordens do século XIV não podiam deixar de ter consequências. A época se tornaria pior nos cinquenta anos seguintes, aproximadamente, até que num momento imperceptível, por uma química misteriosa, as energias foram revigoradas, as idéias irromperam do molde da Idade Média para novos reinos, e a humanidade tomou uma nova direção.

Epílogo

NOS CINQUENTA ANOS que se seguiram, as forças postas em movimento durante o século XIV esgotaram-se, algumas delas de forma exagerada, como seres humanos que chegam à velhice. Depois de um novo e intenso surto no último ano do velho século, a Peste Negra desapareceu, mas a guerra e o banditismo renovaram-se, o culto da morte tornou-se mais extremado, a luta para pôr fim ao cisma e acabar com os abusos da Igreja foi mais desesperada. O decréscimo da população chegou ao seu ponto mais baixo numa sociedade já enfraquecida, física e moralmente.

Na França, João de Nevers, que sucedeu ao pai como duque de Borgonha em 1404, transformou-se num assassino, precipitando uma série de males. Em 1407, ele empregou um grupo de sicários para assassinar seu rival, Luís d'Orléans, nas ruas de Paris. Quando este voltava à sua casa à noite foi atacado por assassinos profissionais que lhe cortaram a mão esquerda que segurava as rédeas, arrancaram-no de sua montaria, retalharam-no até a morte com espadas e achas-de-armas, deixando o seu corpo na sarjeta, enquanto sua escolta montada, que nunca parece ter sido de muita utilidade nessas ocasiões, fugia.

Protegido do castigo pelo poder ducal, João Sem Medo defendeu publicamente seu ato, através de um porta-voz, como um tiranicídio justificável, acusando Luís de maldade, corrupção, feitiçaria e uma longa lista de crimes públicos e privados. Como Luís estava ligado, na mente do público, à extravagância e licenciosidade da corte, e à sua interminável exigência de dinheiro, João de Borgonha pôde apresentar-se como defensor do povo, opondo-se à última tributação do governo. No vazio deixado por um rei louco, o duque pôde satisfazer o anseio popular de um defensor e protetor real.

Ódios mortais e conflito implacável entre borgonheses e orleanistas consumi-

ram a França nos trinta anos seguintes. Grupos regionais e políticos formaram-se em torno dos antagonistas, ressurgiram as companhias de bandidos empregadas por ambos os lados, deixando suas trilhas fumegantes de pilhagem e massacre. Ambos levantaram a *Oriflamme* um contra o outro, ganharam e perderam controle do rei impotente e da capital, multiplicaram os impostos. As estruturas administrativas caíram na desordem, as finanças e a justiça sofreram abusos, cargos eram vendidos e comprados, o Parlamento tornou-se um mercado de corrupção. O reino, dizia um manifesto orleanista, estava mergulhado no crime e no pecado, com Deus sofrendo blasfêmias por toda parte, "até mesmo pelos homens da Igreja e pelas crianças".¹

A classe média levantou-se, no mesmo esforço para afastar funcionários corruptos e estabelecer medidas de bom governo, tal como fixadas por Etienne Marcel mais de cinquenta anos antes — e sem conseguir maior êxito do que ele. Impaciente em obter resultados imediatos, uma agitada multidão de açougueiros, esfoladores e curtidores de Paris, chamados de *cabochiens*, por serem liderados por Caboché, rebelou-se com violência, reproduzindo a revolta dos *maillotins*, com maior brutalidade. Inevitavelmente, os burgueses reagiram contra eles e abriram as portas ao partido orleanista, que sufocou a revolta, recolocou os funcionários venais em seus postos, revogou as reformas e perseguiu os reformadores. João de Borgonha, que prudentemente afastou-se durante a violência, foi declarado rebelde e, de acordo com o velho padrão de Carlos de Navarra, estabeleceu aliança com os ingleses.

Henrique IV da Inglaterra, depois de uma luta constante contra a revolta galesa, os adversários baroniais e um filho impaciente pela coroa, morreu em 1413, sendo substituído pelo dito filho que, aos 25 anos, estava preparado, com toda a energia santimonial de um libertino reformado, a iniciar um reinado de virtudes rigorosas e conquistas heróicas. Tendo em vista a anarquia na França e seus entendimentos com o duque de Borgonha, e confiando poder, com sucessos militares, unir os ingleses sob a casa de Lancaster, Henrique V retomou a velha guerra e as gastas pretensões à coroa francesa, que não tinham ganho validade ao lhe serem transferidas por um usurpador. A pretexto de várias perfídias francesas, ele invadiu a França em 1415, no mês favorito de Marte, agosto, anunciando ter chegado "à sua própria terra, ao seu próprio país e ao seu próprio reino". Depois do sítio e da tomada de Harfleur, na Normandia, ele marchou para o norte, para Calais, a fim de retornar à Inglaterra para ali passar o inverno. Cerca de 50km antes de Calais, e não muito longe do local da batalha de Crécy, encontrou o exército francês em Agincourt.

A batalha de Agincourt² inspirou livros, estudos e especialistas, mas não foi decisiva no sentido de Crécy, que, levando à tomada de Calais, transformou a aventura semi-séria de Eduardo III numa guerra de cem anos, nem no sentido de Poitiers, que determinou a perda de confiança no nobre como cavaleiro. Agincourt apenas confirmou esses resultados, especialmente o segundo, pois nem mesmo Nicópolis foi uma demonstração tão dolorosa de que a coragem no combate não é equivalente à competência na guerra. A batalha foi perdida pela incompetência da

ordem de cavalaria francesa, e ganha mais pela ação do soldado plebeu inglês do que dos nobres montados.

Embora Borgonha e seus vassallos se mantivessem distantes, o exército francês reunido para enfrentar os invasores era mais numeroso do que estes na proporção de três ou quatro para um, e, como sempre, estava confiante demais. O condestável, Carlos d'Albert, rejeitou uma oferta de seis mil besteiros da milícia dos cidadãos de Paris. Não fora adotada nenhuma modificação de tática, e o único progresso técnico (com exceção do canhão, que não tinha qualquer papel na batalha campal) era a armadura mais pesada. Imaginada para proporcionar maior proteção contra as flechas, teve o efeito de aumentar a fadiga e reduzir a mobilidade e o jogo do braço que usava a espada. O terrível verme no seu casulo de ferro era menos terrível do que antes, e o próprio casulo podia ocasionalmente ser mortal: houve cavaleiros que morreram de insuficiência cardíaca dentro dele.³ Os pajens tinham de apoiar seus senhores no campo de batalha, pois se caíssem não conseguiriam levantar-se.

Os exércitos enfrentaram-se num espaço confinado entre duas florestas. Choveu durante toda a noite, enquanto esperavam pela hora da batalha, e os pajens e palafreiros franceses, fazendo os cavalos andarem de um lado para outro, transformaram o chão numa lama inconsistente, adequada à perfeição para os escorregões e quedas de cavaleiros vestidos de aço. Os franceses não procuraram escolher um campo de batalha onde a sua superioridade numérica pudesse ser usada com eficiência, disso resultando sua organização de combate em três fileiras, uma atrás da outra, com pouco espaço para ação nos flancos, e forçadas a se seguirem umas às outras no vale de lama. Sem um comandante-em-chefe capaz de impor um plano tático, os nobres competiram pela glória de um lugar na linha de frente, até que esta se tornou tão compacta quanto a linha flamenga em Roosebeke. Os arqueiros e os besteiros foram colocados atrás, onde seus projéteis não atingiam a força de impacto e, na verdade, eram inúteis.

Os ingleses, embora cansados, famintos e desanimados pela inferioridade numérica, tinham duas vantagens: um rei que os comandava pessoalmente, e a desproporção de cerca de mil cavaleiros e escudeiros para seis mil arqueiros e alguns milhares de soldados a pé. Seus arqueiros foram colocados em cunhas sólidas entre os homens de armas e em blocos nas alas. Sem armadura, eles tinham plena mobilidade, e além dos arcos, levavam vários tipos de achas-de-armas, machadinhas, martelos e, em alguns casos, espadas grandes pendentes da cintura.

Nessas condições, o resultado foi mais unilateral do que qualquer outro desde o início da guerra. Amontoados uns contra os outros, os nobres desmontados da linha de frente francesa mal podiam manejar suas grandes armas e, ainda mais dificultados pela lama, desorganizaram-se; misturaram-se então com a segunda linha que avançava, e emaranhados nos que fugiam, nos cavalos sem ginetes e no pânico, a confusão transformou-se rapidamente em caos. Percebendo o que acontecia, os arqueiros ingleses lançaram fora seus arcos e correram com suas achas e outras armas para praticar uma mortandade. Muitos dos franceses, cerceados pela pesada

armadura, não se podiam defender, o que explica os vários milhares de mortos e prisioneiros, em contraste com um total inglês de quinhentas baixas, inclusive pelo menos uma vítima de provável ataque do coração. Foi Eduardo, duque de York, um dos netos de Eduardo III, que tinha 45 anos, era gordo e foi encontrado morto no campo de batalha sem um ferimento. Do lado francês, três duques, cinco condes, noventa barões e muitos outros foram mortos, entre eles dois da família de Coucy — seu neto Robert de Bar e seu terceiro genro, Filipe, conde de Nevers, que lutou apesar de seu irmão mais velho, o duque de Borgonha. A lista de prisioneiros era liderada pelo novo *sire* de Coucy, Carlos d'Orléans, que permaneceria cativo durante 25 anos. O herói da ordem de cavalaria, marechal Boucicaut, também foi feito prisioneiro. A fracassada batalha de Agincourt foi seu último combate: ele morreu na Inglaterra seis anos mais tarde.

Depois de uma pausa de dois anos, Henrique V voltou para a conquista sistemática de território. A melhor tecnologia do uso da pólvora e artilharia fez sentir seu peso, acabando com a imunidade das cidades muradas. A era das espadas terminava, e começava a das armas de fogo, sem permitir qualquer lapso na capacidade beligerante do homem. Em três anos, 1417-19, Henrique apossou-se de toda a Normandia, enquanto os franceses se consumiam em lutas internas. Dois delfins sucessivos morreram com um intervalo de um ano entre suas mortes, deixando Carlos, um desamparado jovem de 14 anos cuja mãe o declarara ilegítimo, como herdeiro do trono. Os *cabochiens* levantaram-se novamente numa onda de selvajaria e morte. João Sem Medo assumiu o controle do rei e da capital, enquanto o delfim fugia para o Loire. Henrique V continuava avançando por uma França internamente dividida. Durante o sítio inglês de Ruão, os defensores, para economizar comida, expulsaram 12 mil cidadãos que os ingleses se recusaram a deixar passar pelas suas linhas e que permaneceram entre os dois campos, no inverno, sobrevivendo de capim e raízes, ou morrendo de frio e fome. Quando a queda de Ruão ameaçou Paris diretamente, as facções francesas atemorizaram-se, tentando cerrar fileiras contra o inimigo.

Em 1419, depois de muita protelação pelo duque de Borgonha, foi promovido um encontro entre ele e o delfim, numa ponte em Montereau, a cerca de 55km a sudeste de Paris. As duas partes se aproximaram muito desconfiadas, palavras ásperas foram ditas como se os deuses de Tróia estivessem novamente murmurando coisas malignas, as mãos voaram para as espadas, e enquanto o delfim se retirava do local, seus partidários caíram sobre o duque, mergulharam suas armas em seu corpo e “o prostaram ao chão completamente morto”. Luís d'Orléans estava vingado, mas a um custo amargo.

A reconciliação foi sustada. Jurando vingança por sua vez, Filipe de Borgonha, o novo duque, celebrou uma aliança total com Henrique V, reconhecendo até mesmo a sua cediça pretensão à coroa dos ancestrais do próprio Filipe. Celebraram o Tratado de Troyes entre o rei da Inglaterra e o fantasma ainda vivo do rei da França. Pelos seus termos, firmados em 1420, o insensato rei e sua rainha estrangeira, que nunca se sentiu francesa, repudiavam o “chamado delfim” e aceitavam

Henrique V como sucessor do trono da França e marido de sua filha Catarina. Ainda em vida de Carlos VI, Henrique foi confirmado na posse da Normandia e de suas outras conquistas territoriais, e deveria dividir o governo da França com o duque de Borgonha.

A integridade da França tinha chegado ao seu ponto mais baixo. Se em Poitiers um rei foi aprisionado, em Troyes o próprio rei entregou-se. A França, a suprema, estava reduzida a um condomínio anglo-borgonhês. A rápida campanha de cinco anos de Henrique V não foi a conquistadora disso: mas sim a obra de cem anos de desintegração, combinada com a ascensão do estado borgonhês e o acidente da prolongada loucura do rei. Mas naquela fase da evolução do nacionalismo, não era uma conquista que pudesse ter êxito, por mais cuidadosos que fossem os métodos de Henrique V. Se o sentimento nacional francês já era forte demais para aceitar as transferências de soberania em 1360, seria ainda mais forte duas gerações depois, como os signatários do Tratado de Troyes sabiam claramente. Incluíram nele uma cláusula proibindo qualquer manifestação de desaprovação ao tratado e fazendo dela um ato de traição.

Havia, porém, uma França ocupada e uma França livre além do Loire. O desgraçado delfim, com o pouco ânimo de que dispunha, recusou-se a aceitar o tratado e retirou-se com o seu Conselho para Bourges em Berry, onde manteve as fracas batidas do coração da coroa. Depois de uma entrada real em Paris, Henrique V voltou à Inglaterra, deixando o irmão, o duque de Bedford, como seu regente na França. A História, ou qualquer que seja o *deus ex machina* que organiza a vida dos homens, permite-se por vezes o gosto da ironia. Menos de dois anos depois Carlos VI e Henrique V morreram com um mês de diferença, o genro primeiro, de modo que nunca usou a coroa da França. O legado passou ao filho de nove meses, e com ela, através de Catarina de França, a maldição dos Valois. A loucura dominaria Henrique VI já adulto; o delfim, posteriormente Carlos VII, sendo ilegítimo, escapou.

Mais uma vez, foi dito: "As florestas voltaram com os ingleses",⁴ quando a guerra e a peste esvaziaram a terra. Na Picardia, caminho perene dos invasores, aldeias foram transformadas em ruínas enegrecidas, os campos ficaram sem plantações, estradas em desuso desapareceram sob arbusto e mato, fazendas despovoadas jaziam solitárias, sem que se ouvisse o canto do galo. Nas cercanias de Abbeville, uma camponesa faminta salgou os corpos de duas crianças que tinha matado.⁵ A destruição espalhou-se, enquanto os ingleses empenhavam-se seriamente em consolidar a conquista da França. Apenas a aliança de Borgonha e a exaustão de um país saqueado e pisoteado permitiu-lhes deitar raízes. Nenhuma força armada, escreveu o secretário de Carlos d'Orléans, pôde tomar o castelo de Coucy durante as guerras, mas pela "traição interna" ele foi entregue durante algum tempo ao inimigo, e as belas janelas de sua capela foram "em grande parte destruídas por mãos profanas".⁶

Os camponeses fugiam dos campos para refugiar-se nas cidades, onde esperavam encontrar segurança e onde imaginavam levar uma vida melhor. Em becos e

casebres, descobriram que os trabalhadores não-especializados não estavam melhores do que eles. Entre os pobres amontoados e subalimentados, as epidemias grassavam com mais violência, e uma população enfraquecida tornava-se mais vulnerável ao tifo e à lepra, bem como à peste. A queda no comércio e na manufatura criou o desemprego e fomentou a hostilidade contra os refugiados. Alguns deles voltaram à terra para tentar reconstruir suas aldeias e cultivar seus campos, outros para viver nas matas, caçando com armadilhas e pescando.

Estátuas de são Roque, e outros santos invocados contra a peste e várias formas de morte súbita, multiplicaram-se nas igrejas; generalizou-se a moda de efígies nuas e esqueléticas. Agora, no século XV, o culto da morte florescia da maneira mais mórbida. Os artistas detinham-se no apodrecimento físico, com detalhes macabros: vermes caminhavam por todos os cadáveres, sapos inchados sentavam-se em globos oculares mortos. Uma Morte zombeteira, convidativa, sorridente comandava o desfile da Dança Macabra à volta de numerosas paredes pintadas de afrescos. Uma literatura da morte expressava-se em tratados populares sobre *Ars moriendi*, a arte de morrer, com cenas de leito de morte, médicos e notários assistindo, famílias espreitando, mortalhas e caixões, coveiros cujas pás arrancavam os ossos de mortos mais antigos, e finalmente o corpo nu esperando o julgamento de Deus enquanto anjos e maldosos diabos negros disputavam a sua alma.

A encenação de peças e mistérios chegou aos extremos do horrível, como se as pessoas precisassem de excessos cada vez maiores para experimentar um sentimento de aversão. O estupro de virgens era representado com espantoso realismo; em bonecos muito parecidos, o corpo de Cristo era impiedosamente cortado e retalhado pelos soldados, ou uma criança era assada e comida pela mãe. Numa versão do século XV da cena entre Nero e Agripina, uma das favoritas, a mãe implora misericórdia, mas o imperador, mandando abrir-lhe a barriga, quer ver “o lugar onde as mulheres recebem o sêmen do qual concebem os seus filhos”.⁷

Associada ao culto da morte estava a previsão do fim do mundo. O pessimismo do século XIV cresceu no século XV para transformar-se na crença de que o homem se estava tornando pior, indicação do iminente fim. Como descreve um tratado francês, um sinal desse declínio era o congelamento da caridade nos corações humanos,⁸ indicando que a alma estava envelhecendo e que a chama do amor, que costumava aquecer a humanidade, diminuía e dentro em pouco se apagaria. Peste, violência e catástrofes naturais eram outros indícios.

Com os ingleses ocupando a capital, a coragem diminuiu muito. Não faltavam franceses prontos a aceitar a união sob uma coroa como a única solução para a guerra constante e a ruína econômica. Na maioria deles, porém, a resistência aos tiranos ingleses e aos *Goddams*, como eram chamados, era axiomática, mas sem coordenação e liderança. O delfim era fraco e desanimado, controlado por ministros sem escrúpulos ou passivos. Sem apregoar-se, a coragem veio da fonte mais improvável da sociedade — uma mulher da classe dos plebeus.

O fenômeno de Joana d'Arc — as vozes de Deus dizendo-lhe que tinha de expulsar os ingleses e coroar o delfim como rei; a qualidade que dominou aqueles

que normalmente a teriam desprezado; a força que rompeu o sítio de Orléans e levou o delfim a Reims — não pertence a nenhuma categoria. Talvez só possa ser explicado como a resposta a uma exigente necessidade histórica. O momento chamava por ela e ela apareceu. Sua força vinha da combinação, nela e pela primeira vez, da velha fé religiosa e da nova força do patriotismo. Deus falou-lhe pelas vozes de santa Catarina, são Miguel e santa Margarida, e o que Ele determinou não foi a castidade nem a humildade nem a vida do espírito, mas a ação política para salvar o país dos tiranos estrangeiros.

O voo de seu meteoro durou apenas três anos. Ela apareceu em 1428, inspirou Dunois, filho bastardo de Luís d'Orléans, e outros do círculo do delfim, para atacar Orléans, libertou a cidade em maio de 1429 e, na esteira dessa vitória, levou Carlos à cerimônia sagrada da coroação em Reims, dois meses depois. Aprisionada pelos borgonheses em Compiègne em maio de 1430, foi vendida aos ingleses, julgada como herege pela Igreja a serviço do invasor, e queimada na fogueira em Ruão, em maio de 1431. Sua condenação era essencial aos ingleses porque ela pretendia ter sido inspirada por Deus, e, se tal pretensão não fosse negada, Deus, o árbitro da vida dos homens, teria então mostrado seu rosto contra a dominação inglesa da França. Toda a intensidade e insistência da Inquisição foram lançadas contra ela para provar a invalidade de suas vozes. Antes do julgamento, nem Carlos VII, que lhe devia a coroa, nem qualquer dos franceses tentaram resgatá-la ou salvá-la, possivelmente devido ao constrangimento dos nobres por terem sido levados à vitória por uma moça aldeã.

A vida e a morte de Joana d'Arc não criaram imediatamente uma resistência nacional; não obstante, depois dela os ingleses lutavam por uma causa perdida, quer o soubessem ou não. Os borgonheses sabiam disso. A coroação de Carlos como rei ungido da França, com um exército novamente motivado, modificou a situação, e ainda mais porque os ingleses estavam desgastados pelos crescentes atritos sob um rei menino. Reconhecendo essas implicações, o duque de Borgonha passou-se aos poucos para os franceses, chegou a um entendimento com Carlos VII e selou uma aliança com a paz de Arras, em 1435. Dentro de um ano, graças à ação de um novo e enérgico condestável, Paris era reconquistada para o rei, um indício do reino reunificado que viria. Ninguém poderia ter dito que a fagulha provocada pela Donzela de Orléans se tinha tornado uma chama, pois sua significação é melhor conhecida da História do que pelos contemporâneos, mas uma renovada esperança e energia estavam no ar. A guerra não terminou e, na verdade, tornou-se mais brutal, quando os ingleses, com a obstinação de conquistadores ante conquistados que se recusam a sucumbir, persistiram num esforço que a defecção da Borgonha tinha tornado desesperado.

Durante todo esse tempo, a atividade intelectual dominante na Europa empenhava-se, constante, agressiva e intensamente, para acabar com o cisma papal e

provocar a reforma dentro da Igreja. Esses dois objetivos dependiam do estabelecimento da supremacia de um Concílio sobre o papado. Enquanto os dois papas se recusassem a abdicar, o fim do cisma por acordo era impossível, deixando o Concílio como a alternativa. Era igualmente evidente que nenhum papa e Colégio de Cardeais derrubaria interesses criados para iniciar uma reforma de dentro; portanto, só estabelecendo a autoridade de um Concílio era possível obter um instrumento de reforma. Teólogos sérios empenharam-se na solução desses problemas, num esforço sincero de promover a mudança e encontrar uma maneira de limitar e constitucionalizar os poderes do pontificado. Essas questões provocaram as mais violentas controvérsias filosóficas e religiosas, para não dizer materiais, debatidas por uma sucessão de Concílios num período de quarenta anos. Convocados não pelo centro da Igreja, mas pela periferia, pelas universidades, por soberanos e Estados, os Concílios reuniram-se em Pisa, Constança e Basileia.

Em Pisa, em 1409, a questão da reforma, eloqüentemente patrocinada por d'Ailly e Gerson, foi suprimida, enquanto todas as energias empenhavam-se em depor os papas de Avignon e Roma e eleger um único sucessor. Esse sucessor morreu logo, sendo substituído por um italiano marcial, Baldassare Cossa, mais *condottiere* do que cardeal, que adotou o nome de João XXIII. Como seus dois antecessores rivais ainda se apegavam às suas respectivas sés, o cisma era agora triplíce. Devido às dificuldades da França, a iniciativa passou ao imperador Sigismundo, que convocou o memorável conselho reunido em Constança, território imperial, de 1414 a 1418.

Com conseqüências históricas para a Igreja, Constança incumbiu-se de uma terceira questão, a supressão da heresia, ou seja, de todas as tendências dissidentes surgidas devido ao mal-estar do século anterior. A vitalidade da religião se tinha transferido aos dissidentes, místicos e reformadores e, num sentido negativo, às práticas de feitiçaria e bruxaria, embora a ênfase na feitiçaria refletisse mais as acusações pelas autoridades do que uma prática real. Ameaçada, a Igreja reagiu com a perseguição violenta. Denúncias, julgamentos e queimas aumentaram, e na tortura de supostos hereges a Inquisição foi tão selvagem e engenhosa na crueldade quanto qualquer infiel turco ou chinês. A caça às feiticeiras atingiria proporções epidêmicas na segunda metade do século, marcada pelo famoso tratado *Malleus maleficarum*, de 1487, uma enciclopédia para a identificação da demonologia e de seus devotos.

Constança preocupou-se com a heresia mais fundamental de João Hus, ideologicamente o sucessor de Wyclif. Convocado a explicar e defender suas doutrinas, ele foi condenado e queimado na fogueira em 1415. Hus bem poderia ter pretendido, antecipando o bispo Latimer, que as chamas nas quais morreu acenderam uma vela que não se podia apagar.

O Concílio também conseguiu, depois de uma série de lutas dramáticas com João XXIII, depô-lo sob acusações de pirataria, assassinato, estupro, sodomia e incesto (Gibbon observa que as acusações "mais escandalosas" foram retiradas), e eleger o cardeal Colonna, de Roma, como Martinho V. O papa romano anterior foi

induzido a renunciar e o ainda obstinado Bento de Avignon foi isolado com eficiência, sendo o cisma então declarado encerrado, embora fosse renascer, por pouco tempo, em relação à reforma. A luta maior entre o Concílio e o papado pela supremacia continuava. Sob Martinho V, os Estados Pontificais e suas rendas foram recuperados, e o ganho marcial, senão espiritual, em força, permitiu ao papado, sob o sucessor de Martinho, Eugênio IV, renovar a luta conciliar na Basiléia. Como certos choques de gigantes, esse Concílio durou 18 anos.

As controvérsias doutrinárias multiplicaram-se, grupos separaram-se, concílios irregulares foram convocados, um papa rival — nada menos do que o conde de Savóia reinante, que podia pagar para isso — foi eleito como Félix V. Reformas e restrições ao pontificado eram aprovadas por um lado e rejeitadas pelo outro, enquanto Estados e soberanos dividiam-se novamente devido à política de poder. No fim, os reformadores foram derrotados, Félix V renunciou e o Concílio da Basiléia foi dissolvido em 1449. O papado, mais uma vez firmemente italiano, reconheceu a supremacia conciliar no papel, mas a prática reconquistou o primado. Seu triunfo, celebrado no Jubileu de 1450, foi um fantasma. O papado jamais voltaria a ser o que fora antes do cisma e dos concílios. Tinha perdido prestígio na primeira dessas crises, e influência e controle sobre as Igrejas nacionais, na segunda. Numa expressão das “liberdades galicanas”, um sínodo francês em 1438 adotou reformas independentemente e limitou a tributação papal do clero francês. Movimentos e idéias gerados pela luta conciliar aproximavam-se inelutavelmente da cisão protestante.

A modificação numa outra esfera registrou-se nas guerras hussitas, movimento deflagrado pelo nacionalismo tcheco e o zelo religioso, para vingar a morte de Hus. Seus membros eram, em grande parte, burgueses e camponeses (com certo apoio ambivalente da nobreza tcheca), e, em sua luta contra a classe guerreira, foram os burgueses, e não os seus adversários, que desenvolveram uma nova tática militar. Adotaram o recurso de um “forte móvel”, consistindo de um quadro ou círculo de carroças de bagagem encadeadas para a defesa contra a carga de soldados montados.⁹ Esquadrões armados de lanças, armas de fogo manuais e malhos protegiam as separações entre as carroças, e o sucesso na defesa levava à ofensiva, carregando os esquadrões por entre essas brechas, contra o inimigo. Em 1420, eles derrotaram as forças comandadas por Sigismundo numa “cruzada” para restabelecer a ortodoxia e, ganhando confiança devido ao medo que inspiravam, realizaram incursões na Hungria, Baviera e Prússia, até o Báltico, criando a perspectiva de um domínio da heresia. Disparavam o canhão de dentro do círculo de carroças e foram os primeiros a usar com sucesso as armas de fogo manuais. Ao fim de dez anos, um terço das forças hussitas as possuíam.

Sendo humanos, os hussitas foram vítimas do conflito entre moderados e radicais que acabou destruindo internamente o movimento. No Concílio de Basiléia,

porém, foram fortes o bastante para forçar a Igreja, pela primeira vez, a concluir um tratado de paz com os hereges. Como os suíços, que também eram um exército formado em grande parte de plebeus, tinham aprendido a luta com eficiência porque não estavam interessados em glória, nem presos ao cavalo.

Nas décadas de 1420 e 1430, Henrique, o Navegador, príncipe de Portugal e neto de João de Gaunt, realizou viagens anuais pelo Atlântico, explorando e ocupando os Açores, a Madeira e as Canárias, e aventurando-se a descer a costa oeste da África, até que a grande protuberância ocidental foi contornada em 1433, e atingidas as costas do ouro e do marfim, iniciando um novo comércio. Mesmo que o motivo inicial do príncipe Henrique fosse a maior glória da Ordem de Cristo, da qual era o geral, sua obra e seu impulso foram modernos. Ele coloca-se na ponte entre o medieval e o moderno, onde se ajuntavam os cientistas e humanistas.

As mudanças eram desiguais e erráticas. A população da Europa tinha chegado ao seu ponto mais baixo em cerca de 1440 e não voltaria a subir por mais quarenta anos. Ruão, cuja população era de 15 mil antes da Peste Negra, contava apenas com seis mil cidadãos em meados do século XV.¹⁰ A catedral de Schleswig,¹¹ ao comparar suas receitas de 1457 com as de 1352, verificou que os arrendamentos e as medidas de cevada, centeio e trigo tinham baixado para cerca de um terço do que eram. Em muitos lugares, as escolas primárias desapareceram, só reaparecendo nos tempos modernos. Em 1439, o cronista anônimo Bourgeois de Paris, que mantinha um diário, informava que o mato crescia nas ruas da capital e os lobos atacavam as pessoas nos subúrbios semipovoados. No mesmo ano, o arcebispo de Bordéus queixava-se de que, devido à maldição dos *écorceurs*, os estudantes já não podiam buscar a pérola do conhecimento nas universidades, pois "muitos foram apanhados no caminho, aprisionados, privados de seus livros e posses, e por vezes, infelizmente, mortos". O custo de cem anos de guerras, em ajudas e subsídios, impostos indiretos e moeda desvalorizada, foi incalculável. Não obstante, a convocação forçada de tantos Estados e parlamentos para a concessão de fundos pode ter fortalecido o funcionamento dos órgãos representativos, mesmo que o ônus financeiro causasse miséria e antagonismo de classes.

Poucas pessoas, na primeira década do reinado de Carlos VII, podiam ver indícios de progresso à frente. Devido às guerras constantes, civis e estrangeiras, escreveu Thomas Basin, cronista normando do reino, devido à "negligência e ociosidade" dos funcionários do rei, à "cobiça e frouxidão" dos homens de armas e à falta de disciplina militar, a devastação reinava de Ruão a Paris, do Loire ao Sena, nas planícies de Brie e Champagne, e do Sena até Laon, Amiens e Abbeville. "E teme-se que as marcas dessa devastação durem por muito tempo e permaneçam visíveis, a menos que a Divina Providência fiscalize melhor as coisas deste mundo."¹²

Embora isso fosse improvável, lentamente as tarefas de governo fizeram de Carlos VII um rei, e uma melhor fortuna colocou homens melhores a seu serviço.

O grande financista burguês Jacques Coeur proporcionou uma base financeira e creditícia, e a artilharia de sítio, aperfeiçoada por armeiros experientes fora das fileiras da cavalaria, acabou com o domínio inglês de castelos e cidades, com uma eficácia desconhecida no século XIV. Cidade após cidade abriram suas portas às forças do rei, e ainda mais prontamente porque Carlos VII fez a última reforma militar fundamental que tinha derrotado seu avô Carlos V. Em 1444-45 ele conseguiu criar um exército permanente, incorporando e ao mesmo tempo eliminando as companhias que estavam à margem da lei e constituíam o maior flagelo da época. De acordo com as novas leis, vinte *compagnies d'ordonnance* de cem lanças cada foram criadas, com dois arqueiros, um escudeiro, um pajem e um *valet de guerre* para cada lanceiro, perfazendo um total de seiscentos homens por companhia. Comandadas pelos mais confiáveis entre os capitães mercenários, que recrutavam os seus próprios homens, as novas companhias eram pagas e abastecidas pela coroa por meio de uma tributação anual regular, e ficavam alojadas em pontos estratégicos por toda a França. Graças a um esforço incansável, os *écorceurs* restantes foram dissolvidos. Entre os indícios de mudança em meados do século, nenhum foi mais importante do que essa inovação do exército permanente. Ele significava um princípio de ordem onde tudo antes — peste, guerra e cisma — era agente da desordem.

A recuperação foi ajudada pelo decréscimo da vontade de conquista da Inglaterra. Henrique VI, quando adulto, queria a paz. Rei fraco e inseguro, era o peão de brigas entre os barões e os prelados. Seu competente tio, o duque de Bedford, estava morto, não havendo ninguém de posição destacada capaz de liderar ou concluir a guerra. Em 1450, os franceses tinham recuperado toda a Normandia; as cidades rendiam-se tão logo a artilharia aparecia. Até mesmo a inglesa Aquitânia se tinha reduzido a pouco mais do que as cercanias de Bordéus.

Em 1453, em Castillon, a única base inglesa que restava fora de Bordéus, foi travada a última batalha.¹³ Os papéis tradicionais inverteram-se, com a coragem temerária do lado inglês e a competência burguesa entre os franceses. Castillon rendida aos franceses, lorde John Talbot, conde de Shrewsbury, partiu de Bordéus para reconquistá-la. Segundo Basin, ele era habitualmente dado a “ousadias impetuosas e não a ataques calculados”, e insistiu, contra a recomendação de um conselheiro experimentado, num ataque frontal à testa de seus homens de armas montados. Os franceses, sob o comando de “um certo Jean Bureau, cidadão de Paris, homem de pequena estatura, mas decidido e audaz, muito hábil e experiente no uso de [artilharia]”, tinham protegido seu acampamento com uma vala, um muro de terra reforçado com troncos de árvores e “máquinas de guerra” — colubrinhas, serpentinas, balestras e várias lançadoras de projéteis. Talbot e seus cavaleiros lançaram-se contra essas defesas e foram rechaçados por pedras, chumbo e projéteis de todos os tipos. Talbot foi morto e seu exército derrotado. Bordéus caiu logo depois. Nada restava do império continental da Inglaterra, exceto Calais e uma vaga pretensão à coroa francesa.

A mais longa guerra acabava, embora talvez poucos se dessem conta disso. De-

pois de tantas tréguas e reinícios, quem poderia ter compreendido que o fim tinha chegado? Sem cerimônias ou cessar-fogo, tratado ou acordo, a aventura e agonia de cinco gerações desapareceram. Identidades nacionais formaram-se à sua passagem. A Guerra dos Cem Anos, como as crises da Igreja no mesmo período, rompeu a unidade medieval. A fraternidade da cavalaria foi quebrada, tal como o internacionalismo das universidades, sob o efeito conjunto da guerra e do cisma, não pôde sobreviver. Entre Inglaterra e França a guerra deixou um legado de antagonismo mútuo que duraria até que a necessidade exigisse uma aliança, às vésperas de 1914.

No mesmo ano de Castillon, a loucura dominou Henrique VI, provocando a mesma luta pelo controle da coroa inglesa que tanto prejudicara a França. Soldados e arqueiros desempregados, voltando à Inglaterra, foram servir às facções baroniais, somando sua violência e suas armas às Guerras das Rosas, civis, que substituíam agora a guerra de França. Ainda no fatídico ano de 1453, as formidáveis defesas de Constantinopla caíram ante os canhões de sítio de Maomé II. Os turcos tinham setenta peças de artilharia com uma superbombarda reforçada de ferro, puxada por sessenta bois e capaz de disparar balas de canhão pesando 400kg.¹⁴ A queda de Bizâncio proporcionou uma data convencional para o encerramento da Idade Média, mas um acontecimento ainda mais carregado de potencial de mudanças ocorreu ao mesmo tempo.

Em 1453-54, o primeiro documento impresso por tipos móveis foi produzido por Gutenberg em Mainz, seguido em 1456 pelo primeiro livro impresso, a Vulgata da Bíblia. "O sol gótico", como disse Victor Hugo com adequada eloquência, "se pôs atrás da gigantesca impressora de Mainz".¹⁵ O novo processo de disseminar o conhecimento e troca de idéias difundiu-se com uma rapidez nada medieval. Prensas surgiram em Roma, Milão, Florença e Nápoles dentro de uma década, e em Paris, Lyon, Bruges e Valência na década de 1470. A primeira partitura musical foi impressa em 1473. William Caxton instalou sua prensa em Westminster em 1476, e publicou essa obra ainda insuperada da prosa inglesa que é *Morte d'Arthur* em 1484.

Com os Tudors no trono inglês, um acordo formal entre a Inglaterra e a França acabou sendo concluído como Tratado de Etaples de 1492, ano mais significativo por outras razões. As energias da Europa, que outrora encontravam escoamento nas cruzadas, iriam agora voltar-se para as viagens, descobertas e colonizações no Novo Mundo.

A linhagem Coucy,¹⁶ depois da morte de Enguerrand VII, pendeu de um fio único, com o filho de Maria, Roberto de Bar. Filipa morreu sem filhos; Isabel, fruto do segundo casamento de Coucy, morreu em 1411, seguida ou antecedida em seis meses pelo seu único rebento, uma menina. Perceval, o bastardo de Coucy, deixou um testamento em 1437 legando sua *seigneurie* ao marido da filha de Roberto de Bar, pelo que se pode presumir que o único filho de Enguerrand VII

morreu sem herdeiros.¹⁷ Não obstante, esse fio único iria levar a um rei. Joana, filha de Roberto de Bar, casou-se com Luís de Luxemburgo, condestável de França, e por sua vez teve uma filha que desposou um Bourbon do ramo descendente de são Luís. O neto desse casamento, Antônio de Bourbon, casou-se com Joana d'Albret, rainha de Navarra, e o filho desse matrimônio, com sua pluma branca de Navarra e sua famosa concessão — “Paris vale bem uma missa” —, chegou ao trono como Henrique IV. Corajoso, espirituoso, amoroso, sensato foi o mais popular de todos os reis franceses e — talvez devido a alguns genes de Enguerrand VII — um homem racional.

A grande baronia de Coucy, depois de unida ao domínio real sob Luís XII, filho de Carlos d'Orléans, continuou propriedade do ramo Orléans da casa real. Durante a menoridade de Luís XIV — cujo irmão Filipe d'Orléans tinha o título de *sire* de Coucy —, o formidável castelo, originalmente construído para fazer medo aos reis, tornou-se um foco da Fronde, a liga de nobres contrária ao cardeal Mazarin, o regente. Para destruir a base de seus inimigos, Mazarin fez explodir partes do castelo, em 1652, tornando-o inabitável, embora os seus meios não fossem suficientes para derrubar o titânico donjon. Um terremoto em 1692 danificou outras partes do castelo e deixou uma fenda, de alto a baixo, no donjon, que apesar disso resistiu, guardião dos salões vazios lá embaixo. Cem anos depois, o último senhor da baronia foi o duque d'Orléans, chamado Filipe Egalité, que, como membro da Convenção Nacional, votou pela morte de Luís XVI e foi também vítima da guilhotina, um ano depois. Suas propriedades, inclusive Coucy, passaram ao Estado.

Enquanto isso, o mosteiro celestino de Enguerrand em Villeneuve de Soissons tinha sido vandalizado pelos huguenotes, restaurado e novamente arruinado nas batalhas da Fronde, e vendido como *château* particular quando a ordem dos celestinos foi liquidada, em 1781. Saqueado durante a revolução, passou por várias mãos até ser comprado pelo conde Olivier de la Rochefoucauld em 1861. O esforço de Coucy para perpetuar-se não teve mais êxito do que a maioria dessas tentativas.¹⁸

Na época de Napoleão III, a Comissão dos Monumentos Históricos recomendou a restauração do castelo de Coucy e, na impossibilidade disso, de obras urgentes para evitar a deterioração da torre. A opção de restauração teve de fazer-se entre Coucy e Pierrefonds, um castelo mais recente e mais luxuoso, construído em fins do século XIV por Luís d'Orléans. Como a restauração de Coucy teria custado três vezes mais e Pierrefonds era preferido pela imperatriz Eugênia por ser mais perto de Paris, foi o escolhido. Foi com tristeza que o arquiteto Viollet-le-Duc, restaurador de construções medievais, afastou-se da principal estrutura militar da Idade Média. “Ao lado desse gigante, as maiores torres conhecidas são apenas varetas”, escreveu ele. Tudo o que pôde fazer foi passar em torno do gigante dois anéis de ferro, consertar o telhado e as principais fissuras, e instalar um vigia para impedir novos roubos das pedras caídas do castelo.

Silencioso, deserto, habitado por corujas, o grande marco ainda inspirava temor. Turistas iam contemplá-lo, arqueólogos estudavam sua estrutura, artistas de-

senhavam seus planos e monumentos. A vida continuou na aldeia à sua base e ao longo da estrada que serpenteava descendo o morro e atravessando o vale até Soissons. O donjon era insensível ao tempo, às desordens do homem e às desordens da natureza, mas não às do século XX.

Em 1917, a Picardia, mais uma vez invadida, foi ocupada durante três anos pelo exército alemão. O príncipe Rupprecht da Baviera, comandante do Sexto Exército, pediu ao general Ludendorff, chefe do Estado-Maior, que poupasse o castelo de Coucy como um excepcional tesouro arquitetônico, sem qualquer valor militar no presente.¹⁹ Nenhum dos lados, observou ele, tinha tentado usá-lo para fins militares e sua destruição "só poderia significar um golpe para nosso prestígio, totalmente inútil". Ludendorff não gostava de apelos à cultura. Tendo sua atenção despertada, com inabilidade, para Coucy, resolveu fazer dele um exemplo de valores superiores. Minado com 28t de explosivos por sua ordem, o colosso levantado por Enguerrand III na era dos maiores construtores desde Grécia e Roma, foi totalmente dinamitado.²⁰

As muralhas externas, alicerces, câmaras e túneis subterrâneos, partes das muralhas internas e portas sobrevivem, dominando hectares de pedras amontoadas. Acima de uma verga rachada, o cavaleiro sem armadura ainda luta com um leão. Durante setecentos anos o castelo testemunhou ciclos de esforços e fracassos humanos, de ordem e desordem, grandeza e declínio. Suas ruínas continuam no alto de um morro na Picardia, observadoras silenciosas das voltas da roda da História.

Bibliografia

1. MATERIAL ESPECIFICAMENTE RELACIONADO COM COUCY

- A. MANUSCRITOS E SELOS
- B. OBRAS PUBLICADAS

2. GERAL

- A. FONTES PRIMÁRIAS
- B. OBRAS SECUNDÁRIAS

ABREVIATURAS

AESC	<i>Annales: Economies, Sociétés, Civilisations</i>
BEC	Bibliothèque de l'Ecole de Chartres
BN	Bibliothèque Nationale
EcHR	<i>Economic History Review</i>
EHR	<i>English Historical Review</i>
REH	<i>Revue des Études Historiques</i>
RH	<i>Revue Historique</i>
RQH	<i>Revue des Questions Historiques</i>
SHF	Société de l'Histoire de France
TRHS	<i>Transactions of the Royal Historical Society</i>

1. SOBRE COUCY

A. MANUSCRITOS

Archives du département de l'Aisne

H 325, folio 239: *Cartulaire-chronique de l'abbaye de Nogent-sous-Coucy*. (Cópia moderna na Biblioteca da cidade de Noyon, Coll. Peigne-Delancourt, ms. 21.)

H 721: *Fondation du couvent des Célestins à Villeneuve-les-Soissons*.

Bibliothèque Nationale, Paris

Fonds français, nouv. acq., Coll. Bastard d'Estang, 3653-45-, 3638-9.

Coll. Clareimbault, vol. 35, n.º 74-114; vol. 39, n.º 81, pasta Coucy. *Pièces originales*, 875, pasta Coucy, n.ºs 1-37.

Mss. Coll. Picardie, vol. x, fo. 207 ss.

Ms. fr. 18616 folios 94-141. *Mémoires pour faire servir à l'histoire des seigneurs de Coucy*. (Não é obra original, mas uma compilação do século XVI de material extraído de L'Alouête, Duchesne e outras fontes.)

Ms. Latin 5149, *Historia monasterii SS Trinitatis Caelestinorum*.

École de Chartres

Lacaille, Henri, *Enguerrand VII, sire de Coucy* (Tese de doutorado inédita, de 1890. A lista de *pièces justificatives* do autor — suas fontes — falta, infelizmente, no manuscrito.) Citado nas notas como Lacaille, tese.

SELOS

Archives Nationales — Bureaux des sceaux.

Coll. Clairembault, n.^{os} 2838, 2841-2, 8644-6.

Coll. de la Flandre, n.^o 308.

Bibliothèque Nationale — Cabinet des Médailles

Coll. Bastard d'Estang, n.^{os} 28-18bis.

B. OBRAS PUBLICADAS

+ indica uma fonte primária para a vida de Enguerrand VII.

++ indica a publicação de documentos primários.

- + L'Alouëte, François de, *Traité des nobles avec une histoire généalogique de la très-illustre et très ancienne maison de Coucy et de ses alliances*. Paris, 1577.
- Ancien, Bernard, "Les Couleurs d'Enguerrand VII, sire de Coucy et comte de Soissons" *Mémoire de la fédération des sociétés d'histoire et d'archéologie de l'Aisne*, 1963, vol. IX.
- L'Art de vérifier les dates des faits historiques*, par un religieux de la Congrégation de St. Maur, Paris, 1818, vol. XII.
- ++ Bardy, Henri, *Enguerrand de Coucy et les Grands Bretons*. Paris, 1860.
- Belloy, M. de, *Mémoires historiques: I, Sur la maison de Coucy encore existante*. Paris, 1770.
- Bouet, M.G., "Excursions à Noyon, à Laon et à Soissons". *Bull. monumental sur les monuments historiques de la France*, 4.^a série, vol. IV.
- ++ Broche, Lucien, "Notes sur d'anciens comptes de la châtellenie de Coucy". *Bull. de la Société Académique de Laon*, 1905-9, vol. XXXII. Chaurand, Jacques, *Thomas de Marle, sire de Coucy*. Vervins, 1963.
- ++ Delaville le Roux, J., "Les legs d'Enguerrand VII, sire de Coucy à la cathédrale de Chartres". *Mémoires de la Société Archéologique d'Eure-et-Loire*, 1889, vol. IX.
- + Duchesne, André, *Histoire généalogique des maisons de Guînes, d'Ardres, de Gand et de Coucy*. Paris, 1631.
- Dufour, Etienne, *Coucy-le-Château et ses environs*. Soissons, 1910.
- Duplessis, Don Michel Toussaints Chrétien, *Histoire de la ville et des seigneurs de Coucy*. Paris, 1728.
- ++ Durrieu, Paul, "La prise d'Arezzo par Enguerrand VII, sire de Coucy, en 1384", *BEC*, 1880, vol. XLI.
- Duval, M.R., "Histoire de l'abbaye bénédictine de St. Nicolas-aux-bois au diocèse de Laon". *Mémoires de la Soc. Acad. de St. Quentin*, 4.^a série, 1893-96, vol. XII.
- ++ Lacaille, Henri, "Enguerrand de Coucy au service de Grégoire XI, 1372-74". *Annuaire Bulletin de la SHF*, 1985, vol. XXXII. (Coleção de cartas dos Arquivos do Vaticano, de Gregório XI, sobre o comando de Coucy na Guerra da Liga Pontifical, 1372-74).
- ++ "La vente de la baronnie de Coucy". *BEC*, 1894, vol. LV.
- Larousse, *Grand dictionnaire universel*, 1869, artigo "Coucy-le-Château".
- Lefèvre-Pontalis, Eugène, *Le château de Coucy*. Paris, 1909.
- Lelong, dom Nicolas, *Histoire ecclésiastique et civile du diocèse de Laon*. Châlons, 1783.
- Lépinois, E. de, *Histoire de la ville e des sires de Coucy*. Paris, 1859.
- ++ Mangin, "Enguerrand VII, sire de Coucy: pièces inédites concernant son départ pour la Hongrie et sa mort". *Bulletin de la Soc. Acad. de Laon*, 1882, vol. XXIV.
- Mazas, Alexandre, *Vie des grands capitains français du moyen âge*, 3.^a ed., Paris, 1845, vol. III. (Vivo e interessante, mas pouco fidedigno e, em certos casos, imaginário.)
- Melleville, Maximilien, *Histoire de la ville et des sires de Coucy-le-Château*. Laon, 1848.
- Moreau, Jules, *Notices sur les sires de Coucy*. Chauny, 1871.

- ++ Roussel, l'Abbé R., *Histoire de l'abbaye des célestins de Villeneuve-les-Soissons*. Soissons, 1904.
- Sars, Conde Maxime de. *La laonnais féodale*, Paris, 1931, vol. IV.
- Savage, Henry L., "Enguerrand de Coucy VII and the campaign of Nicopolis". *Speculum*, outubro de 1939.
- Viollet-le-Duc, E., *Description du château de Coucy*. Paris, 1880. (Em grande parte, repetição do seu *Dictionnaire*.)
- Zurlauben, Barão von Thurn und. "Abrégé de la vie d'Enguerrand VII du nom, sire de Couci." *Histoire de l'Académie Royale des Inscriptions et Belles-Lettres*, Paris, 1759, vol. XXV.

2. GERAL

A. FONTES PRIMÁRIAS

- Allmand, C. T., ed., *Society at war: the experience of England and France during the Hundred Years War*. Edimburgo, 1973. (Excertos de textos contemporâneos.)
- Anonimale chronicle. (St. Mary's York). Ed. V. H. Galbraith. Manchester, 1927.
- Barnie, John, *War in medieval English society*. Cornell University Press, 1974. (Excertos de textos contemporâneos.)
- Beaurepaire, Ch. de, "Complainte sur la bataille de Poitiers". BEC, 1851, vol. XII.
- Bell, Clair Hayden, ed., *Peasant life in old German epics*. Columbia University Press, 1968. (Contém dois poemas narrativos do século XIII, "Meier Helbricht" e "Der Arme Heinrich", que, embora não rigorosamente aplicáveis à França do século XIV, são reveladores sobre a vida camponesa medieval.)
- Berry, Duc de, *The Très Riches Heures of Jean, duke of Berry*. Eds. Jean Longman e Raymond Cazelles, com prefácio de Millard Meiss. Nova York, 1969.
- Boccaccio, Giovanni. *The Decameron*. Trad. Frances Winwar, Nova York, 1930.
- Bonet, Honoré, *The tree of Battles*. Trad. e ed. G. W. Coopland. Harvard University Press, 1949.
- Boucicaut. Ver Godefroy e *Livre des faits*.
- Brians, Paul, ed., *Bawdy tales from the Courts of medieval France*. Nova York, 1972.
- Brucker, Gene, ed., *The society of Renaissance Florence*. Nova York, 1971. (Excerto de documentos contemporâneos.)
- , *Two memoirs of Renaissance Florence*. Nova York, 1967. (Contém excertos do diário de Buonaccorso Pitti.)
- Chandos Herald, *Life of the Black Prince*. Trad. M. K. Pope e E. C. Lodge. Oxford, 1910.
- Chaplais, Pierre, "Some documents regarding the fulfillment and interpretation of the Treaty of Brétigny, 1361-69". *Camden Miscellany*, (Camden Third Series, vol. LXXX), Londres, 1952, vol. XIX.
- Chaucer, Geoffrey. *The Canterbury tales*. Ed. Walter Skeat. Nova York, 1929.
- Christine de Pisan, *The book of fayttes of armes and of chyvalrye*. Trad. William Caxton. Ed. A. T. P. Byles. Oxford University Press, 1932.
- , *Le livre des faits et bonnes meurs du sage roy Charles V*. Ed. S. Solente, 2 vols., Paris, 1936-40.

- Chronicle of Jean de Venette*. Trad. Jean Birdall. Ed. Richard A. Newhall. Columbia University Press, 1953.
- Chronicon Angliae*. Ver Walsingham.
- Chronique du bon duc Loys de Bourbon*. Ed. A. M. Chazaud. Paris, 1876. (Citado nas notas como *Chron. Bourbon.*)
- Chronique de Jean de Bel*. Eds. Jules Viard e Eugene Deprez. 2 vols. Paris, SHF, 1904-5.
- Chronique normande du XIVe siècle*. Eds. A. e E. Molinier. Paris, 1882.
- Chronique des quatre premiers Valois, 1327-1393*. Ed. Siméon Luce. Paris, SHF, 1862. (Citada como *Chron. 4 Valois.*)
- Chronique des règnes de Jean II et de Charles V*. Ed. R. Delachenal. 4 vols., Paris, SHF, 1910-20. (Citada como *Chron. J & C..*)
- Chronique du religieux de Saint-Denys: Le règne de Charles VI, de 1380 à 1422*. Trad. e ed. M. L. Bellaguet. 6 vols., Paris, 1839. (Citado como *Chron. C6.*)
- Chronographia regum francorum* (antes designada como *Chronique de Berne*). Ed. H. Moranville. 3 vols., Paris, SHF, 1891-97.
- Cuvelier, J., *Chronique de Bertrand du Guesclin*. Ed. E. Charrière. 2 vols., Paris, 1839.
- Delisle, Léopold, *Les collections de bastard d'Estang à la Bibliothèque Nationale*. Nogent-le-Rotrin, 1886. (Sumários do conteúdo de documentos contemporâneos. Muito valioso.)
- Delisle, M. L., ed. "Un pamphlet politique au XIVe siècle" (o *Tragicum argumentum*). *Bull. Historique et Philologique*, 1886. Paris, 1887.
- Demay, Germain, *Inventaire des sceaux de la collection Clairembault*, Paris, 1886, vol. II.
- , *Inventaire des sceaux de la Flandre*, Paris, 1883, vol. I.
- Deschamps, Eustache. *Oeuvres complètes*. Eds. Marquis de Queux de Saint-Hilaire e G. Raynaud. 11 vols, Paris, 1878-1901.
- Díaz de Gómez, Gutierre, *El Victorial: The unconquered knight, a chronicle of the deeds of don Pero Niño, count of Buelna*. Trad. e ed. Joan Evans. Londres, 1928.
- Douet-D'Arcq, Louis, ed., *Choix de pièces inédites relatives au règne de Charles VI*. 2 vols., Paris, 1863.
- Duckett, sir George Floyd, ed., *Original documents relating to hostages for John, king of France, and the Treaty of Brétigny in 1360*. Londres, 1890.
- Egbert, Virginia Wylie, ed., *On the bridges of medieval Paris; a record of early fourteenth century life*. Princeton, 1974. (Excelente reprodução de ilustrações com comentário; belo livro.)
- Froissart, Jean, *Chronicles of England, France and Spain*. Trad. Thomas Johnes, 2.^a ed., 2 vols., Londres, 1806. (Melhor para o leitor em geral. Linguagem modernizada e alguns cortes).
- , *The chronicle of Froissart*. Trad. Lord Berners, 1523-25. Ed. W. P. Ker. 6 vols., Londres, 1902. (Texto da tradução original com uma útil introdução pelo editor, mas sem notas).
- , *Chroniques*. Ed. Siméon Luce et al. 14 vols., Paris, 1869-1966.
- (As notas são uma obra erudita em si mesma, mas a edição é de uso difícil devido à confusa organização e paginação. Citada como Luce-F.)
- , *Oeuvres*. Ed. Barão Kervyn de Lettenhove. 25 vols., Bruxelas, 1870-75. (É a edição mais útil pelos índices, biografias e material editorial. Citada como KL.)
- , "Le Trettie du Joli Buisson de Jonece". *Collection des chroniques nationales françaises*, Ed. J. A. Buchon. Paris, 1829, vol. X.
- Germain, A., *Projet de descente en Angleterre [...] pour la délivrance du roi Jean: extrait de docu-*

ments originaux inédits. Montpellier, 1858.

Gilles li Muisis (abbé de St. Martin de Tournai), *Chronique et annales*. Ed. H. Lemaitre. Paris, SHF, 1906.

Godefroy, Theodore, ed. *Histoire de maréchal de Boucicaut*. Paris, 1620. (Primeira publicação do *Livre des faits* [...] de Boucicaut, a partir do ms. na BN, do qual só existe um exemplar.)

Godfrey le Baker, *Chronicon*. Ed. Edwin M. Thompson (com partes traduzidas). Oxford, 1889.

Grandes chroniques de France. Ed. Jules Viard, Paris, 1957, vol. IX (até 1350).

———, Ed. Paulin Paris. Paris, 1838, vol. VI (até 1380).

Gray, sir Thomas, *Scalacronica*. Trad. sir Herbert Maxwell. Glasgow, 1905-7.

Guibert, abade de Nogent, *Memoirs*. Trad. John L. Benton. Nova York, 1970.

Hellman, Robert, e Richard O'Gorman, eds., *Fabliaux: Ribald tales from the old French*. Nova York, 1965.

Herlihy, David, ed., *Medieval culture and society*. Nova York, 1968. (Antologia de textos contemporâneos.)

Jean le Fèvre, bispo de Chartres, *Journal de Jean le Fèvre*, vol. I, Ed. H. Moranvillé. Paris, 1887.

Jean Juvenal des Ursins, Arcebispo de Reims, *Histoire de Charles VI*. Ed. Th. Godefroy. Paris, 1614. Também em *Nouvelle collection des mémoires relatifs à l'histoire de France*. Eds. J. F. Michaud e J. J. Poujoulat. Paris, 1881, vol. II.

John of Reading, *Chronica*. Ed. James Tait. Manchester, 1914.

Koenigshofen, Jacob von, *Elsassische und Strassburgische chronike* (c. 1400). Ed. J. Schilter. Estraburgo, 1698.

Langland, William, *The vision of Piers plowman*. Ed. Henry W. Wells. Nova York, 1935.

Langlois, Charles Victor, *La connaissance de la nature et du monde au moyen âge d'après quelques écrits français à l'usage des laïcs*. Paris, 1911. (Contém *Image du monde*, *Roman de Sidrach* e outros enciclopedistas. É o vol. III do que foi mais tarde publicado como *La vie en France au moyen âge*, 4 vols., Paris, 1924-28. Coleção de escritos medievais sobre muitos assuntos, essa obra é indispensável ao conhecimento do espírito medieval.)

La Tour Landry, Geoffrey, *The book of the knight of La Tour Landry*. Trad. G. S. Taylor. Londres, 1930.

Livre des faits du mareschal de Boucicaut, em *Nouvelle collection des mémoires relatifs à l'histoire de France*, Eds. J. F. Michaud e J. J. F. Poujoulat. Paris, 1881, vol. II. Ver também Godefroy.

Machaut, Guillaume de, *Les oeuvres*. Ed. Prosper Tarbé. Reims, 1849.

Ménagier de Paris, Le, *The Goodman of Paris*. Ed. e trad. Eileen Power. Londres, 1928.

Mézières, Philippe de, *Le songe du vieil pèlerin*. Ed. com sinopse e comentários por G. W. Coopland. 2 vols., Cambridge University Press, 1969.

Murator, L. A., ed., *Rerum italicarum scriptores*. Milão, 1723-51.

Nohl, Johannes, *The Black Death: a chronicle of the plague compiled from contemporary sources*. Trad. C. H. Clarke. Londres, 1971.

Orléans, H. D., ed., *Notes et documents relatifs à Jean, roi de France et à sa captivité en Angleterre*. Londres, 1855-56, vol. II.

Owst, Gerald R., ed. *Literature and pulpit in medieval England*. Cambridge University Press, 1933. (Textos de sermões.)

Petrarch [...] *A selection from his correspondence*. Eds. James Harvey Robinson e H. W. Rolfé.

Nova York, 1898.

Polychronicon Ranulphi Higden. Ed. Joseph R. Lumby. Londres, 1882, vol. VIII. Prost, B., ed., *Inventaires mobiliers et extraits des comptes des ducs de Bourgogne*. Paris, 1908-13, vol. II.

Putnam's dark and Middle Ages reader. Ed. Harry E. Wedeck. Nova York, 1965.

Robinson, James Harvey, ed., *Reading in European history*. Boston, 1904, vol. I.

The Rohan Master. Eds. Millard Meiss e Marcel Thomas. Nova York, 1973.

Ross, J. B. e McLaughlin, M. M., ed., *The portable medieval reader*. Nova York, 1973.

Rymer, Thomas, *Foedera litterae et acta publica*. Londres, 1830, vol. III, parte II, 1367-77.

Schilling, Diebold, *Berner chronik*. Eds. H. Blesch e P. Hilber. Berna, 1943, vol. I. (Inclui a crônica de Konrad Justinger.)

Schiltberger, Johann. *The bondage and travels of Johann Schiltberger*. Trad. J. Burden Telfer. Notas de P. Bruun. Hakluyt Society, 1879.

Secousse, D., ed., *Mémoires pour servir à l'histoire de Charles II, roi de Navarre et comte d'Evreux*. 2 vols., Paris, 1755-58.

Servion, Jehan, *Geste et croniques de la Mayson de Savoye*. Ed. F.E. Bollati. 2 vols., Turim, 1879.

Songe du vergier, em Pierre Dupuy, ed., *Traitez des droits et libertez de l'église gallicane*. Paris, 1731, vol. II.

Villani, Giovanni, *Chronicle of Florence*. Trad. Rose Selfe. Londres, 1906.

Walsingham, Thomas. *Chronicon Angliae, 1328-1388*. Ed. sir Edward Maunde Thompson. Londres, 1874.

Ward, Charles Frederick, ed., *The epistles on the "Romance of the Rose" and other documents in the debate*. Chicago, 1911.

The Visconti Hours. Eds. Millard Meiss e Edith Kirsch. Nova York, 1972.

Wavrin, Jehan de, *Anchiennes croniques d'Engleterre*. Paris, Dupont, 1859, vol. II.

Wright, Thomas, ed., *Political songs and poems relating to English history (1327-1483)*. 2 vols., Londres, 1859.

—, *A volume of vocabularies*. Londres, 1857.

B. OBRAS SECUNDÁRIAS

* indica obras de valor especial ou material excepcional.

Abrahams, Israel, *Jewish life in the Middle Ages*. Filadélfia, 1958.

Anquetil, Louis Pierre, *Histoire de France*, 3.^a ed.. Paris, 1829, vol. II.

*Anselme, Père. *Histoire généalogique et chronologique de la maison royale*. Paris, 1733, vol. VIII. (Contém a maior parte da mais alta nobreza, inclusive os Coucys.)

Ariès, Philippe, *Centuries of childhood*. [Trad.] Nova York, 1962.

Armitage-Smith, Sydney, *John of Gaunt*. Londres, 1904.

Artz, Frederick B. *The mind of the Middle Ages, A.D. 200-1500*. Nova York, 1953.

Arya, Aziz Suryal, *The crusade in the Later Middle Ages*. Londres, 1938.

—, *The crusade of Nicopolis*. Londres, 1934.

Autrاند, Françoise, "Culture et mentalité: les librairies des gens du parlement au tempts de Charles VI". AESC, setembro-outubro de 1973.

Baldwin, Frances E., *Sumptuary legislation and personal regulation in England*. Johns Hopkins University Press, 1926.

- Bapst, Germain, "Les spectacles et les réjouissances des fêtes publiques au moyen âge". *Revue Bleue*, 1891, vol. XLVIII.
- Barante, Guillaume-Prosper, barão de, *Histoire des ducs de Bourgogne, 1364-1477*. Paris, 1839, Vol. II.
- Barnes, Joshua, *The history of Edward III*. Cambridge, 1688.
- Baron, Hans, "Franciscan poverty and civic wealth as factors in the rise of humanistic thought". *Speculum*, janeiro de 1938.
- Baron, Salo W., *A social and religious history of the Jews*. Columbia University Press, 1965-67, vols. IX-XI.
- Batifol, Louis, "Le Châtelet de Paris vers 1400". BEC, 1896.
- Baudrillart, H., *Histoire du luxe*. Paris, 1881.
- Bean, J. M. W., "Plague, population and economic decline in the Later Middle Ages", *EcHR*, abril de 1963.
- Bédier, Joseph, e Paul, Lazard, *Histoire de la littérature française*. Paris, 1923, vol. I.
- Beresford, Maurice e Hust, John B., *Deserted medieval villages*. Londres, 1971.
- Bishop, Morris, *Petrarch and his world*. Indiana University Press, 1963.
- Bloch, Marc., *French rural history*. [Trad.] (*Les caractères originaux de l'histoire rurale française*). Berkeley, 1973.
- , *Feudal society*. [trad.] (*La société féodale*). University of Chicago Press, 1971.
- , *Seigneurie française et manoir anglais*. Paris, 1960.
- Bloomfield, Morton W., *Piers Plowman as a fourteenth century apocalypse*. Rutgers University Press, 1961.
- Boissonade, P., *Life and works in medieval Europe*. Trad. Eileen Power. Nova York, 1927.
- Bonnard, Camille, *Costumes historiques des XIIe, XIIIe, XIVe et XVe siècles*. Paris, 1861.
- Boudet, Marcellin, *La Jacquerie des tuchins, 1363-1384*. Paris, 1895.
- Boutruche, Robert, *La crise d'une société*. Paris, 1947.
- Bowsky, William, "The impact of the Black Death upon Sienese government and society". *Speculum*, janeiro de 1964.
- Boyer, Marjorie, "A day's journey in medieval France". *Speculum*, outubro de 1951.
- Braddy, Haldeen, "Froissart's account of Chaucer's embassy in 1377". *Review of English Studies*, janeiro de 1938.
- , "The historical background of the Parlement of Foules". *Review of English Studies*, abril de 1935.
- Bradley, Carolyn G., *Western world costume*. Nova York, 1954.
- Bridbury, A.R., "The Black Death". *EcHR*, novembro de 1973.
- Brown, Elizabeth A.R., "Taxation and morality in the 13th and 14th centuries". *French Historical Studies*, abril de 1973.
- Calmette, Joseph, *Chute et relèvement de la France sous Charles VI et Charles VII*. Paris, 1945.
- The Cambridge medieval history*. Cambridge University Press, 1968, vol. VII.
- Campbell, Anna M., *The Black Death and men of learning*. Columbia University Press, 1931.
- Carco, Francis, *La danse des morts comme l'a décrite François Villon*. Genebra, 1944.
- Carpentier, Elizabeth, "Autour de la Peste Noire: famines et épidémies, dans l'histoire du XIVe siècle". *AESC*, novembro-dezembro de 1962.
- , *Une ville devant la peste: Orvieto et la Peste Noire de 1348*. Paris, 1972.
- Cartellieri, Otto, *The court of Burgundy*. Nova York, 1929.
- Cazelles, Raymond, "Etienne Marcel au sein de la haute bourgeoisie d'affaires". *Journal des Savants*, janeiro-março de 1965.

- , "Les mouvements révolutionnaires du milieu du XIV^e siècle et le cycle de l'action publique". *RH*, outubro-dezembro de 1962.
- , "Le parti navarrais jusqu'à la mort d'Etienne Marcel". *Bull. Philologique et Historique*, 1960, vol. II.
- , "La peste de 1348-49 en Langue d'oïl; épidémie proletarienne et infantine". *Bull. Philologique et Historique*, 1962, pp. 293-305.
- , *La société politique et la crise de la royauté sous Philippe de Valois*. Paris, 1958.
- Chamberlin, E.R., *The count of Virtue: Giangaleazzo Visconti, duke of Milan*. Nova York, 1965.
- Chambers, E.K., *The medieval stage*. Londres, 1903.
- Chaney, Edward, F., *La Danse Macabre*, Manchester University Press, 1945.
- Chazan, Robert, *Medieval jewry in Northern France*. Johns Hopkins University Press, 1973.
- Cheyney, Edward P., *The dawn of a New Era, 1250-1453*. Nova York, 1962. (História geral útil com excelentes bibliografias.)
- *Chotzen, Th.M., "Yvain de Galles in Alsace-Lorraine and in Switzerland". *Bull. of the Board of Celtic Studies*, 1928.
- Chubb, Thomas Caldecott, *The life of Giovanni Boccaccio*. Nova York, 1930.
- Cipolla, Carlo M., *Money, prices and civilization in the Mediterranean world*. Princeton University Press, 1956.
- Circourt, Albert de, "Le duc Louis d'Orléans: ses entreprises en Italie". *RQH*, 1889, em duas partes, vols. XLV e XLVI.
- Cognasso, Francesco, *Il Conte Verde*. Turim, 1930.
- Cohen, Gustave, *Histoire de la mise en scène dans le théâtre religieux français du moyen âge*. Paris, 1951.
- , *La vie littéraire en France au moyen âge*. Paris, 1949.
- *Cohn, Norman, *The pursuit of the millennium*. Nova Jersey, 1957. Reedição. Oxford University Press, 1970.
- Collas, Emile, *Valentine de Milan*. Paris, 1911.
- Collins, Arthur, *Life of Edward prince of Wales, commonly called the Black Prince*. Londres, 1740.
- Collis, Maurice, *The Hurling time*. Londres, 1958. (Livro popular de primeira categoria sobre as questões inglesas do período 1337-81.)
- Connolly, James L., *Jean Gerson, reformer and mystic*. Louvain, 1894.
- Contamine, Philippe, *Guerre, état et société à la fin du moyen âge*. Paris, 1972.
- Cook, Albert S., "The last months of Chaucer's earliest patron" (Lionel, duke of Clarence). Trad. da Connecticut Academy of Arts and Sciences, vol. XXI, dezembro de 1916.
- Copleston, F.C. *A history of medieval philosophy*. Londres, 1972.
- Cordey, Jean, *Les comtes de Savoie et le roi de France pendant la Guerre de Cent Ans*. Paris, 1911.
- Couderc, Camille, *Album de portraits d'après les collections du Département des Manuscrits*. Paris, 1910.
- Coulton, G.G., *The Black Death*. Londres, 1929.
- , *Chaucer and his England*. Nova York, 1908.
- , *The chronicler of European chivalry*. Londres, 1930.
- , *Five centuries of religion*. Cambridge University Press, 1936.
- *———, *Life in the Middle Ages*. Reedição (4 vols. em 2). Cambridge University Press, 1967.

- *——, *Medieval Panorama*. Cambridge University Press, 1938. Reedição. Nova York, 1955.
- *Coville, A., *Les premiers Valois et la Guerre de Cent Ans (1328-1422)* vol. IV. de Lavissee, *Histoire de France*. Paris, 1902.
- *Cox, Eugene L., *The Green Count of Savoy*. Princeton University Press, 1967.
- Crawford, Raymond, *Plague and pestilence in literature and art*. Oxford, 1914.
- Creighton, Mandell, bispo de Londres, *A history of the papacy*. Boston, 1882, vol. I.
- Croce, Benedetto, *History of the kingdom of Naples*. [Trad.] University of Chicago Press, 1970.
- Cuttino, G.P., "Historical revision: the causes of the Hundred Years War", *Speculum*, julho de 1956.
- Cutts, rev. Edward L., *Scenes and characters of the Middle Ages*. Londres, 1930.
- Dandliker, Karl, *Geschichte der Schweiz*, Zurique, 1900, vol. I.
- Darmesteter, Mary (Duchaux), *Froissart*. Trad. E. F. Poynter. Nova York, 1895.
- D'Avenel, visconde Georges, *L'évolution des moyens de transport*. Paris, 1919.
- *David, Henri, *Philippe le Hardi, duc de Bourgogne et co-régent de France de 1392 à 1404: le train somptuaire d'un grand Valois*. Dijon, 1947.
- Davis, William Stearns, *Life on a medieval barony*. Nova York, 1923.
- Deaux, George, *The Black Death, 1347*. Londres, 1969.
- *Delachenal, Roland, *Histoire de Charles V*. 5 vols., Paris, 1909-31. (Como coleção de informações e guia de referências de fontes, é o trabalho mais essencial.)
- *Delaville le Roux, J., *La France en Orient au XIVe siècle: expéditions du maréchal Boucicaut*, Paris, 1886, vol. I.
- Delbouille, Maurice, *Le roman du castelain de Couci et de la dame de Fayel*. Paris, 1936.
- Delisle, Léopold, *Recherches sur la librairie de Charles V*. Paris, 1907. (Parte II inclui inventários de bibliotecas de Carlos VI e duque de Berry.)
- Denifle, Henri, *La désolation des églises, monastères et hopitaux en France pendant la Guerre de Cent Ans*. Paris, 1899, vol. I. (História detalhada e documentada da guerra na França até a morte de Carlos V, este livro encerra muito mais do que o título sugere.)
- Dierauer, Johannes, *Geschichte der Schweizerrischen Eidgenossenschaft*. Gotha, 1887, vol. I.
- Dingwall, John Eric, *The girdle of chastity*. Londres, 1931. (Sobre o cinto da castidade.)
- Duby, Georges, *Rural economy and country life in the medieval West*. [Trad.] s. ed., 1968.
- Dumas, Georges e Martinet, Suzanne, *L'histoire de l'Aisne vue à travers les archives*. Laon, 1971.
- Dupont, Jacques e Gnudi, Cesare, *Gothic painting*. Genebra, 1954.
- Durrieu, Paul, "Manuscripts of luxe exécutés pour des princes et grands seigneurs français", *Le manuscrit*, 1894, vol. II.
- *——, "Le Royaume d'Adria", *RQH*, 1880, vol. XXVIII.
- Emerton, Ephraim, *Humanism and tyranny: studies in the Italian Trecento*. Harvard University Press, 1925.
- Enlart, Camille, *Manuel d'archéologie française*; vol. III, *Le costume*. Paris, 1916.
- Evans, Joan, *Art in medieval France*. Oxford University Press, 1948.
- , *Life in medieval France*, Londres, 1969.
- Evans, Joan et al., eds., *The Flowering of the Middle Ages*. Londres, 1966.
- Fawtier, R., "La crise d'une société devant la Guerre de Cent Ans." *RH*, janeiro de 1950.
- , *Ste. Catherine de Sienne*. Paris, 1922.
- Flick, Alexander C., *The decline of the medieval Church*. Nova York, 1930, vol. I.

- Focillon, Henri, *The art of the West in the Middle Ages*. Nova York, 1969, vol. II.
- Fossier, Robert, *La terre et les hommes en Picardie jusqu'à la fin du XIII e siècle* 2 vols., Paris, 1968.
- Fowler, Kenneth, *The age of Plantagenet and Valois*. Nova York, 1967.
- , *The king's lieutenant: Henry of Grosmont, first duke of Lancaster, 1310-61*. Londres, 1969.
- , ed., *The Hundred Years War*. Londres, 1971.
- , ed., *The medieval French drama*. Oxford, 1954.
- Franklin, Alfred, *Dictionnaire historique des arts, métiers et professions*. Paris, 1905.
- , *Les rues et les cris de Paris au XIIIe siècle*. Paris, 1874.
- , *La vie privée d'autrefois*, vol. I, *L'annonce et la réclame*; vol. VII, *La hygiène*. Paris, 1890.
- "Froissart and his patrons". *Times Literary Supplement*, 11 de dezembro de 1937.
- Funk, Arthur L., "Robert le Coq and Etienne Marcel", *Speculum*, outubro de 1944.
- Gabotto, Ferdinando, *L'eta del Conte Verde in Piemonte, 1350-83*; vol. XXXIII, *Miscellanea di storia italiana*, s. ed., 1895.
- Gabriel, Astrik L., "The college system in the 14th century universities", em Utley, q.v.
- Gagniere, Sylvain, *The palace of the popes at Avignon*. [Trad.] Caisse nationale des Monuments Historiques, 1965.
- Gairdner, James, *Lollardy and the Reformation in England*. Londres, 1908, vol. I.
- Gasquet, Francis Aidan, *The Black Death of 1348 and 1349*, 2.^a ed., Londres, 1908.
- Gaupp, Fritz, "The condottiere John Hawkwood", *History*, março de 1939.
- Gautier, Léon, *La chevalerie*. Paris, 1890. (Nova edição com índice.)
- Gayley, Charles M., *Plays of our forefathers*. Nova York, 1907.
- Gazeau, M.A., *Les bouffons*. Paris, 1882. (Sobre os bufões.)
- Girvan, Ritchie, "The medieval poet and his public". *English Studies Today*, 1952.
- *Green, Mary Anne Everett (Mrs. J.R.) *Lives of the princesses of England*, Londres, 1851, vol. III. (Baseado em pesquisa extensa e erudita nos Wardrobe and Household Rolls, e outros documentos, é essencial para Isabel de Coucy.)
- Gregorovius, Ferdinand, *History of the city of Rome in the Middle Ages*, Trad. A. Hamilton. Londres, 1906, vol. VI.
- Grosjean, Georges, *Le sentiment national dans la Guerre de Cent Ans*. Paris, 1927.
- Hale, John, Highfield, Roger e Smalley, Beryl, *Europe in the Late Middle Ages*. Londres, 1965.
- Hammer, J. von, trad. *Histoire de l'empire ottoman*. Paris, 1836, vol. I.
- Hardy, B.C., *Philippa of Hainault and her times*. Londres, 1910.
- D'Haucourt, Geneviève, *La vie au moyen âge*. Paris, 1968.
- Hay, Denys, *Europe in the 14th and 15th centuries*. Londres, 1966. (História geral útil.)
- Hayward, Fernand, *Histoire de la maison de Savoie, 1000-1554*. Paris, 1941.
- Hearnshaw, F.J. C., "Chivalry and its place in history", em Prestage, q.v.
- Hecker, J.F.C., *The epidemics of the Middle Ages*. [Trad.] Londres, 1844.
- Heers, Jacques, *L'Occident aux XIVe et XVe siècles*. Paris, 1970.
- Henneman, John B., "Militarism, politics and finance in Late Medieval France". Inédito, 1976.
- , *Royal taxation in fourteenth century*. Princeton University Press, 1971.
- , "Soldiers, society and state finance in France, 1350-1450". Inédito, 1974.
- Herlihy, David, *Medieval and Renaissance Pistoia*. Yale University Press, 1967.

- , "Population, plague and social change", em *Molho*, q.v.
- Hewitt, H.J., *The Black Prince's expedition of 1355-1357*. Manchester University Press, 1958.
- *———, *The organization of war under Edward III, 1338-62*. Manchester University Press, 1966.
- Hillairet, Jacques, *Connaissance du vieux Paris*. 3 vols., Paris, 1951-4.
- , *Dictionnaire historique des rues de Paris*. 2.^a ed., em 2 vols., Paris, 1964.
- Hilton, R.H., "Peasant movements in England before 1381", *EHR*, 2.^a série, 1949, vol. II, n.º 2.
- Honoré-Duvergé, Suzanne, "Participation navarraise à la bataille de Cocherel". *Les Cahiers Veronnais*, 1964, n.º 4.
- , "L'origine du surnom de Charles le mauvais", em *Mélanges à Louis Halphen*. Paris, 1951.
- The Horizon Book of the Middle Ages*. Morris Bishop et al. Londres, 1968.
- Hughes, Dorothy W., *Illustrations of Chaucer's England*. Londres, 1919.
- Hughes, Pennethorne, *Witchcraft*. Londres, 1952.
- Huizinga, Johan, "The political and military significance of chivalric ideas in the Late Middle Ages". *Men and ideas*. [Trad.] Nova York, 1959.
- *———, *The waning of the Middle Ages*. Londres, 1968. (Publicado em 1924.)
- Hutchison, Harold F., *The hollow crown*. Londres, 1961. (Richardo II.)
- Hutton, James, *James and Phillip van Artevelde*. Londres, 1882.
- Hyma, Albert, *The Brethren of the common life*. Michigan, 1930.
- Ibn-Khaldoun, *Histoire des berbères*. [Trad.] Paris, 1934, vol. III.
- Jackson, W.T.H., *The literature of the Middle Ages*. Columbia University Press, 1962.
- Jacob, E.F., *Essays in later medieval history*. Manchester University Press, 1968.
- James, M.R., "Twelve medieval ghost stories", *EHR*, julho de 1922.
- Jarreth, Bede, *The emperor Charles IV*. Nova York, 1935.
- , *Social theories of the Middle Ages, 1200-1500*. Londres, 1926.
- *Jarry, Eugène, "Le retour de la croisade de Barbarie (1390)". *BEC*, 1893, vol. LIV.
- , *La vie politique de Louis de France, duc d'Orléans, 1372-1407*. Paris 1889.
- *———, "La 'Voie de Fait' et l'alliance Franco-Milanese, 1386-95". *BEC*, 1892, vol. LIII.
- Joly, M. A., "De la condition des Vilains au moyen âge d'après les fabliaux". *Mémoires de l'Académie National de Sciences, Arts et Belles-Lettres de Caen*, 1882.
- Jones, Michael, *Ducal Brittany, 1364-99*. Oxford University Press, 1970.
- Jorga, Nicolas, *Philippe de Mézières, 1327-1405, et la croisade au XIV^e siècle*. Paris, 1896.
- Jorgensen, Johannes, *Saint Catherine of Siena*. Londres, 1938.
- Jusserand, J.J., *English wayfaring life in the Middle Ages*. Londres, 1950. (Contém muito mais informações do que o título sugere.)
- Keen, Maurice, "Brotherhood in arms", *History*, fevereiro de 1962.
- , *A history of medieval Europe*, Nova York, 1967.
- , *The laus of war in the Late Middle Ages*. Londres, 1965.
- , "Robin Hood, a peasant hero". *History Today*, outubro de 1958.
- Kilgour, Raymond L., *The decline of chivalry as shown in the French literature of the Late Middle Ages*. Harvard University Press, 1937.
- Kirkland, Dorothy, "The growth of national sentiment in France before the fifteenth century", *History*, junho de 1938.
- Klemm, Friedrich, *A history of Western technology*. Nova York, 1959.

- Kousev, A., "Contribution à l'histoire des fortresses médiévales sur le bas Danube". *Bull. du Musée National à Varna*, 1967-68, vols. III e IV (XVIII-XIX).
- Krollman, Christian, *The Teutonic Order in Prussia*. [Trad.] Preussenverlag, 1938.
- La Chesnaye-Desbois e Badier, François A. A. de, *Dictionnaire de la noblesse*, Paris, 1865, vol. VI.
- Lacroix, Paul, *France in the Middle Ages: customs, classes and conditions*. [Trad.] Nova York, 1963.
- Lagarde, Georges de, *La naissance de l'esprit laïque au déclin du moyen âge*. 6 vols., Paris, 1934-42.
- Laguille, Louis, *Histoire de la province d'Alsace*. Estrasburgo, 1927.
- Lea, Henry Charles. *A history of the Inquisition of the Middle Ages*. Ed. rev. em 3 vols. Londres e Nova York, 1906.
- *Leader-Temple, John e Marcotti, Giuseppe, *Sir John Hawkwood: the story of a condottiere* Londres, 1889.
- Lecarpentier, Georges, "La Harelle, revolte rouennaise de 1382". *Moyen Âge*, 2.^a série, 1903, vol. VII
- Lefebvre des Noettes, Richard, *L'attelage: le cheval de selle à travers les âges*. 2 vols., Paris, 1931.
- Leff, Gordon, "Heresy and the decline of the medieval Church". *Past and Present*, novembro de 1961.
- , "In search of the millennium", *Past and Present*, abril de 1958.
- *Lefranc, Abel, *Olivier de Clisson, connétable de France*. Paris, 1898. (Excelente biografia.)
- Légrand, H. *Paris en 1380: plans de restitution*. Paris, 1868. (Da mesma série de Le Roux de Lincy, q.v.)
- Le Grand d'Aussy, Pierre J.B., *Histoire de la vie privée des français*, 3 vols., Paris, 1815.
- Lehoux, Françoise, *Jean de France, duc de Berri*, 4 vols., Paris, 1966.
- Lerner, Robert E., *The age of adversity*. Cornell University Press, 1968.
- Le Roux de Lincy, M. e Tisserand, L.M., *Paris et ses historiens au XIV^e et XV^e siècles* (na série *Histoire générale de Paris*, ed. Barão Haussmann). Paris, 1867.
- Lestocquoy, Jean, *Histoire de la Picardie*. Paris, 1970.
- *Lewis, P.S., *Later medieval France*. Londres, 1968.
- Leyerle, John, ed., "Marriage in the Middle Ages". Simpósio. *Viator*, 1973, vol. IV.
- Lindner, Theodor, *Geschichte des deutschen Reiches unter König Wenzel*. 2 vols., Braunschweig, 1875.
- Locke, A. Audrey, *War and misrule, 1307-99*. Londres, 1920.
- Loomis, Laura Hibbard, "Secular dramatics in the royal palace, Paris, 1378, 1379". *Speculum*, abril de 1958.
- Lot, Ferdinand, *L'art militaire et les armées au moyen âge*. Paris, 1946, vol. I.
- Lot, Ferdinand e Fawtier, Robert, *Histoires des institutions françaises au moyen âge*. Paris, 1958, vol. II.
- Luce, Siméon, *La France pendant la Guerre de Cent Ans*. 2 vols., Paris, 1890-93.
- , *Histoire de Bertrand du Guesclin et son époque*. Paris, 1876.
- *———, *Histoire de la Jacquerie*. Paris, 1895.
- McFarlane, K. B., "England and the Hundred Years War: war, the economy and social change", *Past and Present*, julho de 1962.
- Macfarlane, Leslie, "An English account of the election of urban VI, 1378", *Bull. of the Institute of Historical Research*, maio de 1953.

- MacKinnon, James, *The history of Edward the Third*. Londres, 1900. Reedição, Londres, 1974.
- McKisack, May, *The fourteenth century*. Oxford, 1959.
- *McLaughlin, Mary Martin, "Survivors and surrogates: parents and children from the ninth to the thirteenth centuries". *The history of childhood*. Ed. Lloyd de Mause. Nova York, 1975. (Estudo original e informativo, com provas que não apóiam as generalizações do editor.)
- *Mâle, Emile, *L'art religieux de la fin du moyen âge en France*, 2.^a ed., Paris, 1922.
- Manley, John M., "Three recent Chaucer studies" e correspondência. *Rev. of English Studies*, julho de 1934 e abril de 1935.
- Masson, A.L., *Jean Gerson*. Lyon, 1894.
- Meiss, Millard, *French painting in the time of the duke of Berry: patronage of the dukes*. 2 vols., Londres, 1967; *The Limbourg*. 2 vols., Nova York, 1974.
- , *Painting in Florence and Siena after the Black Death*. Princeton, 1951.
- , "The problem of Francesco Traini". *Art Bulletin*, 1933, vol. XV.
- Mesquita, D. M. Bueno de, *Giorgio de' Medici, duke of Milan*. Cambridge, University Press, 1941.
- Michelet, Jules, *Histoire de France*. Ed. rev. em 6 vols. Paris, 1861. (Publicada em 1833-46.)
- Milman, Henry Hart, *History of Latin christianity*. Londres, 1867.
- *Miro, Léon, *Les insurrections urbaines au debut du règne de Charles VI, 1380-83: leurs causes, leurs conséquences*. Paris, 1905. (Indispensável.)
- , "La politique française en Italie sous le règne de Charles VI (1380-1422)". *REH*, outubro-dezembro de 1933.
- , "Sylvestre Budes et les Bretons en Italie". *BEC*, 1897, vol. LVII.
- , *Une grande famille parlementaire aux XIVe et XVe siècles: les D'Orgemonts*. Paris, 1913.
- , "Une tentative d'invasion au Angleterre pendant la Guerre de Cent Ans (1385-86)". *REH*, julho-setembro e outubro-dezembro de 1915.
- Miskimin, Harry A., *Money, prices and foreign exchange in 14th century France*. Yale University Press, 1963.
- Moisan, J., *Le Prince Noir en Aquitaine*. Paris, 1894.
- Molho, Anthony, ed., *Social and economic foundations of the Italian Renaissance*. Nova York, 1969.
- Mollat, Guillaume, *Les papes d'Avignon, 1305-78*. 9.^a ed., Paris, 1950.
- Mollat, Michel, *Genèse médiévale de la France moderne*. Paris, 1970. (Com muitas ilustrações incomuns e bem escolhidas.)
- , *La vie et la pratique religieuse aux XIVe et XVe siècles [...] en France*. Paris, 1963.
- *Mollat, Michel e Wolff, Philippe, *Ongles bleues, Jacques et Ciampi*. Paris, 1970.
- Moranvillé, Henri, *Étude sur la vie de Jean le Mercier*. Paris, 1888.
- , ed., *Le songe véritable: pamphlet politique d'un parisien du XVe siècle*. Paris, 1891. (Para notas biográficas sobre personagens do reino de Carlos VI.)
- Morrall, John B., *Gerson and the great schism*. Manchester University Press, 1960.
- Muir, Dorothy, *A history of Milan under the Visconti*. Londres, 1924. (Confuso e pouco fidedigno, mas vale a leitura.)
- Muller, Johann von. *Der Geschichten Schweizerischen Eidgenossenschaft*. Leipzig, 1825.
- Muntz, E., "L'argent et le luxe à la cour pontificale d'Avignon", *RQH*, 1899.
- Muzzy, David S., *The spiritual franciscans*. Nova York, 1907.
- Noonan, John T., *Contraception: a history of its treatment by catholic theologians and canonists*.

- Harvard University Press, 1964. (Cobre uma área mais ampla de teorias sexuais do que apenas a contracepção.)
- Oakeshott, R. Ewart, *A knight and his horse*. Londres, 1962.
- Oman, sir Charles, *A history of the art of war in the Middle Ages*. 2.^a ed., Londres, 1924, vol. II.
- *Origo, Iris, *The merchant of Prato, 1335-1410*. Nova York, 1957. (Não há melhor livro para o entendimento de uma pessoa real do período de Coucy.)
- Ornato, Ezio, *Jean Muret et ses amis, Nicolas de Clamanges et Jean de Montreuil*. Genebra e Paris, 1969.
- Painter, Sidney, *French chivalry*. Johns Hopkins University Press, 1940.
- Palmer, J.J.N., "The Anglo-French peace negotiations, 1390-93", *TRHS*, 1966, vol. XVI.
- , *England, France and christendom, 1377-99*. Londres, 1972.
- Pannier, Léopold, "Le livre des cent ballades et la réponse du bâtard de Coucy". *Romania*, 1872, vol. I.
- Pernoud, Regina, *Histoire de la bourgeoisie en France*. Paris, 1960.
- Perroy, Regina, *Histoire de la bourgeoisie en France*. Paris, 1960.
- Perroy, Edouard, "The Anglo-French negotiations at Bruges, 1374-77". *Camden Miscellany*, vol. XIX (Camden Third Series, vol. LXXX). Londres, 1952.
- , "Economie contractée dans les crises du XIV^e siècle." *AESC*, abril-junho de 1949.
- , *The Hundred Years War*. [Trad.] Nova York, 1965.
- *———, "Social mobility among the French noblesse". *Past and Present*, abril de 1962.
- , "Wage labour in France in the Later Middle Ages", *EHR*, dezembro de 1955.
- *Petit, Ernest, *Entrée du roi Charles VI à Dijon, 1390*. Dijon, 1885.
- , *Itinéraires de Philippe le Hardi et de Jean Sans Peur*. Paris, 1888.
- Pirenne, Henri, *Histoire de Belgique*. Bruxelas, 1922, vol. II.
- , *A history of Europe*. Nova York, 1958, vol. II.
- Pollard, A.F., *The evolution of Parliament*. Londres, 1926.
- Pollard, Alfred W., *English miracle plays, moralities and interludes*. Oxford, 1927.
- Poole, R., *Wycliffe and the movements for reforms in the fourteenth century*. Londres, 1911.
- Postan, M. M., "The costs of the Hundred Years War". *Past and Present*, abril de 1964.
- , "Some social consequences of the Hundred Years War". *EHR*, 1942, vol. XII.
- Powell, J. Enoch e Wallis, Keith, *The House of Lords in the Middle Ages*. Londres, 1968.
- Power, Eileen, "The position of women". *The legacy of the Middle Ages*. Eds. G. G. Crump e E. F. Jacob. Oxford, 1926.
- Prestage, Edgar, ed., *Chivalry: a series to illustrate its historical significance and civilizing influence*. Nova York, 1928.
- Putnam, George Haven, *Books and their makers during the Middle Ages*. Nova York, 1896, vol. I.
- Raynaud, Gaston, "Les cent ballades": poème du XIV^e siècle. Paris, 1905.
- Renouard, Yves, *The Avignon papacy*. [Trad.] Londres, 1970.
- , "La Peste Noire de 1348-50". *Rev. de Paris*, março de 1950.
- Robbins, Helen, "A comparison of the effects of the Black Death on the economic organization of France and England". *Journ. of Political Economy*, agosto de 1928.
- Robbins, Russell Hope, *Encyclopaedia of witchcraft and demonology*. Nova York, 1959.
- Rogozinski, Jan, "Urban violence in the Three Worlds of the Middle Ages: the French perspective". Inédito, dezembro de 1972.
- Roncière, Charles de la, *Histoire de la marine française*. Paris, 1899, vol. II.

- Rosenthal, Joel T., *The purchase of Paradise: gift-giving and the aristocracy, 1307-1485*. Toronto, 1972.
- Rosetti, R., "Notes on the battle of Nicopolis", *Slavonic Review*, 1936-37, vol. XV.
- Runyan, Timothy J., "Ships and mariners in later medieval England". Inédito, 1976.
- Russell, Jeffery B., *Witchcraft in the Middle Ages*. Ithaca, 1972.
- Russell, Josiah Cox, *British medieval population*. Albuquerque, 1948.
- , "Effects of pestilence and plague, 1315-85". *Comparative studies in society and history*, julho de 1966.
- , "Medieval population". *Social Forces*, maio de 1937.
- , "Populations in Europe, 500-1500". *Fontana economic history of Europe*. Londres, 1969.
- Sabine, Ernest L., "City cleaning in medieval London". *Speculum*, janeiro de 1937.
- Sade, Marquês de, *Histoire secrète d'Isabelle de Bavière, reine de France*. Ed. Gilbert Lely. Paris, 1953.
- Saltmarsh, John, "Plague and economic decline in England in the Later Middle Ages". *Cambridge Historical Jour.*, 1941, vol. VII, n.º 1.
- Sapori, Armando, *The Italian merchant in the Middle Ages*. [Trad.] Nova York, 1970.
- Schevill, Ferdinand, *History of Florence*. Nova York, 1961.
- , *Siena: the story of a medieval commune*. Nova York, 1909.
- Schnyder, Pierre, "Le flagellantisme à travers les siècles." *Archives de Psychologie*, janeiro de 1932.
- Searle, Eleanor e Burghart, Robert, "The defense of England and the peasants' revolt". *Via-tor*, 1972, vol. III.
- Sedgwick, Henry Dwigths, *Edward the Black Prince*. Indianápolis, 1932.
- See, Henri, *Les classes rurales et le régime domanial en France au moyen âge*. Paris, 1901.
- Seeböhm, F., "The Black Death and its place in English history". *Fortnightly Rev.*, 1865, vol. II.
- Shears, F.S., *Froissart*. Londres, 1930.
- Sherborne, James, "The battle of La Rochelle". *Bull. of the Institute of Historical Research*, University of London, maio de 1969.
- , "Indentured retinues and English expeditions to France". *REH*, outubro de 1964.
- Sismondi, J. C. L. S., *Histoire des républiques italiennes du moyen âge*. Paris, 1840, vols. IV e V.
- Snell, Frederick, *The fourteenth century*. Edimburgo, 1899.
- Southern, Richard W., *Western society and the Church in the Middle Ages*. Londres, 1970.
- Stanley, Arthur, "Sir John Hawkwood". *Blackwood's*, março de 1929.
- Stein, Henri, *Archers d'autrefois: archers d'aujourd'hui*. Paris, 1925.
- Strayer, Joseph R., "France: the holy land, the chosen people, and the most christian king". *Action and conviction in early modern Europe*. Eds. T. K. Rabb e J. E. Siegel. Princeton University Press, 1969.
- , *On the medieval origins of the modern State*. Princeton University Press, 1970.
- Supino, I. B., *Il camposanto di Pisa*. Florença, 1893.
- Terrier de Loray, Henri, marquês de, *Jean de Vienne, amiral de France*. Paris, 1877.
- Tribault, Marcel, *Isabeau de Bavière: la jeunesse, 1370-1405*. Paris, 1903.
- Thompson, James Westfall, "The aftermath of the Black Death and the aftermath of the Great War". *American Jour. of Sociology*, março de 1920.
- , *Economic and social history of Europe in the Later Middle Ages*. Nova York, 1931.

- *Thorndike, Lynn, *A history of magic and experimental sciences*. Columbia University Press, 1934, vols. III e IV.
- Thrupp, Sylvia, "Plague effects in medieval Europe". *Comparative Studies in Society and History*, julho de 1966.
- Tipton, Charles L., "The English at Nicopolis". *Speculum*, outubro de 1962.
- Tourneur-Aumont, J.M., *La bataille de Poitiers et la construction de la France*. Paris, 1940.
- , "Originalité militaire de Du Guesclin". *Moyen Âge*, março de 1938.
- Trease, Geoffrey, *The condottiere*. Nova York, 1971.
- Trevelyan, George, *England in the age of Wyclif*. Londres, 1899.
- Turner, Ralph E., "Economic discontent in medieval Western Europe", *Jour. of Economic History*, Suplemento VIII, 1948.
- Ullman, Walter, *The origins of the great schism*. Londres, 1948.
- Utley, Francis L., ed., *The forward movement of the 14th century*. Ohio University Press, 1961.
- Vaissète, Jean Joseph e Vic, Claude de, *Histoire générale de Languedoc*, Paris, 1730-45, vol. IV.
- Valeri, Nino, *L'Italia nell'Età dei principati* (vol. V de *Storia d'Italia*). Verona, 1949.
- *Valois, Noël, *La France et le grand schisme d'Occident*. 4 vols., Paris, 1896-1902.
- Vaughan, Richard, *Philip the Bold*. Londres, 1962.
- Vernot d'Aubeuff, *Histoire des Chevalier Hospitaliers de St. Jean de Jérusalem*. Amsterdam, 1781, vol. II.
- Viollet-le-Duc, E., *Dictionnaire raisonné de l'architecture de France du XIe au XVIe siècle*. 10 vols., Paris, 1861-75.
- , *Military architecture of the Middle Ages*. [Trad.] Oxford, 1860.
- Vuatrin, Gabriel, *Étude historique sur le connétable*. Paris, 1905.
- White, Lynn, "Medieval astrologers and late medieval technology", *Viator*, 1975, vol. VI.
- , *Medieval technology and social change*. Oxford, 1962.
- , "Technology assessment from the stance of a medieval historian". *American Historical Rev.*, fevereiro de 1974.
- , "Technology and invention in the Middle Ages". *Speculum*, 1940, vol. XV.
- Wilkins, Ernest Hatch, *Petrarch's eight years in Milan*. Cambridge, 1959.
- Workman, Herbert, *John Wyclif: a study of the medieval Church*. Oxford, 1926.
- Wright, Edith, "Medieval attitudes toward mental illness". *Bull. of the History of Medicine*, vol. VII, n.º 3, março de 1939.
- Wright, Thomas, *A history of domestic manners and sentiment in England*. Londres, 1862.
- Wulf, Maurice de, *Philosophy and civilization in the Middle Ages*. Princeton, 1922.
- Wylie, James Hamilton, *The reign of Henry the Fifth*. 3 vols., Cambridge, 1919.
- Zacour, Norman P., "Talleyrand: the cardinal of Périgord, 1301-1364". Trad. da Am. Philosophical Soc. New Series, vol. 50, parte 7. Filadélfia, 1960.
- *Ziegler, Philip, *The Black Death*. Nova York, 1969. (O melhor estudo moderno.)
- Zurlauben, barão von Thurn und, "Histoire d'Arnaut de Cervole, dit l'Archiprêtre". *Histoire de l'Académie Royale des Inscriptions et Belles-Lettres*. Paris, 1759, vol. XXV.

Notas



ÃO DADAS as referências para a maioria das citações e para itens discutíveis, curiosos ou relativamente obscuros, cuja fonte um leitor inquisi-

tivo poderá desejar conhecer. Não documentei os fatos mais conhecidos e as condições gerais, que podem ser encontrados em todos os livros de história. Em relação às citações dos cronistas e outros autores contemporâneos, como o *Ménagier*, *La Tour Landry*, Chaucer, Langland *et al.*, mencionei as páginas quando me pareceu importante. Nos outros casos, quando a fonte é mencionada no texto e a obra está na Bibliografia, não me pareceu necessário dar a página. Isso se aplica sobretudo a Froissart, tanto para reduzir o volume como também por ter eu consultado diferentes edições (Berners, Johnes, Kervyn Lettenhove, Luce) em diferentes ocasiões, resultando disso um número enorme de variantes.

ABREVIATURAS

AN	Archives Nationales
BN	Bibliothèque Nationale
CMH	<i>Cambridge medieval history</i> , vol. VII
DBF	<i>Dictionnaire de biographie française</i> , 1933 (em publicação; na época em que foi usado pelo autor, tinha chegado à letra F)
DNB	<i>Dictionary of national biography</i>
KL	Kervyn Lettenhove, edição de Froissart
LUCE-F	Luce, edição de Froissart
OCFL	<i>Oxford companion to French literature</i>

PRIMEIRA PARTE

PREFÁCIO

1. Thompson: *Aftermath*, 565.
2. Sismondi: *Républiques*, cap. 38. O original diz: "*ne fut point heureuse pour l'humanité*".
3. "Um período de angústia": Heers, III.
4. Perroy: *Hundred years*, x.
5. Conde d'Auxerre: Delachenal, I, 207, n.º 3.
6. Isabeau da Baviera, loura: Mazas, IV, 181.
7. Isabeau, morena: CMH, 375.
8. Historiador húngaro: Otto Zarek, *A history of Hungary*, trad., Londres, 1939.

CAPÍTULO 1

1. Fontes sobre o castelo e o *donjon*: Viollet-le-Duc, *Dict.*, II, 440-41; III, 113-14; V, 34-74-75; 79; Larousse, *Grand dictionnaire universel*, V, 1869; Dufour, Lefèvre-Pontalis.
2. Comparação com as pirâmides: Dufour, II.
3. "*Coucy à la merveille!*": *L'art de vérifier*.
4. "*Roi ne suis!*": Duchesne, 205.
5. Castelo construído em sete anos: Viollet-le-Duc, *Dict.*, V, 74.
6. Dignas de Nero: Antoine d'Asti, secretário de Carlos, duque d'Orléans, herdeiro do domínio de Coucy. Descrição do castelo escrita em 1410, Dufour, 58.
7. Uma das chaves do reino: assim descrito num processo sobre propriedade questionada,

- movido em 1407 pelo duque d'Orléans contra o neto de Coucy, Robert de Bar, baseado na alegação de que a baronia devia ser mantida como um todo pelo seu *seigneur* a fim de que este pudesse "melhor resistir aos que vêm contra o dito reino", Jarry, *Orléans*, 140. (A data 1447 dada por Jarry deve ser erro tipográfico.)
8. História da dinastia: Duchesne, 185-274; *L'art de vérifier*, 219 ss.; Sars, *passim*; Duplessis.
 9. Enguerrand I e sybil: Guibert de Nogent, 148-50.
 10. Lobo raivoso: Suger em *Vie de Louis VI le Gros*, cit. Ross & McLaughlin, 267-73.
 11. Origem das armas de Coucy: Ancien, baseado em Duchesne e L'Alouëte. Outras versões em *Rev. Nobiliaire*, 1865, vol. III, cit. Lacaille, tese; também *Histoire de la ville de Marle*, cit. Chaurand, 67-68. Ver também Dumas & Martinet, 17; Duckett, 19.
 12. Carreira de Thomas de Marle: Guibert de Nogent, 170, 184-5, 199 e fontes dinásticas.
 13. Carta de Coucy-le-Château: Sars, 170; Larousse, *Gr. encyc.*
 14. Enguerrand III: Lelong, 281; 286-87.
 15. Suas construções em Coucy: Viollet-le-Duc, *Dict.* IV, 233-34.
 16. Amiens: J. Brandicourt & J. Desobry, *The cathedral of Amiens*, brochura sem data publicada pela catedral.
 17. Duque de Berry e janelas da capela: Dufour, 51.
 18. Cunhagem da própria moeda: Sars, 194.
 19. Coucy tinha trinta cavaleiros: Lot & Fawtier, 517.
 20. Enguerrand IV: para seu julgamento, além das fontes dinásticas, ver Margaret Wade LaFarge, *St. Louis*, Boston, 1968, 175-76.
 21. Valor de 20 sous: Perroy, "Wage Labour", 45, n.º 1; Jusserand, 46-47, 51.
 22. Boas cidades: Georges Chastellain, cit. Cartellieri, 76.
 23. Exposição de seus corpos: cit. Bloch, *Feudal*, 451.
 24. Aquino, "Bem comum": cit. Jarret, *Social*, 19.
 25. "Príncipes instituídos": *ibid.*
 26. "Não é dos nossos": Girard de Roussillon, cit. Oakeshott, 53.
 27. Garin li Loherains: cit. Gautir (ed. ing.), 281.
 28. Bertrand de Born: cit. Bloch, *Feudal*, 293.
 29. Dante o coloca no Inferno: *Inferno*, XXVIII.
 30. Não é adequado a um nobre: Lewis, 175, 180.
 31. Filhos de nobres como comerciantes: Cazelles, *Société politique*, 190.
 32. "Não terão motivo": Bonet, 131.
 33. Cavaleiro com 32 brasões: Era Jacques de Lalaing; Cartellieri, 75.
 34. Taxa de desaparecimento: Perroy, "Social mobility".
 35. Duração das famílias nobres: Lewis, 176-77.
 36. Clusel e Guichard Vert: Perroy, *op. cit.*
 37. Leis suntuárias: Baldwin, *passim*.
 38. Em Florença: Origo, 290, 298, 300-301; na França: Franklin, *Rues et cris*, 35-36.
 39. Knighton: cit. Baldwin, 69.
 40. Giraldus Cambrensis: cit. Shear em Prestage, 57.
 41. Alemães: Bonet, 204.
 42. Permanência cavaleiresca; cit. Michelet, III, 255.
 43. Dom Pero Niño: cit. Diaz de Gómez (trad. Evans), 133.
 44. Língua francesa, Marco Polo, são Francisco, erudito veneziano: Artz, 350; Cheyney, 248-49.

45. Ponte de Londres: Jusserand, 23-24.
46. Bonecas francesas: Bradley, 136.
47. Marfins franceses: E. Mâle, *Art et artistes du moyen âge*, Paris, 1927, 313-14.
48. "Vós, mestres de Paris": cit. E. R. Chamberlin, *Life in medieval France*, Londres, 1967, 118.
49. Duas luzes do mundo: cit. Coville, 394.
50. Cerimônia dos *rissoles*: Dufour, 62-64; Lelong, 181.

CAPÍTULO 2

1. Mar Báltico: J. C. Russell, *Fontana*, 24.
2. Mar Cáspio: Carpentier, "*Autour de la peste noire*".
3. Comer crianças: Russell, op. cit.
4. Bispo insepulto: CMH, 280.
5. Filhos de padres: Flick, 175-76.
6. Outras dispensas: *ibid.*, 121-22.
7. Alvar Pelayo: cit. *ibid.*, 180.
8. Clero indigno, menino de sete anos *et al.*: *ibid.*, 174.
9. Bispo de Durham: Coulton, *Panorama*, 128.
10. Henry de Hereford: cit. Cohn, 133-34.
11. João XXII, roupas douradas e peles: Origo, 8.
12. Ricos, insolentes: cit. Hay, 277.
13. Dez cocheiras do cardeal: CMH, 282.
14. Petrarca sobre a Babilônia do Ocidente: Robinson, *Readings*, I, 502-3.
15. Latrinas: Gagnière.
16. Embaixador de Aragão: Origo, 7.
17. Santa Brígida, orgulho: cit. Hay, 277.
18. Queixa do arcebispo de Canterbury: cit. Cutts, 242-43.
19. Matteo Villani: cit. Emerton, 178.
20. Poema do séc. XIV: T. Wright, *Political songs*, I, 264-66.
21. "Não se comportavam como frades": cit. Jusserand, 170.
22. São Francisco e o breviário: *ibid.*, 166.
23. Usura pelos monges: Coulton, *Panorama*, 269.
24. Mostarda: cit. Jusserand, 171-72.
25. Ovo: *Ménagier de Paris*, 295.
26. Festa: Chambers, 294, 315, 325-27; Gayley, 49-50.
27. Espinho: Chron. C6, I, 317.
28. Incesto: Cohen, 327.
29. Petrarca: *Correspondence*, 398.
30. Pregador lolardo: cit. Herlihy, *Med. culture*, 409.
31. Senhor gascão: era Amanieu d'Albret VI, cit. Boutruche, 177.
32. Joinville sobre os pobres: cit. Shears em Prestage, 64.
33. Santo Agostinho; cit. Coulton, *Panorama*, 369.
34. São Jerônimo: cit. Pirenne, *Europe*, 229.

35. Diabo: cit. Pirenne, loc. cit.
36. Frase de Datini: Origo, xiv.
37. Filipe de Beaumanoir: cit. Mollat & Wolff, 46.
38. Confrarias: Mâle, 167 ss.; M. Mollat, *Vie*, 91-103.
39. Jacques de Vitry: cit. Davis, 271, e Evans, *Med. France*, 34.
40. Templários acusados de magia negra: Jeffry Russell, 195-6.
41. "E ele teria confessado": cit. *CMH*, 318-9.
42. Maldição de Molay: Testemunho ocular de Godefroy de Paris cit. em *Nouv. bio. générale*, ed. Hoefer, Paris, 1861. Ver também Marcel Lobet *Histoire des Templiers*, Liège, 1944; M. Reynouard, *Procès et condamnation des Templiers*, Paris, 1805, 113.
43. Rainha manca e má: Coville, 399.
44. Filipe VI e a Visão Beatífica: Lea, III, 590, 593; *Cath. encyc.*, 430; Coville, 14.
45. Ameaça de queimar o papa: registrada por Giovanni Villani, cit. J. B. Christophe, *Histoire de la papauté*, Paris, 1853, II, 30.
46. Filipe e o casamento de Enguerrand VI: Duchesne, 262-63.
47. Imperador Luís e filha: Jarrett, *Social*, 58.

CAPÍTULO 3

1. Pregador inglês: cit. Owst, 34-35.
2. Tecer com quatro agulhas: White, "Technology Assessment" com ilustr.
3. *Ancren Riwle*: cit. McLaughlin, 153, n.º 90.
4. Mortalidade infantil: McLaughlin, 111.
5. Filipe de Novara: "*Des iii tenz d'aage d'ome*" (As quatro idades do homem), em Langlois, II, 210-11.
6. Conselhos sobre etiqueta: Ménagier, 10, 14-17, 20, 24, 47, 204, 209, 215, 219; T. Waight, *Manners*, 275; Cristina de Pisan, *Livre des trois vertus*, cit. Power, 318; Frei Benvenisco da Ripa, *Zinquanta cortesie da Tavola* (Cinquenta cortesias à mesa), cit. Aries, 381. Sobre a ausência de ensinamentos sobre a educação dos filhos, ver Power, 420.
7. Bartolomeu da Inglaterra e Aldobrandino de Siena: cit. McLaughlin, 115, 137, 144 n.º 31.
8. Metade da população com menos de 21: J. C. Russell, *Fontana*, 31.
9. Boccaccio, "Pássaros, animais selvagens": *Questioni d'amore*, cap. 5, cit. *Putnam's reader*, 188.
10. Queixa de roupas curtas: Jean de Venette, cit. Luce, *Jacquerie*, 37.
11. Março: *Nun's priest's tale*.
12. Erudito de Oxford: Thorndike, III, 143.
13. Depressão mental: *ibid.*, 251.
14. Triangulação por um monge: Davis, 338.
15. Pagamento de dízimo pelos moinhos: White, *Med. Tech.*, 89.
16. Viagens, distâncias e condições: Boyer, Jusserand, 123; Hay, 363; d'Haucourt, 17; Cipolla, 534; Boissonade, 287; T. Wright, *Manners*.
17. Serviço Postal Veneza-Bruges: Origo, 99.

18. Sir Hervé de Léon: Coulton, *Panorama*, 325.
19. Viagem a Compostela: *ibid.*
20. Deschamps sobre as hospedarias alemãs: cit. Coopland em notas a Mézières, I, 36.
21. Mundo redondo: Bartolomeu de Inlaterra, *Image du monde* e outros em Langlois, *Connaissance*.
22. Mosca na maçã: *Image*, cit. *ibid.*, 78.
23. Distância das estrelas: *ibid.*, 79.
24. Universo nos braços de Deus: Mâle, 298.
25. Lua, eclipse, chuva, tempo entre raio e trovão: *Image du monde*, 97-100.
26. Idéias sobre Índia, Pérsia: *ibid.*, 83-84.
27. Jardim do Éden: Howard Patch, *The other world*, Harvard University Press, 1950.
28. São como Deus quer: *ibid.*, 93.
29. Livro de Sidraque: Langlois, *Connaissance*, 224 ss.
30. Dante, ferreiros e conferências públicas: Cheyney, 260.
31. Dicionário biográfico italiano: Bandini de Arezzo, *Fons memorabilium universi*, cit. Thorndike, III, 562.
32. Marido de Catarina: Seu nome é Conrad de Hardeck em *L'Art de vérifier*, 237, e Conrad de Magdeburgo por la Chesnaye-Desbois.
33. Catarina e a educação de seu filho: BN, ms. fr. 18616.
34. John de Salisbury: cit. Coulton, *Panorama*, 242.
35. João, o cego, e a sinagoga: Jarrett, Charles IV, 104, n.º 1.
36. Sua morte: Froissart sobre Crécy.
37. Custo de elmo e cavalo: Contamine, 656.
38. São Bernardo e os torneios: Gautier, 272.
39. Dentes e unhas limpos: Painter, 135.
40. Melancólicos, amorosos e bárbaros: Gaston Paris, cit. em Larousse, *Gr. Encyc.* XIII, 34.
41. Eduardo III e a condessa de Salisbury: *Chron. Jean le Bel*, 30-34; *Chron. normande*, 54, 59-60; Luce-F, II, 346, e IV, xviii-xix.
42. Identidade de Jean le Bel: Snell, 339; Coville, 413.
43. Cavaleiros teutônicos e camponeses: Pirenne, *Europe*, II, 110.

CAPÍTULO 4

1. Arco: Stein, 66; Lot & Fawtier, 538.
2. Ribauds: Oman, 211-17; *Chron. Jean de Venette*, 157, n.º 45.
3. Covardes ingleses: Walsingham, cit. KL, III notas, 491.
4. Peixes e sangue francês: *Melsa Chron.*, cit. notas à *Chron. Jean de Venette*, 154, n.º 27.
5. Eduardo III, encanto e petulância: CMH, 438.
6. Aquino sobre guerra justa: cit. Jarrett, social, 193; Painter, 157.
7. Direito ao butim: Keen, *Laws*, 65, 74-5, 140.
8. Michelet sobre a Bretanha: do famoso "Tableau de France", na *Histoire*. II, 7-18.
9. Carlos de Blois, caráter: Huizinga, *Waning*, 178.
10. Descalço na neve: *ibid.*

11. Cabeças: Mackinnon, 219; ver também Roujoux, *Hist. des rois et des ducs de Bretagne*, 1839, 127; A. Claziou, *Hist. de Bretagne*, 1941, 97-98.
12. Rainha Joana sobre Bruges: cit. Mollat & Wolff, 25.
13. Mateus de Westminster sobre lâ: cit. Thompson, 61.
14. Courtrai, perdas compensadas: Bloch, *Feudal*, 324-25.
15. Artevelde agride cavaleiro: Pernoud, 214.
16. Morte de Artevelde: Froissart.
17. "Il piccolo re": cit. Tournour, 467.
18. *Double et louche*: III, 250.
19. Recomendação do Parlamento em 1344: Barnes, 303.
20. Navios para força expedicionária: Hewitt, *Organization*, 51, 76; Copland em notas a Mézières, 59.
21. Recrutamento e propaganda: Oman, 126; Hewitt, op. cit., 30, 159.
22. Obrigações militares das cidades: Contamine, 33, 176.
23. Ruão, Narbonne, Nîmes: Henneman, Royal, 116, 120, 122, 135, 147.
24. Soldos dos cavaleiros: Contamine, 622-23, 616.
25. Armadura e elmo: Oakeshott, 15, 43; Cutts, 344-45; Contamine, 656.
26. Verme terrível: cit. Lefranc, 117, de um poema contemporâneo não mencionado.
27. Preferência dos clérigos guerreiros: Davis, 196.
28. Os franceses e os mísseis: Evand, *Life*, 140.
29. Arqueiro, covarde: cit. Davis, 190.
30. Besta proibida pela Igreja: Painter, 21.
31. Crécy: a batalha é descrita em todas as crônicas. Um sumário útil encontra-se em Lot, 340-50.
32. Arqueiros protegem cordas: *Chron. Jean de Venette*, 43. A questão das cordas dos arcos secas e molhadas, e se, quando molhadas, encolhiam ou esticavam, tem sido muito discutida entre os especialistas em Crécy, e foram até objeto de uma experiência física por um historiador que as mergulhou em água para determinar a resposta.
33. Cinco valiam três: *Chron. 4 Valois*, 14.
34. Desagrado dos Estados: Perroy, *Hundred Years*, 121.
35. Noivado de Isabel com Luís de Male: *Chron. Jean le Bel*, II, 135-39; *Chron. normande*, 84-86, 276, n. 7; Luce-F, IV, n. 1-2, 34-37; *Grandes Chrons.*, ed. Viard, IX, 292; *Chron. Jean de Venette*, 47-48, 184-85, n. 27; *Chron. de Jean de Noyal*, ed. Milier; *Bull. SHF*, 1883, 253. Canção sobre Isabela está em Jean de Venette, 48. Sumário das fontes em Henry Lucas, *The Low Countries and the Hundred Years' War*, 1929, 559-65.
36. Calais, excrementos ("Toutes ordures par droite famine"): cit. CMH; 349.
37. Números em Crécy-Calais: Postan, *EHR*.

CAPÍTULO 5

As principais fontes usadas para este capítulo foram Campbell; Carpentier; Crawford; Coulton, *Black Death*; Gasquet; Hecker; Ziegler; também Barnes; Bowsky; Bridbury; Cazelles, *Peste*; Deaux; Meiss, *Painting... After the Black Death*; Nohl; Renouard; Saltmarsh; Sebohm; Thompson; Thrupp. Sobre os judeus: Abrahams; Salo Baron; Chazan e *Encyclopedia judaica*, Jerusalém e Nova York, 1970-71.

1. "A morte se estampava no rosto": Simon de Corvino, cit. Campbell, 80.
2. "Pudesse contagiar o mundo": cit. Gasquet, 41.
3. Lamento galês: cit. Ziegler, 190.
4. Desenterrados pelos cães: Agnolo di Tura, cit. Ziegler, 58.
5. "Ou se nenhum homem estiver presente": bispo de Bath e Wells, cit. Ziegler, 125.
6. "E os sinos não dobravam": Agnolo di Tura, cit. Schevill, *Siena*, 211. A mesma observação foi feita por Gabriel de Muisis, notário de Piacenza, cit. Crawford, 113.
7. Registro de Givry: Renouard, 111.
8. Três aldeias de Cambridge: Saltmarsh.
9. Irmão de Petrarca: Bishop, 273.
10. John Clyn: cit. Ziegler, 195.
11. Apatia, "E naqueles dias": cit. Deaux, 143, mencionando apenas "uma velha crônica do norte".
12. Agnolo di Tura, "pai abandonou filho": cit. Ziegler, 58.
13. Magistrados e notários: cit. Deaux, 49.
14. Padres ingleses: Ziegler, 261.
15. Filhos abandonados pelos pais: Hecker, 30.
16. Guy de Chauliac, cit. Gasquet, 50-51.
17. Freiras do Hôtel Dieu: *Chron. Jean de Venette*, 49.
18. Picardos e escoceses zombam da mortalidade: Gasquet, 53, e Ziegler, 198.
19. Catarina de Coucy: *L'Art de vérifier*, 237.
20. Curtidores de Amiens: Gasquet, 57.
21. "Com a alegria que há em nós": *Grandes Chrons.*, VI, 486-87.
22. John de Fordun: cit. Ziegler, 199.
23. Covino sobre os pobres: Gasquet, 42.
24. Sobre os jovens: Cazelles, *Peste*, 24.
25. Knighton sobre ovelhas: cit. Ziegler, 175.
26. Lobos: *ibid.*, 84, 11.
27. Cães e gatos: Muisis, cit. Gasquet, 44, 61.
28. Cronista bávaro: cit. Ziegler, 84.
29. Walsingham: Denifle, 273.
30. "Ó, feliz posteridade": cit. Ziegler, 45.
31. Giovanni Villani, "*e dure questo*": cit. Snell, 334.
32. Médicos de Veneza: Campbell, 98.
33. Covino: *ibid.*, 31.
34. Guy de Chauliac: cit. Thompson, *Ec. and soc.*, 379.
35. Tucídides: cit. Crawford, 30-31.
36. Origem chinesa: embora a idéia da origem chinesa ainda seja repetida (por ex., por William H. McNeill, *Plagues and people*, Nova York, 1976, 161-63), ela é contestada por L. Carrington Goodrich, da Association for Asian Studies, Columbia Univ., em cartas ao autor datadas de 18 e 26 de outubro de 1973. Citando fontes chinesas contemporâneas, e outras, ele também menciona o dr. George A. Perera, do College of Physicians and Surgeons, autoridade sobre moléstias transmissíveis, que "concorda comigo que os espaços entre as epidemias na China (1334), Semirechyé (1338-9) e a bacia do Mediterrâneo (1347-9) parecem demasiado longos para que a primeira seja responsável pelas últimas".
37. Notícias do Oriente: Barnes, 432; Coulton, *Black Death*, 9-11.

38. Clérigo flamengo anônimo: sua correspondência foi editada em forma de crônica por De Smet, em *Recueil des chroniques de Flandres*, III, cit. Ziegler, 22.
39. Gentile da Foligno: Campbell, 38.
40. Relatório da Universidade de Paris: Hecker, 51-53; Campbell, 15.
41. M. Villani: cit. Meiss, *Painting... After the Black Death*, 66.
42. Proibição de jogo: Nohl, 74.
43. Em Messina, demônios parecidos com cães: Coulton, *Black Death*, 22-7.
44. Donzela da Peste: Ziegler, 85.
45. Cantacuzeno: Barnes, 435.
46. Piers Plowman, "puro pecado": Texto B, V, 13.
47. Clemente V, "vícios sensuais": Gregorovius, VI, 334.
48. Habilidades médicas: Thorndike, III, 249-51.
49. Cataratas: Gilles li Muisis, *Chron.*, cit. em Introd. x.
50. Transplantes de pele: M. Rowling, *Life in medieval times*, Nova York, 1973, 192. Ver também Arturo Castiglione, *A history of medicine*, Nova York, 1946, 198-99.
51. Esgotos: Thrupp; Coulton, *Panorama*, 456; Sabine.
52. Medidas de Visconti: Jecker, 58.
53. Noseley: carta ao autor, 25 de junho de 1974, de lorde Hazelrigg, descendente direto do autocrata, e atual proprietário de Noseley Hall.
54. Lenda de São Roque; "Nestes tristes tempos": cit. Mâle, 190.
55. "Deus está surdo": Passus X, verso 79.
56. Hostilidade de Deus: cit. Campbell, 132.
57. Envenenamento de poços: *Chron. Jean de Venette*, 50; S.W. Baron, XI, 160.
58. "Matar e destruir": *Chron. Jean le Bel*, I, 225, e Gilles li Muisis, 222.
59. "Rios e fontes": de *Jugement du roi de Navarre*, 70.
60. Rabino de Coucy: *Encyc. Jud.* VI, 167; VII, 19.
61. Distintivo e chapéu de ponta: Abrahams, 287; Enlart, 435.
62. Newburgh: cit. Coulton, *Panorama*, 359.
63. Julgamentos na Savóia: Cox, 60-70; "Black Death" em *Encyc. Jud.*
64. Bula de Clemente: Luce-F, IV, 101.
65. Flagelantes: Cohn 125-37; *CMH*, cap. 10; Lea, II, 882; Hecker, 34-39; Schnyder. 279-89.
66. Massacres em Worms, Frankfurt, Colônia, Mainz, Erfurt: Cohn, 138-9; Heinrich Graetz, *History of the Jews*, Filadélfia, 1894, IV, 109.
67. Duque Alberto II da Áustria: S. W. Baron, XI, 163.
68. Como fantasmas: cit. Cohn, 139.
69. Volta dos judeus a Erfurt: S. W. Baron, IX, 224.
70. Dados e rosários: Gasquet, 60.
71. Piers Plowman, Passus IX, ed. Wells, 110.
72. M. Villani, homens melhores: cit. Coulton, *Black Death*, 66-68.
73. Orvieto: Carpentier, *Ville*, 190.
74. Relações entre cristãos e judeus: *Ibid.*, 196.
75. Carlos IV, "conhecimento precioso": Campbell, 150.
76. Corpus Christi: *ibid.*, 150.
77. Petrarca sobre Bolonha: *ibid.*, 159-60.
78. Declínio da população: J. C. Russell, "Med. Pop."; Carpentier; *AESC*; Bowsky; Heers, 101-5; Hay, 76.

79. Efeitos sobre o trabalho: Perroy em *EHR*; Seebohm, 269, 273; Helen Robbins, 473-76; Heers, 108-11.
80. Jubileu: Gregorovius, 323-25.
81. "O pontífice deve tornar felizes os seus súditos": cit. G. Mollat, *Papes*, 86.
82. Tesouro do Mérito: Jusserand, 170.
83. Um milhão de peregrinos: Meiss, 80.
84. Pedidos, St. Germain: Ziegler, 78.
85. Siena: Bowsky, 26.
86. Florença: Meiss, 78.
87. Cardeal atacado em Roma: Gregorovius, 325.
88. *Bene quidem*: Coulton, *Black Death*, 59.
89. "Mais malvado do que antes": *Chron. Jean de Venette*, 51.
90. Clemente, "o que podeis pregar": *ibid*, 55-56.
91. Lotário da Saxônia: cit. Campbell.
92. Afresco de Traini: Meiss, "Traini"; Supino, 73-80.

CAPÍTULO 6

1. Execução do conde d'Eu: esse caso, que provocou uma massa de boatos e especulações, é tratado em detalhe por todos os cronistas — Jean le Bel, *Chron. J. & C.*, 4 *Valois*, Gilles li Muisis, *Normande* e Froissart, com extensas notas em Luce-F, IV, e KL Biog. Index, e análises em Cazelles, *Société pol.*, 249-52.
2. "*Ung bien hastif homs*": *Chron. 4 Valois*, 16-17.
3. "Uma mulher muito cruel": KL, IV, 202.
4. Girard d'Orléans, pintor da corte: Dupont & Gnudi, 134.
5. Ordenação de 1351: Lot; Tourneur, *Poitiers*.
6. Gilles Li Muisis sobre dinheiro: cit. Lewis, 58.
7. Historiador da Jarreteira: Elias Ashmole, *The history of the most noble Order of the Gutter*, Londres, 1715.
8. Ordem da Estrela: Michelet, III, 294-95; Coville, 92; Contamine, 186-87; Huizinga, *Men and ideas*, 203; Anquetil, 402. Sobre a batalha de Mauron, na qual os membros foram dizimados, ver *Chron. normande*, 106 e Luce-F, IV, notas.
9. Combate dos trinta: KL, V, 514.
10. Assassinato de Carlos de Espanha: todos os cronistas, especialmente *Chron. 4 Valois*, 25-28.
11. Agitação em Oxford: Trevelyan, *English social history*, Londres, 1949, I, 49.
12. Francesco Ordellaffi: Emerton, 170.
13. Crime na Inglaterra: Coulton, *Panorama*, 371
14. Jogos de aldeia: Origo, 42
15. Mons: Huizinga, *Waning*, 22-23.
16. Carlos de Navarra, cartas ao papa e Eduardo III: Denifle, 99
17. Eduardo III, palavra de um rei: "*In verbo regiae veritatis dicimus et contestamus fideliter coram Deo*", cit. Denifle, 103-4, do texto em Secousse e Rymer.
18. Carta ao bispo de Winchester, cit. Sedgwick, 117.

19. Henry de Lancaster: Fowler, *King's lieutenant*, 106-10.
20. Enguerrand na campanha da Picardia: *Chron. 4 Valois*, 41. Sobre essa campanha, ver também *Chron. Jean de Venette* e Denifle.
21. Prisão de Carlos de Navarra e execução de nobres normandos: todas as crônicas e sumário em Delachenal, I, 140-57.
22. Batalha de Poitiers: do lado inglês, as principais fontes são Anonimale, Chandos Herald, Godfrey le Baker; do lado francês, *Grandes Chrons.*, *Chron. 4 Valois*, *Chron. normande*, Froissart. O *Black Prince*, de Hewitt, é o mais completo dos relatos recentes; Tourneur-Aumont dedica todo um livro a ela, com uma tese especial; Delachenal, Denifle, Lot e MacKinnon fazem relatos completos.
23. Talleyrand de Périgord: Zacour, 8, 24.
24. *Sire de Ferté-Fresnel*: Delachenal, I, 397.
25. Cavaleiros arruinados: para documentos ilustrativos desses casos, ver Moisant, 59-61; Delachenal, I, 248, n.
26. "Lamento da batalha de Poitiers": Beaurepaire.

CAPÍTULO 7

Para os acontecimentos materiais deste capítulo, desde a reunião dos Estados até a morte de Marcel, a principal fonte primária é *Chron. J. & C.*, vol. 1, com material adicional da *Chron. 4 Valois*, *Chron. normande*, Jean de Venette, Jean le Bel e Froissart. São complementadas pelas notas de seus respectivos editores e pelos relatos modernos de Delachenal, vol. 1, e Coville.

1. Biblioteca de Roberto le Coq: Autrand, 1220.
2. Bastardos do delfim: *Chron. normande*, 136; Delachenal, I, 110, n. 2.
3. Boatos sobre sua paternidade: *ibid.*, 68, 69, n. 2.
4. Patentes de Marcel: Cazelles, "Etienne Marcel", 415-17.
5. Funcionários que viajam com pompa: Mézières, Coopland, I, 417-18.
6. Levantamento fiscal de 1292: Franklin, *Vie privée*, I, 12; Evans, *ibid.*, 49-50.
7. Condições de Paris: Franklin, *Rues, Dict.*, *Vie privée*, VII, 12-13; Batifol; Hillairet; Legend; Coulton, *Panorama*, 308; Coville, 427-8.
8. Inglês sobre livreiros: cit. Evans, *ibid.*, 131.
9. Grande Ordenação: Coville, 119-21.
10. Grandes Companhias: Luce, *Jacquerie*, 9-28; Denifle, *passim*; Gray, *Scalacronica*, 130-31; Gregorovius, 317 ss.; Delachenal, II, 28;
11. Shakespeare, *Richard II*, ato III, cena 2.
12. Frade Monreale: Gregorovius, 356-66; Hale, Highfield & Smalley, 102-3; Oman, 293.
13. *Società dell'acquisito*: Lot, 397 n. 1
14. Cervole recebido pelo papa: Luce-F, 95; Gregorovius, 395.
15. Knollys: *DNB*.
16. Eustache d'Aubrecicourt: Luce-F, 160; Delachenal, II, 40-42.
17. Trágico relato: M. L. Delisle, *Tragicum argumentum*.
18. *Entrada de João em Londres*: John de Reading, 206; *Brute chron.*, cit. Green, 197.
19. Seus gastos como prisioneiro: Orléans, 29, 42-43; Delachenal, II, 78-79; Putnam, 312; Gazeau.

20. Comentário de Micheler: III, 360.
21. Enguerrand acompanha Navarra: *Chron 4 Valois*, 64; ver também Cazelles, "Parti Navarrais"
22. Condições dos camponeses: H. See, 540-624; Bloch, *Rural* 80-94; Perroy, "Wage labour"; Mollat & Wolff, 19-20; Davis, 268-70; Fossier, 358-59; *Horizon*, 238; Helen Robbins; Turner, "Ec. discontent"; Viollet-le-Duc, *Dict.* VI, 292; Bell, *Old German epics*.
23. Custo do arado: Fossier ao autor.
24. Banho comum: Gasquet, 64; Dieta: Luc, *Guesclin*, 57; Thrupp, 483; Contamine, 654; *Horizon*, 238.
25. Camponês da Normandia: Duby 518-19; Dotes: Mollat & Wolff, 17-20.
26. *Merlin Marlot*: Joly, 452-53.
27. Demônios recusam-se a levar a alma: *ibid.*, 458.
28. *Le despit au vilain*: *ibid*, 460-61.
29. Jacquerie: Para o início e acontecimentos subseqüentes, a fonte principal é Luce, *Jacquerie*, valiosa pela documentação dos perdões reais concedidos posteriormente, os quais, relatando as circunstâncias de cada caso, proporcionam uma imagem mais verdadeira do que as crônicas. Além disso, *Chron. Jean le Bel*, II, 256; KL, VI, 44-58; *Chron. J. & C.*, I, 177-78; *Chron. normande*, 127-28; *Chron. 4 Valois*; *Chron. Jean de Venette*.
30. Ataque em Meaux: KL, VI, 477; *Chron. J. & C.*, 180-84.
31. Apelo a Carlos de Navarra: Luce, *Jacquerie*, 147.
32. Presença de Coucy: *Chron. 4 Valois*, 74. Segundo os termos do subseqüente Tratado de Calais em 1360, as pessoas que seguiram Carlos de Navarra "durante as agitações" receberiam perdões do rei da França. O nome de Coucy não consta da lista de trezentos seguidores de Carlos, nem de uma segunda lista de trezentos perdoados pelo rei João: Secousse, II, 177-81, 181-85.
33. Lançaram-se: *Chron. Jean de Venette*.
34. "Vinte mil" mortos: Secousse, Mem. 239.
35. Coucy guarda seu território: *Chron. Jean le Bel*, II, 277; KL, VI, 99.
36. "Não gostava do dito bispo": *Chron. Jean le Bel*, II, 260; Denifle, 234.

CAPÍTULO 8

1. Coucy refém pelo tratado de Londres: Delachenal, II, 408.
2. "Disseram que o tratado era desagradável": cit. *ibid.*, 87.
3. Força expedicionária de Eduardo: Knighton, cit. Locke, 53; Hewitt, *Edw.*, 31, 51, 88; Fowler, *Lanc.*, 198-200.
4. "Como as estrelas têm a influência de produzir": *sir Richard Baker, Chron. of kings of England*, cit. Barnie, 104.
5. Ataque francês a Winchelsea: Gray, *Scalacronica*, 152; Orléans, 50-51; Delachenal, II, 158.
6. Inglaterra em pânico: do Calendar of Close Rolls, cit. Hewitt, *Edw.*, 19.
7. Segunda-feira Negra: *Chron. of London*, cit. Thompson, 101; Knighton e *Eulogium*, cit. Delachenal, II, 91.

8. Designação de reféns: *Chron. 4 Valois*, 122; *Chron. normande*, 155, n.
9. Tratado de Brétigny: o texto ocupa 33 páginas em *Chron. J. & C.*, I, 267-300. Ver também Duckett, 7-8.
10. Contribuição de Coucy para o resgate: Lépinois, 165.
11. Casamento Visconti: Chamberlin, 31-35; Cook, 49 ss.
12. Villani citado: *ibid.*, 49, n. 55.
13. Filipe, o Audaz, ganha seu nome: Froissart.
14. Froissart viaja com os reféns: Shears, 12-13.
15. Walter Scott: *Old mortality*, cap. 35.
16. Chaucer com os reféns, Coulton, *Chaucer*, 25-26.
17. Seu resgate: *ibid.*
18. Coucy e a dança: KL, VI, 392.
19. Deus do Amor no *Roman de la Rose*: versos 2149-53, 2166-71.
20. Retrato póstumo: hoje no Museu de Soissons.
21. Dezesseis criados do duque de Orléans: Coulton, *Chaucer*, 33.
22. Froissart sobre os alemães: Luce-F V, 289.
23. Rei Eduardo e o inglês: Coulton, *Panorama*, 237.
24. Queixa de 1340: cit. Darmesteter, 13.
25. Trevisa: cit. Gasquet, 234; Campbell, 177.
26. Como se fossem para guerra: Hewitt, *Edw.*, 175
27. Lei de 1362: *ibid.*
28. Peste de 1361: *Chron. 4 Valois*, 130-31; John de Reading, 150, 164; *Polychronicon*, 411; Saltmarsh; Carpentier, *Ville*; G. Mollat, *Papes*, 106; Coville, 160-61.
29. Profecia de Jean de la Roquetaillade: *Chron. Jean de Venette*, 61-62; Cohen, 105-6.
30. Londres vazia: Sabine.
31. Condições sanitárias: *id.*
32. Buxeaule: Duby, 523.
33. Desolação das igrejas: M Mollat, *Vie*, 49.
34. Universidade de Montpellier: Campbell, 156-57.
35. Descrição da França por Petrarca: texto da sua *Epistolae de rebus familiaribus*, em Cook, 23-24.
36. Missão de Galeazzo e oração na corte: Wilkins, 217-24.
37. Delfim: *Gr. chron.*, VI, 166.
38. Conspiração de Navarra: *ibid.*, 222; Delachenal, II, 268-69.
39. Cidadãos de La Rochelle e Cahors: Froissart.
40. St. Romain de Tarn: Hewitt, *Edw.*, 151.
41. Abbeville: *Gr. chron.*, VI, 91; Delachenal, II, 178, n.4
42. Tratado dos "lírios" e Coucy: Cartas do rei João indicando Coucy e outra correspondência sobre o assunto reunidos em Rymer, 72, 694, 700, 702. Ver também Lehoux, I, 171.
43. Luta em Brignais: Lot, 404-5; Cox, 164.
44. João examina casamento com Joana de Nápoles: Orléans, H.D., *Notes et documents*.
45. Volta ao cativeiro: KL, 119; Duckett, 9; Delachenal, II, 351.
46. Morte e funeral de João: *Chron. J. & C.*, I, 339-41; Michelet, III, 368.

CAPÍTULO 9

1. Os detalhes da vida, família, bens e finanças de Isabel estão em Green, 164-228, que os recolheu de extensiva pesquisa original. Sobre o caráter de Isabel, ver Hardy, 168, 182.
2. Bérard d'Albret: KL, Biog. Index, XX, 20.
3. "Só por amor": *Polychronicon*, 365.
4. Joana de Kent: KL, II, 243.
5. Mulheres com roupas masculinas: Knighton, cit. J. Cammidge, *The Black Prince*, 1943, 108.
6. Depilação de sobranceiras: La Tour Landry, 96.
7. Conselho de Duenna em *Roman de la Rose*: versos 13.879-14.444.
8. Agnes e Machaut: Machaut, xiv, xvii.
9. Deschamps, "*Suis-je belle?*", cit. Cohen, *Vie*, 293-95.
10. Cinto de castidade: Dingwall, 4, 76, 160.
11. História de Jean de Condé: Hellman & O'Gorman, 24-5.
12. Outros *fabliaux*: ibid e também Brains, *Bawdy Tales*.
13. Vincent de Beauvais: cit. Owst, 378.
14. Petrarca renuncia à carne: *Correspondence*, 62, 92, 403.
15. "Onde quer que a beleza se revele": Master Rypon, pregador do século XIV, cit. Owst, 48.
16. Questões de sexo e pecado: Noonan, 249, 274, 279, 283, 293-94.
17. Sodomia contra a natureza e pior dos pecados: Aquino, *Summa theologica*, cit. Noonan, 339-40.
18. Ms. ilustrado mostrando a Ira como mulher: Mâle, 331-33.
19. Aquino sobre o lugar da mulher: *Summa theologica*, cit. Jarrett, *Social*, 72, 74.
20. Bonet, "o homem é mais nobre": 194.
21. Dunmow Flitch: para o texto do juramento ver *Reader's encyclopedia*, ed. W. R. Benet, Nova York, 1948.
22. Monjas "como cães que ficam presos por muito tempo": cit. Jarrett, *Social*, 82.
23. Índice de mortalidade feminina: J. C. Russell, *Fontana*, 29.
24. Jacoba Felicie: Power, 422;
25. Novella D'Andrea: Will Durant, *Story of civilization*, V, 4.
26. Márcia Ordelauff: Emerton 177-87.
27. Cristina de Pisan: Coville, 410-11.
28. Poema da viuvez: ibid.
29. Outras obras e poemas: Huizinga, *Waning*, 111-12, 123, 286.
30. Controvérsia sobre *Roman de la Rose*: Kilgour, 136; Masson, 174.
31. Sobre Joana d'Arc: Jarrett, *Social*, 86.
32. Casamento de Enguerrand e Isabel: documentos em Rymer, 773-778.
33. Carruagem de dama: Avenel, 49-50; Jusserand, 48-49.
34. Enguerrand, conde de Bedford: Issue Rolls, 40 Edw. III, cit. Green, 206; também Barnes, 667, 670.
35. Coucy e Soissons: KL, VII, 232-34.

CAPÍTULO 10

1. Um dos piores capitães: era Anichino Baumgarten: Cox, 138-40.
2. Filipe de Borgonha e Arnaut de Cervole: Zurlauben, *Cervole*, 162.
3. Bertucat d'Albret: KL, XI, 228.
4. Seguin de Badefol: *ibid.*, XX, 232-36.
5. Aimerigot Marcel: *ibid.*, XIV, 164.
6. Inocêncio VI, carta pastoral: M. Mollat, *Vie*, 5, 30.
7. "Se o próprio Deus fosse soldado": cit. Kilgour, 26.
8. Exigência de absolvição papal: Denifle, 185.
9. Hawkwood: Leader-Temple & Marcotti e Gaupp, *passim*.
10. "Nada mais terrível": cit. Leader-Temple & Marcotti, 27.
11. Não eram como os húngaros: cit. Stanley, 401.
12. Inglês italianizado: cit. Gaupp, 308.
13. Cuvelier sobre Du Guesclin: I, 5. Na opinião de Edouard Perroy (*Hundred Years*, 148), Du Guesclin "desfrutou de uma popularidade desproporcional aos seus talentos e feitos... [Ele era] um capitão medíocre, incapaz de vencer uma batalha ou ter êxito num sítio de maiores proporções [...] inchado de importância que se dava". Ver também Michelet, IV, 4.
14. Batalha de Cocherel: Luce-F, VI, 131; Lot, 436.
15. Du Guesclin e astrólogos: Lewis, 26; Thorndike, III, 586.
16. Carlos V e os astrólogos: Campbell, 128; Pernoud, 224.
17. Tomás de Pisano: Thorndike, II, 801-2; III, 611, 615.
18. Enrique, mais velho de dez bastardos: *Chron. Jean Venette*, Notas, 304, n.º 2.
19. "A tirania da rima": Delachenal, III, 455.
20. Du Guesclin, cardeal *et. al.* em Villeneuve: Cuvelier, versos 7.530-7.620, trad. inglesa em D. F. Jamison, *Life and times of Bertrand du Guesclin*, 1864, 260-65.
21. Príncipe Negro estimulou soldados: Froissart, Johnes I, 383.
22. "Causaram tanto dano": *ibid.*
23. Não valorizava um cavaleiro: Cuvelier, cit. Sedgwick, 195-97.

CAPÍTULO 11

1. Carta de alforria de Coucy: texto em Melleville, 103-6.
2. Castelo de Hesdin, brinquedos mecânicos: Vaughan, 205.
3. Festa do cisne: Le Grand d'Aussy, II, 23.
4. Garfos, relacionados em inventário dos objetos domésticos de Carlos V em 1379: Le Grand d'Aussy, III, 179.
5. Enxoval de Blanche de Bourbon: Evans, *Flowering*, 174.
6. "Ocupando-se de outras coisas": cit. Coulton, *Life*, I, 204.
7. Poderes mágicos das hóstias: Lea I, 50.
8. Comunhão e confissão anuais: M. Mollat, *Vie*, 72.
9. "Eu não sabia disso": Jacques de Vitry, c. Coulton, *Life*, I, 57.

10. Religiosidade no Norte da França: M. Mollat, *Vie*, 71-73.
11. Carlos V: Cristina de Pisan, *Charles V*, passim; Coville, 183-85.
12. Taillevent: Evans, *Flowering*, 172.
13. Coroas e jóias: Vaughan.
14. Doença e abcesso de Carlos V: KL, IX, 280-82; Delachenal, I, 14; II, 306-11. Relato de Froissart, segundo Delachenal, V, 389, é um "tecido de fábulas".
15. Biblioteca de Carlos V: Cristina de Pisan, *Charles V*, II, 13; Coville, 189.
16. Séquito de Clarence: Cook (estudo em detalhe de toda a questão).
17. Clarence em Paris: *Chron. J. & C.*, II, 41; Rymer, 845; visitado por Coucy: Green, 108.
18. Compras de Amadeu: Cordey, 184-85.
19. Família Visconti: Chamberlin, 15-30, 67-70; também Cook, 16, 18; Muir, 70.
20. Castelo de Pavia: Corio, *Storia di Milano*, cit. Chamberlin, 119.
21. Excelente residência: J. A. Symonds, *Age of despots*, cit. Cook, 43.
22. Petrarca: *Correspondence*, 323-25.
23. Milão: Mesquita, 2-3; Chamberlin, 13-15; Molho, 30.
24. Casamento: Cook; Chamberlin, 42-3; Presença de Froissart e Chaucer, ver Jarrett, *Charles IV*, 5 e Coulton, *Chaucer*, 48, 50.
25. Oferta do rei Eduardo: Vaughan, 5.
26. Venda de colar de pérolas por Coucy: Luce, *Cent ans*, I, 96.
27. Hábitos de Filipe de Borgonha: Luce, *Cent ans*, II, 206; Petit, *Itinéraires*, 490-91; Vaughan, 6, 197.
28. Desempenho de Coucy: Luce-F, VII, 130.
29. Petrarca a Boccaccio: *Correspondence*, 213-14.

CAPÍTULO 12

1. Carlos consulta universidades: Chaplais, 55.
2. Perturbados em suas mentes: Froissart.
3. Bonet sobre a dupla fidelidade: 167-68.
4. Herança Habsburgo de Coucy: Duplessis, 119-20; Zurlauben, *Enguerrand VII*, 170-73, recolheu as provas; também Lacaille, tese, 17-20.
5. Selo de Coucy de 1369: AN, Service des sceaux; n.º 308 em Demay, *Flandre*, apenso a um documento de 14 de novembro de 1369, marcado *Sigillum Enguerranni filii ducis Austrie Domini de Couciaco et Comitiss Suessionensis et Bedfordis*. Traz o lema *Semper*. Um selo semelhante de 1376 (n.º 8644 em Demay, *Clairmeubault*) traz o lema *Sans plus* e mostra um escudo esquartelado 1 e 4 *vairé* e 2 e 3 *fascé*. Anselme, 542, dá uma outra descrição dos selos de Coucy com a figura em pé.
6. Contrato com Montbéliard: KL, VIII, cxxx, n.º 3; Bardy, 13-14.
7. Manifesto a Estrasburgo e Colmar: *ibid*.
8. Documento datado de Praga: mencionado por Galbraith em notas a *Anonimale chron.*, 117. Copiado para o autor, o documento é uma "inspeção" feita em 1390 de cartas patentes anteriores a Robersart, e repete o texto integral da carta de Coucy dada sob seu selo "em Praga, em Boêmia, no dia 14 de janeiro do ano de 1369 [1370]"
9. Bandidos na Itália: John Bromyard, cit. Owst, 174; Origo, 153, 275-6.

10. Bernabò e o papado: Gregorovius, 408; Milman, VIII, 14-16.
11. Público atribuiu eleição de Urbano a Deus: Milman, VIII, 13.
12. Volta de Urbano: *ibid.*, 20; Jarrett, *Charles IV*, 156.
13. Condições de Roma: Pirenne, *Europe*, 23-24; Flick, 213.
14. Enguerrand com o conde de Savóia na Itália: Cox, 264-68; Cognasso, 197; Gabotto, 201-2.
15. Passagem dos Alpes: Cox, *The eagles of Savoy*, Princeton, 1974, 339-43.
16. Villani sobre a companhia de Hawkwood: Trata-se de Filippo Villani, *cit.* Cook, 25.
17. Ordens dos pais de Visconti: *cit.* Chamberlin, 58.
18. Correspondência papal e contratos com Coucy: Lacaille, *An. Bull.* SHF, 187-206, dá textos integrais dos Arquivos do Vaticano.
19. Campanha da Liga Pontifical e batalha de Montichiari: *Annales Mediolanensis* em RIS de Muratori, caps. cxxxv-vi, 752-56 (trad. para o autor por Phyllis G. Gordon); Corio, *Historia di Milano*, *cit.* Mazas, 187-90; Servion, 198-205; Leader-Temple & Marcotti, 72-78; Lacaille, *tese*, 26-31; Cox, 276-77; Chamberlin, 58-60; Cognasso, 208.
20. Título de *sire* de Coucy em grande estima: KL 1b, 17, n.º 5.
21. Nomeado marechal: Luce-F, VIII, cxxxii.
22. Neutralidade honrosa: KL, VIII, 291-93.
23. *Chevalier* de Chin: *ibid.*, 21, 24.
24. Batalha de Enrique e Pedro: Luce-F, VII, xxxii, n.º 1.
25. Enfermidade do Príncipe Negro: Denifle, 497, e Lefranc, 108, declaram ter sido hidropsia. Biógrafos ingleses evitam dar o nome dessa enfermidade nada heróica.
26. Batalha de La Rochelle: além de Froissart e *Chron. 4 Valois*, Roncière, 15-16; Sherborne; Runyan.
27. *Capit. De Buch* na prisão: *Chron. J. & C.* III, 62-78; Keen, *Laws*, 90; Delachenal, III, 186-87.
28. Coucy intercede: KL, VIII, 401-2.
29. Longa marcha de Lancaster: Walsingham, *cit.* Mackinnon, 552; Lot, 367-68; Delachenal, III, 302.

CAPÍTULO 13

1. Despesas de Borgonha: Delachenal, IV, 568.
2. Proposta a Coucy de comandar as companhias: KL, 369, 372.
3. Rivière, Mercier: Lefranc, 217-18; Coville, 220.
4. Coucy empresta dinheiro a Berry: Lehoux I, 358, n.º 3.
5. As companhias bretãs e o papa: Mirto, "Budes", 590; Denifle, 583.
6. Owen de Gales: Chorten.
7. Canhão em St. Sauver: *Chron. 4 Valois* 253; Delachenal IV, 527-28.
8. Contrato de Coucy com Owen: Mirot, "Budes", 590; Denifle, 583.
9. Crônica alsaciana: Koenigshofen, 334-35.
10. Dotações de Coucy para Nogent: BN, *Fonds fr., nouv. acq.* n.º 3653, n.º 293, e uma posterior *vidimus* desse documento, *nouv. acq. fr.* 205 10, *pièce* 48.
11. Missas do *capit.*: Lewis, 204.

12. Padres da princesa de Gales: Rosenthal, 15.
13. Cartas de Coucy ao vigário imperial e às cidades: Bardy, 17; Zurlauben, *Enguerrand VII*, 177.
14. Destruições na Alsácia: Bardy, 23-25.
15. Morgarten e Laupen: Oman, 235-46.
16. Invasão do Aargau: as fontes para a campanha suíça são: Dierauer, 287-92; Dandliker, 547-52; Muller, 201-18 (traduzido para o autor por Kathie Coblenz); também Bardy, 17-19; Chotzen, 234-38; Laguille, 309-19; Zurlauben, 177-80. Chotzen inclui uma lista das crônicas suíças originais.
17. Versão de Froissart: KL, VIII, 376-78.
18. Fraubrunnen, baladas sobre a batalha: R. Liliencron, ed., *Die Historischen Volkslieder des Deutschen vom 13 bis 16 Jahrhundert*, Leipzig, 1865, I, 88-90; Chotzen, 238.
19. Fraubrunnen, inscrição no monumento: copiada pelo autor e traduzida para o inglês pelo prof. E. A. R. Brown.
20. Acordo dos Habsbúrgos com Coucy: Delachenal, IV, 583; n.º 5; Zurlauben, *Enguerrand VII*, 180 (que se propõe elucidar os erros de todos os historiadores anteriores).
21. Comissão de Coucy contra as companhias: Delachenal, IV, 584, n.º 1; Lehoux, I, 380, n.º 9.
22. Concessões de Eduardo a Isabel: Green, 213-16.
23. Alice Perrers: *Chron. angl.*, Thompson, xlviii.
24. "Senhora do Sol": cit. Green, 210, n.º 2.
25. Pressão sobre Coucy para que optasse pela França: KL, VIII, 378-80.
26. Missão à Inglaterra: *ibid.*; sobre a dupla fidelidade, ver Keen, Laws, 89-91.

CAPÍTULO 14

A principal fonte narrativa contemporânea para as questões inglesas nesse período é a *Chronicon Angliae* de Thomas Walsingham, que infelizmente não existe em inglês (embora as notas de Thompson sejam úteis). Aqueles que, como eu, não são fluentes em latim dependem de citações e excertos em inglês, existentes em outros historiadores. A *Anonimall chronicle*, um tanto menos viva, foi traduzida por V. H. Galbraith. Fontes secundárias sobre as condições na Inglaterra usadas para este capítulo são Jusserand, McKisack, Postan, Saltmarsh, Seebohm e Trevelyan. Embora a última, que foi o primeiro livro de Trevelyan, possa ficar aquém da erudição moderna, está bem à frente em interesse geral e é uma visão abrangente do meio social.

1. Mente de um menino de oito anos: *Chron. Angl.*, cit. Collis, 186, n.2.
2. Juizes atemorizados: uma lei de 2 Rich. II, cit. Jusserand 76.
3. Bispo de Rochester: cit. *ibid.*, 86.
4. Queixas de trabalhadores e servos: Jusserand, 147-8, de Rymer, V, 668.
5. Associação de ajuda mútua: cit. Seebohm, 274.
6. Quatro aldeias de Gloucester: Beresford & Hurst, 8.
7. Cinco igrejas de Norfolk: Saltmarsh, 24.
8. Wyclif: Poole; Trevelyan, *passim*; Cheyney, 211-24.
9. Padres com concubinas: MacKinnon, 561.

10. Confessor em casos de adultério: Lea, I, 31.
11. Eucaristia negada: *ibid.*; Mau comportamento de clérigos, Coulton, *Life*, I, 96, 99-100.
12. Clérigos em roupas mundanas: Jusserand, 55.
13. Holardismo entre nobres: Cheyney, 217.
14. *Horribles expenses*: cit. McKisack, 386, n. 1.
15. Interrupção do trabalho no campo: J. R. Green, *Short history of England*, I, 455-56.
16. Bom Parlamento: além das fontes mencionadas no início, MacKinnon; Harold I. Nelson, "Thomas Walsingham and the crisis of 1376" (inédito); A. F. Pollard; Powell & Wallis, Strubbs, *Constitutional history*.
17. Coucy como conde de Bedford: uma pesquisa dos Close Rolls, Parl. Rolls e Parl. Anotações feitas para o autor no Public Records Office não encontraram indícios de que Coucy tivesse sido convocado para o Parlamento de 1376, embora tivesse sido convocado como conde de Bedford para o Parlamento de 43 Edw. III (1370) (*The dignity of a Peer of the Realm: reports from the Lords' Committees* [...] Londres, 1829, IV, 645).
18. Isabel e Coucy visitam o príncipe: KL, VIII, 170.
19. Leito de morte do príncipe, testamento e túmulo: Chandos Herald, 170; *Chron. Angl.*, cit. Trevelyan, 27; Collins, 300-1; *DNB*.
20. Coucy aconselha invasão: Froissart, cit. Lépinois, 178.
21. Médicos de Eduardo desesperados: *Anonimale*, 95.
22. Missão de Coucy em Flandres: Lecalle, tese, 40.
23. Enfermidade da rainha: *Chron.* 4 *Valois*, 244; Delachenal, IV, 536.
24. Pagamentos a Coucy: BN, *Pièces originales*, 875; pasta 19, 660 Coucy.
25. Maria de Coucy: Lehoux, I, 392, 398, n. 7.
26. Coucy em negociações com os ingleses: KL, VIII, 383-85; Barnes, 906-7.
27. Presença de Chaucer: Braddy; Manley; também F. N. Robinson, introdução a *Chaucer's complete works*.
28. Substância das conversações: Delachenal, V, 4; Delisle, Coll. BE, n.º 1425; Perroy, "Anglo-French".
29. Morte de Eduardo, jubileu despercebido: J. J. Jusserand, *Piers Plouman*. Londres, 1894, 53.
30. Movimentos de Isabel: KL, XXI, 41; Green, 215-17; de Rymer, VII, 153.
31. Roberstart: Collins, 237, 249.
32. *Songe du vergier*: cit. Delachenal, IV, 601-2.
33. Diálogo escrito por d'Ailly: cit. Kirkland, 18.
34. Carta de renúncia: texto em KL, XXI, 41-42; e em Rymer, VIII, 172, de Patent Roll, I Richard II.
35. Depositários para Isabel: *DNB*: Green, 219, de Rymer, IV, 60; Hardy, 309.
36. Propriedades ficam com Filipa: Lacaille, "Vente", 574, n. 1.
37. Ataques franceses e efeitos sobre a Inglaterra: Searle & Burghart.
38. *Sir John Arundel e Lancaster*: *Chron. Angl.* cit. *ibid.*, 382, e em Delachenal, V, 30.

CAPÍTULO 15

1. Carlos IV, caráter e aparência: Matteo Villani, cit. Cox, 189; Jarrett, *Charles IV*, 219-24.

2. Festa de recepção em Cambrai e subsequente relato da visita: *Chron. J. & C.*, II, 200-276; Cristina de Pisan, *Charles V*, II, 90-132.
3. Cronista do chanceler: Pierre d'Orgement, o chanceler, teria supervisionado, ou possivelmente escrito, ele próprio, as *Chron. J. & C.*: Delachenal, I, xviii.
4. Pratos do banquete: dos cardápios relacionados pelo Ménagier, 226-36.
5. Visita a Savóia, pratos servidos em lanças: Cox, 197.
6. Banquete de Vidame de Chartres: *Le Grand d'Aussy*, III, 143.
7. Drama e montagem: Mâle, 36-37; Artz, 356-60; Cohen, *Theatre*, 49, 93-94, 99, 162, 273; Gayley, 33-34, 75-80; Frank, 115-35; A. W. Pollard, xli.
8. Pregador lolardo: cit. A. W. Pollard, xxii.
9. Encenação do cerco de Jerusalém: além dos relatos primários, Loomis.
10. Beauté-sur-Marne: Luce, *Cent ans*, II, 41-44.
11. Teólogo sobre consentimento dos governados: Jean Gerson, cit. Lewis, 94.
12. Irmãos do Livre Espírito: *Chron. J. & C.*, II, 163-64; Cohn, cap. 8; Leff.
13. Beguinas e laços maritais: Southern, 329.
14. Bíblia em francês: Cohn, 61.
15. D'Anjou: cit. Campbell, 151.
16. Demonologia e feitiçaria: Lea, III, 464; J. B. Russell, 208-14; P. Hughes, *passim*.
17. D'Oresme: Thorndike, III, 428-68; cit. Coopland em notas a Mézières, I, 25.

CAPÍTULO 16

Baseadas em cronistas italianos e franceses, as duas principais autoridades modernas para os acontecimentos deste capítulo são Valois, vol. I, e Ullman, complementados por Creighton, Flick, McFarlane e, naturalmente, Delachenal, em especial para o papel de Carlos V. As outras fontes são citadas abaixo. Todas as citações de santa Catarina são de Jorgensen, quando não houver outra indicação.

1. Abade de Montmayeur: Sismondi, IV, 412.
2. O governador francês citado era o marechal Boucicaut. Godefroy, *Boucicaut*, 2-3.
3. Cronista Neri di Donato: cit. Jorgensen, 171.
4. Roberto de Genebra: Valois, I, 109; versões conflitantes de sua aparência estão em Muratori e o cronista Dietrich de Niem, cit. Ullman, 163.
5. Espadas abençoadas pelo cardeal: Mirot, "Budes".
6. Massacre de Cesena: Leader-Temple & Marcotti, 119-22; "*Sangue et sangue!*", Lot., 417; Sismondi, IV, 422.
7. Casamento da filha de Bernabò com Hawkwood: Leader-Temple & Marcotti, 126.
8. "Homem de Sangue e Carniceiro de Cesena": Delachenal, V, 143.
9. "O povo já não acredita": cit. *ibid.*, 121.
10. Johannes Tauler: Mâle, 89, 107.
11. Santa Brígida, *ibid.*, 89-90.
12. Carta de Catarina a Hawkwood: cit. Leader-Temple & Marcotti, 82-83.
13. Catarina em Avignon: Delachenal, IV, 598.
14. Sobre o retorno a Roma: da edição Cartier de suas cartas, cit. *ibid.*, 596, n. 3, 4, 5.
15. Extorsões eclesiásticas na Alemanha: CMH 280.

16. Deserção de padres, *ibid.*
17. Padres como taverneiros ou negociantes de cavalos: M. Mollat, *Vie*, 43.
18. Brígida, "temor a Deus": cit. Jorgensen, 160.
19. Catarina sobre a reforma: cit. Ullman, 60-61.
20. Carlos V, Roma em qualquer lugar: cit. Renouard, *Papacy*, 64.
21. Volta de Gregório para Roma: Froissart, ed. Berners, II, 505; Jarrett, *Charles IV*, 209-11.
22. Seu pai: Jorgens, 237.
23. Um de seus bispos: Renouard, *Papacy*, 66.
24. Urbano considerado louco: Ullman, 53; Creighton, 83; *Cath. encyc.*
25. Michelet, IV, 8.
26. "Ah, infelizes homens!": cit. Ullman, 67-68.
27. João I, "que governo": cit. Delachenal, V, 171.
28. Efeitos do cisma: *Chron.* C6, I, 85-87; Michelet, IV, 8; Huizinga, *Waning*, 21.
29. Bonet sobre o cisma: 92-93.
30. Monge de St. Denis, "Como uma prostituta": *Chron.* C6, I, 91.
31. D'Anjou, Clemente e Adria — Valois I, 145, 167-68; Durrieu, "Adria".
32. Resistência da universidade, prisão de Rousse: *Chron.* C6, I, 87.
33. Wyclif sobre a salvação individual: cit. Trevelyan, 141.
34. Ninguém entrou no Paraíso: cit. Huizinga, *Waning*, 29.

SEGUNDA PARTE

CAPÍTULO 17

1. Sofrimento do rei: *Gr. chron.*, cit. Delachenal, V, 20.
2. Traição e conspirações de Carlos de Navarra: *Chron. J. & C.*, II, 286 ss., e documentos em Secousse; Coville, 246-47; Delachenal, V, 180-218.
3. Foix, "paixões impetuosas": Cit. Tarbé em notas a Machaut, XIX.
4. Caso de Gastão: *Chron.* C6, I, 365; também Froissart e Tarbé, *op. cit.*
5. Campanha normanda: KL, IX, 56, 61-63, 77-78.
6. Coucy e Clisson: Lefranc, 189, 270.
7. Camaradagem de irmãos-em-armas: ver Keen, *Laus*, 138.
8. Carreira de Clisson: Lefranc, 24-37, 56-58, 132-34.
9. "Sempre na mais perfeita harmonia": *ibid.*, 270.
10. Assassinato de Owen de Gales: Froissart, ed. Berners, III, 15.
11. Coucy, "par de França": Froissart diz especificamente, em relação à campanha de Coucy na Itália em 1372-74, "*et li uns des xii pers*": KL, VII, 419. Sobre a natureza um tanto elástica dos 12 pares franceses, ver Bloch, *Feudal*, 333-35; Lot & Fawtier, 297, n. 1.

12. Política sobre a Bretanha e julgamento de Montfort: Moranvillé, *Mercier*, 76-81; Delachenal, V, 242-45.
13. Visita do rei a Coucy: *Chron. J. & C.*, III, 215; Lacaille, *tese*, 59; Moranvillé, *Mercier*, 70-72, 319.
14. Deschamps: Coville, 401, 407-9; Gaston Raynaud, 27; intr. e notas da ed. de Queux das obras de Deschamps, vol. XI.
15. Balada sobre Coucy, Deschamps, I, 269 (Trad. B.T. para o ing.)
16. Compra de grandes feudos: ver Lewis, 191.
17. Negociações de casamento: Lehoux, I, 439.
18. Ordem da Coroa de Coucy: Deschamps, ed. Queux, II, 35 (sobre as 12 qualidades da coroa), e IV, 115. Duplessis, 89; Zurlauben, *Enguerrand VII*, 183.
19. John Philpot: *Chron. Angl.*, cit. Barrie, 108-9; MacKisack, 403.
20. Revolta de Grand, sobre as loucuras dos príncipes: cit. Hutton.
21. Opressão e levante no Languedoc: *Chron. J. & C.* II, 365-76; Delachenal, V, cap. 6.
22. Punição de Montpellier: *ibid.*
23. "Matem todos os ricos!": cit. Mollat & Wolff. 182.
24. "Abriu corpos": cit. Delachenal, V, 303, n. 3.
25. Imposto inglês de 1379: Trevelyan, 100-03.
26. Erro do cálculo: foi baseado numa estimativa do número de paróquias inglesas em quarenta mil — cinquenta mil, quando na verdade eram nove mil. Ver Coulton, *Five centuries*, III, 449.
27. Viagem de Arundel: *Chron. Angl.*, cit. Collis, 225-27, e DNB; Froissart, ed. Berners, III, 11; Roncière, 65-66.
28. Suas roupas: Baldwin, 74.
29. Protesto dos Comuns e resposta do governo: Jusserand, 124-25, de Parl. Rolls, 2 Rich. II.
30. "Nem toda a sabedoria deste mundo": texto B, xiii, 173.
31. Cargo oferecido a Coucy: KL, IX, 237-8; Lefranc, 211-12.
32. Funções do cargo: Vuatrin, 89-90; Lefranc, 230-1.
33. Nomeação de Coucy e Mortaigne: KL, IX, 243; Duchesne, 267; Duplessis, 91-92.
34. Expedição de Buckingham: KL, IX, 260-91; *Chron. C6*, I, 7.
35. Preparativos: Sherborne, EHR.
36. Clisson, sobre os ingleses: KL, VIII, 302.
37. "Eles podem viver melhor na guerra": KL, XIV, 314.
38. Documentos sobre os movimentos de Coucy: Luce-F, xcix, n. 8; *Immobilis quasi lapis*: cit. Coville, 164.
39. Morte de Carlos V e questão dos impostos: Coville em *CMH*. 265-66; Perroy, *Hundred Years*, 173-74; Delachenal, V, 408-10.
40. *Songe du vergier*: cit. Mirot, *Urbaines*, 6, n. 1.
41. Texto da ordenação do rei: *ibid.*, 4.
42. Precedentes: Brown, "Taxation and morality".
43. *Anonimale*, cit. Collis, 230.

CAPÍTULO 18

Sobre as condições, tributação e sentimentos da classe trabalhadora, as principais fontes usadas para este capítulo são Mollat & Wolff, *Ongles bleues*; Turner, "Economic discontent"; Perroy, "Wage labour"; Pirenne, *Europe*, 103-12; Boissonade, 303-7; Thompson, *Econ. and soc. hist.*; Carpentier, *Ville*, 220-21.

Sobre os Ciompis: Mollat & Wolff, 144-62; Turner; Schevill, *Florence*, 277-83; textos contemporâneos em Brucker, *Society*, 233-239.

Sobre as insurreições na França e acontecimentos correlatos, as principais fontes primárias são: *Chron. C6* pelo Monge de St. Denis, vol. I (especialmente para Paris), e *Chron. 4 Valois* (especialmente para Ruão), além de Froissart em KL, IX. Os estudos secundários mais detalhados são *Insurrections urbaines* de Mirot, e sobre Ruão, *Harelle*, de Lecarpentier.

Sobre a Revolta Camponesa na Inglaterra, tantas coisas foram escritas que não há quase necessidade de mencionar referências, exceto, por uma questão de comodidade, McKisack, Trevelyan, o "Robin Hood" de Keens, e um bom relato em Collis. As principais fontes primárias são *Anonimalle*, a continuação do *Polychronicon* por Malverne, e Froissart.

Sobre Gand, devemos acrescentar às fontes mencionadas acima sobre a classe trabalhadora, Hutton e Froissart.

1. "Ele que vá para o diabo!": cit. Luce-F, X, xliii.
2. Laon recusa Coucy: Lacaille, tese, 64-65.
3. D'Anjou e os 32 livros: Delisle, *Lib.Chas.V*, 136-37.
4. "Vermes da terra"; cit. Jacob, 192; e Origo, 66.
5. Cardeal La Grange: *Chron. 4 Valois*, 283; Jean Juvenal des Ursins, cit. Moranvillé, *Mercier*, 83-84, e Lefranc, 217.
6. Espiões pagos por Coucy: BN, Clairembault, vol. XXXV, n.º 92.
7. "Torneios dos ricos", "príncipes maus"; John Bromyard, frade franciscano: cit. Owst, 293, 299, 301, 310-11.
8. "Servos sois"; cit. McKisack, 418.
9. "Dias de ira e angústia": Walsingham, cit. *ibid.*, 414.
10. T. Wright, *Political songs*, I, 252.
11. Walsingham sobre os ataques franceses: cit. Barnie, 103.
12. Diarista florentino: Paolo Sassetti, cit. Brucker, *Society*, 42.
13. Villani, cit. Mollat & Wolff, 133-34.
14. Buonaccorso Pitti: cit. Mollat & Wolff, 172.
15. Coucy negocia com os rebeldes: KL, IX, 447; Luce-F, X, xiv, n. 1; também *Chron. de Berne* reproduzida em KL, notas X, 456-57; Mirot, *Insurrections*, 152-55.
16. Residência de Coucy: Roussel, 24, n. 1, e Hillairet, *Dict.*, verbete "St. Jean-en-Grève".
17. *Tuchins*: *Chron. C6*: Boudet, *passim*; também Mollat & Wolff, 19-35, 184-85.
18. Amotinados de Béziers: Mollat & Wolff.
19. Campanha de Flandres e batalha de Roosebeke: *Chron. Bourbon* (o autor, Chateaumorand, participou) além de *Chron. C6*, I, *Chron. 4 Valois*, e Froissart em KL, X; também Lot, 451-2 e Hutton.
20. Séquito de Coucy: BN, Clairembault, 35, *pièce* 2618, n.º 99 e 100.
21. Coucy proposto como condestável para a batalha: KL, 160-61.

22. Coucy na batalha de Roosebeke: além de *Chron. Bourbon, Chron. de Berne*, em KL, X, 477-79.
23. "O sire de Coucy não tinha medo": KL, notas X, 501.
24. Deschamps, cit. Coulton, *Life*, I, 229.

CAPÍTULO 19

As principais fontes contemporâneas para a campanha de d'Anjou são *Chron. C6*, vol. I, e o *Journal de Jean le Fèvre*. O mais completo relato secundário está em Valois, II. Material adicional de Valeri, 230-31, e sobre Amadeu de Savóia, de Cox, 330-37.

A campanha de Coucy na Itália está plenamente documentada por Durrieu, "Prise d'Arezzo" (Bibl. I, B), usando os *Documenti degli Archivi Toscani* [...] *Comune di Firenze*, publicado em 1866, e outras fontes italianas. Lacaille acrescenta material sobre o procedimento da *Signoria* florentina extraído da *Crônica* de Naddo da Montecatini, em *Delizie degli eruditi Toscani*, vol. XVIII, Florença, 1784. A *Chron. de Berne*, reproduzida em KL, XI, 442-43; e Jean le Fèvre são outras fontes. Como parte da empresa de d'Anjou, a campanha de Coucy está coberta também em Valois, II.

1. Boccaccio sobre Nápoles e outras citações neste parágrafo: Croce, 52.
2. Carregados de butim: *Chron. C6*, I, 165.
3. Giovanni di Mussi (nota): Herlihy, *Pistoia*, 3, 266.
4. Esforços para contratar Coucy: Jean le Fèvre, 47-48; Valois, II, 443-45.
5. Cruzada de Norwich, seu caráter: DNB.
6. Extorsões: Trevelyan, 268-69.
7. Negação dos sacramentos: Barnie, 24.
8. Caveley, "por minha fé": cit. Barnie, 27.
9. Bourbourg, *Chron. C6*, I, 281.
10. Desempenho de Coucy: KL, X, 254; também Johnes ed. de 1805-6, VI, 313.
11. Bispo de Rochester: cit. Barnier, 28.
12. Negociações com o duque de Bar: Lacaille, tese, 70.
13. Coucy, missas em St. Médard: BN, *Pièces originales* 875, pasta Coucy.
14. Coucy visita Bernabò: Mesquita, 28.
15. Gian Galeazzo, opinião de Carrara: cit. Sismondi, V, 26.
16. Advertência de sua mãe: cit. Chamberlin, 74.
17. Salutati: cit. Schevill, *Florence*, 320.
18. Textos completos da correspondência florentina relativa à campanha de Coucy estão em Durrieu, "Arezzo". A descrição do encontro com Coucy e a queixa quanto à sua marcha estão na carta da *Signoria* ao rei da França, de 20 de outubro de 1384, que também é dada na íntegra (em latim) em KL, XI, 442-49.
19. Testamento de d'Anjou: Valois, II, 76-83.
20. Serviços de Durazzo: *Chron. C6*, 339, n. 3.
21. Mensagens dos seguidores de d'Anjou: Jean le Fèvre, 79.
22. Correspondência sobre os Pietramalas: Coucy a Florença, 18 de novembro de 1384; *Signoria* a Coucy, 14 de novembro de 1384, em Durrieu, "Arezzo", 189-90.

23. Guillaume le Juponnier: Douet-d'Arcq, 59.
24. "Ah, falso traidor!": cit. Collas, 144-45.
25. Coucy em Avignon: KL, X, 323; Lehoux, II, 109, n. 1.
26. Bonet: 63, 68, 81, 117-19, 153, 160, 188.

CAPÍTULO 20

Para os acontecimentos e citações relacionados com a invasão da Inglaterra, o monge de St. Denis (*Chron.* C6 I) e Froissart (KL, XII), podem ser considerados os básicos como fontes originais, complementados por Mirot, "Une tentative"; Terrier de Loray, biografia de Vienne, e a história da marinha francesa por Roncière.

1. Isabeau da Baviera, Wittelsbachs e Viscontis, Estêvão da Baviera, Casamento, etc.: Thibault, 12-42, além dos cronistas.
2. Atividades da duquesa d'Anjou: Jean le Fèvre, 97; Lehoux, II, 125 ss.
3. Derrubada de Bernabò: Sismondi, V, 50; Mesquita, 15-36; Chamberlin, 74-82; Cook, 19.
4. Carlos VI e gamo com colar dourado: *Chron.* C6, I, 71.
5. Duplo casamento de Borgonha: além dos cronistas, Vaughan, 88; CMH, 374.
6. Coucy chega "em grande pressa": Anselme, 542.
7. Expedição à Escócia: *Chron.* C6, I, 351.
8. Franceses levaram armaduras: *Book of Pluscarden*, cit. Locke, 84. Ver também P. Hume Brown, *History of Scotland*, Cambridge, 1929, I, 191-2. A afirmação, em algumas das histórias antigas, de que Coucy foi membro dessa expedição baseou-se num erro de leitura de uma referência num ms. de Froissart a um *seigneur* de Courcy, corrigido por Terrier de Loray, 204, n.º 2 (O inconveniente *sire* de Courcy causa outro erro em relação à segunda mulher de Coucy — ver notas 22 ao cap. 25.)
9. Novo casamento de Coucy: KL, X, 347; Duchesne, 267-68; Zurlauben, *Enguerrand VII*, 182.
10. Reforma do castelo: Broche, 340 ss.; Dufour, 50-54; Evans *Art.* 166.
11. Perceval, Bastardo de Coucy: AN, Demay, Coll. Clairembault, n.ºs 2841-42; Duchesne, 273.
12. Coucy no casamento Habsburg-Borgonha: Broche, 135. Ele é o arquivista citado.
13. Conselho Real aprovou: *Chron.* C6, I, 429-31.
14. Maior rei vivo: *Chron. Bourbon*, cit. Mirot, 429, n.º 3.
15. Pescadores: *ibid.*, 441.
16. Frota de invasão francesa: além das fontes relacionadas acima, material da *Chronique de Tournai* e outras fontes primárias, é citado por Palmer, *England, France*, 77-79.
17. Lema de Borgonha: Terrier de Loray, 214.
18. Navio de Coucy: Roncière, 89.
19. Selo de Coucy: AN, Demay, Coll. Clairembault, I 2838; sua comitiva: KL, XXI, 45.
20. Guilherme, o Conquistador: Cutts, 391.
21. Deschamps, conquista normanda: cit. Mirot, 455.

22. Duque de Berry: Luce, *Cent ans*, I, 212-27; Wylie, II, 405-32; Dupont & Gnudi, 150-51.
23. Cães da Escócia: Jusserand, 125, de Rymer para 3 de abril de 1396.
24. Multa Languedoc: Boudet, 64-65.
25. Citado por Wylie, II, 399, n. 5.
26. Lista de itens do capitão da esquadra: texto de *Chron. de Tournay*, cit. Vaughan, 50.
27. "Guerra inútil": Walsingham, cit. Barnier, 129.
28. Visita de Carlos VI a Coucy: Broche, 341-43.
29. Baudet Lefèvre: texto do perdão, que descreve as circunstâncias, em Mangin (Bibliog. I, A), 42, n. 1.
30. Navio de Coucy carregado em Soissons: Broche, 342.
31. Montfort-Clisson: Bernes, IV, 440-59; Lefranc, 279, 304-24; Moranvillé, *Mercier*, 112-13.
32. Coucy e a restituição: KL, XIII, 84.
33. Caso de Guéldria: *Chron. C6*, I, 523-25.
34. Carta a Carlos VI: texto em Douet-d'Arcq, I, 78.
35. Navio por dinheiro: Perroy, *Hundred Years*, 191.
36. Coucy no Conselho: KL, XIII, 84.
37. Morte de Carlos de Navarra: *Chron. C6*, I, 473, e Froissart.
38. Missão de Coucy junto a Montfort: KL, XIII, 136, 337 e ss.
39. Presente de uma Bíblia: Lacaille, tese, 117, de Delisle.
40. Tributo de Froissart: ed. Bernes, V, 163.

CAPÍTULO 21

Como antes, os acontecimentos e citações não identificados vêm, resumidamente, da *Chron. C6*, I, ou Froissart.

1. Deschamps: ed. Queux, I, 156-57.
2. Mézières, ed. Coopland, 524-25.
3. Camas macias e banhos perfumados: pregadores cit. em Owst, 412.
4. Gerson: cit. Kilgour, 184.
5. Sacchetti: cit. Jacob Burckhardt, *Civilization of the Renaissance in Italy*, Nova York, 1960 (brochura), 262.
6. Doença de Deschamps: Raynaud em Deschamps, ed. Queux, XI, 296. Excelente análise da vida, obra e opiniões de Deschamps encontram-se nesse longo ensaio do sucessor editorial de Queux. As baladas mencionadas aqui estão em II, 214-26, 226-35. Ver também Kilgour, 64.
7. Luís d'Orléans: *Chron. C6*; Jorga, 505; Collas, 143, 296.
8. *Camal*: Evans em notas a Díaz de Gómez, 153; Verso: cit. Mary Duhaux (Darmesteter), *A short history of France*, 1918, 86.
9. Borgonha visita Coucy: Petit, *Itinéraires*, 203; Prost, 475.
10. Descrição de Ricardo: *Vita R. Ricardi II*, ed. Hearne, 1729, cit. Locke, 110.
11. Lenço: Hutchison, 239.

12. *Grand bouteiller* e privilégio de duas feiras: Duplessis, notes, 121; Duchesne, 268-69; Lacaille, "Vente", 574-75; DFB, IX, 873. Texto da concessão real em Lépinos, 209-11. Sobre o cargo de *Grand bouteiller*: Lot e Fawtier, 54.
13. Reclamação de 1388: cit. Denifle, 594.
14. Marcas de declínio: Denifle, 594; Jusserand, 43-44. A abadia beneditina era St. Nicolas-aux-Bois, diocese de Laon: Denifle, 706.
15. Dom Pero Niño em Serifontaine: Díaz de Gómez, 134-38. O anfitrião serviu como almirante de França de 1397 a 1405, o que situa a data da visita em cerca de 1405-6.
16. Balada de Deschamps: Ed. Queux, VII, 253.
17. Sobre calvície: Ballada 867. Pontos obscuros na linguagem dessa balada foram esclarecidos pelo prof. Howard Garey, de Yale.
18. Cit. Owst, 408.
19. Males de Deschamps, pecados condenados, queixa da vida na corte: Raynaud em Deschamps, ed. Queux, XI, 296-97, 303-5.
20. Coucy, mensagem a Filipa: Green, 227, de Rymer.
21. Coucy nomeado capitão de Guiena: KL, XIV, 25.
22. Marcial le Vêrit: do texto do perdão em Douet-d'Arcq.
23. Desafio de Nottingham: texto em KL, notas XIV, 398-99.
24. Boucicaut em Roosebeke: KL, notas, X, 481.
25. Proposta de Coucy sobre Froissart: Shears, 55-56.
26. Verso sobre Coucy como patrono: KL, la, 345. O significado de *Rouge Escaille* foi sugerido em consulta pelos profs. Howard Garey e Harry Miskimin, de Yale.
27. Coucy e ms. Froissart: KL, notas, 1b, 224. Essa cópia passou da bisneta de Coucy, Joana de Bar, para a biblioteca real quando Luís XI confiscou os livros de seu marido, Luís de Luxemburgo. Relacionada como ms. II 88 na Biblioteca Real de Bruxelas (e como n.º 6941 no Catalogue des mss. por Van den Gheyn), a cópia tem o brasão de Coucy no fo. 16 r.
28. Lamento de Petrarca: *Correspondence*, 28.
29. Livros dados a Coucy: Lacaille, tese, 117; de Delisle, *Cat. de la librairie du Louvre*, III, n.º, 19, 1160.
30. Valentina Visconti: Chamberlin, 89-91, 109-12; Collas, 48.
31. Orléans: Lacroix, 74-75.
32. Entrada da rainha: Froissart e o monge de St. Denis foram testemunhas oculares.
33. Roupas de Borgonha: Vaughan, 43.
34. "O leito da justiça": Bapst.

CAPÍTULO 22

1. *Chron.* C6, I, 609.
2. Carlos VI em Avignon: Froissart; *Chron.* C6, I; Valois, II, 152-54.
3. *Cent ballades*: Pannier, passim; Raynaud, xxxvi-xlix, li-v, lxiv-viii, 226-27.
4. Bastardo de Coucy: La Chesnaye-Desbois.
5. Viagem do rei ao Languedoc: *Chron.* C6, I; *Chron. Bourbon*; Froissart; Coville, 304-5.
6. Caso Bétizac: *ibid.*

7. Embaixadores genoveses: *Chron. C6*, I, 653; Mirot, "Politique," 10.
8. Afresco no claustro de Carmes: Vaissète, IV, 396; Sabine Coron-Lesur, dissertação inédita sobre o Couvent des Grands Carmes de Toulouse, 140-43, fornecido por gentileza do prof. Philippe Wolff, de Toulouse. Uma cópia do afresco, geralmente conhecido como "O voto de Carlos VI", existe numa gravura no Museu Paul Dupuy, em Toulouse, sendo reproduzido em Vaissète, IV, lâmina XX-C, em G. Lafaille, *Annales de la ville de Toulouse*, 1687, I, 143, e em vários volumes posteriores. Não havendo diferenciação dos rostos, é de pouco interesse.
9. Missão espanhola: é improvável, mas não impossível, que Coucy tivesse ido à Espanha no curso da viagem pelo Languedoc. Os documentos mostram que ele esteve com o rei em Toulouse para a fundação da Ordre de l'Espérance, em data desconhecida de dezembro, e outra vez (ou ainda) a 5 de janeiro, quando sua assinatura foi acrescentada ao tratado do rei com o conde de Foix (Vaissète, ed. de 1885, IX, 938-51, X, notas, 125-29; Lecaille, tese, 127-28). Ele reapareceu em Avignon a 28 de janeiro para depor no *processus* de Pedro de Luxemburgo. Isso representa dois intervalos — um de extensão desconhecida em dezembro, e outro, de 23 dias, em janeiro —, quando ele poderia ter ido a Barcelona e voltado, embora dispusesse de pouquíssimo tempo. Não há provas para confirmar a versão de Froissart de seu papel no casamento Anjou-Aragão. De acordo com R. Oliver Bertrand *Bodas reales entre Francia y la corona de Aragon*, Barcelona, 1947, 203, um contrato de casamento foi realmente concluído e a dispensa de Clemente VII conseguida em 1390, mas o contrato em si não foi encontrado. Pesquisas de Richard Famigletti na BN e AN e em fontes publicadas francesas e espanholas, e uma pesquisa nos documentos do Archivo de la Corona de Aragon, em Barcelona (conseguida através da gentileza do prof. J. N. Hillgarth), não encontrou provas de uma viagem de Coucy em conexão com o casamento Anjou-Aragão.
10. Pedro de Luxemburgo: Baring-Gould, *Lives of the saints*, VII, 85-88; Jorga, 460-62; Valois II, 300, 362-66; Huizinga, *Waning*, 179-80. O depoimento no *processus* de canonização ocupa 133 páginas in-fólio de colunas duplas, em *Acta sanctorum*, Paris, 1863-1940, vol. XXVIII, onde o testemunho de Coucy aparece às pp. 464-5, 468, 472, 488.
11. Visita real a Dijon: Petit, *Entrée*, passim; KL, Ia, 556.
12. "Para a salvação da alma": cit. Cartellieri, 29.
13. Fundação do mosteiro celestino: Roussel, 19-24.
14. Livro de orações de Foix: Pierre Tucoc-Chala, Gaston, Pau, 1976, 103.
15. Carta de Coucy: BN, *Fonds latins*, 5149, publicada em Roussel, 193-96 e (em parte) em Duplessis, 158-59.
16. Empresa contra a Barbária: *Chron Bourbon*, 218-57, é a principal fonte primária, tendo precedência nesse episódio sobre Froissart (KL, XIV) e *Chron. C6*, I, 650-57 e ss. Relatos secundários: Delaville le Roux, 166-100; Mirot, "Politique"; Atiya, *Crusade in Later Middle Ages*.
17. Bonet sobre a guerra contra os infiéis: 126-27.
18. Estratégia de Abul-Abras: Ibn Khaldoun, 118-19.
19. Desaprovação de Coucy: *Chron. Bourbon*, 233.
20. Carlos VI visita Coucy: Jarry. "Voie de Fait", 224.

CAPÍTULO 23

1. Plano KL, XIV, 280-81; Sobre a *Voie de Fait* em geral, Froissart e *Chron. C6*, I, continuam a ser as fontes narrativas. Valois, II, e Mirot, "Politique", são descrições modernas.
2. Jean Gerson: Morrall, *passim*.
3. Sobre Joana d'Arc: CMH, 810.
4. Petrarca sobre os escolásticos: *Correspondence*, 222-23.
5. Opiniões de Gerson: Copleston, 278; Thorndike, IV, 108, 114, 128.
6. Currículo: Gabriel.
7. Hábitos sexuais infantis: Ariès, 106-7.
8. Controvérsias sobre o *Roman de la Rose*: Bédier & Lazard, 98-99.
9. Gerson, KL, Ia, 211, n. 1.
10. Jean de Montreuil e Pierre Col: Huizinga, *Waning*, 113-15, 308-9.
11. Bonifácio, venda de benefícios: Creighton, 116-17.
12. Clemente empenha tiara: Coville, 314-5.
13. Venceslau IV: Lindner, II, 170-77; Kamil Krofta, "Bohemia in the 14th century", cap. 6 em CMH: Jules Zeller, *Les empereurs du XI^e siècle*, Paris, 1890, 450-52.
14. Bebedeiras na Alemanha: Lindner, II, 174.
15. *Pogrom* de Praga: Baron, IX, 160 ss., 202, 318.
16. Imaculada concepção: Michelet, ed. de 1840; Creighton, 112.
17. Bernardino de Siena: cit. G. G. Coulton, *Inquisition and liberty*, Londres, 1938, 45.
18. Walsingham: cit. Jusserand, 224.
19. Clamanges e Gerson sobre a irreverência: cit. M. Mollat, *Vie*, 65.
20. Irmãos da Vida Comum: Hyma, *passim*; Southern, 331-52.
21. Groote e Thomas A Kempis: *ibid.*
22. A *imitação de Cristo* atribuída a Gerson: Coville, 416-17.
23. Sermão de Gerson: Valois, II, 395.
24. Preparativos de Clemente: Coville, 302.
25. Tomás de Gloucester: KL, 314-5, 384; XV, 165, 240.
26. Guy de Blois: KL, XIV, 370; Barante, II, 36-38.
27. Papel de Coucy: Jarry, *Orléans*, 85; Lacaille, tese, 138; KL XVI, 71.
28. Precaução em Amiens: KL, XIV.
29. Coucy e Filipa: *ibid.*, 378.
30. Roupas de Borgonha: Barante, II, 39.

CAPÍTULO 24

1. Caso Craon-Clisson: *Chron. C6*, II m 3 ss. e KL, XIV, 316-20, são as fontes narrativas básicas. Combinam-se num relato vivo com Barante, II, 45-55. Descrições modernas em Coville, 305; CMH, 372; Lefranc, 349-56. Conduta do almirante de Vienne: Lefranc, 356. Sobre Craon pessoalmente, ver DBF e Bio. Index em KL.
2. Assassinato do cavaleiro por Craon: KL, notas, XV, 363.
3. Correspondência secreta dos tios com o duque da Bretanha: Sismondi, *Histoire des français*, Paris, 1828. II, 597.

4. Campanha contra a Bretanha: *Chron.* C6, II, 19-25; KL, XV, 40-49; Barante, II, 59-81; Moranvillé, 89, 124-26, 149.
5. Loucura do rei em Le Mans: *ibid.*
6. Guillaume de Harsigny: Edouard Fleury, *Antiquités et monuments du Département de l'Aisne*, Paris, 1882, 242-43. Também Mâle.
7. Coucy na prisão de Rivièrre: KL, XV, 63-64, e notas, 365; Lefranc, 367.
8. Recebe propriedade de Mercier: KL, XV, 67; Moranvillé, 158, 161, 163.
9. Borgonha e Clisson: Lefranc, 365-67.
10. Coucy e o cargo de condestável: KL, XV, 97.
11. Coucy acompanha o rei a Liesse: Lacaille, tese, 142; DBF, IX, 873.
12. Efigie de Harsigny: hoje no Museu de Laon. A inscrição diz: "*Deo et Nature reddo simplia. Acta compositi sint Deo Grata.*" Levando-se em conta as ambigüidades de linguagem, a tradução poderia ser: "Dou de volta a Deus e à natureza meus elementos [corporais]. Possam os atos de todos [os homens] ser agradáveis a Deus."
13. Passagem das damas pelas portas, descrita por Juvenal des Ursins, cit. Collas, 75.
14. Coucy na Savóia: Duchesne, 269-70.
15. Costumes em segundos casamentos: M. Mollat, *Vie*, 57.
16. Dança dos Selvagens: *Chron.* C6, II, 65-71; KL, XV, 77, 85-87, 89-90, 92; *Chron. Valois*, 328; Barante, II, 95-99. Huguet de Guisay, *Chron.* C6.
17. Capela celestina de Luís: *Chron.* C6, II, 75; Jorga, 506.
18. *Danse Macabre*: Carco; Chaney; Huizinga, *Waning*, 139-41. Sobre a origem da frase, além das indicações acima, OCFL.
19. Murais da igreja dos Inocentes: Chaney, dos versos e xilogravuras em *Danse Macabre* de Cuyot Marchant, c. 1485.
20. Efigie do cardeal De la Grange: hoje no Museu Calvet, Avignon; ilustrada em Josep Girard, *Avignon: ses monuments*, Marselha, 1930. Uma relação completa, embora pedestre, dessas efigies, com ilustrações, em Kathleen Cohen, *Metamorphosis of a death symbol: The transi tomb in the Late Middle Ages and Renaissance*, Berkeley, 1974.
21. Cemitério dos Inocentes: Mâle, 360; Huizinga, *Waning*, 144; Carco, 29.
22. Sete provocações da Virgem: Mâle, 125.
23. Belas Madonas: uma das mais características e encantadoras é a estátua da Madona de Bird, na igreja de Notre-Dame du Mathuret, em Riom, em Auvergne.
24. Redução da população: Russell, "Effects of pestilence", 470; Carpentier, AESC, 1082-83.
25. Pessimismo: Gower, do *Confessio amantis*.
26. Datini: cit. Origo, 116.
27. Gerson; cit. Thorndike, *History*, IV, 115.
28. Monge de Cluny: cit. Coulton, *Life*, I, 2.
29. Mézières: cit. Coopland, I, 255.
30. Roger Bacon: cit. Coulton, *Life*, II, 57.
31. Deschamps, cit. KL, Ia, 440-41.
32. Cristina de Pisan, cit. *ibid.*; salvo-condutos: de seu livro *Book of Fayettes*, xix.
33. Venda de diplomas pela universidade: Coville, 33.
34. "Vícios das diferentes ordens"; cit. T. Wright, *Political Songs*, I, lxxxiv-vi.
35. Notário de Cahors: Denifle, 817.
36. Gower sobre a guerra: cit. Barnie, 123, 131.
37. Cit. Locke, 95.

38. Conferência de Leulinghen: *Chron.* C6, II, 77-83; Froissart (que estava presente), ed. Berners, VI, 110-21.
39. Tomás de Gloucester, *ibid.*
40. Períodos de loucura de Carlos VI: *Chron.* C6, II, 87-91, 405, 455; Barante, II, 110-11, 223-24; Collas, 260; Thibault, 222-24.
41. Guilherme de Hainaut-Baviera: Darmesteter, 38.
42. Sobre a doença mental: E. Wright, 356.
43. Conduta de Isabeau: Collas, 297; Thibault, 265, 281, 290, 316.
44. "Ridículo tribunal": Juvenal des Ursins, cit. Mazas, IV, 181. Fundado em 1400 com a intenção de honrar as mulheres e cultivar a poesia, o *Cour amoureuse* incluía um membro que era condenado de estupro em 1405, e outro que seqüestrou a dama de honra (a quem mais tarde desposou depois de repudiar a esposa). Entre outros membros de todas as classes estavam os defensores do *Roman de la Rose*, Jean de Montreuil, e Pierre e Gontier Col. (A. Piaget, "*Cour amoureuse*", *Romania*, XX, 447).
45. Marquês de Sade: ver Bibliografia. Escrito em 1813 foi seu último livro, só publicado em 1953. Sade dizia ter encontrado em Dijon a transcrição do julgamento de Luís de Bourbon, o amante da rainha que, sob tortura, revelou o papel que ela teve nos crimes do reinado. Sem se preocupar com o desaparecimento dessa transcrição na destruição da biblioteca pelos "hunos da Revolução Francesa", o marquês pôde, quarenta anos depois de tê-lo lido, escrever a biografia, atribuindo a Isabeau a responsabilidade por "toda gota de sangue derramado durante este reinado terrível". Em sua versão, ela se prostituiu a Craon para conseguir o ataque contra Clisson, deu a Carlos os venenos que provocaram sua loucura, promoveu o aparecimento do louco na floresta de Mans, planejou a fatalidade da Dança dos Selvagens, foi cúmplice no assassinato de seu ex-amante Luís d'Orléans, teve revelações sexuais em cortiços com ladrões e assassinos, envenenou três dos seus próprios filhos, e entregou Joana d'Arc à Inquisição. Sade era um historiador unilateral.
46. Duque de Sully: cit. por François Guizot, *Hist. de France*, trad., Nova York, 1885, III, 9.

CAPÍTULO 25

Sobre os esforços para acabar com o cisma, a morte de Clemente, a eleição de Bento e sua recusa em abdicar, a principal fonte primária é o monge de St. Denis (*Chron.* C6, II, 131-317), que estava obviamente mais interessado na luta e mais perto dela do que Froissart (KL, XIV-XV). Ambos são complementados por Valois, II-III; Jarry, "*Voie de Fait*" 523-41; e Creighton. Quando não houver outra indicação, as fontes acima são usadas para os acontecimentos neste capítulo relacionados com o cisma.

1. Argumento de Spinelli: cit. Chamberlin, 153.
2. Missão de Coucy em Avignon: KL, XIV, notas, 422-26; Durrieu, "Adria", 13-64; Jarry, *Orléans*, 117; Mirot, "Politique", 527; Lehoux, II, 296.
3. Nobres temiam o arco do plebeu: *Chron.* C6, II, 131; também Jean Juvenal des Ursins, cit. Fowler, *Plantagenet and Valois*, 177.
4. Defesa oral de Gerson: Morrall, 34-36.

5. Coucy novamente em Avignon: mesmas fontes acima: KL, *ibid.*; Durrieu, 72-75; Jarry, *Orléans*, 121; Jarry, "*Voie de Fait*", 517; Miro, "Politique" 530-31.
6. Nicolau de Clamanges: Ornato, 16; DBF e Michaud, *Biographie universelle*. Texto de sua fala em *Chron.* C6, II, 135 ss.
7. Traduzido para o Conselho: Jarry, "*Voie de Fait*", 523.
8. "É como se o Espírito Santo": cit. Creighton, 129.
9. Percurso em quatro dias: Hay, 363.
10. Campanha de Coucy por Gênova: as principais fontes são Jarry, *Orléans*, 134-56, e os sumários de Delisle dos documentos em Coll. Bastard d'Estang na BN, *Fonds. fr., nouv. acq.* 3638-9 e 3653-45. São cerca de três dezenas de documentos cobrindo transações por Coucy. Pagamentos feitos a ele pela coroa estão em BN, *Pièces originales*, 875, pasta Coucy. Lacaille, tese, 156-94, acrescenta referências de fontes italianas. Froissart é a fonte para conferências de Coucy com os genoveses, ao ar livre (KL, XV, 221-2). Autoridades modernas: Jarry, "*Voie de Fait*", 532-37; Mesquita, 157-58; Miro, "Politique", 533-35.
11. Visita a Pavia: BN, Coll. Bastard d'Estang, 231, 234.
12. Giovanni dei Grassi: Meiss & Kirsch.
13. Construção da catedral: Chamberlin, 122-26, 173-75.
14. Ferimento na perna de Coucy: Jarry, *Orléans*, 161.
15. Clamanges passa-se para Bento: Valois, III, 270, n. 4; Creighton, 433-34. Mais sobre esse episódio: Ornato, 27, 33-41.
16. Bento morto aos 94 anos: *CMH*, 301.
17. Apoio a Ricardo II: cit. McKissack, 476, de Rymer, VII, 811.
18. Doze conclusões: Gairdner, I, 43-44.
19. *Sir Richard Stury*: Hutchison, 155.
20. Recusa de Coucy por ser francês: Froissart, ed. Berners, VI, 130.
21. Gloucester; Roberto, o Eremita; Waleran de St. Pol: *ibid.*, VI, 161-68, 211-12.
22. Casamento de Isabel e Ricardo: Froissart, ed. Berners, 224-29. A declaração de Froissart de que a única dama francesa a acompanhar Isabel à Inglaterra foi a *dame* de Courcy (KL, XV, 306) transformou-se em Coucy na tradução de lorde Berners (VI, 229) e explica o erro da Sra. Green (228) identificando essa dama, que mais tarde levaria para a França a notícia da deposição de Ricardo, como a segunda mulher de Coucy.

CAPÍTULO 26

Além da sucinta descrição de Schiltberger, feita trinta anos depois do acontecimento (ver p. 554), as fontes ocidentais primárias para a cruzada a Nicópolis são o *Livre des faits du bon messire Jean le Maingre, dit Bouciquaut* (Godefroy, pp. 78-104), escrito mais ou menos na época da morte do personagem, em 1421 (por um "clérigo anônimo" segundo o OCFL, embora Kervyn Lettenhove — XX, 372 — acreditasse ser Cristina de Pisan o autor); o monge de St. Denis (*Chron.* C6, II, 485-519); e Froissart, KL, XV, 218-328, *passim*. São essas as bases da vívida descrição do padre Vertor no século XVIII e Barante em princípios do XIX. As notas de KL acrescentam material de Dom Plancher, *Histoire générale de Bourgogne*, Dijon, 1739-81. O mais completo relato moderno, e obra clássica, é Delaville le Roux, *La*

France en Orient, Livro III, caps. 1-5, cuja riqueza de notas oferece uma massa de informações. Quando não há outra indicação, os acontecimentos deste capítulo baseiam-se nas fontes acima.

Nicopolis, de Atiya, geralmente citado (por historiadores de língua inglesa) como obra clássica, parece valer-se de impressionante bibliografia de fontes turcas, mas no texto há poucas provas disso. Com pequenas exceções, nem todas exatas, esse livro não é muito mais do que uma reelaboração de Delaville. Rosetti oferece um levantamento útil de todas as fontes das estimativas dos números de soldados empenhados na cruzada. Savage nos mostra a importância da ofensiva de Coucy. Tipton contribui com uma investigação original e valiosa do suposto papel dos ingleses.

1. Metade do exército turco na Europa: Oman, 344.
2. Uma *ghazi*, “a espada de Deus”, cit. Anthony Luttrell, “The crusade in the 14th century”, em Hale, Highfield & Smalley, 139.
3. Passagem no Danúbio em Nicópolis: Kousev, 70. Isso não parece harmonizar-se com os relatos segundo os quais os fugitivos da batalha se afogaram tentando atravessar o rio a nado.
4. Bajazé respondeu sem palavras: Hammer, 323.
5. Sigismundo, “porco da Boêmia”: Otto Zarek, *The history of Hungary*, trad. Londres, 1939, 182.
6. Osso de santa Isabel: cit. Wylie, II, 432, n. 4.
7. No Parlamento de Paris: Douet-d’Arcq, I, 382.
8. Ordem da Paixão de Mézières: Kilgour, 148-62.
9. João de Nevers: Michelet, IV, 45; Calmette, 57-58.
10. Equipamento: David, 37, de Plancher, *Bourgogne*, III, 149.
11. Suposta participação inglesa: as provas que a refutam foram apresentadas com eficiência por Tipton, levando à sua conclusão de que “nenhum inglês pode ser identificado como tendo participado, sem sombra de dúvidas, no exército cruzado”, 533.
12. “Eles vão como reis”: cit. Jorga, 489.
13. Calúnia a Valentina: crônicas e Mesquita, 203; Chamberlin, 176.
14. Gian Galeazzo informante de Bajazé: KL, XV, 253, 262, 329, 338.
15. Estimativa dos números: Lot, 456; Rosetti, 633-36.
16. Guerra sedutora: Jan de Beuil, *Le Jouvencel*, 2 vols. SHF, Paris, 1887, II, 20-21.
17. Ataque de Coucy: Wavrin, 149; KL, XV, 314; Savage, 437-40.
18. Coucy “firme”: *Livre des faits*, Godefroy, 97.
19. Frase de Sigismundo: Schiltberger, notas do ed., 109.
20. Juramento de Bajazé: Schiltberger, 4.

CAPÍTULO 27

Livre des faits [...] de Boucicaut (ed. Godefroy, 104-14), Froissart e *Chron.* C6, II, continuam sendo as principais fontes primárias. Podemos supor que estas, e Delaville le Roux, caps. 6-9, sejam as fontes para material sem outra referência.

1. Marcha dos prisioneiros: do relato de Godefroy de Maupouvre em Delaville, “Le Legs d’Enguerrand VII” (Bibliog. I. B)

2. Milagre de Coucy: *ibid.*
3. "Afortunados por viverem num mundo etc.": KL, XV, 334.
4. Deschamps sobre funerais: Queux, VIII, 85-86.
5. *Dame* de Coucy escreveu ao doge: XV, 426.
6. Mensageiros de Orléans: Mangin, 45-46, 52-54; BN, *Fonds fr., nouv. acq.* 3638-9, n.^o 268-9, 308, 456.
7. Presentes para Bajazé: Barante, II, 201; Jarry, *Orléans*, 185-86.
8. Deschamps, "Dinheiro!": cit. Gustave Masson, *Story of medieval France*, 1888.
9. L'Alouëtte, 182.
10. Poema anônimo sobre as 12 idades: cit. Mâle, 303-4.
11. Nicolau de Enos: *Livre des faits*, cit. Atiya, *Nicopolis*, 105.
12. Testamento de Coucy: publicado em *Testaments enregistrés au parlement de Paris sous le règne de Charles VI*, ed. A. Tuetey, em *Documents inédits, Mélanges historiques, nouv. série*, Paris, Imp. Nat., 1858, III, 39-44.
13. Morte de Coucy: a suposição de alguns historiadores de que ele morreu sozinho, tendo o sultão continuado a viagem, levando os prisioneiros e deixando Coucy porque estava doente demais para viajar, não se harmoniza com as oito assinaturas ao seu testamento. O sultão e os prisioneiros franceses realmente prosseguiram para Mikalidsch, a dois dias de Brusa, onde o enviado de Borgonha, Guillaume de l'Aigle, os encontrou, supostamente em janeiro. Ou essa data é um erro, ou os prisioneiros devem ter voltado para Brusa — talvez devido à morte iminente de Coucy — a tempo de assinar o testamento.
14. Refinados e bárbaros: Lefranc, *Introd.*, x.
15. Senhor de mérito: *Livre des faits*, Godefroy, 2.^a ed. Haia, 1711, 81.
16. Retorno dos restos mortais: Duplessis, 103.
17. *Dame* de Coucy: Godefroy, 1620, 106.
18. Funeral: KL, XV, 357, 437; XVI, 31.
19. Túmulo: demolido (presumidamente) na destruição de Nogent-sous-Coucy; a placa de Ste. Trinité está hoje no Museu de Soissons.
20. Nênia: Queux, Balada 1366.
21. Resgate e volta dos prisioneiros: além das fontes mencionadas acima, Vaughan, 71-77.
22. Efeito dos presentes de Borgonha: Bavyn, *Mémoires du voyage fait en Hongrie par Jean de Sans-Peur, comte de Nevers*, cit. Atiya, *Nicopolis*, 103.
23. Livros de Borgonha: Durrieu, *Mss. de luxe*, 163 e Putnam, 275.
24. Tournai esperava perdão: Delaville, 320, n.2.
25. *Epistre Lamentable*: Jorga, 500-503; também reproduzida como anônima em KL, XVI, 444-523.
26. Sátira de Bonet: cit. Kilgour, 158-60; 172-73.
27. *Quatre Valois: Chron. 4 Valois*, 187, 192.
28. Bajazé em carroça com barras de ferro: sobre essa famosa e controversa questão, Gibbon (VI, 370-84) cita fontes francesas, italianas, turcas e gregas para refutar a afirmação de historiadores persas de que se trata de uma fábula que reflete a "credulidade vulgar". Os editores de Gibbon (Milman, Guizot, Wenck e Smith) aceitam a explicação de Von Hammer de que a chamada jaula de ferro era uma tradução errada da palavra turca *hafs*, que significa uma liteira coberta, nesse caso por uma grade de ferro trabalhado. Ver também F. Schevill, *History of the Balkan peninsula*, Nova York, 1922, 190.
29. Lagos: descritos no processo movido por Robert de Bar, cit. Lacaille, Vente, 594.
30. Litígio familiar: *ibid.*

31. Casamento com Estêvão da Baviera: originada em *Chron.* C6, II, 765, a suposição errônea de que o casamento foi realizado repetiu-se em Duchesne e Duplessis e outros, até ser corrigida por Thibault, 355.
32. Venda a Orléans: Lacaille, "Vente", 574-87; Jarry, *Orléans*, 239-42, 311.

EPÍLOGO

1. Manifesto orleanista: cit. Enid McLeod, *Charles d'Orleans*, Nova York, 1970, 63.
2. Agincourt: Wylie, II, 108-230. Testemunho ocular da batalha retirado da *Chronicle de Jehan de Wavrin* é citado em Allmand, 107-11.
3. Armadura pesada e ataque do coração: Oman, 377.
4. "As florestas...": cit. Evans, *Life*, 141.
5. Desolação da Picardia e mulher de Abbeville: Lestocquoy, 47-48.
6. Coucy entregue ao inimigo: Antoine d'Asti, cit. Dufour, 51.
7. Realismo no teatro: Cohen, 149, 267.
8. Congelamento da caridade: Mâle, 440.
9. Hussitas: Oman.
10. População, Ruão: Cheyney, 166.
11. Schleswig: Heers, 106.
12. Thomas Basin: *Histoire de Charles VII*, ed. Charles Samaran, Paris, 1933, I, 87, cit. Fowler, *Plantagenet and Valois*, 150-51.
13. Castillon: *ibid.*, cit. Allmand, 11-13.
14. Trem de sítio dos turcos: Oman, 357-58.
15. Victor Hugo: cit. Mâle, 295.
16. Linhagem de Coucy: La Chesnaye-Desbois; Anselme, V, 243, VII, 566; *L'art de vérifier*, 243; Melleville, 20.
17. Perceval sem herdeiros: Duplessis, 107.
18. Destino do castelo e mosteiro: Duchesne, 672; *L'art de vérifier*, 219; Dufour, 21, n. 1; Viollet-le-Duc, *Coucy*, 30-31; Roussel, 42.
19. Rupprecht da Baviera: sua intervenção foi relatada por ele a Friedrich P. Reck-Malleczewen, *Diary of a man in despair*, trad. Nova York, 1970.
20. 28t de dinamite: *Histoire de Coucy*, folheto da Ass'n... Coucy-le-Château, de R. Leray, J. Vian e H. Crepin.

Índice

- Aargau, 253, 255.
Abul - Abas, 430.
Acciaiuoli, banqueiros, 76.
Ackerman, Francis, 384.
Acy, Regnaut d', 157.
Adorno, Antoniotto, 423, 478, 481.
Adria, reino de, 308-9, 419, 445; esforços franceses para retomá-lo, 471, 479, 483.
Adrianópolis (Edirne), 491, 492, 506.
Advogados, 57.
Afonso XI de Castela, 93.
Agincourt, batalha de, 530.
Agiotagem, 36, 37; pelos judeus, 37, 113-4-5; pelos Templários, 41.
Agnello, Giovanni, 231.
Agnes de Navarra, 192, 316.
Agnolo di Tura, 91.
Agostinho, santo, 36, 56, 57, 103, 194, 195.
Agostinianos, ordem dos (ou Ordem de Sto. Agostinho), 444.
agricultura: afetada pelo clima frio, 24; e a peste, 92-3, 111-12, mão-de-obra na, 159-60.
Aiguillon, 119.
Ailly, Pierre d', cardeal, 277, 424, 437, 442, 463, 473, 482.
Albano, cardeal, 325-6.
Alberigo da Barbiano, 305.
Alberto II de Habsburgo, duque da Áustria, 108.
Alberto III de Habsburgo, duque da Áustria, 228, 387.
Alberto, duque da Baviera e conde de Hainaut, 381, 500.
Alberto Magno, 21.
Albert, Carlos d', 531.
Albigense, cruzada, 10, 11.
Albret, Bérard d', 189-90.
Albret, Bernard-Ezi, Sire d', 189-90.
Albret, Bertucar d', 206.
Aldobrandino de Siena, 49.
alegoria, 57.
Alemanha: hospedarias na, 54; peste na, 89, 90; judeus na, 106, 108-9; flagelantes na, 107, 108; mania de doença, 239-40; coletores de impostos pontificais presos, 300; na cruzada contra os turcos, 500, 509-10.
Alençon, conde d', irmão de Filipe VI, morto em Crécy, 82.
Alençon, conde d', refém na Inglaterra, 184.
Alexandre II, rei da Escócia, 12, 14.
Alexandria, 494.
Alix de Dreux, 12.
Aljubarrota, 524.
Alouête, L', historiador, 517.
Alpes, travessia dos, 232
alquimia, 52.
Alsácia: judeus na, 106; Coucy na, 228, 249, 251, 253-4, 258.
Alta Idade Média (sécs. XII e XIII) 10, 361.
Amadeus, condes de Savóia (*ver Savóia*).
Amiens, 340, 362; catedral, 6, 12-13, jacquerie em, 163, 164; conversações de paz, 448-9.
Amiens, cardeal de (*ver La Grange, Jean de*).
amor cortês, 59-60; 62-64, 197-8.
Ana, Santa, 50.
Ana da Boêmia, mulher de Ricardo III, 328, 380, 485, 487.
Ana de Savóia, 494.
Anagni, 25, 304.
anátema, 10, 26, 292, 304.
Anatolia, 490, 493, 524.

Ancren Riwe, 48.

Andrônico III Paleólogo, imperador bizantino, 45.

Angora (Ancara) 524.

Anjou, Luís I, duque d', 139, 220, 242, 282, 291, 318, 332, 352, 353; refém na Inglaterra, 175, 179, 185, 186; apelo de Catarina de Siena a, 299; no cisma papal, 308; e o reino de Adria, 308; e as insurreições, 323-5; regente de Carlos VI, 337, 341; na coroação, 337; revoltas de trabalhadores, 338, 346; pretensão ao reino de Nápoles, 364-7, 373-5, 377; morte, 374.

Anjou, Luís II, duque d', 374, 378, 472, 474; casamento com Lucia Visconti, 366, 370; coroado rei de Nápoles e Sicília, 419-20; casamento com Iolanda, princesa de Aragão, 423.

Anjou, Maria da Bretanha, duquesa d', mulher de Luís I, 369, 374, 378, 395, 420, 423, 424.

Antuérpia, pogrom em, 108.

aprovisionamento, 245.

Aquitânia, 241, 243, 244, 274, 277, 449, 539; governo do Príncipe Negro em, 213; expedição de John de Gaunt a, 245; (*ver também Guiena*).

arco, evolução do, 66; em Sluys, 67; uso tático, 80-81; besta, 80; desprezado pelos cavaleiros franceses, 80; em Crécy, 81-82; em Poitiers, 135, 137-39; fracasso francês no uso do, 142, 472; em Agincourt, 530.

Ardenas, floresta de, 402.

Arezzo, 372-76.

armadura, 79, 531.

Aristóteles, 57

armas, 79; de fogo, 532, 537 (*ver também arco, canhão*).

Armagnac, 44; invadida pelo Príncipe Negro, 128.

Armagnac, conde d', 128, 200.

Armance, Jacques d', 519.

Arnaut de Cervole (o arcepreste), 185, 206, 210, 213.

Arnaut, Guilhem, 468.

Arras, 112; doze magistrados, 38; revolta em; 132; tapeçaria, 462; paz de, 535.

artesãos, 148 (*ver também classe trabalhadora*).

Artevelde, Jacob van, 72-73, 169.

Artevelde, Filipe van, 351-59, 354

Artois, 330-31.

Artois, Robert, conde d', 175, 216.

Arturianas, lendas, xix-xx, 122.

Arundel, sir John, 279, 326.

Arundel, Richard, conde de, 485-86, 526. ascetismo, 35, *ver também* Blois, Carlos de, 70; Pedro de Luxemburgo, 424-5.

Asti, 235, 478.

astrologia, 52, 209; na medicina, 96-97.

astronomia, 52, 56.

Atenas, peste de (430 a.C.), 94, 96, 102.

Aubrecicourt, Eustáquio d', 154, 211.

Aubriot, Hugues, 339, 349.

Aucassin e Nicolette, 195.

Aucine, Bernard, 217 (nota).

Audrehem, marechal Arnoul d', 131, 132, 136-38, 211, 213.

Aunay, visconde d', 249.

Auray, batalha de, 209.

Áustria: peste na, 90, 92-93; relação de Coucy com, 228, 249, propriedade cedida a Coucy na, 258-9.

Auvergne, conde d', 184.

Avignon, papas em, 25-9, 113, 230-32, 297, 300, 302, luxo e extravagância em, 27-28; palácio dos papas, 28-9; a cidade, 29; peste em, 88-89, 94, 99, 181; judeus em, 106; João II em, 184-5; Carlos IV em, 210; bandidos em, 211; Catarina de Siena em, 297, 299-300; Anjou em, 365; Coucy em, 376-77-78, 380, 402, 424, 471-72, 474; visitas de Carlos VI, 418-20; *ver também* cisma no papado.

Bacon (da Companhia Livre) 152.

Bacon, Roger, 10, 463.

Badefol, Seguin de, 206, 213.

Bajazé I, sultão, xvi-xviii, 465-66, 496; caráter, 492; invasão dos Balcãs, 492-493; informado por Gian Galeazzo, 501; e a conquista de Roma, 503; sitia Constantinopla, 505; avança sobre Nicópolis, 506, 509; ordena massacre, 511; volta para a Ásia, 513; e o resgate de prisioneiros, 514-17, 521-22; morte, 524.

Bal des Ardents, 458-60

Ball, John, 342-44, 346

Báltico, mar, 24

bandidos, 151-7, 185; na Inglaterra, 180; *ver também condottieri; Grande Companhias; Tard-Venus*.

- banquetes: casamento de Visconti, 223-24; para Carlos IV, 285-86.
- Bar, duque de, 284, 332, 369, 515.
- Bar, duquesa de, 416, 417.
- Bar, Henri de, 322, 369, 423, 499, 516; na cruzada contra os turcos, 502, 511; morte, 522; mulher de, *ver Coucy, Marie de*.
- Bar, Filipe de, 433, 459, 498, na cruzada contra os turcos, 505, 510.
- Bar, Robert de, 525, 532, 540.
- Bardi, banqueiros, 76, 104.
- Bari, 368, 373, 374.
- Barnes, Joshua, 96.
- Bartholomeu da Inglaterra, 49.
- Bartolus de Sassoferrato, 102.
- Basiléia, 255; judeus na, 106; Concílio de, 536.
- Basin, Thomas, 538-39.
- Bataille, Nicolau, 462.
- batalhas (*ver pelos nomes Crécy Poitiers, etc.*)
- Baumgarten, Anachino, 233, 235, 237.
- Baux, Raimond des, 153.
- Baviera, 380.
- Bayeux, 317, 408.
- Beaufort, Guillaume, conde de, 301.
- Beaumanoir, Jean de, 396.
- Beaumanoir, Filipe de, 37-38.
- Beaumanoir, Roberto de, combate dos Trinta, 122.
- Beauté-sur-Marne, 289, 332.
- Beauvais: catedral, 6; jacquerie em, 163, 164, 166.
- bebidas, 51
- Beckett, Thomas, 70.
- Bedford, irmão de Henrique V, duque de, 533, 539.
- Begardos, 290.
- Beguinos, 291.
- Bento XII, papa, 28.
- Bento XIII, antipapa (Pedro de Luna), 478; esforços para depô-lo, 482-85, 526, 537.
- Berna, 253, 255-57.
- Bernardino de Siena, são, 296, 442.
- Bernardo, são, 62.
- Berry, João, duque de, 13, 249, 283, 285, 337, 354, 374, 427, 437, 461; em Poitiers, 139; refém na Inglaterra, 175, 179, 185, 187; aparecimento, 220; Livros de Horas, 220, 391; e Limoges, 242; governo do Languedoc, 326, 418-19, 421-22; denuncia Craon, 378-79; possesões e estilo de vida, 390-91; e a invasão da Inglaterra, 392-93, 395; recebe Coucy, 410; casamento, 414; colaboração nas *Cent Ballades*, 420; nas conversações de Amiens, 448; aliado do duque da Bretanha, 452; e os Marmousets, 455; em Leulinghen, 465; subornado por Clemente VII, 474; embaixada a Avignon, 483; opõe-se ao casamento inglês, 487.
- Bertrand de Born, 16, 327.
- Bétizac, 421-22.
- Beuil, Jean de, 506.
- Béziers, 119, 354, 421-22.
- Bíblia, 57; tradução francesa, 120, 291; tradução inglesa de Wyclif, 265-66, 311.
- Blanche de Bourbon, 217.
- Blanche de Lancaster, primeira mulher de João de Gaunt, 273.
- Blanche de Savóia, mulher de Galeazzo Visconti, 222, 233, 236-37.
- Bloemardine, 291.
- Blois, Carlos de, 69-71, 209, 210.
- Blois, Guy, conde de, 175, 354, 413; propriedades, 447, 527.
- Boccaccio, Giovanni, 30, 31, 51, 100, 197, 201, 276; conferências sobre Dante, 57; durante a peste em Florença, 91, 92; Fiametta, sua amante, 93, 193; pessimismo de, 226; morte, 239; em Nápoles, 364.
- Boccanegra, Ambrosio, 244.
- Boêmia, 55, 88, 493.
- Bois-Gribaut, 411.
- Boissy-en-Brie, 58.
- Bolingbroke, Henrique de, *ver Henrique IV*.
- Bolonha, 230, 237, 295, 296, 377; universidade, 10, 111.
- Bonet, Honoré, 56, 197, 227, 307, 401, 429, 523; *The Tree of Battles*, 17, 378-79.
- Bonifácio VIII, papa, 22, 25, 113, 184.
- Bonifácio IX, papa, 420, 439, 475, 483, 500; plano para depô-lo, 436, 446, 526.
- Bonn, 300.
- Bonne, filha de Carlos V, 183.
- Bonne de Luxemburgo, mulher de João II, 282.
- Bordes, Guilherme de, 410.
- Bordéus, 68, 77, 88, 246, 539.
- Bordéus, arcebispo de, 538.
- Borgonha, 44; peste na, 88; Grandes Companhias na, 206, 207; aliada na Inglaterra, 529, 532, 534; paz com Carlos VII, 535.

- Borgonha, Filipe de Rouvre, duque da, 173.
- Borgonha, Filipe o Audaz, duque da, 217, 317, 368, 374, 399, 481, 487, 488-89; na batalha de Poitiers, 139, 142; prisioneiro na Inglaterra, 155; ganha o apelido de "o Audaz", 177; e Arnaut de Cervole, 206; personalidade, 220-21; casamento com Marguerite de Flandres, 224-25; e a incursão de Lancaster, 245; gastos em Bruges, 248; e a visita do imperador, 284, 286; e a incursão de Buckingham, 331-32; tutor do Delfim, 337; na coroação de Carlos VI, 337; e a revolta dos trabalhadores, 349-50, 350-51, 353, 354, 359; como governador de Flandres, 363, 385; protetor de Craon, 370; promove o casamento de Carlos VI, 380; duplo casamento de seu filho e de sua filha, 382; e a campanha escocesa, 384; e a invasão da Inglaterra, 387, 388, 392, 395; e Bento XIII promove a campanha de Gúeldria, 398; afastado do Conselho Real, 404; visita Coucy, 405; roupas brilhantes, 416, 448-49; "espalha ressentimento", 418-19; festividades em Dijon, 426-27; e a loucura do rei, 453-54; assume o controle, 454-55, 483; e os esforços de paz, 464-66; esforços para pôr fim ao cisma, 473-75; cruzada contra os turcos, 496-99; resgate dos cruzados, 515, 516, 521-23.
- Borgonha, Filipe o Bom, duque da, 532, 535.
- Borgonha, João, duque da (João Sem Medo, conde de Nevers), filho de Filipe o Audaz, 395, 469, 497-98, 530-32; em cruzada contra os turcos, 498-99, 502-3, 504, 507-11; carta de, 515; libertado, 522; volta, 523-24; assassina Luís de Orléans, 529; assassinado, 532-33.
- Borgonha, Marguerite de Flandres, duquesa de, mulher de Filipe o Audaz 224-25, 426, 427, 450, 452-53, 498, 521.
- Bósnia, 492.
- Bossche, Peter van de, 355, 359.
- Boucicaut, Godefroy, 429, 433.
- Boucicaut (ou Bouciquaut), Jean le Maingre, Sire de, o velho, 64.
- Boucicaut, Jean le Maingre, Sire de, 461, 519-520; como governador de Gênova, 294-5; em St. Ingelbert, 412-13; em Rosebeke, 412; e as *Cent Ballades*, 420, 495; marechal, 477, 495-97, 498; em cruzada contra os turcos, 502, 505-8, 510-12, 521, 523, última cruzada, 524; em Agincourt, 532.
- Boulogne, conversações de paz, 326-7.
- Bourbon, Antoine de, 541.
- Bourbon, duquesa de, viúva, 289.
- Bourbon, Jacque de (*ver Marche, conde de la*).
- Bourbon, Luís II, duque de, 410, 418, 423, 437, 453, 454; refém na Inglaterra, 175, 179, 184; e a visita do imperador, 284, 285-86; na campanha da Normandia, 318; tutor do Delfim, 337; e a campanha de Buckingham, 332; em Rosebeke, 354, 358; na campanha da Tunísia, 427, 429, 432-5.
- Bourbourg, 368.
- Brabante, duque de, 251.
- Braisne, conde de, 175.
- Breisach, 252.
- Bretanha, 44, 81, 142, 290, 328, 408, descrição da, 69; Carlos V tenta a união com a França, 320; Expedições inglesas à, 352, 326, 330 (*ver também Blois, Charles de*).
- Bretanha, Jean de Montfort, duque da, 75, 227, 343, 347, 455; julgado por traição, 349; aliança com Buckingham, 327, 330, 334; como cunhado de Coucy, 328-29; caráter, 334; e Coucy como enviado a, 341, 398-99, 446-47, 455; e a cruzada de Norwich, 369; prende Clisson, 394-5, 398; e *Voie de Fait*, 436; chega a um entendimento com Carlos VI, 447; no caso de Craon, 450-51, 452, 455.
- Broche, Lucien, 385n.
- Bromborough, 123.
- Bromyard, John, 343, 410.
- Bruges, 53, 71; conversações de paz e trégua de 1374, 247, 248, 266; conversações de 1375, 259, 261; rivalidade com Gand, 324; revolta dos trabalhadores, 336; derrotada por Gand, 351.
- Brunswick, Otto, duque de, 130.
- Brusa, 515, 517-18.
- bruxaria, 43, 318-19, 468, 536.
- Bruxelas, 462; pogrom em, 108.
- Buch, *Capital De* 129, 172, 240, 249, 277; em Poitiers, 139; em Meaux, 165; em Cocherel, 209; prisão e morte, 345; dotações para missas, 251.
- Buci, Simon de, 120, 165.
- Buckingham, Thomas de Woodstock, conde de, depois duque de Gloucester,

- 270; seu caráter, 327, 330; ataque à França, 330-32; (*ver também Gloucester, duque de*).
- Bucy, Jean de, 420.
- Buda (Budapeste), 500, 502.
- Budes, Sylvestre, 249, 304-305.
- Bulgária, 491-92, 511.
- Bureau, Jean, 539.
- Bureau de la Rivière (*ver Rivière, Bureau de la*).
- Büren, 256, 259.
- burgueses, 6; vestuário dos, 19; de Paris, exigências do, 144-6; nível superior, característica do, 146, 149-150; e a Jacquerie, 165; mulheres, trabalho das, 199; e as revoltas de trabalhadores, 339-40, 349-350, 530; como público leitor, 413, 462-3; prosperidade em fins do século XIV, 542.
- Burley, Sir Simon, 407.
- Buttisholz, 256, 258.
- Cabochiens, 530, 532.
- Caen, 78, 119, 164.
- Cafa (hoje Feodosia) 87.
- Cahor, 184.
- Calais, 177, 246, 274, 276, 279, 323, 539; sítio de, 67, 83, 85; cedida à Inglaterra, 175; franceses exigem a sua devolução, 449, 464, 466.
- Cale, Guillaume, 164, 167, 346.
- calendário medieval, xv-xvi, 52.
- Calveley, Sir Hugh, 172, 211, 330, 369.
- Cambrai, 282, 383.
- Cambridge, 10; fundação dos colégios, 111.
- Cambridge, Edmund, duque de, 344.
- Caminho da Cessão, 436, 473-76, 482, 488.
- Caminho da Força (*ver Voie de Fait*) camponeses, 159-162; nas guerras privadas, 9; pagamento por direitos e liberdades, 11, 159-160; mobilidade ascendente, 19; Pastoureaux, 39-40; filhos dos, 48; depois da peste, 111, 112; impostos e dízimos, 159-160; mulheres, 160, 199; classes de, e pobreza, 160-1; enfermidades, 161; liberdade (alforria), 214; livres, na Inglaterra, 263; declínio da cavalaria, 524.
- canhão, 66, 250, 531, 539-40.
- Capetos, dinastia dos, 43.
- capitalismo, 36.
- Carcassonne: hereges executados, 41; peste em, 88, 90, 102; ataques do Príncipe Negro, 129.
- cardeais: eleição de Urbano VI, 301-302; no cisma, 303-4, 306-7, 309; eleição do antipapa Clemente VII, 304; Urbano VI cria novo Colégio dos, 305-6.
- Carlos II, rei de Navarra, conde de Evreux (Carlos, o Mau), 130, 142; caráter, 123-4; assassinato de Carlos de Espanha, 124, 127; tratado com a Inglaterra, 127; reconciliação com João II, 127-8; prisão, 132-3, 154; aliança com Marcel, 144, 156-7; e a Jacquerie, 166; e a revolta em Paris, 168-9-170; aliança com Eduardo III, 170; reconciliação com Carlos V, 173; conspirações contra Carlos V, 183, 220, 316; derrotada em Cocherel, 209; envenena Seguin de Badefol, 213; campanha contra Carlos V, 315-19; morte, 398-99.
- Carlos III, rei de Nápoles (Carlos de Durazzo), 316, 365, 367, 372-74, 376-78.
- Carlos IV de França, 43.
- Carlos IV, imperador (Carlos da Boêmia), 188-9, 209-10, 228, 440, 493; e os flagelantes, 108; universidades por ele fundadas, 111; visita a Paris, 281-285; caráter e aparência, 282; morte, 306, 315.
- Carlos V de França, 123, 213, 271, 322, 387, 512; como delfim, 133, 142-3-5; na batalha de Poitiers, 137, 139, 142; caráter e aparência, 145, 220-21; e as exigências do Terceiro Estado, 145, 149-50; como Regente, 156-7/8, 173; desafiado por Marcel, 158-9; e a Jacquerie, 159; e a revolta em Paris, 168-9-170; e o Tratado de Londres, 171; negociações de paz, 174, 246-7, 248, 276; tentativa de envenená-lo, 183-4, 219-20; filhos, 183, 218-9, 315; torna-se rei, 208-9; e Coucy, 216, 240-1, 272, 329, práticas religiosas, 218-19; sua biblioteca, 219-20; e o casamento de Filipe o Audaz, 224-5; declaração de guerra à Inglaterra, 227; aliança com Castela, 241; e *Capitál* De Buch, 245; estratégia de 246, 330-1; e a recuperação francesa, 277; e a visita do Imperador a Paris, 281, 283, 284-5, 285-6, 288-9; apelo de Catarina de Siena a, 288-9; no cisma papal, 301, 304-6, 308, 309; morte de sua rainha, 315; campanha contra Carlos de Navarra, 315-318-9; e Clisson, 319; e Owen de Gales, 319-20; e a Bretanha,

- 320-21, 328; visita o domínio de Coucy, 321; e a revolta de Montpellier, 326; últimos dias e morte, 332-33; abolição do imposto fegal, 333, 336.
- Carlos VI de França, 340, 374, 375, 403, 415, 447, 495; como delfim, 311, 330, 334; Regência de, 337, 341; coroação 337; e a revolta dos trabalhadores, 347-348, 350, 352, 355, 356, 359, 362; casamento, 380-81, 383; caráter, 382-83, 418; visita Coucy-le-Chateau, 393, 435; desafio do duque de Guêldria, 397-98; dá uma Bíblia a Coucy, 399; assume plena soberania, 404; coroação de sua rainha, 417; visita Clemente VII em Avignon, 418-19; avanço pelo Languedoc, 421-22; e a campanha da Tunísia, 422, 427, 429-430, 435; nas festividades de Dijon, 426-27; e a *Voie de Fait*, 436, 437, 445; filhos, 448, 469; nas conversações de Amiens, 448-49; enfermidade, 449, 452; e a tentativa de Craon de matar Clisson, 452; loucura, 453, 467-69, 526; recuperação temporária, 457-58; na Dança dos Selvagens, 459-60; tentativas de paz, 464, 465; tentativas de pôr fim ao cisma, 475-76; soberania de Gênova, 481; encontro com Ricardo III, 489; cruzada contra os turcos, 496; depois da cruzada, 515; 523; encontro com o imperador Venceslau, 526; últimos anos e morte, 533.
- Carlos VII de França, 448; como delfim, 532-35; como rei, 535-36, 538-39.
- Carlos VIII de França, 482.
- Carlos d'Anjou, 364.
- Carlos de Durazzo (*ver Carlos III rei de Nápoles*).
- Carlos de Espanha, 119, 124, 127, 132.
- Carlos de Orléans, filho de Luís de Orléans, 526.
- Carraciolo, Jacopo, 373, 375.
- Carrara, Francesco, 371.
- casamento (*ver matrimônio*).
- casas: em Paris, 148-9; móveis e equipamento, 149, 161; de camponeses, 161.
- Cáspio, mar, 24.
- Cassel, 356; batalha de, 7, 80.
- Castela, aliança francesa com, 241-2; navios derrotam comboio inglês, incursão na Inglaterra, 327.
- castelos: como fortalezas, 7; cotidiano nos, 61, 216-218, 409-10; mulheres como *châtelaines*, 200.
- Castillon, 539.
- Catarina, Santa, 32.
- Catarina, filha de Carlos V, 326, 327.
- Catarina da Áustria, mulher de Enguerrand de Coucy VI, 44-5, 58-9, 92.
- Catarina de Ballo (*ver Lindsay, Catarina*).
- Catarina de França, mulher de Henrique V 532-33.
- Catarina de Genebra, 322.
- Catarina de Siena, santa 297-301, 305-6.
- catedrais, construção de, 6, 10, 21.
- cavalaria, xix-xx, 58-65; francesa, elogiada, 21; lealdade na, 60; como classe transnacional, 60; e armas na guerra, 80; declínio, 400-402, 524-25; na campanha de Nicópolis, 506, 512.
- Cavaleiros: nunca montavam éguas, 54; em batalha, 59-61, 79-81; serviço pago, 79, 120; em *Roman de la Rose*, 178; juntam-se às Grandes Companhias, 205; declínio dos, 400-2, 523-4; fiasco culminante, 523 (*ver também armadura; cavalaria; nobres*).
- Cavaleiros Hospitalários de Rodes (Cavaleiros de São João), 41, 42, 499-500, 502, 509, 521, 522.
- cavalos: de nobres, 15-16, 80; viagem a, 53, 54; em combate, 80.
- Cavendish, Sir John, 343.
- Caxton, William, 540.
- Ceccano, Anibaldo, 114.
- Celestino III, papa, 53.
- Celestino V, papa, 428.
- Celestinos, 404, 425; dotação de Coucy ao mosteiro dos, 427-28, 525, 541.
- Cem Anos, guerra dos: começo, 46; causas, 72-3; tréguas, 411, 467; trégua de 28 anos, 487; paz com Ricardo II, 488-89; fim, 539.
- Cent Ballades*, 420, 495.
- Cesena, massacre de, 295.
- Châlons, 408.
- Champagne, Jacquerie na, 163; Grandes Companhias na, 207, 213, 259.
- Chandos, Sir John, 46, 129, 172, 262, 319; na batalha de Poitiers, 138, 139; morte, 242.
- Chandos Herald, 138, 139, 209, 212.
- chansons de geste*, 16, 17, 21, 63, 162, 401.
- Charny, Geoffrey de, 131, 136, 137, 140.

- Chartres, 339; catedral, legado de Coucy à, 514, 518.
- Chasseron Odard de, 498, 510.
- Châtelain de Coucy*, 63, 64.
- Chaucer, Filipa, 274.
- Chaucer, Geoffrey, 52, 98, 224, 428; carreira, 178, 273; obras, 273; Conto do escrevente, 197; Conto do proprietário que não era nobre, 286; Conto do Monge, 382; Vendedor de indulgências, 30; clero, 35; prioresa, 211; Conto da Prioresa, 105; Conto do alcaide, 150; A Mulher de Bath, 55, 195.
- Cherburgo, 327.
- chevalier* e cavalos, 16.
- Chin, Chevalier de, 241.
- China, peste na, 88, 95.
- Chipre, 186, 466.
- ciência, 52, 56.
- Cinto de castidade, 193.
- Ciampi, 336, 354.
- cisma no papado, 301-11; papado volta a Roma, 301-4; efeitos do, 440, 473; sugestão de abdicação dos dois papas, 474, 474-75, 526; esforços para terminá-lo, 474-78, 481-82, 526, 535-36; e a cruzada contra os turcos, 499, fim do, 537.
- Clamanges, Nicolau de, xviii, 442, 475-76, 482, 484.
- Clarence, Lionel, duque de 178, 270; casamento com Violante Visconti, 220-21, 223-4.
- classe trabalhadora (*ver trabalhadores*).
- Clemente V, papa, 25, 42, 135.
- Clemente VI, papa, 28, 35, 115, 232, 494; e a peste, 88, 89, 97-8; judeus protegidos por, 106-7; e flagelantes, 108, 109; e o Ano do Jubileu, 113.
- Clemente VII, antipapa (Robert de Geneva), 365, 367, 378, 380, 419, 466; massacre de Cesena, 295-6; e eleição de Urbano VI, 302; inicia o cisma, 304-310; e o reino de Adria, 308, 419, 471-72, 474-75; e a revolta de Montpellier, 325; missões de Coucy junto a, 370, 471, 472, 473-74; e Pedro de Luxemburgo, 424; indulgências para a cruzada da Tunísia, 429; *Voie de Fait*, 436, 446, 471; imposições finais, 439; Imaculada Conceição, 442; morte, 477.
- Clermont, 325.
- Clermont, Jean de, marechal, 129, 137; morto em Poitiers, 139.
- Clermont, Jean de, filho do anterior, 158.
- clero: como Primeiro Estado, 15; tributação e isenções, 15, 25; incapaz, 27; analfabetismo e ignorância entre o, 27-8; desmando no vestuário e comportamento, 29-30; corrupção, 30; vidas sexuais, 30-31; boas qualidades, 34-5; e a peste, 94; hostilidade ao (anticlericalismo) 114, 300; protesto de Wyclif contra o, 264-266.
- clima frio, 24.
- Clisson, Olivier de, 259, 277, 407, 408, 423, 429; chamado 'O Carniceiro', 264; carreira, 319-20; irmandade com Coucy, 319; Condestável de França, 328-29, 337-38, 360, 362; sobre os ingleses, 330; campanha de Roosebeke, 355-56, 357, 359; aprisionado por Jean de Montfort, 394-99; e o afastamento dos duques, 450-53; demitido, 456.
- Clovis, rei dos francos, 8.
- Clusel, família, 18.
- Clyn, John, irmão de, 90.
- Cocherel, batalha de, 209.
- Coeur, Jacques, 539.
- Col, Gontier, 438.
- Col, Pierre, 439.
- Colleoni, Bartolomeo, 296.
- Colmar, 228, 251.
- Colônia, 300; judeus em, 108.
- Combate dos Trinta, 122, 152, 153.
- comerciantes, 145; nobres como, 17; roupas, 19-20; atitude cristã contra os, 72, 73.
- Comércio: antagonismo cristão ao, 36; da Inglaterra, França e Flandres, 67-68, 70-71, 72-3; crescimento do, em fins do século XIV, 462.
- Comines, 355-56.
- Companhia Branca, 208, 223, 233-4, 366.
- Compiègne, 164, 337, 535.
- comunas livres, 7, 10-11.
- Concílio de Basileia, 536-37.
- Concílio de Chartes, 292.
- Concílio de Constança, 536.
- Concílio de Pisa, 536.
- Concílio dos Trinta e Seis, 150, 151, 157.
- Concílio de Viena, 42.
- condottieri*, 206, 229, 296.
- Conflas, Jean, Sire de Dampierre, 158.
- confraria ou irmandade, 38-9.

Conrad de Magdebourg (Hardeck), 58, 91-92.

Constantino I, imperador, 8.

Constantinopla, 490-91, 494-95, 505, 511; queda de, 525, 530.

Coq, Roberto le, bispo de Laon, 145-6, 157, 170.

Corbie, Arnaud de, 487.

Correios (*ver serviço postal*).

Corio, Bernardino, 222.

Cortona, 373.

Cotentin, península, 77, 317.

Coucy, Adèle (*ver Marie, Adèle de*)

Coucy, Aubert de, tio de Enguerrand VII, 354.

Coucy, Aubert, bastardo de, filho do anterior, 354, 420.

Coucy, Aubry de, 9, 22.

Coucy, Enguerrand I de, 9.

Coucy, Enguerrand II de, 11.

Coucy, Enguerrand III de (o Grande), 6, 11-13, 105.

Coucy, Enguerrand IV de, 13-14.

Coucy, Enguerrand V de, 14.

Coucy, Enguerrand VI de, 14; casamento, 44-46; morte, 58, 82.

Coucy, castelo de, 5-7, 11-12, 21-22, 533; capela, 13; instalações sanitárias, 100-101; renovação depois de 1386, 385; história depois da morte de Enguerrand VII, 540-41.

Coucy, domínio de, 7-8, 13, 22-23, 58, 175-6, 240-41, 386-87; Jacquerie, no, 163, 167; visita de Carlos V ao, 321; empobrecido, 407-8; disputa sobre a herança, 525; comprado por Luís de Orléans, torna-se propriedade da coroa, 525, 541-42.

Coucy, Enguerrand VII de, xiv-xvi, 14, 44, 73, 116, 118, 315, 380, 384, 404; nascimento, 46; tutores, 58-9; na campanha de 1355, 131; une-se a Carlos de Navarra, 157; na rebelião da Jacquerie, 158, 166, 167; defende seu território, 168, 169; refém na Inglaterra, 171, 174-5, 177-8, 180, 184, 187; na juventude, 178-9; propriedade na Inglaterra, 190-1, 278-9; casamento com Isabela de Inglaterra, 190-1, 202-3; libertado como refém, 202; conde de Soissons, 203, 321; conde de Bedford, 203, 227, 271; libera seus servos, 214-215; visita o duque de Clarence, 221; no casamento de Felipe o Audaz, 224-5;

na Alsácia e Savóia, 1369, 228-9; selo, 228, 322, 388; campanha na Itália, 232, 233-238; volta à França, 240-1; pensão, 240-1; expedição na Alsácia, 1375, 248-9, 250-1, 253-4, 258; dotações para missas, 250, 370; campanha suíça, 252, 253-258, 253 (mapa); tratado com os duques da Áustria, 258-9; na Inglaterra, 259, 260-261, 269, 271, 272; no Conselho Real da França, 273; delegado às conversações de paz com a Inglaterra, 273-5, 324, 326, 446; renúncia à fidelidade à Inglaterra, 276-8; separação de sua mulher, 278-9; e a visita do imperador Carlos IV a Paris, 281, 283-4, 285-6, 288, 289; a serviço de Luís I, duque d'Anjou, 282, 308-9; na campanha da Normandia, 317-9; como par de França, 320; criação da Ordem da Coroa, 322; morte de sua mulher, 322; nas conversações de paz em Boulogne, 326, 327; recusa o cargo de Condestável, 329; capitão-geral da Picardia, 329-31, 337, 369, 370; sobre o Conselho de regência do delfim, 329, 341, 348; na coroação de Carlos VI, 337; e a revolta dos trabalhadores, 349, 352-56, 357-60, 362; *hôtel* em Paris, 352; *n.*; ajuda Luís II, duque d'Anjou, na Itália, 364, 367-68, 370-que d'Anjou, na Itália, 364, 367-68, 370-78; segundo casamento, 385; filhos do segundo casamento, 386; e invasão da Inglaterra, 388-89, 393-94; visita de Carlos VI, 393, 458; e Montfort, 396-99; e a campanha de Guéldria, 397, 402-3; e reorganização do Conselho, 404-5; recebe o duque da Borgonha, 405; *grand bouteiller*, 408; ódio do conde de Oxford, 407; presidente leigo da *Chambre des Comptes*, 408; nos versos de Deschamps, 410; capitão de Guéna, 411; patrono de Froissart, 413-14; na coroação de Isabeau da Baviera, 415, 417; a serviço real, 418, 419, 423-24, 447-48, 453, 457, 458; testemunho em favor de Pedro de Luxemburgo, 426; dotação ao mosteiro dos celestinos, 427-28, 525, 541; campanha na Tunísia, 427, 512; e *Voie de Fait*, 436-37, 445, 512; e a propriedade de Guy de Blois, 447-48; manda seu médico a Carlos VI, 455; na prisão de Rivière e Mercier, 455; declina a segunda oferta do posto de Condestável, 456-57; negociações com Clemente VII, 471-72, 474; na Itália para Luís de Orlé-

- ans, 478-81; carta de apresentação para Froissart, 487; em cruzada contra os turcos, 497-99, 500-1, 503, 505, 506-7, 512; na batalha de Nicópolis, 508-11; como prisioneiro, 334-35, 517; resgate de, 516; testamento, 517-19; morte, 519-21; caráter resumido, 519-20; enterro, 520.
- Coucy, família: lema, 6; armas, 9; estilo de vida, 14-15; descendentes, 540.
- Coucy, Filipa de, filha de Enguerrand VII, 203, 260, 278, 279, 388, 448, 487, 540; condessa de Oxford, 405-7, 411.
- Coucy, Guillaume de, 14, 48.
- Coucy, Isabela de, primeira mulher de Enguerrand VII (*ver Isabela da Inglaterra*).
- Coucy, Isabel de, segunda mulher de Enguerrand VII, 385-86, 405, 417, 520; contestação da herança, 525.
- Coucy, Isabel de, filha de Enguerrand VII, 386, 525, 540.
- Coucy, Jean de, Sire d'Havraincourt, 58.
- Coucy, Maria de, filha de Enguerrand VII, 202, 260, 284, 415, 523, 540; na comitiva da rainha, 273, 285; casamento com Henri de Bar, 322, 369; contestação da herança, 525.
- Coucy, Perceval de, filho de Enguerrand VII (Bastardo de Coucy, Seigneur d'Aubermont), 386, 540.
- Coucy, Raul de, Bastardo de, filho de Aubert, 443.
- Coucy, Raul de, tio de Enguerrand VII, 48; em Poitiers, 133, 135; na campanha da Suíça, 249.
- Coucy, Raul I de, 11.
- Coucy, Raul II de/morto em 1249/, 13.
- Coucy, Sybil de, mulher de Enguerrand I, 9.
- Coucy-la-Ville, 8, 14.
- Coucy-le-Château, 8, 11. 214.
- Courtenay, Guilherme, bispo de Londres, 269, 275-6.
- Courtrai, batalha de, 72; saque de, 359.
- Craon, Pierre de, 369, 377-78; tentativas de matar Clisson, 450-53.
- Crécy, batalha de, 58, 81-85, 530; canhão na, 67.
- Crianças, 47-50; média de nascimentos por família, 48; brinquedos, 49; educação, 49-50.
- Cristina de Pisan, 193, 200-202, 218, 246, 438-39, 463.
- Cristóvão, *sao*, 33.
- Croquart (da Grande Companhia), 152-3.
- cruzadas, 11, 103, 495; albigense, 11; Primeira, 9; Sexta (de São Luís), 13, 63; impostos e contribuições para a, 26, 29-30; proposta por João II, 186; na Hungria contra os turcos, 208-210; francesa, contra os turcos, 496, 512.
- Cuvellier, 208, 211.
- Dabenton, Jeanne, 291.
- Damme, 384.
- Dança dos Selvagens (*ver Bal des Ardents*). dança, mania de, 239-240.
- Danse Macabre, 460-61, 534 (*aparece tb. como Dança Macabra*).
- Dante Alighieri, 10, 17, 57, 229.
- Danúbio, rio, 492, 502, 503-4.
- Dartmouth, 279.
- datas na cronologia medieval, xv-xvi, 52.
- Datini, Francisco, 37, 94, 462.
- David II, rei da Escócia, 180.
- de la Mare, Sir Peter, 268, 272, 275.
- demoníons: possessão pelos, 240; na feitiçaria, 292, 293.
- demonologia, 292.
- Denifle, Père, 167.
- Deschamps, Eustache, 86, 213, 274, 289, 322; sobre a Alemanha, 379; *Suis-je belle?*, 192; *Miroir de Mariage*, 196; versos sobre o domínio de Coucy, 321; sobre a opressão dos pobres, 363; sobre uma segunda conquista normanda, 388-89; versos sobre o declínio da cavalaria, 400-1, 402-3; sobre jogo e calvície, 410; sobre a corrupção da época, 411, 463; sobre o Bastardo de Coucy, 420; sobre os camponeses falando de guerra, 464; sobre as notícias de Nicópolis, 515; sobre o "Dinheiro!", 517; lamento por Coucy, 520; sobre a batalha de Nicópolis, 523.
- Deschamps, Gilles, 482, 484.
- Despenser, Henry, bispo de Norwich, 368, 369, 400.
- Despit au Vilain, Le*, 162.
- Dia do Juízo, 33, 56, 287.
- Diabo: poder do, 56; pactos com o, 292; culto do, 41.
- Dijon, 359, 426, 500, 523.
- dinheiro: moeda, valor da, xv; como um mal,

36; desvalorização, 83; flutuação do valor, 120-21.
 direito comercial, 36-7.
 dispensas, venda de, 27.
 Dogan Bey, 505.
 Dominicanos, ordem dos, 62; sobre a imaculada conceição, 442.
 Dormans, Miles de, bispo Beauvais, 338, 370.
 Doublas, sir William, 137.
 Doublel, Colin, 133.
 Dunmow, Flitch, 198.
 Dunois, Jean, Bastardo de Orléans, 535.
 Dunquerque, 356; tomada pelos ingleses, 368.
 Duns Scotus, 21.

Easton, Adão, Cardeal, 307.
écarcheurs, 206, 538, 539.
 Edmund de Langley (*ver York, duque de*).
 Eduardo I da Inglaterra, 66.
 Eduardo II da Inglaterra, 43, 68.
 Eduardo III da Inglaterra, 43, 84, 101, 119, 177, 186, 187, 224, 244, 245, 248, 319; pretensão ao reino de França, 43, 44, 45, 67, 68, 72-3, 83; filhos, 48; e a condessa de Salisbury, 64-5; primeira campanha na França, 66; aparência e caráter, 67-8; segunda invasão da França, 73, 85; na batalha de Crécy, 81-2; Ordem da Jarreteira, 121-2; negociações de paz com a França, 127-8; e Grandes Companhias, 153-4; aliança com Carlos de Navarra, 170; e o Tratado de Londres, 171; expedição à França em 1359-60, 172-175; na segunda-feira negra, 175; e o tratado de Brétigny, 175-176; e a libertação de João II, 177; e a volta dos reféns, 184; e Isabela, sua filha, 189-191, 202-3, 259; disposto a uma trégua, 246; na senilidade, 259, 262; morte, 275-6; amante (*ver Perrers, Alice*).
 Eduardo, Príncipe de Gales (o Príncipe Negro), 73, 83, 172, 188, 240, 244, 248, 262, 267; na batalha de Crécy, 82; armas e lema, 82; campanha de 1355-56, 128-131, 133-5; batalha de Poitiers, 135, 140, 142; casamento, 191; em Aquitânia, 212; campanha espanhola, 212; desafia Carlos V, 227; enfermidade, 241, 243; massacre de Limoges, 243; e o Bom Parlamento, 272; morte e funeral, 271; tes-

tamento, 270; admiração popular por, 271; mulher (*ver Joan, condessa de Holanda*).

Educação: de meninos, 50; das mulheres e meninas, 50; artes liberais, 56; efeitos da praga sobre a, 111.

Egito, 37.

Eleanor de Aquitânia, 68, 289.

Elizabeth da Hungria, 493.

Elizabeth da Polônia, 299.

Entlibuch, 256.

Erfurt, judeus em, 108-9.

Ermenoville, castelo de, 165.

Escandinávia, 24, 306; peste na, 89, 98.

Escócia, 262; peste na, 91; no cisma papal, 305; força francesa enviada à, 384, 388. escolasticismo, 21.

esgotos, 100, 147, 182.

Esne, Robert d', 516, 520.

Espanha, conflito da Inglaterra com, 212; expedição de Du Guesclin à, 210-213; condições na, em 1390, 424.

Essars, Martin des, 146.

Essars, Pierre des, 146, 169, 173.

Essex, revolta camponesa em, 342.

Estados Gerais: de 1347, 83; de 1355, 132; de 1357, 144, 150; perda de direitos, 169; de 1359, 171.

Estados Pontificais, 229, 294-97, 308; judeus nos, 106; planos franceses para, 471-72, 483.

estalagens, 54.

Estêvão III, duque da Baviera, 380, 381 385, 525.

Estrasburgo, 210, 228, 251; judeus em, 106-7.

Eu, Filipe d'Artois, conde d', 331, 420, 423, 457, 495, 506; na Tunísia, 429-30, 433; Condestável, 497; na cruzada contra os turcos, 502, 503, 505, 508, 511; prisioneiro depois da cruzada, 519, 522.

Eu, Jean d'Artois, conde d', refém na Inglaterra, 175; contra Buckingham, 331; na campanha de Roosebeke, 354.

Eu, Raul de Brienne, conde de Guínes e conde d', 78; execução, 119.

Eudes, conde d', 8.

Eugênia, imperatriz, 541

Eugênio IV, papa, 537.

Evreux, 318.

Evreux, conde d' (*ver Carlos II rei de Navarra*).

excomunhão, 10, 11, 26; das seitas da pobreza, 35; dos adversários da supremacia pontifical, 36, 230.

exército, recrutamento de soldados, 77-79; pagamento por serviços, 120; tentativa de reforma de João II em 1351, 120-21; tentativa de reforma de Carlos V em 1374, 248; alimento para, 121; reformas de Carlos VII, 539 (*ver também guerras*).

fabliaux, 57, 193, 401.

feiticeira, 291-92, 458, 536; Templários acusados de, 41; julgamentos por, 240; e loucura, 468.

Feliz V, papa, 537.

ferramentas, 53.

Ferrette, 251, 255.

Ferté-Fresnal, Sire de, 141.

Festa dos Tolos, 32.

feudalismo, 7; propriedade da terra, 17 (*ver também servos*).

Fiennes, Moreau de, 131.

Filipa, filha do duque de Clarence, 267.

Filipa de Hainaut, mulher de Eduardo III, 48, 64, 84, 85, 188, 228, 413.

Filipe IV, o belo, 62, 83; ataque a Bonifácio VIII, 25; e os Templários, 41-42; morte, 43.

Filipe V, 43.

Filipe VI (Filipe de Valois), 69, 72, 94, 118, 124, 126, 203; ganha coroa, 43; promove o casamento de Enguerrand VI, 44; na guerra com a Inglaterra, 67, 78, 81-82, 85; não consegue libertar Calais, 86; e a peste, 96; e os flagelantes, 109; e as Grandes Companhias, 152; execução do pai de Clisson, 319.

Filipe o Audaz, duque de Borgonha (*ver Borgonha, duque de*).

Filipe de Evreux, rei de Navarra, 43.

Filipe de Navarra, irmão de Carlis, 124, 133, 151, 154.

Filipe de Novara, 48.

flagelantes, 107-108, 114, 240.

Flament, Nicolau de, 355, 361.

Flandres, 44, 46, 324; indústria têxtil, 38, 72; comércio, 68, 71-2; interesses ingleses e franceses em, 67; peste em, 180; mania de dança em, 239; no cisma papal, 305, 307; e a revolta dos trabalhadores, 324, 336-37, 350-52, 353-60; acordo de paz com Borgonha, 385; contribuição para a cruzada contra o turco, 496.

Flandres, Louis de Male, conde de, 224, 323, 363; Isabela de Inglaterra noiva de, 73, 84, 189, 226; e a revolta da classe operária, 336, 351-52, 354, 356, 359, 360.

Flandres, Luís de Nevers, conde de, 71, 72-3, 82, 84.

Florença, 76, 229, 370-71, 445; roupas em, 19, 20; peste em, 88, 89, 93, 114; Companhia de Ouro San Michele, 114; hostilidade ao papado, 294, 295, 296, 304; insurreição, 324; revolta dos trabalhadores, (Ciampi) 336; resistência à campanha de Coucy, 372-77.

fogal, 15, 333.

fogo de Sto. Antônio, 161.

Foix, 44.

Foix, Gaston (Phoebus), conde de, 129; mata o filho, 125; em Meaux, 163-166; patrono de Froissart, 414; Livro de Orações, 427.

Foix, Ivain de, filho bastardo de Gaston, 316, 429, 459.

Folembay, 321.

Folkestone, 279.

fome, e modificações climáticas, 24-5; na Itália, 76.

Fondi, 304.

Fondi, duque de, 303.

Forêt, Pierre de la, 144.

frades, críticas aos, 29-30, 115.

França: população antes da Peste Negra, xvi, 45-46; supremacia no século XIV, 20-21, 45; desolação depois das guerras com a Inglaterra, 182; nacionalidade, 533; Estados, *ver* Estados Gerais.

franciscanos, ordem dos : riqueza e prestígio, 31; Fraticelli (franciscanos espirituais) 35-36.

Francisco de Assis, são, 10, 21, 31, 101, 297.

Francisco I de França, 482.

Frankfurt-am-Main, judeus em, 108.

Fraticelli, 36.

Fraubrunnen, 257-58.

Frederico, duque, irmão de Estêvão III da Baviera, 380.

Froissart, Jean, xv, 134, 228, 241, 425; sobre os alemães, 179; sobre o amor, 63; sobre Eduardo III, 64, 78, 172; estimativa das mortes de peste, 89, 100; sobre o Combate dos Trinta, 122; sobre a incurração no Languedoc, 129; sobre a batalha de Poitiers, 141, 142-143; sobre Knollyn, 153; sobre a Jacquerie, 163, 164, 167;

- carreira, sobre Coucy, 178, 225, 228-29, 237, 241, 253, 255, 260, 272, 399, 423, 431, 447-48, 487, 498; sobre o Príncipe Negro, sobre a ameaça de revolta, 357; sobre dizer a verdade, 396; sobre as Ardenas, 402; sobre o conde de Oxford, 406-7; Coucy seu patrono, 412-13; sobre a campanha da Tunísia, 431, 433, 434; sobre a batalha de Nicópolis, 510, 515-16; sobre o declínio da época, 523, 526.
- Galeno, 99.
- Galípoli, 493, 495, 514; tomada pelos turcos, 127, 491.
- Gand, 72, 73, 360, 384; os Trinta e nove de, 38; casamento de Felipe o Audaz, 225; insurreição, 324; revolta de trabalhadores, 336, 350, 356-57, 363.
- Garin li Loherains, 16.
- Gasconha, 68, 71.
- Gattilusio, Francesco, 518, 521.
- Genebra, conde de, irmão de Roberto de Genebra, cardeal, 419.
- Genebra, Roberto de, Cardeal, 295, 301; massacre de Cesena, 295, 291; (*ver também Clemente VII antipapa*).
- Gêngis Khan, 490.
- Gênova, 37, 229, 295, 370; navios mercantes genoveses de, 87; a peste em, 87; e a campanha da Tunísia, 422-23, 429-435; soberania oferecida a Luís de Orléans, 474, 478, 481-82; soberania francesa sobre, 481, 502.
- Gentile da Foligno, 96.
- Gérard, Pierre, 367.
- Gerson, Jean, 401; crenças, 437-39; sobre o cisma, 437, 473-74; sobre o *Roman de la Rose*, 438-39; e os Irmãos da vida Comum, 444; *Imitação de Cristo* atribuída a, 445; sobre a senilidade do mundo, 463; Veniat Pox!, 464.
- Gesta Dei per Francos, 21.
- Gibbon, Edward, xix, 491, 513, 524, 536.
- gibelinos, 294, 372.
- Giotto, 9, 372.
- Giovanetti, Matteo, 28.
- Giovanni dei Grassi, 480.
- Girard d'Orléans, 120.
- Givry, 90.
- Gloucester, Thomas de Woodstock, duque de, ex-conde de Buckingham, 406-7, 411, 446, 472, 486-87, 500; nas conversações de paz de Leulinghen, 465-13; assassinado, 526.
- Golden Legend, 57.
- gota, 222.
- Gower, John, 265, 346, 462-464.
- Grandes Companhias: 151, 176, 205-208, 213, 248, 328, 495; com Coucy, 249, 250, 251, 253, 259.
- Grande Ordenação (1357), 150-51, 169.
- Grandpré, conde de, 175.
- Gravelines, 368.
- Gravesend, 327.
- Gregório, santo, 57.
- Gregório XI, papa, 232, 249, 295, 297; e a campanha contra Visconti, 233, 238; e feitiçaria, 239, 291; denuncia Wyclif, 275; apelo de Catarina de Siena a, 297-301; morte, 301, 315.
- Griselda, história de, 197-98.
- Groenlândia, 24.
- Groote, Gerard, 443-44.
- Guéldria, campanha de, 402-3.
- Guéldria, duque de, 402; desafia Carlos VI, 397-98.
- guelfos, 248, 294, 372, 373.
- Guerra dos Oito Santos, 297.
- guerras: particulares, 9; gastos de, 11; responsabilidade dos nobres pelas, 11, 14, 16-17; glória nas, 16, 61, 507; cavaleiros em batalha, 59-60; "justas", 69; levantamento de dinheiro para, 76-77; táticas nas batalhas, 80-81; plebeus nas, 80.
- Guerras das Rosas, 540.
- Guesclin, Bertrand du, 179, 242, 246, 249, 326, 495, 512; na Espanha, 259; carreira, 208, 213; Condestável, 243; morte, 328.
- Guesclin, Olivier du, 249.
- Güglers (guerra dos), 250, 253, 255, 258.
- Guibert, abade, 9, 10.
- Guichard d'Angle, Sir, 273.
- Guichardt Vert, 18.
- Guiena (Aquitânia), ducado de, 43, 44, 46, 67, 77, 128, 175.
- guildas, 38.
- Guilherme de Hainaut-Baviera, 467.
- Guilherme de Ockhem, 21, 36, 94, 264.
- Guillaume de Machaut, 103, 192, 221.
- Guillaume de Verdun, 386.
- Guillaume le Juponnier, 377.
- Guines, Alix, condessa de, 14.
- Guines, castelo de, 123.

Guines, 16.º conde de, 119.
Guisay, Huguet de, 459.
Gutenberg, Johan, 528, 540.
Guy de Chauliac, 91, 94, 96, 99.

Hailes, sir Robert, 344, 345.
Hainault, Guilherme, conde de, 67, 82.
Hainaut, 214, 306.
Hamburgo, 90.
Hampton, 280.
Hanges, *sire* de, 410.
Habsburgos, 44-45, 227-228, 249; luta
suíça contra os, 252, 258; ver também Al-
berto I e III; Catarina de Áustria, Le-
opoldo I, III e IV.
Harcourt, conde d', 354.
Harcourt, família, 69.
Harcourt, Godefroy d', 77-78, 81, 133, 175.
Harcourt, Jean d', 124, 133.
Harcourt, Jean d', VII, 429.
Harelle, 347.
Harfleur, 396, 530.
Harsigny, Guillaume de, 455, 457; túmulo,
457, 461.
Hawkwood, Sir John, 231, 294; heresia:
207, 291; na guerra da Liga Pontifical,
235-38; e o massacre de Cesena, 295; e a
campanha de Nápoles, 367, 372, 373-75.
Helly, Jacques, de, 511, 513, 515-16.
Heloisa, 193.
Hennebont, 70.
Henrique II da Inglaterra, 68.
Henrique II de Castela (don Enrique de
Trastamare), 211, 212, 241, 244, 306,
315, 424.
Henrique IV da Inglaterra, 486, 499, 527,
530.
Henrique IV (Henrique de Navarra), 541.
Henrique V da Inglaterra, 489, 530-33.
Henrique VI da Inglaterra, 533, 539, 540.
Henrique VIII da Inglaterra, 266.
Henrique, o Navegador, príncipe de Portu-
gal, 538.
Henry de Hereford, 27, 109.
heráldico, 18; armas de Coucy, 9.
heresia: movimento da pobreza, 35-36;
Templários acusados de, 41-2; dos Irmãos
do Livre Espírito, 290-291; de Wyclif,
310-311; de Joana d'Arc, 535; supressão
da, 536.

Hervé, arcebispo de Reims, 8.
Hervé de Léon Sir, 54.
Hesdin, castelo de, 216.
Higden, Ranulph, 191.
história na Idade Média, 52, 56.
Honório, santo, 32.
Hospitalários (*ver Cavaleiros Hospitalários*).
Hugo, Victor, 540.
Hungria, 306, 492-93; peste na, 87; cruzada
na, 208-210; ameaça turca à, 493, 496; na
cruzada contra os turcos, 496, 500 (*ver
também Sigismundo*).
Hus, Jan, 301, 311, 442, 487, 536.
hussitas, 440, 442; guerras, 537.
Hutin de Vermeilles, 420.

Igreja: e autoridade secular, 7; riqueza da, 8,
26-7; universalidade da, 25; centro da
vida medieval, 32-35; salvação pela, 33;
caridade da, 34; seitas em protesto contra,
35-36; depois da peste, 114-15; descon-
tentamento com a, 115, 290; e os campo-
neses, 160; depois das guerras inglesas,
182, 207; atitude para com as mulheres,
194-5; casamento na, doutrina do, 196;
hábitos religiosos dos nobres, 217-8; des-
contentamento inglês com a, 262, 264-5;
declínio da fé na, 442; Concílio Geral
proposto, 475-77; as Doze Conclusões
Inglesas, 486-87; Católica Romana e
Gregá, separação, 492; no fim do século
XIV, 527; e os Concílios de Pisa, Con-
stança e Basiléia, 536 (*ver também clero; pa-
pado, cisma no papado*).
Igreja Grega (Ortodoxa Oriental), 492, 495.
Igreja Oriental; *ver* Igreja Grega.
ilha de Wright, 279.
Imagem do mundo, 55.
Império Bizantino, 490.
impressora, primeira, 594-5.
Índia, peste na, 88, 95.
indulgências, venda de, 26, 27, 114, 307.
Inferno, 33.
Inglaterra, Parlamento, 275, 352; dinheiro
para a guerra, 76, 77, 326-27; Estatuto
dos Trabalhadores, 113, 263, 269, 343;
desejo de paz com a França, 127; Bom
Parlamento, 261-2, 267-9, 271; os Lordes
excluem o clero dos altos cargos, 266-7;
impedimento de Latimer e Lyons, 268-9;
Parlamento impiedoso, 407.

Inglaterra; roupas na, 19-20; o dinheiro de São Pedro, 26; Guiena (Aquitânia) como feudo da, 43, 44, 45-6; população da, em 1339, 45-6; peste na, 87, 95; 101, 111, 181, 263; anticlericalismo, 115; negociações para promover a paz com a França, 127, 174, 273-275, 276; João II na, 156-7, 173, 184-5, 186-7; reféns franceses na, 171, 175, 177, 179-80, 182, 183-4, 187; ameaça espanhola à, 172; ataques franceses à, 173, 279-280, 327; bandidos na, 180-181; perda de possessões na França, 245-6; descontentamento com a Igreja, 262, 264-266; inquietação e desregramento, 262-264; camponeses livres, 263; no cisma papal, 305, 310-11; expedições à Bretanha e Picardia, 323, 326, 329-332; conversações de paz em Boulogne, 326-27; Revolta Camponesa, 341-47, 463; planos franceses para a invasão da, 387-90, 392, 396; decadência na, 523; conquistas de Henrique V, 532-35; fim do poder na França, 539-40; guerras com a França (*ver* Eduardo III; *Eduardo, Príncipe de Gales*; *Henrique V*).

Inocêncio III, papa, 103, 105.

Inocêncio VI, papa, 127, 128, 153, 186, 207.

Inquisição, 10, 41; franciscanos espirituais executados, 36; e feitiçaria, 239, 291; e os Irmãos do Livre Espírito, 291; e bruxaria, 468; e heresia, 536.

insurreições em Flandres, 324; na França, 324-26, 336; na Itália, 324 (*ver também revoltas dos trabalhadores*).

invenções, 10, 53.

Irlanda, peste na, 90.

Irmandades (ou confrarias), 38-39.

Irmãos da Vida Comum, 443-44.

Irmãos do Livre Espírito (*ver* Begardos).

Isabeau da Baviera, mulher de Carlos VI, xvi, 458-59, 473, 481, 501; planos para seu casamento, 380-83; entrada em Paris e coroação, 415-17; filhos, 448, 469; e a loucura de Carlos VI, 467, 468; nos últimos anos, 469-70, 526; e o Tratado de Toytes, 532.

Isabel, filha de Carlos VI, mulher de Ricardo II, 485.

Isabel, filha de João II, mulher de Gian Galeazzo Visconti, 176, 235.

Isabel, mulher de Eduardo II, 43.

Isabel de Inglaterra, filha de Eduardo III, mulher de Enguerrand VII de Coucy, 227, 240, 272; noiva de Luís de Male, 73, 85, 189, 320; infância, 188-9; noiva de Bérard d'Albret, 189-190; extravagâncias, 190, 203; casamento com Coucy, 191, 203-204; nascimento de filhas, 203, 204; visita Clarence em Paris, 220; na Inglaterra, 228, 259-260, 261, 270, 277, 278; separação do marido, 278-9; morte, 322.

Isabel de Kent, 154.

Itália: viagem à, 53; comerciantes banqueiros e emprestadores de dinheiro, 71, 76; crise econômica, 76; peste na, 76, 87, 92-94; terremoto (1348), 91, 95; Grandes Companhias na, 152; Hawkwood e a Companhia Branca na, 207-08, 231, 233-38; política da, 229, 294-95; mapa, 234.

Ivã Shisman, czar búlgaro, 492.

Jacobã Felicie, 199.

Jacopo del Verme, 296, 381.

Jacquerie, 158, 163, 346.

Jacques, Jacques Bonhomme (camponês), 162.

Jarreteira, Ordem da, 121, 129, 203; Damas da, 189.

Jean de Condé, 194.

Jean de la Roquetaillade, 181, 338.

Jean de Meung, 192, 201, 438-39 (*ver também Roman de la Rose*).

Jean de Montreuil, 438-9.

Jean de Venette, 78, 85, 91, 110, 142, 155, 162, 166, 181, 187, 280.

Jean le Bel, 64, 163.

Jean le Gras, 348.

Jean le Mercier (*ver* Mercier, Jean le).

Jeanne de Bourbon, mulher de Carlos V, 197, 283, 289, 315, 383.

Jeanne de Borgonha, mulher de Filipe VI, 43, 71.

Jeanne de Luxemburgo, 425.

Jeanne de Penthièvre, mulher de Charles de Blois, 69, 70, 320.

Jeanne, filha de João II, mulher de Carlos de Navarra, 124.

Jehan de Blois, 70.

Jens, 256, 258.

Jerônimo, são, *Vidas dos Pais*, 57.

Joana d'Albret, rainha de Navarra, 541.
 Joana d'Arc, 202, 437, 448; carreira de, 534-35.
 Joana de Bar, filha de Roberto, mulher de Luís de Luxemburgo, 541.
 Joana, filha de Carlos V, 183.
 Joana, filha de Carlos VI, 447.
 Joana, filha de Luís X, rainha de Navarra, 43, 93.
 Joan, condessa de Holanda, a Bela Donzela de Kent, mulher do Príncipe Negro, 191, 212, 250, 275.
 Joana, filha de Eduardo III, 93, 188, 189, 270 n.
 Joana, rainha de Nápoles, 185, 303, 305, 309, 347, 374.
 Joana da Baviera, mulher de Venceslau IV, 441.
 João I de Castela, 306.
 João II de França, caráter e início do reinado, 118-121; Ordem da Estrela, 121-123; e Carlos de Navarra, 124, 126, 132, 145; negociações de paz, 127; e invasão inglesa, de 1355, 131-135; caso de Ruão, 132-133; batalha de Poitiers, 135-140; capturado pelos ingleses, 140, 143; em Bordéus, 151; prisioneiro na Inglaterra, 155, 156, 173, 174; resgate, 156, 171, 175, 177, 182, 187, 267, 440, 449; e o Tratado de Londres, 171; e termos do tratado de Brétigny, 176; combate os Tard-Venus, 185; em Avignon, 185, 186; retorno à Inglaterra, 186, 187; morte e funeral, 187.
 João V Paleólogo, imperador bizantino, 231, 491, 495.
 João VI Cantacuzeno, imperador bizantino, 93, 98, 491.
 João VII Paleólogo, imperador bizantino, 492.
 João XXII, papa, 27, 36, 40, 44, 291.
 João XXIII, papa (Baldassare Cossa), 536.
 João, rei da Boêmia, (o Cego), 21, 60, 61, 82, 287.
 João o Apóstolo, Apocalipse, 89, 95.
 João Crisóstomo, são, 103.
 John de Fordun, 92.
 John de Gaunt (*ver Lancaster, duque de*).
 John de Pomuk, 441.
 John de Reading, 180.
 John de Salisbury, 60.

John de Trevisa, 180.
 Joigny, conde de, 459.
 Joinville, Sire de, 35, 65.
 Jonquières, 112.
 Jorge, são, 122.
 Jubileu, ano, 1350: 114, 115; 1450: 537.
 judeus: conversos, 27; como agiotas, 37, 104; ressentimento contra, de Pastoureaux, 40; perseguição dos, 40, 102, 109; responsabilizados pela peste, 102, 105-107; direitos dos, 103; acusados de assassinato ritual, 104; Talmude julgado por heresia, 105; distintivos usados pelos, 105; relações sexuais com cristãos proibidas, 111; e o resgate de João II, 175-177; atacados nas revoltas dos trabalhadores, 338, 340, 348, 349; na Espanha, 424; *pogrom* em Praga, 441.
 julgamento por combate, 13.
 Jura, montanhas, 255.

Karle, Guillaume (*ver Cale, Guillaume*).
 Katrei, Schwester, 291.
 Kempe, Margery, 202.
 Kent, revolta camponesa em, 342.
 Knighton, Henry, 20, 93, 115.
 Knollys, Sir Robert, 153, 154, 172, 241, 243, 330, 345.
 Kossovo, batalha de, 491, 492.

La Chaise-Dieu, 461.
 La Charboterie, 135.
 La Fère, 9, 58, 321, 525.
 La Grange, Jean de, cardeal de Amiens, 303, 340, 461, 472.
 Lambe, James, 319.
 Lancaster, Henry, duque de, 174, 175, 182, 262, 267, 466; campanha de 1355-56, 128, 129, 131, 133, 136, 143, 151; carreira, 130, *Livre des saintes médecines*, 130, 466.
 Lancaster, Henry de (*ver Henrique IV*).
 Lancaster, John de, duque de, 182, 242-44, 248, 261-270, 387, 392, 445, 446, 496; expedição a Aquitânia, 246; e a reforma religiosa, 266; despesas em Bruges, 266; oposição do Parlamento, 267, 269, 272; poder no governo, 268; como Regente, 271, 272, 275; defesa de Wyclif, 275-300; na Bretanha, 322, 330; denun-

- ciado na Revolta Camponesa, 344; esforços de paz, 448, 465, 466; e o casamento francês de Ricardo II, 488.
- Langland, William, 268, 273, 277, 328; *The Vision of Piers Plowman*, 8, 30, 98, 101, 110, 262, 404, 406.
- Languedoc, 207, 282, 418; insurreições, 323, 332, 354; avanço de Carlos VI no, 421.
- Laon, 112, 163, 337, 362; Catedral, 6.
- Laon, bispo de, 520.
- Laon, cardeal de, 404.
- La Rochelle, 184, 245.
- Latimer, Lorde, 268, 272.
- latim, estudo do, 850; traduções, 57; Luís de Orléans compreendia o, 404; ignorância do, 476 (*ver também linguagem*).
- La Tour Landry, Geoffroy de, 57, 125, 193, 197, 297; sobre o amor cortesão, 64.
- Laupen, 252, 256.
- Laval, Sire de, 395, 396.
- Lefèvre, Baudet, 393.
- Le Fèvre, Jean, 368, 369, 460.
- legitimização dos filhos, 26.
- lei sálica, 43.
- Leopoldo I, duque da Áustria, avô de Enguerrand VII, 44, 45.
- Leopoldo III, duque da Áustria, 228; campanha de Coucy contra, 251, 253, 255; morto em Sempach, 400.
- Leopoldo IV, duque da Áustria, 502.
- leprosos, 40, 102.
- Le Puy, 325.
- Leulinghen, conversações de paz em, 465, 467.
- Lewes, 279.
- Liga Latina, 494, 495.
- Liga Pontifical, 232, 233, 238.
- Limbourgh, irmãos, 220.
- Limoges, 242, 243.
- Limoges, cardeal de, 303, 309.
- Lindsay, Catarina, de Baliol, 14, 180.
- linguagem: supremacia do francês, 21; a peste estimula o vernáculo, 97, 180; problema para o inglês, 180, 203 n., 466.
- literatura, 57 (*ver também livros*).
- Lituânia, 493.
- livros, 57; sobre trabalhos domésticos e etiqueta, 48; dicionário biográfico, 57; livreiros de Paris, 148; biblioteca de Carlos V, 220; reprodução de e público leitor, 414, 462; de propriedade de Coucy, 414; biblioteca de Gian Galeazzo Visconti, 480; impressos, 540.
- Livro de Horas, 218, 480; Belles Heures, 220; Très Riches Heures, 97, 220.
- Lívio, 120.
- Lolardos, 266, 310, 343, 346, 473; Doze Conclusões, 486, 487.
- Lombardia, peste na, 176; Grandes Companhias na, 205, 207.
- Londres: peste em, 89, 94, 182; ponte de, 21.
- Longueville, conde de, 175.
- Lorena, duque da, 82, 516.
- Lorenzetti, Ambrogio, 94, 150.
- Lorenzetti, Pietro, 94.
- Lorraine, Ferry de, 516.
- Lorris, Robert de, 120, 165.
- Lot, Ferdinand, xvi.
- Lotário da Saxônia, 115.
- loucura (desordens mentais) 52, 514.
- Lucca, 101, 295, 371; Universidade de, 111.
- Luce, Simeon, xviii.
- Lucerna, 253, 256.
- Ludendorff, gen. Erich von, 542.
- Luís, imperador, 45.
- Luís I, o Grande, da Hungria, 493.
- Luís II, 481, 526, 541.
- Luís VI, 10.
- Luís IX (são Luís), 12, 35, 83; e Enguerrand IV, 13-14; canonização, 21; e os judeus, 40, 104; condena torneios, 62; cruzada de, 65, 427, 431.
- Luís X, 40, 43, 124.
- Luís XIV, 541.
- Luís XVI, 541.
- Luís de Luxemburgo, 541.
- Luís d'Orléans (*ver Orléans, Luís, duque de*).
- Lull, Ramon, 59.
- Luna, Pedro de, cardeal, 302, 466, 474, 477-478 (*ver também Bento XIII, Antipapa*).
- Lusignan, Leão V de, rei da Armênia, 465.
- Lusignan, Pedro de, rei de Chipre, 494, 495.
- Lyon, 88, 185.
- Lyons, sir Richard, 268, 345.
- Lys, rio, travessia do, 355, 357.
- magia, 52, 292.
- Maguelonne, 115.
- Mahaut de Saxe, 12.

- Mahdia, 463; sítio de, 430, 434, 501.
 Maillart, Jean, 169.
 Maiollotins, 349, 353, 355, 361, 460.
 Mainz, 300, judeus em, 108-9.
 Majorca, rei de, 82.
 Malatesta, família, 291.
 Male, Louis de (*ver Flandres, conde de*).
 Maxlines, 356.
 Malleus Maleficarum, 536.
 Malory, Sir Thomas, 540.
 Manny, Sir Walter, 172.
 Mantua, 238.
 Manuel II Paleólogo, imperador bizantino, 492, 500, 505.
 mão-de-obra, efeitos da peste sobre a, 112, 113; greves, 112; leis sobre a, 113, 269, 343; agrícola, 159, 160 (*ver também classe trabalhadora*).
 Maomé II, sultão, 525, 540.
 Marc, Perrin, 157.
 Marcel, Aimerigot, 206.
 Marcel, Etienne, 146, 157, 174, 363, 530; representa o Terceiro Estado, 144, 150, 151; usa violência em Paris, 157, 158, 168; e a Jacquerie, 158, 165, 166; morte, 169-70.
 Marcel, Marguerite, 146.
 March, Edmund Mortimer, conde de, 190, 267, 268, 269, 272.
 Marche, conde de la, na campanha de Roosbeke, 354.
 Marche, Jacques de Bourbon, conde de la: mais jovem cruzado de 1396, 498-9, 505, 511, 523.
 Marche, Jacques de Bourbon, conde de la, morto em Brignais em 1362, 185.
 Marcial le Vérit, 411.
 Marés, Jean de, 347, 349, 353, 361-2.
 Margaret, filha de Eduardo III, 270 n.
 Margarida de Brabante, 84.
 Marie, filha de Carlos V, 274, 276.
 Marle, Adèle de, mulher de Enguerrand I de Coucy, 9.
 Marle, Thomas de, 9, 10.
 Merle, 9, 58.
 Marmousets, 317, 405, 408, 455-6.
 Marselha, peste em, 88, 90, 115.
 Marsílio de Pádua, 21, 36, 264.
 Martel, Guillaume de, 454, 465.
 Martinho, são, 32.
 Martinho V, papa, 536.
 Martínez, Ferran, arcebispo, 424.
 Martini, Simone, 28.
 Mary, filha de Eduardo III, 270 n.
 matrimônio, 192; na família real e famílias nobres, 45; aumento de, depois da peste, 110; papel da mulher no, 195, 198; doutrina da igreja sobre, 196; autoridade do marido no, 197, 198, 200.
 Matthew de Westminster, 71.
 Maupoivre, Geoffrey, 514, 518, 519.
 Mauron, 123.
 Mazarin, cardeal, 541.
 Meaux, Jacquerie em, 165-6.
 Meaux, Visconde de, 249.
 Medici, família, 336.
 medicina, estudo da, 56, 57; astrologia na, 96; na peste, 96-97, 98-100; anatomia e dissecação na, 99; teoria dos humores, 99-100.
 medicina árabe, 96, 97.
 médicos, situação dos, 51, 99; na peste, 94, 96-97, 98-101; mulheres, 199.
 Ménagier de Paris, 57, 196, 197, 198, 361.
 mendigos, 51, 148.
 mensageiros, 53.
 Mercier, Jean le, 249, 321, 323, 340, 394, 397, 405, 418, 419; prisioneiro, 455-456.
 Merlin Merlot, 161.
 Messina, peste em, 87, 88, 97.
 Metz, Gautier, 55.
 Mézières, Filipe de: cruzada, 288, 411, 487, 495, 500, 523; declínio dos cavaleiros, 401; sobre a corrupção da época, 404; como tutor real, 404, 436; sobre as desgraças da Picardia, 408; sobre a paz, 464; morte de, 524.
 Michelet, Jules, 69, 77, 156, 305, 497.
 milagres (peças), 286-87, 534.
 Milão, 230, 295, 370, 371, 445; peste em, 101, 176; casamento de Violante Visconti e o duque de Clarence, 221, 223-224; descrição, 223; guerra da Liga Pontifical contra, 232, 236-238; golpe de Gian Galeazzo, 381; elevado a ducado, 481; catedral de, 462, 480 (*ver também Visconti, Bernabò, Galeazzo e Gian Galeazzo*).
 Miracles de Notre Dame, 33, 287.
 Mircéia, governante de Valáquia, 492.
 místicos, seitas, 35, 290, 291, 443.
 Moisés ben Jacob de Coucy, rabino, 105.
 Molay, Jacques, 42-3.
 Moldávios, 491.

Monge de St. Denis, autor da Crônica do reino de Carlos VI, citada, 307, 308, 338, 341, 350, 353, 361, 366, 383, 392, 394, 403, 415-6, 443, 459, 503, 508, 510, 515. monges, críticas aos, 30-31; lutas e brigas, 295.

monjas, 198.

Monreale, Fra, 152.

Mons, 126.

Montagu, Jean de, 455.

Montbéliard, conde de, 228.

Mont Cenis, passo de, 53, 370.

Montferrat, marquês de, 224, 233.

Montfort, João III, conde de, e duque da Bretanha, o velho, 69-71.

Montfort, João IV, conde de (*ver Bretanha, duque de*).

Montfort, Jeanne de, 199.

Montfort, Jeanne de Flandres, condessa e duquesa da Bretanha, mulher de João III, 70-71.

Mont Giscar, 129.

Montgomery, sir John, 94.

Montichiari, batalha de, 236-7.

Montjoie, conde de, 305.

Montpellier, 318, 421; peste em, 88, 89, 94, 112; insurreição e castigo, 325; Universidade de, 10, 99, 183, 291.

Montson, Jean de, 442.

Morbecque, Denis de, 140.

Morgarten, 252.

Mortagne, 320.

Mortaigne, 329, 341.

morte, personificação na arte, 116; culto da, 457, 461, 533; dança da (*Danse Macabre*) 460, 534.

Mortimer, Edmund (*ver March, conde de*).

Mortimer, Roger de, 68.

mouros, 211.

muçulmanos: comércio com os, 27, 37, 186; distintivos usados pelos, 105 (*ver também Turcos*).

mulheres, 191; na lei sálica, 43; na literatura e tradição, 47, 50, 193-198, 201-202; como mães, 47-49; educação, 50; tratamento de beleza, 51, 191; viagens, 54; no amor cortês, 62, 198; camponeses, 160, 199; comportamento, 191-193; sexualidade, 192-196; atitude da Igreja para com as, 194-195; papel no casamento, 195-197-8; como megeras, 197; a paciente Griselda como tipo, 197-8; situação das,

197-198-200; taxa de mortalidade, 199; como professoras ou médicas, 199; nos ofícios, 199; administração da casa, 199, 200; nas peças milagrosas, 286-7; como místicas, 291; na feitiçaria, 292.

mundo, conceito medieval do, 55-57.

Murad I, sultão, 491, 495, 511.

música, 50, 56.

Mussi, Giovanni de, 366n.

Naillac, Filiberto de, Grão-Mestre dos Hospitalários, 502, 509.

Najera, batalha de, 213.

Nantes, 70, 332, 334.

Napoleão III, 541.

Nápoles, reino de, 309; e o cisma, 305, 311; descrição, 309; campanha do duque d'Anjou pelo, 364-367, 373-5, 377; Luís II d'Anjou coroado rei, 419-20 (*ver também Joana, rainha de; Carlos III, rei*).

Nápoles, Universidade de, 10.

Narbonne, 79, 88, 102; ataques do Príncipe Negro, 129.

Narbonne, altar, 226.

Natouillet, Sire de, 459.

Navarra, Henri de, 423 (*ver também Henrique IV*).

navios, 54; na guerra, 67, 77; defeitos, 245.

Nesle, Guy de, 123.

Nesles, Jean de, Sire d'Offemont, 58.

Nevers, João de (*ver Borgonha, João, duque de*).

Nevers, Luís de (*ver Flandres, conde de*).

Nevers, Filipe, conde de, 532.

Nevill, Lorde, 269.

Nicolau, são, 32.

Nicópolis, 493, 505-506; batalha de, 504, 512.

Nidau, 256.

Nidau, conde Rudolph de, 256-7, 259.

Nîmes, 79, 325, 421.

nobres (nobreza): nas guerras, 9, 11, 15, 16-17, 59-61; como Segundo Estado, 15; funções, 15, 17-18; tributação e isenções, 16; no sistema feudal, 17; pequeno castelo, 17; número de, na população, 17; enobrecimento de plebeus, 17-18; desaparecimento de famílias nobres, 18-19; roupas, 19-20, 217-8; filhos, 48; cotidiano, 61-2, 216-7, 409-410; hostilidade para com a burguesia, 146-7; nas Grandes

- Companhias, 153-4; e a Jacquerie, 163-168; costumes religiosos, 217-8 (*ver também cavalheiros*).
- Nogent, abadia beneditina de, 8, 10, 22, 251, 518, 520.
- nominalismo, 36.
- Norfolk Thomas Mowbray, duque de, ex-conde de Nottingham, 412-413, 486-488.
- Normandia, 277, 290, 323; invasão inglesa da, 78, 128, 130-1, 133-4, 142; peste na, 88, 91-92; Grandes Companhias na, 207; campanha de Carlos V contra Carlos de Navarra, 317-319; protestos contra ajuda ao governo francês, 339, despovoamento, 408; conquista inglesa da 532; retomada francesa da, 539.
- Normandia, duque da, 78.
- Norwich, bispo de (*ver Despenser, Henry*).
- Notre Dame de Chartres, 514.
- Notre Dame de Liesse, 457, 519.
- Nottingham, conde de (*ver Norfolk, Thomas Mowbray, duque de*).
- Novella d'Andrea, 199.
- Noyon, bispo de, 472, 474, 520.
- Oderico, arcebispo de Reims, 8.
- Odette de Champdivers, 469.
- Oisy, castelo de, 46.
- Oisy-en-Cambresis, 58.
- Orange, Universidade de, 111.
- Orcagna, Andrea, 117.
- Orchan, sultão, 491.
- Ordelauffi, Francesco, 125, 231.
- Ordelauffi, Ludovico, 125.
- Ordelauffi, Marcia, 199.
- Ordem da Coroa, 322.
- Ordem da Dama Branca, 506.
- Ordem da Estrela, 121-2, 142.
- Ordem da Jarreteira (*ver Jarreteira*).
- Ordem da Paixão de Jesus Cristo, 495.
- Oresme, Nicole d', 220, 293.
- Orgement, Pierre d', 165, 276, 340, 362.
- Oriflamme, 137, 139-140, 354.
- Orléans, 362, 535.
- Orléans, Luís, duque d', (Duque de Touraine), irmão de Carlos VI, 362, 397, 427, 437, 458, 487; personalidade e hábitos, 404-405, 427; na visita real a Avignon, 418, 420; e a campanha da Tunísia, 429; e o reino de Ádria, 445, 471-473; e a propriedade de Blois, 447; irritado por Craon, 450-451; e a loucura do rei, 453-455; e a demissão de Clisson, 456; na Dança dos Selvagens, 459, 460; Regente, 469, 482; assassinado, 469, 529; e Génova, 474, 478, 481; e Bento XIII, 483; e a cruzada contra os turcos, 496, 498-99; exílio de sua mulher, 501; ajuda a Coucy, 505, 506-07, 520; compra o domínio de Coucy, 525; seu castelo de Pierrefonds, 541.
- Orléans, Filipe, duque d', irmão de João II: na batalha de Poitiers, 137, 139, 141; refém na Inglaterra, 175, 179, 184.
- Orléans, Filipe, duque d', irmão de Luís XIV, 541.
- Orléans, Filipe Égalité, duque d', 541.
- Orléans, Valentina Visconti, duquesa d', mulher de Luís d'Orléans, 445; realizações e casamento, 415; opulência, 458; e Carlos VI, 467-468; contribuições para a catedral de Milão, 480-481; calúnia, exílio e morte, 501.
- Orsini, cardeal, 302, 303.
- Orsova, 504.
- Orvieto, 110.
- Osman, 490.
- Otomanos, turcos (*ver Turcos*).
- Owen ap Rhys, 250.
- Owen de Gales, 245, 249, 257; assassinado, 319-20.
- Oxford, 10, 111, 310; motim estudantil, 125.
- Oxford, conde de, na batalha de Poitiers, 138.
- Oxford, Filipa, condessa, de (*ver Coucy, Filipa de*).
- Oxford, Robert de Vere, conde de, 260, 405-407.
- padres (*ver clero*).
- Pádua, Universidade de, 10.
- pajens, 50.
- Pampeluna, cardeal de, 484.
- papa (*ver papado; nomes dos papas*).
- papado: em Avignon (*ver Avignon*); riqueza do, 25-26-27-28; luxo do, 28; papa e imperador, 36; Estados Pontificais, 229-230; ressentimento inglês com o, 231, 264; tentativa de volta a Roma, 231-32,

- 301; hostilidade italiana ao, 294-5, 296-7; controvérsias sobre o, 535-36-37, *ver também cisma no papado*.
- Paraíso terrestre, 55.
- Paris, 78; peste em, 88, 89, 96; 181; população, 146; descrição de, 146-9; Marcel usa violência em, 157-8, 168-9; Eduardo III ameaça, 174; depois das guerras com os ingleses, 183; visita do imperador Carlos IV, 281-5, 287-289; Louvre, 220-221, 288 no cisma papal, 309; revoltas de trabalhadores em 338-342, 348-350, 352-353, 360-63; declínio dos arredores de, 408; entrada e coroação de Isabeau de Baviera, 415-417; Igreja dos Inocentes, 460, 461; ocupação inglesa, 534; reconquistada, 535; condições em 1439, 538
- Paris, Universidade de, 10, 2, 43, 108, 109, 147-8, 199, 288, 413, 437, 455, 526; relatório sobre a peste, 96-97; declaração sobre demônios e feitiçaria, 293; no cisma papal, 304, 305, 309-311; Aubriot denunciado pela, 340-41; cancelamento da isenção fiscal, 405; na e a imaculada conceição da Virgem, 442; venda de diplomas, 463; conclave sobre magia negra, 468; e o Caminho da Abdição, 471-5; oposição a Bento XIII, 482, 485.
- Passchendaele, 357.
- Pastoureaux, movimento dos, 39-40.
- Pátio dos Milagres, 405.
- Paulo, são, 194.
- Pavia, 371; castelo de Galeazzo Visconti, 222; universidade, 111.
- Paz de Arras, 535.
- pecado, 463; a peste como castigo do, 98; e as mulheres, 194, 197; e sexo, 196; sodomia, o maior, 196; personificação do, 196.
- peças: litúrgicas e populares, 287; desfiles, Tomada de Jerusalém, 286, 288; Queda de Tróia, 417. (*ver também milagres*).
- Pedro, são, 52.
- Pedro IV de Aragão, 93, 306; filho, 322.
- Pedro, o Cruel, rei de Castela, 189, 210, 212-213, 217, 241, 267, 424.
- Pedro de Luxemburgo, 488, 519.
- Pelayo, Alvar, 27.
- peles, 149, 217.
- Pembroke, conde de, 244.
- Penthièvre, Jean de, 395.
- Pequena Era Glacial, 24.
- Percy, Sir Harry, (Hotspur), 394.
- Percy, Sir Henry, marechal, 272, 275.
- Percy, Lorde Thomas, 273-4, 330.
- peregrinações, 27, 54, 113-14.
- Périgord, condessa do, 25.
- Pero Niño, Don, 21; descreve batalha, 59-60; descreve vida de nobre, 409-410.
- Perrers, Alice, 259, 261, 262, 267, 272, 276.
- Perroy, Edward, xiii, xv.
- Perugia, 321; universidade, iii.
- Peruzzi, banqueiros, 76.
- pessimismo, 155, 226, 462, 534; profecias de ruína, 181; e declínio da cavalaria, 402; e condições econômicas, 408-9; depois da cruzada turca, 523.
- Peste Negra, xiii, 87, 464; na Itália, 76, 88, 90, 94, 101; origem na Ásia, 88, 95; mortes pela, 88, 90, -3, 94; na Inglaterra, 88, 94, 109, 180, 182, 264; na França, 88, 11, 180, 183; causas e contágio, 95, 97; como ira de Deus, 97, 981 tratamento ou prevenção, 99, 101, 239; judeus responsabilizados pela, 102, 105, 108; condição humana depois da, 108, 117, 125; população depois da, 111; reaparecimento da, 176, 180, 238, 263, 461, 522.
- Petrarca, 33, 57, 197, 364; descrição de Avignon por, 28-29; irmão e peste, 90; morte de Laura na peste, 93; sobre a Universidade de Bolonha, 111; sobre Roma, 113; sobre Poitiers, 142; sobre a França depois das guerras com os ingleses, 183; sobre as mulheres, 195; na corte de Visconti, 222, 274, 480; no casamento de Clarence, 224; pessimismo, 226; sobre a eleição de Urbano V, 230; morte, 239; sobre os copistas, 413.
- Pevensey, castelo de, 280.
- Philpot, John, 323.
- Piacenza, 238, 239.
- Picardia, 7, 107, 213, 214, 241, 274, 277, 369; peste na, 91, 181; Jacquerie na, 163, 166; marcha de Eduardo III pela, 172; festival de cisnes, 217; Coucy comanda campanha na, 330, 332; devastação, 408; depois da conquista inglesa, 533.
- Piedmont, 371.
- Pied Piper, 95.
- Pierrefonds, castelo de, 541.
- Piers Plowman (*ver Langland, William*).
- Pietramala, 372, 375, 376.

- Piratas da Barbária, campanha contra, 422, 427, 429.
- Pisa, 295, 371; peste em, 89, 101, 239; Camposanto, Vitória da Morte, 116.
- Pisano, Andrea, 94.
- Pistóia, 101.
- Pitti, Buonaccorso, 349, 388.
- Plymouth, 279.
- pobres: caridade aos, 34; lavagem dos pés, 35; os ricos como inimigos dos, 37, 39, 40; rebeliões dos, 38, 40; mortes da peste, 92, 93.
- pobreza como ideal religioso, 31; movimentos em favor da, 35, 290.
- Poilevain, Jean, 120.
- Poissy, 78.
- Poitiers, Aimery, 459.
- Poitiers, batalha de, 135, 140, 530; consequências da, 141, 142, 151, 153; "Lamento da batalha de Poitiers", 141, 142.
- Polo, Marco, 10, 21, 55.
- Polônia, 306, 493; fome na, 24, 25; quarentena contra a peste, 101.
- Polychronicon, 56.
- população: antes da peste, xiv, 46; distribuição etária, 50; efeitos da peste, 111; em 1390, 461; em 1440, 538.
- Porete, Marguerite, 291.
- Portsmouth, 77, 279.
- Portugal, 306.
- poulaines (*ver sapatos pontudos*).
- Praga, 248; pogrom em, 441; universidade, 111.
- Prémontré, abadia de, 10.
- Prigano, Bartolomeo (*ver Urbano VI*).
- Prignano, Francesco, 306.
- Primeiro Estado, 15.
- Príncipe Negro (*ver Eduardo, Príncipe de Gales*).
- Provença, judeus na, 105; plano de união com a França, 185, 186.
- Preboste dos Comerciantes, Paris, 146, 147, 150.
- Prússia, 496.
- Ptolomeu, 57.
- Pulteney, sir John, 94.
- Quatre Valois, 524.
- Queda, do Homem, 194.
- Quimper, 70.
- Rachowa, Oryekova, 505, 508, 511.
- Radcot, batalha da ponte de, 407.
- Raims, 107, 112, 526; catedral, 6; são Remígio, primeiro bispo de, 8; Coucy originalmente feudo de, 8; Eduardo III não consegue entrar em, 174; ataque inglês contra, 331; coroação de Carlos VII, 535.
- Ramsay, abadia de, 112.
- Rapondi, Dino, 521, 522.
- Raymond de Capua, padre, 298, 300.
- Reims, diocese, guerra contra, 11.
- reis, impostos como obrigação aos, 15; casamentos reais, 45; fidelidade aos, 69.
- reliquias, 12, 13, 44, 59, 114; venda de, 31; coleção de Carlos V, 220; coleção do duque de Berry, 390.
- relógios, 52.
- Remígio, são, 8.
- Renart le Contrefait, 146.
- Reno, 255.
- resgate: em torneios, 62; de prisioneiros de guerra, 76, 78, 119; depois da batalha de Poitiers, 140, 141, 142; de João II, 156, 171, 175, 177, 181, 187, 267, 446, 449; depois da cruzada turca, 513, 517, 530-31.
- Revolução Camponesa, 341, 346, 463.
- Ricardo II da Inglaterra, 208, 243, 267, 391, 397, 413, 446, 464, 499; como herdeiro legítimo, 271-2; torna-se rei, 277; planos para seu casamento, 326, 328, 380; na Revolta Camponesa, 344, 346; caráter, 406; resiste aos Lordes Apelantes, 407; e o conde de Oxford, 405, 407; tentativas de paz, 465, 485; segundo casamento, 485; encontro com Carlos VI, 488; deposto, 526.
- Rieder, Hannes, de Berna, 217.
- Rienzi, Cola di, 90, 152, 169.
- Rimini, 295.
- Ringois, Enguerrand, 173, 184.
- Rivière, Bureau, de la, 249, 282, 273, 407, 453; colega de Coucy nas conversações com os ingleses, 273, 323, 326, 446; colega de Coucy na campanha da Normandia, 317; na morte de Carlos V, 334; objeto de inimizade dos duques, 339-340, 419; enviado a Montfort, 398; reconquista autoridade, 405; deposto e preso, 456; pretensões da viúva contra Coucy, 456.
- Robesart, cônego de, 170, 228, 277.

- Roberto de d'Anjou, rei de Nápoles, 364, 365.
 Roberto, o Eremita, 465, 467, 488.
 Robin Hood, 263.
 Robsart, Amy, 277 n.
 Rocamadour, 468.
 Roque, são, 101, 102, 534.
 Rohan Master, 226.
 Roma: peste em, 88; Ano Jubileu de 1350, 113-114; decadência e desordem em, 231-32; conclave de cardeais em 1378, 301-02; papado retorna a, no cisma, 301-03.
 Roosebeke, batalha de, 357, 359, 360.
 roupas, 51; leis suntuárias, 19-20; e situação social, 19-21; dos nobres, 19-21, 217-18; dos papas, 27; do clero, 29; das mulheres, 191.
 Rousse, Jean, 310.
 Roussi, conde de, 167, 170.
rouitiers, 206.
 Roye, Matthieu de, Sire d'Aunoy, 58, 131, 170; refém na Inglaterra, 175, 187.
 Roye, Renaud de, 507.
 Ruão, 79, 317, 318, 340, 361; Cem Pares, 38; peste em, 97, 112; João II aprisiona Carlos de Navarra, 132-133; construção de navios, 244; Harelle (revolta de trabalhadores), 347-48, 350, 353-55; sítio de, 532; Joana d'Arc queimada, 535; população em meados do século XV, 538.
 Ruão, arcebispo de, 323.
 Rue, Jacques de, 316.
 Rumenos, 491.
 Rupert, conde da Baviera, 512.
 Rupert do Palatinado, 108.
 Rupprecht, príncipe da Baviera, 542.
 Russell, J.C., xv.
 Rússia, peste na, 88, 91.
 Rye, ataques franceses a, 174, 279.
 Sachetti, Franco, 231, 401, 402.
 Sacro Imperador Romano, poder do, 281 (*ver também* Carlos IV; Venceslau).
 Sade, marquês de, 470.
 sadismo no teatro, 286, 534.
 Saïmpy, Jean de, 507.
 Sains, Jean de, 472.
 St. Aubin, propriedade de, 321.
 St. Denis, abadia de, 157, 283, 414.
 St. Eustache, cardeal de, 235.
 St. Gobain, castelo de, 11, 321; floresta de, 22.
 St. Ingelbert, desafio de, 412.
 St. Lambert, castelo de, 321.
 St. Leu, 163.
 St. Malo, 322.
 St. Médard, abadia de, 370.
 St. Omer, 323; trabalhadores têxteis, 112.
 St. Ouen, abadia de, 348.
 St. Pol, conde de, 82.
 St. Pol, Guy, conde de, 175, 182, 424.
 St. Pol, Waleran, conde de, 394, 396, 425, 488.
 St. Pol, palácio de, 46, 221, 515.
 St. Quentin, 337.
 St. Romain de Tarn, 184.
 St. Sauver-le-Vicomte, canhão usado em 249.
 Santíssima Trindade, 518, 520, 525, 541; dotações para missas, 519.
 santos: patronos, 32; intercessão dos, 44.
 Salisbury, condessa de, e Eduardo III, 64, 65.
 Salisbury, William de Montacute, 1.º conde de, morto em 1344, 65.
 Salisbury, William de Montacute, 2.º conde de, 129; em Poitiers, 138; como lolardo, 266; nas conversações com Coucy, 274.
 Salutati, Coluccio, 371.
 Saluzzo, marquês de, 233.
 Sancerre, Jean, conde de, morto em Crécy, 82.
 Sancerre, Louis, marechal, 259, 284, 329, 354, 355, 360, 384.
 sapatos: de ponta, 20, 51, 230, 240, 265.
 sarracenos, 422 n., 431-433.
 Savona, 479, 480, 482.
 Savóia: judeus na, 106; peste na, 176; Grandes Companhias, 205; Coucy 229.
 Savóia, Amadeu V, conde de, 44.
 Savóia, Amadeu VI, conde de (Conde Verde), 205, 221, 495; campanha contra Visconti, 229, 233-6, 237-38; aliado do duque d'Anjou, 365-367.
 Savóia, Amadeu VII, conde de (Conde Vermelho), 389, 420, 458.
 Savóia, casa de, 44-45.
 Scheldt, rio, 388-89, 392.
 Schiltberger, 504, 514.
 Schleswig, catedral, 538.
 Schoensteinbach, convento de, 252.

- Schwyz, 252, 256.
 Scott, sir Walter, 178.
 Sebastião, são, 32.
 Segunda-Feira Negra, 174.
 Segundo Estado, 15 (*ver também Nobres*).
 Seljúcidas, turcos, 490.
 Sempach, batalha de, 258, 387, 400.
 Senj (Segna), 502.
 Senlis, 339; Jacquerie em, 163-64.
 serviço postal, 53.
 sérvios (Sérvia), 491, 492, 509.
 servos, 159 direitos e deveres dos, 10; comutação 11; alforria dos de Coucy, 44-46.
 Serifontaine, castelo de, 409.
 sexualidade: das mulheres, 192-196; nos fabliaux, 193-194; das crianças, 438.
 Sforza, família, 291.
 Shakespeare, William, Henry V, 133.
 Shrewsbury, John Talbot, conde de, 539.
 Sicília, 364 n. (*ver Nápoles, reino de*)
 Sidrach, livro de, 56.
 Siena, 76, 110, 114, 295; peste em, 90; universidade de, 111; e a campanha de Arezzo de Coucy, 370, 371, 372, 373, 375, 376.
 Sigismundo, rei da Hungria, depois imperador, 525, resistência aos turcos, 492; pedidos de ajuda, 493, 496; caráter, 493, em cruzada contra os turcos, 500, 502-503, 505, 506-511, 514; resgate de cruzados, 521-522; convoca o Concílio de Constância, 536; e as guerras hussitas, 537.
 Simone de Covino, 87, 92, 109.
 simonia, 26, 29, 303.
 Síria, 37.
 Sismondi, J.C.L. S. de, xiii
 Sluter, Claus, 220, 461.
 Sluys, batalha naval de, 66, 67, 72.
 Soissons, 6; Coucy, conde de, 204-205; local da Santíssima Trindade, 428.
 Solothurn, 253.
 Somerset, John Beaufort, conde de, 429.
 Songe du Vergier, 277, 333.
 Soudic de lar Trau, 429, 434.
 soules (jogo de) 473.
 Southampton, 67, 77.
 Spinelli, Niccolo, 471.
 Stephen, Lazarevich, 510.
 Straford, John, arcebispo de Cantuária, 94.
 Strury, sir Richard, 270, 273, 486, 487.
 Sudbury, Simon, arcebispo de Cantuária, 269, 275, 344, 345.
 Suffolk, conde de, em Poitiers, 138.
 Suffolk, Michael de la Pole, conde de, Chanceler da Inglaterra, condenado pelo Parlamento Impiedoso, 407.
 Suger, abade de St. Denis, 9, 10.
 Suíça: peste na, 88; judeus na, 106; luta contra os Habsburgos, 252, 258; campanha de Coucy na, 253-258; mapa, 254.
 Sully, Maximilien de Bethune, duque de, 470.
 Sundgau, 252.
 Swynford, Katherine, amante e depois mulher de John de Gaunt, 267, 274.
 Talleyrand de Périgord, cardeal, 135-136, 230, 264.
 Tamerlão, 524.
 Tancarville, conde de, 185-186.
 Tard-Venus, 176, 185, 205, 207.
 Tarlati, família, 372.
 Tauler, Johannes, 288.
 tcheco, nacionalismo, 440.
 teatro, 286, 534.
 Tebaldeschi, cardeal, 302, 305n.
 Tell, Guilherme, 252.
 Templários: eliminação dos, 40-42; maldição dos, 41, 42.
 tempo, medida do, 52.
 ténis, 473.
 Terceiro Estado, 7, 15, 132; busca controle constitucional, 144, 150-51, reféns para João II, 175, 182 (*ver também burgueses; comerciantes*).
 Tertre, Pierre du, 316.
 Teutônicos, Cavaleiros, 65, 130, 250, 506.
 têxtil, indústria, e guildas, 38; mão-de-obra na, 112; comércio, 72.
 Thann, mosteiro de, 252.
 Thomas a Kempis, A Imitação de Cristo, 444-45.
 Thomas de Pisano, 40, 293.
 Thompson, James Westfall, xii
 Throxford, Lady de, 189.
 Tirново, 492, 507.
 Tomás de Aquino, 10, 16, 21, 69, 103, 197, 437, 442, 463.
 toque de recolher, 51.
 torneios, 18, 61-62; em Cantuária, 189; freqüentado por desregrados, 191; St. Ingelbert, 412; Dijon, 426.
 tortura, 126, 222.

Toulouse, 41, 88, 421-423; universidade, 10.

Touraine, duque de (*ver Orléans, duque de*).

Tournai, 46, 92, 523.

Tours, 447.

trabalhadores, revoltas dos, 335-363; em Florença (Ciampi), 336; em Flandres, 336, 352, 354-360; na França, 337-341, 350, 352-353, 359-360; na Inglaterra (Revolta Camponesa), 341-346, 463; Cabochiens, 530, 532.

trabalhadores, nomes, 147; reivindicações, 335-336.

Traini, Francesco, Vitória da Morte, 116-117.

Transilvânia, 503, 509.

Tratado de Brétigny, 175-176, 184, 209, 213, 289, 446, 466, 487; anulação, 227, 246, 326.

Tratado de Calais, 177.

Tratado de Londres, 171.

Tratado de Troyes, 532.

trégua de Deus, 125, 209.

Tremoille, Guillaume de, 432; missão à Hungria, 496; e cruzada, 498;

Tremoille, Guy de la, 455, 456, 458; e invasão da Inglaterra, 394; e as *Cent Ballades*, 420; curado por Pedro de Luxemburgo, 425; em Mahdia, 432; missão a Veneza e Hungria, 496; e cruzada, 498; poupado em Nicópolis, 511; testemunha do testamento de Coucy, 519; morte, 521.

tributação, 41, 48; fogal, 15; pela Igreja, 26, 207; impostos sobre venda, 38; com Filipe VI, 83; para a guerra em 1355, 133; para o resgate de João II, 175; insurreições causadas pela, 323, 336, 346; abolida para apaziguar a revolta de Paris, 339; restabelecimento, 346-47, 350, 361; cancelamento no leito de morte por Carlos V, 332, 333; para a campanha escocesa, 387, 388.

Trie, Jean de, 474.

Trie, Reynaud, de, 409.

Tróia, romance de, 514.

Tuchins, 353, 391.

Tucidides, xiv, 94.

Túnis, 88; expedição contra, 422 (*ver também piratas da Barbária*).

turcos, ameaça à Europa, 127, 186, 464, 465, 466, 488, 494; cruzada contra, na Hungria, 208-40; otomanos, 490, 491;

seljucos, 490; esforços europeus contra, 494, 496; cruzada contra, 496, 497, 522; prisioneiros dos, depois da cruzada, 513, 515, 521, 522; história depois da cruzada, 525.

Tyler, Wat, 342, 345.

universidades, 10, 21, 111, 183.

Urbano V, papa, 186, 225, 301; bulas contra as Grandes Companhias, 207; encontro com Du Guesclin, 240; hostilidade a, 229; morte, 232.

Urbano VI, papa, 328, 352, 406, 419; eleição, 302; perturbação mental, 303; eleição nula, 303; depois de seu repúdio, 304, 310; e o reino de Nápoles, 365, 367, 369, 374, 378; morte, 420; usura, 36, 37.

Valáquia (valaquianos), 492, 502, 503, 507, 509, 511.

Valladolid, universidade de, 10.

Vannes, 395.

Venceslau IV da Boêmia, depois imperador, 283, 284, 306, 402, 413, 493; caráter e reino, vende ducado a Gian Galeazzo, 481; encontro com Carlos VI, 526.

vendedor de indulgências, 29.

Veneza, 21, 37, 53, 152, 229, 370, 496; peste em, 88, 89, 95, 101; na cruzada contra os turcos, 499, 517; prisioneiros em, depois da cruzada, 522, 523.

Verberie, 165.

Viagens, 53, 54.

Vidin, 493, 504.

Viena, peste em, 89.

Vienne, almirante Jean de, 318, 332, 338, 354; comanda os ataques a Rye em 1377, 279; expedição à Escócia, 384; e a invasão da Inglaterra, 388, 393, 394, 396; no episódio Montfort-Clisson, 397, 398; na campanha da Tunísia, 429; expulsa a mulher de Craon, 452; e a cruzada, 498, 499; na batalha de Nicópolis, 508, 510.

Vienne, Jean de, capitão em Calais, 85.

vilãos, 159, 162, 342 (*ver também camponeses*).

Villani, Giovanni, 94, 98, 347.

Villani, Matteo, 30, 76, 97, 110, 116, 142, 177, 235.

- Villeneuve-les-Soissons, 428.
 Vincennes, 289, 349, 350, 361.
 Vincent de Beauvais, *Speculum*, 194.
 violência, 125, 126.
 Viollet-le-Duc, Eugène Emmanuel, 541.
 Virgem Maria, 50, 51; como consolo, 32-33; nas peças milagres, 32-33, 286-87; intercessão da, 44; como mãe, 47; culto da, 198; como mãe sofredora, *Pietà*, 226, 461; imaculada concepção da, 442; sete provações, 461.
 Visconti, Bernabò, 238-39, 296, 375; caráter e governo, 221-222; inimigo da Igreja, 230, 231, 232-233, na campanha da Savóia, 233-37, 238, 239; casamento da filha com a família Wittelsbach, 380; derubada e morte, 381-82.
 Visconti, Galeazzo, 208, 221-223; presentes a João II; casamento da filha Violante com o duque de Clarence, 220-221, 223-24; na campanha da Savóia, 233, 236-39.
 Visconti, Gian Galeazzo, filho do anterior, 220n., 223, 239, 366, 371, 445, 505, 516; casamento com Isabelle, filha de João II, 176; na campanha de Savóia, 235, 237; deposição e morte de Bernabò, 381-82; negociações dos franceses com, 471-74; aliado de Coucy, 479-81; biblioteca de, 480; negociações de Coucy com, 501-02; e sua filha Valentina. 501; reconciliação dos franceses com, 516.
 Visconti, Giovanni, arcebispo, 101.
 Visconti, Lucchino, 221.
 Visconti, Lucia, filha de Bernabò, 366, 370, 381, 423.
 Visconti, Madalena, segunda mulher do duque Estêvão da Baviera, 380.
 Visconti, Matteo, 221.
 Visconti, Regina, mulher de Bernabò, 222, 299.
 Visconti, Tadea, primeira mulher de Estêvão da Baviera, 380.
 Visconti, Valentina (*ver Orléans, Valentina, duquesa de*)
 Visconti, Violante, 233; casamento com Lionel, duque de Clarence, 220-21, 223-24.
 Visconti, família, 221-2, 229, 230, 232.
 Vitry, Jacques de, 40.
Voie de Fait, 436-37, 445-46, 448, 473-74, 483.
 Voltaire, François Marie Arouet, xii
 Walsingham, Thomas, *Chronicon Angliae*, citado, 93, 172, 266-68, 271, 279, 280, 327, 345, 346, 368, 442.
 Walworth, William, 345.
 Warwick, conde de, 129, 138.
 Wattwiller, 252, 258.
 Wavrin, Jehan de, 507.
 Weymouth, 279.
 Willay, Jacques de, 516, 520.
 William de Newburgh, 105.
 William de Ockham (*ver Guilhaume de Ockham*) 21-36-94-287
 William de Ostrevant, 500.
 Winchelsea, ataque francês a, 173-74.
 Wittelsbach, família, 380
 Worcester, priorato de Santa Maria, 115.
 Worms, judeus em 108.
 Wyclif, John, 31, 291, 343, 368, 442, 486, 487, 527-28; carreira e significado, 264-65; medidas do bispo contra 275-76; denúncia de Gregório XI, 276; heresia no cisma papal, 309-310.
 Yeovil, 115
 Yolanda, princesa de Aragão, filha da seguinte, 423
 Yolanda de Bar, rainha de Aragão, 322, 423.
 York, judeus em, 105, 108.
 York, arcebispo de, 465.
 York, Edmund de Langley, duque de, 224, 225, 270, 406, 446, 448.
 York, Edward, duque de, filho do anterior, 532.
 Ypres, 356, 369.
 Zurique, 253, 256.

Este livro foi impresso nas oficinas da
GRAPHOS INDUSTRIAL GRÁFICO LTDA.
Rua Santo Cristo, 70/78 — Rio de Janeiro, RJ
em agosto de 1991

ANO DA V BIENAL INTERNACIONAL DO LIVRO
(Rio de Janeiro, 28 de agosto a 8 de setembro)

*
Bicentenário do nascimento de
Franz Bopp (14.9.1791 — 23.10.1867)
Bicentenário da morte de
Wolfgang Amadeus Mozart (27.1.1756 — 5.12.1791)
Centenário do nascimento de
Elmano Cardim (24.12.1891 — 19.2.1979)
Jackson de Figueiredo (9.10.1891 — 4.11.1928)
Centenário da morte de
Arthur Rimbaud (20.10.1854 — 10.11.1891)

*
Centenário de fundação do *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro (9.4.1891)
60º aniversário de fundação desta Casa de livros (29.11.1931)

CÓD. JO: 02352

*Qualquer livro desta Editora não encontrado nas livrarias pode ser pedido,
pelo reembolso postal, à LIVRARIA JOSÉ OLYMPIO EDITORA S.A.*

Rua Marquês de Olinda, 12
22251 Rio de Janeiro
Tel.: (021) 551-0642
Telex: 21327

Av. Lins de Vasconcelos, 3.097, conj. 33
04112 São Paulo
Tel.: (011) 575-9338
Telex: 22074